



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 15ª SESSÃO À 21ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 6
8 MAR. A 16 MAR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges		RIO GRANDE DO NORTE
	RIO DE JANEIRO	PTB	Fernando Bezerra
PT	Roberto Saturnino	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella	PFL	José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral		SANTA CATARINA
	MARANHÃO	PFL	Jorge Bornhausen
PMDB	João Alberto Souza	PT	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Roseana Sarney		ALAGOAS
	PARÁ	PSOL	Heloísa Helena
PMDB	Luiz Otávio	PMDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PSDB	Flexa Ribeiro		SERGIPE
	PERNAMBUCO	PFL	Maria do Carmo Alves
PFL	José Jorge	PSDB	Almeida Lima
PFL	Marco Maciel	PSB	Antonio Carlos Valadares
PSDB	Sérgio Guerra		AMAZONAS
	SÃO PAULO	PFL	Gilberto Miranda
PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Aloizio Mercadante	PDT	Jefferson Peres
PFL	Romeu Tuma		PARANÁ
	MINAS GERAIS	PSDB	Alvaro Dias
PL	Aelton Freitas	PT	Flávio Arns
PSDB	Eduardo Azeredo	PDT	Osmar Dias
PMDB	Hélio Costa		ACRE
	GOIÁS	PT	Tião Viana
PMDB	Maguito Vilela	S/Partido	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Demóstenes Torres	PT	Sibá Machado
PSDB	Lúcia Vânia		MATO GROSSO DO SUL
	MATO GROSSO	PDT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Antero Paes de Barros	PT	Delcídio Amaral
PFL	Jonas Pinheiro	PMDB	Ramez Tebet
PT	Serys Slhessarenko		DISTRITO FEDERAL
	RIO GRANDE DO SUL	PMDB	Valmir Amaral
PMDB	Pedro Simon	PT	Cristovam Buarque
PT	Paulo Paim	PFL	Paulo Octávio
PTB	Sérgio Zambiasi		TOCANTINS
	CEARÁ	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	João Ribeiro
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	Leomar Quintanilha
PSDB	Tasso Jereissati		AMAPÁ
	PARAÍBA	PMDB	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna	PSB	João Capiberibe
PFL	Efraim Morais	PMDB	Papaléo Paes
PMDB	José Maranhão		RONDÔNIA
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Mário Calixto
PMDB	João Batista Motta	PT	Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata	PMDB	Valdir Raupp
PL	Francisco Pereira		RORAIMA
	PIAUI	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva	PDT	Augusto Botelho
		PMDB	Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRICULTURA		Alcides Amaral, intitulado “O discurso atravessado”. Senador Leonel Pavan.	347
Lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Crédito para Igualdade das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Senadora Serys Slhessarenko. .	430	Registro de artigo publicado no jornal Correio Braziliense, edição de 06 de março de 2005, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Correa, intitulado “Quem fala demais dá bom dia a cavalo”. Senador Almeida Lima.	349
AMAZÔNIA		Registro de matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, intitulada “Investigação aponta inoperância de órgãos públicos”. Senadora Serys Slhessarenko.	430
Protesto contra sugestões do ambientalista Pascal Lamy, para o controle a exploração de riquezas da Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti.	257	Transcrição de matéria publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo a respeito de realização, pela então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, de operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente. Senador Arthur Virgílio.	559
ARTIGOS DE IMPRENSA		Registro de matéria publicada pelo jornal Diário de Cuiabá, intitulada “O PIB e as crianças indígenas”. Senador Antero Paes de Barros.	566
Comentários sobre matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense sobre os gastos do Governo Federal. Senador Mão Santa.	145	CASA CIVIL	
Comentários a editorial do jornal O Estado de S.Paulo, que estabelece paralelo entre o Governo Federal de Lula e o Governo Estadual do Governador Geraldo Alckmin. Senador Arthur Virgílio. ..	152	Registro de encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro da Defesa e ao Chefe da Casa Civil. Senador Arthur Virgílio.	49
Comentários à matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, em 20 de janeiro de 2005, intitulada “Ordens são ordens”. Senador Antero Paes de Barros.	215	Justificativa a requerimento de informação ao Ministro-Chefe da Casa Civil. Senador Arthur Virgílio.	260
Registro da matéria intitulada “A revolta do Zé da Mobilete”, publicada pelo jornal Correio Braziliense, em 4 de março de 2005, de autoria da jornalista Lílian Tahan. Senador Sérgio Guerra.	282	COMÉRCIO EXTERIOR	
Comenta a matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, em 06 de março de 2005, intitulada “Democracia e terrorismo”. Senador Teotônio Vilela Filho.	284	Considerações sobre o crescimento do comércio exterior no Brasil. Senador Romero Jucá.	106
Solicita transcrição do artigo do articulista Luís Nassif, sobre a necessidade de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.	335	CONTRABANDO	
Comentários ao artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 07 de março de 2005, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank,		Pedido de acatamento do parecer quanto à questão do contrabando de diamantes. Senador Aloizio Mercadante.	67

II

	Pág.		Pág.
(CPI)		Considerações a respeito da questão do desvio de recursos pelo Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Antonio Carlos Magalhães.	193
Encaminhamento à Mesa de dois requerimentos para criação de CPI. Senador Arthur Virgílio. .	510		
CRIMINALIDADE		DIREITOS	
Comenta sobre o artigo da Veja e sobre o tratamento da questão do narcotráfico e do seqüestro. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Tasso Jereissati.	411	Comenta a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Senador Paulo Paim.	385
DEMOCRACIA		DIREITOS INDÍGENAS	
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Renan Calheiros.	442	Divulga dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) sobre a mortalidade infantil entre crianças índias. Senador José Agripino.	46
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Antônio Carlos Magalhães.	443	Profere Parecer oral Nº 90, de 2005, do Plenário, sobre a Medida Provisória nº 225, de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cinta-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã. Senador Valdir Raupp.	61
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Pedro Simon.	445	Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Arthur Virgílio. ...	65
Celebra os vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Marco Maciel.	447	Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Aloizio Mercadante.	66
Celebra os vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Arthur Virgílio.	451	Critica a questão levantada pelo Senador Aloizio Mercadante sobre a medida provisória para defender os índios. Senador Arthur Virgílio.	67
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Jorge Bornhausen.	454	Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador José Agripino. ...	68
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Delcídio Amaral.	456	Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Delcídio Amaral.	69
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador José Sarney.	457	Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto os pressupostos de Relevância e Urgência. Senadora Heloísa Helena.	70
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Eduardo Azeredo.	465		
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Garibaldi Alves Filho.	467		
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador João Capiberibe.	469		
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Valmir Amaral.	470		
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senador Ney Suassuna.	471		
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil. Senadora Lúcia Vânia.	473		
DESVIO			
Comenta o desvio de verbas pelas Prefeituras. Aparte ao Senador João Ribeiro. Senador Romeu Tuma.	150		

Pág.	Pág.
<p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Ney Suassuna.</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Romero Jucá.</p> <p>Considerações acerca do Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Arthur Virgílio. ...</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador José Agripino.</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Aloizio Mercadante.</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Pedro Simon.</p> <p>Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Hélio Costa.</p> <p>Registra relatos do sofrimento de crianças indígenas. Senadora Heloísa Helena.</p> <p>Reflexões sobre as mortes de crianças indígenas no país. Senador José Agripino.</p> <p>Registra indignação com as mortes da população indígena diante das estatísticas. Senador José Agripino.</p>	<p>Comenta a situação das crianças indígenas. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Ramez Tebet.</p> <p>Defesa do desenvolvimento de Roraima com a preservação das terras indígenas. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>ECONOMIA</p> <p>Comentários ao informativo “SELIC 25 Anos”, publicado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA). Senador Romero Jucá.</p> <p>Crítica a declaração do Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, de que o governo pretende reduzir a relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB). Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Exaltação ao crescimento da economia brasileira. Senador Maguito Vilela.</p> <p>EDUCAÇÃO</p> <p>Posicionamento favorável à aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Reivindica recursos para amparar crianças carentes. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.</p> <p>Comenta sobre medidas na área de educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Alberto Silva.</p> <p>Necessidade de reforma da Educação Superior no Brasil. Senador Romero Jucá.</p> <p>Regozijo pelo resgate do Projeto Pixinguinha pela Fundação Nacional de Artes. Senador Romero Jucá.</p> <p>EMIGRAÇÃO</p> <p>Encaminhamento de requerimento propondo uma comissão parlamentar mista de inquérito para promover investigações sobre a situação dos emigrantes ilegais brasileiros nos Estados Unidos, Japão e Europa. Senador Hélio Costa.</p> <p>ENSINO SUPERIOR</p> <p>Registro do recebimento de correspondência do Professor Marcelo Gurgel, titular e coordenador do Curso de Medicina da Universidade Estadual</p>
70	264
73	393
74	281
74	403
74	576
74	428
75	429
76	429
76	439
76	574
77	514
78	493
259	493
260	493

IV

	Pág.		Pág.
do Ceará - UECE, intitulada "Universidade Federal do Cariri, digo, de Caruaru". Senador Reginaldo Duarte.	216	Santa Catarina, no dia 9 de março de 2005. Senador Leonel Pavan.	277
GOVERNO		Homenagem aos meteorologistas pela comemoração do seu dia, celebrado em 3 de março. Senador Valmir Amaral.	279
Críticas às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em atos públicos recentes. Senador José Jorge.	154	Comemoração, no último dia 2 de março, do Dia Nacional do Turismo. Senador Valmir Amaral.	350
Considerações sobre matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense sobre os gastos do Governo Federal. Senador Leonel Pavan.	158	Homenagem ao Dia da Poesia. Senador Paulo Paim.	385
Crítica a postura do Governo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.	260	Elogia o Senador Paulo Paim comparando à figura de Martin Luther King. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	386
Considerações sobre a democratização do país numa crítica aos impostos determinados pelo Governo. Senador Mão Santa.	390	Registra os 20 anos de fundação do Partido da Frente Liberal. Senador Paulo Octávio.	412
Críticas às elevadas tarifas públicas impostas pelo Governo Federal. Senador Mão Santa.	391	Comemoração dos 150 anos de fundação da cidade de Aracaju. Senador Antonio Carlos Valadares.	420
Considerações sobre os gastos com pessoal, do Governo Federal. Senador José Jorge.	400	Homenagem ao vendedor de livros, cujo dia é comemorado 14 de março. Senador Valmir Amaral.	438
HOMENAGEM		Homenagem pelo transcurso do Dia do Bibliotecário. Senador Romeu Tuma.	557
Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. Senador Arthur Virgílio.	32	Comemoração do Dia do Bibliotecário. Transcrição da matéria "Lei 9.099: uma lei que está matando as mulheres" do jornal Vida Mulher, edição do mês de março de 2005. Senador Valmir Amaral. .	562
Homenagem à bancada feminina no Senado pelo Dia Internacional da Mulher. Senador Marcelo Crivella.	34	Homenagem ao empresário Jônice Tristão pelo recebimento de título de Personalidade do Ano 2005, pela Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra. Senador Gérson Camata.	573
Homenagem a todas as mulheres que sofrem de violência doméstica. Senador Paulo Paim.	55	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Elogia o Senador José Serra pelas suas realizações enquanto Ministro da Saúde. Senador Arthur Virgílio.	60	Homenagem de pesar pelo assassinato da estudante Maria Cláudia Del'Isola. Senador Paulo Octávio.	25
Homenagem às mulheres, especialmente as da Amazônia, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Mozarildo Cavalcanti.	94	Homenagem de pesar pelo assassinato da estudante Maria Cláudia Del'Isola. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Maguito Vilela.	26
Homenagem a bancada feminina do Plenário pelo Dia Internacional da Mulher. Senador Paulo Paim.	144	Homenagem de pesar pelo falecimento do jurista mineiro Raul Machado Horta. Senador Eduardo Azeredo.	231
Considerações sobre o discurso do Senador Mão Santa em homenagem às mulheres. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.	146	Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, advogado Valmor Giavarina. Senador Arthur Virgílio.	256
Registra elogio ao presidente da Petrobrás. Senador Maguito Vilela.	212	Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador César Borges.	476
Comemoração, em 16 de fevereiro passado, do Dia do Repórter. Senador Valmir Amaral.	217	Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador José Jorge.	521
Elogia a atuação do Senador Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mão Santa.	270		
Comemoração do centésimo quinquagésimo quarto aniversário do município de Joinville, em			

Pág.	Pág.
Elogia o comportamento ético e moral e a visão política do líder Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Romeu Tuma.	535
Homenagem a Luís Eduardo Magalhães pela construção de um modelo político e social exemplar. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Tião Viana.	536
Elogia a atuação do Deputado Luís Eduardo Magalhães quando liderava na área de educação. Senador José Jorge.	536
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Antônio Carlos Magalhães. .	537
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Eduardo Siqueira Campos. .	538
Homenagem à lembrança do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Jorge Bornhausen.	538
Homenagem à lembrança do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Tasso Jereissati.	539
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Heráclito Fortes.	540
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Luiz Otávio.	541
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Antônio Carlos Valadares. ...	541
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Hélio Costa.	541
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Efraim Moraes.	541
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Marco Maciel.	543
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Arthur Virgílio.	543
Considerações sobre a homenagem prestada ao deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.	543
Elogia a postura do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Sarney.	543
Considerações sobre a pessoa política e de carisma que era o ex-Deputado Luís Eduardo Ma-	543
galhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Pedro Simon.	535
Elogia o ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães pelas suas qualidades. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	536
Elogia a postura do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.	536
Registra o respeito aos senadores que prestam homenagem ao ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	537
Parabeniza o Senador Arthur Virgílio pelo seu discurso em homenagem à memória do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador João Ribeiro.	538
Elogia a postura do Senador Arthur Virgílio ao homenagear o ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.	538
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senador Sérgio Guerra.	539
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. Senadora Lúcia Vânia.	540
Registra homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Leonel Pavan.	541
Considerações finais sobre a homenagem prestada ao Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Antero Paes de Barros.	541
Comenta a atuação do ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. Senador Mão Santa.	541
Lamenta a perda do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Garibaldi Alves Filho.	543
INDÚSTRIA	
Liberação do uso da marca cupuaçu pelo Brasil. Senador Valdir Raupp.	243
Defesa de federalização das investigações sobre a desocupação da área chamada Parque Oeste Industrial, em Goiânia. Senador Maguito Vilela.	576
INFRA-ESTRUTURA	
Questionamentos sobre a destinação de recursos federais para a área de saneamento bási-	

	Pág.		Pág.
co, com base em dados de matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, em 6 de março de 2005. Senador César Borges.	184	à formação do Conselho Nacional de Justiça. Senador Pedro Simon.	556
Crítica a posição do Governo diante da situação precária do saneamento básico nacional. Aparte ao Senador César Borges. Senador Demóstenes Torres.	185	LEGISLATIVO	
Crítica as empresas estaduais no tratamento da questão do saneamento básico. Senador César Borges.	186	Defesa da reestruturação do Poder Legislativo Federal, estadual e municipal, com redução numérica do número de representantes. Senador Almeida Lima.	235
Considerações sobre a infra-estrutura de Estados carentes. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.	193	Crítica a competência de legislação pelo Tribunal Superior Eleitoral quanto aos gastos com as Câmaras Municipais. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	236
Ausência de investimentos do Governo Lula para o setor de saneamento básico. Senador Mão Santa.	273	MALHA RODOVIÁRIA	
Comenta os efeitos da falta de saneamento básico em populações indígenas. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mozarildo Cavalcanti. ...	275	Situação de emergência no Estado do Espírito Santo em conseqüência das fortes chuvas que atingiram a região. Senador Francisco Pereira.	575
Críticas acerca da falta de saneamento básico no governo Lula. Senador Álvaro Dias.	353	MEDIDA PROVISÓRIA	
Comenta a implantação de saneamento básico para aldeias indígenas. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.	354	Destaca a questão do microcrédito na discussão das medidas provisórias. Senador Aloizio Mercadante.	88
JOGO DE AZAR		Comenta a tramitação de medida provisória. Senador Antonio Carlos Magalhães.	89
Considerações acerca da legislação sobre os jogos de bingo. Senador Gilberto Miranda.	103	Considerações sobre a tramitação de medidas provisórias. Senador Aloizio Mercadante.	89
Considerações sobre projeto de lei de autoria de S.Exa. que criminaliza a atividade dos bingos. Senador Maguito Vilela.	158	Discute a relevância de medidas provisórias. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Ramez Tebet.	91
JUDICIÁRIO		Discute a relevância de medidas provisórias. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Arthur Virgílio.	91
Solicita à Mesa, esclarecimentos sobre providências adotadas para que o Senado cumpra suas funções constitucionais, como de sabatinar os indicados para integrar o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e para que faça as indicações devidas, atendendo a pedido do Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal. Senador Eduardo Suplicy.	555	Registra a preocupação quanto à urgência de resolução para votação das medidas provisórias. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Antonio Carlos Magalhães.	92
Esclarece ao Senador Eduardo Suplicy que já se está discutindo na Comissão de Constituição e Cidadania as regras a respeito de como serão feitas as indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tanto as dos Tribunais Superiores quanto as do próprio Senado. Senador José Jorge.	556	Considerações sobre o cumprimento do acordo entre os Senadores sobre as medidas provisórias em tramitação. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador José Agripino.	93
Comenta a importância da questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Suplicy sobre grande responsabilidade do Senado com relação		Considerações sobre a utilização de medidas provisórias pelo Governo Federal. Senador Garibaldi Alves Filho.	272
		Considerações sobre a questão das medidas provisórias. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Ramez Tebet.	273
		Críticas à Medida Provisória do Biodiesel. Senador Hélio Costa.	383

Pág.	Pág.
<p>Necessidade da limitação do poder do presidente da República na edição de Medidas Provisórias. Senador Garibaldi Alves Filho.</p> <p>Críticas à utilização excessiva de medidas provisórias pelo Poder Executivo. Senador Augusto Botelho.</p> <p>MENSAGEM</p> <p>Mensagem Nº 104, de 2005, Nº 127/95, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha, do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.</p> <p>Mensagem Nº 105, de 2005, Nº 126/05, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha, do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.</p> <p>Mensagem Nº 106, de 2005, Nº 137/05, da Presidência da República, que de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 8º do Anexo I ao Decreto nº 4130, de 13 de fevereiro de 2002, submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Noboru Ofugi para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.</p> <p>Mensagem Nº 107, de 2005, Nº 138/05, da Presidência da República, que de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.</p> <p>Mensagem Nº 108, de 2005, Nº 139/2005, da Presidência da República, que de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 2.455 de 14 de janeiro de 1998, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Victor de Souza Martins para exercer o cargo de Diretor da Agência</p>	<p>Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.</p> <p>(MERCOSUL)</p> <p>Comunica participação como palestrante, em fórum sobre preservação ambiental e desenvolvimento, no Fórum Empresarial de Investimento Brasil-Mercosul, realizado em Portugal. Senador João Capiberibe.</p> <p>MICROCRÉDITO</p> <p>Considerações em favor do Projeto de Lei de Conversão 1, de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Senador Maguito Vilela.</p> <p>Comenta o Projeto de Lei de Conversão Nº 1, de 2005, (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>MULHER</p> <p>Solicitação de apoio para campanha de combate à violência contra a mulher. Senador Paulo Octávio.</p> <p>Registra a preocupação com a discriminação às mulheres. Senador Valmir Amaral.</p> <p>Comenta a imagem histórica da mulher pelo combate à discriminação. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Parabeniza as mulheres pelo dia internacional das mulheres. Senador Flávio Arns.</p> <p>Elogia a mulher e salienta seus direitos no dia Internacional da Mulher. Senador Augusto Botelho.</p> <p>Ressalta a igualdade entre homens e mulheres no dia Internacional das Mulheres. Senador Hélio Costa.</p> <p>Elogia a mulher e seu papel na sociedade no dia Internacional da Mulher. Senador Valdir Raupp.</p> <p>Considerações sobre a discriminação contra a mulher. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Sucessão feminina para a presidência da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Comenta a posição do presidente Lula com relação às mulheres. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.</p> <p>Registro das ações de política pública de gênero no Estado do Mato Grosso do Sul, por ocasião</p>
398	486
570	392
287	242
291	253
478	25
478	104
479	105
479	106
479	108
479	109
479	110
479	189
479	190
479	190

VIII

	Pág.		Pág.
do transcurso da sessão de homenagem do Dia Internacional da Mulher. Senador Delcídio Amaral.	269	Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Antonio Carlos Valadares.	183
Considerações sobre a posição da mulher na sociedade. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Ramez Tebet.	270	Registra a reivindicação dos prefeitos pela liberação de recursos para os Municípios. Senador Mozarildo Cavalcanti.	187
Participação de S.Exa. no terceiro Fórum Postura Mulher, realizado em Itumbiara/GO. Senadora Lúcia Vânia.	351	Critica o Governo pela falta de controle adequado dos impostos quanto à questão dos municípios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.	188
MUNICÍPIOS		Considerações sobre a questão dos municípios brasileiros. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Heráclito Fortes.	189
Contesta a votação do projeto de Fundo de Participação dos Municípios. Senador Maguito Vilela.	52	Considerações sobre a importância da Região Metropolitana de Londrina. Senador Álvaro Dias.	212
Comparecimento à abertura dos trabalhos da oitava Marcha dos Prefeitos em que se debateu o aumento da alíquota do fundo de participação dos municípios. Senador Antonio Carlos Valadares. ...	147	Defesa do aumento de 1% no índice de repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Aelton Freitas.	214
Defesa do reajuste do índice no Fundo de Participação dos Municípios. Senador Osmar Dias. ..	148	Considerações sobre a Marcha dos Prefeitos a Brasília. Senador Álvaro Dias.	285
Posicionamento favorável à elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios e ao aumento da participação na receita tributária total da União. Senador João Ribeiro.	150	Reivindicações da oitava Marcha dos Prefeitos em Brasília. Senador Ramez Tebet.	319
Comenta a questão das cidades que dependem diretamente do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador João Ribeiro. Senador Hélio Costa.	151	Considerações acerca da marcha dos Prefeitos à Brasília. Senador Eduardo Siqueira Campos.	388
Considerações sobre o pronunciamento do presidente Lula acerca da Marcha dos Prefeitos. Aparte ao Senador João Ribeiro. Senador Efraim Morais.	151	NORDESTE	
Análise das reivindicações dos prefeitos reunidos em marcha à Brasília. Senador Eduardo Siqueira Campos.	155	Considerações sobre a fragilidade econômica e social dos Municípios e a seca no Nordeste. Senador Garibaldi Alves Filho.	400
Considerações sobre a reunião dos Prefeitos acerca do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Eduardo Siqueira Campos.	157	(OMC)	
Apoio às reivindicações dos participantes da oitava Marcha dos Prefeitos. Senador Leonel Pavan.	158	Comenta o Requerimento Nº 133, de 2005, que requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Sr. Pascal Lamy, ex-Comissário Europeu para o Comércio e atual candidato à direção-geral da OMC, por suas declarações no sentido de que as florestas tropicais sejam consideradas "bens públicos". Senador Tasso Jereissati.	88
Considerações acerca da oitava Marcha dos Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios. Senador Teotônio Vilela Filho.	182	(ONU)	
Discute o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senador José Jorge.	182	Consternação pela queda do Brasil no ranking das Nações Unidas sobre o uso das tecnologias de informações. Senador Eduardo Azeredo.	231
Discute a aprovação da matéria sobre a questão dos Municípios e a reforma tributária como um todo. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Álvaro Dias.	183	OFÍCIO	
Considerações sobre as arrecadações do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao		Ofício Nº 196, de 2005, de Ministro de Estado do Meio Ambiente, de 23 de fevereiro passado,	

Pág.	Pág.
que encaminha resposta ao Requerimento nº 729, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	24
Ofício Nº 384, de 2005, de Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, de 30 de dezembro e 14 de fevereiro passados, respectivamente, que encaminha resposta ao Requerimento nº 1.285, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti.	24
Ofício Nº 1.317, de 2005, de Ministro de Estado da Defesa, de 23 de fevereiro passado, que encaminha resposta ao Requerimento nº 1.180, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	24
Ofício Nº 12, de 2005, de Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, de 21 de janeiro, que encaminha resposta ao Requerimento nº 341, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	287
PARECER	
Parecer Nº 90, de 2005, do Plenário, sobre a Medida Provisória nº 225, de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cinta-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã. Senador Valdir Raupp.	63
Parecer Nº 91, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 96, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Oliva Marcilio de Sousa, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Eli Loria. Senador Valdir Raupp.	84
Parecer Nº 92, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 7, de 2005 (nº 25/2005, na origem) que “submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Dalvino Trocoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Ivo Brasil”. Senador Teotônio Vilela Filho.	129
Parecer Nº 93, de 2005, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 3, de 2005, nº 961/2004, na origem, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Eduardo Flores Vieira para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato da Excelentíssima Doutora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	131
Parecer Nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de Origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 (que dispõe a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos). Senador Tião Viana. .	132
Parecer Nº 95, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 6, de 2005 (nº 24/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Bruno Pagnoccheschi, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas. Senador Heráclito Fortes.	138
Parecer Nº 96, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio O Povo Ltda., atualmente denominado Empresa Jornalística O Povo S. A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Senador Luiz Pontes.	359
Parecer Nº 97, de 2005, sobre a Emenda, ao Projeto de Lei do Senado nº 54 apresentada perante a Comissão, no termo suplementar, do substitutivo. Senador Eduardo Azeredo.	363
Parecer Nº 98, de 2005, da Comissão e Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 98, de 2005, (nº 109/2005, na origem do Presidente da República) que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Senador Aelton Freitas.	506
Parecer Nº 99, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 99, de 2005, (nº 113/2005, na origem), do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”. Senador Sérgio Guerra.	507
PECUÁRIA	
Registro de reunião entre o Fórum Nacional da Pecuária de Corte e entidades que representam os pecuaristas no País. Senador João Ribeiro.	562
PERSONALIDADE ILUSTRE	
Registro da visita, ao Senado Federal, de representantes do Governo Chinês. Senador Aloizio Mercadante.	160

	Pág.		Pág.
Registro da visita, este ano, ao Brasil do Príncipe de Astúrias, Felipe de Borbón, e da princesa Letizia Ortiz. Senador Augusto Botelho.	277	Prejuízos causados pela exigência de apresentação do atestado de vacinação contra a febre amarela na fronteira entre a cidade venezuelana de Santa Helena de Uiarén e a cidade de Pacaraima/RR. Senador Mozarildo Cavalcanti.	340
(PETROBRÁS)		Solicita esclarecimentos sobre matéria da revista Veja, que denuncia doações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) à campanha do Presidente Lula em 2002. Senador Álvaro Dias.	404
Questionamentos a respeito do desempenho da Petrobrás. Senador José Jorge.	332	Anuncia que o PFL convidará o ministro da Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix e o diretor da Abin, Mauro Marcelo Silva, para prestarem esclarecimentos sobre matéria da revista Veja, que denuncia doação de dinheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ao Partido dos Trabalhadores. Senador Demóstenes Torres.	409
Cita a presença do presidente da Petrobrás o Sr. José Eduardo Dutra. Senador José Jorge. ...	347	Considerações sobre os pronunciamentos dos Senadores Álvaro Dias e Demóstenes Torres, solicitando esclarecimentos sobre matéria da revista Veja, que denuncia doação de dinheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ao Partido dos Trabalhadores. Senador Aloizio Mercadante. .	413
Saúda a decisão do Supremo Tribunal Federal que rejeitou a chamada ADIN a favor do retorno do monopólio do petróleo. Senador José Jorge.	557	Cobrança de esclarecimentos ao Governo Federal sobre reportagem publicada pela revista Veja sobre denúncia de doação de recursos pelas Farcs colombianas ao Partido dos Trabalhadores. Senador Jorge Bornhausen.	435
POLÍTICA AGRÍCOLA		Preocupação com a reportagem de capa da revista Veja que faz denúncias sobre o dinheiro enviado pelas FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em doação a campanha do Partido dos Trabalhadores. Senador Jefferson Péres.	517
Solicitação de apoio à agricultura familiar, responsável pela quase totalidade da produção de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	50	Cobrança de esclarecimentos quanto à questão dos crimes praticados pelas Farcs. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Romeu Tuma.	518
Apelo ao Governo Federal para adoção de medidas de apoio aos produtores rurais do Estado do Mato Grosso do Sul. Senador Ramez Tebet. ...	162	POLÍTICA INTERNACIONAL	
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Considerações sobre a crise política e social na Bolívia. Senador Cristovam Buarque.	48
Ressalta comentários sobre a lei das parcerias público-privadas. Senador Augusto Botelho. .	277	POLÍTICA SALARIAL	
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Considerações sobre a política salarial do Brasil. Senador Paulo Paim.	336
Cobrança de recursos federais para manutenção das rodovias federais do Estado de Minas Gerais. Senador Hélio Costa.	226	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Justificativas a requerimento de informações aos responsáveis pelas empresas de aviação civil no Brasil sobre a crise econômica do setor. Senador Sibá Machado.	267	Participação de S.Exa, no dia 17 de março próximo, em evento de instalação da primeira Vara Federal do Idoso no país, em Maringá, no Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.	575
Considerações sobre a crise das empresas aéreas no Brasil. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Mão Santa.	269		
Defesa da atuação do Ministro José Dirceu sobre irregularidades na utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Senador Delcídio Amaral.	271		
POLÍTICA EXTERNA			
Regozijo pela eleição, no Uruguai, do Sr. Tabaré Vasquez. Senador Eduardo Suplicy.	160		
Considerações sobre o episódio de pedido de renúncia do Presidente da Bolívia. Senador Eduardo Suplicy.	161		

Pág.	Pág.
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Projeto de Decreto Legislativo Nº 124, de 2005, que susta o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, da Presidência da República.	2
Projeto de Decreto Legislativo Nº 125, de 2005, que susta os artigos 6º, XVI, 7º, §§ 1º e 2º, 11, 15, 34, 35 36, 37, parágrafo único, e 52 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão, e do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5371, de 17 de fevereiro de 2005.	2
Projeto de Decreto Legislativo Nº 126, de 2005, (Nº 1.266/2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.	223
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Projeto de Lei da Câmara Nº 16, de 2005, que inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.	21
Projeto de Lei da Câmara Nº 17, de 2005, que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	22
Projeto de Lei da Câmara Nº 18, de 2005, que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.	334
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
Projeto de Lei de Conversão Nº 1, de 2005, (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004) que se encontra sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal. Senadora Ideli Salvatti.	253
PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Lei do Senado Nº 54, de 2005, que institui o Juizado Especial Cível da Mulher. Senador Antonio Carlos Valadares.	6
Projeto de Lei do Senado Nº 55, de 2005, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.	13
Projeto de Lei do Senado Nº 56, de 2005, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.	14
Projeto de Lei do Senado Nº 57, de 2005, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências. Senador Pedro Simon.	15
Projeto de Lei do Senado Nº 58, de 2005, que altera a redação do art. 1.211-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual aos deficientes em que a causa seja conexa com a deficiência, e para ajustar o benefício ao Estatuto do Idoso. Senador Augusto Botelho.	17
Projeto de Lei do Senado Nº 59, de 2005, que altera a Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965, para disciplinar a eleição de vereadores. Senador José Jorge.	18
Projeto de Lei do Senado Nº 60, de 2005, que permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior. Senador Leomar Quintanilha.	20
Projeto de Lei do Senado Nº 61, de 2005, que altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, modificando a redação do § 1º do art. 55, que trata sigilo das denúncias formuladas ao TCU. Senador Pedro Simon.	118
Projeto de Lei do Senado Nº 62, de 2005, que altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Senador Paulo Paim.	119
Projeto de Lei do Senado Nº 63, de 2005, que altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, no fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária. Senador Álvaro Dias.	122
Projeto de Lei do Senado Nº 64, de 2005, que altera o art. 928 do Código de Processo Civil, de modo a tornar obrigatória a inspeção por parte do juiz de reintegração de posse a visitar a propriedade esbulhada sempre que envolver imóvel rural. Senador Álvaro Dias.	124
Projeto de Lei do Senado Nº 65, de 2005, que altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação. Senador Sibá Machado.	125

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado Nº 66, de 2005, que dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes. Senador César Borges.	173	to de campanha eleitoral nas eleições municipais. Senador José Jorge.	379
Projeto de Lei do Senado Nº 67, de 2005, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar. Senador Fernando Bezerra.	174	Projeto de Lei do Senado Nº 75, de 2005, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”. Senador Pedro Simon.	493
Projeto de Lei do Senado Nº 68, de 2005, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar. Senador Fernando Bezerra.	175	Projeto de Lei do Senado Nº 76, de 2005, que altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa. Senador Jefferson Péres.	495
Projeto de Lei do Senado Nº 69, de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”. Senador Marcelo Crivella.	246	Projeto de Lei do Senado Nº 77, de 2005 (Complementar), que proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Senador Antero Paes de Barros.	497
Projeto de Lei do Senado Nº 70, de 2005, que acrescenta o art. 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor que, no seguro de vida, é lícita a exigência de prévia avaliação médica do segurado, vedada a recusa do pagamento do capital segurado com base em informações contidas em questionário preenchido pelo segurado sobre seu estado de saúde. Senador Valmir Amaral.	248	Projeto de Lei do Senado Nº 78, de 2005 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Senador Antero Paes de Barros.	497
Projeto de Lei do Senado Nº 71, de 2005, que acrescenta o art. 541- A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial. Senador Pedro Simon.	321	Projeto de Lei do Senado Nº 79, de 2005, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Senador Pedro Simon.	498
Projeto de Lei do Senado Nº 72, de 2005, que fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública. Senador Pedro Simon.	322	Projeto de Lei do Senado Nº 80, de 2005, que dispõe sobre o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação no âmbito do Mercosul. Senador Pedro Simon.	499
Projeto de Lei do Senado Nº 73, de 2005 – Complementar, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil. Senador Ney Suassuna.	377	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Projeto de Lei do Senado Nº 74, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre o financiamen-		Projeto de Resolução Nº 5, de 2005, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre a autoria de Projetos de Lei aos quais tenham sido oferecidas Substitutivas. Senador Sérgio Cabral.	21
		Projeto de Resolução Nº 6, de 2005, que cria a Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público do Senado Federal. Senador Paulo Paim.	120
		Projeto de Resolução Nº 7, de 2005, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para permitir que o suplente vote se o autor da proposição for titular da comissão. Senador Antonio Carlos Magalhães.	122

Pág.	Pág.
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
<p>Proposta de Emenda à Constituição Nº 6, de 2005, que altera os arts. 52, XI, e 164 da Constituição Federal para instituir mecanismos de nomeação e destituição do Presidente e diretores do BACEN. Senador Ney Suassuna.</p>	<p>Comenta o rombo orçamentário relativo à Petrobrás. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Heráclito Fortes.</p>
501	202
RAÇA	
<p>Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, na Comissão de Educação. Senador Paulo Paim.</p>	<p>Discute a questão do déficit que envolve a fundação Petros. Senador Delcídio Amaral.</p>
511	202
<p>Estranheza com a suspensão, pelo Ministério da Educação da pesquisa sobre a participação de negros e pardos nas universidades federais brasileiras. Senador José Jorge.</p>	<p>Questiona o destino das ações da Petros. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Heráclito Fortes.</p>
515	203
<p>Comenta acerca da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Paulo Paim.</p>	<p>Discute a relevância da questão do fundo de pensão da Fundação Petros. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Tião Viana.</p>
516	204
RECURSOS HÍDRICOS	
<p>Considerações sobre prejuízos causados pela estiagem no Estado do Paraná. Senador Álvaro Dias.</p>	<p>Comenta acerca da questão do déficit relativo à Petrobrás. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Antonio Carlos Valadares.</p>
312	205
<p>Propostas do Governo do Rio Grande do Sul para minimizar os prejuízos causados pela estiagem naquele Estado. Senador Pedro Simon.</p>	<p>Considerações sobre o problema do fundo de pensão. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Tasso Jereissati.</p>
324	205
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
<p>Comenta a questão do desequilíbrio dos fundos de pensão das estatais. Senador Arthur Virgílio.</p>	<p>Cita a leitura de um artigo para debate do tema do rombo orçamentário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Almeida Lima.</p>
191	206
<p>Considerações sobre a destinação dos fundos de pensão monitorados pelo Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino Maia.</p>	<p>Esclarece a diferença entre déficit atuarial e rombo orçamentário. Senador Heráclito Fortes. ...</p>
192	207
<p>Critica a má administração dos recursos públicos no Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.</p>	<p>Cobranças de esclarecimentos sobre os déficits nos fundos de pensão. Senador Sérgio Guerra.</p>
192	207
<p>Comenta o rombo do dinheiro público. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.</p>	<p>Analisa a situação da Petrobrás sobre o rombo financeiro. Aparte ao Senador José Guerra. Senador José Agripino.</p>
194	207
<p>Registra a crítica ao governo pelo rombo orçamentário. Senador Arthur Virgílio.</p>	<p>Registra indignação quanto à questão do rombo financeiro. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Tasso Jereissati.</p>
194	208
<p>Considerações a respeito do déficit do fundo de pensão da Petrobrás. Senador Delcídio Amaral.</p>	<p>Considerações acerca do rombo financeiro que envolve a Petrobrás. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Antônio Carlos Magalhães.</p>
201	208
<p>Critica o governo pela irregularidade dos fundos de pensão. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Arthur Virgílio.</p>	<p>Considerações quanto à Petrobrás e quanto ao papel da mulher. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Mão Santa.</p>
201	208
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
<p>Comenta a questão do desequilíbrio dos fundos de pensão das estatais. Senador Arthur Virgílio.</p>	<p>Comenta quanto à fiscalização do problema que envolve o fundo de pensão da Petrobrás. Senador Sérgio Guerra.</p>
191	208
<p>Considerações sobre a destinação dos fundos de pensão monitorados pelo Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino Maia.</p>	<p>Comenta a reputação da Petrobrás e cita a construção de plataformas. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Delcídio Amaral.</p>
192	209
<p>Critica a má administração dos recursos públicos no Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.</p>	<p>Analisa a situação que demanda recursos para solucionar a questão do fundo de pensão da Petrobrás. Senador Sérgio Guerra.</p>
192	209
<p>Comenta o rombo do dinheiro público. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.</p>	<p>Discute sobre a responsabilidade da administração da Petrobrás. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Arthur Virgílio.</p>
194	210
<p>Registra a crítica ao governo pelo rombo orçamentário. Senador Arthur Virgílio.</p>	<p>Considerações sobre o rombo da Petrobrás. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Demóstenes Torres.</p>
194	210
<p>Considerações a respeito do déficit do fundo de pensão da Petrobrás. Senador Delcídio Amaral.</p>	
201	
<p>Critica o governo pela irregularidade dos fundos de pensão. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Arthur Virgílio.</p>	
201	

	Pág.		Pág.
Registra elogio ao presidente da Petrobrás. Senador Maguito Vilela.	212	REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reivindicação de recursos orçamentários para a área de saúde do estado do Rio de Janeiro. Senador Marcelo Crivella.	437	Considerações sobre compêndio, publicado pela Ação Empresarial, intitulado “Crescimento e Reforma Tributária: Ação para o Crescimento Sustentado”. Senador Romero Jucá.	213
REFORMA AGRÁRIA		REGIMENTO INTERNO	
Preocupações com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em Alagoas. Senadora Heloísa Helena.	161	Solicita inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução 37, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon que fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas. Senador José Jorge.	417
Comenta o estágio em que se encontra a reforma agrária no País. Senador Eduardo Suplicy.	264	Críticas à escolha do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde. Senadora Heloísa Helena.	518
REFORMA DA PREVIDÊNCIA		Manifesta protesto contra a nomeação para ministro da saúde do Ministro Ciro Gomes por ser fumante. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador José Jorge.	519
Questionamentos sobre a votação, pela Câmara dos Deputados, da “PEC Paralela” à Reforma da Previdência. Senador Paulo Paim.	232	Comentário ao discurso da Senadora Heloísa Helena sobre a escolha do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde. Senador Mão Santa.	520
Considerações sobre a aprovação da “PEC Paralela” pelo Governo. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.	233	REQUERIMENTO	
Registra apoio à aprovação da “PEC Paralela” citada por outros senadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador César Borges.	233	Requerimento Nº 123, de 2005, que requer Voto de Aplauso à mulher brasileira, aqui representada pela servidora do Senado Federal, Sarah Abrahão. Senador Arthur Virgílio.	35
Comenta sobre a votação da “PEC Paralela” na Câmara. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Azeredo.	234	Requerimento Nº 124, de 2005, que requer nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Luciana de Sousa Vilela e Érica de Sousa Vilela, apresentando condolências à família. Senador Maguito Vilela.	35
Considerações sobre a reforma da Previdência. Senador Edison Lobão.	258	Requerimento Nº 125, de 2005, que requer nos termos do artigo 50, Parágrafo 2º da Constituição Federal e do Artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários em favor dos servidores dos ex-Territórios, visando promover a equivalência salarial entre os servidores dos ex-Territórios e o Serviço Público Federal. Senador Papaléo Paes.	35
Defesa do acordo para a votação de PEC Paralela da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados. Senador Paulo Paim.	511	Requerimento Nº 126, de 2005, que requer nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1604, de 2004, que solicita o sobresta-	
Reajuste dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	511		
REFORMA MINISTERIAL			
Considerações acerca da reforma ministerial anunciada pelo governo Lula. Senador José Jorge.	29		
Críticas à reforma ministerial anunciada pelo governo. Senador Arthur Virgílio.	37		
Comenta sobre a urgência na aprovação da reforma ministerial. Senador Antônio Carlos Magalhães.	211		
Considerações sobre a reforma ministerial. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Tasso Jereissati.	402		
Preocupação com a reforma ministerial. Senador Antonio Carlos Magalhães.	436		

Pág.		Pág.
	mento do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004. Senador Eduardo Azeredo.	
59	Requerimento Nº 127, de 2005, que requer nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 127 e nº 192, ambos de 2004, por tratarem da mesma matéria. Senador Mozarildo Cavalcanti.	
59	Requerimento Nº 128, de 2005, que requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da convocação de atirador do Exército para ministrar-lhe aulas de tiro ao alvo. Senador Arthur Virgílio.	
60	Requerimento Nº 129, de 2005, que requer informações, ao Ministro da Defesa, acerca de negociações para a compra de cinco submarinos para a Marinha do Brasil. Senador Arthur Virgílio.	
60	Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência. Senador Arthur Virgílio.	
65	Requerimento Nº 131, de 2005, que requer, nos termos do disposto do art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda os devidos pedidos de informações. Senador Francisco Pereira.	
86	Requerimento Nº 132, de 2005, que requer nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto nos Atos Declaratórios nº 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, da lavra do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de agosto de 2002 e, ainda que, a Caixa Econômica Federal é empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, as respectivas informações. Senador Francisco Pereira.	
87	Requerimento Nº 133, de 2005, que requer nos termos do artigo 233 do Regimento Interno que seja apresentado Voto de Censura ao Sr. Pascal Lamy, ex- Comissário Europeu para o Comércio e atual candidato à direção-geral da OMC, por suas declarações no sentido de que as florestas tropicais sejam consideradas “bens públicos mundiais”. Senador Aloizio Mercadante.	
87	Requerimento Nº 134, de 2005, que solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasilei-	
	ra para seu deslocamento à cidade de S. Carlos, onde participou de encontro partidário promovido pelo PT. Senador Arthur Virgílio.	116
	Requerimento Nº 135, de 2005, que solicita informações ao Ministro da Defesa, sobre suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasileira para a participação do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de encontro partidário em São Carlos (SP). Senador Arthur Virgílio.	116
	Requerimento Nº 136, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do cientista brasileiro César Lattes. Senador Arthur Virgílio.	117
	Requerimento Nº 137, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao jornal Correio Braziliense, pelos três prêmios concedidos pela Society for News Design. Senador Arthur Virgílio.	117
	Requerimento Nº 138, de 2005, que requer nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar por ocasião do falecimento, na data de ontem, do físico paranaense César Lattes, e a apresentação de condolências à família desse notável cientista. Senador Álvaro Dias.	118
	Requerimento Nº 139, de 2005, que solicita sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Sérgio Guerra.	173
	Requerimento Nº 140, de 2005, que requer na Hora do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain, dentre as comemorações que tiveram início este ano. Senador Marco Maciel.	177
	Requerimento Nº 141, de 2005, que requer nos termos do § 1º e do art. 2º da Resolução 84, de 1996, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Severo Gomes na coleção intitulada “Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil”, fazendo constar da obra, como adendo, seus trabalhos parlamentares publicados nos Diários do Senado e do Congresso, quais sejam: discursos, apartes e proposições legislativas. Senador Romeu Tuma.	178
	Requerimento Nº 142, de 2005, que requer nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Raul Machado Horta, membro da Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou a Constituição Federal de 1988, fa-	

	Pág.		Pág.
lecido em 2 de março de 2005. Senador Eduardo Azeredo.	245	Requerimento Nº 150, de 2005, que requer seja oficiado ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos proceda os estudos com o intento de lançar selo Comemorativo deste notável feito heróico. Senador Alberto Silva.	427
Requerimento Nº 143, de 2005, que requer nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 1999, que “Acrescenta parágrafo único ao artigo 882 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452/43”. Senador Romero Jucá.	251	Requerimento Nº 151, de 2005, que requer voto de aplauso em comemoração aos 150 anos de aniversário do Município de Aracajú. Senador Antonio Carlos Valadares.	427
Requerimento Nº 144, de 2005, que requer nos termos do art. 255, II, “C”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal que, após tramitação no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seja o PDS nº 602/2004 remetido à Comissão de Assuntos Sociais por tratar, concorrentemente, de assunto pertinente à competência daquela Comissão. Senador Paulo Paim.	251	Requerimento Nº 152, de 2005, que requer nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que a Hora do Expediente da sessão de amanhã, dia 16 de março, seja destinada a homenagear a memória do Deputado Luís Eduardo, que, se vivo estivesse, completaria, nessa data, cinqüenta anos de idade. Senador Renan Calheiros.	474
Requerimento Nº 145, de 2005, que requer nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005 que, “Insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Hélio Costa.	251	Requerimento Nº 153, de 2005, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais desta Casa, um Voto de Saudade ao eminente brasileiro Luís Eduardo Magalhães, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País. Senador César Borges.	475
Requerimento Nº 146, de 2005, que requer sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópias autenticadas dos documentos listados a seguir, relativas ao Processo nº 28000.004550/93-53 do extinto Ministério do Bem Estar Social (MBES), hoje a cargo da Coordenação Geral de Acompanhamento de Extinção e Liquidação (COGEL), objeto da Portaria nº 685/93-MBES. Senador Valdir Raupp.	251	Requerimento Nº 154, de 2005, requer nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, a prorrogação dos seus trabalhos por mais dez dias, para tão somente a conclusão e deliberação do seu Relatório Final, que vem em atendimento aos anseios da sociedade brasileira quanto ao acompanhamento das investigações acerca do assassinato da missionária Dorothy Stang, fato determinado a que se destina esta Comissão, conforme Ato nº 8, de 2005- SF, aprovado em 16-2-2005. Senadora Ana Júlia Carrepa.	490
Requerimento Nº 147, de 2005, que requer voto de pesar ao Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal. Senador Arthur Virgílio.	252	Requerimento Nº 155, de 2005, que requer Voto de Lembrança, pela passagem da data natalícia do Deputado Luiz Eduardo Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	491
Requerimento Nº 148, de 2005, que solicita, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março de 2005, informações ao Sr. Ministro-chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo. Senador Arthur Virgílio.	252	Requerimento Nº 156, de 2005, que requer Voto de Lembrança pelo transcurso do 30º aniversário de instalação do mandato do Dr. Tarcísio Maia no Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Senador Arthur Virgílio.	491
Requerimento Nº 149, de 2005, que requer, nos termos do artigo 74, inciso I, e do artigo 76 do Regimento Interno, seja criada Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de 3 titulares e 3 suplentes, com o intuito de acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor formas de adensar as relações entre os parlamentos do nosso País e do Japão. Senador Aloizio Mercadante.	376	Requerimento Nº 157, de 2005, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 81, de 2002 e 90, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005, por regularem a mesma matéria. Senador Leomar Quintanilha.	491
		Requerimento Nº 158, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do	

Pág.	Pág.
Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos do programa Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Senador Arthur Virgílio.	492
Requerimento Nº 159, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a atuação do Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos. Senador Arthur Virgílio.	492
Requerimento Nº 160, de 2005, que requer nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República. Senador Arthur Virgílio.	544
Requerimento Nº 161, de 2005, que requer nos termos do artigo 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o artigo 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todas as privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, instituído pelo Programa Nacional de Desestatização - PND (M.P. nº 115 e Lei nº 8.031/90) e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização. Senador Arthur Virgílio. ...	546
Requerimento Nº 162, de 2005, que requer seja aplicado o disposto no artigo 412, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para declarar a nulidade da decisão que resultou no arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996, em razão de não se aplicar, no caso, o disposto no § 1º do artigo 332 do mesmo Regimento. Senador Edison Lobão.	547
SAÚDE	
Defesa do acesso da população aos novos remédios de combate à Psoríase. Senador Romeu Tuma.	27
Esclarece quanto ao tratamento da doença da psoríase e defende a colocação do Senador Romeu Tuma. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Mão Santa.	28
Críticas à redução de investimentos da Fundação Nacional de Saúde nos anos 2003 e 2004. Senador José Agripino.	46
Situação da saúde pública no Rio de Janeiro. Senador Marcelo Crivella.	261
Considerações sobre a falta de apoio à população carente pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador José Agripino.	263
Decretação de estado de calamidade no Rio de Janeiro em razão da saúde pública. Senador Tião Viana.	314
Análisa a situação da sociedade carente e os gastos na cidade do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Ramez Tebet.	316
Críticas ao Governo Federal pela falta de recursos destinados à área da saúde. Senador Álvaro Dias.	354
Comenta a condição precária da saúde pública no Brasil. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	355
Agradecimento ao Governo Federal, em nome da comunidade de Criciúma, por aparelho destinado ao setor de radioterapia do Hospital São José. Senador Leonel Pavan.	520
Preocupação com as mortes decorrentes de doenças cardiovasculares no Brasil, apesar da excelente atuação dos centros de tratamento. Senador Papaléo Paes.	572
SECA	
Solicitação de providências ao governo para amenizar os efeitos da seca na Paraíba. Senador Ney Suassuna.	31
Apresenta soluções para minorar as consequências da seca no Nordeste. Senador Alberto Silva.	44
Protesto contra a ausência do Governo Federal no combate aos efeitos da seca que atinge os estados do Nordeste. Senador Sérgio Guerra.	49
Recebimento de visita de prefeitos do Rio Grande do Sul para reivindicar intercessão de S.Exa. junto ao Governo Federal por recursos destinados a socorrer os municípios atingidos pela seca. Senador Paulo Paim.	142
Defesa da adoção de medidas destinadas a minorar os problemas decorrentes da seca na região Nordeste do Brasil. Senador Reginaldo Duarte.	229
Visita do Presidente Lula às regiões atingidas pela seca nos estados do sul. Senador Paulo Paim.	336
Sugestões para o combate à seca no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Senador Alberto Silva.	342

XVIII

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o problema da seca no Nordeste. Senador Garibaldi Alves Filho.	343	Comenta sobre o desarmamento e a segurança dos cidadãos. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Romeu Tuma.	238
Defesa da liberação de recursos destinados ao combate à seca no Nordeste, especialmente em Alagoas. Senadora Heloísa Helena.	344	Condena falta de políticas urbanas e de segurança pública por parte dos governos federal e estadual. Senador Francisco Pereira.	239
Registra avanços no combate à seca no Nordeste. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Garibaldi Alves Filho.	346	Repudia violência, após ser vítima de assalto. Senador Francisco Pereira.	239
Pede maior atenção do governo para a população vítima da seca no nordeste. Senador Ney Suassuna.	398	Critica o Governo quanto à questão da segurança pública. Aparte ao Senador Francisco Pereira. Senador Mão Santa.	240
Cobra liberação de recursos para vítimas das secas. Senadora Heloísa Helena.	416	Considerações sobre o seqüestro, no Iraque, do brasileiro João José Vasconcelos Júnior. Senador Eduardo Suplicy.	264
Cobrança de ações governamentais destinadas a minorar os problemas da seca no estado de Santa Catarina. Senador Jorge Bornhausen.	435		
		SOBERANIA NACIONAL	
SEGURANÇA			
Considerações sobre o referendo para o Estatuto do Desarmamento. Senador César Borges. .	227	Justificativas a requerimento que solicita à Agência de Correios e Telégrafos a criação de selo comemorativo pelo transcurso dos 182 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida no Piauí entre as tropas portuguesas e brasileiras. Senador Alberto Silva.	418
Comenta resultado de pesquisa de opinião que revela a perda de confiança da população no desarmamento como fator de combate à violência no país. Senador Juvêncio da Fonseca.	236	Considerações sobre a Batalha de Jenipapo entre Portugal e Brasil. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Mão Santa.	419

Ata da 15ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 8 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Juvêncio da Fonseca
ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS

Período : 8/3/2005 07:39:40 até 8/3/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S SHLESSARENKO	X	X
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	X	X					
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X					
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X						
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X					
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X					
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X					
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X					

Compareceram: 72 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de decreto legislativo que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 124, DE 2005**

Susta o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, da Presidência da República.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, da Presidência da República, que “Dispõe sobre a programação orçamentária e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o 2005, e dá outras providências”.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a edição do referido decreto, o atual Governo bloqueou cerca de R\$15,9 bilhões do orçamento destinado a investimentos em infra-estrutura e custeio dos ministérios e principais programas federais. O corte é o maior do Governo Luta e vai afetar pastas como as do Desenvolvimento Agrário, Turismo, Cidades, Defesa e Agricultura. Essa atitude mostra, mais uma vez, o conservadorismo exagerado do atual Governo na condução da economia do País e a incongruência com discurso de prioridade para a área social.

Além disso, o decreto de contingenciamento, ao alterar o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, resultado do trabalho conjunto dos Poderes Executivo e Legislativo, incorre em caso típico de exorbitância de poderes. Cabe lembrar o que dispõe o art. 49 da Constituição Federal:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; Senadores para esta proposição.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos Senhores Senadores para esta proposição.

Sala das Sessões, em 8 de março de 2005. – **Almeida Lima.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 5.379,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no **caput** do art. 8º e no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como no art. 71 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 125, DE 2005**

Susta os artigos 6º, XVI, 7º, §§ 1º e 2º, 11, 15, 34, 35, 36, 37, parágrafo único, e 52 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, e do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

O congresso Nacional decreta:

Art. 1º É sustada aplicação dos artigos 6º, XVI, 7º, §§ 1º e 2º, 11, 15, 34, 35, 36, 37, parágrafo único, e 52 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, e do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Retransmissão de Televisão, e do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17.02.2005, trouxe em seu bojo diversas referências a um Serviço de RTV Institucional (RTVI), que seria “a modalidade de Serviço de RTV destinada a retransmitir, de forma simultânea ou não-simultânea, os sinais oriundos de estação geradora do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) explorado diretamente pela União”.

Ocorre que, segundo o disposto na Lei nº 4.117, de 27-8-1962 e que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 236, de 28-2-1967, os serviços de radiodifusão são classificados, quanto a programação, apenas como ‘comercial’ ou ‘educativo’, não existindo Serviço de Radiodifusão, em qualquer de suas espécies, na modalidade Institucional.

E sendo os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, é evidente que somente seria possível a existência de um suposto Serviço de RTV Institucional (RTVI) atrelado a um Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens na modalidade Institucional, que, repita-se, não existe.

Cumpra ainda salientar, por oportuno, que a criação de qualquer novo Serviço de Radiodifusão não pode ser realizada por meio de decreto presidencial, devendo qualquer proposição nesse sentido ser submetida à discussão no Congresso Nacional.

Com essas ponderações, espero receber o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 8 de março de 2005. – **Arthur Virgílio.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 5.371,
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005

Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962,

Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 3.965, de 10 de outubro de 2001, 4.025, de 22 de novembro de 2001, 4.439, de 24 de outubro de 2002, e 4.508, de 9 de dezembro de 2002.

Brasília, 17 de fevereiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Eunício Oliveira**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 18-2-2005

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO E DO SERVIÇO DE REPETIÇÃO DE TELEVISÃO

CAPÍTULO III Das Definições

.....
Art. 6º Para os efeitos deste regulamento, são adotadas as seguintes definições:

I – Estação Geradora de Televisão: é o conjunto de equipamentos, incluindo os acessórios, que realiza emissões portadoras de programas que têm origem em seus próprios estúdios;

II – Estação Repetidora de Televisão: é o conjunto de receptores e transmissores, incluindo equipamentos acessórios, capaz de captar os sinais de sons e imagens oriundos de uma estação geradora, recebidos diretamente dessa geradora ou de outra repetidora, terrestre ou espacial, de forma a possibilitar seu transporte para outra repetidora, para uma retransmissora ou para outra geradora de televisão;

III – Estação Retransmissora de Televisão: é o conjunto de receptores e transmissores, incluindo equipamentos acessórios, capaz de captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los, simultaneamente ou não, para recepção pelo público em geral;

IV – Estação Retransmissora Simultânea de Televisão: é o conjunto de transmissores e receptores, incluindo equipamentos acessórios, capaz de captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los, diretamente e sem interrupção, para recepção pelo público em geral;

V – Estação Retransmissora não-Simultânea de Televisão: é o conjunto de transmissores, in-

cluindo equipamentos acessórios, destinado a retransmitir os sinais de sons e imagens emitidos ou originados em estações geradoras, diretamente ou previamente gravados, e aqueles inseridos localmente, de modo que possam ser recebidos pelo público em geral;

VI – Inserção Publicitária Local: é a veiculação de publicidade comercial de interesse da comunidade servida por estações de RTV;

VII – Licença para Funcionamento de Estação: é o documento que habilita a estação a funcionar em caráter definitivo;

VIII – Programação Básica: é a programação comum entre as estações geradoras de uma mesma rede:

IX – Rede Local de Televisão: é o conjunto formado por uma estação geradora e seu Sistema de Retransmissão de Televisão, restrito à área territorial de um grupo de localidades pertencentes à mesma mesorregião geográfica de uma unidade da Federação, que veiculam a mesma programação básica;

X – Rede Estadual de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão que veiculam a mesma programação básica dentro da área territorial de uma unidade da Federação;

XI – Rede Regional de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão que veiculam a mesma programação básica em mais de uma unidade da Federação, com abrangência em uma mesma macrorregião geográfica;

XII – Rede Nacional de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão com abrangência nacional que veiculam a mesma programação básica;

XIII – Rede de Repetidoras: é o conjunto de estações repetidoras destinadas a transportar os sinais de sons e imagens ao longo de um determinado trajeto contínuo;

XIV – Serviço de RTV Comercial (RTVC): é a modalidade de Serviço de RTV destinada a retransmitir, de forma simultânea ou não-simultânea, os sinais oriundos de estação geradora de televisão comercial;

XV – Serviço de RTV Educativo (RTVE): é a modalidade de Serviço de RTV destinada a retransmitir, de forma simultânea ou não-simultânea, os sinais oriundos de estação geradora de televisão educativa;

XVI – Serviço de RTV Institucional (RTVI): é a modalidade de Serviço de RTV destinada a retransmitir, de forma simultânea ou não-simultânea, os sinais oriundos de estação geradora do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) explorado diretamente pela União;

XVII – Serviço de RTV em Caráter Primário: é o Serviço de RTV que tem direito a proteção contra interferência, nos termos da legislação pertinente;

XVIII – Serviço de RTV em Caráter Secundário: é o Serviço de RTV que não tem direito a proteção contra interferência, nos termos da legislação pertinente; e

XIX – Sistema de Retransmissão de Televisão: é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão.

CAPÍTULO IV Da Finalidade

Art. 7º Os Serviços de RTV e de RPTV têm por finalidade possibilitar que os sinais das estações geradoras sejam recebidos em locais por eles não atingidos diretamente ou atingidos em condições técnicas inadequadas.

§ 1º À exceção do RTVI, cada estação retransmissora somente poderá retransmitir os sinais de uma única geradora.

§ 2º A estação retransmissora do RTVI poderá compartilhar o tempo disponível entre as geradoras exploradas diretamente pela União, mediante acordo entre esta e as autorizadas a executar o serviço.

§ 3º Não será permitida a retransmissão de programação disponível na localidade, com exceção da cobertura das áreas de sombra.

Art. 11. A autorização para a execução do Serviço de ATVI somente será outorgada a pessoa jurídica de direito público interno municipal.

Art. 15 A outorga de autorização a pessoas jurídicas de direito público interno municipal para executar Serviço de RTVI prescindirá de realização de consulta pública.

Art. 34. As autorizadas a executar o Serviço de RTVI poderão realizar inserções de programação, de sua exclusiva responsabilidade.

§ 1º As inserções de programação não poderão ultrapassar o percentual de quinze por cento do total de horas da programação retransmitida.

§ 2º A programação inserida deverá ter finalidades institucionais, educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento e interesse geral da municipalidade.

§ 3º O horário disponível para inserção de programação local deverá ser distribuído de acordo com a seguinte proporção:

I – um terço para a divulgação das atividades do Poder Executivo do município;

II – um terço para a divulgação das atividades do Poder Legislativo do município, preferencialmente para a transmissão de suas sessões; e

III – um terço para entidades representativas da comunidade, sem fins lucrativos, devidamente constituídas e sediadas no município, assegurada a pluralidade de opiniões e representação dos diversos segmentos sociais.

§ 4º o tempo reservado à inserção de programação não utilizado pela retransmissora será destinado à retransmissão da programação da estação geradora.

Art. 35. Será admitido patrocínio, sob a forma de apoio institucional, para a produção da programação a cargo das entidades representativas da comunidade local, de que trata o inciso III do § 3º do art. 34 deste regulamento.

Parágrafo único. Entende-se como apoio institucional o financiamento dos custos relativos à produção da programação ou de um programa específico, sendo permitida, por parte da entidade que receber o apoio, tão-somente a veiculação, por meio de som e imagem, de mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção a seus produtos ou serviços.

Art. 36. As autorizadas a executar o RTVI deverão constituir conselho de programação com a finalidade de definirem diretrizes, acompanhar as inserções de programação e de publicidade, bem como subsidiar o Ministério das Comunicações no exercício de sua competência fiscalizadora, de que trata o inciso IV do art. 4º deste regulamento.

§ 1º O conselho de programação de que trata o caput será composto de forma paritária, conforme a seguir especificado:

I – representantes indicados pelo Poder Executivo municipal;

II – representantes indicados pelo Poder Legislativo municipal, assegurada a representação das diversas correntes partidárias; e

III – representantes da comunidade residentes ou domiciliados no município onde estiver instalada a estação retransmissora.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso III do § 1º deste artigo serão eleitos, entre os candidatos indicados por entidades representativas da comunidade local, em assembléia convocada, mediante edital, pela autorizada a executar o serviço.

CAPÍTULO IX

Da Transferência de Autorização

Art. 37. A transferência da autorização para execução dos Serviços de RTV e de RPTV somente é permitida entre pessoas jurídicas para retransmissão ou repetição da mesma programação básica.

Parágrafo único. A transferência de que trata o caput poderá ser realizada entre pessoas jurídicas de direito privado e, observado o disposto no art. 11 deste regulamento, entre estas e as pessoas jurídicas de direito público interno.

Art. 52. As pessoas jurídicas de direito público interno municipal, atualmente autorizadas a executar o Serviço de RTV, que desejarem fazê-lo na modalidade de ATVI, deverão apresentar requerimento nesse sentido ao Ministério das Comunicações.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Vide Lei nº 9.472, de 16-7-97

Vide texto compilado

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236, DE 28
DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117,
de 27 de agosto de 1962.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2005

Institui o Juizado Especial Cível da Mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O §2º, do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1.995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a ter a seguinte redação:

“*Art. 3º*

§2º. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e à capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.”(NR)

Art. 2º. As ações de separação de corpos, separação judicial, divórcio, investigação de paternidade, guarda de filhos, regulamentação de visitas, e as de fixação, revisão e exoneração de alimentos, e outras atinentes ao Direito de Família, por opção do autor, poderão ser submetidas aos princípios e ao rito sumário da Lei nº 9.099 de 1995, com tramitação em segredo de justiça.

§ 1º. Para a efetivação da tutela pretendida nas ações previstas no “*caput*”, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, mediante petição oral ou escrita, determinar, antecipada ou incidentalmente, todas as providências cautelares necessárias à obtenção do resultado útil do processo.

§ 2º. É lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente, ou mediante justificação prévia, citado o réu, desde que relevante o fundamento da demanda e justificado o receio de ineficácia do provimento final.

Art. 3º. A tentativa de conciliação será antecedida por mediação conduzida por equipe multidisciplinar, que fará trabalho de sensibilização das partes e lhes explicará as conseqüências do atendimento da pretensão.

§ 1º. A conciliação será conduzida por juiz togado, sempre com a presença do Ministério Público.

§ 2º. Far-se-á a conciliação por juiz leigo, ou por conciliador, desde que sob a orientação, ainda que não presencial, de juiz togado.

Art.4º. As partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado, salvo se não for obtida a conciliação, cuja assistência é obrigatória nas fases seguintes.

§ 1º. O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 2º. O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

Art. 5º. O Juizado Especial de Família tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas de família que não excedam ao imóvel, integrante do patrimônio de uma ou de ambas as partes.

§1º. Considera-se não exceder o valor do imóvel, na forma do *caput* deste artigo, o veículo automotor integrante do patrimônio de uma ou de ambas as partes, os bens móveis que guarnecem esse imóvel, e outros bens móveis de pequena monta.

§2. Admitir-se-ão causas de valor superior ao de um imóvel, previsto neste artigo, se entre as partes não houver controvérsia sobre a divisão patrimonial.

Art. 6º. A execução da sentença, processar-se-á no próprio Juizado e integrará o processo de conhecimento.

Art. 7º. Da concessão de liminar caberá recurso para o próprio Juizado.

Art. 8º. Aplicar-se, subsidiariamente, ao Juizado Família, no que couber, o disposto na Lei nº 9.099, de 1995.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto deste Projeto é permitir que os conflitos que ocorrem no âmbito das famílias, e que são levados ao Poder Judiciário para serem resolvidos, possam ter rápida solução e sejam baseados na defesa dos interesses dos mais frágeis, na busca da conciliação e na informalidade, isto é, sem as burocracias que costumam acompanhar os processos judiciais.

Assim, o objetivo do Projeto é permitir que as demandas do Direito de Família possam seguir o rito processual dos Juizados Especiais, ou em outras palavras, os Juízes de Família poderão utilizar regras mais flexíveis, muito menos formalistas, para o equacionamento das desavenças familiares.

Aqui é bom lembrar que as adversidades enfrentadas por quem quer que busque os serviços da Justiça, no caso, naquelas causas que envolvem os Direitos de Família, é uma rotina, de modo que o Projeto beneficia a todos; mas sem dúvida alguma que os maiores usuários ativos das Varas de Família são as mulheres, ou seja: no que respeita os Direitos de Família são elas as que mais ingressam junto ao Poder Judiciário solicitando efetividade de seus direitos, daí que, em termos práticos, serão as Mulheres as maiores beneficiadas.

Os Direitos da Mulher, no que toca suas demandas mais diretas perante o Poder Judiciário, ainda são uma questão que deixa muito a desejar. É bem verdade que problemas de discriminação, desigualdade salarial, saúde, exclusão educacional, violência doméstica são dilemas que chamam mais atenção quando se fala dos Direitos da Mulher, mas não menos importante estão as grandes dificuldades das mulheres em lutarem por uma eficaz prestação jurisdicional em suas demandas mais imediatas junto a Justiça, por exemplo, de separação de corpos; investigação de paternidade; guarda de filhos; regulamentação de visitas; fixação de pensão alimentícia, etc...

A demora na prestação jurisdicional em assuntos afeitos ao Direito de Família toca com mais gravidade as mulheres, atingindo a fundo as suas sensibilidades maternas.

Para se ter uma idéia, dos exemplos dados acima, cada demanda segue um rito processual diferente: A separação de corpos – normalmente quando a mulher precisa afastar o homem de casa por causa da violência doméstica ou maus-tratos – segue o rito previsto no art. 888, VI Código de Processo Civil ou art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995 com a redação da Lei nº 10.455, de 2002; A Investigação de Paternidade segue o rito previsto na Lei nº 8560, de 1992; A Ação de Alimentos segue o rito previsto na Lei nº 5478, de 1968; A Separação Judicial e o Divórcio segue o rito da Lei n 6515, de 1977¹.

Esses Direitos da Mulher, quando violados, recaem perante o Poder Judiciário que tem como função precípua garanti-los. Ocorre que na atual forma como vem sendo regulado pelo ordenamento jurídico brasileiro, esses direitos mostram uma morosidade, dispersão e falta de sistematização de normas e procedimentos que acabam por

¹ O novo Código Civil incorpora em seu texto capítulo referente à dissolução da sociedade conjugal, que havia saído para legislação própria desde o advento do divórcio. Está revogada, assim, a Lei n. 6.515/77, que trata da separação judicial e do divórcio, ao menos no que tange às suas disposições de natureza material, atinentes às causas, requisitos e espécies, muito embora ainda subsistam suas disposições de cunho processual, especialmente as relativas à conversão da separação judicial em divórcio (artigos 35 a 37) e ao divórcio consensual (artigo 40, § 2º).

prejudicar o adequado tratamento da questão. Com isso, agrava-se a situação dessas mulheres e a afastam da cidadania, principalmente para aquelas com reduzido poder aquisitivo.

Ademais, o Projeto colaciona medidas processuais próprias e específicas que também se mostram necessárias para a efetivação dos Direitos da Mulher. É o caso da possibilidade do deferimento pelo juiz de providência cautelar necessária à obtenção do resultado útil do processo.

No mesmo sentido, também se possibilitou ao juiz a concessão de tutela antecipatória, desde que relevante o fundamento da demanda e justificado o receio de ineficácia do provimento final.

Não obstante medidas desta natureza possam ser tomadas pelo Poder Judiciário brasileiro, mediante uso dos meios processuais já existentes, o fato de não estarem especificamente mencionadas podem sempre gerar questionamentos sobre sua legalidade, mostrando-se mais adequado prevê-las expressamente, principalmente quando se adotará o procedimento dos Juizados Especiais.

Além disto, outra novidade contida no Projeto foi levar em consideração que o Direito de Família envolve questões que normalmente são acompanhados de problemas psicológicos e comportamentais, que demandariam orientação e aconselhamento dos envolvidos. Assim, tais problemas, quando levados à Justiça, requer acompanhamento profissional especializado. Técnicos das áreas de assistência social, psicologia, médica e outros passam a exercer um papel de suma importância em praticamente todos os casos, de modo a tornar desejável uma atuação bastante próxima no auxílio ao Poder Judiciário quando chamado a se manifestar sobre a questão. Deve haver, por conseguinte, um aparelhamento da Justiça para que possa fazer-se valer deste tipo de auxílio de forma confiável, rápida e eficaz.

Também foram mantidas as duas regras que já norteiam os Juizados Especiais e as Ações de Família: a gratuidade, com a

representação processual direta da Mulher, sem a necessidade de advogados para a postulação processual, salvo para eficácia na defesa dos seus interesses, e o sigilo, com tramitação dos feitos em segredo de justiça.

Vale salientar que a viabilidade jurídica do projeto decorre do seu cristalino amparo constitucional. A Constituição Brasileira é explícita no sentido de prever mecanismos inibidores de relações familiares tumultuadas ou violentas, como se depreende da redação do § 8º do art. 226: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Vê-se, da redação do texto, que se estabeleceu verdadeiro mandamento constitucional destinado a coibir a violência, mas também a que o Estado preste assistência à família.

Além disto, estabelece o art. 227 que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Sempre se deve ter em mente que a unidade familiar deve ser preservada, por ser o núcleo adequado para a boa educação dos filhos. A desconstituição é uma exceção, e deve ocorrer somente nos casos que a harmonia da unidade familiar se mostre impossível ou bastante improvável, prejudicando a convivência pacífica de seus integrantes. Neste caso, a celeridade e informalidade são imprescindíveis, daí porque o rito dos Juizados Especiais devem ser aplicados.

Por exemplo, considerando que, nas causas de separação de corpos, alimentos, ou guarda provisória de filhos, o objeto principal decorre de graves conflitos existentes na família, daí que resta evidente que a celeridade processual torna-se imprescindível para a obtenção dos resultados desejados, de modo que as formalidades devem ser relevadas caso prejudiquem este objetivo.

A importância de uma rápida solução jurisdicional fica patente quando se tem noção de que as mulheres sofrem muito mais quando sabem que suas crianças, seus adolescentes, seus idosos ou quaisquer outras pessoas que, em face das suas características, se mostrem em condições desfavoráveis com relação ao conflito e não estão recebendo o tratamento prioritário por parte da Justiça.

Ao final, lembro que a idéia central deste Projeto foi do ex-Senador Carlos Bezerra, que devido as regras regimentais, teve essa proposição arquivada. A relevância do tema levou-me a reapresentá-lo, após as devidas adaptações e introdução de vários e novos elementos.

Peço apoio para a aprovação deste Projeto, face a observância de seus aspectos formais de constitucionalidade e legalidade, dotado de pleno interesse público.

Sala das Sessões, em 8 de março de 2005

Senador  ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB/SE

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – a ação de despejo para uso próprio;

IV – as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 55, DE 2005**

Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ser anualmente comemorado em 30 de novembro.

Art. 2º Cabe ao Poder Executivo a adoção de medidas destinadas à difusão e a comemoração do Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A intenção precípua do presente Projeto de Lei é dar forma e visibilidade à importância das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, celebrando laços de amizade, cooperação e integração política, econômica e cultural, fadados a se tornarem sempre mais presentes e intensos.

Com a institucionalização da data, a iniciativa vem promover, em âmbito nacional, o reconhecimento da importância e da necessidade vital de estancos em paz com os nossos vizinhos, em um mundo cada vez mais assolado pelas rivalidades regionais e pela competição comercial e política.

Não obstante o histórico de rivalidades entre os dois países, em face de economias concorrentes e de superadas pretensões hegemônicas na América do Sul, Brasil e Argentina souberam superar assimetrias e conformar, dentro de entorno geográfico ampliado, projetos de integração capazes de aliar desenvolvimento ao crescimento econômico.

Os imperativos dos tempos modernos, caracterizados por capitalismo globalizado e por inovações técnico-científico-informacionais, exigiam do Cone Sul articulação política e econômica que pudesse foflar as bases de nova inserção internacional, menos dependente dos grandes centros de decisão e mais autônoma quanto às reais necessidades regionais. A resposta a esses novos desafios foi encontrada em consensual integração que não ferisse arraigadas convicções jurídicas dos países-membros e que fornecesse subsídios para a solução de problemas comuns. Brasil e Argentina, portanto, se já sinalizavam sólida cooperação bilateral, reforçaram seus laços em bloco econômico institucionalizado pela criação do Mercosul, com o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991.

Fosse, entretanto, apenas econômica a **ratio** de aproximação, descuidar-se-iam de traços históricos,

culturais e políticos imprescindíveis à moderna análise das relações externas. Hoje, Brasil e Argentina, originariamente colônias de exploração das metrópoles europeias, vão desvencilhando-se de passado marcado pela dominação. Alcançam patamares avançados de democracia, que se expressa não apenas na prática reiterada do voto popular, mas também na responsabilidade de proporcionar condições mais igualitárias às parcelas carentes da sociedade.

Conquanto grandes os desafios relacionados à pobreza, à imensa dívida externa e à complexidade da administração pública, ambos os países empenham-se notoriamente na busca de soluções de modo eficiente e criativo.

Em fóruns internacionais, Brasil e Argentina têm também demonstrado posicionamentos favoráveis ao respeito ao Direito Internacional Público, ao multilateralismo, à solução pacífica de controvérsias e à autodeterminação dos povos e à igualdade das Nações. Juntos, combatem o protecionismo dos países desenvolvidos, que impede o acesso a mercados europeus e americanos, defendendo a configuração de ordem mundial mais equitativa, que legitime e garanta o progresso e o desenvolvimento de todos os países.

Por mais que análises superficiais proclamem as rivalidades comerciais e a pretensa divergência de projetos econômicos e políticos, a realidade opõe-se às intrigas: são amistosas as relações argentino-brasileiras e, fato inédito na história da América Latina, os países negociam em bloco o livre comércio hemisférico, do projeto Alca, e as relações com a União Européia. Quanto às disputas comerciais bilaterais, é salutar lembrar que só há comércio entre países amigos, que em nada devem comprometer à essência das relações, a exemplo do que ocorre entre Estados Unidos e Canadá, maiores contendores comerciais do mundo, porém, sempre e em boa hora aliados incondicionais.

No que concerne à escolha da data, 30 de novembro, cumpre esclarecer tratar-se do dia em que se celebrou, em 1996, o primeiro ato internacional formal conducente à criação do Mercosul, a “Declaração de Iguazu”, na fronteira emblemática dos dois países, às margens do rio Iguazu e de suas tão famosas cataratas. Por firme determinação dos então Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, Brasil e Argentina passavam a dar forma política ao sonho “bolivariano” de integração latino-americana.

A propósito, em recente encontro entre os Presidentes Kirchner e Lula, ocorrido em 16 de março de 2004, no histórico Hotel Copacabana Palace, deliberou-se consensualmente na “Ata de Copacabana”, em seu § 8º, sob a conveniência e oportunidade de instituir-se

comemoração como a que se pretende nos termos da presente proposta.

Por estas razões, se espera que os Nobres Pares venham dar acolhimento à presente proposição legislativa.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

(Às Comissões de Educação e Relações Exteriores cabendo a última em decisão terminativo).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2005

Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel a ser anualmente comemorado em 29 de novembro.

Art. 2º Cabe ao Poder Executivo a adoção de medidas destinadas à difusão e a comemoração do Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pretende o presente projeto de lei formalizar as comemorações da data em que se celebra a amizade entre Brasil e Israel, fomentando as relações de cooperação política, econômica e cultural entre os dois países, em prol de maior solidariedade e integração.

Com a institucionalização da data, a iniciativa visa a propiciar, em âmbito nacional, o reconhecimento da importância para o Brasil de solidificar e aprofundar suas relações com o Estado de Israel, não apenas pelo aspecto político e estratégico, mas ainda pelo significado ético e histórico da civilização hebraica.

A despeito das dificuldades do momento histórico vivido no Oriente Médio, das lamentáveis tragédias que convulsionam a região sagrada tanto para o Cristianismo como para o Islamismo, o estreitamento das relações entre Brasil e Israel é de importância e relevância para nossa presença externa, homenageando país de tão caras tradições.

A proposta funda-se ainda nos laços políticos e culturais entre Brasil e Israel, justificando-se pela amizade recíproca, pela convergência de princípios defendidos no plano internacional e pela importância de símbolos que traduzam reiterados propósitos de cooperação.

Fundado em 1948 como lar de todos os judeus do mundo, após séculos de diáspora, de perseguições

e de extermínio, Israel erigiu-se sob clamor da comunidade internacional, sensibilizada pelo holocausto perpetrado durante a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil, mediante ativa participação na Organização das Nações Unidas (ONU), posicionou-se, de pronto, favoravelmente à existência de Estado israelense, que deveria conviver de modo pacífico ao lado de Estado palestino. A política externa brasileira, contudo, mantinha distantes laços formais com Israel. Restringia-se a declarações de princípios, de apoio ou de exortação à solução pacífica de conflitos, atitudes que perdurariam até a década de 1970, ponto de inflexão para as relações bilaterais entre Brasil e Israel.

Ao final dos anos 1960, instaurou-se uma política específica para o Oriente Médio, o que conduziria a negociações pragmáticas de aproximação via comércio ou por meio de interesses comuns em fóruns internacionais. Até então, o Brasil privilegiava o não envolvimento nas questões árabe-israelenses, assumindo equidistância em nome de palestinos e israelenses que haviam imigrado para o Brasil e feito do País sua nova pátria.

Como resultado da gradativa aproximação, o Brasil tornou-se defensor das Resoluções nºs 242/67 e 338/73 da ONU, expressando-se contra o uso da força, mas a favor de Estado israelense seguro e reconhecido por seus vizinhos, juntamente com Estado palestino independente. O posicionamento brasileiro não se revela ambíguo nem incoerente. Ao revés, denota a tradição diplomática legada por Barão do Rio Branco, que faz do Brasil, hoje, porta-voz dos princípios da autodeterminação dos povos, do multilateralismo e da não-intervenção, de acordo com termos da própria Constituição Federal.

Sem privilegiar israelenses em detrimento de palestinos, o que faz o Brasil é sugerir a existência de comunidade internacional plural, capaz de refletir anseio de diferentes povos e de diferentes culturas. Infere-se, desse modo, ter o Brasil atingindo maturidade nas relações exteriores: valoriza-se a amizade com Israel, mas em nome dessa mesma amizade, apontam-se eventuais erros ou excessos do país amigo e parceiro.

A instituição de data que celebre a boa relação entre Brasil e Israel, em momento de novo vigor conferido a essa aproximação bilateral, sobretudo quanto ao comércio, que aponta variadas possibilidades de intercâmbio, é oportuna e conveniente. Porquanto simboliza marco político de relação espontânea e cordial, a data reitera o propósito de cooperação duradoura e de comprometimento saudável e promissor.

No que concerne à escolha da data, 29 de novembro, cumpre esclarecer tratar-se do dia em que,

em 1947, deliberou-se, no seio da Organização das Nações Unidas, favoravelmente à criação do Estado de Israel, com a atuação firme e historicamente reconhecida do Embaixador brasileiro Oswaldo Aranha, que presidia a Assembléia-Geral da ONU no conturbado período do II pós-Guerra.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

(Às Comissões de Educação e Relações Exteriores cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005

Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Os depósitos fossilíferos existentes em território nacional e os fósseis nele coletados são bens da União, constituindo-se patrimônio cultural e natural brasileiro e sua proteção e utilização obedecerão aos seguintes princípios:

I – geração de conhecimentos científicos sobre o patrimônio fossilífero do País, cabendo ao poder público dar prioridade e incentivos ao fortalecimento da capacidade científica nacional nessa área;

II – responsabilidade solidária do poder público federal, estadual, municipal e do Distrito Federal nas ações de fiscalização e proteção do patrimônio fossilífero, nos termos do art. 216, § 1º, da Constituição Federal e desta lei;

III – consideração dos aspectos cultural, histórico, científico, ambiental e social, em quaisquer decisões do poder público que digam respeito, direta ou indiretamente, ao patrimônio fossilífero;

IV – envolvimento da população na proteção do patrimônio fossilífero, por meio de facilidades no acesso à informação e criação de oportunidades socioeconômicas vinculadas àquela proteção;

V – valorização do patrimônio fossilífero brasileiro, por meio de divulgação e ações educativas destinadas à conscientização da sociedade.

CAPÍTULO II

Das Definições

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – fóssil: qualquer registro de vida pré-histórica preservada em rochas, inclusive partes de organismos,

suas atividades fisiológicas, tais como ovos e coprólitos, bem como pegadas e pistas;

II – depósito fossilífero: qualquer ocorrência de fóssil, conhecida ou não;

III – sítio fossilífero: local de ocorrência de depósito fossilífero;

IV – patrimônio fossilífero: o conjunto de depósitos fossilíferos existentes no País;

V – monumento natural: unidade territorial de conservação ambiental e cultural que tem por objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica

CAPÍTULO III

Dos Sítios Fossilíferos

Art. 3º Todos os sítios fossilíferos podem ser declarados “monumentos naturais” e serão classificados em:

I – abertos: quando o objetivo de conservação de fósseis for compatível com atividades controladas de pesquisa e visitação;

II – de proteção integral: quando características especiais dos sítios fossilíferos, cientificamente comprovadas, justificarem o seu uso exclusivo para pesquisa.

Parágrafo único. Os critérios para classificação de sítios deverão considerar:

I – contribuição ao avanço do conhecimento científico;

II – preservação do equilíbrio ecológico;

III – potencial de reativação econômica das regiões nas quais a existência de patrimônio fossilífero favoreça a criação de atividades não predadoras a ele relacionadas, especialmente o turismo científica e ecologicamente orientado;

IV – preservação de bens relevantes associados, especialmente cobertura vegetal e recursos hídricos;

V – representatividade da área nos contextos geológicos regional, nacional e mundial.

CAPÍTULO IV

Do Acesso ao Patrimônio Fossilífero

Art. 4º A pesquisa e a coleta de material fóssil em território brasileiro deverão ser previamente autorizadas pela autoridade competente, aplicando-se a legislação federal sobre coleta de dados e materiais científicos por estrangeiros e devendo constar, da documentação exigida, no mínimo:

I – identificação circunstanciada da área que será objeto do trabalho para o qual é solicitada a autorização;

II – descrição dos métodos, técnicas e instrumentos a serem utilizados;

III – indicação do destino do material coletado e explicitação dos objetivos do trabalho;

IV – identificação dos requerentes, bem como comprovantes de sua qualificação profissional.

Parágrafo único. As instituições de ensino superior e pesquisas brasileiras que forem credenciadas pela autoridade competente, estão dispensadas dessas exigências, devendo apresentar anualmente, àquela autoridade, relatório de suas atividades em sítios fossilíferos.

Art. 5º É proibida a transferência de fósseis para o exterior, nos termos do art. 1º desta lei, exceto quando se destinarem a museus ou instituições de ensino e pesquisa reconhecidos pelos respectivos governos nacionais e cuja idoneidade científica e ética seja atestada pelas entidades representativas da comunidade científica brasileira dos ramos da Paleontologia ou da Geologia, observadas as seguintes condições:

I – co-participação, por meio de acordo de cooperação técnica e científica, na coleta e classificação do material a ser transferido, de museus ou instituições de ensino superior e pesquisa brasileiros, cuja idoneidade científica e ética seja atestada pelas entidades nacionais representativas da comunidade científica dos ramos da Paleontologia ou da Geologia;

II – triagem prévia, por parte da instituição brasileira co-participante, do material coletado a ser transferido, devendo ser retidos necessariamente os holótipos e síntipos e exemplares de parátipos e lectótipos.

Parágrafo único. Os fósseis retidos na forma do inciso II deste artigo ficarão depositados nas instituições brasileiras co-participantes ou em instituições públicas brasileiras de ensino ou pesquisa federais, estaduais ou municipais.

Art. 6º Exemplares de fósseis existentes em instituições particulares de ensino e pesquisa no País são considerados parte do patrimônio público, nos termos do art. 1º desta lei e, como tal, devem ser objeto de comunicação à autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de encerramento de atividades ou quaisquer alterações nas finalidades das instituições de que trata o **caput** os exemplares de fósseis lá existentes deverão ser encaminhados a instituições públicas de ensino superior ou pesquisa federais, estaduais ou municipais.

Art. 7º A realização de obras potencialmente causadoras de impacto nos sítios fossilíferos e a exploração de rochas, por meio de lavras mecanizadas ou manuais, deverão ser autorizadas e acompanhadas pela autoridade competente, nos termos desta lei e das legislações ambiental e de mineração pertinentes.

§ 1º A obra ou lavra poderá ser embargada se prejudicar o patrimônio fossilífero, a critério da autoridade competente.

§ 2º É obrigatória a comunicação à autoridade competente municipal, estadual ou federal, de descoberta de depósito fossilífero.

CAPÍTULO V

Das Sanções Penais e Administrativas

Art. 8º Constitui crime comercializar fósseis:

Penal – detenção de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.

Art. 9º Constitui crime transferir ou adquirir fósseis por meios diversos da comercialização, ressalvado o disposto no art. 4º desta lei:

Penal – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 10. Constitui crime a transferência de fósseis para o exterior:

Penal – detenção de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.

Art. 11. Constitui crime transportar ou reter fósseis em desacordo com os termos desta lei:

Penal – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 12. Se o crime é culposo a pena é diminuída de um a dois terços.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará o sistema de sanções administrativas que se deverão aplicar aos infratores desta lei, incluindo, necessariamente:

I – apreensão definitiva do material coletado, assim como de materiais e equipamentos utilizados na ação irregular;

II – cancelamento da permissão ou licença para acesso a sítios fossilíferos;

III – proibição de concessão de novas permissões ou licenças para acesso a sítios fossilíferos em todo o território nacional;

IV – aplicação de multas cumulativas e proporcionais ao número de peças apreendidas.

Art. 14. A autoridade competente observará, ao aplicar as sanções administrativas ou penais:

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a conservação do patrimônio fossilífero nacional;

II – os antecedentes do agente infrator quanto ao cumprimento da legislação de proteção ao patrimônio fossilífero.

Art. 15. É circunstância atenuante da pena a colaboração, por parte do agente infrator, com os agentes encarregados da vigilância e proteção do patrimônio fossilífero.

Art. 16. São circunstâncias agravantes da pena:

I – reincidência nos crimes contra o patrimônio fossilífero;

II – ter o agente cometido a infração:

a) induzindo ou coagindo outrem para a execução material da infração;

b) atingindo áreas declaradas “monumentos naturais fossilíferos” incluídos na categoria de proteção integral, nos termos do art. 3º desta lei;

c) mediante fraude ou abuso de confiança;

d) facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

Art 17. A pena de multa não deverá ser inferior ao benefício econômico previsivelmente esperado pelo infrator com sua atividade ou conduta.

§ 1º A pena de multa poderá ser aumentada até 100 (cem) vezes, se a autoridade considerar que, em virtude da situação econômica do agente, é ineficaz, ainda que aplicada no seu valor máximo.

§ 2º A regulamentação desta lei estabelecerá os critérios para perícia e cálculo da pena de multa, bem como para sua revisão periódica, com base nos índices constantes da legislação pertinente.

Art 18. Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo definirá os órgãos públicos responsáveis pelo seu cumprimento, atribuindo-lhes poder de polícia.

Art 19. Independentemente das sanções e penas estabelecidas nesta lei, aplicam-se às infrações contra o patrimônio fossilífero brasileiro, no que couber, as sanções e penas de que tratam as legislações ambiental e de proteção ao patrimônio cultural do País.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias após sua publicação.

Art 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto é mais um dos que foram idealizados e apresentados pelo nosso ilustríssimo colega, o laborioso e eficiente ex-Senador Lúcio Alcântara, hoje grande governador do Estado do Ceará. A proposição encontrou o amparo e o apoio desta Casa sendo aqui aprovada com certa celeridade, isto é, se considerada a amplitude, complexidade e profundidade do tema da lei. Entretanto, a matéria não prosperou na Câmara dos Deputados, onde foi despachada ao arquivo.

Apesar de a proposição ter sido arquivada, considero imprescindível a insistência em buscarmos regularizar a situação dos sítios arqueológicos e, em especial, a proteção ao patrimônio fossilífero. Hoje, dada a vacância legal sobre o tema, adicionada à divergência conceitual do tratamento da questão, gera-se um quadro confuso e um desamparo formal no trato dos recursos fósseis, sua pesquisa, seu resguardo e defesa.

Represento o Estado do Rio Grande do Sul, que assim como Ceará, Minas Gerais, Piauí, Goiás e outras unidades da Federação, possui grande acervo paleontológico, notórios sítios arqueológicos e importante pesquisa científica nas áreas afins ao tema. Neste sentido, tomo a liberdade de endossar também este projeto de meu amigo e colega. Concordando em todo o grau com a proposição original, tenho a honra de submeter à apreciação de meus pares mais uma proposição de autoria daquele que considero um dos mais prolíficos senadores da República.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2005

Altera a redação do art. 1.211-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conceder prioridade

processual aos deficientes em que a causa seja conexa com a deficiência, e para ajustar o benefício ao Estatuto do Idoso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.211-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de deficiência conexa com a causa, terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências, em qualquer instância. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Processo Civil, no art. 1.211-A, introduzido pela Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, concede prioridade processual à pessoa que, maior de sessenta e cinco anos, figure como parte ou interveniente em processo judicial.

A disciplina processual necessita ser compatibilizada com o Estatuto do Idoso, que tem sede na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, onde está prevista a idade de sessenta anos, e não a de sessenta e cinco, que ainda consta em algumas leis, inclusive no art. 1.211-A do Código de Processo Civil.

Deve-se conceder à parte ou ao interveniente, cuja deficiência física decorrer de culpabilidade de terceiro, absoluta prioridade processual, para que não pereça o direito na vazão do tempo, em agravamento da lesão pela demora na reparação. Impende, pois, ser alterada a lei processual, para que a deficiência, conexa com a causa, resulte em prioridade processual para o interessado e encontre seu deslinde em prazo razoável.

Com as presentes razões, contamos com os ilustres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2005. – Senador **Augusto Botelho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Lei nº 5.869/1973)

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001).

ESTATUTO DO IDOSO

LEI Nº 10.741, DE 2003

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cabendo a última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2005

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para disciplinar a eleição de vereadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A.:

“CAPÍTULO IV-A

Da Eleição de Vereadores

Art. 113-A. Cada partido ou coligação indicará, em convenção municipal, lista de candidatos a vereador e promoverá seu registro.

Art. 113-B. O preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem em que seus candidatos forem registrados nas respectivas listas.

Art. 113-C. Uma vez preenchidos todos os lugares, considerar-se-ão suplentes da representação partidária ou da coligação os demais candidatos integrantes das listas respectivas, na ordem em que tenham sido registrados.

Art. 113-D. Os atuais detentores de mandato de vereador que, até a véspera da convenção para a escolha de candidatos, fizerem comunicação por escrito, ao órgão de direção municipal, de sua intenção de concorrer ao pleito, comporão a lista dos respectivos partidos ou coligações, nas eleições seguintes à publicação desta lei, na ordem decrescente dos votos obtidos nas eleições anteriores, salvo deliberação em contrário do órgão competente do partido.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tema complexo e de enormes conseqüências, a reforma política permanece, há tempo, nas agendas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na vigência da Constituição de 1988, inúmeros projetos tramitaram em ambas as Casas com o objetivo de alterar aspectos pontuais do nosso sistema político e eleitoral. Observamos, também, em determinados momentos, a elaboração e tramitação de propostas mais ambiciosas, que procuravam e procuram a mudança ordenada do sistema como um todo. Nessa última categoria enquadram-se as propostas emanadas das Comissões Especiais constituídas para essa finalidade, pelo Senado Federal, em 1994, relatada pelo então Senador Sérgio Machado, e pela Câmara dos Deputados, em 2003, que contou com a relatoria do Deputado Ronaldo Caiado.

Entre os pontos objeto das alterações propostas, tem destaque a questão da lista pré-ordenada de candidaturas nas eleições proporcionais. Considera-se, a meu ver com razão, que a personalização do voto imposta pela lista aberta conduz necessariamente ao enfraquecimento das siglas partidárias e constitui causa, ainda que indireta, das migrações de representantes eleitos entre as legendas, da fragmentação do quadro partidário e da influência desmedida do poder econômico sobre nossas eleições.

É fato que a lista aberta, ou seja a definição da ordem dos eleitos em cada partido por meio do número de votos obtido por cada candidato, tem como conseqüência imediata a organização de campanhas individuais, nas quais cada candidato define suas propostas, elabora suas peças de campanha, arrecada seus fundos e responde por seus gastos. E do interesse dos candidatos, nesse sistema, superar seus próprios companheiros de nominata e terminar o pleito a sua frente, de modo a beneficiar-se dos votos seus, deles, e de sua legenda. É do seu interesse ainda conduzir a campanha de forma a diferenciar-se do seu partido, uma vez que seu objetivo é apresentar-se como a melhor opção dessa sigla. Não é de estranhar, portanto, que candidatos eleitos sob essa regra apresentem consciência pouca de seus compromissos partidários e tendam a perceber a vitória como mérito seu e não do conjunto de candidatos e do partido. O espaço para a migração está criado e é utilizado por cerca de um terço dos deputados federais eleitos em cada pleito, normalmente em direção a partidos que integram a base governista.

A fragmentação do quadro partidário guarda, também, afinidade com o sistema de lista aberta. Se os interesses políticos individuais dos representantes eleitos prevalecem, o número de siglas em jogo deve atender às necessidades de diferenciação partidária

dos interesses locais e regionais, antes que as diferenças programáticas bem estabelecidas. Nesse sistema, tenderá a haver o número de partidos necessário a abrigar as diferenças regionais, acrescido de um grupo de siglas que funcionam como margem de segurança para lideranças incompatibilizadas, mesmo que momentaneamente, com as grandes correntes de seu Estado.

Finalmente, é claro, também, que um sistema que permite a apresentação de milhares de candidatos, cada qual constituindo uma unidade de arrecadação e gasto de campanha, cada qual a competir pelo voto do cidadão em circunscrições eleitorais muito extensas e povoadas, produz eleições extremamente caras, com influência desmesurada do poder econômico. Para o candidato, cada aporte de financiamento constitui vantagem comparativa importante, face aos concorrentes que mais contam, seus companheiros de legenda. Para os financiadores, a lista aberta permite a interferência decisiva na vitória, não de partidos, mas de candidatos individuais, cuja capacidade de estabelecer e honrar compromissos é maior que a de coletivos partidários.

Por essas razões, a proposta de adotar algum modelo de lista fechada é recorrente nos debates sobre a reforma política. Não relacionarei a totalidade das propostas recentes nessa direção. Assinalo apenas que constitui um dos fundamentos da proposta da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, ora em tramitação naquela Casa.

O presente projeto aponta na mesma direção. No entanto, limita a adoção da lista pré-ordenada às eleições para vereadores. A razão da restrição proposta é simples. A mudança, embora meritória e oportuna, é, sem dúvida alguma, radical e contrapõe-se a uma cultura política que data da década de 1930. Manda a prudência que sua implantação proceda por partes. Nessa perspectiva, o projeto adota a lista fechada apenas para a eleição de vereadores e torna, assim, os legislativos municipais o campo de experimento da mudança do sistema eleitoral. No decorrer de uma ou duas eleições, teremos todas condições de debater o tema com amparo no desempenho do novo modelo nos municípios.

Assinalo, ainda, que o projeto incorpora a regra de transição imaginada nos trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados: na eleição seguinte à eventual aprovação do projeto, os vereadores mais votados na eleição anterior gozarão de preferência na elaboração das listas de seus partidos e coligações.

Solicito, por essas razões, o apoio de meus ilustres pares para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

O Presidente da República, Faço saber que sanciono a seguinte lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, **caput**, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2005**Permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 2º-D. Para efeito do disposto no inciso III do art. 2º, fica instituída a bolsa de ensino superior, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), à qual fará jus o trabalhador de baixa renda, empregado ou desempregado, com o objetivo de custear, total ou parcialmente, sua anuidade de curso de ensino superior oferecido por entidade registrada no Ministério da Educação.

§ 1º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os critérios necessários ao recebimento do benefício previsto no caput deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, bem como os critérios para definição de trabalhador de baixa renda.

§ 2º O beneficiário da bolsa de que trata este artigo, ao término do curso custeado com recursos do FAT, estará obrigado a prestar trabalhos comunitários em tempo parcial, a critério do Poder Público, nos quais utilize os conhecimentos adquiridos na respectiva graduação, pelo período máximo de um ano, na forma definida em regulamento.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto é possibilitar ao trabalhador que demonstrou capacidade para ter acesso a escolas de ensino superior que consiga finalizar seu curso e obtenha a graduação, não obstante o alto custo das escolas particulares. Para tanto, sugere-se a criação da bolsa de ensino superior a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O dever do Estado com a educação é previsto no art. 208 da Constituição Federal. O projeto contribui para o cumprimento desse dispositivo. Além disso, a bolsa criada atende aos pressupostos do FAT de incrementar a qualificação profissional do trabalhador.

O projeto concede prerrogativas ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) de forma a manter a saúde financeira do Fundo, não prejudicando, assim, os demais programas financiados pelo FAT. Por fim, o Codefat adotará os critérios necessários para que a bolsa de ensino superior beneficie primordialmente os trabalhadores de baixa renda.

Além disso, o projeto prevê uma contraprestação para o beneficiário da bolsa de ensino superior: este poderá ser convocado a prestar trabalhos comunitários em que possa utilizar os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação.

Justifica-se, dessa maneira, a aprovação deste projeto, que facilitará a muitos brasileiros a conclusão de seus estudos e, por conseqüência, conseguirão aumento de sua produtividade e remuneração.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Leomar Quintanilha.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
 CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC nº 14/96)

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

.....
(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de Resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2005

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre a autoria de Projetos de Lei aos quais tenham sido oferecidas Substitutivas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Acrescente-se um art. 284-A à Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal, com o seguinte teor:

“Art. 284-A No Projeto de Lei ao qual tenha sido oferecido Substitutivo, constarão como autores o Senador que o tiver apresentado e o Senador autor do Substitutivo.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A iniciativa de Projeto de Lei é uma das mais importantes, se não a mais importante, das prerrogativas do parlamentar. Quando o parlamentar propõe uma lei nova, ou uma alteração em lei já existente, pretende trazer uma novação ao sistema jurídico em benefício do País.

A autoria de Projeto, portanto, vincula o parlamentar que o apresentou, devendo ser dado a ele o crédito dessa iniciativa, mesmo que o Projeto inicial sofra alterações de vulto durante a sua tramitação pelas Casas Legislativas.

Ocorre que quando é apresentada substitutivo a Projeto de parlamentar, a autoria do Projeto se modifica, passando a constar como autor quem formulou o substitutivo.

Este Projeto de Resolução pretende corrigir essa injustiça com o autor original do Projeto, determinando que seja dado a ele o crédito da autoria, em conjunto com quem tenha apresentado o substitutivo.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Sérgio Cabral.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esta Presidência comunica a abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao **Projeto de Resolução nº 5, de 2005**, que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2005 (Nº 955/2003, na Casa de origem)

Inscribe o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no **Panteão da Liberdade e da Democracia**, em Brasília, o nome de Francisco Manuel Barroso da Silva – o Almirante Barroso.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 955, DE 2003

Inscribe o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no Livro dos **Heróis da Pátria**, que se encontra no Panteão da Liberdade e da

Democracia, em Brasília, o nome de Francisco Manuel Barroso da Silva – o Almirante Barroso.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pela presente proposição, pretendemos inserir, no livro dos *Heróis da Pátria*, o nome de um brasileiro que, por sua atuação como militar, prestou relevantes serviços à Nação brasileira. Estamos nos referindo ao Almirante Barroso.

Francisco Manuel Barroso da Silva nasceu no ano de 1804, em Lisboa e veio ao Brasil com apenas cinco anos de idade. Formou-se pela Academia da Marinha do Rio de Janeiro em 1821. Torna-se brasileiro pela Constituição Imperial de 1824. Embora tenha participado de várias campanhas navais do Rio da Prata, o seu nome ficou imortalizado na história nacional pela sua brava participação na Guerra do Paraguai (1865-1870).

Foi o grande vencedor da famosa Batalha do Riachuelo, quando, investindo com a proa de sua capitânea- a fragata “Amazonas”- contra os navios inimigos que lhe estavam mais próximos, e pondo-os a pique, decidiu a favor do Brasil a sorte da luta. Essa batalha é considerada pelos historiadores como a mais importante da Guerra do Paraguai – assegurou a hegemonia brasileira nas comunicações fluviais, levando, posteriormente, à rendição das forças de Solano Lopez.

A importância de sua atuação na Batalha Naval do Riachuelo foi prontamente reconhecida pelo governo imperial, que lhe concedeu a “Ordem Imperial do Cruzeiro” e o título honorífico de “Barão do Amazonas”, em alusão ao navio que comandava por ocasião da referida batalha. O feito de Barroso foi celebrado pelos poetas e representado em telas. Coube ao consagrado pintor Vitor Meireles perpetuar na memória nacional o episódio da Batalha do Riachuelo, tela esta que se encontra atualmente no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Barroso veio a falecer em Montevidéu, Uruguai, em 1882, mas seus restos mortais foram trasladados para a então capital do País no ano de 1908. Hoje estão em monumento erguido em sua homenagem na Praia do Russel, no Rio de Janeiro. A história de vida do Almirante Barroso, consagrado como herói da Guerra do Paraguai, leva-nos a pleitear que seu nome seja inscrito no **Livro dos Heróis da Pátria**, ao lado de muitos outros brasileiros ilustres.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 2003. – Deputado **Elimar Máximo Damasceno**, PRONA- SP.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2005

(Nº 2.518/2003, na Casa de origem)

Determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina a quebra da fiança, se o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz.

Art. 2º O art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 328. O réu afiançado não poderá, sob pena de quebra da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado, ou comparecer ao local do qual deveria manter-se afastado, nos termos da fiança.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.500, DE 2003

Altera os artigos 313, 322 e 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal – e o artigo 69 da Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais, para criar procedimentos próprios no caso de cometimento de crimes que envolvam violência na situação de coabitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso IV e parágrafo único:

“Art. 313.

(...) IV – que envolvam violência na situação de coabitação. Parágrafo único. No caso do inciso IV, o juiz poderá deixar de decretar a prisão preventiva, ou revogá-la, se decretada, desde que o agente se comprometa, formalmente, a manter-se afastado do local de coabitação”. (NR)

Art. 2º O artigo 322 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples, excetuando-se os crimes que envolvam violência na situação de coabitação” (NR)

Art 3º O artigo 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso VI e parágrafo único:

“Art 323.....
.....(..)

VI – nos crimes que envolvam violência na situação de coabitação.

Parágrafo único. No caso do inciso VI, o juiz poderá conceder fiança desde que o agente se comprometa, formalmente, a manter-se afastado do local de coabitação.”

..... (NR)

Art. 4º O § 1º do artigo 69 da Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando o retendo artigo 69 acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 69.

§ 1º Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, excetuando-se os crimes que envolvam violência na situação de coabitação. (NR)

§ 2º No caso de crimes que envolvam violência na situação de coabitação, observar-se-á o disposto nos artigos 313, 322 e 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal.” (NR)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sabe-se que a liberdade provisória é a regra em nosso direito penal, tendo em vista o princípio constitucional da não-culpabilidade ou da presunção de inocência (artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal), segundo o qual ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Contudo, há casos em que a decretação da prisão preventiva se impõe como medida de cautela, a fim de

preservar outros interesses envolvidos e igualmente relevantes Assim é que os artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal permitem que seja decretada a prisão preventiva nos casos ali elencados, aos quais o projeto pretende acrescentar a hipótese dos crimes que envolvam violência na situação de coabitação.

Objetiva-se, com a alteração ora sugerida, permitir a decretação da prisão preventiva nos casos de violência doméstica, independentemente do delito ser apenado com reclusão ou detenção, daí porque a norma do artigo 313, I e II, do Código de Processo Penal se mostra inviável para tutelar a hipótese aqui versada Basta pensar-se no crime de lesão corporal (artigo 129, CP), que, conforme a sua gravidade, pode ser punido com detenção ou reclusão, afastando, no primeiro caso, a prisão cautelar, a não ser que o agente se enquadre no inciso II do artigo 313, do CPP.

A violência na situação de coabitação é, infelizmente, mais comum do que se pensa e a permanência do agressor em casa durante o curso do processo penal instaurado por iniciativa da vítima somente contribui para majorar as agressões e desestimular futuras queixas. Afastá-lo de sua residência é medida imperiosa para se evitarem futuras agressões, motivo pelo qual deve-se permitir, nesses casos, a prisão preventiva, ressaltando-se a possibilidade de o réu permanecer livre se assumir o compromisso de manter-se afastado do local de coabitação.

Também por esse motivo, e para assegurar-se a coesão do sistema, é que se veda a concessão de fiança pela autoridade policial quando o crime for praticado no âmbito da coabitação, cabendo somente ao juiz concedê-la, formalizado o compromisso de afastamento. Pelas mesmas razões, este tratamento deve ser transposto para os Juizados Especiais, quando tais crimes forem da alçada destes.

Esses os fundamentos pelos quais contamos com o apoio dos ilustres Pares nessa jornada.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2003.
– Deputada **Laura Carneiro**, PFL – Rio de Janeiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

.....
Art. 328. O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência,

sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005**, vai à Comissão de Educação; e o de **nº 17, de 2005**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

- Nº 196/2005, de 23 de fevereiro passado, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 729, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;
- Nºs 384/2004 e 47/2005, de 30 de dezembro e 14 de fevereiro passados, respectivamente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.285, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti; e
- Nº 1.317/2005, de 23 de fevereiro passado, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.180, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

O **Requerimento nº 1.285, de 2004**, ficará na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do requerente.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

- Nº 1/2005, de 3 de janeiro último, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.283, de 2004, da Senadora Heloísa Helena;
- Nº 143/2005, de 15 de fevereiro passado, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta complementar ao Requerimento nº 269, de 2004, do Senador Augusto Botelho;

– Nº 164/2005, de 18 de fevereiro passado, do Ministro da Saúde, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.368, de 2004, do Senador Romeu Tuma; e

– Nº 165/2005, de 18 de fevereiro passado, do Ministro da Saúde, encaminhando resposta ao Requerimento nº 822, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

O **Requerimento nº 269, de 2004**, ficará na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do requerente.

O **Requerimento nº 1.283, de 2004**, permanecerá na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a complementação da resposta.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 254/2005 – GLDBAG

Brasília, 7 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado, para compor, na qualidade de titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

Atenciosamente, – **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela; posteriormente, ao Senador Paulo Paim; e, por último, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, eu gostaria

apenas de requerer minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável após o Senador Maguito Vilela.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, assim que V. Ex^a entender oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente.

Há oradores inscritos

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Octávio, pelo Partido da Frente Liberal.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos, para o seu pronunciamento.

Antes, porém, convido as Sr^{as} Cristina Maria Del'Isola e Wilma Pereira, para que tenham assento no plenário. (Pausa.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Wilma Pereira, minha mãe, Sr^a Cristina Maria Del'Isola, demais mulheres aqui presentes, nesta terça-feira, oito de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher e em que atos públicos são realizados em todo o Brasil, visando a conscientizar a população da importância de se resgatar a dignidade da mulher brasileira, um ato sobremaneira importante realiza-se nesta tarde, aqui no gramado em frente ao Congresso Nacional.

Trata-se do Movimento Maria Cláudia Pela Paz, que está sendo lançado hoje pelas mães vítimas da violência e pela ONG Convive – Comitê Nacional de Vítimas da Violência, com o apoio da Campanha da Fraternidade 2005. A jovem Maria Cláudia de Siqueira Del'Isola foi assassinada em 19 de dezembro último, em sua residência no Lago Sul, em Brasília, pelo caseiro da família, Bernardino do Espírito Santo, e pela empregada doméstica Adriana de Jesus dos Santos. Os criminosos, que estão presos aguardando julgamento, ocultaram o corpo da jovem embaixo da escada da casa, na sala de estar da família Del'Isola, num crime que chocou profundamente a sociedade de Brasília, pois os caseiros eram de confiança da família.

Uma comissão de representantes entregará ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, no Salão Negro, documento solicitando a mudança no Código Penal e no Código de Processo Penal brasileiros para adequação aos tempos atuais e aos anseios da sociedade, documento que será entregue ainda aos Líderes da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, desejo enfatizar a atenção do Poder Judiciário, nesta oportunidade, para que, atento ao clamor público da comunidade de Brasília, profundamente traumatizada com o bárbaro assassinato de Maria Cláudia, no sentido de que os assassinos não fiquem impunes, haja um julgamento rápido e que a justiça seja praticada, a fim de que o exemplo possa inibir os delinquentes.

Ao me solidarizar com a mulher brasileira, neste dia, não poderia deixar de registrar o alto grau de conscientização da sociedade brasileira no repúdio a esses crimes e na união de todos em busca de marcar a data com um ato público tão rico em participação comunitária.

Neste Dia Internacional da Mulher, data que marca o início da trajetória de luta no mundo inteiro, quero homenagear a todas as brasileiras que dão a sua cota de contribuição no sentido de diminuir as desigualdades sociais. A vocês mulheres, a alegria dos progressos, mudanças e a abertura de novos horizontes, que trazem na sua história uma bagagem de conquistas e persistências.

Mães, educadoras, trabalhadoras, políticas, servidoras públicas e empreendedoras. Persistentes em seus sonhos pessoais e coletivos, mulheres que lutam pela defesa dos seus direitos, pelos direitos de suas famílias e de toda a sociedade.

Elas que, com muita competência, conquistaram muitas vitórias nos últimos anos, no campo legal, de direitos políticos, civis e sociais.

Sabemos que, dessas barreiras que foram rompidas, surgiram novas demandas. E esse é o grande desafio de todas elas para as novas décadas. Como Senador da República, coloco-me à disposição de vocês, cidadãs brasileiras, para trabalhar esses novos desafios.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou dados de uma pesquisa a qual confirma que as mulheres são maioria em número de população, são hoje 4,3 milhões a mais que os homens. Também são maioria no ensino médio, como alunas (73%) e como professoras (83%).

No curso superior e na pós-graduação, elas também são maioria. A conclusão, segundo a mesma pesquisa, é que cerca de 55% das mulheres no mercado de trabalho apresentam pelo menos o ensino fundamental; enquanto 55% dos homens empregados não terminaram este nível de ensino.

E com tudo isso, vejam só, em todos os níveis de escolaridade elas recebem menos que os homens no mercado de trabalho. Quarenta e nove por cento da população feminina ganha até um salário mínimo. Mais de 11 milhões de brasileiras são chefes de família com renda média mensal em torno de R\$276,00 e cerca de 50% delas contribuem de forma paritária ao homem na formação da renda familiar.

Analisando esta pesquisa, eu, como Senador, não consigo mais pensar em transformação econômica e social sem compreender o papel central desempenhado pelas mulheres, que somam hoje 52% da população mundial.

Elas, mulheres, estão nas primeiras fileiras daqueles que buscam melhorar as condições de vida no Planeta. Estão também ligadas aos principais anseios da humanidade, enfrentando ainda grandes barreiras e preconceitos.

Em Brasília, somos pioneiros em várias políticas públicas voltadas para a eliminação da discriminação de gênero e para a consolidação de uma plena cidadania das mulheres. Dentro da rede de proteção às mulheres participam:

- Conselho dos Direitos da Mulher do DF;
- Casa Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência;
- Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência;
- Disque Direitos Humanos da Mulher;
- Delegacia de Atendimento Especializado da Mulher – DEAM;
- Salas de atendimento às mulheres vítimas de violência nos hospitais (Paranoá, Asa Sul, Asa Norte, Taguatinga e Ceilândia);
- Sexologia Forense (IML) para atendimento de mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e sexual;
- Núcleo de Atendimento à Mulher da Defensoria Pública;

Quero homenagear a todas, que, com muita dedicação, estão à frente desses órgãos mantendo programas de atendimento especializado.

Todos esses programas têm obtido resultados altamente positivos, resgatando famílias com históricos de violência, tratando os seus membros e ressocializando os autores da violência, contando com parceria do Judiciário na garantia da preservação e defesa dos direitos da mulher.

O meu convite é para que assumamos a democracia como vocação maior de nossa sociedade, os desafios das mulheres passam também a ser desafios de nós homens. Precisamos encontrar uma nova fórmula baseada na cooperação e na solidariedade.

Contem sempre comigo nesta busca da igualdade, desenvolvimento e paz.

Sr. Presidente, ao encerrar o meu pronunciamento, volto a chamar a atenção deste Parlamento a respeito da tragédia que chocou o povo de Brasília e do Brasil.

Cito o desabafo feito pela mãe da jovem Maria Cláudia, Cristina Maria Del'Isola, aqui presente, que, apesar de toda sua dor, está se colocando a serviço da construção de uma sociedade mais justa. Eis o seu depoimento emocionado:

Ao experimentar a inversão da ordem natural da vida, experimento também a dor de saber que nunca mais serei a mesma. Procuro, então, dar sentido à minha missão. Sei que o mundo não precisa da minha dor, mas da minha coragem de saber que, como tantas outras mães, posso contribuir com meu testemunho por um mundo melhor.

Cristina, seu depoimento, suas palavras me tocaram profundamente. Seguramente não só a mim, mas também a todos os Senadores, a toda a comunidade de Brasília, que, sentindo a sua dor, entende que você está pronta para contribuir, está disposta a ajudar. Isso é muito importante e muito bonito.

Por isso, convidei-a para, ao lado da minha mãe – duas mulheres extraordinárias –, comparecer ao plenário do Senado Federal para receber a nossa homenagem, a nossa força, o nosso entusiasmo. Vamos estar ao seu lado nessa luta. Você, que tanto sofreu, está disposta a lutar. Nós queremos lutar ao seu lado.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, com muita satisfação, concedo um aparte ao Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Nobre Senador Paulo Octávio, quero apenas parabenizá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nobre Senador Maguito Vilela, informo a V. Ex^a que houve uma pane no sistema eletrônico e só o microfone reserva está funcionando. Talvez V. Ex^a tenha algum prejuízo no seu aparte.

Recomendo à Taquigrafia que faça um esforço para registrar o aparte do Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Sr. Presidente, solidarizo-me com o Senador Paulo Octávio pelo gesto inédito no Senado de trazer a Sr^a Cristina, mãe da jovem Maria Cláudia, que passou por um sofrimento inigualável há poucos meses. É o testemunho de que o Senado, o Congresso Nacional e o Brasil precisam realmente combater essa violência que aflige todos nós, brasileiros. Quero cumprimentá-lo também por trazer a sua mãe, essa belíssima figura, Dona Vilma Pereira, que veio, num dia especial, não só acompanhar a Sr^a Cristina, como também ser homenageada pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Parabéns a sua mãe pelo filho que tem e parabéns a V. Ex^a pela mãe que tem! Cumprimento também o PFL Mulher, que se faz presente na galeria do Senado. Todas as homenagens que fizemos às mulheres – goianas, do Distrito Federal, brasileiras e mulheres do mundo inteiro – ainda são pequenas em face do seu heroísmo e sensibilidade. E queremos que as mulheres avancem cada vez mais na ocupação dos seus espaços e na busca dos seus direitos. Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento!

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela.

Cumprimento todas as integrantes do PFL Mulher que estão aqui presentes. Parabéns!

Para encerrar, convido todos os integrantes desta Casa a apoiarem o movimento que hoje se inicia.

Não poderia deixar de ler, desta tribuna, um poema que recebi hoje de uma simples funcionária dos Correios e Telégrafos, uma carteira, num almoço que teve a participação de mil mulheres daquele órgão.

Alma de Mulher

Nada mais contraditório do que ser mulher...
mulher que pensa com o coração
age pela emoção e vence pelo amor.

Que vive milhões de emoções num só dia e
transmite cada uma delas num único olhar.
Que cobra de si perfeição e vive
arrumando desculpas para os erros
daqueles a quem ama.

Que hospeda no ventre outras almas, dá a luz
e depois fica cega, diante da beleza dos filhos
que gerou.

Que dá as asas, ensina a voar
mas não quer ver partir os pássaros,
mesmo sabendo que eles não lhe pertencem.

Que se enfeita toda e perfuma o leito, ainda
que seu amor nem perceba mais tais detalhes.

Que como uma Mágica transforma em luz e
sorriso as dores que sente na alma
só pra ninguém notar.

E ainda tem que ser forte para dar os ombros
para quem neles precise chorar.

Feliz do homem que por um dia souber
entender a alma da mulher!!!

Parabéns, mulher brasileira!
Muito obrigado pela presença de todos vocês.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao eminente Senador Romeu Tuma, por cessão do Senador Cristovam Buarque.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro Senador Paulo Octávio, a felicidade e a alegria de V. Ex^a por estar envolvido com mil mulheres hoje traz bastante inveja.

A nossa alegria na vida é decorrente da soma de todos os eventos. E parcelas importantes da nossa vida sempre as devemos a alguma mulher. Cada um de nós tem a sua história quando se reporta à vida em família. A nossa esposa é a nossa segurança. E é a sensibilidade da mulher nessa unidade que faz com que a família prevaleça. Essa é a coisa mais importante para todos os cidadãos e deve-se única e exclusivamente à mulher. Cumprimento V. Ex^a e endosso seu pronunciamento.

Solidarizo-me também com a homenagem prestada à D. Ione Pereira Machado, dona de casa que recebeu o Prêmio Faz Diferença de **O Globo**, na quarta-feira, no Hotel Copacabana Palace. Ela recebeu o Prêmio na categoria Personalidade 2004 e agradeceu a Deus e a todos que a ajudaram.

Estendo meus cumprimentos a todos os que receberam o Prêmio e, especialmente, ao meu querido

amigo, hoje Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, que também foi agraciado com esse importante título. São esses homens e mulheres agraciados que fazem a diferença no nosso País.

Outro assunto que me traz à tribuna neste dia tão importante, o Dia Internacional da Mulher, é uma doença que aflige homens e mulheres, mas principalmente as mulheres, que é a psoríase. Recentemente, o Senador Mão Santa, se não me engano na Comissão de Assuntos Econômicos, falou de um equipamento importante no tratamento dessa doença, se não me falha a memória.

“Como são belos os pés do mensageiro que anuncia a paz”. Nada é mais agradável do que levar uma boa notícia, um alívio a quem passa por sofrimentos e angústias, principalmente aqueles decorrentes de doenças incuráveis.

Estou falando da psoríase, tão bem lembrada, recentemente, pelo ilustre Senador e médico, Mão Santa, que sabe o que representa isso. Felizmente, muitas pesquisas estão sendo bem-sucedidas e apareceu uma nova geração de medicamentos que representa uma grande esperança de cura definitiva em um futuro próximo.

A psoríase é uma doença inflamatória auto-imune, caracterizada pela multiplicação acelerada das células da pele, que chegam à superfície ainda imaturas e causam eritemas de escamação.

Lembro-me de algumas mulheres, Senador Mão Santa, que nunca foram à praia porque não usavam maiô devido a aparência dessas manifestações da pele. Sentiam-se acanhadas e sofriam porque eram observadas.

Como doença crônica, ligada ao sistema imunológico, a psoríase é de difícil tratamento e pode ter muitas causas, agravadas pelo estresse e por fatores genéticos, cujos elementos desencadeadores ainda não são perfeitamente conhecidos.

Muito embora não seja uma doença contagiosa – ninguém pega psoríase em contato com outra pessoa –, infelizmente, existe o preconceito por desconhecimento. Os portadores dessa doença sofrem discriminação e, conseqüentemente, muitas vezes se isolam de amigos e parentes.

Sabemos que muitas pessoas são prejudicadas no trabalho e em suas relações sociais por causa do receio daqueles que não conhecem a doença e, muitas vezes, imaginam que a psoríase seja algo terrível, perigoso e contagioso.

Na verdade, a psoríase não é contagiosa, é uma doença genética, que pode ser transmitida de pai para filho, e apresenta fases de melhora e piora e deve ser encarada com disposição e coragem, pois não representa nada vergonhoso nem perigoso.

Por isso mesmo, tenho a satisfação de saber que uma nova geração de medicamentos, os chamados medicamentos biológicos, muito poderá colaborar na aproximação de uma cura definitiva dessa doença, que afeta 5% da população.

Talvez 90% da nossa população nunca tenha ouvido a palavra psoríase, apesar de existirem relatos escritos sobre essa doença desde muitos anos antes de Cristo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em dezembro de 2004, o Ministro da Saúde promoveu uma consulta pública sobre psoríase com o objetivo de colocar os medicamentos biológicos na rede pública de distribuição de medicamentos. Estamos aguardando a expedição de um ato do Ministério da Saúde determinando essa providência, reclamada pelos cinco milhões de brasileiros que sofrem dessa moléstia e que podem vir a ter uma substancial melhoria na qualidade de vida com a utilização desses novos medicamentos.

Sabemos que, em diversos Estados, muitas associações estão lutando na defesa dos direitos dos portadores de psoríase, destacando-se, em Brasília, a Associação Brasileira de Psoríase; a ABEAPP, em São Paulo; a Psorierj, no Rio de Janeiro; a AAPP, em Minas Gerais; assim como o portal Internet da Gapip, que contribui com importantes informações para a melhoria da qualidade de vida de todos os portadores dessa enfermidade.

Concluo este pronunciamento com a certeza de que o Ministro Humberto Costa determinará a imediata inclusão dos remédios biológicos na rede pública de distribuição de medicamentos, em benefício dos muitos pacientes que sofrem da doença e não dispõem das condições financeiras para adquirir esses novos medicamentos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador, V. Ex^a é um homem que deixa o País perplexo, porque, ao mesmo tempo em que foi o homem mais duro e firme no combate ao crime no Brasil, mostra

um outro lado, a sensibilidade e a generosidade, ao abordar um problema crucial que é a psoríase. Quis Deus estivesse na Presidência da Casa esta luz do PT, Senador Tião Viana, que é médico. Talvez seja até uma inspiração para que o Presidente Lula indique S. Ex^a Ministro da Saúde. A Medicina evoluiu e já existe um aparelho para tratamento dessa doença que, como V. Ex^a tão bem explicou, é crônica, de etiologia desconhecida. Embora ela não leve à morte, mutila e a pessoa perde a auto-estima. Esse aparelho transmite ao paciente raios de uma luz específica que limpa o corpo, quer dizer, minimiza aquele mal-estar causado por aquelas escamas vermelhas e esfoliativas. O pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno. E, nesta ocasião, louvo esse outro lado de V. Ex^a, que, mesmo tendo sido o homem mais duro e mais firme contra a criminalidade neste País, revela-se um homem sensível e generoso ao defender os que sofrem, no caso, os doentes de psoríase.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Peço licença para incorporar ao meu discurso as explicações de V. Ex^a. Foi uma honra usar desta tribuna para falar de uma doença que aflige pessoas inclusive da minha família.

É importante abordar esse assunto em um dia como hoje, pois as mulheres portadoras dessa doença passam a ter uma perspectiva de poderem exibir partes do corpo que são as mais atingidas, como cotovelos, joelhos e cabeça. Não é assim, Senador Tião Viana? V. Ex^a, que é médico, sabe disso.

Quero aproveitar os dois minutos que me restam para homenagear principalmente as mulheres que trabalham no sistema de segurança pública. Hoje, existem várias delegadas, escritãs, investigadoras, que trabalham com muito afinco em benefício da sociedade e da segurança pública.

Em São Paulo, eu era membro do Conselho de Polícia Civil, quando se criou a Delegacia da Mulher. Até então, a mulher sentia um grande acanhamento em procurar a polícia quando era agredida em casa, violentada pelo marido, estuprada na rua, porque muitas autoridades não entendiam aquele sofrimento e as tratavam com pouco caso e, às vezes, com sorriso irônico.

Pela Delegacia da Mulher, homenageio a Dr^a Rosemary Correia, Deputada Estadual por São Paulo há quatro ou cinco mandatos, que tem um trabalho eficiente, dando um exemplo maravilhoso País afora.

Hoje, praticamente todos os Estados brasileiros já possuem uma delegacia da mulher.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Ex^a, que foi muito gentil. Creio que, dentro do tempo que me foi concedido, foi possível transmitir ao público o conhecimento daquilo que nos angustia no dia-a-dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Jorge, por permuta com o Senador Tasso Jereissati.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, quando o Presidente Lula estava no Uruguai para a posse do novo Presidente daquele país, houve uma entrevista do Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, acerca da reforma ministerial. Dizia o Senador Mercadante, diretamente do Uruguai, que, na segunda-feira, seria anunciada essa reforma ministerial. Inclusive, vi a notícia na Internet e até anunciei aqui, no plenário, que, finalmente, a reforma ministerial seria concluída.

Essa reforma, Senador Tião Viana, vem sendo anunciada desde o final do ano passado. Disseram que seria feita após o Natal; depois, falaram que seria feita após a passagem de ano; depois, foi dito que isso aconteceria após o Carnaval; depois, a sua votação foi adiada para após a eleição da Mesa da Câmara. E nada de essa reforma sair! Agora estão dizendo que a reforma será feita depois da Semana Santa. O Senador Aloizio Mercadante anunciou que isso se daria na segunda-feira. Eu até me inscrevi hoje, terça-feira, exatamente para comentar esse assunto – pedi até ao Senador Marco Maciel para que me inscrevesse, já que eu não estava aqui na sexta-feira –, para falar sobre o Ministério, o que havia acontecido do ponto de vista do nosso Partido.

Infelizmente, hoje é terça-feira, e a reforma não saiu. Mas toda a mídia vem acompanhando essa reforma. Hoje mesmo, estão publicadas diversas matérias sobre o assunto em vários jornais.

Cito somente quatro: um artigo do jornalista Antonio Machado, publicado no **Correio Braziliense**, cujo título é “Menos do mesmo”; um artigo da jornalista Rosângela Bittar, publicado no **Valor Econômico**, cujo título é “A desconstrução do Governo Lula”; um artigo do importante jornalista Raimundo Costa, publicado também no jornal **Valor Econômico**, cujo título é “Uma discussão nivelada por baixo”; e o artigo da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**.

Na realidade, toda a mídia e a população brasileira estão começando a ficar preocupadas com essa reforma por diversas razões, primeiro porque, quanto mais ela demora, mais se gera instabilidade para os Ministros que estão nos cargos. Imaginem um Ministro com a responsabilidade do Ministro da Saúde, do Ministro da Previdência ou do Ministro das Cidades que lê todos os dias uma notícia no jornal dizendo que ele vai ser demitido do Ministério – e raras vezes não se diz que é por incompetência! Imaginem esse Ministro chegar ao Ministério! O contínuo não abre mais a porta para ele, nem lhe serve o cafezinho. Esse Ministro vai se desestabilizando pouco a pouco, e a ação do Governo não ocorre.

Hoje, por exemplo, foi publicada outra notícia: morre um operário, depois de 12 horas esperando, na fila do INSS. Assim continua: morre índio na aldeia tal, faltam remédios para combater a Aids. Com isso, a imagem do Governo vai se deteriorando, porque os Ministérios não podem agir para resolver os problemas exatamente por causa da instabilidade que está sendo gerada.

Creio que a primeira preocupação é essa. O Presidente da República, com a responsabilidade de sua função, no momento em que anuncia uma reforma ministerial, tem de fazê-la o mais rápido possível, para não gerar a instabilidade que está sendo verificada no Governo.

Em relação aos critérios que estão sendo utilizados, creio que o jornalista Raimundo Costa intitulou muito bem o seu artigo: “Uma discussão nivelada por baixo”. Na realidade, não se está discutindo sobre quais Ministros vão sair no sentido de melhorar a qualidade da atuação do Governo; não se está discutindo como o Governo conseguiu uma maioria estável na Câmara e no Senado, buscando outros Partidos para dele participarem. E também se deixa claro que essa participação deve ser de qualidade. O Governo não pode aceitar qualquer um, nem do

ponto de vista técnico, do ponto de vista de competência ou do ponto de vista ético. É necessário que os Partidos que queiram indicar seus Ministros cumpram essas finalidades.

Ontem mesmo, houve uma declaração, Sr. Presidente, que achei muito interessante, do Líder do PP na Câmara, o qual disse que, se colocarem Delfim Netto, Francisco Dornelles ou um terceiro no cargo, não considera que o PP terá sido atendido, pela simples razão de que essas são pessoas de nível nacional, que devem ser da cota do Presidente – são pessoas competentes e experientes. Então, S. Ex^a só considera que são da cota do Partido pessoas que não sejam nem competentes, nem experientes? Sob qual critério, efetivamente, vai se realizar essa reforma?

A revista **Veja** deu uma boa contribuição ao Presidente Lula, quando procurou saber quais os Ministros que devem ser substituídos, permitindo-se, ao mesmo tempo, que seja ampliada a base política do Governo e melhorada a qualidade do Ministério. O que a **Veja** fez? Contratou nove cientistas políticos brasileiros e pediu que os nove – cada um sem saber a opinião do outro – escolhessem os piores Ministros do Governo Lula. Creio que essa é uma grande contribuição. Dois Ministros foram indicados pelos nove cientistas como os que deveriam sair do Governo. Houve uma rejeição total, pois todos os cientistas políticos entrevistados disseram achar que esses dois Ministros deveriam ser demitidos. Quem são eles? Olívio Dutra, Ministro das Cidades, e Amir Lando, Ministro da Previdência. Esses dois Ministros, Sr. Presidente, por unanimidade, segundo os cientistas políticos, não deveriam estar no Governo.

Continua a pesquisa, referindo-se àqueles Ministros que também deveriam sair do Governo, embora não haja unanimidade entre os cientistas políticos. E há outros Ministros que os cientistas políticos – não por unanimidade, mas por maioria absoluta – entenderam que deveriam voltar para casa. São eles: José Dirceu, Ministro-Chefe da Casa Civil; Luiz Gushiken, Secretário Especial da Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República; Waldir Pires, Ministro da Controladoria-Geral da União; Eunício Oliveira, Ministro das Comunicações; Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Tarso Genro, Ministro da Educação; Humberto Costa, Ministro da Saúde; Ricardo Berzoini, Ministro do Trabalho e Emprego; Alfredo Nascimento, Ministro dos Trans-

portes; Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social; e Jaques Wagner, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Social. Portanto, são treze Ministros ao todo.

Sr. Presidente, há treze áreas do Governo do Presidente Lula que vão muito mal. Evidentemente, Sua Excelência não é obrigado a mexer nessas treze áreas, mas, se substituir seis ou sete Ministros, poderá atender muito bem o PMDB – está aqui o Líder Ney Suassuna para confirmar isso –, o PP e os demais Partidos da base. Inclusive, poderia talvez até colocar mais gente do PT nos Ministérios. Mas se espera que sejam pessoas que possam realmente contribuir para que haja Ministérios mais qualificados e competentes.

Eu diria, Sr. Presidente, que a nossa primeira preocupação é a de que se forme um Ministério que tenha uma melhoria de qualidade, por um lado, e que, por outro, amplie a estrutura política do Governo, principalmente na Câmara, porque não é bom para o País que a representação governamental seja minoritária. Precisamos de um Governo que possa, efetivamente, ter aprovados os seus projetos.

Hoje, o Senador Aloizio Mercadante declarou que há mais gente querendo entrar do que sair dos Ministérios. Que medo temos todos nós que acompanhamos esse processo? O medo de que se criem mais Ministérios.

Quando o Governo Lula assumiu, o País tinha 22 Ministérios e já havia uma tentativa de diminuir esse número para 20. Atualmente, há 36 Pastas.

Como há muita gente querendo ser Ministro e nenhum Ministro querendo deixar o cargo, poderá acontecer a criação de dois ou três Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de dois minutos, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Presidente.

Serão esses os Ministros de que, depois, se dirá: ninguém viu, ninguém sabe onde estão, ninguém fala.

A revista **Veja** analisou o trabalho de cerca de 20 Ministros, mas o de outros 15 não, porque nenhuma pessoa sabe o que estão fazendo. Então, os cientistas políticos não podem avaliar Ministros cuja participação na sociedade ou no Ministério é muito frágil.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar a opinião do nosso Partido: o Presidente Lula deve fazer essa reforma ministerial o mais rapidamente possível, porque essa situação já está preju-

dicando o funcionamento do Governo. Em segundo lugar, para isso deve usar como critérios fundamentais a competência e o valor ético de cada Ministro. Em terceiro lugar, deve evitar aumentar ainda mais o número de Ministérios.

Se não dissermos uma palavra aqui, claramente, a solução poderá ser, ao mesmo tempo, de baixo nível técnico e ético, poderá haver aumento de Ministérios e poderá demorar até depois da Semana Santa.

Então, era essa, Sr. Presidente, a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a contribuição do eminente Senador José Jorge.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, ao Senador Ney Suassuna.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pela ordem) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para fazer uma comunicação urgente pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido em seguida ao próximo orador inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos, com prorrogação por mais dois.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje às 17h, no Palácio do Planalto, haverá uma reunião das Bancadas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, com o objetivo de eliminar os obstáculos para a duplicação da BR-101 no trecho Pernambuco – Rio Grande do Norte.

Logo após, quatro Estados reunir-se-ão para debater o problema das águas do São Francisco, suas soluções e alternativas. Não queremos conflitos, mas que haja a conclusão desse projeto tão importante, que há tantos anos vem-se arrastando.

Hoje, trago um jornal da minha região, com a seguinte manchete: “A seca mata o gado que castiga as lavouras na Paraíba. Agricultores esperam

Dia de São José e aposentados salvam as famílias da fome.”

Isso é o que está acontecendo no nosso Nordeste.

Na Paraíba, inúmeras são as cidades que já estão em estado de calamidade. O gado morreu e seus ossos estão sendo vendidos para uso no artesanato ou coisa parecida. Por incrível que pareça, essa é a atividade econômica que está havendo no momento. Os agricultores, desesperados pela falta de água, apelam para os carros-pipa, mas quem está “salvando a Pátria”, quem está impedindo que as famílias morram de fome, com R\$20,00 a R\$25,00 **per capita**/mês, são os aposentados.

Isso é uma vergonha tremenda para todos nós. Não queremos, como bem diz a música, nenhuma caridade. Queremos condições de trabalho e amparo nas horas de aflição. A solidariedade é que faz um país e ela parece não existir para o pobre nordestino, principalmente para as pessoas da minha região, de Cajazeiras e Cariri.

É preciso que alguém saia do conforto de Brasília e sinta empatia pelas pessoas que vivem essa situação calamitosa: açudes secos, gado morrendo de sede e pais de família migrando. Permanecem apenas os avós, com os minguados proventos da aposentadoria, sustentando todos os filhos e as mulheres.

Essa é uma situação que eu não queria ver em minha Região e que eu gostaria que não existisse no Brasil. Se já tivesse sido feita a transposição, não seria assim. Lamentavelmente, a realidade é bem diferente: ela existe, envergonha-nos, humilha-nos e não sabemos que solução lhe dar, porque isso depende de forças maiores, de vontade política do Governo. Há mais de 100 anos isso é prometido mas não é cumprido.

Eram essas as colocações que eu queria fazer. Portanto, vão-se reunir Bancadas de quatro Estados para resolver o problema da BR-101, para tentar encontrar diretivas que possam permitir o andamento da transposição e, ainda, para falar dessa miséria que retorna às nossas regiões, que é a seca. Desta vez, ela não acontece apenas no Nordeste, mas também na outra ponta do País, atacando o Rio Grande do Sul enormemente. Hoje, a meteorologia informa que deverá haver chuva naquele Estado, mas para nós não há essa perspectiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até posso esperar o próximo orador. Apenas peço a V. Ex^a que receba um pronunciamento curto, que comemora o Dia Internacional da Mulher, e peço transcrição nos Anais do artigo “Participação política x cidadania”, assinado pela Presidenta da Rede Nacional de Militantes Tucanas, a Vice-Prefeita de Campo Grande e ex-Deputada Marisa Serrano. Essa é a homenagem que fazemos ao Dia Internacional da Mulher.

Ao mesmo tempo, peço minha inscrição para falar como Líder do PSDB.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na data em que o Brasil e o mundo comemoram o Dia Internacional da Mulher, a homenagem e a reverência do Senado da República são dirigidas a todas as mulheres, das mais humildes às que ascendem posições de relevo, inclusive nesta Casa.

O século passado caracterizou-se pelo crescimento da liderança, da participação da mulher em todas as atividades, sobrepondo-se até à liderança masculina.

Esse caminhar é o tema de mensagem que a Presidente da Rede Nacional de Militantes Tucanas, Marisa Serrano, dirige a todas as mulheres, destacando, como ponto fundamental de suas colocações o exercício da cidadania.

A mensagem é, antes de tudo, a comprovação do valor da mulher brasileira. Por isso, Sr. Presidente, como homenagem à mulher do Brasil, solicito que essa mensagem seja incorporada ao meu pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Saúdo a mulher brasileira!

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Participação política x cidadania

Com a aproximação do 08 de março, Dia Internacional da Mulher, proponho uma reflexão sobre a influência da participação política no processo de construção da cidadania feminina.

Segundo Pedro Demo: "Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. No lado dos direitos, reparam os ditos direitos humanos. No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário e a co-responsabilidade. Cidadania pressupõe o Estado de Direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres."¹

E o que ser cidadão ?

"Cidadão é aquele que luta para que todos sejam cidadãos, é aquele que participa, que conquista a autonomia, que não é tutelado. A cidadania não permite fazer concessões para ser contemplado ou contemplar posições. É conceder no plano da solidariedade e ser persistente no debate das idéias."²

Então, a grande batalha é contra a existência do não-cidadão e pressupõe três princípios básicos: a participação, a solidariedade e a democracia.

A participação ultrapassa o momento eleitoral. Implica o pleno acesso à informação para possibilitar que a democracia seja, de fato, colocada em prática.

A solidariedade é o fio condutor que deve orientar todas as outras ações. Significa fazer concessões para que haja igualdade e implica no dever da persistência no debate das idéias.

Exercer a democracia é trabalhar com a possibilidade de expressar, com respeito, as diferenças. Condiciona-se a democracia ao tema da igualdade.

Essas características, que definem o "ser cidadão" podem ser resumidas no "ato de se comprometer com os valores universais da Liberdade e da Vida condicionados pela Igualdade."³

Como as mulheres têm caminhado na arena da construção da própria cidadania?

O século XX foi marcado pelo crescimento da liderança feminina nos diversos campos sociais. A luta pela igualdade entre homens e mulheres, seus retrocessos e conquistas produziram resultados que transcendem o plano individual e ocasionaram profundas mudanças na estrutura social, na organização familiar, nas formas de produção e consumo, no mundo do trabalho e das responsabilidades públicas.

As mulheres têm, gradativamente, apresentado à humanidade uma nova forma de "ler" o mundo, embora enfrentando inúmeros obstáculos, entre estes o comportamento machista, que acredita que o exercício do poder está vinculado a características masculinas. Estamos aprendendo, juntas, a conciliar a vida pública com a privada, entendendo que a maternidade pode ser exercida com qualidade, mesmo que enfrentando o obstáculo da disponibilidade de tempo integral para os filhos; que é possível ser esposa e companheira e, ao

mesmo tempo, líder: comunitária, empresarial ou política; que a perfeição é impossível de ser atingida e tem que ser buscada vencendo, trilhando e abrindo novos caminhos.

O processo de mudança, embora lento, não tem volta! Refletir sobre o cotidiano que leva a mulher a assumir dupla ou tripla jornada de trabalho (vida pública e privada), enquanto o homem ainda não conseguiu assumir, na mesma proporção, o mundo privado (familiar, doméstico), faz com que muitas mulheres sintam-se incapazes e desmotivadas para o exercício da liderança e do poder.

A instituição e a potencialização de secretariados de mulheres nos partidos políticos pode fazer a diferença, pois embora os homens tenham uma história de envolvimento partidário mais antiga, as mulheres oferecem uma nova perspectiva e uma nova leitura levando para a política valores como igualdade, solidariedade, ação compartilhada, cooperação e parceria que são práticas comuns no cotidiano feminino.

Defendendo bandeiras comuns de luta nas áreas de saúde, educação, trabalho, política e poder, segurança e violência, as mulheres podem, juntas e independente de ideologia partidária, contribuir de forma significativa para a aprovação de leis que garantam a participação feminina nos diversos espaços sociais, proteger direitos conquistados e contribuir para o avanço das políticas públicas voltadas para a mulher.

Neste sentido, as ocupantes de cargos eletivos devem ter claro a importância de sua atuação nos legislativos e executivos, já que o mandato não é individual e sim coletivo. Elas representam o resultado da luta de mais de um século pela participação da mulher na política e na sociedade moderna.


Sabemos que partido político sem militantes não existe! Portanto, as militantes femininas são o centro do processo político de cada secretariado de mulheres.

Desta forma, quero convidá-la a um exercício de cidadania: participe das reuniões, dos encontros, seminários e oficinas de formação política; encaminhe sugestões e artigos, apresente as nossas propostas a outras mulheres; enfim, dê a sua contribuição para o crescimento do PSDB-Mulher.

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, participe das atividades do Secretariado Municipal do PSDB-Mulher. Escreva conosco esta história cujo lema é:

"NA DEMOCRACIA, A IGUALDADE FAZ TODA A DIFERENÇA".

Um forte abraço.


Marisa Serrano
Presidenta

¹ DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988, p.70

² Fonte: A Condição Cidadã (Márcia Aparecida Pelissari)

³ Idem

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Arthur Virgílio, e falará como Líder após o Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, baseado no inciso II, alínea a, art. 14 do Regimento Interno.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer, hoje, um pronunciamento rápido para marcar o dia 08 de março, data em que tantas mulheres morreram queimadas numa fábrica em Nova Iorque, quando reivindicavam condições iguais de trabalho para homens e mulheres.

Do sopro divino, da costela de Adão.

São muitos os mistérios que encerram a criação.

Do ventre que carrega a vida, da vida que semeia amor.

A mulher é alfa e ômega, princípio, meio e fim.

Cuidado, aconchego, sensibilidade e intuição.

Na verdade, o que eu queria mesmo é que essas minhas palavras soassem como música e que, como tal, fossem capazes de alegrar a alma da mulher que está triste. Dar esperança para aquela que perdeu a fé. Consolar a que está sofrendo. Proteger a que está sozinha. Fortalecer a que está fraquejando, Enxugar a lágrima da que chora.

Eu queria, por mágica ou decreto, que nenhuma delas apanhasse no silêncio da noite. Que nenhuma tivesse seu amor maculado. Sua honra ultrajada. Seus sonhos despedaçados.

Eu queria que todas pudessem amamentar seus filhos e que nenhuma, nunca, tivesse que passar pela dor de ter que enterrar um deles.

Eu queria que, a partir de agora, ficasse absolutamente proibido que um homem fizesse a mulher sofrer, chorar ou temer.

Eu queria que uma música lhes desse súbita vontade de dançar, cantar, abrir cortinas, levantar janelas. E que elas tivessem vontade de sorrir.

E que esse sorriso, de repente, contagiasse o mundo, as crianças e o mais circunspeto dos homens. Então, o mundo ficaria melhor, as pessoas mais felizes e a vida mais fácil de ser vivida.

As mulheres, afinal, ensinaram-nos que saber sorrir e brincar é característica de quem sabe o quanto viver é coisa séria. A elas – minha mãe, minha esposa, minhas filhas, às mulheres do meu Partido, às mulheres com família, às casadas, às solteiras, às viúvas, às cultas e às analfabetas – a minha homenagem. No momento em que faço isso, lembro-me do trabalho da Senadora Roseana Sarney, minha colega, que, como Governadora, revolucionou o Estado do Maranhão; o

da Senadora Serys Slhessarenko, batalhadora incansável do meio ambiente, dos direitos da mulher; o da Senadora Ana Júlia Carepa, combativa lutadora pela posse da terra; o da Senadora Lúcia Vânia, diligente presidente da Comissão de Assuntos Sociais; o da Senadora Maria do Carmo Alves, nossa professora; o da Senadora Fátima Cleide, a voz dos povos da floresta; o da Senadora Ideli Salvatti, combativa, a mulher que lidera sem medo.

Dedico este discurso, portanto, à mulher que “abre a boca a favor do mudo, a favor de todos os desamparados”. Ao fazer isso, não posso me esquecer de prestar nossa homenagem à Senadora Patrícia Saboya Gomes, que luta diuturnamente para que nenhuma criança seja prostituída. Sim, Sr. Presidente, a Língua Portuguesa contempla a prostituição infantil como ação reflexiva: “Crianças se prostituem”. O que, porém, está absolutamente certo sob o ponto de vista gramatical, requer reparos na consciência nacional. Definitivamente, “crianças não se prostituem”. Elas sofrem a ação; são vítimas do ato. Portanto, a voz passiva, permitam-me a correção, faz-se imperativa, porque, sem sombra de dúvida, no Brasil e em todo o mundo onde menores vendem o corpo, “crianças são prostituídas”.

Dedico a data de hoje à mulher que, como estas, “abre a boca; julga corretamente para defender o pobre e o necessitado”.

E não poderia encerrar o meu pronunciamento sem me lembrar da nossa companheira, a Senadora Heloísa Helena, um exemplo para todos nós, da mulher que enfrenta todas as dificuldades, e, aqui no plenário, como voz da oposição e única representante de um Partido recém-criado, tem sido uma fiel representante da força da mulher.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, tenho ainda dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de 2 minutos e 47 segundos, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Salomão, grande sábio, terminou seu Livro de Provérbios falando sobre a mulher.

Disse ele:

Mulher virtuosa, quem a achará?

O seu valor excede o dos maiores tesouros. Ela se levanta de madrugada, prepara a comida para a família e dá ordem às empregadas. Examina e compra uma propriedade e, com o dinheiro que ganhou, faz nela uma plantação de uvas. É esforçada, forte, trabalhadora. Conhece o valor de tudo o que faz e trabalha até tarde da noite. Ela prepara fios de lã e linho para tecer as suas próprias roupas. Ajuda o pobre e o necessitado.

Quando faz muito frio, ela não se preocupa, porque a sua família tem agasalho para vestir. Faz cobertas; usa roupas de linho e de outros tecidos finos. Seu esposo e sua família são estimados por todos os principais cidadãos do lugar. Ela faz roupas e cintas para vender aos comerciantes. É forte, respeitada e não tem medo do futuro. Fala com sabedoria e delicadeza. Não tem preguiça, está sempre cuidando da sua família. Seus filhos a respeitam, falam bem dela. Sua família são como os frutos das árvores. Assim é a mulher que teme ao Senhor.

Que seja essa a homenagem do meu Partido e a minha às mulheres em seu Dia.

Muito obrigado.

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece ao Senador Marcelo Crivella.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 123, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à mulher brasileira, aqui representada pela servidora do Senado Federal, Sarah Abrahão.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pela data comemorativa do Dia Internacional da Mulher, à mulher brasileira, na pessoa da servidora do Senado Federal, Senhora Sarah Abrahão, pelos relevantes serviços prestados à Secretaria-Geral da Mesa.

Requeiro, ainda, que o presente voto seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A Mulher, pelo seu esforço pessoal, rompeu barreiras, impôs-se como cidadã e conquistou legítima ascensão na vida profissional, simultaneamente com a atividade de mãe e dona de casa. Sarah Abrahão chegou ao posto máximo da organização funcional do Senado Federal, como Secretária-Geral da Mesa. Por tudo isso, é justa a homenagem que ora presto à Senhora Sarah Abrahão.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 124, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Luciana de Sousa Vilela e Érica de Sousa Vilela, apresentando condolências à família.

Justificação

Em 27 de fevereiro último, vítimas de um acidente automobilístico, faleceram na rodovia BR-158, a 10 Km da cidade de Piranhas, região Sudoeste do Estado de Goiás, a Doutora Érica de Sousa Vilela, 24 anos, advogada, e a Doutora Luciana de Sousa Vilela, 21 anos, odontóloga. Érica e Luciana, solteiras, eram as únicas filhas do casal Elza e Ovarci.

Seu Pai, Ovarci Vilela Faria, agropecuarista, é atualmente Secretário Municipal de Esporte da Prefeitura de Arenópolis. Eram, também, sobrinhas do Doutor Orestino Vilela Faria, Médico e Prefeito Municipal, e minhas primas em segundo grau.

A tragédia ocorreu um dia após a formatura de Érica, em Jataí, e três semanas após a colação de grau de Luciana, em Uberlândia. Érica e Luciana eram amigas leais, companheiras, exemplos de firmeza e de caráter e respeito ao próximo. O acidente interrompeu precocemente um sonho de grandes realizações e um futuro promissor.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte dessas jovens extraordinárias. Aos pais Elza e Ovarci, a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza, extensivo a todos os amigos e familiares.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Maquito Vilela**.

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 125, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista trazer a esta Casa informações oficiais sobre possíveis distorções quanto à remuneração dos servidores dos ex-Territórios e, se for o caso, quais as

medidas administrativas que estão sendo tomadas para remover o problema, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o seguinte questionamento:

– Existe Plano de Carreira, Cargos e Salários em favor dos servidores dos ex-Territórios, visando promover a equivalência salarial entre os servidores dos ex-Territórios e o Serviço Público Federal?

Sala das Sessões, 8 de março de 2005 – **Papa-léo Paes.**

(À Mesa para decisão)

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 31

Brasília, 1º de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei nº 2.087, de 1999, da Câmara dos Deputados (PLC 67/03), o qual “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereça atendimento pediátrico em regime de internação.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente lido vai à publicação.

O expediente foi anexado ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2003**, e a matéria enviada à sanção nesta data.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 36

Brasília, 4 de março de 2005.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei nº 2.401, de 2003, do Poder Executivo (PLC nº 9/04), o

qual “Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191–9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente foi anexado ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004**, e a matéria enviada à sanção nesta data.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 58/2005

Brasília, 8 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Ibero Ferreira, (PTB-RN), na qualidade de Titular, e o Senhor Deputado José Chaves (PTB-PE), na qualidade de Suplente, para compor a Comissão Mista destinada a propor Reestruturação do Processo Orçamentário.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro** – Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Deputado Ibero Ferreira como titular e o Sr. Deputado José Chaves como suplente para compor a Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 257/2005 – GLDBAG

Brasília, 8 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado para compor, na qualidade de Suplente, a

Comissão Mista destinada a propor Reestruturação do Processo Orçamentário.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Sibá Machado como suplente para compor a Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, por cinco minutos, como Líder, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escolhi uma forma talvez original de homenagear a mulher pelo seu Dia. Ao invés de palavras, que o vento pode levar, o gesto coerente e conseqüente de me manter em oposição aos desmazes deste Governo.

Sr. Presidente, uma reforma ministerial, em qualquer governo que se entenda por governo, visa a enxugar a máquina, a poupar despesas, a racionalizar os trabalhos administrativos, a rejuvenescer o Poder Executivo, a dar a idéia de recomeço e revigoramento.

Estamos assistindo a um espetáculo lamentável de fisiologia. O Presidente Lula não fala em nomes ilustres; Sua Excelência não fala em ninguém de fora dos Partidos; Sua Excelência diz apenas que o Partido tal merece uma quota de tantos, outro Partido merece uma quota não sei de quantos, mas quem for contemplado com uma quota menor tem direito a uma estatal, a uma estatal polpuda, uma estatal de bilhões. É isso que estamos vendo.

Está hoje no jornal **O Globo**, 8 de março de 2005, uma matéria interessantíssima – A política está virando fazenda –:

PP já pede ‘porteira fechada’.

Além de mais Ministérios, Partido quer todos os cargos das Pastas que lhe couberem outra:

Lula busca saída para agradar ao PP.

Não se trata de nada republicano nesse episódio. É o PP confundindo a coisa pública com fazenda. Quer o partido porteira fechada: quem está fora não entra, quem está dentro não sai – e o Presidente Lula achando que isso é natural. O Presidente, mais uma vez abdicando, renunciando ao seu compromisso de renovar a vida pública do País.

Ainda tenho aqui, Sr. Presidente, algo que chama a atenção, informando que crianças indígenas mor-

rem com um ano de idade. Não dá para dizerem que são crianças vitimadas pelo Governo anterior. Morreram com um ano de idade, com seis meses, com dois anos, de fome, de fome, em um Governo do PT, que seria um Governo voltado para o social; morreram de penúria, de abandono. Foi completamente revogado o trabalho feito pela Funasa recentemente, até o Governo passado, que era de atenção máxima às comunidades indígenas.

Temos uma notícia, em **O Globo** de hoje, que diz:

Pedreiro morre em frente à agência do INSS.

Trabalhador passa mal depois de 12 horas na fila, em Padre Miguel, no Rio, para dar entrada no pedido de aposentadoria.

Espero que não culpem o pedreiro por haver morrido só para boicotar o Governo Lula. Espero que não cheguem a esse desplante, a esse ponto.

Ao falar ainda da coisa pública e homenageando a mulher, em respeitar a mulher, respeitar os filhos dela, respeitá-la e respeitar os seus esposos, respeitar o seu direito de ver o dinheiro público aplicado com correção, aqui, temos um jornal chamado **Primeira Página**, que circula em São Carlos, São Paulo, e na região do Entorno daquele município, datado de Sábado, 26 de fevereiro de 2005. Ano XVII – já é um jornal tradicional. Número 4.309. Preço do jornal: R\$1,00.

Lemos, na primeira página do **Primeira Página**:

Fórum debate projetos petistas no Estado.

Até aí nada de mais. Todo Partido tem o direito e o dever de debater os seus projetos.

O interessante é que temos, na primeira página do jornal **Primeira Página** – não estou aqui querendo me perder em trocadilhos –, o Deputado Federal Arlindo Chinaglia, ex-Líder do PT; o Prefeito Newton Lima, de São Carlos, e o Ministro José Dirceu.

Diz o jornal que os três “deixam aeroporto da cidade rumo ao Fórum”. Até aí, também nada de mais. O Ministro José Dirceu é um militante e tem o direito de freqüentar o seu Partido, tem até o dever de fazê-lo; o Prefeito Newton Lima, acredito que sim; o Chinaglia, sem dúvida.

O interessante, o bonito da foto, é que atrás está um avião da FAB. Eles foram discutir o PT em avião da FAB. Aqui está, dá para ler: “Força Aérea Brasileira”. O contribuinte brasileiro e, portanto, a mulher brasileira, que hoje deveria comemorar o seu Dia, está custeando uma farra, porque isso é uma farra: dinheiro público, combustível público, pessoas das Forças Armadas, pagas pelo contribuinte, pelas mulheres brasileiras, facilitando a chegada a São Carlos do ilustre Ministro José Dirceu e seus correligionários.

E ainda, Sr. Presidente – já que estamos falando em democracia, e não podemos falar em lisura na coisa pública sem nos referirmos à democracia –, na pág. A3 do mesmo jornal de São Carlos, há algo muito interessante também. O PT é um Partido surpreendente. Este Governo é muito surpreendente. Fico cada dia mais fascinado. Ainda vou dedicar-me a fazer uma tese de doutoramento sobre o PT – não sei se enlouqueço antes ou se consigo concluí-la. O fato é que diz o jornal **Primeira Página**:

O líder do PT [aliás, ex-Líder, o jornal está defasado] na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP) [durante o evento], lembrou da extinta União Soviética como exemplo para as esquerdas de todo o mundo [nunca vi um negócio mais atualizado do que este], afirmando que “a diferença entre PT e Governo vai ser cada vez menos possível de ser evitada e isso é um processo histórico”.

Talvez aqui esteja a explicação para o aparelhamento deslavado; talvez aqui esteja a explicação para o autoritarismo, para o desrespeito às oposições; talvez aqui esteja a explicação, Senador Romeu Tuma, para todo esse processo de construção de um pensamento único, tentando banir do debate quem pensa diferente deles. Ou seja, aqui dizem que o modelo é o da União Soviética e o fazem a bordo de um avião da FAB, custeado com o dinheiro das mulheres brasileiras, que hoje deveriam estar comemorando o seu dia.

Recebi um *e-mail* de uma pessoa indignada, chamada Henrique. Não tenho o sobrenome dele, graças a Deus, e não terei que citá-lo, já que o modelo é o da União Soviética. Quem sabe o Henrique termine sendo preso se eu disser o nome dele inteiro, com identidade, CPF, número de telefone e tudo o mais. Ele chama a atenção exatamente para isto. Ele viu parte do encontro e ficou pasmo com essa história de dizerem que o modelo era o da União Soviética. No entanto, o modelo da União Soviética é exatamente como o da União Soviética. Os soviéticos viajavam nos aviões da companhia de aviação daquele país, cujo nome nem sei... Mas aqui viajam em aviões da FAB.

Sr. Presidente, francamente, eu poderia chegar aqui e também fazer uma poesia sobre a mulher. Poderia... Eu seria um poeta menor, um poeta sem talento. Posso ser sem talento, mas posso fazer uma poesia. Não precisaria ser Chico Buarque, nem precisaria ter o talento literário do Presidente José Sarney. Mas eu poderia, aqui, agredir o bom gosto literário de meus Colegas e fazer uma poesia. Resolvi que não era para escrever nenhuma palavra melosa na comemoração do Dia Internacional da Mulher. Contudo, é meu dever, como Líder de um Partido de Oposição, trazer mais denúncias, e são fatos. Ou seja, eles têm como modelo a União Soviética. Eles têm como modelo o aparelhamento do Estado, haja vista o avião à disposição de um encontro petista. Eles têm, como modelo, tudo isso que hoje redundava na morte de crianças indígenas, filhos de mulheres que estavam aqui antes de Cabral, e na morte de um pedreiro, que per-

maneceu durante 12 horas em uma fila. Não deu para acabar com a fila do INSS depois de dois anos? Precisa de mais tempo? É necessário outro mandato para o Presidente Lula acabar com a fila do INSS? É herança maldita! Quem matou o pedreiro foi a herança maldita. Quem está matando as crianças indígenas é falta de Governo do PT ou é a herança maldita. É falta, é inércia, é incapacidade, é incompetência! É aquilo de que sempre reclamamos no Governo do PT: o partido se reúne para convocar, convoca para reunir e, no final, não conclui coisa alguma. É um Governo que se preocupa mais com a sardinha. Criaram um grupo de trabalho presidido pelo Ministro da Defesa para estudar a **sardinella brasiliensis**, a sardinha brasileira, e não conseguem fazer nada, nem grupo de trabalho nem nada, para salvar a vida das crianças indígenas e para evitar que morra na fila do pedreiro. Eles que não fazem um grupo de trabalho para moralizar o uso de avião da FAB, não fazem um grupo de trabalho para moralizar o uso da coisa pública! Entupiram de correligionários, que, por sua vez, entopem os cofres do PT de recursos financeiros, pecuniários; entupiram de correligionários a máquina do Estado.

Se a eficiência cai, dane-se a eficiência. O importante é essa “sovietização” delirante que eles estão propondo ao País. Se o Brasil pára de funcionar, dane-se o Brasil. Importante é saber que está em marcha um projeto, que é um projeto autoritário, montado com um único objetivo, que é o de chegar à reeleição de um Presidente que não sabe o que fazer com o poder. Nunca vi isso. Sempre vi menina querendo boneca, sabendo o que fazer: brincar com a boneca; sempre vi fulano querendo casar com fulana porque queria constituir uma família com ela; sempre vi o jogador indo para o campo porque queria fazer gol no adversário. Nunca vi alguém querer tanto algo com que não sabe lidar. Nunca vi.

Imagino que uma pessoa poderia, equilibradamente, estar sentindo mal com isso. “Puxa vida, não sei governar... O que eu faço governando? Se eu teria que saber governar, não sei, não quero aprender, eu não sento...”

Sr. Presidente, ao encerrar, volto a dizer a V. Ex^ª que o Presidente Lula tem sido muito ingrato comigo, muito ingrato. Faço aqui uma queixa do fundo do coração, Ministro Cristovam Buarque, do fundo do coração. Vejo Partidos aqui pedindo cota, nomeação de Ministros, “porteira fechada”, transformando a República numa fazenda. Quem compra ou vende alguma coisa com porteira fechada, está falando de fazenda e não da coisa pública. Isso não passa pela minha goela e não passa pela goela e pelo bom senso desta Nação. Mas, muito bem. O perdedor, Senador Geraldo Mesquita, leva uma estatal. O que vai fazer com a estatal, se o perdedor é sério? E os jornais publicam que a estatal mexe com R\$1 bilhão por ano. Qual é a diferença para um homem sério se mexe com 10 mil réis ou com R\$1 milhão? Que diferença faz? Então, estamos, nós, aceitando padrões que são abaixo do aceitável. Vejo, então, pedirem ao

Presidente Lula tudo. O homem está vexado de tantos pedidos absurdos que recebe – talvez possa atendê-los e aí se desmoraliza; talvez não possa atendê-los e aí pode ser que não governe, porque implantou uma forma extremamente fisiológica de governar.

Pedi a Sua Excelência uma coisa só, em agradecimento a tantas votações que faço aqui para ajudá-lo e a nossa votação é sempre gratuita, ninguém pede nada aqui. Só pedimos a Sua Excelência o direito de ouvir esses nossos desaforozinhos. Isso não é nada, não é necessário nem que se tome banho para se livrar disso. Eu disse: “Presidente, mande-me uma foto sua trabalhando, sentado, atendendo a um Ministro.” Eu só tenho foto do Presidente em pé. Eu queria uma foto autografada, com Sua Excelência trabalhando, atendendo a um Ministro, e eu não a consigo.

Presidente, está na hora! Comece a governar para que não morram mais crianças indígenas, para que não se vilipendie mais ainda a mulher, para que não tenhamos ainda mais problemas de pedreiros morrendo nas filas do INSS e para que não tenhamos que tolerar mais o Ministro José Dirceu viajando com avião da FAB para encontros petistas, onde dizem que o modelo a ser seguido é o da União Soviética.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ASCENSÃO DA MULHER É UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

8 DE MARÇO DE 2005

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

Na data em que o Brasil e o mundo comemoram o *Dia Internacional da Mulher*, a homenagem e a reverência do Senado da República são dirigidas a todas as mulheres, das mais humildes às que ascendem posições de relevo, inclusive nesta Casa.

O século passado caracterizou-se pelo crescimento da liderança, da participação da mulher em todas as atividades, sobrepondo-se até à liderança masculina.

Esse caminhar é o tema de mensagem que a Presidente da Rede Nacional de Militantes Tucanas, Marisa Serrano, dirige a todas as mulheres, destacando, como ponto fundamental de suas colocações o exercício da cidadania.

A mensagem é, antes de tudo, a comprovação do valor da mulher brasileira. Por isso, Senhor Presidente, como homenagem à Mulher do Brasil, solicito que essa Mensagem seja incorporada ao meu pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Saúdo a Mulher brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Participação política x cidadania

Com a aproximação do 08 de março, Dia Internacional da Mulher, proponho uma reflexão sobre a influência da participação política no processo de construção da cidadania feminina.

Segundo Pedro Demo: "Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos. No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário e a co-responsabilidade. Cidadania pressupõe o Estado de Direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres."¹

E o que ser cidadão ?

"Cidadão é aquele que luta para que todos sejam cidadãos, é aquele que participa, que conquista a autonomia, que não é tutelado. A cidadania não permite fazer concessões para ser contemplado ou contemplar posições. É conceder no plano da solidariedade e ser persistente no debate das idéias."²

Então, a grande batalha é contra a existência do não-cidadão e pressupõe três princípios básicos: a participação, a solidariedade e a democracia.

A participação ultrapassa o momento eleitoral. Implica o pleno acesso à informação para possibilitar que a democracia seja, de fato, colocada em prática.

A solidariedade é o fio condutor que deve orientar todas as outras ações. Significa fazer concessões para que haja igualdade e implica no dever da persistência no debate das idéias.

Exercer a democracia é trabalhar com a possibilidade de expressar, com respeito, as diferenças. Condiciona-se a democracia ao tema da igualdade.

Essas características, que definem o "ser cidadão" podem ser resumidas no "ato de se comprometer com os valores universais da Liberdade e da Vida condicionados pela Igualdade."³

Como as mulheres têm caminhado na arena da construção da própria cidadania?

O século XX foi marcado pelo crescimento da liderança feminina nos diversos campos sociais. A luta pela igualdade entre homens e mulheres, seus retrocessos e conquistas produziram resultados que transcendem o plano individual e ocasionaram profundas mudanças na estrutura social, na organização familiar, nas formas de produção e consumo, no mundo do trabalho e das responsabilidades públicas.

As mulheres têm, gradativamente, apresentado à humanidade uma nova forma de "ler" o mundo, embora enfrentando inúmeros obstáculos, entre estes o comportamento machista, que acredita que o exercício do poder está vinculado a características masculinas. Estamos aprendendo, juntas, a conciliar a vida pública com a privada, entendendo que a maternidade pode ser exercida com qualidade, mesmo que enfrentando o obstáculo da disponibilidade de tempo integral para os filhos; que é possível ser esposa e companheira e, ao

mesmo tempo, líder: comunitária, empresarial ou política; que a perfeição é impossível de ser atingida e tem que ser buscada vencendo, trilhando e abrindo novos caminhos.

O processo de mudança, embora lento, não tem volta! Refletir sobre o cotidiano que leva a mulher a assumir dupla ou tripla jornada de trabalho (vida pública e privada), enquanto o homem ainda não conseguiu assumir, na mesma proporção, o mundo privado (familiar, doméstico), faz com que muitas mulheres sintam-se incapazes e desmotivadas para o exercício da liderança e do poder.

A instituição e a potencialização de secretariados de mulheres nos partidos políticos pode fazer a diferença, pois embora os homens tenham uma história de envolvimento partidário mais antiga, as mulheres oferecem uma nova perspectiva e uma nova leitura levando para a política valores como igualdade, solidariedade, ação compartilhada, cooperação e parceria que são práticas comuns no cotidiano feminino.

Defendendo bandeiras comuns de luta nas áreas de saúde, educação, trabalho, política e poder, segurança e violência, as mulheres podem, juntas e independente de ideologia partidária, contribuir de forma significativa para a aprovação de leis que garantam a participação feminina nos diversos espaços sociais, proteger direitos conquistados e contribuir para o avanço das políticas públicas voltadas para a mulher.

Neste sentido, as ocupantes de cargos eletivos devem ter claro a importância de sua atuação nos legislativos e executivos, já que o mandato não é individual e sim coletivo. Elas representam o resultado da luta de mais de um século pela participação da mulher na política e na sociedade moderna.


Sabemos que partido político sem militantes não existe! Portanto, as militantes femininas são o centro do processo político de cada secretariado de mulheres.

Desta forma, quero convidá-la a um exercício de cidadania: participe das reuniões, dos encontros, seminários e oficinas de formação política; encaminhe sugestões e artigos, apresente as nossas propostas a outras mulheres; enfim, dê a sua contribuição para o crescimento do PSDB-Mulher.

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, participe das atividades do Secretariado Municipal do PSDB-Mulher. Escreva conosco esta história cujo lema é:

"NA DEMOCRACIA, A IGUALDADE FAZ TODA A DIFERENÇA".

Um forte abraço,


Marisa Serrano
Presidenta

¹ DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988, p.70

² Fonte: A Condição Cidadã (Mária Aparecida Pelissari)

³ Idem

O GLOBO

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Antônio Virgêlio

Data: 08.03.05 Página: 3

PP já pede 'porteira fechada'

Além de mais ministérios, partido quer todos os cargos das pastas que lhe couberem

Gerson Camarotti
BRASÍLIA

Além do PT, que pressiona para manter seus cargos no primeiro escalão do governo, o PP, partido do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PE), surge como outro entrave para a reforma ministerial. Antes da eleição de Severino, o PP negociou um indicção para o Ministério do Esportes. Agora, o partido exige espaço maior e mais nobre. No governo já se cogiu a possibilidade de dar ao PP as pastas das Comunicações ou do Trabalho. Mas o partido já avisou que só aceita esses ministérios de "porteira fechada".

No jargão político, isso significa que o PP exige todos os cargos dos ministérios. No caso das comunicações, isso representa o comando dos Correios e uma vaga luter na diretoria da Anatel. Já sobre a pasta do Trabalho, dirigentes do PP tem dito que só querem se locomover em lugares ao lado de delegacias regionais. São propostas que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aceita.

— Somentemente o Ministério das Comunicações não dá? Tem que ser uma coisa mais fechada. Só assim posso sentar para conversar com a bancada. O PL, que é menor do que o PP, tem dois ministérios. O PMDB, que também tem um número menor de deputados votando com o governo, tem dois ministérios — disse ontem o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE). — O governo precisa avaliar que temos o presidente da Câmara. O problema é que essa reforma ministerial demorou demais. Se tivessem nomeado o deputado Pedro Henry, ministro dos Esportes, sequer o Severino teria saído candidato.

Lula busca saída para agradar ao PP

• O presidente disse ontem a interlocutores que está procurando uma solução que agrade ao PP para fechar a equação da reforma ministerial. Lula tem dito, porém, que não dará ao partido tudo o que o PP quer. O desafio é encontrar um jeito de dar menos, mas sem contrariar o partido de Severino.

Um ministro confirma que um dos problemas da reforma ministerial agora é que o PP está cobrando um preço muito alto para manter seu apoio ao governo. O fato já estaria causando constrangimentos e irritando Lula. Hoje, a cúpula do PP fará reunião em Brasília para avaliar a estratégia do partido nas negociações com o governo.

Para resolver o impasse com o PP, Lula designou o chefe da Casa Civil, José Dirceu, enquanto o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PP/SP), está encarregado de sondar o PMDB. A expectativa na PP é que Dirceu chame Corrêa e Janene para uma conversa no Planalto até amanhã e que Lula anuncie as mudanças até sexta-feira.

— O tempo da reforma ministerial é o tempo da política. Mas o presidente espera concluir a reforma esta semana. Essa é uma engenharia política complexa. Tem mais gente querendo entrar do que vaga — afirmou Mercadante.

O senador disse que a reforma precisa levar em conta a reorganização da base na Câmara e no Senado. Mas ao mesmo tempo, fez uma defesa do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PCdoB), alvo de críticas de petistas.

— Cabe ao presidente decidir o futuro do ministro Aldo. Estamos com problemas na articulação política que precisam ser resolvidos. Mas Aldo goza de toda a confiança do presidente — disse Mercadante.

Enquanto Lula não resolve o problema do PP, o PMDB aguarda sua vez de negociar. No fim de semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), ficou de prontidão em Brasília, mas não foi chamado.

— O tempo é do presidente. Não pedimos a reforma. Foi Lula quem nos chamou e disse que iria fazer. O caminho dessa reforma é fazer uma coalizão da base aliada e desenvolver a eficiência do governo — disse Renan.

'Estava protegendo um cidadão'

Severino tenta explicar ajuda a bêbado e motorista em situação irregular

• RE. O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP/PE), tentou explicar ontem o discurso que fez na véspera em João Alfredo, sua cidade natal, onde contou como ajudou um eleitor que havia sido detido com a carteira de motorista vencida e um outro que havia sido preso bêbado por provocar um quebra-quebra num bar.

— Este que fez isso, que quebrou o bar, estava em dificuldades porque tomou, pela primeira vez na vida, uma carraquinha, se embriagou e perdeu completamente a noção da vida. Foi quando o dono do bar telefonou para mim dizendo que tinha uma pessoa de João Alfredo que dizia que era meu amigo e que havia dado um prejuízo. Eu pedi para que ele passasse (o telefone) para o rapaz e perguntei quanto era a despesa para evitar a prisão. Não estava protegendo um cachaceiro, estava protegendo um cidadão que, mesmo na carraquinha, se lembrou que Severino Cavalcanti existia. Se ele lembrou que Severino existia, eu não tinha outra alternativa.

O presidente da Câmara ainda completou: — No outro caso, o carro do rapaz que é de João Alfredo, estava

com as letras e a carteira vencidas. Ele não tinha dinheiro para pagar as taxas da renovação da carteira. Como era uma sexta-feira, não podia dizer que iria mandar o valor para ele naquela hora. Então pedi à polícia o seguinte: "libere o rapaz que ele está com as prestações atrasadas e a carteira vencida. Ele vai pagar dentro de dois dias, ele vai resgatar e vai ser na segunda". Ele pagou e eu dei o dinheiro — disse Severino.

As públicas declarações, contraditórias ontem pelo presidente da Câmara em visita a Recife, preocuparam seus aliados.

A volta da Sudene é um imperativo'

• Severino também disse ontem que vai pressionar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para que o projeto que cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) seja posto em pauta imediatamente. Severino criticou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra após al-

nambrado, Jarbas Vasconcelos. — Isto (a volta da Sudene) é um imperativo de consciência nacional. A Sudene tem que voltar a funcionar. Houve falhas, mas ninguém foi para a cadeia, não prenderam ninguém. Então nós não podemos ser punidos por desvios havidos naquela época que não foram provados.

O presidente da Câmara também acusou o MST de ter "falhas terríveis" e pediu mudança no programa de reforma agrária do governo.

— Eu fui no Norte do país, em Roraima, e vi que o governo não entregou ainda lá. O governo tem no estado 90% das terras, que estão entregues ao INRA e a um outro órgão do governo (Itaipu), que não estão sendo exploradas.

Severino voltou a cobrar um ministério para seu partido, o PP, e fez uma ironia ao dizer que, com ele na presidência da Câmara dos Deputados, o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem um diabo no comando do Legislativo.

— Ele (Lula) está um pouco cansado e eu acho que agora ele vai se animar mais, porque sabe que tem um presidente da Câmara que vai dar cobertura a todos os projetos

Lula pede ajuda a prefeitos para aprovar reforma

• BRASÍLIA. Diante de mais de 300 mil prefeitos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem à noite um apelo para que eles ajudem seu governo em duas frentes: na conclusão da reforma tributária, paralisada na Câmara, e na montagem de um "cadastro sério" em seus municípios para o programa Bolsa Família.

— Nós conseguimos fazer a primeira parte da reforma tributária, com mudanças que favoreceram os municípios. Mas ainda precisamos da parceria dos prefeitos também para concluir a reforma. Ela não pode ficar pela metade — disse Lula, referindo-se à segunda parte da reforma que atenderá às demandas dos estados.

Sobre o Bolsa Família, alvo de críticas e de denúncias de irregularidades na distribuição dos recursos, o presidente dirigiu aos prefeitos de forma especial. Ele fez um pedido e um alerta, ao falar que já são 32 milhões de beneficiários:

— Quería que os prefeitos fizessem um cadastro como se tivessem cuidando de seus filhos e de suas mulheres, com a maior seriedade. Porque se a gente permitir um desvio, daqui a pouco estará a cara de um de vocês no "Jornal Nacional", sem saber por que. Por isso eu sei que não é o prefeito que está cadastrando, são os funcionários, os secretários.

O presidente destacou a

— Estamos habituados a ver momentos em que você pensa que está dando R\$ 10 a um pobre, e vai ver o patrão do pobre que ficou com os R\$ 10.

No discurso, o presidente chamou ainda os prefeitos como fugiu dos juros altos do sistema financeiro no Brasil:

— Vou fazer dois pedidos: tentem ajudar a organizar cooperativas de créditos em seus municípios, isso para que, em vez de ficar cobrando a baixa dos juros que nem sempre vão baixar como queremos, sejam criados mecanismos inovadores. E vamos organizar para que as lojas não fiquem dependendo do sistema financeiro. É um gesto importante para mudar a visão dos pequenos comerciantes.

Nem recado aos ministros presentes ao encontro, Lula disse que todos têm obrigação de receber bem os prefeitos. E citando uma frase do ex-ministro da Educação Eduardo Portela — "Eu não sou ministro, estou ministro" —, disse que todos precisam ser mais humildes.

— Parece uma frase qualquer, mas seria bom que todos tivessem esse paradigma: precisamos ser mais humildes com a sociedade. Estamos exercendo esse cargo, o mandato é passageiro. É bom que seja assim. Os ministros têm obrigação de vir aqui atender vocês.

No encontro, os prefeitos pediram a aprovação da emenda que aumenta de 22,5% para 25% o repasse de tributos da União para o

O GLOBO

Pedreiro morre em frente a agência do INSS

Trabalhador passa mal depois de 12 horas na fila, em Padre Miguel, para dar entrada no pedido de aposentadori

Max Leone*

O pedreiro Severino Elias dos Santos, de 65 anos, morreu ontem, por volta das 11h, em frente à agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em Padre Miguel. Após passar mais de 12 horas na fila, o trabalhador teve um mal súbito e faleceu.

— Ele saiu de casa ontem (domingo) à noite e agora encontro o corpo dele jogado no chão. É muito descaso — reclamou Marlene Teixeira dos Santos, filha de Severino.

Segundo ela, Severino saiu

de casa, em Padre Miguel, às 23h30m de domingo, por temer não conseguir dar entrada na aposentadoria. Era a primeira vez que o trabalhador procurava o INSS para requerer o benefício.

Trabalhador saiu do posto para tirar fotocópia

Depois de uma longa espera, o pedreiro foi informado que faltava uma cópia da identidade para completar a documentação necessária. Ele saiu do posto e foi até uma papelaria em frente fazer a fotocópia. Segundo Marco Aurélio Lessa da

Silva, amigo da família, foi nesse instante que Severino começou a passar mal e, logo em seguida, caiu morto:

— Ele tinha problemas de pressão alta, mas tomava os remédios em dia. Infelizmente ele procurou um posto do INSS que sempre apresenta problemas. Todo mundo reclama — disse.

A notícia da morte deixou em desespero a família de Severino, que tinha sete filhos. Uma senhora que estava na fila com o pedreiro entrou em contato com os filhos para contar que ele passara mal. Ao chegar ao posto, os filhos encontraram o

corpo do trabalhador ainda no chão, coberto por um pano. A própria família providenciou a retirada com uma funerária.

Não é a primeira vez que o atendimento no INSS de Padre Miguel revolta os segurados. No ano passado, após uma greve de 40 dias dos previdenciários, a abertura das unidades no Rio foi marcada por confusão, filas e denúncias de venda de senhas. E em Padre Miguel não foi diferente. Em nota, a Superintendência do INSS no Rio lamentou a morte do pedreiro. ■

* Do Extra

Primeira Página



CIRCULAÇÃO: SÃO CARLOS E REGIÃO • SÃO CARLOS - SÁBADO, 20 DE FEVEREIRO DE 2005 • ANO XVII - NÚMERO 4.369 - R\$ 1,00

Encontro que termina na tarde deste sábado, em São Carlos, reúne vários prefeitos paulistas do Partido dos Trabalhadores

Fórum debate projetos petistas no Estado

O Fórum dos Prefeitos e Prefeitas do Estado de São Paulo, aberto ontem pelo presidente estadual do partido, Paulo Fernando Galvão, até a tarde deste sábado inclui a apresentação de projetos, discussões sobre a administração do Partido dos Trabalhadores, Participação da população e melhorias da abertura de vistas, personalidades locais, Alceu Mesquita de Souza, Luiz Antônio da Costa, e Alberto Chaves, e o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Dr. Antônio Carlos de Albuquerque. O encontro é realizado em São Carlos, cidade sede do partido. Participam, além de Galvão, os prefeitos e prefeitas de São Carlos, Antônio Carlos de Albuquerque, e Rubens Carrão Júnior, de Ribeirão Preto, o atual filiado do partido. Na abertura do encontro, Paulo Fernando Galvão afirmou que o partido tem a intenção de trazer para a administração os projetos dos prefeitos do PT, além de os concluir em defesa do partido. Como exemplo, ele lembrou o projeto de lei que proibiu o uso da palavra 'prefeito' pela ex-prefeita da Capital, Marta Suplicy.

PÁGINA A3

Acidentes deixam três motoqueiros feridos

Audiência define soluções para problemas no Varão

Representantes da Prefeitura definirão os problemas de al-

DESCALVADO

Inscrições para o cursoinho acabam dia 4

As inscrições para o cursoinho da União Municipal dos Estudantes terminam no próximo dia 4. O cursoinho é pré-vestibular e visa, dentre outras coisas, a promoção da cultura e educação nos estudantes e à comunidade.

PÁGINA C1

ITRAPINA

Autoridades conhecem projeto náutico

Diversas modalidades de esportes náuticos, destinadas para crianças na faixa de 12 anos, poderão ser implantadas no município. Com o objetivo de conhecer o projeto 'Navega São Paulo', estiveram reunidos esta semana



JORNAL PRIMEIRA PÁGINA

Na abertura do encontro, presidente estadual Paulo Frateschi conclamou os presentes a defenderem os projetos políticos do partido.

Fórum reúne prefeitos petistas de todo o Estado

HENRIQUE AFFONSO DE ANDRÉ

O Fórum das Prefeitas e Prefeitos Petistas do Estado de São Paulo foi aberto ontem pelo presidente estadual do PT, Paulo Frateschi, que iniciou uma série de discursos do partido de todo o estado. Participaram do encontro várias personalidades petistas, como o senador Aloizio Mercadante, os deputados federais Iara Bernardes e Arlindo Chinaglia, o secretário do ministério da Segurança Alimentar Giacomo Bacarini e o ex-prefeito de Franca Gilmar Domnici. Da região, estavam presentes os prefeitos Newton Lima, de São Carlos; Edinho Silva, de Araraquara; Maurício Rasi, de Porto Ferreira; e Rubens Gayoso Júnior, de Ribeirão Bonito, que se filiou ontem ao PT, egresso do PPS (ver Pági-

na A4).

Frateschi, na abertura do encontro, conclamou os prefeitos a defenderem os projetos políticos do PT, além de os conclamarem à defesa do PT e deu como exemplo os projetos desenvolvidos pela ex-prefeita paulistana Marta Suplicy (PT), que foram duramente combatidos pela imprensa e oposição, como o CEU.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), lembrou da extinta União Soviética como exemplo para as esquerdas de todo o mundo, afirmando que "a diferença entre PT e Governo vai ser cada vez menos possível de ser evitada e isso é um processo histórico".

Silvana Donatti (PT), líder do governo na Câmara de São Carlos representou a presidente local do PT, Geria

Montanari, e disse que é um "prazer para o PT de São Carlos receber esse evento histórico", após ressaltar a importância do encontro para a troca de experiências entre os prefeitos do PT.

Durante toda a tarde desta sexta ocorreram reuniões e mesas redondas entre os prefeitos do PT paulistas. Entre os assuntos, por exemplo, os primeiros anos de governo, para os prefeitos eleitos pela primeira vez.

Hoje pela manhã serão realizadas mais três mesas redondas no Hotel Anacã, e às 12h30 está prevista o encerramento do Fórum, que divulgará a "Carta de São Carlos", hábito petista de divulgar as resoluções de suas reuniões. As 14h está previsto um almoço de confraternização entre os participantes do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)

– Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com prorrogação de dois minutos. Posteriormente, falará o Senador Leonel Pavan.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem estive na tribuna e ouvi o relato do Senador Efraim Moraes, lá da Paraíba, dando conta de que a seca estava ceifando vidas não só humanas, mas também do gado, que está morrendo. Perguntei ao Senador se estavam morrendo em um único lugar ou em vários lugares. S. Ex^a respondeu que isso está acontecendo em vários lugares. Onde

não está chovendo e não tem água, o gado não pode andar muito para chegar à água e morre. E a população está catando os ossos do gado morto pela seca na Paraíba para vender às fábricas que produzem adubo e calcário para adubação de terra.

Ontem, levantei uma questão: se o problema fosse água, evidentemente as populações ribeirinhas do São Francisco não morreriam por falta de trabalho ou por causa de seca ou o que for, pois estão ao lado do rio. Então, o problema do semi-árido nordestino não é bem a falta de água, é a falta de distribuição espacial dessa água, que tem de estar em mais de um lugar. Portanto, citei a transposição, que é tema polêmico, mas pode, perfeitamente, ser analisado por alto, mas com alguma

coisa concreta e que nos leve a uma reflexão. Vamos apanhar a água do São Francisco – há um projeto bonito, de 2,4 bilhões – e levá-la para Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Mas me fixo mais no Ceará, cujo interior conheço todo. Passei oito anos dirigindo uma empresa de eletricidade naquele Estado e conheço todos os seus recantos. Essa água do São Francisco vai diretamente para o rio Jaguaribe, no qual há um açude chamado Castanhão, que tem uma reserva de água de cinco bilhões de metros cúbicos. No entanto, pelos registros do Dnocs, o sol cobra a sua cota: dos cinco bilhões, leva um bilhão, por evaporação. E, lá no rio Jaguaribe, já desembocam as águas dos açudes Orós, que tem 2,5 bilhões de metros cúbicos, e Banabuiú, que tem 1,5 bilhão. Então, no Jaguaribe, estão acumulados mais de oito bilhões de metros cúbicos d'água, mas esse rio está distante do resto do Ceará.

Cito um lugar seco, de que me lembro bem: Irauçuba. Os cearenses que me ouvem – a TV Senado está no Brasil inteiro – sabem o estou falando. De Irauçuba a Jaguaribe são mais de 200km. Como a água de Jaguaribe chegará a Irauçuba, onde não há água? E quanto a outros pontos do Ceará, como Nova Russas*, Independência* e vários outros municípios do semi-árido cearense que não têm água? Mas o Ceará tem inúmeros açudes, e o Governador Tasso Jereissati, num gesto de lucidez e criatividade, criou um programa de interligação de bacias, isto é, canais interligarão as bacias dos açudes. Nesse caso, haverá água no Estado inteiro, em todo lugar. E o gado não vai morrer, porque não vai andar mais do que quatro ou cinco quilômetros, para encontrar um canal, uma adutora ou algum outro ponto de água. Ao longo desses canais, evidentemente se criarão miniprojetos de irrigação, talvez até com energia solar, para se usar menos energia e se ter, realmente, o feijão durante a seca, além da água.

Então, a solução para o problema é a distribuição espacial da água e não a sua transposição do São Francisco para um único lugar. No Ceará, por exemplo, trata-se do Jaguaribe; nos outros Estados, são alguns açudes e reservatórios, em que se jogará a água que custa uma fortuna para misturar com a que não custa nada: a da chuva. E o sol diz: a minha quota ninguém toma, levo a água cara e a barata na evaporação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso repensar esse problema da água do São Francisco. Já vi – era presidente da empresa de eletricidade do Ceará e fui várias vezes à Sudene – e há quem o tenha visto também: o São Francisco seco. Os reservatórios resumiram-se todos no caixão do rio, e houve procissões e rezas para que ele não secasse de uma vez.

Então, o rio está sujeito a secar. Dizem que a água que vai para o Nordeste é apenas o excedente. Mas, na hora em que ele secar, não haverá excedente, porque não se poderá tirar água por causa da geração de energia e da irrigação, que já faz parte do cotidiano do Vale do São Francisco.

Antes de encerrar, queria fazer outra proposição. Que chove no semi-árido, chove! Quatrocentos milímetros, sem nenhuma dúvida. Chove irregularmente, mas chove. E, quando chove, Excelências, os chamados riachos secos estão todos lá com água. Essa água vai para onde? Uma parte se infiltra, uma parte corre, e a outra evapora. Mas a que se infiltra fica dentro do riacho seco. Se observarmos, o Estado do Ceará tem mais de dois mil quilômetros de riachos secos. Pode-se colocar uma barragem na cabeceira desses riachos – chama-se isso de barragem de cabeceira. É sempre uma depressão que tem, mais ou menos, uma largura de dois quilômetros e uma profundidade de um quilômetro. Se se colocar uma barragem na cabeceira de um riacho e se fizerem algumas fendas laterais, para evitar que a água escorra de uma vez e se infiltre, acumular-se-á, na cabeceira de cada riacho, algo em redor de trezentos ou quatrocentos milhões de metros cúbicos d'água. Evapora-se uma parte, sem dúvida, mas, se, ao longo do riacho que está a jusante dessa barragem, colocarem-se poços cacimbões de 500 em 500 metros, ter-se-á água permanente durante a seca, porque aquela água não evapora, e os filetes d'água caminham na declividade do riacho. Se houver dois mil riachos desses, com vinte quilômetros de extensão cada um, Excelências, não falaremos mais em seca no semi-árido nordestino. Este, sim, é um projeto que merece ser estudado em conjunto, em todos os Estados. E, em vez de US\$2,4 bilhões, creio que com US\$1 bilhão, faríamos isso em todos os Estados e acabaríamos, seguramente, com o que se chama seca e que, na verdade, não o é, mas irregularidade de chuva. Ocorre uma chuva hoje, e levam-se vinte dias para acontecer outra.

Por isso, uma nova comissão foi criada – a Sudene ainda não foi reeditada – para estudar a solução do semi-árido e o desenvolvimento urgente. Já existe comissão e estudo demais. A Sudene tem um manancial de estudo de 20 anos, com todas as soluções possíveis e prováveis. Cito o gênio Celso Furtado, o homem que a implantou.

Por que não ir buscar lá? Por que mais uma comissão? Como não faço parte dela, nem fui convidado – isso não tem nenhum significado para mim –, apresento a experiência que estamos realizando no Piauí, uma novidade em matéria de organização social rural,

por meio da qual os homens que plantam mamona e feijão passarão a ter o salário de aproximadamente R\$600,00 por hectare/ano. Com três hectares, terão mais de R\$1.000,00.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Penso que dei o recado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, como Líder, ao eminente Senador José Agripino, por cinco minutos, com prorrogação de dois minutos.

Posteriormente, falarão o Senador Cristovam Buarque, que aguarda a delegação formal do Líder, e o Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria fazer três comunicações distintas neste horário que me é reservado, como Líder do meu Partido.

A primeira delas, que me apraz muito fazer, é a homenagem à mulher brasileira no seu dia. Tive oportunidade de me manifestar logo de manhã, de escrever uma mensagem rápida, traduzindo o sentimento do meu íntimo em relação à mulher brasileira.

Senador Arthur Virgílio, a participação da mulher nos movimentos políticos, sociais e democráticos de um país é proporcional ao grau de maturidade da democracia em que ela atua. V. Ex^a deve lembrar-se da marcha realizada na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, que marcou protesto por desmandos e que levou à revolução. Era a Marcha da Família; à frente estava a mulher. V. Ex^a se lembra também de que, passado o tempo, amadurecidos os deslizes do regime revolucionário, foi a mesma mulher que, no primeiro momento, manifestou-se contra e deu os primeiros sinais de insatisfação, provocando reações políticas.

Senador Romeu Tuma, não conheço exemplos – são raríssimos – de mulheres que, colocadas em postos de comando, em qualquer tipo de atividade, não tenham noções claras de sensatez e obstinação por fazerem bem aquilo que lhes compete. Por isso é que o meu Partido dá tanta importância ao PFL Mulher. No meu Estado, tivemos e temos prefeitas, todas exemplares, modelos de competência e de desempenho – e incluo na categoria de desempenho a probidade pessoal e o zelo com o dinheiro público. Como Líder do meu Partido, portanto, registro minha homenagem à mulher neste Dia Internacional da Mulher.

Outro assunto. Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a falará em seguida e, como eu, deve ter ouvido o Senador Arthur Virgílio falar, dentre outros assuntos, *en passant*, de uma criança índia que, com menos de

um ano, veio a falecer. Esse é mais um dentre as centenas e milhares de casos que a imprensa comenta, divulga e debate, relativo à mortandade em nações indígenas, espalhadas em muitos Estados do Brasil, principalmente no Mato Grosso.

Senador Arthur Virgílio, talvez V. Ex^a não tenha conhecimento dos dados que vou citar. V. Ex^a falou da mortandade de uma criança índia com menos de um ano. Não quero fazer acusação, mas uma declaração para que aqueles que estão nos vendo e ouvindo neste plenário e pelo Brasil inteiro possam avaliar o que está por trás dessa mudança. Não se ouvia falar de mortandade em massa de crianças índias, populações indígenas e, de repente, começam a comentar e a noticiar com destaque.

Senador Cristovam, a responsabilidade da assistência médica às populações indígenas é de um órgão chamado Funasa.

Informarei a V. Ex^{as} quanto a Funasa gastou em medicamentos e em viagens em 2003, portanto já no Governo Lula, e quanto a mesma Funasa – um órgão encarregado de zelar pela saúde das populações indígenas, que estão morrendo em grande quantidade – gastou em 2004 em medicamentos e em viagens. Os dados não são meus, são do Siafi e estão disponíveis para quem quiser no Brasil inteiro.

Em 2003, a Fundação Nacional de Saúde gastou em despesas com viagens (diárias de pessoal civil e passagens): R\$5.206.637,47. Em medicamentos, material laboratorial, hospitalar, farmacológico e químico, um total de R\$43.758.061,10.

Senador Arthur Virgílio, preste atenção, porque este dado é estarrecedor. As crianças índias estão morrendo e é preciso que se identifique a razão. Em 2003, gastou-se em medicamentos cerca de R\$43 milhões e, em despesas com viagens, aproximadamente R\$4 milhões. Os dados são do Siafi, repito.

Em 2004, as despesas com viagens foram de R\$5.487.274,48 contra R\$4.342.575,98 em 2003. E as despesas com medicamentos, com hospitais, que tinham sido de cerca de R\$43,7 milhões, quanto foi em 2004? Supõe-se que R\$60 milhões. Cresceu a despesa com viagens? Não foi, Senador Cristovam; não foi, Senador Sérgio Guerra. Foi de R\$1.629.450,19. Caiu de R\$43 milhões para R\$1,6 milhão a despesa com medicamento. Daí a morte dos índios e dos seus filhos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O candidato do social virou o Presidente do genocídio, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Estou dando os dados para que este Plenário possa fazer a sua avaliação, para que o País possa fazer a sua

reflexão sobre o desempenho administrativo deste Governo.

Sr. Presidente, dito isso, peço a V. Ex^a a tolerância de um minuto, não mais que um minuto, para fazer uma conclamação. A PEC Paralela – assunto que muito diz respeito a V. Ex^a, que foi Relator da reforma da Previdência – está sendo ameaçada de ser votada ou não votada pela Câmara dos Deputados. Já foi votada em primeiro turno; faltam os destaques. Fizemos uma reunião de Líderes ontem, e a Liderança do Governo tomou o compromisso de efetuar a votação da PEC Paralela em caráter de urgência e de votar, pelo menos, na reforma tributária, a questão

relativa aos Municípios e a questão relativa ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Eu gostaria de ouvir aqui hoje uma manifestação por parte da Liderança do Governo com relação à PEC Paralela, que é uma exigência do Senado Federal e dos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, como Líder, o Senador Cristovam Buarque, Líder do Bloco de apoio ao Governo, por cinco minutos e prorrogação de dois minutos.

Antes, peço ao orador que aguarde um segundo para uma leitura da Presidência.

É lido o seguinte:

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2005

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 17, I, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,

RESOLVEM

criar Comissão Mista, composta de 8 (oito) Srs. Senadores e 8 (oito) Srs. Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de trinta dias, apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, composta dos Srs. Congressistas.

DEPUTADOS

Pedro Novais	PMDB
Paulo Bernardo	PT
Cláudio Cajado	PFL
Alberto Goldman	PSDB
Ricardo Barros	PP
Milton Monti	PL
Iberê Ferreira	PTB
Sérgio Miranda	PCdoB

SENADORES

Romero Jucá	PMDB
Aloizio Mercadante	PT
Heráclito Fortes	PFL
Sérgio Guerra	PSDB
Marcelo Crivella	PL
Fernando Bezerra	PTB
Osmar Dias	PDT
Antônio C. Valadares	PSB

Congresso Nacional, em 1º de março de 2005


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal


Deputado **SEYERINO CAVALCANTI**
Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

A Presidência solicita aos Srs. Líderes que indiquem à Mesa os nomes dos suplentes da Comissão.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/Nº 147/2005

Brasília, 8 de março de 2005

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a minha substituição pelo Deputado Ronaldo Dimas na Comissão Mista destinada propor Reestruturação do Processo Orçamentário.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**
– Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)–

Sobre a mesa, ofício que passo a ler

É lido o seguinte

OFGSGMB Nº 22/2005-Sy

Brasília, 8 de março de 2005

Senhor Presidente,

Solicito a especial gentileza de Vossa Excelência no sentido de autorizar a republicação, no **Diário Oficial** do Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2005, de minha autoria, tendo em vista ter sido a mesma impressa com a seguinte incorreção:

Onde se lê “art. 22”, leia-se “art. 24”.

Agradecendo, antecipadamente, a atenção dispensada ao assunto, aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de estima e consideração.
– Senador **Gilberto Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)

Com referência ao expediente lido, a Presidência determina sua publicação e nova confecção de avulsos da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 8, de 2005** (nº 50/2005, na origem), de 24 de fevereiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de novembro

a dezembro de 2004, incluindo quadros demonstrativos da única operação realizada naquele período, dos títulos da dívida interna resgatados com os recursos oriundos da referida operação, de todos os demais bônus emitidos ao amparo do referido Programa e dos pagamentos referentes aos títulos ainda em ser.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 10, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, como Líder, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que hoje é dia de concentrarmos os discursos cumprimentando as mulheres do Brasil, pelo seu dia. Mas, vim aqui, sobretudo, para chamar a atenção de nós, Senadores, se ainda não despertamos, para o que está acontecendo em um país próximo a nós: a Bolívia. Não por que a Bolívia seja um país vizinho; não por que da Bolívia vem o gás que o Brasil utiliza. Venho aqui chamar a atenção, fazer um apelo para que reflitamos que o que hoje acontece na Bolívia poderá vir a acontecer em todos os outros países do nosso continente.

O que acontece naquele país vizinho não decorre apenas de uma desestruturação do quadro político. O que acontece ali, acontece devido a um fato que também está ocorrendo no Brasil. É que a democracia tem dois pilares: o pilar da liberdade política e o pilar da justiça social. Não há como manter a democracia por muito tempo sem justiça social.

Sem justiça social, ou se implanta escravidão, para dizer que os excluídos não votam, não participam, como foi neste País durante quatro séculos, como foi nos Estados Unidos durante três séculos, como foi na Grécia antiga, onde surgiu a democracia, excluindo os estrangeiros e os escravos, que eram bárbaros; ou se faz isso, ou se impõe uma ditadura para pôr fim às filas, proibir notícias, impedir a livre manifestação e o voto do povo. Não haverá futuro na democracia brasileira se não dermos passos substanciais para trazer a justiça social para o Brasil e acabar com a exclusão social. Não há como manter o direito ao voto negando-se o direito ao essencial a nenhum cidadão, porque ele se revoltará, com todo o direito. E, ao se revoltar, ele vai para as ruas e, assim, força o presidente a renunciar, como no caso da Bolívia.

Na próxima semana, vamos comemorar 20 anos de redemocratização no Brasil, período no qual demos passos substanciais, Senador Romeu Tuma, para construir um marco democrático de plena liberdade neste País. No entanto, Senador Sérgio Guerra, creio que, nesses 20

anos, pelo balanço que temos, o avanço social é muito pequeno. Não vou dizer que houve uma regressão, mas o avanço foi muito pequeno. Até lamento reconhecer que certos programas do regime militar às vezes eram mais avançados do que programas que temos hoje. E isso não vai durar. Não vai durar historicamente, o que pode levar 5, 10, 15, 20, até 30 anos, mas a democracia arrebentará no Brasil, na Venezuela, na Argentina, em todos os demais países, como arrebentou recentemente na Bolívia. Felizmente, o Congresso boliviano está tentando arranjar um jeito de superar essa crise, mas vai superá-la provisoriamente, enquanto não agarrar a chance da liberdade política e não levar justiça social para todo o povo daquele país.

Muitos dizem que temos de nos preocupar com a Bolívia porque está próxima.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Penso que é mais grave: devemo-nos preocupar com o que ocorre na Bolívia porque ela está aqui dentro. Somos muito parecidos, pois se trata de um regime de liberdade política sem justiça social.

Espero que nós, Senadores da República, não percamos a chance de, olhando para o vizinho, descobrir o que está errado dentro do nosso País. Assim, cumprimos a responsabilidade que temos com o povo e com o futuro do País, formulando projetos para casar liberdade política com justiça social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao eminente Senador Cristovam Buarque a colaboração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, como Líder da Minoria, ao Senador Sérgio Guerra. Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminho à Mesa dois requerimentos de informação: num deles, indaga-se sobre as condições e a veracidade da compra de cinco submarinos da França para a Marinha do Brasil; no segundo, fala-se de uma curiosa nota publicada na revista **Veja**, Seção Radar, sobre aulas de tiro ao alvo que estariam sendo diariamente ministradas ao Ministro José Dirceu e para as quais teria sido convocado um atirador do Exército Brasileiro. Pergunto se há legalidade nessa convocação e quem autorizou que um militar ministrasse aulas

particulares ao Ministro em questão. E ainda: em que local essas aulas estariam sendo oferecidas?

O Ministro José Dirceu para mim é uma caixa de surpresas. S. Ex^a agora quer ser campeão de tiro ao alvo. Só espero que não se torne campeão de tiro ao alvo à custa do dinheiro público. Parece-me que há dinheiro público nisso. Um funcionário militar é destinado, Senador Eduardo Suplicy, a acompanhar a evolução, como atirador de elite, do Ministro José Dirceu. Quero saber quanto isso custa, direitinho. Não vamos permitir, ponto a ponto, que a mazorca se instale neste País.

Portanto, aqui estão os dois requerimentos de informação.

Quero transmitir à Casa que a última novidade do Ministro José Dirceu, depois de ter pontificado em Nova York como *condottiere* da política externa brasileira, agora é tornar-se um atirador de elite de alguma brigada civil. Quero saber detalhes sobre isso. Por isso, encaminho à Mesa, para que V. Ex^a tome as providências necessárias, esses dois requerimentos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa aguarda os requerimentos de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, é possível uma permuta com o Senador Sérgio Guerra?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Sérgio Guerra está inscrito como Líder. A Mesa indaga se V. Ex^a vai usar da palavra. Se não vai fazê-lo, precisa registrar isso no microfone, meu caro Líder Sérgio Guerra. (Pausa.)

Concedo a palavra, como Líder da Minoria, por cinco minutos, ao eminente Senador Sérgio Guerra. Em seguida, falará o Senador Leonel Pavan.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para dar alguma concretude a observações feitas aqui há poucos instantes até por um Senador da base do Governo, Cristovam Buarque, não falarei hoje sobre a seca no Rio Grande do Sul, que tem motivado certa curiosidade nacional e preocupação de muitos. No entanto, posso falar de cátedra sobre seca no Nordeste do Brasil e sobre um fato relativamente novo. Seca no Nordeste é algo absolutamente usual. O que não é usual é a ausência do Governo Federal em programas de qualquer tipo para o enfrentamento das conseqüências da seca.

O Governo acaba de anunciar, e o faz com muita ênfase, um programa salvador de transposição das águas do rio São Francisco, prometendo em grande parte equacionar parcela relevante da seca nordestina. Enquanto não toma providências de tipo algum, desarmou o aparelho que podia operar nisso, a Sudene, deixando o problema da seca generalizar-se e desen-

volver-se da forma mais cruel possível já em fração muito grande do Nordeste brasileiro.

Insisto ainda numa pequena síntese. Há uma imensa diferença entre o discurso do Presidente da República e do seu Governo e a ação do mesmo Governo. Não se tem notícia da ação, mas as notícias sobre promessas são amplamente divulgadas. A veiculação em massa de acontecimentos mínimos é repetida diariamente.

O Presidente inaugura uma pequena clínica para tratamento da saúde bucal. Isso vira um discurso no Jornal Nacional, uma palavra reproduzida em dezenas e dezenas de meios de comunicação. A obra fica lá. Não há como combatê-la. Ela é importante, mesmo sendo pequena, mas, de maneira muito clara, é amplamente insuficiente.

Apesar dessas obras insuficientes, o Governo diz estar atuando de maneira franca, forte e expressiva em áreas do Brasil que enfrentam problemas sociais de grande força, como, por exemplo, áreas do Nordeste brasileiro.

Não sei exatamente o quanto vai demorar essa ilusão, essa versão que não confere com os fatos.

Saí da minha região, nesse fim de semana, assistindo a um período de seca já bastante consistente. E o que é mais grave: não reconheço em nenhum lugar ou instituição regional ação alguma que tenha a menor predisposição para o enfrentamento da questão. É como se não houvesse Governo Federal. O Governo Federal acontece nos discursos do Presidente, nos seus anúncios diários de grandes realizações, em discussões grandiloqüentes sobre grandes obras, um tipo de retorno triunfal ao tempo dos militares, uma espécie de transamazônica ajustada ao discurso atual dos nordestinos famintos e da área da seca. Entretanto, rigorosamente, providências concretas que tivessem começo, meio e fim, que chegassem à população na hora em que têm de chegar, não existem. Não há sequer interlocutores no Governo para que essas providências possam ser encaradas, projetadas. Sobram a prefeitos municipais, asfixiados por uma crise enorme, que agora denunciam em Brasília o tamanho e a dimensão dessa crise; sobram aos governos estaduais, em situação de extrema dificuldade fiscal, incapazes de obter recursos, financiamentos e sem base para o enfrentamento...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de três minutos, Senador Sérgio Guerra, mas a Mesa pede-lhe que aguarde porque hoje temos tido problemas no painel eletrônico. Alguns segundos, Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Peço desculpas pela falha eletrônica.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela capacidade de

conduzir os trabalhos, fato que vem caracterizando a sua atuação à frente desta Casa.

De maneira objetiva, a minha reclamação é a seguinte: a seca predomina – isso não é novidade, é um aspecto deplorável da vida brasileira – e não se sente a presença do Governo Federal em nenhum momento em nenhum lugar. O Governo Federal é uma abstração. Estão aqui ex-governadores e políticos do Nordeste que podem confirmar o que estou dizendo. É uma denúncia a mais desse Nordeste, que fala tanto de seca que ninguém mais presta atenção. Mas deviam prestar atenção. É preciso dar uma olhada no que acontece lá para se ter uma visão do tamanho da insensibilidade do Governo Federal diante de situações de fato e para avaliar a sua incapacidade de conduzir suas ações na mesma linha de seu discurso. De um lado, há todo um discurso e propaganda abundante e, do outro, uma ineficiência integral quando se trata de tomar providências, de gerar conseqüências e de encarar situações de fato.

A situação do Nordeste é muito grave e torna-se ainda mais grave porque o Governo Federal não atua, não disse a que veio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Aloizio Mercadante por me ceder esta oportunidade. É verdade que os Líderes têm preferência, mas a preocupação é de todos.

Quero iniciar meu pronunciamento fazendo uma leitura. Farei um elogio ao povo de Santa Catarina, Estado que tenho o orgulho de representar nesta Casa. Quero louvar aqui, em especial, os agricultores do meu Estado, que, contra todos os obstáculos levantados pela natureza e pelos homens, continuam dando exemplo de trabalho e de produtividade.

Hoje, centenas de Prefeitos do Brasil inteiro e dezenas de Prefeitos de Santa Catarina estão aqui em Brasília tentando convencer o Governo de que é impossível trabalhar nos Municípios sem a devida atenção por parte do Governo Federal. Resumidamente, os Prefeitos reclamam dizendo o seguinte: “Pare de falar, Presidente, e ajude os Municípios!” Fica-se sempre falando, falando, e os Municípios têm cada vez mais problemas – problemas agora agravados em função da estiagem.

Os Prefeitos sabem que não têm mais o que fazer. Já preocupados com o futuro, porém, tentam fazer com que os Ministros responsáveis realmente invistam em nosso Estado. A propósito, quero aqui cumprimen-

tar todos os prefeitos de Santa Catarina na pessoa de Saulo Sperotto, que é do meio-oeste, de Caçador; de Beto Levy, que é lá da região sul, de Imbituba; e do Edinho, de Camboriú, litoral norte. Ao cumprimentar esses três, quero homenagear todos os prefeitos aqui presentes, que são inúmeros.

Santa Catarina é um Estado pequeno. Tem pouco mais de 1% da extensão territorial do Brasil. Isso não impede que esteja entre os líderes em vários itens de produção especializada, de maior valor agregado, como é o caso da maçã, do mel e da carne de frango. Mérito, portanto, dos produtores, que, com o seu trabalho, transpõem os limites estreitos que possam ter.

E não nos esqueçamos, Sr. Presidente, de que, em Santa Catarina, praticamente não há latifúndios. A maior parte da produção agrícola do Estado vem da agricultura familiar. Já tive oportunidade, no ano passado, de me pronunciar mais de uma vez sobre a importância da agricultura familiar, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. Sobre isso, além de mim, muitos já vieram a esta tribuna para falar. Não quero me tornar repetitivo, mas a minha intenção hoje, como representante de um Estado no qual a agricultura familiar tem um peso econômico e social inegável, é chamar a atenção para o que me parece ser uma injustiça do Governo no que diz respeito ao tratamento dado a essa atividade.

No Plano Agrícola e Pecuário para 2004/2005 há previsão de investimentos muito altos, quase R\$40 bilhões. Nós agradecemos por isso, mas é bom salientar que a agricultura familiar, por intermédio do Pronaf, receberá cerca de R\$7 bilhões, ou seja, apenas 17,5% do que receberá o agronegócio. Ora, essa proporção não reflete a importância da agricultura familiar, que é responsável por cerca de 40% da produção agrícola e ocupa cerca de 84% dos produtores.

Essa desproporção que apontei fatalmente levará a outras, que, finalmente, poderão implicar tratamento injusto de alguns em benefício de outros.

No último ano, Santa Catarina passou por situações climáticas extremas, que afetaram muito negativamente a agricultura. Refiro-me, em especial, à estiagem do início do ano passado e ao ciclone Catarina, fenômeno cuja intensidade foi inédita no País. Hoje, o Governo alardeia a distribuição da “Bolsa Estiagem” – pasmem, espero que não seja real – no valor de R\$300,00 para as famílias atingidas pela seca na safra 2003/2004. Trezentos reais, Sr. Presidente, para quem pode ter perdido todo um ano de trabalho e renda... Isso é uma ofensa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, percorri recentemente a região oeste de Santa Catarina e visitei inúmeras cidades. Vi agricultores preocupados, chegando ao ponto de chorar. Ouvi dos agricultores:

“Pelo amor de Deus, Senador Pavan, peça ao Governo que realmente tome medidas urgentes”. Eu disse: “Pois é, a chuva...”, e um deles, pró-Governo, disse: “É, mas pela chuva o culpado é o céu”.

Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a é Presidente da Comissão de Agricultura e sabe que há problemas não apenas no Norte e no Nordeste. Com todo o respeito aos companheiros e aos amigos dessas Regiões, quero dizer que o Sul também tem muitos problemas.

No ano passado foi enviado um projeto ao Governo pedindo a abertura de mais de quinhentos poucos. Temos lá o aquífero Guarani e, portanto, condições de abrir vários poços. E o Governo prometeu a abertura desses mais de quinhentos poços. Parece-me que aqui está o Prefeito de Chapecó, que é da região de Pinhalzinho, o Sr. João Rodrigues. Em Pinhalzinho foi aberto um único poço, apenas em Pinhalzinho. Se tivéssemos sido atendidos, não estaríamos passando pela situação por que passam, hoje, os agricultores do oeste de Santa Catarina. Trezentos reais, Sr. Presidente! Significa seiscentas moedas de cinquenta centavos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ou trezentas notas de R\$1,00, ou sessenta notas de R\$5,00, ou trinta de R\$10,00, ou melhor, quinze notas de R\$20,00, que tem um mico estampado. Esse é o mico que o agricultor pagou por acreditar em um Governo que vira as costas aos nossos agricultores, lamentavelmente.

O pior é que, enquanto não se aumentam os subsídios, enquanto não se prorrogam as dívidas, enquanto não se cria pelo menos uma esperança de financiar, refinar o agricultor, o Governo fica perdoando dívidas de outros países, mas não perdoa a dívida dos nossos agricultores, que perderam tudo por causa da natureza. E o Governo está aqui para socorrer os mais pobres, os mais humildes e aqueles que são afetados justamente pela estiagem. O que fazer com essas famílias? O que fazer, meu querido amigo Mão Santa, grande Senador, com essas famílias que, certamente, vão embora da roça, vão abandonar as suas terras e vão procurar serviço em centros urbanos, vendendo latinha, papelão, plástico?

O êxodo rural, Sr. Presidente, vai ser enorme se o Presidente não socorrer com urgência, sem burocracia e sem discurso. Tem que ser com rapidez, urgência.

Às vezes, deparamo-nos com notícias nos jornais, como essa que diz que o Presidente Lula financia R\$1 bilhão para a construir um metrô na Venezuela. O agricultor vai a um banco e não consegue arrumar os documentos. Pergunta de que precisa. Vai até lá uma, duas, três, quatro, cinco vezes, mas não consegue porque a burocracia é enorme com aqueles que produzem e trabalham neste País.

Outro dia, reclamei o fato de os projetos, na sua maioria, destinarem-se ao Norte e Nordeste – e são merecedores, são regiões que precisam de atenção.

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, Sr. Presidente, precisamos que o Sul também seja atendido. Temos pobres, miseráveis, sem terras, sem teto, sem água também, sem chuva. E não é apenas a nossa região.

O Senador Heráclito Fortes, muito amigo, disse-me que quem não pede não recebe, e o nordestino pede. E o nordestino se deslocou para Brasília. Quem não se desloca não tem preferência. Assim, para cá, estão se deslocando inúmeros prefeitos de Santa Catarina. Deslocaram-se e estão com o pires na mão, pedindo socorro. Somos brasileiros também. Não podemos criar diversos “Brasis”. Precisamos ter um Brasil só.

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, Sr. Presidente. O prejuízo da produção do Sul vai prejudicar o Brasil inteiro.

Este é o apelo que faço ao Presidente: R\$300 é uma vergonha, é uma ofensa aos nossos agricultores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa informa que, por solicitação do Presidente Renan Calheiros, a Ordem do Dia terá um atraso de alguns minutos.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, com base no art. 158, §2º, do Regimento Interno, ao nobre Senador Maguito Vilela, por cinco minutos, e a seguir ao Senador Paulo Paim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, após a Ordem do Dia, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, após a Ordem do Dia, fica V. Exª inscrito como Líder.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela, por cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começou ontem a Oitava Marcha em Defesa dos Municípios, que reúne cerca de três mil prefeitos de todo o Brasil aqui em Brasília. Trata-se de uma movimentação extremamente justa, que visa recuperar perdas de receitas acumuladas pelas prefeituras ao longo dos anos.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, na última década houve uma redução de 5% na participação das prefeituras no bolo nacional de arrecadação, o que explica a constante crise por falta de recursos que essas unidades administrativas têm enfrentado.

Essa manifestação faz parte de uma ação de médio prazo que tem como objetivo principal aumentar a participação dos Municípios na divisão da arrecadação de 14,6% para 17,5%.

A primeira medida concreta para se chegar a esse objetivo é votar o capítulo da reforma tributária que está parada na Câmara dos Deputados, aumentando o repasse do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios, em 1%. Com essa medida, o percentual passaria dos atuais 22,5% para 23,5%.

A aprovação desse projeto significa algo em torno de R\$1,2 bilhão a mais para as prefeituras. Um valor que, mesmo distribuído em todo o País, serviria para aliviar a grave crise financeira enfrentada pelos Municípios brasileiros.

As prefeituras são as instituições administrativas que mais próximas se colocam das pessoas. O trabalho que prestam em suas comunidades, em especial nas áreas de saúde, educação e no campo social, é fundamental, especialmente para as pessoas de baixa renda.

Aumentar a participação das prefeituras no bolo tributário do País, além de fazer justiça, é investir na melhoria do atendimento social à população brasileira. Coloco-me ao lado dos Municípios nessa luta. É preciso convencer os Deputados a votarem o mais rápido possível o projeto que aumenta o repasse do FPM. E depois discutirmos novos avanços que garantam tranquilidade aos prefeitos para terem condições de atender à demanda do seu povo.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a declarar com relação à Marcha dos Prefeitos à Brasília. Aproveitando os dois minutos que me restam, solicito a transcrição, no Diário do Senado Federal, para que conste nos Anais desta Casa, da matéria “Operação Triunfo envergonhou o Estado”, de autoria do Deputado Estadual Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, veiculada no dia 3 de março último.

Portanto, Sr. Presidente, requeiro à Mesa do Senado a transcrição para os Anais do Senado da matéria “Operação Triunfo envergonhou o Estado”. A operação de que trata a matéria causou duas mortes e deixou mais de 47 feridos. Desses, alguns ficaram tetraplégicos; outros, paraplégicos; alguns perderam o braço direito e outros, a perna, em função de tiros disparados pela Polícia do Estado de Goiás.

Solicito que V. Exª determine seja transcrito nos Anais do Senado a matéria veiculada no último dia 3, de autoria do nobre e extraordinário Deputado Estadual de Goiás Mauro Rubem.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MAGUITO VILELA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Operação Triunfo envergonhou o Estado

Continuam enfrentando extremas dificuldades as 12 mil pessoas despejadas do Parque Oeste Industrial. Ainda sem a segurança de um teto, elas vivem em condições sub-humanas, com seqüelas irreversíveis, exigindo do poder público o direito de morar com o mínimo de dignidade. O que aconteceu com essas famílias não pode ser esquecido jamais. Elas foram aterrorizadas, espancadas, seviciadas, humilhadas. Cerca de 800 pessoas foram presas e muitas outras hospitalizadas, em função das agressões sofridas durante o despejo.

Os jovens Wagner Moreira e Pedro Nascimento da Silva perderam a vida. Muitas são as possibilidades de outras mortes, já que permanecem as denúncias de corpos soterrados em cisternas ou retirados da área na calada da noite, quando somente a polícia tinha acesso ao local. É lamentável que pouco se tenha feito para a apuração dessas denúncias. Se 2.500 homens da Polícia Militar foram utilizados, praticando as mais indescritíveis atrocidades, quase toda a imprensa goiana se limitou a enaltecer o sucesso da *Operação Triunfo*.

Apenas fora das nossas fronteiras a barbárie foi conhecida em toda a sua dimensão, envergonhando o Estado de Goiás. Agora, apesar da campanha sórdida feita contra as entidades e personalidades que ousaram defender o direito à moradia e à vida, devemos mais nos unir para denunciar o sangue derramado, identificar e punir os culpados e, sobretudo, garantir um teto para as famílias

desabrigadas. Ninguém tem o direito de se omitir, porque a truculência que atingiu os moradores do Setor Sonho Real fere o conjunto da sociedade, desrespeita os direitos humanos e golpeia a própria democracia.

É bom lembrar que aquele terreno estava abandonado há 50 anos. A proprietária nem ao menos pagava os impostos, cuja dívida chegava a cerca de R\$ 3 milhões. Então, antes da defesa da propriedade privada, a preocupação deveria ser com a função social da terra, exigida pela Constituição, que também assegura o direito à moradia e à sobrevivência. A propósito, para beneficiar uma pequena família de proprietários, mais de quatro mil famílias foram desalojadas, tendo, ainda, as suas casas destruídas e um prejuízo acumulado entre R\$12 milhões e R\$15 milhões de poupança popular. Mais: nessa operação, para garantir a propriedade privada da pequena família, o gasto do governo ultrapassou os R\$2 milhões.

Conforme a professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente, conselheira da OAB de São Paulo, o cerne da questão social brasileira encontra-se na “insuportável concentração de renda”, na qual se observa que menos de 10% dos brasileiros respondem por quase 90% das riquezas. Conclui a professora: “A maioria dos cidadãos depende das prestações positivas do Estado para a sua sobrevivência, sendo portanto inevitáveis as chamadas invasões”. Assim, os direitos ordinários (propriedade) não podem jamais sobrepor-se aos direitos funda-

mentais, como o direito à moradia.

Quando as pessoas começaram a chegar ao local, em maio do ano passado, ninguém as reprimiu, talvez até entendendo a justiça da ocupação. Só em setembro, acionada pela proprietária, uma juíza concedeu a liminar de reintegração de posse, quando cada família já estava dentro da sua casa. Mas, reunidos com o governador do Estado, os moradores receberam garantias de que lá não iria nenhum policial e que a liminar não seria cumprida. Disse textualmente o governador: “Se algum policial for lá, se for algum comandante lá, ele será demitido”. Os moradores não imaginavam que a palavra do governador pudesse ser esquecida pouco tempo depois. Eles continuaram confiando no governador, que não havia deixado dúvida: “Eu já tomei uma decisão, eu não vou cumprir a ordem judicial”.

Se candidatos estiveram no Setor Soinho Real, lá eu só estive depois das eleições, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, diante de uma denúncia de espancamento promovido pela Rotam. Posteriormente, ao lado de outros parlamentares e de representantes de diversas entidades, principalmente religiosas, levei o meu apoio aos moradores e tudo procurei fazer para evitar derramamento de sangue, até pedindo aos moradores para não revidar nem aceitar as provocações das forças policiais.

Também entramos com uma Representação no Ministério Público responsabilizando o governador e o prefeito de Goiânia pelo que viesse a acontecer com aquelas fa-

mílias. E ainda recorremos ao Tribunal de Justiça, convencidos de que todas as iniciativas deveriam ser buscadas para impedir o desfecho trágico previsto.

Estou certo de que desempenhei o meu papel como presidente da Comissão de Direitos Humanos e como deputado, porque é para defender os interesses do povo que se elege parlamentares. Eu jamais poderia ferir os meus princípios e trair os meus compromissos. Por isso, repudio todas e quaisquer traições, principalmente aquelas que provocaram a morte de pessoas trabalhadoras e indizíveis sofrimentos a pais e mães de famílias que tanto desejavam um teto para abrigar os seus filhos.

Mais de uma vez estive em Brasília, levando os fatos e pedindo providências à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Ministério da Justiça e articulando, no Congresso Nacional, por exemplo, a vinda a Goiânia dos parlamentares da Comissão Mista de Inquérito (CPMI) da reforma agrária e urbana, mais conhecida como CPI da Terra. Realizamos inúmeras outras reuniões, também aqui, sempre buscando alternativas para a grave situação dos idosos, adolescentes e crianças, os oprimidos da nossa sociedade, que permanecem no desamparo.

Muito acima das disputas eleitorais, de qualquer interesse político menor, está o nosso dever de lutar por um mundo de paz e fraternidade, sem violência e sem os crimes praticados no Parque Oeste Industrial. Afinal, precisamos contribuir para que a vida possa triunfar sobre a morte.

Goiânia, 3 de março de 2005

Mauro Rubem
Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa agradece ao Senador Maguito Vilela.

Concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, ao Senador Paulo Paim.

Antes informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que há uma solicitação do Presidente Renan Calheiros para que a Ordem do Dia sofra um atraso de alguns minutos para que S. Ex^a possa presidi-la.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, não poderia deixar de vir à tribuna neste dia, 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Confesso que gostaria de homenagear todas as mulheres brasileiras, as empregadas e as desempregadas, mas, como não posso, farei um discurso na mesma linha daquele proferido pelo Senador Marcelo Crivella.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, parabéns! Valeu!

Senadora Ana Júlia Carepa, parabéns! Valeu!

Senadora Fátima Cleide, parabéns! Valeu!

Senadora Heloísa Helena, parabéns! Valeu!

Senadora Ideli Salvatti, parabéns! Valeu!

Senadora Lúcia Vânia, parabéns! Valeu!

Senadora Maria do Carmo Alves, parabéns! Valeu!

Senadora Roseana Sarney, parabéns! Valeu!

Senadora Serys Slhessarenko, parabéns! Valeu!

Termino com o nome da Senadora Serys Slhessarenko, em razão de ter liderado nesta Casa o Prêmio Bertha Lutz, que homenageia todos os anos – este ano será na próxima quinta-feira – as mulheres brasileiras com maior destaque.

Essas mulheres sempre estiveram na luta pela liberdade, pela igualdade e pela justiça.

Sr. Presidente, termino falando de uma mulher negra, gari de Porto Alegre, que, nesta quinta-feira, juntamente com outras guerreiras, Maria da Penha, Zilda Arns, Palmerinda Donato e Clara Charf, receberá o Prêmio Bertha Lutz. A elas, também digo: vocês estão sempre presente na luta pela liberdade, pela igualdade e pela justiça. Valeu!

Tenho orgulho, Sr. Presidente, de ter indicado essa companheira para receber o prêmio.

Seu nome é Rozeli da Silva e a sua história pode ser a de centenas de brasileiras. De uma família simples e humilde, composta por dez irmãos, ela passou grande parte de sua infância nas ruas da capital gaúcha.

Aos 11 anos, Rozeli casou-se para fugir da violência a que estava submetida, mas a encontrou, infelizmente, dentro de casa. Por anos, Rozeli foi vítima

da violência doméstica. Teve seu primeiro filho com treze anos.

Em 1987, Rozeli começou a trabalhar como gari nas ruas de Porto Alegre. Foi aí que decidiu que faria algo para modificar a situação de diversas meninas que, assim, como ela, estavam nas ruas passando por muitas adversidades, com gravidez precoce, submetidas à violência e envolvidas no mundo das drogas.

Um dia, Rozeli me disse: “Comecei a chorar, Senador, e pensei que deveria ter um lugar onde as crianças não pagassem nada, onde alguém desse o que comer e elas tivessem um lugar para ficar, onde não fossem exploradas nem pela mãe nem pelo mundo”.

Assim, nos anos 90, Rozeli começou a pôr em prática seus ideais que culminaram com a criação do Centro Infantil Renascer da Esperança, uma Organização Não-Governamental.

Hoje, o Projeto Renascer atende, em uma pequena área, cerca de 220 crianças carentes, de 6 a 14 anos. Os jovens participam, em horários alternados, de atividades esportivas, culturais e profissionalizantes. No local, as crianças atendidas recebem alimentos, participam de oficinas, aula de teatro, música, inglês e rodas de capoeira.

O Renascer da Esperança oferece ainda um trabalho social voltado às famílias das crianças, atendimento a pessoas soro-positivo e distribuição de cestas básicas. As mães podem participar do Clube das Mães Renascer da Esperança, que visa gerar renda para dezenas de famílias.

Enfim, Rozeli fez com que seu sonho se tornasse realidade. Por esse breve histórico, podemos ver o trabalho belíssimo das mulheres. Rozeli, como outras, luta diariamente por um País melhor, pela igualdade entre homens e mulheres. São guerreiras que, independente das adversidades pelas quais passaram, lutam para que outras mulheres tenham um futuro melhor.

Rozeli da Silva, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça!

Sr. Presidente, para concluir, faço parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, onde houve um debate sobre os índios que estão morrendo em Mato Grosso. Pela forma que foi exposto aqui, dá impressão de que os índios no Brasil começaram a morrer a partir do Governo Lula, ao passo que a nação indígena tem sido massacrada ao longo desses mais de 500 anos. Todos sabem que tenho um vínculo muito forte com a comunidade negra. Daqui a pouco irão dizer que o preconceito no Brasil começou a partir de Lula.

Então, apenas para colocar a luz da verdade nos fatos, encaminho um documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que demonstra que foi exatamente no Governo Lula que morreram

menos crianças indígenas. A situação ainda é muito grave, temos que fazer muito mais. Encaminho a tabela a V. Ex^a, só para que não passe a impressão de que o problema de desnutrição das crianças indígenas começou com o Governo Lula. Pelo contrário, os dados que tenho aqui mostram que, em 2001, morreram 65 crianças ; em 2002, 38; em 2003, 49; em 2004, 40 e, em 2005, deve ficar em torno de 38. Como vemos, este ano terá o menor índice. É só para reflexão, já que todos sabem o respeito que tenho àqueles que têm posição diferenciada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, confesso que estou com imensa vontade de fazer uma homenagem a todas as mulheres que marcaram as nossas vidas. Como não posso citar todas elas, resolvi, de forma muito simples, homenagear vocês, senadoras da República.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Ana Júlia Carepa, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Fátima Cleide, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Heloísa Helena, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Ideli Salvatti, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Lúcia Vânia, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Maria do Carmo Alves, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Roseana Sarney, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Serys Slhessarenko, termino com seu nome em razão da liderança no prêmio Bertha Lutz que, todos os anos, homenageia diversas mulheres. Sinta-se, nesse momento, homenageada. Você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Quero terminar falando de uma mulher negra, gari de Porto Alegre e que, nesta quinta-feira, juntamente com outras guerreiras, Maria da Penha, Zilda Arns, Palmerinda Donato e Clara Charf, receberá o Prêmio Bertha Lutz. Vocês estarão sempre presentes na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Temos o orgulho de ter indicado essa cidadã para receber o Prêmio.

Seu nome é Rozeli da Silva e sua história pode ser a de centenas de brasileiras. De uma família simples e humilde, composta por dez irmãos, ela passou grande parte de sua infância nas ruas da capital gaúcha.

Aos onze anos casou-se para fugir da violência a que estava submetida, mas a encontrou dentro de casa. Por anos foi vítima de violência doméstica. Seu primeiro filho, ela é mãe de cinco, nasceu quando ela tinha 13 anos.

Em 1987, começou a trabalhar como gari nas ruas de Porto Alegre. Foi aí que Rozeli decidiu que faria algo para modificar a situação de diversas meninas que, assim como ela, estavam nas ruas passando pelas mais diversas adversidades, com gravidez precoce, submetidas à violência e envolvidas no mundo das drogas.

Segundo palavras dela: “Comecei a chorar e pensei: deveria ter um lugar aonde as crianças não pagassem nada, aonde alguém desse o que comer e eles tivessem um lugar para ficar. Aonde não fossem explorados, nem pela mãe e nem pelo mundo”.

No início dos anos 90 Rozeli começou a pôr em prática seus ideais que culminaram com a criação e oficialização do Centro Infantil Renascer da Esperança, uma Organização Não-Governamental, em 1996.

Hoje o Projeto Renascer atende, em uma pequena área, cerca de 220 crianças carentes de 6 a 14 anos. Os jovens participam, em horários alternados, de atividades esportivas, culturais e profissionalizantes.

No local as crianças atendidas recebem alimentos, participam de oficinas de rap, aulas de teatro, música, inglês e rodas de capoeira.

O Renascer da esperança oferece ainda um trabalho social voltado às famílias das crianças, atendimento a pessoas soro-positivo e distribuição de cestas básicas. As mães podem participar do “Clube das Mães Renascer da Esperança” que visa, por meio da produção de fraldas, absorventes e sacolas, gerar renda para dezenas de famílias.

O sonho de Rozeli vai mais além. Ela pretende colocar em prática o projeto “Ampliando Horizontes” que atenderá 600 jovens de sete a 17 anos.

Por esse breve histórico podemos ver a grande mulher que, assim como outras, luta diariamente por um país melhor, pela igualdade entre homens e mulheres. Guerreiras que, independente das adversidades pelas quais passaram, lutam para que outras mulheres tenham um futuro melhor.

Rozeli da Silva, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Parabéns a todas vocês!

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Relato sobre os acontecimentos na região Dourados/MS

O Fome Zero é um programa para todos os brasileiros, com ações prioritárias para os que vivem abaixo da linha da pobreza e comunidades tradicionais, como os indígenas. Reconhecemos suas especificidades e sabemos que em algumas regiões e etnias a situação de insegurança alimentar e de fome é grave. Este é o caso dos índios Guarani-Kaiowá, da região de Dourados e que apresentam indicadores de desnutrição e de mortalidade infantil bem acima do restante da população. Essa situação, que agora ganhou manchete com a triste exposição de crianças desnutridas e morte de 06 delas, nos dois primeiros meses de 2005, era de nosso conhecimento e motivou que agíssemos desde 2003, com a implantação de um grande número de ações. Ações essas complementares ao que já vinha sendo feito, com muito empenho, pelos governos estadual e do município de Dourados.

Ainda em 2003, o Governo Federal repassou R\$ 5 milhões ao Estado de Mato Grosso do Sul destinados à produção, aquisição de sementes, ao plantio e à compra de equipamentos para atividades agropecuárias indígenas, bem como para o fortalecimento da economia solidária, educação, cultura, saúde e cidadania (Fome Zero Indígena). O objetivo do convênio firmado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é fazer com que os índios utilizem a produção para seu próprio consumo e comercializem o excedente, gerando renda e melhorando as condições de vida nas aldeias.

Dos recursos transferidos, o Estado do MS executou até hoje R\$ 3,8 milhões, por intermédio da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária. Ainda restam 30,3% para serem aplicados até junho de 2005.

Deste valor, R\$ 1,0 milhão foram destinados à região de Dourados. Uma das ações, que envolveu um gasto de R\$ 200 mil em 2004, foi a revitalização de Centro de Recuperação do Desnutrido – Missão Evangélica Kaiowá, localizado na cidade de Dourados.

O programa Bolsa Família atende, atualmente, 32.588 famílias no Estado do Mato Grosso do Sul, sendo que 556 famílias pertencem ao município de Dourados. O MDS está ampliando o número de famílias atendidas, com a destinação já neste mês de março do Bolsa Família para atender 481 famílias indígenas da aldeia Guarani-Kaiowá, em Dourados.

Importa lembrar, ainda, que o município de Dourados é pioneiro no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Indígena, com o atendimento de 160 crianças da Aldeia Bororó, uma das maiores da região. Além disso, das 3.573 crianças do município beneficiadas pelo Bolsa-Escola, 900 são indígenas e vivem nas aldeias Bororó e Jaguapiru. O MDS também financiou a construção de duas Casas das Famílias, espaços físicos localizados estrategicamente em áreas onde a população enfrenta dificuldades sociais. Na Aldeia Bororó, há, inclusive, um centro de referência criado para articular a rede de serviço de ação social.

Portanto, estamos convictos de que as ações vêm sendo implementadas e os resultados já são evidentes. Dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) indicam que, em 2003, das crianças internadas no Centro de Atendimento ao Desnutrido de Dourados, 60% retornavam alguns meses depois de receberem alta médica. Atualmente, somente 20% voltam a ser internadas.

O índice não é o ideal, mas representa um grande avanço. Assim como os indicadores do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional da Funasa de Mato Grosso do Sul, que apontam a redução da desnutrição em crianças menores de cinco anos. Baseados em critérios recomendados pelo Ministério da Saúde, em 2003, 15% das crianças avaliadas apresentavam desnutrição e 16% estavam em estado de risco nutricional. Esses percentuais caíram, respectivamente, para 12% e 15%, em 2004

Pelos dados do Quadro 1 observa-se uma queda no número de óbitos em 2005, quando comparado no mesmo período nos anos anteriores. Cabe ressaltar também que das 06 crianças que tiveram óbito em 2005, uma não teve como causa a desnutrição.

Quadro 1- Número óbitos de crianças menores de cinco anos no período de 2001-2005 na região de Dourados/MS

Número de Óbitos	Período de 2001-2005				
	2001	2002	2003	2004	2005
Óbitos < 5 anos Janeiro-fevereiro	11	08	08	11	06
Óbitos < 5 anos Janeiro - Dezembro	65	38	49	40	

Fonte: Ministério da Saúde.

A visita dos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Funasa ao Estado, comprovou que a parceria entre os Governos federal, estadual e municipal já tem resultados efetivos, como as lavouras, as atividades

de caprinocultura, a produção de tijolos ecológicos, a construção de mil casas populares com recurso do Ministério das Cidades, a distribuição de 1.800 cestas de alimentos pelo governo de Estado, dentre várias outras ações. A partir de março o MDS estará enviando 1200 cestas básicas/mês a mais.

A FUNASA, numa parceria com outras três esferas de governo, está construindo 200 casas com banheiro, pia e chuveiro na região de Dourados (MS). Nas aldeias de Bororó e Jaguapiru, também no mesmo município, foram investidos R\$ 2,2 milhões na ampliação da rede de distribuição de água. Isso vai beneficiar mais de 10 mil índios.

Cabe ressaltar que no pólo-base de Dourados, a Funasa mantém três equipes multidisciplinares formadas por médicos, dentistas, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, que tem por objetivo atuar exclusivamente nas aldeias da região. Paralelamente a este trabalho, a Fundação conta com 33 agentes indígenas de saúde fixados nas comunidades indígenas. A Funasa também anunciou a construção de mais quatro centros de recuperação dos desnutridos, descentralizando o atendimento a outros municípios de Mato Grosso do Sul.

Estes dados e informações comprovam que não há desconhecimento do Governo Federal sobre a situação dos indígenas de Dourados. Ao contrário, muitas atividades já estão sendo implementadas desde o início do atual Governo, que elegeu como prioridade o combate à fome e à desnutrição no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 126, DE 2005

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.604, de 2004, de minha autoria, em que solicito o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Eduardo Azeredo.**

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere a retirada do Requerimento nº 1.604, de 2004. O Projeto de Lei da Câmara nº 79/2004, objeto do requerimento retirado, volta ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 127 e nº 192, ambos de 2004, por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de se lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “a”, item 8, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 128 DE 2005**Requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da convocação de atirador do Exército para ministrar-lhe aulas de tiro ao alvo.**

Requeiro, de acordo como art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca de matéria divulgada pela Revista **Veja**, seção Radar sobre aulas de tiro ao alvo que lhe estariam sendo ministradas diariamente e para as quais foi convocado um atirador do Exército brasileiro.

Indaga-se:

- 1) Há legalidade nessa convocação?
- 2) Quem autorizou que o militar ministrasse as aulas particulares em questão?
- 3) Em que local as aulas são oferecidas?

Justificação

A Revista **Veja**, edição com data de 9 de março de 2005, informa, na seção Radar, que o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, resolveu praticar tiro ao alvo todos os dias, antes de sua jornada de trabalho no Palácio do Planalto. Para tanto, diz a publicação, foi convocado um atirador do Exército. A ser confirmada a prática desse esporte pelo Ministro, isso seria um abuso de autoridade ou ao menos uso indevido de recursos públicos para o entretenimento de autoridade do Palácio do Planalto.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para Decisão.)

REQUERIMENTO Nº 129 DE 2005**Requer informações, ao Ministro da Defesa, acerca de negociações para a compra de cinco submarinos para a Marinha do Brasil.**

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro da Defesa, informações sobre matéria veiculada pelo jornal **O Globo**, dando conta de que, na viagem do Presidente Lula a França em julho, está agendado encontro entre ele, Jacques Chirac e o chanceler alemão Gerard Schoeder, para acertar a compra de cinco submarinos para a Marinha do Bra-

sil. Indaga-se o valor da transação e qual o objetivo dos submarinos.

Justificação

O jornal **O Globo** informa, na edição do dia 25-2-2005, na coluna de Anselmo Góis, que o Presidente Lula deverá estabelecer negociações junto à França e à Alemanha para a aquisição de cinco submarinos para a Marinha do Brasil. Tendo em vista a prerrogativa fiscalizatória do Congresso Nacional, formulo o presente requerimento de informações ao Ministro da Defesa.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o dia 11 de fevereiro de 2004, esta Casa vem adotando procedimento de aguardar, por duas sessões deliberativas ordinárias, a manifestação dos Líderes, no sentido de acordo para apreciação das medidas provisórias constantes da Ordem do Dia, devendo, na terceira sessão serem discutidas e votadas.

Hoje, transcorre a terceira sessão deliberativa ordinária, em que a Medida Provisória nº 225/2004, consta do item 1 da pauta. Dessa forma, passamos à sua apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes, porém, concedo a palavra ao Líder Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico a presença na Casa de um dos melhores Senadores que por ela passaram, candidato a Presidente da República em 2002, atual Prefeito de São Paulo, Deputado de nomeada e, repito, Senador do melhor calibre intelectual e pessoal, Ministro da Saúde, com conquistas que realçaram o papel do Brasil no campo da ciência no mundo inteiro. Refiro-me, evidentemente, ao Prefeito de São Paulo, Senador José Serra, presente entre nós, para muita honra do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro a honrosa visita do Prefeito José Serra, ex-Senador, um dos melhores quadros políticos que já passaram por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De igual modo, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a para fazer idêntico registro em relação à figura do nosso ex-Senador Paulo Souto, hoje Governador da Bahia, onde realiza também um grande governo, tendo sido, igualmente, um grande Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Da mesma forma, como lembra o Senador Antonio Carlos Magalhães, registramos a presença honrosa também do Governador Paulo Souto, que, de idêntica forma, honrou esta Casa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 225, DE 2004
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 225, de 2004, que *autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.*

Relator Revisor: Senador Valdir Raupp.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje, em virtude da falta de acordo de Liderança para a sua deliberação.

À Medida Provisória foram oferecidas sete emendas perante a Comissão Mista.

Foi proferido parecer no plenário da Câmara dos Deputados em substituição à Comissão Mista, Relator Deputado Marcelo Ortiz (PV – SP), preliminarmente, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária. Quanto ao mérito, favorável à medida provisória e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria a Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 24 de novembro e não se instalou;

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 7 de dezembro, tendo sido aprovada naquela Casa no dia 23 de fevereiro;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se, portanto, no dia 21 de fevereiro; e o de sessenta dias de vigência, no dia 7 deste mês, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional; e

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 1º de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, Relator-Revisor, para proferir seu parecer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até por discordar da constitucionalidade da matéria e assegurando que o PSDB não obstruirá a votação da mesma, perfazendo o quórum, o PSDB requer, entretanto, votação nominal, por entender que aí está posta uma inconstitucionalidade e está posta, ao mesmo tempo, mais uma banalização do uso desse instrumento.

Na hora de arrazoar, se porventura vencida a nossa posição no voto, mostrarei por que se trata de banalização e por que é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Indago a V. Ex^a se a votação nominal é dos pressupostos ou do mérito da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Na preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então, aguardo o requerimento de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Relator revisor, para proferir seu parecer.

PARECER Nº 90, DE 2005

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega ao exame desta Casa a Medida Provisória nº 225, de 22 de novembro de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.

A referida MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro de 2005, conforme parecer proferido em plenário pelo Relator, o eminente

Deputado Marcelo Ortiz, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 225, de 2004, em sua redação original, e rejeição da Emendas nºs 1 a 7.

A MP sob análise autoriza a Caixa Econômica Federal a receber diamantes entregues pelos índios Cintas-Largas, proceder à perícia inicial, pagando valor de adiantamento, e, após avaliação, vendê-los em hasta pública, sendo que os valores obtidos – descontados os custos operacionais, tarifas, encargos, preços públicos e tributos incidentes – deverão ser destinados aos indígenas, individualmente, ou por meio de suas associações.

O prazo de arrecadação é limitado a quinze dias após a edição da MP.

O transporte dos diamantes deverá ser feito pelos Departamentos de Polícia Federal e Rodoviária Federal até as dependências da Caixa Econômica Federal.

Os preços de avaliação devem ser os praticados para liquidez imediata. Caso o valor obtido em hasta não seja suficiente para cobrir os custos operacionais, deverá a União ressarcir à Caixa Econômica Federal o valor da diferença.

A Fundação Nacional do Índio – Funai deverá assistir aos índios nas operações necessárias aos objetivos da Medida Provisória.

Finalmente, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM fica autorizado a emitir certificado de Kimberley, na forma da legislação específica, em favor dos adquirentes finais dos diamantes brutos.

Foram apresentadas sete emendas à proposição, todas rejeitadas pelo Relator na Câmara dos Deputados.

Análise:

Quanto à admissibilidade, entendemos que a MP em análise busca tempestivamente impedir novos desdobramentos catastróficos da situação de conflito instalada nas áreas às quais se destinam seus dispositivos. Desse modo, a proposição atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância.

A matéria circunscreve-se perfeitamente à esfera de iniciativa legislativa do Poder Executivo. No mesmo sentido entendeu o Supremo Tribunal Federal, que, em 13 de dezembro de 2004, indeferiu liminar que pedia a suspensão da MP nº 225, de 2004.

Também não vislumbramos na proposição qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, observamos que a expansão da atividade garimpeira ilegal em áreas indígenas si-

tuadas no Sul do Estado de Rondônia e no Oeste de Mato Grosso deu origem a uma situação extremamente conflituosa. Diante das dificuldades enfrentadas pelo Poder Público no sentido de coibir a exploração de minerais preciosos na região, os garimpos – explorados ilegalmente pelos índios e por garimpeiros que invadem sistematicamente as áreas de reserva – espalhar-se por diversas áreas indígenas, causando sérios danos às comunidades que as habitam, em termos de danos ambientais e problemas à saúde dos índios, e provocando mudanças culturais de forma abrupta e extremamente prejudicial à preservação de suas tradições e de seus costumes ancestrais.

Os indígenas, pressionados pelas influências culturais e pelos hábitos de consumo da sociedade envolvente, encontram nos diamantes existentes nas terras que ocupam uma possibilidade de obtenção de recursos para satisfazer as diversas necessidades que, aos poucos, vão se incorporando aos seus padrões culturais. Na ausência de fiscalização eficiente e de regulamentação para a extração mineral nas terras indígenas, assim como para a comercialização do fruto dessa lavra, constitui-se toda uma rede criminosa voltada, sobretudo, para o contrabando de diamantes. Essas pedras, como tem sido amplamente divulgado pela imprensa, são compradas dos indígenas a preços vis e vendidas pelos contrabandistas no mercado internacional.

Estudos demonstram serem significativas as perdas do País com o comércio ilegal dessas gemas. Estima-se que, depois de legalizada a mineração em terras indígenas, a exploração de diamantes na reserva Roosevelt, em Rondônia, poderá render cerca de US\$3,5 bilhões (aproximadamente R\$9,6 bilhões) anualmente ao Governo brasileiro.

Além do comércio ilegal, a violência é também uma grave consequência da situação vivida atualmente nas reservas, em decorrência das limitações dos órgãos competentes para atender às necessidades dos povos indígenas e impedir o acesso de pessoas não autorizadas às suas terras. Os conflitos recentemente ocorridos, causando a morte de dezenas de garimpeiros e índios, evidenciam a necessidade de maior atenção do Estado para a questão.

Caracteriza-se, como se vê, situação que requer uma intervenção legislativa imediata. Entendemos que a autorização concedida à Caixa Econômica Federal (CEF), em caráter excepcional e por tempo determinado, para, sob a supervisão da Fundação Nacional do Índio (Funai), arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas, habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã contribui para o

equacionamento desse grave problema, uma vez que cria condições para o desmonte dos garimpos ilegais e para a pacificação da região.

Sr. Presidente, essa medida foi insuficiente. Eu pediria urgência ao Governo Federal e à Câmara dos Deputados, em especial, que já tem um projeto de lei do Senado aprovado no sentido da regulamentação e da exploração de minérios em terras indígenas. Só com isso, vamos acabar, de uma vez por todas, com a violência causada nas reservas indígenas.

Do ponto de vista operacional, a escolha da CEF para promover a recepção, avaliação e venda em hasta pública dos diamantes é plenamente justificada. Com efeito, aquela empresa pública tem larga experiência com avaliação e comercialização de pedras e objetos preciosos, uma vez que detém o monopólio das operações de penhor cível, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, e reafirmado em seu estatuto, que foi instituído pelo Decreto nº 5.056, de 29 de abril de 2004.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que estão prejudicadas em razão de a hasta pública, prevista na MP nº 225, de 2004, já ter sido realizada, segundo informações da Caixa Econômica Federal.

Pelo exposto, constata-se que a Medida Provisória em análise atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência a que se refere o art. 62 da Constituição Federal e apresenta inegável mérito. Além disso, não apresenta vícios jurídicos e é vazada em boa técnica legislativa.

Assim, à vista do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 225, de 2004, e, no mérito, pela sua aprovação, conforme texto original e conseqüente rejeição das Emendas de nºs 1 a 7 apresentadas.

Esse é o voto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 90, DE 2005

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 225, de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.

Relator-Revisor: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Chega ao exame desta Casa, Medida Provisória (MPV) nº 225, de 22 de novembro de 2004, que autoriza

a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.

A referida MPV foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro de 2005, conforme parecer proferido em Plenário pelo relator, o eminente Deputado Marcelo Ortiz, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 225, de 2004, em sua redação original, e rejeição das Emendas de nºs 1 a 7.

A MPV sob análise autoriza a Caixa Econômica Federal a receber diamantes entregues pelos índios Cintas-Largas, proceder a perícia inicial, pagando valor de adiantamento, e, após avaliação, vendê-los em hasta pública, sendo que os valores obtidos descontados os custos operacionais, tarifas, encargos, preços públicos e tributos incidentes deverão ser destinados aos indígenas, individualmente, ou por meio de suas associações.

O prazo de arrecadação é limitado a quinze dias após a edição da MPV.

O transporte dos diamantes deverá ser feito pelos Departamentos de Polícia Federal e Rodoviário Federal até as dependências da Caixa Econômica Federal.

Os preços de avaliação devem ser os praticados para liquidez imediata. Caso o valor obtido em hasta não seja suficiente para cobrir os custos operacionais, deverá a União ressarcir à Caixa Econômica Federal o valor da diferença.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deverá assistir aos índios nas operações necessárias aos objetivos da MPV.

Finalmente, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) fica autorizado a emitir certificado de Kimberley, na forma da legislação específica, em favor dos adquirentes finais dos diamantes brutos.

Foram apresentadas sete emendas à proposição, todas rejeitadas pelo relator na Câmara dos Deputados:

Emenda nº 1, do Deputado Severiano Alves, prevendo que a entrega dos diamantes à Caixa Econômica Federal deva ser efetuada diretamente pelos indígenas e através de uma associação criada para este fim;

Emenda nº 2, do Deputado Severiano Alves, dispondo que os diamantes brutos serão, em ato contínuo ao da entrega e no local da arrecadação, submetidos a exame pericial;

Emenda nº 3, do Deputado José Carlos Aleluia, que vincula a destinação do dinheiro arrecadado com o leilão dos diamantes a projetos do interesse comunitário dos índios;

Emenda nº 4, do Deputado José Carlos Aleluia, excluindo os custos operacionais dos descontos do valor obtido com a alienação dos diamantes;

Emenda nº 5, do Deputado Fernando Coruja, assegurando aos indígenas 60% do valor obtido com a alienação dos diamantes, caso a arrecadação seja insuficiente para cobrir os custos operacionais;

Emenda nº 6, do Deputado Severiano Alves, estabelecendo que o resultado apurado deverá ser submetido a deliberação e aprovação das Casas do Congresso Nacional;

Emenda nº 7, do Deputado José Carlos Aleluia, que visa à revogação da Medida Provisória em exame, afirmando, na justificativa, que a medida invade competência exclusiva do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 231, § 3º, e 49, XVI, ambos da Constituição Federal.

II – Análise

Quanto à admissibilidade, entendemos que a MPV em análise busca tempestivamente impedir novos desdobramentos catastróficos da situação de conflito instalada nas áreas às quais se destinam seus dispositivos. Desse modo, a proposição atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância.

A matéria circunscreve-se perfeitamente à esfera de iniciativa legislativa do Poder Executivo. No mesmo sentido entendeu o Supremo Tribunal Federal, que, em 13 de dezembro de 2004, indeferiu liminar que pedia a suspensão da MP nº 225, de 2004.

Também não vislumbramos na proposição qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, observamos que a expansão da atividade garimpeira ilegal em áreas indígenas situadas no sul do Estado de Rondônia e no oeste do Mato Grosso deu origem a uma situação extremamente conflituosa. Diante das dificuldades enfrentadas pelo Poder Público no sentido de coibir a exploração de minerais preciosos na região, os garimpos explorados ilegalmente pelos índios e por garimpeiros que invadem sistematicamente as áreas de reserva – espalharam-se por diversas áreas indígenas, causando sérios danos às comunidades que as habitam, em termos de danos ambientais e problemas à saúde dos índios, e provocando mudanças culturais de forma abrupta e extremamente prejudicial à preservação de suas tradições e de seus costumes ancestrais.

Os indígenas, pressionados pelas influências culturais e pelos hábitos de consumo da sociedade envolvente, encontram nos diamantes existentes nas terras que ocupam uma possibilidade de obtenção de recursos para satisfazer as diversas necessidades que, aos poucos, vão-se incorporando aos seus padrões culturais. Na ausência de fiscalização eficiente e de regulamentação para a extração mineral nas terras indígenas, assim como para a comercialização do fruto dessa lavra, constituiu-se toda uma rede criminosa voltada, sobretudo, para o contrabando de diamantes. Essas pedras, como tem sido amplamente divulgado pela imprensa, são compradas dos indígenas a preços vis e vendidas pelos contrabandistas no mercado internacional.

Estudos demonstram serem significativas as perdas do País com o comércio ilegal dessas gemas. Estima-se que, depois de legalizada a mineração em terras indígenas, a exploração de diamantes na reserva Roosevelt, em Rondônia, poderá render cerca de US\$3,5 bilhões (aproximadamente R\$9,6 bilhões) anualmente ao governo brasileiro.

Além do comércio ilegal, a violência é também uma grave conseqüência da situação vivida atualmente nas reservas, em decorrência das limitações dos órgãos competentes para atender às necessidades dos povos indígenas e impedir o acesso de pessoas não autorizadas às suas terras. Os conflitos recentemente ocorridos, causando a morte de dezenas de garimpeiros e índios, evidenciam a necessidade de maior atenção do Estado para a questão.

Caracteriza-se, como se vê, situação que requer uma intervenção legislativa imediata. Entendemos que a autorização concedida à Caixa Econômica Federal (CEF), em caráter excepcional e por tempo determinado, para, sob a supervisão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã contribui para o equacionamento desse grave problema, uma vez que cria condições para o desmonte dos garimpos ilegais e para a pacificação da região.

Do ponto de vista operacional, a escolha da Caixa Econômica Federal para promover a recepção, avaliação e venda em hasta pública dos diamantes é plenamente justificada. Com efeito, aquela empresa pública tem larga experiência com a avaliação e comercialização de pedras e objetos preciosos, uma vez que detém o monopólio das operações de penhor civil, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, e reafirmado em seu

estatuto, que foi instituído pelo Decreto nº 5.056, de 29 de abril de 2004.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que estão prejudicadas, em razão de a hasta pública prevista na MP nº 225, de 2004, já ter sido realizada, segundo informações da Caixa Econômica Federal.

Pelo exposto, constata-se que a medida provisória em análise atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência a que se refere o art. 62 da Constituição Federal e apresenta inegável mérito. Além disso, não apresenta vícios jurídicos e é vazada em boa técnica legislativa.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 225, de 2004, e, no mérito, pela sua aprovação conforme texto original e conseqüente rejeição das Emendas de nºs 1 a 7 apresentadas.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Valdir Raupp**, Relator-Revisor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer... Darei já a palavra a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O parecer é pela aprovação da Medida Provisória.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Marcelo Ortiz (PV – SP), e do Relator revisor, Senador Valdir Raupp, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, de arrazoar o porquê de se considerar inconstitucional a Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – No encaminhamento da votação do requerimento, V. Ex^a terá direito à palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 130, DE 2005

Nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requeiro votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 (Plen) quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.

Salas das Sessões, 8 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Em seguida, darei a palavra ao Senador José Agripino. Por favor, um de cada Partido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Essa Medida Provisória, Sr. Presidente, autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas, habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.

As Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, localizadas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, conhecidas pela sua imensa riqueza mineral, são alvo de toda a sorte de operações clandestinas, ilegais ou irregulares, como contrabando, corrupção e outros confrontos violentos que foram notificados pela mídia.

O objetivo da Medida Provisória sob análise é coibir novos conflitos por meio da implementação e instrumentos legais, capazes de pacificar os interesses dos indígenas, evitando, dessa forma, a ação de pessoas inescrupulosas que atuam no escoamento dessa riqueza.

Em síntese, a MP autoriza a Caixa Econômica, em caráter excepcional, a arrecadar, pelo prazo máximo de quinze dias, diamantes brutos já extraídos

pelos indígenas Cintas-Largas, nos limites territoriais das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã. Findo esse prazo, os diamantes encontrados na posse dos indígenas ou de suas associações serão apreendidos e levados à hasta pública.

Faço, então, Sr. Presidente, uma análise crítica. Segundo o Presidente da Fundação Nacional do Índio, o antropólogo Mércio Pereira, a regulamentação do garimpo em terras indígenas pode gerar problemas de ordens social, cultural e até política. Atualmente, a extração das pedras preciosas das reservas é proibida. A Medida Provisória não legaliza o garimpo, que ainda é proibido, mas sinaliza o interesse do Governo Federal em regulamentar a exploração de minérios nas reservas indígenas. Então, essa é uma questão que exigiria amplas discussões e não o conhecimento sumário promovido pela Medida Provisória.

Questionando a validade da Medida Provisória nº 225, de 2004, o Partido da Social Democracia Brasileira, que tenho a honra de liderar neste Senado Federal, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade, que tomou o número 3.352; isso porque essa medida provisória teria violado os arts. 49 e 231, § 3º, da Constituição Federal, que asseveram que cabe exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar, nas terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de riquezas minerais. A atribuição do Congresso Nacional para autorizar a extração mineral em terras indígenas teria sido – e a meu ver foi – violada pelo Poder Executivo.

Por isso, Sr. Presidente, o PSDB, que argúo a inconstitucionalidade da matéria, que argúo a banalidade do uso do instrumento, requer – repetindo, sem obs- trução, todos colocando apenas a sua face no painel eletrônico – a votação nominal, por entender que o justo seria o Senado recusar essa Medida Provisória, por inconstitucional e banal. Melhor seria uma discussão aprofundada da qual se furtou, mais uma vez, o Governo Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE ((Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Tenho dificuldade de entender o posicionamento do PSDB com relação a esta matéria.

Todos assistiram, estarrecidos, ao nível de conflito que, no território dos Cintas-Largas, ocorreu, exatamente entre máfias de contrabandos e do crime organizado. Disputavam diamantes com interesses inescrupulosos, muitas vezes manipulando inclusive os povos indígenas.

Houve, só naquele episódio, cerca de 27 homicídios. O que fez o Governo? Imediatamente, encaminhou tropas para evitar a continuidade daquela situação e passou a exigir que a Caixa Econômica Federal realizasse leilões para evitar o contrabando e o tráfico de diamantes. Nesse período, foram negociados 644 quilates de diamantes na Caixa Econômica Federal, que é um banco público, em processos transparentes que evitaram a situação anterior.

Portanto, no mérito, era preciso urgência, era necessária uma posição firme do Governo. Era preciso evitar aquela situação a que estávamos assistindo. Pergunto: a quem interessa retirar a Caixa Econômica Federal da comercialização dos diamantes? O que se pretende? Restabelecer o contrabando? Restabelecer o ilícito? Estimular o conflito que existia na região? A política do Governo pacificou, arbitrou e preservou o interesse público, porque a Caixa é um banco público.

Sobre a inconstitucionalidade, foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal uma ADIn, que foi recusada. O Supremo, por parecer do Ministro Sepúlveda Pertence, reconheceu a constitucionalidade. Quero aqui ler a síntese do parecer do Ministro: “Carente de plausibilidade jurídica o pedido de suspensão da MP...” Vou reler:

Carente de plausibilidade jurídica o pedido de suspensão da medida provisória, visto que, consideradas as peculiaridades do caso, quais sejam a lavra já consumada e a situação de emergência descrita na Exposição de Motivos da MP, consistente nos conflitos existentes na região, decorrentes da comercialização ilegal das pedras, estariam preenchidos os pressupostos autorizadores da edição da norma, bem como não teria havido, a princípio, usurpação da competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que, em 1991, apresentei um projeto de Estatuto de Direitos e Deveres dos Povos Indígenas, que procurava normatizar essa questão de forma definitiva – não apenas essa mas também toda a questão das terras indígenas. Apresentei-o juntamente com o Ministro Nelson Jobim, que, na época, era Deputado do PMDB e que assinou comigo a propositura. Já se passaram 15 anos. O projeto foi votado numa comissão especial, foi feito um substitutivo. No entanto, a Câmara não deu provimento à iniciativa.

Quero, portanto, dizer que o resultado foi efetivo: eliminamos o conflito existente, disciplinamos a área, e foi permitido à Caixa Econômica Federal centralizar

a comercialização, evitando, portanto, o cenário que lá existia.

O Supremo já decidiu pela constitucionalidade. É claríssimo o pronunciamento do Supremo, acatado pela Corte Suprema, que trata exatamente dessa questão. A ADIn foi rejeitada. Disse o Ministro Sepúlveda Pertence, no parecer acatado pelo Supremo Tribunal Federal, que era carente de plausibilidade jurídica o pedido de suspensão da medida provisória.

Peço, portanto, a aprovação da matéria por esta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Líder Aloizio Mercadante, embora sem citar nomes, foi, de certa forma, ofensivo ao dizer que a opção seria a medida provisória do Governo dele ou o contrabando. Por isso, peço tempo para explicar e esclarecer essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Regimento Interno permite que fale apenas um Senador por Partido e que fale também o autor do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, quero apenas deixar claro que a opção que o Senador Aloizio Mercadante apresentou é muito pobre, ou seja, ou fico com a medida provisória do Governo ou fico com o contrabando. Não posso concordar com isso. Preciso pôr os pingos nos is.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a, se quiser, poderá fazê-lo como representante do PSDB, já que antes se manifestou como autor do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu queria falar como ofendido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ter sido citado, eu também peço a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou capaz de elogiar o Líder do Governo, somente para ver se S. Ex^a vai se defender de um elogio que lhe faço. S. Ex^a, às vezes, dá essas escorregadas.

Sr. Presidente, serei bastante breve.

De fato, a opção apresentada é bastante pobre: ou se está com a medida provisória do Governo, ou se está com o contrabando.

O PSDB colocou todo o seu empenho na ADIn e nela acredita. Respeita a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas acredita na Adin. O PSDB entende que garimpo em terra indígena é grave, pois gera conturbações de ordem cultural, social e política. Não estou

dizendo que se exclua a possibilidade do garimpo; estou dizendo que essa questão é tão séria que não deveria ser tratada pela leveza de uma medida provisória, que, às vezes, resvala pela própria leviandade.

Esta dicotomia, que é muito própria do PT, ou seja, “estamos nós com a razão e, depois de nós, o dilúvio”, tenho que repudiá-la. O que eu queria mesmo seria uma discussão muito ampla e muita séria para chegarmos à melhor maneira de aproveitar riquezas minerais brasileiras, respeitando a integridade cultural e sociopolítica dos povos indígenas.

Era o que eu tinha a dizer a título de esclarecimento ao Líder Aloizio Mercadante. E agora eu o cito, para que S. Ex^a possa falar em seguida. Nem eu nem meu Partido estamos tentando favorecer situações de mazorca, desordem ou contrabando. Ao contrário, entendemos que medida provisória não é a melhor maneira de defender os índios e não é a melhor maneira de disciplinar eventualmente a exploração das riquezas minerais contidas nessas áreas em tela.

Portanto, aqui está, Sr. Presidente, mais uma vez e revigorado, o nosso argumento segundo o qual deve haver voto nominal pela inconstitucionalidade e, desse modo, pela rejeição na preliminar dessa medida provisória, que, a meu ver, é apressada e meramente toca no problema de maneira superficial. É como visitar a casa investigativamente depois de ela ter sido arrombada.

Gostaria de que essa questão fosse discutida, e o melhor caminho para se chegar a um grande debate no Brasil jamais será pela via apressada da medida provisória. Mais uma vez, o instrumento é banalizado por um Governo que se banaliza ao banalizar tanto o uso de medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador José Agripino, concederei a palavra ao Líder Aloizio Mercadante para uma explicação pessoal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava esperando os elogios mencionados, mas eles não vieram. E exatamente por conhecer profundamente as características do nosso Líder, eu já havia feito a minha inscrição preventiva.

Basicamente, ressalto que a exploração de diamantes nessa reserva não começou agora, mas vinha de antes. E vinham de antes as práticas ilegais, os contrabandos, os homicídios e a falta de uma política disciplinadora. O Governo foi obrigado a tomar medidas de emergência diante da identificação de que vários mineradores, vários garimpeiros tinham sido assassi-

nados e enterrados. Foram encontrados, escondidos dentro da reserva, corpos que não se conheciam.

Em função desse trabalho da Polícia Federal, das denúncias que foram feitas, com a participação da Caixa Econômica Federal, do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, do Gabinete de Segurança Institucional e da Funai, foi estabelecida de comum acordo uma política de emergência para esse quadro. E uma das iniciativas tomadas foi a de a Caixa Econômica Federal passar a comprar os diamantes. Como eu disse, foram vendidos 644 quilates de diamantes à Caixa Econômica Federal.

Foi uma medida necessária, urgente, relevante. E mais: a admissibilidade e a constitucionalidade já foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal. O Supremo já tomou a decisão de reconhecimento da constitucionalidade. Li aqui o parecer do Supremo, acatado pela Corte máxima, que tem a competência de julgar a constitucionalidade das matérias.

Por isso, peço ao Senado Federal que acate o parecer do Ministro Sepúlveda Pertence, que é a decisão do Supremo de que essa matéria é constitucional, para que possamos aprová-la e debater em seguida o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Partido vai receber da Liderança a orientação do voto pela inconstitucionalidade da matéria. Vai ser o voto contra. Não será um voto emocional nem raivoso, não será recuperação de passado, mas algo muito simples, Sr. Presidente: será o zelo pela legalidade e pela Constituição. Só isso! Ao rei tudo, menos a honra!

Não se pode querer que o Senado vote algo que, no meu entendimento, é claramente inconstitucional. Vou procurar explicar, mas, para isso, é preciso que se recupere um pouco da história da edição dessa medida provisória.

Há algum tempo, vêm ocorrendo conflitos entre os índios cintas-largas e garimpeiros na região de Roraima, Mato Grosso, com a provocação de mortes. Esses conflitos agudizaram-se recentemente – eles já vinham de algum tempo, tem razão o Senador Mercadante –, conforme noticiado pela imprensa. As mortes ocorreram agora. A denúncia dos índios, de que dia-

mante é mais perigoso do que uma série de coisas, é de meses atrás.

Uma comissão externa do Senado, montada para produzir um trabalho e um relatório sobre a situação fundiária no País, recomendou a edição de diploma legislativo que disciplinasse a exploração dos diamantes em área indígena. Em vez disso, o Poder Executivo, descumprindo claramente a Constituição, não editou um diploma legislativo – que deveria ser uma lei complementar – para disciplinar a exploração de minério, de diamante, na Região Norte do País; editou uma medida provisória para legalizar a ilegalidade, para autorizar a Caixa Econômica Federal a comprar o diamante clandestino, produto de uma atividade clandestina, porque não foi autorizada conforme manda a Constituição.

Conforme manda a Constituição como? Em primeiro lugar, o art. 49 da Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

O diamante que a Caixa Econômica está comprando por determinação dessa medida provisória não foi objeto de lavra autorizada pelo Congresso Nacional. É diamante clandestino. Se votarmos essa MP, estamos coonestando a clandestinidade, estamos legitimando a ilegalidade.

Mais: o art. 62 da mesma Constituição Federal, este livrinho verde-amarelo, diz o seguinte:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

.....
III – reservada a lei complementar;

Matéria, portanto, reservada a lei complementar não pode ser objeto de medida provisória. E isso é matéria de lei complementar? Vamos ao Capítulo VIII da Constituição Federal, que trata dos índios, no art. 231:

Art. 231.

.....
 § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

.....
 § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar,...

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o Governo quisesse agir constitucional e legalmente, poderia até ter editado medida provisória para permitir à Caixa Econômica comprar o ilegal, mas teria que ter a obrigação ou o cuidado de mandar junto uma lei complementar para não ouvir o que está ouvindo agora. Não mandou lei complementar alguma e está impondo ao Senado e ao Congresso Nacional a edição de uma medida provisória claramente ilegal, com a qual o PFL não concorda e vota pela sua inconstitucionalidade, que é clara e cristalina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de lembrar que esse assunto relativo à Reserva Roosevelt foi discutido à exaustão pela Comissão Temporária de Questões Indígenas do Senado Federal, presidida pelo Líder do PTB, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Estivemos na Reserva Roosevelt, conversamos com os índios cintas-largas, com João Bravo, com Pio Cinta-Larga, com várias autoridades de Rondônia, Deputados Estaduais, Deputados Federais, ouvimos a Polícia Federal e a Funai.

Sr. Presidente, esse é um assunto grave, um assunto sério. Foi divulgado que 29 garimpeiros teriam morrido. Mas os indícios são de que houve uma efetiva chacina por causa da questão dos diamantes.

Para que os nobres Senadores e Senadoras tenham idéia do que representa a Reserva Roosevelt, um dos países que mais produz diamantes no mundo é a África do Sul, onde se encontram diamantes, Senador Tião Viana, a um metro e meio de profundidade. Na Reserva Roosevelt, os diamantes afloram; estão na superfície da terra, praticamente, a 30 cm de profundidade.

Sr. Presidente, exatamente por essas facilidades, os cintas-largas e os garimpeiros foram utilizados por contrabandistas que comercializavam os diamantes para levá-los para São Paulo e, de lá, para outros países, para lapidação.

É importante registrar, Sr. Presidente, que muito próximo à Reserva Roosevelt existe uma bolsa de diamantes que tem negociações com os principais mercados de diamante do mundo, viabilizada pela produção ilegal de diamantes, sem controle, lá na Reserva Roosevelt.

Além da chacina, quanto o Brasil e o Estado de Rondônia perderam com a saída desses diamantes da Reserva Roosevelt? Pessoas que conviveram com essas transações diziam que aviões lá pousavam e traziam pessoas de fora interessadas na negociação dessas pedras. Aterrissavam e levavam, em garrafas de plástico, de refrigerante, diamantes que seriam, *a posteriori*, comercializados ilegalmente.

Por isso, essa medida provisória é absolutamente importante. Além das medidas que o Governo Federal tomou, por meio da Funai, do Ministério da Justiça, do Gabinete de Segurança Institucional, da Polícia Federal, das Forças Armadas, minimamente conseguimos tranquilizar uma situação que era absolutamente preocupante, já que eventos assemelhados, chacinas assemelhadas, chacinas assemelhadas poderiam acontecer novamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Por isso é totalmente procedente a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal na reserva, para evitar essa ilegalidade.

Evidentemente não posso deixar de registrar a importância de um projeto do próprio Senador Aloizio Mercadante que tramita na Câmara e que trata da exploração mineral em reservas indígenas. Esse é um fato localizado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero fazer, rapidamente, alguns comentários sobre o art. 231, § 3º, da Constituição Federal. A interpretação aqui apresen-

tada foi de que se trata de uma norma constitucional de eficácia contida e, por isso, nada poderia ser feito enquanto não houvesse uma lei geral. Mas a interpretação que defendo é diferente: trata-se de uma norma constitucional de eficácia limitada. Portanto, pode haver regulamentações tópicas enquanto não houver lei geral.

Sendo assim, a medida provisória é totalmente pertinente e, em função da interpretação de que se trata de uma norma de eficácia limitada, absolutamente constitucional. Por isso, não tenho dúvida de que contaremos com a aprovação dessa medida provisória, que é fundamental, pelo menos para que a terra indígena Roosevelt comece efetivamente a se estruturar dentro da legalidade, algo que nunca aconteceu.

Quero também registrar que a Reserva Roosevelt não é apenas um problema de estrutura da Funai e das etnias; é um caso de polícia, e assim também está sendo tratado pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pelo P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu até prefiro fazer o debate no mérito, porque sempre é muito difícil fazer discussão de medida provisória. Como toda medida provisória tem eficácia imediata, aqui ficamos discutindo, quase que em um roubo juvenil, o que efetivamente já aconteceu, até porque os diamantes já foram leiloados e os índios já receberam dinheiro. Por outro lado, os índios continuam morrendo de fome, sem terem suas áreas, suas terras demarcadas. Então, embora seja muito difícil, realizar essa discussão é de fundamental importância.

Quero lembrar a esta Casa um artigo extremamente precioso que Plínio de Arruda Sampaio publicou na **Folha de S. Paulo**, em que analisava as medidas adotadas pelo Governo no caso do assassinato da missionária Dorothy Stang. Nesse texto, com a autoridade de um dos mais importantes militantes das belas causas dos movimentos sociais, um dos mais destacados militantes das comissões pastorais da terra e das comissões pastorais de forma geral, Plínio afirmava que essas medidas tomadas pelo Governo depois de um assassinato concretizavam o chamado “*kit massacre*”: se houver morte, se houver massacre, o Governo vai lá, Parlamentares ou Presidentes choram diante dos mortos, e continua a vida.

O que essa medida provisória está fazendo? E qual é a sua ilegalidade primeira? Há um risco. A partir do momento em que essa medida legaliza os diamantes extraídos de forma irregular, está legitimando o processo e estimulando que contrabandistas, garimpeiros ou pobres índios manipulados continuem a fazer essa extração ilegal, porque terão a garantia de que o Governo a legalizará, desde que haja mortos. E se houver mortos, por motivo de conflitos e tensões e pela mais absoluta ausência do Governo Federal e desrespeito em relação aos povos indígenas – como ocorria no Governo passado e continua ocorrendo no atual –, essa situação se repetirá infelizmente.

Esses diamantes leiloados com certeza poderão enfeitar os belos pescoços da burguesia nacional e internacional. Mas os verdadeiros diamantes, que são as meninas, os meninos, as mulheres e os homens que representam os povos indígenas deste País, continuam massacrados pela mais absoluta irresponsabilidade e insensibilidade do Governo Lula, que reproduz o Governo Fernando Henrique ao demonstrar uma gigantesca insensibilidade com os povos indígenas do Brasil.

Somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando todas as vertentes aqui analisadas, chegamos à conclusão de que a presente medida provisória se constitui no único instrumento legal adequado e eficaz para pacificar os conflitos naquela região, até que seja editada a lei prevista no § 3º do art. 231 da Constituição Federal, traduzindo o cumprimento de obrigação do Governo em adotar medidas emergenciais.

Dentre essas medidas cabe citar a recente edição do Decreto de 17 de setembro de 2004, que cria um grupo operacional para coibir a exploração mineral em terras indígenas.

Então, considerando todas essas nuances e que essa medida é o único instrumento, o PMDB votará favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A votação será nominal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O Governo encaminha o voto “sim”.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que compareçam ao Plenário para votarem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, o PT e o Bloco de apoio ao Governo encaminham o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PSDB encaminha o voto “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL

encaminha o voto “não”.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr.

Presidente, no PDT não há consenso, mas votarei “sim” porque considero que os índios têm direito. Essa é a primeira vez em que eles venderão um diamante legalizado. Nós os obrigamos a trabalhar na ilegalidade. Nós não resolvemos o problema e obrigamos os índios a matarem as pessoas e a se matarem lutando.

Então, creio que temos que votar essa medida e resolver o problema do garimpo na terra indígena. Temos que aprovar o Estatuto do Índio, que já está há 12 anos rodando sem solução. No meu Estado, as autoridades definem a área indígena, demarcam-na e largam os índios para lá. Pior seria se os índios estivessem contrabandeando droga, como acontecerá no meu Estado se continuarem fazendo da mesma forma. Se o índio for abandonado, partirá para a ilegalidade do tráfico de drogas.

Voto a favor da medida provisória e sou a favor da garimpagem em área indígena.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr.

Presidente, eu pediria aos membros do PMDB que estão nos gabinetes que venham ao plenário para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PMDB orienta o voto “sim”.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB –

AL) – Senador Ramez Tebet, estamos vem votação.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto naturalmente todos vão se aproximando para votar, quero fazer uma breve consideração sobre esse fato.

Assisti aos eminentes Líderes do PFL e do PMDB argumentarem sobre o aspecto constitucional da matéria. Entendo que, sob esse aspecto, a norma é de eficácia limitada, pode ir sendo regulamentada por lei. E a medida em questão, embora todos sejamos contra o instrumento da medida provisória, está fazendo o papel de lei para resolver um problema urgente.

Nesse caso existe urgência porque houve mortes; e há urgência porque o problema existe desde o descobrimento do nosso Brasil. Existe o problema porque quem está na terra, quem está na mina, quem está no meio dos diamantes está morrendo de fome no meio da riqueza. Como é que, abraçadas no diamante, crianças morrem desnutridas, como está acontecendo lá no meu Mato Grosso do Sul? Acho isso inadmissível.

Por isso, vejo que esta Medida Provisória esteja a merecer o voto do Senado da República. Minha consciência não aceita não votar uma matéria para depois dizer que se está a vender minério contrabandeado. Ora, temos de regulamentar isso. Se o índio está na terra, ele tem o direito. Se ele explora aquilo, para quem ele vai vender? Vai vender para a Caixa Econômica, que é uma instituição pública, que está ali para verificar inclusive a legalidade do minério, da mercadoria. É uma oportunidade que se dá, inclusive de legalização.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, embora muito afeito à matéria jurídica, vou votar favoravelmente à Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

Se os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, tem a palavra V. Ex^a, para orientar a Bancada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para orientar a Bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PL entende que o Supremo é a Casa da Constituição e decidiu que o Governo pode editar medida provisória quando falta lei complementar. Por isso, o PL, partindo do bom senso, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

(Procede-se a apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

PARECER N° 90, DE 2005 (RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MP 225/2004)

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MP N° 225, DE 2004

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 8/3/2005

Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 8/3/2005 16:57:03
Encerramento: 8/3/2005 17:02:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ÁRTHUR VIRGILIO	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	NÃO
PMDB	MG	HELIO COSTA	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PFL	SP	RÔMEU TUMA	NÃO
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VÁLDIR RAUPP	SIM

Votos SIM : 33
Votos NÃO : 20
Votos ABST. : 00

Total : 53


Primeiro-Secretário

Presidência: RENAN CALHEIROS

Operação: ELIO FERREIRA LIMA

Emissão: 8/3/2005 17:02:59

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 33 Srs. Senadores; e NÃO 20.

Não houve abstenção.

Total: 53 votos.

Os pressupostos foram aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir o mérito, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por até dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Delcídio Amaral, Relator da Comissão Temporária Externa do Senado, que tive a honra de presidir, eu e os Senadores Valdir Raupp, Augusto Botelho e Paulo Elifas fomos a Rondônia e constatamos, na Reserva Roosevelt, a realidade dos acontecimentos. Primeiramente, devo dizer que há vários anos que a mineração ilegal é praticada naquelas terras com o conhecimento da Funai, do Ibama e da Polícia Federal. Inclusive, os índios adotaram um critério em que eles escolhiam os garimpeiros que poderiam entrar na terra para explorá-la. Eles cobravam pedágio dos garimpeiros. Tudo isso era feito ao arrepio da lei. Durante todo esse tempo, nunca se procurou fazer o principal, que é regulamentar a exploração mineral em terras indígenas. Há projetos a serem votados na Câmara e aqui no Senado.

Falando como médico, o que estamos fazendo hoje aqui é dar um analgésico a uma pessoa que está prestes a ter um derrame cerebral porque está com a pressão muito alta. É evidente que estamos fazendo um remendo de emergência.

Pelas informações que tenho, o garimpo naquela região continua intensamente. Como disse o Senador Delcídio Amaral, do outro lado da reserva existe uma bolsa de diamantes acintosamente instalada. Estão comprando diamantes de onde, se não existe nenhum lugar ali que produza diamante de forma legal?

Então, é preciso que, passado o efeito desse analgésico, possamos efetivamente aprovar uma legislação que regule a questão da mineração em terra indígena, como recomendou a comissão externa do Senado Federal. Também sugerimos na comissão que se editasse uma medida provisória para, emergencialmente, regulamentar a questão da Reserva Roosevelt. Talvez tenhamos lá a maior jazida de diamantes do mundo, diamantes da melhor qualidade, segundo as pessoas que conhecem a questão. Assim, é preciso que nós e o Governo tenhamos a clarividência de que se deve aplicar um tratamento correto para o assunto. O tratamento correto é, com certeza, fazer uma demarcação

de terra indígena de maneira plausível, assim como uma administração mais eficiente da Funai e, por fim, logicamente, regulamentar a exploração mineral.

Aliás, no Brasil, há uma grande coincidência: a maioria das reservas indígenas casam perfeitamente com o mapa das reservas minerais. Em meu Estado, por exemplo, a situação é como se houvesse sido desenhado o mapa das reservas indígenas sobre uma transparência, justapondo-se o desenho das reservas minerais.

Então, parece-me que a questão é irreversível no caso da Reserva Roosevelt, porque os índios nos disseram claramente que não aceitam outro tipo de exploração que os exclua. A Constituição prevê a formação, inclusive, de cooperativas.

Portanto, é preciso que todos nós – Câmara, Senado e Governo Federal – tenhamos a coragem de dar um tratamento definitivo a essa questão, deixando-se de adotar soluções paliativos, ministrando remédios para curar os sintomas.

Meu voto foi favorável e assim o será no mérito, porque realmente era necessária uma operação de emergência. Entretanto, precisamos cobrar uma providência para haver, de fato, um projeto definitivo para tratar da questão em todo o Brasil, especialmente, com urgência, na Reserva Roosevelt e no Estado de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge. Em seguida, darei a palavra ao Senador Romeu Tuma para discutir o mérito da matéria. Posteriormente, inscreverei V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que faça constar em Ata o meu voto “não” nesse projeto anterior, pois, quando cheguei, já havia terminado a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero registrar, na votação anterior, o meu voto favorável ao encaminhamento da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, faço o mesmo pedido que fez o Senador Sérgio Guerra, que faça constar da Ata meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a, que é voto contrário na votação nominal do requerimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, solicito que registre, no mesmo sentido, a manifestação do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O meu Líder, Senador José Agripino, já encaminhou o requerimento e, provavelmente, fará o mesmo no encaminhamento da votação contrária à aprovação da medida provisória.

Só queria fazer um pequeno histórico sobre alguns problemas que trazem grande preocupação a essa situação de garimpo ilegal. Não é clandestino o garimpo, pois o Senador Mozarildo Cavalcanti acabou de dar o testemunho de que há anos que há exploração dos diamantes nessa área indígena.

Sr. Presidente, estive na última reunião da ONU e soube que existia uma comissão especial destinada a proibir a exportação de diamantes da África do Sul, principalmente porque era a Inglaterra que os explorava e porque o dinheiro infelizmente não se destinava àqueles que tinham direito a essa exploração.

Quando o Senador Ramez Tebet, com muito sentimentalismo, fala na morte dos índios, em cujas terras há uma riqueza, Senadora Patrícia, pergunto: será que esse dinheiro vai para as comunidades indígenas ou só para os caciques, que fazem compra de elegantes viaturas, veículos, por não haver uma fiscalização correta da Funai?

Creio que haja um estoque muito grande de diamante, Senador Romero Jucá, visto que a polícia lá esteve, já fez operações, depois da morte de vinte e tantos garimpeiros.

Os inquéritos estão em andamento, e receio, Senador César Borges, que legalizemos uma ilegalidade sob inquérito. Se houver recibo da Caixa Econômica demonstrando a compra de diamante explorado ilegalmente, quem o vendeu não poderá mais ser processado, por haver um documento legalizando a venda, provavelmente com pagamento de imposto.

As operações da Polícia Federal deveriam preceder qualquer iniciativa, porque a urgência existia à época da morte dos garimpeiros, há mais de quatro ou cinco meses. Essa urgência já é ultrapassada, porque a presença da polícia, das autoridades, mesmo da comissão supriu essa urgência necessária à época.

Temos que nos acautelar para que, realmente, não sejamos instrumento para esquentar dinheiro ilegalmente conseguido por meio da exploração clandestina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra porque quero registrar que estou votando a favor da medida provisória por entender a urgência e a situação de crise em que se encontra a comercialização dos diamantes em Rondônia.

Mas, sem dúvida, ao mesmo tempo em que voto favoravelmente, quero, de público, cobrar da Câmara dos Deputados a votação de projeto que regulamenta a mineração em terra indígena.

O art. 231 da Constituição define a possibilidade de mineração em terra indígena e estabelece que uma lei complementar deve regular de que forma o Congresso Nacional autorizará cada caso, cada exploração.

Apresentei um projeto no Senado anos atrás, que foi aprovado por unanimidade, foi à Câmara dos Deputados, já passou por três comissões daquela Casa, mas, infelizmente, até agora, não conseguiu ter sua tramitação concluída. Nele se prevêem todas as opções, os controles ambientais, antropológicos, a parte de aplicação de recursos, o próprio controle do DNPM e da Funai. Portanto, é um projeto que procura controlar, mas possibilitar a exploração, desde que a comunidade indígena assim o queira.

Aproveito a oportunidade para cobrar tanto do Ministério da Justiça as articulações necessárias, quanto da Câmara dos Deputados a aprovação dessa legislação, que vai beneficiar os índios brasileiros e evitar que mais pessoas morram como os 27 garimpeiros assassinados em Rondônia.

Portanto, meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PSDB nada tem contra a idéia de legalizar o comércio dos diamantes, nem poderia ser diferente.

O PSDB, portanto, não está sequer discutindo o mérito da medida provisória. Está dizendo que ela é abusiva, desnecessária e representa um sentimento de governo que nela se viciou.

Todas as vezes que dizem que, se não fosse a medida provisória, estaríamos vivendo uma situação de caos, penso que a contrapartida seria o povo brasileiro imaginar que não era para haver mais problema no Brasil, porque não é por falta de medida provisória que os problemas não teriam acabado. Se os problemas não se esgotaram, as medidas provisórias não foram suficientes para enfrentá-los, algumas até podem ter agravado algum desses problemas, dessas situações.

Portanto, temos aqui uma questão de princípio. Se a matéria tivesse vindo por outro instrumento, se tivesse sido discutida de maneira profunda nesta Casa, teríamos, quem sabe, dado a ela toda a urgência. Já se fez uma emenda parlamentarista, que passou a vigorar, mudando o sistema político brasileiro em 48 horas. Uma situação de crise o exigiu, e isso ocorreu.

Estou chegando à hipérbole para dizer que não dá para duvidar da capacidade de ser célere nem do Senado Federal, nem da Câmara dos Deputados e, portanto, jamais do Congresso.

Alguns dizem que não queremos resolver o problema. Eu digo que quero, mas há que ser por uma medida provisória do Governo que, a meu ver, é inconstitucional? Eles dizem que tem que ser pela medida provisória do Governo considerada constitucional por um dos mais ilustres juristas deste País, o Ministro Sepúlveda Pertence. Apenas reservo-me o direito de imaginar que assiste razão jurídica o PSDB, sim.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, temos razões. Se era possível outro instrumento, sem prejuízo da pressa, por que a medida provisória? Por outro lado, o Governo, quando edita medidas provisórias para matérias sem urgência, termina invadindo a competência do Congresso Nacional, atropelando os trabalhos do Legislativo. Foi exatamente o que ocorreu com a Medida Provisória nº 225, que votaremos agora: ela fere o disposto no inciso XVI do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece ser de competência exclusiva do Congresso Nacional “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”.

No mesmo sentido, a medida provisória contraria ainda o § 3º do art. 231 da Constituição Federal, que estabelece:

§3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com

autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Então, não se trata, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de se impedir a comercialização dessas riquezas minerais. Trata-se de não se subtrair do Congresso Nacional o direito de fiscalizar e de autorizar essa lavra quando ela for julgada legítima ao alvitre do Congresso Nacional.

Portanto, somos completamente favoráveis, desde que passe pelo Congresso Nacional. Por isso, o PSDB insiste na tese de que a Constituição foi violada. Aliás, a Constituição tem sido violada comumente quando o Governo entende que vai salvar o Brasil por meio de medidas provisórias e termina afundando seu próprio conceito em relação ao respeito que deveria ter – e não tem – às prerrogativas do Congresso Nacional.

Assim, ao tratar da destinação dos diamantes extraídos em terras indígenas, o Poder Executivo está legalizando a atividade de lavra à revelia do Congresso Nacional e do que determina a Constituição Federal. Além disso, a medida provisória mais uma vez evidencia a banalização do instrumento pelo Governo.

Concluindo, Sr. Presidente, para mim, é pueril dizer: preferem o contrabando ou a Caixa Econômica? Eu, meu filho de 13 anos, minha filha de 10 anos, todos diríamos que preferimos a Caixa Econômica Federal. Faço-lhes outra pergunta: preferem que a solução seja dada atropelando e diminuindo o poder do Congresso Nacional ou sendo resguardada a prerrogativa do Poder Legislativo? Agora, creio que eu, a torcida do Flamengo, do Corinthians, meu filho de 13 anos e minha filha de 10 anos, todos diremos que a solução melhor teria que passar pelo Congresso.

Por isso, o PSDB vota “não” a esta medida provisória, que, a meu ver, é inconstitucional, inadequada, desnecessária e que poderia muito bem ter sido substituída por um instrumento mais legítimo que não ferisse a força e a prerrogativa do Parlamento brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os efeitos desta medida provisória já se realizaram. Como a medida provisória produz efeito imediato, a Caixa Econômica, sentindo-se autorizada, já comprou. Não cabia à Caixa avaliar se o diploma legislativo era legal ou ilegal. É boa a causa que pretende eliminar a tensão entre garimpeiros e autorizar a compra de diamante pela Caixa Econômica Federal? A causa é boa. Esses são os argumentos que os defensores da Medida Provisória

utilizam. É um lado da história. O outro lado, Senador Efraim Morais, o que meu partido defende, é duro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginemos que duas quadrilhas disputam uma carga de cigarros no interior do Estado do Pará. Existe tensão entre as duas quadrilhas. Uma delas apreende a carga e a coloca no armazém. A tensão é instalada entre as duas quadrilhas, e a carga é ilegal. Para que se encontre uma forma de equilibrar a tensão, autoriza-se a venda da carga roubada, e o dinheiro é distribuído entre aqueles que a disputavam.

É mais ou menos o que está ocorrendo. A carga roubada – que não é roubada, é clandestina – são os diamantes, vários quilos de diamantes brutos, clandestinamente garimpados, sem cobertura do Congresso Nacional, em uma afronta à Constituição Federal, provocando tensão entre garimpeiros e índios Cintas-Largas. É aquela história de curar a febre quebrando o termômetro. Estamos quebrando o termômetro! Estamos votando uma medida provisória que autoriza a Caixa Econômica Federal a fazer o que já fez. Como se isso resolvesse o problema, como se coonestasse o daqui para frente, como se não devesse ser feito o disciplinamento da lavra mineral em área indígena, como se este não fosse o fulcro da questão.

O que estamos votando é: vai-se coonestar ou não uma mercadoria ilegal, que provocou mortes e que, por haver provocado mortes, exige solução urgente? Exige, sim, mas tem que ser urgente e legal. A matéria é urgente, mas não é legal. Meu partido fica com a legalidade, e vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve e objetivo. A questão da mineração está presente desde o descobrimento. Uma obra clássica de Paulo Prado, Retrato do Brasil, descreve que a cobiça foi uma das razões do processo de colonização do Brasil e que levou a uma série de deformações no processo de constituição da identidade nacional. Mas é evidente que a mineração é uma parte constitutiva do processo de descobrimento e da formação da nacionalidade.

Os Cintas-Largas ocupam a região provavelmente desde aquela época. Está certo que foram se afastando para a Amazônia à medida que o processo de colonização avançou, mas há séculos estão embrenhados na mata e sobrevivendo na região.

A primeira pergunta que faço é: por que os povos indígenas não podem, nas áreas demarcadas, desen-

volver atividades econômicas, particularmente a da exploração mineral? Podem. Seria necessário um estatuto legal organizando e disciplinando a atividade. E por que o Congresso Nacional não agiu nesse sentido, se a Constituição Federal é de 1988?

Apresentei o primeiro projeto do Estatuto dos Povos Indígenas, como disse, com o então Deputado Nelson Jobim, há quase quinze anos. A Câmara dos Deputados criou uma comissão especial, aprovou um substitutivo e não votou o projeto. Ora, não havia o marco legal definitivo, mas havia uma situação de fato: uma exploração que soma alguns milhões de dólares em diamantes da região, vinte e sete mineradores assassinados, uma verdadeira chacina, ameaça de retaliação contra a população indígena e um clima de conflito agudo.

Qual foi a resposta do Governo? Imediatamente, pacificar, apurar, prender sobretudo as quadrilhas que envolviam as comunidades indígenas nesse tipo de procedimento, e normatizar os procedimentos, particularmente a compra.

Foram comprados pela Caixa Econômica Federal 644 quilates de diamantes. Não foram remetidos por contrabando ou de forma ilegal para o exterior. São recursos que pagam divisas e aumentam o financiamento público. Portanto, não consigo entender a objeção da Oposição a esse esforço de disciplinar a matéria.

Quero crer que a manifestação levará, eu diria, em breve, o Congresso Nacional a definitivamente aprovar o Estatuto dos Povos indígenas. Por essa razão, encaminhamos o voto “sim” à Medida Provisória, de acordo com o parecer do Supremo Tribunal Federal, que opinou pela constitucionalidade, razoabilidade e urgência da matéria, em face da situação de conflito existente na região.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para discutir a matéria. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não nego que votarei favoravelmente a esta medida provisória. Estando na situação em que estamos, votar a favor da medida provisória é normal. Mas trago meu protesto: Por que medida provisória? Uma matéria dessa natureza, com esse significado, quando o Líder do Governo diz, e diz bem, que vem desde 1500? Por que uma matéria como esta não vem em uma lei? Por que uma matéria como esta não vem em um debate aberto? Por que uma matéria como esta não vem com a possibilidade de o Congresso se manifestar e dizer o que pensa?

Estamos aqui com o fato consumado. Já foram compradas as pedras preciosas. Já estão em mãos da Caixa Econômica Federal, que já fez o que tinha que fazer, e não deu nenhuma satisfação a esta Casa. Se dissermos “não”, o que vai acontecer? A Caixa vai devolver as pedras preciosas? Qual seria o significado do voto “não”? O que aconteceria?

O Governo determinou e a Caixa Econômica Federal fez sem dar nenhuma satisfação ao Congresso Nacional. Uma matéria dessa natureza, uma matéria desse significado, uma matéria dessa importância, que visa, de um lado, os mineradores, de outro, os contrabandistas e, de outro, a possibilidade de encontrar uma fórmula certa e correta de apoiar os indígenas, é positiva. Mas será que não se confia no Congresso Nacional? Será que o Congresso Nacional não tem condições de debater, analisar e apreciar uma matéria como esta? Será que uma matéria que vem desde 1500 é para ser votada em uma medida provisória?

Com toda sinceridade, Sr. Presidente, creio que esta é uma das matérias piores que se possa imaginar para uma medida provisória. Eles vêm de longo tempo morrendo, estão se matando há muito tempo. A matéria lá está. E agora não podemos votar contra, porque a Caixa Econômica já tem as pedras preciosas. Vai fazer o quê? Vai devolver? Estamos com os braços cruzados, estamos contra a parede. Só temos um voto, que é votar a favor. Mas voto sob protesto porque é uma matéria sobre a qual o Governo Federal podia mandar o projeto de lei, podia pedir urgência, podia pedir que votássemos com a urgência necessária. Medida provisória para esta matéria, sinceramente... Voto a favor, sob protesto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^ª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, por mais que haja divergências a respeito da Medida Provisória, especialmente pelo fato de não se tratar de assunto de emergência e de relevância, é importante ressaltar que, no momento em que a matéria entrou em vigor, quando foi assinada pelo Presidente da República, ocorreu algo que até agora não citamos na discussão de sua necessidade.

No final do ano passado, aprovamos, no plenário do Senador Federal, lei que concedeu ao Brasil o direito de emitir certificados do Processo de Kimberley, entidade internacional que atesta a origem das pedras preciosas. Assim sendo, os diamantes, para serem

aceitos e vendidos no mercado internacional, devem ter o certificado Kimberley, sem o qual não podem ser negociados no mercado internacional. Ora, a Caixa Econômica, ao assumir a responsabilidade de comprar esses diamantes garimpados nas terras indígenas dos Cintas-Largas, torna toda essa operação legal, do ponto de vista nacional e internacional. Se ela não procede dessa forma, resta o espaço do contrabando internacional de pedras preciosas e diamantes. Se não se pode vender para quem tem o certificado Kimberley, para quem tem capacidade e condições de fazer a venda internacional dessas pedras, resta outra solução na região: entregar essas pedras aos contrabandistas. Dessa forma, o Brasil perde milhões de dólares todos os anos, não só pelo dinheiro da venda, mas também pelos impostos que deixam de ser arrecadados devido ao contrabando dessas pedras preciosas.

E isso não ocorre apenas no Norte e no Nordeste do Brasil. O meu Estado, Minas Gerais, que é um dos maiores produtores mundiais de pedras preciosas, lamentavelmente, passa por situação idêntica, na medida em que nós não temos a estrutura necessária para fazer valer a riqueza do solo de Minas Gerais. Por exemplo, há anos se discute a instalação, em Minas Gerais, de uma zona de processamento de exportação de pedras preciosas na região de Teófilo Otoni. Há 15 anos se discute a instalação dessa zona de processamento de exportação na região do garimpo, na região da produção de pedras preciosas do meu Estado, mas, infelizmente, até hoje, não se chegou a uma decisão definitiva. Cabe uma medida provisória tão boa quanto esta, que resolve o problema dos diamantes dos índios, para resolver também a questão da exportação de pedras preciosas em Minas Gerais.

Queremos evitar o contrabando, a fim de que o índio não seja manipulado, nem enganado por aqueles que estão na região pegando suas pedras e seus diamantes, passando-os pela fronteira do Brasil para os países limítrofes, para obter lucros extraordinários lá fora.

Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, temos que ver esta medida provisória também pelo lado positivo, o quanto acrescentará à indústria. E não existe alternativa. Por isso, Sr. Presidente, o PMDB encaminha favoravelmente a esta matéria e convoca todos os Srs. e Sr^ªs Senadores para que compareçam ao plenário a fim de votarmos “sim” a esta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixarei registrados na Casa alguns depoimentos, já publicados em jornais, de famílias indígenas que tiveram suas crianças mortas pela fome.

Uma mãe disse assim:

Minha filha era alegrinha, não era para ter morrido.

O que matou minha filha foi a miséria e a pobreza. Ela nasceu de parto normal, com mais de três quilos. Mamava muito, era alegrinha, não era para ter morrido. Quando completou 5 meses, começou a ter diarreia. Eu a levava no postinho todo dia, eles davam soro, pesavam, mas não adiantava. Ela ficou magrinha. Levei para o Hospital da Mulher. Ficou internada sete dias, mas mandaram para o hospital da missão (Centro de Recuperação de Desnutridos). Quando ela melhorou e passou a mamar bem, voltamos para casa, mas ela piorou. Eu dava remédio, caldo de mandioca, ela só piorava. Voltou para o Hospital da Mulher. Eu pedi para deixar ela lá, porque em casa não tem cama, não tem nada. Ficou lá com o pai, porque eu precisava cuidar dos outros meninos. Logo, o pessoal da Funasa foi me avisar que ela tinha morrido. Disseram que eu não cuidava direito. Dei o leite do peito, dei caldo de mandioca e de feijão, mas não adiantou.

Sobre a morte de outra criança indígena, assassinada pela fome, pela miséria, pela ausência de políticas públicas e pelo desrespeito ao que foi conquistado em relação aos direitos dos povos indígenas e o que está na legislação em vigor no País:

O corpinho foi enterrado no quintal. Ao pé da cruz de bambu, enfeitada com uma flor de quiabo, a mãe pôs um saco plástico com a mamadeira e os vidros de remédios dados a Kelly [sua filha].

O depoimento da mãe:

O povo da cidade não ajuda. Meu marido faz servicinhos aqui e ali. A cesta que o Governo dá não dura dez dias. As crianças reclamam de fome, a barriga dói.

Outro diz:

A Funai e a Funasa não fazem nada. Os números reais foram escondidos e mais crianças morrerão enquanto alguém não for responsabilizado.

Outro expressa o sentimento de hostilidade, comum por parte de muitas populações que convivem com os povos indígenas:

Eles ganharam as terras, mas não trabalham, vivem bêbados. Não querem que o branco se intrometa no território deles, mas na hora que a coisa aperta querem socorro?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para deixar registrados nesta Casa alguns relatos que certamente se tornarão palavras vazias, soltas ao vento porque, infelizmente, o Poder Público é assim: se houver um assassinato, uma criança morta de fome no sertão de Alagoas, no Maranhão ou onde quer que seja no Nordeste brasileiro, ou numa periferia do Rio Grande do Sul ou do Norte do País, imediatamente os jornais publicam a notícia; o Governo vai ao local e faz alguma ação demagógica para calar a opinião pública e dar satisfação à comunidade internacional. Depois a situação se acalma, e a mecânica da vida, como dizia Fernando Pessoa, faz todos nós esquecermos a dor, as lágrimas e o sofrimento derramados por essas mães que perderam suas crianças índias e muitas outras mães que perdem suas crianças pelo narcotráfico, pela miséria, pelo desemprego e pelo sofrimento.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação as Emendas de nºs 1 a 7, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República.

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 225, DE 2004

Autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Caixa Econômica Federal fica autorizada, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar em hasta pública os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, observados os procedimentos já praticados por aquela entidade.

§ 1º O procedimento de arrecadação terá a duração de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Lei, e restringir-se-á aos diamantes brutos já extraídos pelos indígenas Cintas-Largas habitantes das áreas mencionadas no caput deste artigo.

§ 2º A entrega dos diamantes à Caixa Econômica Federal poderá ser efetuada diretamente pelos indígenas mencionados no caput deste artigo ou por intermédio de suas associações.

Art. 2º Os diamantes brutos de que trata esta Lei serão, em ato contínuo ao da entrega e no local da arrecadação, submetidos a exame pericial pela Caixa Econômica Federal, que emitirá recibo em nome do indígena ou da associação.

§ 1º O recibo de que trata o caput deste artigo, a ser emitido em documento próprio, conterà, necessariamente, a quantidade e as características do produto arrecadado, que deverá ser apresentado no momento do recebimento do valor apurado em hasta pública.

§ 2º O transporte dos diamantes brutos será efetuado pelos Departamentos de Polícia Federal e Rodoviário Federal até a unidade da Caixa Econômica Federal indicada para receber os diamantes, proceder às avaliações e aliená-los em hasta pública.

§ 3º Nas avaliações, serão considerados os preços para fins de liquidez imediata, conforme tabelas utilizadas pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º O valor obtido com a alienação dos diamantes brutos em hasta pública e o adiantamento efetuado serão depositados em conta individual ou conjunta, solidária ou não solidária, a ser indicada pelos indígenas ou suas associações, diretamente à Caixa Econômica Federal, descontados os custos operacionais, tarifas e encargos a ela devidos e os tributos e preços públicos incidentes.

§ 1º Do valor final a ser depositado deverão ser descontados o adiantamento e respectivos encargos financeiros, quando houver, os custos operacionais, tarifas e encargos devidos decorrentes do procedimento, e os tributos e preços públicos incidentes.

§ 2º Caso a arrecadação seja insuficiente para cobrir os custos operacionais a cargo da Caixa Econômica Federal, a União ressarcirá as referidas despesas.

Art. 4º A Caixa Econômica Federal fica autorizada a contratar leiloeiro público para realização, em suas de-

pendências, da alienação de que trata esta Lei, em data e local a serem amplamente divulgados.

Parágrafo único. A alienação dependerá das condições de mercado, podendo ser efetuada em 1 (um) ou mais leilões, a critério da Caixa Econômica Federal.

Art. 5º No procedimento de arrecadação, transporte e alienação de diamantes brutos, os indígenas serão assistidos pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que também apoiará a aplicação dos recursos auferidos em projetos e iniciativas comunitárias a serem desenvolvidos nas comunidades indígenas Cintas-Largas.

Art. 6º O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM fica autorizado a emitir certificado de Kimberley, instituído pela Lei nº 10.743, de 9 de outubro de 2003, em favor dos adquirentes de diamantes brutos realizadas em hasta pública, referidos nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT - AC)
- Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças no sentido da apreciação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005, constante do item 2 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, todas as demais deliberações legislativas ficarão sobrestadas.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (pro-

veniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista

captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).*

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças, tendo*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família*.

11

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

12

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

13

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

14

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

15

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

16

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide,

solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana,

solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 91, DE 2005

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 96, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Eli Loria.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 08 de março de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Valdir Raupp sobre a Mensagem nº 96, de 2005, opina pela APROVAÇÃO da indicação do Senhor PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por 15 votos favoráveis, 01 contrário(s) e UMA ABSTENÇÃO.

Sala das Comissões em, 08 de março de 2005.

PRESIDENTE: _____

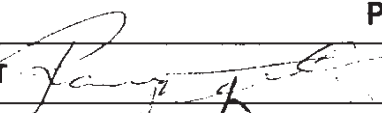
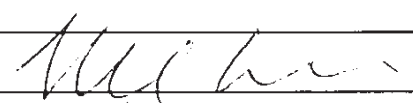
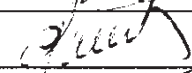


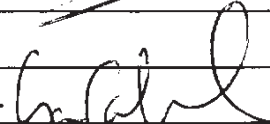
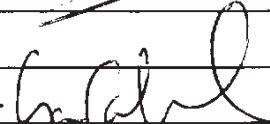
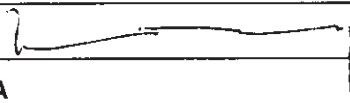



RELATOR (A): _____

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

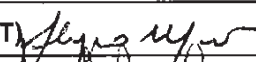
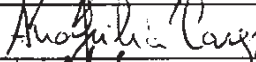

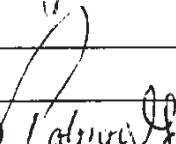
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-JOÃO RIBEIRO (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

→ (m.º 98/2005, na origem)

PMDB

RAMEZ TEBET 	1-NEY SUASSUNA 
LUIZ OTÁVIO 	2-HÉLIO COSTA 
GARIBALDI ALVES FILHO 	3-VALMIR AMARAL
ROMERO JUCÁ 	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL 	5-MÃO SANTA 
MAGUITO VILELA 	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP 	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO 	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOÍZIO MERCADANTE (PT) 	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) 	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS 	1- JEFFERSON PERES
--	--------------------

Atualizada em: 22/02/2005

Relatório

Relator: Senador **Valdir Raupp**

O Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Oliva Marcílio de Sousa para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na vaga do Senhor Eli Loria, cujo mandato, fixado pelo Decreto s/nº da Presidência da República, de 27 de maio de 2005, expirou em 31 de dezembro de 2004.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de Diretores e do Presidente da Comissão de Valo-

res Mobiliários, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais.

Acompanham a Mensagem o **Curriculum Vitae** do indicado e o Aviso nº 162/C.Civil, de 18 de fevereiro de 2005, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Conforme o referido currículo, o Senhor Pedro Oliva Marcílio de Sousa bacharelou-se em Direito, no ano de 1996, pela Universidade Federal da Bahia, e, desde fevereiro de 2002, é mestrando em Direito, na Universidade de São Paulo.

A experiência profissional do indicado na empresa Machado, Meter, Sendacz e Opice Advogados, inicialmente, como associado, entre janeiro de 1997 e fevereiro de 2001, e, a partir de então, como sócio, envolveu operações junto a companhias abertas, em especial na compra e venda de empresas, operações

com ações (distribuições primárias e secundárias, ofertas públicas para cancelamento de registro e aumento de participação do controlador e operações com derivativos, entre outras) e reestruturação societária de empresas.

O Senhor Pedro Oliva Marcílio de Sousa é autor dos seguintes artigos: “Ajustes necessários à nova lei das S.A.”, publicado na Gazeta Mercantil; e “As debêntures na nova lei das S.A.” e “Contradições da nova lei das S.A.”, ambos na publicação Consultor Jurídico. Além disso, proferiu palestra sobre “Divulgação de Demonstrações Financeiras: Comparação entre a Legislação Americana e Brasileira”, no 3º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, e sobre “Reforma da Lei das S.A.”, na Associação de Conselheiros Corporativos da América – Região Metropolitana de Nova Iorque, em 2001.

As informações sobre as funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do indicado, que estão de acordo com os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Encontra-se, assim, a Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Pedro Oliva Marcílio de Sousa para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para o qual foi indicado pelo Presidente da República, na vaga do Senhor Eli Loria.

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Valdir Raupp**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 131, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1 – É de nosso conhecimento que, no segundo semestre de 2003, a Comissão de Valores Mobiliários procedeu ao acompanhamento das movimentações de compra e venda de cotas do Clube de Investimentos da Vale do Rio Doce, o INVESTVALE, um clube de investimento dos funcionários da referida companhia. Nesse processo, a CVM realizou investigações e análises sobre a regularidade

de dos procedimentos levados a efeito para essas alienações? A que conclusões a CVM chegou sobre essas operações de compra e de venda de ativos? Foram investigados indícios de vazamento de informações privilegiadas que, possivelmente, teriam sido utilizadas pelos administradores do referido clube para comprar cotas?

2 – No entendimento daquela comissão, esse aumento de movimentação de compra e venda de cotas, previamente à decisão de alienação de parte do capital da empresa ao BNDESPAR, pode ser considerada normal? Não implicaram prejuízos aos empregados que venderam suas posições antes da decisão de transferência ao BNDESPAR, verificada num momento imediatamente posterior?

3 – É de nosso conhecimento, também por meio de informações veiculadas pela imprensa, que a CVM, após o trabalho de investigação realizado, decidiu pela abertura de inquérito para apurar suspeitas de irregularidades na venda, pelo InvestVale, de parte de sua fatia no grupo controlador da mineradora. Foram encontrados indícios de irregularidade praticada pelos diretores do clube nessas movimentações? Em decorrência desse inquérito, a CVM decidiu pela abertura de algum procedimento ou processo administrativo? Qual o espectro de sua apuração? Que medidas ou iniciativas punitivas e/ou reguladoras foram já adotadas?

Justificação

Diversas têm sido as dúvidas e os questionamentos sobre a recente movimentação de compra e venda de cotas do Clube de Investimento dos Funcionários da Companhia Vale do Rio Doce – INVESTVALE, que detém parcela do capital da companhia. Vêm sendo veiculadas na imprensa informações sobre possível ocorrência de utilização de informação privilegiada, sobretudo pelos administradores desse clube, para a aquisição dessas cotas, o que teria ocasionado prejuízos aos empregados que venderam suas posições antes da decisão de sua transferência ao BNDESPAR, verificada num momento imediatamente posterior à referida movimentação.

Informa-se, também, que a Comissão de Valores Mobiliários, órgão responsável, dentre outras funções, pela normatização e fiscalização do mercado de valores mobiliários, teria procedido a investigações sobre esse processo, e, em decorrência, decidido pela abertura de inquérito para apurar suspeitas de irregularidades na

venda, pelo InvestVale, de parte de sua fatia no grupo controlador da mineradora.

O Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, consoante o disposto na Constituição Federal acerca de sua competência fiscalizadora, dentre outras, e da plena necessidade de conhecimento de qualquer assunto de interesse nacional, necessita ter ciência de informações relativas a essas movimentações, em particular sobre os resultados e conclusões advindas das investigações e do inquérito promovido pela CVM, para que possa, com oportunidade e pertinência, exercer sua competência fiscalizadora e legislativa.

Não se encontram disponíveis no Congresso Nacional quaisquer informações que lhe permitam avaliar adequadamente a natureza e o alcance dos procedimentos e das ações adotadas pela CVM, com vistas à elucidação e correção de possíveis desequilíbrios verificados ao longo dessas movimentações de ativos.

Ciente da importância e do interesse público presente no mercado de capitais, fonte estratégica de captação de poupança do público em geral, é que requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda este pedido de informações.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Francisco Pereira.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 132, DE 2005

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto nos Atos Declaratórios nº 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, da lavra do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicados no **Diário Oficial** da União, Seção 1, de 15 de agosto de 2002 e, ainda que, a Caixa Econômica Federal é empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, as seguintes informações:

1. Quais as providências administrativas adotadas pela Diretoria da Caixa Econômica Federal (CEF) para dar efetividade aos termos do disposto nos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, da lavra do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicados no **Diário Oficial da União**, Seção 1, de 15 de agosto de 2002?

2. A Caixa Econômica Federal continua adotando a sistemática de proceder à retenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre as verbas recebidas a título de férias não gozadas por necessidade de serviço; verbas decorrentes de licença-prêmio não

gozadas; e verbas decorrentes de assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para tratar de interesse particular (APIP), relativamente a seus empregados?

3. Qual é a posição da Assessoria Jurídica da Caixa Econômica Federal sobre o cumprimento dos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, antes referidos, no âmbito da administração de Recursos Humanos da CEF?

4. Informar se existe contencioso judicial em face da Caixa Econômica Federal, reclamando o cumprimento dos Atos Declaratórios anteriormente referidos, enumerando a posição judicial adotada pela CEF.

5. A Diretoria da CEF solicitou ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Secretaria da Receita Federal instruções para aplicação, em relação aos seus empregados, do disposto nos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002?

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Francisco Pereira.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 133, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Sr. Pascal Lamy, ex-Comissário Europeu para o Comércio e atual candidato à direção-geral da OMC, por suas declarações no sentido de que as florestas tropicais sejam consideradas “bens públicos mundiais”.

Justificação

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil, considerando que a soberania nacional é princípio basilar da ordem jurídico-política da nossa república;

Ressaltando que o Brasil vem se destacando na luta internacional por um ambiente equilibrado, tendo ratificado instrumentos jurídicos importantes para este fim, como a Convenção sobre a Biodiversidade e o Protocolo de Quioto;

Salientando que o Brasil coopera ativamente com muitos outros países, no sentido de desenvolver pro-

jetos de manutenção e de exploração ambientalmente sustentável de suas florestas;

Lembrando que muitos países desenvolvidos que hoje se preocupam com o futuro das florestas tropicais foram responsáveis pela destruição quase que completa das florestas temperadas; Considerando que todas as nações têm direito ao desenvolvimento e à exploração soberana de seus recursos naturais;

Conscientes de que a floresta amazônica concentra boa parte da biodiversidade mundial e desempenha papel de grande relevância no ciclo do carbono, e que, portanto, tem de ser explorada de forma racional; e

Certos de que o Brasil saberá sempre conciliar o desenvolvimento econômico tão necessário ao bem-estar de sua população com o imprescindível respeito ao meio ambiente;

Repudiamos as declarações do Sr. Pascal Lamy, ex-Comissário Europeu para o Comércio e atual candidato à direção-geral da OMC, no sentido de que as florestas tropicais sejam consideradas bens públicos mundiais.

Consideramos, ademais, que as declarações do Sr. Pascal Lamy manifestam flagrante desrespeito pela soberania das nações em desenvolvimento, as quais compõem a maioria dos membros da OMC, organismo multilateral que ele aspira a presidir.

Sala das Sessões, 8 de março de 2005. – **Aloizio Mercadante**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nos termos do art. 223, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de receber comunicação da central da Vivo que o meu telefone foi clonado às 17 horas. Estou aqui desde as 14 horas e 30 minutos. Da mesma forma, o telefone do Senador Eduardo Azeredo foi clonado aqui dentro. São dois telefones clonados aqui agora à tarde. Não sei se há mais algum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa encaminhará a reclamação de V. Ex^a à Diretoria Geral do Senado para as providências pertinentes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer minha inscrição pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será inscrito. A Mesa aguarda a delegação formal da inscrição.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de comunicar que está em tramitação nesta Casa medida provisória concernente à extensão do microcrédito a organizações não-governamentais.

Eu havia encaminhado um requerimento, pedindo ao Governo Federal que enviasse informações sobre a atuação do Banco Popular, o Banco do Povo, criado pelo Governo Federal há cerca de um ano. Entendo que essas informações são fundamentais para que possamos discutir a medida provisória ora em tramitação.

As informações não vieram. O requerimento está nas mãos do Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos Magalhães, e deverá ser votado amanhã. Atendendo, no entanto, a uma solicitação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, pedimos ao Presidente da CCJ a retirada de pauta desse requerimento, uma vez que o nobre Líder se comprometeu a nos trazer, amanhã à tarde, todas as informações sobre o funcionamento do Banco Popular, bem como a relação entre o funcionamento dele e o microcrédito, que, segundo a medida provisória, será estendido às ONGs. Tomo essa iniciativa no sentido de atender ao apelo do Senador Aloizio Mercadante, mas ressaltando que as informações são fundamentais para que votemos a medida provisória com a isenção necessária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está feito o registro de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Tasso Jereissati pela atitude. Gostaria também de elogiar publicamente o interesse de S. Ex^a, que, durante a aprecia-

ção de matérias complexas, tem-se empenhado em discuti-las com profundidade, com transparência, com consistência, com o fim de aprimorá-las.

Essa é a atitude que a Oposição deve ter, e deve ser também a posição do Governo. Portanto, vamos oferecer todas as informações que forem necessárias. Se elas não forem satisfatórias para a compreensão da medida provisória e o Senado tiver que promover alterações, nós as faremos, como fizemos em todos os outros projetos de lei, para ter a segurança de que aprovaremos um instrumento que, de fato, estimule o microcrédito.

O Brasil tem nessa modalidade uma franja muito pequena do volume geral de créditos. Esse é um instrumento que evoluiu muito, especialmente em países onde a economia informal, as desigualdades e a pobreza são muito acentuadas. É um instrumento produtivo de inclusão, mas vamos analisar o mérito. Se houver questão pendente, negociaremos com tranquilidade, no tempo que for necessário.

Portanto, não há nenhuma urgência, nenhum atropelo para aprovar essa medida provisória antes de uma negociação transparente e consistente. Espero que ela seja aprovada como ocorreu no passado com o projeto de biossegurança, cuja aprovação parecia difícil, mas foi aprovado na Câmara por 414 votos, quase por unanimidade. O mesmo aconteceu com o projeto de lei de falências e com o projeto das PPPs, todos aprovados por unanimidade na Câmara, tendo sido reconhecido o trabalho feito pelo Senado. Este é o espírito: ajudar no aprimoramento das iniciativas.

Então, vamos discutir a matéria. O Senador Romeu Tuma também demonstrou interesse por ela, e está convidado a comparecer ao gabinete da Liderança do Governo amanhã, às 16 horas, para iniciarmos a negociação desse projeto de lei. Qualquer Senador que tenha interesse em debater o microcrédito está convidado a comparecer ao meu gabinete, repito, para ter acesso a todas as informações e para, juntamente com os técnicos, começarmos a aprimorar o referido projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, como Líder, por vinte minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno.

Pela ordem, antes, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho em mão alguns projetos, inclusive o da Sudene, para receber o parecer na Comissão de Constituição e Justiça. Hoje haverá reunião na Comis-

são de Desenvolvimento Regional, com a presença do Ministro Ciro Gomes. Nesse caso, é muito mais lógico a Comissão de Desenvolvimento Regional falar antes da CCJ. Daí por que, com a aquiescência de V. Ex^a e da Mesa, amanhã vou passar para a Comissão de Desenvolvimento Regional não só o processo como também o meu parecer. Se alguma coisa puder ser aproveitada na Comissão, muito bem; se não, evidentemente, não o faremos. É indispensável que a Comissão de Desenvolvimento fale antes de nós, porque ela é apropriada para isso.

Se V. Ex^a me der esse apoio, ficarei muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa está concluindo o levantamento de todos os projetos que estão sendo distribuídos para as Comissões e está atenta à manifestação de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Então, nesse caso, já posso enviar o processo amanhã à Comissão de Desenvolvimento Regional?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– No momento, não há nenhuma objeção da Mesa com relação à atitude de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre essa matéria. Apresentei requerimento sobre essa matéria e algumas outras que tramitam na CAE e na CCJ que dizem respeito à Comissão de Desenvolvimento Regional ou à Comissão de Agricultura.

Tendo em vista que foram criadas duas novas comissões – e esse é um projeto fundamental para o debate sobre o desenvolvimento regional –, acho muito providente essa iniciativa, e até iríamos sugerir-la amanhã na reunião. De nossa parte, há total acordo para que a Comissão de Desenvolvimento Regional dê parecer antes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que dará o parecer final, como é próprio na apreciação de matérias dessa natureza. Penso que a Comissão de Desenvolvimento Regional tem que avocar a si todos os projetos que dizem respeito a temas de desenvolvimento regional, e a Mesa tem que encaminhá-los. A Comissão deve dar seu parecer de mérito antes de qualquer outra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Com o apoio de V. Ex^a e do Presidente Tião Viana, amanhã enviarei o processo à Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de tratar algumas questões relativas ao Senado Federal.

Há uma interpretação apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que diz respeito ao processo de votação de projetos terminativos quando a pauta do Plenário está trancada.

Sr. Presidente, antes de fazer meu pronunciamento, quero saudar o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que tem tratado também de temas de desenvolvimento regional. Há uma parceria cearense entre a Comissão do Senado e o Ministério. Quero saudar esse homem público exemplar, que deu grande contribuição ao País e agora desempenha função bastante relevante no âmbito desse Ministério. S. Ex^a vai participar hoje de uma audiência pública inaugural dos trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Regional. Quero parabenizar, portanto, em nome do Governo, o Ministro Ciro Gomes, presente neste plenário.

Retomo a reflexão, chamando a atenção dos Senadores. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania amparada regimentalmente, na minha opinião entendeu que poderia votar projetos de caráter terminativo mesmo com a pauta do Plenário trancada, porque esses projetos só seriam encaminhados à Mesa após a votação da matéria que estaria trancando a pauta. Então, a matéria fica depositada no âmbito da Comissão, em caráter terminativo, mas não se conclui a tramitação da matéria, que só se encerra quando for apresentada à Mesa. Trata-se de alteração da prática que tínhamos até então. De qualquer forma, parece-me uma boa sugestão para estimular o trabalho das Comissões e evitar o trancamento da pauta em todas as instâncias da Casa.

Acordamos com o Presidente Renan Calheiros fazer uma reunião dos Líderes da Casa, com a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, exatamente para falar sobre esse procedimento e chegarmos a uma interpretação que nos dê segurança.

Contudo, tão importante ou mais importante do que essa discussão é retomarmos – e esse é o espírito da reunião de amanhã, às 16 horas –, a discussão da tramitação das medidas provisórias.

O Senado Federal não pode continuar trabalhando com o rito atual das medidas provisórias. As medidas provisórias ficam 45 dias na Câmara, são votadas com prazo vencido e, quando chegam ao plenário do Senado, trancam a pauta no mesmo dia.

Esta matéria referente a microcrédito é para ser votada depois de amanhã. Não teve uma comissão, não tem uma discussão que envolva os senadores, as lideranças ficam sobrecarregadas. É muito difícil analisarmos o mérito da matéria em plenário sem um processo de consulta e aprofundamento.

Aquela sugestão – por sinal, a relatoria coube ao ex-Senador José Fogaça – alterando o rito de tramitação foi aprovada por todos os partidos. Mas me parece que está esgotado esse rito, temos que alterá-lo, e também discutir melhor a urgência e relevância no sentido de dirimir qualquer tipo de questionamento e deixar claro quais são os marcos institucionais que dão ao Governo a urgência e relevância em matéria de medida provisória.

A sugestão que trago para reflexão é que, primeiro, a matéria tramite como qualquer outra proposição legislativa. Entrou na Câmara dos Deputados, urgência e relevância têm que ser votadas na Comissão de Constituição e Justiça; e o mérito, na Comissão de Mérito; se é um tema de desenvolvimento regional, vai para a Comissão de Desenvolvimento Regional; se assuntos econômicos, vai para a CAE. Votada na comissão, é votada no plenário da Câmara e vem para o Senado, e aqui teríamos que ter um prazo semelhante à Câmara, para votar na CCJ, na Comissão de Mérito, e depois vir a plenário; só então a matéria trancaria a pauta.

A idéia de uma Comissão Mista não funcionou e não vai funcionar. Temos dez comissões. Cada Senador participa de três comissões permanentes, e temos o plenário à tarde. As comissões não se reúnem. Isso não funciona.

Uma Comissão Mista Permanente não resolve, porque a Câmara dos Deputados pode votar a matéria, mas, quando chegar ao Senado Federal, ela será alterada, como têm acontecido recorrentemente com as matérias legislativas. Então, é melhor que ela tramite nas Comissões da Câmara dos Deputados e nas Comissões do Senado Federal. Reduzimos o escopo de medidas provisórias, deixando bem clara a urgência e relevância; fazemos a discussão de mérito nas Comissões e da constitucionalidade, urgência e relevância na CCJ.

Há outras sugestões, e estamos abertos a recolhê-las. Já há uma Comissão Mista presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, o Relator é o Deputado Sigmaringa Seixas, e há um parecer básico para essa discussão.

O que peço ao Senado Federal é que nos mobilizemos para resolver a questão e dar uma solução para aprimorar essa relação, porque isso tem atravancado o processo legislativo. O Governo não tem como abdicar

desse instrumento, mas ele tem que ser bem disciplinado e tem que permitir ao Senado Federal o tempo necessário para amadurecer esse debate.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Aloizio Mercadante, folgo muito em vê-lo na tribuna tratando deste assunto, que é importantíssimo para o bom andamento dos trabalhos, não do Senado Federal, mas do Congresso Nacional. As medidas provisórias precisam ser efetivamente regulamentadas. Precisamos dizer ao Governo quais os assuntos ou quais as matérias que podem ser objeto de medida provisória. No regime autoritário, só poderiam ser objeto de decreto-lei, que a medida provisória veio substituir, matérias de origem financeira. O Executivo não pode chamar para si toda essa matéria legislativa que está tramitando. Hoje estamos vendo o enfraquecimento do Poder Legislativo, pois o Poder Executivo está legislando por força das medidas provisórias, e não há limite nisso. É muito difícil discutir o que é urgência e o que é relevância. Se se delimitasse, por exemplo, que em matérias tributárias e financeiras cabe medida provisória, com relação às outras matérias o Governo tomaria providências por meio de um projeto de lei remetido para cá em caráter de urgência, por exemplo. Se nós não fizermos isso e deixarmos a medida provisória ao talante do Poder Executivo, estaremos enfraquecendo cada vez mais o Poder Legislativo, que precisa ser fortalecido, sob pena de ficarmos aqui trabalhando para o Poder Executivo e não para o País, porque, às vezes, o Executivo está distanciado do País. Muitas vezes acontece isso. Somos responsáveis pelas leis, mas estamos perdendo o nosso poder de legislar. Eu vou encerrar, dizendo a V. Ex^a que não precisa nem fazer estatística, pois 95% das matérias aprovadas pelo Poder Legislativo têm origem no Poder Executivo. Então, eu louvo a iniciativa de V. Ex^a para discutirmos em profundidade esta matéria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Nós não podemos fugir do debate.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Ouçõ o aparte do Senador Arthur Virgílio

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Líder Aloizio Mercadante, para começar, eu coloco as vantagens do instrumento da medida provisória. Por exemplo, para enfrentar um ataque especulativo à moeda brasileira, é fundamental que o Governo tenha um instrumento de dissuasão. É essencial, então, que não eliminemos a medida provisória; quem sabe, um dia, até a substituamos por algo parecido. Mas, desarmar o Governo de algo que possa propiciar-lhe uma atitude

de pronta diante, repito, de um ataque especulativo à moeda não seria de bom senso. Entendo que cerca de 40% das medidas provisórias são importantes e merecem esse título, 30% são lixo puro e 30% são matérias relevantes, que poderiam vir sob a forma de projeto de lei e poderiam ser trabalhadas com toda a responsabilidade por um Congresso que analisaria de maneira mais complexa a questão. Por outro lado, é preciso tomarmos um conjunto de atitudes. O Presidente teria que se imbuir da necessidade de, nesta fase, já a partir de agora, restringir o uso de medidas provisórias àquelas essencialíssimas. Já nos ajudaria. Em segundo lugar, V. Ex^a diz bem, delimitaríamos o campo, o que poderia ser objeto de medida provisória ou não – por exemplo, matéria financeira, sem dúvida. O que mais? Veríamos isso em conjunto. Terceiro, teríamos que buscar um consenso efetivo do Congresso Nacional. Não quero mais falar do passado, sobre quem estava certo ou não. V. Ex^a se lembra – eu era seu colega – de que fui à tribuna da Câmara advertir para o fato de que haveria problemas num futuro próximo, fosse qual fosse o governo a ser eleito, caso se mantivesse esse rito. Mas vejo que temos que chegar a um consenso efetivo. Nada que signifique casuismo, esperteza, um grupo tentando levar vantagem sobre outro, porque todos temos que ter interesse no funcionamento pleno e ótimo do Congresso Nacional. Então, casuismo não. Teremos que fazer, portanto, um apanhado de idéias que resultem em uma solução efetiva. O Senador Antonio Carlos Magalhães está fazendo um trabalho que, pelas informações que me chegam, é um trabalho denso, consistente e que haverá de contribuir muito para que tenhamos essa saída. O discurso de V. Ex^a é oportuno e V. Ex^a depara com um momento histórico muito feliz. Tem V. Ex^a pressa de ver votadas as matérias de interesse do Governo, muitas delas do interesse da Nação, e depara com uma Oposição que não quer o contrário, que não quer diferente, que quer travar a luta eleitoral no momento próprio, mas que não está tentando estabelecer nada parecido com quanto pior melhor, porque separa muito bem a luta política dura, a fiscalização intensa, da necessidade de ver o País funcionando. E temos que ver a forma otimizada de chegar a esse funcionamento. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento que profere nesta Casa, neste momento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Arthur Virgílio, eu queria destacar que o Senado Federal tem dado à Nação um grande exemplo de maturidade política ao conseguir separar o embate duro de Plenário, que é uma dimensão fundamental da vida democrática – as discussões, o enfrentamento partidário, político, ideológico, programático de políticas

públicas –, da função fundamental para a qual o povo nos colocou aqui, que é legislar. Os melhores projetos de lei do País têm nascido deste Plenário. Nós temos mexido em leis que há trinta, quarenta, cinquenta anos não eram enfrentadas, como por exemplo a Lei de Falências, e conseguido aprovar praticamente por unanimidade na Câmara e no Senado. Fizemos isso com a reforma do Judiciário, com o projeto de biossegurança, com o projeto de PPP, com a reforma tributária; e fizemos isso com a reforma da Previdência, porque a Oposição achava que nós não encaminharíamos a PEC da Previdência, a PEC paralela, e ela foi votada no Senado, foi votada em primeiro turno na Câmara.

Quero aqui fazer um apelo público para que a Câmara dos Deputados vote o segundo turno da PEC Paralela; para que ela conclua esse ciclo e se debruce, este semestre, sobre a reforma tributária, porque a reforma tributária também vai permitir aos prefeitos que aqui estão ampliar o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Desenvolvimento Regional; acabar com a guerra fiscal, ampliar a base de arrecadação; e, na minha visão, reduzir a carga tributária no País.

Por isso, o Senado tem dado uma grande demonstração. É em função dessa qualidade do debate político que acho que temos de resolver, definitivamente, essa questão da tramitação das medidas provisórias.

E passo a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem sido, realmente, uma figura importante para o entendimento e as votações no Senado. Eu sei o quanto isso custa a V. Ex^a. Aliás, V. Ex^a está perdendo Ministério para poder estar aqui, servindo à coletividade no Senado, estabelecendo acordos, porque V. Ex^a, inteligente como é, já viu que essa é a melhor maneira, realmente, de o Senado funcionar. Ninguém leva na “bruta”, mas todos levam de acordo com a razão, que V. Ex^a sempre faz prevalecer. Quero apenas dizer a V. Ex^a que essa reunião é importantíssima para todos nós. *(Toca o celular do Senador)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Senador está com uma banda de música no bolso, melhor do que aquela acústica que tivemos ontem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Estou dizendo a V. Ex^a que realmente essa reunião amanhã com os Líderes vai traçar dois pontos importantes: projetos terminativos e medidas provisórias, que em alguns casos se confundem, como S. Ex^a disse hoje. Mas é preciso chegar imediatamente a uma solução. O Senado não pode ficar com sua pauta trancada por tanto tempo. Não queremos prejudicar o Governo. Ao contrário, queremos ajudá-lo na medida do possível. Mas não queremos que o Governo legisle, pois essa é

função nossa. V. Ex^a, sendo como é um homem compreensivo, um membro do Legislativo e que já foi da Oposição, sabe muito bem que é indispensável amanhã essa reunião com o Presidente Renan Calheiros. Se possível, V. Ex^a poderá até convocar, da tribuna, todas as Lideranças para o encontro. Desse encontro, tenho certeza, sairão soluções importantes para o funcionamento desta Casa e da Câmara dos Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de agradecer, Senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo que tenho certeza de que encontraremos um equilíbrio e uma resposta satisfatória para a tramitação das medidas provisórias.

Com a votação da Lei de Biossegurança e aprovação do projeto do Senado da Lei de Falências e das PPPs, resta à Câmara, para concluir a agenda estrutural do ano passado, aprovar agora a PEC Paralela. Faço aqui esse apelo público – e vi o Senador José Agripino colocando, mais uma vez, em nome da Oposição, a demanda pela aprovação da matéria. Quero me somar a esse esforço, que é indispensável para concluir o projeto. Apesar do grande desafio de gestão das contas da Previdência, que continua sendo o problema do déficit público primário no País, precisamos aprovar a PEC Paralela.

Antes de conceder um aparte ao Senador José Agripino, eu gostaria de fazer uma sugestão ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou encaminhar à comissão um requerimento, convidando o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Nelson Jobim, para que S. Ex^a venha apresentar as medidas que estão sendo tomadas pelo Poder Judiciário para concluir a reforma do Judiciário. Temos aproximadamente 110 dias para implantar o Conselho Superior da Magistratura e há o problema do recesso do Poder Judiciário, o problema do Conselho Superior do Ministério Público, a questão das Defensorias Públicas obrigatórias, a questão dos concursos unificados para juiz e a questão da quarentena do juiz. Enfim, todas as definições constitucionais precisam agora ganhar vida e se transformarem em mudanças para mais qualidade no Poder Judiciário. O Ministro Nelson Jobim foi uma figura fundamental na reforma do Judiciário. Penso que terá um papel destacado no equilíbrio e na harmonia dos Poderes e na conclusão desse trabalho que foi iniciado. Portanto, apresentarei, amanhã, um requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pedindo uma audiência pública com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, grande jurista e grande homem público, para que possamos também concluir a reforma do Judiciário. Além do mais, existem vinte projetos de lei infraconstitucio-

nais que tratam da tramitação do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal.

Então, no Senado Federal, com essas matérias e a tramitação do Orçamento, para o qual já está sendo instituída uma comissão mista, vamos dar um grande salto de qualidade, do ponto de vista do funcionamento de matérias que são indispensáveis à relação, à independência e à harmonia entre os Poderes.

Por favor, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, temos tido muitas disputas às vezes até ácidas, mas reconheço em V. Ex^a um Parlamentar de boa qualidade e um brasileiro que merece respeito. Entre as nossas disputas, dois fatores têm sido dogmas que não dispensamos: cumprimento de acordos e funcionamento do Senado. Quando em dúvida a opinião pública sobre o fato de o Senado estar cumprindo ou não a sua obrigação e se esta Casa merece ou não respeito, nós nos unimos. Assim, fazendo acordos, foi para votar a quebra de interstício, a Lei de Falências, a Lei de Biossegurança, a reforma tributária e a reforma da Previdência, mostrando-se ao País que, na hora do entendimento, a civilidade existe e o interesse público impera. A mesma situação ocorre no cumprimento de acordos. Eu, como V. Ex^a, quando fazemos um acordo, sempre o cumprimos independentemente do que aconteça. Para que continue agindo desse modo, precisamos encontrar uma saída para o nó górdio que está obstruindo permanentemente. A tramitação de medida provisória é uma doença endêmica nas relações congressuais. Tenho um pensamento e já o disse a V. Ex^a: a equação desse problema, entregue ao Senador Antonio Carlos Magalhães, é uma garantia de perspectiva positiva de atingimento de objetivos. O referido Senador – homem cheio de virtudes e alguns defeitos – é um obstinado e um administrador de competência indubitável. Ele obterá uma proposta nessa reunião de Líderes, que tem esse objetivo. Tenho certeza de que ele será um bom formulador e encaminhador daquilo que viemos pensar como consenso. Folgo em ouvir de V. Ex^a a conclamação à votação da PEC Paralela, que é um compromisso nosso pendente. Só falta ouvir a manifestação de V. Ex^a com relação à PEC da reforma tributária, onde dois pontos são muito esperados pelos Municípios, cujos Prefeitos estão em Brasília, que é o 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Desenvolvimento Regional. As duas matérias estão incluídas na reforma tributária, que espero ver apreciadas e aprovadas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.) – Quero agradecer as palavras do Líder José Agripino e dizer que para mim tem sido uma honra a convivência fraterna, respeitosa e construtiva que temos nesta Casa. Tenho certeza de que vamos chegar a um acordo sobre as medidas provisórias.

A Câmara vem votando as matérias, com um certo atraso, e vem reconhecendo o trabalho do Senado Federal. A Câmara tem aprovado as matérias que elaboramos praticamente sem alteração. E acho que votará seguramente a PEC Paralela.

Penso que seja indispensável a reforma tributária, que não é uma reforma para o Estado, mas para a sociedade. O que construímos aqui no Senado Federal foi exatamente a simplificação dos tributos. Caminhamos na direção de um único imposto sobre o valor adicionado, que é o IVA.

A etapa seguinte agora é a unificação do ICMS. Em vez de 28 códigos tributários, teríamos um único código tributário. Em vez de 44 alíquotas, teríamos cinco alíquotas. Essa unificação do ICMS vai viabilizar o Fundo de Participação dos Municípios – colocamos um aumento de recursos para os Municípios. E o Fundo de Desenvolvimento Regional vai substituir a guerra fiscal, porque ao passar da origem para o destino estamos eliminando definitivamente a guerra fiscal no País e criando um novo marco no pacto federativo, recompondo a relação entre União, Estados e Municípios e, sobretudo, melhorando a vida da sociedade.

Na reforma tributária, por exemplo, alimentos, energia de baixa renda e medicamentos terão alíquota zero e reduzirão portanto a carga fiscal para os que menos têm. Por tudo isso, faço novamente desta tribuna um apelo aos empresários, aos técnicos, às Lideranças, aos Partidos, mas sobretudo à Câmara dos Deputados, para que aprove neste semestre a reforma tributária, que é indispensável ao desenvolvimento e ao progresso do Brasil. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a está inscrito em terceiro lugar e falará intercalado com os outros oradores.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos, em nome da Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu pronunciamento de hoje não poderia ser diferente do que prestar uma homenagem especial às mulheres brasileiras, notadamente às mulheres da Amazônia e às mulheres do meu Estado. Obviamente que toda mulher, seja uma filha, neta, mãe, avó...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, peço apenas licença para que a Mesa possa prorrogar o tempo do Expediente por 10 minutos. Nós terminaremos a sessão às 18 horas e 40 minutos, para que V. Ex^a possa falar e, no máximo, outro orador. Depois não teremos mais condição de dar continuidade à sessão.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Como estava dizendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero prestar homenagem à mulher brasileira, mas, muito especialmente, à mulher da Amazônia e à mulher do meu Estado, porque, se ser mulher no Sul e no Sudeste é difícil, imaginem ser mulher, ser mãe, ser avó na Amazônia, naqueles distantes rincões do Brasil, que muitos chamam de grotões do País, ou de País profundo.

Mas o dia 8 de março dever servir, Sr. Presidente, de referência para uma reflexão sobre a luta das mulheres contra a desigualdade, a discriminação e a violência.

A valorização da participação das mulheres, seja na forma como expressa a sua cidadania, na política ou na própria presença cotidiana na construção de nosso Estado é indiscutível.

Essa luta passa pela inclusão no mercado de trabalho, na divisão das tarefas domésticas e até mesmo na maneira como até hoje elas são retratadas e exploradas pelos meios de comunicação.

Soma-se a isso a violência contra elas dentro e fora de casa. Esse fato aumenta a nossa responsabilidade de cumprir políticas públicas voltadas para as necessidades e direitos das mulheres, que podem ajudar a alterar suas condições de vida.

Só para se ter idéia da importância das mulheres, basta saber que elas representam, segundo o Censo de 2000, mais da metade da população brasileira.

Hoje, com nível de instrução maior até do que o dos homens – 17% das mulheres têm mais de 11 anos de estudos, contra 15% dos homens –, as mulheres estão preparadas para exercer papéis de destaque e liderança na condução do Brasil ao desenvolvimento econômico e social. No entanto, até hoje, a presença feminina nos níveis de decisão mais elevados ainda é muito pequena. Para derrubar as barreiras contra a mulher, estão aí os milhões de jovens deste País, com seus modos de vida cada vez mais livres de preconceitos e discriminações.

Ao longo do Século XX, apesar de diversas etapas e resistências, as mulheres conquistaram direitos fundamentais, com a necessidade do respaldo institucional, inscrevendo na Constituição e nas leis o texto de cada vitória.

No campo político, conquistaram, além do direito do voto, a possibilidade de serem escolhidas para cargos eletivos em número cada vez maior. O direito à liberdade, à vida e o combate à discriminação. Lutaram também por um atendimento de saúde que garantisse que a opção pela maternidade fosse sustentada por uma assistência de qualidade e que pudessem acompanhar seus filhos nos primeiros quatro meses de vida, pelo menos, em tempo integral, sem prejuízo salarial e de emprego.

A legislação também avançou no que se refere à equidade dos salários entre homens e mulheres. No entanto, apesar das conquistas, entramos no século XXI com realidade e dados que nos remetem a séculos anteriores.

Mulheres ainda morrem ao dar à luz seus filhos, apanham dos companheiros como se propriedade fossem, recebem salários menores ao exercerem a mesma função de homens, empobrecem velozmente e acessam com muita dificuldade os espaços de poder.

O desprezo do Poder Público é evidente e precisa ser confrontado com coragem, tenacidade e convicção, com ampla e poderosa mobilização das mulheres e dos homens deste solidário povo brasileiro para garantirmos a igualdade social.

Sr. Presidente, gostaria também de pedir que fosse transcrito como parte integrante deste meu pronunciamento uma matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista**, do meu Estado, intitulada “Mulheres são maioria na população de RR”; um poema de autoria do poeta roraimense Raul Pinto, intitulado “Mulher: a musa universal”; e uma matéria que diz: “Mulheres ganham menos, mesmo sabendo mais e ocupando os mesmos cargos que os homens”. E mais: “Mulheres já são maioria no ensino fundamental e nas universidades, indica pesquisa do INEP”. São estas as matérias que desejo sejam parte integrante de meu pronunciamento, que tem, como disse, o escopo de homenagear todas as mulheres do Brasil, mas, especialmente, aquelas da Amazônia e do meu querido Estado de Roraima.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIA DA MULHER

Mulheres são maioria na população de RR

LOIDE GOMES

As mulheres estão dominando o mundo. Isso não é mera frase feminista na data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Em Roraima, a população é mais feminina que masculina desde 2002. A expectativa de vida delas ao nascer é maior a dos homens, elas também estudam mais e competem quase que igualmente no mercado de trabalho – apesar dos salários, ainda menores que o dos colegas masculinos. Para completar, estão assumindo a liderança das famílias.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), colhidos na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) de 2003, 18% das famílias roraimenses que vivem em área urbana são chefiadas por mulheres.

Mesmo com toda a responsabilidade da casa, ainda conseguem estudar mais que os homens. Na população acima de 15 anos, a taxa de analfabetismo é de 11,8% entre homens e de 7,6% entre as mulheres. Elas também passam mais tempo na sala de aula: 7,1 anos contra 6,3 deles.

No analfabetismo funcional, que inclui as pessoas com menos de três anos de estudo elas também dão o melhor exemplo. São 17,6% contra 24,1%. Por sinal, um índice muito bom para Roraima. O pior resultado do país, que vem do Maranhão, é mais que o dobro disso, 38,3%.

Entre a população economicamente ativa é pequena a diferença da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. É nesse campo, porém, que as disparidades entre os dois sexos aparece. Os homens trabalham mais com carteira assinada que a mulher. No trabalho por conta própria, a participação delas é quase nula.

SALÁRIO - No rendimento mensal médio, eles são os campeões. No Brasil, um homem ganha em média R\$ 785,80 enquanto que a mulher recebe apenas R\$ 547,00 exercendo a mesma função ou atividade. Roraima não poderia ser diferente. Aqui, a diferença salarial é menor por causa do serviço público, que não discrimina como a iniciativa privada. O salário médio de um trabalhador foi de R\$ 684,00 em 2003, enquanto que o da mulher ficou em R\$ 533,80.

"Isso acontece porque não se valorizou ainda o trabalho da mulher. O mercado é machista", analisa o sociólogo Vicente de Paulo Joaquim, chefe do escritório local do IBGE.

Entre as mulheres com 10 e 50 anos, 47,3% trabalham. A faixa etária de 30 a 39 anos é quem tem a maior absorção pelo mercado de trabalho. Curioso que é alto o percentual de mulheres com idade avançada que ainda estão trabalhando: 31,9%, sendo que destas, 10% já são aposentadas ou pensionistas.

O setor de serviços é o que mais absorve a mão-de-obra feminina. A indústria da construção civil é a que menos emprega. A participação delas neste setor é praticamente nula.

Mulheres já são maioria no ensino fundamental e nas universidades, indica pesquisa do INEP

09:19

Keite Camacho
Repórter da Agência Brasil

Brasília - As brasileiras já são maioria no ensino médio e na graduação do ensino superior. Também recebem a maior parte das bolsas de ensino para mestrado ou doutorado. Os dados fazem parte do estudo *Trajetória da Mulher na Educação Brasileira*, lançado pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, pelo secretário executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, e pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Eliezer Pacheco.

De acordo com o estudo, que analisou o período de 1996 a 2003, as mulheres representam 54% das matrículas do ensino médio, contra 46% dos homens. Na graduação, a diferença entre gêneros chegou a 12,8%, em 2003, contra 8,7%, em 1996. As regiões Norte e Centro-Oeste se destacam: na primeira, o crescimento passou de 3,9% para 21,2%; na segunda, de 15,8% para 19,9%.

Outro dado revela o aumento da presença feminina no corpo docente das universidades. De 1996 a 2003, o aumento do número de docentes homens (67,9%) foi superado pelo de mulheres (102,2%). O mesmo acontece quando se considera os que apresentam mestrado ou doutorado. Entre os homens, o crescimento do número de mestres ficou abaixo da média, em 106,1%, enquanto o de mulheres foi de 119,4% - mais de 7% acima da média, portanto. Ocorre o mesmo com os doutores: crescimento de 104% para mulheres e 69,2% para os homens.

"É muito importante, no que diz respeito à educação, notar o avanço das mulheres porque, na maioria dos países em desenvolvimento, o desafio é o oposto. Se tomarmos o conjunto dos países em desenvolvimento, verificamos que o desafio da inclusão das mulheres ainda é enorme. É importante para o Brasil ostentar números que demonstram que a questão da democratização do acesso, no que diz respeito a gênero, de certa forma, é uma etapa vencida", avalia o secretário executivo do MEC.

Ele chama a atenção para o fato de as estatísticas que tratam do mercado de trabalho não refletirem o quadro apresentado por esse levantamento sobre a educação formal no país. Pesquisas indicam que as mulheres têm renda 30% inferior à dos homens. Em 2003, a diferença entre os salários era de 53%. "Não estamos conseguindo traduzir no mercado de trabalho aquilo que já é realidade na educação. Isso é preocupante se associarmos a um número que demonstra que temos chefes de família mulher em número cada vez mais expressivo", destaca Haddad.

Para a ministra Nilcéa Freire, o levantamento serve como ponto de partida para realizar mudanças. "O estudo é o início de uma pesquisa para trabalhar os dados do Inep, desde a educação infantil até o doutorado, de maneira a intervir na educação, no seu

conteúdo, para que a escolaridade obtida pelas mulheres possa rebater em outras dimensões de sua vida".

Segundo a ministra, a elevada presença feminina nos níveis avançados de escolaridade se deve à disputa desigual por postos de trabalho. "Como se fosse numa corrida, numa disputa de natação. A gente não sai do mesmo patamar, a gente tem que se esforçar mais. Elas sabem que, se para um posto de trabalho se exige nível superior, se elas apenas tiverem nível superior e estiverem competindo com o homem, certamente a vaga vai para homem", afirma.

Em relação ao ensino infantil e ao fundamental, embora o número de homens matriculados seja maior que o de mulheres, o número de matrículas cresceu para ambos os gêneros no período de 1996 a 2003.

08/03/2005

TB

Materias relacionadas:

Representante do ministério da Justiça defende tratamento humanizado para as presidiárias

Irma Dorothy será homenageada pela mulheres em Recife

Mulheres realizam marcha no centro de São Luiz para reivindicar direitos

Eletronorte homenageia as mulheres por uma semana

Projeto Ana e Maria vai conscientizar jovens mães a não abandonar os estudos

Mulheres ganham menos, mesmo sabendo mais e ocupando os mesmos cargos que homens

Pronaf Mulher terá mais de R\$ 1 bilhão para safra 2004-2005

Militantes de 11 estados marcham em São Paulo pelo Dia Internacional das Mulheres

Anatel promove atividades em Brasília para homenagear a mulher

Marcha reúne em São Paulo mais de 30 mil mulheres de vários países

Mulheres ganham menos, mesmo sabendo mais e ocupando os mesmos cargos que homens

10:30

*Alessandra Bastos
Repórter da Agência Brasil*

Brasília - As mulheres estudam mais e são responsáveis financeiramente por um número cada vez maior de lares. Apesar disso, os institutos de pesquisa do país mostram que elas ainda ocupam menos postos que os homens e têm salários mais baixos, mesmo quando desempenham a mesma função. As mulheres conquistaram mais espaço, mas ainda não conseguiram vencer as desigualdades quanto a salários e cargos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) aumentou 2,5%, em 2003, contra 1,6% dos homens. A taxa de atividade feminina no mercado de trabalho, porém, permaneceu inferior à masculina, 50,7% contra 72,9%.

Pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) realizada na Grande São Paulo, mostrou que a taxa de participação das filhas no mercado de trabalho cresceu 2,5% em 2004, passando de 53,3% do total do segmento para 54,6%. As esposas aumentaram em 0,7% sua participação, passando de 55,4% para 55,8%, mas a participação das chefes de família diminuiu 1,1%, passando de 60,3% para 59,6%.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), realizado a partir dos balanços sociais anuais publicados por 253 grandes e médias empresas de todo o país entre 2000 e 2003, a proporção de mulheres em cargos de chefia praticamente não se alterou, mantendo-se em 14%.

De acordo com estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), por trás da inserção no mercado de trabalho existem, "além dos novos valores de igualdade entre os sexos, a necessidade de aumentar os rendimentos familiares, já que os trabalhadores vêm perdendo seu poder aquisitivo ao longo dos anos".

O número de mulheres empregadas em 2003 cresceu, segundo o IBGE, quatro pontos percentuais em relação a 2002, passando de 37,6% para 41,6%. No entanto, a taxa de desocupação em 2003 alcançou 9,7% com aumento em relação a 2002, em função da maior procura feminina por trabalho (12,3%), superior à dos homens em quatro pontos percentuais.

Segundo o IBGE, as mulheres têm uma média de tempo de estudo superior à dos homens. Em 2003, aproximadamente 55% das mulheres no mercado de trabalho concluíram pelo menos o ensino fundamental, enquanto 55% dos homens empregados não conseguiram terminar esse ciclo.

O aspecto positivo do nível de instrução não se reflete nos salários. Segundo a especialista regional em temas de Gênero da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), Lia Abramo, a mulher ganha 30% a menos que o homem.

O IBGE confirma que as mulheres têm salários menores em todos os níveis de escolaridade. Em 2003, os homens com até três anos de estudo recebiam, em média, um salário de R\$ 343,30 contra R\$ 211 pagos às mulheres com o mesmo nível de escolaridade. Para aqueles com grau de instrução entre oito a dez anos de estudo, o salário médio pago foi de R\$ 631,70 contra R\$ 350,60 pagos às mulheres. Acima de 11 anos, a pesquisa mostra que a relação permaneceu inalterada. As mulheres recebiam 58,6% do rendimento dos homens com a mesma escolaridade.

A pesquisa do IBGE constatou também que 49% das mulheres ganhavam até um salário mínimo de rendimento. Segundo a coordenadora do estudo, Ana Lúcia Sabóia, parte delas está em cargos domésticos ou em ocupações de serviço, como cabeleireiras, depiladoras, manicures, professoras primárias ou enfermeiras. As regiões Sul e Sudeste, consideradas as mais desenvolvidas economicamente, apresentam as maiores desigualdades nos rendimentos. Em Santa Catarina, por exemplo, a média de rendimento mensal masculina é de R\$ 985,10, e a feminina, de R\$ 583,60.

Pesquisa realizada no Distrito Federal pelo Dieese mostro que, há 13 anos, os rendimentos femininos representavam, em média, 59,8% dos ganhos masculinos. As mulheres ganhavam em média, R\$ 1.001, enquanto os homens recebiam R\$ 1.674 (59,8%). Em 2004, a situação das mulheres apresentou uma melhora e seus rendimentos passaram a representar, em média, 70,8% dos ganhos dos homens. As mulheres recebiam, em média, R\$ 1.006 enquanto os homens, R\$ 1.421. "Note-se que, no geral, não houve um aumento relevante dos rendimentos femininos, mas sim um decréscimo nos rendimentos masculinos", diz o estudo.

Apesar de ganhar menos, as mulheres já são responsáveis por 30% dos lares brasileiros, de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais de 2004 do IBGE. De 1993 a 2003, o percentual cresceu mais de 40% no Sul, a maior taxa entre as regiões brasileiras. No Nordeste e no Sudeste, o crescimento foi de 29%. A presença do cônjuge, no entanto, ainda foi um padrão dominante nos últimos dez anos. Foi destaque a redução do tamanho da família na década. A diminuição foi mais intensa no Nordeste, onde o número de filhos passou de 2,1 para 1,6.

A pesquisa do Dieese, em 2004, no Distrito Federal revelou que, quando as mulheres são chefes de família, respondem por 88,7% da renda familiar e; quando o chefe é o homem, a participação da mulher é de 43,6%. Em média, a renda feminina nos domicílios chefiados por homens em 2004 foi de R\$ 1.295, enquanto nos domicílios chefiados por mulheres, o rendimento médio foi de R\$ 1.363.

Um dos motivos para as desigualdades seria o fato de que contratar uma mulher sai mais caro para a empresa que contratar um homem. Uma pesquisa da OIT realizada em cinco países (Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai) mostrou que a afirmação não é verdadeira. Nos países pesquisados, o custo do emprego da mulher por causa dos benefícios (como licença maternidade) é em média de 2% da remuneração bruta mensal. No Brasil, é de 1,2%. Porém, esse custo não é pago pelo empregador, mas pelos sistemas de seguridade social.

Para o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB),

Carlos Alberto Ramos, especialista em estudos sobre a mulher no mercado de trabalho, a tendência brasileira é reduzir a discriminação porque o problema "é biológico, mas também cultural. No Japão, o papel da mulher na sociedade, historicamente, é a reprodução. Há países árabes onde a mulher não pode dirigir um carro. No caso do Brasil, o problema é muito mais leve que em outros países", ressalta.

Há três anos na presidência do sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, Norma Gebran Pereira, mãe de uma filha, conta que nunca sofreu discriminação na profissão ou passou por uma concorrência desleal. Para ela, "as mulheres estão passo a passo conquistando lugares e tendo oportunidade de mostrar sua capacidade e competência". Segundo ela, 90% dos engenheiros brasileiros são homens e não é fácil a luta das mulheres. "É uma jornada tripla, a gente se vira entre casa, marido, escritório e sindicato e, às vezes, se sente meio estafada, mas dá pra tocar. Os homens também estão dividindo tarefas. A luta hoje é de igual pra igual", lembra.

08/03/2005

TB

Materias relacionadas:

Representante do ministério da Justiça defende tratamento humanizado para as presidiárias

Irma Dorothy será homenageada pela mulheres em Recife

Mulheres realizam marcha no centro de São Luiz para reivindicar direitos

Eletronorte homenageia as mulheres por uma semana

Projeto Ana e Maria vai conscientizar jovens mães a não abandonar os estudos

Pronaf Mulher terá mais de R\$ 1 bilhão para safra 2004-2005

Militantes de 11 estados marcham em São Paulo pelo Dia Internacional das Mulheres

Mulheres já são maioria no ensino fundamental e nas universidades, indica pesquisa do INEP

Anatel promove atividades em Brasília para homenagear a mulher

Marcha reúne em São Paulo mais de 30 mil mulheres de vários países

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Vencendo barreiras e demonstrando garra

- VANEZA TARGINO

- A mulher já provou para a sociedade que é capaz de exercer qualquer profissão. Além de cuidar da casa e dos filhos, dar atenção ao companheiro e com uma jornada dupla de trabalho, a maioria delas enfrenta esses obstáculos diariamente. Como é o caso da roraimense, mãe de quatro filhos, a dona-de-casa e oleira Girlene Magalhães de Sousa, 26 anos.

- Ela produz por dia 1.200 tijolos, prepara a refeição para quatro crianças e quatro adultos e ainda está sempre disposta a ajudar os colegas de trabalho. Girlene estudou apenas até a 4ª série do Ensino Básico e explicou que esse trabalho foi a única oportunidade profissional que conseguiu na sua vida.

"O meu primeiro marido me trouxe para morar na Vila Vintém, comecei a ajudá-lo para melhorar a nossa renda e continuo até hoje trabalhando durante oito horas diária na produção de tijolos e fico entre o trabalho e a casa, cuidando do almoço e das crianças", lembrou.

A oleira falou que, apesar das dificuldades, gosta da profissão e consegue conciliar o seu duro trabalho com todas os serviços de casa. "Estou trabalhando há seis anos na produção de tijolos de forma artesanal e conheci o meu segundo marido aqui. Consigo conciliar tudo e faço todos os serviços de casa e diariamente estou na olaria. Obtenho por mês, em média, 300 reais", revelou.

Muito tímida, Girlene não respondeu qual o seu sonho, se ainda deseja concluir os estudos ou mudar de trabalho. Os amigos da Vila Vintém, no Município do Cantá, disseram que ela é uma boa profissional e até melhor que qualquer homem na produção de tijolos. Também revelaram que ela nunca se recusa a ajudá-los. Na vila são mais de 300 homens e apenas duas mulheres estão diariamente na dura lida da produção de tijolos.

POEMA

Mulher: a musa universal

(À mulher no seu dia internacional)

Observo: “Sem ti, a vida seria tediosa,

A lua, massa erma; a rosa, obscura...

Ou talvez (é fantástico, admito)

Uma alcova fragilmente tecida: pó ao tempo, e só...

Ou a vida seria saudade... Seria

Uma longa noite vazia...”

E a mulher: “Oh, como acertais!”

Eu, então: “Vejo uma criança correndo

Num jardim relvado em pétalas de crisântemos,

Vejo um córrego cristalino espalhado de peixinhos...”

E a mulher: “Me dirá isso respeito?”

“Oh, sim! Vós, mulher, se estais, assim é feito.”

“Vós, mulher, sois a perene fantasia nossa,

A eterna graça humana,

A mais leve flor de pétalas olorosas...

Nosso ar cáldo de verdes verões,

Hálito fresco da brisa matutina...

Nosso passo resoluto!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – O pedido de V. Ex^a será atendido na forma regimental.

A Mesa pergunta ao Senador Alvaro Dias se deseja usar da palavra por 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a dispõe, então, do tempo que resta da sessão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRA-

DO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 76, inciso III, do Regimento Interno, foi extinta a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo **Requerimento nº 181, de 2004**, destinada a investigar procedimentos e conflitos na demarcação de terras indígenas.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado

com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno, os Srs. Senadores Gilberto Miranda, Valmir Amaral, Papaléo Paes, Flávio Arns, Romero Jucá, Augusto Botelho, Hélio Costa e Valdir Raupp.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje tratar de um tema polêmico, controverso e delicado, mas que se reveste de inegável importância econômica e social – especialmente neste País, em que lutamos diariamente por melhores níveis de emprego e por uma economia mais dinâmica e mais pujante.

O tema que eu quero tratar, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a legislação sobre os jogos de bingo. Algumas decisões judiciais recentes, inclusive do Supremo Tribunal Federal, são evidências de que as normas sobre o tema são ambíguas, imprecisas e contrárias às atuais demandas socioeconômicas do País.

Sr. Presidente, vários de nossos Estados possuem legislação específica sobre os jogos de bingo. Entre eles, podemos mencionar, além do Distrito Federal, os Estados de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, do Pará, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

Recentemente, porém, todas as leis publicadas pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre o tema tiveram sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal e em outros órgãos do Poder Judiciário.

As batalhas judiciais culminaram no dia 5 de agosto de 2004, quando o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.847/DF, em que figurou como requerente o Procurador-Geral da República e como requeridos o Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Por 10 votos a 1, vencido o Ministro Marco Aurélio, o Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que a competência para legislar sobre loterias, inclusive jogos de bingo, é privativa da União, conforme o disposto nos incisos I e XX do art. 22 da Constituição Federal.

É importante ressaltar, porém, que o termo bingo não está expressamente indicado no inciso XX do art. 22. Esse inciso declara que a União tem competência privativa para legislar sobre sistemas de consórcio e sorteios. O STF entendeu que os jogos de bingo e as loterias estão contemplados na terminologia sorteios, e esse entendimento, dada a natureza dos jogos de bingo, é razoável e aceitável.

Entretanto, deve-se ressaltar que, nos termos da melhor doutrina, as competências privativas são passíveis de delegação, no que são distintas das competências exclusivas, que não podem ser delegadas.

Dessa forma, por meio de lei complementar, a União pode delegar aos Estados a competência privativa para legislar sobre os temas listados no art. 22, entre os quais se encontram os jogos de bingo.

Não se podem descartar, como opção, alterações no próprio texto do art. 22, por meio de Proposta de Emenda à Constituição. O inciso XX do art. 22, caso fizesse uma exceção expressa aos jogos de bingo, transferiria aos Estados, de forma imediata, a competência para legislar sobre a matéria. No sistema de repartição de competências que o Estado brasileiro adotou, cabem aos Estados os poderes remanescentes, ou seja, ficam reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Logo, a alteração do inciso XX do art. 22 da Constituição, ao excetuar os jogos de bingo das competências privativas da União, transferiria automaticamente aos Estados a competência para legislar sobre a matéria, restaurando a consonância dos diplomas legais estaduais com o texto constitucional.

Também viável seria a alteração do art. 24 da Constituição, que trata das matérias em que a União, os Estados e o Distrito Federal legislam concorrentemente. A inclusão dos jogos de bingo em um novo inciso desse artigo surtiria o efeito que pretendemos, o de conceder aos Estados a prerrogativa de criar suas próprias normas sobre o tema.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são inegáveis os benefícios dos jogos de bingo enquanto atividade econômica geradora de emprego e renda. O Congresso Nacional já foi palco, mais de uma vez, de protestos de pessoas desempregadas com a proibição dos bingos, de forma que pudemos perceber que o contingente de trabalhadores afetados diretamente por nossas escolhas como legisladores, nessa matéria, é bastante significativo.

Lembremo-nos, igualmente, de que o bingo é uma atividade que proporciona diversão e lazer a uma quantidade considerável de pessoas das mais variadas idades e classes socioeconômicas.

Sr. Presidente, a meu ver, proibir que os Estados e o Distrito Federal legislem sobre os jogos de bingo é uma ação indevida. Acredito, com todo o respeito e a vênia que é devida à nossa Corte Suprema, que o entendimento do Supremo Tribunal Federal em relação à matéria poderia ser aperfeiçoado.

É com esse intuito que apresentei, nesta Casa, proposição legislativa que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre os jogos de bingo. Estou convicto de que, dessa forma, estaremos fortalecendo a República e a Federação, auxiliando no saudável processo de descentralização da máquina estatal brasileira e de fortalecimento dos Estados.

Acredito, portanto, que, com o apoio de meus Pares, poderemos solucionar de vez esse problema que, não nos esqueçamos, se não for propriamente resolvido, traduz-se, ao fim e ao cabo, em desemprego, em famílias passando fome, em tristeza e em desesperança.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos conhecem meu pendor para combater a discriminação contra as mulheres, bem como o preconceito e as diferenças de tratamento entre os gêneros sociais. Nunca me furtei a sublinhar a perseverança das mulheres na briga por melhores condições de vida, trabalho e cidadania.

Este empenho deve ser compartilhado por muitos, pois há muito o que fazer para eliminar a desigualdade entre os sexos. A consagrada homenagem às mulheres no dia 8 de março, celebrada em inúmeros países, é exemplo dessa preocupação.

No ano passado, o Parlamento brasileiro reservou atenção especial a esta bandeira, instituindo 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Nesta Casa, o principal rebento foi a Comissão Especial Ano da Mulher, presidida pela incansável Senadora Serys Slhessarenko e tendo como relatora a admirável Senadora Roseana Sarney.

Composta por representantes de todos os partidos, a comissão discutiu o assunto e promoveu ações para garantir a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. A iniciativa reuniu parlamentares, governo e representantes da sociedade civil.

Entre os frutos obtidos, destaco o lançamento do livro “Proposições Legislativas sobre Questões Femininas no Parlamento Brasileiro, de 1826 a 2004”, que contou com a colaboração da Consultoria Legislativa e do Arquivo do Senado Federal. Também ressalto a mobilização durante a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Entretanto, a batalha não se esgota em apenas 16 dias. Por isso, enalteço o arrojo da nobre Senadora Serys de reverberar esta causa no cenário internacional. A Senadora demonstrou antevisão quando propôs ao Parlatino, composto por parlamentares de 22 países da América do Sul e Central, que fixasse este ano de 2005 como o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha.

O Parlatino acolheu, com sabedoria, a sugestão. As dificuldades enfrentadas por brasileiras, panamenhas, mexicanas, paraguaias e outras mulheres desta vasta América Latina são semelhantes. São muitas as que sofrem cotidianamente com a violência domésti-

ca, a exploração sexual, o preconceito no trabalho e na sociedade.

É uma realidade estarrecedora. Uma em cada 3 mulheres americanas é vítima de violência, de acordo com estatísticas da Organização Panamericana de Saúde.

As guardiãs do lar costumam enfrentar o perigo dentro de casa. Em alguns países, metade das mulheres afirma ter sido agredida no aconchego – assim acreditavam – de suas residências. A ameaça, por vezes, dorme ao lado. Em 85% dos casos, o companheiro é o principal agressor.

Nem as grávidas são respeitadas. Na Costa Rica, 49% das mulheres afirmam ter sofrido golpes durante o período de gestação. Fora de casa, são submetidas a todo tipo de constrangimento, abuso e coação. No México, 95% das mulheres denunciam sofrer assédio sexual por parte de seus patrões.

A discriminação contra a mulher é difícil de ser combatida. A violência é dissimulada e consentida pelo machismo e pela ignorância. Os órgãos de segurança estão despreparados para lidar com esse tipo de agressão. A tradição cultural e o medo de represálias obrigam as próprias mulheres a se submeter caladas a maus tratos e humilhação.

Sr. Presidente, esta atitude do Parlatino vem em muito boa hora. Neste ano, completa-se uma década da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China. Do outro lado do mundo, os chineses farão um balanço do que mudou de lá para cá. Discutirão avanços conquistados e o que resta por fazer na luta pela emancipação feminina.

Cada país deve envidar esforços para reformar as instituições, transformar os costumes e criar ações afirmativas para permitir o acesso das mulheres ao direito e à cidadania.

A opinião pública mundial parece alerta para a necessidade de reduzir a discriminação de gênero. Mas essa preocupação precisa se converter efetivamente em mudança de mentalidade e comportamento.

No Brasil, avanços vêm acontecendo. Vale mencionar o passo dado pelo Legislativo no ano passado, ao criar o tipo penal de violência doméstica, reconhecendo as particularidades desse tipo de agressão.

Há um longo caminho a percorrer. As penas para os autores dessa categoria de violência ainda são mínimas, ante a gravidade dos atos. Para consertar essa distorção, apresentei há dois anos o PLS nº 399, que intensifica a pena para os autores desse crime, carregado de covardia. O projeto está pronto para ser votado e figura na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Ainda está distante o sonho expresso na Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas, a ONU, que fixou o ano de 2015 como meta para o fim da desigualdade entre os sexos. Contudo, as adversidades não devem servir de desestímulo na tarefa de combater esse problema social endêmico.

Por fim, aproveito para parabenizar todas as mulheres, mães, filhas e avós, que muito merecem a homenagem do dia 8 de março, comemorado nesta Casa em sessão solene no dia 10. Parabenizo novamente a Senadora Serys Slhessarenko, por propagar a questão feminina pelo continente, e o Parlatino, que teve a sabedoria de laurear a mulher latino-americana neste ano de 2005.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Revolução Industrial, na Grã-Bretanha do século 18, gerou um processo de mudanças sociais que, ainda hoje, provoca repercussões por todo o mundo, mesmo passados 250 anos de seu início.

Ao varrer os últimos vestígios do feudalismo e promover as bases de implantação do regime econômico capitalista, a Revolução Industrial criou a classe trabalhadora moderna, que, posteriormente, estendeu-se a todo o planeta.

Esse processo, essencial para o entendimento do mundo moderno, não ocorreu de forma indolor. Muitos dos efeitos que, hoje, denominamos avanços se fizeram à custa de enormes injustiças sociais.

Um desses paradoxos foi a incorporação de grande percentual de mulheres ao processo produtivo e ao mercado de trabalho.

O mundo medieval rejeitava inteiramente o exercício das profissões pelas mulheres. Apenas homens podiam ser admitidos nas corporações artesanais, apenas homens podiam comerciar e ensinar nas universidades. Às mulheres reservava-se unicamente o papel de camponesas, auxiliares do homem nas lides agrícolas e pastoris ou de criadas das casas senhoriais.

Onde, então, reside o paradoxo? O ingresso da mulher no operariado não poderia ser considerado um progresso? Na realidade, os empresários da época não eram movidos pelo impulso de justiça social ou de igualdade.

Ao admitirem mulheres – e também crianças de dez anos –, os industriais queriam, em verdade, se utilizar de mão-de-obra mais barata e mais dócil às abusivas condições de trabalho oferecidas. Afastando o que restava das corporações de ofício, os empresários quebraram a espinha da classe trabalhadora inglesa e

abriram terreno para a redução drástica dos salários e o aumento das horas trabalhadas.

As imagens daquela época, de homens, mulheres e crianças destruindo sua saúde e sua vida em precárias minas de carvão e tecelagens, cumprindo jornadas de 14 horas diárias, seis dias por semana, em troca de pagamento ínfimo, chegam até nós como um dos momentos mais terríveis, injustos e entristecedores da história.

Ainda que esses horrores tenham sido superados na maior parte do mundo, a injustiça primordial, contudo, permanece, Senhor Presidente: o tratamento injusto das mulheres trabalhadoras continua a ocorrer em todos os países do mundo, sem exceção.

Em um mundo justo, o trabalho remunerado seria uma forma elevada de expressão pessoal. Exercendo uma profissão, as pessoas poderiam cumprir um papel social digno e, ao mesmo tempo, dar livre vazão a sua personalidade.

Esse mundo ideal ofereceria iguais oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional a homens e mulheres, de acordo, unicamente, com seus talentos e habilidades.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vivemos em um mundo ideal. Para muitas mulheres, sem dúvida, o trabalho é mais que um meio de subsistência. É também um prazer e uma oportunidade de realização pessoal.

Outras, no entanto, ainda são empurradas para o mercado de trabalho por conta da pressão econômica da globalização e do aumento do custo de manutenção de um lar e de uma família. Em tais condições, o trabalho feminino, longe de ser uma atividade gratificante, transforma as trabalhadoras no elo mais frágil da cadeia produtiva, sujeitadas a suportar as piores condições de trabalho e os piores salários.

Muitos seriam os motivos de comemoração: em 2003, 44,5% das mulheres pertencentes à população economicamente ativa brasileira estavam empregadas. Se esse índice é expressivamente menor que o dos homens, sua variação histórica foi muito menor.

Em outros termos, a perda de empregos afetou praticamente só os homens. Em grande parte, esse resultado reflete algumas vantagens das mulheres sobre os homens. Assim, por exemplo, em 2001, segundo a ONU, o número de mulheres matriculadas no ensino médio e no superior é ligeiramente maior que o de homens. Hoje, 53% dos universitários brasileiros são do sexo feminino.

A melhor qualificação da mão-de-obra feminina a torna menos suscetível ao desemprego, mas ainda não foi suficiente para reverter a desproporção existente no desempenho de atividades administrativas.

As mesmas estatísticas das Nações Unidas indicam que apenas 37% dos postos administrativos no Brasil são ocupados por mulheres.

Essa disparidade é um dos sinais daquele que é o maior problema para a efetiva incorporação igualitária da mulher ao universo do trabalho: a discriminação.

A discriminação aberta já deixou de contar com amparo legal no Brasil e na maioria dos países do mundo: tratados, constituições e leis, desde a metade do século passado, tornaram ilegais toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher.

No entanto, em todos os países do mundo, sem exceção, o percentual de mulheres em posições de chefia corporativa é inferior ao de homens. Em todos o planeta, a remuneração das mulheres pelo mesmo serviço é inferior à dos homens.

Somando-se menores salários ao número crescente de mulheres que exercem sozinhas a chefia de famílias, chegaremos a um resultado cruel: cada vez mais as mulheres tendem a ocupar as parcelas mais baixas dos índices de distribuição de renda.

A feminização da pobreza, como esse fenômeno tem sido denominado, é um dos resultados dessa discriminação que tanto é odiosa quanto é dissimulada. Ninguém a admitirá explicitamente. No entanto, essa barreira existe.

Em língua inglesa, essa barreira elusiva, mas real, recebe nomes significativos. Chamam-na “teto de vidro”, quando se refere à impossibilidade de promoção das mulheres além de um certo nível, e “parede de vidro”, quando se refere a profissões cujo acesso é dificultado.

Por ser difusa, a discriminação se torna muito difícil de combater. Mas há instrumentos capazes de, progressivamente, mudar as mentalidades. A chegada de novas gerações de mulheres com maiores índices educacionais ao mercado de trabalho tende a melhorar, ainda que lentamente, essa situação.

Programas de formação de empreendedoras podem favorecer a criação de empresas comandadas por mulheres e que facilitem o acesso de outras mulheres a postos de comando. Ainda, a disseminação de programas de treinamento às trabalhadoras de baixa renda poderá contribuir para sua ascensão social.

A base legal para o combate à desigualdade já existe. Falta, agora, o desenvolvimento de ferramentas para que esse combate seja efetivo.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como depositárias da dimensão afetiva, as mulheres simbolizam as trincheiras que resistem bravamente à tentativa da imposição da supremacia da mais força e do mais mando sobre o mais sensível e o mais terno, marcas distintivas do humano.

Muitas vezes estão relegadas ao abandono, à posição subalterna, ao silêncio de participação, quase que consideradas pessoas de segunda classe, esquecidas e penadas.

Mas são as mulheres que geram a vida e dela cuidam com ternura. É trabalho sem valorização e sem preço, sem marca nas estatísticas econômicas, algo que sai do coração como dom gratuito, generoso e grande.

Até nas formalidades do registro de sua vida e dedicação, a grandeza do gesto esquecido da sua força é validado como sinal interessante, porém fraco como todo sentido do feminino.

Do mais profundo do ser feminino, sobe um grito de pedido de atenção, de despertar e de reconhecimento, de superação dos equívocos históricos.

Este espírito de resistência é possível graças à presença interior da força pessoal, da convicção da dignidade igual, do desejo de participação na construção da vida gerada e do mundo.

O dom feminino do afeto e da força interior que liberta e transforma faz a marca dos tempos de agora. Vai semeando um jeito novo de retomar o projeto da criação, que na sua origem e na sua essência é um projeto gratuito de amor.

Parabéns a todas as mulheres não só pelo seu dia, mas pelo dom transformador e gerador da vida.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente tive acesso ao relatório com dados consolidados sobre o desempenho da balança comercial brasileira em 2004, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Quero hoje aproveitar a oportunidade para retomar os pontos principais desse extraordinário desempenho de nosso comércio exterior no ano passado.

De fato, Sr. Presidente, nos últimos anos, uma das mais constantes boas notícias no Brasil tem sido o desempenho do comércio exterior. Vivemos, de fato, uma época de ouro para o comércio em todo o mundo, e o Brasil não tem ficado de fora disso.

Ainda no final do ano passado, o FMI previa um crescimento de 18% para o comércio mundial em 2004. No Brasil, as exportações cresceram 32% e as importações, 30% – bem acima, portanto, da expansão mundial. Isso mostra que o Brasil soube muito bem aproveitar a vaga de prosperidade na economia internacional, avançando posições no comércio entre nações.

Em 2004, exportamos US\$96,5 bilhões e importamos US\$62,8 bilhões, o que dá um superávit de 33,7 bilhões de dólares. É um recorde histórico, Sr. Presidente, que superou em mais de um bilhão a expectativa do Banco Central. Com isso, o Brasil saltou da oitava para a sexta posição no *ranking* de resultados com o comércio exterior, ultrapassando a Indonésia e a Coreia do Sul. Hoje o Brasil é responsável por 1,11% do total das exportações mundiais.

Isso se torna ainda mais significativo quando lembramos que, em 2003, já havíamos batido recordes históricos. São já dois anos, portanto, de forte expansão do setor. Na verdade, desde 2001, quando se encerrou uma série de déficits no saldo comercial, o Brasil vem conseguindo desempenhos cada vez melhores.

Quanto às exportações, é digno de nota que houve um crescimento expressivo nas três grandes categorias de produtos. Exportamos 34,7% mais de produtos básicos, 33,5% mais de manufaturados e 22,7% mais de semimanufaturados. Hoje, os produtos manufaturados são responsáveis por quase 55% do total dos produtos exportados pelo Brasil, seguidos pelos produtos básicos, com cerca de 30%, e pelos semimanufaturados, com pouco menos de 14% do total.

No que se refere às importações, houve um crescimento de 17,2% nas compras de bens de capital e de 29,7% nas de matérias-primas e bens intermediários, o que reflete bem a tendência de expansão dos investimentos na atividade produtiva, reforçada pelo aquecimento da economia em 2004.

Outro aspecto relevante do sucesso do comércio exterior brasileiro em 2004 é a conquista de novos mercados. Em 2004, cresceram significativamente nossas exportações para a África, para o Oriente Médio, para a América Latina, para a Ásia e para a Europa Oriental. Para países como a Libéria, o Sudão, a Etiópia e a Argélia, na África, nossas exportações cresceram entre 126% e 1.137%, gerando valores entre 28 e 349 milhões de dólares. O volume ainda é relativamente pequeno, mas o aumento é expressivo. Aumentamos ainda em 270% nossas exportações para a Polônia, por exemplo, e em 141,8% as vendas

para nossos vizinhos venezuelanos. Para a Venezuela, aliás, nossas exportações ultrapassaram o valor de US\$1 bilhão. Pouco ainda, se comparado com os mais de 20 bilhões que exportamos para nossos dois maiores parceiros comerciais – a União Européia e os Estados Unidos –, mas um aumento significativo em termos de integração regional.

Assim como se verificou uma diversificação dos mercados, houve igualmente uma diversificação de regiões produtoras. Vários Estados da Federação que não têm tradicionalmente um perfil forte de exportação aumentaram expressivamente sua participação no comércio exterior no ano passado. Tocantins e Amapá, por exemplo, aumentaram sua participação em mais de 100%. Doze Estados, mais o Distrito Federal, aumentaram sua participação nas exportações em mais de 32% – ou seja, tiveram uma taxa de crescimento maior do que a taxa de expansão total das exportações.

Mais diversa ficou também nossa pauta de produtos exportados. Novos produtos, especialmente bens de maior valor agregado, passaram a fazer parte de nossas exportações. Em 2004, o principal produto exportado foi material de transporte, com 16,6% de participação na pauta. Isso representa um aumento de mais de 50%, com relação a 2003. Logo em seguida, vieram os produtos metalúrgicos, com 10,7%, crescendo mais de 40% na comparação com 2003. Em terceiro lugar, com 10,4%, aparecem os produtos do complexo soja, com crescimento de 23,7%.

Todo esse crescimento do comércio exterior, Sr. Presidente, fez com que sua participação no PIB brasileiro crescesse de 24,6%, em 2003, para 26,6%, em 2004.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atingimos, em fevereiro, a impressionante marca dos 100 bilhões de dólares de vendas ao exterior no período de 12 meses. Muito desse enorme sucesso deve-se à conjuntura internacional favorável, que se refletiu no aumento de 11,3% no preço das *commodities*. Mas o expressivo aumento de 32% nas exportações não se explica só por isso. Aumentamos em 18,3% as quantidades embarcadas. Em especial, no que diz respeito à exportação de produtos manufaturados, categoria que, como disse, teve o aumento mais expressivo, a variação da quantidade exportada foi muito mais significativa do que o aumento dos preços: exportamos 23,4% mais, enquanto os preços tiveram uma variação de 7,1%.

Tudo isso mostra a força que o comércio exterior brasileiro possui no momento. E não será difícil

manter esse ímpeto ainda este ano. Mesmo que os resultados não sejam tão espetaculares, o comércio exterior brasileiro atingiu sua “velocidade de cruzeiro”, por assim dizer, e, caso a conjuntura internacional continue favorável, ainda teremos, ao longo de 2005, muitas ocasiões de celebrar as boas notícias que nos virão dessa área. E, dado que o impulso do comércio exterior é fundamental para sustentar o ritmo do crescimento econômico, tenho certeza de que essas boas notícias vão ecoar, multiplicando-se, em vários outros domínios de nossa vida econômica.

Congratulo-me, enfim, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por esse excelente desempenho, fazendo votos de que, no final deste ano, estejamos aqui novamente festejando novos recordes referentes a nossa balança comercial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTLEHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é uma data que nos remete a dois tipos de reflexões. O primeiro, com o olhar no passado, cuida de avaliar os avanços obtidos pelas mulheres ao longo do tempo, as lutas que lhes têm permitido, gradativamente, conquistar direitos e livrar-se de estigmas e discriminações. Já o segundo tipo de reflexão, ainda mais importante, lança o olhar sobre o futuro. E trata de elencar os desafios que remanescem. Trata de esboçar todos os caminhos que precisam ser percorridos até que se possa concluir, com orgulho, que homens e mulheres se tornaram efetivamente iguais em direitos e oportunidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto aos avanços, há muito o que comemorar. Basta lembrar que, menos de um século atrás, no 19 de março de 1911, o que pleiteavam mulheres e homens que celebraram o primeiro Dia Internacional da Mulher, em alguns países da Europa, eram ainda conquistas elementares como o direito da mulher ao voto e à participação na administração pública, e o fim da discriminação no trabalho.

Por sinal, bastante representativo da situação das mulheres naquele período é o fato de, apenas seis dias depois, em 25 de março de 1911, ter ocorrido o conhecido massacre de 130 operárias numa fábrica de tecelagem de Nova Iorque; fábrica incendiada pelo simples motivo de terem feito, as

operárias, uma greve para reivindicar a redução da jornada de trabalho.

Sr. Presidente, essa situação começou a ser desfeita com o advento da Primeira Guerra Mundial. Na medida em que os homens eram recrutados para as frentes de batalha, restava às mulheres assumir as posições que eles deixavam vazias no mercado de trabalho. Ou seja, restava-lhes conduzir os negócios da família, ocupar um número maior de postos na indústria, fazer, enfim, todo um imprescindível esforço de retaguarda; um esforço, é claro, que foi acompanhado de manifestações em defesa da paz e pela conquista de alguns direitos básicos. Até que o mais elementar desses direitos, o de votar, foi conquistado pelas mulheres russas no bojo da Revolução de 1917. No dia 23 de fevereiro do Calendário Juliano adotado na Rússia – correspondente ao 8 de março de nosso Calendário Gregoriano –, o Governo provisório que se seguiu à queda do Czar garantiu às mulheres o direito básico de escolher seus representantes.

Desde então, os avanços têm sido significativos. No Brasil, particularmente, há que se louvar a Constituição de 1932, que estendeu o direito de voto às mulheres; estabeleceu que, sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponderia salário igual; vedou o trabalho feminino das 10 horas da noite às 5 horas da manhã; proibiu o trabalho da mulher grávida durante o período de 4 semanas antes e depois do parto; e proibiu, também, a demissão da mulher pela simples razão de estar grávida. Com o passar dos anos, seguiram-se outras conquistas, até chegar ao lapidar dispositivo da Constituição de 1988 segundo o qual “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Assim, parecemos andar na trilha certa. Dia após dia, ano após ano, mais e mais notícias nos dão conta de que as mulheres seguem conquistando espaços, seguem vencendo barreiras, seguem derrubando preconceitos.

A semana passada, por exemplo, foi pródiga em boas notícias. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, registrou um recorde de participação feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana da capital. Lá, 55,5% dos postos de trabalho já são ocupados por mulheres. De Belo Horizonte, veio notícia semelhante: a participação das mulheres no mercado de trabalho subiu 13,4% entre 1998 e 2004. Um fenômeno, seguramente, generalizado. Na Região Metro-

politana do Recife, entre 1998 e 2003, o crescimento da população economicamente ativa feminina foi de 11,6%.

Todas essas mudanças, insisto, são bem-vindas, e devem ser comemoradas. Não obstante, penso que nossa visão sobre o futuro das mulheres na sociedade brasileira não pode deixar de considerar dois aspectos importantes: o relativo desprestígio a que ainda estão sujeitas no ambiente profissional e o quadro de violência a que continuam expostas.

No que diz respeito à valorização profissional, os números mostram que os progressos, embora indiscutíveis, ocorrem ainda num ritmo mais lento que o desejável.

Levantamento da Gazeta Mercantil, por exemplo, mostrou que a participação de mulheres nos cargos executivos das trezentas maiores empresas do Brasil subiu de 8% em 1990 para 13% em 2000. Claro que é um avanço, mas ele parece tímido, principalmente se considerarmos que as mulheres já representam, hoje, 41% da força de trabalho em nosso País.

Igualmente tímidas são as melhorias na remuneração. Em 1991, a renda média das brasileiras correspondia a 63% da renda média dos homens; em 2000, esse valor chegou a 71%. Ora, nesse ritmo, precisaríamos ainda de quase quarenta anos para que as mulheres chegassem a um nível de remuneração semelhante ao dos homens. E vejam que não é por estudar menos que as mulheres ganham salários mais baixos. A Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada recentemente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra que em 2003 as mulheres tinham, em média, 7 anos de estudo, enquanto os homens tinham pouco mais de 6 anos e meio. E mais: cerca de 55% das mulheres empregadas tinham pelo menos o ensino fundamental, percentual que era de somente 45% no caso dos homens. Some-se a isso a discriminação racial, que pode ser vislumbrada num simples dado numérico, apontado pela Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego divulgada pelo IBGE em junho de 2004: naquela oportunidade, as mulheres negras ganhavam, em média, 19,4% menos que os homens negros e 61,2% menos que os homens brancos.

Sr. Presidente, quanto à questão da violência, não temos sequer o consolo de tímidas melhorias. Ao contrário: as mulheres continuam a ser agredidas, continuam a ser molestadas, continuam a ser esturpadas, continuam a ser feridas, continuam a ser as-

sassinadas. Tudo isso, infelizmente, numa intensidade que não decresce.

Basta citar dois exemplos: duas pesquisas que contemplam universos diferentes, mas de resultados igualmente assustadores. Uma delas, feita pela Fundação Perseu Abramo, constatou que 11% das mulheres de nosso País, com quinze anos ou mais, já foram vítimas de espancamento. Ou seja: 7 milhões de brasileiras agredidas ao menos uma vez na vida. A outra pesquisa foi feita pelos Institutos Noos e ProMundo nos bairros cariocas de Botafogo, na zona sul, e Bangu, na zona oeste. E concluiu que 25% dos homens admitiram já ter agredido a companheira.

São números lamentáveis, a mostrar que a violência contra a mulher – não importa se praticada por maridos, pais, namorados, ex-namorados, conhecidos ou desconhecidos – continua a ser uma das grandes mazelas de nossa Nação. E que deve, portanto, ser combatida com firmeza, com coragem, com determinação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em suma: o percurso das mulheres brasileiras em busca de uma sociedade mais justa e igualitária tem sido elogiável; vitórias vêm sendo conquistadas, especialmente no que tem a ver com a inserção no mercado de trabalho e a valorização profissional. Mas não podemos relaxar. Não podemos partir do princípio de que, deixadas ao deus-dará, as coisas se resolverão por si mesmas. As mulheres de nosso País sabem que sua luta por espaço e direitos é uma batalha diuturna, a ser travada constantemente, sem um instante sequer de acomodação. Sabem, em especial, que é necessária uma mobilização que dê o tão esperado basta à violência de que são vítimas. Sabem, enfim, de seu valor. A elas quero, neste Dia Internacional da Mulher, com grande emoção, expressar meu respeito e manifestar meu carinho.

Muito obrigado!

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o 8 de março de 2005 marca a passagem, uma vez mais, do Dia Internacional da Mulher. Anualmente, desta Tribuna e de suas homólogas nos Parlamentos de todo o mundo, pronunciam-se milhares de discursos sobre este assunto. Ainda, outros tantos pronunciamentos podem ser ouvidos em simpósios, conferências, convenções, seminários e encontros que se realizam ao redor do planeta.

Também os meios de comunicação internacionais registrarão as comemorações e eventos que ocorrem no dia de hoje, reiterando sua importância e sua significação.

A despeito da resistência de alguns governos, notadamente o dos Estados Unidos, podemos dizer com tranquilidade que esta data já se incorporou ao calendário comemorativo internacional. Efetivamente, a maior parte da população mundial participará, ou ao menos tomará conhecimento da presente celebração.

Não obstante, um cético poderá, citando Shakespeare, refutar a relevância de todas essas manifestações que mencionei, atribuindo-lhes o valor de meras “palavras, palavras, palavras”, destituídas de significação concreta.

Temos de reconhecer que esse cético não estaria totalmente equivocado. A eliminação da desigualdade entre homens e mulheres exige mais que pronunciamentos e reportagens, ainda que entremeados de boas intenções.

No entanto, mesmo o mais renitente dos céticos não poderia deixar de reconhecer a importância da repercussão política e jornalística da presente data. São apenas palavras, é certo, mas não nos podemos esquecer de que a transformação das mentalidades se faz, também, pela assimilação dos conceitos difundidos por meio das palavras.

Por essa razão, as palavras que ora se ouvem por todo o globo são importantes. Porque estão a veicular uma verdade fundamental, que se deve contrapor a milênios de opressão e de injustiça.

Sr. Presidente, a comemoração do Dia Internacional da Mulher nos recorda a unidade fundamental do gênero humano e a igualdade entre mulheres e homens. Reconcilia-nos com a luta heróica que as mulheres de todo o mundo têm travado com as sombras da violência e da discriminação.

Esse heroísmo é que dá significado à presente comemoração. Essa determinação incansável na luta para a liberdade e igualdade de todos os seres humanos é, justamente, a maior das virtudes femininas, a que leva os homens esclarecidos a reconhecer que as mulheres são, hoje, a metade melhor da humanidade.

Justas são as comemorações e homenagens, pois se não podemos eliminar a desigualdade por decreto, podemos, ao menos, deslegitimá-la, reconhecendo sua iniquidade e insustentabilidade.

Outrossim, gostaria de me juntar ao coro de homenagens que se realizam neste dia, referindo-me ao Projeto de Resolução do Senado nº 2 de 2004, apresentado pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, projeto que tenho a honra de relatar.

Ele busca distinguir a crescente participação das mulheres na cena política brasileira, por intermédio da homenagem prestada à primeira mulher eleita para nosso parlamento.

Nos seus termos, o anexo I do Senado Federal passaria a se denominar “edifício Carlota Queiroz”, reconhecendo, assim, a trajetória dessa médica eleita Deputada Constituinte em 1933 e Deputada Federal em 1934, que teve sua trajetória política abreviada pelo advento do regime de 1937 e que pode ser considerada a patrona das mulheres, ainda poucas, infelizmente, que nos honram com sua presença e inteligência em nosso Parlamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito orgulho e satisfação que subo hoje a esta tribuna, para homenagear a mulher no seu Dia Internacional, quando reverenciamos as brasileiras e as de todo o mundo.

Não podemos nos esquecer do papel fundamental da mulher em nossa sociedade nos dias de hoje, e de sempre, tanto como mães, esposas, educadoras e trabalhadoras. Elas são, sem sombra de dúvida, um dos principais pilares da nossa sociedade, e o cerne de sustentação do nosso tecido social.

É do conhecimento de todos a ascensão da mulher em todo o mundo nos últimos tempos.

Hoje, elas participam ativamente, sem distinção ou discriminação, de todas as atividades humanas.

Estão no mercado de trabalho disputando, na maioria das vezes, com muita competência, postos que, há até bem pouco tempo, tradicionalmente eram ocupados por homens.

Elas conseguem, hoje, concatenar o trabalho profissional sem esquecer das responsabilidades de mãe, de esposa, dos afazeres domésticos, sem falar da incansável e nobre arte de educar dos filhos.

Elas, nos dias de hoje, pilotam naves espaciais, veículos de guerra, dirigem ônibus e tratores, trabalham na construção civil, jogam futebol, enfim, não há mais, em nosso tempo, barreiras para a atuação da mulher no mercado de trabalho. Foi-se o tempo em que

o jargão dizia “isso é trabalho de homem”. Elas estão presentes e atuantes em toda a parte.

Mas a ascensão da mulher em níveis nacional e mundial deveu-se, sobretudo, à aprovação paulatina, ao longo dos últimos anos, de legislações, no Brasil e em todo o mundo, que permitiram ao chamado sexo frágil ocupar lugares em equiparação ao sexo masculino, e chegarem ao lugar de destaque, que tanto merecem em nossa sociedade.

E, dentre as várias comemorações hoje realizadas, gostaria de registrar a honra de ter sido o relator, ano passado, na Comissão de Educação, de uma dessas proposições, a que instituiu o ano de 2004 como o Ano da Mulher.

A aprovação proposta contribuiu para despertar, sem sombra de dúvida, o aprofundamento da consciência cidadã sobre o papel fundamental da mulher brasileira na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O projeto veio de encontro às necessidades das mulheres, sobretudo das brasileiras, pois, uma vez aprovado, proporcionará o levantamento de dados mais precisos sobre a situação das mulheres brasileiras nos diferentes campos de atividade, avaliação de leis e políticas públicas voltadas a esse segmento, e ainda o encaminhamento de proposta destinadas a superar os problemas enfrentados pelas mulheres em todo o mundo.

Gostaria de encerrar esta minha breve intervenção, citando trecho de um texto do grande escritor Luis Fernando Veríssimo.

As mulheres são mães! E preparam gente dentro de si. Deus confiaria tamanha responsabilidade a um reles mortal? E não satisfeitas em gerar vida, insistem em ensinar a vivê-la, de forma íntegra, oferecendo amor incondicional e disponibilidade integral. Fala-se em praga de mãe, amor de mãe, coração de mãe. Tudo isso é meio mágico!”

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pediu-me o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que comunicasse que amanhã, às 15 horas e 30 minutos, na Presidência do Senado Federal, haverá reunião dos Líderes dos Partidos. O assunto é a análise de tramitação das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da ses-

são deliberativa ordinária de amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relator Revisor: Senadora Ideli Salvatti

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas*.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano*

em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas*.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela

Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família*.

12

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

13

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

14

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

15

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

16

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

17

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

18

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de Março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Vaina, Papaléo Paes,
Edison Lobão e Flávio Arns.

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS

Período : 9/3/2005 07:35:42 até 9/3/2005 20:28:51

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 70 Senadores

Rosario W. Arns
Flávio Arns

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 134, DE 2005

Solicita Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasileira para seu deslocamento à cidade de S. Carlos, onde participou de encontro partidário promovido pelo PT.

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil acerca de suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasileira para participar de encontro partidário denominado Fórum das Prefeitas e Projetos Petistas do Estado de S. Paulo, promovido pelo Partido dos Trabalhadores.

Requeiro especialmente que o Ministro informe:

- 1) Houve pedido formal ao Ministério da Defesa para uso do avião?
- 2) Se houve o pedido, dela constava o objetivo da viagem?
- 3) Houve autorização do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica para o uso do avião com objetivos partidários?
- 4) O avião aguardou o término do encontro partidário, para o retorno a Brasília?

Justificação

Essas informações são solicitadas para que ao Congresso Nacional sejam fornecidos dados concretos sobre o suposto uso de uma aeronave da Força Aérea Brasileira para o transporte do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que, em fevereiro deste ano, participou de encontro de natureza partidária, realizado na cidade de São Carlos, denominado Fórum das Prefeitas e dos Prefeitos Petistas do Estado de S. Paulo.

Este requerimento baseia-se em matéria editada pelo jornal Primeira Página, (de São Carlos), edição de 26 de fevereiro de 2005.

Além de noticiário a respeito, o jornal publica na primeira página, como manchete principal Tórum debate projetos petistas no Estado, uma foto do Ministro José Dirceu, acompanhado do ex-líder do PT na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, que caminhavam do ponto em que o avião estacionou, para a estação de desembarque daquela cidade. A legenda da foto diz “Deputado Federal/Arlindo Chinaglia, Prefeito Newton Lima, e Ministro José Dirceu deixam aeroporto da cidade rumo ao Fórum. “Ao fundo, logo atrás do Ministro e seus acompanhantes, aparece o avião, ainda com as portas abertas, não deixando dúvidas de que era um avião oficial:

Um jatinho com as cores nacionais e a inscrição Força Aérea Brasileira. A mesma foto é reproduzida na edição de hoje do jornal O Estado de S. Paulo, que igualmente publica a denúncia.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 135, DE 2005

Solicita Informações ao Ministro da Defesa, sobre suposto uso de uso de aeronave da Força Aérea Brasileira para a participação do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de encontro partidário em São Carlos (SP).

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Defesa, acerca de suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasileira pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, em viagem a São Carlos, Estado de São Paulo, onde participou de encontro partidário denominado Fórum das Prefeitas e Prefeitos Petistas do Estado de São Paulo.

Requeiro especialmente que o Ministro informe:

- 1) Houve pedido formal da Casa Civil para uso do avião?
- 2) Se houve o pedido, dela constava o objetivo da viagem?
- 3) Houve autorização do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica para o uso do avião com objetivos partidários?
- 4) Qual o custo, em Reais, desse deslocamento da aeronave?

Justificação

Essas informações são solicitadas para que ao Congresso Nacional sejam fornecidos dados concre-

tos sobre o suposto uso de uma aeronave da Força Aérea Brasileira para o transporte do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que, em fevereiro deste ano, participou de encontro de natureza partidária, realizado na cidade de São Carlos, denominado Fórum das Prefeitas e dos Prefeitos Petistas do Estado de São Paulo.

Este requerimento baseia-se em matéria editada pelo jornal **Primeira Página**, (de São Carlos), edição de 26 de fevereiro de 2005.

Além de noticiário a respeito, o jornal publica na primeira página, como manchete principal (Fórum debate projetos petistas no Estado), uma foto do Ministro José Dirceu, acompanhado do ex-líder do PT na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, que caminhavam do ponto em que o avião estacionou, para a estação de desembarque daquela cidade. A legenda da foto diz “Deputado Federal Arlindo Chinaglia, Prefeito Newton Lima, e Ministro José Dirceu deixam aeroporto da cidade rumo ao Fórum”. Ao fundo, logo atrás do Ministro e seus acompanhantes, aparece o avião, ainda com as portas abertas, não deixando dúvidas de que era um avião oficial: um jatinho com as cores nacionais e a inscrição Força Aérea Brasileira. A mesma foto é reproduzida na edição de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, que igualmente publica a denúncia.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do cientista brasileiro César Lattes.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 8 de março de 2005, em Campinas, do cientista brasileiro César Lattes.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado, seja comunicado aos familiares de César Lattes.

Justificação

Um dos mais eminentes cientistas brasileiros, o físico César Lattes, morreu aos 80 anos, no Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas,

após uma parada cardíaca. O cientista descobriu o *méson pi*, uma partícula que mantém coeso o núcleo do átomo, descoberta essa que o levou a ser considerado um dos mais influentes pesquisadores no Brasil e no mundo.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 137, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao jornal Correio Braziliense, concedidos pela Society for News Design .

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **Correio Braziliense**, pelos três prêmios conquistados ao Brasil na 26ª edição do *Best of Newspaper Design*, como melhor designer dentre os jornais brasileiros.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção do jornal, e, por seu intermédio, aos jornalistas e fotógrafos do referido jornal.

Justificação

O *Best of Newspaper Design* é considerado o Oscar do design gráfico, por eleger o que há de melhor na vanguarda do jornalismo mundial, onde as ilustrações, infografias, charges e fotografias têm que passar por julgamento bastante crítico. Os trabalhos premiados foram a contracapa do caderno de esportes, Relíquia à venda, sobre o leilão de uma camisa do ex-jogador Pelé; a página feita pelo ilustrador Kleber Sales, Bombardeio de Bush, que tratou dos gastos para sua reeleição à Presidência dos EUA; e a primeira página do Correio, em homenagem ao ator Marlon Brando. É justo, pois, homenagear o **Correio Braziliense** por tão importante distinção.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À comissão de Constituição, justiça e cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Inter-

no, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 138, DE 2005

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar por ocasião do falecimento, na data de ontem, do físico paranaense César Lattes, e a apresentação de condolências à família desse notável cientista.

Justificação

Faleceu na data de ontem, em Campinas, o mais luminar dos cientistas brasileiros, o paranaense Cesar Mansueto Giuio Lattes. A trajetória do curitibano que se notabilizou internacionalmente como um dos responsáveis pela descoberta do **méson pi**, a partícula substância que garante a coesão do núcleo do átomo e que o levou a figurar como o único físico brasileiro citado na Encyclopaedia Britannica, não anulou um traço ostensivo de sua personalidade: a extrema modéstia. Sempre que foi instado a falar sobre essa menção, Cesar Lattes, de forma espirituosa, não a atribuía a um mérito seu, mas a um erro da publicação.

Seja nas Universidades de Bristol, no oeste da Inglaterra, ou em Berkeley, na Califórnia, Lattes inviolavelmente capitaneou a vanguarda da ciência.

Uma produção intelectual de envergadura não impediu que o notável físico com trânsito nos mais importantes centros de pesquisas do mundo tivesse uma participação significativa para a institucionalização das instâncias apoiadoras à ciência e tecnologia em nosso País. Cito como exemplo sua mobilização em prol da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), bem como a contribuição decisiva na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com toda fleuma, o cientista paranaense costumava repetir que “sabedoria não entra de jeito algum na alma malvada”, sem deixar de manifestar perplexidade e repulsa em face do uso distorcido dos conhecimentos científicos”.

Ao trazer à tribuna o nome desse paranaense ilustre e apresentar um requerimento com voto de pesar à família Lattes, posso mencionar com satisfação que o reconhecimento em vida desse brasileiro, se não foi na moldura e com as cores merecidas, pelo menos recebeu de forma poética, num samba do memorável Cartola, uma citação num binômio-título, “Ciência

e arte”, digna da maestria e genialidade inerentes a César Lattes.

Sala da Sessão, 9 de março de 2005. – Senador

Álvaro Dias

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2005

Altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, modificando a redação do § 1º do art. 55, que trata sigilo das denúncias formuladas ao TCU.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55.

§ 1º Ao decidir, caberá ao Tribunal manter o sigilo do objeto e da autoria da denúncia quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto assegura a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União, por meio do importante instrumento da denúncia popular, ao afastar eventual intimidação do cidadão que venha a ter conhecimento de irregularidade praticada em sua comunidade. O sigilo da autoria da denúncia garante a segurança pessoal contra eventuais represálias e é fator de inclusão social, alimentando a cidadania e o compromisso coletivo com a questão pública.

Por essa razão, é necessário que o cidadão, ao formular denúncia procedente, possa encontrar no TCU, órgão auxiliar do Congresso Nacional no mister do controle externo, a certeza de que sua segurança pessoal e a de sua família estarão resguardadas, ficando afastados os temores de sanções, represálias ou ameaças futuras.

A garantia que se pretende é constitucional e importa em relevante mecanismo de controle público e social. A questão se assenta sobre a restrição de um direito pes-

soal do denunciado, muitas vezes movido por interesses de auto-satisfação, em benefício da sociedade.

A nova redação aplicada à lei Orgânica do TCU tem por mérito a manutenção da letra constitucional estabelecida no inciso XXXIII do art. 5º da Magna Carta, preservando os direitos e as garantias individuais.

Mediante a nova redação, fica ressalvada a transparência das ações e aperfeiçoados os mecanismos de fiscalização exercidos pelo Tribunal com apoio do controle social, movido sem temores pelo cidadão em benefício de sua própria comunidade.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....
Art. 55. No resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria.

§ 1º Ao decidir, caberá ao Tribunal manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia.

§ 2º O denunciante não se sujeitará a qualquer sanção administrativa, cível ou penal, em decorrência da denúncia, salvo em caso de comprovação má-fé.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2005

Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar suprimindo-se o § 2º, na forma como segue:

“Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador em um só período nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito” concedidas em dois dias corridos.

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias penados, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A legislação trabalhista, em nosso país, dado a sua amplitude e complexidade, há muito merece ajustes dos quais não nos furtamos em tratá-los. Não obstante a isto, neste momento, nos atemos em minimizar os reflexos sociais negativos que esta legislação produz.

As atividades Legislativas têm se debruçado com muito empenho às questões atinentes ao jovem e ao idoso, neste foco de trabalho fora sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, os quais vêm sendo sistematicamente aperfeiçoados, nesta direção encaminhamos é alteração na CLT que ora propomos.

O Jovem, menor que 18 anos e o senhor maior que 50 anos, quando da criação da legislação que propiciou a existência da previsão do § 2º do art. 134 da CLT, viviam uma outra realidade social que convinhem fossem protegida socialmente quando da concessão de férias, notadamente pelas grandes empresas. Reportando-nos aos dias atuais, vendo estes trabalhadores inseridos no contexto familiares e sociais, percebemos que a concessão de suas férias deverá sofrer as mesmas influências legais e fáticas dos demais trabalhadores visto que:

Tornou-se corriqueiro e popular o parcelamento de férias em proveito do trabalhador, quando este procurando, de forma saudável ao empregador e ao empregado, usufruir períodos nobres como carnaval, verão e outros, dividem suas férias anuais adequando estes penados, inclusive com as possibilidades de um e outro membro da família partilharem o mesmo período.

Neste contexto, a “jovem com menos de 18 anos e o trabalhador de idade acima de 50 anos se vêem prejudicados por terem determinante legal que não lhes abre esta prerrogativa.

Portanto, com esta adequação legal, que ora propomos, pretendemos aperfeiçoar a legislação trabalhista no seu contexto social onde alcançamos, também, o objeto do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, nivelando-os aos demais trabalhadores em direitos e deveres inerentes às férias.

Acreditamos que a aprovação da presente proposição representará um avanço nos objetivos sociais inseridos na CLT em proveito do trabalhador sem prejuízo ao empregador, razão porque conclamo a todos meus pares a votarem pela aprovação desta medida como de direito.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....
 Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.535, de 13-4-1977)

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um aos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.535, de 13-4-1977)

§ 2º Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.535, de 13-4-1977)

.....
 (À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2005

Cria a Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 72 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.72.

VII – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP;

.....”(NR)

“Art. 77.

VII – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. 19;

.....”(NR)

§ 2º Ressalvada a participação na Comissão de Fiscalização e Controle e na Comissão de Legislação Participativa, cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.”(NR)

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 100-B:

“Art. 100-B. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

I – matéria trabalhista urbana e rural, direito do trabalho e processual do trabalho e direito acidentário;

II – contrato individual e convenções coletivas de trabalho;

III – assuntos pertinentes à organização, fiscalização, tutela, segurança e medicina do trabalho;

IV – trabalho do menor de idade, da mulher e do estrangeiro;

V – política salarial;

VI – política de emprego, política de aprendizagem e treinamento profissional;

VII – dissídios individual e coletivo, conflitos coletivos de trabalho, direito de greve e negociação coletiva;

VIII – Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho;

IX – sindicalismo e organização sindical, sistema de representação classista e política e liberdade sindical;

X – relação jurídica do trabalho no plano internacional, organizações internacionais e convenções;

XI – relações entre o capital e o trabalho;

XII – regulamentação do exercício das profissões e autarquias profissionais;

XIII – organização político-administrativa da União e reforma administrativa;

XIV – matéria referente a direito administrativo em geral;

XV – matérias relativas ao serviço público da administração federal direta e indireta, inclusive fundacional;

XVI – regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos;

XVII – regime jurídico-administrativo dos bens públicos;

XVIII – prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;

XIX – outros assuntos correlatos

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Neste momento em que iniciamos nova legislatura, onde concretizamos uma caminhada de vários anos para reestruturamos as comissões permanentes

desta casa, ampliando o número delas e redistribuindo competência e prerrogativas de cada uma, parece-nos conveniente e propício que alarguemos esta reestruturação a fim de que tenhamos atingido, com plenitude, todo o objeto fim das comissões permanentes.

Para tanto apresento este projeto de resolução criando a Comissão Permanente do Trabalho, Administração e Serviço Público.

No Senado Federal temos, originalmente, inúmeras proposições que tratam exclusivamente das relações do trabalho. Se somarmos a elas as oriundas da Câmara dos Deputados temos centenas de proposições atinentes a esta questão.

Cumpra salientar que toda matéria de cunho trabalhista, pela inexistência de fórum exclusivo, vagueia por várias comissões dificultando e procrastinando o processo legislativo, concedendo-lhe importância secundária quando o tema deveria ocupar a mais alta importância no contexto legislativo, visto tratar do viver e sobreviver dos cidadãos e da instituição familiar.

Entendemos ainda que, quando o Brasil se volta para a modernização do sistema sindical e as relações de trabalho, donde advirão debates homéricos, com a participação de toda a sociedade organizada, esta casa precisa se estruturar para, adequadamente, conduzir estes debates.

A envergadura e importância das questões trabalhistas transcendem o “slogan” social, econômico ou humanitário, razão porque não deve ser tratado como mais um tema dentro destes “slogan”, sendo pertinente e legítimo que possa ser tratado com a individualidade e exclusividade necessária a fim de que se apure consistente produto legislativo neste campo.

Não podemos, como casa revisora, ter menos condições que a Câmara dos Deputados para cuidar-mos do assunto, visto que lá, há muito, está instalada e efetivamente funcionando a Comissão do Trabalho correlata a que aqui queremos criar.

A legislação trabalhista brasileira, evidentemente, carece de ampla reforma para se adaptar aos tempos atuais, claro, sem retrocessos de direitos e avanços alcançados pelos trabalhadores. Nossa proposição, portanto, é significativa e poderá ensejar, num futuro próximo, discussões e experiências mais abrangentes que tragam alternativas ainda melhores e de natureza permanente, para o equacionamento da problemática citada, mas também representa progresso na estrutura funcional do Senado Federal em prol do cidadão.

Por tudo dito, a aprovação desta proposição parece-nos um caminho necessário a ser percorrido.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Paulo Paim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos CAE;
- II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;
- IV – Comissão de Educação – CE;
- IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle – CFC;(*)
- IV-B – Comissão de Legislação Participativa – CLP;(**)
- V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;
- VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI. (NR)

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as de mais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- II – Comissão de Assuntos Sociais, 29;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- IV – Comissão de Educação, 27;
- IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle, 17;(*)
- IV-B – Comissão de Legislação Participativa, 19;(**)
- V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23.

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2º Ressalva da participação na Comissão de Fiscalização e Controle e na Comissão de Legislação Participativa, cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente. (NR)(**)

Art. 100. À Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

- I – relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portado-

ras de deficiências e proteção á infância, à juventude e aos idosos;

II – À proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde;

III – normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água;

IV – outros assuntos correlatos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para permitir que o suplente vote se o autor da proposição for titular da comissão.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 84 e 132 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84

III – na votação de proposição cujo autor seja membro titular da comissão;

.....”(NR)

“Art. 132.

§ 8º Caso o autor da proposição seja membro titular da comissão, será computado o voto do suplente.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O atual § 8º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, ao tratar das deliberações nas comissões, dispõe que o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de **quorum**.

Desse modo, presente o autor da proposição, se membro da comissão, deixa-se de computar um voto, pois sua presença conta apenas para se atingir o **quorum** de deliberação. Essa norma decorre do impedimento do autor, em matéria de seu evidente interesse.

A consequência dessa disposição, porém, é a subtração na formação do colegiado. A nosso ver, dispondo

a comissão de suplentes, deve-se operar, no caso, a substituição do integrante do colegiado impedido de deliberar, na forma do art. 84. Para tanto, inclusive, acrescentamos expressamente essa hipótese no referido dispositivo, que relaciona as ocasiões em que o suplente deve substituir o membro da comissão.

A mudança sugerida no Regimento Interno de nossa Casa virá conferir maior prestígio e legitimidade às deliberações das comissões, razão pela qual conto com o apoio dos meus nobres Pares.

Sala das Sessões, 9 de março, de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães.**

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 84. Compete ao Suplente substituir o membro da comissão:

III – o volume das matérias despachadas a comissão assim o justifique.

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

§ 8º O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência aos **Projetos de Resolução nºs 6 e 7, de 2005**, que acabam de ser lidos, esta Presidência comunica a abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Mesa, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2005 (COMPLEMENTAR)

Altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, no fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º e o art. 16 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

§ 1º Inexistindo dúvida acerca do domínio, ou de algum direito real sobre o bem, ou sobre os direitos dos titulares do domínio útil, e do domínio direto, em caso de enfiteuse ou aforamento, ou, ainda, inexistindo divisão, hipótese em que o valor da indenização ficará depositado à disposição do juízo enquanto os interessados não resolverem seus conflitos em ações próprias, serão intimados os órgãos de arrecadação tributária da União, da Unidade Federativa e do Município onde estiver localizado o imóvel, a fim de informarem da existência de créditos líquidos e exigíveis contra o expropriado. Quitados os créditos tributários existentes em face do expropriando, bem como os que do pagamento forem oriundos, poderá o expropriando requerer o levantamento de oitenta por cento da indenização depositada, após publicados os editais, para conhecimento de terceiros, a expensas do expropriante, duas vezes na imprensa local e uma na oficial, decorrido o prazo de trinta dias.

.....
..... (NR)”

Art. 16. A pedido do expropriado, após o trânsito em julgado da sentença e cumpridos os trâmites do § 1º do art. 6º do art. Desta lei no que se refere ao pagamento de créditos tributários exigíveis até a data da imissão na posse pelo expropriante, será levantada a indenização ou o depósito judicial. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente alteração legislativa é fruto dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento 13/2003 – CN (CPMI “da Terra”), em especial das sugestões apresentadas em audiência pública com o Procurador de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, o Sr. Francisco Sales Albuquerque.

É freqüente a existência de dívidas por parte dos expropriados em face do Poder Público, seja oriundas de tributos federais, estaduais ou municipais. Comumente, a espera pela desapropriação costuma ser uma

alternativa que se potencializa ao manter a terra improdutiva, causando evidente prejuízo à função social da propriedade e, assim, à sociedade como um todo.

O pagamento da indenização pela desapropriação deve antes respeitar a quitação dos tributos eventualmente existentes, de modo a não haver lesão aos cofres públicos, bem como o desnecessário ajuizamento de novo processo judicial para a cobrança daqueles valores. Uma vez exigível o crédito tributário, já será abatido de imediato do valor a ser pago pela União.

Essa medida irá contribuir para diminuir as despesas com indenizações para desapropriações de terra, ao mesmo tempo em que contribuirá para desafogar o Judiciário com ações de cobrança de tributos, freqüentemente infrutíferas.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Alvaro Dias.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 76,
DE 6 DE JULHO DE 1993

Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para O processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

.....
Art. 6º O juiz, ao despachar a petição inicial, de plano ou no prazo máximo de quarenta e oito horas:

I – mandará imitar o autor na posse do imóvel; (Redação dada pela LCP 88, de 23-12-96)

II – determinará a citação do expropriando para contestar o pedido e indicar assistente técnico, se quiser; (Redação dada pela LCP 88, de 23-12-96)

III – expedirá mandado ordenando a averbação do ajuizamento da ação no registro do imóvel expropriando, para conhecimento de terceiros.

§ 1º Efetuado o depósito do valor correspondente ao preço oferecido, o juiz mandará, no prazo de quarenta e oito horas, imitar o autor da posse do imóvel expropriando. (Revogado pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 1º Inexistindo dúvida acerca do domínio ou de algum direito real sobre o bem, ou sobre os direitos dos titulares do domínio útil, e do domínio direto, em caso de enfiteuse ou aforamento, ou, ainda, inexistindo divisão, hipótese em que o valor da indenização ficará depositado à disposição do juízo enquanto os interessados não resolverem seus conflitos em ações próprias, poderá o expropriando requerer o levantamento de oitenta por cento da indenização depositada, quitado os tributos e publicados os editais, para conhecimento de terceiros, a expensas do expropriante, duas vezes na imprensa

local e uma na oficial, decorrido o prazo de trinta dias. (Renumerado pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 2º O Juiz poderá, para a efetivação da imissão na posse, requisitar força policial. (Renumerado pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 3º No curso da ação poderá o Juiz designar, com o objetivo de fixar a prévia e justa indenização, audiência de conciliação, que será realizada nos dez primeiros dias a contar da citação, e na qual deverão estar presentes o autor, o réu e o Ministério Público, As partes ou seus representantes legais serão intimadas via postal. (Incluído pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 4º Aberta a audiência, o Juiz ouvirá as partes e o Ministério Público, propondo a conciliação. (Incluído pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 5º Se houver acordo, lavrar-se-á o respectivo termo, que será assinado pelas partes e pelo Ministério Público ou seus representantes legais. (Incluído pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 6º Integralizado o valor acordado, nos dez dias úteis subseqüentes ao pactuado, o Juiz expedirá mandado ao registro imobiliário, determinando a matrícula do bem expropriado em nome do expropriante. (Incluído pela LCP 88, de 23-12-96)

§ 7º A audiência de conciliação não suspende o curso da ação. (Incluído pela LCP 88, de 23-12-96)

.....
Art. 16. A pedido do expropriado, após o trânsito em julgado da sentença, será levantada a indenização ou o depósito judicial, deduzidos o valor de tributos e multas incidentes sobre o imóvel, exigíveis até a data da missão na posse pelo expropriante.
.....

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2005

Altera o art. 928 do Código de Processo Civil, de modo a tornar obrigatória a inspeção por parte do juiz de reintegração de posse a visitar a propriedade esbulhada sempre que envolver imóvel rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 928 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/73) passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º:

“Art. 928.

.....
§ 1º Sempre que o esbulho ocorrer em imóvel rural e as circunstâncias de fato demonstrem a possibilidade de conflito violento pela posse de terra, o juiz deverá fazer-se pre-

sente à área do conflito, nos termos do parágrafo único do art. 126 da Constituição Federal, se possível, acompanhado do representante do Ministério Público, que deverá ser ouvido em até vinte e quatro horas.

.....
..... (NR)”

Art. 2º Renumerar-se o parágrafo único do art. 928 para § 2º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente alteração legislativa é fruto dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento 13/2003 – CN (CPMI “da Terra”), em especial das sugestões apresentadas em audiência pública com o Procurador de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, o Sr. Francisco Sales Albuquerque.

A necessidade de atualizar o Código de Processo Civil, no que se refere ao rito sumário da ação de reintegração de posse, tem por objetivo compatibilizá-lo com o parágrafo único do art. 126 da Constituição Federal. O processamento das reintegrações de posse, inalterado desde a edição original do Código de Processo Civil, em 1973, não determinava ao juiz o comparecimento aos locais dos conflitos fundiários, permitindo que muitas vezes as decisões se dessem através de mera análise documental.

A presença do representante do Ministério Público, por sua vez, bem como sua oitiva, visa a favorecer o processamento da ação com unia opinião independente e preocupada com a preservação dos vários interesses da sociedade em jogo, evitando assim a eclosão de mais violência no campo, sem prejudicar a celeridade do rito sumário previsto no CPC.

Acreditamos. Assim, que esta pequena porém relevante alteração poderá contribuir sobremaneira para a resolução rápida e pacífica dos conflitos pela terra no país.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Álvaro Dias.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 928. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração:

no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

Parágrafo único. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

Parágrafo único. Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

.....

*(Á Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2005

**Altera os art. 44 e 51 da Lei nº 9.394,
de 1996, para disciplinar o ingresso na edu-
cação superior, extinguindo os processos
seletivos nos cursos de graduação.**

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, a seguinte redação:

Art. 44 A educação superior, para cujo acesso se obedecera aos princípios da capacidade e da igualdade de oportunidades, abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos de graduação:

II – seqüenciais, por campo de saber e de diferentes níveis de abrangência, destinados a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam as exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos para todos, independentemente de escolaridade, e aceitos de acordo com as normas estabelecidas em cada caso pelas instituições de ensino, em vista dos objetivos dos respectivos cursos.

§ 1º O acesso aos cursos previstos no inciso I, oferecidos pelas instituições públicas, inclusive pelas universidades, fica reservado ao candidato que, além de concluído o ensino médio ou equivalente, tenha sido classificado em Exame de Estado e se submeta a um só sorteio anual, entre inscritos para curso específico de determinada instituição.

§ 2º O Exame de Estado a que se refere o 1º será elaborado sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação e aplicado anualmente pelo órgão executivo da União responsável pela área, podendo dele participar os alunos que já concluíram o ensino médio, em suas várias modalidades, ou estejam frequentando seu último ano.

§ 3º O acesso aos cursos previstos no inciso I, oferecidos por universidades e outras instituições privadas de educação superior, fica reservado a candidatos portadores de certificado ou diploma de ensino médio ou equivalente, que tenham sido classificados no Exame de Estado referido no parágrafo anterior e se submetam a sorteio ou concurso seletivo organizado pela respectiva instituição.

Art. 2º Dê-se ao art. 51 da mesma Lei a seguinte redação:

Art. 51. As instituições de educação superior públicas e privadas, inclusive as universidades, ao deliberar sobre o ingresso e outras formas de admissão de estudantes em seus cursos e programas, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre o ensino médio, articulando-se com os órgãos dos sistemas de ensino da região, observado o disposto no art. 44.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A questão do acesso à educação superior. Particularmente, aos cursos de graduação, tem sido tema de intensos debates desde os anos 60 do século XX, quando o número de concluintes do ensino secundário tornou-se crescentemente superior à disponibilidade de vagas.

Esses debates provocaram não somente estudos e pesquisas que levaram a mudanças nos conceitos como a alterações na legislação e na prática das instituições.

Em 1968, por exemplo, por força da Lei nº 5.540, da Reforma Universitária, os exames vestibulares aos

curso de graduação passaram de eliminatórios para classificatórios: ou seja, em vez de o aluno ser aprovado porque obteve uma nota julgada suficiente, passou a ser admitido no curso se seu desempenho se enquadrava na lista de vagas. Esse artifício eliminou a figura dos excedentes, que se constituíam num “cavalo de Tróia” do sistema, com direito a serem chamados logo que surgissem vagas ou no próximo concurso seletivo. Essa medida reforçou a prática dos “cursinhos preparatórios”, principalmente para os vestibulares mais concorridos. No mesmo ano, algumas instituições criaram a figura de 1º, 2º e até 3º opção na inscrição dos vestibulares, reforçando o aproveitamento das vagas ociosas em cursos menos procurados. Em 1971, com a Lei nº 5.692, da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, este último passou a ser compulsoriamente profissionalizante, como que pondo um freio às aspirações de urna massa cada vez maior da população que demandava o ensino superior.

Dois fenômenos sociais se casaram para aplinar uma pseudo-solução para o problema: a multiplicação de vagas nas instituições privadas e o “milagre econômico” da década de 70, que distenderam a pressão e disputa pelos cursos das universidades federais e estaduais gratuitas ou semi-gratuitas.

A Constituição Federal de 1988 também introduziu dois dispositivos que pareciam poder facilitar a entrada das camadas populares nos cursos de graduação públicos: a afirmação de sua total gratuidade e a destinação de 18% dos impostos da União para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Com esse percentual, substituindo os 13% do fixado pela Emenda Calmon à Constituição de 1969, haveria folga para o crescimento de oferta de vagas nas universidades federais, principalmente em cursos noturnos, reivindicados fervorosamente por educadores e estudantes durante o processo constituinte.

Em 1990, o quadro da demanda potencial para as quase 200 mil vagas dos cursos de graduação públicos era de 600 mil concluintes do ensino de 2º grau, metade dos quais oriundos de escolas privadas.

Passados doze anos, para 300 mil vagas – que cresceram, portanto, 50% – houve 2.1 milhões de concluintes do ensino médio, com aumento de quase 250%.

Não se está levando em consideração a demanda reprimida, dos formados em ensino médio em anos anteriores, que somavam 4 milhões em 1990 e hoje são mais de 12 milhões. Uma observação substancial: o número dos concluintes oriundos de escolas privadas se estabilizou, como efeito da crise econômica e enxugamento da classe média, enquanto o das escolas públicas cresceu de 300 mil para 1,5 milhão. Ora, esse

enorme contingente, se não conseguiu pagar mensalidades na educação básica, dificilmente poderá fazê-lo na educação superior, a menos que o candidato consiga um emprego que aumente substancialmente sua renda familiar. Daí se explica a maior média de idade nas universidades privadas, em relação às públicas, e a disputa crescente pelos programas de financiamento ou bolsa de estudos superiores.

A par desse contexto, continua em vigência o vestibular classificatório, cujas desvantagens passamos a enumerar.

Em primeiro lugar, ele é um fato episódico, que não avalia o processo de aprendizagem, mas, tão somente um acúmulo de conteúdos cognitivos. Por ser episódico, também prejudica os que, no dia da aplicação das provas, estejam em condições físicas ou psicológicas desfavoráveis. Desnecessário dizer que acaba sendo discriminatório da condição feminina.

Em segundo lugar, para ter efeito discriminador mais eficiente, acaba aumentando de tal forma o teor de dificuldade das questões, que exige um processo preparatório específico e descolado dos objetivos da educação básica e do ensino médio. Assim, reforça a criação de cursinhos ou o caráter propedêutico das escolas direcionadas para determinados vestibulares, em detrimento da formação dos valores e da cidadania.

Em terceiro lugar, pelo jogo da crescente dificuldade de se lograr aprovação em cursos de graduação mais concorridos e de melhor qualidade, acaba por selecionar não os alunos com mais aptidão, mas os que tiveram oportunidade econômica e social de frequentar os melhores colégios e melhores cursinhos. Com isso, para os filhos de famílias dos setores populares, que entram precocemente no mercado de trabalho, acabam sobrando os cursos de menor prestígio das universidades públicas e os cursos noturnos das instituições privadas.

Em quarto lugar, a “maratona” de preparação e submissão aos vestibulares representa um trauma psicológico crescente: por conta de haver cada vez mais candidatos para um número estável de vagas, a baixa auto-estima resultante do fracasso nessa seleção atinge um número enorme de jovens e adultos, concorrendo para a obstrução de perspectivas de futuro, para indução ao uso de drogas e ingresso na criminalidade, como atestam psicólogos, psiquiatras e educadores.

Ruben Alves, psicanalista e autoridade incontestável no meio educacional e acadêmico, enumera outras vantagens da instituição do sorteio. Segundo ele, o ensino fundamental e o médio, sem a neurose de “prepararem para o vestibular”, ficaria realmente livres para perseguir a alcançar seu verdadeiro ob-

jetivo que é a formação humana e o preparo para a cidadania. As famílias de mais posses não seriam prejudicadas, porque poderiam perfeitamente arcar com despesas nos cursos superiores privados, seja porque já podem pagar mensalidades nas escolas particulares da educação básica, seja porque ficariam livres desses gastos se voltassem a matricular seus filhos nas escolas públicas. Aliás, o retomo tias classes médias para a escola pública seria talvez o efeito mais benéfico para o conjunto da sociedade, porque sua presença iria contribuir eficazmente para a construção da qualidade que hoje lhes falta, como “escola dos pobres”.

Um argumento que pode prejudicar a idéia é o dos que defendem que a verdadeira solução seria a melhoria da educação básica pública. Esse parecer só seria válido se houvesse um aumento concomitante de vagas nas universidades públicas porque, aumentando a qualidade das escolas públicas, aumentariam ainda mais a qualidade das particulares e a dificuldade das provas dos vestibulares, como já acontece nas últimas décadas. Além disso, o presente projeto de lei institui, para todos os candidatos aos cursos de graduação, públicos e privados, um processo seletivo geral e prévio, a cargo do Conselho Nacional de Educação – que hoje é o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, mas que amanhã se poderá converter num instrumento mais qualificado. Esse Exame de Estado certamente contribuirá para o aumento, da qualidade geral do ensino médio e em particular, impedirá que alunos semi-analfabetos ingressem em cursos superiores, como sabem os educadores há anos e tem noticiado a imprensa recentemente.

Outro argumento que se poderia erroneamente aduzir é que esta disciplina do ingresso nas universidades feriria sua autonomia didático-científica, disposta no art. 207 da Constituição Federal. Absolutamente. A prerrogativa delas criarem, organizarem e extinguirem cursos, assim como fixar, aumentar e diminuir suas vagas, disposta no art. 53 da LDB, continua intocável. O que se propõe é uma diretriz de política educacional para articular a educação básica e a educação superior, hoje sujeita a critérios que herdaram práticas elitistas e seletivas, que devem ser substituídas por princípios democráticos e de efetiva qualidade.

A maior virtude do sorteio, cremos nós, será a indução de mais vagas nas universidades públicas e gratuitas, federais e estaduais, principalmente por meio da criação de cursos noturnos. Na realidade, a educação escolar não deve se dividir entre básica e superior: como expressa o art. 2º da LDB, “a educação escolar compõe-se da educação básica e superior”.

A preocupação dos efeitos deletérios dos vestibulares sobre o currículo e a “orientação do ensino médio” já estava presente na tramitação da LDB, que resultou em seu art. 51:

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Infelizmente, até mesmo no caso emblemático do Programa de Avaliação Seriada (PAS), da Universidade de Brasília (UnB), a pretendida articulação não se efetivou, o que está gerando – ao contrário do pretendido – uma crescente exclusão dos alunos das escolas públicas do Distrito Federal nos seus cursos de graduação. Somente as iniciativas de cotas para professores em programas especiais e para negros na graduação, tem equilibrado a perversa tendência de elitização do vestibular da UnB. Por isso, propõe-se a alteração do referido art. 51.

Finalmente, é necessário registrar que o presente projeto não exclui a possibilidade de cotas no âmbito dos sorteios em instituições públicas, seja por força de leis dos sistemas de ensino, seja por deliberação de cada universidade, no uso de sua autonomia.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Sibá Machado.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. *(Regulamento)*

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Obs.: Revogada pela Lei nº 9.394, de 20-12-96, com exceção do artigo 16º alterado pela Lei nº 9.192, de 21-12-95.

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

(Revogada pela Lei nº 9.394, de 20-12-1996)

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 9, de 2005** (nº 63/2005, na origem), de 3 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de janeiro de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Senhor Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos

Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISO Nº 3, DE 2005-CN
(Nº 2.481-SGS-TCU/2004, na origem)

Aviso nº 2.481-SGS-TCU-Plenário

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Paulo Bernardes
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados
Anexo II, Ala C, Sala 8, Térreo
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.385/2004-5, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Extraordinária de 15-12-2004, bem como Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Foi dado conhecimento aos Membros através do correio eletrônico enviado

AVISO Nº 4 DE 2005-CN
(Nº 179SGS-TCU/2005, na origem)

Aviso nº 179-SGS-TCU-Plenário

Brasília-DF, 2 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Paulo Bernardes
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados
Anexo II, Ala C, Sala 8, Térreo
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.879/2004-7, examinado pelo Ple-

nário desta Corte na Sessão Ordinária de 2-3-2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

AVISO Nº 5, DE 2005-CN

(Nº 145-565-TCU/2005, na origem)

Aviso nº 145-SGS-TCU-Plenário

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Paulo Bernardes
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos
Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados
Anexo II, Ala C, Sala 8, Térreo
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.378/2002-3, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 23-2-2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 92, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 7, de 2005 (nº 25/2005, na origem) que “submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Dalvino Troccoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Ivo Brasil.”

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 08 de março de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Teotônio Vilela Filho, sobre a Mensagem nº 07, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor, Dalvino Troccoli Franca, para exercer o cargo

de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Ivo Brasil, por 17 votos favoráveis, 1 contrário(os) e 00 abstenção (ões).

Sala das Comissões, de março de 2005. Presidente, **Heráclito Fortes** – Relator **Teotônio Vilela Filho**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Teotônio Vilela Filho**.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Dalvino Troccoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Os referidos dispositivos, respectivamente, conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Agência Nacional de Águas, a serem nomeados pelo Presidente da República.

O **curriculum vitae** anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Dalvino Troccoli Franca possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Formado em Arquitetura, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), em 1971, o Senhor Dalvino Troccoli Franca tem longa experiência no setor urbano e em atividades de natureza multidisciplinar, como a gestão dos recursos hídricos, a preservação ambiental e a promoção do desenvolvimento rural.

Assim, desde 1985, o Senhor Dalvino Troccoli Franca tem desenvolvido atividades profissionais em entidades e programas como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), a Secretaria de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas.

No período recente, o Senhor Dalvino Troccoli Franca participou ativamente das atividades de implantação do novo marco político-institucional de gerenciamento dos recursos hídricos. Cabe destacar sua contribuição ao Plano de Convivência com a Seca, ao Programa de Construção de 1 Milhão de Cisternas e ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro.

Cabe ressaltar a participação em diversos seminários nacionais e internacionais, em missões oficiais de negociação e avaliação de empréstimos externos

e em viagens de estudo e de desenvolvimento no Exterior, e a publicação de documentos técnicos.

As funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Dalvino Troccoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Sala da Comissão, 8 de março de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA MENSAGEM (SF) Nº 07 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES

RELATOR: TEOTONIO VILELA FILHO

BLOCO DA MINORIA

HERÁCLITO FORTES

1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

JOÃO RIBEIRO

2-CÉSAR BORGES

JOSÉ JORGE

3-JONAS PINHEIRO

MARCO MACIEL

4-JORGE BORNHAUSEN

RODOLPHO TOURINHO

5-MARIA DO CARMO ALVES

LEONEL PAVAN

6-FLEXA RIBEIRO

SÉRGIO GUERRA

7.EDUARDO AZEREDO

TASSO JEREISSATI

8- ALMEIDA LIMA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

9- ARTHUR VIRGÍLIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELCÍDIO AMARAL

1-ROBERTO SATURNINO

FRANCISCO PEREIRA

2-PAULO PAIM

JOÃO CAPIBERIBE

3-FERNANDO BEZERRA

MOZARILDO CAVALCANTI

4-FÁTIMA CLEIDE

SERYS SLHESARENKO

5-SÉRGIO ZAMBIASI

SIBÁ MACHADO

6-VAGO

AELTON FREITAS

7-VAGO

PMDB

GERSON CAMATA

1-NEY SUASSUNA

ALBERTO SILVA

2-LUIZ OCTÁVIO

VALDIR RAUPP

3-PEDRO SIMON

VALMIR AMARAL

4-JOÃO BATISTA MOTTA

GILBERTO MESTRINHO

5-MÁRIO CALIXTO

MÃO SANTA

6- ROMERO JUCÁ

PDT

JUVÊNCIO DA FONSECA

1-AUGUSTO BOTELHO

PARECER Nº 93, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 3, de 2005, nº 961/2004, na origem), que “submeto à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Eduardo Flores Vieira para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato da Excelentíssima Doutora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9-3-2005, apreciando o Relatório (anexo) apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy sobre a Mensagem (SF) nº 3, de 2005, do Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Doutor Eduardo Flores Vieira, para compor a Defensoria Pública da União no cargo de Defensor Público-Geral da União, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 1994.

Sala da Comissão, 9 de março de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o Senhor Presidente da República, na forma da Mensagem nº 3, de 2005, (nº 961, de 27 de dezembro de 2004, na origem) submete à consideração dos senhores membros do Se-

nado Federal a escolha que deseja fazer do nome do Sr. Eduardo Flores Vieira para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União no biênio 2005/2006.

A Constituição Federal determina efetivamente, no seu art. 52, inciso III, alínea f, ser da competência privativa do Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos titulares de cargos previstos em lei. Assim, em decorrência do mandamento exposto na Lei Maior, foi expedida a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, cujo art. 6º é invocado apropriadamente pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça no sentido de fazer a indicação.

No que concerne à indicação ministerial, devidamente referendada pelo Senhor Presidente da República, louve-se o **currículum vitae** do Dr. Eduardo Flores Vieira, cuja formação acadêmica, reforçada por diversos cursos complementares, dão-nos a segurança do acerto da escolha presidencial.

O candidato formou-se em Direito pelas Universidades Integradas Instituto Ritter dos Reis, UNIRITTER em 1997. Frequentou o curso de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público durante os anos de 1998/1999, em Porto Alegre – RS.

É Defensor Público da União desde setembro de 2002, lotado no Núcleo de Porto Alegre, com atribuições na Justiça Federal, Justiça Militar e Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em face ao exposto somos favoráveis à aprovação do nome do Dr. Eduardo Flores Vieira para exercer o elevado cargo de Defensor Público-Geral da União, com mandato de dois anos.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, 4 de março de 2005.

– **Eduardo Suplicy**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 3 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 9/3/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Eduardo Suplicy</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	8-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
ROMERO JUÇA	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 07/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

PARECER Nº 94, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de Origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Relator: Senador **Tião Viana**Relatora *ad hoc*: Senadora **Ideli Salvatti****I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, (Projeto de Lei nº 3.986 na Casa de origem), de autoria do Deputado Dr. Rosinha, foi apresentado no Plenário da

Câmara dos Deputados em 15 de dezembro de 2000, tendo sido encaminhado às Comissões de Seguridade Social e Família e a de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Na Comissão de Seguridade e Família foi aprovado em sua forma original, isto é, como legislação extravagante, tendo por relator o Deputado Henrique Fontana.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o relator, Deputado Roberto Magalhães, corrigiu tal vício de técnica legislativa, atendendo ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998. Tratou-se, então, de acrescentar o inciso III no art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que estabelece a notificação compulsória de doenças e agravos inusitados à saúde. Assim, a proposição tomou a forma com que foi encaminhada ao Senado Federal.

Em 14 de abril de 2004, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal e distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, onde deverá ser examinada quanto

à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, regimentalidade e mérito.

O Projeto de Lei nº 14, de 2004, compõe-se de dois artigos, sendo o segundo a sua cláusula de vigência, que a determina quando da publicação da lei.

O art. 1º acrescenta o inciso III ao art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, tornando compulsória a notificação dos casos de intoxicação por agrotóxicos.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

No que diz respeito à constitucionalidade, o projeto inscreve-se na competência da União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (CF, art. 24, XII) e, também, na iniciativa por parlamentar (CF, art. 61, **caput**). Materialmente, a proposição enquadra-se no disposto na cabeça do art. 196 da Constituição da República, que estatui que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Quanto juridicidade e regimentalidade, a proposição em nada as lesiona.

O vício de técnica legislativa existente no projeto original já foi sanado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

No que pertine ao mérito, este se mostra enfatizado pelo fato de que o uso de agrotóxicos é disseminado por todo o território nacional, constituindo-se em grave ameaça à saúde da população em geral, que consome os produtos que os contêm e, principalmente, dos trabalhadores que com eles tem contato direto, muitas vezes sem contar com os equipamentos de proteção individual adequados.

Ademais, cria-se de saúde de proceder à intoxicação por agrotóxicos, dispositivos da proposição.

Assim, o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, mostra-se oportuno e conveniente à proteção da saúde da população brasileira.

III – Voto

Em vista das considerações expendidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2004. – **Tiã Viana**, Relator.

VOTO EM SEPARADO

Parecer nº de 2005, sobre as emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns no Voto em Separado.

I – Relatório

Em Voto em Separado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, o Senador Flávio Arns apresenta duas emendas.

A Emenda nº 1 dá à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para excluir a intoxicação por agrotóxicos entre os agravos à saúde sujeitos a notificação compulsória”.

A Emenda nº 2 dá a seguinte redação ao artigo 1º do Projeto:

“Art 1º O art 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

.....
 III – de intoxicação por agrotóxicos e afins, conforme estão definidos no inciso I do art. 2º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.”

II – Voto

O relator acolhe as duas emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2004.
 – **Ideli Salvatti**, Relatora *ad hoc*.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/10/2004, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	
RELATOR "AD HOC": SENADOR PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
IDELEI SALVATTI (PT) - <i>AD HOC RELATORA</i> <i>Idelê Salvatti</i>	2- FERNANDO BEZERRA (PTB) <i>Fernando Bezerra</i>
FÁTIMA CLEIDE (PT) <i>Fátima Cleide</i>	3- TIÃO VIANA (PT) <i>Tião Viana</i>
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
Á MACHADO (PT) <i>Á Machado</i>	5- DUCIOMAR COSTA (PTB) <i>Duciomar Costa</i>
AELTON FREITAS (PL) <i>Aelton Freitas</i>	6- VAGO
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSB) <i>Geraldo Mesquita</i>	7- SERYS SLHESARENKO (PT) <i>Serys Slhessarenko</i>
DELCÍDIO AMARAL (PT) <i>Delcídio Amaral</i>	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	1- GARIBALDI ALVES FILHO
LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>	2- HÉLIO COSTA
MAGUITO VILELA	3- VAGO
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
RAMEZ TEBET	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA
PFL TITULARES	PFL SUPLENTE
FRISON LOBÃO	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
JOSÉ AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
PAULO OCTÁVIO	4- EFRAIM MORAIS
MARIA DO CARMO ALVES - LICENCIADA	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO	1- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
LÚCIA VÂNIA	2- LEONEL PAVAN
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3- SÉRGIO GUERRA
ANTERO PAES DE BARROS	4- ARTHUR VIRGÍLIO
LUIZ PONTES	5- VAGO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	2- VAGO
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRÍCIA SABOYA GOMES	1- MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se

destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRAFICAS DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2004

Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Autor: Deputado Dr. Rosinha.

Relator: Senador Tião Viana.

Parecer favorável.

Não estando presente o Relator, eu pediria ao Senador Flávio Arns que fosse o nosso Relator **ad hoc** nesse projeto.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores que na reunião anterior foram concedidas Vistas do processo ao próprio Senador Flávio Arns, que o devolveu com um voto em separado favorável ao projeto, com duas emendas.

Acredito que sendo o autor do voto em separado, V. Ex^a, Senador Flávio Arns, não poderia ler o projeto. Passo, então, a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para ser a Relatora **ad hoc**.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bioco/PT-SC) – Senadora Lúcia Vânia, o projeto obriga a notificação compulsória nos casos de intoxicação por agrotóxico, até para que possamos ter uma medida exata da gravidade desse tipo de danos à saúde das pessoas, dos agricultores que utilizam esse tipo de insumo agrícola, que todos sabemos têm uma grande incidência de danos à saúde. A notificação compulsória é uma medida muito relevante exatamente para podermos ter esse mapeamento de toda a questão.

O Senador Flávio Arns pediu vistas e apresentou duas emendas, em voto em separado, que foram acolhidas pelo Relator.

Nosso voto é pelo mérito do projeto, a relevância, a importância e a aprovação do projeto com as duas emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Quero inclusive destacar que as emendas apresentadas são os frutos do trabalho da Subcomissão de Saúde, uma das subcomissões desta Comissão de Assuntos Sociais. Realizamos uma audiência pública, essa Subcomissão, com as pessoas que tinham sido intoxicadas pelo trabalho no combate à dengue. Observamos, fruto dessa discussão, que o Projeto de Lei simplesmente previa intoxicação por agrotóxicos e ampliamos a emenda, que foi acolhida, para agrotóxicos e afins, conforme determina a Lei nº 7.802. Esse é um avanço importante nessa área.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Flávio Arns e quero cumprimentar a Subcomissão de Saúde por essa iniciativa. Tenho certeza de que essa Subcomissão acrescentou alterações substantivas a um projeto de tamanha importância.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR FLÁVIO ARNS

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter não-terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2004, de autoria do Deputado Federal Doutor Rosinha.

O art. 1º propõe o acréscimo de um inciso III ao art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Com o acréscimo, a intoxicação por agrotóxicos passa a ser um agravo à saúde sujeito a notificação compulsória às autoridades sanitárias.

A cláusula de vigência (art. 2º) determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição não recebeu emendas.

II – Análise

A intoxicação por agrotóxicos constitui um grave problema de saúde pública ainda incompletamente dimensionado por cientistas e autoridades sanitárias de nosso País.

O problema foi discutido de forma excepcional em recente audiência pública realizada no âmbito da Subcomissão Temporária da Saúde (Cassaúde) desta Casa Legislativa. Na oportunidade, as Dras. Heloísa Pacheco e Fátima de Souza denunciaram o descaso com que o tema sempre foi tratado pelas autoridades sanitárias brasileiras, o que resultou na intoxicação de milhares de agentes de saúde que atuaram no combate a vetores de endemias em todo o Território Nacional.

Questionada sobre o impacto dos agrotóxicos organofosforados sobre a saúde da população exposta, quando da sua aplicação em campanhas de combate à dengue, a Dra. Pacheco afirmou que não há estudos científicos avaliando especificamente essa questão no Brasil. Isso mostra que o problema não tem recebido a devida atenção sequer para o seu diagnóstico.

A audiência foi voltada para o debate da situação dos agentes de saúde intoxicados, mas sabemos que eles representam apenas uma fração do total de casos que ocorrem diariamente em nosso País. Grande parte dos agrotóxicos é utilizada por pessoas sem treinamento apropriado para o manuseio de substâncias tão nocivas. Se nem mesmo os agentes de saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), manuseavam os produtos de maneira adequada, imagine-se o que ocorre com os trabalhadores rurais no interior do Brasil.

Segundo nos informou a Dra. Heloisa Pacheco, Neurologista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, somente 2% dos casos de intoxicação por agrotóxicos são notificados às autoridades sanitárias nos Estados Unidos, que têm estimados entre 150 e 300 mil casos por ano. No Brasil, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) registrou, no ano de 1999, 16.093 casos de intoxicação por agrotóxicos. Certamente trata-se de subestimativa. Assim como nos Estados Unidos, esses casos registrados representam somente a “ponta do **iceberg**”.

Daí a importância do projeto de lei sob análise. Somente com a notificação compulsória desses agravos à saúde poderemos dimensionar e enfrentar o problema de modo oportuno.

Assim como o Relator da proposição nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Tião Viana, somos plenamente favoráveis à sua aprovação. No entanto, gostaríamos de aprimorá-la no sentido de evitar possíveis problemas de interpretação quando da aplicação da lei que o projeto eventualmente originar.

Apesar do termo agrotóxico estar geralmente associado aos produtos utilizados na agricultura, sua definição é bem mais ampla e inclui os inseticidas e outros produtos aplicados no controle da fauna urbana. A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre o controle dos agrotóxicos, traz a seguinte definição:

Art. 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I – agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hidrí-

cos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

.....
A fim de evitar quaisquer questionamentos sobre os casos que devem e os que não devem ser notificados, deve ser feita uma referência explícita à definição supracitada dos agrotóxicos. Assim, evitaremos que os casos de intoxicação por inseticidas e raticidas escapem às determinações legais.

Por fim, observamos que a ementa do PLC nº 14, de 2004, não expressa adequadamente o objeto da lei, ferindo, por conseguinte, o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação e a elaboração das leis.

No tocante à juridicidade e constitucionalidade da proposição, nada há a obstar.

III – Voto

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004:

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir a intoxicação por agrotóxicos entre os agravos à saúde sujeitos a notificação compulsória.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 7º

.....
III – de intoxicação por agrotóxicos e afins, conforme estão definidos no inciso I do art. 2º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

..... (NR)”

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2004.
– Senador **Flávio Arns**.

PARECER Nº 95, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 6, de 2005 (nº 24/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Bruno Pagnoccheschi, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 8 de março de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre a Mensagem nº 6, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor, Bruno Pagnoccheschi, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, por 18 votos favoráveis, 0 contrário(os) e 0 abstenção(ões).

Sala das Comissões 8 de março de 2005. – **Heiráclito Fortes**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Bruno Pagnoccheschi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Os referidos dispositivos, respectivamente, conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Agência Nacional de Águas, a serem nomeados pelo Presidente da República.

O **curriculum vitae** anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Bruno Pagnoccheschi possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Formado em Engenharia Civil, na Universidade de Brasília (UnB), em 1975, o Senhor Bruno Pagnoccheschi apresenta sólida formação profissional e longa experiência no setor público. Além do curso de

graduação, sua formação inclui: Pós-Graduação em Hidráulica e Saneamento, na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo; Curso de Administração de Projetos de Meio Ambiente, na Escola Interamericana de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas; e os créditos correspondentes ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (UnB).

Desde 1978, o Senhor Bruno Pagnoccheschi tem desenvolvido atividades profissionais em entidades do setor de gestão dos recursos hídricos e de planejamento governamental. Cabe destacar a experiência acumulada no exercício de atividades profissionais no Centro Tecnológico de Hidráulica (CTH), no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNA-EE), no Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), na Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM-PR), no Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e na Agência Nacional de Águas (ANA).

No período recente, o Senhor Bruno Pagnoccheschi ocupou os cargos de Secretário-Geral da Agência Nacional de Águas e de Chefe de Gabinete da Ministra de Estado do Meio Ambiente. Cabe ressaltar a participação em diversos seminários nacionais e internacionais, o exercício de atividades como consultor a diversas entidades nacionais e internacionais e a publicação de documentos técnicos e estudos relacionados à temática do meio ambiente, da inclusão social e da política nacional de recursos hídricos.

As funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Bruno Pagnoccheschi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Sala da Comissão, 8 de março de 2005. – **Mozarildo Cavalcanti**.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
MENSAGEM (SF) Nº 06 DE 2005**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES

RELATOR: MOZARILDO CAVALCANTI

BLOCO DA MINORIA

HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JOÃO RIBEIRO	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7.EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELCÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
FRANCISCO PEREIRA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
MOZARILDO CAVALCANTI	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SLHESSARENKO	5-SÉRGIO ZAMBIASI
SIBÁ MACHADO	6-VAGO
AELTON FREITAS	7-VAGO

PMDB

GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VALMIR AMARAL	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5-MÁRIO CALIXTO
MÃO SANTA	6- ROMERO JUCÁ

PDT

JUVÊNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO
---------------------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foi lido anteriormente o Parecer nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei nº 14, de 2004** (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 6/05-BLP

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Luciano Castro (PL/RR), na qualidade de titular, e o Deputado Amauri Gasques (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 231, de 29 de dezembro de 2004 que “Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona, institui a Gratificação de incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde – GIAAS, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 7/05-BLP

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Carlos Mota (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Remi Trinta (PL/MA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004 que “Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, cria e extingue cargos

públicos de provimento efetivo e em comissão, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. Nº 9/05-BLP

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Wanderval Santos (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Humberto Michiles (PL/AM), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 235, de 13 de janeiro de 2005 que “**Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI.**”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 38/05-BLP

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Milton Monti (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Wanderval Santos (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 238 de 10 de fevereiro de 2005 que “Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 47/05-BLP

Brasília, 23 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Jorge Pinheiro

(PL/DF), na qualidade de titular, e o Deputado Raimundo Santos (PL/PA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 239, de 18 de fevereiro de 2005 que “acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. -Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 8/05-BLP

Brasília, 1º de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Inaldo Leitão (PL/PB), na qualidade de titular, e o Deputado Giacobbo (PL/PR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 234, de 10 de janeiro de 2005 que “dá nova redação ao **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 35/05-LBP

Brasília, 1º de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Hamilton Casara (PL/RO), na qualidade de titular, e o Deputado João Mendes de Jesus (PSL/RJ), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 229, de 17 de dezembro de 2004 que “acresce parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, dá nova redação ao art. 32 da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of./GAB/I/nº 166

Brasília, 8 de março 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcelo Teixeira passa a Integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 232, de 30-12-2004, em substituição ao Deputado Wilson Santiago.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

Ofício nº 024/Plen

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir– a Vossa Excelência a fim de indicar, como titulares, os Deputados, José Pimentel, PT/CE, e Paulo Rubem, PT/PE, na Comissão Mista destinada a dar parecer à Medida Provisória nº 240. Como suplentes, os Deputados Vignatti, PT/SC, e Carlito Merss, PT/SC, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – **Paulo Rocha**, Líder do PT.

OF/LID/Nº 067/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Júlio Delgado e Geraldo Thadeu, para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, em substituição aos deputados Dimas Ramalho e Rogério Teófilo, na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória Nº 240/05, que “Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 81/05-GLPSDB

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Exª, a Senadora Lúcia Vânia, para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a apresenta projetos rees-

truturando os orçamentos e sua tramitação, criada nos termos do Ato Conjunto nº 1/05, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa a SRA. Senadora Lúcia Vânia como suplente para compor a Comissão Mista destinada a apresentar projetos de reestruturação dos orçamentos e sua tramitação, criada nos termos do Ato Conjunto nº 1, de 2005, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 258/2005-GLDBAG

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flávio Arns para compor, na qualidade de Suplente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Flávio Arns como suplente para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Têm a palavra, pela ordem, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador César Borges.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, como possibilita o Regimento. Não tenho problema em ser a primeira, a segunda ou a terceira oradora, desde que consiga falar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente.

Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a gentileza de me inscrever, pela Liderança do PFL, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a já está inscrito após a Ordem do Dia.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Tião Viana, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, agradeço a V. Ex^a por haver me cedido o seu tempo, até para que eu possa falar mais uma vez sobre a seca na região Sul, mais precisamente no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, a minha intenção era falar novamente sobre a peça orçamentária e descrever a experiência do Rio Grande com o orçamento participativo, adotado no Governo Olívio Dutra. Como terei de abordar outro assunto, gostaria que meu discurso fosse considerado como lido na íntegra para ser publicado nos Anais da Casa.

Faço uma análise do Orçamento, como já fiz em outro momento. Sou a favor – e sei que V. Ex^a também o é – do orçamento impositivo nas três esferas, no Município, no Estado e na União, e que se faça uma rediscussão do orçamento no Congresso. Que o debate comece no Município, com as emendas da região, com a participação da Câmara dos Vereadores e do Executivo, passe pela Assembléia Legislativa, com a participação do Governador do Estado, para, então, Deputados e Senadores defenderem aqui, efetivamente, as emendas do Estado. Estas, por sua vez, passariam pelas Comissões permanentes da Casa e, num segundo momento, iriam para a Comissão de Sistematização. Aprovadas, seriam remetidas ao Plenário do Congresso e enviadas ao Executivo. Dessa forma, teríamos um orçamento impositivo nascido nas bases.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a análise dos documentos que escrevi. Peço a V. Ex^a que, dentro do possível, faça-os publicar nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, está havendo em Brasília um grande encontro de prefeitos de todo o País. Já recebi mais de cem prefeitos no meu gabinete, e todos, de forma quase desesperada, contam-me a realidade da

seca no nosso Estado. Hoje pela manhã, diziam-me que está faltando água não só para o feijão, o arroz, a soja, o trigo, enfim, para as mais variadas culturas, mas também para a nossa população sobreviver. O gado, os animais estão morrendo, e inúmeras cidades já estão na linha do racionamento.

Um artigo escrito hoje pela economista, articulista e jornalista Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, retrata essa realidade. Trago a matéria porque reflete o que todos pensam e que é fruto de um grande encontro que houve no Rio Grande do Sul. Diz a jornalista:

A economia gaúcha será a mais afetada pela seca na região Sul. As perdas com a soja e o milho podem representar prejuízo de R\$12,5 bilhões, avalia o especialista Antônio Sartori, projetando a produção nacional em 56 milhões de toneladas em vez de 62 milhões previstos na hora do plantio. Para se ter idéia da extensão das perdas no Estado, basta dizer que a estimativa era de 10 milhões de toneladas, mas a colheita será de apenas 4,5 milhões de toneladas. O produtor Pedro Everling, da região missioneira, confirma: “É a maior quebra na lavoura desde que o Rio Grande do Sul começou a plantar soja.” Esse cenário de problemas que se espalha [esse termo lembra-me o ex-Governador Olívio Dutra] para o comércio, os serviços e as cooperativas foi avaliado em profundidade ontem, em Não-Me-Toque, na abertura do 16º Fórum Nacional da Soja.

Esteve presente o Ministro Roberto Rodrigues que, apesar dessa realidade, demonstrou muita confiança em que os Governos Federal, Estadual e Municipal trabalharão para recuperar a economia, principalmente a agropecuária no nosso Estado.

O estoque mundial da soja passou de 38 milhões de toneladas, em 2004, para 55 milhões, informa Antônio Sartori.

Mas, infelizmente, com a seca no Rio Grande do Sul, essa expectativa diminui muito, com repercussão inclusive internacional.

Sr. Presidente, embora eu esteja enfocando mais a soja, essa é uma questão da maior gravidade. Hoje pela manhã, conversei com o Ministro Miguel Rosseto e também com o Ministro Olívio Dutra, ambos do Rio Grande do Sul, que reafirmaram que é grande a possibilidade de, na próxima semana, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ir ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para levar não apenas a solidariedade do Governo Federal ao povo da Região Sul, como também propostas para amenizar o prejuízo enorme causado pela seca nesses Estados, que, como eu dizia na abertura desta fala, estão em uma situação desesperadora.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, é intenção do Presidente Lula levar o resultado construído por nove Ministérios. Sua Excelência formou uma Comissão Interministerial que apresentará propostas de encaminhamento para amenizar a situação da seca no nosso Rio Grande do Sul.

A seca nos preocupa muito, mas há um outro problema que também nos deixa muito preocupados. Refiro-me à Convenção Quadro, em relação a qual sei que também V. Ex^a se preocupa, como médico e especialista na área da saúde que é. O debate está de volta no momento em que a seca agride não apenas o nosso meio ambiente, a nossa produção agropecuária, como também o povo do Rio Grande do Sul.

Tive a felicidade de conversar com produtores, trabalhadores e especialistas na área lá no Rio Grande do Sul e, juntamente com representantes da Universidade de Santa Cruz, acertamos com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Cristovam Buarque, uma reunião aqui em Brasília no próximo dia 30 para debatermos a Convenção Quadro e o impacto que provocará na economia do Rio Grande do Sul.

Todos nós sabemos que o problema não se restringe à seca e ao debate da Convenção Quadro, mas diz respeito também à repercussão na economia do Rio Grande do Sul nos próximos anos. Temos, no Estado, um parque industrial no setor de máquinas agrícolas riquíssimo e muito produtivo, que vai sofrer prejuízos. Poderá haver demissão em massa. Em relação à carga tributária que será adotada no Rio Grande do Sul, houve ontem uma grande manifestação lá no Estado, de empresários e trabalhadores, contra os tributos que estão sendo aplicados no Estado. Isso, evidentemente, tem uma repercussão na posição do atual Governador Germano Rigotto, que promoveu a aprovação dessas medidas recentemente na Assembléia, mas o protesto também era contra a Medida Provisória nº 232.

Acredito que é preciso, sim, que se faça uma análise fria, tranqüila e muito equilibrada sobre essa realidade, entendendo que essa situação com a seca está trazendo um prejuízo incalculável nesse momento ao Rio Grande do Sul. Estamos muito esperançosos na solução que será apontada pelo Governo Federal, que contará naturalmente com a participação do Governo Estadual, em parceria com as prefeituras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a por essa oportunidade. V. Ex^a me sinaliza

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tenho ainda dois minutos.

Aproveito, então, Sr. Presidente, para informar à Casa que instalamos na Comissão de Assuntos Sociais – CAS uma Subcomissão que tratará da questão do Direito do Trabalho e Previdência.

Sabemos que a reforma sindical chegou à Casa e vamos debatê-la com a maior tranqüilidade e com muito equilíbrio.

Dizia outro dia e repito hoje: sei que a intenção do Governo é que esse tema seja debatido com a maior tranqüilidade e que construamos aqui um substitutivo que represente a média de pensamento da sociedade....

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... e que sirva como base até para o grande debate que faremos num segundo momento da reforma trabalhista.

Cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Tião Viana – V. Ex^a que é o 1º Vice-Presidente desta Casa – por ter convidado a especialista nessa área, a ex-Deputada Sandra Starling, que, tenho certeza, dará uma bela contribuição para que construamos uma saída na questão sindical e, quem sabe, aprovarmos a reforma sindical ainda este ano.

Tomara que consigamos fazer isso, a exemplo do que V. Ex^a fez com a PEC paralela.

Concluo, lembrando que a PEC paralela, felizmente, será aprovada na Câmara e retornará a esta Casa, onde, como disse o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, também será aprovada rapidamente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, confesso que estou com imensa vontade de fazer uma homenagem a todas as mulheres que marcaram as nossas vidas. Como não posso citar todas elas, resolvi, de forma muito simples, homenagear vocês, senadoras da República.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Ana Júlia Carepa, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Fátima Cleide, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Heloísa Helena, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Ideli Salvatti, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Lúcia Vânia, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Maria do Carmo Alves, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Roseana Sarney, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Senadora Serys Slhessarenko, termino com seu nome em razão da liderança no prêmio Bertha Lutz, que, todos os anos, homenageia diversas mulheres. Sinta-se, nesse momento, homenageada. Você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Quero terminar falando de uma mulher negra, gari de Porto Alegre e que, nesta quinta-feira, juntamente com outras guerreiras, Maria da Penha, Zilda Arns, Palmerinda Donato e Clara Charf, receberá o Prêmio Bertha Lutz. Vocês estarão sempre presentes na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Temos o orgulho de ter indicado essa cidadã para receber o Prêmio.

Seu nome é Rozeli da Silva e sua história pode ser a de centenas de brasileiras. De uma família simples e humilde, composta por dez irmãos, ela passou grande parte de sua infância nas ruas da capital gaúcha.

Aos onze anos casou-se para fugir da violência a que estava submetida, mas a encontrou dentro de casa. Por anos foi vítima de violência doméstica. Seu primeiro filho, ela é mãe de cinco, nasceu quando ela tinha 13 anos.

Em 1987, começou a trabalhar como gari nas ruas de Porto Alegre. Foi aí que Rozeli decidiu que faria algo para modificar a situação de diversas meninas que, assim como ela, estavam nas ruas passando pelas mais diversas adversidades, com gravidez precoce, submetidas à violência e envolvidas no mundo das drogas.

Segundo palavras dela:

“Comecei a chorar e pensei: deveria ter um lugar aonde as crianças não pagassem nada, aonde alguém desse o que comer e eles tivessem um lugar para ficar. Aonde não fossem explorados, nem pela mãe e nem pelo mundo.”

No início dos anos 90 Rozeli começou a pôr em prática seus ideais que culminaram com a criação e oficialização do Centro Infantil Renascer da Esperança, uma Organização Não-Governamental, em 1996.

Hoje o Projeto Renascer atende, em uma pequena área, cerca de 220 crianças carentes de 6 a 14 anos. Os jovens participam, em horários alternados, de atividades esportivas, culturais e profissionalizantes.

No local as crianças atendidas recebem alimentos, participam de oficinas de rap, aulas de teatro, música, inglês e rodas de capoeira.

O Renascer da esperança oferece ainda um trabalho social voltado às famílias das crianças, atendimento a pessoas soro-positivo e distribuição de cestas básicas. As mães podem participar do “Clube das Mães Renascer da Esperança” que visa, por meio da produção de fraldas, absorventes e sacolas, gerar renda para dezenas de famílias.

O sonho de Rozeli vai mais além. Ela pretende colocar em prática o projeto “Ampliando Horizontes” que atenderá 600 jovens de sete a 17 anos.

Por esse breve histórico podemos ver a grande mulher que, assim como outras, luta diariamente por um país melhor, pela igualdade entre homens e mulheres. Guerreiras que, independente das adversidades pelas quais passaram, lutam para que outras mulheres tenham um futuro melhor.

Rozeli da Silva, você está sempre presente na luta pela liberdade, igualdade e justiça social. Valeu!

Parabéns a todas vocês!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a e informo que a solicitação feita durante o pronunciamento será atendida na forma do Regimento.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável, se possível, na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a é o terceiro inscrito para uma comunicação inadiável na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^s e Srs Senadores – segundo o painel, já há 36 na Casa –, brasileiras e brasileiros aqui presentes e aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, TV Senado e Rádio Senado AM/FM, ontem foi o Dia Internacional da Mulher. Aliás, no Piauí, todos os dias são dia da mulher, principalmente as noites. Como admiramos as mulheres! Não são desafortunadas, não; são meigas, carinhosas. Essas são as mulheres do Brasil e do Piauí.

O Presidente Lula deveria aprender com as mulheres. Como elas sabem economia! A renda está pequena, Senador Tião Viana; está quase igual ao tempo, que o PT diminuiu, pois ninguém mais pode falar muito como antigamente. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto; em dois, o Sermão da Montanha: “Bem-Aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Esse é o discurso do povo do Brasil.

Senador Tião Viana, o Presidente Lula tem de aprender com todos, principalmente com as carinhosas mulheres do Brasil.

“Governo Lula gasta mais e mal”. É, Presidente Tião Viana, só nesse ponto, as mulheres brasileiras já têm muito a ensinar! Não são desafortunadas, não; são sabidas, competentes, carinhosas. Gastam pouco e fazem milagres, porque a renda **per capita** do brasileiro está diminuindo, principalmente a do Nordeste.

No meu conceito, o Prefeito é o mais importante instrumento da administração da democracia – não é o Presidente, não é o Ministro, não é o Governador, que já fui. Moramos na cidade. Ninguém mora no Alvorada, na Granja do Torto; poucos moram lá. O Prefeito é o único que administra a sua mãe, a sua mulher carinhosa, os seus filhos, o seu avô, a sua avó. Eu queria dizer o seguinte: eles fazem milagre.

Senador Tião Viana, V. Ex^a é a última estrela do PT, e todo o País espera que V. Ex^a seja anunciado Ministro da Saúde. Aí vou vibrar, aí vou bater palmas para o Lula. É o reencontro da ciência da saúde, da Medicina com os médicos e com a sensibilidade, que V. Ex^a representa.

Estão dizendo que o Presidente vai colocar o Ciro Gomes; está, então, com a paranóia de imitar o FHC. Na Economia, o “liberal” fez; e, agora, na Saúde, pelo fato de o Fernando Henrique ter colocado ali um estranho, Lula também vai fazer o mesmo? É o FHC do Paraguai!

Senador Tião Viana, “o Governo Lula gasta mais e mal”, como se diz no **Correio Braziliense**. Os jornais de Brasília são bons hoje.

Senador Tião Viana, V. Ex^a sabe o que significa isto: dezenove das 28 áreas de investimentos da União

tiveram os recursos reduzidos; verbas para saneamento básico caíram 90% entre 2001 e 2004. E saneamento é saúde. Posso falar isso porque fiz, no Piauí, o Projeto Sanear. Senador Paulo Paim, em Teresina, há 400 quilômetros de esgoto. Diminuí a mortalidade infantil, aumentou a longevidade, a cidade ficou verticalizada, porque a engenharia não ia construir 80 fossas no fundo de um quintal, com *shoppings*, etc.

Viagens e diárias de servidores custaram ao Erário R\$1,9 bilhão no ano passado. Dava para construir aquela refinaria em Paulistana, no interior do meu Piauí. Com US\$10 milhões, concluiríamos o porto do Piauí, em Luís Correia.

Eles gastaram com viagens. E para quê? É um exemplo. Padre Antonio Vieira disse: “Palavra sem exemplo é como um tiro sem bala”. O exemplo arrasta, Senador Paulo Paim. Aí o homem entrou com um negócio de avião, e o secretariado – terceiro escalão, segundo, quarto, sexto – gastou um bilhão e tanto.

Atentai bem! Os jornalistas calcularam o valor das despesas que eles tiveram com essas passagens. O companheiro do PT, lá do interior, vem para cá – podem ir para o aeroporto, porque todos estão chegando do Brasil afora para pegarem o DAS em Brasília.

Trinta e quatro mil e trezentos e sessenta e oito é a quantidade de voltas ao mundo que poderiam ser dadas com o dinheiro gasto em um ano com a compra dessas passagens aéreas. E o mundo está aí – onde estão os telefones, os fax, os *e-mails*, a Internet? Não, é avião, para imitar o chefe. O exemplo arrasta!

Atentai bem! Poder-se-iam dar 34.368 voltas ao mundo com o dinheiro gasto nessas passagens. Seiscentos e sessenta e nove mil foi o valor desembolsado para custear viagens de servidores da administração pública.

O jornalista diz no seu artigo: o Governo pode promover várias lipoaspirações – aquela cirurgia para emagrecer e, dependendo da determinação política, uma cirurgia para a redução do estômago – com o dinheiro dos órgãos gastadores.

Serei breve, porque o tempo está acabando.

E quanto a saneamento? Gastaram-se, em 2001, R\$275,5 milhões, valor que baixou para R\$27,2 milhões em 2004; um décimo em saneamento, que é saúde, esgoto e água potável.

Este é o Governo que está precisando de Tião Viana como Ministro da Saúde, que entende o que é doença.

Na segurança, gastaram-se R\$817 milhões, em 2001; agora, R\$467 milhões. Aumentou a população. Segundo Norberto Bobbio, o mínimo que o Governo tem de dar ao seu povo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade.

Tião Viana, aqui está a Constituição, a ignorância audaciosa. É isso. V. Ex^a tem de liderar o seu Partido, V. Ex^a é capaz e tem conhecimento para isso. Seu irmão faz uma beleza de administração no Acre, para aqueles que imitam São Tomé, para o núcleo duro aprender com o seu irmão, mas ele foi prefeitinho. Essa é a homenagem que quero fazer aos prefeitos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O seu irmão é um extraordinário governador porque foi prefeito.

Está aqui a Constituição. Esta aqui, brasileiras e brasileiros, tem o beijo de Judas e o de Ulysses, que beijou a Constituição em 5 de outubro e disse: “Escutai a voz rouca das ruas”. Trair a Constituição é traír a Pátria.

O Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, de história e tradição, terá um aparte.

Está aqui escrito. Por que os prefeitos estão assim? Porque a Presidência da República, na sua ignorância, desobedece à Constituição. Está escrito aqui, Senador Paulo Paim, a quem concederei um aparte: “Do produto da arrecadação, vinte e um inteiros e cinco décimos para o Fundo de Participação do Estado...”

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, improrrogáveis.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação do Município. A União tinha 54%, e o restante era para os Fundos constitucionais. E o que é que fez? Eles enganam, eles estão recebendo e gastando mais de 60%. Diminuíram a parcela dos prefeitos para 14%, e ainda houve um aumento no número de prefeitos. Daí as dificuldades dos prefeitos e das prefeitas, as dificuldades das mulheres – não as desafortadas, as inteligentes – para administrar a economia do seu lar, com a renda diminuindo. Essas são as palavras.

Concedo um aparte ao Senador Paim, que representa a luz do Rio Grande do Sul, Estado precursor da República.

Um minuto para o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – São 50 segundos improrrogáveis.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, primeiramente, cumprimento V. Ex^a. Tenho dito que V. Ex^a é um brilhante orador e concordo, na íntegra, com a homenagem que faz aos nossos prefeitos. Faço questão de afirmar que a melhor forma de homenageá-los é trabalharmos para que a segunda parte da reforma tributária, que está na Câmara, seja

aprovada. Somente dessa forma vamos melhorar, em muito, a arrecadação dos Municípios. A segunda questão, Senador Mão Santa, é que V. Ex^a, no meu entendimento, fez uma homenagem às mulheres. No improviso, muitas vezes, a intenção é das melhores mas pode haver mal-entendido. V. Ex^a deu destaque às mulheres e falou principalmente da noite. Houve até riso no plenário, pois talvez muitos não tenham entendido que V. Ex^a quis falar da companheira, da lutadora, da guerreira que trabalha, cuida dos filhos, administra a casa, estuda, dá aulas e ainda, no lar, conversa, estabelece um diálogo com o companheiro, incentivando-o. Essa foi a intenção de V. Ex^a, tenho certeza absoluta. Ontem, Lula fez uma bela homenagem em seu discurso, citando Vereadoras, Prefeitas, Deputadas, Senadoras e Ministras, e disse, brincando: “Só não assumam o meu lugar de hoje para amanhã”. Essa foi a sua intenção e Sua Excelência até sinalizou para o futuro, porque, amanhã ou depois, quem sabe, teremos uma mulher Presidente. Fui criticado por um jornalista, já que V. Ex^a falou a respeito, porque eu comparei o seu discurso ao pronunciamento do Presidente Lula. Continue com o improviso, Senador Mão Santa... V. Ex^a é brilhante e tenho certeza de que o povo entende o que fala, como entende o que diz o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço que a Taquigrafia anote as palavras do Senador Paulo Paim como registro ao pronunciamento do Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e peço permissão apenas para dizer que a minha inspiração é por amor, e a beleza da mulher está no amor. Falei do amor porque ele constrói a eternidade e a mulher é o amor que vai construir este Brasil melhor.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Foi assim que entendi.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, sem prejuízo dos inscritos, ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares, por 10 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de comparecer à abertura dos trabalhos da VIII Marcha dos Prefeitos. Ouvi muitos Chefes de Executivos Municipais e, na solenidade, à qual compareceu o Presidente da República, também estiveram presentes 11 ou 12 Ministros. Representantes da Confederação Nacional dos Municípios de todo o Brasil também se fizeram presentes e pude sentir que há uma grande expectativa dos prefeitos municipais de que, com a emenda constitucional que tramita na Câmara dos Deputados, pelo menos haja

um aumento da alíquota do Fundo de Participação dos Municípios, que passaria de 2.75 para 3.75, ou seja, aumentaria um ponto percentual. Isso significaria, para todo o Brasil, um volume de recursos adicionais da ordem de R\$1,4 bilhão.

Sem dúvida, Sr. Presidente, os prefeitos municipais se ressentem desde a Constituição de 1988, quando várias mudanças foram feitas no sistema tributário, notadamente quanto às contribuições sociais que foram criadas pelo Governo Federal. Elas criaram uma distância descomunal, inadmissível, entre a arrecadação da União e a dos Estados e Municípios.

Fui Prefeito de uma cidade do interior – assim como o Senador Mão Santa, que há poucos instantes falava das dificuldades das Prefeituras Municipais – em 1967, justamente o ano em que entrou em vigor a emenda constitucional que criou o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Eu, que não havia sido prefeito antes – tinha apenas 22 anos de idade –, verifiquei que a Prefeitura apresentava condições de trabalho. Os recursos recebidos da União eram suficientes para as obras nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e estradas, e para a aquisição de máquinas. Enfim, o dinheiro era suficiente para quem quisesse trabalhar de forma honesta para a realização do seu programa de governo.

Dois anos depois, em 1969, houve a edição do Ato Institucional nº 5. Ao ascender ao poder, o Presidente Costa e Silva, de um dia para outro, baixou um ato que reduzia pela metade o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, deixando os prefeitos municipais praticamente a ver navios. A partir dessa data, não realizei quase nada com aquele dinheiro, porque tínhamos uma programação pré-estabelecida, uma estratégia administrativa configurada acima de tudo nos recursos que haviam sido aprovados pelo Congresso Nacional com base na Constituição de 1967.

Sr. Presidente, depois da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, a situação melhorou um pouco, mas nem tanto. De repente, estamos vendo os prefeitos municipais a braços com problemas de recursos, que são reduzidos em função de políticas monetárias e econômicas equivocadas, as quais retiraram a possibilidade de o Município ter sua autonomia.

Escutados os prefeitos, por exemplo, verificou-se que mais de 3.500 Municípios têm contrato com a Previdência Social. Isso implica a transferência de recursos dos Municípios para a Previdência. Os fiscais da Previdência multam as Prefeituras e muitas delas não têm recursos humanos para coibir os abusos cometidos por esses fiscais. Como não há recursos de espécie alguma, isso irá sobrar para as administrações subseqüentes, de tal modo que a dívida municipal

para com a Previdência talvez seja o grande problema dos prefeitos.

Sr. Presidente, posso afirmar que os Estados ou os grandes Municípios, os mais ricos, têm um nível de endividamento que, no máximo, poderá chegar a 13%, conforme resolução do Senado Federal. No entanto, há Municípios, em todo o Brasil, pagando mais de 20% de sua receita somente para compor o endividamento com a Previdência.

É preciso que haja, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, uma iniciativa legislativa no sentido de coibir esse abuso por parte da Previdência, com o estabelecimento de um **quantum**, um teto máximo, para a cobrança da dívida da Previdência. Um Município que recebe R\$500 mil de receita mensal e paga R\$150 mil à Previdência, está inviabilizado, porque, além dessa obrigatoriedade, existem outras. Aliás, o Fundo de Participação, ao ser creditado no Banco do Brasil, automaticamente já é descontado, no caso, dos R\$150 mil. Além disso, o Município terá que destinar 13% para a saúde, 25% para a educação e pagar outras obrigações, tais como, aposentadorias, assistência social à saúde e à educação.

Sr. Presidente, é preciso que encontremos solução definitiva, e o mais rápido possível, porque os Municípios estão quebrados, falidos. Se a situação dos Estados não é boa, a dos Municípios é muito pior. Só os Municípios que são capitais têm experiência e uma base forte de arrecadação do IPTU, de taxas de trânsito, de ISS, e por isso não estão passando por dificuldades como as enfrentadas pelas prefeituras do interior.

Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, desejo que o Presidente da República, juntamente com o Congresso Nacional, encontrem uma saída para os Municípios, porque é no Município que moramos. Além do que, o Município deve ser tratado como ente federado, o que, aliás, está previsto na Constituição, assim como está previsto para o Estado e para a própria União. Um Município fraco significa um país fraco; um Município quebrado significa um povo sem saúde, sem educação, sem saneamento básico.

Sr. Presidente, já que estamos comemorando, desde ontem, o Dia Internacional da Mulher, faço uma homenagem não apenas com um discurso, mas apresentando um projeto de lei, segundo o qual é permitido que as demandas do Direito de Família possam seguir o rito processual dos juizados especiais. Em outras palavras, os juízes de família poderão utilizar regras mais flexíveis, menos formalísticas, para o equacionamento das desavenças familiares, em que a mulher, sempre, é a principal vítima.

Sr. Presidente Tião Viana, neste instante, encaminho esse projeto, que configura, acima de tudo,

uma tomada de posição do Senado Federal em favor de maior celeridade para as demandas judiciais propostas pela mulher, garantindo-lhe seus direitos, que são assegurados pela nossa Constituição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. (Bloco/PT – AC) – Agradeço o Senador Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição, em nome da Minoria, para falar após a Ordem do Dia.

Sr. Presidente, existe alguma outra inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. (Bloco/PT – AC) – O Senador César Borges está inscrito. Após a fala do Senador César Borges, a palavra lhe será facultada.

A Mesa aguarda a delegação do Líder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em conformidade com o art. 14º, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, concedo a palavra, como Líder, ao Senador Osmar Dias.

S. Exª dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a crise nos Municípios tem muito a ver com a crise na base econômica desses Municípios.

Esses dois assuntos fazem parte da pauta de hoje, pois estão em Brasília os prefeitos. Eles ouviram o discurso do Presidente da República, mas saíram desesperançosos, porque o Presidente não lhes garantiu o acordo feito aqui no Senado Federal – e posso garantir que houve esse acordo – de que haveria um aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, passando de 22,5% para 23,5%. Posso afirmar porque fiz parte de um grupo, composto de cinco Senadores, designado para negociar com a Receita as alterações nas medidas provisórias que tratam dos tributos. Portanto, parte da reforma tributária aprovada pelo Senado Federal foi com base nesse acordo, ou seja, de que os Municípios teriam assegurado o aumento de 1% para o Fundo de Participação dos Municípios, passando de 22,5% para 23,5%, repito, o que daria, mais ou menos, um acréscimo de R\$1,2 bilhão de receita para os Municípios.

Há mais um acordo, o da PEC paralela, que aqui também foi firmado, mas que até agora a Câmara dos Deputados não o cumpriu.

Fica difícil, principalmente para os Partidos de Oposição, mesmo que sejam pequenos como o PDT, participarem de acordos daqui pra frente. Se não tivermos a votação da PEC paralela de um lado e a votação desse dispositivo, que está na medida provisória, ou que está na reforma tributária, mas que o acordo dizia que seria votado separadamente, vai ficar muito difícil participarmos, daqui pra frente, de qualquer acordo. De minha parte, como Líder do PDT, quero informar que, enquanto não houver o cumprimento dos acordos já realizados, não faremos nenhum novo acordo. Sei que nosso peso não é tão grande, mas é um peso. São quatro Senadores que vão votar de forma única, homogênea, porque não permitimos que se quebre a palavra no momento em que o projeto deixa esta Casa e vai para a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, eu também disse que essa crise dos Municípios não se resolverá apenas com o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Ela será resolvida quando o Governo Federal, ou o Governo da União, fizer uma reforma tributária que contenha melhor distribuição do bolo de arrecadação. Hoje, apenas 14,7% dos recursos arrecadados ficam com os Municípios. Até 1992/1993, eram 21%. A cada ano, o Governo tira uma fatia dos recursos que são destinados aos Municípios e lhes impõe mais atribuições. É preciso que algumas soluções, de forma pontual, sejam tomadas. Primeiro: o transporte escolar; o Governo tira 5%, em média, do orçamento dos Municípios. E notem que o transporte escolar é recurso do Governo Federal, repassado aos Estados, que retém esses recursos, obrigando os prefeitos a realizarem o transporte escolar com recursos do Município. No meu Estado isso acontece desde o Governo anterior, e continua. E o pior é que, além de reter os recursos do transporte escolar, o Governador diz que não pode repassá-los porque os prefeitos poderão fazer maracutaia junto aos postos de gasolina, onde, evidentemente, eles vão ter que gastar por conta do Município.

Por outro lado, acho que tínhamos que verificar a maneira pela qual o Governo Federal está retendo os recursos do Fust, recursos que poderiam estar solucionando alguns problemas municipais na área de informática, sobretudo os recursos da Cide, que não estão sendo repassados para os Municípios, pois estão sendo retidos para compor as reservas cambiais, para pagamento dos juros da dívida externa. Então, se somarmos essas soluções, que podem ser adotadas, tomaremos os recursos do Fust, os da Cide e os da CPMF, que também poderia estar ajudando o Município a fazer a sua parte no que se refere à saúde. Talvez assim encontrássemos uma solução, porque os Municípios passariam a ter uma participação de 17,5%

a 18% no bolo total de arrecadação. Além disso, poderíamos considerar que os recursos da Cofins também poderiam ser repartidos e fazerem parte do FPM. Trago essa proposta. Na mesma proporção que se compõe o Fundo de Participação dos Municípios, poderíamos fazer com que os recursos da Cofins também pudessem integrar os impostos. Com uma medida provisória, o Governo poderia estabelecê-lo, embora a Cofins não seja um imposto, mas uma contribuição.

Socorrer os Municípios, neste momento, é impedir que a crise chegue ao Estado e à União; é resolver os problemas sociais que ocorrem na base. Caso contrário, os Prefeitos, que são obrigados a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal – lei importante, que precisa continuar em vigor –, passam a chefes do departamento de recursos humanos da prefeitura – mais do que isso, quase nada, além de administrar a conta de gasolina do posto. Quase nada o Prefeito pode fazer, para investir na melhoria das condições de vida da população, na educação, na saúde, na segurança, porque os recursos acabam tendo de ser destinados a compromissos que não pertenciam antes às prefeituras municipais e passaram a pertencer a partir de um dado momento.

O Governo, a cada reforma que faz, aumenta os tributos federais e reduz o repasse para os Municípios. E os recursos não chegam ao Municípios, como é o caso do transporte escolar, que, Sr. Presidente, é um fator importante de contenção do êxodo rural. Toda família que não pode deixar seu filho na escola no meio rural terá que vir do campo para a cidade.

Então, para ajudar também na contenção do êxodo rural e amenizar os problemas sociais que afetam todas as cidades brasileiras, seria bom que o transporte escolar chegasse até os Prefeitos municipais, até as prefeituras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me como Líder do PFL, para uma comunicação antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está devidamente inscrito. Se quiser

usar da palavra agora, poderá fazê-lo com muita satisfação para todos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Falarei depois do próximo inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, por permuta com o Senador Almeida Lima.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais de dois mil Prefeitos se reúnem, em Brasília, na 8^a Marcha em Defesa dos Municípios. O principal objetivo do evento é pedir aumento do repasse de recursos do Governo Federal para as Prefeituras brasileiras.

Os Prefeitos querem a aprovação do aumento de 1% no FPM (Fundo de Participação dos Municípios), previsto na reforma tributária e acordado no Senado Federal, como muito bem frisou o ilustre Senador Osmar Dias, um dos cinco Senadores que participou do acordo.

Sr. Presidente, pelo que entendo, acordo é para ser cumprido, principalmente quando o Governo dá a palavra. Essa reivindicação antiga já foi pleiteada no ano passado, quando cerca de três mil Prefeitos participaram da 7^a edição da marcha.

Atualmente, 22,5% do que é arrecadado com o Imposto de Renda e com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) são destinados aos Municípios por meio do FPM. Se o percentual passasse para 23,5%, como está sendo reivindicado e conforme foi acertado e acordado, as prefeituras teriam R\$1,2 bilhão a mais a cada ano.

Além do aumento no FPM, os Prefeitos também reivindicam a elevação de 14,6% para 17,6% da fatia das prefeituras em relação ao bolo tributário nacional. Esse é o percentual, Senador Osmar Dias, que está sendo hoje distribuído aos Municípios, como V. Ex^a citou há pouco.

Segundo levantamento realizado pela Secretaria da Receita Federal, em 1991, os Municípios tiveram crescimento na arrecadação, com 17,5% do bolo tributário. Em 1994, o percentual caiu para 13,7%; em 2001, chegou a 15%; e, no ano passado, manteve-se em 14,6%.

Veja que absurdo, Senador Romeu Tuma: se, com a Constituição de 1988, transferiram-se muitas responsabilidades, muitas tarefas para os Municípios, como se pretende tirar recursos deles? Dá-se missão para os Municípios, tarefas, gastos, responsabilidades, cria-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, para penalizar o administrador infrator ou aquele que não

a cumpre, e o Governo lhes retira dinheiro. Que disparidade é essa?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Obrigado, Senador. Desculpe-me interrompê-lo. Seu discurso é importante.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – É um prazer conceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A Marcha dos Prefeitos se dirige a Brasília, cidade que, pelo que conversei com os Prefeitos do meu Estado, São Paulo, virou um vale de lágrimas. E não há ninguém com um lenço, para ajudá-los a enxugar as lágrimas e a angústia. Nós tínhamos que mudar um pouco o sistema. Fala-se em impostos, embora sejam taxas e contribuições, para fugir à responsabilidade, diminuir o fundo dos Municípios. A distribuição, a cada ano, diminui, porque os impostos estão fixos há muito tempo, e tudo que se aumentou foi diretamente para o caixa do Governo, se é que estou entendendo a exposição de V. Ex^a. Eu fico assustado. Às vezes um prefeito, por inexperiência ou pelo sufoco da administração, desvia, por exemplo, o dinheiro da merenda escolar. Sabemos, Senador – isso é o que me preocupa mais –, que a responsabilidade fiscal é do Prefeito, mas quem sofre é o povo, que não vai receber o repasse. Assim, o menino na escola fica sem merenda, porque o Prefeito não prestou conta, e tantos outros itens são cortados imediatamente, pois o Governo passou a missão e esqueceu que o caixa-forte tem que ir junto. O preço das mercadorias se eleva de acordo com a inflação, e, embora suba pouco, o prefeito não tem como responder. Não quero atrapalhar seu tempo. Agradeço e me solidarizo com V. Ex^a nesse protesto, pois as prefeituras têm que ser vistas com outros olhos depois da Constituição de 1988.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Incorporo seu aparte, Senador. Ex^a. Com certeza, tudo que V. Ex^a disse é verdade. É o que está ocorrendo hoje, infelizmente, no Brasil.

A pressão dos Prefeitos ao Congresso Nacional – agora, sobretudo, à Câmara dos Deputados, que tem a responsabilidade de votar aquele aumento do FPM, conforme acordo estabelecido e votado pelo Senado – também inclui a aprovação do projeto de lei que vincula 10% da receita corrente da União à Saúde. Segundo cálculos da CNM (Confederação Nacional de Municípios), a vinculação incrementaria o orçamento da saúde municipal em R\$15 bilhões por ano. Outra preocupação dos Prefeitos está relacionada à vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que termina em 2006. Eles defendem o envio ao Congresso Nacional, pelo Governo, de projeto de lei que cria em definitivo um fundo de financiamento à educação.

Ora, além dessa questão da dificuldade financeira vivida pelos Municípios, com referência ao Fundo de Participação dos repasses constitucionais para a saúde, quanto ao Fundef, Senador Romeu Tuma, também temos de fazer algumas correções, pois todos os projetos dependem, com o passar dos anos e com a verificação de falhas na sua execução, de modernização e de correção das distorções. Por exemplo, em conversa com alguns prefeitos do meu querido Estado do Tocantins – dos 139 Municípios, mais de 70 estão hoje na Capital Federal e ficam até o final desse encontro –, eles me disseram que estão esperançosos com o que disse o Presidente Lula na abertura do evento, quando Sua Excelência prometeu uma série de coisas que poderiam trazer resultados positivos para os municípios.

Mas, conversando ainda com os prefeitos, percebi uma preocupação. Cito o caso do Prefeito Condorcet, de Monte do Carmo, que disse: “Senador, numa parcela do meu Fundef tenho dinheiro sobrando”. É aquela questão dos 60%. Ele já deu o salário máximo que podia dar aos servidores, aos professores, mas, na parte onde o prefeito pode fazer despesas com reformas e ampliação de escola, comprar material, falta dinheiro, meu querido Senador Hélio Costa.

Realmente é complicada essa situação. Temos que fazer essa correção. O prefeito tem dinheiro sobrando numa parte do Fundef, naquela parte dos 60% para pagar servidores e professores; porém, na outra fatia do Fundef falta-lhe dinheiro para complementar a melhoria de suas escolas. Temos que fazer uma correção dessa falha. Inclusive estou pedindo audiência com o Ministro da Educação para tratar dessa questão.

Caso o nobre Senador Hélio Costa esteja me pedindo um aparte, eu o ouvirei, com prazer.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro. V. Ex^a toca, evidentemente, em uma questão que sensibiliza a todos nós, seus companheiros Senadores e Senadoras, que vivemos intensamente os problemas das prefeituras, das cidades dos nossos Estados, notadamente das pequenas cidades que dependem diretamente do Fundo de Participação dos Municípios. Ficamos sensibilizados com a sua posição e com a maneira como coloca esta questão. Na verdade, é uma reestruturação devida que se faz do Pacto Federativo: o Governo Federal fica com 60% de tudo o que se arrecada; o Estado com 25%; as Prefeituras – quando não estão endividadas – com

15%. Diga-se de passagem, as contribuições está totalmente fora dessa distribuição dos recursos. Então, há que se reestudar essa participação do município no que o Governo consegue arrecadar. Precisamos, sim, porque, na verdade, cada cidade do meu Estado, Minas Gerais, assim como no Estado de Tocantins, as cidades estão cada vez mais em uma situação quase falimentar. Parabéns a V. Ex^a pela sua posição firme em defesa do Município.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Obrigado, Senador Hélio Costa, incorporo ao meu discurso o aparte de V. Ex^a.

Ouçó, com muita honra, meu ilustre Colega de Partido, Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a traz um assunto que hoje domina Brasília: a marcha dos Prefeitos de todo o País em busca de um compromisso assumido pelo Governo e não cumprido. E o Governo fez uma recomendação: quando todos os prefeitos esperavam uma palavra de força do Presidente Lula, Sua Excelência recomendou que eles viessem pressionar o Congresso Nacional: “Vão pressionar os Deputados e Senadores para resolver!” Agora, o Presidente devia ter tido a coragem de dizer: orientei a minha base na Câmara dos Deputados para não votar essa matéria destacada. E a única coisa que se precisa fazer é o Governo mandar a base, que é maioria na Câmara dos Deputados, votar um artigo que está destacado já na Câmara dos Deputados...

(Interrupção do Som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos para concluir.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. O Deputado Júlio César fez um requerimento de destaque para que se vote essa matéria que dá direito a 1%, o que já foi votado aqui no Senado. Só que lá na Câmara o Governo recomenda à sua base que não componha quórum, que não vote. Ora, que se proceda da mesma forma como foi feito aqui contra os funcionários, na hora em que se destacou parte exatamente da reforma da Previdência; como se fez com a reforma do Judiciário. O que todos queremos, Deputados e Senadores? Que se destaque aquele artigo, que se vote em primeiro e em segundo turno e que se promulgue. A partir daí os Prefeitos terão esse 1%. O que significa dizer: o Governo do Senhor Lula, o Presidente da República, ao invés de dizer “Companheiros da base, votem a matéria que é de interesse dos prefeitos”, manda, num vazio total, dizer: “Vão pressionar os Deputados e Senadores!” Então, é preciso que o Governo esclareça essa posição. O PFL,

o nosso Partido, está pronto para votar o destaque, até porque o Deputado que requereu o destaque foi o Deputado Júlio César, do PFL do Piauí.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Para encerrar, Sr. Presidente, de acordo com o que foi colocado pelos ilustres Senadores que me apartearam e com o meu pensamento, meu desejo nesta tarde é exatamente cobrar do Presidente Lula, ilustre Senador Tião Viana, que cumpra seu compromisso, que determine à base honrá-lo. E nós, do PFL, do PSDB e dos outros Partidos, vamos pedir às nossas Bancadas para que também ajudem nesse sentido, porque os prefeitos não podem continuar da forma como estão, de pires nas mãos, em situação de miséria lamentável. É no Município que o cidadão vive e é lá que temos que estar ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Ribeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nobre Senador Arthur Virgílio, já concederei a palavra a V. Ex^a, após fazer um comunicado à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que será realizada no próximo dia 15 de março, terça-feira, às 15 horas, sessão especial destinada a comemorar os 20 anos de redemocratização do País.

São oradores os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon, Marco Maciel, Arthur Virgílio, Jorge Bornhausen, Delcídio Amaral, José Agripino, Eduardo Azeredo e José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere como lido o pronunciamento meu a respeito do Editorial do **O Estado de S. Paulo** que estabelece paralelo entre o Governo Federal de Lula e o Governo Estadual do Governador Geraldo Alckmin, com ampla vantagem para o Governo Estadual de São Paulo, ao mesmo tempo em que encaminho à Mesa dois Requerimentos. O primeiro é endereçado ao Ministro da Defesa, sobre suposto uso da aeronave da Força Aérea Brasileira, de maneira irregular, transportando o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República para encontro partidário em São Carlos, São Paulo. Pergunto se houve pedido formal da Casa Civil para uso do avião e se dele constava o

objetivo da viagem; se houve autorização do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica para uso do avião com objetivos partidários e qual o custo em reais desse deslocamento.

Da mesma maneira, faço ao próprio Ministro Chefe da Casa Civil as seguintes demandas: houve pedido formal ao Ministério da Defesa para que ele usasse o avião? Se houve pedido, dela constava o objetivo da viagem? Houve autorização do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica para uso do avião com objetivos partidários? O avião aguardou o término do encontro partidário, para retorno a Brasília?

Encaminho a V. Ex^a, cumprindo meu dever de Líder do Partido de Oposição, essas três matérias, uma para ser dada como lida e dois requerimentos que imagino serão prontamente respondidos pelas autoridades aqui demandadas.

Peço também, Sr. Presidente, inscrição como Líder do PSDB para após a Ordem do Dia.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, felizmente, a luz no fim do túnel começa a dar esperanças aos brasileiros, com vistas à sucessão presidencial no próximo ano. Como as coisas não andam bem, é razoável que se pense em alternativas ou, ao menos, que se esbocem olhares críticos para eventuais alternativas. E elas existem, como mostra editorial da edição de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Numa análise acerca do Governo de São Paulo, o jornal comenta a afirmação do Governador Geraldo Alckmin, mostrando que “existem alternativas para a atual política monetária extremamente restritiva, que manteriam a inflação baixa sem travar a expansão da economia. Ele comparou a situação do País a uma camisa-de-força: se o crescimento tende a puxar a inflação, aumentam-se os juros, o que tende a deter o crescimento.”

O editorial do **Estado** estabelece um paralelo entre o Governo Federal de Lula e o Estadual de Alckmin. E observa que, no plano federal, a atrapalhão é geral. E textualmente assinala:

O governo (Lula) se enrosca ao defender a sua linha, ora como se fosse pouco mais do que a adequação a fatos presentes de idéias passadas, sem prejuízo da coerência, ora como se fosse o preço inexorável a pagar para a superação da ‘herança maldita’.

E ao lembrar a manifestação de Alckmin, nota o jornal que o Governador de São Paulo virou o disco ao

falar para mil empresários reunidos pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil.

Prossegue a análise, assinalando que o Governo de Lula combina a prodigalidade do gasto público, voltado em peso para o custeio da máquina, com a voracidade tributária necessária para perpetuar esse padrão.

Ao contrário, Alkmin, fechou as torneiras estatais e desonerou a produção, ambas representando demandas compartilhadas por amplas parcelas da sociedade.

Diga-se, a propósito, que o Governo Lula não se esmera pelo correto emprego do dinheiro público. Ainda há pouco, o jornal **O Globo**, na coluna do jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, estabeleceu um confronto entre as diferentes aplicações de recursos federais pelo Presidente Lula:

Lula gastou em 2004 três vezes mais em festas do que no combate ao tráfico de drogas.

Com base em dados do SIAFI, acrescenta a nota: Foram R\$2.503.896,40 para o programa de combate ao crime organizado e tráfico de drogas e armas, contra R\$ 7.972.187,36 na rubrica festividades e homenagens.

Já o Governador Geraldo Alkmin mostrou que é possível realizar obras com a receita arrecadada, estimular as atividades e, o mais importante, sem debilitar a capacidade de atuação do setor público.

O que faço, Sr. Presidente, é mostrar dados, todos disponíveis para quem quiser ver.

Por exemplo, no momento a Câmara dos Deputados e o Senado da República concentram atenções no exame da travestida Medida Provisória nº 232, que, mais uma vez vai sobrecarregar o povo, que já não agüenta o peso dos impostos.

Eis o que acrescenta a propósito o editorial de **O Estadão**:

Enquanto o governo federal elevava em 1,6% a carga tributária como proporção do PIB e destinava apenas 0,1% disso para investimentos, em São Paulo, o investimento subiu e o fardo dos impostos foi aliviado. É a herança bendita da gestão Mario Covas. Desde 1995, lembrou o seu sucessor, o déficit do Estado é zero – e isso ‘sem mandar a conta para o contribuinte’.

No plano federal, mandar a conta para o contribuinte é a tônica principal.

Em São Paulo, o Governo local cobra “os menores impostos do País”. Ficarão menores em abril, quando chegar o ‘outono tributário’, a segunda rodada em dois anos de isenções de ICMS para produtos como farinha de trigo.

E aí chegamos ao ponto mais significativo dessa análise. E faço isso para demonstrar que o mesmo

poderia estar acontecendo no Governo Lula, se não houvesse patrulhamento nem desorganização. Se houvesse, vamos falar às claras, vontade e disposição para o trabalho. Não há.

No fundo – recorro mais uma vez ao editorial do jornal – a diferença entre o governo Alkmin e o do presidente Lula é que ambos professam a austeridade fiscal, mas o deste, i.é, o Governo Lula, é refém – voluntário – de uma estrutura de dispêndios que deriva de uma concepção patrimonialista do Estado: não a das velhas oligarquias, mas a que consiste no manejo do aparato administrativo para maximizar a sua ocupação pelo PT e respectivas clientelas. Tudo isso neutraliza o efeito do rigor fiscal.

Entre o Governo Lula e o Governo Alkmin há – e isso está à vista do povo – diferenças maiores do que os buracos das estradas que o Palácio do Planalto insiste em não consertar.

O Governo Alkmin não compra avião de luxo, como o Aerolula. E não joga dinheiro pelo ralo nem aparelha a máquina administrativa.

O Presidente Lula governa para os amigos. Só para os petistas.

E lá já se vão mais de dois anos de seu mandato.

Indago: Quais são as obras deste Governo? Se alguém quiser responder, não vai ter como, mesmo que saia de lanterna acesa.

Mais um trecho do editorial de **O Estado de S. Paulo**:

O que se convencionou chamar ‘aparelhamento, expressão do léxico das esquerdas, é uma barreira intransponível a qualquer meta de redução do custo-Estado – que, em decorrência, terá de ser suportado pelo aumento constante da arrecadação e a contenção dos investimentos. Daí a deterioração imitigada da infra-estrutura física do País. E os cortes orçamentários que reduzem investimentos e tiram o ar de programas sociais. É o que acontece quando se governa, como diz Alckmin, ‘para um partido ou para amigos’.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que já agora, a pouco mais de 1 ano e meio do término do mandato Lula, os brasileiros procuram dados para uma avaliação serena desse desastrado e inanildo Governo Lula, em quem seguramente a maioria confiava. E em quem, também seguramente, a maioria já se vai decepcionando. E perdendo as esperanças, a não ser a única que resta, a da proximidade do fim de uma experiência malograda.

E empresto os versos do poeta mineiro Affonso Romano de Sant’anna, que parecem refletir o Governo Lula:

Espelho, espelho meu!
Há um país mais perdido que o meu?
E o espelho respondeu
algo que se perdeu
entre o inferno que padeço
e o desencanto do céu

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Quanto aos requerimentos encaminhados à Mesa por V. Ex^a, a Presidência informa ao Plenário que os mesmos já foram lidos na abertura da sessão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicitei a palavra anteriormente para falar pela Minoria, após a Ordem do Dia. Todavia, quero substituir essa inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa aguarda a respectiva autorização da Liderança.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder do PFL, por até cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, minha intenção hoje era de fazer um pequeno pronunciamento sobre a gestão da Petrobras no ano passado e os resultados obtidos. No entanto, Sr. Presidente, hoje de manhã, quando li o jornal, e a partir mesmo das informações da *internet* desde ontem, verificamos que aconteceram tantas coisas que tínhamos de falar aqui. Por isso, resolvi adiar para amanhã o pronunciamento da Petrobras, discorrendo hoje sobre alguns temas que estão nos jornais do dia.

Em primeiro lugar, acho que o mais grave foi exatamente a frase com que o Presidente Lula comemorou o Dia Internacional da Mulher:

Vocês [no caso, as mulheres] já são maioria na população brasileira, já são 52%, vocês têm cargo de vereadora, de prefeita, de governadora... Espero que vocês não sejam desafortunadas e não comecem a pensar logo na Presidência da República. Espero que vocês vão devagar com essa pressa de poder.

Os erros de concordância são do Presidente. Não são meus.

Bom, Sr. Presidente, na realidade, isso não é uma homenagem às mulheres. Trata-se de puro preconceito o Presidente acreditar que uma mulher não possa chegar à Presidência da República. Temos aqui um grupo de Senadoras e, certamente, entre elas, algumas podem chegar à Presidência da República – já fazem por merecer e têm carreira para isso. Algumas, tenho certeza, se sairiam melhor do que o próprio Presidente Lula.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, tivemos a frase do Ministro da Saúde, Humberto Costa. Todos acompanhamos, durante toda a semana passada e o começo desta semana, o noticiário da imprensa falando da morte de crianças indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul. Todas as crianças estavam morrendo com um quadro de desnutrição grave – dezenas delas estão morrendo. O Ministro Humberto Costa, responsável pelo Ministério da Saúde, disse que “as mortes de crianças indígenas em Dourados estão dentro dos números normalmente registrados”. Ora, quer dizer que só por que estavam morrendo antes, podem morrer agora?

Senador Alberto Silva, se morriam 30 crianças de desnutrição por mês e agora estão morrendo 30, o Ministro está feliz, porque não há aumento no número de mortes. Isso é um absurdo! Passa de qualquer limite de bom senso a forma de o Governo atender essas pessoas.

Houve outra questão, Sr. Presidente, que vimos na semana passada. Morreu um segurado do INSS, no Rio de Janeiro, depois de 12 horas na fila. Ele ia exatamente requerer aposentadoria. Esperou 12 horas na fila e morreu. A diretoria do INSS não disse que iria tomar providências para minimizar as filas e acabar com o sofrimento dessas pessoas do INSS. Disse simplesmente que o que existe é a cultura da fila. Quer dizer, disse que a pessoa vai para a fila porque gosta. Ora, não existe ninguém que goste de ir para a fila!

Em segundo lugar, disse que a agência abre às 8 horas e ele, Severino – até um nome muito em voga atualmente –, foi atendido às 11 horas. Ele só esperou três horas na fila – a assessora do INSS achou pouco. Disse que ele não precisava ter chegado às 23 horas do dia anterior.

Na verdade, ele morreu por culpa dele. É isso que ela quer provar. Não morreu porque no INSS havia uma fila enorme.

Para encerrar, Sr. Presidente, temos a questão dos ministérios, o que já está passando de todos os limites. V. Ex^a, inclusive, tem tido uma paciência enorme, porque isso vem desde a eleição, passou pelo

carnaval, passou pelo Natal, foi passando por todos esses momentos. Agora, verificamos que cada vez está demorando mais. Dizem que será depois da Semana Santa, e assim vai.

Li, hoje no jornal, uma declaração muito interessante do Deputado José Janene, Líder do PP. Foi dito que o Ministério do Trabalho seria designado a um membro do PP. S. Ex^a, então, respondeu da seguinte maneira:

Não dá para aceitar o Ministério do Trabalho com essa reforma sindical pela frente. Não vamos querer um problema. Só não dá para ficar disputando espaço com petistas em todos os escalões.

Então, Sr. Presidente, resolvi falar sobre isso em razão da grande concentração de erros cometidos pelo Governo num único dia. Refiro-me apenas ao noticiário de hoje, porque, se pegássemos da semana toda, não seria possível falar sobre tudo dentro do meu tempo.

Creio que está na hora de o Presidente aproveitar essa reforma ministerial para efetivamente montar um ministério que possa enfrentar os problemas do País, para que não passe pelo constrangimento que está passando agora, de ter ministros dizendo absurdos.

Para nós, lá de Pernambuco, é bom que o Ministro Humberto Costa continue. S. Ex^a é pernambucano, mas é muito difícil defendê-lo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O Senador Tião Viana é testemunha de que entendo favorável a permanência do Ministro Humberto Costa, mas todo dia ele comete um absurdo e já está como ministro há mais de dois anos.

Sr. Presidente, é o que gostaria de registrar no momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Por permuta com o Senador Almeida Lima, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a tem a palavra por até dez minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, ouço, pela ordem, o Senador Maguito Vilela e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação

pela Liderança do PMDB logo após a fala do ilustre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – V. Ex^a está inscrito na forma do Regimento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a presença na Casa de um homem público do melhor nível que este País possa conhecer e supor, o Senador Bernardo Cabral, Ministro da Justiça, figura que honra e engrandece seus conterrâneos e amigos. Privilegiadamente, sou seu conterrâneo e seu amigo.

Portanto, saúdo S. Ex^a, e sei que a Casa o fará com a mesma ênfase à presença nesta Casa do eterno e brilhante Senador José Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos honrados a visita desse ilustre homem público, eterno Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu nobre Relator-geral da Assembléia Nacional Constituinte, que criou o Estado do Tocantins. Senador Bernardo Cabral, é sempre uma honra e uma alegria revê-lo nesta Casa, que deve muito a V. Ex^a – como deve muito o País – do que conquistamos em termos democráticos, da estabilização econômica, enfim, deste novo período que vive o Brasil após a Assembléia Nacional Constituinte.

Ouvi, Sr. Presidente, com atenção vários oradores que falaram hoje sobre os prefeitos. Não posso deixar de comentar, antes de entrar diretamente no assunto, as palavras do Líder José Jorge, com relação ao caso do cidadão Severino que faleceu numa fila. Pelas palavras dos responsáveis, pode vir, inclusive, a ser processado pela União, por ter causado esse desgaste imenso, de ter ido para a fila antes da hora e por ter morrido ali, sem nenhuma razão para isso. Sr. Presidente, é preciso verificar se a União não moverá um processo contra o falecido Severino, porque, nascendo sem certidão de nascimento, sem CPF, passando a vida inteira sem direito a nada, morrer fica caro neste País: são necessários a certidão de óbito e o pagamento de taxa aos cemitérios. Até nessa condição, somos procurados pelas famílias daqueles que, sem terem direito algum, morrendo, passam a ser culpados por alguma razão, como ir para a fila sem necessidade de fazê-lo, sem disporem dos recursos para o funeral.

Sr. Presidente, morrendo também estão os Municípios. Sem falar especificamente da marcha dos

prefeitos, que estamos acompanhando, recebendo e procurando apoiar em todos os sentidos, há uma Federação em ruínas.

Isso exige uma ação conjunta com os governadores. Diante do que estão fazendo os prefeitos, deveriam também os governadores de Estados e todos nós, em uma paralisação, em ampla reunião suprapartidária, com o envolvimento direto da equipe econômica do Governo e da União, rediscutir o pacto federativo.

Sr. Presidente, ocorre – e este não é um problema apenas deste Governo – que a União tem sido um sócio bastante ruim para os Estados e Municípios, porque, do bolo que compõe o Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, para os quais contribuem o Imposto de Renda e o IPI, de vez em quando, a União, sem consultar seus parceiros, concede isenções desses impostos, decisões que são, obviamente, inconstitucionais e discutíveis.

Apesar de estar continuamente aumentando as taxas relativas às contribuições, a União não as reparte; aquilo que a União recebe sozinha e que hoje equivale a duas vezes e meia o que arrecada com os outros impostos não é repartido. Está sempre havendo aumentos nas alíquotas da Cofins e da CPMF, entre outras contribuições, mas nada disso chega aos cofres municipais. Relativamente ao IPI, porém, não é assim. Assistimos recentemente a esses tais incentivos, seja para exportação ou para outras finalidades, o que, de uma certa forma, é uma medida simpática à opinião pública nacional. No entanto, esses incentivos são sempre dados em detrimento dos Municípios.

Eu, que já tive a honra de ser Prefeito, mas que hoje ocupo, também com muita honra, o posto de Senador para representar meu Estado nesta Casa, não estive na audiência com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, mas todos os Prefeitos, inclusive alguns do próprio PT, relataram-me que dela saíram absolutamente inconformados, desiludidos e desesperançados. O Presidente Lula disse aos Prefeitos: “Corram ao Congresso para pressionar os Parlamentares, mais especificamente os da Câmara dos Deputados”.

Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, está também a PEC Paralela, em relação à qual assumiu compromisso o Governo. Quem tem maioria naquela Casa é exatamente a base aliada do Governo. Sendo assim, ficaria muito mais simpático para o Presidente da República pegar o telefone, ligar para o seu Líder e dizer: “Estou com os Prefeitos. Aprovelem isso amanhã”. Tenho certeza de que os Deputados da base aliada, como nós, os da Oposição, estão ávidos e sedentos por apoiar os Prefeitos. Não havia nada que impedisse

uma inversão de pauta de forma a permitir que isso pudesse ter sido votado ontem.

E mais, nobre Presidente Tião Viana: aprovamos emendas parlamentares, mas ficamos como vendedores de ilusões para os Prefeitos. A opinião pública não entende bem o que é uma emenda parlamentar, mas cito um exemplo específico.

Recebemos ontem vários Prefeitos. Inclusive, um deles foi citado aqui, e, na pessoa dele, homenageio todos os demais Prefeitos do Tocantins e do Brasil que estão em Brasília: o Dr. Condim, um médico que foi militante do Partido Comunista, esteve com vários dos atuais Ministros na militância em São Paulo, migrou para Tocantins e hoje é Prefeito da cidade de Monte do Carmo.

Quando o Dr. Condim assumiu a prefeitura, encontrou escolas em casebres de palha, sem energia, sem lousa, sem cadeira – aliás, isso foi mostrado numa entrevista no programa Fantástico. Logo depois da veiculação dessa matéria, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disse que, em pouco tempo, o Brasil teria um sistema digitalizado que registraria automaticamente a presença dos alunos assim que entrassem na escola. Fico imaginando de que Brasil estaria falando. Conheço o Brasil onde os Municípios com grandes extensões territoriais têm escolas de palha sem luz, sem lousa e sem carteira. V. Ex^a conhece esse Brasil também, Senador Tião Viana.

O que fez o Prefeito Condim, de Monte do Carmo? Extinguiu todas essas escolas e criou um núcleo. Colocou ônibus escolares, fez dormitórios e refeitórios para acolher 120 alunos. Esses alunos passam a semana inteira na escola. E ele me disse, na sua forma simples de dizer: “Senador, a boca do fogão é acesa 24 horas, porque criança tem fome o dia inteiro e são 120”. E, quando não estão eles comendo, estão os professores e os coordenadores, que, depois de darem aula durante o dia todo, vão para o Telepresencial – sistema que o Tocantins implantou para qualificar os seus professores – assistir às aulas de aprimoramento.

Depois de ter criado esse núcleo, o Prefeito o está mantendo com recursos do Município, mas quer ajuda, quer uma emenda parlamentar. E aí, Sr. Presidente, fazemos emendas parlamentares para, por exemplo, permitir a ampliação do refeitório dessa escola municipal ou para dar apoio à infra-estrutura ou para comprar veículos para transporte escolar. A emenda é apresentada, aprovada, e, depois, passamos meses lutando por seu empenho, mas muitas vezes essas emendas não são pagas. O Município de Alvorada, no Estado do Tocantins, nos últimos três anos, contabiliza R\$2 milhões de emendas parlamentares que foram empenhadas mas não foram pagas.

Não basta mais dizer aos Prefeitos que sabemos que tudo se dá no Município, que o cidadão vive é no Município. Os Prefeitos não querem mais ouvir isso, Sr. Presidente. E de quem eles poderiam ouvir alguma coisa afirmativa? Do Presidente da República, e por isso eles foram lá. Saúdo a boa intenção e a boa ação do Presidente de recebê-los, mas, como saíram dessa audiência, no mínimo, desesperançados, Sr. Presidente, quero crer que não tenha sido bom esse encontro.

Na mesma condição estão os Estados e a Federação: em ruínas. Mas ainda temos tempo para consertar as coisas.

Já transcrevi este importante artigo de autoria do Governador João Alves Filho nos Anais da Casa. S. Ex^a debateu profundamente a questão da reforma tributária e mostra que:

A Federação brasileira marcha a passos largos no caminho da destruição. Tal fato decorre da insistência do Governo federal em fazer proliferar, em sua sanha por arrecadação, as contribuições não-repartíveis entre os entes federativos, enquanto mantém congelados – ou até impõe a redução – aqueles tributos em que é obrigatória a divisão do bolo arrecadado entre a União, Estados e Municípios.

Cheguei hoje a esta Casa, Sr. Presidente, com o objetivo de fazer uma proposta: que o Governo Federal conceda, imediatamente, um percentual de todas as contribuições aos Municípios. Por menor que seja esse percentual, ele representará muito mais do que o 1% pelo qual os Prefeitos estão lutando – estão desesperadamente lutando por sua aprovação, mas ele não resolve praticamente nada. Se o Governo estabelecesse um zero vírgula qualquer coisa sobre Confins, CPMF, CID ou sobre outras contribuições que existem – são muitas –, de certa forma os Municípios estariam atendidos.

Isso tudo resulta numa convulsão social que tem reflexos em todos os entes federativos: as migrações, pois populações inteiras abandonam o sertão e se dirigem para os grandes centros, gerando o processo da violência; o assassinato de 40 mil jovens nas periferias das grandes cidades; a falta de oportunidades, a falta de certidão de nascimento etc. Isso tudo vem ocorrendo, porque estamos, efetivamente, diante da falência do pacto federativo. Os Prefeitos passam a ficar desacreditados, porque se elegem no intuito de prover os Municípios de uma boa administração, de uma administração séria, mas ficam sem condições de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Eduardo Siqueira Campos, V.Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Fico com a esperança de que esta Casa possa, por meio de suas comissões, de sua representação, reunir os Governadores de Estado, a Frente Nacional dos Prefeitos, e fazer uma proposta concreta à União. Se assim não fizermos, Sr. Presidente, temo que essa vinda dos Prefeitos a Brasília terá sido em vão.

Após termos nos reunido ontem, tivemos o maior prazer hoje em reunir mais de 60 Prefeitos de meu Estado mais uma vez. Recebi todos em meu gabinete, vamos recebê-los conjuntamente com a Bancada, vamos falar das emendas parlamentares, mas isso não resolve a vida do Município. Resolveria, se uma pequena parte daquele bolo que faz com que a União esteja arrecadando como nunca pudesse ser repassado aos Municípios – nunca houve na história da República uma arrecadação tão efetiva para a União. E por que deixar os Prefeitos exatamente na outra ponta, no inverso dessa situação?

Nunca houve uma situação de tanta penúria para os Municípios! O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem suas oscilações, mas as despesas não as têm, o Prefeito tem de honrar regularmente a folha e todas as outras despesas.

Portanto, Sr. Presidente, esse assunto não pode acabar com a saída dos Prefeitos de Brasília. Esse assunto deve permanecer na tribuna desta Casa, e eu, ao saudar a coragem, a vontade e a determinação dos Prefeitos de meu Estado, quero oferecer-lhes minha inteira solidariedade e participação, para que possamos buscar, conjuntamente com esta Casa, uma solução – sem deixar de fora os Governadores de Estado, que têm de bater a mão na mesa, independentemente do Partido a que pertençam, para que possamos retomar essa discussão do pacto federativo, que, efetivamente, é responsabilidade desta Casa. Representamos os Estados brasileiros, mas, sabemos bem, representamos muito bem também os Municípios de todo o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa agradece ao eminente Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar como Líder após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra, para uma comunicação de Liderança, ao Senador Leonel Pavan.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema dos pronunciamentos nesses últimos dois dias tem sido as reivindicações feitas pelos prefeitos do Brasil inteiro. E não vieram a Brasília apenas prefeitos da oposição ou da situação; vieram prefeitos de todas as cores partidárias. E, parece-me, todos estavam muito decepcionados. Vieram sem muita esperança porque têm lido nos jornais, assistido pela TV, ouvido pelas rádios que o Governo estaria cortando parte do Orçamento. Eles vieram aqui em busca de algo positivo que justificasse à população de seus Municípios a sua viagem. Que pudessem dizer-lhes: “Valeu a pena. O Governo vai aumentar o Fundo de Participação dos Municípios, vai cumprir o seu papel de zelar pelos Municípios, pelos Estados, pelo País”.

Mas os prefeitos estão voltando frustrados, porque só ouviram promessas: “Vamos ver!”, “Quem sabe!”, “É possível!”. E há algumas autoridades que chegam até a mentir: “Fique tranquilo, porque arrumaremos os recursos que V. Ex^a está reivindicando”.

Na verdade, os prefeitos estão reivindicando respeito pela população de suas cidades. Há Municípios que não têm condições mínimas, não podem atender seus agricultores ou seus estudantes, que estão longe das escolas e não têm nem transporte escolar. Há cidades com alguns mil quilômetros de estradas para serem mantidas, e a arrecadação é pouca.

Neste pronunciamento, gostaria de falar mais uma vez sobre as nossas rodovias, sobre a arrecadação do Governo Federal com os impostos dos combustíveis, sobre os investimentos nas rodovias federais em 2003 e em 2002. Mas terei que fazer este discurso em uma próxima oportunidade, porque o tempo não é suficiente para mostrar ao País os números e dados de que disponho.

Mas quero dizer aos prefeitos que aqui estão e a todos que estão nos assistindo neste momento que,

muitas vezes, os moradores do interior não têm acesso a um jornal de grande porte...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...e não sabem o que está acontecendo, apenas ouvem o Presidente Lula falar e ficam entusiasmados, impressionados, achando que tudo aquilo é verdade.

Tenho em minhas mãos o **Correio Braziliense**, que publica: “O Governo Lula gasta mais e mal”. Na outra página, refere-se à “gastança federal”, à qual quero me reportar: “Em 2004, o Governo Federal gastou R\$23,7 bilhões a mais que em 2001, no custeio da máquina pública”.

Certamente, aqueles mais de 4 mil cargos que foram criados estão aí incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigada, Sr. Presidente, vou terminar.

No mesmo período, a capacidade de investimento em obras importantes caiu 38%. Aumentaram o gasto em R\$23,7 bilhões – aumentaram o gasto público com funcionários, com aqueles cargos de confiança aprovados aqui, por sinal – e a capacidade de investimento em obras importantes caiu 38%.

Há outros exemplos. Pasmem, Srs. Senadores, porque talvez nem V. Ex^{as} nem a população brasileira tenham conhecimento disto! Em 2001, o Brasil gastou em saneamento R\$275,5 milhões e, em 2004, apenas R\$27,2 milhões. Em habitação, o Brasil gastou, em 2001, R\$391,2 milhões e, em 2004, R\$173,9 milhões. Em segurança pública, foram gastos, em 2001, R\$817 milhões e, em 2004, R\$467,1 milhões. Em transporte, foram gastos R\$3,4 bilhões, em 2001, e, em 2004, apenas R\$2,2 bilhões.

Estou me referindo a números que estão no jornal – Sr. Presidente, vou encerrar –, mas são inúmeros os Ministérios que, em 2004, gastaram não a metade, mas menos da metade! Não houve investimento para fazer crescer o País. Os prefeitos estão indo para casa frustrados, porque não há investimento no Município, no Estado e no País.

Infelizmente, o gasto público é muito grande.

Esperamos que sejam corrigidos esses gastos, até porque há a questão da reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece ao Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela Liderança PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grande imprensa bra-

sileira noticiou, a meu ver de forma imprecisa, e talvez até por ter recebido informações imprecisas da própria Abrabin – Associação Brasileira de Bingos e da Ordem dos Advogados do Brasil, que havia um projeto de lei de minha autoria que facilitaria os jogos de bingo no Brasil, quando, na realidade, é o contrário.

Apresentei um projeto de lei no Senado, no dia 14 de março de 2002, antes dos escândalos dos bingos, criminalizando essa atividade no Brasil.

O meu projeto de lei diz o seguinte:

Art. 1º

Art. 31. A. Constitui crime contra a economia popular:

I – explorar ou realizar, sem a devida autorização legal, concurso de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, por meio manual ou eletrônico, destinado à obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de qualquer natureza, ou praticar ato relativo a sua realização ou exploração;

II – explorar ou introduzir no território nacional loteria estrangeira ou explorar em outro Estado ou no Distrito Federal loteria autorizada para uma determinada unidade federativa, exceto quando houver aquiescência de ambas.

Pena: 2 (dois) a 6 (seis) anos de detenção e multa.

.....
Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa que apresentei para o meu projeto de lei, utilizei inclusive palavras do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso publicadas na imprensa:

“É preciso mover uma guerra contra o crime organizado. A arrogância do crime está passando de todos os limites.”

Como o jogo clandestino fomenta a criminalidade? Hoje no Brasil, como não há uma legislação específica que regulamente os jogos, o crime organizado tomou conta desta área, contribuindo para o aumento da criminalidade. Isso ocorre porque gera nas pessoas que lidam com esse segmento um sentimento de impunidade, a certeza de enriquecimento fácil e uma proximidade com o Poder Público, que possibilita a essa organização constituir um verdadeiro Estado paralelo, com vista a substituir o Estado constitucional.

A Lei Pelé dava essa oportunidade ao jogo de bingo. Quando fui relator da Lei Pelé, alterei esse item, limitando a atividade de bingo no País até o dia 30 de dezembro de 2001. Foi o meu primeiro posicionamento contra jogos de bingos no Brasil.

Posteriormente, já no Governo Lula, relatei a Medida Provisória que extinguiu os bingos no Brasil. E o meu parecer foi pela extinção. Defendi aqui, desta mesma tribuna, a extinção de Bingos no País. E foi o plenário do Senado que derrubou o meu relatório, posicionando-se contra o meu parecer que era pela extinção dos bingos no Brasil.

Então eu já me posicionei duas vezes contra os bingos no Brasil. E este meu projeto criminaliza os bingos no País, definindo penas de detenção de dois a seis anos de cadeia para quem utilizar esses jogos, que são ilegais no País. Não existe legalidade, e o meu projeto visa justamente coibir o bingo e outros jogos de azar no nosso País.

Portanto, eu precisava, como primeiro Vice-Líder do PMDB, fazer esses esclarecimentos. A grande imprensa nacional errou ao comentar que o meu projeto era favorável aos jogos de bingo. É justamente o contrário: ele criminaliza essa atividade no nosso País....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (TIÃO VIANA. – Bloco/PT – AC) – Peço à Taquigrafia que registre as palavras do orador.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – ... portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria que a imprensa brasileira revisse o seu posicionamento com relação a meu projeto de lei. A própria Abrabin – Associação Brasileira dos Bingos, é contra o meu projeto. Se ele facilitasse o jogo de bingo no Brasil, a Abrabin estaria a favor e, no entanto, está contra, já que o meu projeto criminaliza os bingos no Brasil.

Esse era o esclarecimento que queria fazer da tribuna do Senado, como Vice-Líder do PMDB, reafirmando que sou totalmente contra os jogos de azar, a não ser as loterias ditadas pelos Governos Federal e Estaduais. O meu projeto propugna que os Estados façam licitação, mesmo no caso das loterias que já têm tradição em nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Na prorrogação da Hora do Expediente, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, na lista dos oradores inscritos, estou em sétimo lugar, após o Senador Eduardo Siqueira Campos, que foi último orador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– O Senador Maguito Vilela, que acabou de falar pela Liderança, estava em quarto lugar. V. Ex^a está em sétimo. Concederemos agora a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e V. Ex^a terá ainda sua oportunidade de falar.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer uma reflexão sobre o importante momento por que passam duas nações irmãs na América do Sul.

Em primeiro lugar, saúdo Tabaré Vasquez, o novo Presidente eleito do Uruguai, que ganhou as eleições com uma plataforma progressista que tem muita afinidade com a plataforma defendida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temos percebido no Uruguai manifestações de grande regozijo e, sobretudo, uma vontade extraordinária de acertar e construir as instituições que poderão fazer o Uruguai novamente crescer e ter condições de realização de justiça para todo o seu povo.

Em segundo lugar, gostaria de dizer o quão atentos estamos em relação aos acontecimentos na Bolívia, onde o Presidente Carlos Mesa havia apresentado a sua carta de renúncia ao Congresso. Entretanto, praticamente por unanimidade, o Congresso boliviano considerou que será muito melhor que S. Ex^a permaneça à frente da presidência da Bolívia, mas promovendo um entendimento entre as mais diversas forças políticas a respeito de alguns assuntos de grande interesse nacional boliviano. Alguns deles, inclusive, têm repercussão no Brasil e particularmente na Petrobrás, uma vez que temos uma relação de comércio muito

importante com a Bolívia, pois compramos gás natural e óleos brutos de petróleo.

No ano passado, o Brasil comprou nada mais nada menos que US\$713 milhões de gás natural e óleos brutos de petróleo e vendeu R\$535 milhões para a Bolívia, sobretudo de soja em grãos, barras de aço e ferro, máquinas para colheita, veículos a diesel e outros produtos.

Segundo noticiário, um dos temas de maior polêmica na Bolívia é justamente a chamada Lei de Hidrocarbonetos. Discute-se ali se serão cobrados 18% de *royalties*.

Sr. Presidente, vou interromper meu pronunciamento, porque também gostaria de saudar a Delegação da República Popular da China e meu amigo Embaixador. O Senador Aloizio Mercadante, juntamente com o Senador Paulo Paim, fazem um sinal de que gostariam de saudar os membros do Congresso da República Popular da China.

Serei interrompido com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, com base no art. 18 do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, que foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores e teve uma atividade muito intensa na relação bilateral com a China. Comunico ao nosso Plenário a presença do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Jiang Yuande, que vem promovendo uma grande aproximação entre essas duas nações, entre esses dois povos, com tantos interesses comuns e estratégicos; da Delegação de Amizade do Partido Comunista da China: Sr. Quan Zhezhu, membro suplente do Comitê Central do Partido Comunista Chinês e Subsecretário Geral do Comitê Provincial do PCCh de Jilin; Sr. Wanghua, diretor-geral do Bureau para América Latina e Caribe do Departamento Internacional do PCCh; o Sr. Wang Zhanwu, Subdiretor geral do gabinete para assuntos com o exterior, dos chineses de Ultramar; Sr. Zhao Dejiang, chefe de divisão do gabinete geral do Comitê Provincial do PCCh de Jilin; Sr^a. Chen Xiaoling, subchefe de divisão do mesmo Bureau para América Latina e Caribe do Departamento Internacional do PCCh; Sr^a Zhang Yan, segunda secretária do mesmo Bureau e o Sr. Huang Huayi, intérprete do mesmo Bureau.

Registro a importância dessa visita, dessa Delegação de Amizade. O Brasil e a China têm hoje uma presença muito forte nos grandes fóruns multilaterais; têm tido atitudes comuns, por exemplo, na questão de uma solução diplomática para os conflitos internacionais; na valorização das instituições multilaterais, como a Onu; os dois países estiveram juntos na disputa da Organização Mundial do Comércio e, recentemente, tomamos uma série de atitudes para aprofundar ainda mais as relações econômica comercial, científica e cultural entre as duas nações; a China já tem se apresentado como o segundo ou terceiro país em termos de relações comerciais bilaterais com o Brasil; temos colaboração em algumas áreas muito sensíveis em termos de tecnologia: o Brasil constrói, por meio da Embraer, uma fábrica de aviões na China, e temos parceria na parte de satélite e comunicações.

Enfim....

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
...em todas as áreas, do conhecimento, da ciência, da tecnologia e das relações culturais, esses dois povos, essas duas Nações se aproximam, e ao Senado Federal é muito grato por receber uma delegação com essa estatura e aprofundar, portanto, a relação de amizade entre os nossos povos, entre nossas Nações, entre os nossos Governos e entre os nossos partidos políticos. Saúdo, portanto, em nome dos Senadores, essa visita; agradeço a presença dessa honrosa e representativa delegação do Partido Comunista da China. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– A Presidência dá as boas vindas à delegação chinesa, que nos honra com a sua presença.

Que tenham uma boa estada, tanto no Congresso Nacional quanto em nosso País.

Continua com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/ PT – SP)
– Concluindo, então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que saúdo a resolução de respeito, encontrada de forma democrática, à constituição da Bolívia, pelo fato de o Congresso Nacional ter aceitado que o Presidente Carlos Mesa continuasse. Quero saudar e inclusive...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) ...
dizer que, para nós, brasileiros, será importante a discussão dessa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– A Presidência vai conceder mais três minutos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Está bem.

Será muito importante que acompanhem de perto a experiência e o debate sobre a lei de hidrocarbonetos na Bolívia. Já tive diálogos com o Presidente Carlos Mesa e vou tentar comunicar-me com ele hoje.

Eu gostaria de dizer que considero muito importante que possa a Bolívia pensar em um sistema de cobrança, seja de impostos, seja de *royalties* sobre o valor da riqueza ali criada; seja com a exploração de gás, seja com a exploração de petróleo e com outros produtos, mas que, sobretudo, seja a Bolívia encorajada a destinar esses recursos em benefício dos oito milhões e meio de bolivianos.

A experiência do Fundo Permanente do Alasca, que distribui a todos os habitantes, há mais de vinte anos, um dividendo, que é igualmente pago a todos, constitui-se em uma das melhores experiências de distribuição da renda, que tem feito do Alasca o mais igualitário dos cinquenta Estados norte-americanos. Que a Bolívia estude mecanismos tais como o do Fundo Permanente do Alasca. Avalio que isso é muito importante.

Observe, pelo noticiário, que o Presidente Carlos Mesa estaria propondo a 18% de *royalties* e 32% de impostos sobre o valor a ser cobrado, seja do petróleo ou do gás. Seja qual for a solução encontrada pelos bolivianos – e vamos, obviamente, respeitá-la –, o que eu gostaria de dizer é que quero encorajá-los a ter um mecanismo que efetivamente signifique a mais democrática distribuição da riqueza criada na Bolívia.

Minha saudação à resolução pacífica e democrática da crise política naquele país.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)
– Primeiro, quero agradecer ao Senador Ney Suassuna, que, num gesto súbito, nos deu uma rosinha – já estou esperando qual a maldade que ele vai fazer comigo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de compartilhar com o Senado um problema muito grande que está havendo com o Movimento dos Sem Terra no meu Estado.

Ontem, tive a oportunidade de lembrar aqui um artigo extremamente corajoso do Plínio de Arruda Sampaio, quando falava sobre o *kit* massacre; ou seja, que ações de governo são feitas apenas quando acontece um assassinato, como o da grande missionária Dorothy, que tem repercussão internacional, ou o assassinato de garimpeiros, de sem-terras, de índios – aí o Governo vai lá e toma uma atitude – ou dos sem-teto de Goiás, pelos quais, aliás, ainda nada foi feito pelo Governo Federal.

Em Alagoas, há um problema grave: todos os dias, estão sendo agigantadas as tensões em relação ao Movimento dos Sem Terra e à representação do Governo Federal do meu Estado no Incra. É um problema grave, já aconteceram vários tumultos, o Movimento dos Sem Terra ocupou o prédio do Incra. Hoje, inclusive, houve um problema com um carro do Incra, que foi queimado.

Os movimentos, como sempre, estão a solicitar aquilo a que têm direito. Sei que o atual Governo, tal qual o Governo passado, pela irresponsabilidade e falta de coragem política de enfrentar o latifúndio – e, portanto, de cumprir a ordem jurídica deste País, que obriga que em terra improdutivo se faça reforma agrária – não faz nada. Sei que não existe coragem política do Governo e nem decisão econômica para fazê-lo. Basta ver os cortes que foram feitos no Orçamento para a reforma agrária e a ausência de investimentos no âmbito da própria execução orçamentária.

Os movimentos estão pedindo o que pedem sempre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: agilidade nos processos de desapropriação das áreas improdutivas; agilidade na liberação de créditos e de assistência técnica aos assentados; distribuição das cestas básicas, porque estão vivendo em verdadeiras favelas rurais; projetos de infra-estrutura para os assentamentos, que, em função da irresponsabilidade do Governo, estão completamente sucateados e abandonados.

Ainda estão denunciando – e é de fundamental importância que o Governo Federal abra um procedimento investigatório – que o Incra está fazendo esquema de caixa II em Alagoas, num acordo sujo, com recebimento de propinas de empreiteiras e construtoras.

Portanto, são apelos importantes, reivindicações legítimas e denúncias graves que precisam urgentemente ser investigadas pelo Governo Federal.

Espero que, mais uma vez, as decisões não sejam tomadas simplesmente quando houver algum crime, algum assassinato na região, como aconteceu em outros Estados.

Nós nos empenhamos, falamos com o Governador do Estado – aliás, com o Vice-Governador, porque o Governador está ausente por licença médica – no sentido de que fossem criadas as condições necessárias para que a Comissão de Direitos Humanos, o Ministério Público, a comissão que foi criada dentro da Polícia Militar e as comissões dos movimentos sociais ajam para impedir qualquer obstáculo tão grande que, depois de concretizado, não possa mais ser destruído.

Fica o meu apelo ao Governo Federal no sentido de que tome todas as providências, o mais rápido possível, para resolver o conflito, resolver o impasse, antes que alguém morra pela intolerância, pela truculência e pela irresponsabilidade do Governo Federal.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando temos apenas cinco minutos devemos fazer bom uso desse tempo, embora tão diminuto para os representante de uma região produtora como o Centro-Oeste, especificamente do Estado do Mato Grosso do Sul.

Novamente compareço à tribuna para manifestar a inquietação do homem do campo diante do quadro econômico que se avizinha e para fazer um forte apelo ao Governo Federal, por intermédio do Ministro da Agricultura, que tão bem compreende os problemas em que estão envolvidos e que hora afligem aqueles que estão plantando ou que se dedicam às lavouras de soja, arroz, milho, algodão ou a qualquer outra; enfim, aqueles que se dedicam à agricultura.

Algumas medidas precisam ser tomadas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Venho aqui, mais uma vez, em nome desses produtores rurais, que estiveram reunidos em meu Estado articulando vá-

rias fórmulas para saírem das dificuldades em que se encontram.

Noutro dia, nesta tribuna, apresentei os dados do agronegócio em favor da economia brasileira e disse o que ele representa para a geração de emprego e para o superávit da balança comercial de pagamento. Porém, precisamos de medidas objetivas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Hoje de manhã, reuniu-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado – volto a repetir, criada em muito boa hora, porque não se compreendia que uma Casa como a nossa, que representa a Federação, não tivesse uma comissão representativa de segmentos tão importantes para a economia do nosso País: a agricultura e a pecuária.

Precisamos de juros mais baratos. Cumpre sejam tomadas algumas medidas. Os juros de custeio devem ser reduzidos. Urge acenar logo para os produtores com empréstimos mais prolongados, na compreensão de que, além da superprodução que acontece internacionalmente, o Brasil está sendo castigado por condições climáticas até interessantes de tão variáveis se apresentam. Em alguns lugares, chove muito; todavia, de repente, o solo é castigado pela inclemência de um calor fortíssimo. Outros lugares, como o Rio Grande do Sul, tantas vezes pródigo em chuva, foram castigados pela seca.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, ouço a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de dois minutos, além de um minuto complementar.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – É o suficiente, porque não posso deixar de fazer este apelo. Os produtores do meu Estado e do Centro-Oeste têm me solicitado isso.

Sei que o Ministro da Agricultura está preocupado; porém, no Brasil, costumamos tomar providências a destempo. Urge, já que estamos pré-avisados e as coisas estão acontecendo, adotar algumas das medidas que estão sendo propostas. Não se pode mais demorar com a questão do crédito, da prorrogação das dívidas vencidas, dos juros mais acessíveis à classe produtora. Positivamente, não se pode mais demorar com isso.

Sr. Presidente, não digo que devemos consertar as estradas em seis meses ou em sessenta dias; já

não digo que devemos suprir a infra-estrutura a que o Brasil, infelizmente, está acostumado. Contudo, também não dá para esperar mais. Por isso venho a esta tribuna.

Não falarei além dos cinco minutos a que tenho direito. A matéria foi muito debatida.

Sr. Presidente, agora mesmo, quando me encaminhava para cá, vi uma reunião na sala das Comissões. Procurei saber do que se tratava: eram representantes dos prestadores de serviço reunidas com o nosso Senador Romero Jucá, encarregado de relatar a Medida Provisória nº 232, que, parece, o Governo já compreendeu necessitar de alterações, se não ser eliminada ou retirada, porque a carga tributária está muito alta. Reclamam os agricultores e os pecuaristas; reclamam os prestadores de serviço. A sociedade está mobilizada. O Senado tem razão de procurar andar à frente para resolver esses problemas. É o que espero que aconteça, Sr. Presidente, porque confio na relatoria do Senador Romero Jucá e na sensibilidade do Governo, a quem estou pedindo que acelere imediatamente as providências para que o homem do campo possa voltar a trabalhar com mais tranquilidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço o eminente Senador Ramez Tebet.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que recebeu da Secretaria-Geral da Mesa, em cumprimento à determinação da Presidência proferida na sessão de 03 de março do corrente, listagem dos projetos de lei do Senado e projetos de lei da Câmara a serem redistribuídos às Comissões em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 2005.

Serão encaminhadas, de imediato ou após a oitiva de outro Colegiado, 39 proposições à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; 67 à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; 23 à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e 24 à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A esse respeito, a Presidência informa que está oficiando aos Presidentes de Comissões no sentido de que enviem à Secretaria-Geral da Mesa os projetos constantes da referida listagem, a fim de serem registrados e redistribuídos.

É a seguinte a listagem dos projetos:

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLC	8	1999	CCJ - CAE	CCJ	CCJ - CMA	CAE	CCJ
PLC	12	2000	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLC	35	2000	CAS (já ouvida) - CE	CE	CAS (já ouvida) - CE - CDH	---	CE
PLC	44	2000	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CAS - CDH	---	CCJ
PLC	82	2000	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLC	92	2000	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLC	94	2000	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLC	95	2000	CCJ	CCJ	CCJ - CMA	---	CCJ
PLC	96	2000	CCJ - CAS	CCJ	CDH	CCJ - CAS	CDH
PLC	113	2000	CCJ	CCJ	CDH	CCJ	CDH
PLC	18	2001	CAS - CCJ	CAS	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLC	21	2001	CAS (já ouvida) - CCJ	CCJ	CAS (já ouvida) - CCJ - CMA	---	CCJ
PLC	54	2001	CCJ	CCJ	CDH	CCJ	CDH
PLC	132	2001	CCJ (já ouvida) - CAE - CE	CAE	CCJ (já ouvida) - CAE - CE - CDR	---	CAE
PLC	6	2003	CCJ	SGM	CRA	CCJ	CRA
PLC	22	2003	CCJ - CAE	CCJ	CCJ - CDR	CAE	CCJ
PLC	29	2003	CCJ - CRE - CAE (já ouvidas) - CAS	CAS	CCJ - CRE - CAE (já ouvidas) - CAS - CMA	---	CAS
PLC	37	2003	CAE - CAS	CAE	CDR - CMA	CAE - CAS	CDR
PLC	52	2003	CAS - CE	CAS	CDH - CE	CAS	CDH
PLC	60	2003	CCJ - CAS	SGM	CCJ - CMA	CAS	CCJ
PLC	62	2003	CCJ - CAS	SGM	CCJ - CMA	CAS	CCJ
PLC	69	2003	CCJ - CAS	SGM	CCJ - CMA	CAS	CCJ
PLC	104	2003	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLC	107	2003	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CMA	CAS	CCJ
PLC	109	2003	CAE	CAE	CDH	CAE	CDH
PLC	30	2004	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLC	31	2004	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLC	34	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLC	51	2004	CAS - CAE	CAS	CDH - CAE	CAS	CDH
PLC	53	2004	CCJ (já ouvida) - CAE	CAE	CCJ (já ouvida) - CMA	CAE	CMA
PLC	59	2004	CCJ - CAE	SGM	CCJ - CDR	CAE	CCJ
PLC	60	2004	CCJ - CAE	SGM	CCJ - CDR	CAE	CCJ
PLC	65	2004	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLC	76	2004	CAS	CAS	CRA	CAS	CRA
PLC	78	2004	CCJ	SGM	CCJ - CMA	---	CCJ
PLC	86	2004	CAS	CAS	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLC	88	2004	CCJ	SGM	CMA	CCJ	CMA
PLS	108	1995	CAE	CAE	CMA	CAE	CMA
PLS	229	1995	Autoria de comissão - CAE - CI	CAE	CRA	CAE - CI (ver despacho específico)	CRA
PLS	166	1996	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CAS - CDH	---	CCJ
PLS	23	1998	CCJ	CCJ	CCJ - CDR	---	CCJ
PLS	153	1999	CAE	CAE	CAE - CDH	---	CAE
PLS	171	1999	CCJ	CCJ	CRA	CCJ	CRA
PLS	265	1999	CCJ - CAE - CAS	CCJ	CCJ - CAE - CAS - CMA	---	CCJ
PLS	287	1999	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	325	1999	CAE	CAE	CAE - CRA	---	CAE

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLS	367	1999	CAE	CAE	CDR	CAE	CDR
PLS	533	1999	CAE (já ouvida) - CCJ	CCJ	CAE (já ouvida) - CCJ - CDR	---	CCJ
PLS	568	1999	CAE	CAE	CAE - CRA	---	CAE
PLS	569	1999	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	654	1999	CAE	CAE	CDR	CAE	CDR
PLS	43	2000	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	84	2000	CAE	CAE	CAE - CDR	---	CAE
PLS	87	2000	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	94	2000	CAE	CAE	CAE - CRA	---	CAE
PLS	143	2000	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	190	2000	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLS	13	2001	CCJ	CCJ	CDH - CCJ	---	CCJ
PLS	22	2001	CAE	CAE	CAE - CRA - CDR	---	CAE
PLS	23	2001	CAE	CAE	CAE - CRA - CDR	---	CAE
PLS	33	2001	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	43	2001	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	47	2001	CCJ - CAS	CCJ	CMA	CCJ - CAS	CMA
PLS	79	2001	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	92	2001	CCJ	CCJ	CCJ - CMA	---	CCJ
PLS	96	2001	CAE	CAE	CAE - CRA	---	CAE
PLS	121	2001	CCJ	CCJ	CCJ - CDR	---	CCJ
PLS	123	2001	CCJ	CCJ	CCJ - CRA - CDR	---	CCJ
PLS	142	2001	CAE	CAE	CDR	CAE	CDR

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLS	145	2001	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLS	160	2001	CAE	CAE	CAE - CRA	---	CAE
PLS	167	2001	CCJ - CAS	CCJ	CAS - CCJ - CMA	---	CCJ
PLS	174	2001	CAE	CAE	CAE - CDR	---	CAE
PLS	191	2001	CCJ - CI	CCJ	CMA - CDR	CCJ - CI	CMA
PLS	194	2001	CCJ	CCJ	CDH	CCJ	CDH
PLS	217	2001	CAE	CAE	CDH - CRA	CAE	CAE
PLS	223	2001	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	231	2001	CAS	CAS	CAS - CDH	---	CAS
PLS	239	2001	CCJ	CCJ	CCJ - CDR	---	CCJ
PLS	6	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	13	2003	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLS	30	2003	CCJ	CCJ	CDH	CCJ	CDH
PLS	36	2003	CCJ	SGM	CRA	CCJ	CRA
PLS	39	2003	CAE	CAE	CRA - CDR	CAE	CRA
PLS	40	2003	CCJ	SGM	CCJ - CMA	---	CCJ
PLS	44	2003	CCJ	SGM	CCJ - CMA	---	CCJ
PLS	80	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	90	2003	CAS - CAE	CAS	CDH	CAS - CAE	CDH
PLS	106	2003	CAS	CAS	CDR	CAS	CDR
PLS	107	2003	CCJ - CAS	CCJ	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	118	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	155	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLS	157	2003	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLS	163	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	178	2003	CCJ - CAS	CCJ	CDH	CCJ - CAS	CDH
PLS	181	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	187	2003	CAE	CAE	CDR	CAE	CDR
PLS	201	2003	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLS	216	2003	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLS	226	2003	CAS	CAS	CDH - CAS	---	CAS
PLS	243	2003	CCJ	CCJ	CMA	CCJ	CMA
PLS	246	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	247	2003	CCJ	CCJ	CMA	CCJ	CMA
PLS	248	2003	CCJ	CCJ	CMA	CCJ	CMA
PLS	250	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	265	2003	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLS	295	2003	CAE	CAE	CDH	CAE	CDH
PLS	298	2003	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	314	2003	CAS	CAS	CAS - CMA	---	CAS
PLS	337	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	348	2003	CAS (já ouvida) - CAE	CAE	CAS (já ouvida) - CAE - CMA	---	CAE
PLS	364	2003	CAE	CAE	CDR	CAE	CDR
PLS	382	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	393	2003	CAS (já ouvida) - CCJ	CCJ	CAS (já ouvida) - CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	405	2003	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLS	407	2003	CCJ - CAE	CCJ	CCJ - CRA	CAE	CCJ
PLS	416	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CMA	---	CCJ
PLS	428	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	449	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	456	2003	CAS	CAS	CAS - CDH	---	CAS
PLS	468	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	487	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	490	2003	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	26	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	27	2004	CCJ	CCJ	CDH	CCJ	CDH
PLS	48	2004	CAS	CAS	CMA	CAS	CMA
PLS	55	2004	CAE - CI - CCJ	CAE	CCJ - CMA	CAE - CI	CCJ
PLS	66	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	96	2004	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLS	107	2004	CCJ (já ouvida) - CAE	CAE	CCJ (já ouvida) - CDR	CAE	CDR
PLS	109	2004	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	173	2004	CAE - CAS	CAE	CDH	CAE - CAS	CDH
PLS	201	2004	CCJ - CAE - CAS	CCJ	CCJ - CAS - CMA	CAE	CDH
PLS	209	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CAS
PLS	211	2004	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ
PLS	216	2004	CAS	CAS	CCJ - CDH	CAS	CCJ
PLS	219	2004	CCJ	CCJ	CMA	CCJ	CMA
PLS	224	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH

Proposição	Número	Ano	Despachos (original + deliberações do Plenário)	Localização da matéria	Novo despacho	Comissões que deixarão de se pronunciar	Comissão a que a matéria será encaminhada após o novo despacho
PLS	235	2004	CCJ	CCJ	CMA	CCJ	CMA
PLS	244	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	246	2004	CAS	CAS	CDH	CAS	CDH
PLS	259	2004	CAE	CAE	CRA	CAE	CRA
PLS	288	2004	CI - CAS	CI	CMA	CI - CAS	CMA
PLS	293	2004	CCJ - CAE - CI	CCJ	CCJ - CMA - CI	CAE	CCJ
PLS	295	2004	CCJ - CAS	CCJ	CAS - CDH	CCJ	CAS
PLS	309	2004	CCJ	CCJ	CCJ - CDH	---	CCJ

São os seguintes os ofícios encaminhados aos Presidentes de Comissões:

Of. nº SF/293/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Exmo. Sr.
Senador Luiz Otávio
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Senhor Presidente,

Em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências, esta Presidência determinou, na sessão de 3 do corrente, que a Secretaria-Geral da Mesa procedesse à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição. A análise realizada resultou na listagem anexa, comunicada em Plenário na sessão da presente data.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência a gentileza de remeter à Secretaria-Geral da Mesa os seguintes projetos:

- Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001
- Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003

- Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003
- Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004
- Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1995
- Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995
- Projeto de Lei do Senado nº 153, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 325, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 367, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 654, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2000
- Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2000
- Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2000
- Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2003

- Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente.

Of. nº SF/294/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Exmº Sr.

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania

Senhor Presidente

Em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que cita no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências, esta Presidência determinou, na sessão de 3 do corrente, que a Secretaria-Geral da Mesa procedesse à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição. A análise realizada resultou na listagem anexa, comunicada em Plenário na sessão da presente data.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência a gentileza de remeter à Secretaria-Geral da Mesa os seguintes projetos:

- Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1999
- Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001
- Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001
- Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003
- Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1996
- Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998
- Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 265, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 533, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2000
- Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2000
- Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2000

- Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2004

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente.

Of. Nº SF/295/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Exmº Sr.

Senador Antonio Carlos Valadares
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Senhor Presidente,

Em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que cria no Senado Federal

a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências, esta Presidência determinou, na sessão de 3 do corrente, que a Secretaria-Geral da Mesa procedesse à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição. A análise realizada resultou na listagem anexa, comunicada em Plenário na sessão da presente data.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência a gentileza de remeter à Secretaria-Geral da Mesa os seguintes projetos:

- Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2000
- Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2001
- Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003
- Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003
- Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004
- Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004
- Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004
- Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004
- Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2004
- Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 569, de 1999
- Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2001
- Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003
- Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2004
- Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2004

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente.

OF. Nº SF/296/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Exmº Sr.
Senador Hélio Costa
Presidente da Comissão de Educação

Senhor Presidente,

Em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências, esta Presidência determinou, na sessão de 3 do corrente, que a Secretaria-Geral da Mesa procedesse à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição. A análise realizada resultou na listagem anexa, comunicada em Plenário na sessão da presente data.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência a gentileza de remeter à Secretaria-Geral da Mesa o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, para registro do novo despacho.

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente.

OF. Nº SF/297/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Exmº Sr.
Senador Heráclito Fortes
Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Senhor Presidente,

Em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências, esta Presidência determinou, na sessão de 3 do corrente, que a Secretaria-Geral da Mesa procedesse à análise dos projetos de lei do Senado e dos projetos de lei da Câmara em tramitação, para redistribuição. A análise realizada resultou na listagem anexa, comunicada em Plenário na sessão da presente data.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência a gentileza de remeter à Secretaria-Geral da Mesa o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2004, para registro do novo despacho e redistribuição.

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao **Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995**, que *dispõe sobre a política nacional de irrigação e drenagem e dá outras providências*, de autoria

da Comissão Temporária do Vale do São Francisco, a Presidência informa que foi remetido à Comissão de Assuntos Econômicos e, em seguida, irá à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, por força da aprovação pelo Plenário dos **Requerimentos nºs 1.116, de 1995, e 973, de 2003**, respectivamente.

Tendo em vista a edição da Resolução nº 1, de 2005, que *cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências*, as atribuições das comissões referidas foram absorvidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Nesse sentido, a Presidência, com vistas a resguardar a decisão do Plenário e cumprir as disposições da Resolução nº 1, de 2005, despacha o projeto em questão à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as escolhidas para receber o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 102, de 2005** (nº 123/2005, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente a US\$331.686.015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31.8.2004, e com a decisão presidencial comunicada por ocasião da III Reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em 2001.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “C”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o controle de

Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2005

Dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

 III – as ações de despejo para uso próprio, de ascendente ou descendente;
 (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após quase dez anos da promulgação da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, é inegável o êxito obtido por essa norma. Ao simplificar procedimentos para resolver questões corriqueiras, o Congresso Nacional forneceu ao Brasil instrumento normativo de profundo alcance social.

Entre as causas que se submetem à competência dos Juizados Especiais Cíveis, consta hoje a de despejo para uso próprio. Sem dúvida, em 1995 – época da promulgação da Lei nº 9.099 – essa medida representou significativo avanço, pois desviou da morosa justiça comum para o célere Juizado Especial a competência para processamento e julgamento dessa espécie de ação que guarda relevante função social.

Hoje, porém, cremos que é hora de avançar ainda mais e ampliar a competência dos Juizados Especiais Cíveis para o processamento e julgamento de ações de despejo também para o uso de ascendentes e descendentes, tendo em vista a mesma razão

social que imbuíu o legislador de 1995, qual seja, a necessidade premente de utilização do imóvel que se encontra locado.

Assim, convictos de que esta proposta representará importante passo na direção da ampliação do acesso à justiça, conclamamos os nobres Pares a aprovar nossa iniciativa.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

.....
 Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

.....
 III – a ação de despejo para uso próprio;

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2005

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estende aos portadores da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS) ou da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar os benefícios que especifica e dá outras providências. (NR)”

Art. 2º O **caput** do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS) e a forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar são consideradas, para efeitos legais, causas que justificam:

..... (NR)”

Art. 3º O § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 186.

.....
 § 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS), forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

.....
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as alíneas a e b do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988.

Justificação

Nos últimos cem anos, vários ramos da ciência experimentaram importantes avanços que modificaram por completo a vida de, praticamente, toda a população mundial. Especialmente em relação à medicina, tais avanços propiciaram diagnósticos mais precisos e tratamentos mais eficazes, além de outros benefícios. No entanto, ainda não foram descobertos medicamentos ou outras medidas terapêuticas eficazes contra muitas doenças, dentre elas a linfangioleiomiomatose pulmonar, também conhecida por LAM.

Essa doença acomete mulheres, na maioria das vezes jovens em idade reprodutiva. São conhecidos raríssimos casos de portadores do sexo masculino, com padrão hormonal alterado.

A LAM é uma doença rara, em parte por ser pouco conhecida pela maioria dos médicos, o que dificulta o estabelecimento do diagnóstico. A sua prevalência é estimada em um caso por um milhão de habitantes. Portanto, é provável que aproximadamente 180 brasileiros sejam portadores dessa doença.

A evolução da LAM é lenta, mas contínua, o que faz com que ela se tome uma doença grave alguns anos após o início dos sintomas. Os principais órgãos acometidos são os pulmões. Todavia, os rins, os gânglios linfáticos e outros órgãos podem, também, sofrer comprometimento. Os principais sintomas são a dificuldade respiratória e a tosse seca. Pode ocorrer pneumotórax espontâneo, que é o rompimento do pulmão e o enchimento da cavidade torácica com ar.

Não existe tratamento medicamentoso eficaz contra a LAM e o agravamento da doença pode exigir o uso freqüente de oxigênio e, como medida extrema, o transplante de pulmão e a nefrectomia, que é a retirada do nm comprometido.

Na sua fase mais avançada, a LAM é uma doença grave e incapacitante para as atividades que demandem esforços físicos. Isto significa, em muitos casos, incapacidade para atividades laborativas. Além de ser apenado com a perda dos rendimentos do seu trabalho, o portador de LAM tem que arcar com algumas despesas relacionadas com o tratamento, pois nem sempre os medicamentos, os cilindros de oxigênio e outros equipamentos de que necessitam estão disponíveis nos serviços públicos de saúde.

O projeto de lei que ora submeto à apreciação do Senado Federal tem como objetivo estender aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar os mesmos benefícios que a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, concede aos portadores de aids. Para tanto, estão sendo propostas alterações nessa Lei, inclusive a revogação das alíneas a e b do inciso I do seu art. 1º, que remetem à Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, antigo estatuto do servidor público, revogada pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conhecida como Regime Jurídico Único dos servidos públicos federais.

Propomos, também, a alteração no § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 1990, que relaciona as doenças graves, contagiosas ou incuráveis que dão direito à percepção de proventos integrais de aposentadoria por invalidez, quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou para a readaptação. Para garantir o mesmo direito à servidora e ao servidor portadores de LAM, é necessário que esta doença seja acrescida àquelas.

Em razão do exposto, tenho a certeza de que os ilustres Parlamentares desta Casa não negarão o seu apoio para a aprovação do projeto que submetemos à sua apreciação.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Fernando Bezerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.670, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988

Estende aos portadores da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS os benefícios que especifica e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS fica considerada, para os efeitos legais, causa que justifica:

I – a concessão de:

a) licença para tratamento de saúde prevista nos artigos 104 e 105 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952;

b) aposentadoria, nos termos do art. 178, inciso I, alínea b, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952;

.....
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Publicação consolidada da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, determinada pelo art. 13 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997

CAPÍTULO II Dos Benefícios

Seção I Da Aposentadoria

Art. 186. O servidor será aposentado:

.....
§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2005

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos cem anos, vários ramos da ciência experimentaram importantes avanços que modificaram por completo a vida de, praticamente, toda a população mundial. Especialmente em relação à medicina, tais avanços propiciaram diagnósticos mais precisos e tratamentos mais eficazes, além de outros benefícios. No entanto, ainda não foram descobertos medicamentos ou outras medidas terapêuticas eficazes contra muitas doenças, dentre elas a linfangioleiomiomatose pulmonar, também conhecida por LAM.

Essa doença acomete mulheres, na maioria das vezes jovens em idade reprodutiva. São conhecidos raríssimos casos de portadores do sexo masculino, com padrão hormonal alterado.

A LAM é uma doença rara, em parte por ser pouco conhecida pela maioria dos médicos, o que dificulta o estabelecimento do diagnóstico. A sua prevalência é estimada em um caso por um milhão de habitantes. Portanto, é provável que aproximadamente 180 brasileiros sejam portadores dessa doença.

A evolução da LAM é lenta, mas contínua, o que faz com que ela se tome uma doença grave, alguns anos após o início dos sintomas. Os principais órgãos

acometidos são os pulmões. Todavia, os rins, os gânglios linfáticos e outros órgãos podem, também, sofrer comprometimento. Os principais sintomas são a dificuldade respiratória e a tosse seca. Pode ocorrer pneumotórax espontâneo, que é o rompimento do pulmão e o enchimento da cavidade torácica com ar.

Não existe tratamento medicamentoso eficaz contra a LAM e o agravamento da doença pode exigir o uso freqüente de oxigênio e, como medida extrema, o transplante de pulmão e a nefrectomia, que é a retirada do rim comprometido.

Na sua fase mais avançada, a LAM é uma doença grave e incapacitante para as atividades que demandem esforços físicos. Isto significa, em muitos casos, incapacidade para atividades laborativas. Além de ser apenado com a perda dos rendimentos do seu trabalho, o portador de LAM tem que arcar com algumas despesas relacionadas com o tratamento, pois nem sempre os medicamentos, os cilindros de oxigênio e outros equipamentos de que necessitam estão disponíveis nos serviços públicos de saúde.

O projeto de lei que ora submeto à apreciação do Senado Federal tem como objetivo estender aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro 1988, já concede esse benefício aos aposentados ou reformados por acidentes do trabalho, moléstia profissional ou doenças consideradas graves e especificadas em lei.

Em razão do exposto, tenho a certeza de que os ilustres Parlamentares desta Casa não negarão o seu apoio para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Fernando Bezerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I –

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia

maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

LEI Nº 11.052, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos podadores de hepatopatia grave.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos podadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma:

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Art. 160 do Regimento Interno, requeremos que a Hora do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain, dentre as comemorações que tiveram início este ano.

Justificação

Certas personalidades merecem homenagens reiteradas, independentemente da ocorrência do transcurso de datas de particular relevância em suas vidas ou obras. Este é, sem dúvida, o caso do filósofo francês Jacques Maritain (18.11.1882/28.04.1973). Contudo, cabe ressaltar que em 2005 estaremos no período das comemorações do centenário do seu casamento com a notável escritora Raissa (26-11-1904), assim como, dos 70 anos de suas magistrais conferências em Santander, Espanha (agosto de 1934) sobre “problemas espirituais e temporais de uma nova cristandade” que originaram o livro *Humanismo Integral*, e dos 30 anos da fundação, na Itália, do Instituto Internacional Jacques Maritain (6-4-1974) com sede em Roma. Vale também salientar que, em 2005, se festejará uma década do término da publicação de suas obras completas, em 15 volumes, conjuntamente, pelas edições universitárias de Friburgo, Suíça, e pelas edições São Paulo, de Paris.

Por ocasião de seu falecimento o Papa João Paulo VI comentou: “Grande pensador de nosso tempo, um mestre na arte de pensar, de viver e de orar”. Para Alceu Amoroso Lima, considerado o maior representante do “Maritainismo” no Brasil, o singular mérito dele, foi, pioneiramente, ter tido “a coragem de fazer de novo a apologia dos direitos do homem e de mostrar, não só sua plena compatibilidade com os princípios mais autênticos da revelação evangélica, mas ainda com os dados mais imediatos da própria inteligência humana”. (LIMA, Alceu Amoroso – Prefácio da obra: Maritain, Jacques: *Os direitos do homem e a lei natural* – Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, 3ª ed., p. 9). O Mestre Alceu, diretor da revista *A Ordem*, dedicou a ele todo o número de maio/junho de 1946, com 22 artigos.

“Para minha geração” – disse outro jurista e pensador, o Professor Mata Machado – “Maritain foi não apenas um mestre da doutrina mas um exemplo humano. Ele deu testemunho da autenticidade de sua fé e de seu amor em cada um dos menores e dos maiores movimentos de nossa época. Testemunho de afirmação, pela suas obras. Testemunho de ação pelas atitudes que assumiu... É esse Maritain autenticamente renovador, nuclearmente revolucionário, que esperamos sobrevi-

va nos que saibam descobrir, aprofundar e desvelar o tesouro de seu pensamento, assim como manter fiéis à linha de conduta que emerge das posições por ele assumidas". (MATA MACHADO, Edgar de Godoi da, Maritain, o Mestre. 3-5-1973. In: *Memorial de Idéias Políticas*: Belo Horizonte, Vega, 1975, p. 510-1).

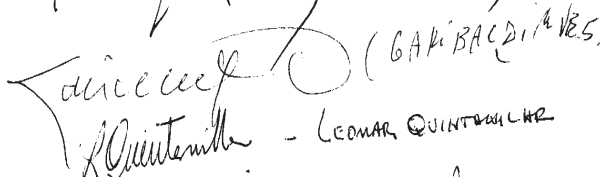
Para aprofundar e difundir o pensamento de Jacques Maritain e aplicá-lo aos problemas contemporâneos surgiu em Roma a revista **Notes et Documents**, que publica os seus trabalhos. No Brasil, – é bom recordar que ele visitou nosso País, em 1936, onde pronunciou palestras – foi criado o Instituto Jacques Maritain – Brasil, em 1992, com sede em São Paulo, associado ao Instituto Internacional Jacques Maritain, tendo, então, como presidente Alceu Amoroso Lima e Lafayette Pozzoli, secretário-executivo.

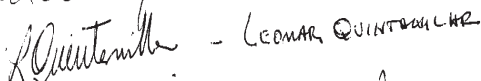
Tais razões nos levam a propor ao Senado Federal, cioso de homenagear grandes figuras da história da humanidade, dedique a Jacques Maritain a Hora do Expediente de sessão, na certeza de que seus sábios ensinamentos e o exemplo de sua vida impoluta e corajosa continuem a iluminar os caminhos de nossa consciência e fazê-lo presente na vida de nosso País.

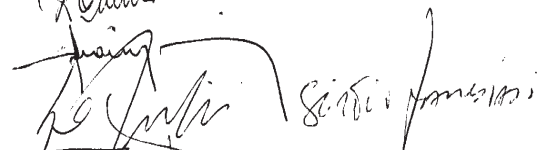
Sala das Sessões, 9 de março de 2005.

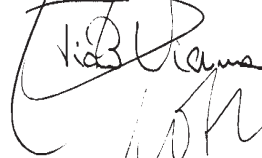
 (M. MACIEL)

 (Roberto Azevêdo)

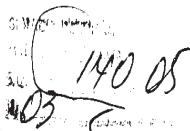
 (GABRIEL BACDI)

 - LEONAR QUINTANILHA

 Sérgio Fontes

 Tião Viana

 Ramez Juma

 140 05

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 1º e do art. 2º da Resolução 84, de 1996, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Severo Gomes na coleção intitulada “Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil”, fazendo constar da obra, como adendo, seus trabalhos parlamentares publicados nos Diários do Senado e do Congresso, quais sejam: discursos, apartes e proposições legislativas.

Justificação

O Senado Federal, com a Resolução nº 84/96, busca homenagear nomes de ex-integrantes desta Casa que se fizeram notórios nos contextos histórico, político, social e cultural de seu tempo.

Entendo, assim, justo e relevante que seja incluído o nome do ex-Senador por São Paulo – Estado que represento nesta Casa -, Severo Gomes, homem público irrepreensível, que muito de sua vida dedicou ao Brasil.

Ocupou, dentre outras funções públicas, a Pasta da Agricultura, bem como da Indústria e Comércio. Membro de atuação destacada na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, o Senador Severo Gomes agregou contribuição enriquecedora àquele importante e decisivo momento nacional, do qual participou ativamente, mais especificamente no âmbito da Comissão da Ordem Econômica.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – **Romeu Tuma.**

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência manifestação das Lideranças sobre acordo para apreciação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005, constante do item 1 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia. Nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, ficam sobrestadas as demais deliberações legislativas.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é sobrestada:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relator Revisor: Senadora Ideli Salvatti

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena,

que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotam crianças*, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às

emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas*.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família*.

12

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

13

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos

de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

14

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

15

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

16

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

17

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

18

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Voltamos à lista de oradores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho de uma reunião que, pela segunda vez, não conseguiu se realizar da Comissão Especial criada para tratar da nova metodologia da parte orçamentária desta Casa.

Sr. Presidente, lá, temos dois problemas. O primeiro é relativo a uma questão de ordem baseada em um dispositivo regimental que define que deveria ser recomposta aquela Comissão. E esse foi o primeiro empecilho. O segundo, está no acordo de Lideranças sobre a composição da presidência, vice-presidência e relatoria. Como temos um prazo de 30 dias para a realização dos trabalhos, já estamos perdendo a primeira semana.

Assim sendo, solicito à Presidência da Casa que tome as providências necessárias para que possamos instalar essa Comissão e apresentar nossos trabalhos em tempo hábil.

Era o pedido que gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está feito o registro de V. Ex^a.

As medidas pertinentes ao caso serão adotadas no que couber à Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Teotonio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Em seguida falará, como Líder, o Senador César Borges, seguindo a ordem de alternância acordada entre os Líderes de falar um inscrito e um Líder delegado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Isso. Mas primeiramente fala um inscrito e, depois, um Líder delegado. A não ser que seja um Líder titular, porque, neste caso, S. Ex^a tem precedência. Esse é o acordo dos Srs. Líderes com a Mesa.

Diz o item 3 da Norma: “As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que usarem da palavra por delegação, o farão intercalados com os oradores inscritos, na forma do Regimento”.

V. Ex^a usará da palavra após a fala do Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traz-me à tribuna, nesta tarde, a mesma motivação que tiveram os Senadores Leonel Pavan, Eduardo Siqueira Campos e tantos outros, nesta semana, para dirigir ao Senado e ao Brasil palavras a respeito dessa profunda injustiça que envolve os Municípios brasileiros e a União na correlação do rolo tributário.

Iniciou-se, nesta semana, Sr. Presidente, como todos sabem, a 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Cerca de dois mil prefeitos de todo o País, quase a metade de todos os gestores municipais do Brasil, estão presentes na Capital Federal para reivindicar do Governo o retorno à situação de quase 15 anos atrás. Parece inacreditável e, com certeza, é absurdo que o que mais os prefeitos pedem é que tenham, hoje, a mesma participação no bolo tributário do ano distante de 1991. Naquela época, os Municípios detinham 17,5% de participação no bolo da arrecadação. Esse percentual caiu para 14,6%, no ano passado, uma queda de três pontos percentuais ou quase 20%. Ano a ano a participação do Município é menor, qualquer que seja o parâmetro de comparação. Em 2002, por exemplo, Sr. Presidente, os Municípios detinham 4,17% do PIB. No ano passado, esse percentual já caíra para 3,83% do Produto Interno Bruto.

Na verdade, a queda é ainda maior, porque, a rigor, do ano distante de 1991 para cá, a União descentralizou responsabilidades e atribuições, na medida em que concentrou recursos. Aumentaram de lá para cá as alíquotas dos tributos não compartilhados, enquanto a União teima em fazer renúncia fiscal à custa de Estados e Municípios.

Ainda no ano passado, quando maior era a grita contra o aumento da alíquota da Cofins em 153%, a União quis compensar alguns segmentos da indústria pelo aumento cavalariço dessa distribuição. E fez como sempre fez: reduziu o IPI para automóveis, por exemplo. Fez o que sempre faz: negocia o que não lhe pertence, pois, o IPI, a rigor, pertence a Estados e Municípios, apenas é arrecadado pela União.

Nos últimos anos, o que a União cedeu aos Estados e Municípios foi a mera partilha da Cide, que redistribuiu 29% de sua arrecadação. No bolo tributário, é quase nada, melhor dizendo, é nada mesmo. Até a destinação de 100% do ITR para os Municípios para conquista do nunca, pois, até hoje, o dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a União tem funcionado como um incontrolável dreno financeiro em relação aos Municípios e Estados brasileiros. Primeiro, aumenta a sua própria participação no bolo tributário; depois,

transfere para Estados e prefeituras suas atribuições e responsabilidades; em seguida, contingencia orçamentos e suspende transferências voluntárias; por último, torna impagáveis as dívidas de Estados e Municípios. Não se conhece, na história da República, exemplo mais acabado de igual voracidade tributária.

Em 2002, por exemplo, as transferências voluntárias do Governo Federal para o Estado da Paraíba, para citarmos apenas um exemplo, representaram 70% do que o Estado pagou de dívida à Secretaria do Tesouro. Em 2003, a Paraíba já pagou, de dívida, 24 vezes o que recebeu do Governo central em transferências voluntárias.

Ao tomar conhecimento dessa informação, Sr. Presidente, procurei saber os números do meu Estado e também constato que Alagoas, neste ano, já pagou 20 vezes mais em dívida à União do que recebeu em transferências voluntárias.

Essa é uma relação extremamente perversa e cruel! Com essa política tributária caolha, a União compromete a Federação que, aliás, é uma das cláusulas pétreas da Constituição. Mais ainda, esgarça cada vez mais o pacto federativo, que é urgente repensar.

O modelo tributário que sustentamos, com a insensibilidade que tem caracterizado esse Governo em sua relação com Estados e Municípios, tem aumentado ainda mais o desequilíbrio regional, que já é absurdamente inquietante no Brasil. Há regiões cada vez mais pobres e bolsões cada vez mais ricos.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Com muito prazer, nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de parabenizar V. Ex^a pela escolha desse tema, que, inclusive, está bastante atualizado, já que todos esses Prefeitos estão aqui. Normalmente, nesses encontros de Prefeitos, sempre há muitas reivindicações e não uma única, que seja de uma objetividade total. Mas, neste último encontro, apresentaram uma reivindicação simples e clara: a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque, quando a reforma tributária foi votada no Senado, ficou decidido, por um acordo com o Governo, que seria aumentado em 1% o Fundo de Participação dos Municípios, passando-se do percentual de 22,5% para 23,5%. Isso ficou acertado com a Bancada do Governo, com o PT, com todos. Quando chegou à Câmara dos Deputados, esse projeto empacou e assim está desde o ano passado. Agora, o Governo quer aprová-lo na íntegra, e não há acordo para isso. O Presidente falou com os Prefeitos, foi muito simpático. Tudo bem que o seja, mas que aprove aquela reivindicação específica e clara, que é

o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Parabênico V. Ex^a.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado pelo aparte, Senador José Jorge.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB

– SE) – Senador Teotonio Vilela, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Com muito prazer, nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Antes, porém, o Senador Alvaro Dias já o havia solicitado.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado,

Senador Teotonio Vilela Filho. V. Ex^a, com muita competência – aliás, como é hábito –, focaliza esse tema atualíssimo. Os Prefeitos estão denunciando o empobrecimento cada vez maior dos Municípios. A descentralização ocorre apenas na via dos encargos e da despesa, e não na via da receita. Não há como pagar o aumento de despesa proporcionado pela descentralização administrativa, que, aos poucos, vai ocorrendo no País, com o repasse de tarefas cada vez mais volumosas aos Municípios brasileiros. Isso é correto, mas o é também repassar os recursos correspondentes. Senador Teotonio Vilela, o que os Prefeitos estão reivindicando agora não é muito, aliás é muito pouco. Reivindicam apenas 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios, o que corresponderia a R\$1,2 bilhão. No ano passado, o Governo Federal arrecadou R\$333 bilhões. Um bilhão e duzentos mil reais, portanto, não desfalcam os cofres federais. De outro lado, enquanto o Governo teve um aumento no ano passado, em relação a 2003, de 10,8% da receita, os Municípios tiveram um decréscimo, como vem ocorrendo anualmente. Portanto, nada mais justo que a Câmara dos Deputados aprovar urgentemente essa matéria, além, é claro, da reforma tributária como um todo, como disse o Senador José Jorge. Essa reforma, inclusive, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional, que atende especialmente o seu Estado, a sua região, o Nordeste do País, mas também a minha, no Vale do Ribeira. Parabéns, Senador Teotonio Vilela.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado, nobre Senador Alvaro Dias. V. Ex^a tem-se revelado um intransigente defensor dos Municípios brasileiros ao longo dos mandatos que vem exercendo. É muito enriquecedor para o meu pronunciamento o seu aparte.

Ouçõ o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB

– SE) – Senador Teotonio Vilela, V. Ex^a desenvolve

um tema que já foi objeto de vários discursos nesta tarde e na sessão de ontem. Trata-se de um assunto da maior importância, que diz respeito às perspectivas de aumento da arrecadação dos Municípios, inclusive com a reforma tributária que está tramitando na Câmara dos Deputados. Em primeira mão, quero dizer a V. Ex^a e à Casa que, há poucos instantes, recebi do Deputado Federal João Fontes, de Sergipe, texto que vem do Ministério da Fazenda. Por meio de um acordo feito entre as Lideranças do Governo e da Oposição e o próprio Presidente da República, haverá aquilo que os Municípios estão reivindicando: aumento em 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Também os Estados estão ganhando na história. O próprio Estado de Sergipe vai ganhar R\$96.487.734,00, e o de Pernambuco – não me refiro aos Municípios –, R\$160 milhões, aproximadamente. O Estado de Alagoas receberá R\$96 milhões. Enfim, o Presidente da República, Lula, com as Lideranças tanto do Governo quanto da Oposição, em entendimento, chegam a uma conclusão: os Municípios merecem um reforço na sua arrecadação. Agora, quero dizer a V. Ex^a que esse escoamento dos recursos dos Municípios não ocorreu neste Governo, mas no anterior, haja vista o Fundo de Estabilização Fiscal. Este levava uma parte do Fundo de Participação dos Municípios. Depois, vieram as contribuições sociais, como a própria CPMF, que tirava dinheiro dos Municípios, e assim por diante. Queremos é recompor o volume de arrecadação com o percentual que existia em 1991, de 17,5%. Queremos que a arrecadação dos Municípios retorne a esse patamar, porque, realmente, a situação é dramática, caótica. Essa providência que está sendo tomada, com o apoio do Congresso e também com a solidariedade e a sustentabilidade do Governo Lula, trará aos Prefeitos Municipais esse benefício, que já é um acordo feito na Câmara dos Deputados.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado pelo aparte, Senador Antonio Carlos Valadares. Dizia exatamente isso no início do meu pronunciamento.

Em resumo, o objetivo da Marcha dos Prefeitos é voltar à situação de 1991, quando tinham 17,5% da carga tributária. É fundamental que a Câmara dos Deputados apóie esse aumento de 1%, para que essa desigualdade, essa injustiça, seja corrigida.

Na tribuna do Senado, já estive muitas vezes, inclusive no Governo passado, para fazer a defesa justamente dos Municípios e dos Estados brasileiros, na correlação da divisão do bolo tributário, que lhes é profundamente injusta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aguardo, com ansiedade e preocupação, um pedido de informa-

ção que fez o Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a meu pedido, para saber qual o crescimento do PIB do Nordeste no ano de 2004. A imprensa divulgou muito o crescimento do Brasil – algo em torno de 5%. Mas o crescimento do Nordeste até hoje está numa caixa-preta que envolve o IBGE, depois que este publicou algumas informações que não agradaram ao Governo Federal. Precisamos ter essa informação, porque nos preocupa muito o aprofundamento do fosso das desigualdades.

Não sei francamente o que querem, se um País integrado ou um *apartheid* inevitável. Como estamos, jamais construiremos uma Nação desenvolvida e integrada. No máximo, teremos um mosaico de regiões desiguais, cada uma bradando mais alto os equívocos de um modelo tributário que começou penalizando o Município e terminará por sacrificar a unidade nacional.

Tenho a maior esperança, Sr. Presidente, de que, nessa sua oitava marcha a Brasília, os prefeitos de todo o Brasil – dos cem Municípios do meu Estado de Alagoas, cerca de sessenta estão representados aqui em Brasília, e aproveito a oportunidade para saudar a todos na pessoa do Prefeito Luciano Barbosa, de Arapiraca, o maior Município do Estado, que está presente no plenário –, tenho a maior esperança de que os prefeitos consigam sensibilizar o Governo e o próprio Presidente da República. É emblemático que a maior reivindicação que hoje se faz é voltar ao estágio de distribuição de tributos de 1991. É preocupante que, a esta altura, tudo o que queiramos é voltar ao passado tributário. Sem medo algum, pode-se dizer hoje que a gente era feliz...Feliz 1991... Pobre Brasil!

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, pela Liderança, por delegação do PFL.

V. Ex^a tem até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me que a tônica hoje dos Srs. Senadores é fazer referência à distribuição de recursos federais pelo Governo Federal.

Nessa linha, que já foi comentada por outros Senadores, como os Senadores Mão Santa, Leonel Pavan

e Teotônio Vilela Filho, quero citar também a reportagem do jornal **Correio Braziliense**, com o título de “Governo Lula gasta mais, e mal”. Essa é a realidade que estamos vivendo hoje.

Como gasta mal este Governo! Se não, vejamos: segundo a própria reportagem, o Governo gastou, no exercício de 2004, R\$23,7 bilhões a mais, tomando como referência o ano de 2001, no custeio da máquina governamental. O custeio aumentou R\$23,7 bilhões nesses três anos. Nesse mesmo período – e aí está o contraste e o trágico –, os investimentos decresceram 38%, ou seja, gasta-se na atividade-meio e não há recursos para a atividade-fim.

O Governo está arrecadando cada vez mais. Ele bate recordes de arrecadação e a Receita Federal alardeia isso como uma grande vitória. Entretanto, isso é um processo perverso e nocivo. Essa carga tributária está penalizando a economia brasileira, penalizando todo o empresariado nacional e todos os consumidores nacionais. Esses recursos que são arrecadados a mais, tão preciosos para o País, infelizmente, estão sendo desperdiçados.

Entre as funções mais prejudicadas com a queda de investimento, comparando os anos de 2001 e de 2004, Srs. Senadores, está a área de saneamento, fundamental para a saúde da população brasileira. Cada R\$1 mil investidos e utilizados nesse âmbito, segundo a Organização Mundial de Saúde, significam R\$4 mil economizados.

Sabemos que a saúde pública vai muito mal neste País, a ponto de o Governo estar prestes, em sua reforma ministerial, a substituir o Sr. Ministro da Saúde, Sr. Humberto Costa, que não tem competência nem autoridade para continuar à frente do Ministério.

Em saneamento, houve uma redução de 90%. No Ministério do Trabalho, a redução foi de 72%. No Ministério do Meio Ambiente, 69%. No Ministério da Educação, tão importante para que haja avanços e se atinjam novos patamares da educação da nossa juventude e da população em geral, a redução foi de 64%, se compararmos os anos de 2001 e 2004.

Entretanto, Sr. Presidente, temos que destacar – e é o fulcro do meu pronunciamento – que o setor de saneamento foi o que teve a maior redução. Em 2001, eram destinados a esse setor, no Orçamento Geral da União, R\$ 275 milhões. Já em 2004, ao finalizar o ano, só haviam sido efetivamente pagos e investidos R\$ 27 milhões. Essa é a triste realidade do setor de saneamento.

E as perspectivas para o atual exercício de 2005 são também pouco animadoras, pois o contingenciamento orçamentário de que todos tiveram conhecimento, anunciado pelo Governo, de aproximadamente R\$

16 bilhões, reduz em 73% o orçamento do Ministério das Cidades. No orçamento original, estavam previstos R\$ 2,74 bilhões, o que está sendo reduzido agora para R\$ 731 milhões. O que é pior, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, ao final do exercício, vamos verificar que ele não foi realizado. Será empenhada uma parcela mínima de 30% a 40%, talvez sejam pagos 20% e o restante fique para o exercício de 2006.

Até mesmo o anunciado e comemorado aumento, alardeado pelo País, dos financiamentos com recursos do FGTS, administrados pela Caixa Econômica Federal, ainda não significou a ampliação dos investimentos. Para serem utilizados no setor de saneamento, esses investimentos do FGTS, que chegariam próximo a R\$1 bilhão, R\$1,3 bilhão ou R\$1,4 bilhão e estavam autorizados pelo Conselho Curador do FGTS, chegaram, no exercício que se findou em 2004, segundo estimativas da própria Caixa Econômica Federal, a R\$ 210 milhões. É o que foi efetivamente desembolsado, no ano passado, para todo o País. Foram esses os recursos liberados pela Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, parece que, após a queda, vem o coice, porque, além da drástica redução dos investimentos em saneamento básico, esse setor vem enfrentando outros problemas, e estes, sim, são sérios, porque terão efeitos a curto, médio e longo prazos. São problemas que advêm com o crescimento da burocracia e a ausência de um marco regulatório adequado para o setor. Mas a ausência do marco regulatório ainda é melhor do que um marco regulatório equivocado, como pretende o Governo Federal. E isso se tem refletido em todos os setores da área de saneamento.

Recente reportagem da **Folha de S.Paulo** indica que o setor industrial que produz equipamentos para a área de saneamento está numa ociosidade completa por conta da falta de encomendas no setor, como bombas e outros equipamentos para saneamento, seja de abastecimento de água, seja de tratamento de esgotos.

E o resultado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dessa má gestão não poderia ser outro: o saneamento do País, hoje, é uma das maiores carências da população brasileira, principalmente quando falamos em coleta e tratamento de esgotos.

Apesar de a grande maioria da população ter acesso à rede de água, que foi um avanço obtido nas últimas décadas, dados atuais do IBGE mostram que apenas quatro, Srs. Senadores, entre dez brasileiros são atendidos por redes de coleta de esgotos.

Sr. Presidente, é inegável que a falta de investimento foi o fator determinante para a baixa cobertura do serviço de coleta e tratamento de esgoto, que

deveria ser, por proposta do próprio Governo do PT, universalizado.

O Ministro das Cidades, Olívio Dutra, também diz que será defenestrado por inoperância, por incompetência, na próxima reforma ministerial. Quando S. Ex^a esteve nesta Casa, em junho de 2003, afirmou que havia mandado fazer um estudo para avaliar o setor de saneamento do Brasil e havia chegado à conclusão de que seria necessária a aplicação de R\$8,9 bilhões/ano, durante vinte anos, para que alcançássemos a universalização do saneamento básico no País.

Em lugar de R\$8,9 bilhões, Sr. Presidente, foram aplicados e pagos, no ano passado, R\$25 milhões. Existe uma distância abissal entre aquilo que o Ministro disse que precisa e aquilo que o Governo faz.

Recordo-me que, naquela ocasião, o Ministro criticou duramente o governo passado pelo baixo nível de investimento na área de saneamento. Dizia que neste Governo tudo seria diferente, tudo seria modificado, e se esperava que para melhor. Entretanto, se está diferente, lamentavelmente, é para pior.

V. Ex.^a é um médico conceituado, Sr. Presidente, e sabe como é importante o saneamento básico para se garantir a saúde da população. Mais uma vez, todas aquelas declarações do Ministro Olívio Dutra não passaram de bravatas, algo típico do atual Governo, que faz diagnósticos, anuncia grandes projetos, grandes planos, e nada executa.

Ainda ontem tivemos aqui o Ministro Ciro Gomes, que fez um diagnóstico belíssimo, e eu diria desnecessário, porque no plano de governo do PT já estava esse diagnóstico. E a solução seria criar agências de desenvolvimento para o Nordeste – e estava na proposta.

O Presidente foi a Fortaleza, comemorou a recriação da Sudene, decorridos exatamente dois anos e três meses de Governo.

Depois de um ano e oito meses que o Presidente anunciou a recriação da Sudene, estamos a zero com relação à Sudene, com relação à Sudam, com relação à Sudeco. Não há uma política nacional de desenvolvimento regional. Essa é a verdade. E não adiantam palavras bonitas, porque são apenas palavras, são apenas embromações.

A verdade é que o Governo e o Presidente não têm cumprido seus compromissos com as regiões menos desenvolvidas do País, que precisam de uma política nacional de desenvolvimento.

Eu queria dar um aparte ao nobre colega de Partido e competente Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador César Borges. V. Ex.^a faz um discurso muito proficiente, de conhecedor profundo da

matéria. Já foi Governador de Estado, sabe muito bem o que significa o investimento em saneamento básico. Para se ter uma idéia, a ONU chega a dizer que para cada R\$1,00 investido se poupam R\$5,00 com saúde pública. É algo realmente grandioso. E há uma outra pesquisa que diz o seguinte: o grau de renda básica do brasileiro hoje é tão violentado, é tão irrisório, que, se colocássemos esgoto sanitário e água encanada e tratada em todas as casas, o brasileiro não daria conta de pagar. Daí a importância do seu pronunciamento. O Governo não tem que agir como se fosse um banco, e sim como uma entidade que está disseminando o social e buscando a melhoria das condições de vida da sua população. O Governo não tem que criticar se as agências estaduais ou as empresas de saneamento básico não estão fazendo nada. O que o Governo Federal está fazendo? Penso que até pode cobrar, mas qual a contrapartida que o Governo Federal tem dado para o saneamento básico no Brasil, historicamente? Aliás, o nosso índice, principalmente em esgoto sanitário, é ridículo. Um dos piores dos países em desenvolvimento do mundo. De forma que parabeno V. Ex^a por seu pronunciamento saudável, correto, grandioso. Se o Governo Federal e também os Governos Estaduais atentassem para as palavras de V. Ex^a, certamente nossas condições de vida e de salubridade seriam bem melhores.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Senador Demóstenes Torres. V. Ex^a toca num ponto muito importante que passarei a comentar agora. O Governo não investe no setor de saneamento, não coloca recursos no Orçamento Geral da União. E quando o faz, com um valor muito aquém daquele anunciado, usa recurso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Agora o Governo procura um bode expiatório, tenta culpar pelos problemas do setor as companhias estaduais, que são responsáveis por mais de 77% do serviço de saneamento ofertado à população brasileira.

Em recente reportagem do jornal **Folha de S. Paulo**, o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, sindicalista da Bahia, Sr. Abelardo de Oliveira Filho, disse o seguinte:

Elas [empresas estaduais de saneamento] fazem o que querem. Têm, no geral, gestões ruins e são cabides de empregos nos quais muito dinheiro já foi para o ralo.

Ele desconhece que as empresas estaduais são a coluna vertebral do saneamento existente hoje no País. Se desarticularem esse sistema das empresas estaduais, aí sim estaremos em maus lençóis com

relação à questão do saneamento. Isso ocorre, Srs. Senadores, porque o PT, já que lhe falta competência e desejo de investir no setor, tenta culpar as empresas estaduais.

O Ministro Olívio Dutra prometeu investimentos, mas eles não aconteceram. O Sr. Abelardo, que fala em nome do Ministério, na verdade, representa ali o sindicalismo com viés ideológico e partidário. A destruição das empresas de saneamento do Estado talvez até atenda a interesses eleitoreiros do próprio Partido dos Trabalhadores.

Isso, sem dúvida, é uma grande preocupação, Srs. Senadores. O Governo está elaborando um projeto que será enviado ao Congresso Nacional para instituir novas diretrizes à Política Nacional de Saneamento Ambiental. Dizem que está procurando transferir para os Municípios a titularidade dos serviços de água e esgoto, tirando-a das empresas estaduais.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é importante destacar que esse projeto é flagrantemente inconstitucional, na medida em que ignora a competência dos Estados Federados para a criação de regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas para nelas integrar o planejamento, a organização e a execução de serviços públicos comuns, como é o caso do saneamento básico. As funções constitucionais dos Estados seriam substituídas por um novo arranjo federativo baseado, segundo o laboratório do Ministério das Cidades, em consórcios municipais, o que contraria a Constituição Federal.

Além disso, Sr. Presidente, a proposta é claramente suicida para o setor, pois ignora a necessidade de subsídios cruzados e condena os Municípios menores e mais pobres – no Nordeste conhecemos muito bem a questão, são os que estão no semi-árido –, onde a implementação dos serviços de saneamento seria deficitária, pois muitas vezes vão procurar água a mais de 100 km. Esses Municípios não conseguiriam nem recursos para manter os serviços nem para novos investimentos.

Apenas para ter-se uma idéia, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito que as empresas estaduais de saneamento são responsáveis hoje por 77% dos serviços de abastecimento de água no País, atendendo 3.921 Municípios. Desses, cerca de 3.200 possuem operação deficitária; sua receita tarifária não é sequer suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção. Se o serviço fosse municipalizado, teriam os Municípios que tirar recursos, e sabemos quão depauperados eles estão para manter um serviço de abastecimento que é sustentado pelo Estado por meio exatamente do subsídio cruzado das tarifas, como é o modelo atualmente existente.

Como se não bastassem todas essas dificuldades, é preciso ainda destacar que os escassos recursos das empresas de saneamento estão sendo crimosamente subtraídos pelo aumento da carga tributária, gerando mais dinheiro para o Governo Federal e menos para as empresas de saneamento.

Cito como exemplo as recentes alterações no PIS/Pasep e na Cofins, que tiveram forte impacto sobre as empresas de saneamento básico. Entre 2001 e 2004 a Cofins subiu 168%, e o PIS/Pasep, 149%. Essas duas contribuições somadas representam hoje 6,65% das receitas das empresas, no ano de 2004, e prevê-se que representarão 7%, no próximo ano, da receita das empresas estaduais.

Sr. Presidente, apenas o que o Governo Federal recolhe com o PIS/Pasep e com a Cofins das empresas de saneamento representa mais de 30 vezes o que a União investiu durante todo o ano passado no setor. Então, o Governo Federal está retirando recursos dessas empresas para o seu caixa e não o está devolvendo.

Enfim, tudo isso mostra que as empresas estaduais representam uma estrutura que deu e continua dando certo e que precisa ser fortalecida, ao contrário do que tentam mostrar, como já disse, com viés partidário-ideológico, os atuais dirigentes do Ministério das Cidades. Em vez de manipular a opinião pública com argumentos falsos, o Governo deveria olhar para o próprio umbigo. Se havia dúvidas sobre quem precisa rever sua atuação na questão do saneamento básico, ele devia olhar para o SIAFI...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador César Borges, concederei a V. Ex^a mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente. Talvez nem use os dois minutos, mas agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Sr. Presidente, tudo isso significa que as futuras gerações de brasileiros não têm por que ser vítimas de dogmatismos ideológicos, da incompetência ou inoperância de qualquer Governo; é preciso, mais do que nunca, impedir que o País retroceda em um setor tão importante como o de saneamento.

O Poder Federal, a União tem de entender de uma vez por todas que é necessário modernizar a máquina pública para atender melhor a sociedade, e isso deve ser feito a um custo cada vez menor. Talvez não seja essa exatamente a linguagem e a visão do Partido dos Trabalhadores no poder, mas é extremamente necessário esperar que o Governo Federal dê uma destinação de recursos em volume suficiente

para reverter esse quadro que aqui descrevemos do saneamento básico no País.

Finalizo reiterando a importância do fortalecimento das empresas estaduais do nosso sistema, que são as grandes responsáveis por tudo que foi feito até agora, mesmo diante desse cenário adverso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição para falar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a já está inscrito. Farão uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, posteriormente o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vários oradores já falaram aqui exaustivamente sobre a nova marcha dos prefeitos a Brasília para reivindicar que a União, o Governo Federal dê mais atenção aos Municípios. Realmente, a cada ano que passa, essa situação se inverte, porque, há algum tempo, logo após a promulgação da Constituição de 1988, o bolo da divisão era diferente. Existia mais repasse para Estados e Municípios e uma menor proporção para a União. Isso foi se invertendo aos poucos, e atualmente os Municípios estão realmente apenas com os encargos, mas não com as condições de mantê-los.

Sr. Presidente, quero fazer o registro da presença na tribuna de honra de prefeitos de Roraima, que vieram lá do extremo Norte para fazer aqui algumas reivindicações. Algumas delas são comuns a todos os prefeitos, mas outras são específicas daqueles Municípios mais pobres e distantes.

A esse respeito, eu gostaria de ler a carta assinada pelos prefeitos de Roraima, para que faça parte do meu pronunciamento.

1 – A reforma tributária encontra-se na Câmara Federal, é necessário e premente a colocação para votação (...) do aumento do FPM de 22,5% para 23,5%, no sentido de viabilizar as pequenas prefeituras do Brasil, principalmente os municípios com menos de 20 mil habitantes, considerando o aumento do salário mínimo, que inviabilizará as prefeituras a partir do mês de maio.

2 – Que a contrapartida dos municípios inscritos no programa “Comunidade Solidária”, com população de até 25 mil habitantes, volte a ser de 1%. No Governo Lula foi elevada para 3%, o que é um contra-senso com os mais pobres.

3 – Que os planos de trabalho e projetos básicos sejam simplificados, tendo como exemplo de modelo e metodologia os adotados pelo Projeto Calha Norte, derrubando um imenso e dispendioso processo burocrático para os pequenos municípios do Norte e do Nordeste.

4 – A Suframa é o único órgão da Amazônia Ocidental que investe os seus recursos próprios, arrecadados na região, em projetos de desenvolvimento integrado dos municípios carentes. No atual Governo houve um extraordinário contingenciamento, prejudicando os que nada têm. Não é justo contingenciar taxas de serviços e outras receitas próprias daquela Superintendência. Pelo menos, que se autorizasse a liberação desses recursos para atender aos municípios com baixo IDH.

5 – É necessária a desburocratização da Caixa Econômica Federal, com adequação do seu quadro de funcionários para atender a demanda de serviços repassados pelo Governo Federal. Isto facilitará o acesso dos municípios mais pobres aos programas sociais do País. Como exemplo, a recente divulgação, pela Rede Globo, de denúncias sobre execução do Bolsa Família, fez a CEF realizar, com muita dificuldade, um mutirão no Brasil para entregar os cartões aos beneficiários.

6 – O Programa Social de Habitação (PSH), administrado pela Caixa Econômica Federal, foi instituído o valor teto de R\$4.500 (quatro mil e quinhentos reais) para cada unidade habitacional. Esse valor viabiliza o acesso dos Municípios mais ricos. Os mais pobres jamais terão condições de participar do PSH. Nossa sugestão é corrigir o valor para R\$6.000 (seis mil reais) para os municípios do Norte e Nordeste com população inferior a 25 mil habitantes.

7 – O Ministério da Integração começa a elaborar um Plano de Desenvolvimento Local Integrado para a Região Norte, iniciando pela Calha dos rios Solimões e Negro, no Estado do Amazonas, envolvendo vários órgãos governamentais. O prudente seria alocar esses recursos para PDELIS, elaborado pelo Pro-

jeto Calha Norte, Fundação Getúlio Vargas, Embrapa, Ibama, Incra, Governos Federal, Estadual e Municipal, atualizado, faltando ser transformado em ações concretas.*

E seguem-se as assinaturas dos Prefeitos.

Portanto, Sr. Presidente, endosso as reivindicações dos nossos Prefeitos de Roraima, que não considero diferentes daqueles cujas prefeituras encontram-se nas regiões mais pobres.

É de estarrecer que, por exemplo, em 2003, as ONGs tenham recebido R\$1,3 bilhão, sem burocracia alguma, sem nenhuma necessidade a mais de certas prestações de contas e de documentos excepcionais, enquanto que Prefeituras pobres deste Brasil têm que tomar uma série de providências burocráticas para poderem obter a liberação, às vezes, de um recurso mínimo.

Por conseguinte, registro este meu protesto hoje em relação ao Governo Federal, a quem apelo no sentido de que olhe para os Municípios, onde vivem os cidadãos, onde estão os problemas dos cidadãos, e não para a União.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero cumprimentá-lo pela defesa que faz dos prefeitos, mostrando as dificuldades que enfrentam. Mas isso tudo, Senador Mozarildo Cavalcanti, é um desrespeito à Constituição. Nunca se viu tão desrespeitada a Constituição, aquela que Ulysses Guimarães beijou em 5 de outubro de 1988. Talvez V. Ex^a tenha sido Constituinte. Aqui está escrito que a União deve ficar com 54% do bolo de impostos, os Estados e o Distrito Federal, com 21,5%, os Municípios, com 22,5%, sobrando 2% para os fundos constitucionais. O que está havendo no Brasil? A fome, que não é a do Fome Zero, mas a de imposto, fez com que o Governo do PT aumentasse sua fatia de 54% para 60% e os Municípios diminuíssem de 22,5% para 14,5%. E V. Ex^a há de refletir que os Estados aumentaram sua participação no “bolo”. Além disso, os Municípios, que foram criados aos milhares, viram diminuída sua participação nesse “bolo”. Aí está o “Fome Cem” de impostos do PT.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa. V. Ex^a, que foi Prefeito, que foi Governador de um Estado do Nordeste, sabe perfeitamente o quanto é difícil administrar um Município do interior do Nordeste ou do interior da Região Norte.

Finalizo, Sr. Presidente, pedindo a todos os Senadores mais atenção a essa questão municipal, principalmente àqueles Municípios que têm até 25 mil

habitantes, que é a grande maioria dos Municípios brasileiros.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, parabeno-o pela oportunidade do pronunciamento que faz. Não podemos mais continuar a conviver com esse tratamento diferenciado que se dá aos Prefeitos do Brasil. Ele é diferenciado no sentido do desprezo, pois todos os problemas que envolvem prefeituras e prefeitos são deixados para depois. Essa, salvo engano, já é a oitava marcha, em que os prefeitos se deslocam para Brasília e aqui, muitas vezes, são contaminados de esperança por promessas feitas e não cumpridas. Agora mesmo circula aqui um documento que parece, em um primeiro momento, solucionar em parte a questão da recuperação da arrecadação dos Municípios. Mas V. Ex^a verá que isso vai ficar só na conversa. Lamento que o Presidente da República, que foi tão prestigiado pelo municipalismo brasileiro, não tome a bandeira de defesa do municipalismo como uma das suas principais metas. Participar de encontros e reuniões, palavras fáceis, isso não resolve mais o problema dessas pessoas. Digo isso porque tenho uma convivência muito estreita com o municipalismo no meu Estado. Sou municipalista por convicção e acho revoltante ver como o Município brasileiro é tratado. E agora se começa a fazer um trabalho de indução à extinção das nossas emendas parlamentares, daquelas chamadas individuais, que não atendem às empreiteiras, mas ao pequeno Município. Se observarmos, principalmente nos Estados do Norte e Nordeste, veremos que as grandes obras que os prefeitos fazem são oriundas do orçamento exatamente no que diz respeito às emendas individuais. E já se pensa em acabar com isso, que é o que permite a sobrevivência de milhares de Municípios brasileiros. Assim, congratulo-me com V. Ex^a e digo que promessa de governo para prefeito municipal é como a linha do horizonte, que sabemos que existe, vemos, mas não alcançamos. Quanto mais caminhamos em sua direção, mais ela se distancia de nós. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes, muito obrigado pelo aparte, que abrilhanta meu pronunciamento.

Quero dizer que precisamos reagir. O Senado e a Câmara têm que tomar iniciativas para melhorar essa situação, que não pode continuar perdurando.

V. Ex^a tocou no ponto das emendas parlamentares. É impressionante como a mídia vende a imagem de que a emenda parlamentar é objeto de barganha e considera que o orçamento seria melhor se fosse feito por técnicos dos Ministérios. Apesar do respeito que

merecem, eles não conhecem a realidade dos Municípios, ao contrário de nós, que conhecemos cada Município e que ouvimos os prefeitos e sabemos do que eles precisam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por 20 minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Em seguida, fará uso da palavra o Líder Delcídio Amaral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos acostumados com as banalidades e com as expressões chulas do Presidente da República ao se referir às questões nacionais. Ontem, ele soltou uma pérola: as mulheres devem ser mais pacientes e não disputarem a Presidência da República tão cedo. Por fora está a brincadeira, mas por dentro está muito claro o machismo, está muito clara a discriminação contra a mulher, está muito clara a idéia de que mulher boa para o Presidente é aquela que supostamente se submete aos seus valores, que não necessariamente deveriam ser os dela.

Sobre mulheres ainda, o Presidente tem uma imagem que é absolutamente lapidar. Referindo-se à “herança maldita”, como diz Sua Excelência, referindo-se àquela que teria recebido do Governo anterior, disse o Presidente que não pode reclamar porque quem casa com a viúva tem de aceitar a família. Sinceramente, Senador Sérgio Guerra, não sei por que alguém tem de aceitar a família de alguém com quem se casa. Ou viúva ou solteira, ele aceita a família se quiser; se não quiser, não aceita. Entretanto, o Presidente discrimina de novo a viúva, pois acha que a viúva está numa situação menos favorável que aquela que não é viúva.

Enfim, o Presidente precisa, de verdade, colocar um certo esparadrapo cívico na boca.

Entretanto, hoje tratarei de algo ainda mais sério que tolices presidenciais.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte, antes de sair do tema da mulher?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já mais vou sair do tema da mulher, porque ela faz parte do que a Nação representa de mais significativo. É difícil pensarmos qualquer coisa no Brasil sem deixar de levar em conta a figura da mulher. Desse modo, Senador Eduardo Suplicy, peço-lhe que aguarde cinco minutos para que eu introduza o meu discurso. Posteriormente, concederei, com todo o prazer, o aparte

a V. Ex^a, porque meu tema de hoje diz respeito a fundos de pensão.

Aliás, se V. Ex^a for breve, como determina a nova regra, permitirei o aparte agora, já que, quando eu falar sobre rombos em fundos de pensão, não me referirei a tolices que o Presidente diz, mas a tolices que ele está fazendo no Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei muito breve.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Estarei aqui de cronômetro em punho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, não tire a inspiração do Senador Eduardo Suplicy, pois, pela fisionomia dele, vemos que está entusiasmado para defender a mulher brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, Senador Eduardo Suplicy, vamos à defesa da mulher.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, farei pelo menos uma comparação concreta. No que diz respeito ao Governo Fernando Henrique Cardoso, o número de Ministras foi relativamente pequeno, praticamente não tendo havido, durante grande parte de seu governo, espaço para elas. No Governo do Presidente Lula, inúmeras mulheres têm assumido Ministérios. Então, do ponto de vista da oportunidade de galgar postos importantes, felizmente, o Presidente Lula está melhor do que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim, pergunto a V. Ex^a se o PSDB já tem definida uma candidata à Presidência da República por ocasião da sucessão do Presidente Lula?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – As mulheres tucanas devem até estar com medo depois do que disse ontem o Presidente Lula.

Senador Eduardo Suplicy, se número de Ministros resolvesse a vida nacional, o Brasil já seria uma superpotência. Lula só fez criar Ministérios, e percebemos que o Governo não opera nada. Ou seja, infelizmente, as mulheres que se agregaram ao Governo do Lula significam mais pessoas fazendo nada pelo País, porque não vejo o Governo operar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, o problema da candidatura de mulheres não está com o PSDB, com o PFL ou mesmo com o próprio PT. O pavor do Presidente Lula é com o crescimento da ex-Prefeita Marta Suplicy, que desponta nas pesquisas como um dos grandes nomes para as

próximas eleições à Presidência da República. É isso que está tirando o sono do Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PT e o Presidente Lula não conseguiram tolerar nem conviver com a altivez e a independência da Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Eu pediria a V. Ex^a que não saísse do tema, porque desejam fazer variações para que V. Ex^a não entre no assunto principal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem toda a razão.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Senador Demóstenes Torres.

Depois, voltarei ao meu tema para dele não mais sair.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Terei que fazer um breve aparte, embora não saiba o conteúdo do pronunciamento de V. Ex^a, mas sempre tive muita alergia aos fundos de pensão, até porque há alguns altos e importantes cargos do primeiro escalão do Governo que sempre se submeteram a serem serviços dos fundos de pensão, dos zinzins e da pocilga do capital financeiro. Vimos isso no debate da reforma da Previdência. Esse ato falho de fato expressa o que infelizmente o Presidente e a grande maioria dos homens do Brasil são. Ele está expressando aquilo que na verdade é. Ele faz um discurso de bonzinho para as mulheres, mas efetivamente não consegue conviver com mulheres que não são domesticadas para servir a ninguém, seja do PT, seja do PFL, seja do PSDB ou seja quem for. Solidarizo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento. Tratou-se de mais um ato falho. O Presidente tem mania de fazer isso. Ele fez isso em relação aos gays, em relação àqueles que amam diferente do velho livrinho falso moralista que ousa estabelecer uma única forma de amar. Na reforma da Previdência, quem mais foi prejudicado foram as mulheres com o fator previdenciário do setor privado, com a criação do novo fator para o setor público, com a ausência de se estabelecer uma aposentadoria para as donas de casa. Assim, essa atitude entra no bojo das ações de uma forma em geral do Senhor Presidente da República, que deve engolir o seu falso moralismo e preconceito e agir como dirigente desta Nação, que embora não seja o meu, foi eleito e, democraticamente, está lá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e peço ao Senador Demóstenes Torres que seja breve em seu aparte.

É muito honroso ouvi-lo em meu discurso.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República consagra o seu hino “Lula lá”, e as mulheres aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula está diante de uma bomba relógio com tempo de detonação pré-fixado. A qualquer momento, pode explodir. São os imensos rombos e desequilíbrios nos fundos de pensão das empresas estatais. Se essa bomba não for desarmada, não haverá como impedir o estouro cujo espalhafato repercutirá inevitavelmente no Tesouro com forte impacto fiscal e, conseqüentemente, nos percentuais de investimentos do Governo Lula.

Só no Fundo de Previdência da Petrobrás, o Petros*, o déficit chega à impressionante cifra de R\$8,3 bilhões. Somado ao do Funcef, da Caixa Econômica Federal, o valor se eleva para R\$10,8 bilhões, algo bem superior aos valores dos investimentos públicos no Governo Lula.

Registre-se que, apesar do crescimento da carga tributária em quase 1,5% do PIB em 2004, o investimento público aumentou apenas 0,8% do Produto Interno Bruto. Fica bem claro que o Governo petista não tem como prioridade investir, sobretudo por incompetência.

Em termos reais, segundo dados do próprio Tesouro Nacional, 2004 foi o ano de menor nível de investimento público, desde 1989. Repito, isso é de estarrecer os Srs. Senadores que sempre viram no Presidente Lula alguém preocupado em aumentar o nível de investimentos públicos do País. Muito bem! O ano de 2004 apresentou o menor nível de investimento público desde 1989, enquanto a carga tributária atual já é superior à de 1989 em mais de 10 pontos percentuais.

Resumindo, num país em que a infra-estrutura logística está bem próxima de um apagão, a bomba-relógio dos fundos de pensão pode levar a resultados ainda mais catastróficos. O fundo de pensão Petros tem, como mencionei, um déficit atuarial de R\$8,3 bilhões, e os analistas de mercado acreditam que os demais fundos de pensão das estatais também apresentem déficit. Isso significa que o Governo tem um esquele-

to ainda não contabilizado nas estatísticas fiscais. O déficit do fundo Petros, sozinho, é maior do que o investimento público do primeiro ano do Governo Lula, que foi de apenas R\$6,5 bilhões.

Os números que estou trazendo a este plenário não são róseos, não são azuis. Devo lembrar que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, toda a legislação referente aos fundos de pensão foi fortalecida com regras de diversificação e com proibição para que eventuais desequilíbrios recaíssem integralmente sobre os patrocinadores, caso não houvesse mudança no regime de previdência definido para contribuição definida.

Pergunta-se, pois, de que forma a Petrobras vai solucionar esse problema do descasamento entre ativos e passivos dos fundos de pensão e qual será o seu impacto fiscal.

Concluo, Sr. Presidente, alertando: é importante, necessário e urgente que o Governo Lula venha a público mostrar à sociedade a real extensão do desequilíbrio atuarial dos fundos de pensão das estatais.

Mais ainda: de que forma, Senador José Agripino Maia, esse problema será solucionado?

Qual será o seu impacto fiscal, Senador Sérgio Guerra?

Faço, ademais, uma observação que suponho preocupante. O desequilíbrio, Senador Tasso Jereissati, desses fundos não está previsto no Anexo 6 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, que estima os riscos fiscais e passivos contingentes do Executivo Federal. Será que tudo isso vai acabar sobrando para o brasileiro, já tão sobrecarregado por uma pesadíssima e quase insuportável carga fiscal?

Já concedo aparte ao Senador José Agripino Maia, ao Senador Sérgio Guerra e ao Senador Tasso Jereissati, no tempo que me resta.

Sr. Presidente, fui alertado por dois artigos publicados pela jornalista Miriam Leitão. O primeiro intitula-se “Rombo Anunciado”, da coluna Panorama Econômico, de **O Globo** de 10/02/05. Peço que sejam transcritos nos Anais da Casa. Dias depois, a colunista Miriam Leitão fez comentários sobre um diálogo telefônico que manteve com o Dr. Gabrielli, Diretor do Fundo Petros, em que ele simplesmente confirma que é isso mesmo, que a diretriz é essa.

Portanto, essa visão corporativa do Governo aflorou. Talvez esse seja o único compromisso de campanha efetivamente cumprido pelo Presidente Lula, porque o compromisso era este: corporativismo. Es-

quece o interesse do País, esquece o resto do País e preocupa-se com essa minoria, enquanto falta dinheiro para investimento no Norte e no Nordeste, enquanto há criança abandonada, enquanto há indiozinho morrendo de fome e idoso morrendo nas filas.

Concedo o aparte ao Senador José Agripino e, em seguida, aos Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati.

O Sr. José Agripino Maia (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento que não pode terminar neste discurso, terá de ter desdobramentos, porque a cifra citada é grande demais. São R\$12 bilhões?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O déficit da Petros é de R\$8,3 milhões e da Funcef, R\$10,8 bilhões, e os analistas de mercado entendem que isso é a ponta do *iceberg*. Ou seja, os demais estariam no mesmo pé.

O Sr. José Agripino Maia (PFL – RN) – Vamos nos ater a R\$10 bilhões. Pode-se dizer que o dinheiro que a Petrobras se dispõe a alocar ao Petros é dinheiro público, é dinheiro de uma estatal. É dinheiro público, sim, que é detentor da maioria do capital da Petrobras. Se não é público, pior ainda, pois trata-se de dinheiro de acionista privado, que está sendo, numa canetada, desviado para cobrir o déficit de um fundo de pensão.

A palavra certa é corporativismo. Corporativismo que é inaceitável, porque significa privilégio. É claro privilégio; é atirar com pólvora alheia. A questão dos fundos de pensão envolve somas faraônicas, como digo, e tem que ser observada com uma lente de aumento a fim de que o interesse público e o interesse coletivo sejam respeitados. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a – e não pretendo alongar-me no aparte – é muito importante, pois levanta uma questão que terá que ser, daqui para frente, muito debatida, já que trata de somas monumentais. O Governo se julga no direito de, em uma canetada, transferir para o Fundo Petros R\$8 bilhões para cobrir o déficit do fundo de previdência de alguns funcionários. Em compensação, não aloca remédios para os índios. Aguardo a resposta da Funasa, que não me convenceu ainda, a respeito do valor gasto com diárias, viagens e medicamentos para salvar a vida de índios. Se até amanhã não houver uma explicação convincente, voltarei à tribuna. O Governo é pródigo em gastar dinheiro com viagens – adora viajar –, mas com sua obrigação é negligente ou faccioso, é adepto do privilégio.

O pronunciamento de V. Ex^a é muito importante, pois aborda a questão dos privilégios apadrinhados pelo Governo do PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Agripino. O Presidente viaja, viaja... E o povo brasileiro também, na maionese.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, nobre Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, estamos habituando-nos a ouvir denúncias importantes e a deixar que permaneçam sem esclarecimento. No Governo Lula, toda vez que alguém pede um esclarecimento sobre qualquer denúncia relevante, a reação é afirmar que se deseja desestabilizar o Governo, impedir o sucesso do Presidente da República e de seu Governo, como se a fiscalização fosse contrária ao interesse da democracia. Gostaria de saber o que vai acontecer após o discurso de V. Ex^a e com relação ao tamanho desses números. Evidentemente, não se trata de pouca coisa. Já falamos três, quatro, cinco vezes de investimentos públicos no Brasil em dois, três ou quatro anos. O Presidente da República não gastou com investimentos nem a metade do que gastou nos dois anos em que governou o Brasil. O País precisa de dinheiro para tudo. Falta dinheiro para o Peti para o pagamento da rede de proteção social, para as despesas mais compulsórias. A questão tem que ser revista. Não pode permanecer fechada, tem que ser transparente. É preciso que o Brasil tenha conhecimento dos fatos envolvidos nesse desvio de recursos públicos. Não tenho a menor dúvida de que há uma cobertura absolutamente coincidente e coerente com o espírito de proteção do Governo sobre as estruturas que o seguraram por um bom tempo. Mas é preciso perguntar ao Governo do Presidente Lula se vamos ou não investigar profundamente a denúncia reproduzida no discurso de V. Ex^a. O que vamos fazer com ela? Permanecerá dessa forma, em oito, dez, não sei quantos bilhões? Como esse dinheiro foi perdido? Quem é responsável por isso? Quem será responsabilizado pelos fatos e pagará de maneira devida? É um escândalo! Não entendo como não se produz imediatamente uma grande indignação. A palavra do Líder Arthur Virgílio hoje deve ter enorme consequência. Caso contrário, não existe Congresso, não existe democracia. Não pode ficar sem esclarecimento essa caixa preta, esse escândalo divulgado nos jornais de

uma informação confirmada de um buraco de oito, dez bilhões. Isso não é aceitável! Minha reação é de indignação. Espero que seja a mesma a reação da sociedade brasileira com relação à caixa preta protegida pelo Governo atual.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Espero que, de fato, a indignação da Oposição seja a indignação da Nação como um todo, e a denúncia prosseguirá. Voltaremos à tribuna mais vezes.

Sr. Presidente, tenho dois minutos, com dois de tolerância. Gostaria de ouvir os apartes dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Tasso Jereissati. Em seguida, concluo em 20 segundos meu discurso.

Ouçó o Senador Antônio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz uma denúncia gravíssima, das mais graves que já surgiram neste plenário. A indignação de quem conhece o assunto é geral. São mais de R\$10 bilhões da maior empresa brasileira, a quarta ou quinta do mundo, e nada se faz. Acho mesmo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, restabelecerei o tempo e, por conseguinte, a palavra de V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Fiquei surpreso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Foi automático o corte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Sei que V. Ex^a não seria capaz de impedir que se apurasse esse escândalo; V. Ex^a é até a favor, com certeza. Esse escândalo não pode permanecer assim. Não sou favorável a CPI ou algo do tipo, mas, neste caso, penso que cabe uma CPI, cabe a vinda do Presidente da Petrobras a fim de explicar como o dinheiro foi gasto, bem como o fato de S. Ex^a conceder a uma escola de samba R\$3,6 milhões para sair fantasiado no Carnaval. Lula, com certeza – que passou o Carnaval em Brasília –, leu os jornais e viu como estava estridente o Presidente da Petrobras, nosso ex-colega José Eduardo Dutra, que tanto condenava o Governo passado, Governo que jamais praticou atos como esse em vários dos setores que dirigiu. Portanto, V. Ex^a chama a atenção da Nação e do Congresso Nacional para o fato. Esta Casa tem que responder. A Nação tem que responder. Se não o fizer, seus representantes aqui se

desmoralizam. Vamos fazer algo! Que venha imediatamente o Presidente da Petrobras a fim de explicar os desmandos na empresa que dirige!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Querem transformar o Brasil em um governo de Pierrôs e Colombinas.

Ouçó o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de me juntar à indignação que aí está. Como vou voltar para casa e explicar a meus conterrâneos cearenses que me fizeram seu representante? Como vou chegar a minha casa e explicar que o metrô e o porto de Fortaleza – o Pecem –, em razão de R\$50 ou R\$60 milhões, encontram-se com as obras paralisadas? Ontem, o Ministro da Integração esteve aqui e explicou com muita clareza que, com os recursos provenientes de um fundo de exportação, que representava R\$2 bilhões, já poderia ter sido instalada a Sudene e realizado um novo plano de desenvolvimento. Existem recursos públicos sim, recursos do Estado brasileiro. No entanto, recursos públicos da União da ordem de R\$10 bilhões, suficientes, por exemplo, para que o Nordeste tivesse seus problemas de infra-estrutura resolvidos, são jogados, sem nenhuma explicação, nas mãos de uma corporação como prêmio – prêmio por erros cometidos. Foi jogado dinheiro por nós. Essa corporação é absoluta prioridade do Governo, em detrimento dos miseráveis nordestinos da seca, dos que não têm habitação e dos que não têm infra-estrutura de água e esgoto. Apesar das estradas federais acabadas por todo o Brasil e da necessidade de recursos dos Governos estaduais, inteiramente colocados em segundo e terceiro planos, jogam-se R\$8 bilhões ou R\$10 bilhões em uma corporação ligada ao Partido dos Trabalhadores. Isso é absolutamente inexplicável e inaceitável. Como eu dizia, Senador Arthur Virgílio, quanto a essa sua denúncia, se nós não a apurarmos com toda a profundidade, seremos impedidos de voltar para casa com a cabeça erguida. Não poderemos voltar para casa se não tivermos condição de explicar a todos os cearenses, amazonenses, baianos e pernambucanos como e por que esse dinheiro foi aplicado em uma corporação e não na necessidade absoluta da grande maioria do povo brasileiro. Como Parlamentar, eu diria que é uma exigência hoje que, já na próxima semana, tenhamos as devidas explicações aqui nesta Casa. Temos que aprofundar isso de qualquer maneira. Já começaria

coabrando do Senador Delcídio Amaral, que foi Diretor da Petrobras, que nos traga uma explicação sobre o que está acontecendo, pois é muito grave o que foi denunciado aqui por V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a já excedeu seu tempo. Portanto, vou conceder-lhe um minuto para concluir seu discurso, não sendo mais possível apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou conceder aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, que pediu em terceiro lugar, e ao Senador Heráclito Fortes, que pediu em primeiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a a oportunidade. Gostaria de corroborar a opinião do Senador Tasso Jereissati, em gênero, número e grau. É um absurdo que voltemos aos nossos Estados sem explicações para esses fatos. Temos que considerar, por exemplo, Senador Tasso Jereissati, a ligação do Piauí com o Ceará e o Maranhão, através do gasoduto. Segundo a Ministra, essa obra está paralisada porque não interessa tanto quanto interessaria para outras regiões do País. E o Piauí, que tem necessidade de obras dessa natureza, fica prejudicado, porque existe um verdadeiro panamá com o dinheiro público. Parabéns a V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, seu tempo está se esgotando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Lamento não conceder aparte aos Senadores Almeida Lima e Antonio Carlos Valadares, em face da advertência que me faz a Mesa.

Concluo o discurso, dando inteira razão aos Senadores Heráclito Fortes e Tasso Jereissati. Ou seja, para metrô brasileiros, portos nacionais e para o social neste País, não há dinheiro; mas há dinheiro para se beneficiar uma pequena corporação composta...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Composta por poucos brasileiros, configurando uma injustiça

clara e o caráter corporativista e injusto do Governo, que não consegue visualizar o País por inteiro.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo que seja também incluído nos Anais da Casa o artigo intitulado a “Petrobras pode ter que pagar todo o déficit atuarial da Petros”, da colunista Sônia Racy, de **Estado de S. Paulo**, uma jornalista econômica muito conceituada, em que ela diz mais, Sr. Senador Tasso Jereissati, que “os acionistas da Petrobras podem receber uma conta extra.” Não vai ficar nisso! Porque eles aceitam sim, os trabalhadores da Petrobras, os petroleiros aceitam sim trocar – o que para mim é o justo – o regime de benefício definido para o de contribuição definida. Isso significa um novo rombo e quem vai arcar com esse rombo, segundo eles, de novo, é a Petrobras. Portanto, de novo, o contribuinte brasileiro como um todo, de novo, o regime da Petrobras. Se fosse um sistema, Senador Maguito Vilela, de concorrência perfeita...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Arthur Virgílio,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Teotônio Vilela, se funcionasse no Brasil um sistema de concorrência perfeita e não o virtual monopólio, eu pergunto, em sã consciência, que investidor – e nós vivemos em um sistema capitalista, por mais que alguns não acreditem nisso – que investidor compraria ações da Petrobras nesta circunstância, sabendo que não vai obter o máximo daquilo que espera, e portanto a empresa deixa de cumprir com a sua função dentro do sistema que está em vigência. Ou seja, a denuncia é para ser, é para repercutir, é para voltarmos à tona com ela, para, enfim, não deixarmos o Governo em paz, aguardando do Líder Delcídio Amaral a resposta cabal do Governo, porque o fato é que aqui está um escândalo, aqui está uma discriminação, e aqui está um gesto que deve levar à revolta todos os brasileiros injustiçados, sobretudo das regiões periféricas deste nosso indigitado País, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Petrobrás pode ter que pagar todo o déficit atuarial do Petros

Direto da fonte

SONIA RACY

●●● soracy@estado.com.br

Os acionistas da Petrobrás podem receber uma conta extra. O Petros, fundo de pensão dos empregados da estatal, fará a mudança do plano de aposentadoria de seus participantes, de Benefício Definido para Contribuição Definida. E isso pode ter altos custos para a estatal. Por que? Porque os petroleiros já declararam que não vão arcar com o déficit estratosférico revelado pelo fundo em dezembro e ainda mudar de plano. Portanto, estão fazendo pressão com base em regra legal. Sabem que o impasse pode ser resolvido por uma exceção registrada na Emenda Constitucional nº. 20, que obriga os participantes a dividirem os déficits do seu plano de pensão com a empresa estatal. Diz esta exceção que nas mudanças de planos de aposentadoria, as estatais podem custear sozinhas os déficits. Assim, tira-se o bode da sala: os participantes 'aceitam' mudar de plano se a Petrobrás arcar sozinha com a conta.

O curioso, dessa história, é a causa do déficit do Petros, divulgado em dezembro de 2004. Fonte do setor revela que o fundo adotou uma nova tábua de mortalidade extremamente conservadora: a AT-2000, que prevê expectativa de vida média de 83,9 anos. Na gestão anterior, a tábua já tinha sido mudada para a GAM-71 (expectativa média de 77,7 anos), que está acima das exigências da Secretaria de Previdência Complementar. Uma diferença, para mais, de 6 anos.

Consultado, o Petros diz que ainda não divulgou o plano de aposentadoria e nega e que a última mudança de tábua teria sido feita em 84. Diz também que o pagamento do déficit é de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes e que não houve ainda uma decisão, que depende de negociação entre estas partes, dentro dos limites legais.

Míriam Leitão - Rombo anunciado

Panorama Econômico O Globo

10/2/2005

Era previsível. Com o PT no governo, e, portanto, no comando dos fundos de pensão das estatais, seria retomada a prática de produzir déficits nos fundos para serem cobertos pelo dinheiro público. A Petros apresentou agora a inacreditável conta de R\$ 13 bilhões à Petrobras e ela, em fato relevante, informa que a diretoria aprovou a conta. Esse rombo não existiria se tivesse sido adotado o sistema de contribuição definida que o ex-presidente Carlos Flory propôs e que foi rejeitado pelos sindicalistas que ocupavam postos na diretoria da Petros. O Fato Relevante divulgado pela empresa na véspera do carnaval informa que a diretoria da Petrobras já aprovou "as novas premissas atuariais". No governo, há quem chame essas novas premissas de "Plano Matusalém". Fica consagrado que funcionário da Petrobras vive mais de dez anos além de um brasileiro comum. Aumentar a expectativa de vida nos cálculos do fundo leva a rombo. Só não seria assim se o plano fosse de contribuição definida, como Flory tentou. O Tesouro está preocupado com o assunto e, nas últimas horas, tentava entender a repercussão da medida.

Essa é uma velha briga em defesa dos recursos públicos. Eles foram transferidos em volumes

vergonhosos ao longo das décadas para os fundos de pensão das empresas e bancos estatais e aqui já publiquei inúmeras colunas sobre a iniquidade desse sistema. Nessa briga, o PT sempre ficou com o lado corporativista. Agora que governa o país teria a obrigação de defender o interesse público, ou seja, o dinheiro de todos. É um grande teste.

Tudo se passa na aposentadoria no Brasil como se houvesse três classes de trabalhadores. Para duas delas, já houve reformas que diminuíram vantagens e aumentaram as obrigações. Os trabalhadores do setor privado se aposentam apenas com o limite do INSS e, nos últimos anos, pelo fator previdenciário, tiveram sua idade mínima elevada para a aposentadoria. Os funcionários públicos enfrentaram a primeira reforma da previdência do governo Lula com redução dos vencimentos e elevação da idade para aposentadoria. O terceiro grupo — e mais privilegiado — é o dos funcionários das estatais: eles têm um sem-número de vantagens e vetam qualquer tipo de modernização das regras que tornem os fundos sustentáveis. Freqüentemente, olham para os números, concluem que o balanço não fecha e mandam a conta para o dono da empresa, ou seja, o governo, e para o acionista minoritário. Para esse terceiro grupo, os privilégios continuam intocados.

No governo Fernando Henrique, acabou-se com um dos absurdos ao se estabelecer a contribuição um para um nos fundos de pensão. Antes, as empresas tinham que depositar o dobro do recolhido pelo funcionário. Acabava sendo mais, por causa dos

rombos. Houve tempo em que a contribuição da empresa era muitas vezes maior do que a dos funcionários.

Os fundos de pensão das empresas e bancos públicos sempre tiveram entre seus diretores militantes do partido barrando qualquer tentativa de encontrar soluções racionais para esse disparate que já levou incalculáveis bilhões do contribuinte para garantir as aposentadorias dos funcionários das estatais e benefícios além do razoável. A migração para contribuição definida nunca foi aceita pelos líderes que hoje comandam as instituições. Em todas as empresas que foram privatizadas, a primeira providência dos novos donos era fazer a migração. Pelo benefício definido, o funcionário já sabe que ganhará como aposentado a renda do fim da sua carreira; o topo salarial. E o fundo que se vire para ter receita para tanto. Por isso, ele freqüentemente refaz as contas e descobre que o dinheiro não é suficiente e manda a conta para a empresa. Esse sistema é cronicamente deficitário. Pela contribuição definida, o funcionário faz seus recolhimentos e receberá no fim o resultado da rentabilidade de suas aplicações e depósitos feitos pela empresa em seu nome. A vantagem é que o segundo é mais sustentável, é o sistema usado por todos os fundos de pensão equilibrados e aumenta o comprometimento do funcionário com a fiscalização das decisões dos administradores do fundo.

No passado recente, as empresas e bancos já fizeram enormes transferências para os fundos de

pensão. Apenas um dos acordos feitos pelo Banco do Brasil transferiu, no governo FH, R\$ 11 bilhões para a Previ. A Petros recebeu sucessivas capitalizações nos últimos sete anos. Uma delas de R\$ 8 bilhões. E, agora, a nova conta é apresentada aos contribuintes em geral e aos acionistas em particular.

Em reportagem no último fim de semana, "O Estado de S.Paulo" captou uma declaração de uma fonte da área econômica dizendo que a decisão da Petrobras de transferir R\$ 13 bilhões para a Petros não deve ter impacto fiscal. No raciocínio bisonho desse funcionário, o gasto vai ser diluído no tempo, então não será problema. Ou seja, se a facada for em prestações, não mata a vítima.

A jornalista Suely Caldas somou o que a Petrobras já gastou nos últimos sete anos com o que pretende gastar agora e concluiu que, se o dinheiro fosse destinado ao Bolsa Família, beneficiaria 6,5 milhões de famílias por mais de cinco anos. Este é o ponto: o governo, ao aceitar pagar sem discussão esse extravagante rombo, está reduzindo o dinheiro que deveria ser destinado a quem realmente precisa.

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Reação de Levy

• O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, discorda inteiramente da análise sobre as contas públicas feita pelo economista José Roberto Afonso, publicada aqui na coluna. Diz que Afonso criou uma

Ele acha que não faz sentido, com base nos números fiscais de 2004, chegar-se às conclusões a que o economista do PSDB chegou:

— Primeiro, os dados mostram que a maior parte do esforço foi, sim, do governo central. Dos 4,61% do superávit primário, 2,98 pontos percentuais foram do governo central, um aumento de 0,6 ponto percentual em relação ao ano anterior. Isso é esforço.

O segundo ponto de divergência do secretário do Tesouro é sobre a conclusão de José Roberto de que foram as estatais que salvaram o Tesouro por terem tido superávit nominal. Levy ressalta que as estatais tiveram, na verdade, queda do superávit primário e que o bom desempenho das empresas públicas, em grande parte, tem a ver com a melhora do quadro geral da economia. Segundo ele, as estatais foram beneficiadas pela política econômica acertada, pela firmeza da política do ministro Palocci e por todos esses acertos do governo Lula.

— Algumas ficaram com a situação delicada por terem dívidas corrigidas pelo dólar e terem enfrentado a escalada do câmbio de 2002. A volta à normalidade permitiu um ajuste contábil.

O terceiro ponto de divergência de Joaquim Levy é em relação ao fato de que foram os estados e municípios os responsáveis pelos bons resultados.

— O que aconteceu foi que estados e municípios pagaram menos juros do que no ano anterior. E isso é excelente, mas mostra que

eles também foram beneficiados pela política do governo, porque acabaram pagando juros mais baixos do que a Selic. Na verdade, no meu ponto de vista, todos nós contribuimos para os bons resultados fiscais do ano passado: governo central, estados, municípios e estatais.

Levy critica a idéia de que os resultados foram melhores apenas por causa dos juros mais baixos, mas não pela melhora do primário:

— O primário aumentou sim, mas não fazemos superávit primário por masoquismo, mas porque precisamos melhorar os resultados fiscais como um todo e, com isso, permitir o círculo virtuoso da queda dos juros.

Ele acha que é um erro avaliar apenas o resultado nominal das contas públicas, porque nele há o peso de inúmeras variáveis, como o câmbio, que não se controla. Por isso é que as principais metas são primárias e não nominais.

— O nosso objetivo é sempre o primário, que a gente controla. Ele cresceu nos últimos dois anos e as metas foram cumpridas. Tudo isso para derrubar a relação dívida/PIB, que também está em queda há dois anos. Ela pode voltar a cair em 2005, representando o terceiro ano consecutivo de queda. Quando chegar a um nível mais baixo, vamos supor 40% do PIB, acontecerá aqui o que aconteceu com países da Europa, como Espanha, Bélgica: todos os juros poderão cair mais fortemente. Isso produz o círculo virtuoso.

contradição com o próprio discurso da oposição: "se os estados e municípios pagaram menos juros no ano passado, como é que os governadores e prefeitos da oposição reclamam dos juros pagos?"

Era previsível

• Chegaram aqui vários e-mails de aposentados de fundos de pensão, especialmente da Previ, criticando a coluna de ontem. Voltarei à Previ, mas a nota de ontem foi sobre a Petros. E, sobre ela, quem ligou foi o diretor financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. A explicação dele é a seguinte:

— A Petrobras assumiu no seu balanço que tem uma dívida atuarial de R\$ 8 bilhões com o fundo de pensão e isso por pressão da legislação americana, que exige atualização das tabelas de vida. Pela tabela que adotávamos, a hipótese era de que o funcionário da Petrobras viveria mais 21 anos depois da aposentadoria. Agora, ele vive muito mais. Por isso, os compromissos da Petrobras como patrocinadora apresentaram um déficit que será coberto pela companhia, afetando os resultados da empresa nos próximos 14 anos.

É uma excelente notícia que os brasileiros da Petrobras vivam mais, mas isso deveria prolongar a idade de aposentadoria. Mais ou menos como dois governos fizeram com outros brasileiros: os do INSS e os da previdência pública. Na estatal, a idade média de aposentadoria é de 53 anos.

Segundo Gabrielli, isso é reconhecimento de dívida da Petrobras com a Petros.

Não tem nada a ver com o déficit da Petros.

— A Petros teve déficit durante dois anos e o próximo balanço que sai em breve terá novo déficit. Após três anos no negativo, é preciso haver apuração da causa do déficit e divisão do custo entre a empresa e os patrocinados. Esse déficit está contabilizado dentro dos R\$ 8 bilhões.

Outra conta que terá que ser coberta pela empresa são os R\$ 5 bilhões de déficit no plano de saúde. Ele admite, porém, que o plano precisa de "ajustes" e que o assunto está sendo discutido.

— Mas nada disto será pago com dinheiro público.

Eu disse a Gabrielli que este último raciocínio não faz jus à inteligência dele. Claro que, se a companhia tem estes custos, terá menos lucros e, portanto, menos dividendos.

— Neste aspecto, você tem razão, menos dividendos para o governo e para os dois terços de acionistas privados da companhia. O mercado entendeu isso muito bem e a ação ficou firme, alguns jornalistas é que ficaram muito nervosos.

Uma nova conta de R\$ 13 bi espetada na empresa, cujo maior acionista é o setor público, deveria deixar o governo nervoso e não apenas "alguns" jornalistas.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DÉBORA THOMÉ

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Agradeço a sua compreensão e informo aos Srs. Senadores que o corte do som se dá automaticamente ao se esgotar o tempo destinado ao orador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, como Líder do PT, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fui comunicado pela Mesa, logo após pedir minha inscrição, que assim que falasse o Líder Arthur Virgílio seria eu o orador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Considerando que o titular da Liderança do PT tem prioridade sobre os oradores inscritos e os delegados também, posteriormente fará uso da palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou usar esses vinte minutos para falar de mais de um assunto em função dos temas abordados aqui. Primeiro, respondendo ao Líder Senador Agripino Maia, registro que hoje fizemos um debate público com o Presidente da Funai, com o capitão da aldeia Bororó, de Dourados, com o Prefeito Laerte Tetila, de Dourados também, com o Senador Juvêncio, tratando a questão dessas mortes trágicas ocorridas lá no meu Estado. Chegamos a algumas conclusões, e uma delas foi sobre a reestruturação da Funai, com orçamento, com plano de cargos e salários, com metas bem estabelecidas no que se refere às demarcações, que hoje preocupam não só as etnias indígenas, mas também os produtores rurais, pequenos, médios e grandes, vítimas de um processo de colonização iniciado há muito tempo, no Governo do então Presidente Getúlio Vargas, e que é muito característico na região Centro-Oeste.

Nesse debate, também fizemos uma avaliação das ações da Funasa e do Ministério do Desenvolvimento Social. Esse trabalho será complementado amanhã, com mais uma audiência da Comissão de Direitos Humanos. Amanhã também encaminharemos todas as medidas e providências adotadas pela Funasa e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, de tal maneira que nós, do Congresso, e todo o País tenhamos efetivo conhecimento da realidade da região.

É importante registrar, Senador José Agripino, que, há dois ou três anos, a mortalidade era de 140 crianças em cada mil nascidas; hoje, são 70. Continua gravíssima a situação, dramática e vergonhosa, mas

as providências serão tomadas no intuito de que, fruto desta tragédia e desta situação, venhamos a buscar soluções definitivas para um tema tão importante, envolvendo etnias indígenas, especialmente os guaranis, cuja história se confunde com a nossa, desde antes do descobrimento, com o advento das missões e com a fuga dos guaranis em função de perseguições e o seu retorno.

Portanto, não tenha dúvida, meu caro Senador José Agripino, de que vamos apresentar as justificativas e todas as providências que tomamos no tocante a esses fatos lamentáveis que têm ocorrido nas últimas semanas. A situação não é simples; é complexa e precisa ser analisada dentro da complexidade que envolve um problema tão grave como este.

Vejo que os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy e a Senadora Ideli Salvatti acabam de chegar. Estou fragmentando o meu pronunciamento, porque tenho de responder a algumas questões aqui apresentadas.

Quero tratar também de um segundo ponto, que considero importante no sentido de enriquecer o debate relativo aos fundos de pensão, especificamente ao fundo de pensão da Petrobras, a Petrus. A Petrobras foi uma das empresas inovadoras na administração do seu fundo de pensão.

São conhecidos os vários déficits atuariais que apresentaram alguns fundos de pensão, especialmente os das empresas estatais. Tal fato não é desconhecido, se estende há muitos anos.

Quando eu era diretor da companhia, caro Senador Tasso Jereissati, houve uma decisão bastante trabalhada e debatida, antecipando, de certa forma, o que trouxe a reforma previdenciária, que para mim é o fator mais importante. Trata-se da contribuição definida, ou seja, a saída dos fundos de pensão dos benefícios definidos para a nova realidade do futuro.

O debate, Senador Arthur Virgílio, será muito relevante, porque a decisão da contribuição definida aperfeiçoa a gestão dos fundos de pensão. É inadmissível que, nos fundos de pensão e na Previdência, venhamos a conviver com benefícios definidos. Esse procedimento está acabando nos países europeus. A França, agora, está discutindo este assunto à exaustão, já prevendo déficits atuariais a partir de 2008.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – A questão toda – quem levanta muito bem isso é a colunista econômica Sônia Racy – é saber quem financia essa transição; me parece injusto que seja a Nação. Lembro-me

que no Governo passado, para coibir o que era uma prática, foi estabelecida uma lei que proibia cobrir esse tipo de rombo, ou seja, não é cabível que o acionista perca dividendos, porque ele se desestimula cobrindo esse tipo de rombo. Não é cabível, não é capitalista, não é justo, não é inteligente. Por outro lado, também não é cabível que os contribuintes, acionistas ou não da Petrobras ou de onde quer que seja, se responsabilizem pela segurança de um grupo valoroso e valioso de brasileiros, mas um grupo pequeno, em detrimento das estradas, das ferrovias. Acompanho com respeito V. Ex^a, em quem vejo toda a habilidade e firmeza do Líder, vejo em V. Ex^a alguém que, mais do que oferecer uma resposta do Governo nesse episódio, vai procurar, mesmo dentro do Governo, trabalhar para o fim dessa irregularidade. Este é o papel que eu esperaria, e sei que vou obter de V. Ex^a: trabalhar pelo fim da irregularidade, o fim de algo que agride o bom senso da Nação. V. Ex^a até agora só deu demonstrações de bom senso e de equilíbrio na Liderança, e tenho sido alguém a proclamar isso publicamente. Imagino que não é hora de usar argumentos do tipo: disse que usou um lápis da Presidência, então vamos dizer que o lápis estava com a ponta quebrada. Não; é algo grave pelo escândalo. É preciso que o Governo, alguma vez na vida, faça um **mea culpa** e tome as providências para que o Brasil não perca, porque o Brasil não elegeu o Presidente Lula para perder, mas para ganhar. Foram 53 milhões de votos. Não estive aqui na condição de Líder partidário ainda há pouco; eu estava aqui como brasileiro, dizendo algo que, imagino, contribui para uma reflexão boa para o País.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, que havia solicitado o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho o maior apreço por V. Ex^a como Líder, principalmente pela elegância como se refere aos fatos. Eu comentava com o companheiro que, se fossem outras vertentes do seu partido, iam colocar a culpa da morte das crianças indígenas no Presidente Fernando Henrique. Se essa defesa fosse feita por outra vertente do seu partido – repito –, com certeza, se colocaria a culpa no Governo passado, como tem sido a prática aqui. V. Ex^a, não; V. Ex^a encara as questões com firmeza e, acima de tudo, com bom senso. Gostaria de lembrar a V. Ex^a um fato: o rombo do fundo de pensão Petrus, existente há cerca de sete anos, foi zerado no Governo Itamar Franco, e, salvo engano, V. Ex^a era Ministro das Minas e Energia. De forma que o rombo anunciado pelo Senador Arthur Virgílio, ao que parece, é produto de gestões mais recentes. Não podemos esquecer

esse fato. V. Ex^a na época, como Ministro das Minas e Energia, colaborou assinando um protocolo em que concordava com um aporte maior por parte da patrocinadora, no caso a Petrobras, para que esse déficit atuarial fosse equilibrado. Houve um estudo muito bem feito do problema. Apenas lembraria isso a V. Ex^a, que não tem a obrigação de ter os dados na cabeça, pois foi apanhado de surpresa neste pronunciamento. Eu recomendaria a V. Ex^a, que tem uma palavra equilibrada e acreditada, um pouco de cautela nesta questão. Já dirigi fundo de pensão e participei desse mesmo processo a que me referi. Não sei de onde vieram esses débitos, mas sei que são mais recentes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, respondendo a V. Ex^a e também ao Senador Arthur Virgílio, gostaria de ponderar algumas coisas importantes. Este debate veio hoje a esta sessão do Senado, e o meu depoimento aqui é o de alguém que discutiu à exaustão a problemática do fundo de pensão da Petrobras e de outras empresas estatais, em que trabalhei também.

A decisão relativa à contribuição definida é absolutamente sensata e coerente com a reforma da Previdência que aprovamos aqui. É uma decisão dura, muito firme, para exatamente garantir a saúde de um fundo de pensão com a importância da Petrus.

Precisamos analisar a matéria muito bem, com muito cuidado, daqui para frente, em função dos pronunciamentos feitos, porque esse é um ponto importante que leva em consideração os compromissos que a Petrus vai assumir no futuro. Isso não é um ponto negativo; muito pelo contrário, está aderente àquilo que se pretende para a previdência privada funcionar adequadamente agora. E aí entra outra questão, e é sobre isso que acho importante que se faça uma reflexão. As informações que detenho – ainda não tive oportunidade de olhar com vagar e de maneira rigorosa – é que pode ter sido feita uma reavaliação principalmente da longevidade dos empregados da Petrobras. E aí, sim, esse déficit poderia advir dessa nova avaliação.

Anteriormente, Senador Tião Viana, considerava-se uma longevidade de aproximadamente 71 anos, e, agora, ela poderia ter subido, em tese, para 83 anos. Isso, sim, vai merecer uma análise detalhada, um estudo dos critérios que foram adotados e que, eventualmente, podem vir a caracterizar esse déficit atuarial de R\$8,3 bilhões, aqui citado com bastante ênfase.

Então, situando bem o debate, a primeira questão – contribuição definida – é absolutamente aderente ao que se busca numa previdência privada sadia. Isso é inegável, isso é inquestionável.

Agora, se há um rombo de R\$8,3 bilhões, vamos ver as tabelas de longevidade e as decisões que foram tomadas.

E eu quero deixar muito claro aqui, porque participei de debates e discussões nesse nível, que a Petrobras é uma empresa de capital aberto, comercializa ou vende ações, quer dizer, a companhia, pelo que ela representa, pelos números, pelo seu portfólio, tem as suas ações negociadas na bolsa de Nova Iorque. É uma empresa hoje transparente e, como foi muito bem dito pelo Senador Tasso Jereissati, onde os acionistas questionam cada decisão da diretoria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, eu gostaria de completar o meu raciocínio, até para que depois, com os apartes, possamos debater.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Até para completar esse raciocínio.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Também solicito um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O importante aí é analisar se o que estamos tratando é produto de um déficit de um cálculo atuarial errado ou se é produto de mau investimento, compras erradas, ações que se desvalorizaram e foram para o espaço. Esse é o cuidado que rogaria que V. Ex^a tivesse na qualidade de Líder do Governo, porque é uma afirmação, para ser dada de chofre, muito delicada. Preciso saber o seguinte: estamos diante de um rombo ou de um déficit? Aí, sim, se poderia discutir um déficit de cálculo atuarial mal feito ou de que natureza?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, eu gostaria até de destacar mais uma vez as informações...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Por favor, Senador, eu gostaria de poder completar o meu pronunciamento e fazermos o debate. No meu ponto de vista, essa diferença ou esse déficit está surgindo exatamente da mudança da longevidade, que é mais um dos pontos a serem tratados, ou que são tratados naturalmente na previdência das estatais e nas previdências privadas de um modo geral. Os dados a que me refiro, eu os obtive sem um rigor maior, apesar, Senador Heráclito Fortes, de achar que é absolutamente natural que avaliemos a carteira de projetos, os investimentos feitos. Até porque a Petros, sem dúvida nenhuma, é uma entidade de previdência privada fundamental para o desenvolvimento do nosso País, porque faz uma série de

investimentos, especialmente na área de infra-estrutura, como foi muito bem relatado aqui.

E, para concluir um pouco sobre as minhas posições, no que se refere às fundações, especialmente a Petros, uma discussão desse nível não é simplesmente uma penada que se dá e simplesmente se adota esse déficit. Naturalmente, isso tem que envolver uma discussão, não só ouvindo-se os acionistas, não só ouvindo-se o mercado, mas discutindo-se com os empregados e aposentados da companhia. Essa é a regra.

Então, o que quero ressaltar aqui é que, a despeito desses números, a despeito do questionamento apresentado aqui como contribuição definida, a despeito das informações agora surgidas de que esse déficit surgiu em função da mudança da longevidade dos empregados da companhia, é esse que tem que ser o pano de fundo da discussão. E não é uma discussão, pura e simplesmente, focada numa arbitragem de um diretor da companhia. Isso leva em consideração os acionistas, isso leva em consideração os empregados, e, portanto, é uma questão muito mais complexa do que normalmente boa parte das pessoas imaginam.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Gostaria que V. Ex^a não concluísse sem ouvir o nosso aparte.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com certeza, Senador. Há outros Senadores que também pediram apartes.

Quero registrar que o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, estará na Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovamos um requerimento para que S. Ex^a venha explicar não só a questão do Fundo de Pensão da Petrobrás, mas também fazer uma explanação ampla sobre a área de exploração e produção, refino, energia, sobre a área internacional. E teremos uma oportunidade ímpar, além do trabalho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores com relação a esse assunto, de democraticamente, com transparência, olhar essa questão com muito cuidado, com muita seriedade, entendendo que um processo como esse e um déficit desse tamanho têm que ter um respaldo técnico absolutamente claro para que se tome uma decisão justa. Justa não só para com os aposentados e empregados da Petrobras, mas justa também com os acionistas que ali investiram e têm obtido bons resultados, bons dividendos, em função do desempenho da companhia.

Então, é isto que quero deixar bem claro: é uma situação ampla, a questão dos fundos de pensão não pode ser discutida de uma maneira simplista porque não o é. Os cálculos atuariais são complexos. Por isso, precisamos ter cuidado quando mencionamos questões dessa natureza.

Senador Tião Viana, por favor.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a poderia também me conceder um aparte?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, agradeço a V. Ex^a a oportunidade do aparte. Pergunto à Mesa quanto tempo nós temos para apartear o orador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Só quero esclarecer ao Plenário que o Senador Delcídio Amaral dispõe de mais dois minutos, portanto peço a compreensão de todos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra pela Liderança do PSB, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tentarei obedecer à Mesa, e, numa atitude disciplinada, estou tentando usar menos de um minuto, para deixar que um Parlamentar da Oposição fale.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar que, quando o Senador Arthur Virgílio aqui falou sobre essa questão, houve, por parte do Senador Papaléo Paes, que estava presidindo a Mesa, uma certa flexibilidade de tempo nos debates. Então, como existem Senadores inscritos, seria importante que os ouvíssemos, desde que S. Ex^{as} encurtem o tempo de suas falas. Acho que seria importante até para enriquecer um debate que, não tenho dúvida, vai tomar conta deste Plenário.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. A importância do tema recomenda, **in totum**, o que o Senador Delcídio acabou de dizer. É um tema importante, estamos numa sessão em que, dificilmente, algo mais importante do que esse assunto vai ser discutido. E queria fazer coro às palavras do Senador Delcídio e pedir a compreensão de V. Ex^a para uma certa tolerância no tempo dos apartes e no tempo destinado ao orador.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sugiro apenas que V. Ex^a transfira ao Plenário a decisão de prorrogação do tempo do orador, o que acho que estaria de acordo com V. Ex^a e com os Líderes partidários, sendo esse o entendimento de V. Ex^a, para prorrogar em mais 20 minutos o seu tempo, e sendo uma decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Eu gostaria de indagar do Plenário se existe alguma objeção em prorrogarmos o tempo do orador por mais dez minutos, como aconteceu com o Senador Arthur

Virgílio anteriormente, para que haja então uma isonomia em função da importância do debate. (Pausa.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E penso, Sr. Presidente, que esses dez minutos seriam basicamente dedicados aos apartes solicitados ao Líder Delcídio Amaral não concedidos até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço a compreensão do Senador, porque algumas pessoas querem fazer aparte. Concederemos, então, um minuto para que, na seqüência dos apartes, o Senador Delcídio Amaral possa concluir, fazendo as observações em relação a todos os apartes feitos. Sem interrupção, os colegas Senadores fazem os apartes e no final o Senador Delcídio Amaral, se concordar com isso, fará o apanhado final, tudo no prazo de dez minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu só queria registrar que não dei os apartes não porque não quisesse ouvir nem debater o tema, mas eu precisava ter tempo para concluir as minhas posições, exatamente para que tenhamos uma avaliação franca e um debate claro sobre questão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – V. Ex^a, então, pode conceder os apartes e ao final fazer a conclusão.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradeço, eminente Líder, e agradeço à Mesa a compreensão. Acho que V. Ex^a coloca com brilhantismo o assunto na sua devida dimensão e aborda com conhecimento de causa um tema que deverá trazer a necessária discussão e melhor elucidação do problema chamado Petros, como foi referido pelo Senador Arthur Virgílio. Acho que o problema é até muito maior. O nobre Senador Arthur Virgílio foi muito leal com o Governo, quando semana passada anunciou que trataria desse tema, e o fez hoje. Não pude ouvir toda a denúncia que S. Ex^a fez nem sua transcrição. Por isso tentarei focar naquilo que pude perceber como o assunto relevante tratado. O problema da previdência complementar do Brasil não é de hoje; é um problema histórico. Há um movimento financeiro da ordem de 100 bilhões de dólares envolvendo os fundos de pensão deste País. Então, não tratamos de algo pequeno. Sabemos que o problema atuarial da Petros não é de hoje, e sim um problema antigo, do qual a evolução histórica tem de ser entendida. É preciso entender qual foi o papel do Governo na reforma da Previdência, preocupado com os fundos de pensão. É preciso compreender qual foi o papel do Parlamento no debate da reforma da Previdência, qual era o direcionamento que se queria

dar para os fundos de pensão e qual foi a posição do Governo. É de se ver a conquista que tivemos, por exemplo, com o recurso da portabilidade nos fundos de pensão. É um recurso extraordinário, com o qual se deu estabilidade aos fundos, aos usuários e com o que se garantiu a atualização efetiva dos fundos de pensão em um cenário internacional, colocando o Brasil em um plano correto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concluindo, Sr. Presidente, penso que V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, coloca as coisas em seus devidos lugares. O problema é atuarial. O Presidente José Eduardo Dutra tem imenso prazer, até por ter sido um dos mais brilhantes Senadores desta Casa, em vir debater com todos os Senadores, até a exaustão, esse tema. Só tenho a dizer que nós do Governo temos o mesmo interesse que teve o Senador Arthur Virgílio e os outros Senadores em esclarecer esse problema e mostrar a tranquilidade com que estamos tratando os fundos de pensão e a responsabilidade com o equilíbrio atuarial. Parabéns.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Tião Viana. Concedo o aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço a compreensão das Sr^{as} e Srs Senadores que estão fazendo os apartes para a observação do tempo de dois minutos, que é tempo previsto para o aparte.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Primeiro, eu gostaria de felicitar V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, pela firmeza, cordialidade e cavalheirismo com que conduz esse debate, porque isso é da mais alta importância para que o nível e a qualidade do debate permaneçam sempre iguais no Senado Federal, sempre comandados pela paciência e pela educação que são peculiares a V. Ex^a. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a, primeiro, que o Senador José Eduardo Dutra, em face de críticas que S. Ex^a considera legítimas que sejam feitas a qualquer setor do Governo, inclusive à Petrobras, para maiores esclarecimentos, vem à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Assuntos Econômicos. Essa iniciativa foi nossa. Fizemos um requerimento que foi aprovado por unanimidade, conforme disse V. Ex^a. E quanto ao problema da Petros, de fato V. Ex^a tem razão. É preciso haver uma alteração, uma transformação no sistema que está sendo conduzido pela Petros. A tábua de mortalidade, por exemplo, que era de 67, agora passou para 73. A inflação utilizada para o cálculo do rendimento do fundo também mudou, porque era de 11%, mas na realidade é de 6%. E, finalmente, para informar ainda

à Casa, em face dessa mudança de idade o Fator de Previdência Social se reduziu. Então, o Fundo de Previdência da Petrobras tem que compensar. Por essas premissas é que está havendo esse déficit, mas nada conduzido de forma irregular ou não transparente pela Petrobras. Antes pelo contrário, o que nós vemos na Petrobras é seu crescimento patrimonial. No ano de 2002, a Petrobras valia, no mercado, R\$15 bilhões e hoje vale R\$40 bilhões. Isso significa o quê? É a imagem preponderante construída pelos diretores da Petrobras, tendo à frente o sergipano Sr. José Eduardo Dutra. Era essa a justiça que eu queria fazer. Agora, naturalmente os Senadores terão todo o direito de fazer as perguntas que quiserem ao ex-Senador José Eduardo Dutra, por conduta de um requerimento que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Nesse ponto, temos que reconhecer a liberalidade, a transparência e a boa vontade, além do respeito por esta Casa, que tem um ex-Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Antonio Carlos Valadares, mais uma vez competente em seus esclarecimentos.

Ouço o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mais uma vez, como os demais, ressalto a minha admiração por sua gentileza, cordialidade e inteligência, que sempre se fazem presentes. Provoquei-o porque sabia que teríamos a oportunidade de conversar de maneira bastante cordial. Gostaria de abordar alguns aspectos que considero importantes para a questão. Primeiro, o diretor da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, declarou na coluna da jornalista Mirian Leitão que discussão não haveria. Era isto mesmo: um déficit atuarial a ser coberto pela Petrobras – ou seja, coberto por nós – resultante da mudança da expectativa de vida – o que, aliás, não é argumento. Disse mais: se isso estava deixando alguém nervoso, esses eram alguns jornalistas. Então, essa complexidade que V. Ex^a detalhou tão bem, na cabeça desse diretor da Petrobras, não existe. Ele definiu o problema com a maior simplicidade na coluna da jornalista Mirian Leitão. Ou seja, quem vai pagar somos nós, os contribuintes brasileiros, em detrimento do resto do País. Segundo aspecto, não interessa se o problema é atuarial ou de qualquer outra natureza. Evidentemente, qualquer fundo de Previdência apresenta problemas atuariais. Uma empresa que vende chicletes, por exemplo, tem sempre o problema do preço do chiclete. Assim também, o problema do fundo de pensão é atuarial, ou seja, um desacerto entre aquilo que tem a receber e o que tem a pagar. Quer dizer, aplicou mal os recursos. Essa é a questão. Existe o rombo: ou atuarial ou de

qualquer outra natureza. Mas existe o rombo. E quem vai pagar somos nós os brasileiros comuns e os acionistas da Petrobrás; quer dizer, a Nação brasileira. É essa a questão. Penso que é disso que deveríamos tratar. Como diria o nosso querido Armínio Fraga “o meu, o seu e o nosso vão pagar isso aí”. Quero parabenizar o Presidente da Petrobras porque realmente em um ano ele conseguiu, graças a sua reputação e a sua administração...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) – E seus conhecimentos!

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...e seus conhecimentos, fazer com que a empresa passasse de R\$15 bilhões de valor para cento e tantos bilhões. Trata-se de um dos maiores gênios que existe no mundo dos negócios hoje.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa informa, Senador Almeida Lima, que restam apenas dois minutos apenas e três Senadores para apartear-lo e, portanto, quatro oradores. Então peço que V. Ex^a possa aproveitar o tempo.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Delcídio Amaral, devo parabenizá-lo. Como já foi dito em seu pronunciamento hoje à tarde pelo Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a conduz o tema com respeitabilidade e abertura à discussão e ao debate. Quero dizer a V. Ex^a também algo que já foi dito e solicitado. Todos os valores abordados no pronunciamento do Senador Arthur Virgílio e aquel’outros que eu em outra oportunidade aqui trouxe, fazendo a leitura de um artigo do jornalista Diogo Mainardi na revista **Veja**, mais do que justificam a vinda do Presidente da Petrobras para os esclarecimentos necessários, porque, além desses números apontados hoje, eu me recordo de que, no final do artigo do jornalista Diogo Mainardi, ele dizia que, somando tudo, US\$5 bilhões pela queda da produção, em 2004, mais US\$3 bilhões pelo atraso de um ano na P52, mais US\$6 bilhões, pelo atraso de dois anos da P51, mais 600 milhões pelo aumento do preço das plataformas, o que é igual a US\$14 bilhões e 600 milhões. Disse ele que esse era o custo Lula. Lula é caro demais. Portanto, o que foi dito lá atrás, por Diogo Mainardi, sem nenhuma contestação até a presente data, mais o que trouxe hoje o Senador Arthur Virgílio...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa concede um minuto para o Senador Delcídio concluir o seu pronunciamento. A seguir, a pala-

vra será do Senador Sérgio Guerra, pela Liderança da Minoria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador Delcídio Amaral...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não é possível, pois V. Ex^a falará como Líder, a seguir.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou apartearando o Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais tempo, se não vai prejudicar o orador. V. Ex^a disporá da palavra, em seguida, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, o orador não está mais em...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – S. Ex^a tem um minuto para concluir o pronunciamento.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não houve chance de o Senador Sérgio Guerra fazer aparte ao Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há quatro Senadores ainda inscritos para apartear. Peço a compreensão de V. Ex^a, que falará como Líder.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O preconceito com o Nordeste está crescendo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente Tião Viana, é muito importante esse debate na sessão de hoje. Esse tema da Previdência, especialmente os Fundos de Pensão, são fundamentais.

Já será cortado o som? Eu não consigo nem terminar, Presidente? Vão cortar? Não posso mais...

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Papaléo Paes, Suplenete de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Flávio Arns e Tião Viana, 1^o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos, Senador Delcídio Amaral. A interpretação dessa decisão da Mesa foi tomada por todos os Srs. Líderes e trouxe grandes benefícios aos oradores. Pediria a compreensão de V. Ex^a, que se manifestou de forma clara sobre o tema, que ouvisse e apartearasse o Senador Sérgio Guerra e outros Líderes que deverão usar da palavra.

Concedo a palavra, como Líder da Minoria, ao eminente Senador Sérgio Guerra.

A Mesa informa que a sessão se encerrará às 18 horas e 30 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Requeiro a prorrogação da sessão por mais uma hora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a. é sabedor da admiração crescente que tenho pela sua pessoa.

A minha questão de ordem é apenas para colocar no rumo certo a discussão que se travou aqui em torno do pronunciamento do Senador Delcídio. Não se pode acusar o rombo da Petros como déficit atuarial, que é um déficit de projeção, que ocorrerá dentro de 10 ou 15 anos se não forem cumpridas determinadas metas e se não for modificado o plano atual. O rombo, não. O rombo está na contabilidade presente.

Gostaria de deixar bem clara essa diferenciação para que o Brasil inteiro não veja que, no Senado da República, estão confundindo rombo com cálculo atuarial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa registra a não questão de ordem do Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, como Líder.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi com toda atenção a palavra do Líder do PT, Senador Delcídio Amaral. Seguramente, ninguém melhor que S. Ex^a teria condições de sustentar um ponto de vista em relação a essa questão que envolve o fundo de pensão da Petrobras e a própria Petrobras. S. Ex^a é uma pessoa qualificada e competente, tem o reconhecimento do Senado inteiro e conduziu a discussão num nível adequado. Infelizmente, não houve chance de apartear-lo.

Há algumas questões que eu gostaria de abordar de maneira muito sincera. Há seguramente um buraco num fundo de pensão estatal. O tamanho desse buraco é de R\$8.300 bilhões – esse é o número divulgado. Há decisão da Petrobras de cobrir esse buraco. Penso que essa é uma questão da Petrobras e do seu fundo de pensão. Variáveis como as que foram apresentadas aqui pelo Senador Delcídio Amaral são relevantes, mas esse é um problema nacional, da sociedade brasileira. Não dá para conviver com esse problema como se fosse uma questão técnica a ser explicada de forma mais ou menos hermética, por dentro do conteúdo de uma instituição que o Brasil respeita e admira, mas para a qual não tem nenhuma obrigação de se submeter,

que é a Petrobras e o seu fundo de pensão. Queremos esclarecimentos sobre isso tudo.

Há versões as mais variadas sobre o funcionamento desses fundos de pensão, da natureza dos investimentos realizados e das interferências em sua gestão. Todos esses aspectos precisam ser analisados, porque a sociedade brasileira não pode aceitar esse déficit de R\$8.300 bilhões sem uma ampla fiscalização.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a está aferindo o âmage da questão. Gostaria de ter aparteadado o meu estimadíssimo Colega e Líder Delcídio Amaral, mas, infelizmente, o tempo não permitiu. Mas faço a V. Ex^a as considerações que faria a ele. V. Ex^a está analisando o ponto certo. Há uma dúvida. A Petrobras é uma das maiores empresas brasileiras do mundo, mas lida com a vida de cada brasileiro que compra gasolina, óleo diesel e querosene. A referida companhia administra uma conta-petróleo que vai ao contribuinte, isto é, ao cidadão – para não falar no sócio, seja a União, seja o acionista da Petrobras. Há perspectiva de uma reserva de R\$8.300 bilhões para fazer face a um suposto rombo – déficit – na conta da Petros. Esse rombo é decorrente de quê? De que a expectativa de vida do funcionário tenha aumentado, havendo, por isso, a necessidade de um adjutório financeiro para – como as pessoas viverão mais – aumentar o fundo a fim de garantir a Previdência? Ou não? Esse rombo pode estar ocorrendo, porque, antes, o que a Petrobras garantia pela Petros aos seus funcionários era a aposentadoria pelo benefício definido e agora quer mudar para contribuição definida, o que muda a regra do jogo, havendo a necessidade de um adjutório financeiro? É isso ou é a primeira hipótese?

Em qualquer das circunstâncias, estamos falando de R\$8.300 bilhões, que vão sair do lucro ou não da Petrobrás. Se o compromisso for tomado para ser cumprido em dez anos, ele vai ter que ser cumprido. Na hora em que for cumprido, a Petrobras terá que gerar um lucro para pagar o compromisso anual. Esse lucro pode acontecer ou não e pode ser fabricado, induzido. Então, nossa obrigação é investigar, debater, discutir, porque está em jogo o interesse nacional. Penso que esse debate se estabelece em muito boa hora, educadamente, de forma muito competente, como se manifestou aqui o Senador Arthur Virgílio, como rebateu o Senador Delcídio Amaral, como V. Ex^a está se manifestando e como esta Casa tem o direito de levar a

efeito para defender o interesse público, levando em conta que são R\$8.300 bilhões.

Senador Delcídio, desejo ajudá-lo com a minha crítica para que morram menos índios na sua terra e a forma que tenho de criticar é mostrando a verdade. Se eram 140 para cada mil e agora são 70, ótimo! Aplausos e foguetes! Agora, aplausos e foguetes não, mas muita vaia para o dado que eu tenho em mão. Gastar em diária de viagem e passagem aérea oito vezes mais do que se gasta com medicamentos para curar os índios não se pode aceitar. Esse é o fato.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço o aparte e concordo inteiramente com as ponderações feitas pelo grande Líder José Agripino. Ouço o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Sérgio Guerra, todos falam aqui sobre a necessidade de manter esse diálogo em um nível o mais cordial e elegante possível, o que vamos fazer, com certeza. Mas gostaria de enfatizar isso com uma única palavra que consigo achar para definir o que está acontecendo. Veja bem, Senador, pagar R\$10 bilhões a uma corporação, do bolso de uma Nação que está toda em restrição fiscal, à custa de mais do que todo o investimento público feito para toda a sua população, só existe uma palavra para isto: escândalo. Isso é um escândalo, e não encontro uma palavra mais leve para a situação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A palavra do Senador Tasso Jereissati vai ao cerne da questão. A Petrobras e o seu fundo de pensão são importantes, mas o povo brasileiro é muito mais. Os brasileiros não podem concordar, neste instante, que recursos desse tamanho sejam alocados para uma única corporação. Não faz sentido no País real em que vivemos.

Ouçó o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Sérgio Guerra, estou à vontade para dizer que considero o aparte do Senador Almeida Lima talvez o mais completo, repetindo Diogo Mainardi. São fatos relevantes e irrespondíveis. Evidentemente, o Presidente da Petrobras já virá com algumas respostas. Mas nenhuma irá convencer, porque contra esses fatos não há argumentos, sobretudo vindo de quem está sem autoridade pela maneira com que gasta o dinheiro público. Há outro ponto que quero salientar e repetir: quando pedi ajuda para a Faculdade de Medicina da Bahia, a mais antiga do Brasil, não consegui nada. Mas a Vila Isabel, uma escola de samba em que o Dr. José Eduardo Dutra saiu e apareceu sambando em uma fotografia do jornal **O Globo**, recebeu R\$3,6 milhões. Isso é algo que, evidentemente, não pode, de jeito nenhum, ficar sem explicação. Se formos apurar

tudo o que a Petrobras gastou nas eleições, inclusive no Estado de Sergipe, ficaremos estarrecidos. Eles utilizam formas que às vezes ninguém descobre. Mas as pessoas que estavam nos locais sabem de onde saiu o dinheiro. Isso aconteceu na Bahia. Aconteceu em vários ministérios e inclusive na Petrobras, que fez vários contratos, de modo diferente, para municípios do nosso Estado. Avaliem então onde ele tinha interesse direto, como era o caso de Sergipe. É possível dizer que o Presidente da Petrobras foi um bom Senador? Foi. Mas era um Senador muito irritado também e que fazia acusações muito graves aqui, às vezes até impensadas. Conseqüentemente, penso que o ex-Senador José Eduardo Dutra deve vir imediatamente ao plenário do Senado para esclarecer muitas dúvidas – que aparecerão de hoje até terça ou quarta-feira – sobre a sua gestão. Fora daí, o Governo também está enlameado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sérgio Guerra, não pairam dúvidas, no Brasil e aqui, apenas sobre o Senador Delcídio Amaral. Mas, quanto à Petrobras, quanto à idoneidade do seu Presidente e dos contratos, tudo isso é uma vergonha. Estão oferecendo; há publicidade chamando. Agora é um braço político do PT para fazer convênios com escolas de samba. E sabemos que este País é organizado, que tem Ministério da Cultura, Ministério da Educação para fazer isso. Senador Delcídio Amaral, não entendo como V. Ex^a, com a inteligência que tem, não é chamado para ocupar o Ministério das Minas e Energia. Gostaria de ver o Presidente anunciá-lo como seu Ministro. Ia melhorar esse time. Mas eu não entendo algumas coisas, não compreendo, pois eu sou cirurgião. Na Venezuela, peguei um carro e o abasteci com 50 litros por R\$5,00, Senador Tasso Jereissati. No Piauí, coloco 50 litros por R\$126,00. A mulher que foi saudada ontem, a mulher mãe, a mulher esposa, a mulher doméstica, não é aquela que o Lula mencionou, raivosa, desaforada. A mulher doméstica, econômica, faz milagres, porque um botijão de gás no Nordeste custa R\$40,00. Na Venezuela, o Chavez vende por R\$2,00. E, na Argentina, é um terço. Então, isso está mal administrado. Nós que entregamos o artigo de Diogo Mainardi para o Senador Almeida Lima. A única crença que temos é no Líder do PT.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a convicção de que o bom senso prevalecerá. E o bom senso aponta em uma direção. Um país como o Brasil, nas condições que tem, nas condições gerais do seu povo, deve ser um país só. Não pode haver um país de um jeito e uma

instituição de outro, como se ela fosse apartada. Um país com as restrições por que atravessa o Brasil, em que recursos são negados para os mínimos projetos de interesse social, não pode considerar a hipótese de não esclarecer à exaustão buracos de fundos de pensão. Por mais respeitáveis que sejam as instituições que presidem esses fundos de pensão ou que os patrocinam, não é possível aceitar uma situação dessas. Ainda mais: há sinais bastante reconhecidos de que outras instituições também têm problemas desse tamanho. Fala-se até em tamanhos maiores do que esse. Daqui a pouco, a sociedade brasileira estará envolvida num imenso buraco financeiro e não está habilitada a encarar essa situação, verdadeiramente. Não faz sentido; não há lógica.

Penso que a Petrobras é uma grande instituição, mas que tem que ser muito mais aberta do que parece ser; tem que ser muito mais fiscalizada do que é; tem que ser muito mais transparente do que parece ser. E há essa questão de apresentar buracos de R\$8 bilhões ou R\$9 bilhões em fundos de pensão apenas resolvendo administrativamente, não importa se com esse ou aquele critério, fórmulas para transformar esse buraco em transferência de capital de uma empresa nacional por uma situação gerada por várias causas e não apenas por uma. Não terá sido apenas por mudança de tipo de provisão, de modalidade de reconhecimento de processo, que se gerou esse buraco. Haverá muitas razões além dessas.

Tenho absoluta certeza de que não se tomará uma decisão desse tamanho sem ampla discussão, esclarecimento, transparência e fiscalização por parte do Congresso, que é a sociedade brasileira.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouço, primeiramente, o Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Guerra, muito rapidamente, deixo claro aqui que contribuição definida é um avanço grande, inegável. Evidentemente, teremos oportunidade de debater as conseqüências dessa decisão, o que será fundamental. Em uma fundação como a Petros, só não nos defrontamos com os dilemas atuariais. Defrontamos com o portfólio de cada fundação, com a carteira de projetos que cada fundação possui...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campanha.) – Senador Delcídio Amaral, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais vinte minutos.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Acredito que todos esses esclarecimentos serão feitos pelo Presidente José Edu-

ardo Dutra e sua equipe de diretores, especialmente o Diretor Gabrielli. O Presidente José Eduardo Dutra é um homem de bem, que honrou o Partido dos Trabalhadores com seu mandato de Senador e nos honra, também, com sua gestão à frente da Petrobras. Entendo que há outras questões como as aqui suscitadas pelo Senador Almeida Lima, especificamente, e pelo Senador Mão Santa. E teremos oportunidade, na audiência pública, de discutir a questão das plataformas, das decisões tomadas no sentido de incentivar a indústria naval brasileira, de nacionalizar a construção das plataformas. Enfim, falaremos sobre tudo o que levou a Petrobras a uma situação de projeção, tornando-a não só a principal empresa do Brasil, mas até da Bolívia, a terceira ou quarta empresa da Argentina, com uma atuação internacional. Posso afirmar, caro Senador Sérgio Guerra, que hoje a Petrobras é um dos maiores *players* mundiais. Trata-se de uma empresa transparente, cujo acompanhamento é feito diuturnamente pelos principais investidores nacionais e internacionais. Portanto, creio que esse debate com o Presidente Eduardo Dutra será esclarecedor, transparente, como S. Ex^a é, e, mais do que nunca, pautado por essa serenidade e esse equilíbrio que caracterizam nosso debate. Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouvi a palavra do Senador Delcídio e quero deixar muito claro que a Oposição tem sobre a Petrobras, no geral, o mesmo conceito que tem qualquer brasileiro. É uma instituição que honra o Brasil. Defendemos essa instituição a vida toda e não apenas agora. Sempre a entendemos como vital para o desenvolvimento brasileiro e reconhecemos o seu papel com absoluta tranquilidade.

No entanto, não é disso que estamos falando. Tratamos de uma situação objetiva: primeiro, faltam recursos em determinado fundo e há necessidade de se cobrirem esses recursos, em volumes inaceitáveis no plano da economia brasileira atual; segundo, há uma série de discussões e comentários que merecem ser feitos sobre padrões administrativos na Petrobras.

O Senador Delcídio não vai reconhecer, mas estou vendo, na minha região e em todos os lugares, uma ampla politização no sentido negativo de instituições respeitáveis no Brasil; instituições que nunca se prestaram ao jogo eleitoral estão se transformando em comitês eleitorais. Não quero fazer denúncia hoje, mas, na minha região, há dessas, em uma área que V. Ex^a conhece muito bem. E, assim como a própria Petrobras – e isso já foi denunciado várias vezes –, seguramente está fazendo jogo político de uma maneira que não faz sentido para uma instituição com o prestígio e o papel que tem na vida brasileira.

Agora, aceitar que explicações apenas técnicas e apresentadas aqui, de uma hora para outra, possam justificar um buraco de R\$8 bilhões no fundo de pensão de funcionários da Petrobras e que recursos desse tamanho sejam mobilizados para equacionar isso não será fácil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Isso não tem nada que ver com o Brasil real. Não importa que a Petrobras seja importante em todo o mundo; importa que o País em que vivemos é este. Não pode haver uma empresa que tenha mais importância do que o País, do que a realidade de fato da Nação, da população e de todos nós.

Precisamos de transparência, sim, de esclarecimento total. Vamos reabrir esse fundo de pensão, ver qual é o seu conteúdo, qual a sua carteira, onde ganhou, onde perdeu, se trabalhou direito ou se não trabalhou. Temos que fazer essa discussão exaustivamente, não apenas por uma mudança de modalidade. Por mais sensata que ela seja, não justifica, a esta altura da vida, no Brasil real, dispor de cerca de R\$8 bilhões para suprir necessidades de caixa de determinado fundo de pensão. Isso é inimaginável para alguém que pensa este País no plural.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, o entendimento da Mesa é de que o Senador Sérgio Guerra trata do mesmo tema que V. Ex^a e que o Senador Delcídio Amaral trataram. Assim, a Mesa entende que S. Ex^a deve ter, também, os dez minutos de prorrogação concedidos a V. Ex^{as}.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Isso mostra, Sr. Presidente, o caráter de justiça que preside seus atos. Senador Sérgio Guerra, de maneira bem simples, já abordei o tema e tive a felicidade de trazê-lo à baila nesta tarde. A tarde estava modorrenta, mas, de repente, nasceu um debate belíssimo sobre um tema de efetivo interesse nacional. Mas há uma lei proibindo que se faça aquilo que o Sr. José Sérgio Gabrielli diz que é para fazer, uma lei sancionada no Governo passado. O Sr. Gabrielli confirma que o justo é fazer isso, ou seja, a Nação inteira pagar pelo benefício a uma minoria – valiosa e valorosa – de brasileiros. Já alertei para o fato de que a Petrobras perde quando coloca suas ações no mercado. Em sã consciência, pode-se perceber que isso reduz sua rentabilidade. Se valia 15 e passou a valer 45, quando poderia valer 450, isso se refletiu nos rendimentos dos que lá investiram ou eles perderam com o caráter corporativista das ações da Petrobras? Comenta-se sobre essa tal excelente administração atual da Petrobras, mas o fato é que, no ano

passado, houve redução da produção de petróleo, o que atrasa o projeto que já estava desenhado para se atingir a auto-suficiência, que só deverá ser atingida em 2007. Isso estava programado para 2006 e só deverá ser atingido em 2007, no mínimo. Então, temos de analisar o tema com realismo, mas o fato é que o discurso de V. Ex^a vem trazer muita luz sobre essa questão. Temos de saber se o Governo é capaz de optar pela Nação como um todo ou de privilegiar uma minoria. Quando opta pela Nação, felizmente contraria o seu passado todo. Quando opta por uma minoria, aí, sim, desafortunadamente, o Presidente estaria cumprindo com uma destinação de vida e até com um dos seus compromissos de tantas lutas. O fato é que está na mesa o debate. Debateremos com o Presidente José Eduardo Dutra, como debateríamos com o Presidente Vargas, com o Presidente Floriano Peixoto, com o Presidente Eptácio Pessoa, com qualquer presidente, de qualquer entidade, Brasil ou Petrobras, porque está em pauta, na Ordem do Dia para discussão no Senado hoje, algo que se nos afigura como uma injustiça e como uma escândalo. E injustiças e escândalos devem ser debatidos e debelados com a força do pronunciamento e com o vigor cívico de V. Ex^a. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouço agora o aparte do Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Sr. Líder, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois fatos que aparentemente não guardam conexão entre si, mas que na realidade guardam, porque são dois escândalos, dois buracos que o Ministério Público Federal tem o dever de investigar. O Procurador-Geral da República tem que determinar a instauração de um procedimento por improbidade administrativa para saber, primeiro, por que o fundo chegou a esse buraco de R\$8 bilhões. Ninguém é capaz de explicar um escândalo de tamanha monta, ou seja, um déficit tão progressivo que não foi investigado nem contido e somente veio a público quando não havia mais jeito. Como se esconde um escândalo de R\$8 bilhões? É impossível! E, segundo, para averiguar outro grande escândalo, que foram os passos milionários dados pelo Sr. Presidente da Petrobras na escola de samba. Quanto custou cada “passinho” do Sr. Presidente, se andou para frente, veio para trás ou deambulou? Como vamos calcular o quanto as “gracinhas” do Sr. Presidente custaram aos cofres públicos? Assim, Senador Sérgio Guerra, felicito V. Ex^a pelo belo discurso, um belo pronunciamento cívico, algo que realmente chama a atenção. Não podemos varrer toda essa sujeira para debaixo do nosso tapete. Seria um verdadeiro escárnio com a sofrida população brasileira, que tem problemas diversos na área

social e de infra-estrutura. Há pessoas morrendo nas filas dos hospitais públicos. E o Sr. Ministro diz que isso é normal, que a pessoa não deveria estar na fila, que isso é uma questão de cultura, como se a pessoa estivesse na fila porque quisesse. Verificamos que há dinheiro no Brasil, mas está comido pelas beiradas, e não pela legislação, pela decência, nem por aqueles investimentos que deveriam efetivamente existir. Penso que quem está pagando por isso somos nós, brasileiros, e os acionistas da Petrobras. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nesta tarde, vivemos um momento importante no Senado, com a manifestação espontânea de vários Senadores, conduzindo sempre à ponderação de que é impossível aceitar que fatos como esses se processem sem que o País os avalie devidamente, sem que sejam investigados, apurados.

Em segundo lugar, cumpre reconhecer o papel do Líder do PT nesta discussão. A Oposição vê com bastante satisfação o desempenho do Líder do PT nesta legislatura. Trata-se de uma pessoa competente, dotada de conhecimento geral muito relevante, com domínio forte do conteúdo do que discutimos. Além de Líder do PT, é alguém que pode contribuir para que fatos que não são do conhecimento de todos possam surgir agora. Há necessidade de reparação desse valor de R\$8 bilhões, que, com certeza, não desapareceu anteontem. Esse valor deve estar faltando há bastante tempo, pois ninguém descobre a falta de uma quantia dessas de uma hora para outra. É todo um processo que gera uma situação desse tipo. Isso tudo tem que ficar absolutamente claro. É preciso inaugurar um outro processo no Brasil, outra modalidade de exame da questão.

Espero que, com a liderança do Senador Delcídio Amaral no Senado, o Governo e a Maioria não entendam que a fiscalização é ameaça à democracia. Nós aqui insistimos, no ano passado, na criação de algumas comissões parlamentares de inquérito, que não foram aceitas com qualquer argumento democrático ponderado. Elas foram evitadas à força, foram impedidas. Que não se impeça agora a discussão sobre a questão que está levantada, sobre a caixa-preta desses fundos de pensão. Está faltando dinheiro demais, como pode, também, em certas situações, estar sobrando dinheiro demais, sem que a sociedade tenha conhecimento mais claro do que acontece nessas instituições.

Estamos diante de um fato concreto e desejamos esclarecimentos. Vamos, a Oposição, agir com prudência, mas com convicção, porque o povo que está nos ouvindo, a sociedade toda exige isso, exige apuração, esclarecimento, não entende um buraco de

R\$8 bilhões, que vai ser completado, resolvido com recursos de uma instituição, por mais importante que ela seja, quando falta tudo a todos, em qualquer lugar neste Brasil. Municípios estão quebrados, protestando por um mínimo para sobreviver; Estados estão em completa dificuldade. Fala-se em equilíbrio fiscal, quando a sociedade, a Federação está absolutamente desarticulada. Que País é este? Vamos continuar com essa fraude? Discurso otimista por um lado, e um País real de outro, com situações concretas que não estão sendo sequer enfrentadas.

Penso que vivemos uma tarde importante hoje. Saúdo o papel responsável, de qualidade, do Líder, como já esperávamos. Mas que a partir da semana que vem este assunto seja prioritário, que ninguém o subestime, porque isso será subestimar a inteligência do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A Mesa prorroga por mais quinze minutos a presente sessão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, tendo em vista que o assunto do meu discurso, a Petrobras, já foi praticamente esgotado nesta sessão, peço vênias a V. Ex^a para falar sobre este assunto na audiência pública com o Presidente da Petrobras na Comissão de Assuntos Econômicos, que tenho conhecimento de que será no dia 22, com a presença já confirmada do ex-Senador José Eduardo Dutra.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela boa vontade, pelo espírito democrático, como tem agido e conduzido os trabalhos desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o eminente Presidente Renan Calheiros marcou uma reunião com os Líderes e aqueles ligados aos assuntos de projetos terminativos e medidas provisórias para hoje às 17 horas. A reunião havia sido marcada para às 15 horas e foi adiada para as 17 horas. Eu disse aos meus colegas que dificilmente essa reunião se realizaria. Ele quis marcar às 15 horas porque haveria um encontro no Palácio do Planalto entre ele,

o Presidente José Sarney, o Líder Ney Suassuna e o Líder José Borba.

Evidentemente, com um time desse, deveria se estar discutindo a reforma ministerial. Nada contra a reforma ministerial do Presidente Lula, nada contra se encontrar denominadores comuns, coisa que não é fácil no PMDB, mas, evidentemente, esperávamos ser avisados de que a reunião não se realizaria.

Sabe V. Ex^a mais do que ninguém do apreço e do respeito que tenho pelo Presidente da Casa, mas os Líderes e aqueles que foram convidados para a reunião também merecem o respeito e o apreço do Presidente. Daí por que lamento que até esta hora não tenha havido uma solução para o assunto, do qual V. Ex^a seria parte importante, como Vice-Presidente desta Casa.

Vamos tratar da reforma ministerial, pedindo ao Presidente Lula que apresse ou enterre mais uma vez essa reforma, que não vai dar em nada. Logo, vamos resolver os problemas do Poder Legislativo. Esses têm pressa e esses nós queremos resolver.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Já concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

Senador Antonio Carlos Magalhães, fui informado pelo Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, de que S. Ex^a teria uma audiência na Presidência da República às 16 horas. O Senador solicitou que eu presidisse a reunião sobre o tema com os Líderes, os dirigentes partidários e com V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu o informei de que não deveria fazê-lo em razão de já ter antecipado minha posição perante a CCJ e que não ficaria adequado eu presidir a reunião. Disse-lhe, então, que aguardaríamos a presença de S. Ex^a. Então, estamos aguardando a chegada do Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, para promover a reunião, que nós, tanto quanto V. Ex^a, ansiamos que ocorra, a fim de que haja uma solução definitiva.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a encerre esta sessão, quero dizer que eu

também pretendia entrar neste debate dos fundos de pensão e da Petrobras, que considero da maior importância para o Brasil e para o povo brasileiro. Entretanto, o Senador Antonio Carlos Valadares nos informou da audiência pública que ocorrerá no dia 22, na Comissão de Assuntos Econômicos, onde estará presente o Presidente da Petrobras, o engenheiro e ex-Senador José Eduardo Dutra.

Folgo em saber que S. Ex^a estará lá para prestar os esclarecimentos a respeito de todas as dúvidas, porque eu, como V. Ex^a e muitos outros nesta Casa, tivemos o privilégio de conviver com José Eduardo Dutra, na qualidade de Senador da República, um dos mais atuantes, inteligentes e competentes Parlamentares do Senado Federal.

José Eduardo Dutra era um Senador muito presente no plenário e nas comissões, sempre contribuindo bastante com os debates e com esta Casa de modo geral. Trata-se de um dos homens mais corretos e sérios que já conheci.

Convivi mais proximamente com o Senador José Eduardo Dutra. Portanto, sei que S. Ex^a, com muita transparência, honestidade e competência, sanará todas essas dúvidas, principalmente dos Líderes da Oposição, no dia 22 na CAE, onde participarei mais ativamente desse debate.

De todo modo, quis fazer este registro. José Eduardo Dutra é realmente um grande brasileiro, político e Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Romero Jucá, Aelton Freitas, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar nos Anais do Senado o meritório trabalho que a Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacional e Internacional do Brasil, uma ONG criada em Londrina, no Paraná, Estado que represento nesta Casa, vem desenvolvendo no sentido da efetiva implantação da Região Metropolitana de Londrina, abrangendo os Municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana, criada há sete anos e até agora sem a efetiva implantação, por absoluta falta de vontade política do Governo do Paraná.

Associo-me a essa luta, na certeza de que, com a implantação de fato da Região Metropolitana de Londrina, será mais fácil a obtenção de recursos e a efetivação de ações que atendam aos interesses comuns dos municípios, a exemplo de saneamento básico, transporte, controle da poluição ambiental, e um efetivo planejamento de desenvolvimento econômico e social, para uma das mais importantes regiões do meu Estado.

Concordo plenamente com o ponto de vista esposto por Jurandir Rosa, presidente da ONG, segundo o qual não basta a lei, é preciso tirá-la do papel com a efetivação da Região Metropolitana, de modo a levar recursos para implementar o desenvolvimento dos municípios abrangidos por ela. Essa é uma tarefa do Governo do Estado, que a sociedade norte-paranaense, agora sob a liderança da ONG, está cobrando. Tudo está por fazer.

A Lei que criou a Região Metropolitana de Londrina, em 17 de junho de 1998, prevê a criação de um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, mas estes jamais tiveram existência efetiva. O Conselho Deliberativo deve se constituir de cinco membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa nomeados pelo Governador do Estado, mas os sucessivos governos jamais se dignaram a indicá-los. Resultado: o Conselho não saiu do papel e por conseqüência a Região Metropolitana de Londrina até hoje não tem existência real. Por outro lado, a lei manda o Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção dos dois Conselhos. A estes incubem a elaboração de planos de desenvolvimento integrado e a programação de serviços comuns aos municípios que fazem parte da RML.

Cabe também a eles opinar sobre os interesses metropolitanos, ou seja, sobre planejamento integrado de desenvolvimento econômico e social, saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública. Os Conselhos devem também, nos termos da lei, zelar pelo bom uso do solo metropolitano, o transporte viário, o aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Vê-se, pois, que a efetiva implantação da Região Metropolitana de Londrina é da mais alta relevância para o Paraná, razão por que não entendo o desinteresse governamental em relação a ela e apoio a luta da Organização Não-Governamental dos Movimentos Populares Nacional e Internacional do Brasil, que em tão boa hora foi fundada em Londrina, na

campanha que empreende pela efetiva existência da Região Metropolitana de Londrina.

O Norte do Paraná, onde se insere a RML, é uma das regiões mais urbanizadas do Estado e, não obstante, detém a segunda maior população rural do Paraná, além de ser a segunda em população urbana. Consolida-se hoje como o mais importante pólo industrial do interior do Estado. Participa com 11,20% do setor secundário; 18,39% do comércio; e 17,96% dos serviços. Fatores esses que reforçam o caráter urbano de suas atividades principais. Mas é válido observar-se que internamente o seu perfil vem se modificando, havendo sinais de diversificação econômica com agregação de valor.

Embora caracterizada por intensiva industrialização nessa região, não se pode ignorar a expressiva produção de *commodities*, com predominância da soja, do trigo, do milho e do café, respectivamente. Respeitando-se também a produção de algodão e cana, onde a região aparece como maior produtora do Estado. Oferece também, expressiva participação no valor adicionado do Estado no setor agropecuário, onde a região contribui com 18,07% do seu total. Dentro deste contexto ressalta-se a importância de que a Região Metropolitana de Londrina saia do papel e se transforme em realidade, pois, assim sendo, dará inestimável contribuição para o maior fortalecimento do Norte do Paraná, e por via de conseqüência, de todo o Estado.

É o que eu tinha a comunicar.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o empresariado brasileiro está atento para as reformas que rondam o País e toma a iniciativa de bem participar do debate nacional, lançando uma publicação que reflete seu real compromisso com o tema. Trata-se de um meritório compêndio, intitulado “Crescimento e Reforma Tributária: Ação para o Crescimento Sustentado”, produzido pela Ação Empresarial, uma organização privada que reúne diversas confederações industriais do Brasil.

Confiante na boa perspectiva econômica que ora se delinea no horizonte, o documento destaca, em seu título introdutório, o desenvolvimento do País nos seguintes termos: “O Brasil tem tudo para deflagrar o processo de crescimento sustentado”. Aqui, ressalta-se o momento fecundo por que passam os índices da produção nacional, sem que se perca de

vista as impostergáveis mudanças na legislação tributária brasileira.

Na verdade, em vez de um sistema tributário anticrescimento, o Brasil deve criar as bases para um sistema que favoreça a expansão sustentável da produção e do emprego. Não seria exagero afirmar que as empresas vivem, hoje, um dilema crucial para uma retomada definitiva de seus negócios. Se, de um lado, persiste a perspectiva alvissareira de um crescimento consistente da economia brasileira, de outro, desconfia-se de que a sede do Estado por mais impostos não tem limites.

Em outras palavras, embora preparados para expandir a capacidade produtiva, os empresários ainda se deparam com tributos em cascata, carga elevada e desbalanceada, complexidade excessiva e altos custos administrativos. Contra isso, reivindicam um sistema que viabilize o crescimento sustentado, aumentando a competitividade dos produtos, gerando empregos e reduzindo as distorções sociais do País.

Ao lado dessas sugestões, o setor empresarial alerta o Governo para a definição de uma agenda mais clara, na direção da construção de um sistema tributário de classe mundial. Nessa lógica, compreende-se a simplificação no âmbito da tributação sobre o consumo, por meio da homogeneização da legislação sobre o ICMS.

Mais que outra coisa, o documento frisa a necessidade de estabelecer um clima constante de diálogo entre o Estado e os empresários, de modo a estimular a prática democrática para superar divergências e diferenças de interesse. Nesse espírito, o setor não deixa de expressar certa frustração com a minirreforma tributária ocorrida no final de 2003, por ocasião de que se perdeu a chance de produzir uma mudança substancial do sistema.

Em realidade, segundo os termos do documento, muitas das dificuldades e empecilhos, em relação ao sucesso da reforma tributária, residem no caráter federativo do sistema, naquilo que diz respeito às competências tributárias e fiscais entre as unidades da Federação. Além disso, realçou-se que, das prioridades máximas da agenda da política econômica atual, a focalização de gastos da máquina pública e o aumento da eficiência no uso dos recursos devem ser consideradas as mais imprescindíveis.

Na parte final do documento, os empresários formulam uma proposta visando à construção de uma nova estrutura tributária brasileira. Ao endossarem apoio

lacônico a um sistema tributário de classe mundial, alinham suas forças a uma proposta de reformulação que esteja voltada para o aumento da competitividade nacional.

Nessa linha, concordam com a manutenção dos tributos sobre o patrimônio com um teto máximo, a manutenção do imposto de renda com a incorporação da contribuição social sobre o lucro e, igualmente, a manutenção da CPMF com percentual mínimo. Em contrapartida, reivindicam a criação de um fundo de compensação aos Estados por perdas decorrentes de exportações não tributadas, formado com os recursos da arrecadação federal e das arrecadações estaduais do IVA incidente sobre as importações.

Mais que isso, o setor industrial propõe a eliminação dos tributos incidentes sobre os investimentos e exportações, além da revisão da tributação sobre a intermediação financeira, com a eliminação do IOF. Por fim, a adoção de uma tributação simplificada para as micro e pequenas empresas ocupa lugar de destaque entre as reivindicações listadas, associada a uma proposta de alteração na base de tributação das contribuições patronais.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de, uma vez mais, enaltecer a iniciativa da Ação Empresarial, ressaltando sua preocupação em contribuir para a realização de um debate mais aberto sobre a reforma tributária. Na visão dos empresários da indústria, não será possível planejar a continuidade do crescimento do País sem, paralelamente, planejar mudanças drásticas no sistema tributário brasileiro. Em suma, a esse dilema não nos podemos furtar se, de fato, acreditamos na idéia de um Brasil maior e mais próspero.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que acompanham os trabalhos da casa pela Rádio e TV Senado,

Venho a esta tribuna para tratar novamente de um tema sobre o qual já me pronunciei em 21 de outubro do ano passado Refiro-me à ampliação de 1% do Fundo de Participação dos Municípios – o FPM, que só será possível mediante a votação em separado, na Câmara dos Deputados do art. 159 da PEC nº 255 de 2004, que trata da reforma tributária.

Passados quatro meses de meu primeiro pronunciamento, a questão segue indefinida e coloca em condição de penúria diversos municípios

brasileiros, que têm nos recursos do Fundo a principal fonte de recursos da administração.

Reafirmo que considero legítima e justa esta reivindicação de mais de 2 mil prefeitos que se fazem presentes na nossa capital federal aproximadamente 10% deles meus conterrâneos de Minas Gerais, comandados pelo novo presidente da Associação Mineira Municípios, o prefeito de Mariana, Celso Cota Neto.

Diante de minha experiência como prefeito do município de Iturama não poderia pensar de forma diferente, pois

senti na pele a importância dos recursos federais manter o equilíbrio da contas.

Cabe ressaltar também que os bons resultados de um Governo de grande apelo social como o que hoje possuímos precisam se refletir, especialmente, na vida das populações carentes dos pequenos municípios, as mais dependentes da presença do Estado.

O aumento do repasse aos municípios para 23,5% do que é arrecadado como o Imposto de renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) geraria

mais R\$1,2 bilhão de reais por ano aos cofres municipais. Desta forma o Governo Federal não estará gastando aleatoriamente, mas sim, garantindo não só a folha de pagamento, mas também investimentos sociais a serem realizados pelas prefeituras.

O aumento do repasse do FPM é na verdade, um dispositivo 'Robin Hood', porque retira do Governo Federal e passa para as prefeituras mais pobre R\$1,2 bilhão por ano. Tal dispositivo foi incluído na Reforma Tributária quando a mesma foi relatada aqui no Senado, Tributária quando a mesma foi relatada aqui no Senado, pelo nobre Senador Romero Jucá e já está passando

Da hora de ter uma definição na Câmara dos Deputados.

Como membro da base, espero que o Governo repense a idéia de condicionar a aprovação do aumento do FPM à votação de outros pontos de Reforma Tributária, como, por exemplo, a questão da unificação do ICMS, muitos municípios já enfrentam tamanhas dificuldades e não podem mais esperar pelo desfecho de toda uma reforma que anda demanda um série de ajustes e negociações.

É necessário sim discutir com muita serenidade ações legislativas que proporcionem uma recuperação contínua e progressiva das finanças municipais, para que haja maior equilíbrio no pacto entre a Federação, os Estados e os Municípios.

O aumento do FPM é um ponto praticamente consensual no Congresso e propiciará tão logo seja aprovado, um alívio significativo para prefeituras hoje penam para honrar seus compromissos administrativos. Portanto, deixo claro meu apoio a uma aprovação do destaque do FPM na Câmara dos Deputados ainda esta semana.

Ao encerrar este pronunciamento, reafirmo o meu compromisso com a causa municipalista e faço uma especial saudação aos prefeitos de Minas Gerais que nesta semana se empenham juntos para fazer valer aquilo que lhes é de direito na Reforma Tributária. As ações conjuntas desta natureza são importantes para que Minas Gerais tenha, através da soma de esforços das administrações federal, estadual e municipal, um crescimento sustentado e distribuído por todas as regiões.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar a matéria intitulada "Ordens são ordens", publicada na **Folha de S.Paulo** no dia 20 de janeiro do corrente.

Trata-se da cobrança de uma promessa feita por Lula de que o então Ministro do Planejamento, Guido Mantega, rebateria as críticas dirigidas aos programas sociais prioritários. Segundo jornalistas tais programas não utilizam as verbas a eles destinadas no orçamento. O Ministro afirmou, em 16 de julho de 2004, que recebeu ordens do presidente para apresentar os dados que contestam as críticas. Contudo, já estamos em 2005, Mantega não é mais Ministro e ninguém recebeu os dados prometidos.

Constata-se a existência de programas prioritários e de verbas disponíveis, mas o problema é que os dois não se encontram. Assim, ao invés de mandar desmentir as críticas o governo deveria determinar que os ministros utilizassem as verbas disponíveis, quando, então, ficaríamos na torcida para que as ordens fossem de fato cumpridas.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Ordens são ordens

BRASÍLIA - Durante entrevista para “jornalistas amigos da criança”, título concedido pela Andi, ONG ligada à questão do menor, Lula prometeu que o então ministro Guido Mantega (Planejamento) rebateria no mesmo dia informações sobre programas sociais que, apesar de considerados prioritários, não usavam as verbas do Orçamento a eles destinadas.

Gilberto Carvalho, assessor de Lula, pegou os números e os entregou a Mantega. Por coincidência, encontrei o ministro logo depois, no próprio Planalto, e ele já tinha recebido uma cópia. Avisou que iria em seguida para São Paulo, mas me ligaria até o fim do dia rebatendo os números. “Ordem do presidente”, disse.

Pois bem. Isso foi em 16 de julho de 2004, o ano acabou, Mantega nem mais ministro é, e continuo esperando os dados que o presidente ordenou que ele me desse. Até porque, segundo Lula, toda vez que a imprensa cutucava o governo pelo uso (ou não-uso) de verbas para programas sociais, ele cobrava de Mantega — “que dizia que não era verdade”.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar correspondência recebida em meu gabinete, do Professor Marcelo Gurgel, titular e Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Ceará – UECE –, intitulada “Universidade Federal do Cariri, digo de Caruaru”.

O ilustre professor comenta na sua carta o tratamento desigual dado à região do Cariri cearense no que diz respeito à instalação da Universidade Federal do Cariri.

Neste momento passo a ler na íntegra o teor de sua correspondência:

“A Universidade Federal do Cariri, digo, de Caruaru”

O Presidente Luís Inácio, em recente visita a Caruaru, em Pernambuco, anunciou a aprovação do projeto que cria a Universidade Federal de Caruaru, que, inicialmente, contará, com 120 docentes e 2.400 vagas em diversos cursos.

Nada contra a festiva cidade pernambucana, conhecida por sua tradicional Feira, tão bem cantada pelo saudoso Rei do Baião,

Verdade ou não, os ministérios especializaram-se em produzir cartinhas para os jornais para tentar rebater os dados, sem conseguir. O fato é que há programas prioritários, há verbas disponíveis e os dois — programas e verbas — não se encontram. É o que ocorre agora, mais uma vez, com o saneamento básico.

Só falta o governo desmentir os últimos números da economia comandada por Palocci e Meirelles: o aumento de mais meio ponto na taxa de juros, que passa para 18,25% e mantém o Brasil no pódio como campeão mundial de juros reais.

Em vez de dar ordens para os ministros enviarem confusas cartinhas de desmentido para os jornais, Lula deveria determinar que eles usassem as verbas no que é de fato urgente, — como saneamento —, dessem prioridade ao crescimento econômico e desistissem do título brasileiro de campeão mundial dos juros altos.

Depois, era só torcer para que os ministros de fato obedecessem. O que nem sempre acontece.

por suas populares festividades juninas, mas maculada pelo triste episódio do tipo “*serial killer*” de uma clínica de hemodiálise. Afinal, os cidadãos desse município têm o direito de reivindicar, e suas lideranças, a obrigação de contribuir para a obtenção de melhorias para a região.

O que se reclama aqui é do tratamento desigual concedido à região do Cariri cearense. Há mais de dois anos, desde quando assumiu o mandato, o Senador Rinaldo Duarte tem desfraldado a bandeira em prol da instalação da Universidade Federal do Cariri, empunhando, solitariamente, o seu “*pilum*”, tal qual o Senhor de La Mancha, contra Moinhos, visíveis e concretos, representados pela rejeição da máquina burocrática federal ao projeto e à fraqueza dos políticos cearenses, que entravam a legítima aspiração da brava gente caririense.

Age o senador, como um obstinado, mas, sozinho, seu esforço será em vão, pois, mesmo quando a sua proposição teve o parecer desfavorável, emitido por um parlamentar petista do Paraná, ao que se sabe, nenhuma voz de prócer cearense, detentor de mandato legislativo, independente de filiação partidária, ecoou para protestar contra tal iniquidade, vindo a

merecer destaque na mídia. Caso a relatoria fosse impropriedade para a criação de uma universidade federal em Cascavel, Londrina ou Ponta Grossa, o mundo político paranaense estaria unido, anistiando diferenças ideológicas, se insurgiria contra o parecer, ainda que fosse justo e consistente, e reverteria a opinião do relator, que seria “salvo pelo melhor juízo”, as três conhecidas “letrinhas” (s.m.j.).

Quase como um João Batista, subsistindo à base de mel e gafanhotos, no deserto da Judéia, o Senador Reginaldo é uma voz que clama, não no semi-árido nordestino, pela instalação, nos verdejantes vales do Cariri, de uma universidade pública, mantida pelo governo federal, capaz de somar, e não que venha em substituição, aos recursos do ensino superior já existentes na região. Como a ele restam menos de dois anos de mandato, é bem possível que o seu papel fique restrito ao do profeta que anuncia a chegada próxima do Redentor, mas não terá os créditos da implantação da sua tão sonhada universidade, a menos que logre o concurso das lideranças políticas regionais e, por extensão, das estaduais. Causa espécie, nesse fato, saber que, nas últimas décadas, nunca houve tantos cearenses em um Ministério, e, mesmo assim, o Estado tem ficado à mingua, no tocante à captação de recursos da União.

Ressalte-se, como indicativo da falta de isonomia entre estados, que Pernambuco conquistou agora a sua terceira universidade federal, enquanto o Ceará contenta-se apenas com a Universidade Federal do Ceará (UFC) que, apesar de ser tida com uma das dez melhores universidades brasileiras, não tem esse reconhecimento espelhado no montante de recursos financeiros que aufera do governo federal. A vinda de uma nova universidade, portanto, poderia contribuir para incrementar o aporte de investimentos federais no ensino superior, reduzindo, em parte, o duro encargo do Governo do Ceará de responder, quase que isoladamente, pela formação graduada no interior cearense.

Marcelo Gurgel Carlos da Silva,

Professor titular da UECE

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, venho a esta tribuna parabenizar os repórteres de todo o Brasil pelo Dia do Repórter, comemorado em 16 de fevereiro passado. Ainda que tardiamente, não posso deixar passar em branco essa atividade profissional, das mais nobres. São eles que fazem a notícia que nos chega todos os dias. É oportuno destacar a contribuição desses arautos da democracia, que devotam a vida para disseminar o conhecimento.

Ninguém encarna melhor a liberdade de expressão do que eles, os repórteres. Em alusão à fase famosa, certa vez, o destacado jornalista Clóvis Rossi brincou: “Que me desculpem Vinícius de Moraes, os editores e redatores, mas repórter é fundamental”.

De fato, o repórter é o ator principal do jornalismo. É possível fazer jornal sem editores e redatores, ainda que o resultado seja insatisfatório. Redatores, aliás, são espécie em extinção nas redações de imprensa. Repórteres não: são imprescindíveis. Sem eles, não há relato, não há história, não há notícia. Não há jornal.

Obstinados perseguidores da verdade, pugnam, com todas as forças, por uma imprensa plural e independente. Por vezes, investem-se de advogados dos sem-voz. Em certas ocasiões, reclamar ao repórter é a única saída do cidadão para brigar por seus direitos.

Na era da convergência tecnológica, da multimídia, o papel do repórter se torna mais importante. A diversidade de meios de comunicação lança sobre espectadores, ouvintes e leitores um *tsunami* de informações. É o repórter o encarregado da delicada tarefa de filtrar e interpretar essa massa desordenada de conteúdo.

O repórter é o ourives da notícia. Lapida a informação em estado bruto e traduz em conhecimento. Desenvolve um olhar cuidadoso, arguto observador do cotidiano. Descobre o interessante no ordinário, a novidade no trivial. Às vezes, faz arte, como fizeram Euclides da Cunha, Machado de Assis e tantos outros que escreveram literatura nas páginas da imprensa.

O desafio do repórter é explicar o quê, quando, como, onde, e, sobretudo, o porquê dos acontecimentos. A verdade absoluta ninguém, nunca, a terá. Mas a bússola da objetividade deve nortear seu ofício. A imparcialidade, a variedade de ângulos é o objetivo a ser alcançado. O repórter deve buscar sempre “a melhor versão da verdade possível”, como disse *Bob Woodward*, famoso jornalista que publicou o escândalo *Watergate*, nos Estados Unidos.

Os repórteres têm a humildade daqueles que falam para serem entendidos. Revelam a correlação de fatos aparentemente desconexos. Rejeitam o hermetismo dos jargões, que segregam platéias e escondem

segredos. Preferem falar para o grande público. Porque todos têm o direito à informação e ao saber, como está consagrado na Constituição.

Para fazer jornalismo, o repórter garimpa a informação na frente de batalha. Literalmente. Quantos correspondentes de guerra não entregam a vida em busca da notícia? No ano passado, 129 foram assassinados, alerta a Federação Internacional dos Jornalistas. Infelizmente, é o maior número dos últimos doze anos. No Brasil, 6 jornalistas foram mortos em 2004, fato que continua a ocorrer mesmo depois da tragédia com Tim Lopes, morto pelo tráfico de drogas.

Os que não perdem a vida enfrentam a luta por emprego no mercado de trabalho. São os que mais sofrem com a crise dos meios de comunicação. Faltam oportunidades, faltam bons salários, faltam direitos trabalhistas. Falta um conselho profissional, como têm outras categorias, para defendê-los.

Essa abnegação é motivada pela paixão de serem testemunhas oculares da história. *In loco*, ao vivo, o repórter capta as primeiras impressões dos acontecimentos. A contribuição de seus relatos para a posteridade é reconhecida por todos. O trabalho de historiadores, sociólogos e estudiosos deve muito aos jornalistas que registraram os grandes episódios da humanidade.

Alguns não se limitam a acompanhar os fatos. De narradores, passam a ser protagonistas. A reportagem-investigativa, esse gênero recente de jornalismo, é o melhor exemplo. Os repórteres-investigativos são verdadeiros detetives da opinião pública. Com o poder de suas matérias, muitos protagonizaram casos importantes, como o citado *Watergate* e o *impeachment* do Presidente Collor de Melo no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui fazer menção aos repórteres que trabalham nas redes públicas de comunicação. Eles se entregam bravamente na disputa por corações e mentes das pessoas. Enfrentam a competição com as redes comerciais, muitas vezes desigual, o que torna mais elevado o desafio desses profissionais. Em nome dos que fazem jornalismo de interesse público, homenagem aqui os repórteres do jornal, da agência, da TV e da Rádio Senado.

Por fim, estendo as saudações a todos os repórteres do País. E cito as sábias palavras do mestre Rui Barbosa, advogado, parlamentar, diplomata e jornalista: “As grandes nações poderiam caracterizar-se pelo caráter do seu jornalismo”. Com a devida vênia, peço um aparte ao nobre Senador Rui Barbosa, mestre de todos nós, que certamente não se iria opor ao que vou dizer. O caráter do jornalismo é forjado pelo caráter de

seus repórteres. E nesse aspecto, a imprensa brasileira está bem servida.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art.

215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com

licença-maternidade, as mulheres que adotam crianças, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcial-

mente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil*.

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores*.

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

16

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

17

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

18

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

19

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

20

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

21

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Silhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

22

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

23

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.*)

Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

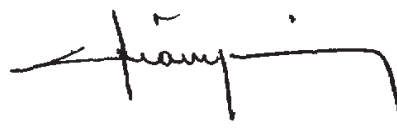
Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, César Borges
Garibaldi Alves Filho, Mão Santa e Francisco Pereira

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS

Período : 10/3/2005 07:35:01 até 10/3/2005 18:40:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
	MA	EDISON LOBÃO	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PFL	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PT	SP	EDJARDO SUPLICY	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X		PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PFL	PA	LUÍZ OTÁVIO	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						



PFL PB Efraim Morais

PMDB RS Pedro Simon



Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 126, DE 2005**

(Nº 1.266/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 290, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 4, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 268, de 12 de junho de 2003 – Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., na cidade de Paraúna – GO;

2 – Portaria nº 269, de 12 de junho de 2003 – Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., na cidade de Palmeiras de Goiás – GO;

3 – Portaria nº 271, de 12 de junho de 2003 – Portugal Comunicações Ltda., na cidade de Presidente Getúlio – SC;

4 – Portaria nº 272, de 12 de junho de 2003 – Rádio Cidade Ltda., na cidade de São José do Cedro – SC;

5 – Portaria nº 273, de 12 de junho de 2003 – Porto Santo Radiodifusão Ltda., na cidade de Paranaiguara – GO;

6 – Portaria nº 276, de 12 de junho de 2003 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Nova Cantu – PR;

7 – Portaria nº 277, de 12 de junho de 2003 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Nova Prata do Iguaçú – PR;

8 – Portaria nº 278, de 12 de junho de 2003 – Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda., na cidade de Mozarlândia – GO;

9 – Portaria nº 279, de 12 de junho de 2003 – Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., na cidade de Nova Trento – SC;

10 – Portaria nº 280, de 12 de junho de 2003 – Rádio Ouro Fino FM Ltda., na cidade de Ouro Fino – MG;

11 – Portaria nº 283, de 12 de junho de 2003 – Rádio Papanduva Ltda., na cidade de Papanduva – SC;

12 – Portaria nº 284, de 12 de junho de 2003 – Lopes & Passamani Ltda., na Santo Antônio da Barra – GO;

13 – Portaria nº 287, de 12 de junho de 2003 – Alagoas Comunicação Ltda., na cidade de Pio IX – PI;

14 – Portaria nº 290, de 12 de junho de 2003 – Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., na cidade de Itapaci – GO; e

15 – Portaria nº 291, de 12 de junho de 2003 – Lopes & Passamani Ltda., na cidade de Mara Rosa – GO.

Brasília, 6 de janeiro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 108 EM

Brasília, 26 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinouse a publicação da Concorrência nº 71/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, conclui que a Rádio Ouro Fino FM Ltda., (Processo nº 53710.000945/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzia efeito legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 280, DE 12 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000945/2000, Concorrência nº

71/2000-SSR/MC, e do Parecer CONJUR/MC nº 432, de 21 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada rege-se à pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorga em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinada dentro de sessenta dias, a contar a data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Miro Teixeira.

"CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE FREQÜÊNCIA MODULADA PARA TRANSMISSÃO DE SINAIS DE RÁDIO FM (RÁDIO ORO FINO FM) - CONTRATO Nº 000013 - RÁDIO ORO FINO FM LTDA. - EMPRESARIALIDADE LIMITADA"

REPRESENTANTE DA RÁDIO ORO FINO FM LTDA. SOCIAL Nº 000013 "RÁDIO ORO FINO FM LTDA."

Este é o texto do instrumento particular de alteração,

LISSAUS FLORENTINO FERNANDES DA SILVA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG, no. 13.200.272, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 05/02/1973, e inscrito no CIL, no. 037.150.272, residente e domiciliado à Rua Laura Oliveira de Souza, no. 70, Bairro São Juntas, na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, nascido na cidade de Amparo - SP., em 06/08/1928, filho de José Fernandes da Silva e Amélia Pereira Mendes da Silva;

LISSAUS FLORENTINO FERNANDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG, no. 13.200.272, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 05/02/1973, e inscrito no CIL, no. 037.150.272, residente e domiciliado à Rua Laura Oliveira de Souza, no. 70, Bairro São Juntas, na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, nascido na cidade de Amparo - SP., em 06/08/1928, filho de José Fernandes da Silva e Amélia Pereira Mendes da Silva;

Declara e legitima, sob as penas da lei, a Sociedade por Quotas de Interesse Coletivo denominada "RÁDIO ORO FINO FM LTDA.", estabelecida à Rua Laura Oliveira de Souza, no. 70, Bairro São Juntas, na cidade de Ouro Fino, Estado Minas Gerais, com a atividade de "INSTALAÇÃO, PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE RÁDIO AMPLITUDE DE FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE OURO FINO, ESTADO DE MINAS GERAIS, SEM COMO SEUS SERVIÇOS DE CORRELATOS TAIS COMO: ENVIOS DE MENSAJES DE MÚSICA, HABILITINA E REPETICAO E/OU ATUALIZACAO DE FONE, EXCETO PROGRAMAS ESPECIAIS PRE-GRAVADOS OU AO VIVO, SEMPRE, SEMPRE, SEMPRE, ESPECIALIDADES EDUCATIVAS, CULTURAS E INFORMATICA, TVCIBAS E BARRIDILAS, DE FIRMA A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA PAIS, ATRAVES DO APERFEIÇAMENTO INTEGRAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAIS, CONFORME BOM FELO PODER CONDECENTE DE INTERESSE COLETIVO ESPECIALIZADA QUE REDE A MATERIA", com Vantagem Social, devidamente autorizada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o no. 037.030.792-B em 21/10/1997, e alterada no no. 037.030.792-B em 11/07/2000, inscrita no CGC, no. 037.030.792/B, resolveu de comum acordo alterar o Contrato Social, cujas condições estão em este instrumento particular de alteração.

SERVICO NOTARIAL DO 1º OFICIO, OURO FINO MG RUA 13 DE MAIO, 426 SALA 3 TEL (035) 4413434 AUTENTICADO COMO ORIGINAL ESTÁ FIDELMENTE REPRODUZIDO DO LFE. OURO FINO (MG) 07 DE JULHO DE 20 00 EM TES: *2000* DA VERDADE JOSÉ EUGÊNIO M. FERRENTINO TITULAR IVONE VILLAS BOAS-DONÁ - SUBSTITUTA

SERVICO NOTARIAL DO 1º OFICIO Em: *07/07/2000* CONFIRMAÇÃO ORIGINAL

000014

"RADIO OIRO FINO FM LTDA"

"RADIO OIRO FINO FM LTDA - MINAS GERAIS"

... de R\$ 50.000,00 ...

... no ...

... em moeda ...

UNIDADE ...

... de R\$ 27.000,00

... de R\$ 7.000,00

... de R\$ 26.000,00

... constantes ...

... não tenham sido mencionadas ...

... em todo quan- ...

... a cumprir ...

... de 1997.

[Signature]

Carlos Alberto Fernandes da Silva

[Signature]

José Roberto Fernandes da Silva

TESTEMUNHAS:

[Signature]

... de R\$...

[Signature]

... de R\$...

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/07/2000
 SOB O NÚMERO: 2451069

RADIO OIRO FINO FM LTDA

Protocolo: 201430240

AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO
 SECRETARIA GERAL

SERVIÇO PÚBLICO
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO, OIRO FINO MG.
 RUA 15 DE MAIO, 426 SALA 3 TEL. (035) 441 3434
 AUTENTICADO COMO ORIGINAL ESTÁ FIDELMENTE
 REPRODUZIDO DO U.F.E.
 OIRO FINO (MG) 27 DE Julho DE 2002
 EM TES: *[Signature]* DA VERDADE

JOSÉ EUGENIO M. FERRENTINO TITULAR
 IVONE VILLAS BOAS DONÁ - SUBSTITUTA

SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO
 OIRO FINO - MG

Ivone Villas Boas Doná
 Tabeliã Subst.ª

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2005, que acaba de ser lido, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, o projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa e, em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável no momento mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa concede a palavra ao Senador Hélio Costa pela Liderança do PMDB e inscreve o Senador Paulo Paim para a prorrogação da Hora do Expediente. A seguir, o Senador Reginaldo Duarte, como orador inscrito, após o Senador Hélio Costa.

V. Ex^a, Senador Hélio Costa, dispõe de cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente saúdo os prefeitos de Minas Gerais que se encontram em Brasília, evidentemente lutando mais uma vez pelo aumento do Fundo de Participação dos Municípios.

Minas Gerais é um Estado que tem oitocentos e cinquenta e três cidades, das quais pelo menos seiscentas delas têm menos de trinta mil habitantes. São pequenas cidades que dependem diretamente da liberação dos recursos do Fundo de Participação, e o trabalho que se faz neste momento, por meio dos prefeitos, que se deslocaram de todo o Estado até aqui, é fundamental para que o Governo entenda a importância e a necessidade de aprovação desse pequeno aumento de 1% na reforma tributária.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, reporto-me ao encontro que tivemos ontem na sede do Dnit, De-

partamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, com o Sr. Alexandre Silveira, Diretor Geral daquele órgão, para tratarmos das estradas do Triângulo Mineiro – uma das regiões mais produtivas de Minas e do Brasil, onde se faz o maior esmagamento de soja de todo o Estado de Minas Gerais e, possivelmente, do País e a produção de hortifrutigranjeiros. Todo o produto do agronegócio do Brasil em Minas Gerais passa pelo Triângulo Mineiro, e as estradas estavam absolutamente intransitáveis, incapacitando praticamente o escoamento da produção.

Fizemos inúmeros contatos com o Ministro dos Transportes. Ainda ontem, depois do nosso encontro com o Dr. Alexandre Silveira, marcamos um encontro para hoje de manhã com o Ministro dos Transportes. S. Ex^a recebeu uma delegação inteira do Triângulo Mineiro, especialmente da minha cidade de Uberlândia. Ali estavam presentes senadores e deputados federais de Minas Gerais, prefeitos da região, deputados estaduais que se deslocaram e vieram até aqui exatamente para dizer ao Ministro da importância da manutenção das estradas do Triângulo, notadamente a 365, que faz ligações importantes com Uberlândia, uma das principais cidades do nosso Triângulo Mineiro, e com Uberaba. A 050, que faz a ligação Uberaba-Uberlândia, a 262, a 452, são todas estradas importantes para o escoamento da produção no Triângulo Mineiro.

Fomos informados pelo Ministro que, este ano, serão aplicados R\$700 milhões nas estradas federais de Minas Gerais. Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque é o cumprimento de uma promessa do Presidente Lula e do Governo, principalmente no que diz respeito ao Ministério dos Transportes, de poder aplicar os recursos da Cide. É muito fácil subir nesta tribuna para criticar. O Governo recebeu a malha rodoviária totalmente prejudicada. Oito anos sem investimentos; não havia sequer aquela operação simples de tapa-buracos. Hoje, depois de todo esse estrago ocorrido durante oito anos, começamos a ver os recursos da Cide aplicados nas estradas federais em Minas Gerais.

Saímos da reunião com o Ministro Francisco Nascimento absolutamente convencidos de que esta região importantíssima de Minas Gerais e do Brasil, o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, terá, sim, as suas estradas recuperadas.

Portanto, agradeço ao Ministro pela atenção em receber a delegação do Triângulo Mineiro e ao Sr. Alexandre da Silveira pela maneira como tem atendido a todas as reivindicações do nosso Estado.

Quero, ainda, nestes dois minutos finais, Sr. Presidente, fazer uma referência importantíssima sobre...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – ... um pronunciamento feito ontem à noite pelo Embaixador brasileiro Itamar Franco, na Itália, que deu uma entrevista que foi reproduzida pela Rádio CBN hoje pela manhã, dizendo que a eficiência da Itália na condução de negociações para a libertação de italianos seqüestrados no Iraque tem que ser usada pelo Governo brasileiro no caso do engenheiro João José de Vasconcelos Júnior, que é de Juiz de Fora, terra natal do embaixador Itamar Franco, e que está mantido seqüestrado desde o dia 9 de janeiro, sem notícia alguma. O embaixador deixa bem claro que o Itamaraty deveria instalar uma base operacional de libertação do engenheiro na Itália e não nos países árabes como Líbia, Jordânia e Arábia Saudita. Se ele diz isso, evidentemente, está muito bem informado porque, na semana passada, a jornalista Giuliana Sgrena foi libertada...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente.

A jornalista Giuliana foi libertada exatamente em função do trabalho da inteligência italiana, do governo italiano, e o embaixador Itamar Franco entende que, se fizermos a base de operação para ajudarmos na liberação do engenheiro João José de Vasconcelos Júnior na Itália, certamente, teremos mais possibilidades de sermos atendidos. S. Ex^a fez ainda um apelo para que o povo brasileiro se una em torno dessa causa, para que ocorram mais manifestações em prol da libertação do engenheiro. Nós já tivemos, em Juiz de Fora, uma grande manifestação. A cidade inteira está comovida com esse drama vivido pela família do engenheiro João José de Vasconcelos. Não há uma pessoa em Juiz de Fora que não se sinta sensibilizada com a situação que está vivendo a família do engenheiro. Assim, o embaixador faz um apelo para que outros setores da sociedade civil se manifestem, para que possamos trazer de volta ao País o engenheiro João José de Vasconcelos Júnior.

Da mesma forma, em nome de Juiz de Fora, do Prefeito Bejani, da família do seqüestrado, agradecemos ao Senador Eduardo Suplicy pelo esforço que tem empreendido, inclusive pela manifestação em São Paulo, que contou com a participação da sociedade civil. Gostaríamos que o Brasil inteiro também se manifestasse.

É por essa razão que subo, pela terceira vez, à tribuna para fazer este apelo ao Brasil inteiro. Vamos fazer manifestações de apoio à libertação do engenheiro João José de Vasconcelos, que é da nossa querida Juiz de Fora, em Minas Gerais, e que desde o dia 9 está desaparecido, seqüestrado que foi no Iraque. Precisa-

mos fazer tudo para que ele retorne, são e salvo, para a sua família, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece ao eminente Senador Hélio Costa pela contribuição.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança da Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a será atendido após a Ordem do Dia, com apoio no art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, que dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer à tribuna uma inquietação que hoje é de muitas pessoas, preocupadas com mais uma ameaça que paira sobre o que nós todos, brasileiros, desejamos: uma cultura da paz, que foi tratada no Congresso Nacional com muita atenção, num trabalho coletivo das duas Casas, das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares, que aprovaram aqui, por duas vezes, o Estatuto do Desarmamento.

São jornais, são *e-mails* que recebemos, são entidades que visitam esta Casa, como ontem aconteceu, quando estiveram diversas entidades representativas da nossa sociedade em reunião com o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros. Todos estão muito preocupados com o que está acontecendo em relação ao Estatuto do Desarmamento, mais especificamente ao referendo sobre a proibição da comercialização de armas, previsto para outubro deste ano.

Não é à toa que essas pessoas recorrem ao Senado. Como eu disse, foi um trabalho coletivo. Todos participaram dos debates e da aprovação do Estatuto do Desarmamento, que, na verdade, foi uma solução avançada para o problema da violência social. O Senado foi vanguarda dessa crença. Acredito que todo o País tenha ganhado, e o Brasil dá um exemplo para o mundo.

O Estatuto do Desarmamento, só para qualificá-lo, instituiu penas rigorosas para o porte ilegal de arma, tipificou o contrabando, valorizou a participação da sociedade e colocou o Brasil no ápice da defesa da vida.

Entretanto, aquele texto que o Senado conseguiu manter, apesar de todo o *lobby* feito nesta Casa, contém dispositivo que convoca para outubro esse referendo, para que a sociedade possa, democraticamente, decidir sobre o fim definitivo da comercialização de armas no Brasil.

Esse decreto legislativo foi feito, convocando o referendo. Foi aprovado nesta Casa, com o apoio dos Srs. Senadores. O Presidente Renan Calheiros foi aquele que primeiro colocou a sua assinatura. Portanto, o Senado cumpriu o seu dever.

No entanto, o projeto, que chegou em junho do ano passado à Câmara dos Deputados, desde então não avança, pois está na primeira Comissão onde pousou.

Agora, aproxima-se o mês de outubro. Entramos praticamente em uma contagem regressiva e não estamos verificando ainda uma perspectiva de votação rápida desse projeto de decreto legislativo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois daquela importante vitória, hoje o clima no País é de preocupação com relação ao futuro do Estatuto do Desarmamento, que, acredito, corre o perigo de ser desmoralizado, porque, mais uma vez, o *lobby* daqueles que defendem a indústria de armas, o armamento, faz-se forte na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, lamentavelmente, o Governo está desarticulado, pois não consegue, junto à sua base, identificar as prioridades das votações na Câmara dos Deputados, e uma delas, acredito, seria exatamente o decreto legislativo convocando o referendo.

Infelizmente, é preciso que se diga, a título de alerta, que o Governo também optou por um desarmamento – é bem verdade –, mas um desarmamento em que, simplesmente, aqueles que estavam portando arma ilegal tiveram o direito de restituí-la à Polícia Federal, recebendo, inclusive, um valor pecuniário. Essa é, porém, uma parte muito pequena do Estatuto do Desarmamento.

Esperava-se que o Governo promovesse ações efetivas de desarmamento, principalmente em relação ao armamento que está na mão do criminoso, à arma ilegal que está sendo utilizada para o crime; que fizesse nos locais de conflitos, nas cidades e no campo, batidas e barreiras; e que procurasse efetivamente desarmar aqueles que se estão utilizando de uma arma ilegal, de origem ilegal, para praticar crimes contra a própria sociedade.

Infelizmente, Sr. Presidente, nada disso aconteceu. O Governo se limitou a esperar a devolução de armas das pessoas que as portavam ilegalmente e que, de boa-fé, resolveram devolvê-las. É claro que o marginal não vai fazer isso. Essa é uma ação coerci-

tiva, e não houve uma campanha do Governo nesse sentido. Não se viu a Polícia Federal ou o Governo Federal articular com as Polícias estaduais, civil e militar, no sentido de fazer este tipo de ação: barreiras e batidas policiais.

Ninguém sabe até hoje, por exemplo, Sr. Presidente, o destino das armas exportadas para o Paraguai e que retornam ilegalmente para o Brasil. O Governo não conseguiu mostrar nem mesmo que conseguiu acabar com os grandes desvios de munição e armamento de origem militar, que freqüentemente se noticia como desfalque nos arsenais das três Armas. São desviadas para o crime organizado, sem sombra de dúvida.

As pessoas se perguntam: será que só o cidadão devolverá a sua arma?

Então, o Estatuto do Desarmamento tem, na verdade, utilização parcial. Seria necessária uma ação muito mais enérgica por parte do Governo Federal. Essa negligência aparece até mesmo no triste espetáculo que há pouco estareceu o País, patrocinado por um juiz de Direito que assassinou um segurança de modo vil perante as câmeras de um supermercado, como foi do conhecimento de todos. Isso aconteceu, Sr. Presidente, porque a Polícia Federal expediu ofício, no final de dezembro do ano passado, recomendando a todos os delegados do País a dispensa a magistrados e integrantes do Ministério Público dos testes psicológicos para aquisição de armas de fogo e mesmo do pagamento da taxa de R\$300,00 para o registro da arma. Quer dizer, criamos uma categoria especial. E aí a lei é relaxada.

Alegou-se precedência das leis do Judiciário que regem essas categorias. Ora, que juízes e procuradores fossem lutar pelos seus privilégios nos Tribunais! Não cabia à Polícia Federal cometer esse relaxamento. Não se entende por que a Polícia Federal cedeu nesses interesses, tomando uma decisão que afronta o próprio Estatuto do Desarmamento. Será que o Ministério da Justiça foi consultado e concordou com essa posição?

Diante desse quadro de desalento e de omissões, já se detecta o próprio enfraquecimento no apoio popular pelo fim desse comércio de armas e, talvez, até na adesão à proposta do desarmamento e da cultura de paz.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que voltemos a nos mobilizar. Os assassinatos gratuitos como aquele do vigilante, motivados por circunstâncias bestiais, fúteis, não acontecem sem o acesso fácil a uma arma. Não existe arma do bem e do mal; a arma serve sempre para tirar uma vida humana.

Esta é uma conclusão em favor do desarmamento da população, principalmente daqueles que estão portando arma ilegal para afrontar a sociedade.

As próprias estatísticas mostram isso, com a redução dos assassinatos entre pessoas comuns. Houve um grande avanço. Entretanto, a população tem o direito de cobrar do Governo Federal a redução das armas nas mãos de bandidos e a redução das estatísticas dos crimes de latrocínio e tráfico.

A luz vermelha está acesa para todos os que querem a plena execução do nosso Estatuto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por isso, parabeno o Presidente Renan Calheiros. Vi com satisfação a decisão de S. Ex^a de colocar a estrutura de comunicação do Senado disponível para defender a realização do referendo.

Também apresentarei projeto de lei restringindo as excepcionalidades do Estatuto do Desarmamento, revendo as prerrogativas que restaram e explicitando que todos os distinguidos com porte profissional terão necessariamente de cumprir as exigências impostas ao cidadão comum, como o psicoteste periódico, por exemplo.

É preciso voltarmos a nos engajar em defesa da cultura da paz para restaurar o prestígio – que foi arranhado – do Estatuto do Desarmamento, e é preciso que o Governo possa, efetivamente, reorientar-se sobre esse assunto. O desejo é que, por meio de ações objetivas e coercitivas, ele lidere o desarmamento da marginalidade neste País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Que o Governo Federal fortaleça o Estatuto, começando por se empenhar pela aprovação do decreto legislativo que convoca o referendo, com a mobilização de sua base na Câmara dos Deputados, mas também aplicando as prescrições do Estatuto do Desarmamento na sua integralidade, usando a lei contra o contrabandista de armas, contra o servidor público corrupto e no combate ao uso de armamentos que são exclusivos das Forças Armadas.

Na Antiguidade, Sr. Presidente, a guerra fazia parte da ordem natural das coisas, tanto assim, que os latinos cunharam a frase “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Hoje, a humanidade não aceita mais a beligerância como a ordem natural das coisas.

Entre os países, os acordos eliminam as armas nucleares e estratégicas em favor da própria sobrevivência da humanidade. E, entre nós, Sr. Presidente, as sociedades também eliminam as armas em busca de uma etapa superior na relação entre os homens.

É nessa etapa que o Brasil chegou e espero que não tenhamos retrocesso nessa caminhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a contribuição do eminente Senador César Borges.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna tratar de assunto tão previsível quanto traumático da realidade brasileira e, sobretudo, da vida dos nordestinos: a seca. Motivo de estudos, esse fenômeno, que fala por si só, encontra na literatura a seguinte classificação: “Fenômeno climático natural ocorrente em diversas regiões do planeta. Reduz a precipitação pluviométrica considerada normal num intervalo de tempo que abrange dias, meses, anos”.

Diferentemente de outras catástrofes naturais, como ciclones, terremotos e inundações, a seca se estabelece gradualmente. Esse processo gradual, e mesmo previsível, diferentemente do que o senso comum poderia supor, não é, ainda hoje no Brasil, motivo para a adoção de políticas que tenham efeito de mobilização preventiva e duradoura.

É por essa razão, Sr^{as} e Srs. Senadores, que hoje venho a esta tribuna, para despertar em V. Ex^{as} a necessidade de tomarmos medidas que contribuam para minorar os impactos perversos da seca em nosso meio ambiente, agricultura e nas condições socioeconômicas das populações diretamente atingidas.

O meu apelo é para que não deixemos, mais uma vez, que a seca se instale de forma definitiva e seus efeitos se tornem irreversíveis, para, só então, tomarmos as medidas de apoio ao sertanejo. Que não deixemos que, mais uma vez, milhares de agricultores percam a sua produção e que suas famílias passem fome e abandonem suas terras para, só a partir de então, começarmos a imaginar alternativas para amenizar esse sofrimento. Alternativas, aliás, que têm efeitos meramente paliativos e momentâneos.

Sabemos que todos os anos se repetem as mesmas ações: carros-pipas, cestas básicas, frentes de trabalho. Nada disso mudou ou mudará de forma definitiva a situação dessas famílias e das áreas atingidas. No entanto, a Administração Pública tem de ser ágil, pois sua ação tem de ser anterior à perda da esperança da família do sertão.

Temos, senhoras e senhores, elementos científicos suficientes para nos anteciparmos. Previsões realizadas por institutos de meteorologia nacionais e internacionais apontam para uma forte estiagem no

Nordeste nos meses de março e abril. As previsões de redução dos índices pluviométricos realizadas pela Funceme, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, para os meses de janeiro e fevereiro, se confirmaram.

Os efeitos da redução das chuvas nos meses de janeiro e fevereiro já se fazem sentir. Quem plantou já perdeu a lavoura. Para o sertanejo, a perda do primeiro plantio é um sinal claro de seca e de fome para os próximos meses.

Só no Ceará, pelo menos 39 Municípios já se encontram em processo de avaliação da situação de emergência e demandam serviços de carro-pipa.

No Cariri, as perdas das sementes cultivadas já ultrapassam 50%.

Apontado como um dos maiores produtores de feijão, o município de Brejo Santo deve repetir a mesma situação do ano de 2004, quando a perda da colheita do milho e do feijão foi total.

Para o período de março a maio, estudos da Funceme alertam para a alta probabilidade da ocorrência de chuva ficar abaixo do nível normal no Estado do Ceará.

Atualmente existem condições técnicas e institucionais para que seja realizado monitoramento diário das condições oceânicas e atmosféricas que influenciam diretamente o regime de chuvas.

Temos, portanto, instrumentos científicos capazes de orientar-nos na adoção de medidas o mais rápido possível. Então, por que esperar que o caos se instale? Se os institutos de meteorologia são capazes de prever, com bastante precisão, a intensidade das chuvas por região, por que não nos apoiamos nesses estudos para identificarmos, desde já, as famílias que serão atingidas e anteciparmos a nossa ação?

Sabemos que a cada seca são atingidas cerca de 1,5 milhão de famílias.

Não precisamos inventar nada, pois existe um conjunto de programas no âmbito do Governo Federal. Por que não dinamizarmos a execução de programas que dão prioridade exatamente às famílias mais carentes do semi-árido? Nesse conjunto encontram-se programas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, como o Pronaf, o Bolsa-Família, o tão propagado Fome Zero – que teve como meta inicial atender exatamente essas famílias – e o Seguro-Safra, que tem como objetivo conceder um benefício para os pequenos agricultores rurais que sofreram frustração de safra.

Por que o Governo Federal não tira do papel o Pronaf-Mulher? O próprio Presidente da República, em pronunciamento realizado no Congresso da Contag em Brasília no último dia 28, afirmou que essa extensão do Pronaf às mulheres é fundamental para o fortaleci-

mento da renda dos pequenos agricultores, mas que infelizmente encontra dificuldades para sair do papel, pois os trâmites burocráticos não deixam. Vamos cobrar do Governo Federal agilidade na implementação do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais.

Senhoras e senhores, como vemos, não é por falta de programas que deixaremos de atender essas pessoas. No entanto, o que assistimos, ao contrário, é à insatisfatória execução dos programas que podem contribuir para uma convivência menos penosa com o fenômeno da seca.

Apenas para citar alguns exemplos, em 2004, a execução do Bolsa Família (unificação do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação), só atendeu, em todo o País, cerca de 1 milhão de novas famílias, além daquelas que já eram atendidas pelos demais programas de transferência de renda antes existentes.

Faço aqui um parêntese, no final de 2002, o Bolsa-Escola, sozinho, já atendia mais de 5 milhões de famílias.

O Pronaf, principal programa para atender os pequenos agricultores rurais, teve em 2004 uma execução orçamentária de menos de 5%.

Da meta de 1 milhão de cisternas rurais em quatro anos, só 30 mil foram construídas até o momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as políticas públicas sociais existentes, se bem administradas, são um importante instrumento para minorar a situação de penúria na qual se deparam as nossas famílias nordestinas. O problema que hoje enfrentamos, tanto em situações normais como de calamidade, não é de falta de recursos, mas sim de uma boa gestão dos mesmos.

Faço aqui um apelo aos nossos Ministros, principalmente aos Ministros Ciro Gomes, Patrus Ananias e a Miguel Rossetto, no sentido de que se antecipem aos problemas já de muito conhecidos.

Finalmente, faço um apelo ao Senhor Presidente da República, que, em recentes declarações, afirmou que o seu governo ainda não começou. Senhor Presidente, comece logo a governar e comece pelo Nordeste, região que Vossa Excelência, mais do que qualquer um de nós, conhece muito bem e, como outros milhares de nordestinos do sertão, já sentiu na própria pele os efeitos perversos da seca, sobretudo na estrutura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência agradece a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, como Líder da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para uma missão da qual tenho realmente muita honra: a de prestar homenagem a um autêntico homem público brasileiro, em toda a sua inteireza, o Professor Doutor Raul Machado Horta.

A Ciência Jurídica brasileira contou, até o dia 2 de março de 2005, com a presença entre nós de um dos seus maiores expoentes que, ao deixar naquele dia o convívio humano, nos legou obra jurídica de inestimável valor intelectual.

Talvez não ficasse bem com seu perfil e personalidade, de finíssima descrição, afirmar que foi um dos maiores constitucionalistas de seu tempo. Mas seus discípulos e admiradores ficam perfeitamente à vontade para dizer, sem qualquer dúvida, que nenhum outro foi melhor do que ele.

Nascido em 1923 e casado durante mais de cinquenta anos com Maria Regina Campos Horta, filha do saudoso Senador Milton Campos – que abrilhantou esta Câmara Alta durante dois mandatos como representante de Minas Gerais –, Raul Machado Horta seguramente teve no sogro o modelo com o qual sempre demonstrou grande afinidade.

Titular da cadeira de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a PUC, fez na primeira – a nobre Casa de Afonso Pena – trajetória de extraordinário brilhantismo.

Bacharel em 1946, alguns anos mais tarde tornou-se Doutor e Livre Docente da cadeira de Direito Constitucional, defendendo teses perante eruditas bancas examinadoras. Ao seguir sua vocação para o magistério, conquistou em memorável concurso público o posto de Professor Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse concurso, registre-se, obteve uma das maiores médias de aprovação em toda história acadêmica dessa tradicional escola.

Além de servir com insuperável e exemplar padrão ao magistério superior, atividade que exerceu com prioridade, atendia paralelamente constante procura de vasta clientela, emitindo pareceres acatados em

todas as áreas jurídicas, especialmente pelo sumo Poder Judiciário. Foi, durante longos anos, consultor jurídico da Companhia Belgo Mineira.

Por nomeação do Presidente da República, em 1986, compôs a Comissão de Estudos Constitucionais, que elaborou o anteprojeto da Constituição Federal de 1988.

Ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco prestou assessoria especial, quando aquele ilustre Parlamentar foi Presidente da Comissão de Sistematização, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988.

Em 1995, participou da Comissão Especial para Reforma da Legislação Eleitoral, constituído pelo Ministro Carlos Mário Veloso, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço, na realidade, eminentes Pares, uma breve síntese do que foi a vida de tão ilustre jurista mineiro, que legou ao Brasil, em suas obras, inesgotável fonte de estudo do Direito Constitucional do Brasil e do mundo, profundo que era das constituições de muitos países.

Membro do Instituto Ibero-Americano de Derecho Constitucional, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Mineira de Letras, seu perfil ajusta-se perfeitamente a esta condição e, como são chamados os acadêmicos, o Professor Raul Machado Horta, para os que o conheceram e tiveram o privilégio de com ele conviver, será sempre um imortal.

Sr. Presidente, além de fazer essa homenagem ao professor Raul Machado Horta, registro a notícia, em todos os jornais nacionais de hoje, de que o Brasil perdeu novamente posições no *ranking* das Nações no uso de Tecnologia da Informação. Esse assunto já me trouxe a esta tribuna por mais de uma vez.

Relatório do World Economic Forum, que avalia o uso de Tecnologia da Informação em vetores de crescimento e melhoria da competitividade de um país, divulgado em 9 de março, mostra que o Brasil era o 41º colocado, mas caiu para 46º na pesquisa.

A lista da América Latina permanece com o Chile na liderança, na 35ª posição, perdida pelo Brasil em 2003, e tem o México na 60ª e a Argentina na 76ª.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de três minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O relatório avaliou 104 nações e concluiu que os países da América Latina perdem posição porque possuem “um ambiente regulatório fraco para o desenvolvimento do setor, um sistema administrativo e burocrático

pesado, baixa priorização do desenvolvimento junto aos governos, baixa penetração da Internet e êxodo de pessoas qualificadas”.

Quem sabe pode ser um consolo a este Governo que aí está o fato de que os Estados Unidos também caíram da liderança na edição anterior, ocupando a quinta posição.

Cingapura está em primeiro, seguida de Islândia, Finlândia e Dinamarca. Hong Kong e Japão figuram, pela primeira vez, entre os dez primeiros. A lista tem a Índia, notável como desenvolvedora de *software*, na 39ª posição, e a China, na 41ª. O Brasil era o 41º e caiu para 46º, portanto, atrás da Índia e da China.

Analisa o prestigioso jornal que Cingapura destacou-se pela qualidade no ensino da Matemática, por custos de tecnologia acessíveis e pela prioridade de Tecnologia de Informação nos planos de governo.

Governo a administração pública não poderiam ser deixados de fora dos benefícios que resultam dessas inovações. O Brasil avançou no governo eletrônico e em questões ligadas à certificação eletrônica. É importante que o Governo Lula dê continuidade a essa política e que o Brasil saiba utilizar bem a tecnologia da informação. O combate ao crime será muito mais fácil, se tivermos a tecnologia ao nosso lado. Se nossas crianças conhecerem novas tecnologias, se conhecerem o computador, evidentemente terão melhores condições de enfrentar o mercado de trabalho.

Mais de uma vez estive aqui reclamando do FUST – Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações, que chega perto de R\$4 bilhões. Ele está guardado, continuamos sem utilizá-lo. Nosso objetivo era, exatamente, a informatização das escolas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o discurso é mais longo. No entanto, não apenas por ser da área, mas como Senador, como representante de Minas Gerais, tenho a obrigação de fazer o alerta de que o Brasil mais uma vez caiu no *ranking* das nações no uso de Tecnologia de Informação e irá perder espaço em uma área muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao ilustre Senador Paulo Paim por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, cumprimento a Senadora Serys Shessarenko pela sessão de homenagem às mulhe-

res realizada, nesta Casa, na parte da manhã, com brilhantismo ímpar, com a presença, inclusive, da Primeira-Dama do País, Srª Marisa Letícia, a quem tive a alegria de cumprimentar.

Estiveram presentes, ainda, a esposa do Vice-Presidente, Ministras de Estado, Senadoras, Deputadas e demais convidadas especiais, destacando-se as cinco homenageadas, entre elas, Rozeli, que eu tive a alegria de ter indicado.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, o assunto que me traz à tribuna é a Comissão Mista que propus ao Congresso Nacional para debater de forma definitiva uma proposta de salário mínimo. Antes falarei rapidamente da PEC paralela, cuja aprovação cobrei tantas vezes neste plenário, questionei o Governo, e da qual V. Exª foi relator, o Senador Tião Viana.

Confesso que sou muito teimoso e, como tal, fico aqui no Senado mas acompanhando o trabalho da Câmara. Ontem, acompanhei noite a dentro o debate da PEC paralela na Câmara. E vi, com uma certa tristeza, representantes do Governo irem à tribuna para dizer: “Vamos votar, enfim, a PEC paralela, mas não vamos incluir setores que não constavam do acordo feito no Senado”. Assim fica ruim e desmoraliza até mesmo nós que cobrávamos tanto do Governo.

Setores que não foram incluídos no acordo, para o qual houve um amplo entendimento com o Governo e este Plenário, agora, querem forçar a barra e serem incluídos na PEC paralela. E, assim, não se vota nada.

Hoje pela manhã, na sessão solene do Congresso, recebi um abraço dessa senhora de cabelos brancos sentada na tribuna de honra, que me perguntou como estava a situação da correção dos benefícios para aposentados e pensionistas. E lembrei-me que, ontem, vi na galeria da Câmara centenas de homens e mulheres – principalmente mulheres – de cabelos brancos, na busca da aposentadoria da dona-de-casa, que está contemplada na PEC paralela. No entanto, não foi votada, por causa do impasse provocado pela tentativa de incluir uma ou mais categorias que não estavam incluídas no acordo do Senado.

Não quero entrar no mérito de se é justo ou não. Entendo até que essas categorias podem vir a ser incluídas em um outro momento, quando, provavelmente, estarei de acordo, mas esta não é a oportunidade. Se incluirmos agora, seremos cobrados por isso. E, então, para cumprirmos o acordo, teremos que retirá-las e a matéria retornará à Câmara. E isso não ajuda.

Então, faço um apelo, em nome de homens de mulheres, de milhões de brasileiros que estão na expectativa da aprovação da PEC paralela: vamos respeitar o acordo feito aqui. Não há como incluir outros setores. Senão, nós, que temos toda razão de cobrar,

perderemos a razão, porque estaríamos rompendo o acordo firmado e que nos deu força para fazer um grande debate em nível nacional e essa mobilização pela PEC paralela.

Deixo, então, esse apelo, com todo respeito às categorias que não estavam contempladas nesse acordo, para que façamos o debate adequado em uma nova emenda constitucional, mas vamos respeitar o que foi acordado e aprovado no Senado Federal.

Percebi, também, Senador Tião Viana, pelos debates travados, que o subteto desapareceria. Qual Governador, de qual Partido – seja do PT, do PFL, do PSB, do PC do B, do PDT, do PPS –, não quer o subteto? Todos os Governadores querem o subteto. Se, ontem, tivessem aprovado uma emenda, o subteto teria sido extinto. Entretanto iriam contemplar um ou outro setor que não estavam no acordo do Senado.

Faço esse apelo de forma respeitosa, própria de quem conhece aquela Casa e lá trabalhou durante 16 anos. Conheço a boa intenção dos Deputados no sentido da aprovação da matéria. Mas o meu medo é que, com a pressão muito grande dos Prefeitos – e concordo com a aprovação da reforma tributária, que garantirá um aporte de recursos maior para os Prefeitos –, daqui a pouco, digam o seguinte: “Deixem a PEC paralela de lado, porque interessa apenas a trabalhadores aposentados e vamos votar a reforma tributária.” Assim, atendem aos Prefeitos e, novamente, os trabalhadores marcham.

O bom senso manda: votem a PEC paralela e, em seguida, votem a reforma tributária. Se não me engano, há um acordo já firmado entre os Governadores, Prefeitos e o Governo Federal. Mas o que não é possível é deixar de lado a PEC paralela e votar somente a reforma tributária.

Senador Romeu Tuma, concederei um aparte a V. Ex^a, que tanto trabalhou nesse tema. Essas são as minhas preocupações. Vamos respeitar o acordo firmado aqui, sem prejuízo de outros setores, que porventura não foram contemplados, mas que podem sê-lo em um segundo momento.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, em todo esse tempo, V. Ex^a e o Senador Tião Viana devem ser os Senadores mais angustiados desta Casa em relação à PEC paralela. Senti, a época, que o Senador Tião Viana queria atender a algumas reivindicações de categorias profissionais que conhecíamos e que estavam sendo prejudicadas, mas foi praticamente impedido, muitas delas por pressão dos próprios Governadores. Temos que ser honestos, baseados nas informações que recebemos do Relator Tião Viana. Aí surgiu a PEC paralela. Senador César

Borges, eu, sinceramente, dentro do espírito cívico de acreditar no Brasil, não acreditei muito e votei conforme minha consciência e os compromissos que tinha com as categorias que me receberam em São Paulo de todos os profissionais de Estado, do Município e da União. Mas entendo que seria má-fé, uma coisa indecorosa, a falta de respeito a esse acordo que V. Ex^a endossou. O Senador Tião Viana foi o autor dessa PEC paralela, que abrangia provavelmente o acordo com o Governo. Não houve nada que pudesse desrespeitar o Governo. Hoje recebi uma comissão de delegados profundamente angustiados com essas discussões, que foram suspensas. Não podemos permitir isso, Senador. Manifesto o meu respeito a V. Ex^a e ao Presidente, pela luta que tiveram e espero que os membros da Câmara Federal – não falo nem em Governo –, aceitem o compromisso firmado e votem a favor da PEC como saiu daqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Romeu Tuma, não esperava outra posição de V. Ex^a, que, de uma forma ou de outra, também ajudou a construir esse grande entendimento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Paulo Paim, associe-me ao discurso de V. Ex^a e também a esse apelo para que, enfim, seja aprovada a PEC paralela. Entendo que modificar o acordo feito não é, efetivamente, a melhor forma de se chegar ao desiderato que esta Casa teve ao fazer a PEC paralela. Mas não posso deixar de registrar que estamos esperando há, praticamente, dois anos. O Senador Tião Viana assumiu um compromisso pessoal com a PEC paralela; V. Ex^a demonstrou sua boa-fé na PEC paralela e convenceu a tantos os Srs. Senadores, inclusive eu, a votar favoravelmente a reforma da Previdência, acreditando na aprovação da PEC paralela. Mas já se passaram dois anos e o Governo, que tem maioria e poderia votar se tivesse interesse, não vota a PEC paralela, nem a reforma tributária. Faço esse registro, deixando o meu apoio ao seu apelo e ao seu discurso. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senador César Borges. Ontem fiquei angustiado porque eram necessário 308 votos e já estava em 306, faltavam apenas dois votinhos para sair do impasse daquele destaque e a sessão foi encerrada porque não houve **quorum**, houve obstrução.

Então o apelo que faço é que votemos a PEC paralela nos moldes do acordo realizado no Senado, sem incluir outras categorias. Todos nós também de-

fendemos os interesses das corporações, mas, neste momento, isso é impossível. No futuro, vamos fazer outro debate.

Para concluir, Senador Tião Viana, eu gostaria que V. Ex^a recebesse também um outro pronunciamento, em que faço uma cobrança à Câmara dos Deputados.

Em uma sessão do Congresso, por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... Deputados e Senadores, Líderes do Governo e da Oposição, todos concordaram em formar uma comissão mista pela qual definiríamos, não o salário mínimo deste ano, que já está praticamente definido, eu diria – e ele deve ser estabelecido conforme o acordo indiretamente já firmado –, mas, de uma vez por todas, definiríamos a política para o salário mínimo e também para os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Aqui, no Senado, todos os partidos indicaram um representante – repito: todos. Não houve um partido no Senado que não tenha indicado um representante para essa comissão mista. A Câmara dos Deputados, todavia, ainda não o fez. É essa comissão que vai formular uma política permanente para o salário mínimo e também para os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

O discurso por escrito que encaminho à Mesa traz essa argumentação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, um último aparte. Quero só testemunhar a luta que V. Ex^a travou a favor da aprovação da PEC. Quanto à emenda dos portadores de deficiência, eu queria lembrar que ela também era de minha autoria. Ela foi acatada na PEC paralela; o Ministro esteve conosco, assumiu o compromisso. Porém, a emenda também está pendente por não ter sido votada na Câmara.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concorde com V. Ex^a.

Ainda ontem, falava-se dos portadores de deficiência, que me visitaram e cobraram a aprovação da PEC com a emenda de V. Ex^a. Falavam da redação dada por V. Ex^a, de que aqueles que têm doenças incapacitantes e que recebem até um determinado limite não pagariam os 11%. E, hoje, ainda, alguns idosos aposentados por invalidez me cobravam: “Vou continuar pagando os 11%?” Eu disse: “Depende da aprovação da PEC paralela”.

Todo esse universo de pessoas que se aposentaram pelas chamadas doenças incapacitantes não

pagarão os 11% se receberem até um determinado limite, o que entendi ser razoável.

Concluo com esta frase – o apelo é de todos nós: que efetivamente a Câmara aprove a PEC paralela!

Há uma declaração do Presidente Renan Calheiros, dizendo o seguinte: aprovada, nos moldes do acordo firmado aqui, o Senado votará de imediato a matéria em dois turnos.

Esse é o apelo que fica para a Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui, novamente, no sentido de encontrar uma forma viável de dar fim à duradoura e incansável batalha do salário mínimo.

Apesar de ter sido veiculado na imprensa o valor de R\$300,00 para o mínimo, não chegou ao Congresso a proposta oficial do Governo Federal com o novo valor e com a política de recuperação do valor do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ter dos senhores a certeza de que não mediremos esforços para que possamos encontrar a melhor proposta para o trabalhador.

Gostaria de salientar que foi aprovada no âmbito do Congresso Nacional a proposta de minha autoria, de criação de uma Comissão Mista para apreciação de todos os projetos que versam sobre o Salário Mínimo que tramitam em ambas as Casas.

Já foram indicados os membros aqui no Senado Federal, faltando somente a indicação dos membros na Câmara dos Deputados, para que a mesma inicie seu funcionamento. Contribuirão com esta Comissão, parlamentares, sindicalistas, representantes do Governo Federal, empresários e representantes dos aposentados.

A finalidade desta Comissão é de criar uma política permanente de atualização do salário mínimo.

É nesse foro privilegiado que pretendo ver debatido exaustivamente o Projeto de Lei nº 200, que apresentei em 2004 para vigorar no presente exercício. A proposta garante um salário mínimo de R\$300,00 mais o dobro do PIB (Produto Interno Bruto); estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Este debate do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas tem que ser enfrentado, caso contrário no máximo em 10 anos todos estarão recebendo somente 01 salário mínimo.

O que será uma grande injustiça com aqueles que, ao longo de suas vidas pagaram contribuições entre 02 e 20 salários mínimos.

A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica em minha vida pública. Essa tem sido uma luta permanente a qual não abandonarei até que tenhamos um salário mínimo justo, capaz de atender as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como preceitua a nossa Constituição Cidadã!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos têm conhecimento da minha posição quanto ao tamanho do Poder Legislativo brasileiro.

Em 2003, quando aqui cheguei, apresentei uma proposta de emenda à Constituição – aliás, três, que tratavam de forma correlata do mesmo assunto, a saber: as de nºs 51, 52 e 53, que se referem exatamente à reforma do Estado brasileiro. De forma muito clara, precisa, há nela uma proposta no sentido de diminuir o tamanho do Parlamento brasileiro, a partir do Senado Federal, passando pela Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Portanto, sou favorável à diminuição.

Esta Casa pode funcionar muito bem tendo como representantes dois Senadores apenas por Estado. A Câmara, em vez de 513 deputados, 396; e cada assembleia legislativa diminuiria 25%, assim como as câmaras de vereadores.

Dito isso, trago um fato que é do conhecimento de todo o povo brasileiro, algo que me parece discriminatório e até odioso em relação aos vereadores deste País. Por que discriminar apenas os vereadores? Aliás, não defendo a discriminação de nenhum segmento da política brasileira. Mas por que a discriminação exclusiva dos vereadores?

Esta Casa, no ano passado, votou proposta de emenda à Constituição, vinda da Câmara dos Deputados, que discriminava; discriminava por tratar apenas da questão dos vereadores, do número, do universo de vereadores nas mais de cinco mil câmaras deste País.

Entendo que essa matéria deve ser tratada com muita seriedade, da forma mais ampla e profunda possível, envolvendo, forçosamente, os três níveis do

Legislativo brasileiro, e não apenas, de maneira caolha, míope, discriminatória e odiosa, as câmaras de vereadores do País.

Hoje temos município de grandeza “A”, de categoria “A”, e município de categorias ou grandezas “B” e “C”, assim ocorrendo também com os Estados. Sim, porque a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no ano passado – diga-se: decisão inconstitucional, por vários e vários aspectos –, traz essa distorção hoje, Sr. Presidente, exatamente porque, ao se fixar, ao arpejo da lei e da Constituição, número de membros no parlamento municipal, nos diversos municípios do País, hoje, com o resultado eleitoral, inúmeros deles se insurgiram contra a resolução.

Em inúmeros municípios neste País, juízes de direito ou eleitorais, por meio de decisões liminares, autorizaram mais posses que o número estabelecido pelo TSE – e não apenas os municípios. Há notícia também de que o próprio Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco adotou posição idêntica. Ou seja: no País, há Estados adotando uma norma nesse sentido e outros, normas diferentes, segundo a compreensão do Tribunal Superior Eleitoral. Ora, municípios adotando comportamento idêntico.

Venho à tribuna com o objetivo de fazer um apelo ao Supremo Tribunal Federal, a S. Ex^a o Sr. Presidente, ao Ministro Relator de inúmeras ações que tramitam na mais alta Corte de Justiça do País, para que, com uma única decisão, tranquilizem, restabeleçam a segurança jurídica quanto à aplicação da norma.

É preciso que se diga que a norma do Tribunal Superior Eleitoral é flagrantemente inconstitucional, não apenas diante do que estabelece o art. 16 da Constituição Federal, que dispõe que “a lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua edição”. Ora, a decisão foi baixada no ano passado para a eleição do mesmo ano, descumprindo flagrantemente a norma citada. E a inconstitucionalidade que entendo ainda mais gritante é a ofensa ao art. 29 da Carta Magna, onde, no inciso IV, fixa-se o número de vereadores, estabelecendo os limites para a fixação, definidos pelas Leis Orgânicas dos diversos Municípios. Não se trata de matéria eleitoral, mas constitucional.

O Tribunal Superior Eleitoral agiu fora de sua competência, porque o Código Eleitoral, no art. 23, diz:

Compete ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:

(...)

IX – expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código.

Ora, o Código Eleitoral estabelece a competência para que o TSE emita as suas instruções, o que é feito pela decisão colegiada, em forma de resolução. No entanto, diz, expressamente, que as instruções devem ser expedidas para facilitar a execução do Código Eleitoral. E essa matéria não é eleitoral. É uma matéria estabelecida na Constituição Federal, fixando limites, o que a transporta, automaticamente, para as Leis Orgânicas, tanto que a questão que envolveu o Município paulista de Mira Estrela – parece-me esse o nome –, que chegou até o Supremo Tribunal Federal, decorreu de decisões da Justiça comum, não da Justiça eleitoral, porque não se trata de matéria eleitoral.

Ora, quando o Tribunal Superior Eleitoral atribui, ao arrepio da lei, competência para baixar resolução – instrução, portanto – que não diz respeito à execução do Código Eleitoral, incorre em inconstitucionalidade.

O pleito, o apelo que faço, até para estabelecer a normalidade jurídica no País, é que o Supremo Tribunal Federal julgue, em primeiro lugar, considerando inconstitucional a Resolução, mas, no mínimo, embora eu não perca esse entendimento, que aplique o art. 16 e submeta a decisão às eleições seguintes, cumprindo pelo menos esse dispositivo.

Dentro do tempo que me resta, Sr. Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos e trinta segundos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento que faz. Realmente, no debate, inclusive no Senado, sobre a questão do limite de vereadores, fui um dos que me posicionei completamente contrário àquela emenda que veio da Câmara, porque tratava-se apenas de reduzir o número de vereadores e não os gastos com as Câmaras Municipais. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral estaria legislando sobre uma matéria que não é da sua competência – aliás, não é da competência do TSE legislar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Claro.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a, então, está colocando muito bem que a competência para definir, dentro desses limites, o número de vereadores é da Lei Orgânica dos Municípios. Nunca é uma questão eleitoral e, se o fosse, o TSE teria errado redondamente ao emitir uma mudança da regra num período em que não poderia fazê-lo, que é o de um ano antes das eleições. É muito importante o apelo que V. Ex^a faz ao Supremo Tribunal Federal para

colocar a questão novamente na ordem, mas nós, no Senado, poderíamos elaborar rapidamente uma lei para normatizar o assunto de uma vez por todas. No meu Estado, por exemplo, o menor Município tem três mil eleitores e nove vereadores, enquanto a capital tem 13 vereadores. Isso é uma disparidade que ocorre em todo o Brasil. Portanto, é oportuno que V. Ex^a chame a atenção da Nação e do Supremo Tribunal Federal para colocar ordem, de vez, nessa questão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Ele, sem dúvida alguma, engrandece esse entendimento que, tenho certeza absoluta, não é meu, mas de uma maioria de juristas e de Parlamentares do País. Trata-se de uma questão discriminadora e odienta em relação ao segmento do Parlamento brasileiro que, digamos, possivelmente não tenha o poder de pressão à altura para fazer valer determinadas decisões que respeitem o Estado de direito, o Estado democrático.

Portanto, o apelo que faço ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministro Relator e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal é que coloque em pauta, de forma imediata, e julgue...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – ... a inconstitucionalidade dessa norma.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Juvêncio da Fonseca, por 10 minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de o orador assumir a tribuna, eu gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fica inscrito na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir licença ao Presidente do Senado Federal, ilustre Senador Renan Calheiros, para tolerar a minha

discrepância sob a sua orientação em favor do desarmamento do povo brasileiro.

Foi anunciado, hoje, que todo o Senado Federal terá seu aparato colocado à disposição da campanha do desarmamento.

Atualmente, há um movimento bastante grande para que recrudesça esse movimento, a fim de se alcançar um positivo resultado no **referendum** de outubro para o desarmamento. No entanto, Senador Tuma, os números das pesquisas de opinião pública feitas periodicamente mostram que a população já não é mais a mesma de março do ano passado. O índice de aprovação em março de 2004 era de 73,6%; agora, 48% apenas, caindo verticalmente a aprovação da população. Essa pesquisa foi encomendada ao Instituto Sensus pela Confederação Nacional dos Transportes, cujo Presidente, Clésio Andrade, avalia que o índice mostra a perda de confiança da população no desarmamento como solução para a violência.

Diz Clésio Andrade:

Isso demonstra que as pessoas começam a perder um pouco da confiança no desarmamento. De que ele é a solução porque, apesar do apoio da maioria, a violência continuou aumentando. As pessoas passam a se preocupar com a defesa delas. No momento em que você vê que o Estado não responde, começa a querer as suas alternativas pessoais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte quando possível, se não prejudicar o seu tempo?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não. No devido momento, dada a importância da matéria.

Trago para V. Ex^{as} e para o Brasil decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do final de março. A decisão dos 25 Desembargadores foi unânime numa ação de inconstitucionalidade do aumento de 200% no ICMS sobre a venda de armas, justamente um confisco com o qual procurava-se evitar o comércio de armas.

Houve um requerimento do Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, apresentado contra a Assembléia Legislativa e contra a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, tratando da inconstitucionalidade. E o Tribunal, por unanimidade, julgou inconstitucional aquele imposto majorado para 200%.

Sr. Presidente, o relatório dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, aprovado por unanimidade, diz:

É o relatório.

Antes de se enfrentar a questão sob o aspecto de sua constitucionalidade, impõe-se uma rápida reflexão sobre a matéria.

A tentativa de reduzir a violência desarmando a população, ao contrário do que podem estar pensando os mentores de tão pueril solução, não é inédita e, na verdade, só vem tendo sucesso graças ao parco conhecimento de nossos dirigentes.

Com efeito, solução apresentada já foi tentada por outros países sem qualquer sucesso, obviamente em tempos atrás, e somente agora é que está sendo implantada no Brasil, sem atentar para o que ocorreu anteriormente no mundo, até porque o nosso País, infelizmente, está sempre na contramão da história.

A propósito, a história, para quem esqueceu, ou nunca soube, vai aí o lembrete:

Em 1929, a União Soviética desarmando a população ordeira. De 1929 a 1953, cerca de 20 milhões de dissidentes, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1911, a Turquia desarmando a população ordeira. De 1915 a 1917, um milhão e meio de armênios, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1938, a Alemanha desarmando a população ordeira. De 1939 a 1945, 13 milhões de judeus e outros “não-arianos”, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1935, a China desarmando a população ordeira. De 1948 a 1952, 20 milhões de dissidentes políticos, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1964, a Guatemala desarmando a população ordeira. De 1964 a 1981, 100.000 índios maias, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1970, Uganda desarmando a população ordeira. De 1971 a 1979, 300.000 cristãos, impossibilitados de se defenderem, foram caçados e exterminados.

Em 1956, o Camboja desarmando a população ordeira. De 1975 a 1977, um milhão de pessoas “instruídas”, impossibilitadas de se defenderem, foram caçadas e exterminadas.

Pessoas indefesas caçadas e exterminadas nos países acima, no século XX, após o desarmamento da população ordeira, sem que pudessem se defender: 56 milhões.

Há doze meses, o governo da Austrália editou uma lei obrigando os proprietários de armas a entregá-las para destruição. 640.381 armas foram entregues e destruídas, num programa que custou aos contribuintes mais de US\$500 milhões. Os resultados, no primeiro ano, foram os seguintes: os homicídios subiram 3,2%; as agressões, 8,6%; os assaltos à mão armada, 44%. Somente no estado de Victoria, os homicídios subiram 300%. Houve um dramático aumento no número de invasões de residências e agressões a idosos. Os políticos australianos estão perdidos, sem saber como explicar aos eleitores a deterioração da segurança pública, após os esforços e gastos monumentais destinados a “livrar das armas a sociedade australiana” [e é um país de primeiro mundo].

(...)

O mesmo está acontecendo no Reino Unido. País tradicionalmente tranqüilo, onde até a polícia andava desarmada, adotou o desarmamento da população ordeira. Pesquisa realizada pelo Instituto Inter-regional de Estudos de Crime e Justiça das Nações Unidas revela que Londres hoje é considerada a capital do crime na Europa. Os índices de crime a mão armada na Inglaterra e no País de Gales cresceram 35% logo no primeiro ano após o desarmamento.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, acrescentado do seguinte:

Armas em poder da população ordeira e responsável salvam vidas e defendem propriedades. Leis de desarmamento afetam somente a população ordeira.

Em 2003, com a aprovação do absurdo Estatuto do Desarmamento, o Brasil iniciou o processo de desarmar a população ordeira. Salvo engano, isso quer dizer o homem de bem, o trabalhador, e, se a população não for conscientizada para lutar contra isso, ela é que, certamente, será a próxima vítima indefesa, posto que, na medida em que se desarma a vítima, se fortalece o agressor.

(...)

O Brasil, como dito, tem a mania de andar na contramão da história. Aqueles que tomam, por nós, as decisões estão fortemente protegidos pelo aparato da segurança do Estado, circulando em carros blindados, tudo pago pelo dinheiro público, sendo que a única coisa que temem é o uso consciencioso do voto. Daí a

falta de recursos para a educação e a extensão do voto ao analfabeto.

O referendo de outubro vai custar aos cofres brasileiros R\$200 bilhões.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, se ainda houver tempo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Consulto o Sr. Presidente se posso apartear S. Ex^a, pois não quero ferir, em hipótese alguma, as normas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O orador dispõe de apenas mais dois minutos, Senador Romeu Tuma. Depende de V. Ex^a o aproveitamento do tempo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a precisa desses dois minutos, Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não. Gostaria de ouvir V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Estou preocupado, porque esta não é a primeira vez que ouço falar a respeito de desarmamentos ocorrido na história. Aliás, depois, o próprio mote político pegou toda a população desarmada, e ocorreu a morte de vários cidadãos no mundo. V. Ex^a, detalhadamente, inclusive com datas, mostrou-nos a história do desarmamento desde o início. Não acredito que seja essa a vontade do Presidente, mas isso abre um largo espectro de preocupação. Sempre eu disse aqui, Senador Juvêncio da Fonseca, que a proibição da arma já existe no Sinarm. Não há nada de novo, porque só se concede arma para uma necessidade, que seja comprovada pelo cidadão que a pleiteia. Então, que desarmamento se quer, se a própria lei já obriga o sujeito a prestar uma série de informações para ter condições de portar uma arma? Sou contra o cidadão de bem portar arma se não precisa dela, mas o Estado, quando exige algo do cidadão, tem de lhe oferecer uma contrapartida. E o cidadão quer o quê? O cidadão quer segurança e tranqüilidade para andar pelas ruas, sem precisar de uma arma para se defender ou para defender sua família. Mas isso não está acontecendo, porque o índice de criminalidade, de violência, está crescendo dia a dia. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Para encerrar, adoto as palavras de V. Ex^a: o Sinarm já oferece as garantias para a sociedade, pois aquele que não tem boa conduta, que não tem adestramento e nem atestado psicotécnico, não pode usar armas desavisadamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra, o Senador Francisco Pereira.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para expressar minha indignação e repúdio a fatos da violência urbana que assola o nosso País. Essa questão que tanto nos preocupa, que tanto atrapalha o desenvolvimento socioeconômico do País, que transpõe as barreiras dos valores morais da pessoa e da família, é capaz de interferir diretamente no valor constitucional mais conhecido e importante para a vida do cidadão comum: o direito de ir e vir.

Neste sábado passado, fui surpreendido por um revólver na minha cabeça. Sr. Presidente, fui humilhado. Deitei-me ao chão, olhei para o revólver e vi a situação de impotência em que me encontrava. Tratava-se de um assalto. Quantas famílias brasileiras estão sujeitas a esse tipo de acontecimento!

Por ironia do destino, hoje substituo, no Senado Federal, um Senador que sempre levou a bandeira contra o narcotráfico e a violência. Agora estou expondo um fato ocorrido justamente durante esse curto período de mandato. Senti-me no dever de, neste plenário, dividir essa angústia com todo o País e pedir aos meus nobres colegas, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, atenção especial à questão da violência urbana no Brasil. No fundo, no cerne da questão, comparece como uma das causas a falta de educação religiosa. Essa é que forma o caráter do ser humano, desde pequeno.

Vivemos a indiferença quanto à formação e à educação religiosa. Relegou-se a religião a um mero formalismo, a uma obrigação, como a de entregar a declaração de Imposto de Renda ou pagar pelo licenciamento do carro.

Religião, que significa religar-se a Deus, tem de ser algo prioritário em nossas vidas. Os pais precisam prestar atenção nisso. Não devemos restringir-la apenas

ao momento em que comparecemos aos templos das nossas religiões. Há que se viver a religião em casa, com os filhos, falando-lhes sobre seus fundamentos, princípios e objetivos. Ela requer estudo, debate, conversa, análise de tópicos. Se os pais relegam isso ao plano secundário, apenas cumprindo uma obrigação, omitem-se, ao educarem os filhos, pois a educação da alma é formação de caráter e deve ser prioritária. Como espantar-nos com a onda de violência, com os extremos que vivemos, se deixarmos de falar de Deus, de direcionar essas almas que estão sob nossa responsabilidade para a necessidade do respeito, da gratidão, do esforço por melhorar-se, ou seja, da aquisição da virtudes como a solidariedade, a humildade e o amor?

Obviamente, só a educação religiosa não significa a resolução de todos os nossos problemas. Apesar de tantos avanços, continuamos com uma vergonhosa desigualdade social, que precisa ser reduzida aceleradamente, não só porque é moralmente injusta e inaceitável, mas também porque o enorme fosso entre os que têm e os que não têm atrasa o desenvolvimento e contribui inevitavelmente para aumentar a onda de violência que aflige o País.

Colaborando com o mandato do Senador Magno Malta, exercendo o cargo de Senador, nunca imaginaria protagonizar uma cena de horror e medo. Estou vivo, estou bem e agradecido a Deus. Trago comigo algumas marcas; estou com pontos na cabeça devido às coronhadas que levei, marcas físicas de um mal. Sinto-me lesado e tenho uma péssima sensação, quando imagino que milhões de brasileiros já viveram esse drama ou conhecem alguém que, tendo passado por uma situação como essa, não tiveram a mesma sorte, ou seja, tiveram suas vidas ceifadas.

O povo brasileiro vive mais e mais sobressaltado e atemorizado por essa crescente onda de violência que assola o País. Os seqüestros, sempre abomináveis, já ocorrem de forma aleatória, podendo atingir qualquer pessoa. Avolumam-se os casos de assaltos e assassinatos. Há corrupção em todos os níveis e setores. A população sente-se desprotegida, não sabe a quem recorrer e não confia nas autoridades. Como profeta, ela brada aos céus: “Não suportamos mais a violência! Até quando, Senhor?”

Trago à lembrança o parecer de Deus a Salomão, constante do livro II Crônicas*, 7:14. Deus aparece-lhe pela segunda vez e faz promessas:

Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus e perdoarei os seus pecados, e sanarei a sua terra.

Muitas são as causas desse quadro assustador. Estabeleceu-se na sociedade um clima bastante generalizado de aceitação do consumo e do próprio tráfico de drogas, um dos principais agravantes da criminalidade. Sem dúvida, a pobreza, o desemprego e a distribuição de renda extremamente injusta que há no País estão associados a políticas econômicas. Essas favorecem o capital, o lucro e, não raro, interesses externos, sempre em detrimento dos serviços sociais mais elementares, como saúde, educação e previdência, agravando decisivamente a situação. Além disso, a sociedade consumista ajuda a criar uma auto-estima negativa e fragilizada por meio da comparação com as demais pessoas, despertando, inclusive, a inveja e a cobiça. A lógica do consumo gera necessidades que a pessoa não tem, substituindo o ser pelo ter, a honestidade e a solidariedade por jóias, carros e outros bens materiais.

A violência urbana afeta, de forma incisiva, as decisões de investimento no País. Nem mesmo a justificativa do potencial de um mercado consumidor é suficiente para revertê-la. Nenhuma empresa quer pôr em risco a vida dos seus profissionais e a segurança do seu patrimônio. Ademais, a liberação comercial global facilita a importação de produtos que poderiam ser produzidos no País. Isto é, a violência é fator competitivo no mercado internacional e, contrariando as nossas necessidades, exporta empregos.

Nesse contexto, o setor turístico brasileiro, de enorme potencial e diferenciais, acaba sendo o maior prejudicado. O turismo tem capacidade de gerar empregos em escala, até mesmo porque a qualificação de sua mão-de-obra é muito rápida. Solução perfeita para reduzir o desemprego no País e que a violência urbana solapa.

O tipo de violência urbana que se presencia no Brasil é fundamentado no crime organizado, que é a pior de todas, pois cria um poder paralelo, Sr. Presidente. Para o Estado, a violência urbana também representa desperdícios significativos. São retirados recursos da saúde, da educação e do saneamento básico para financiar a infra-estrutura penitenciária, os serviços de apoio às vítimas etc. O Estado perde com o abalo na confiança da população em suas instituições.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São muito interessantes as observações de V. Ex^a sobre a segurança. Mas, uma pessoa também inteligente como V. Ex^a, Norberto Bobbio, o maior pensador político, foi Senador vitalício da Itália, morreu recentemente, afirmou que

isso é falta de Governo. Norberto Bobbio disse que o mínimo que um povo espera de um governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Isso é que o Governo do PT está negando ao povo do Brasil.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte.

O Senador Magno Malta, ao retornar de sua licença, concluirá o relatório de um projeto muito importante para o cenário nacional. O projeto que trata da Lei Anti-Drogas e que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de entorpecentes.

Outra maneira para um enfrentamento das causas da violência, a participação de toda a sociedade – tanto cobrando soluções do Poder Público como se organizando em redes comunitárias de proteção e apoio, de desenvolvimento social e mesmo de questões de segurança pública – é um caminho. Não significa substituir as funções do Estado, mas trabalhar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Estou terminando, Sr. Presidente.

E é importante não transformar o diagnóstico, a identificação das causas em motivo para mais violência. Afirmar que as áreas urbanas mais desprovidas de recurso facilitam a criminalidade não significa dizer que os moradores dessas áreas sejam culpados. Na verdade, além de enfrentar condições precárias de subsistência, essa população ainda é a principal vítima dos crimes violentos.

Já terminando, grande parte das ações necessárias está na gestão urbana, que compete aos Municípios. Como a segurança pública é tarefa dos Estados, é preciso haver integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.

A escola também é um ponto importante: espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta. Escolas que permanecem abertas nos finais de semana, para uso da comunidade, conseguem quase eliminar o vandalismo em suas dependências.

Além de uma escola pública melhor, fazem parte da lista de ações uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

Acredito que a melhor maneira de agradecer e de honrar a ausência temporária de Magno Malta, esse homem de fé, será, da minha parte, lutar por uma causa como esta, que nesta tribuna ele defendeu com a

mesma atenção, a mesma paixão e a mesma responsabilidade, agregando aquilo que me diferencia.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR FRANCISCO PEREIRA**

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje, nesta tribuna, expressar minha indignação e repúdio a fatos advindos da violência urbana que assola nosso País. Esta questão que tanto nos preocupa, que tanto atrapalha o desenvolvimento sócio-econômico do país, e que transpõem as barreiras dos valores morais da pessoa e da família é capaz de interferir diretamente no valor constitucional mais conhecido e importante para a vida do cidadão comum: o direito de ir e vir.

Neste sábado, fui surpreendido, com um revólver na minha cabeça, humilhado. Deitei ao chão, olhava para o revólver e vi ali, a situação de impotência em que me encontrava. Tratava-se de um assalto. Quantas e quantas famílias brasileiras estão sujeitas a este tipo de acontecimento? Por ironia do destino, hoje, substituo aqui no Senado Federal, um senador que sempre levantou a bandeira contra o narcotráfico e a violência. Agora estou expondo um fato ocorrido justamente durante este curto período de mandato. Senti-me no dever de, neste plenário, dividir esta angústia com todo o Brasil e pedir aos meus nobres colegas, senhores senadores, uma atenção especial à questão da violência urbana do Brasil. No fundo, no cerne da questão, comparece como uma das causas do que está ocorrendo, a educação religiosa. Esta é que forma o caráter, desde pequeno. Vivemos uma indiferença à formação e educação religiosa. Relegou-se a religião a um mero formalismo, uma obrigação, algo como a obrigação de entregar a declaração de Imposto de Renda ou o licenciamento do carro, anualmente.

Religião (Religar a Deus...) tem de ser algo prioritário em nossas vidas. Os pais precisam prestar atenção nisto. Não devemos restringir a religião apenas ao momento em que comparecem ao templo de suas religiões. Há que se viver religião em casa, com os filhos, falando-lhes sobre os fundamentos, princípios e objetivos da religião. Ela requer estudo, debate, conversa, análise dos tópicos.

Se os pais relegam isto a plano secundário, apenas cumprindo obrigação, estão omitindo educar os filhos, pois ela é educação da alma, é formação de caráter. Depois, como espantar-se com a onda de violência, com os extremos que vivemos, se deixamos de falar de Deus, de direcionar essas almas que estão sob nossa responsabilidade para a necessidade do respeito, da gratidão, do esforço por melhorar-se, ou

seja, da aquisição de virtudes como a solidariedade, a humildade, o amor.

Obviamente, que só a educação religiosa não significa que resolvemos todos os nossos problemas. Apesar de tantos avanços, continuamos com uma vergonhosa desigualdade social que precisa ser reduzida aceleradamente. Não porque é moralmente injusta e inaceitável, mas também porque o enorme fosso entre os que têm e os que não têm atrasa o desenvolvimento e contribui inevitavelmente para aumentar a onda de violência que aflige o país.

Colaborando com o mandato do Senador Magno Malta, exercendo o cargo de Senador, nunca imaginaria protagonizar uma cena de horror e medo. Estou vivo, estou bem, e agradecido a Deus. Trago comigo algumas marcas, estou com pontos na cabeça devido às coronhadas que levei, marcas físicas de um mal. Sinto-me lesado, e tenho uma péssima sensação quando imagino que milhões de brasileiros já viveram, ou conhecem pelo menos alguém que já passou por uma situação dessas, e que não tiveram a mesma sorte que eu tive, e que tiveram suas vidas ceifadas.

O povo brasileiro vive mais e mais sobressaltado e atemorizado por esta crescente onda de violência que assola o país. Os seqüestros, sempre abomináveis, já ocorrem de forma aleatória, podendo atingir qualquer pessoa. Avolumam-se os casos de assaltos e assassinatos. Há corrupção em todos os níveis e setores. A população sente-se desprotegida, não sabe a quem recorrer e não confia nas autoridades. Como profeta, ela brada aos céus: “Não suportamos mais a violência! Até quando, Senhor?”. Deus aparece a Salomão pela segunda vez e lhe faz promessas. Em duas crônicas, capítulo 7, Versículo 14:

“Se o meu povo que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua Terra.”

Muitas são as causas desse quadro assustador. Estabeleceu-se na sociedade um clima bastante generalizado de aceitação do consumo e do próprio tráfico de drogas, um dos principais agravantes da criminalidade. Sem dúvida, a pobreza, o desemprego e a distribuição de renda extremamente injusta, que há no país, está associada a políticas econômicas. Essas favorecem o capital, o lucro e, não raro, interesses externos, sempre em detrimento dos serviços sociais mais elementares, como saúde, educação e previdência, agravando decisivamente a situação. Além disso, a sociedade consumista ajuda a criar uma auto-estima negativa e fragilizada através da comparação com as

demais pessoas, despertando inclusive a inveja e a cobiça. A lógica do consumo gera necessidades que a pessoa não tem, substituindo o ser pelo ter, a honestidade e a solidariedade por jóias, carro e outros bens materiais.

A violência urbana afeta, de forma incisiva, as decisões de investimento no País. Nem mesmo a justificativa do potencial mercado consumidor é suficiente para revertê-la. Nenhuma empresa quer pôr em risco a vida de seus profissionais e a segurança de seu patrimônio. Ademais, a liberalização comercial global facilita a importação de produtos que poderiam ser produzidos no Brasil. Isto é, a violência é fator competitivo no mercado internacional e, contrariando as nossas necessidades, exporta empregos.

Nesse contexto, o setor turístico brasileiro, de enorme potencial e diferenciais, acaba sendo o maior prejudicado. O turismo tem capacidade de gerar empregos em escala, até mesmo porque a qualificação de sua mão-de-obra é muito rápida. Solução perfeita para reduzir o desemprego no País e que a violência urbana solapa.

O tipo de violência urbana que se presencia no Brasil é fundamentado no crime organizado, que é a pior de todas, pois cria um poder paralelo. Para o Estado, a violência urbana também representa dispêndios significativos. São retirados recursos da saúde, da educação e do saneamento básico para financiar a infra-estrutura penitenciária, os serviços de apoio às vítimas etc. O Estado também perde com o abalo na confiança da população em suas instituições.

O cidadão é muito penalizado com a violência urbana, pela perda de sua liberdade, com os riscos presentes no cotidiano, com a menor oferta de empregos e com a deterioração dos serviços públicos. Para as famílias, a perda do pai ou da mãe, na faixa etária entre 25 e 40 anos, deixa uma legião de órfãos que terá de mendigar ou aderir ao crime organizado para obter seu sustento.

O Senador Magno Malta, ao retornar de sua licença, concluirá o relatório de um projeto muito importante para o cenário nacional. O projeto que trata da Lei Antidrogas que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de entorpecentes, além de estabelecer normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, definindo-os como crimes. Não poderia deixar de falar neste projeto que com certeza significará muitas mudanças no quadro da violência brasileira.

Outra maneira para um enfrentamento das causas da violência, a participação de toda a sociedade

– tanto cobrando soluções do Poder Público como se organizando em redes comunitárias de proteção e apoio, de desenvolvimento social e mesmo de questões de segurança pública – é um caminho. Não significa substituir as funções do Estado, mas trabalhar em conjunto. E é importante não transformar o diagnóstico, a identificação das causas, em motivo para mais violência. Afirmar que as áreas urbanas mais desprovidas de recurso facilitam a criminalidade não significa dizer que os moradores dessas áreas sejam culpados. Na verdade, além de enfrentar condições precárias de subsistência, essa população ainda é a principal vítima de crimes violentos.

Grande parte das ações necessárias está na gestão urbana, que compete aos municípios. Como a segurança pública é tarefa dos Estados, é preciso haver integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.

A escola também é um ponto importante: espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta. Escolas que permanecem abertas nos finais de semana, para uso da comunidade, conseguem quase eliminar o vandalismo em suas dependências.

Além de uma escola pública melhor, fazem parte da lista de ações uma polícia melhor equipada e um Poder Judiciário mais ágil e, se necessário, mais rigoroso.

Acredito que a melhor maneira de agradecer e de honrar a ausência temporária de Magno Malta, esse homem de fé, será, da minha parte, lutar por uma causa como esta, que nesta tribuna ele defendeu, com a mesma atenção, a mesma paixão e a mesma responsabilidade, agregando aquilo que me diferencia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. A Mesa se solidariza com a situação vivida por V. Ex^a há alguns dias.

Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela, de acordo com o art. 158, § 2º do Regimento Interno, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na pauta de votações do Senado o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 226. Trata-se de um importante instrumento de desenvolvimento e geração de empregos.

É esta MP que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado no âmbito do Ministério do Trabalho. O objetivo deste projeto vem ao encontro

de uma das maiores necessidades hoje do nosso País: a geração de empregos. Entendo ser esse o grande desafio de todos os governantes, tanto no nível federal, quanto nos níveis estaduais e municipais.

Este programa de microcrédito irá incentivar a geração de trabalho e renda entre micro-empresendedores populares. Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras em atividades de pequeno porte. É um projeto de grandes proporções, pois se sabe hoje com muita clareza que as microempresas formam um contingente que mais geram empregos no País.

Os recursos para este programa de financiamento produtivo serão provenientes do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e terão juros compatíveis com a capacidade de pagamento dos microempresários.

Este programa proposto pelo Governo do Presidente Lula atende justamente os pequenos empreendedores, que dificilmente conseguem acesso às linhas de crédito do sistema financeiro convencional. Sem uma linha de financiamento como essa, dificilmente eles teriam condições de abrir ou ampliar negócios, ou seja, dificilmente irão gerar renda e novas vagas de trabalho no mercado.

Um estudo interessantíssimo promovido pelo Sebrae mostrou há pouco que mais de 50% dos empreendimentos de pequeno porte não sobrevivem por mais de três anos. Uma das causas desta pouca vida ou sobrevida é justamente a falta de acesso a crédito barato.

Não tenho dúvidas de que, em função da importância desta matéria, o Senado Federal irá aprová-la. Vamos, com a aprovação deste Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 226, beneficiar milhares e milhares de microempresários País afora, contribuindo para um setor que tanto carece da geração de empregos e renda, principalmente para os jovens que chegam ao mercado de trabalho e não conseguem vagas; para os pais e mães de famílias desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

A aprovação dessa medida é de salutar importância. É inteligentíssima a medida provisória remetida ao Congresso Nacional pelo Presidente Lula. Tenho certeza de que será um importantíssimo instrumento de desenvolvimento para o nosso País, porque são as micro e pequenas empresas as maiores geradoras de emprego no Brasil e, naturalmente, em qualquer país civilizado do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Daremos início à Ordem do Dia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder do PT, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda a delegação de V. Ex^a, que ficará como terceiro inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.) – Ainda não foi dado início à Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tenho uma comunicação a fazer sobre a medida provisória. Acredito que a Senadora Ideli Salvatti esteja chegando, e S. Ex^a faria a comunicação. Como ouvi V. Ex^a falar em “Ordem do Dia”, corri para...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Estamos ainda na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, peço desculpas a V. Ex^a. Era apenas para falar da decisão tomada sobre a medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Ainda estamos a nove minutos do horário, Senador Romeu Tuma. Agradeço a V. Ex^a.

Senador Valdir Raupp, ainda dispomos de nove minutos antes de darmos início à Ordem do Dia.

A Mesa concede a palavra a V. Ex^a pelo tempo indicado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que todos se recordam da esdrúxula situação com que se defrontaram, no final do ano de 2002, os pequenos produtores acreanos reunidos na Cooperativa Doces Tropicais, ao descobrirem que não poderiam utilizar o nome da fruta “cupuaçu” nos produtos dela derivados, que pretendiam exportar para os mercados dos países industrializados.

V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, e Senador Sibá Machado, devem lembrar-se dessa novela da marca cupuaçu. Foi só então que a opinião pública brasileira tomou conhecimento de que a empresa multinacional Asahi Foods e a sua subsidiária Cupuaçu International haviam requerido – e obtido –, já no ano

de 2000, o registro da “marca” “cupuaçu” perante as autoridades competentes do Japão, Estados Unidos e União Européia, garantindo, assim, para si direito exclusivo de uso do nome da tradicional fruta amazônica naqueles importantes mercados.

Caricatural, como seria uma tentativa de monopólio sobre o nome da laranja, o caso do cupuaçu desencadeou uma vigorosa reação corporificada na Campanha contra a Biopirataria – *O Cupuaçu é Nosso*, liderada pela Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), pela organização acreana Amazonlink e pelo Instituto de Comércio e Direito Internacional (CIITED), ao lado de inúmeros outros parceiros civis, governamentais e anônimos que levaram o caso para os mais diversos confins do País, do continente e do Planeta.

Desse modo, o caso do cupuaçu tornou-se um clássico nas campanhas contra a biopirataria, entendida como o uso monopolista de patrimônio vegetal e animal e de conhecimentos tradicionais de comunidades de países pobres e em desenvolvimento por empresas de países ricos, por meio do sistema internacional de patentes.

Nossa primeira vitória, Sr. Presidente, ocorreu no Japão, onde o Asahi Foods havia até registrado a marca Cupulate, nome pelo qual a Embrapa havia denominado o chocolate feito de cupuaçu com tecnologia brasileira. Acolhendo os argumentos expendidos no processo administrativo movido pelas organizações não-governamentais, que mencionei há pouco, o Escritório de Marcas e Patentes do Japão (JPO) anulou, no dia 1º de março do ano passado, aquele registro, reconhecendo como de domínio popular a denominação cupuaçu.

Três dias após àquela decisão, tive oportunidade de registrar, desta tribuna, meus cumprimentos às entidades e ao Brasil por terem conseguido quebrar aquele registro de marca incidente sobre um produto genuinamente nacional. Na ocasião, destaquei a importância do trabalho de ONGs como o Instituto de Comércio e Direito Internacional, que desenvolvem um papel importante na identificação de questões do interesse público, muitas vezes negligenciadas justamente pela falta de conhecimentos específicos em assuntos complexos, como propriedade intelectual e Direito do Comércio Internacional, bem como suas relações com o processo de desenvolvimento das nações.

A Associação dos Produtores Alternativos (APA), entidade do meu Estado de Rondônia, que foi uma das subscritoras do processo movido perante o JPO, entidade japonesa, divulgou, naquela oportunidade, nota eletrônica parabenizando todos aqueles que contribuíram para este resultado. Segundo a nota da APA, “Venceu a proteção da biodiversidade brasileira e o

respeito às populações que trabalham com o cupuaçu, venceu a soberania nacional”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Rondônia, o meu Estado, é produtor de cupuaçu; produz muito cacau, mas produz também grande quantidade de cupuaçu, e a comunidade rondoniense, assim como a acreana e outras da Amazônia, estavam muito preocupadas com essa situação, sob pena de não poder mais exportar ou comercializar os produtos que tivessem a denominação cupuaçu. Então, foi um avanço importantíssimo. Parabéns às autoridades brasileiras e todos os movimentos que organizaram essa luta contra esse absurdo que foi o registro da marca por essa empresa japonesa.

Com a decisão japonesa, a Embaixada brasileira em Tóquio negociou com a matriz da Asahi Foods, e a Embaixada em Washington, procurou a filial da empresa nos Estados Unidos para obter o abandono voluntário do registro da marca cupuaçu naquele país. Em novembro do ano passado, nova vitória: a empresa formalizou no escritório de patentes dos Estados Unidos o documento de abandono, conhecido como *total surrender*, do pedido de registro.

Desde então, a União Européia era o último mercado que ainda mantinha a concessão de monopólio da marca para a companhia japonesa. Felizmente, segundo decisão transmitida na primeira quinzena de fevereiro deste ano à Embaixada brasileira em Bruxelas, a *Cancellation Division* daquela comunidade de nações também acaba de declarar inválido o registro de marca 923 151 – cupuaçu –, consolidando a afirmação da soberania nacional nesse caso emblemático.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto não caíssem esses registros, os produtores brasileiros estariam impedidos de comercializar qualquer coisa que usasse o nome cupuaçu, o que constitui, a toda evidência, um rematado absurdo. Só por isso, a cassação dos registros já representaria motivo de júbilo.

No entanto, mais do que o cancelamento de uma marca, o que temos a comemorar é o poder que a sociedade civil demonstrou de reagir diante desse tipo de monopolização dos conhecimentos tradicionais e das riquezas amazônicas. Apesar de ter sido uma luta desgastante, esse processo e a campanha de opinião pública desencadeada representaram uma extraordinária oportunidade de difusão de informações, esclarecimentos e alertas para o conjunto da sociedade brasileira quanto à questão da biopirataria.

Um aspecto notável da luta foi a grande capilaridade que se verificou na circulação de informações, fazendo com que a discussão do problema chegasse até os mais longínquos lugares da Amazônia.

Sr. Presidente, ainda disponho de dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a estava no intervalo entre a prorrogação da Hora do Expediente e a Ordem do Dia, mas a Mesa vai conceder a V. Ex^a mais dois minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ótimo. Muito obrigado.

Embora assustadas com a idéia de que alguém possa roubar um nome, a maioria das comunidades filiadas à Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) passou a estar mais informada sobre a importância de sua cultura e sobre a ameaça representada pelos crimes da biopirataria.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a decisão das autoridades da União Européia de cassar o registro da marca “cupuaçu” deve ser comemorada como uma importante vitória na luta, que tem de ser permanente, contra a ameaça da biopirataria na Amazônia e no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2005

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regulamento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Raul Machado Horta, membro da Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou a Constituição Federal de 1988, falecido em 2 de março do corrente.

Justificação

A Ciência Jurídica brasileira contou, até o último dia 2 de março de 2005, com a presença entre nós de um dos seus maiores expoentes que, ao deixar naquele dia o convívio humano, nos legou obra jurídica de inestimável valor intelectual. Talvez não ficada bem com seu perfil e personalidade, de finíssima discipulação, afirmar que foi o maior constitucionalista de seu tempo. Mas seus discípulos e admiradores ficam perfeitamente à vontade para dizer, sem qualquer dúvida, que nenhum outro foi melhor do que ele.

Nascido em 1923 e casado durante mais de cinquenta anos com Maria Regina Campos Horta, filha do saudoso Senador Milton Campos – que abrilhantou esta Câmara Alta durante dois mandatos como representante de Minas Gerais – Raul Machado Horta seguramente teve no sogro modelo, com o qual sempre demonstrou grande afinidade.

Titular da cadeira de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, fez na primeira – a nobre Casa de Afonso Pena – trajetória de extraordinário brilhantismo. Bacharel em 1946, alguns anos mais tarde tomou-se Doutor e Livre Docente da cadeira de Direito Constitucional, defendendo teses perante eruditas bancas examinadoras. Ao seguir sua vocação para o magistério, conquistou em memorável concurso público o posto de Professor Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG, obtendo uma das maiores médias de aprovação, em toda história acadêmica dessa tradicional escola.

Além de servir com insuperável e exemplar padrão ao magistério superior, atividade que exerceu com prioridade, atendia, paralelamente, constante procura de vasta clientela, emitindo pareceres acatados em todas áreas jurídicas, especialmente pelo Poder Judiciário. Foi durante longos anos Consultor Jurídico da Companhia Belgo Mineira.

Por nomeação do Presidente da República em 1986, compôs a Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou o anteprojeto da Constituição Federal de 1988. Ao Senador Afonso Arinos de Melo Franco, prestou assessoria especial, quando aquele ilustre parlamentar foi Presidente da Comissão de Sistematização, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988. Em 1995 participou da Comissão especial para reforma da legislação eleitoral, constituída pelo Ministro Carlos Mário Veloso, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Faço na realidade, eminentes pares, uma breve síntese do que foi a vida de tão ilustre jurista mineiro, que legou ao Brasil, em suas obras, inesgotável fonte de estudo do direito constitucional do Brasil e do Mundo, profundo conhecedor que era das constituições de inúmeros países.

Membro do Instituto Ibero-Americano de Derecho Constitucional, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Mineira de Letras, seu perfil ajusta-se perfeitamente a esta condição e, como são chamados os acadêmicos, o Prof^o Raul Machado Horta, para os que o conheceram e tiveram o privilégio de com ele conviver, será sempre um imortal.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 32

Brasília, 7 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovados os artigos 149, § 1º, 226; 227; 231 e 231-A, constantes do art. 1º, e os seus artigos 2º e 3º, do Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei nº 117, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 103/03), o qual “Altera os arts. 149, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocencio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São Lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2005

Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art 1º e a alínea **c** do inciso IV, do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da sua cultura, crenças, tradições e memória.

Art. 3º

IV –

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais de qualquer natureza ou para museus, templos, bibliotecas, arquivos e outras entidades de caráter cultural.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Expressa o art. 216 da Constituição que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória

dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, neles incluídos “os modos de criar, fazer e viver”.

Ora, nada expressa melhor a formação dessa cultura que o caldeamento das diversas religiões, seitas, cultos e seus sincretismos, que, durante séculos, moldaram o processo civilizatório nacional e, ainda mais, por tempos que virão, continuarão a ser o barro e o fermento que construirão os nossos postemos.

Pode-se buscar entre os maiores filósofos modernos, como citado por Silvio Ferrari e Norberto Bobbio, o conceito de que, dentre os poucos pontos de convergência que definem a religião, “um deles é, no entanto, o de que a religião não concerne apenas à esfera interior da pessoa, mas determina também comportamentos (individuais e coletivos) externamente relevantes. A experiência religiosa, tanto a que se define institucionalmente na forma de uma igreja, como a que assume as características de uma seita, se apresenta, portanto, como fenômeno que tende a abranger toda a existência humana, incidindo até sobre aspectos da vida associada muito distantes da esfera dos interesses puramente espirituais.

Não se pode descurar que a experiência religiosa favorece o sentimento de solidariedade entre os que nela se acham envolvidos. Por seu turno, é evidente que os detentores do poder político não podem olvidar um fenômeno que, como o religioso, se reflete profundamente na estrutura da sociedade, moldando sua consciência cívica e cultural.

Entende-se, desse modo, que, entre os “grupos participantes do processo civilizatório nacional a que se refere o § 1º do art. 215 da Constituição, estão todas as crenças, cultos ou religiões, e que, por serem portadores da referência à identidade, à ação e à memória da sociedade brasileira, constituem-se parcela indissolúvel do “patrimônio cultural brasileiro” devendo, assim, ser incluídos nos objetivos maiores do Programa Nacional de Apoio à Cultura.

O objetivo do presente Projeto é, portanto e tão somente, tornar expresso o que está implícito no texto da lei, evitando, destarte, que tal inclusão não fique sujeita ao subjetivismo dos intérpretes ou, muito menos, delimitada pelo entendimento dos agentes públicos aplicadores do preceito legal.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da

cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505¹, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras Providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I – contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II – promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III – apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V – salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI – preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII – desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII – estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX – priorizar o produto cultural originário do País.

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no art. 1º desta Lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do PRONAC atenderão, pelo menos, um dos seguintes objetivos:

I – incentivo à formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;

b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil;

c) instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

II – fomento à produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural;

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de exposições, festivas de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres;

III – preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;

c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

IV – estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

a) distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;

b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural.

V – apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

a) realização de missões culturais no País e no exterior, inclusive através do fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pela Secretaria da Cultura da Presidência da República – SEC/PR, ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2005

Acrescenta o art 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor que, no seguro de vida, é lícita a exi-

gência de prévia avaliação médica do segurado, vedada a recusa do pagamento do capital segurado com base em informações contidas em questionário preenchido pelo segurado sobre seu estado de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), com a seguinte redação:

“Art. 799-A. No seguro de vida, é lícito exigir-se que o segurado se submeta, previamente à primeira contratação, a avaliação médica.

Parágrafo único. E nula a cláusula contratual que exclua o pagamento do capital segurado com base em declarações inexatas ou omissão de circunstâncias em questionário sobre o estado de saúde do segurado preenchido pelo segurado ou por seu representante.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação. – Senador **Valmir Amaral**, PMDB-DF.

Justificação

No contrato de seguro de vida, a aceitação do risco e o cálculo do prêmio são avaliados pelo segurador com base em questionário preenchido pelo segurado ou pelo corretor de seguros por ele contratado. Nesse questionário devem constar, entre outros dados, informações fornecidas pelo próprio segurado sobre o seu estado de saúde.

Caso ocorra o sinistro, a seguradora, antes de efetuar o pagamento do capital segurado, consulta em seus arquivos os dados fornecidos pelo segurado e verifica se este omitiu informação sobre doenças preexistentes ou alguma outra circunstância relevante que pudesse ter influenciado na aceitação do risco. Se entender que houve omissão ou inexatidão de informações, a empresa recusa-se a efetuar o pagamento e, por conseguinte, resta ao beneficiário a possibilidade de se socorrer do Poder Judiciário.

A nosso ver, entretanto, a inexatidão ou a omissão de informações no questionário preenchido pelo segurado não é fato relevante para dar ensejo à recusa do pagamento do capital, haja vista que, por parte do segurado, inexistente o dever de informar. O segurado é o contratante mais fraco, leigo e vulnerável. É ele, e não o segurador, o detentor de um direito subjetivo à informação.

Cabe destacar que parcela considerável da população desconhece o funcionamento do mercado segurador e não dispõe de dados confiáveis a respeito, muitas vezes compreensíveis somente para os graduados em medicina e, ainda assim, desde que especia-

listas na área específica sobre a qual são requeridas informações do segurado. A conclusão é que não há como exigir informações firmes do segurado sobre o seu estado de saúde e, com base nesses dados, calcular a probabilidade de que venha a falecer em virtude de alguma doença. Não é pertinente alegar que esse entendimento pode dar ensejo à ocorrência de fraude, argüindo-se que pessoas malintencionadas contratariam o seguro de vida imediatamente após receber a notícia de que possuem uma doença grave. Cabe destacar que, além do exame médico, que continua permitido pelo projeto, o art. 797 do Código Civil prevê que, no seguro de vida para o caso de morte, é lícito estipular-se um prazo de carência, durante o qual o segurador não responde pela ocorrência do sinistro.

Deve-se dar ênfase, no caso tratado, ao princípio da confiança, que visa a proteger as expectativas do consumidor. O segurado, vulnerável perante a publicidade veiculada pela seguradora, paga o valor do prêmio a esta, preenche alguns papéis e, corri isso, acredita que está resguardando sua família, durante o prazo de vigência do contrato, contra eventual fato desagradável que venha a vitimá-lo. Posteriormente, a seguradora, a nosso ver de forma indevida, alega omissão de informações e a viúva descobre que não terá direito ao pagamento e, sem poder contar com o segurado para defender a veracidade e a exatidão das informações contidas no questionário, terá que buscar seus direitos na Justiça.

Para coibir esse abuso, recentemente, na Câmara dos Deputados, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.555, de 2004, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo (PT/SP), que prevê regras mais rígidas que as atuais sobre o tema tratado no presente projeto. Propõe-se dispor que é lícito, nos seguros sobre a vida e a integridade física próprias, excluir da garantia os sinistros cuja causa exclusiva ou principal sejam doenças preexistentes ao início da relação contratual. Essa exclusão somente poderá ser alegada quando o segurado, questionado, omitir com dolo a informação da pré-existência.

A nosso ver, em que pesem os valiosos argumentos do autor do projeto em tramitação na Câmara, a redação proposta no presente projeto é mais adequada e afasta, de forma pertinente, a subjetividade da seguradora quanto à obrigação de pagamento do capital segurado, o que facilita a compreensão do mercado de seguros por toda a sociedade. Informação e transparência são fatores essenciais para o aprimoramento da boa comunicação entre as empresas seguradoras e os beneficiários, fundamental para estimular o mercado segurador brasileiro. O seguro cumpre importante função social e consiste em

relevante atividade econômica geradora de emprego e renda, que merece ser amplamente aperfeiçoada.

Pela importância do tema, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Valmir Amaral**, PMDB – DF.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 797. No seguro de para o caso de morte, é lícito estipular-se um prazo de carência, durante o qual o segurador não responde pela ocorrência do sinistro.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São lidos os seguintes:

OF/A/PSB/58/05

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Isaias Silvestre como titular da Medida Provisória nº 240, de 2005, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004.”, em substituição ao Deputado Renato Casagrande.

Atenciosamente, Deputado **Renato Casagrande**.

OF/LID/Nº 047/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Fernando Coruja, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória Nº 238/05, que “Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pro-Jovem,

cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências”.

Atenciosamente, Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

OF/LID/Nº 048/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Colbert Martins e Roberto Freire, em substituição ao meu nome e do Deputado B. Sá, para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória Nº 234/05, que “Dá nova redação ao **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”.

Atenciosamente, Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

Ofício nº 259/2005 – GLDBAG

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que o Senador Sérgio Zambiasi deixa vaga a Suplência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para compor, na qualidade de Titular, a referida Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passará a compor a Comissão de Educação, na qualidade de Titular, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF/LID/Nº 044/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados Ivan Paixão e Júlio Delgado, para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, em substituição ao meu nome e do deputado B. Sá, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 231/04 que “Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona, institui a gratificação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde – GIAAS, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

OF/LID/Nº 045/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado B. Sá-PPS/PI, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de

titular, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 233/04, que “cria a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, cria e extingue cargos públicos de provimento efetivo e em comissão, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

OF/LID/Nº 046/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rogério Teófilo-PPS/AL, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Mista, que examina a Medida Provisória nº 235/05, que “dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

OF/LID/Nº 049/2005

Brasília, 10 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ivan Paixão – PPS/CE, para ocupar a vaga de suplente, em substituição do Deputado B. Sá, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 233/04, que “Cria a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, cria e extingue cargos públicos de provimento efetivo e em comissão, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

Ofício RT nº 024/2005

Brasília, 25 de fevereiro de 2005

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho aos cuidados de Vossa Senhoria, para as providências cabíveis, o Ofício nº 004/2005/DA/Relator, datado de 10-1-2005, que me foi encaminhado pelo Desembargador Orlando de Almeida Perri, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, tratando de matéria relacionada à CPI do Judiciário, já encerrada.

Na oportunidade, renovo-lhe as manifestações do meu elevado apreço.

Cordialmente, **Ramez Tebet**, Senador.

OFÍCIO Nº 004/2005/DA/Relator

Cuiabá, 10 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os fins legais, que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária administrativa realizada no dia 18-11-2004, julgou o Processo Administrativo nº 4/2001, envolvendo o magistrado José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, aplicando-lhe a pena de aposentadoria compulsória, a máxima prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, sem prejuízo da ação penal em curso.

O procedimento administrativo acima referido teve origem nas Comissões Parlamentares de Inquéritos do Judiciário e do Narcotráfico, onde levantou-se indícios da participação desse magistrado na transferência irregular de perigosa traficante internacional de drogas, do Presídio da Papuda, em Brasília-DF, para a frágil Cadeia Pública de Atalaia-AL, com vistas a proporcionar-lhe fuga.

No decorrer da instrução apurou-se não apenas efetiva participação do Dr. José Geraldo da Rocha Barros Palmeira na transferência espúria, mas também dos magistrados alagoanos Daniel de Souza Accyoli e Sérgio Wanderley Persiano, contra os quais, pelo que se tem conhecimento, nenhuma providência foi tomada, a despeito de esforços de alguns Desembargadores daquele sodalício, como Orlando Manso e Antônio Sapucaia da Silva.

Respeitosamente, Desembargador **Orlando de Almeida Perri**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999 – SF.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 1999, de minha autoria, que “Acrescenta parágrafo único ao artigo 882 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452/43”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 255, II, “C”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal que, após tramitação no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seja o PDS nº 602/2004 remetido à Comissão de Assuntos Sociais por tratar, concorrentemente, de assunto pertinente à competência daquela Comissão.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Paulo Paim**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005 que, “Insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2005

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas, ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópias autenticadas dos documentos listados a seguir, relativas ao Processo nº 28000.004550/93-53 do extinto Ministério do Bem-

Estar Social (MBES), hoje a cargo da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Extinção e Liquidação (COGEL), objeto da Portaria nº 685/93-MBES:

I – as notificações encaminhadas à Prefeitura de Presidente Médici, objeto do citado processo, com identificação das pessoas que deram ciência dos recebimentos, desde 1991;

II – o relatório *in loco* que tenha identificado as possíveis irregularidades, com avaliação pormenorizada da qualidade da obra e os valores pagos e executados;

III – a tomada de contas aberta sobre o caso;

IV – o documento hábil de inclusão da Prefeitura na relação de inadimplentes;

V – a notificação dos fatos aos tribunais de contas;

VI – o documento que promoveu a retirada da Prefeitura do cadastro de inadimplentes, fato ocorrido entre 1993 e 1996;

VII – a prestação de contas, inclusive a relativa ao processo licitatório;

VIII – o plano de redução de metas;

IX – a relação da equipe técnica do Ministério do Bem-Estar Social responsável pela área, em cujo âmbito se deram os fatos objeto do citado Processo, em especial no período de 1993 a 1996.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Valdir Raupp**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2005

Requer Voto de Pesar ao Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 25 de fevereiro, do Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal, ex-prefeito e vereador de Apucarana. Foi autor da emenda constitucional que deu poderes constituintes ao Congresso em 1987.

O presente Voto de Pesar deve ser comunicado à família do Sr. Walmor Giavarina.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela notável vida de Walmor Giavarina. Como dizem os amigos, “a cidade parava para ouvir o Walmor”. Advogado criminalista de renome nacional, sua atuação em júris era certeza de platéia lotada. Muitos advogados que hoje militam no foro criminal tiveram em Giavarina um exemplo de atuação correta e firme.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Arthtur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Siba Machado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2005

Solicita, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, de minha autoria, informações ao Sr. ministro-chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, as seguintes informações ao Sr. ministro-chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo:

1. Qual a freqüência das aulas de tiro?
2. Quantos tiros, em média, são dados em cada aula?
3. O limite de 50 cartuchos por ano, estabelecido na portaria normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente, está sendo obedecido?
4. Caso contrário, como estaria sendo obtida a munição adicional?
5. Qual o número do registro da arma utilizada nos treinamentos?

Justificação

A Portaria normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente estabelece que “A quantidade anual máxima de cartuchos de munição de uso permitido que um mesmo cidadão poderá adquirir no comércio especializado ... é de 50 cartuchos”. Isso representa aproxima-

damente, quatro balas por mês ou mais ou menos uma bala por semana, o que, em princípio, inviabilizaria a prática freqüente do novo “esporte” do ministro.

O objetivo do requerimento é esclarecer se houve abuso de autoridade ou uso indevido de recursos públicos na nova atividade de Ministro que compõe o atual governo.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Siba Machado.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 4/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 1.603, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 5/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 71, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora **Ideli Salvatti**.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, relatora da matéria.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, estamos solicitando um prazo maior para apresentar nosso parecer, tendo em vista que a reunião ocorrida ontem à tarde com vários representantes de diversos Partidos deixou claro que ainda há algumas questões que precisam ser aprofundadas.

Iremos realizar mais uma reunião entre os Líderes na segunda-feira. Na terça-feira pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos tratará do assunto em audiência pública, inclusive com a presença do Dr. Gilson Bittencourt, que é o secretário executivo do grupo de trabalho interministerial que está coordenando todo o processo de ampliação do microcrédito e das microfinanças. A CAE poderá aprofundar o debate sobre esse assunto e apreciar a MP de forma mais detalhada.

Nossa expectativa é a de que, com esses dois procedimentos – tanto o da reunião da segunda-feira à tarde quanto o do debate na Comissão de Assuntos Econômicos –, tenhamos condições de apresentar o

parecer e votar a medida provisória na próxima terça-feira na sessão deliberativa da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa defere a solicitação de V. Ex^a nos termos do art. 348, inciso II, por analogia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Todas as demais deliberações legislativas ficam sobrestadas.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é sobrestada:

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.* (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-*

A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 10 –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de

origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

– 16 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy),

que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

– 17 –

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 18 –

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de 60 dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faleceu muito recentemente o ex-Deputado Federal e sempre advogado Valmor Giavarina, do Paraná. S. Ex^a morreu como advogado do Partido Progressista no Estado do Senador Alvaro Dias, o Paraná.

Valmor Giavarina foi Deputado Federal pelo PMDB em anos difíceis de combate ao regime autoritário neste País. Na Câmara, certamente, deve ter havido alguma manifestação, quem sabe muitas, de pesar pelo falecimento do Deputado Valmor Giavarina. No Senado, pelo que sinto – até por minha omissão involuntária –, passou em branco, vim a saber do fato ontem.

Gostaria de comunicar à Mesa que estou apresentando um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Valmor Giavarina. S. Ex^a deu sua contribuição à restauração da democracia no País, cumpriu com seu papel como excelente parlamentar que foi e como diligente e competente advogado do Partido Progressista. Já o tive como aliado e como adversário. Sou testemunha, portanto, bastante viva, bastante presente da sua competência.

Encaminho à Mesa esse voto de pesar, seguro de que estaremos homenageando um brasileiro que merece esses encômios e esse reconhecimento por parte do Senado Federal. Neste momento, o Senado representa a Nação brasileira e, sem dúvida, o bravo e progressista Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a relativo ao falecimento do Deputado Valmor Giavarina para adotar as medidas pertinentes ao voto de pesar.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Gostaria apenas de comunicar que subscrevo não só as palavras do Senador Arthur Virgílio como seu requerimento. Faço questão de subscrevê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos e, a seguir, ouviremos o Senador José Agripino Maia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós aqui sabemos da importância da Amazônia para o País. Creio que a grande maioria dos brasileiros tem essa consciência, mas não é demais chamar a atenção da Nação, do Senado e da Câmara dos Deputados para o que parece uma certa fantasia, mas que está consubstanciada em várias afirmações de líderes mundiais, tais como Mikhail Gorbachev, Margareth Thatcher, Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, François Mitterrand, ex-presidente da França e, mais recentemente, do Sr. Pascal Lamy, francês, que era um dos dirigentes da União Européia e agora vai para a Organização Mundial do Comércio – ele disse, categoricamente, que a Amazônia precisa ser administrada por uma espécie de consórcio de países.

É inaceitável essa afirmação feita anteriormente por esses líderes mundiais que citei e agora pelo Sr. Pascal Lamy, que, indo para a Organização Mundial do Comércio, estará a serviço dos países ricos deste mundo.

Tenho a honra de ser um Senador da Amazônia, nascido na Amazônia – portanto, não falo de Amazônia por ter ouvido dizer. Não sou daqueles que, morando em Ipanema ou em São Paulo, se dizem professores de Amazônia, sem nunca terem ido lá. Certas organizações vivem de vender a imagem da Amazônia e não levam nada em favor da região. A cada dia que passa, por um detalhe ou por outro, brasileiros, que têm o dever de defender a Amazônia, estão colaborando para que a Amazônia fique disponível para ser ocupada futuramente ou para, como diz Pascal Lamy, ser gerida por um consórcio de países ricos porque, nós, brasileiros, não sabemos cuidar dela.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil tem mais de 500 anos, e a Amazônia, com todo esse tumulto que se faz de estar sendo devastada, não tem sequer 12% da sua área ocupada pelo ser humano. Então, é preciso pensar na Amazônia de maneira diferente.

No Programa de Governo do Presidente Lula, li uma frase que me tocou profundamente, que esperava e ainda espero se transforme em realidade: todo mundo sabe o que não se pode fazer na Amazônia, mas o que é que se pode fazer naquela região? Qualquer coisa que se pretende fazer para desenvolver a Amazônia esbarra nas questões ambiental, ecológica, indígena, mas não há uma inteligência brasileira capaz de formular um plano efetivo de ocupação para o desenvolvimento da Amazônia de maneira racional.

Esses países que falam tanto em proteger a Amazônia não protegeram suas florestas, seu meio ambiente. Apenas foram em busca do desenvolvimento e, hoje, mandam no mundo, fazendo exatamente o contrário do que querem nos impor.

Essa imposição e esse radicalismo ecológico chegaram a tal ponto, que todas as cédulas de real estampam bichos; não há um vulto histórico. Por quê? Será que, no Brasil, não há vultos históricos? Será que não há sequer um monumento para figurar em nossas cédulas de real?

Portanto, realmente me causa indignação, como amazônida, ver que, entra governo e sai governo, e a Amazônia é vista apenas como uma espécie de zoológico que tem de ser preservado. Mas preservado para quem? Quando na Amazônia só havia borracha e os Estados Unidos estavam em guerra, a região foi explorada ao máximo. Levaram sementes de seringueira para a Malásia e para outros lugares, e a Amazônia passou a ser secundária com relação à produção da borracha.

E assim se dá em todos os pontos. Por exemplo, mais de 50% da área do meu Estado é ocupada por reservas indígenas, que, coincidentemente, detêm as reservas minerais existentes. E não há apenas ouro e diamante; há nióbio, titânio, urânio, minerais de terceira geração, estratégicos. Portanto, os países que dominam o mundo não têm interesse que o Brasil explore a região. Os países ricos não querem que o Brasil seja rico.

Em Rondônia, há a Reserva Roosevelt, que tem esse nome porque o ex-Presidente dos Estados Unidos esteve lá. É também o nome de um rio. Nessa reserva indígena, coincidentemente, existe uma mina de diamantes que, segundo os especialistas, pode ser a maior e a de melhor qualidade do mundo. E o que está se fazendo lá?

Presidi a comissão externa do Senado que esteve na região, devido a requerimento do Senador Valdir Raupp. Sobrevoamos o garimpo, uma área de mineração tão grande, que nem o Ibama nem a Funai nem a Polícia Federal viram. Durante vários anos, o diamante daquela região foi explorado e contrabandeado. E nada

se fez. Houve, então, o massacre de 29 garimpeiros que estavam dentro da reserva, autorizados pelos índios – se é que eles podem autorizar –, pois vimos os documentos assinados pelos caciques. E por que faziam isso? Porque não há governo lá. Nem a Funai nem o Ibama perceberam isso. Então, os garimpeiros entravam na reserva, consorciados com os índios, e exploravam os diamantes, que eram divididos entre os índios e os garimpeiros. E todo esse diamante era vendido para quem? Para contrabandistas que o levavam para fora do Brasil, que não recebia sequer um tostão de imposto.

Aprovamos, há poucos dias, uma medida provisória para legalizar um ato que, no meu entender, é extremamente ilegal: a compra dos diamantes que estavam em poder dos índios pelo Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal. Devia-se regulamentar a exploração mineral de forma racional e decente, de forma que parte dessa exploração se revertesse em benefício dos próprios índios. Isso não se faz!

Há projetos aprovados no Senado que estão na Câmara dos Deputados há décadas e que não são aprovados naquela Casa, não são regulamentados. Por quê? Porque os países ricos não deixam. Nós, brasileiros, precisamos de mais dinheiro, e apenas com as riquezas minerais da Amazônia pagaríamos a dívida externa e faríamos programas sociais mais avançados. Com certeza, a questão do Fome Zero estaria completamente resolvida. No entanto, ficamos lamentando, embora tenhamos um monte de riquezas disponíveis, porque a Amazônia precisa ser preservada. Repito: preservada para quem?

Nós, amazônidas, temos de tomar uma posição e pedir para os brasileiros de outras regiões que se interessem pela Amazônia antes que ela se torne uma outra Kosovo ou um outro Iraque e seja ocupada por resolução da ONU ou sem resolução da ONU. Há, inclusive, a proposta feita pelo Sr. Pascal Lamy de que os países ricos possam explorar, numa espécie de consórcio, a nossa região.

Sr. Presidente, deixo meu protesto e, posteriormente, voltarei à tribuna para trazer um conjunto de sugestões consubstanciadas em projetos de minha autoria aprovados no Senado, mas parados na Câmara, e em outros que não foram aprovados aqui. Tenho um conjunto de propostas efetivas para não só fazer com que a nossa região se desenvolva, mas também para ajudar o Brasil a sair do estado de penúria em que se encontra.

A Amazônia representa 60% do território brasileiro, mas tem apenas um terço da população do Brasil. Os outros dois terços estão localizados nos 300 quilômetros que vêm do mar para dentro. O resto é descui-

do pela Nação. O Centro-Oeste vem se desenvolvendo na marra, porque também não houve qualquer projeto de desenvolvimento para a Região.

Com esse elenco de propostas que pretendo trazer na próxima semana, poderemos reativar não só a memória dos dirigentes deste País, mas também a de todos os brasileiros.

Há uma propaganda muito bem orquestrada internacional e nacionalmente contra o desenvolvimento da Amazônia. Estou entre aqueles que defendem um desenvolvimento inteligente, racional, mas não posso aplaudir essa política de engessamento e de retrocesso em relação à minha região.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, por cessão do nobre Senador Romeu Tuma. Em seguida, falará o Líder do PFL, Senador José Agripino. Após, o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, fará seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma previdenciária que a duras penas o Congresso Nacional aprovou, após anos de discussões e ingentes esforços, ainda não se efetivou por completo. E não foi definitivamente concluída porque a Câmara dos Deputados ainda não pôde honrar o compromisso assumido por todas as Lideranças de ambas as Casas do Congresso Nacional para aprovar a chamada PEC paralela da Previdência Social.

Ainda ontem, dia 9 de março, li nota na imprensa dando conta de que o Presidente da Câmara estaria programando incluir imediatamente na pauta de votações o referido projeto de emenda constitucional, mas determinadas lideranças já manobravam para dificultar tal votação.

Tais dificuldades crescem a indignação com que especialmente os aposentados recebem, a cada mês, o desconto da contribuição previdenciária que lhes é debitado nos contracheques no mais das vezes magros e insuficientes para os seus custos familiares. Mantêm-se inconformados, não sem razão, pela nova obrigação de voltarem a contribuir já na velhice, após o terem feito durante uma vida inteira sob regras, então estatuídas, de que estariam isentos com a aposentadoria.

Essa indignação contra tais descontos é motivada, em alto grau, pela inoperância desastrosa do nosso sistema de saúde e outras carências dos ser-

viços públicos: os que contribuem para o Estado – e aí se incluem também o Imposto de Renda e outros tributos – não recebem uma contraprestação mesmo elementar dos poderes públicos. Sentem-se injustiçados e completamente desamparados.

E o mais triste, Sr. Presidente, é que a Previdência Social brasileira, em que pese a substancial reforma que lhe foi imposta, continua deficitária, em situação que seria falimentar se estivesse em mãos privadas. Em consequência, sem nenhuma esperança à vista de que solucionará, em tempo breve, os seus gargalos e problemas.

Vale registrar, a propósito, a inusitada denúncia que o Unafisco Sindical ofereceu recentemente à Organização dos Estados Americanos contra o Estado brasileiro, presentemente sob a análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington. A informação foi divulgada por Gilberto Amaral no **Jornal do Brasil**. Alegou o Unafisco que a emenda aprovada é inconstitucional porque violou a propriedade individual e, sobretudo, porque os aposentados brasileiros tiveram, nos seus pleitos, deficiente proteção judicial no Supremo Tribunal Federal. Em função disso, afirmou a denúncia do Unafisco que se inviabilizaram os direitos humanos que o Brasil tinha a obrigação de proteger por força do Pacto de São José da Costa Rica e também de outros tratados assinados.

Esses são os fatos que lamentavelmente muito preocupam em relação à nossa Previdência Social e que espero encontrem soluções justas e adequadas.

Sr. Presidente, era a reclamação que desejava fazer desta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois ou três dias, tive a oportunidade de, desta tribuna, manifestar-me e apresentar a minha indignação com relação a fatos que vêm e vinham sendo apresentados, com muito destaque, pela imprensa de circulação nacional.

De repente, não mais que de repente, as estatísticas de mortes por doença – não por conflitos – de populações indígenas, principalmente em Mato Grosso do Sul, Estado do Senador Delcídio Amaral, grande Líder do PT nesta Casa, vêm mostrando números crescentes, alarmantes, provocando a indignação do País como um todo.

Evidentemente que quem viu a fotografia que eu vi – e quem comprou o jornal **O Estado de S. Paulo** hoje a viu –, uma fotografia colorida de quatro indiozi-

nhos, dentro da matéria intitulada “Sobe o número de crianças indígenas mortas em treze regiões”, haverá de se entristecer e de se indignar. São quatro crianças: uma completamente sem roupa, sem calçado; a outra, com um calçãozinho, sem calçado; a outra, com camisa e calçãozinho, sem calçado; e a mais velhinha, uma menina, com uma sandália japonesa e com a roupinha suja, enxovalhada; todos com olhinhos súplices para o fotógrafo que captou o flagrante do sofrimento dessa população indígena de Mato Grosso do Sul. Essa foto fala por si só. Ela é o retrato do estado de coisas que o Governo insiste em não socorrer.

Denunciei e apresentei os números, porque tive a preocupação de, em função daquilo que a imprensa mostrava – a morte de crianças, de índios, mas muitas crianças –, procurar a ação da Funasa, que é o órgão responsável no Brasil por saúde pública, mas específica e topicamente pela saúde e pelo cuidado com a vida da população indígena. Deparei-me com dados que denunciei aqui e que vou repetir rapidamente. Em 2003, a Funasa gastou com medicamentos R\$43,7 milhões e, com passagens, diárias e despesas de viagem, R\$4,3 milhões, ou seja, dez vezes mais em remédios do que em passagens. E, em 2003, Sr. Presidente, não houve denúncia nenhuma de morte de índio. Claro que houve mortes, mas não houve denúncia, então o fato não foi anormal. Em 2004 – e aí entra a minha indignação –, o valor gasto com remédios caiu de R\$43,7 milhões para R\$1,6 milhão, na minha conta; em passagens, subiu de R\$4,3 milhões para R\$5,4 milhões. Pelo amor de Deus!

Esses números não são meus, são do Siafi – Sistema de Administração Financeira, da República Federativa do Brasil, Governo Lula.

Com esses números, tenho o direito de supor, Senador Mão Santa, que parte daquelas mortes está-se devendo a esse tipo de estatística.

Pedi uma explicação, que veio timidamente e falsa. Li no jornal o número que apresentava um diretor da Funasa: as despesas com medicamentos não foram de R\$1,6 milhão, mas de R\$6,6 milhões, mais R\$1,4 milhão de ONGs. Só há um detalhe, dei tratos à bola e fui ver onde estava o meu engano. O R\$1,6 milhão e os R\$43,7 milhões são números que se referem, como eu falei, à Administração Central da Funasa – Fundação Nacional de Saúde. E o Diretor dessa fundação ofereceu à imprensa brasileira os números que ela gastou no Brasil inteiro e não na Administração Central, como eu havia apresentado. Apresentei o comparativo da Administração Central, medicamento **versus** despesas de viagens daquela administração. O Diretor da Funasa forneceu os números do Brasil inteiro. Então, vamos comparar os números...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação. Tenho a impressão de que, após a Ordem do Dia, o Líder dispõe de, pelo menos, dez minutos, não?

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador José Agripino, fui informado de que V. Ex^a falaria na Hora do Expediente, ou seja, era remanescente da Hora do Expediente, por permuta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Mas já houve a Hora do Expediente e, agora, já estamos no pós-Expediente. E, como estamos tratando de um assunto importante, pediria a condescendência de V. Ex^a por mais cinco minutos para que eu conclua o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – V. Ex^a é merecedor e o assunto, mais ainda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Perfeito. Muito obrigado.

Voltando ao raciocínio, comparar não alhos com bugalhos, mas alhos com alhos, ou seja, despesas de viagem **versus** despesas de compras de medicamentos, não da Funasa Brasília com Funasa Brasil. O que apresentei foi Funasa Brasília **versus** Funasa Brasília. Agora, o Diretor colocou Funasa Brasília **versus** Funasa Brasil.

Vamos à Funasa Brasil **versus** Funasa Brasil para o ano 2004. No ano 2004, a Funasa gastou em viagens R\$28.207.090,00. Não foi R\$5,5 milhões o número que apresentei. Foram R\$28 milhões, considerada a Funasa do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Maranhão, do Rio de Janeiro. A despesa com medicamento não foi R\$1,6 milhão. Na Funasa Brasil, foram R\$8 milhões. Então, são R\$8 milhões **versus** R\$28 milhões. Gastar R\$28 milhões com viagens, passagens, diárias contra, no máximo, R\$8 milhões com medicamentos?! Tem de haver indignação e tem de haver denúncia.

Senador Arthur Virgílio, tive a curiosidade de levantar os dados de gastos somente para os dois primeiros meses de 2005. Sabe quanto foram as despesas da Funasa Brasil? Para medicamentos, R\$128 mil e, para despesas de viagem, R\$1,6 milhão. São dados do Siafi.

Então, é meu dever trazer a esta tribuna a minha indignação, principalmente coroada pela declaração lamentável que ouvi do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa. Referindo-se às mortes dos indiozinhos, que aqui estão retratados na fotografia, S. Ex^a diz: “As mortes estão dentro (*sic*) dos números que normalmente acontecem”.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é médico. Entender morte como fato que normalmente acontece e não tomar nenhuma iniciativa? Ele dorme com as estatísticas que acabei de apresentar sem dar resposta alguma às indagações que fizemos. Tenha paciência! Não tenho outra alternativa senão apresentar um requerimento para que o referido Sr. Ministro venha à Comissão de Assuntos Sociais para prestar contas ao País.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pensei inicialmente na regra antiga e imaginei que V. Ex^a falaria durante 20 minutos. Quando percebi que V. Ex^a dispunha apenas de dez minutos, baixei o microfone por entender que seu pronunciamento era eloqüente por si só. Não é a primeira vez que esse Ministro se pronuncia assim. Sobre os idosos e aquela história da UTI, ele já havia dito que são os que morrem primeiro, o que é uma inverdade. Quem sofre um acidente com dez anos morre antes do idoso. Trata-se de um ato no sentido de não prezar a vida, de um jeito boquirroto do Governo, de uma insensibilidade travestida de um socialismo esquisito. Realmente, V. Ex^a faz um discurso que honra o mandato que exerce em nome do povo do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, pelas suas palavras e sua generosidade.

Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, o que mais me causa indignação é o fato de a vida humana ser tratada pela palavra do Ministro, que deve falar em nome do Governo Lula, como coisa. Não se trata de vida. Afirma-se: “As estatísticas foram essas, foi sempre assim, não há muito o que alterar, esse é um fato de somenos importância”. Para nós, é de muita importância. E vou querer que o Ministro venha aqui – ele será convidado – para prestar contas dos números perversos da Funasa. Por que a Funasa dá mais importância à despesa de viagem do funcionário “a”, “b” ou “c”, para aqui, ali ou acolá, inclusive para o exterior, e não gasta seu rico dinheirinho, que saiu do bolso do contribuinte, com medicamentos para salvar as vidas desses indiozinhos, de olhinhos súplices, que são tão brasileiros quanto o Ministro Humberto Costa e o Presidente Lula?

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, o Líder José Agripino arrolou aqui algumas estatísticas e esqueceu-se de que há estatísticas também para Ministros demitidos. É um outro tipo de estatística. Há mortos, vivos e demitidos.

Sr. Presidente, estou apresentando à Mesa requerimento de informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, também de minha autoria, sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março do corrente, as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo:

1. Qual a freqüência das aulas de tiro?
2. Quantos tiros, em média, são dados em cada aula?
3. O limite de 50 cartuchos por ano, estabelecido na portaria normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente, está sendo obedecido?
4. Caso contrário, como estaria sendo obtida a munição adicional?
5. Qual o número do registro da arma utilizada nos treinamentos?

Justificação

A Portaria Normativa nº 40/MD, de 17 de janeiro do corrente, estabelece que “A quantidade anual máxima de cartuchos de munição de uso permitido que um mesmo cidadão poderá adquirir no comércio especializado é de 50 cartuchos”. Isso representa, aproximadamente, quatro balas por mês ou mais ou menos uma bala por semana, o que, em princípio, inviabiliza a prática freqüente do novo “esporte” do Ministro.

O objetivo do requerimento é esclarecer se houve abuso de autoridade ou uso indevido de recursos públicos na nova atividade de Ministro que compõe o atual governo.

Apresentei à Mesa este requerimento de informações dirigido ao Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre treinamento que está recebendo de tiro ao alvo, conforme revelou a coluna Radar da revista **Veja** desta semana. No entanto, acabei me esquecendo de colocar no requerimento o questionamento que ora formulo.

Consulto a Mesa sobre se posso fazer o adendo, mas imagino que possa. Estou lembrando a Portaria nº 40, de 2005, do Ministério da Defesa que estabelece que o cidadão somente pode adquirir em comércio es-

pecializado cinqüenta cartuchos de munição por ano, ou seja, repito, aproximadamente quatro balas por mês, o que dá, mais ou menos, uma bala por semana.

Desta forma, Sr.ªs e Srs. Senadores, indago: será que o Ministro José Dirceu exercita seus treinamentos com apenas um tiro semanal? Será que toda a logística é preparada para apenas um tiro semanal, ou o Ministro José Dirceu está recebendo balas de outra fonte, ou estaria usando suas prerrogativas de Ministro para conseguir mais munição? Além disso, também gostaria de saber o número do registro da arma que o Ministro José Dirceu usa para exercitar os seus treinamentos.

O Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, é autor do projeto que tratou do Estatuto do Desarmamento, e ninguém melhor do que S. Ex.ª para saber do que estou falando e o que me preocupa. Em pleno ano simbólico do desarmamento, temos um Ministro que, das duas uma: ou movimenta a logística para dar um tiro por semana e, nesse passo, vai demorar mais a aprender a atirar do que a fazer política – e ele é muito incompetente fazendo política –, ou está o Ministro incorrendo em algo outra vez ilícito, outra vez irregular, obtendo munição em fontes não corretas. Das duas uma: ou um funcionário do Exército brasileiro, pago pelo Estado brasileiro, está-se movimentando, às custas de dinheiro público, para dar aulas de tiro ao Sr. José Dirceu, ou o Sr. José Dirceu estaria treinando com munição irregular. Além do mais, a Nação quer o bom exemplo. Essa arma deve estar registrada no nome do Ministro, deve ser completamente regular! Não passa pela minha cabeça que o Ministro esteja com arma não regular, com munição não regular! E não passa pela minha cabeça tampouco, Senadora Heloísa Helena, que o Ministro esteja aprendendo tiro ao alvo dando um tiro por semana.

Depois dizem: “Ah, estão pegando no pé do Ministro!” Não, o Ministro é que está pegando no pé da Nação. No ano do desarmamento, anuncia, dando mau exemplo a nossos filhos, que o seu esporte preferido é tiro ao alvo. Só espero que o Ministro custe muito a aprender, porque estou começando a temer que um dos alvos seja eu próprio!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Sou eu quem agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, pelo Bloco da Maioria, ao nobre Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Não estando presente o Senador Sibá Machado, concedo a palavra ao nobre Líder do PL, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder do Bloco/PL. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez ocupo esta tribuna, Senador José Agripino, para falar sobre a situação da saúde no Rio de Janeiro, assunto fundamental para as questões da minha cidade.

O Rio de Janeiro vive hoje uma situação de penúria tremenda. Vivi dez anos na África. Dez anos passei como missionário na África. Estive em Angola, Lesoto, Suazilândia, Madagascar, Moçambique, Namíbia – que, na época, era colônia – e nunca vi a miséria que vejo na cidade do Rio de Janeiro: 700 comunidades carentes, uma delas até com o nome de Nelson Mandela. Se o Presidente Nelson Mandela souber que puseram o nome dele naquela comunidade, tenho certeza de que ele vai chorar e pedir para tirar, porque nem na África se vê a miséria que há no Rio de Janeiro. É angustiante.

A primeira comunidade carente, o Morro da Previdência, surgiu com os escravos que voltaram da guerra do Paraguai, maior conflito que já houve na América do Sul – no Século XIX, de 1865 a 1870.

E agora, para aumentar a minha agonia e aflição, não conseguimos chegar a um acordo com relação à saúde.

O mais primitivo dos instrumentos de defesa do ser humano é jogar a culpa nos outros. Não foi assim no Paraíso? Quando Deus disse a Adão: “O que fizeste?” Ele respondeu: “A mulher que Tu me destes me fez comer do fruto”. O mais primitivo instrumento de defesa é jogar a culpa no outro. E é isso que estou vendo no Rio: o Governo Federal não paga, não repassa; os hospitais caindo aos pedaços, sequer têm elevador – hospitais federais, não digo nem os municipais. Os Estaduais, a mesma droga. Os municipais, piorou.

O Prefeito se defende e diz: “Vou entregar isso de volta, não quero mais”. Um discurso diferente da época da campanha, quando dizia que havia R\$1 bilhão em caixa e queria emprestar R\$100 milhões para a Rosinha. Sumiu o dinheiro. Não sei onde está. Na saúde, não está. Ali, sei que não está.

O povo está sofrendo. O povo do Rio de Janeiro está desesperado. Fico pensando o que fará um pai que tem um filho doente no colo, bate à porta de um hospital e não consegue um remédio.

Passei, Senador Arthur Virgílio, oito anos no Exército, como oficial. Fui punido uma vez, advertido na presença de oficiais. Era segundo-tenente à época, servia no interior do Brasil, e minha esposa estava com dor de ouvido. Passei de manhã no quartel e preenchi uma indicação para o serviço médico do Exército para tratar a dor de ouvido da minha esposa. Eu era jovem, 21 anos, recém-casado, e ela tinha 20 anos. Cheguei lá para ser atendido e o médico me disse: “Isso aqui, o senhor tinha que ter vindo ontem – a fila

era de madrugada –, para pegar o número”. Respon-di: “Mas como? Ela está com dor de ouvido! É última semana, e confesso ao senhor que estava apertado”. Eu era oficial do Exército, tenente, ganhava R\$2 mil, pagava aluguel, despesas.

Voltei ao quartel, peguei a minha requisição e fui ao comandante: “Sr. Comandante, está aqui. Vim rasgar esse documento assinado pelo senhor. Documento legal, oficial, não vale nada. Hoje é comigo. Vou arrumar algum recurso, porque a minha esposa está com dor, e vou levá-la a um consultório particular. Amanhã, um cabo não sei o que vai fazer, ou um soldado, um sargento.”

Como mudou pouco esse meu Brasil, de 30 trinta anos atrás. E me deixa triste ver a saúde do Rio de Janeiro dessa maneira.

O Prefeito sabe que ela não está bem. Aliás, já criou até uma subsecretaria que aplaudi. Ele reconheceu. É um homem honesto, digno, e disse: “Não anda bem, a gestão não está boa. Vou montar mais uma subsecretaria”. Tirou um diretor – uma das grandes administrações do Município – que estava na Comlurb, na arrecadação de lixo, e trouxe-o para Secretaria de Saúde. Começamos a arrumar, tínhamos aquele gás. A população do Rio de Janeiro elegeu o Prefeito no primeiro turno, com louvor. E agora, o Sr. Prefeito diz, não como César, mas como Pilates: “Lavo minhas mãos. Vou devolver esses hospitais. Já devia tê-los devolvido antes.”

Sinceramente, vejo essa frase com muita tristeza.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Crivella, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Permitirei.

Vejo essa frase com muita tristeza porque a população do Rio de Janeiro não pode esperar transição, não pode esperar discussão de constitucionalismo ou de Lei de Responsabilidade Fiscal. As pessoas precisam de remédio e de médico; as pessoas precisam de uma solução.

Propus, juntamente com Senadores desta Casa, ao Município que, em um gesto de grandeza diante do Governo Federal, aceitasse o que foi proposto, e depois discutiríamos mais à frente. Eu mesmo, como vice-Líder do Governo, seria aqui uma voz clamando. O Município deu o exemplo: recebia – já era para ter recebido há muito tempo – R\$48 milhões, mas estava recebendo R\$14 milhões e deixou um déficit antigo grande. E o Governo se propôs, a partir de agora, a colocar o déficit em dia. E o passado? Vamos discutir depois, porque há pessoas morrendo na fila do hospital. Mais para frente, vamos recuperar o passado,

mas resolvamos o problema agora. O Governo propôs R\$100 milhões para investimentos.

O Município disse: “Não, Crivella, é ingenuidade. Não vão cumprir, não vou aceitar, porque prometem e, depois, não mandam e a situação se prolonga. Vamos para a distensão, vamos à ruptura”. Meu Deus do céu, se não significassem vidas humanas! Se estivéssemos falando, por exemplo, de uma ponte, das obras do Pan-americano, que são graves e estão paradas – o Pan é a nossa grande vitrine –, com cadência lenta e falta de recursos. E não conseguimos chegar em um acordo

Hoje, dizia a manchete na capa do principal jornal da minha cidade – todos os jornais publicaram isso –, **O Globo**, que a Prefeitura vai perder a administração do SUS, R\$788 milhões, vai passar para o Estado. Vai piorar a situação. O Estado não tem condições de assumir isso. O caso vai gerar uma pendenga, uma discussão, vai para a corte. Pergunto: e os enfermos, os doentes, aflitos e necessitados? Nem loucos, trazidos amarrados pelo Corpo de Bombeiro, hoje têm atendimento no Rio de Janeiro. Nem louco consegue internação!

Senador José Agripino, concedo-lhe um aparte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Marcelo Crivella, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo candente pronunciamento que está fazendo em defesa do interesse coletivo da população do Rio de Janeiro, cidade onde morei por dez anos, onde concluí o segundo grau e fiz meu curso superior, onde tenho grandes amigos e onde mora a minha mãe. Tive a oportunidade, semana passada, de fazer um pronunciamento apresentando os números da saúde, que era federal e passou a ser municipal, administrada pelo Prefeito César Maia. Referi-me ao pronunciamento de V. Ex^a e fiz uma conclamação ao Senador Sérgio Cabral e a V. Ex^a, dois homens de muito espírito público, para que somemos forças em torno da intenção do Prefeito, que é a de salvar a saúde do Rio de Janeiro. Esse é o espírito que V. Ex^a demonstra, lamentando a pré-ruptura, a perspectiva de ruptura ou a iminência dessa ruptura. Aplaudo a preocupação candente, sincera de V. Ex^a e renovo aqui a minha expectativa de que possamos nos somar. Eu seria o quarto Senador do Rio de Janeiro, pelas minhas raízes, pelo apreço que tenho, como V. Ex^a, pelo Prefeito César Maia, que, como V. Ex^a, eu acho que é um homem competente, probo e bem intencionado, mas que tem as suas razões. Ele tem um projeto, que V. Ex^a conhece, chamado Favela Bairro. O Favela Bairro tem um pleito, concedido pelo BID, de financiamento para um empreendimento a que o BID chama de modelar. Há mais de um ano ele se arrasta no Ministério da Fazenda e há mais de um ano colocam dificuldades, não saindo o financiamento. Não

sei por que razão. O empreendimento é modelar; é um programa de alcance social de prestígio internacional; o financiamento está aprovado pelo BID, mas o Ministério da Fazenda do Governo Federal não libera, não abre a guarda, não abre as cláusulas para concessão do dinheiro. O Prefeito César Maia tem razão – “gato escaldado tem medo de água fria”. É preciso que se reconheça: ele tem suas razões. O Município do Rio de Janeiro, na época do Prefeito Conde, assinou um convênio com o Governo Federal de repasse de seis hospitais federais para a Prefeitura. Nesse contrato havia uma cláusula que obrigava a reposição dos funcionários demitidos, transferidos e aposentados a ser feita por conta da União. Não aconteceu isso. O Prefeito diz que há um déficit, por conta disso, superior a R\$100 milhões. O custeio das unidades hospitalares, devido pelo SUS à Prefeitura do Rio de Janeiro, está congelado em R\$170 milhões há cerca de cinco anos. Não há reajuste, e a Prefeitura arcando com a diferença, para salvar a vida da cidade. Somado, esse déficit chega a R\$280 milhões. Está na hora de nos somarmos. Proponho-me, se for o caso, a conversar, juntamente com o Senador Sérgio Cabral, com V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella e com o Senador Roberto Saturnino, conversar com o Prefeito e com o Governo central para que este cumpra suas obrigações contratuais, para que o Prefeito possa fazer aquilo que tem vontade, que é prestar o melhor possível serviço de assistência médica à população do Rio de Janeiro, principalmente à população pobre, carente, aquela que precisa mais de nós. Elogiando o pronunciamento de V. Ex^a, que estou consciente de que está recheado de espírito público e de boa intenção, coloco-me à disposição de V. Ex^a para que somemos forças em torno do Prefeito, para que possamos melhorar a vida do carioca.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino. É isso mesmo que acredito que devemos fazer.

Infelizmente, a ruptura que está hoje na página central do jornal acabou nos pegando de surpresa, porque era isso que entabulávamos. Ligávamos para um, para outro, tentávamos chegar a um acordo. O Governo Federal acredita que não é possível se repor todo esse déficit e fala de outras coisas. Hoje já não são mais seis hospitais repassados ao município, e sim 31. Oferecia R\$100 milhões e oferece passar agora para R\$46 milhões.

Peço em nome daqueles que estão, neste instante, nas filas dos hospitais ou internados, sem condições sequer de ter alimentação ou mesmo de tomar um banho, porque falta água nos hospitais. No Andaraí, por exemplo, no Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, sequer

há capote para uma médica usar para fazer uma cirurgia. Não tem! A Emergência está fechada!

O Hospital Miguel Couto, que, na minha época de menino – morei no Leblon, nasci ali, perto da praia –, era padrão, referência, hoje é superpovoado, lotado de gente, com filas enormes, faltam exames, materiais. Recebi uma ligação falando de um menino internado, com fratura craniana, ferido em um acidente de carro, e não havia cateter. Precisavam de um cateter para a criança e não havia! Liguei para o Ministro e para o Secretário estadual para pedir, mas tivemos é que remover o menino para o Copa D'Or, porque o Miguel Couto, que, na minha época de menino, era um hospital de referência, hoje sequer tem cateter para medir pressão craniana. O menino apresentava um hematoma e para medicá-lo era preciso saber a pressão para dar a quantidade certa de remédio. O Senador Mão Santa é médico e sabe disso.

Essas coisas nos angustiam. As duas partes precisam ceder. Não podemos partir para a ruptura. Se houver ruptura, a transição vai parar ainda mais os hospitais. Os médicos ficarão sem salário, como também o pessoal que fornece refeição ou faz a limpeza. Já temos uma dívida acumulada com o serviço terceirizado de limpeza do hospital por mais de um ano. Isso é terrível! Isso é uma catástrofe! Num centro cirúrgico, se não há limpeza, desenvolve-se uma infecção hospitalar.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Marcelo Crivella, cheguei para ouvir as últimas frases do seu pronunciamento. Não é a primeira vez que V. Ex^a está na tribuna ocupando-se do assunto da saúde no Estado do Rio de Janeiro. Fico pensando como a cidade mais bonita do mundo, cognominada Cidade Maravilhosa, ex-capital da República, pode conviver com dois problemas – um deles, a segurança, não é objeto da fala de V. Ex^a no momento – sérios neste País. Hoje, compareci à Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Juvêncio da Fonseca, para tratarmos do problema das crianças indígenas. Penso que essa situação causa indignação a todos nós. Todos deveríamos, Senador Marcelo Crivella, estar discutindo aqui os avanços da Medicina, e não a falta do elementar, a falta de médicos, de remédios, de leitos. Como a população de uma cidade que foi capital da República pode estar enfrentando as condições precárias de atendimento que V. Ex^a, com sua calma e ponderação, revela da tribuna, pedindo providências, enquanto as autoridades responsáveis se digladiam, jogando a culpa um no outro. Onde estamos? Quero unir minha voz à de V. Ex^a. Talvez isso não valha nada, talvez seja de pouca importância, mas estamos aqui

para isso. Estamos, em 2005, neste século, a cuidar dessas cousas pequenas, grandes pela incúria, pelo desleixo, pela negligência e pela falta de responsabilidade. Isso não pode acontecer no Rio de Janeiro, assim como em qualquer lugar deste imenso País. Eu queria prestar minha solidariedade ao povo do Rio de Janeiro por meio de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. A voz de V. Ex^a é relevante, como ex-Presidente desta Casa, homem probo e que conhece a dor daqueles que vagam pelos hospitais, pois vem de momentos muito difíceis enfrentando problemas de saúde.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que me dói ver este País pagar R\$110 bilhões para sete mil brasileiros. Não é isso? Nossa dívida não foi de R\$1 trilhão? Oitenta e dois por cento da dívida não pertencem a sete mil brasileiros que são remunerados a juros de agiotagem, 18%? Onde já se viu, meu Deus?

Isso clama aos céus, mas também aos homens de boa-vontade. É preciso mudar, Sr. Senador. Um trilhão de dívida pública remunerada a taxas de juros mais altas do planeta. Quanto ao perfil dessa dívida interna, oitenta e dois por cento pertencem a sete mil brasileiros e o restante, R\$200 bilhões, a dez milhões de brasileiros, a nossa classe média. E 160 milhões de brasileiros estão na periferia, sem direito a nada, sobrevivendo, no sertão, nas comunidades pobres do Rio, pedindo a Deus pelo pão de cada dia. Que Deus nos ajude! Que Deus tenha misericórdia deste Brasil: de um lado, uma riqueza perdulária; de outro, uma pobreza que atinge os hospitais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Conforme resolução da Mesa Diretora, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos. Em seguida, falarão o Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco da Maioria, e o Senador Delcídio Amaral, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador César Borges, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de apoiar a iniciativa do ex-Presidente da República e hoje Embaixador do Brasil na Itália Itamar Franco, que anunciou ontem sua intenção de colaborar com o Governo brasileiro e com a família do engenheiro João José Vasconcelos Júnior, para que possa ser libertado esse cidadão de Juiz de Fora conhecido pelo Embaixador Itamar Franco desde quando este foi Prefeito daquela cidade. Esperamos que S. Ex^a possa envidar todos os esforços em prol da libertação do engenheiro, que,

como Diretor-Chefe de Obras da Odebrecht, estava no Iraque e acabou sendo seqüestrado.

Justificou o Embaixador Itamar Franco que a Itália mantém contingentes militares, serviços secretos e uma sede diplomática no Iraque e que, além disso, os italianos tiveram êxito nas negociações com os iraquianos relativas ao seqüestro da jornalista italiana, que recentemente foi libertada, depois de estar naquele país sob o domínio dos insurgentes iraquianos por um bom tempo, e que acabou sendo objeto de tiroteio por parte de uma guarda militar norte-americana. Propõe o Embaixador Itamar Franco que se crie um núcleo de ação no Brasil com base na Itália, dando maior autonomia à Embaixada em Roma, que poderia contar com a colaboração do Governo italiano. Itamar Franco ressaltou que o Serviço Secreto Italiano se dispõe a colaborar com o Brasil.

No caso de João José Vasconcelos Júnior, o problema é a falta de informação praticamente total. Ainda hoje conversei com Isabel Vasconcelos, irmã de João José Vasconcelos Júnior, que me informou que, de fato, a família está com ausência de informações desde o seqüestro, ocorrido em 19 de janeiro. Eles não têm certeza nem mesmo se o engenheiro está vivo, embora esperem, obviamente, que esteja vivo. Mas não houve qualquer informação. Inclusive, amigos da família estiveram com a jornalista italiana libertada e confirmaram pessoalmente que ela não obteve qualquer informação a respeito do cidadão brasileiro João José Vasconcelos Júnior.

Conversei há pouco com o Embaixador Itamar Franco, que me disse ter sido convidado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para, na próxima quinta-feira, expor a respeito de sua proposição. Inclusive, o Presidente Severino Cavalcanti telefonou para S. Ex^a para transmitir-lhe o convite.

Gostaria, Sr. Presidente Renan Calheiros, que, como o ex-Presidente Itamar Franco, ex-Senador, membro desta Casa informou-me há pouco ter sido convidado pela Câmara dos Deputados para expor na próxima quinta-feira, dia 17, a respeito da sua iniciativa de tentar colaborar para que João José Vasconcelos Júnior, o engenheiro seqüestrado no Iraque, possa vir ao Brasil, gostaria de sugerir que seja feito um convite conjunto da Câmara e do Senado, pois, no caso de S. Ex^a expor sobre os seus esforços, que se reúnam ambas as Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado para ouvi-lo.

O Senador Hélio Costa teve hoje o seu requerimento aprovado para que seja solicitado ao Itamaraty o envio de todas as informações ao Senado Federal relativas ao conhecimento que porventura tenham as

autoridades e aos esforços realizados junto aos diversos segmentos iraquianos, inclusive junto aos insurgentes, sobre como poderemos ter de volta para sua família, com vida, o Sr. João José Vasconcelos Júnior.

Assim, a minha sugestão, Senador Renan Calheiros, é que possa V. Ex^a também transmitir o convite, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para que, caso o Embaixador Itamar Franco venha ao Brasil falar desse tema, o faça em reunião conjunta nas Comissões do Senado e da Câmara.

Dedico o restante do meu pronunciamento para ressaltar a importância dos trabalhos de hoje da comissão presidida pelo Senador Alvaro Dias, que tem como Relator o Senador João Alfredo, pois tivemos a oportunidade de ouvir a apresentação do Presidente do Incra, Rolf Hackbart, sobre o estágio em que se encontra a reforma agrária no Brasil.

Rolf Hackbart explicou a evolução da legislação relativa à estrutura fundiária no Brasil desde os tempos em que a propriedade era comum entre os índios que residiam em nosso território.

Em 1494, houve o Tratado de Tordesilhas, assinado por Portugal e Espanha, por meio do qual as terras das Américas foram distribuídas entre os dois reinos.

Em 1504, houve o regime das sesmarias. Descoberto o Brasil, o colonizador português instituiu o regime das sesmarias, garantindo a cessão de grandes glebas aos amigos do rei, dando origem ao que poderia ser qualificado de uma verdadeira reforma agrária às avessas. As sesmarias duraram até 1822. A distribuição da terra era feita aos chamados amigos do rei.

Em 1822, houve o regime das posses. Às vésperas da Proclamação da República, por proposta de José Bonifácio, foi instituído o regime das posses, pouco alterando o sistema anterior de distribuição de terras. Esse regime das posses durou até 1850, quando houve a Lei de Terras.

Lembro que, nesse século, houve o **Homestead Act** nos Estados Unidos, do Presidente Abraham Lincoln, que, em grande parte, contribuiu para que naquele país houvesse uma distribuição bem mais equitativa das terras.

No Brasil, no dia 10 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei nº 601, primeira Lei de Terras do País, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que, entre outras providências, revalidou as sesmarias e outras concessões de terras feitas até então.

No que diz respeito à legislação mais atual, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 instituiu, no Título VII, Capítulo III, diretrizes de grande impor-

tância. Houve o Decreto-Lei nº 9.760/46, muito importante, e o Estatuto da Terra.

Relembrou Rolf Hackbart, Presidente do Incra, que, após um grande movimento social, que incluiu as Ligas Camponesas, e um movimento pela reforma agrária apoiado pelo Presidente João Goulart, o que levou muitos conservadores a realizarem manifestações de preocupação quanto à propriedade da terra, coube ao regime militar, especificamente ao Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, instituir o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), contando com a colaboração, entre outras, de José Gomes da Silva.

Houve, ainda, a Lei Agrária (Lei nº 8.629/93), a Lei do Rito Sumário (Lei Complementar nº 76/93), a Lei do Registro Público de Terras (Lei nº 10.267/01) e as Normas e Regulamentos do Incra.

Chamou a atenção Rolf Hackbart para a tramitação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição, já aprovada pelo Senado Federal, que estabelece que as áreas em que for identificada a utilização de trabalho escravo poderão ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. S. S^a instou a Câmara dos Deputados a aprovar logo a matéria já aprovada por esta Casa.

Uma informação de grande importância fornecida pelo Presidente do Incra é que houve, recentemente, no Brasil, uma evolução moderada, mas em direção positiva, com relação ao índice de concentração de terra. Cabe lembrar a evolução do Coeficiente Gini, indicador de desigualdade que varia de zero a um, sendo que zero significa perfeita igualdade entre todos, e um significa que apenas um detém toda a riqueza ou toda a renda; no caso, a propriedade da terra. Pois bem. Existem indicadores de concentração da estrutura fundiária extremamente concentrados.

Em 1992, o índice de concentração era de 0,831. Em 1998, havia se agravado para 0,843. Comparando com outros países, é altíssimo. Em 1998, no Brasil, era de 0,843. Em 1980, no Canadá, era de 0,60. No México, em 1960, era de 0,62. Nos Estados Unidos, em 1987, era de 0,75. Na Bolívia, em 1989, de 0,77. E na Colômbia, em 1990, de 0,77.

Obviamente, existe uma forte concentração de riqueza. Dados apresentados pelo Sr. Rolf Hackbart indicam uma evolução para melhor, do ponto de vista de atingirmos maior equidade, ainda que em um estágio muito alto de concentração da riqueza, sobretudo de propriedade da terra.

Os indicadores de concentração fundiária no Brasil demonstram que, em 1998, o número de imóveis cadastrados pelo Incra, de mil hectares e mais, correspondiam a 57.881, o equivalente a 1,6% de todas as

propriedades, com uma área total de 219,824 milhões de hectares, ou seja, 52,9% da área total.

Em 2003, o número desses imóveis passou para 68.381, correspondendo a 1,6% de todas as propriedades, com uma área total de aproximadamente 195,7 milhões de hectares, o que representa 46,8% da área total.

O número dessas grandes propriedades evoluiu de 52,9%, em 1998, para 46,8%, em 2003. Portanto, pode-se registrar uma melhoria moderada, mas no sentido de maior equidade na distribuição da propriedade da terra. É importante saudar isso.

Ressalto aqui que, se a concentração de riqueza acumulada evolui no sentido de maior equidade, de maior igualdade, é de se esperar que também a evolução da concentração de renda, ou do grau de desigualdade, seja no sentido de maior equidade, de maior justiça. Os dados de 2003 do IBGE relativos à distribuição da renda indicam que houve uma melhoria do Coeficiente de Gini.

Mencionarei aqui o que foi divulgado, na semana passada, pelo IBGE e pelo economista da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Côrtes Neri, no artigo "A Desigualdade Desencalhou?" para **O Valor**, de 1º de março de 2005.

Diz Marcelo Neri:

A nossa desigualdade de renda tem se mantido alta e estável, desde que é medida. No intervalo compreendido entre os Censos de 1960 a 2000, as medidas estatísticas sociais publicadas nos colocam no pódio mundial da desigualdade. Por outro lado, as últimas edições da PNAD do IBGE apontam uma redução da desigualdade. Será que a iniquidade inercial brasileira está finalmente desencalhando?

Começamos com um retrato da população brasileira segmentado em três estratos de renda per capita: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários, cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%), uma espécie de classe média no sentido estatístico.

Se olharmos as flutuações econômicas recentes dessas fatias no bolo distributivo, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-1996) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças relativas pouco pronunciadas.

Já no último período (2001/2003), observamos um movimento de redução da desigualdade. Começando pelo topo da distribuição, a parcela dos 1% mais ricos cai de 13,7% para 12,8%, dado inédito nos últimos 10 anos. A parcela apropriada pelos 5% mais ricos cai nesse período de 33,7% para 32,4%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 45,7%.

Se os ricos perderam fatia no bolo, quem ganhou? Os 40% intermediários passaram de 40,4% para 40,8%. Na base da distribuição, a parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,4% para 13,5%. Vale a pena verificar a robustez dessa queda da desigualdade. Será que ela é válida para um conjunto mais amplo de indicadores?

Tomemos a medida mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um. Numa situação utópica, em que a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir seu raciocínio e, conseqüentemente, seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini de 2003, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Quero ressaltar que começou a haver progressos. É possível que os diversos programas, sejam os direcionados à melhor realização da reforma agrária, sejam os programas de transferência de renda, incluindo bolsa-família e outros, comecem a dar resultados modestos, porém em uma direção positiva.

Quero aqui cumprimentar o Presidente Rolf Hackbarth pela seriedade com que conduziu hoje a sua exposição.

Avalio que estamos pelo menos em uma direção positiva, envolvendo a melhor distribuição da propriedade da terra e da renda no Brasil. E nossos votos são de que os programas que contribuam para esse caminho possam ser aperfeiçoados e implementados com maior força.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suppicy, o Sr. César Borges deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A Presidência comunica ao Plenário que, em reunião hoje realizada com a presença do Srs. Líderes Ney Suassuna, do PMDB; Delcídio Amaral, do Bloco de Apoio ao Governo; José Agripino, do PFL; Osmar Dias, do PDT; Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional; Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal; Marcelo Crivella, Líder do PL; Leonel Pavan, Líder do PSDB; do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; da Senadora Ideli Salvatti; e dos Senadores Luiz Otávio e Eduardo Azeredo, após amplo debate, firmou, com o apoio dos Srs. Líderes, o seguinte entendimento relativamente a projetos que tramitem em caráter terminativo nas Comissões e que forem apreciados enquanto as deliberações legislativas da Casa estiverem sobrestadas (art. 62, § 6º, e art. 64, § 2º, da Constituição Federal):

...que a decisão terminativa de comissão a que se refere o inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, e regulado mediante o disposto no art. 91 do Regimento Interno, constitui ato composto que somente se completa após ocorrer a comunicação dessa decisão da comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no **Diário do Senado Federal**, com vistas ao início do prazo de cinco dias para interposição de recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado, conforme estabelecem os parágrafos 2º e 3º do art. 91 do Regimento Interno.

Em outras palavras, quando a pauta estiver sobrestada por tramitação de medida provisória, as comissões terminativas poderão apreciar matérias. Claro que a deliberação não vai se concluir, porque há ainda, regimentalmente, o direito a recurso para a Mesa por até cinco dias, que é quando na verdade se completa a deliberação do Senado Federal. Enquanto isso, as comissões continuarão a apreciar matérias terminativas.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. V. Ex^a tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna tratar do problema das

companhias aéreas, até hoje sem solução. Notícias foram divulgadas durante um ano inteiro; houve debates nesta Casa sobre a crise do setor aeroviário brasileiro, sobre as dificuldades dos passageiros para encontrar vagas em aviões, em contrapartida com investimentos da Infraero, modernização de aeroportos.

Fiquei surpreso com as notícias da semana passada para cá, de que se iniciou verdadeira guerra de preços de passagens e que alguém deve estar querendo enganar alguém. A moribunda Vasp, definitivamente, parece que faleceu; a Varig, crônica, apresenta um rombo de quase R\$10 bilhões, conforme a imprensa. Por outro lado, a Gol diz que teve faturamento crescente no ano passado, justamente por ter reduzido o preço das passagens. Diz a notícia que a Gol foi condenada pelo DAC a suspender a venda de passagens por R\$50,00 sob a alegação de que se tratava de competição predatória. Nessa competição de preços, Sr. Presidente, está sendo dito que a TAM segue a Varig e a Gol e dá descontos de até 60%.

“Crise da Varig e da VASP causa impacto no lucro da Infraero”. Dizem ainda que, no ano passado, o lucro da empresa foi de apenas R\$4,5 milhões, contra R\$188 milhões apurados no ano anterior. “Nessa guerra de promoções, uma passagem entre o Rio de Janeiro e Recife pode ser comprada por apenas R\$397,00. Se o bilhete for de tarifa cheia, o preço sobe para R\$1.323,00. A Varig está cobrando apenas R\$199,00.”

Para uma empresa que está mal das pernas, Sr. Presidente, devendo R\$10 bilhões, como cabe um negócios desses?

São manchetes de jornais: “TAM prevê nova queda de preços de passagens.” “O preço das passagens aéreas deve ficar entre 10% e 15% mais barato.” “Para DAC, promoção da Gol é regular.” “Há um corte de até 70% no preço das passagens.” E por aí vai.

A Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo diz, numa nota, que quer punição para as companhias por uma promoção sem transparência e faz uma série de acusações: que é mentira que não existem vagas para a venda desses bilhetes; que as pessoas vão para os guichês tentar comprar os bilhetes com os preços anunciados e não encontram; que, pela Internet, ninguém consegue, porque a rede não funciona, dá pane; que as filas nos aeroportos aumentaram em 30%.

Duas coisas me chamam a atenção. Primeiro, a concorrência dos preços baixos é muito utilizada pelos supermercados, que têm um lucro muito pequeno sobre um produto, mas, vendendo grande quantidade, conseguem aí o maior faturamento da empresa. Então, se isso vale para os supermercados, pode valer para qualquer tipo de negócio.

Diz também a Associação que os preços dos bilhetes das companhias aéreas brasileiras são terrivelmente mais altos do que os vendidos na Europa ou em outras lugares do mundo e que os serviços são cada vez de menor qualidade; que das chamadas pontas de linhas, a Varig quer entregar nove, porque só dão prejuízo; e que o compartilhamento de voo é um grande negócio.

Sr. Presidente, alguém precisa explicar o que está acontecendo. Se os preços sobem muito para garantir o faturamento dessas empresas, qual é o custo real de uma passagem aérea no Brasil? Eu queria saber. Quando eu participava de movimento popular, na crise das tabelas de preços das passagens de ônibus, sempre íamos discutir as tabelas, o custo de tudo e mais o lucro da empresa, para poder se chegar ao preço justo da passagem.

Eu queria isso, eu gostaria de ver isso aqui. Devemos uma explicação à sociedade, deixar isso mais claro. Primeiro, se é uma promoção real, onde estão as condições de logística para as empresas oferecerem o serviço para seus passageiros? Depois, o problema da ambigüidade do preço das passagens com a história da crise. Quero saber se está havendo maquiagem nos balanços. Foi noticiado no mundo inteiro que empresas americanas quebradas maquiavam o balanço para aumentar o valor na bolsa de valores. Eu queria saber se esse negócio está sendo reproduzido aqui.

Quem está falando a verdade? A Gol está dizendo que baixa o preço da passagem e aumenta seus lucros, porque é no volume de venda de bilhetes que ela fatura. A Varig bota um preço estratosférico e vive dizendo que está devendo R\$10 bilhões.

Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos, para que

... sejam convocados os Srs. Presidente da Gol, Sr. Constantino de Oliveira Júnior; o Presidente da TAM, Sr. Marco Antonio Bolonha; o Presidente da Varig, Sr. Carlos Luiz Martins; e o Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, para que, em audiência pública, prestem os seguintes esclarecimentos a esta Casa:

1º) Sobre a crise econômica das companhias aéreas;

Eu gostaria de ver apresentadas as tabelas, mostrando o custo médio de passagem em qualquer trecho no Brasil.

2º) O realinhamento de preços feito neste mês;

Como, se durante todo esse tempo disseram que estavam quebradas e, de uma hora

para outra, promovem uma redução de até 70% no valor das passagens? E, pior, não oferecem serviços com qualidade aos usuários.

3º) Como são feitas as promoções de passagem aéreas?

Como o DAC explica isso? Num momento pode, noutro não? Em um momento, julga a atitude da GOL impropriedade porque baixou o preço para R\$50, considerando a concorrência predatória. Agora pode? E diz que é justo – está aqui no jornal.

4º) Explicitar a política de transparência com relação ao consumidor.

Sr. Presidente, encaminhei esse requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos e gostaria de fazer um apelo ao Senador Luiz Otávio, Presidente da CAE, para que encaminhe a convocação a essas pessoas o mais rápido possível. É preciso pegar essa onda, pois se diz que na Semana Santa será uma festa – comprar uma passagem, não sei nem como.

Isso precisa de uma explicação, do ponto de vista do balanço das empresas, do ponto de vista da tabela real de custo da passagem aérea no Brasil, do ponto de vista da realidade das promoções feitas, e até que ponto são verdadeiras. É preciso haver esclarecimento em respeito ao consumidor, para que ele compre a passagem para o dia que quiser, que o sistema funcione, seja no balcão da empresa, via Internet, pelo telefone, seja como for.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com todo prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a chama a atenção para um assunto muito importante: transporte aéreo. V. Ex^a está fazendo o que nós, médicos, chamamos de profilaxia. Se der complicação, vira epidemia. Há pouco tempo, Senador Garibaldi Alves Filho, quando eu governava o Estado do Piauí, havia vôos daqui para Teresina, que funciona também como capital do centro e do sul do Maranhão. Havia a Transbrasil, a Vasp, a Varig e a TAM. E a TAM, do Comandante Rolim, quem levou para a região fui eu. É um negócio recente. Eu, outro dia, fiquei a imaginar que, se não tivesse convencido o Comandante Rolim, não haveria vôos hoje. Todas as empresas aéreas desapareceram em um pequeno espaço de tempo. A TAM foi uma conquista – vamos dizer – nossa num governo recente. Nesse pequeno período de tempo, desapareceram a Transbrasil, a Varig e a Vasp. Então, há algo errado nesse reino aéreo. Talvez nada tenha a ver com o avião do Presidente Lula, mas precisamos estudar isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa. Eu agradeço pela contribuição de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, para encerrar, eu queria lembrar que existe ainda um grave problema, que é a qualidade no atendimento e a questão da centralização. Apenas alguns aeroportos oferecem vôos para outros países e até mesmo para cidades brasileiras. Então, quem está em determinado lugar é obrigado a sair daquele ponto e dirigir-se ao centro do País, para dali partir. Por exemplo, quem está no Piauí, tem que vir a Brasília para daqui partir para Estados como Alagoas e Paraíba. Isso precisa ser explicado.

Sr. Presidente, merecemos uma explicação, a sociedade brasileira e todos os interessados no assunto.

É preciso transparência nessa história. Precisamos analisar a situação dos balanços. Se pode para uma, pode para todas. A redução de custos não pode ser uma brincadeira. Desculpem-me a angústia e a decepção em relação à questão, que me levaram a fazer este pronunciamento. Espero que, em curto espaço de tempo, tenhamos uma explicação plausível na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco, na qualidade de orador inscrito regularmente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, serei breve. Eu queria fazer dois registros. O primeiro, com relação a hoje, quando tivemos uma belíssima cerimônia em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher. E eu não poderia deixar aqui de registrar a experiência de Mato Grosso do Sul, especialmente com relação às políticas de gênero e em função do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher. Essa coordenadoria deu seus primeiros passos em 1999, sob a direção de Dona Gilda Maria Gomes dos Santos, quebrando dogmas, rompendo preconceitos e dando início a uma nova forma de pensar políticas públicas. O Mato Grosso do Sul é um dos Estados que mais ousou com relação a essas questões.

Uma das principais razões que nos levaram à introdução de políticas públicas para a mulher é a violência contra a mulher. Esse tipo de violência acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as

idades, independentemente de classe, raça, etnia ou orientação sexual. Era expressão do desequilíbrio das relações de poder em nossa sociedade.

A violência contra a mulher requer políticas públicas de prevenção e assistência, bem como ações do poder público e da sociedade no sentido de punir e interromper seus ciclos. Políticas públicas para as mulheres são importantes, porque não existe igualdade entre mulheres e homens no mundo de trabalho. As mulheres representam quase a metade da população economicamente ativa, são chefes de um terço das famílias brasileiras e contribuem significativamente para o desenvolvimento do País. No entanto, Senador Mão Santa, continuam ganhando salários inferiores aos dos homens em função semelhante e com o mesmo grau de escolaridade.

Outra razão para as políticas públicas voltadas para as mulheres é que elas sofrem por discriminação de raça e etnia. As mulheres negras têm, em média, quatro anos a menos de estudo e recebem salários quase três vezes mais baixos do que as brasileiras brancas. As mais idosas têm quatro vezes mais chances de cair na indigência. A mulher índia, além da discriminação de gênero e étnica, sofre com os altos índices de estupro, prostituição, e invisibilidade em relação às outras mulheres.

Uma quarta razão para as políticas de gênero: o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas. Isso é crime. Cerca de novecentas mulheres, em geral com idade entre 18 e 21 anos e baixa escolaridade, são levadas todos os anos do Brasil para o exterior, por redes internacionais de exploração sexual, de acordo com o relatório anual do Congresso dos Estados Unidos da América sobre o tráfico de seres humanos.

Quinto item fundamental para uma política de gênero: a mortalidade materna precisa ser eliminada. No Brasil morrem, anualmente, mais de duas mil mulheres e mais de 38 mil recém-nascidos por complicações na gravidez, no parto ou no pós-parto. Quase todas essas mortes poderiam ser evitadas se os direitos das mulheres e dos recém-nascidos fossem garantidos.

Sexta razão: a mulher é tratada como objeto e o assédio sexual e moral são formas de violência. Há denúncia de assédio sexual e moral no mundo de trabalho que constrange e humilha as mulheres, impedindo muitas vezes seu pleno desenvolvimento profissional.

Sétima razão: por que a sociedade perde com a não-incorporação das políticas de gênero nas políticas públicas? É preciso incorporar essas necessidades e demandas específicas das mulheres na formulação e implementação das políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal, porque cada mulher é,

acima de tudo, uma cidadã que merece respeito e é absolutamente necessário reconhecer as desvantagens e perdas que historicamente recaem sobre elas em toda a sua diversidade.

Fiz esse registro, Sr. Presidente, para mostrar que temos muita coisa pela frente e também para registrar as políticas corretas do Presidente Lula no que se refere às políticas de gênero. Mais uma vez quero parabenizar todas as mulheres, as funcionárias do Senado Federal, do Congresso Nacional, as brasileiras, pelo transcurso do dia 8 de março.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, meu caro Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, eu gostaria de público de manifestar o pensamento do PMDB de Ulysses, neste momento em que está aí o PT que admiramos. Aqui no Congresso ninguém o excedeu no seu comportamento ao longo desses anos que aqui estamos, quer dizer, em nenhum instante V. Ex^a falha e em tempo presta, na Liderança do PT, homenagem à mulher brasileira. Então, queremos manifestar aqui a nossa admiração e apreço pelo modo como V. Ex^a está se comportando como Líder do PT.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral, quero unir minha voz à do Senador Mão Santa, parabenizando V. Ex^a. Entretanto, V. Ex^a já está muito festejado. Hoje é dia de festejarmos as mulheres. V. Ex^a ocupou esta tribuna com o objetivo de mostrar as políticas desenvolvidas em favor de uma maior participação da mulher, em favor de uma menor discriminação e em favor de uma maior igualdade entre as mulheres e os homens. Efetivamente, por maior avanço que queiramos registrar, ainda as mulheres, sob certos aspectos, mesmo salarial, são discriminadas. Vê-se, até pelos convites de formatura, que as mulheres estão na faculdade em número maior que os homens. Nos concursos públicos, as mulheres estão ganhando. Elas ocupam, nas empresas, os mais relevantes postos. Hoje, no Brasil, a mulher executiva é um fato inconteste. Estou falando dessas mulheres, sem esquecermos as mulheres educadoras, aquelas que nos deram a vida, nos amamentaram, nos carregaram e nos impulsionaram, sem esquecermos as nossas mulheres. Também não podemos nos esque-

cer de que elas fazem tudo isso e ainda cuidam do lar. Entretanto, há um ponto que considero que nós, homens da política, temos de trabalhar melhor. As mulheres são maioria da população, mas não noto um crescimento no número de mulheres na vida pública brasileira, disputando postos eletivos. Os Partidos políticos, apesar das cotas, têm dificuldades de preencher o número de vagas nas eleições proporcionais, por exemplo, para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais, porque não se encontram mulheres para preencher a cota legal. Tenho a mais viva esperança de que cabe a cada um de nós estimular a participação da mulher, para que ela realmente entre na política e nos auxilie. No Senado da República, somos 81 Senadores, brindados com a inteligência e a sensibilidade de seis mulheres já nominadas. É preciso que esse número aumente nesta Casa, na Câmara dos Deputados e em outras Casas políticas. Não há dúvida de que elas estão crescendo. É efetiva a participação feminina na Magistratura, no Ministério Público e em postos executivos. Em qualquer atividade, percebemos que o crescimento feminino é muito maior do que o que está ocorrendo na política. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, ilustre Parlamentar sul-mato-grossense, que muito nos orgulha.

Sr. Presidente, infelizmente, em razão das novas regras vigentes nas sessões do Senado, uma vez que já falei das mulheres pelo que representam e por ocasião do Dia Internacional da Mulher, encerrarei, agora na posição de Líder do PT e do Bloco de Apoio, explicando rapidamente uma questão.

O Ministro José Dirceu foi criticado recentemente por viagens que fez, há duas semanas, a São Paulo.

Gostaria de deixar muito clara a razão, o porquê, dessas viagens e as atividades desenvolvidas pelo Ministro José Dirceu.

O Ministro José Dirceu, Sr. Presidente, foi na semana passada à Argentina, a uma reunião preparatória com o Governo do Presidente Kirchner, em função do encontro do Presidente Kirchner e do Presidente Lula, como também com o Presidente Chávez.

Retornando ao Brasil, foi a um seminário internacional, onde expôs todo o planejamento do Governo, das ações de Governo, aos investidores internacionais. Em São Paulo, tinha uma programação que se iniciou pela cidade de São Carlos, onde recebeu, por unanimidade, da Câmara de Vereadores, o título de Cidadão São Carlense, com a presença de todos os Vereadores, inclusive dos Partidos de Oposição; participou depois de atividades com empresários e lideranças da região, e porque se encontrava nesse dia em São Carlos, foi

também, como Ministro Chefe da Casa Civil do Presidente Lula e talvez uma das maiores lideranças do PT, a um seminário que acontecia na mesma ocasião, com 55 Prefeitos do PT.

O Ministro José Dirceu, no dia 25, foi a Araraquara, também representando o Governo Federal, para participar de um encontro com lideranças políticas empresariais, etapa que, encerrada, fez com que o Ministro José Dirceu fosse diretamente aos Estados Unidos encontrar-se com autoridades americanas. Esses eventos foram absolutamente registrados em função do encontro do Ministro José Dirceu com a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice. Foi um encontro importante que tratava de temas fundamentais para as relações entre Estados Unidos e Brasil.

Por que cito isso para concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente? Porque, primeiro, o Ministro José Dirceu, em absoluto, jamais usou a estrutura de Governo para qualquer atividade particular. Ele foi à Argentina a serviço para preparar a reunião do Presidente Lula; foi ao Rio de Janeiro para um encontro com empresários e investidores internacionais; foi a São Paulo em uma atividade institucional e lá recebeu o título de cidadão de São Carlos. Teve também um encontro com lideranças regionais empresariais e políticas; retornou a São Paulo e, de São Paulo, foi cumprir compromissos com autoridades americanas, e fundamentais, para as relações entre Brasil e Estados Unidos.

Todos esses fatos foram absolutamente registrados pela mídia. É importante, Sr. Presidente, relatar primeiramente que toda a documentação encaminhada pelo Ministro José Dirceu que, antecipadamente, preparou e encaminhou um ofício com todos os seus anexos a S. Ex^a, o Sr. Fernando Neves da Silva, Presidente da Comissão de Ética Pública.

O Ministro José Dirceu se antecipando, encaminhou não só a documentação do Projeto de Decreto Legislativo que lhe conferiu o título de cidadão de São Carlos, os convites associados a encontros com lideranças empresariais e políticas da região. Por aqui, V. Ex^a pode ver que é um fato público e, portanto, absolutamente correto, transparente e demonstrando claramente o homem público que o Ministro José Dirceu é.

Notícias de *sites* de São Carlos, a presença, meu caro Presidente, de Vereadores da Oposição saudando o Ministro José Dirceu e, portanto, demonstrando claramente como S. Ex^a trabalha pelo Governo e, acima de tudo, pelo País. Então o Ministro José Dirceu não tem absolutamente nada a esconder. Se fatos ocorreram eventualmente em outras situações na utilização principalmente de aeronaves da FAB, pelo menos nes-

se caso específico, está demonstrado que as atividades eram totalmente institucionais, e o Ministro José Dirceu cumpriu uma agenda importante, em função das responsabilidades que tem como Ministro Chefe da Casa Civil.

E, para concluir, Sr. Presidente, acredito que esses fatos foram absolutamente esclarecidos. Louvo aqui a iniciativa do Ministro José Dirceu, que se antecipou e mandou toda a documentação pertinente e um ofício ao Conselho de Ética, demonstrando que ele age de uma maneira séria, respeitando o dinheiro público e, acima de tudo, ajudando o País, o Presidente Lula a conduzir o Brasil para um futuro cada vez melhor de crescimento, de progresso, de cidadania, de fraternidade, de solidariedade.

Desejei fazer este registro, Sr. Presidente, porque esse é mais um fato que, se trouxe alguma repercussão nos últimos dias, demonstra claramente a postura e a forma decente, retilínea, que o Governo do Presidente Lula e seus Ministros têm adotado, principalmente nas suas missões institucionais e na utilização especialmente de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Aqui encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as medidas provisórias têm sido objeto de preocupação do Congresso Nacional praticamente desde a entrada em vigor da Constituição de 1988.

Já as Emendas Constitucionais nºs 6 e 7, ambas de 15 de agosto de 1995, trataram do tema, então para vedar a utilização das medidas provisórias para regulamentação de dispositivos constitucionais alterados por emenda constitucional a partir de 1995.

A providência já foi fruto de um entendimento entre Congresso e Poder Executivo, para livrar as regras constitucionais sobre abertura econômica e quebra de monopólios, então recém-aprovadas, de regulamentação à revelia do Legislativo.

Mesmo assim, permaneceram as dificuldades no trato das medidas provisórias, que são editadas por deliberação individual do Presidente da República, mas dependem de aprovação, alteração ou rejeição

de um órgão colegiado e plural, como é o Congresso Nacional.

Às vezes incompreendido e acusado de mora injustificada, não nos parece caber a culpa ao Congresso, que só pode deliberar depois de discussão entre seus membros, com opções políticas e ideológicas variadas, diferentemente do Presidente da República, que, a rigor, exerce solitária e instantaneamente o seu poder.

Essas tensões têm levado à busca de soluções para os freqüentes impasses. Mas, nessas idas e vindas, a equação do problema não tem sido precisa e, por conseguinte, as medidas tomadas pelo Congresso não se têm revelado eficazes e adequadas.

Vejamos, por exemplo, as primeiras emendas à Constituição que trataram do tema, as já referidas Emendas nºs 6 e 7. Impediam o uso de medida para regular dispositivos da Constituição que já tivessem sido alterado por emenda à Constituição. O caráter casuístico e artificial da regra logo demonstrou sua inadequação à realidade. Tanto que a Emenda nº 32 limitou no tempo a restrição, impedindo somente o uso da medida provisória naquelas circunstâncias até setembro de 2001. Ou seja, devolveu o Congresso ao Presidente da República a faculdade de regulamentar artigos da Constituição, mesmo que recentemente alterados por emenda à Constituição.

Essas soluções paliativas e obviamente precárias não têm sido capazes de pôr em ponto de justo equilíbrio a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo quanto a esta matéria.

Observem os Srs. Senadores que o Poder Judiciário tem sido incapaz de dar a sua contribuição, bastando lembrar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, negando-se a examinar os requisitos constitucionais de urgência e relevância para a edição e, conseqüentemente, para a validade ou invalidade constitucional das medidas provisórias.

A questão, portanto, retorna ao exame do Congresso Nacional. Há uma preocupação muito grande nesta Casa com relação ao assunto. O momento é particularmente especial para resgatar a imagem do Congresso Nacional, às vezes tão desgastada por razões injustificadas, principalmente no que diz respeito à celeridade.

Ora, o grau de resolatividade de uma casa legislativa, por sua própria natureza, é bem menor que o grau de resolatividade do Poder Executivo. A título de exemplo, a pauta do Senado foi trancada na semana passada em virtude de não haver acordo para votação da MP nº 225, que trata de autorização para a Caixa Econômica Federal arrecadar e alienar diamantes brutos. Encontra-se hoje sobrestada essa pauta por ocasião da discussão de outra medida provisória, a MP nº

226, que institui o Programa Nacional de Microcrédito. Outro caso é o da MP nº 232, que vem causando tanta polêmica e exige de todos aqui um esforço para corrigir rumos que possam evitar maiores prejuízos, Sr. Presidente, às pequenas e médias empresas do setor de serviços, principalmente no tocante ao aumento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dessas empresas.

Penso, Sr. Presidente, ser hora de enfrentarmos com arrojo esse desafio. A diferença entre o mecanismo de decisão de quem edita, o Presidente da República, e o mecanismo de decisão do Congresso é a causa de toda a dificuldade. Como o regime constitucional de deliberação colegiada e majoritária do Congresso não pode nem deve ser alterado, não há equação possível senão a limitação do poder presidencial para a edição de medidas provisórias. Não há outra saída.

Há alguns caminhos que podem ser explorados nesse sentido.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho, quero cumprimentá-lo. Este assunto está sendo objeto de preocupação de todo o Senado da República tendo em vista a quantidade de medidas provisórias editadas. O poder presidencial de editar medidas provisórias está sendo abusivo, basta observar a quantidade delas. Já há mais de duas centenas de medidas provisórias editadas. Nós rejeitamos quantas? Onde está o poder de decisão do Congresso Nacional se é caso ou não de medida provisória e se atende aos requisitos de urgência e de relevância? Estão colocando o Poder Legislativo numa dependência muito grande, quando o seu objetivo é realmente dar a sua grande contribuição para o êxito, para o desenvolvimento do nosso País. Quando V. Ex^a fala em limitação eu o aplaudo. Penso que não adiantam mudanças meramente de caráter adjetivo ou processual na tramitação das medidas provisórias. É preciso dizer em que casos podem ser editadas medidas provisórias. Por exemplo, só pode ser editada medida provisória para questão financeira ou diante de uma crise mundial. Para o resto, o Presidente da República tem o poder de enviar a esta Casa mensagens de lei em regime de urgência. Quero cumprimentá-lo, pois V. Ex^a está no cerne da questão, no meu entendimento. Permita-me dizer que V. Ex^a está sendo muito feliz na abordagem desse tema, dizendo da necessidade da sua limitação – e aí está a solução. Ficamos nós aqui a analisar a maneira de tramitar, quando, em verdade, V. Ex^a apresenta bem a situação. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Ramez Tebet, que foi preciso como eu estou procurando ser. Não há outra alternativa

senão algumas que vamos propor aqui rapidamente, pela limitação do tempo, mas que justamente perseguem esse objetivo. Não adianta, como diz V. Ex^a, tentar outras alternativas, porque não existem outras, processuais, regimentais. Temos é que realmente limitar o poder de envio das medidas.

O primeiro deles diz respeito ao elenco de matérias sobre as quais é vedada a edição de medida provisória. Já há esse elenco no art. 62, § 1º, da Constituição, com a redação da Emenda nº 32.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a terá mais dois minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – São matérias relevantes, é certo, mas geralmente de escassa frequência na produção legislativa ordinária. Excluindo-se as Leis Orçamentárias, quase nada de uso mais ou menos cotidiano na administração entrou no excedente da Emenda nº 32.

Basta ver o rol das mais recentes e numerosas medidas provisórias. Tratam desde a regulamentação de regras constitucionais até variada gama de questões fiscais e tributárias. Ceio que o Congresso Nacional, se optar pela maior restrição quanto às matérias sujeitas a disciplinamento por medida provisória, poderia identificar todas elas editadas a partir da Emenda Constitucional nº 32 para verificar quais as matérias nela são recorrentes com mais frequência, e então avaliar ou impor maior restrição.

Uma outra opção seria o inverso. Ao invés de disciplinar negativamente, o texto constitucional poderia tratar do tema positivamente. Ou seja, elegeria as matérias que poderiam ser objeto de medida provisória, sendo excluído o rol de indicação da proibição.

Sr. Presidente, tendo em vista a limitação do tempo – só tenho mais um minuto – e como estou inscrito para a sessão de amanhã, voltarei à tribuna para dar continuidade a essas sugestões, dentro deste debate, que considero muito oportuno, para que se chegue a um consenso sobre a limitação da edição de medidas provisórias.

Agradeço, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Passamos a palavra ao Senador Mão Santa, que tanto enriquece este Plenário.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente

Francisco Pereira, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que assistem ao final desta sessão por meio do sistema de comunicação do Senado, quis Deus que o Senador Mozarildo Cavalcanti estivesse presente neste plenário, pois S. Ex^a simboliza a ciência médica, a mais humana das ciências, e o médico, o grande benfeitor da humanidade.

Senador Mozarildo Cavalcanti, nós nos dedicamos e entregamos os melhores anos de nossa vida a buscar ciência para, com ciência, servir com consciência a nossa gente.

Relembro-me, nas bibliotecas de medicina, do livro mais antigo de higiene do Brasil, do professor Afrânio Peixoto. Ele dizia, há um século, que no Brasil a saúde pública e o saneamento eram feitos pelo sol, a chuva e os urubus. Isso está valendo ainda no Governo do núcleo duro do PT.

Boris Casoy diz: “É uma vergonha!” E dizemos agora que, sob o Governo Lula, o saneamento passa pela pior crise. Quase a metade da população brasileira não conta com coleta de esgoto, apenas 49,4% contam.

Atualmente, o esgoto precisa ser levado àqueles sistemas de tratamento que esterilizam as bactérias, os protozoários, os cogumelos, os vírus, e esse resultado é lançado nos rios. Cientificamente, 72% da população brasileira não tem esgoto tratado. Posso afirmar isso e ensinar porque governei o Estado do Piauí e fiz o Projeto Sanear. Teresina apresenta 400 km de esgoto sanitário, que é levado a um sistema de tratamento moderno que esteriliza, destruindo todos os agentes patológicos, microrganismos, bactérias, cogumelos e protozoários. São Luís tem um décimo do sistema de esgoto sanitário de Teresina, Sr. Presidente.

Ressalto, Senador Mozarildo Cavalcanti, que diminuiu a mortalidade infantil e a longevidade aumentou. Vive-se mais. Além disso, a cidade verticalizou-se, porque a engenharia moderna não construiria edifícios, tendo que construir 80, 100 fossas em fundo de quintal. Os *shoppings* surgiram. Como diz Padre Antônio Vieira: “Um bem nunca vem só”. A cidade verticalizou-se, desenvolveu-se. Recentemente, Teresina recebeu um prêmio por ser uma das cidades que mais cresce.

Entretanto, em alguns Estados, a situação é trágica, Presidente Lula. Aqui nossa missão é ensinar mesmo. Para esta Casa devem vir os homens mais experimentados. Do núcleo duro nenhum entrou aqui e talvez nunca entre. Essa é a dura verdade.

Em alguns Estados, a situação é trágica e explica os fortes indicadores da mortalidade infantil. Em Rondônia, somente 1,7% da população urbana tem serviço de esgoto. É uma vergonha! Isso é que o PMDB tem que pedir, Senador Valdir Raupp. No Pará, 2,4%; no

Amapá, 5,6%; mesmo em Unidades Federativas consideradas ricas, como o Rio Grande do Sul, somente 10,4% da população urbana dispõe de serviço de esgoto. No Distrito Federal, esta ilha, que não é a realidade do Brasil, esta ilha da riqueza, da felicidade, do poder, por que o PT se encantou, somente 89,3% da população urbana conta com esgoto. O resto...

Está na Constituição que Ulysses Guimarães beijou: diminuir a desigualdade.

Outro dia, na revista **Veja**, aquele extraordinário jornalista Diogo Mainardi afirmou que há dois anos e dois meses escreve para a assessoria de Lula perguntando qual o livro que Sua Excelência lê. Essa é a verdade! Eu queria que o Presidente Lula lesse pelo menos a Constituição que Ulysses Guimarães beijou. Está lá escrito que diminuir as desigualdades é um objetivo, é uma lei. E a desigualdade está aqui.

Apesar desse quadro preocupante, que coloca o Brasil entre os piores países do mundo, apesar das promessas de campanha e das indiscutíveis consequências sociais sobre a população mais pobre do País, os investimentos públicos, em matéria de saneamento, vêm desabando no Brasil. O resto é mentira, é propaganda falsa. É o “Goebbels Mendonça”, o Goebbels da mídia. É a mentira!

Em 2001, a União investiu R\$275,5 milhões. Em 2003, já no Governo Lula, os investimentos desabaram mais de 10 vezes, Senador Mozarildo, e passaram a R\$21,8 milhões. Essa é a verdade verdadeira.

Aprendi no meu Piauí, com o povo, com a voz rouca das ruas, Senador Garibaldi, que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade do saneamento, que é dar saúde ao meio ambiente, está aqui: em 2001, foram R\$275,5 milhões; R\$21,8 milhões agora. Em 2004, foram R\$27,2 milhões, 10% do que era há quatro anos para o saneamento, que é saúde. Por isso estão morrendo; e não são apenas os índios, mas o povo do Brasil todo.

É bom lembrar que, durante a campanha eleitoral, o candidato Lula prometeu investir R\$6 bilhões por ano em saneamento básico. Shakespeare dizia “palavras, palavras, palavras”; eu digo: “mentira, mentira, mentira”. Prometeu R\$6 bilhões por ano, mas não está cumprindo. Todo o dinheiro está indo para os juros, para os banqueiros, que nunca faturaram tanto.

Senador Garibaldi, V. Ex^a se lembra de Getúlio Vargas? Na nossa mocidade a cada 1º de maio, ouvíamos o Presidente Getúlio falar: “Trabalhadores do Brasil...” Neste 1º de maio, o Presidente Lula vai falar: “Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos, pois vou, cada vez mais, enriquecê-los”. O dinheiro todo é para os banqueiros. Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos, pois o núcleo duro está aqui para enriquecê-los.

Todo o dinheiro está indo para os juros pagos aos banqueiros, que nunca faturaram tanto! Rui Barbosa está aí há 31 anos neste Senado e deve estar dizendo ao Presidente Lula que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. O trabalho e o trabalhador vêm antes. São eles que fazem a riqueza. O PT deu uma cambalhota, e a primazia é para a riqueza, para o dinheiro, para os banqueiros, para o Banco Mundial, para o BIRD, para o BID. É, Rui!

E Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, eu vos digo...”.

Outro lado trágico desse grande engano diz respeito ao saneamento básico e à construção civil, setores com o maior potencial para geração de empregos. Segundo os técnicos do setor, para cada R\$10 milhões investidos, 530 empregos são gerados. Logo, a diminuição de investimentos no setor implicou redução de pelo menos dez mil empregos. As indústrias de equipamentos para o setor de saneamento básico atravessam a sua pior crise em trinta anos de operação no Brasil.

Brasileiras e brasileiros, essa é mais uma face negra do Governo Lula.

Já que há tantos Ministros no Governo, vamos colocar o Senador Mozarildo para resolver esses problemas dos índios. Eu ensino o PT. Eu posso. Fui prefeitinho, fui Governador de Estado. Senador Mozarildo Cavalcanti, aqueles índios têm de ter água potável. O PT quer inventar a roda. Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a se lembra do PAPP, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, cuja sigla mudou para PCPR, Programa de Combate à Pobreza Rural?

O Senador Garibaldi Alves Filho e eu fomos aos banqueiros buscar uma solução para essa questão. Esse é um programa que pode ser feito. E nós fizemos saneamento, levando água potável para a zona rural e para os índios. Água potável cura e dá vida.

Presidente Lula, em um adulto gordo que pese 100 kg, 60 kg são de água. Uma criança de 10 kg possui 6 kg de água. Basta isso. Não se trata de inventar a roda.

Nós, o Senador Garibaldi Alves Filho e eu, fomos aos banqueiros buscar recursos para levar água potável à zona rural.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Mozarildo Cavalcanti, maior defensor das populações indígenas e pobres deste País.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Cumprimento V. Ex^a

pelo tema tratado, que poderia partir de qualquer Parlamentar, mas é abordado com muito mais autoridade porque trazido por V. Ex^a, médico, ex-Governador e ex-Prefeito. Trata-se de questão para a qual o Brasil não olha há décadas. Falo do saneamento básico, abrangendo tanto a água potável quanto o esgoto sanitário. Realmente, esses números são depreciativos para o Brasil, e, no que tange à população indígena, esse assunto é muito grave. Em Roraima, perto da famosa e tão falada Serra do Sol, próxima também ao Monte Roraima, há uma população cujos índios, por não terem noção de higiene – embora a Funai esteja gastando inúmeros recursos por meio de uma ONG –, estão morrendo basicamente por falta de saneamento básico. Nem os dejetos são adequadamente jogados fora. Então, enquanto se prega uma coisa para os índios, faz-se outra. Infelizmente, como disse V. Ex^a, não são apenas os índios, mas pessoas das cidades morrem por doenças que poderiam ser evitadas simplesmente com o saneamento básico.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos e incorporamos as sábias ponderações do Senador, que também é médico e que governou o seu Estado, Roraima, com muita grandeza. Aliás, sua passagem por lá paga todos os deslizes administrativos que porventura tenham existido, porque V. Ex^a traz a grandeza das virtudes do homem e da mulher do Estado e de Boa Vista.

Essas são as nossas palavras.

Falo aqui porque ouvi dizer que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Espero que essas minhas palavras furem, arejem e oxigenem o núcleo duro que está atrasando o País e trazendo o sofrimento e a doença à nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se deseja usar da palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Não, obrigado. Já falei após a Ordem do Dia, como Líder, e tive a oportunidade de apartear agora o Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado

É lido o seguinte:

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2005 (*)

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 17, I, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o art. 10 do Regimento Comum, e a Resolução nº 2, de 2000-CN; obedecida a proporcionalidade partidária,

Resolvem
Criar Comissão Mista, composta de 11 (onze) Srs. Senadores e 11 (onze) Srs. Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de trinta dias, apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, composta dos seguintes Srs. Congressistas:
Composição

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

Heráclito Fortes-PFL	Lúcia Vânia-PSDB
Sérgio Guerra-PSDB	Rodolpho Tourinho-PFL
Efraim Moraes-PFL	Paulo Octávio-PFL
Leonel Pavan-PSDB	Antero Paes de Barros-PSDB

PMDB

Romero Jucá-PMDB
Maguito Vilela-PMDB

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PL/PTB/PSB/PPS)**

Aloizio Mercadante-PT	Sibá Machado-PT
Marcelo Crivella-PL	
Fernando Bezerra-PTB	
Antônio Carlos Valadares-PSB	

PDT

Osmar Dias-PDT

P-SOL ()**

Heloísa Helena-P-SQL

(**) Rodízio (Resolução 2/200-CN)

(*) Republicado para alterar o número de membros

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Paulo Bernardo-PT

PMDB

Pedro Novais-PMDB	Wilson Santiago-PMDB
-------------------	----------------------

Bloco PFL/PRONA

Cláudio Caado-PFL

PSDB

Ronaldo Dimas-PSDB

PP

Ricardo Barros-PP

PTB

Iberê Ferreira-PTB

José Chaves-PTB

PL

Milton Monti-PL

PPS

Fernando Coruja-PPS

Colbert Martins-PPS

PCdoB ()**

Sérgio Miranda-PCdoB

(**)Rodízio (Resolução 2/200-CN)

Congresso Nacional, 1º de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

(*)Republicado para alterar o número de membros

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lida a seguinte:

Brasília, 10 de março de 2005

Sr. Presidente,

Comunico a V. Exa que, embora presente na sessão de hoje, não registrei meu comparecimento no painel de votação eletrônica.

Dentro das atividades exercidas na Casa, participei da reunião de líderes, representando o PSDB, ocasião em que V. Ex^a, juntamente com os demais Líderes, tomaram decisões sobre a tramitação de matérias nas comissões, relativamente ao poder terminativo de suas decisões e da 4ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, onde sou titular (cópia da lista de presença anexa).

Cordialmente, Senador **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL-ES) – A comunicação lida vai à publicação.

A presença do Senador Leonel Pavan será registrada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Augusto Botelho, Valmir Amaral, Romero Jucá, Sérgio Guerra e Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

JOINVILLE: 154 ANOS

O maior município do Estado de Santa Catarina, Joinville, comemora 154 anos nesta quarta-feira, dia 9 de março. Maior parque industrial do Estado, é referência nacional em indústria, exportação e qualidade de vida.

A cidade nasceu pelos sonhos e pelas mãos dos imigrantes alemães, mas hoje continua a concretizar ideais pelo esforço dos joinvilenses de nascimento e de coração.

Em caderno especial na sua edição de ontem, o *jornal A Notícia*, um dos mais tradicionais do Estado e com sede em Joinville, resume bem o a história e o potencial do município em uma sábia frase: “Joinville, uma história de trabalho e de amor”.

Nos últimos 100 anos, a antiga colônia deu lugar a uma grande cidade que não para de crescer e se aprimorar naquilo que mais sabe fazer: empreender.

Registre-se ainda, o trabalho integrado da atual administração municipal com a comunidade e tendo à frente, nosso companheiro tucano, o prefeito Marco Tebaldi. O investimento em infra-estrutura e qualidade de vida continua a atrair pessoas e empresas de outras cidades, de outros Estados e países, ingressando numa verdadeira era da diversidade.

Nascido em Blumenau, foi em Joinville, onde também foi advogado e professor que o atual governador do Estado de Santa Catarina, Luis Henrique da Silveira começou a imprimir sua marca administrativa.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a visita do Príncipe de Astúrias, Felipe de Borbón e da princesa consorte Letizia Ortiz, este ano, chamou bastante a atenção da imprensa no País. A visita do herdeiro do trono foi destaque não apenas pelo grande carisma da realeza espanhola, ou pelo charme que a monarquia ainda possui para muitas pessoas.

Se buscarmos um sentido mais prático para o destaque conferido pela imprensa aos príncipes, veremos que a Espanha é simplesmente o segundo maior investidor estrangeiro no País. Por esse motivo, a visita capitaneada pelo Príncipe de Astúrias trouxe consigo inúmeros investidores, liderados por

José Moraes, diretor da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais.

O Fórum de Investimentos e Cooperação Empresarial Hispano-Brasileiro reuniu, em São Paulo, 70 empresas espanholas e 316 brasileiras. Tópico inevitável dos entendimentos entre os empresários dos dois países foi a aprovação da Lei nº 11.079, em dezembro do ano passado. Essa lei institui e disciplina as parcerias público-privadas, tidas por alguns como passo decisivo para viabilizar o aporte de capital privado – inclusive estrangeiro – no financiamento dos grandes projetos no País.

Creio que as alterações que virão no modo de se construir a infra-estrutura no Brasil são tão grandes, tão repletas de possibilidades, mas também de perigos, que gostaria de tecer alguns comentários sobre a recém-aprovada lei das parcerias público-privadas.

Em primeiro lugar, é preciso ter de forma clara o contexto em que surge a necessidade de financiamento do setor privado na área de infra-estrutura. Se fizermos um retrospecto panorâmico das últimas três décadas, veremos que a conjuntura externa e a interna se modificaram radicalmente dos anos de 1970 para cá.

Grosso modo, podemos dizer que a década de 1970 se caracterizou no Brasil por sucessivos déficits públicos, índices inflacionários acima do desejável para o equilíbrio das contas e alastramento da atuação estatal por virtualmente todos os setores da economia. Projetos de grande porte foram financiados integralmente pelo Estado, sem grandes preocupações sobre as conseqüências macroeconômicas dos empreendimentos executados.

Os anos da década de 1980, permeados por períodos recessivos e por vários choques econômicos, caracterizam-se pela escassez do dinheiro para investimento, e pelo aumento de seu custo no mercado de juros internacionais. Esse quadro difícil antecipa alguns traços que viriam a se tornar típicos dos anos 90, tais como: busca sistemática de combate à inflação, políticas ortodoxas de combate ao déficit público, que passa a ser o grande vilão da vez; e os inúmeros constrangimentos fiscais que restringem progressivamente a participação direta do Estado na economia.

Cria-se, então, o paradoxo entre a contínua necessidade de investimento na infra-estrutura e a crescente debilidade do Estado de fazê-lo em volume compatível com as demandas da economia contemporânea.

Nesse contexto, as parcerias público-privadas são uma das respostas possíveis a esse problema. Se exemplificarmos com números a situação atual do Brasil, talvez fiquem mais claras nossas necessidades de investimento para a manutenção do atual ciclo de crescimento econômico.

Os valores dos diversos setores da infra-estrutura são colossais. Segundo o parecer do ilustre Senador Rodolpho Tourinho, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, estima-se que são necessários investimentos anuais da ordem de R\$20 bilhões na área de energia, R\$9 bilhões na área de saneamento, 4,5 bilhões em rodovias, 3 bilhões em ferrovias, 1,2 bilhão nos portos e 500 milhões em hidrovias. Esses valores totalizam R\$40 bilhões a cada ano para que a infra-estrutura acompanhe o crescimento da economia.

Sr. Presidente, bem sabemos que, na conjuntura em que vivemos, não é razoável esperar que o Estado disponha de R\$40 bilhões a cada ano, todo ano, para investimento. Se o Estado brasileiro puder compartilhar os ônus e os bônus desses investimentos com o setor privado, a economia ganhará em dinamismo e o Estado se desincumbirá de assumir, sozinho, os riscos de empreendimentos de grande porte.

O que as parcerias público-privadas (PPPs) propõem é justamente a associação entre setor público e setor privado, com o compartilhamento de riscos tanto na construção da infra-estrutura quanto na posterior prestação de serviços.

Nesse ponto, aliás, é oportuno enfatizar que, desde o encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional, em novembro de 2003, até sua aprovação no Senado Federal, pouco mais de um ano depois, o aprimoramento legislativo foi notável. Vulnerabilidades em relação à lei de responsabilidade fiscal, à lei de licitações e ao limite para a participação de recursos públicos nas parcerias foram apontadas – e sanadas – nas Comissões especializadas desta Casa. No cômputo geral, pode-se dizer que o texto final conseguiu atingir um bom equilíbrio entre o interesse público e a necessidade de uma legislação eficaz e transparente, capaz de atrair o investimento privado.

Alguns pontos positivos da lei das PPPs merecem destaque.

Um deles é a essência mesma da parceria entre o setor público e o setor privado, qual seja, o compartilhamento do risco. O primeiro tem por missão oferecer serviços úteis que tenham relevância

social; já o segundo organiza-se de forma a obter lucros com seus projetos.

O setor público pode, então, no contrato de PPP, comprometer-se a garantir uma receita mínima ao empreendedor, no caso de a rentabilidade ficar aquém de um patamar pré-estabelecido. Como os contratos de infra-estrutura são significativamente longos, podendo mesmo durar décadas, é razoável esperar da empresa que vai operacionalizar o empreendimento – do qual ela mesma é a responsável pela construção – que a qualidade do projeto seja a mais elevada possível. Tal lógica difere da sistemática adotada até agora no Brasil, em que uma empresa é contratada para um projeto cujo resultado será administrado por outra empresa ou mesmo pelo próprio setor público.

Finalmente, a possibilidade de amortizar o empreendimento em 30 ou até em 40 após a concessão acaba por reduzir os custos finais do empreendimento. Ademais, grandes são as chances de as empresas privadas conseguirem financiamento de capital a custos menores do que aqueles que seriam obtidos pelo Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como podemos notar, as possibilidades que a Lei das PPPs fornece são imensas; porém, é fundamental que sejamos capazes de manter no Brasil ambiente propício aos negócios e aos investimentos.

Um pré-requisito indispensável e aliado incondicional das PPPs é a manutenção da estabilidade no campo macroeconômico. Bruscas variações de preços, câmbio e juros dificultam o cumprimento de metas de longo prazo, planejadas com antecedência, e terminam por afugentar o investidor da infra-estrutura.

Em um sistema mundial caracterizado por alta especulação e volatilidade de capitais, corremos o risco de atrair tão-só os especuladores de curto prazo, que, ao menor sinal de debilidade do Governo, fogem do País, até porque não estabeleceram com ele nenhum vínculo duradouro. Desse tipo de “investidor” queremos distância, Sr. Presidente!

Para que possamos incentivar a vinda – e a permanência – de investidores do setor privado comprometidos com os desígnios do País, é preciso consolidar um marco regulatório adequado. Ao empresário, precisamos garantir duas coisas, disse o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, José Miranda, ao jornal **Valor Econômico**: garantia de que ele vai receber o valor contratado e transparência e lisura no processo de contratação.

Nesse ponto, o prestígio das agências reguladoras é fundamental; no sentido de regulamentar, controlar e fiscalizar os serviços públicos prestados pelas concessionárias.

E não é só isso: as agências são importantes para garantir a qualidade do serviço prestado à população, com a busca do equilíbrio entre oferta e procura e o estabelecimento de preços e patamares compatíveis com a realidade brasileira.

A impessoalidade e o planejamento, princípios que norteiam as atividades das agências, são importantes para assegurar a estabilidade necessária para que os investimentos se realizem.

Esses são alguns pontos que merecem nossa legítima preocupação. Até em função de nossa inexperiência com o manejo das PPPs, temos de redobrar os cuidados para evitar o acúmulo de riscos no setor público e a produção de lucros excessivos no setor privado. Nesse caso, não estaríamos a falar de parceria, mas de exploração de um setor pelo outro, o que não podemos – nem devemos – aceitar.

Feitas essas ressalvas, compartilhadas com V. Ex^{as} neste Plenário, é razoável concluir que as parcerias público-privadas podem constituir-se em ponto de inflexão no tratamento da questão da infraestrutura com responsabilidade fiscal, sem varinha de condão nem passe de mágica. O fim último das PPPs é o de atender ao interesse público e às necessidades dos cidadãos. Nesse contexto, o Congresso Nacional tem destacado papel a cumprir.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao final do ano passado, assistimos, estarecidos, a uma das maiores catástrofes que a humanidade já presenciou os *tsunamis* do Sudeste asiático. Foi, sem dúvida, algo tão chocante, que comoveu a todos nós. Os 300 mil mortos e as muitas centenas de milhares de desabrigados provocaram uma onda de solidariedade internacional raramente vista. Afinal quem poderia ficar insensível a tamanho sofrimento? Líderes mundiais, celebridades, religiosos e pessoas anônimas, todos queriam ajudar de alguma maneira.

Citei inicialmente esse triste episódio a fim de chamar a atenção de V. Ex^{as} para a fragilidade da vida humana sobre a Terra, principalmente diante da força descomunal da natureza. Desde os primórdios de nossa história, tivemos de enfrentar os fenômenos naturais, procurando entender suas

manifestações, para que pudéssemos sobreviver. Hoje, mais do que nunca, essa é uma necessidade que se impõe, face aos enormes desafios ambientais que temos pela frente.

Por esse motivo, entendo que a importância das ciências geofísicas é cada vez maior, em particular, a da Meteorologia. Para lembrar esse fato, e homenagear aqueles que trabalham nesse campo, foi instituído o Dia do Meteorologista, celebrado anualmente, no Brasil, no dia 3 de março.

O meteorologista, cujo ofício foi regulamentado pela Lei nº 6.835, de 14 de outubro de 1980, é um profissional altamente especializado que executa previsões meteorológicas, dirige e orienta projetos científicos e pesquisas, e avalia os recursos naturais da atmosfera.

Ao ligar a televisão ou ao ler um jornal, habituamo-nos a ver os boletins contendo a previsão do tempo. Mas pouco, ou quase nada, sabemos sobre essa atividade de tanta importância para nossas vidas.

Nas palavras do Doutor Valdo da Silva Marques, Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, “a Meteorologia é vista, hoje, como um fator de desenvolvimento e segurança”. Isso porque “o estado do tempo e a sua evolução têm enorme influência sobre a maioria das atividades humanas e sobre o meio ambiente, com reflexos nas atividades produtivas, no lazer, na segurança e nos transportes”.

Ressalto que a Organização Meteorológica Mundial, uma agência especializada das Nações Unidas, reconhece, igualmente, a importância dessa ciência para o progresso da humanidade, para o desenvolvimento sustentável, para a proteção ambiental e, ainda, para a redução dos níveis de pobreza hoje existentes.

É certo que os constantes avanços tecnológicos fizeram com que os meteorologistas tivessem um índice cada vez maior de acerto na previsão das variações climáticas, com resultados palpáveis para todos nós, no que se refere à melhoria da qualidade de vida. O incremento da produção agrícola e o aperfeiçoamento das condições de navegação, tanto aérea quanto marítima, são alguns exemplos nesse sentido. Mas há outros desafios a enfrentar.

Quero aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazer alguns dados que me impressionaram vivamente. Segundo estimativas da própria Organização Meteorológica Mundial, no período de 1992 a 2001, cer-

ca de 90% dos desastres naturais foram de origem meteorológica, matando aproximadamente 622 mil pessoas em todo o mundo, e afetando, ainda, cerca de 1 bilhão de outras, devastando terras agricultáveis e espalhando a fome e a doença por diversos países. O volume total de perdas econômicas, no mesmo período, alcança a impressionante cifra de 450 bilhões de dólares! É importante frisar que os recursos financeiros que poderiam ser utilizados para promover o desenvolvimento de muitos países acabam sendo drenados para o auxílio às vítimas desses desastres naturais.

Contudo, o tempo e o clima não conhecem fronteiras políticas ou econômicas!

O Brasil, apesar de contar com certas condições privilegiadas do ponto de vista ambiental, infelizmente não está livre de sofrer danos de considerável magnitude. Não falo isso com a intenção de provocar alarme, mas sim de alertar as autoridades governamentais para que invistam maior volume de recursos financeiros na pesquisa meteorológica. Imaginem Vossas Excelências o que seria de países como os Estados Unidos e o Japão, que costumeiramente enfrentam fortes adversidades climáticas, sem um serviço de meteorologia altamente sofisticado tal como o que possuem! Entre nós, os esforços das entidades de pesquisa para produzirem um trabalho sério e de qualidade são hercúleos. Refiro-me, especialmente, ao Instituto Nacional de Meteorologia (INEMET) e ao Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), órgão vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Desejo, neste momento, Sr. Presidente, solidarizar-me com todos os meteorologistas para que o setor passe a receber a atenção que está por merecer, com a conseqüente melhoria dos salários daqueles profissionais e o incremento das pesquisas.

É fato que estamos diante de crescentes demandas sociais por mais empregos, melhores salários, enfim, por condições de vida dignas para a maioria de nossa população. Nesse sentido, o investimento na meteorologia pode ser muito útil, transformando-se em ferramenta para alavancar o desenvolvimento sustentável em nosso País.

Quem duvidaria, atualmente, da importância do agronegócio para a economia nacional? Esse segmento, que tem apresentado tantos resultados expressivos para a balança comercial brasileira,

deve grande parte de seu êxito ao apoio prestado pelos serviços de meteorologia instalados no País, o que lhe permite fazer um planejamento adequado de suas atividades, em especial, o plantio e a colheita.

Todos recordamos o racionamento de energia que tivemos de enfrentar em um passado não muito distante. Não há como falar em desenvolvimento sem mencionar a produção de energia elétrica, fundamental para o funcionamento das indústrias e do comércio. Sabemos que a matriz energética nacional está majoritariamente concentrada em usinas hidroelétricas, as quais dependem do regime das chuvas para seu adequado funcionamento. Mais uma vez, conhecer as condições meteorológicas mostra-se indispensável.

Mas não paramos por aí. Queremos e precisamos reduzir a fome e melhorar o nível da saúde pública em diversas regiões. Nesse sentido, as pesquisas meteorológicas podem nos ajudar a saber mais sobre as condições que favorecem o aparecimento e a disseminação de certas doenças e sobre o impacto potencial das alterações climáticas na saúde. Além disso, poderemos incrementar o uso da terra e o controle de pragas se compreendermos melhor o meio ambiente.

Não somos capazes de controlar o clima, mas, seguramente, sua observação detalhada e tempestiva pode mudar de forma radical nossas chances de desfrutar uma vida relativamente segura e confortável, protegendo os recursos naturais de modo mais efetivo.

Como se vê, Sr. Presidente, esses exemplos corroboram as palavras do Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial, Sr. Michel Jarraud, proferidas em importante encontro de especialistas no assunto, realizado em Buenos Aires, Argentina, ao final do ano passado. Disse o Sr. Jarraud: "A informação científica sobre as causas das mudanças climáticas e projeções (...) sobre o futuro do clima e seus impactos são cruciais para uma eficiente formulação de políticas públicas socioeconômicas". Daí a importância de investimentos em pesquisas meteorológicas.

Não poderia deixar, nesta hora, de lembrar que o Senado Federal está fazendo sua parte. A Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, de autoria do nobre Senador Osmar Dias, alterando os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, insere, no âmbito das competências da União, instituir o

Sistema Nacional de Informações Meteorológicas e Climatológicas e legislar sobre diretrizes da Política Nacional de Meteorologia. Além disso, atribui à União competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de meteorologia e climatologia.

Ao propor a referida medida, seu autor destacou, como benefícios de sua implementação, a maior confiabilidade e eficiência das informações meteorológicas, evitando-se duplicidade de esforços, bem como uma maior integração entre ministérios, entidades públicas, privadas e usuários, além de outros setores, visando à democratização tanto do uso da informação quanto da gestão do sistema.

Trata-se de uma iniciativa bastante oportuna, que vem tramitando nesta Casa e está apenas aguardando sua inclusão na Ordem do Dia, à qual inclusão manifesto meu total apoio.

Ao finalizar, Sr. Presidente, reafirmo a necessidade de maior investimento no setor de pesquisa meteorológica e conclamo V. Ex^{as} a contribuírem nesse sentido, principalmente agora, em que estamos discutindo mudanças tão importantes no processo de elaboração e votação do Orçamento.

A todos os meteorologistas, valorosos cidadãos deste País, manifesto minhas sinceras homenagens pelo seu dia. Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é um País curioso! Elege, ciclicamente, um fantasma para assombrá-lo por longos períodos. No passado recente, tivemos inúmeros; todos ligados à nossa atávica mania de criar assombrações que nos atrapalhem os passos. O fantasma de hoje é a taxa Selic, a famosa taxa de referência do Banco Central, e que tanta dor de cabeça tem provocado, país afora; uma pequena sigla, mas com o extraordinário dom de causar verdadeiras comoções, principalmente reverberadas pela mídia nacional.

O interessante, Sr. Presidente, é que, muito provavelmente, pouquíssimas pessoas sabem o que significa a sigla Selic, e o que está por trás dela. Na verdade, a taxa é apenas um pequeno detalhe do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, o nome por extenso do Selic.

Cumpre dizer que o Selic é resultado de um processo que teve origem em fevereiro de 1974, quando o Banco Central do Brasil assinou convênio com a Andima – Associação Nacional das Instituições do Merca-

do Financeiro com o objetivo de organizar o mercado aberto do País, então começando a se firmar.

Façamos um breve retrospecto. O Banco Central, criado em 1964, instituiu, em 1965, a Gedip – Gerência da Dívida Pública. Em 1968, começou a operar no mercado aberto. Em 1971, a Andima foi criada pelas instituições financeiras. Em 1975, a Gedip foi dotada do sistema de custódia de títulos.

Ora, à época, o transporte e a transferência manual de títulos públicos constituíam tarefa de grande risco nas operações de compra e venda desses papéis. O embrião do que viria a ser o Selic, fruto do convênio entre o Bacen e a Andima, com a adesão de 20 bancos pioneiros, transformaria tais operações em simples registros eletrônicos escriturais, eliminando o risco das operações físicas com os papéis. Estava criado o cenário que colocaria o Brasil como um dos pioneiros da informatização das operações de compra e venda de papéis públicos.

Iniciava-se, assim, uma verdadeira revolução no mercado aberto brasileiro, cuja consolidação se daria com a criação do Selic, em 1979, tendo como primeiros títulos públicos registrados as LTNs – Letras do Tesouro Nacional.

Ao longo dos últimos 25 anos, a mais antiga parceria ainda em ação entre o setor público e o privado vem transformando o Selic em complexo e eficiente sistema de suporte da política fiscal e monetária do País. Hoje, o sistema tem registradas mais de uma dezena de diferentes títulos, cuja atualização se dá por diversos índices, como a taxa Selic, o dólar comercial, a TR, o IPCA ou a TJLP.

Mantido sempre ágil e atualizado, o Selic já incorporou, desde a década de 1990, diversas recomendações do receituário internacional, que visam regular e sistematizar o sistema financeiro global. A partir de 2002, com a entrada em funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o Selic adaptou-se, mais uma vez, para se integrar à nova estrutura, cujo objetivo é dar racionalidade e eficiência à gestão financeira do Estado.

Mantendo sua tradição de eficiência e atualidade, o SELIC vem passando, desde o início dos anos 2000, por ampla reformulação, que inclui a renovação de equipamentos e a modernização de linguagem de programação, em consonância com a tecnologia de vanguarda que é utilizada no Brasil e nos mais avançados países do mundo.

De fato, Sr. Presidente, o Selic, como depositário dos títulos da dívida pública federal interna, vem prestando relevantes serviços à sociedade. A parceria entre

o Banco Central e a Andima consolidou o sistema em um ambiente operacional com dois locais distintos: o denominado “*site* principal”, localizado nas instalações do Bacen, e o denominado “*site* de contingência”, localizado na Andima, ambos no Rio de Janeiro. A interligação entre eles se faz por cabos de fibra ótica, visando assegurar a não-interrupção do funcionamento do sistema ou o menor tempo de reativação possível. Com estrutura modulada, os dois locais podem cobrir falhas recíprocas, totais ou parciais.

A conexão do sistema com o mercado financeiro se faz por dois canais homologados independentes, de modo que não haja comprometimento da comunicação com a Rede do Sistema Financeiro Nacional, a RSFN.

Sr. Presidente, num mundo em constantes e cada vez mais rápidas mudanças, o Brasil soube dotar-se de um sistema de administração de seus títulos de dívida pública do tamanho dos desafios da atual conjuntura financeira. Nesse contexto, o Selic está dotado de mecanismos de minimização de riscos, tanto operacionais, como de liquidez, dando confiabilidade interna e externa ao sistema.

Hoje o Selic tem como investidores institucionais os fundos de investimento, que representam 81,2% dos participantes, as entidades de previdência ou seguradoras, com 7,1% de participação, e os bancos, com 4,6%, além de outros investidores. De acordo com as informações disponibilizadas pelo Selic, os grandes detentores de títulos públicos federais são as carteiras dos bancos, com 34,6%, e fundos de investimento, com 47,1%.

Sr. Presidente, mesmo com todas as mazelas que o Brasil historicamente apresenta em sua administração pública, não devemos estigmatizar nossa própria terra como um caso sem solução. A demonstração da probidade e da eficiência do sistema Selic é mais do que eloquente sobre a capacidade brasileira de organizar o País.

A parceria entre a Andima e o Bacen é, também, uma prova de que Estado e sociedade podem se unir para produzir resultados em favor do País. O interesse público e o privado podem coexistir dentro de um projeto que beneficie o conjunto da Nação. Por isso mesmo, o sistema Selic continua em permanente atualização e aperfeiçoamento para atender às demandas do mercado financeiro, aos interesses do Estado e às necessidades da sociedade em geral.

Comemorando as bodas de existência do Selic, a Andima publicou o fascículo “Selic 25 Anos”,

interessante informativo sobre a história desse crucial instrumento de gestão de política fiscal e monetária brasileiras. Vale a pena ser lido e analisado por todos os que se interessam pelos destinos de nosso País.

Concluo, Sr. Presidente, com a convicção de que o Estado brasileiro tem passado, nas últimas décadas, por transformações que indicam, claramente, que a gestão da coisa pública tem evoluído. Esse é o caminho certo para o Brasil. E instrumentos como o sistema Selic são meios eficazes de ação do Estado, em benefício da sociedade.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria, escrita pela jornalista Lílian Tahan, intitulada “A revolta do Zé da Mobilete”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 4 de março do corrente.

A matéria diz que o pernambucano José Cândido de Lima ateou fogo à bandeira do PT em frente ao Palácio do Planalto para demonstrar seu rompimento definitivo com o governo. O mecânico desempregado, que foi eleitor e cabo eleitoral do PT, esperava ter o apoio de Lula. Pretendia fazer uma exposição do ensaio iniciado com a foto do presidente sentado em sua mobilete. Pediu audiência, ergueu durante 15 dias uma faixa em frente ao Palácio do Planalto, empinou sua mobilete na rampa, foi impedido pelos seguranças, enfim tentou ser notado.

Assim, o artigo pretende mostrar que, em 2003, quando começava seu governo, o presidente era simpático, acessível, e surpreendia a todos com sua simplicidade. O mesmo que hoje, diante dos pedidos feitos pelo eleitor, recusa ajuda. José Cândido foi um daqueles usados para construir a imagem do presidente, mas diz que Lula “agora está deslumbrado”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

PROTESTO

Mecânico que conseguiu convencer Lula a subir em sua moto logo após a posse, em 2003, não consegue ajuda do presidente e resolve “romper” com o PT queimando a bandeira do partido

A revolta do Zé da Mobilete

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Atear fogo à bandeira do PT foi o gesto que o pernambucano José Cândido de Lima, 52 anos, fez ontem, em frente ao Palácio do Planalto para demonstrar o rompimento definitivo com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até então, o mecânico desempregado há dez anos se considerava um militante do partido que elegeu Lula ao poder. Contou ter convencido familiares e amigos a votar no sindicalista nas quatro eleições em que o presidente disputou. Mas diante das tentativas frustradas de uma audiência com Lula, pleiteada nos últimos 30 dias, José Cândido, o Zé da Mobilete, resolveu radicalizar.

Na última segunda-feira, ele driblou a segurança do Planalto e empinou sua mobilete na rampa do Palácio do Planalto. Foi contido pelas seguranças antes de alcançar os vidros do palácio. “O presidente era muito simpático e acessível quando chegou ao poder, mas agora está deslumbrado. Estou aqui há vários dias, não é possível que ele não tenha me notado”, revolta-se.

A avaliação de José Cândido é baseada em uma experiência

bem-sucedida que teve com Lula no início do governo. O mecânico ficou conhecido em janeiro de 2003, quando conseguiu que o presidente, depois de sete dias de eleito, subisse em sua mobilete; ano 78. Nas primeiras semanas de trabalho, Lula criou o hábito de parar para cumprimentar os visitantes que o abordavam em frente à residência oficial do Palácio da Alvorada.

José Cândido foi um dos que, na época, se surpreendeu com a simplicidade do presidente eleito. Ouviu de Lula um “sim” ao pedido para que ele subisse em sua moto. O registro do momento virou uma marca na vida do desempregado. A partir da imagem com o presidente, José Cândido decidiu fotografar outras personalidades da política, na expectativa de organizar — com o apoio dos próprios retratados — uma exposição do trabalho amador.

Arquivo

O mecânico deu início a uma viagem que só terminou em fevereiro deste ano. Percorrendo diversos estados sobre duas rodas, ele chegou a montar um arquivo de 600 fotos. Conseguiu o retrato de 13 governadores, entre eles os do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), e de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) e de cerca de 400 pre-

feitos, além de deputados e senadores, como Aloízio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Todos aceitaram posar montados na mobilete.

O ensaio de José Cândido terminou no Recife, onde ele conseguiu fotografar o prefeito reeleito João Paulo (PT). Como de costume, pediu ao político uma ajuda de custo para continuar o trabalho. Recebeu de João Paulo R\$ 700, dinheiro que custeou a vinda para Brasília. De Luiziane Lins (PT), prefeita eleita em Fortaleza, o mecânico ganhou uma máquina fotográfica nova.

Em Brasília, José Cândido esperava ter o apoio de Lula para comprar uma Kombi. O veículo o ajudaria a transportar o acervo para o Nordeste, região onde o mecânico pretende iniciar a exposição. Durante 15 dias ele ergueu uma faixa na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio da Alvorada que dizia “Companheiro presidente, estou precisando fazer exposição das 600 fotos que consegui das pessoas famosas montadas na mobilete e preciso da sua ajuda. Para isso, preciso de cinco minutos do seu tempo e lhe explicarei tudo”.

Reclamação

A resposta foi dada por dois as-

sessão do Gabinete presidencial, que explicaria a José Cândido não ser prático na Presidência do ar bem do dinheiro. "Eu fico impressionado como pode um presidente enviar dinheiro para as vítimas do maremoto (na Ásia), enviar soldados para o

Haiti e até ajudar os africanos que passam fome, mas não tem um tostão para dar a um brasileiro", reclama, desconsolado,

A assessoria de imprensa da Presidência da República explica que esses tipos de pedido não são atendidos, isso porque o Palácio do Planalto não dis-

põe de orçamento próprio para tais demandas. Além disso, há uma posição da Previdência de encaminhar as reivindicações em que o Estado tem obrigação de dar cobertura, como nos casos de saúde e educação, o que não é o caso de José Cândido.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Democracia e Terrorismo", de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 de março do corrente.

O artigo trata da necessidade de se discutir uma nova estratégia de combate ao terrorismo que envolva todos os governos e povos do mundo, dentro dos princípios da democracia.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Democracia e terrorismo

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Na manhã do dia 11 de março de 2004, dez bombas explodiram em quatro trens matando 190 pessoas e ferindo mais de duas mil na cidade de Madri. A grande maioria das vítimas vinha de bairros populares e se dirigia para o trabalho. Os autores desse atentado pertenciam a um grupo terrorista islâmico.

O atentado de Madri ocorreu exatamente dois anos e meio depois do ataque, no dia 11 de setembro de 2001, ao World Trade Center de Nova Iorque. Desde então, a luta contra o terrorismo tem ocupado o centro da agenda internacional. Há boas razões para isso. O terrorismo representa um novo tipo de ameaça global à paz e segurança de todos. A utilização indiscriminada da violência contra a população civil, como meio de intimidação política, fomenta o medo e a divisão entre povos, religiões e culturas. O risco de um ataque com armas químicas e bacteriológicas é real e, ocorrendo, terá consequências imprevisíveis.

As condições para uma resposta conjunta da comunidade internacional se fragmentaram depois da invasão do Iraque, em conjunto com a ONU e ao arripio do direito. O terrorismo é um problema de extrema complexidade para o qual não há soluções fáceis. Respostas violentas podem agravar o problema em vez de resolvê-lo. Ações unilaterais enfraquecem a ordem internacional e geram maior insegurança. A leniência pode ser ainda pior. O terrorismo representa um ataque frontal à democracia, como espaço de convivência e solução pacífica de conflitos, mas só pode ser vencido de modo duradouro com os recursos e os valores da própria democracia. Como, entretanto, ser eficaz no combate ao terrorismo e manter vivos os sentimentos e as práticas democráticas?

Esse desafio levou o Clube de Madri — organização que reúne, sob minha presidência, 55 ex-chefes de Estado e de governo democráticos — a promover, em colaboração com o governo da Espanha e da iniciativa, um encontro internacional em Madri no primeiro aniversário do atentado de 11 de março, para discutir uma nova estratégia global de combate ao terrorismo.

Participam do debate dirigentes políticos, especialistas no tema e líderes da sociedade civil. Nossa orientação fundamental é a de que a melhor resposta ao terrorismo é o fortalecimento da democracia dentro de cada país e a construção de uma governança democrática no plano internacional que não hesite no combate ao terrorismo, nem, ao combatê-lo, se envolva em práticas quase tão abjetas quanto as utilizadas por ele.

Essas metas são ambiciosas. A democracia não se impõe de cima para baixo nem de fora para dentro. Não é tampouco um conceito abstrato. É sempre uma construção coletiva que deve se traduzir em algo vivo e concreto para a população. No mundo contemporâneo criam-se cada vez mais espaços para a participação e a deliberação dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se fortalece o arcabouço das instituições representativas tradicionais, indispensáveis à legitimidade da ordem democrática.

Os cidadãos têm múltiplos interesses e identidades superpostos. Podem ser trabalhadores ou "burgueses"; mas, de igual ou maior importância para cada um, dependendo de sexo, idade, orientação sexual e fé religiosa — são seus valores, estilos de vida, padrões de consumo e perspectivas de futuro. Cada vez mais os cidadãos participam de movimentos e organizações que promovem suas causas e interesses. Ou, simplesmente, se comunicam diretamente com as autoridades, protestam na rua ou exprimem sua opinião em jornais e websites.

A democracia, hoje, não é apenas o voto; ela é a argumentação e o debate. As decisões e regras devem refletir a variedade de pertencimentos e desejos. Quanto mais participativo e transparente o processo, mais legítima a decisão. A democracia vive da informação livre, do respeito aos direitos de cada pessoa, do direito à privacidade, da liberdade de opinião, de organização e de participação política. O terrorismo é o antipódo de tudo isso: ele vive do segredo e da supressão da liberdade.

Os líderes são democráticos quando se abrem ao debate e se dispõem a traduzir o que ouvem em ação concreta. Ao mesmo tempo, cabe-lhes fortalecer a democracia para proteger-se de seus inimigos. Os líderes não se podem omitir diante do perigo terrorista comprazendo-se em repetir palavras generosas de tolerância e boa-fé. Daí a necessidade de juntar crença democrática e ação eficaz, sem se perder em um banal "os fins justificam os meios" (dogma próprio da visão dos terroristas), nem em uma contemplação imobilista à espera de que o convencimento pela razão altere os comportamentos dissonantes.

Em Madri, vamos discutir com líderes da sociedade civil que estão na linha de frente da luta pela democracia novas formas de aliança e solidariedade. A democracia não pode ser fortalecida no âmbito nacional e enfraquecida no internacional. Esse é o segundo grande desafio que queremos enfrentar. A resposta global ao terrorismo tem de se pautar pelo respeito aos direitos humanos e aos princípios da ordem internacional. Só quando se fortalecem os laços democráticos no plano internacional é possível gerar a confiança entre os povos e os governos. Sem esta, o entrosamento dos serviços de inteligência antiterrorista e a troca de informações, que é indispensável para antecipar os ataques e combater as redes terroristas com eficácia, tornam-se muito difícil, senão impossíveis. Para paralisar o uso pelos terroristas dos meios globalizados que dão eficácia a suas ações (a internet, o sistema bancário, o tráfico de armas e de drogas, etc.) é preciso constituir redes globais de defesa da democracia. Elas só se efetivam quando se esboça a desconfiança no campo democrático de que uns querem ser mais donos do mundo e das virtudes do que outros. Só uma autêntica cooperação multinacional capaz de envolver os povos, além dos governos, permitirá aumentar a eficácia da luta contra o terror.

A reunião de Madri será também uma oportunidade para um novo diálogo com administração americana sobre os riscos do unilateralismo para a paz e a segurança do mundo. Como é possível proclamar a promoção da liberdade e da democracia como a mais importante meta a ser alcançada, como fez recentemente o presidente Bush no seu discurso de posse no segundo mandato e, ao mesmo tempo, adotar políticas que enfraquecem a ONU, mecanismo fundamental de que dispomos para uma governança global democrática?

O melhor tributo que poderemos prestar às vítimas do terrorismo em Madri e em outras partes do mundo será o delineamento de um plano de ação que envolva todos os governos e povos do mundo na luta contra o terrorismo dentro dos princípios da democracia. A Espanha heróica que, na pessoa de Miguel Unamuno, um de seus maiores pensadores, indignou-se com os que proclamaram, durante a guerra civil, "Viva a morte! Abaixo a inteligência!", haverá de inspirar-nos, uma vez mais, para a reafirmação da esperança na paz, na democracia e na vida.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, mais de 2000 prefeitos voltam a Brasília. Desta feita é a VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. É claro que se trata de uma mobilização legítima, deslocando prefeitos de todo o país até a capital, na defesa de uma agenda também legítima.

Infelizmente, o Presidente da República não fez prefeitos felizes em sua manifestação, não transferiu muita esperança aos prefeitos que vieram a Brasília. Ao contrário, o cenário final do pronunciamento do Presidente da República foi, mais uma vez, a decepção.

É incompreensível. O Governo Federal arrecada cada vez mais. Ano passado, foram R\$333 bilhões, uma receita histórica, que corresponde exatamente a um crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior. A carga tributária do Brasil cresceu no Governo Lula cerca de 2% do PIB, o que corresponde a mais de R\$20 bilhões. Lamentavelmente, o crescimento não atende aos Municípios, não chega aos Municípios. Ao contrário, a cada ano os Municípios arrecadam menos, proporcionalmente ao que arrecada a União.

Atualmente, a arrecadação municipal corresponde a 14,6% do total da receita nacional. Desejam os Municípios elevá-la para, ao menos, 17,5%. Por isso, os prefeitos estão exigindo da Câmara dos Deputados a aprovação do aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios.

O Senado Federal cumpriu seu dever ao final do ano passado. E aguardam os prefeitos do Brasil, neste momento, que a Câmara dos Deputados aprove imediatamente esse reajuste, que corresponderia a elevar de 22,5% para 23,5%, ou seja, R\$1,2 bilhão a mais para os cofres municipais, cerca de 4,25% de aumento real da receita municipal.

É mais do que chegada a hora de atender esse pleito dos Municípios. Os Parlamentares certamente alimentam esse desejo, e esperamos que a Câmara dos Deputados corresponda às expectativas dos Municípios brasileiros. A reforma tributária aprovada pelo Senado confere algum ganho. É claro que não o suficiente para atender as expectativas municipalistas,

mas certamente é um avanço. Espera-se da Câmara dos Deputados, da mesma forma, agilização dos procedimentos para concluir o processo de votação relativamente à reforma tributária.

Não é um modelo tributário adequado para o Brasil, que estabeleça a justiça fiscal e, sobretudo, a justiça redistributiva de tributos, para contemplar os Municípios com a parcela que deveria corresponder a eles, especialmente na proporção da demanda, que é crescente. Há descentralização em relação aos encargos, mas não ocorre descentralização, na mesma proporção, em relação aos tributos arrecadados no País.

Incluí, na Reforma Tributária no Senado Federal, o Vale do Ribeira* – a parte paranaense e a parte paulista – no Fundo de Desenvolvimento Regional*. Esse conceito de que o Paraná é um Estado rico, que não tem pobreza, é um conceito ultrapassado e irreal. O Fundo de Desenvolvimento Regional, instituído em boa hora para atender às regiões mais pobres do País, não poderia deixar de contemplar também aquela que é, sim, uma das regiões mais pobres do País: a parte paranaense e a parte paulista do Vale do Ribeira.

Aguardamos também da Câmara dos Deputados a aprovação para o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Acompanho agora – e isso exemplifica o drama vivido pelos Municípios do País – a luta do Prefeito José Serra*, da grande cidade de São Paulo. Se o Prefeito de São Paulo vive dificuldades, administrando a metrópole paulista, o que não será dos pequenos Municípios, como o de Farol*, da Prefeita Dina Cardoso*, que aqui se encontra, e o de Barbosa Ferraz*, do Prefeito César? Pequenos Municípios brasileiros sobrevivem praticamente no anonimato, à custa do esforço dos seus administradores para superar incriveis obstáculos de natureza financeira, na esperança de corresponder às expectativas geradas durante uma campanha eleitoral, sobretudo em função do crescimento das demandas sociais, que se avolumam na medida em que o Poder Público Municipal empobrece, em razão da injustiça distributiva dos tributos no País.

O Prefeito José Serra afirmou ser impossível honrar os R\$7 bilhões que a cidade deveria pagar à União para se enquadrar no cronograma de diminuição da dívida da cidade, que vence em 31 de maio. Imaginem V. Ex^{as} quantos Municípios brasileiros, pequenos, médios e grandes, estariam da mesma forma impedidos de pagar os seus compromissos financeiros. No caso de São Paulo, dos R\$13 bilhões de receita da cidade, somente 20% dos gastos podem ser remanejados. Sem dúvida, pagar R\$7 bilhões é realmente impossível.

Se uma cidade como São Paulo, que arrecada somas fantásticas, chega a essa situação de endividamento, o que não será dos pequenos Municípios brasileiros, se o Governo da União urgentemente não tomar providências

que possam interromper esse processo de empobrecimento? Há, sim, um processo irreversível de empobrecimento, mas a reversibilidade desse processo se dá na medida em que a consciência da responsabilidade pública dos que governam admitir a necessidade de promover distribuição da receita. Essa concentração excessiva da receita nos cofres da União é injusta e empobrece o País.

Concluo meu discurso – já que vejo meus colegas perfilados para a inscrição, a fim de poderem usar desta tribuna na próxima quinta-feira – dizendo que a proposta do Prefeito José Serra, no sentido de que os Governos possam usar sua dívida ativa para abater o pagamento de precatórios, é importante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

É inadiável estabelecer uma fórmula que garanta que a securitização de dívidas seja para pagar precatórios.

Além disso, a superindexação dos precatórios é outra questão que exige solução. É preciso reverter essa lógica tão bem lembrada pelo Prefeito de São Paulo: "Você finge que me paga, e eu finjo que recebo."

Ata da 18ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Paulo Paim, e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler. São lidos os seguintes:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

– Nº 12/2005, de 21 de janeiro último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 341, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 61/2005, de 4 de março corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.128, de 2004, do Senador Álvaro Dias; e
– Nº 405/2004, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando resposta ao Requerimento nº 340, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As informações referentes ao Requerimento nº 1.128, de 2004, foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

As respostas dos Requerimentos nºs 340 e 341, de 2004, foram anexadas, em cópia, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003, que retorna à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para continuar a sua tramitação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência informa ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 3, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que dispõe sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal; e

– Projeto de Resolução nº 4, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que veda a possibilidade de retirada de assinaturas para a criação e prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aos projetos não foram oferecidas emendas. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagens do Senhor Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 104, DE 2005 (Nº 127/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

Os méritos do Ministro Roberto Pessoa da Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 8 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 215 –C. Civil.

Brasília, 8 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sub-

mete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM Nº 57/DP/DSE/SGEXIAFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 4 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovada pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986,

bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Roberto Pessoa da Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

2. Encaminhado, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Roberto Pessoa da Costa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ROBERTO PESSÔA DA COSTA

CPF.: 3867820163
ID.: 3194 MRE

- 1940 Filho de Edomeu Pessoa da Costa e de Isabel Lucena da Costa, nasce em 13 de maio, em Natal/RN.
- 1962 Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro.
- 1969 CPCD-IRBR
- 1970 Terceiro Secretário em 03 de fevereiro.
- 1970 Divisão da Bacia do Prata e Chile, assistente.
- 1971 Divisão da América Central e Setentrional, assistente.
- 1971 Curso de Prática Diplomática e Consular
- 1972 Embaixada em São Salvador, Terceiro Secretário.
- 1974 Embaixada na Haia, Terceiro e Segundo Secretário.
- 1975 Segundo Secretário, por merecimento, em 19 de abril.
- 1977 Mestrado em Estudos Políticos Europeus pelo "Institut d'Etudes Politiques Européen", da "Université Libre de Bruxelles", Bélgica.
- 1977 Diploma do "Centre d'Etude et de Recherche de Droit International et de Relations Internationales de L'Académie de Droit International de La Haye".
- 1978 Divisão da América Meridional-I, assistente.
- 1979 Cavaleiro da Ordem de Orange Nassau, Países Baixos.
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro.
- 1980 Oficial da Ordem do Rio Branco, Brasil.
- 1980 Divisão de Política Financeira, Chefe, substituto.
- 1981 Divisão do Patrimônio, assistente.
- 1981 Divisão de Privilégios e Imunidades, Chefe, substituto.
- 1984 Oficial da Ordem do Rio Branco
- 1984 Comendador da Ordem de Malta.

- 1984 Cavaleiro da Ordem do Mérito Naval.
- 1985 Assessor do Subsecretário-Geral de Administração e Comunicações.
- 1986 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente.
- 1986 Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional. Representante Alternativo do MRE.
- 1987 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho.
- 1988 Missão do Brasil junto à CEE, Conselheiro.
- 1990 Chefe da Divisão Jurídica.
- 1994 CAE/IRBr - O Instituto da Extradicação Passiva no Direito Brasileiro Atual.
- 1995 Cônsul em Caiena.
- 1996 Consultoria Jurídica, Coordenador de Assuntos Jurídicos, e, posteriormente, Coordenador Geral de Direito Internacional.
- 1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro.
- 1998 Embaixada em Maputo, Ministro-Conselheiro.
- 2000 Corregedor, substituto, do Serviço Exterior.

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

Informações - Cameroun

- A **República do Cameroun** situa-se na África Ocidental, confinando com o Oceano Atlântico, Nigéria, Chade, República Centro-Africana, Gabão e Guiné Equatorial. O país tem uma extensão de 475,4 mil km², **população** de 16,3 milhões de habitantes (2004), **PIB** de US\$ 13,6 bilhões (2004) e **renda per capita** em torno de US\$ 840 (2004).
- O país é constituído por mais de 200 **etnias**, predominando os bantus, os bamilekés (principal etnia, conhecida por sua participação ativa na economia do país) e os betis, à qual pertence o Presidente Biya. Encontram-se, ainda, sudaneses, fulanis hamíticos e choas árabes. O Sul do país é **mais desenvolvido econômica e socialmente**, tendo sido influenciado pelos colonizadores e adotado suas religiões. Ao Norte, islâmicos e animistas preservaram os estilos de vida tradicionais. Não obstante a reforma de 1972, que transformou a federação em Estado unitário, ainda verificam-se diferenças marcantes entre as 2 províncias anglófonas (“Noroeste” e “Sudoeste”) e as 10 restantes, francófonas.
- O Cameroun é uma **República presidencialista**, com Poder Executivo forte. O atual **Chefe de Estado** é **Paul Biya**, no cargo desde 1983 e reeleito em 1997 e 2004, para mandato de 7 anos. O **Primeiro-Ministro** e o **Ministro de Estado Encarregado das Relações Exteriores**, nomeados em 8/12/2004, são, respectivamente, **Ephraim Inoni** e **Laurent Esso**.
- A **política externa do Cameroun**, refletindo a postura do Presidente Paul Biya, é relativamente discreta. No **plano multilateral**, o país foi, no período de 2002-2003, membro do Conselho de Segurança da ONU, havendo mantido posição de equilíbrio entre a França e os Estados Unidos durante o conflito no Iraque, que coincidiu com seu turno na Presidência daquele órgão. No **contexto africano**, o Cameroun é membro da **Comunidade Econômica dos Estados da África**

Central (CEEAC), organismo de integração econômica criado em 1983 com o objetivo de formar um mercado comum centro-africano, e da **Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC)**. As relações com os demais países da sub-região são, de modo geral, cordiais. Com a vizinha **Nigéria**, no entanto, o relacionamento bilateral, historicamente tenso, deteriorou-se a partir de 1994, quando ocorreram conflitos armados na península de **Bakassi**, região rica em petróleo, disputada por ambos os países desde a época da independência. A Corte Internacional de Justiça deu ganho de causa ao Cameroun. Alegando “problemas técnicos”, a Nigéria não se retirou do território ocupado até 15/09/2004, prazo estipulado pela Comissão Mista Bilateral, estabelecida sob os auspícios da ONU. Com a **Guiné Equatorial**, ocorre disputa territorial em torno do campo petrolífero de **Zafiro**.

➤ **A Embaixada do Brasil em Iaundé**, aberta em 1982, foi desativada, por razões orçamentárias, em 1999. Na ocasião, o Cameroun manteve em funcionamento sua Embaixada em Brasília, aberta desde 1984, sinalizando o interesse do Governo camerunês em não comprometer o nível do relacionamento bilateral. Não obstante o esforço de Iaundé, a desativação da Embaixada brasileira teve como consequência inevitável a progressiva **rarefação do diálogo político-diplomático**, bem como a interrupção de projetos em gestação e o esfriamento do interesse de algumas empresas brasileiras em concretizar negócios com a República do Cameroun. O Governo brasileiro determinou, no final de 2004, a **reativação da Embaixada em Iaundé**, prevista para ocorrer ainda durante o primeiro semestre de 2005.

➤ **O intercâmbio comercial** também foi bastante atingido com a desativação da Embaixada do Brasil. Seus números – já modestos e aquém do potencial – só voltaram a registrar crescimento digno de nota a partir de 2003, quando o volume de intercâmbio, de US\$ 20,6 milhões, aproximou-se do montante histórico registrado em 1998, de US\$ 23,3 milhões. Em 2004, a balança comercial atinou o montante recorde de US\$ 30,1 milhões. A composição da pauta bilateral não é muito diversificada, em que pese a reiteração das autoridades camerunesas de que a tecnologia e os produtos brasileiros seriam os mais adequados às condições socioeconômicas e climáticas do país.

➤ No início de 2004, o Governo camerunês enviou ao Brasil **missão de alto nível**, chefiada por seu **Ministro da Educação, Professor Joseph Owana**, e integrada por altos funcionários daquela pasta e do Ministério das Relações Exteriores. Na ocasião, foi assinado **Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Educação** dos dois países. Ficou registrado, ainda, o compromisso brasileiro de proceder ao exame de temas para compor uma agenda para a **Comissão Mista Brasil-Cameroun**, que deverá reunir-se em maio de 2005, após quase vinte anos da celebração de sua primeira sessão, em 1986.

➤ Em outubro de 2004, visitou o Brasil **missão multidisciplinar** da República do Cameroun, chefiada conjuntamente pelo **Inspetor-Geral do Ministério da Agricultura, Eugène Mathan Njoh-Lea**, e pelo **Diretor do Departamento das Américas e Caribe** da Chancelaria camerunesa, **Pierre Ndzengue**. A missão foi integrada por representantes de institutos de pesquisas agrícolas, pelo Diretor de Produção do Ministério da Pecuária, da Pesca e das Indústrias Animais e por representante do Gabinete do Primeiro-Ministro. A delegação visitou instalações de pesquisa agrícola em alguns estados brasileiros e apresentou proposta de **Acordo de Cooperação Agrícola**, assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim ao Cameroun, em janeiro de 2005. A missão camerunesa identificou, ainda, oportunidades de **incremento do intercâmbio bilateral** na área de maquinaria agrícola, tendo indicado a possibilidade de que se concretizassem negócios de vulto, uma vez que seu país deseja aumentar a produção de alimentos e, para tanto, necessita substituir vasta quantidade de equipamentos e máquinas agrícolas.

➤ O Cameroun afirmou seu apoio à **Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e à Pobreza** e à reforma e ampliação democrática do **Conselho de Segurança da ONU**.

DAF I – 23/2/2005

(A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

MENSAGEM Nº 105, DE 2005

(Nº 126/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Os méritos do Ministro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 214 – C. Civil

Brasília, 8 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do

Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM Nº 55 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G– MRE/APES

Brasília, 3 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

2. Encaminhado, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO

CPF.: 9409203520

ID.: 592491 DPT/BA

- 1953** Filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Camélia de Andrade Pinto, nasce em 12 de outubro de 1953, em Salvador/BA
- 1979** Licenciado em História, Centro de Ensino Unificado de Brasília
- 1979** CPCD -IRBr
- 1979** Terceiro Secretário em 19 de novembro
- 1979** Divisão da África II, Assistente

- 1981 Departamento da Ásia, África e Oceania, Assistente
- 1981 Segundo Secretário, por antiguidade, em 17 de dezembro
- 1982 CAD-IRBr
- 1983 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
- 1984 36a. Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia (CIB), Eastbourne, Grã-Bretanha, Chefe da Delegação
- 1984 Departamento de Sistematização da Informação Política, Assessor
- 1985 Delegação junto às Nações Unidas em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1988 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário
- 1990 Embaixada em Ottawa, Primeiro Secretário
- 1993 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
- 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
- 1994 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Cavaleiro
- 1994 Medalha Mérito Tamandaré
- 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Assessor
- 1995 Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Diretor
- 1995 Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro
- 1995 Medalha "Mérito Santos-Dumont"
- 1995 Conselheiro, por merecimento, em 17 de junho
- 1996 Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro
- 1997 Ordem de Rio Branco, Comendador
- 1997 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, Conselheiro
- 2000 CAE - IRBr - Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica no período-pós-Guerra Fria
- 2001 Embaixada no México, Conselheiro e Ministro
- 2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro
- 2003 Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Cidade do México, Presidente
- 2003 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

HAITI

Figura 1 – Mapa da República do Haiti

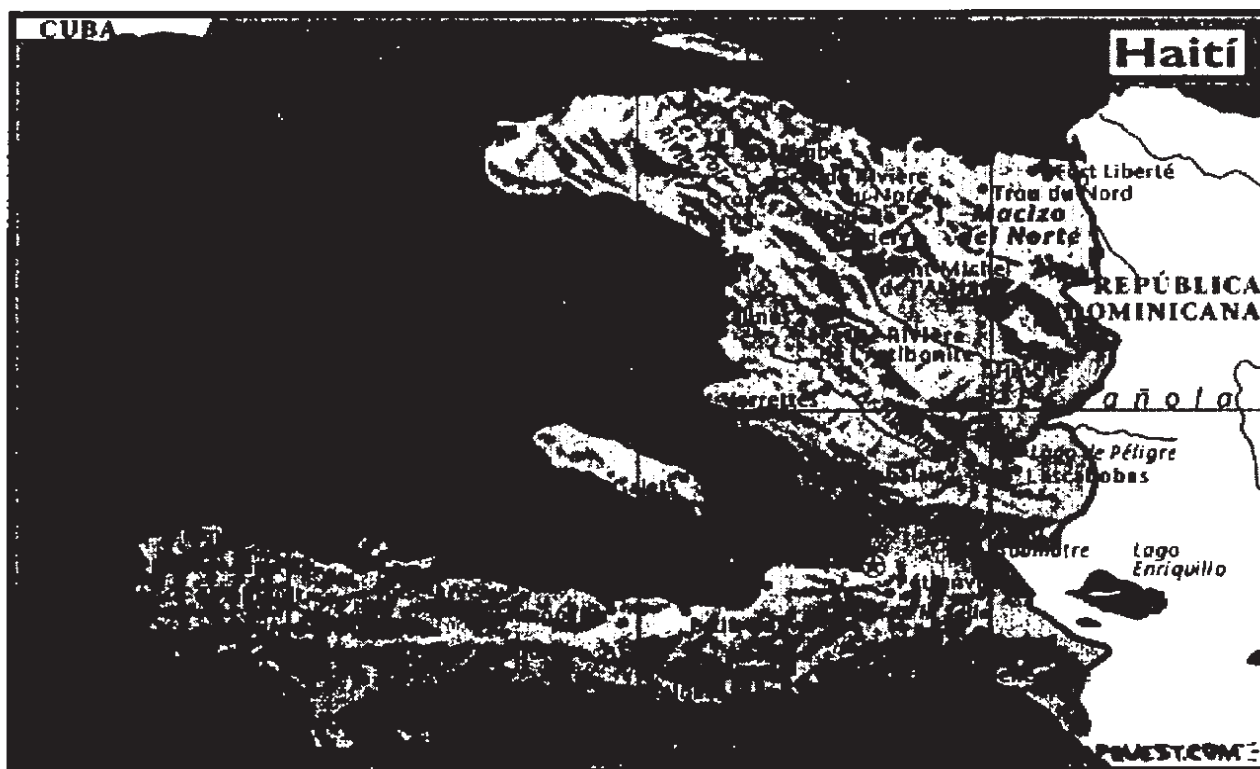


Figura 2 – Bandeira do Haiti



Figura 3 – Haiti – Dados Básicos¹

Nome oficial	República do Haiti
Capital	Porto Príncipe

¹ Fonte - EIU. The Economist Intelligence Unit. Country Viewswire December 2004.

Sistema de Governo	República parlamentarista ²
Superfície	27.750 km ²
População	8.400.000 habitantes (Estimativa 2004)
Densidade demográfica	302,7 habitantes por km ²
PIB	US\$ 4,3 bilhões (Estimativa 2004)
Renda per capita	US\$ 515,00

Perfil

Colombo explorou o Haiti a partir de 6 de dezembro de 1492. Os Taínos, indígenas do grupo dos Aruaque, que habitavam a ilha, foram praticamente extintos pelos espanhóis. Os franceses, naturalmente à revelia dos espanhóis que por decisão papal teriam a posse de toda a ilha, se instalaram na porção ocidental da Hispaniola a partir de meados do século XVII e pretenderam ocupar toda a ilha, até que finalmente, em 1697, têm seus direitos sobre a área que ocupavam reconhecidos pelo Tratado de Ryswick. Aquela região era conhecida como Saint-Domingue e rapidamente assumiu a liderança na produção açucareira no Caribe, com base no trabalho escravo. Em 1791, uma insurreição dos cerca de 480.000 escravos negros, liderados por Pierre-Dominique Toussaint Louverture, resulta, dez anos mais tarde na proclamação de uma Constituição que criava uma República independente. Contudo, Napoleão Bonaparte não aceitou o pleito. suprimiu o movimento independentista, e mandou prender Louverture.

Entretanto, Dessalines e Christophe, herdeiros de Louverture, aliados à febre amarela, causam fragorosa derrota ao exército napoleônico, que sofreu cerca de cinquenta mil baixas e foi expulso da ilha. Em 1804 é proclamada a primeira república negra do mundo, segundo país das Américas a libertar-se do jugo colonial, com o nome de República do Haiti.

² O atual governo foi indicado por um “Conselho de Sábios”. Eleições-previstas para novembro/dezembro de 2005

A revolução destruiu a economia do Haiti. Seguiram-se anos de atritos entre a elite de mulatos que dominava a economia e a maioria negra da população que, somados a constantes disputas com a colônia de Santo Domingo que compartilhava a ilha, impediram o desenvolvimento da nova nação. O país vive então uma seqüência de ditaduras até o início do século XX quando, estrangulado economicamente, aceita uma intervenção norte-americana em sua alfândega de 1905 a 1941. Além da intervenção aduaneira, os fuzileiros navais norte-americanos ocupam militarmente o país de 1915 a 1934, para garantir a estabilidade do país, segundo alegação do governo dos EUA. As precárias estradas que servem hoje o país foram construídas naquele período, sob supervisão militar norte-americana.

Em 1949, após quatro anos de governo democrático do Presidente Dumarsais Estimé, a ditadura retorna sob o comando do General Paul Magloire, que vem a ser sucedido por François Duvalier, mais conhecido como “Papa Doc”, em 1957. A polícia secreta de Duvalier, os “Tontons Macoutes” garantiram a estabilidade do país com eficiência brutal. Seu filho, Jean-Claude, conhecido pelo apelido de “Baby Doc”, assume o poder ao falecer seu pai, em 1971, como primeiro mandatário da nação mais pobre do hemisfério ocidental. No início dos anos 1980, o Haiti foi um dos primeiros países do mundo a enfrentar uma epidemia de AIDS, introduzida no país por turistas oriundos de São Francisco, Califórnia. Com isso, a ilha, que na década de 1970 era conhecida como “Pérola do Caribe”, perdeu rapidamente uma de suas principais fontes de moeda estrangeira. A indústria do turismo entrou em colapso, causando desemprego em massa no país. A crise econômica provocou intranqüilidade e acabou por forçar a fuga de Baby Doc, em 1986.

Após alguns anos de grandes dificuldades políticas, durante os quais a figura do Comandante em Chefe do Exército, Herard Abraham, foi instrumental para garantir a transição democrática, o primeiro mandatário haitiano eleito pelo voto popular assume o poder em 1991. Jean-Bertrand Aristide, um padre católico de orientação esquerdista, consegue amalgamar em torno de sua figura altamente carismática o movimento conhecido como “Fanmi Lavalas” (Família Lavalas, que significa enxurrada) e o transforma no maior partido político do Haiti. Aristide assume a Presidência do país prometendo uma nova era

para o Haiti e com a plataforma de “tirar a população haitiana da miséria indigna e conduzi-la a uma pobreza digna”.

Contudo, nove meses depois, em 30 de setembro de 1991, Raoul Cédras, chefe do Exército do Haiti, depôs o Presidente Jean-Bertrand Aristide, e instalou no poder um regime militar, em operação cuja concepção é atribuída por alguns à Central Intelligence Agency – CIA¹ dos Estados Unidos da América. A Anistia Internacional estima em 5.000 a quantidade de mortes provocadas pela junta militar entre 1991 e 1994. Aristide partiu para o exílio na Venezuela e, posteriormente, nos Estados Unidos da América. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou uma série de resoluções, em 1993 e 1994, que instavam a junta militar a devolver o poder às autoridades haitianas escolhidas pelo voto popular. Em outubro de 1994, especialmente devido ao contínuo fluxo de imigrantes haitianos que tentavam chegar às costas dos Estados Unidos, 22.000 fuzileiros navais norte-americanos, com autorização do Conselho de Segurança, desembarcaram no país e reinstalaram Aristide no poder.

O Brasil, que em 1993-94 ocupava assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, absteve-se na votação da Resolução 940 (1994), que autorizava o envio da força multinacional liderada pelos EUA, e de três resoluções posteriores sobre o tema – resoluções 944, 948 e 964 (1994). Em 1995, Aristide, com apoio dos EUA, aboliu as Forças Armadas do Haiti.

Após completar seu mandato, Aristide instala no poder René Preval (1995-2001), respaldado pela força esmagadora da “Fanmi Lavalas”. Em 2000, Aristide foi novamente eleito presidente, em eleições (legislativas e locais em maio e presidenciais e parlamentares em novembro) contestadas pela oposição, que recusou-se a participar do pleito. O voto no Haiti não é obrigatório, o que levou Aristide e os demais representantes populares a se elegerem com número relativamente pequeno de votos, dado o comparecimento às urnas de apenas 10% dos eleitores. A contestação da oposição não impediu a posse de Aristide, em 7 de fevereiro de 2001, com mandato até 2006. Diante das acusações de manipulação dos resultados das eleições, apresentadas pela oposição e por representantes da comunidade internacional, todo o fluxo de ajuda internacional foi suspenso, sufocando novamente a economia do país. O Parlamento haitiano fechou as

portas em janeiro de 2004, devido à extinção do mandato da maioria de seus membros. Não foi possível realizar as eleições legislativas em 2003 porque a oposição recusou-se a participar do processo eleitoral, não indicando representantes para integrar o Conselho Eleitoral Provisório, que teria o encargo de promover as eleições. A partir de então, o Executivo vem legislando por meio de decretos e decretos-lei.

A repressão à oposição aumentou nesse período. Aristide lança mão de grupos armados mercenários, apelidados de “chimères” para tentar conter as manifestações contra ele, que se alastram por todo o país e partem de todos os segmentos da sociedade. Concomitantemente à desintegração e à politização da Polícia Nacional do Haiti, recrudescceu no país a proliferação do tráfico de armas leves. Além disso, a precária ação da polícia, os baixos salários dos policiais tornando-os alvos fáceis para a corrupção e fronteiras permeáveis contribuíram para fazer do Haiti uma plataforma do tráfico internacional de drogas.

A instabilidade política e institucional, o empobrecimento da população e a volatilidade na segurança reforçaram o clima de impunidade e ausência da lei, com impacto direto nos abusos aos direitos humanos, políticos, sociais e econômicos. Embora tenha atuado continuamente no país entre 2001 e 2004, Missão Especial da Organização dos Estados Americanos – OEA não teve êxito em promover a normalização institucional.

O Haiti é o único país do Hemisfério Ocidental classificado pelas Nações Unidas como País de Menor Desenvolvimento Relativo (Least Developed Country). O país é o 146º entre os 173 países medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano. As estruturas produtivas e comerciais do país, já precárias, foram destruídas em razão da permanente crise política, sendo 40% da receita haitiana proveniente de remessas de cidadãos expatriados. Cerca de 52% dos habitantes estão abaixo da linha de pobreza e a desnutrição crônica afeta 51% da população. A expectativa de vida é de 52,4 anos e a taxa de HIV/AIDS é a mais alta fora da África sub-saariana: 4,5% da população portavam o vírus em 2002 e, a cada ano, 30.000 pessoas têm morrido da doença. Com 2.500 policiais em uma população de 8,5 milhões, o Haiti, país desprovido de Forças Armadas, tem um policial para cada 3.400 habitantes. No Caribe, a média é de um policial para 400 habitantes.

A Resolução 940 (1994) do Conselho de Segurança autorizou o emprego de uma força multinacional de 20.000 homens, liderada pelos EUA, com o objetivo de facilitar o retorno das autoridades governamentais legítimas (o governo de Jean-Bertrand Aristide) e manter a segurança no país.

Entre 1994 e 2001, quatro missões da ONU se sucederam no país. A UNMIH exerceu seu mandato de 1993 a 1996, a UNSMIH, de 1996 a 1997, a UNTMIH, de julho a novembro de 1997, e a MIPONUH, de 1997 a 2000. As três últimas foram operações de pequeno porte, cujo componente armado limitou-se ao apoio (mal-sucedido) à reorganização da Polícia haitiana. Sem componente armado e com mandato da Assembléia Geral (não do Conselho de Segurança), funcionaram a MICIVIH e a MICAH. Ambas foram prejudicadas por forte carência de fundos e apoio político e encerraram suas atividades em 2001, em vista do recrudescimento das tensões políticas e da violência. Com exceção dos esforços de mediação política e diplomática da Comunidade Caribenha e da Missão Especial da OEA, o Haiti foi praticamente abandonado à própria sorte entre 2001 e 2004.

Apesar de ter-se restaurado a democracia no país e ter ocorrido maior envolvimento das elites na vida política do país durante a segunda metade da década de 1990, inclusive com o desenvolvimento de uma imprensa livre e diversificada, não se consolidaram instituições estáveis e as necessárias reformas não tiveram curso. Além da falta de compromisso da liderança haitiana, esses problemas não receberam a devida atenção da comunidade internacional. Os programas de assistência não envolveram suficientemente a população haitiana, os recursos financeiros foram muitas vezes mal alocados e não levaram em consideração as deficiências da capacidade de absorção local e a responsabilização das autoridades locais não foi bem definida.

Já no último quartel de 2003, pela primeira vez em duzentos anos de história, partidos políticos, entidades de classe, a imprensa e outros setores da sociedade se uniram em um grupo que se intitulou Grupo 184, mas que acabou agrupando representantes de mais de 400 organizações, com o propósito de afastar Aristide do poder.

Em 31 de janeiro de 2004, a Comunidade dos Estados do Caribe – CARICOM ofereceu-se como mediadora e apresentou um Plano de Ação Preliminar, o qual foi acompanhado, em fevereiro, por um plano de trabalho desenvolvido pelo Grupo dos Seis (Bahamas, Canadá, Estados Unidos da América, França, OEA e a União Européia). Tais planos, que contaram com a concordância de Aristide, previam reformas amplas, incluindo a substituição do Primeiro-Ministro por indicação das lideranças da comunidade. A oposição, no entanto, recusou-se a discutir qualquer alternativa antes da renúncia de Aristide.

A despeito de várias iniciativas diplomáticas da CARICOM e da Organização dos Estados Americanos, uma rebelião armada eclodiu em fevereiro de 2004 em Gonaïves, espalhando-se rapidamente para outras cidades. Na iminência de um banho de sangue, anunciado pelos Governos dos EUA e da França, que previam a tomada da capital do país, Porto Príncipe, pelas forças rebeldes lideradas por Guy Philippe, na manhã de 29 de fevereiro de 2004, o Presidente Aristide renunciou e partiu para o exílio, inicialmente na República Centro-Africana.

O então Primeiro-Ministro Yvon Neptune tomou a iniciativa de implementar uma variante do plano proposto pela CARICOM para a instalação de um Governo Transitório. Assumiu o cargo de Presidente o então Presidente da Corte Suprema de Justiça, Boniface Alexandre. No próprio dia 29 de fevereiro, o Representante Permanente do Haiti junto às Nações Unidas submeteu ao Conselho de Segurança cópia da carta de renúncia de Aristide e um pedido de assistência. Na mesma noite, foi aprovada, pelo CSNU, a Resolução 1529 (2004), que autorizou tropas estrangeiras a entrarem em território haitiano.

Em 4 de março, foi nomeado o Conselho Tripartite, com um representante do partido “Fanmi Lavalas”; um representante indicado pela oposição; e um representante da comunidade internacional, escolhido com a participação da OEA e da ONU. Esse grupo foi incumbido de selecionar sete pessoas eminentes para compor o Conselho de Sábios, o qual, por sua vez, selecionaria um novo Primeiro-Ministro.

Em 5 de março, o Conselho de Sábios foi escolhido com representantes de grupos de promoção dos direitos humanos, das Igrejas Católica e Anglicana, da Academia, do setor privado, e dos partidos “Convergence Démocratique” e “Fanmi Lavalas”. Em 9 de março, o Conselho de Sábios, a partir de uma lista tríplice, indicou Gérard Latortue como Primeiro-Ministro.

Em 12 de março, o Governo da Jamaica anunciou que estaria concedendo visto de permanência temporária no país ao ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide, o que gerou veementes protestos do novo Primeiro-Ministro, inclusive provocando a retirada do Embaixador haitiano de Kingston e o virtual rompimento do Haiti com a Comunidade dos Estados do Caribe.

Nos dias subseqüentes, Latortue, juntamente com o Conselho de Sábios, nomeou o restante do governo entre técnicos reconhecidos por sua competência e não pela filiação partidária. Os 13 membros do Ministério foram empossados em 17 de março.

A CARICOM expressou sua consternação com as circunstâncias pouco claras que envolveram a partida de Aristide. Em primeiro lugar, a CARICOM não escondeu seu ressentimento pela pouca atenção dedicada aos planos propostos em fevereiro e aos apelos do próprio Aristide ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, solicitando apoio para restaurar a ordem e a segurança no país, no quadro de normalidade constitucional.

Em Declaração aprovada em 26 de março, em São Cristóvão e Névis, os Chefes de Governo da CARICOM reafirmaram seu compromisso com os princípios fundamentais da governança e da democracia, do estado de direito e do processo democrático. Reiteraram, ainda, o pedido de investigação das circunstâncias que levaram à renúncia do Presidente Aristide e declararam que o Haiti continuava sendo um membro da CARICOM, embora não fosse reconhecida a legitimidade do Governo de Transição. Tomaram nota das declarações do Governo de Transição sobre o “congelamento das relações com a Jamaica e com a CARICOM”, que se seguiram à concessão, pela Jamaica, de asilo temporário a Aristide, o que impediu a participação de Latortue na 15ª Cúpula Intersessional de Chefes de Governo da CARICOM.

Para facilitar os contatos com o Haiti e com a comunidade internacional, os Chefes de Governo decidiram: a) recriar o Grupo de Contato de Primeiros-Ministros da CARICOM sobre o Haiti; b) designar um Enviado Especial adjunto ao Grupo de Contato para representar os interesses da CARICOM em assuntos relacionados ao Haiti e facilitar os contatos do grupo com a comunidade internacional; e c) estabelecer uma Força-Tarefa para coordenar a assistência da CARICOM ao Haiti.

Embora se observem sinais de recomposição entre a CARICOM e o Haiti, não foi ainda normalizado o relacionamento entre seus membros e o Governo de Transição. Uma missão ministerial da CARICOM visitou o Haiti em julho de 2004 e um Enviado Especial foi designado para interagir com as autoridades haitianas. Realizou-se em Barbados, nos dias 24 e 25 de outubro de 2005, reunião dos Chanceleres da CARICOM para discutir a crise política do Haiti.

Em fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU reuniu-se seis vezes, formal e informalmente, para debater a situação do Haiti. Em 18 de fevereiro, em declaração presidencial, o CSNU já expressava sua profunda preocupação com a crescente violência e deterioração da situação política e humanitária no país e pedia ao governo e à oposição que dialogassem e superassem suas diferenças de maneira pacífica e democrática, pela via constitucional. Em 25 de fevereiro, outra declaração presidencial lamentava a decisão da oposição haitiana de recusar o Plano de Ação da OEA e da CARICOM, insistindo que a aplicação do plano era a melhor oportunidade para resolver os problemas do Haiti.

A pedido do Governo da Jamaica, em nome da CARICOM, o Conselho celebrou sessão pública em 26 de fevereiro, na qual o Ministro de Relações e Comércio Exterior da Jamaica expressou sua esperança de que o CSNU autorizasse o envio de uma missão de manutenção da paz ao Haiti para ajudar a estabilizar a situação e a restabelecer a ordem.

No mesmo dia em que Aristide deixa o país e Boniface Alexandre toma posse como Presidente Haiti, o CSNU aprovou, em 29 de fevereiro, por unanimidade, a Resolução-1529 (2004), em que: a) sob o capítulo VII da Carta, autorizava o envio ao Haiti

de uma força multinacional interina por um período máximo de três meses; b) declarava sua disposição de criar uma força de estabilização e acompanhamento das Nações Unidas; c) pedia ao Secretário-Geral das Nações Unidas – SGNU a apresentação de recomendações ao Conselho acerca do tamanho, da estrutura e do mandato dessa força; e d) acolhia a nomeação de um Assessor Especial do SGNU para o Haiti e pedia a este a elaboração de programa de ação para que as Nações Unidas respaldassem o processo político-constitucional e apoiassem as atividades de assistência humanitária e econômica.

Em 11 de março de 2004, missão multidisciplinar de avaliação enviada pelas Nações Unidas chegou a Porto Príncipe. A partir dos resultados da missão, liderada por Hocine Medili e conduzida sob os auspícios do Enviado Especial do Secretário-Geral para o Haiti, John Reginald Dumas, foram transmitidas informações ao CSNU pelo Secretário-Geral Assistente, Danilo Türk, em 23 de março de 2005 e, em 30 de março, o Conselho ouviu de Dumas relato sobre a futura missão das Nações Unidas no Haiti.

Em 19 de abril, foi divulgado o relatório do SGNU sobre o Haiti, o qual recomendou o estabelecimento de “operação multidimensional de estabilização”, denominada Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH composta de forças militares com efetivo de 6.700 homens, além de 1.622 policiais civis e número a ser definido de pessoal internacional e local.

A Força Multinacional Interina – MIF foi composta por cerca de 3.400 militares, dos quais 1.800 dos Estados Unidos, 800 franceses, 460 canadenses e 340 chilenos. Contribuiu, em conjunto com a polícia haitiana, para a preservação da ordem pública, a contenção da atividade dos grupos armados e a segurança de prédios governamentais. Em 11 de março de 2004, os principais portos e aeroportos estavam novamente operacionais.

Foram reinstaladas no país as representações das ONU e da OEA, que retomaram suas atividades políticas e projetos na medida do possível, dada a situação ainda instável do país.

No dia 25 de junho, a MIF transferiu a responsabilidade pela estabilização do Haiti à MINUSTAH e retirou-se do país. Alguns dos seus efetivos, tropas canadenses e chilenas, passaram pelo processo conhecido no jargão da ONU como “rehatting” e envergaram durante a solenidade os conhecidos capacetes azuis de força de paz da ONU, integrando-se imediatamente aos efetivos da MINUSTAH.

Para que sejam resolvidos os problemas que têm levado à instabilidade, será necessário alcançar progressos sociais capazes de dar à cidadania o sentimento de suas responsabilidades e a percepção de que a presença internacional tem efeitos positivos. Com essa visão, realizou-se em Washington, em julho último, Conferência de Doadores para o Haiti, em que foi aprovado amplo programa de recuperação. A reunião ultrapassou seus objetivos iniciais, ao atingir a soma \$ 1,085 bilhão de dólares, grande parte da qual estará disponível a título de empréstimos. Pela primeira vez, um plano de assistência internacional abrangente e complexo foi definido em curto prazo, sob a liderança e segundo as prioridades do governo do país, apesar de sua precariedade. Realizou-se em Porto Príncipe, em 22 e 23 de setembro de 2004, reunião de seguimento da Conferência de Doadores.

Os representantes brasileiros têm trabalhado em favor de uma ação conjunta do sistema das Nações Unidas, da comunidade internacional e das instituições financeiras internacionais, na promoção do desenvolvimento e com vistas à pronta liberação dos recursos prometidos.

Relações com o Brasil

“La nouvelle donne politique née à la faveur des événements de février 2004 en Haïti, qui ont vu le Brésil accepter la proposition des Nations Unies de prendre le commandement de la partie militaire de la mission de stabilisation (MINUSTAH), a modifier de façon dramatique et spectaculaire les relations bilatérales entre les deux pays.”ⁱⁱ

Brasil e Haiti mantêm relações diplomáticas desde 1928, quando foram abertas legações recíprocas, chefiadas por um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Em 1954, foi elevado o nível de representação para Embaixada. Desde então o relacionamento nunca foi interrompido, mesmo durante o Governo de Raoul Cédras – 1991-1994, quando a maioria dos países que mantêm embaixada residente em Porto

Príncipe fechou suas representações, o Brasil manteve sua Missão em funcionamento, chefiada por um Encarregado de Negócios, a.i.

As relações entre o Brasil e o Haiti foram tradicionalmente, embora cordiais, distantes. Isso se explica, entre outros, por fatores históricos – voltado, primeiro, para a Europa e, depois, para os EUA, o Brasil pouca atenção dedicou ao Caribe. Isso não impediu que surgisse, no Haiti, uma enorme simpatia pelo Brasil, ligada especialmente ao futebol. Está presente no inconsciente coletivo da nação haitiana um sentimento de fraternidade com o Brasil. O haitiano olha para o Brasil como quem olha para um irmão maior, principalmente dadas as raízes comuns africanas de suas populações. E, tendo em conta o grau de desenvolvimento relativo do Brasil, está muito presente no Haiti a idéia de que “se o irmão maior deu certo, nós também podemos conseguir...”. Politicamente, contudo, o relacionamento bilateral sempre foi muito rarefeito, até o momento em que foi anunciada a decisão brasileira de participar com contingente expressivo e assumir o comando da vertente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. Em decorrência dessa decisão, houve imediato adensamento das relações.

Não obstante críticas veiculadas pela imprensa, segundo as quais o engajamento do Brasil na MINUSTAH visava unicamente a eventual conquista de uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, o Governo brasileiro mostra estar decidido a apresentar à comunidade internacional um novo tipo de operação de paz, muito mais voltado para a recuperação das instituições haitianas, para o desenvolvimento sustentado e para retirar a população haitiana de sua condição de miséria absoluta. Mesmo correndo o risco de prejudicar seu apoio popular, soube também o Governo brasileiro resistir à pressão de um sem número de grupos que formularam petições e abaixo-assinados contrários à participação brasileira na MINUSTAH.

Desde logo, é importante sublinhar que uma presença mais marcante e atuante da diplomacia brasileira no Caribe passa, necessariamente, por uma participação pró-ativa do Brasil na busca de uma solução negociada para a crise haitiana. A maior presença do Brasil nesta importante região tem sido advogada formalmente por representantes de Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago, Bahamas, República Dominicana e da CARICOM.

Do ponto de vista bilateral, o Brasil pode contribuir significativamente na busca de uma solução para a crise, especialmente participando das eleições gerais que terão lugar em novembro e dezembro de 2005, ponto crucial das providências para reconduzir a situação política à normalidade por meio da restauração da representação democrática no país.

A despeito das críticas que os eventos de 29 de fevereiro de 2004 despertaram na região, o sentimento geral é de que é necessário olhar para o futuro, já que o que se busca é ajudar o povo haitiano a retomar o caminho da paz, da democracia e do desenvolvimento. O Chanceler Julian Hunte, de Santa Lúcia, assinalou que a saída de Aristide era fato consumado com o qual “temos que lidar”. Doravante, a principal preocupação de todos os atores envolvidos deveria ser a de assegurar a proteção e segurança do povo haitiano.

No dia 18 de agosto de 2004, realizou-se em Porto Príncipe, Haiti, aquele que foi intitulado "Jogo pela Paz". Com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita oficial ao país, a Seleção brasileira de futebol realizou partida amistosa com a seleção haitiana, no Estádio Sylvio Cator, com capacidade para cerca de quinze mil torcedores. A realização da partida foi considerada, no Haiti, como projeto de Estado, acompanhado pessoalmente pelo Primeiro-Ministro Gérard Latortue e deu ao Governo haitiano a oportunidade de revitalizar a área do Estádio, situado no centro de Porto Príncipe, reformar o Estádio Sylvio Cator, em desuso por quase um ano, e mobilizar a população do país.

A primeira visita de um Presidente brasileiro ao país e a realização da partida amistosa de futebol foram evento histórico que mereceu ampla cobertura da imprensa mundial e marcou indelevelmente o Haiti, de tal forma que o dia 18 de agosto passou a ser feriado nacional no país. Foi uma demonstração da seriedade e do empenho com que é encarado pelo Brasil o trabalho de recuperação e desenvolvimento do Haiti e selou um compromisso bilateral entre as duas nações.

O Governo brasileiro está identificando “nichos” para desenvolvimento de projetos bilaterais de cooperação em diversas áreas. Procura-se também mobilizar a comunidade doadora para a causa da reconstrução haitiana e envidam-se esforços, no

âmbito das Nações Unidas, pelo estabelecimento de estruturas institucionais que possam refletir um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento e o crescimento econômico haitiano. O objetivo primordial desse esforço é evitar a recorrência da crise haitiana.

Reforçando ainda mais as relações bilaterais, foi aberto em 2004 um canal direto de comunicação entre os partidos políticos dos dois países. Nesse contexto, destacou-se a visita que os Senadores Eduardo Suplicy, Hélio Costa, Leomar Quintanilha e Maguito Vilela realizaram a Porto Príncipe no período de 16 a 19 de agosto de 2004, coincidindo com a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país e com a realização do Jogo pela Paz, no dia 18 de agosto.

Os Senadores relataram sua viagem em intervenções no Plenário do Senado Federal, onde foram unânimes em elogiar o trabalho que está sendo desenvolvido pelas Forças Armadas brasileiras que integram a MINUSTAH e ressaltaram a importância da presença brasileira no esforço de reconstrução do Haiti e no processo de normalização institucional do país.

O Senador Eduardo Suplicy, em nome dos demais integrantes da comitiva, relatou, durante jantar oferecido na residência da Embaixada do Brasil, que a experiência foi altamente enriquecedora e que, se dúvida houvesse quanto ao acerto da aprovação da participação brasileira na MINUSTAH, esta teria caído por terra ao verificar no terreno o afeto com que as tropas são recebidas pela população haitiana bem como as condições de vida enfrentadas pelas camadas menos favorecidas da população que anseiam por contar com apoio para a reconstrução de seu país.

Intercâmbio Comercial

As exportações brasileiras para o Haiti, basicamente óleo de soja e carne e derivados em 2002 e 2003, foram compostas em mais de 40% no ano de 2004 por barras de ferro fundido. Os alimentos continuaram respondendo por cerca de 10% do total em 2004. As importações brasileiras, pouco significativas, são quase integralmente de óleo essencial de vetiver. Os dados constam do quadro a seguir, na Figura 4.

Figura 4 – Intercâmbio Comercial Brasil – Haiti

2000 - 2004

Índice Onomástico Intercâmbio Comercial Brasil - Haiti	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações (000)	17262	23357	23761	31595	25351
Variação em relação ao ano anterior	89,3%	35,3%	1,7%	33,0%	-19,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para demais da América Latina ⁽³⁾	7,5%	8,9%	7,1%	7,7%	5,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (000)	46	5	5	156	175
Variação em relação ao ano anterior	91,7%	-82,6%	587,5%	183,6%	12,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras demais da América Latina ⁽³⁾	0,3%	0,0%	0,4%	1,9%	0,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	17308	23365	23316	31751	25526
Variação em relação ao ano anterior	89,3%	35,0%	1,9%	33,3%	-19,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-demaís da América Latina ⁽³⁾	6,9%	8,2%	6,8%	7,6%	5,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	17262	23359	23316	31439	25176

Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

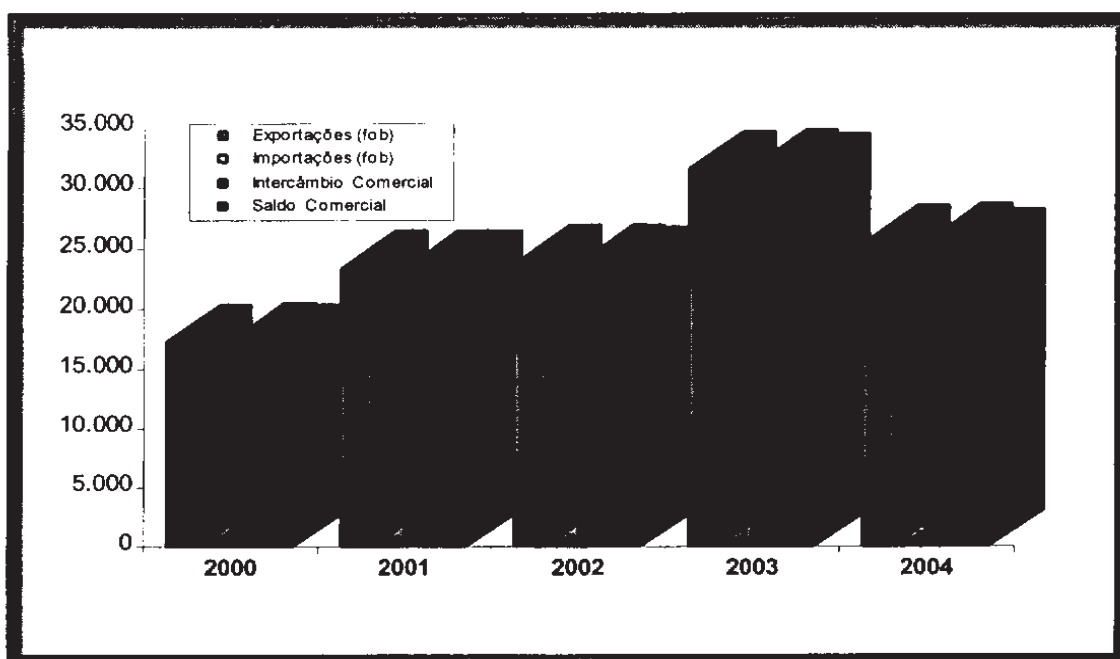
(2) Dados preliminares.

(3) Demais da América Latina: Definição da SECEX para o grupo de países: Haiti, Panamá e República Dominicana.

Já o gráfico apresentado na Figura 5, abaixo, indica relativa regularidade no intercâmbio comercial, com destaque para o notável superávit em favor do Brasil.

Figura 5 – Evolução do Intercâmbio Comercial Brasil – Haiti

2000 – 2004 – Em Milhares de US\$



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

Acordos Bilaterais em Vigor

O quadro apresentado na Figura 6 apresenta um elenco dos acordos bilaterais em vigor entre a República Federativa do Brasil e a República do Haiti, onde se destacam o Memorando de Entendimento Esportivo entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti e o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, ambos assinados em 2004 com vistas a abrir as portas a uma intensificação da cooperação entre os dois países.

Figura 6 – Acordos Bilaterais em Vigor entre o Brasil e o Haiti

Nome do Acordo	Data de Assinatura	Data de Vigência
Convenção de Arbitramento	25/04/1910	21/11/1912
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum	19/03/1951	19/03/1951
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea	23/05/1951	23/05/1951

Nome	Assinatura	Entrada em Vigor
Convênio de Intercâmbio Cultural	05/07/1966	05.05.1973
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração	26/09/1983	26/09/1983
Acordo sobre a Criação da Comissão Mista Brasil-Haiti	14/09/1984	14/09/1984
Memorando de Entendimento Esportivo entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti	18/08/2004	18/08/2004
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	15/10/1982	03/11/2004

A Presença do Brasil na MINUSTAH

*“No meu ponto de vista, não temos o direito de errar, de experimentar, de ‘ver no que vai dar’, porque poderemos estar atentando contra os interesses maiores do nosso Estado”.*ⁱⁱⁱ

A disposição do Brasil de assumir a liderança da Força de Estabilização, exercendo papel único em razão de sua capacidade de diálogo com os países da região, insere-se em um quadro mais amplo de projeção do país no continente e na arena internacional e de uma política externa mais assertiva, que não pode abster-se de participar das grandes discussões internacionais, seja na área econômico-comercial e do desenvolvimento, seja no campo da paz e da segurança internacionais. Resultará em reforço considerável do prestígio do País, de forma compatível com as aspirações brasileiras de desempenhar papel de relevo nas grandes questões internacionais e de ocupar assento permanente no CSNU.

Uma operação de paz das Nações Unidas, como a MINUSTAH, não visa à imposição de uma fórmula política pela força, mas sim a contribuir para a consolidação de um processo de diálogo político com respeito à soberania, evitando a eclosão de novos confrontos e maior número de mortos. A participação do Brasil na reconstrução das instituições democráticas no Haiti se dá em consonância com a Carta Democrática Interamericana, que afirma ser a democracia “essencial para o desenvolvimento social,

político e econômico dos povos das Américas”. Essa disposição brasileira se materializaria em conformidade com as necessidades manifestadas pelas autoridades haitianas e com a colaboração dos países do Caribe, tendo em conta ser essencial o pleno engajamento da região vizinha nos esforços de reconstrução do Haiti. Trata-se, portanto, de esforço concertado com os membros da CARICOM, que têm tido atuação central nos esforços políticos de solução pacífica, duradoura e respeitadora do Direito Internacional para a crise haitiana.

Na maior operação militar fora de suas fronteiras desde sua participação na II Guerra Mundial, o Brasil está presente no Haiti com contingente de 1.197 homens de suas Forças Armadas, que integram a Brigada Haiti e o General Augusto Heleno Pereira Ribeiro comanda a força militar da MINUSTAH. Diversos países da América do Sul mostraram interesse em coordenar-se com o Brasil e contribuir com tropas para a Missão da ONU (Argentina, Uruguai, Paraguai, Uruguai, Chile, e Peru).

Complementando a atuação militar, o Brasil está empenhado em contribuir expressivamente na área civil da operação. Na semana de 23 a 28 de agosto de 2004, ampla missão multidisciplinar brasileira, liderada pela Agência Brasileira de Cooperação e englobando inúmeros representantes do Executivo e do Judiciário, visitou o Haiti, onde se reuniu com autoridades do Governo de transição para identificar áreas nas quais poderia ser estreitada a cooperação entre os dois países. Buscou-se, por meio dessa cooperação, apoiar o Governo de Transição na recuperação de estradas vicinais, no desenvolvimento de tecnologias agrícolas, nas áreas de saúde pública (treinamento de multiplicadores e vacinação em massa), treinamento de magistrados e criação de cartórios, aperfeiçoamento da educação, entre outras atividades. No dia 15 de setembro de 2004, no âmbito da cooperação técnica bilateral, chegou ao Haiti, em vôo da Força Aérea Brasileira, uma usina modelo de beneficiamento de castanhas de caju, doada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA ao povo haitiano.

Em dezembro de 2004, foram assinados acordos com o Banco Mundial que prevêem a destinação de recursos daquela instituição para financiamento de programas de coleta de lixo e distribuição de merenda escolar a serem viabilizados mediante cooperação técnica do Governo brasileiro.

Registram-se diferentes ênfases entre o Secretariado, notadamente o Department of Peace Keeping Operations – DPKO^{iv}, e o Governo brasileiro quanto à questão do binômio segurança/desenvolvimento. Não se pode cogitar ser possível garantir inteiramente a segurança do Haiti para só então iniciar ações de desenvolvimento social e econômico. Tais ações devem ser lançadas em paralelo com as de estabilização militar, por arriscada e incômoda que seja esta tática. A MINUSTAH, como um todo, deve estar capacitada a abordar ambos os problemas simultaneamente para que se possam obter condições básicas de segurança sustentável do Haiti.

Em resumo, o Brasil, com sua atuação no Haiti, se propõe demonstrar ao mundo que há uma outra maneira de conduzir uma missão de paz: com menor número de pontos de controle, presença menos ostensiva de tanques-de-guerra, participação militar no desenvolvimento comunitário, com países do sul ajudando uma nação irmã em necessidade para construir uma América melhor. Tal espírito está muito bem retratado nas palavras do Presidente da República abaixo transcritas:

“Nossa solidariedade regional está sendo testada na grave crise por que passa o Haiti. Com espírito de solidariedade, o Brasil e outros países de nossa região têm oferecido apoio à missão da ONU nessa nação irmã.

A estabilização e a reconciliação são tarefas complexas, como a própria história do Haiti tem nos ensinado.

A preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não será suficiente para sustentar a democracia. Isso já foi tentado anos atrás, sem êxito e sem benefício concreto para a população haitiana.

É preciso que a comunidade internacional se mobilize para atender as necessidades prementes do povo haitiano.

Devemos contribuir para a paz e o fortalecimento da democracia, mas também colaborar com soluções eficazes para a reconstrução do país, com resultados palpáveis para a população. O restabelecimento da dignidade do povo haitiano só será possível se for centrado num genuíno esforço de cooperação que cabe a todos nós.

A ação internacional contra a fome e a pobreza representa apoio decisivo aos esforços que os mais pobres entre nós vêm fazendo para enfrentar esses desafios.

Em setembro último, em Nova Iorque, lançamos um movimento para buscar soluções inovadoras e realistas a fim de ampliar o apoio da comunidade internacional a essas causas. Mais de 60 Chefes de Estado e

de Governo presentes endossaram esse chamamento. Mais de 130 países o apoiaram.

Vamos continuar dialogando com o objetivo de elaborar propostas que se traduzam em novo patamar de cooperação internacional, mais vigoroso e solidário, para combater as mazelas da fome e da pobreza. Façamos do Haiti um exemplo de nossa disposição”.^v

ⁱ Agência Central de Inteligência.

ⁱⁱ “O novo fato político nascido em decorrência dos acontecimentos de fevereiro de 2004 no Haiti, que viram o Brasil aceitar a proposta das Nações Unidas de assumir o comando da vertente militar da missão de estabilização (MINUSTAH), modificou de forma dramática e espetacular as relações bilaterais entre os dois países”. Ministro Madsen Cherubim, Encarregado de Negócios, a.i., da Embaixada do Haiti em Brasília. (tradução livre)

ⁱⁱⁱ Palavras do Coronel Luiz Felipe Kramer Carbonell, que chefiou a seção de comunicação social do primeiro contingente da Brigada Haiti, que atuou naquele país de junho a dezembro de 2004.

^{iv} Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

^v Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Rio de Janeiro. 4 de novembro de 2004.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 104/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), como titular, em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 237, de 28 de janeiro de 2005, que “autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. _ Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sempre oportuno lembrar que o dinamismo da agroindústria, em 2004, refletiu a influência positiva da maior safra agrícola de alguns produtos, o que aumentou a disponibilidade de matéria-prima para processamento na atividade industrial.

Portanto, é inegável que o crescimento alcançado no ano passado se deve essencialmente ao notável desempenho do agronegócio no País, cuja contribuição nas exportações brasileiras tem um significado importante na obtenção do crescimento. Obviamente, crescimento alavancado pelo bom momento da economia mundial e que ocorreu apesar de a política econômica adotada no nosso País trabalhar contra o processo de desenvolvimento que se deseja.

Esse diagnóstico sobre a importância da produção agrícola no ano passado é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Agora, Sr. Presidente, há uma preocupação resultante da realidade climática brasileira. São conhecidas, já, as enormes perdas financeiras provocadas pela estiagem no Paraná, não somente lá, mas quero fazer referência ao meu Estado, que também sofre o abalo provocado pela estiagem.

Os prejuízos devem ultrapassar, no meu Estado, mais de R\$1,1 bilhão. As regiões mais atingidas pela falta de chuva regular e que estão registrando

os maiores prejuízos com a soja são as de Cascavel, com perdas de 13,2%; Campo Mourão, com 22,23%; Francisco Beltrão, com 45%; Toledo, com 16,4%, e Jacarezinho, com 12,7%.

As conseqüências advindas do quatro de estiagem no Paraná não se refletem apenas na economia local, mas se projetam na economia do País.

Todos conhecemos a importância do meu Estado, no que diz respeito à produção agrícola, para o desempenho da economia nacional. A queda na cotação das *commodities* no mercado internacional, conjugada à desvalorização do câmbio e ao aumento dos preços dos insumos agropecuários, agravada pela estiagem, compromete seriamente a renda agrícola, em 2005.

Certamente, teremos que discutir aqui, num futuro próximo, medidas pleiteadas pelo mundo agrícola brasileiro quanto às finanças, empréstimos junto ao Banco do Brasil, rolagem de dívida, securitização de dívida agrícola, etc. São temas recorrentes e não escaparemos, certamente, desse debate mais uma vez.

A elevação dos preços dos insumos aumentou significativamente os custos de produção das lavouras: 17% no milho, 15,5% na soja e 12% no trigo. Quanto ao trigo, há uma concorrência desigual, pois os subsídios concedidos na Argentina conferem aos produtores brasileiros uma situação de desvantagem. E mais: o Governo do nosso País não paga nem mesmo o preço mínimo instituído.

Creio, talvez, que seja necessário fixar em lei, como imposição, a obrigatoriedade de o Governo garantir o pagamento do preço mínimo instituído. Na verdade, trata-se de enganar o produtor, na medida em que ele planta acreditando no preço anunciado pelo Governo e, no momento de vender, esse preço não é real, pois o Governo não determina o cumprimento do preço mínimo instituído.

Eu gostaria de manifestar apoio às seguintes medidas, que são propostas da agricultura do meu Estado:

- 1 – Financiamentos de investimentos – prorrogar os vencimentos das parcelas de investimentos, vencidos e vincendas em 2005 e 2006, para dois anos subseqüentes aos vencimentos finais dos contratos;
- 1.2 – Financiamentos de custeio – pagamento de 20% do custeio de 2005 e prorrogação do remanescente de 80%, acrescido do saldo remanescente de 2004, para ser parcelado em quatro vezes nos anos seguintes;
- 1.3 – Preço mínimo de garantia – atualizar os preços mínimos, adequando-os à realidade do custo de produção, mediante a realização de Aquisição do Governo Federal (AGF);

Não basta adequar-se aos preços mínimos de garantia, é preciso respeitar esses preços, impondo o seu cumprimento rigorosamente. Na verdade, os produtores de trigo estão em gestão porque o preço mínimo instituído – eu repito – não está sendo pago. O Governo não assegura o pagamento do preço mínimo de garantia.

- 1.4 – Recursos para sustentação e garantia de preços – alocar no orçamento das operações oficiais de crédito o montante de R\$2,4 bilhões para a garantia de preços e suporte à comercialização agropecuária, mediante o lançamento de contratos de opções, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e remoção dos estoques oficiais de milho para a Região Nordeste e Estado do Amazonas, para atender a venda de balcão aos pequenos e médios produtores de aves, suínos e piscicultores;
- 1.5 – Seguro rural – alocar recursos suficientes para subvenção ao prêmio do seguro rural para atender a todas as regiões produtoras e os produtos agropecuários.

O Governo não pode colocar obstáculos à trajetória de prosperidade do agronegócio brasileiro.

As demissões no setor de máquinas agrícolas é um termômetro da situação do setor rural. Mais de 4 mil pessoas do setor – que emprega 44 mil pessoas em todo o País – foram demitidas desde dezembro. Os cortes ocorreram na CNH – dona das marcas Case e New Holland -, AGCO (Massey Ferguson) e John Deere.

Portanto, já há esse reflexo de demissões no setor que emprega 44 mil pessoas no País. Repito que, de dezembro até esta data, 4 mil trabalhadores foram demitidos.

Na avaliação de analistas do setor, as demissões podem ser explicadas pela queda de máquinas agrícolas. No primeiro bimestre de 2005, as vendas de tratores, colheitadeiras, cultivadores e retroescavadeiras caíram 27,8% em relação ao mesmo período de 2004.

Se a situação no Paraná é dramática, imagine, Sr. Presidente Tião Viana, no Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, que vive um momento desesperador no campo em função da estiagem prolongada.

Em razão dessa queda, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores estima uma redução de 10% na venda de máquinas agrícolas em 2005, que deve totalizar 34 mil unidades.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Creio que o Governo tem que agir com eficiência diante dessa situação.

O Ministro da Agricultura tem demonstrado competência, eficiência e capacidade de focalizar os problemas no momento em que estão ocorrendo. S. Ex^a, devemos reconhecer, tem sido competente, daí lhe dirigimos esta mensagem de apelo, que precisa ecoar no Palácio do Planalto: a agricultura brasileira vive um momento de dramaticidade incomum, por isso consideramos insuportável a Medida Provisória 232, editada ao apagar das luzes do ano passado, impondo aos produtores do País uma contribuição num momento absolutamente desfavorável. Se a medida seria rechaçada em qualquer situação, é evidente que, numa hora como esta, rechaçar é pouco. É preciso repudiar com veemência essa iniciativa que revela a ausência de sensibilidade política no Governo Federal.

É evidente que essa medida não passaria por esta Casa do Congresso Nacional, imagino, porque todos sabemos da desvantagem do produtor brasileiro quando, ao plantar e colher, vende, exporta o seu produto e confronta-se com uma concorrência absolutamente desigual.

Enquanto na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, os subsídios são da ordem de US\$1 bilhão por dia, o produtor brasileiro investe para produzir, com recursos próprios ou de financiamentos, sem o apoio governamental que obtêm os produtores das grandes nações do mundo. Mas não é apenas o subsídio. Há uma política de protecionismo, barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, que estabelecem essa concorrência desigual. Certamente, não fosse esse cenário de injustiça na competição internacional, o produtor brasileiro seria mais rico. A produção nacional seria mais próspera. O Brasil desenvolveria econômica e socialmente muito mais.

Certamente, não é uma atitude inteligente das grandes nações, porque imagino não ser inteligente sufocar nações emergentes como o Brasil com uma política de egoísmo incompreensível. As nações ricas deveriam semear a prosperidade nas nações emergentes, porque, certamente, a consequência seria o benefício para o crescimento da economia mundial.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe ao Governo adotar medidas prontamente para impedir

que esse processo de evolução da economia agrícola brasileira seja comprometido num momento de crise provocado pela estiagem prolongada e, naturalmente por outras razões, tais como preços das *commodities* que caem no exterior e desvalorização do dólar em relação ao real, que reduz o ganho do produtor nas exportações de seus produtos. Enfim, o Governo tem de adotar medidas que possam contemporizar essa situação e permitir que o produtor nacional supere as dificuldades momentâneas para continuar nesse processo de evolução da nossa agricultura, não só que diz respeito à maior produção, mas principalmente à maior produtividade, graças à competência e, sobretudo, à evolução tecnológica que estamos alcançando em nosso País.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, por cessão do Senador Romeu Tuma, Senador Tião Viana.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, pela segunda vez neste mês, a preocupação com a situação que os jornais estampam hoje, que é a decretação do estado de calamidade no Rio de Janeiro, em razão da saúde pública. Trata-se de situação gravíssima que ocorre e que aflige toda a população do Rio de Janeiro. Ali residem quase seis milhões de cidadãos e há uma disputa política entre a prefeitura do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde, e quem paga é a população, com sofrimento inexplicável diante disso.

De maneira muito clara, o Ministério da Saúde tem abordado o tema dentro de suas responsabilidades constitucionais, das normas técnicas que norteiam a avaliação, a discussão, o debate e as intervenções que devam ser feitas no setor de saúde.

O Sistema Único de Saúde, que é o melhor arcabouço de saúde pública da história e que se pode descrever em qualquer país da América Latina, é claro, desde o início dos anos 90, ao apontar as normas operacionais para o funcionamento. Previu situações em que etapas não fossem executadas corretamente pelos Municípios e em que responsabilidades do Estado

e da União não fossem cumpridas adequadamente. As instâncias são desde alerta, ponderações, avaliações conjuntas, pactuações e repactuações até decisões finais de intervenção, como a que está ocorrendo no Rio de Janeiro.

A instância superior à decisão tomada unilateralmente pelo Governo Federal é a chamada Comissão Tripartite, que vai legitimar a intervenção tomada pelo Governo Federal e pode propor uma pactuação saneadora para a situação no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que traz preocupação são afirmações como as que os jornais estampam hoje: a população sofrendo, sentindo-se abandonada dentro dos hospitais municipais do Rio de Janeiro, a falta de equipamentos e de medicamentos básicos e de socorro para as doenças mais graves.

O **Jornal do Brasil** mostra comentário do Prefeito César Maia, que diz::

Tenho problemas na coluna, mas essa noite eu dormi muito aliviado quando vi o que o Ministério da Saúde estava disposto a fazer a intervenção.

Essa é uma situação claramente preocupante, porque o tratamento dispensado à saúde pública jamais pode ser norteado por esse tipo de comportamento.

Veio, então, a resposta do representante do Ministério da Saúde, Dr. Arthur Chioro, que estava visitando a cidade do Rio de Janeiro, na condição de mediador. Ele diz o seguinte, em relação ao Prefeito:

Ele não tem respeito e dignidade à vida humana. Duvido que tenha coragem de dizer isso nos olhos das pessoas que aguardam atendimento nas filas dos hospitais – desabafou.

Em seguida, vem uma constatação por parte da área técnica do Ministério da Saúde. O que está ocorrendo nos 28 hospitais que padecem com essa crise da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro? O Hospital Souza Aguiar, por exemplo, é um hospital tradicional, secular e faz parte da vida do Rio de Janeiro, desde capital da República, no início do século XX. Informa ainda o **Jornal do Brasil** a respeito do hospital:

Ontem, por exemplo, o Hospital Souza Aguiar não tinha ortopedistas. Dos 15 clínicos que deveriam estar de plantão apenas três foram encontrados. A previsão é de que

hoje as cirurgias sejam interrompidas pela falta de anestesistas na principal emergência do Rio.

É uma situação dramática para a população do Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde tinha de tomar uma medida dura e saneadora para essa situação e agiu corretamente ao declarar o estado de calamidade pública, já que as buscas de pactos não foram adequadamente compreendidas pela Prefeitura. O Prefeito assegurava que só com as verbas poderia resolver o problema da mediação entre Ministério da Saúde e Prefeitura do Rio de Janeiro, e o Ministério da Saúde entendia que suas obrigações estavam cumpridas.

Há uma situação de impasse intransponível. O Secretário Estadual de Saúde, Dr. Gilson Cantarino, afirma que o Estado está plenamente apto a pegar os recursos do repasse fundo a fundo da gestão plena do sistema para o Município do Rio de Janeiro e, na condição de gestor estadual, substituir a Prefeitura e garantir o atendimento básico adequado às populações daquele Município.

Portanto, uma situação de crise efetivamente se instalou na Prefeitura do Rio de Janeiro. O Prefeito traz seus argumentos de financiamento para o setor e é justo que se comparem alguns itens, como fiz na semana passada.

Veja um exemplo, Sr. Presidente: no Estado do Rio de Janeiro, a União, por meio do Governo Federal, gasta por habitante ao ano R\$231,93; o Estado, R\$56,88, e o Município, R\$105,12. No Piauí, nosso Estado-irmão – para não dizer que há perseguição de ordem política quanto ao financiamento –, a União gasta R\$124,77 por habitante ao ano. Nesse Estado, a gestão é do Partido dos Trabalhadores, é bom que se diga. É claro que o Estado e os Municípios gastam outros valores.

Em relação ao Rio de Janeiro, vale a comparação. Enquanto, no Piauí, o Governo Federal financia R\$124,77 por habitante ao ano, no Rio de Janeiro, gasta R\$231,93, Senador Ramez Tebet. Assim, não há argumento para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro se dizer discriminada pelo Ministério da Saúde. Pode argumentar que seus serviços são caros e envolvem mais despesas, que é preciso haver maior parceria, mas jamais poderia tentar romper unilateralmente, porque quem está pagando é a população.

Os jornais apontam, no hospital Souza Aguiar, a ausência de médicos anestesiologistas no dia de hoje. Ontem, de quinze plantonistas clínicos, só havia três, e não havia nenhum ortopedista nesse hospital que é secular.

Uma briga política não pode trazer danos à população – esse é o meu entendimento. Considero que o Ministério não tinha outra prerrogativa, a não ser declarar o estado de calamidade pública e tentar intervir. Ele tem o apoio e a consciência do Governo do Estado, que pode assumir as responsabilidades imediatas, e o Município ficará, nesta fase, apenas com a atenção básica.

Mas não queremos essa crise: queremos solução. A crise política tem que redundar em uma solução imediata. Espero que o Prefeito, em vez de um ato de satisfação, opte por sentar-se à mesa para dialogar nas instâncias devidas, a fim de encontrar um caminho.

Ouçõ o nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Tião Viana, quando V. Ex^a diz “esse é o meu entendimento”, permito-me ler seu íntimo, embora isso seja uma audácia. Mas o que V. Ex^a está passando da tribuna é sua indignação e não seu entendimento. Realmente, causa-nos indignação saber que nem uma causa tão relevante como esta, a saúde da população, une os homens públicos. Como isso é possível? Vemos crianças morrendo de fome, doentes nos corredores dos hospitais, hospitais tradicionais sem remédios. E isso não une os homens públicos? E isso causa polêmica entre administradores municipais, estaduais, federais? Será que, nem nesse momento, não há um instante de união em favor do povo, da sociedade brasileira? Isso leva à descrença generalizada. Faz bem V. Ex^a em ocupar a tribuna e pedir que haja entendimento e compreensão. V. Ex^a aponta números, gastos da União, dos Estados e dos Municípios. Isso é o que foi liberado, é o que há para gastar, vamos admitir, mas resta outra pergunta: foram gastos realmente? Esse é o problema. No meio de uma – desculpe-me a expressão – confusão dessa, em que só a população está sofrendo, em que só ela está sendo punida, é justo admitirmos tudo. Positivamente, não é possível continuar esse estado de coisas. V. Ex^a fez referência ao Rio de Janeiro. Participei ontem de uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde analisamos a morte de crianças subnutridas em aldeias indígenas. Ficou

constatado e comprovado que se gasta muito mais em passagens, diárias e viagens do que em remédios e comidas, para atender a população indígena. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Ex^a o aparte, que enriquece meu pronunciamento. V. Ex^a transmite solidariedade às populações do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul, aos irmãos índios que padecem um sofrimento, explícito nos jornais, na grande imprensa, que divulga a mortalidade infantil no Mato Grosso do Sul.

Sr^{as} e Srs. Senadores, chama-me a atenção a história do Rio de Janeiro. Há 28 hospitais naquela cidade, para servir a população, além dos hospitais federais, da rede básica e da rede estadual.

(Interrupção do som.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, creio que terei direito a uma prorrogação de alguns segundos.

Quando se considera a história da saúde pública no Brasil, rememora-se a história de Oswaldo Cruz, de Carlos Chagas e de Sérgio Arouca, todos do Rio de Janeiro. Tantos nomes, tanta dedicação às causas científica, humanista e ética a favor de um modelo de saúde pública bom para este País!

O Rio de Janeiro, que deveria ser o exportador de um modelo de saúde pública para o Brasil, padece de uma agonia indescritível nos dias de hoje.

Então, a minha esperança é a de que haja, diante dessa crise, uma atenção revisada por parte do Prefeito Cesar Maia: que S. Ex^a se coloque mais na condição de gestor municipal; que assuma mais a solidariedade com a população do Rio de Janeiro que sofre neste momento; que esqueça a disputa da eleição presidencial, que só vai ocorrer no próximo ano; e que haja uma solução mediada entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde, e a Prefeitura do Rio de Janeiro, pensando-se na população, em primeiro lugar, e, depois, no direito e na liberdade que têm os políticos de apresentar divergências, levando prejuízo ou não à população.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
JORNAL DO BRASIL	11	Mar/05	Cidade	A	11-B/13

Admitamos: fez-se muita coisa boa. Há neste governo ética e transparência mais do que em qualquer outro anterior. Nunca se viu tantas gangues de corruptos sendo desmanteladas. Os 26 milhões beneficiados pelo Boisa-Família passaram do inferno para o purgatório e se sentem como se estivessem no céu. Mas não são poucos que também dizem com certa vergonha: gostaria de receber um trabalho e não uma esmola. Na verdade, a assistência social significa apenas 5,5% do total dos gastos sociais, enquanto a maior fatia do PIB vai para os Bancos cujas burras estão esourando de dinheiro. O erro desta política social reside nisso: é so distributiva e nada redistributiva, quer dizer, não tira dos ricos e repassa aos pobres. Eles podem continuar acumulando sem ter que mudar nada em sua voracidade. E aplaudem felizes.

A mudança que esperávamos e merecíamos era um plano Marshall para o povo. Sim, só se enfrentaria a devastação que a miséria produz no povo em séculos de descaso mediante um corajoso plano Marshall econômico, social e cultural. O governo preferiu ser super-ortodoxo, escutar com devota atenção as lições dos faraós do FMI e do Banco Mundial a ter compaixão pelo clamor dos oprimidos de nosso Egito.

O PT está deixando de ser o instrumento da mudança. Ele prolonga os dominadores de antes, de forma pior porque usa os símbolos e a linguagem do Moisés libertador. Ele tem ainda tempo de mudar. Senão vamos chamar o padre com o óleo santo da extrema-unção. E sobre ele vamos cantar o *Dies irae, dies illuda* velha liturgia fúnebre da antiga Igreja.

Decretada calamidade pública na saúde

Ministério determina que, a partir de hoje, hospitais federais recebam pacientes que estejam na fila de atendimento da rede

MARCO ANTÔNIO MARTINS

A crise no sistema de saúde pública do município do Rio levou o Ministério da Saúde a decretar estado de calamidade pública na rede hospitalar da cidade. O processo de retirada da gestão das mãos do Executivo municipal ainda prevê a escolha de um coordenador para administrar cinco unidades, entre elas, duas municipais: o Souza Aguiar, no Centro, e o Miguel Couto, no Leblon. Além disso, a partir de hoje, sete unidades federais passam a mudar a sua rotina diária para receber pacientes que estejam na fila de atendimento na rede pública.

Isso implica, por exemplo, que pacientes com câncer do município poderiam receber atendimento no Instituto Nacional do Câncer (Inca). Também fazem parte desse projeto o Instituto de Traumatologia, os hospitais Fernandes Filgueira, Geral de Bonsucesso, dos Servidores, de Cardiologia e Clementino Fraga Filho. Cada um apenas para suas especialidades.

– É preciso ter um tempo, a partir de amanhã, para iniciarmos uma série de medidas nestas unidades. E assim, descobriremos a capacidade de resposta de cada um desses hospitais – afirmou Arthur Chioro, diretor do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da

Saúde.

Chioro não descartou a possibilidade de contratação emergencial de pessoal ou o remanejamento de servidores. O diretor do Ministério da Saúde, que passou a tarde reunido com os diretores dos hospitais federais do Rio, acredita que em dois meses essa estratégia seja colocada em prática.

Junto com os hospitais Miguel Couto e Souza Aguiar, o coordenador do Ministério da Saúde também cuidará da administração dos hospitais Cardoso Fontes, do Andaraí, de Ipanema e da Lagoa. A desobstrução do sistema passa para as mãos do governo estadual, representado pelo secretário de Saúde, Gilson Cantarino, a gestão da rede municipal. A Prefeitura cuidará apenas da rede básica.

Em meio às negociações, o prefeito Cesar Maia estava em Brasília onde criticou mais uma vez o governo federal pelo caos que se instalou na rede municipal de saúde.

**Chioro:
prefeitura
quer
construir
novos
hospitais**

de. Ele contou que a decisão do Ministério da Saúde, na véspera, de passar a gestão para o estado o deixou aliviado.

– Tenho problemas na coluna, mas essa noite eu dormi muito aliviado quando vi o que o Ministério da Saúde estava

disposto a fazer – comentou o prefeito.

A declaração irritou Arthur Chioro:

– Ele não tem respeito e dignidade à vida humana. Duvido que tenha coragem de dizer isso nos olhos das pessoas que aguardam atendimento nas filas de hospitais – desabafou.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA
JORNAL DO BRASIL	11	Mar/05	Cidade	A	134

Na sede da Secretaria Municipal de Saúde, o secretário Ronaldo Cezar Coelho disse que vai defender, junto à comissão tripartite, a manutenção da prefeitura como gestora das verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, o município sempre fez uma gestão responsável dos repasses, pagando aos prestadores de serviços, com dívidas apenas com os fornecedores. Ronaldo disse ainda que nos outros dois casos em que houve ruptura da gestão plena, em São Paulo e Cabo Frio, os municípios estavam sem pagar às clínicas, o que não acontece com o Rio. A comissão tripartite se reúne na próxima quinta-feira em Brasília para definir a desabilitação da gestão plena do município.

Quanto às críticas de Chioro sobre a intenção de a prefeitura construir novos hospitais em vez de resolver os problemas na rede, Ronaldo rebateu:

– Ele é um rapaz muito jovem, paulista, que não conhece o Rio e certamente não conhece Acari (onde a prefeitura está construindo um hospital). Acha que só tem que investir na Zona Sul mas nós acreditamos que isso tem que ser feito em toda a Região Metropolitana.

E completou:

– Se houver a interrupção na gestão plena, o governo se tornará o covão do SUS. Acho isto uma irresponsabilidade que vai prejudicar o povo.

Com Florença Mazza

Estado quer administrar verba do SUS

O secretário estadual de Saúde, Gilson Cantarino, garantiu aos representantes do governo federal que o estado tem condições de administrar o sistema municipal de saúde. Com isso, o governo do Estado do Rio irá gerir o dinheiro enviado pelo Ministério da Saúde para as 28 unidades do município. É algo em torno de R\$ 144 milhões. A destinação dessa verba levantou a desconfiança sobre a possibilidade desse dinheiro não ser realmente investido na saúde, mas em programas sociais como aconteceu durante os dois últimos anos, de acordo com deputados da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e de promotores do Ministério Público estadual.

– Haverá representantes do ministério acompanhando toda a gestão feita pelo estado. O secretário Gilson Cantarino foi enfático ao afirmar que aplicaria os recursos para o bem da cidade do Rio. Acho que essa é a oportunidade

da secretaria estadual de se afirmar como gestora do sistema – afirmou Arthur Chioro.

De acordo com o processo de desabilitação, o governo estadual passa a gerir as verbas vindas do governo federal, mas a prefeitura se mantém responsável pela rede básica. Além de arcar com o pagamento dos salários dos médicos. Todo esse processo foi acelerado com a reunião da comissão bipartite, formada por representantes dos governos municipal e estadual, marcada para a próxima segunda ou terça-feira.

Decidida pela desabilitação, o assunto será levado para o encontro da tripartite, com integrantes do governo federal, para a reunião de quinta-feira, que definirá a passagem da gestão para as mãos do governo estadual. De acordo com Arthur Chioro, todo o processo foi acelerado pelo Ministério da Saúde para atacar o problema de forma mais rápida. **Ontem, por exemplo, o Hospital Souza Aguiar não tinha ortopedistas. Dos 15 clínicos que deveriam estar de plantão apenas três foram encontrados. A previsão é de que hoje as cirurgias sejam interrompidas pela falta de anestesistas na principal emergência do Rio.**

A gerência compartilhada entre os governos estadual e federal da rede hospitalar do município do Rio preocupa pela discordância existente entre as duas esferas na área de saúde. Uma série de programas similares – como os atendimentos emergenciais na área do estado e da União, por exemplo, o 192 lançado pelo estado e o SAMU, na área federal levanta a dúvida sobre se haverá resultados positivos nessa união.

– O estado será o gestor, mas é bom lembrar que o Ministério da Saúde não irá abandonar a rede municipal. Além disso, iniciaremos um trabalho que será direcionado para a identificação dos problemas já relatados pela Vigilância Sanitária e por outros órgãos da área de saúde – contou Chioro, garantindo que serão definidas prioridades para todo o sistema público do Rio e que o ministério busca alternativas para reabilitar toda a rede municipal.

Idealizadora da desabilitação, ainda em fevereiro, a deputada Jandira Feghali não acredita em desvio do dinheiro do SUS e observa vantagens na gestão do estado e da União na saúde municipal.

– Essa medida trará resultados positivos aos hospitais públicos do Rio. Agora, isso resolve a situação? Claro que não, mas é uma saída emergencial para a saúde do município – comentou.

O deputado estadual Paulo Pinheiro, presidente da Comissão de Saúde da Alerj, teme pelo desvio de verba da saúde para outras áreas, mas lembra que o dinheiro do SUS vem rubricado com especificação para hospitais.

– Sempre existe a possibilidade do dinheiro ser enviado para a área social. Agora, tudo isso depende do espírito público do administrador. É preciso empenho e trabalho para contornar essa situação – avaliou o deputado estadual.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência registra, com satisfação, a presença do Vice-Prefeito de Cascavel, Vander Piaia, que acompanha os trabalhos do Senado Federal, nesta manhã. O Dr. Vander veio representar o Prefeito Lísias Tomé na Marcha a Brasília.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, com prorrogação de mais cinco minutos, se desejar.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a se referiu ao Vice-Prefeito de Cascavel, que se encontra aqui presente e que esteve na 8^a Marcha dos Prefeitos em direção a Brasília. Eu o saúdo.

A minha presença nesta tribuna tem a finalidade de registrar essa mobilização que os Prefeitos brasileiros de milhares de Municípios fizeram, batendo à nossa porta, procurando-nos, a fim de expor seus problemas e demandas.

Todos sabemos a importância dos Municípios. Todos sabemos que é lá que tudo acontece. Todos sabemos que eles constituem o núcleo da cidadania em qualquer sociedade, porque lá estão as necessidades mais prementes da população. Todos sabemos que o Brasil real, o Brasil verdadeiro é o composto de 5.160 Municípios.

Foi bom observarmos a Marcha dos Prefeitos. Foi bom ver o exercício da cidadania, como os Prefeitos brasileiros, como nossos dirigentes estão cada vez mais capacitados, conscientes de suas responsabilidades, lutando em defesa dos interesses dos Municípios e, portanto, das populações que representam. Não foi uma marcha que merece ser ressaltada pelo número de Prefeitos que compareceram, mas aplaudida pela forma como foi feita, pelos debates travados com os Municípios, por meio da sua Confederação, mostrando ao Governo Federal, ao Senado da República, ao Congresso Nacional as verdadeiras necessidades dos Municípios, a preocupação que eles têm em resolver os problemas que afligem seus municípios. E não vieram aqui de pires na mão, mas trazendo dados demonstrativos. Vieram cobrar promessa que não foi cumprida, como o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, que está no bojo da reforma tributária e que eles querem que seja aprovada de forma imediata – o que também gostaríamos – o que ajudaria muito os Municípios brasileiros.

Folgo, por isso, Sr. Presidente, porque acredito no exercício da cidadania. Vejo quanto temos evoluído e quanto temos progredido nessa luta que se trava. É verdade que, a partir da Constituição de 1988, os Municípios foram alçados a um patamar maior do que o

que eles tinham anteriormente, mas é verdade que o que eles ganharam até agora é muito pouco para suprir as grandes necessidades que têm. Basta salientar que, nos Municípios com até 5 mil habitantes, o Fundo de Participação dos Municípios responde por 57,3% das receitas disponíveis das prefeituras; já nos Municípios médios, com população entre 100 e 500 mil habitantes, 43% das receitas provêm do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços; portanto, também provêm de transferência e dessa vez dos Estados para os Municípios.

Embora a Constituição, volto a repetir – e todos sabemos –, assegure autonomia aos Municípios, especialmente no aspecto tributário, temos ainda que caminhar bastante, Sr. Presidente. E essa Marcha dos Prefeitos deveria merecer, por parte do Governo Federal, por parte do Congresso Nacional, pelo menos o atendimento de uma das suas reivindicações: aumentar-se de 22,5% – que é hoje o que vai para os Municípios do Fundo de Participação dos Municípios – em 1%, subindo, então, de 22,5% para 23,5%. Mas, infelizmente, todas as autoridades, todos os Ministros e o próprio Presidente da República não acataram, não deram resposta a essa que foi a principal reivindicação da VIII Marcha dos Prefeitos à nossa Brasília.

Portanto, venho a esta tribuna saudar, Sr. Presidente, essa conscientização cada vez maior na vida pública nacional.

Conversei com prefeitos de vários Estados da Federação brasileira, e eles parecem não acreditar mais, Sr. Presidente. Alguns conseguiram audiências, foram aos Ministérios e voltaram inteiramente desiludidos. A resposta de quase todos os Ministros era uma só: “Mas vocês não viram, prefeitos, que houve um corte de R\$15 bilhões no Orçamento? Não sei se posso atender ou não”.

Alguns prefeitos me disseram que alguns Ministros foram muito francos e que afirmaram mesmo ser impossível atendê-los. Então, não existe sequer a certeza por parte dos prefeitos de que aquelas verbas alocadas pelos representantes do Congresso Nacional bastarão para atender àquelas mínimas necessidades dos Municípios, aquelas referentes à sua infra-estrutura básica, que os prefeitos querem fazer. Muitos tomaram posse agora, no dia 1^o de janeiro, com alguns meses de mandato; outros foram reeleitos, mas todos querem realizar em favor das suas populações.

Como eu disse aos prefeitos, sei que todos queremos fazer, mas podem ter certeza que é impossível querer fazer tudo de uma vez. Portanto, é bom – eu disse a alguns deles – terem em mente aquele conselho dos sábios: “Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha”. Vamos carre-

gar aquilo que estamos podendo. É isso que o prefeito está fazendo: está carregando aquilo que ele pode. E carregar aquilo que ele pode significa o quê? Significa aplicar bem os recursos de que eles ainda dispõem, os poucos recursos em favor da população.

Ouvi, atentamente a fala, por exemplo, do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, em verdade, prefeito de um pequeno Município do Rio Grande do Sul, que disse claramente: “Trabalhei na minha administração com um ou dois secretários. Era essa a minha equipe de Governo, precisava fazer isso para sobrar dinheiro para atender às mínimas necessidades da população”.

Mas, Sr. Presidente, em meio a essas visitas ministeriais, fui ao Ministério dos Transportes. Caminhei preocupado para lá; eram cerca de vinte Prefeitos do Estado de São Paulo e alguns do meu Estado de Mato Grosso do Sul. Havíamos agendado uma audiência...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Estou encerrando, Sr. Presidente. Tenho um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem mais cinco minutos. Esse aviso é automático.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Obrigada.

Fui lá, preocupado. Afinal de contas, fomos pedir ao Ministro dos Transportes para concluir uma ponte que começou a ser construída em 2002. E o que o Ministro iria dizer? Diria que está tudo cortado também, que não tem investimento para aplicar, que não sabe quando vai terminar essa obra tão importante para São Paulo, para Mato Grosso do Sul e até para o Centro-Oeste?

Entretanto, tive uma surpresa. Na sala, com mais de vinte Prefeitos, o Sr. Ministro Alfredo do Nascimento, com dados na mão, dizia: “Há uma emenda do Senador Ramez Tebet, de 2004, que vou cumprir. V. Ex^{as} podem ir para casa tranquilos que haverá recursos”. Vi a eficiência do Ministro, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Fiquei satisfeito. Isso porque havia uma certa divergência de dados – e a esse respeito S. Ex^a queria ter com seus auxiliares do Dnit e não os encontrava. Na frente de todos, o Ministro disse que a audiência não acabaria enquanto não se chegasse a uma conclusão a respeito desses dados que estavam sendo discutidos. E assim aconteceu.

Os prefeitos saíram de lá esperançosos de que essa ponte que começou a ser construída em 2002, que teve em 2004 um empenho de R\$15 milhões, irá ajudar vários Municípios do Estado de São Paulo, como

Ouro Verde, Panorama, Buriti, Tupi Paulista, Dracena. Essa ponte vai ajudar também Municípios do meu Estado, como Brasilândia, Bataguáçu, Três Lagoas e tantos outros. Ela será brevemente reiniciada. Esse foi o único ponto positivo da semana; ou seja, essa promessa do Ministro. Dirão aqueles que estão me ouvindo: mas isso não é uma promessa? Digo que é uma promessa que será cumprida. Senti isso por parte do Ministro dos Transportes.

Saí também de lá convencido de que aquela promessa feita com relação à BR-158, no trecho entre os Municípios de Selvíria e Três Lagoas, que já tem metade da estrada construída, será cumprida, independentemente do corte que houver no Orçamento, como já anunciei aqui – a informação do Governo Federal menciona um corte de 15 bilhões. S. Ex^a me disse: “Mas, Senador, eu fui ao seu Município, e a obra estava parada. Ela foi reiniciada e eu lhe garanti que não sofreria solução de continuidade. Se o que V. Ex^a colocou como verba da Bancada for inteiramente contingenciado, eu vou cumprir a minha palavra. A obra é importante, a palavra está empenhada e eu colocarei recursos do meu Orçamento para concluir esse trecho da BR-158”.

Sr. Presidente, temos de comparecer à tribuna para criticar, para pedir, mas também temos de fazer justiça. E eu quero fazer justiça ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na esperança de que essas duas obras a que me referi, lá na minha região, não sofram mais solução de continuidade.

Volto ao que me trouxe efetivamente a esta tribuna, dizendo que o fato auspicioso desta semana...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Estão discutindo se vai haver reforma ministerial, quando vai acontecer, quando não vai acontecer, assunto que já está cansando a população e já cansou a sociedade brasileira. O fato auspicioso realmente foi a reunião de mais de três mil prefeitos que vieram a Brasília disputar maior autonomia para os Municípios brasileiros.

Portanto, os meus cumprimentos à Confederação Nacional dos Municípios e a todos os Municípios brasileiros, na esperança de que o Congresso Nacional possa ajudar, pelo menos no atendimento à principal reivindicação feita, de aumentar em 1% os recursos do Fundo de Participação dos Municípios imediatamente. Desse modo, esses Municípios poderão atender as suas emergências e necessidades mais prementes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2005

Acrescenta o art. 541-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 541-A:

Art. 541-A. Não será admitido recurso especial:

I – nas causas em que a Fazenda Pública for parte ou nas condenatórias cujo valor seja inferior a mil vezes o salário mínimo vigente no País, salvo se o fundamento da interposição for divergência jurisprudencial;

II – nas causas submetidas aos juizados especiais cíveis ou ao procedimento sumário (art. 275);

III – nas ações cautelares;

IV – quando o acórdão recorrido houver sido proferido em julgamento de recurso contra decisão interlocutória em processo de conhecimento ou de execução;

V – em relação a matéria não apreciada pelo acórdão recorrido, mesmo que tenham sido opostos embargos declaratórios;

VI – quando o acórdão recorrido estiver assentado em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não houver interposto recurso extraordinário;

VII – quando, sendo o fundamento da interposição a divergência, a jurisprudência do plenário ou do órgão especial do Superior Tribunal de Justiça tenha se firmado no sentido da decisão recorrida;

VIII – quando a divergência jurisprudencial, fundamento da interposição, ocorrer no âmbito do mesmo Tribunal;

IX – quando a decisão recorrida estiver assentada em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abranger todos eles;

X – quando a pretensão recursal se limitar à valoração de provas ou à interpretação de cláusula contratual;

§ 1º Da decisão judicial que indevidamente aplicar as hipóteses previstas neste artigo,

cabará reclamação ao Superior Tribunal de Justiça, que, julgando-a procedente, determinará a imediata subida dos autos.

§ 2º Excepcionam-se à hipótese prevista no inciso I as ações condenatórias cujo valor seja inferior a mil vezes o salário mínimo vigente no País, desde que se trate de matéria inédita, a respeito da qual o Superior Tribunal de Justiça não tenha ainda se manifestado, hipótese em que, da decisão que inadmitir o recurso especial, cabará reclamação, na forma do § 1º deste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor depois de decorridos noventa dias de sua publicação.

Justificação

A segunda etapa da Reforma do Judiciário foi pródiga em racionalizar o uso dos recursos de natureza extraordinária, buscando a valorização da primeira instância de julgamento e estabelecendo os Tribunais Superiores como palco adequado para as grandes discussões jurídicas, que possuem ampla repercussão no País.

Nesse sentido, foi inserido o § 3º ao art. 105 da Constituição da República, determinando que a lei estabelecerá as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o objetivo de restaurar o papel constitucional dessa Corte.

Nosso projeto se propõe a regulamentar tal dispositivo, arrolando, para tanto, dez hipóteses em que não seria lícita a interposição do recurso especial.

Em grande parte, o projeto apenas positiva o que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já entendem sobre a admissibilidade dos recursos extraordinário e especial (incisos V a X).

As inovações (incisos I a IV) dizem respeito, respectivamente, às causas em que a Fazenda Pública figura em um dos pólos, às ações condenatórias cujo valor seja inferior a mil salários mínimos, às causas que tramitam sob o rito sumário e sumaríssimo, às ações cautelares, e às impugnações de decisões interlocutórias.

A primeira hipótese visa, em primeiro lugar, a reprimir a sanha recursal da Fazenda Pública, restringindo o cabimento do especial, quando ela for parte, à alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição. Com isso, pretendemos evitar que o Superior Tribunal de Justiça seja instado, todos os anos, a se manifestar sobre milhares de ações cuja resolução já tenha sido pacificada em todas as Cortes Estaduais e Federais.

Com o mesmo espírito, o dispositivo estende tal vedação às ações condenatórias cujo valor seja

inferior a mil salários mínimos. E de se salientar que tal medida, ao excepcionar a hipótese de dissenso jurisprudencial, mantém intacta a atribuição uniformizadora do STJ.

A terceira (inciso II) e a quarta (inciso III) inovações consistem na inadmissibilidade do especial nas causas que tramitarem sob o rito sumário, previsto no art. 275 do Código de Processo Civil, e nas ações cautelares. No primeiro caso, o rito, por definição, rege as matérias de menor complexidade, havendo restrição vertical do âmbito da cognição; no segundo, trata-se de cognição superficial, voltada para prevenir situações urgentes, que possam comprometer o resultado útil do processo principal.

A quinta e derradeira inovação veda a admissibilidade de recursos especiais interpostos com a finalidade de vulnerar acórdãos proferidos em agravo de instrumento. Essa hipótese, de cedo modo, já encontra amparo na legislação, conquanto o art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil a tenha restringido em muito, determinando que o especial, nesse caso, apenas fique retido nos autos.

Este projeto, como dito linhas volvidas, tem o objetivo de dar à sociedade uma justiça mais célere e efetiva, evitando a infundável gama de recursos hoje existentes em nosso ordenamento jurídico, que impede as pessoas de bem de terem acesso aos direitos que a própria lei lhes concedeu.

Sala das Sessões, 11 de março de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

(Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

Art. 541. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o Presidente ou o Vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão: (Revigorado e com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

I – exposição do fato e do direito; (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

II – a demonstração do cabimento do recurso interposto; (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

III – as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisdicional, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autêntica ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2005

Fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A divulgação, por qualquer meio de comunicação impresso, de dados, de som ou de som e imagem, de resultado de pesquisa de opinião pública deverá ser acompanhada das seguintes informações:

- a) metodologia empregada;
- b) indicação das localidades pesquisadas;
- c) número de pessoas entrevistadas por localidade;
- d) natureza das perguntas formuladas;
- e) nome do patrocinador e do contratante da pesquisa.

Parágrafo único. Qualquer interessado poderá requerer, diretamente da empresa responsável pela pesquisa, os dados e elementos suplementares julgados necessários para o perfeito esclarecimento dos resultados.

Art. 2º As entidades sindicais, os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, bem como as pessoas referidas no art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, poderão requerer, diretamente da empresa responsável pela realização da pesquisa de natureza social ou econômica, desde que publicamente divulgados os resultados, os elementos referidos

nas alíneas **a** e **e** do art. anterior, bem como quaisquer outros elementos elucidativos julgados necessários.

Art. 3º Constitui crime, punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa, recusar-se a fornecer as informações de que trata esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Projeto de Lei de conteúdo idêntico foi apresentado pelo Senador Jutahy Magalhães, em 30 de maio de 1990. Autuado sob o nº 62, de 1990, tramitou por esta Casa, sendo remetido à Câmara dos Deputados em 5 de março de 1991.

Como muitas outras proposições legislativas que caracterizam a carreira parlamentar desse ilustre representante da Bahia no Senado Federal, este foi um projeto que não logrou êxito, apesar de sua qualidade inequívoca.

Ao submetê-lo, novamente, à deliberação desta Casa, aproveite a oportunidade para prestar ao nosso querido e saudoso colega de parlamento, as devidas homenagens por mais esta importante contribuição ao aperfeiçoamento da legislação deste País, que resgato dos arquivos do legislativo brasileiro.

A seguir, o teor da Justificação que elucidava o texto proposto:

“É notório que as pesquisas de opinião pública exerçam marcada interferência no meio social.

Faz-se necessário, destarte, assegurar que as informações veiculadas sejam acompanhadas de todos os elementos elucidativos relevantes, a fim de que o destinatário da notícia possa formar um juízo crítico sobre os dados apresentados.

Por outro lado, em questões econômicas e sociais, os partidos políticos, as entidades de classe, os entes públicos em geral e as associações que tenham por finalidade estatutária a defesa do interesses coletivos (art. 5º da Lei nº 7.347/85), têm legítimo interesse em obter todos os informes necessários sobre as pesquisas levadas a efeito com o propósito de melhor exercerem as respectivas atividades.

Assim sendo, o presente projeto de lei vem a suprir lacuna inexcusável até hoje existente em nossa legislação e que dificulta sobremaneira a realização plena do interesse público.”

Sala das Sessões, 11 de março de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado,) e dá outras providências.

Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão, também, ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:

I – esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

II – inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção do meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado).

§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei.

§ 2º Fica facultado ao Poder Público a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§ 3º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.

(Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Educação e, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 11 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que, no período de 14 a 17 de março de 2005, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres, primeiro vice-líder.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, como o fizeram os Senadores Paulo Paim e Senador Sérgio Zambiasi, venho falar sobre a crise do Rio Grande do Sul, um grave problema. V. Ex^a, Sr. Presidente, já se referiu ao Paraná, mas, em termos do Rio Grande do Sul, a dramaticidade é praticamente inédita na nossa história.

Nosso querido amigo, Deputado Odacir Klein, Secretário da Agricultura e Abastecimento, está reunido com todo o setor agrícola para avaliar a estiagem e dar oficialmente ao Presidente a confirmação dos números que, tanto pela Bancada gaúcha quanto pelo Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, ele já deve ter.

A tentativa é fazer um documento único a ser entregue, ainda hoje, ao Governador, que deverá fazê-lo chegar à Presidência da República.

Os números que se apresentam até agora indicam que a perda da lavoura da soja já atinge aproximadamente 60% da estimativa inicial, e a do milho, 57%. Nos dois primeiros meses do ano, a venda do Estado de maquinário agrícola de empresas que são também exportadoras teve redução de 50%. Nas companhias que não exportam máquinas, a diminuição dos negócios é de 70% nesse período.

Até ontem, 417 decretos de emergência dos Municípios do Rio Grande do Sul foram publicados.

Conforme afirma o Secretário Odacir Klein, os objetivos das discussões é definir uma linguagem comum em relação aos danos causados pela estiagem e, também, dar unificação aos pleitos que o Governo apresentará. Essa definição será importante, principalmente para o Presidente Lula que, no dia 16, deverá visitar o Rio Grande do Sul com sua equipe de ministros. Aliás, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a recém-criada Comissão de Agricultura do Senado Federal, a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, como também a Farsul e outras entidades ligadas à agricultura, na segunda-feira, às 10 horas, na Universidade Federal de Passo Fundo, farão a discussão e o debate desse documento que será entregue ao Presidente da República.

A produção gaúcha está sofrendo os efeitos de uma mais longa estiagem de sua história. Segundo os técnicos, as chuvas estão fora de sua normalidade desde janeiro de 2004. Desde janeiro do ano passado, as

chuvas no Rio Grande do Sul estão fora da sua normalidade. Se observarmos, verificaremos que esta é a pior estiagem ocorrida nas últimas décadas.

Vejamos as perdas de grãos e como têm sido ingratas essas estiagens para o Rio Grande do Sul.

Na safra de 1985/1986, tivemos uma seca moderada. A perda foi de 2.600.000 toneladas; em 1990/1991, tivemos uma seca forte, com perda de 5.500.000 toneladas; em 1995/1996, a seca foi moderada, e a perda foi de 3.100.000 toneladas; em 1996/1997, a seca foi moderada, com perda de 2.300.000 toneladas; em 1998/1999, foi seca moderada – perda de 3.300.000 toneladas; em 2003/2004, houve uma seca forte, e a perda foi de 5.000.000 de toneladas; em 2004/2005, seca forte – a expectativa da perda é de mais ou menos 8.000.000 de toneladas.

Segundo o último levantamento da Emater/RS, as perdas computadas para as principais culturas de verão já superam a marca dos 50%. As principais culturas, como soja, feijão, milho, hortaliças e frutas, estão seriamente comprometidas. As perdas se refletem não apenas sobre a renda, mas também comprometem o abastecimento das famílias, se considerarmos que esses cultivos, em grande parte, também são aqueles responsáveis pelas sua subsistência. O agravamento do quadro representa um maior endividamento da já comprometida economia rural, que vem de uma frustração da safra 2003/2004, em função da estiagem ocorrida no período [como eu disse, com a quebra de cinco milhões de toneladas]. As frustrações sucessivas têm levado ao desânimo muitas famílias, que vêem no êxodo uma saída para seus problemas, afetando principalmente os segmentos mais jovens da população rural, o que tem contribuído para um rápido envelhecimento da mão-de-obra hoje existente no meio rural.

Essa é uma questão gravíssima, difícil, que deve ser analisada. Os jovens saem do meio rural e ali ficam os velhos. O envelhecimento é cada vez maior na zona rural do Rio Grande do Sul.

Essa desestruturação afeta diretamente a economia de mais de 90% dos municípios do Estado, que tem sua base econômica fortemente vinculada ao desempenho da agropecuária. Muitos deles já declararam situação de emergência e, segundo os últimos dados da Defesa Civil, alcançam 406 municípios. Pode-

se concluir que uma grande desestruturação desse segmento da sociedade implica sério risco de desabastecimento para as populações dos centros urbanos, assim como uma significativa redução no desempenho das exportações da agropecuária.

Esses prejuízos atingem de maneira indistinta todos os segmentos de produtores, desde os da agricultura familiar até os de produção empresarial, em todas as regiões do Estado.

Panorama atual e conseqüências na produção de grãos

A atual estiagem que assola o Estado teve início em meados de novembro de 2004, quando a safra de verão já se encontrava praticamente implantada em sua totalidade.

Segundo estimativas da Emater/RS, a área cultivada com os principais grãos (arroz, milho, feijão e soja) chegaria a aproximadamente 6,5 milhões de hectares. Estimativas preliminares indicavam uma produção total de 18,7 milhões de toneladas.

A continuidade do quadro de estiagem durante todo o período de desenvolvimento das culturas fez com que essas estimativas fossem alteradas para patamares bastante inferiores aos estabelecidos inicialmente. Levantamentos realizados indicam que, até o presente momento, as perdas médias consolidadas (irreversíveis), chegam aos seguintes índices: arroz, 11%; feijão, 37%; milho, 55%; soja, 60%.

Em produção, esses percentuais representam uma diferença de aproximadamente [em relação à expectativa inicial]: arroz, 700 mil toneladas; feijão, 39 mil toneladas; milho, 2,5 milhões de toneladas; soja, 5 milhões de toneladas.

Projeções que levam em conta os prognósticos climáticos disponíveis indicam uma tendência de agravamento na situação dessas culturas, principalmente milho e soja, uma vez que as chuvas previstas para curto e médio prazos serão esparsas e de fraca intensidade, fato que, aliado à fase em que se encontram as culturas, aumentaria as perdas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Prossigo a leitura:

Segundo essas novas projeções, a produção esperada poderia ser de apenas 10,5 milhões de toneladas contra uma estimativa de 18,7 milhões de toneladas previstas inicialmente, ou seja, cerca de 8,2 milhões de toneladas de grãos a menos.

(...)

A produção média mensal de leite no Rio Grande do Sul, no mês de janeiro, nos últimos cinco anos (2000 a 2004), é da ordem de 182 milhões de litros e, em fevereiro, de 163 milhões de litros. Esses números incluem a produção formal e informal, sendo esta estimada em 31% da produção total.

Como a quebra da produção de janeiro foi estimada em 17%, deixaram de ser produzidos ao redor de 31 milhões de litros de leite naquele mês. Em fevereiro, a quebra na produção aumentou para 25%, ou seja, 41 milhões de litros.

Multiplicando-se essas perdas na produção pelo valor do litro de leite que está sendo pago ao produtor (R\$0,55/litro), constata-se que os produtores deixaram de faturar R\$39 milhões [nessa seca que estamos vivendo].

(...)

EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE

Tomando-se os dados da Farsul e considerando-se apenas a diminuição da produção de carne que seria produzida e vendida este ano, mais a redução na produção de terneiros, em função da estiagem, são as seguintes as perdas na pecuária de corte [que são realmente consideráveis]:

Redução na produção de terneiros (625.000 terneiros x 150,00 x R\$1,90): R\$93.750.000,00;

redução no peso dos novilhos invernados (95Kg/cab. x 1.500.000 cab. x R\$1,90): R\$270.750.000,00;

redução no peso de desmame dos terneiros (50 Kg/cab. x 2.500.000 x R\$1,90): R\$237.500.000,00;

redução no peso das vacas (80 Kg/cab. x 500.000 cab. x R\$1,90):R\$76.000.000,00.

Total: R\$678.000.000,00.

EFEITOS SOBRE A AVICULTURA

A avicultura representa um segmento muito importante na economia do Estado, sendo preponderantemente desenvolvida no âmbito da agricultura familiar. Embora não quantificadas, são significativos os prejuízos à atividade, tendo em vista a falta de água para os aviários, o que impede que novos lotes sejam distribuídos pelas integradoras, situação essa que se reflete diretamente na arrecadação dos municípios.

As perdas e seu impacto na economia rural

Considerando-se os preços pagos aos produtores nas últimas semanas e tomando-se como factível os números projetados, o Valor Bruto da Produção das principais atividades da agropecuária gaúcha que deixará de circular é de R\$4.392,2 milhões [só para a soja, esse valor é de R\$2,5 milhões], conforme é demonstrado no quadro abaixo:...

As propostas que estão sendo analisadas e que deverão ser apresentadas ao Governador Germano Rigotto, para que as entregue ao Presidente Lula, têm mais ou menos as seguintes características:

- 1 – Ajuda-estígio (bônus, bolsa ou auxílio) para 130.000 pequenos agricultores, que não receberão qualquer tipo de cobertura em relação aos prejuízos sofridos pela lavoura de verão, em cinco parcelas mensais de R\$300,00.
- 2 – Liberação imediata de recursos de pré-custeio e custeio para implementação da próxima safra de inverno.
- 3 – Prorrogação das parcelas de todos os financiamentos de investimento com recursos federais, incluindo o crédito fundiário, junto a todas as instituições públicas e privadas para o final dos contratos. Pleiteia-se a isenção das parcelas vencidas ou vincendas em 2005 nas linhas do Pronaf, Proger Rural Familiar e do Crédito Fundiário (Banco da Terra).
- 4 – Repactuação das parcelas dos custeios, sem amparo do Proagro, de produtores e cooperativas junto às instituições públicas e privadas para três parcelas anuais, com rebote proporcional às perdas, um ano de carência após o vencimento e

congelamento dos encargos financeiros. A Far-sul pleiteia anistia no custeio da lavoura de arroz de produtores que tiveram bombas de irrigação desativadas, embora licenciadas, priorizando o abastecimento das populações.

- 5 – Prorrogação de todas as parcelas dos financiamentos (securitização, Recoop e Pesa) já alongados, vencidas ou vincendas em 2005, para pagamento após a última prestação contratual.
- 6 – Alocação de recursos para as cooperativas e produtores referente à complementação dos custeios ocorridos nas safras 2003/2004 e 2004/2005, no valor de oitocentos milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a dispõe de apenas mais um minuto, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

- 7 – Recursos de até R\$2.000,00 por família, beneficiando 10.000 famílias, para possibilitar o acesso a redes d'água já existentes.
- 8 – Criação de uma linha de crédito emergencial para retenção de matrizes bovinas...
- 9 – Solicitar aos agentes financeiros crédito no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a comercialização das feiras oficiais de outono.
- 10 – Criação de um fundo de R\$1,5 bilhão para desconto dos títulos não pagos do setor de insumos...

Acrescento dados sobre as obras que o Governo do Estado fez até agora, e peço a inserção nos Anais da Casa: 1.402 açudes, com 2.314 famílias beneficiadas em 57 Municípios; 57 quilômetros de canais de irrigação, com 1.238 famílias beneficiadas em 30 Municípios; redes de abastecimento total em 99 Municípios, abrangendo 139 localidades, com 3.166 famílias beneficiadas, no valor de R\$2.924.998,00; poços artesianos em 213 Municípios, 425 localidades, com 18.770 famílias beneficiadas, no valor de R\$1,9 milhão.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e §2º, do Regimento Interno.)

Propostas do Governo do Estado do RS para minimizar os efeitos da estiagem 2004/05

Introdução

A população gaúcha está sofrendo os efeitos de uma das mais prolongadas estiagens de sua história. Segundo técnicos do Laboratório de Agrometeorologia da Fundação de Pesquisa Agropecuária do Estado - FEPAGRO, as chuvas estão fora de sua normalidade desde janeiro de 2004. Se observarmos a tabela abaixo verifica-se que esta é a pior estiagem ocorrida nas últimas décadas.

Safra	Intensidade da Seca	Total de perdas de grãos (Toneladas)
1985/1986	moderada	2.600.000
1990/1991	forte	5.500.000
1995/1996	moderada	3.100.000
1996/1997	moderada	2.300.000
1998/1999	moderada	3.300.000
1999/2000	moderada	2.300.000
2001/2002	moderada	2.700.000
2003/2004	forte	5.000.000
2004/2005*	forte	+ 8.000.000

Fonte: Laboratório de Agrometeorologia da Fundação de Pesquisa Agropecuária do Estado - FEPAGRO - 2005

* safra não encerrada, dados de 10-03-05.

➔ Segundo o último levantamento da EMATER/RS as perdas computadas para as principais culturas de verão já superam a marca dos 50%. As principais culturas como soja, feijão, milho, hortaliças e frutas estão seriamente comprometidas. As perdas se refletem não apenas sobre a renda mas também comprometem o abastecimento das famílias, se considerarmos que estes cultivos, em grande parte, também são aqueles responsáveis pela sua subsistência. O agravamento do quadro representa um maior endividamento da já comprometida economia rural que vem de uma frustração da safra 2003/2004 em função da estiagem ocorrida no período. As frustrações sucessivas têm levado ao desânimo muitas famílias, que vêm no êxodo uma saída para seus problemas, afetando principalmente os segmentos mais jovens da população rural, o que tem contribuído para um rápido envelhecimento da mão de obra hoje existente no meio rural. Esta desestruturação afeta diretamente a economia de mais de 90% dos municípios do Estado que tem sua base econômica fortemente vinculada ao desempenho da agropecuária. Muitos deles já declararam situação de emergência e, segundo os últimos dados da defesa civil, alcançam 406 municípios. Pode-se concluir

que uma grande desestruturação deste segmento da sociedade implica em um sério risco de desabastecimento para as populações dos centros urbanos, assim como uma significativa redução no desempenho das exportações da agropecuária.

Esses prejuízos atingem de maneira indistinta todos os segmentos de produtores, desde os da agricultura familiar até os de produção empresarial, em todas as regiões do Estado.

Panorama atual e conseqüências na produção de grãos

A atual estiagem que assola o Estado teve início em meados de novembro de 2004, quando a safra de verão já se encontrava praticamente implantada em sua totalidade.

Segundo estimativas da EMATER/RS, a área cultivada com os principais grãos (arroz, milho, feijão e soja) chegaria a aproximadamente 6,5 milhões de hectares. Estimativas preliminares indicavam uma produção total de 18,7 milhões de toneladas.

A continuidade do quadro de estiagem durante todo o período de desenvolvimento das culturas, fez com que essas estimativas fossem alteradas para patamares bastante inferiores aos estabelecidos inicialmente. Levantamentos realizados indicam que até o presente momento as perdas médias consolidadas (irreversíveis), chegam aos seguintes índices:

Cultura	Percentual de quebra
Arroz*	11%
Feijão	37%
Milho	55%
Soja	60%

Fonte: EMATER/RS, * IRGA

Em produção, esses percentuais representam uma diferença de aproximadamente:

Cultura	Diferença em relação à expectativa inicial
Arroz*	700 mil toneladas
Feijão	39 mil toneladas
Milho	2,5 milhões de toneladas
Soja	5 milhões de toneladas

Fonte: EMATER/RS, * IRGA

Projeções que levam em conta os prognósticos climáticos disponíveis, indicam uma tendência de agravamento na situação dessas culturas, principalmente milho e soja, uma vez que as chuvas previstas para curto e médio prazos serão esparsas e de fraca intensidade, fato que, aliado à fase em que se encontram as culturas, aumentaria as perdas. Segundo essas novas projeções, a produção esperada poderia ser de apenas 10,5 milhões de toneladas contra uma estimativa de 18,7 milhões previstas inicialmente, ou seja, cerca de 8,2 milhões de toneladas de grãos a menos.

Cultura	Produção esperada em 10-03-05
Arroz	5,5 milhões de toneladas*
Feijão	66 mil toneladas
Milho	2 milhões de toneladas
Soja	3,3 milhões de toneladas

Fonte: EMATER/RS, * IRGA

Outro fato a ressaltar é que, no caso do feijão, a continuidade da estiagem impediu o plantio de mais 20 mil ha normalmente plantados na 2ª safra e no milho em torno de 50 mil ha. Essa área é plantada em restevas de outras culturas, como o fumo, localizadas em sua totalidade, em pequenas propriedades e cuja produção é destinada à subsistência, potencializando os efeitos da estiagem sobre a economia desse importante segmento.

Panorama atual e conseqüências na pecuária

EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA LEITEIRA

A produção média mensal de leite no Rio Grande do Sul, no mês de janeiro, nos últimos 5 anos (2000 a 2004), é da ordem de 182 milhões de litros e em fevereiro, de 163 milhões de litros. Estes números incluem a produção formal e informal, sendo esta estimada em 31% da produção total.

Como a quebra na produção de janeiro foi estimada em 17%, deixaram de ser produzidos ao redor de 31 milhões de litros naquele mês. Em fevereiro, a quebra na produção aumentou para 25%, ou seja, cerca de 41 milhões de litros.

Multiplicando-se essas perdas na produção pelo valor do litro de leite que está sendo pago ao produtor (R\$ 0,55/litro), constata-se que os produtores deixaram de faturar R\$ 39 milhões.

Mês	% de quebra	Perda em litros	Perda em R\$
Janeiro	17	30.943.485	17.714.162
Fevereiro	25	40.838.465	22.461.155
TOTAL		71.781.950	39.480.072

EFEITOS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE

Tomando-se os dados da FARSUL e considerando-se apenas a diminuição da produção de carne que seria produzida e vendida este ano, mais a redução na produção de terneiros, em função da estiagem, são as seguintes as perdas na pecuária de corte:

Redução na produção de terneiros (625.000 terneiros x 150,00 x R\$1,90)	R\$ 93.750.000,00
Redução no peso dos novilhos invernados (95 kg/cab. x 1.500.000 cab. X R\$1,90)	R\$ 270.750.000,00
Redução no peso de desmame dos terneiros (50 kg/cab x 2.500,000 x R\$1,90)	R\$ 237.500.000,00
Redução no peso das vacas (80 kg/cab. x 500.000 cab. X R\$1,90)	R\$ 76.000.000,00
Total	R\$ 678.000.000,00

Fonte: FARSUL

EFEITOS SOBRE A AVICULTURA

A avicultura representa um segmento muito importante na economia do estado sendo preponderantemente desenvolvida no âmbito da Agricultura Familiar. Embora não quantificadas, são significativos os prejuízos à atividade tendo em vista a falta de água para os aviários, o que impede que novos lotes sejam distribuídos pelas integradoras, situação essa que se reflete diretamente na arrecadação dos municípios.

As perdas e seu impacto na economia rural

Considerando-se os preços pagos aos produtores nas últimas semanas e tomando-se como factível os números projetados, o Valor Bruto da Produção das principais atividades da agropecuária gaúcha que deixará de circular, é de R\$ 4.392,2 milhões, conforme é demonstrado no quadro abaixo:

Cultura	Valor Bruto da Produção em Reais
Arroz	364,0 milhões
Feijão	50,7 milhões
Milho	760,0 milhões
Soja	2.500,0 milhões
Leite	39,5 milhões
Carne	678,0 milhões
Total	4.392,2 milhões

Além dos recursos tomados a título de custeio e investimento, junto às agências do crédito, os agricultores utilizam recursos próprios, de cooperativas e de fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, tendo como prazo de pagamento o período pós-colheita. Com a expectativa de frustração, esses setores terão um grande índice de inadimplência. Além disso, o setor de máquinas e equipamentos agrícolas já enfrentou, nos meses de janeiro e fevereiro de 2005, uma queda no faturamento de 50% nas empresas exportadoras e 70% nas que não exportam, em relação ao mesmo período de 2004.

Enfrentamento da estiagem

Ações do Governo do Estado já realizadas

Ações de saneamento

Realizadas em 2004/05

Tipo de obra	Quantidade	Famílias Beneficiadas	Nº municípios *
Açudes	1402	2.314	57
Canais de irrigação	57km	1.238	30

Programa de Abastecimento de Água para Pequenas Comunidades

Poços Artesianos e Redes de Abastecimento de água executadas em ação conjunta: Sec. obras Públicas e Saneamento, Secretaria da Saúde, Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Defesa Civil – 2004 e 2005

OBRAS	ÓRGÃO	N.º MUN.	N.º LOCAL.	N.º FAM.	VALOR RS
Redes de Abastecimento de Água	SOPS	50	79	2.242	1.911.298,00
	SAÚDE	10	12	350	200.000,00
	SAA-RS RURAL	39	48	574	813.700,00
TOTAL		99	139	3166	2.924.998,00
Poços Artesianos	SOPS	83	136	10.690	700.000,00
	SAA-RS RURAL	130	289	8.080	1.200.000,00
	TOTAL	213	425	18.770	1.900.000,00
TOTAL GERAL VALORES					4.824.998,00

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

Senador Pedro Simon, este Senador só não fez um aparte ao seu brilhante pronunciamento, relatando a realidade da seca no nosso Rio Grande do Sul, por estar na Presidência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu disse, no início de meu discurso, que estava falando em nome de V. Ex^a e do Senador Sérgio Zambiasi, que já se pronunciaram inúmeras vezes sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas gostaria de dizer que avalizo e assino embaixo das palavras do nobre Senador, que estará nesse importante evento, na segunda-feira, em Passo Fundo, representando, naturalmente, as Bancadas do Senado e da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senador José Jorge, V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, que poderão ser acrescidos de mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago novamente a esta Casa tema referente ao desempenho da Petrobras, a maior empresa brasileira, durante o ano de 2003.

Todos sabemos que a Petrobras é de grande importância para o País, porque administra praticamente toda a estrutura de petróleo brasileira e tem o maior lucro, já que é a maior empresa brasileira. Na realidade, a Petrobras já completou 50 anos, e o Brasil está próximo de conseguir auto-suficiência na produção de petróleo. No entanto, temos de nos preocupar com sua gestão

Exatamente pelo fato de a empresa ser grande e de tratar de muitos recursos, há cerca de dez anos o Governo brasileiro vem fazendo um esforço no sentido de transformá-la em uma empresa pública com gerência privada, ou seja, em uma empresa que valorize seus resultados e o seu quadro de pessoal; enfim, que possa obter bons resultados sob os pontos de vista econômico, social e ambiental.

Sr. Presidente, sempre se diz, principalmente nos Estados Unidos, que o melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada, e que o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo mal administrada.

A partir do Governo Lula, houve uma mudança na composição da diretoria da Petrobras. Nos Governos

anteriores – não só no anterior, mas também em outros –, sempre se compunha uma diretoria técnica, em que a maioria dos diretores era formada por técnicos da própria empresa. Normalmente, apenas dois diretores viam de fora: o diretor financeiro – que vinha do mercado financeiro, um profissional habilitado e escolhido, muitas vezes, por empresa de seleção de pessoal do mercado financeiro – e o presidente, que, normalmente, era um executivo de padrão internacional.

No Governo Lula, houve uma mudança nesses critérios: o presidente passou a ser um político, o Senador José Eduardo Dutra – nosso colega, que era, diga-se de passagem, um bom Senador, com quem tive oportunidade de trabalhar por quatro anos nesta Casa –, que certamente não tinha o perfil de um executivo para dirigir uma instituição do porte internacional da Petrobras. Essa foi a primeira grande mudança.

Em segundo lugar, na montagem da diretoria, em vez de priorizarem os funcionários ativos da casa – no caso do diretor financeiro, um funcionário do mercado –, priorizaram os professores, que estavam em universidades e, portanto, não tinham atuação no mercado, e, em segundo, sindicalistas, ex-funcionários que já estavam aposentados – um deles, inclusive, era o Presidente do PT, se não me engano, de Teresópolis ou Petrópolis. E, assim, compôs-se uma diretoria cujo padrão de avaliação técnica pelo mercado é bastante inferior ao das diretorias anteriores, principalmente dentro da revolução que vinha acontecendo.

O que aconteceu com a Petrobras em 2003? Citarei alguns fatos para que possamos concluir que aquilo com que estávamos preocupados – uma queda no atingimento dos objetivos da empresa – está começando a acontecer.

É preciso dizer que o Governo, que indica a Diretoria da Petrobras, tem em torno de 30% do capital da companhia. Como são ações com direito a voto, ele tem o controle da companhia. Os outros 70% das ações da Petrobras estão lançados no mercado, em poder de fundos de aposentadoria, de empregados, por meio do FGTS, de funcionários públicos e da classe média, que colocaram ali a sua poupança. Portanto, 400 mil pequenos e grandes investidores possuem ações da Petrobras. Então, a empresa não é mais uma repartição pública, não é mais um braço governamental, mas uma empresa cuja maioria do capital é privado e, portanto, deve ser administrada como uma empresa privada.

A primeira questão que proponho diz respeito ao lucro da Petrobras em 2004, que foi de R\$17,8 bilhões. Como eu disse, mesmo uma empresa de petróleo mal administrada, a US\$50.00 o barril, é altamente lucrativa. Mas, na realidade, se corrigirmos o valor, veremos

que o lucro foi inferior ao de 2003, que, devidamente reajustado, seria de R\$19,2 bilhões.

Portanto, de 2003 para 2004, a Petrobras diminuiu seus lucros, o que não ocorreu com nenhuma empresa petrolífera do mundo. De 2003 para 2004, a Chevron Texaco, por exemplo, teve um aumento no lucro de 77%; a Philipps Conoco, de 72%; e a Shell, de 38%. Evidentemente, em função do aumento do preço do barril de petróleo.

A segunda questão é a queda na produção de petróleo no ano passado. Pela primeira vez, desde 1992, reduziu-se em 3% a produção de petróleo no Brasil. Por quê? Exatamente pelos atrasos, pela falta de manutenção das plataformas, pela demora na implantação das plataformas, que não ocorreu no tempo certo. Então, a produção anual, que vinha aumentando desde 1992 numa média de 5% a 7% ao ano, caiu 3%.

E o que aconteceu? Como diminuiu a produção de petróleo no Brasil, tivemos que importar mais petróleo e exportar menos. Então, o saldo da balança comercial do petróleo – quer dizer, a diferença entre as importações e as exportações –, que sempre é negativo porque não atingimos a auto-suficiência, que foi de US\$2,1 bilhões em 2003, aumentou para US\$4,75 bilhões em 2004. Portanto, mais que dobrou a diferença entre importação e exportação, isto é, nós importamos mais e exportamos menos. Normalmente, importamos diesel e petróleo e exportamos gasolina. Como diminuiu a produção, tivemos que importar mais, e o Brasil teve um déficit de US\$4,76 bilhões, déficit que vinha decrescendo há muitos anos. Esse foi o terceiro ponto que gostaria de levantar.

O quarto ponto foi a manipulação dos preços dos combustíveis, que deveria ser feita de acordo com a legislação. O preço dos combustíveis no Brasil deve acompanhar o preço dos combustíveis no mercado internacional, evidentemente com os ajustes que se fizerem necessários. Mas o que aconteceu foi o seguinte: no quarto trimestre de 2004 – que foi o trimestre posterior à eleição –, o lucro líquido da Petrobras foi de US\$4,5 bilhões, enquanto que no terceiro trimestre foi de US\$5,6 bilhões, ou seja, houve uma queda de 18%.

Na realidade o que aconteceu foi que o aumento do preço dos combustíveis, que deveria ter sido dado em um determinado momento, foi deixado para depois.

Uma outra questão são os dividendos. Como sabemos, a Petrobras distribui dividendos, que representam a participação nos lucros dos detentores do capital, no caso 400 mil acionistas, inclusive o Governo Brasileiro, que detém 30% do capital. Em 2003, os di-

videndos foram de R\$5,25 por ação. Em 2004, mesmo com lucro semelhante ou um pouco maior em termos nominais, 7%, o dividendo a ser distribuído – porque ainda não foi distribuído totalmente, apenas uma parte – foi de R\$4,60.

Portanto, os dividendos foram reduzidos de R\$5,25 para R\$4,60, sem nenhuma razão, porque se o lucro foi o mesmo, ou foi até um pouco maior, em termos nominais, na realidade, não havia por que diminuir os dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Afinal, esses dividendos podem ser utilizados pelos acionistas para a compra de novas ações ou gastos no mercado.

Esse é outro ponto que merece explicação.

Mas a Petrobras continua gastando, e gastando muito, em publicidade, como, por exemplo, no patrocínio de uma escola de samba do Rio de Janeiro. A Petrobras gastou mais de R\$3,2 milhões para patrocinar o desfile da Mangueira. O próprio Presidente José Eduardo Dutra desfilou na Mangueira e deu uma declaração na televisão de que cada tostão destinado à Mangueira foi bem-aplicado.

Mas, na realidade, esse dinheiro aplicado na Mangueira – está se vendo agora – e em outras iniciativas desse tipo da Petrobras, saiu do bolso do acionista. Foi o acionista que, em vez de receber R\$5,25 de dividendos, recebeu R\$4,60.

Então, a Petrobras a cada dia aumenta seu investimento em publicidade, quando, na realidade, ela não precisa de publicidade, porque não vende nenhum produto diretamente ao público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, V. Ex^a tem ainda cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

A Petrobras não vende diretamente ao público, mas às companhias, estas sim, que precisam de publicidade. Pois a Petrobras aumentou seus gastos com publicidade. De um tempo para cá, o faturamento da Petrobras, exatamente pelo aumento do preço de petróleo, tem crescido e o percentual de gastos com publicidade e promoção tem sido mantido fixo, quando a empresa deveria estar economizando, já que os gastos com publicidade não precisam estar atrelados a um percentual fixo de receita.

Outro ponto a ressaltar é exatamente este: a Petrobras está voltando à situação de monopólio. Quando aprovamos aqui a emenda constitucional que abria o mercado de petróleo, havia muitas dúvidas sobre sua validade, mas hoje verifica-se, inclusive, que o mercado se ampliou. Estamos perto – se não fossem esses atrasos atuais, seria no ano que vem ou mesmo neste ano – de sermos auto-suficientes em petróleo. E essa

abertura colaborou muito para isso. E a Petrobrás, que, naquela época, dizia-se que poderia ser prejudicada, é hoje a grande beneficiada, também, dessa abertura de mercado.

Durante esse período, a Petrobras vem adquirindo grandes empresas nacionais, em outros segmentos anexos a sua área de atuação, provocando em nós uma preocupação de que volte a haver o monopólio, que não interessa ao Brasil. É necessário que a Petrobras seja forte, mas que haja outras empresas fortes também, procurando, distribuindo e participando do mercado de petróleo, que é um dos maiores do mundo. Mesmo porque, aqui no Brasil, não se descobriu mais petróleo ainda porque só havia uma empresa procurando, e assim mesmo furava muito pouco, em relação a outro países.

Outro assunto muito discutido aqui nesta semana foi a questão da Petros, que apresentou novo déficit de R\$ 5 bilhões, R\$ 8 bilhões quando completo. Esse assunto deve ser analisado, pois também refere-se a recursos de acionistas, que precisam ser bem-administrados.

Com relação às plataformas P-51 e P-52, que estão sendo construídas, lembro que serviram, inclusive, de tema na campanha eleitoral para Presidência da República. O Presidente Lula, em uma propaganda de campanha, anunciou que essas plataformas seriam construídas no Brasil, ou que teriam um grande índice de nacionalização. Na verdade, o que aconteceu foi que, com essa tentativa de se nacionalizar essas duas plataformas, P-51 e P-52, foi interrompida a sua licitação e não houve mais possibilidade de que elas fossem entregues no prazo previsto.

Hoje em dia, a P-51 e a P-52, cujo preço estimado era de cerca de US\$550 milhões, vão custar US\$636 milhões e US\$927 milhões respectivamente, ou seja, 50% a mais e 30% a mais. E não houve grandes modificações no índice de nacionalização, inclusive porque a P-52 – que é a mais cara – não está sendo construída aqui no Brasil, mas em Cingapura e a P-51 está sendo construída por um consórcio, em que o índice de nacionalização também é bastante inferior àquilo que foi alardeado. Além disso, haverá um prejuízo diário de US\$25 milhões se essas plataformas não estiverem funcionando devidamente.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, lembrando que, no próximo dia 22, o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, está convocado para uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos

do Senado. Evidentemente, nós e os demais Senadores vamos apresentar todas essas questões, que deverão ser discutidas aqui, que é a Casa própria. Mas gostaria também de solicitar que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários também fizesse uma investigação sobre essas questões, inclusive sobre os prejuízos dos acionistas minoritários, que, no caso da Petrobras, são 400 mil, que compraram ações incentivados pelo Governo, utilizando o FGTS, que é a sua poupança compulsória.

Gostaria que a CVM também fizesse uma investigação para saber quais são os prejuízos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ... que estão sofrendo os acionistas minoritários.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler:

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2005

(Nº 4.713/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal de Contas da União)

Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo não se aplica à remuneração dos Ministros e dos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Ficam revogados, no âmbito do Tribunal de Contas da União, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.713, DE 2004**Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo não se aplica à remuneração dos Ministros e dos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Ficam revogados, no âmbito do Tribunal de Contas da União, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por meio do Ato Conjunto nº 1, de 2004, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal alteraram, em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, as remunerações dos servidores daquelas Casas Legislativas e do Tribunal de Contas da União, a fim de dar cumprimento a comandos da Constituição Federal e da Lei nº 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU – e de torná-las compatíveis com a complexidade das atividades exercidas por aqueles servidores, bem como com a de carreiras com atribuições assemelhadas.

Contudo, ao julgar pedido de liminar formulado pelo Ministério Público da União na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.369, o Supremo Tribunal Federal encerrou controvérsias existentes sobre a matéria e deixou claro que a realização de alterações remuneratórias no âmbito do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União somente pode ser realizada mediante lei em sentido estrito, que exige cumprimento do procedimento legislativo estipulado pela Constituição Federal. Assim, aquela Corte, liminarmente, suspendeu os efeitos do aludido Ato Conjunto nº 1, de 2004.

A aludida deliberação liminar, entretanto, não impugnou o mérito do aumento concedido aos servidores, já que limitou-se a apontar a impropriedade

formal do instrumento escolhido para o incremento da remuneração.

Assim, por não haver restrição da Corte Suprema à alteração de remuneração dos servidores, e a fim de ser cumprida integralmente a decisão do STF, de ser atendida a vontade do Congresso Nacional manifestada por meio do Ato Conjunto nº 1, de 2004, e, por fim, de serem evitados os prejuízos à normalidade dos trabalhos desta Corte que a frustração de fundadas e justas expectativas dos servidores certamente acarretaria, o Tribunal de Contas da União, por intermédio de seu Presidente, nos termos do art. 29 de seu Regimento Interno, respeitosamente solicita do Congresso Nacional a aprovação, por ambas as Casas Legislativas, do presente projeto de lei.

Tribunal de Contas da União, 22 de dezembro de 2004. – **Valmir Campelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 2-GP/TCU

Brasília – DF, 22 de dezembro de 2004

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado Federal João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação do Poder Legislativo, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos do art. 96, inciso II, alínea **b**, c/c o art. 73 da Constituição da República Federativa do Brasil e, ainda, do art. 1º, inciso XV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, bem como do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o anexo Projeto de Lei que “altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União”.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, solicito a V. Ex^a que considere para publicação nos Anais da Casa artigo do jornalista Luís Nassif, intitulado “Um abraço negro”, em que pede que o Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria, seja aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, como forma de colaborar com a inclusão do povo negro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O pedido de V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado,

Sr. Presidente, também gostaria de enfatizar, mais uma vez, a importância do debate que esta Casa realizou durante esta semana sobre a seca no Rio Grande do Sul. E, ainda há pouco, o Senador Pedro Simon, que, na próxima segunda-feira, estará em Passo Fundo, veio à tribuna, com o brilhantismo de sempre, para atualizar os dados sobre a seca no Rio Grande do Sul.

Já falamos também sobre o tema e pretendemos, junto com a Bancada de Deputados Federais e Senadores da Região Sul e com o Presidente Lula, na próxima semana, provavelmente a partir de quarta-feira, visitar não apenas o Rio Grande do Sul, como também Santa Catarina e o Paraná, apresentando o resultado da Comissão Interministerial, instituída pelo Presidente, para amenizar a situação desesperadora dos agricultores, pecuaristas, enfim, daqueles que trabalham no campo, na área rural do Rio Grande, inclusive a seca, que lá atinge inúmeras cidades, onde falta água até para a população.

Sr. Presidente, o tema sobre o qual quero discorrer hoje é fruto de questionamentos que me têm sido feitos, aqui mesmo, na Casa, sobre o antigo programa “A Voz do Cidadão” – hoje o programa “Alô, Senado” – e de *e-mails* e cartas que recebo. Somando tudo, são milhares por mês. Muitos têm me perguntado como fica, afinal, a questão salarial no Brasil a partir deste ano. Por isso, este meu pronunciamento é baseado na política salarial.

Sr. Presidente, a tese de muitos economistas e de alguns tecnocratas sempre se baseia, no meu entendimento, num falso dilema entre salários **versus** preços. Melhor dizendo: a sustentação de uma política salarial implica necessariamente a realimentação do processo inflacionário, do que discordo. Se fosse assim, os países de Primeiro Mundo, onde o salário mínimo é de mais de US\$1.000, a inflação não seria

de 2, 3% ao ano. Então, isso não procede. Segundo eles, portanto, o combate à inflação subentende controle ao congelamento dos salários dentro de uma economia de mercado com preços, esses sim, totalmente liberalizados.

Sr. Presidente, entretanto, o que se verifica historicamente é que a inflação no Brasil tem a sua raiz em outros componentes macroeconômicos, tais como a famosa demanda reprimida, descontrole de preços, custo financeiro, custo cambial, endividamentos interno e externo, carga tributária e o próprio mercado, que impõe os seus preços abusivos. Enquanto que o mercado, que é imperfeito, dentro da sua própria lógica – porque não existe mercado perfeito –, funciona visando ao lucro, é claro que, nesse caso, a prioridade de alguns setores é o corte das folhas de pagamentos – do que também discordo.

No Brasil, as políticas salariais foram criadas para tentar pelo menos acompanhar a elevação dos preços; em resumo, proteger o assalariado, o nosso povo, a nossa gente da elevação da inflação. Se há inflação é porque o assalariado perdeu, e isso tem que ser recomposto no seu salário nem que seja uma vez por ano. Infelizmente, isso não está acontecendo.

Os salários, nesse processo, se tornam o bode expiatório de qualquer desequilíbrio na economia. Mesmo em épocas de globalização e reestruturação produtiva, em que a tecnologia e o mercado de trabalho ditam as transformações – o que aconteceu em toda a década de 90 –, os salários reais jamais acompanharam as taxas de produtividade alcançadas pelos setores primário, secundário e terciário da economia.

A partir da implantação do Plano Real, sob a bandeira de vencer a inflação, o Governo adotou a famosa desindexação, acabando com qualquer tipo de proteção legal aos salários, tanto do setor privado como do setor público, enquanto que os ganhos de produtividade, na melhor das hipóteses, eram negociados a conta gotas na tal livre negociação. Produtividade e lucro indo muito bem, e o salário do trabalhador, no conta-gotas.

Aos salários do setor privado, restou a tal livre negociação num contexto totalmente adverso. O certo, como eu dizia, seria pelo menos garantir, uma vez por ano, a recomposição das perdas acumuladas que tiveram os trabalhadores ao longo dos doze meses.

No que tange à política salarial dos servidores públicos, vale o que diz o inciso X do art. 37 da nossa Constituição, que assegura a revisão geral anual sempre na mesma data. Com base nesse dispositivo, recentemente foi anunciado o valor do reajuste do salário dos servidores públicos federais. O percentual, claro, trouxe, eu diria, milhares de reclamações – para não dizer milhões – dos servidores públicos quando foi anunciado o reajuste de 0,1%, como forma de cumprir somente o que manda a Lei Maior.

Sr. Presidente, os argumentos são os mais variados. Dizem que houve a negociação direta, nos últimos cinco anos, com os servidores públicos e que os reajustes foram, em alguns setores, até de 100%.

O que quero deixar para reflexão, Sr. Presidente, para aqueles que têm a teoria de que a livre negociação para o setor, mesmo do servidor público, é o que resolve, é o seguinte: vamos pelo menos conceder um reajuste geral, correspondente ao processo inflacionário, e vamos negociar, então, setor por setor, aquilo que chamaríamos de aumento real de salário. Alguns dizem: “0,1%?!” Mas isso porque já concedemos um aumento bem maior. Então, na hora de se formular o acordo, diga-se: aqueles setores que já receberam, de forma antecipada, um reajuste maior do que o do processo inflacionário teriam esse percentual descontado na referida database. Pronto! Ou seja, todos teriam recebido pelo menos o correspondente à inflação, sem receber duas vezes.

Por isso, essa é a sugestão, Sr. Presidente, que quero deixar para debate.

Sr. Presidente, sei que o meu tempo é muito pouco – percebo que tenho somente mais dois minutos – e, para refletir sobre toda a política salarial, mediante documento que escrevi, teríamos que nos aprofundar muito mais no assunto. Porém, sou obrigado a dizer, Sr. Presidente, que fico muito preocupado quando chega à Casa a proposta, encaminhada pelo Judiciário, de que o salário teto poderá chegar, este ano, a R\$21.500,00 e que, a partir do próximo ano, a R\$24.500,00. Isso, de fato, nos preocupa muito. Por que, Sr. Presidente? Direi tranquilamente e sem nenhuma demagogia: nos países de Primeiro Mundo, aos quais me referia no início do meu debate, o salário no serviço público é, no máximo, dez vezes maior. Estamos falando aqui em cem vezes! Ou seja, essa seria a diferença entre o salário máximo e o mínimo, caso ele chegasse a

R\$25 mil e se tomarmos como parâmetro de salário mínimo os atuais R\$260,00. É irreal!

Por isso, eu gostaria que fizéssemos um grande debate de forma equilibrada. Se dependesse de mim, vincularíamos o teto ao mínimo, e se alguém achasse que estava ganhando pouco com o teto, que aumentasse o mínimo. Assim, toda vez que o mínimo aumentasse, o teto também aumentaria.

Esse é um debate que gostaríamos de fazer. Por isso, Sr. Presidente, quero dizer, mais uma vez, que consegui aprovar, neste plenário do Senado, a formação de uma Comissão Especial, com Deputados e Senadores, para discutirmos toda a política salarial da área pública e da área privada; do salário mínimo dos aposentados e também dos pensionistas. Quem sabe, Sr. Presidente, se ouvindo toda a sociedade, ouvindo o Governo, ouvindo os servidores, ouvindo os trabalhadores da área privada e ouvindo os aposentados e pensionistas, conseguiríamos formatar efetivamente uma política salarial que atenda a todos os setores.

Sr. Presidente, em meu pronunciamento há dados e números mostrando o quanto a miséria neste País está cada vez mais se aprofundando. Por exemplo: os 50% mais ricos participam com 87,4% da renda total; os 50% mais pobres só ficam com 12,6%. Os 20% mais pobres ficam com 3%.

Em seguida, Sr. Presidente, há uma série de números e dados que mostram que deveríamos construir uma proposta que atendesse o interesse do conjunto da população.

Cito também, Sr. Presidente, a situação dos aposentados e pensionistas, tanto da área pública como da área privada. E, como eu dizia antes sobre a questão da seca no Rio Grande do Sul, é uma situação desesperadora.

A continuar a lógica dos últimos 10 anos, em menos de uma década teremos todos os aposentados e pensionistas do País ganhando o correspondente a um salário mínimo. Tomando como exemplo este ano, dependendo da MP que virá ao Congresso no mês de abril, a tendência é de que o reajuste seja em torno de 15%. Quanto receberá o aposentado? Menos que 5%. Ora, fazendo uma projeção, observaremos que, num futuro próximo, todos os aposentados receberão o correspondente a um salário mínimo. Por isso, Sr. Presidente, queremos aprofundar esse debate e discutir a recomposição da perda dos aposentados e pensionistas.

Nesta semana, recebi em meu gabinete o Presidente da Cobap, companheiro João Lima, que me mostrou dados e números do Siaf indicando que a Previdência no Brasil não é deficitária. Conforme os dados recebidos, há um superávit de mais de R\$30 bilhões. No entanto, a resposta que sempre ouço dos Governos é de que não é possível dar reajuste para os aposentados porque isso levaria à falência a Previdência.

Sr. Presidente, a melhor forma de resolvermos isso é instalando essa Comissão. Feito isso, poderemos ouvir os técnicos da Previdência; da Anfip (Associação Nacional dos Fiscais da Previdência), que têm outra visão; o atual ou o futuro Ministro da Previdência, a Fies, a CNI, a CUT, a CGT, a Força Sindical e as confederações, tanto de trabalhadores como de empregadores. Proponho que façamos um debate sério e responsável sobre distribuição de renda, com uma perspectiva de futuro para a política salarial.

Todos sabem que não podemos concordar – está aí o debate da reforma sindical – com a premissa de que o campo da livre negociação resolverá toda a questão da distribuição de renda. Não é real. Não aceito, em hipótese alguma, que queiramos provar a alguém que deve prevalecer a livre negociação, sobre a própria Legislação. Sempre digo que a lei vem para fortalecer ou para preservar o interesse do mais fraco, ou deveria fazê-lo pelo menos. Por isso entendo, Sr. Presidente, que é fundamental construirmos um grande entendimento para a construção de uma política que atenda tanto àqueles que ganham o salário mínimo – os aposentados e pensionistas –, como também os servidores públicos.

Eu não podia deixar de vir à tribuna, Senador Pedro Simon, como comentei com V. Ex^a, diante do anúncio de 0,1% de reajuste para os servidores públicos. Eu precisava, no mínimo, vir aqui para dizer: vamos dialogar, conversar, apontar caminhos, refletir sobre como podemos fazer com que os servidores tenham uma reposição que repercuta nos Municípios, nos Estados e na União. Quando a referência nacional para o reajuste é de 0,1%, isso, é claro, repercute nos Estados e Municípios.

Este momento, quando se fala tanto de reforma sindical, serve para que caminhemos rumo a esse entendimento, buscando as alternativas possíveis.

Senador Pedro Simon, na Presidência, anteriormente, eu elogiava o seu pronunciamento, e uma parte dele me marcou muito. Além de falar muito da

questão do agricultor em geral – todo aquele que trabalha na área rural em nosso Estado, seja na avicultura, pecuária, suinocultura, nessa ou naquela plantação –, V. Ex^a citou o aumento do desemprego que será gerado. O Estado vai arrecadar muito menos e, conseqüentemente, também as empresas de máquinas agrícolas, por exemplo, vão produzir muito menos, resultando em desemprego em massa no Estado também na área urbana. O desespero na área rural, como V. Ex^a dizia, vai fazer com que o trabalhador dessa área desloque-se para a cidade, onde não vai encontrar emprego, aumentando o cinturão de miséria.

Por tudo isso, Sr. Presidente, como foi bem colocado pelo Senador Pedro Simon, estamos muito preocupados, não somente com o Rio Grande do Sul. A seca, como S. Ex^a dizia, atinge o Sul e já começa a avançar para outros Estados, o que pode fazer com que entremos na seara perigosa de um Estado quase que de convulsão.

Se não há mais produção para alimentação, se falta água para os animais e alimento para a população, o debate sobre a distribuição de renda é fundamental.

Cumprimento a CCJ, que está instalando uma Subcomissão para debater a reforma sindical e trabalhista; a CAS, Comissão de Assuntos Sociais, que está instalando uma Subcomissão para discutir distribuição de renda, e a Comissão de Agricultura, Senador Pedro Simon, de que V. Ex^a foi o mentor. Vejo-a com bons olhos. Sei que o Presidente, Senador Sérgio Guerra, e V. Ex^a tiveram participação e temos trabalhado juntos: eu, V. Ex^a e o Senador Sérgio Zambiasi. Espero que a Convenção Quadro vá também para a Comissão de Agricultura, para debatermos o caos que será criado nessa área e que vai gerar milhões de desempregados no País, com milhares e milhares no Rio Grande do Sul, caso se caminhe pelo viés ora colocado.

Como meu tempo se esgotou, Senador Pedro Simon, concluo dizendo que eu gostaria de aprofundar ainda mais o debate sobre a questão salarial, mas, com certeza, voltarei à tribuna em um outro momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, quinta, 10 de março de 2005

Um abraço negro

LUÍS NASSIF

Nessa discussão sobre racismo negro, para jogar um pouco de luz na escuridão e colocar preto no branco, recorro à excelente análise do advogado Roberto Militão, militante do movimento negro contra o racismo e a discriminação.

Diz ele que, como advogado, é contra as cotas raciais, por embasamento jurídico. Isoladamente, as cotas são inconstitucionais, por ferirem o princípio geral da isonomia. Ele não tem dúvidas de que o Supremo Tribunal Federal decretará sua inconstitucionalidade.

Porém -prosegue ele- as políticas de ação afirmativa são admitidas pela Constituição, no artigo 5º, que pela primeira vez incluiu a "igualdade" como uma das garantias individuais invioláveis.

Para ser implementada, há a necessidade de uma lei. O caminho poderia ser o projeto de lei "Estatuto da Promoção da Igualdade", do senador Paulo Paim (PT-RS). Em sua gestão na presidência da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP) não o incluiu na pauta. Militão espera que o novo presidente da Casa, Severino Cavalcanti (PP-PE), tenha mais sensibilidade "por sua própria trajetória de menor receio de confrontar o conservadorismo social".

Com sua aprovação, o direito da "não-exclusão" deixará de ser ação subjetiva e passará a se constituir em obrigação objetiva, sujeitando o não-cumprimento a punições legais. Se não existir a pré-exclusão do pai, diz Militão, não haverá necessidade de cotas para o filho. Se a mulher não for excluída, seus filhos não serão prejudicados. Nos Estados Unidos, os maiores beneficiados por políticas de ação afirmativa são, primeiro, mulheres brancas, depois as mulheres negras, seguidas dos homens negros e dos homens brancos. Mas todos foram beneficiados, diz ele. Com base na promoção da igualdade, será admissível a adoção de cotas compensatórias, pontuais, em setores em que as exclusões persistam.

Diz ele que as "cotas isoladas" são como analgésicos que atacam os efeitos, sem destruir as causas. Para cada negro que entrar na universidade por cotas, milhares continuarão sendo excluídos no mercado de trabalho e seus filhos serão também "desigualizados".

Além disso, os beneficiários das cotas isoladas serão definitivamente marcados pelo estigma do "incapaz beneficiado", o que resulta em danos irreparáveis que acabarão atingindo até mesmo negros que não foram beneficiados.

Conclui o advogado: "Tenho pavor da frustração e da revolta que surgirão quando o STF se pronunciar quanto à constitucionalidade das cotas nas universidades, o que talvez interesse à sobrevivência de muitas ONGs". Os filhos de Militão estudam no Colégio Salesiano - Santana, instituição filantrópica que deveria destinar 20% das 3.500 vagas a estudantes pobres da região. Em sete anos, nenhum estudante negro foi beneficiado, diz ele, mas apenas amigos que nunca são negros: filhos de "autoridades" civis, judiciárias, militares, jornalistas amigos etc., menos pobres negros. Ele está movendo uma ação judicial no Fórum de Santana, exigindo a democratização do acesso.

Como diria dona Ivone Lara, "um sorriso negro, um abraço negro, traz felicidade".

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui, novamente, no sentido de encontrar uma forma viável de dar fim à duradoura e incansável batalha do salário mínimo.

Apesar de ter sido veiculado na imprensa o valor de R\$300,00 para o mínimo, não chegou ao Congresso a proposta oficial do Governo Federal com o novo valor e com a política de recuperação do valor do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ter dos senhores a certeza de que não mediremos esforços para que possamos encontrar a melhor proposta para o trabalhador.

Gostaria de salientar que foi aprovada no âmbito do Congresso Nacional a proposta de minha autoria, de criação de uma Comissão Mista para apreciação de todos os projetos que versam sobre o Salário Mínimo que tramitam em ambas as Casas.

Já foram indicados os membros aqui no Senado Federal, faltando somente a indicação dos membros na Câmara dos Deputados, para que a mesma inicie seu funcionamento. Contribuirão com esta Comissão, parlamentares, sindicalistas, representantes do Governo Federal, empresários e representantes dos aposentados.

A finalidade desta Comissão é de criar uma política permanente de atualização do salário mínimo.

É nesse foro privilegiado que pretendo ver debatido exaustivamente o Projeto de Lei nº 200, que apresentei em 2004 para vigorar no presente exercício. A proposta garante um salário mínimo de R\$300,00 mais o dobro do PIB (Produto Interno Bruto); estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Este debate do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas tem que ser enfrentado, caso contrário no máximo em 10 anos todos estarão recebendo somente 01 salário mínimo.

O que será uma grande injustiça com aqueles que, ao longo de suas vidas pagaram contribuições entre 02 e 20 salários mínimos.

A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica em minha vida pública. Essa tem sido uma luta permanente a qual não abandonarei até que tenhamos um salário mínimo justo, capaz de atender as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como preceitua a nossa Constituição Cidadã!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a e solicito que presida a sessão para que eu possa usar da palavra neste momento. (Pausa.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com satisfação.

Agradecendo por ter presidido os trabalhos para que eu pudesse usar da palavra.

Concedo, pois, de imediato, a palavra a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, recebi uma comunicação do meu Estado, Roraima, que me obriga a mudar o tema que abordaria. Eu pretendia discutir o DOMÍNIO – com todas as letras maiúsculas – da União sobre as terras do Estado de Roraima. Quando éramos Território Federal, as terras eram da União; passamos à condição de Estado e a União teima em continuar sendo proprietária de tudo. Anteontem, o Supremo emitiu decisão sobre esse tema, que abordarei em outro momento.

Hoje tratarei da irracionalidade que está ocorrendo na sede do Município de Pacaraima, que se situa na linha de fronteira com a Venezuela. A respeito desse assunto, conversei com o Presidente da Funasa e com o assessor parlamentar do Ministério da Saúde. Existe, naquela região, um intercâmbio permanente entre as duas populações – a da cidade brasileira de Pacaraima e a da cidade venezuelana de Santa Helena do Uiarén.

Nesse intercâmbio, o Brasil só leva vantagem, porque grande parte do que é vendido aqui não é encontrado lá, do outro lado. Outro benefício percebido principalmente pela população daquele Município, por exemplo, é em relação à gasolina, que custa lá um quinto do valor cobrado do lado brasileiro. Cito também o fato de que, por se situar em uma área de livre comércio, em Santa Helena do Uiarén vendem-se muitos produtos bem mais baratos do que os similares brasileiros. Entretanto, os comerciantes brasileiros vendem muitos produtos brasileiros que não são fabricados na Venezuela.

Nessa barreira da fronteira, há um posto da Receita Federal, outro da Polícia Federal e um da Funasa, que cuida, logicamente, da questão da saúde. Os veículos que entram, por exemplo, são borrifados. A Funasa decidiu exigir, para quem visita a cidade com

a finalidade de comprar ou almoçar, por exemplo, que porte o atestado de vacinação da febre amarela ou, caso não esteja com ele, que se vacine.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não traz nenhum risco para a cidade de Pacaraima o fato de uma pessoa passar apenas algumas horas na cidade. Não há nenhum risco para a saúde nesse fato.

Há poucos dias, uma funcionária da Fundação Nacional de Saúde impediu que dois generais da região da Venezuela entrassem na localidade. Eles argumentaram que, por gostarem muito da comida brasileira, iriam a um restaurante, tentando convencê-la de que apenas almoçariam e voltariam. Mas ela não os deixou passar. Como reciprocidade, conseqüentemente, a Venezuela passou a exigir dos brasileiros, moradores daquele Município ou não, todas as coisas possíveis e imagináveis para entrarem na cidade de Santa Helena do Uiarén, inclusive atestado de vacinação.

O Presidente Lula está fazendo um trabalho maravilhoso nesse particular, que é o de aproximar os países da América do Sul do Brasil. O Brasil viveu de costas para a Venezuela e a Venezuela de costas para o Brasil durante décadas. Para o meu Estado, é importantíssimo e vital o intercâmbio com a Venezuela. Exportamos soja e madeira para aquele país. Proporcionalmente, a nossa balança comercial é uma das melhores do Brasil, em termos de exportação. E, agora, um órgão do Governo Federal cria um incidente diplomático com a Venezuela.

Já falei com o Presidente da Funasa e com o assessor parlamentar do Ministro Humberto Costa, pois não pude contactar S. Ex^a. Faço este registro da tribuna, pedindo o bom senso do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, para que apenas desloque esse posto da Vigilância Sanitária da linha de fronteira para 500 metros abaixo, onde fica o posto da Secretaria de Fazenda do Estado. Portanto, quem for entrar no Estado de Roraima para ficar em Boa Vista ou para ir a Manaus, terá de apresentar o atestado de vacinação e os documentos exigidos. Essa reciprocidade sempre existiu. Íamos a Santa Helena do Uiarén sem nenhum tipo de exigência, apenas com a apresentação da carteira de identidade – aliás, como ocorre no Rio Grande do Sul com relação a Livramento e àquela outra cidade da fronteira.

Na verdade, esse contra-senso sanitário não pode ser um assunto causador de um incidente diplomático de graves prejuízos para o Brasil, notadamente para o meu Estado.

Deixo esse registro e – repito – estou endereçando, por escrito, ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa essa questão, que espero ver resolvida com urgência porque já está causando problemas ao Estado de Roraima, embora talvez o Brasil ainda não tenha se apercebido da situação. Roraima situa-se na parte mais setentrional do País e já está sofrendo com esse incidente diplomático.

Durante muito tempo, os venezuelanos nos viram como os imperialistas do sul. Sempre viram os americanos como os imperialistas do norte e o Brasil, o imperialista do sul, dado seu tamanho e sua economia. Essa situação vem sendo superada com muito trabalho e com muitas diligências. O atual embaixador do Brasil na Venezuela conhece muito bem o Senado Federal. O Embaixador Souza-Gomes inclusive foi assessor do Itamaraty nesta Casa e conhece, portanto, profundamente a carreira diplomática. S. Ex^a tem trabalhado para eliminar todo tipo de barreira comercial. Entretanto, um órgão do próprio Governo Federal atrapalhou tudo que vem sendo feito a favor do Brasil, a favor do meu Estado.

Para finalizar, comunico que vou requerer informações mais detalhadas sobre essa questão que pode causar ao Brasil sérias divergências com a Venezuela. Posteriormente, eu o farei por escrito à Mesa do Senado.

Na recente visita do Presidente Lula à Venezuela, foram feitos acordos para a criação de uma espécie de consórcio entre a Petrobras e a Pedveza, da Venezuela, que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

O Brasil só teria a ganhar com isso.

Não pode ser, talvez, um excesso de rigor sanitário de uma funcionária da Funasa que colocará, por água abaixo, todo esse trabalho que é fundamental para o meu Estado. Roraima está praticamente encravado na Venezuela, avança por dentro do território daquele país. Não podemos sofrer esse tipo de punição pela irracionalidade de uma funcionária.

Portanto, formalizarei o pedido à Mesa, fazendo-o também oralmente. Como se trata de um assunto importante não só para o meu Estado, mas para todo o País, deixo esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a será atendido na forma regimental a partir do momento em que o documento chegar à Mesa.

Concedo, de imediato, a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia daqueles em que o Plenário não está completo. Estão presentes meus ilustres colegas do Rio Grande do Sul e de Alagoas, Senador Paulo Paim e nossa querida Senadora Heloísa Helena, respectivamente.

Volto à tribuna para tratar, mais uma vez, do homem do campo. Acabo de ouvir o Senador Paulo Paim falar das dificuldades por que passa o Rio Grande do Sul, que enfrenta grande seca. Isso é quase inacreditável. Numa ocasião, o ex-Presidente Figueiredo disse que este País precisava, quando estava chovendo demais no Sul, ser inclinado para que a água fosse para o Nordeste. Agora ocorre o contrário: não chove no Rio Grande do Sul. É claro que o prejuízo deve ser muito grande.

Caro Senador Paulo Paim, jamais imaginaria que haveria seca no Rio Grande do Sul. Sempre ouvimos dizer que o Rio Grande do Sul produzia trigo e arroz em larga escala, além de soja, porque tinha água, tinha chuva, apesar de enfrentar dificuldades, às vezes, com a chuva de granizo que ocorre quando a temperatura cai.

O Rio Grande do Sul tem vários rios perenes. Pelo que me lembro da geografia do Rio Grande do Sul, independentemente das lagoas que existem por lá, há muita água, muitos rios. Quem sabe, Senador Paulo Paim, não seria o caso de repensar o trabalho de distribuição de bacias, fazendo canais de irrigação também no Rio Grande do Sul, como estamos tentando fazer no Nordeste para levar água onde não há? Quem sabe, agora, tivéssemos que repensar o Rio Grande do Sul! Eu não ia tratar daquele Estado, mas fiquei impressionado com as palavras do Senador Paulo Paim, que disse que a situação é de calamidade mesmo, semelhante à do Nordeste: o gado morrendo, a população sem água. Isso é dramático.

A sugestão é a de que se repense e se faça um projeto de distribuição de bacias. Há muita água em vários rios do Rio Grande do Sul. Em vez de pensarmos na transposição do São Francisco, que vai custar US\$2,4 bilhões, poderíamos fazer, com US\$200 milhões, as interligações de bacias dos rios do Rio Grande do Sul, e, talvez, não houvesse mais esse drama.

E são canais simples, não é preciso muita coisa. Canais em terra mesmo, bem construídos, levariam água como o leito natural de um rio. É apenas uma depressão no terreno não-cimentado, e a água segue pelo leito do rio. Pode-se, também, fazer um canal, cavado na terra, seguindo-se as curvas de nível e, talvez, protegendo-se as margens com plantações. Não é preciso concretar canais, nem colocar mantas protetoras. Há, ainda, as adutoras em tubulação fechada, com diversos escalonamentos de pressão. Com isso, ter-se-ia água distribuída ao longo do seu Estado, Senador Paulo Paim.

Mas volto ao meu Nordeste, já que temos de lidar sempre com o problema da seca. Vejo o meu companheiro, Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte. Tenho uma idéia diferente daquela da transposição, mas para o Estado de V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex^a foi Governador, e eu, Superintendente do Pólo Nordeste. Andei, no seu Estado, palmo a palmo, vi os grandes açudes, a seca, o Projeto Serra do Mel. Tivemos a oportunidade de trazer os franceses, para que, com energia solar, fosse bombeada a água do açude para a Serra do Mel. Na época, essa era uma das idéias que tínhamos.

Hoje quero tratar dos riachos do Nordeste, os chamados riachos secos. Quando chove, existe água no Nordeste, que pode ser vista do avião; jura-se que aquela região nunca ficará seca. São milhares de riachos, cuja água escorre ora para os açudes, ora para outros pequenos riachos que vão acabar no mar. Mas um riacho como esse, na verdade, é, em potencial, um grande reservatório de água, se o homem colocar a cabeça no lugar e pensar. Já fizemos uma experiência dessa no Piauí; estou falando de cadeira.

Olha-se o riacho seco, mas há água acumulada no subterrâneo, durante o período de chuva. Conheci um engenheiro, um verdadeiro sábio, o Dr. Gontijo, que fez um livro sobre o aproveitamento dos riachos secos a partir de uma barragem de cabeceira.

O que é uma barragem de cabeceira? O riacho nasce de uma depressão no terreno, seguramente, senão a água não correria. Suas águas deslocam-se do ponto mais alto em direção ao mais baixo. Na nascente, há uma enorme depressão, onde a água vai-se juntando; forma-se, então, o primeiro filete, que vai engrossando e dá origem ao riacho. Quando chove muito, o riacho é caudaloso, parece um rio. Geralmente, a depressão é de dois quilômetros; a declividade é mínima, pequena. Pode-se construir, no começo do

filete d'água, uma barragem simples, como uma barragem de estrada – se esta apresenta uma largura de sete metros, o aterro é de sete metros. No lugar mais profundo do riacho, é possível subir um pouco mais. São 50 metros, no máximo, de um aterro de sete metros de altura, que se faz, com as máquinas e rolos compressores, facilmente, camada por camada.

Tem-se, então, o miolo do riacho barrado nos 50 metros. Continua-se com o aterro-barragem até o ponto mais alto da depressão, e, com isso, forma-se algo como uma estrada de uns quatro quilômetros de comprimento, que, na verdade, é uma barragem que segura a água de uma depressão de dois por dois quilômetros ou três por três. Sabem V. Ex^{as} quanto se acumula numa área como essas? Milhões de metros cúbicos d'água! Quatrocentos milímetros chove no Nordeste, não há dúvida; no entanto, chove trinta hoje, cinquenta amanhã, e perde-se a safra, porque o intervalo entre uma chuva e outra é de 20 ou 25 dias.

No terreno em que se infiltra a água, 25% evaporam, 25% ou 30% correm no riacho, se não houver a barragem, e o resto se infiltra. Pelo menos 50% da água que caiu se infiltra, no riacho e na cabeceira.

Agora vamos olhar o enorme reservatório de água que existe no riacho seco. Para isso, é preciso segurar os filetes de água que correm em direção ao mar. Até uma profundidade de dois metros, aproximadamente, os filetes estão correndo, e o riacho, secando. Se, lá na ponta, antes de o riacho chegar a outro rio – talvez 20 quilômetros depois de sua nascente –, for cavada uma vala na largura do riacho e colocada uma lona plástica, a água dos filetes será barrada e não escorrerá mais. Colocando-se poços amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Vou acabar em cinco minutos, Sr. Presidente. Gastei um pouco do tempo com seu Estado e fico muito feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu lhe agradeço.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Barrando-se o fim do riacho com uma manta plástica, tem-se um reservatório de 20 quilômetros de extensão por 50 de largura. Isso é água de verdade!

O que se faz? Coloca-se um poço amazonas e uma bomba solar de 500 litros por hora, e traz-se a população para a beira do riacho, para plantar feijão. Por volta de três mil famílias podem ser colocadas ao

longo do riacho, para cultivar feijão e mamona, no verão, na seca, aguardando a plantação com regador, já que é só um hectare, 100 metros. A família, que tem água na caixa, tirada do poço cacimbão com energia solar, molha a plantação como quem molha uma horta em casa. Por que não? Monta uma barraca e vai ganhar dinheiro na beira do riacho. Um quilo de feijão verde na feira vale até R\$2,00 no tempo da seca.

Então, essa é uma sugestão que procurarei desenvolver. Trarei o desenho e o distribuirei aos companheiros do Senado e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, criada recentemente. Não faço parte dela, mas gostaria de pelo menos oferecer minha experiência, como essa do Piauí. Quem sabe, com isso, comecemos a trabalhar o semi-árido de outra forma!

Para encerrar, Sr. Presidente – perdoe-me, mas preciso de só mais um minuto –, estamos com um megaprojeto de plantio de mamona no Piauí, mas baseado na Associação dos Prefeitos. São 100 prefeitos que já aderiram, e cada Prefeitura tem mil lavradores que plantam roça. Então, estamos dirigindo para aquele projeto mamona e feijão – mamona para o *biodiesel* e feijão para alimentar a população. São 100 mil famílias. Vamos trabalhar esse fim de ano.

Lembro que 100 mil hectares de mamona roubam da atmosfera 200 mil toneladas de CO². São duas toneladas por hectare/ano que um pé de mamona tira do ar. É bom que o pessoal de Kyoto saiba disso. Se vamos plantar 100 mil hectares de mamona e feijão no próximo ano, no Estado do Piauí, teremos direito a um ressarcimento, porque não é brincadeira que 200 mil toneladas de CO² sejam tiradas do ar, quando sei que quando queimo uma tonelada de *diesel* mineral gero duas toneladas de CO². Então, o meu Estado gasta 15 mil toneladas/mês, as nossas roças de mamona tiram todo o CO² produzido pelo *diesel* mineral do Piauí queimado num ano.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, com a tolerância de mais cinco.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, eu pretendia, na manhã de hoje, dar continuidade a um discurso que fiz ontem aqui a respeito das medidas provisórias, de como se deve urgentemente limitar a edição dessas medidas.

Tenho algumas sugestões que deixarei para apresentar na próxima semana, quando tiver aqui a companhia de um maior número de colegas Senadores e Senadoras.

Na realidade, Sr. Presidente, essa limitação do tempo de cada orador tem permitido que mais Senadores possam falar; de certa maneira, democratiza. Fui um dos que reclamei que os Senadores inscritos não falavam, mas tenho que fazer aqui uma observação: o debate parlamentar terminou perdendo, porque o Senador fala mas não pode mais conceder apartes. Como só tem dez minutos, se conceder dois, três ou quatro apartes, estará cedendo o seu tempo aos apartantes. Veja como é complexo esse tema numa Casa que foi criada para que todos pudessem falar, debater. Veja como é difícil conciliar-se tudo isso.

Sr. Presidente, eu queria apenas dizer, comunicando com V. Ex^a e com o Senador Alberto Silva, que realmente o Rio Grande do Sul está sofrendo um das suas secas mais cruéis – e lá demora a haver seca! Já no nosso Nordeste, a Senadora Heloísa Helena sabe, convivemos com a seca quase que permanentemente, apenas ainda não descobrimos como fazer isso de maneira mais saudável, se é que posso usar essa palavra. Isso porque cada seca parece ser um fenômeno imprevisível; parece que a seca não entrou na nossa vida, não entrou na nossa história, que não temos uma literatura vasta a esse respeito, não temos toda uma história de sofrimento. Parece até, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a seca é uma novidade, quando não é. Já deveríamos ter todo um arsenal para conviver com ela e para enfrentarmos as mazelas por ela trazidas, de modo a poupar aquelas pessoas do polígono das secas dos seus efeitos perniciosos.

Uma seca hoje não chega a abalar a economia de um Estado, pelo menos do meu Estado, como abalava antes, mas é preciso pensar não na economia, mas nas pessoas que estão ali, que dependem daquele feijãozinho, daquele milhozinho, daquela cultura de subsistência, que é tudo para elas.

O meu Estado hoje é um grande produtor de camarão, de sal, de petróleo, de frutas irrigadas; é um Estado, como o da Senadora Heloísa Helena, com uma potencialidade turística que só agora está sendo aproveitada; mas lá existem milhares de pessoas – grande parte da população do Estado – que dependem das chuvas, que ainda olham para o céu e que esperam que tenhamos uma política correta para quando aquelas chuvas não caírem, como não estão caindo.

Senador Paulo Paim, é uma questão de mais vinte ou trinta dias para estar instalada a seca. Deus queira – até vou bater aqui na madeira – que não aconteça isso; todos nós estamos rezando, mas, se não chover no Dia de São José, no dia 19 de março, o sertanejo vai cair em desespero novamente.

Nós precisaríamos ter uma Sudene e todo um conjunto de medidas que pudessem assegurar condições de vida a uma população que hoje vive da Previdência, quase que se socorre apenas dos benefícios pagos pela Previdência.

É uma situação que tem a sua gravidade e que, infelizmente, não se está vendo mais como se via. De primeiro, havia a indústria da seca; dizia-se que a seca era manipulada e aproveitada para que alguns pudessem enriquecer, alguns pudessem fazer política à custa da seca. A indústria da seca desapareceu. Graças a Deus, há pouca coisa disso. Permanecem alguns resquícios, mas é pouco. No entanto, a seca não desapareceu, e a maneira de enfrentá-la não é hoje das melhores; continua a ser aquela coisa mal ensaiada, mal planejada.

Peço a Deus que eu não volte daqui a 30 dias, Senador Paulo Paim, para pedir uma comissão de Senadores, para pedir providências quando a seca já estiver instalada, quando pessoas já estiverem precisando de água e de comida, porque a situação passou a ser irreversível, como no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador, que também aprofundou o debate sobre a questão da seca, que efetivamente nos preocupa a todos. Tenho certeza de que caminhos serão apontados no sentido de se encontrarem soluções.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AP) – Como inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, com a tolerância de mais cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, compartilho da preocupação do Senador Garibaldi Alves. Entrarei no problema da seca também, que mexe diretamente com o Estado de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e, de uma forma muito especial, há muitos longos e

dolorosos anos, com o Nordeste de uma forma geral, incluindo Alagoas.

Antes, porém, quero deixar também registrada a minha preocupação em relação à nova metodologia que foi estabelecida quanto ao uso da palavra. Sei que não é da responsabilidade de V. Ex^a – foi um acordo entre os Líderes e a nova Mesa –, mas, mesmo assim, quero deixar isso registrado. Primeiro, como sou asmática e aprendi a falar muito rápido, sem respirar, talvez eu até tenha mais facilidade de falar em 10 minutos. Embora, como lembrou o Senador Garibaldi Alves, para quem quer falar, ou seja, promover o debate, é evidente que esse negócio não dá certo. E outra coisa mais: ainda não me utilizei disto, mas, se necessário for, eu o farei. Não houve uma mudança do Regimento; houve um acordo. Quem quiser se submeter ao acordo, se submeterá. Quem não quiser, terá os 20 minutos, antes da Ordem do Dia, como manda o Regimento, e, após a Ordem do Dia, os mesmos 50 minutos, como manda o Regimento.

Farei um esforço muito grande para ser parte do acordo. Não há problema algum. Agora, no dia em que eu quiser falar um pouco mais do que 10 minutos, usarei o que o Regimento manda. Isso é possível porque não houve alteração regimental, mas acordo. Não participei do acordo. Está tudo muito bem, pois tento ajudar para democratizar, blablablá...

Outra coisa é essa história de interrupção do som. Isso é horrível, é uma coisa muito feia. Ontem, passamos uma situação vexatória com a Deputada Jandira Feghali, uma das mais importantes Parlamentares do Congresso, que não conseguiu falar, porque havia esse treco aí que pára, a todo o momento, a fala das pessoas. Em uma Casa como esta, composta de 80 pessoas mais o Presidente, sendo que a maioria fica na Mesa e não fala, cortar a palavra... Qualquer um de nós fica constrangido quando o Presidente alerta para o tempo seguidas vezes. Até por constrangimento, senso de educação e de cumprimento do Regimento, paramos nossa fala e a deixamos para depois. Agora, esse negócio de cortar o som é horrível. Talvez se justifique na Câmara, não sei; afinal de contas, lá são 513 Parlamentares. Aqui, somos 80, e a maioria, efetivamente, não usa da palavra.

Sr. Presidente, entrarei no debate sobre a seca, deixando, inicialmente, minha solidariedade ao povo querido do Rio Grande do Sul no que tange a esse problema gravíssimo. Contudo, voltarei o tema em relação ao Nordeste e, em especial, a Alagoas.

O Senador Teotonio Vilela Filho fez uma proposta. Amanhã, os três Senadores por Alagoas visitaremos algumas cidades que passam por uma situação mais dramática no interior do Estado. Não é uma situação nova. Vamos porque nos sentiremos na obrigação de fazê-lo. É evidente que vou muito ao sertão, porque é a minha região, a região onde nasci. Sei que o problema de Alagoas não se restringe ao sertão. O problema da Zona da Mata é gravíssimo, e temos também o problema do Agreste e do Baixo São Francisco, mas a região do sertão consegue estar numa situação pior. Às vezes, ficamos até constrangidos em ir até lá, como se estivéssemos indo conhecer uma determinada realidade que já não conhecêssemos – as condições meteorológicas já alertavam para o fato, e é a realidade concreta que nós entendemos. O que havia no Governo passado é o mesmo que ocorre no atual Governo.

Se há uma enchente no Nordeste, como inclusive aconteceu, com destruição de casas, de barragens, de açudes e adutoras no Estado de Alagoas, vão pra lá Governador, Parlamentar, Ministro, Presidente, fazem de conta que choram, tiram fotografias, fazem manipulação política e demagogia com o povo e, depois, zero. Não se faz absolutamente nada.

Senador Paulo Paim, visitaremos a região do sertão de Alagoas. Sempre digo que o fato de Deus ter colocado lá o rio São Francisco – mais de 70% do rio São Francisco são incrustados no semi-árido – parece justamente uma bofetada na maldita oligarquia nordestina, para mostrar que não se trata de um problema da natureza. A inteligência das mulheres e dos homens produziu alta e barata tecnologia para garantir o abastecimento de água e projetos de irrigação. Há as experiências concretas e objetivas que tantas vezes o Senador Alberto Silva apresentou aqui, assim como a Cáritas, que faz projetos concretos para a acumulação de água ou o simples gotejamento. Enfim, alta tecnologia para que, com pouca água, se possibilitem alternativas de projetos de irrigação, abastecimento humano e animal e, portanto, dinamização da economia local, geração de emprego e renda e produção de alimentos.

Portanto, não se fazem necessários uma fórmula mágica, um projeto faraônico ou grandes idéias. Tantos projetos já foram produzidos e acumulados. Todo governante tem uma verdadeira tara por grandes obras e por obras de fachada. Aí, muito do que existe hoje acumulado no setor público – o Senador Garibaldi sabe disso –, de projetos concretos, objetivos, de baixo custo, para o Nordeste, é algo de que qualquer Presidente

da República deveria se envergonhar; ou ter vergonha na cara e não precisar de Deus.

Esta é outra coisa que ninguém agüenta, principalmente, nós, nordestinos: esse negócio de reivindicar aos santos. Que os povos indígenas façam o toré é uma coisa diferente.

O Fernando Henrique esperava por São Pedro; aliás, culpou São Pedro pela crise do setor elétrico. Agora, o Lula espera São José. É evidente que os santos do céu devem estar dizendo: cuidem-se vocês aí, porque a responsabilidade e obrigação é de vocês. Deixem-nos em paz com esse tipo de demagogia.

O mais doloroso é que muitas das populações dos Municípios mais pobres do Estado de Alagoas, que vivem nas favelas dos assentamentos rurais da reforma agrária, Senadores Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho, estão a três, quatro, dez quilômetros do rio São Francisco. E não têm água para beber, para dar aos seus poucos animais quando os têm, para produzir alimento e para alimentar os seus filhos!

Por isso, não aceitamos mais ouvir essa cantilena que teve início no primeiro Governo do Fernando Henrique, continuando no segundo. Aliás, só foi paralisada, não se dando continuidade ao tal Projeto de Transposição do São Francisco – sei que o Senador Garibaldi tem uma posição diferente da minha em relação a isso – porque houve a crise do setor elétrico. Então, não foi para frente porque não podia realmente ser.

De lá para cá, a situação do Nordeste continua absolutamente igual. Não houve investimento em captação de águas, não houve investimento nas adutoras. Não houve sequer a recuperação de adutoras que foram destruídas pelas enchentes ou que precisam ser recuperadas; não houve construção de novas adutoras, nem o aproveitamento das águas, subterrâneas ou de superfície, que existem no Nordeste; não houve nenhum projeto de alta tecnologia e com pouco uso de água para projetos de irrigação. Nada!

E aí continua essa velha discussão quando, efetivamente, não existe absolutamente nada no Estado de Alagoas, assim como nos outros Estados do Nordeste, infelizmente, também não existe.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Garibaldi. Sei que quando se fala no rio São Francisco a gente se divide, mas não tem problema.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Estava concordando integralmente com o discurso de V. Ex^a, mas não é o São Francisco que me traz aqui. Um grande investimento foi realizado em adutoras no Rio Grande do Norte.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Chegamos a fazer mil quilômetros de adutoras. Isso contou com o apoio do Governo Federal, com o apoio do Presidente Fernando Henrique. Fizemos duas grandes barragens. Quero registrar esses avanços. Sei que V. Ex^a está imbuída da melhor boa-fé e está fazendo um discurso com o qual concordo quase integralmente. No entanto, penso que, aqui e acolá, podemos registrar alguns avanços. Trouxe, portanto, esses para incorporar, se V. Ex^a permitir, ao seu discurso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tenha dúvida de que os incorporo. Então, se os avanços foram para o Estado de V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... os amigos do Nordeste, com certeza, vão ter que dar mais satisfação ao povo de Alagoas, porque para Alagoas nada!

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, estamos aqui fazendo um apelo ao Governo Federal no sentido de que sejam estabelecidos os projetos de infraestrutura necessários para Alagoas, especialmente para o sertão. Isso significa projetos de irrigação, de abastecimento de água humana e animal, a recuperação e a construção das adutoras, os açudes, tudo aquilo que qualquer pessoa de bom senso sabe que, com pouco dinheiro, mas que, com muita vontade política, é necessário que se faça. Isso é urgente para o Estado de Alagoas em função da dor, da fome, da miséria e do sofrimento da grande maioria da população alagoana.

O poder político e a sociedade de uma forma geral, muitas vezes, quando aparece aquela criança cadavérica na televisão, se aparecer num jornal de grande divulgação na televisão, muita gente se sensibiliza, e os Parlamentares vêm aqui e fazem um discurso. Depois, a mecânica da vida, como dizia Fernando Pessoa, se encarrega de fazê-los esquecer. Infelizmente, porém, essas pessoas não têm o direito nem o privilégio de esquecer, porque o seu cotidiano é de tanto sofrimento e miséria, que elas precisam da ação concreta dos governos e não podem esperar. Um país que disponibiliza

tanto dinheiro para encher a pança dos banqueiros não tem o direito, não tem autoridade – qualquer que seja o presidente, tendo na lapela o tucaninho ou a estrelinha vermelha – para dizer que não tem dinheiro, que não tem recursos para fazer investimentos, quer seja no sertão pobre das minhas Alagoas quer seja na periferia de qualquer cidade deste País.

Portanto, fica mais uma vez o apelo para que os recursos sejam disponibilizados, para que liberem as emendas. Quem quiser, pode usar as minhas emendas para fazer demagogia, podem ir todos, parlamentares ou quem quer que seja. Não me importo, não tem problema algum. Agora, por favor, liberem os recursos para que as pessoas possam melhorar o seu cotidiano, a sua vida, e minimizar sua dor e seu sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de agradecer tanto a Senadora Heloísa Helena como o Senador Garibaldi Alves Filho pela solidariedade manifestada relativamente à situação do nosso Rio Grande do Sul. Sem sombra de dúvida, as experiências de S. Ex^{as} serão muito bem-vindas – refiro-me à irrigação, às bacias, barragens e aos poços artesianos. Espero que possam se concretizar. Agradeço em nome do povo gaúcho.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer o seguinte. Logo no início da sessão, fiz um pronunciamento acerca da administração da Petrobras e, logo após havê-lo concluído, recebi um telefonema de seu presidente, o Senador José Eduardo Dutra, para retificar algo que eu havia dito.

Eu havia anunciado que S. Ex^a viria aqui no dia 22 para falar sobre questões relativas à empresa que dirige, inclusive as que citei aqui. S. Ex^a disse-me que, tendo em vista um problema de agenda, foi antecipada a sua vinda para a próxima semana, provavelmente para terça-feira às 11h.

Esclareço para todos os Senadores e para os interessados que ele virá dar os esclarecimentos na terça-feira às 11h na Comissão de Assuntos Econômicos.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pelos esclarecimentos. Naturalmente, será muito bem-vindo o nosso ex-Senador José Eduardo Dutra para participar desse debate.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Já que o Senador José Eduardo Dutra está assistindo à sessão, quero aproveitar, tanto eu quanto a Senadora Heloísa Helena, para mandar-lhe um abraço aqui do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Almeida Lima, Valmir Amaral e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “O discurso atravessado”. Este é o título do artigo, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank S/A, Alcides Amaral, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 7 de março do corrente.

O artigo utiliza “O discurso atravessado” feito pelo Presidente Lula no Espírito Santo, para fazer algumas observações sobre a gravidade do fato e principalmente para fazer um alerta sobre os riscos que o país enfrenta diante de tantas situações semelhantes. Nesse contexto, Alcides sugere que o presidente fale sim, mas em pronunciamentos relevantes, quando houver algo importante a dizer. E que despache mais, cobre mais de seus ministros, não esqueça que o Brasil deve ser preservado para que o clima político esteja sobre controle para o equilíbrio da economia.

Ele finaliza dizendo: “É hora, pois, de o PT sair do palanque e começar, de fato, a governar.”

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento. Com isso, os historiadores terão elementos para, futuramente, avaliar o desempenho do Governo Lula.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor: Roberto Marinho
 Diretora Executiva: Celso Scatena Filho; Elv. Góes; Sandra Vaia

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-2

VENDAS DE ASSINATURAS
 Capital: 3855-9000
 Demais localidades: (0800) 4-9000

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LECTOR
 3856 5400
 lynncom@estado.com.br

O discurso atravessado

Alcides Amaral

Lembra a gota d'água tivesse caído na cabeça de dez das dez Juntas, no Espírito Santo, e a denúncia venha exaustiva, então explorando o assunto, não posso deixar, com todo o respeito, de fazer algumas observações sobre a continência e a veracidade de algumas manufaturas e eventuais implicações. Quando, de camisa branca colada ao corpo pelo suor, o presidente Lula afirmou que "tito companheiro veio prestar contas" e lhe confessor que "nossa instituição está quebrada", pois "o processo de corrupção que aconteceu antes de nós foi muito grande", determinando, a seguir, que o companheiro fechasse a boca e que a denúncia ficasse entre eles, não imaginou a repercussão que sua fala viria a ter. Certamente acreditava estar apenas tendo uma conversa com "companheiros" e que o "discurso atravessado" — como o orôrio Lula o definiu no dia seguinte — passaria ao esquecimento. Ledo engano.

QUEM VIU LULA PELA TV TEM A CERTEZA DE QUE ELE SABIA BEM O QUE ESTAVA DIZENDO

As denúncias foram graves e, se verdadeiras, deveriam ter merecido ação imediata do presidente da República, de quem se espera que mande apurar os fatos e não calar-se por conveniência. Sua interação com a imprensa na última semana, em Montevideu, "um dia vou perguntar à imprensa o que ela achou da repercussão que o discurso do assunto", retrucando aos assédios dos jornalistas, demonstra que, felizmente, seus improvisos não são devidamente pensados. O excesso de pronunciamentos ora com "tranquilizantes", como aquele que levou o senador Jefferson Peres (PDT-AM) a reagir afirmando na tribuna do Senado, "O fato é tão grave que, de seu- bem-me-a-franqueza, eu sempre muito franco, quise que o presidente estivesse sério".

Discurso do senador, pois quem viu o presidente Lula pela televisão tem a certeza de que ele sabia bem o que estava dizendo, só não imaginava que sua platéia não fosse restrita a "companheiros". Por essa razão, a reação da "tropa de choque" do PT, querendo justificar o injustificável — "não foi bem assim", "não foi isso que ele quis dizer", etc. —, sua manufatura. É bom que essas "lições" também que o Brasil não é formado por 180 milhões de iribecos que não têm capacidade de ver, ler e ouvir. O presidente Lula foi traído pelo que mais gosta de fazer, fa-

lar em público, e aí é que mora o perigo.

Tivesse sido essa a sua primeira manifestação "atravessada", tudo bem, todos têm o direito de errar. Mas quem fala para os "companheiros" e, por tabela, para toda a população brasileira, quase uma vez por dia, corre riscos desnecessários. Assim foi quando deixou escapar o plano de poder do PT — pretende ficar no governo por uns 20 anos —, ao declarar: "Eni agora no Cebão aprendi como é que um presidente consegue ficar 37 anos no poder e ainda se candidatar à reeleição." É mais recentemente, para enaltecer os seus méritos como presidente, declarou: "Em 2003, vocês acompanharam o sofrimento. Pegamos a casa depois de um vendaval como aquele que deu na Ásia e tivemos que consertar" (isto é, o governo do PT conseguiu domar o "tsunami", que ele mesmo criou).

Aprendi ao longo da minha vida profissional, lidando com experientes profissionais de marketing e comunicação, que o "numero 1" das grandes corporações, e o Brasil é a maior delas, deve ser preservado. Que venha a público esporadicamente, com declarações e pronunciamentos relevantes. O dia-a-dia fica para seus subordinados, cada um na sua área de atuação.

Nesse contexto, o que se espera do presidente da República é que ele se comunique, sim, com seu povo quando tem algo importante a dizer. Que, entretanto, gaste boa parte do seu tempo despachando e cobrando resultados dos seus ministros. Que mantenha diálogo próximo com as lideranças do Congresso Nacional para melhor encaminhar os assuntos de interesse da Nação. Que intervenha, com sua liderança e autoridade, sempre que necessário para recolocar o País nos trilhos, e não para criar crises como a atual, precipitada por puro descontrole verbal.

O que surpreende a muitos é que, apesar das derrotas políticas do governo (em especial a eleição do deputado federal Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara), o prestígio do presidente Lula continua alto entre os brasileiros e os mercados permanecem tranquilos. Mas tudo tem explicação.

A aceitação do presidente Lula continua alta porque o que o povo quer e trabalhar. A economia está crescendo e mais de 2,5 milhões de postos de trabalho foram criados em 2004. Enquanto essa for a realidade do nosso país, tudo bem. As crises passarão ao largo da opinião pública.

Os mercados, por sua vez, continuam comportados graças ao abrangente "cupem",

que, ao fazer das nossas taxas de juros as mais altas do mundo, continua atraindo expressivo volume de recursos do exterior. São capitais de curto prazo, que vêm em busca de lucro fácil e fazem com que o dólar fique comportado, a Bolsa de Valores de bons retornos e o risco Brasil permaneça em baixa. Essa é, entretanto, uma situação que se pode prolongar por mais tempo, enquanto o cenário fornecer oportunidades de arrochagem aqui, no Brasil. Mas, não sejamos ingênuos, vai terminar no dia em que o dinheiro aplicado lá fora der rendimentos adequados. E, quando tal acontecer, é importante que o clima político aqui, no Brasil, esteja sob controle, caso contrário, os mercados não nos irão perdoar.

É hora, pois, de o PT sair do palanque e começar, de fato, a governar.

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S/A, é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada* (Editora Cultura). E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, em 6 de março de 2005, sob o título de “Quem fala demais dá bom dia a cavalo”.

Em seu artigo o advogado e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Correa, afirma que, ficou “perplexo, envergonhado e mais uma vez, decepcionado”, ao ouvir o discurso pronunciado pelo presidente da República no Espírito Santo. O autor diz ainda que “Ter um presidente da República que sabe da existência de crimes de corrupção e, mesmo tendo conhecimento deles, silencia e ainda ordena ao seu

interlocutor – um servidor público subalterno – que também se cale... é de fato algo mais do que deplorável”. Maurício Correa analisa a conduta do presidente e admite a incidência no crime de prevaricação e no crime de responsabilidade.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Quem fala demais dá bom-dia a cavalo

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Na sexta-feira atrasada, quando ouvi o discurso do presidente da República pronunciado no Espírito Santo e transmitido pela televisão, quase me afundi no sofá. Suas palavras deixaram-me perplexo, envergonhado e, mais uma vez, decepcionado. Pasmem! Ter um presidente da República que sabe da existência de crimes de corrupção e, mesmo tendo conhecimento deles, silencia e ainda ordena ao seu interlocutor — um servidor público subalterno — que também sobre eles se cale em nome não se sabe de quais valores, é de fato algo mais do que deplorável.

Ora, tudo isso é dolorosamente preocupante e lamentável, partindo o gesto exatamente do mais alto mandatário da nação, que deveria ser o primeiro a agir em respeito à Constituição e às leis que jurou defender.

De todos os presidentes da República temporâneos da televisão não me lembro de outro que goste mais de se ver na mídia do que o atual. Santo Deus! Ninguém aguenta mais. Isso me faz lembrar de meu avô, que gostava de dizer que quem fala demais dá bom-dia a cavalo. Todas as vezes que se assusta com os despautérios da ressaca dos excessos verbais, o presidente se contém ou emudece. É quando nos libertamos da costureira e enjoativa cantilena exibida nas enurradas de aparições. Depois de passada a borrasca, vai voltar com o mesmo fervor e, como sempre, com a corda toda.

Inverta-se a situação. Se o discurso, com todo o seu bisonho conteúdo, tivesse sido pronunciado, por exemplo, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, qual teria sido o comportamento dos correligionários do presidente? Sem dúvida, teria sido o mesmo caracterizado pelas dezenas de representações dirigidas à Câmara dos Deputados e subscri-

tas por deputados petistas sobre fatos infinitamente bem menos relevantes que o presidencial discurso capixaba — todos visando à apuração de crimes de responsabilidade.

Recomposto em parte do sobressalto, logo pensei que tal conduta no mínimo poderia ser enquadrada na regra do artigo 319 do Código Penal, que define o crime de prevaricação. Consiste esse delito em sancionar quem retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, sujeito o infrator a pena de detenção de três meses a um ano e multa. Seria essa, em tese, a incriminação do presidente, que tem direito a foro especial do Supremo Tribunal Federal, onde é processado e julgado nos crimes comuns, nos termos do inciso I, alínea b, do artigo 102 da Constituição Federal.

Além da incidência desse delito de natureza comum, que é disciplinado em normas penais, seria passível o chefe da nação responder, igualmente, por crime de responsabilidade, que são aqueles praticados por agentes investidos em funções públicas por atos incompatíveis com o decoro e a regularidade das atividades do cargo que exercem. Nesse caso, seria o presidente processado e julgado pelo Senado Federal, na forma prevista no inciso I, do artigo 52 da Constituição Federal, após haver sido recebida representação encaminhada à Câmara dos Deputados.

Tem, entretanto, a parte ofendida, o direito de pedir explicações acerca dos fatos tidos como ofensivos, o que se faz por meio de interpelação judicial ao autor da ofensa, na forma do que prevê o artigo 144 do CP. Claro que tudo isso não vai resultar em coisa nenhuma. A interpelação que foi distribuída ao Supremo Tribunal Federal, para que o presidente confirme ou negue o que disse, poderá permitir aos seus advogados a formulação de uma resposta evasiva, que deverá até pôr termo ao caso, isso se tal

procedimento tiver viabilidade técnica.

Se, apenas para argumentar, a interpelação tiver curso — no que não acredito —, e a resposta contiver subsídios que confirmem o que foi dito na fala presidencial — e, afinal, sejam dados nomes aos bois, só assim chegar-se-ia à ação penal. Como a instrução de feito dessa natureza é demorada, é quase certo que não teria condições de ser julgado no presente mandato presidencial.

Deixemos de lado os aspectos jurídicos da questão e examinemos outro. Toda aquela tolerância que se deu ao presidente, levando em conta suas origens, já se esauriu. Agora já não é mais o torneiro-mecânico ou o líder sindicalista do ABC paulista que galgou o mais alto cargo na vida pública nacional. Trata-se do chefe do Poder Executivo, que após uma longa trajetória na luta sindical e em disputas eleitorais — quatro como candidato à Presidência da República e uma a deputado federal —, comanda os destinos do país.

Nesse já longo périplo, teve oportunidade de escolarizar-se com a ajuda de excelentes assessores e correligionários, inclusive muito aprendendo nas constantes viagens feitas ao exterior. Tanto que delas fez na Presidência da República sua principal meta de governo. Com todo esse aprendizado e experiência, já devia ter se conscientizado de que, quando fala, é o presidente da República quem está falando em nome de um país da magnitude do nosso. E não um zé-ninguém sem eira nem beira.

O discurso do presidente da República, com a gravidade de seu conteúdo, não pode ser levado à conta de insuficiente escolaridade. Deve, sim, ser levado à conta de uma triste e consciente falta de exação no cumprimento do dever. De resto, a recusa em pedir desculpas do disparate cometido sugere a inexistência de um nobre atributo inerente aos homens de bem e que se realiza no sentimento de grandeza.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 2 de março comemoramos o Dia Nacional do Turismo, e festejamos, também, a evolução do setor. Contudo o dia passou sem programação ou manifestação de relevo em todo o País. Foi muito discreto perante o gigantismo de sua força econômica.

É de se reafirmar que hoje, mais do que uma sofisticada atividade de prestação de serviços, o turismo é um meganegócio. Ele responde por mais de 10% do PIB mundial (cerca de US\$3,4 trilhões), gera mais de 200 milhões de empregos e atinge outras centenas de milhões de pessoas, e estende seu impacto também à área social, política e cultural.

Em vários países, longe de representar um setor periférico, o turismo desempenha papel prioritário no desenvolvimento econômico. Podemos fazer o mesmo no Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, num País com crise de desemprego, ainda que gradativamente venha diminuindo, associada às históricas desigualdades sociais e regionais, chega a ser uma afronta à população a displicência com que alguns setores tem tratado o setor do turismo.

Por outro lado temos o Plano Nacional do Turismo e seus resultados mereceram destaque de parte do Governo ou da mídia neste 2 de março. A Rede Globo de Televisão, através do Jornal Nacional, veiculou notícia, dando conta da importante elevação do número de passageiros estrangeiros que desembarcaram no Brasil em janeiro deste ano, em relação a janeiro de 2004.

Festejou-se o crescimento da entrada de divisas, o saldo positivo da conta turismo – menor gasto dos brasileiros no exterior em comparação com os gastos dos estrangeiros no Brasil. Enfim, como se vê, nesta data nacional do turismo, vemos o avanço protagonizado graças à boa atuação do Ministério do Turismo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério divulgou dados sobre o setor que indicam avanços na transformação do turismo em atividade econômica de primeira linha no País. Já não era sem tempo!

Há muito deveríamos encarar a atividade turística como uma das mais importantes alavancas do desenvolvimento nacional. Países com menores trunfos do que os nossos detêm índices de rendimento com o turismo muito maiores do que o Brasil. Temos de mudar esse quadro! E com urgência!

Um dado positivo, Sr. Presidente, é que seis segmentos que integram o setor de turismo no País encerraram com otimismo o ano de 2004, confirmando previsões anteriores de crescimento. Empresários de operadoras, agências, hotelaria, restaurantes, eventos e turismo receptivo (passeios turísticos) apostam em expansão também no primeiro semestre deste ano. É o que revela a quinta edi-

ção do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, uma pesquisa do Ministério do Turismo e da Embratur, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Boletim de Desempenho Econômico do Turismo é uma publicação trimestral sobre as expectativas e realizações do setor. Nesta edição foram ouvidas 911 empresas dos seis segmentos, em 25 estados e no Distrito Federal, entre os dias 6 de janeiro e 4 de fevereiro deste ano. As informações refletem os negócios dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2004. No período de 12 meses, as empresas pesquisadas obtiveram faturamento de cerca de 2,3 bilhões de reais. E encerraram o ano com 32 mil 503 postos de trabalho.

De acordo com a pesquisa, 79% dos empresários entrevistados no setor de operadoras acreditam que haverá um crescimento médio de 21% nas vendas do primeiro semestre de 2005. E 99% acham que vão faturar, neste ano, mais do que em 2004. Que os deuses digam amém, como diz o adágio popular.

Outro segmento otimista é o de agências de viagens. Para 56% dos pesquisados, haverá um aumento de 19% nas vendas dos primeiros seis meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2004. Mas um percentual ainda maior (73%) tem expectativa de aumentar o faturamento em 2005.

No segmento de turismo receptivo é bastante considerável o índice dos que acreditam em crescimento em 2005. Dos pesquisados, 97% esperam um aumento médio de 9% no primeiro semestre, e 90% acreditam num faturamento maior do que o de 2004.

Os empresários de restaurantes também têm expectativas positivas: 74% esperam aumentar o faturamento, e 59% estimam um crescimento médio de 15,7% nos negócios do primeiro semestre.

O segmento de hotelaria estima em 14% o índice médio de crescimento nos primeiros meses de 2005, de acordo com 69% dos empresários consultados. Pelo segundo semestre consecutivo, esse segmento do turismo registrou aumento no total de quartos reservados, de acordo com 71% dos entrevistados.

Os organizadores de eventos acreditam (40% dos pesquisados) que haverá um incremento de 16% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2004. E 84% deles esperam aumentar o faturamento em 2005.

Sr^{as} e Srs. Senadores, perguntados se contrataram funcionários, os empresários de cinco dos seis segmentos responderam que houve aumento no total de postos de trabalho. Apenas o setor de eventos manteve-se estável no nível de emprego, nos últimos três meses do ano passado.

Os restaurantes, que haviam registrado um trimestre de redução de empregos, voltaram a contratar: 41%

dos entrevistados confirmaram ampliação do nível de emprego, contra 10% no mesmo período de 2003.

No turismo receptivo, 40% aumentaram o quadro de pessoal. Mais ainda: 85% esperam aumentar postos de trabalho no primeiro trimestre deste ano.

No quarto trimestre de 2004 foram confirmadas as expansões de vendas nas agências de viagens para 67% do mercado consultado. E para as operadoras de turismo, o otimismo é semelhante, como indica o saldo de respostas (diferença entre as observações de aumento e de queda das vendas) de 44%. Os negócios estão em expansão para 77% do mercado. É importante observar que, no começo de outubro de 2004, apenas 59% acreditavam nesse crescimento. No turismo receptivo, 87% indicaram expansão nas vendas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de reproduzir-lhes, quase que **ipsis literis**, os dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Meu objetivo foi demonstrar a capacidade empreendedora da sociedade brasileira. I

Se não temos os milênios de história do continente europeu, temos os trunfos da maior biodiversidade do planeta e de uma enorme riqueza pré-histórica, que agora começam a ser divulgados e valorizados. Ou seja, Sr. Presidente, não somos um país de desolação! Somos, isto sim, um enorme parque favorável ao desenvolvimento do turismo em larga escala.

Não basta, Sr. Presidente, formular metas a alcançar. É preciso trabalhar nos meios que permitam alcançá-las. Ao Estado, por exemplo, cabe fornecer a infra-estrutura necessária à realização do turismo: estradas, saneamento, urbanização, aeroportos, transporte urbano e interurbano, segurança, e assim por diante. Por ações diretas ou por parcerias com o setor privado, pouco importa. E vem demonstrando que está capacitado a ajudar o setor.

Ao empresariado, ao qual não falta motivação para trabalhar, cabe criar os sistemas de acolhimento dos turistas, como hotéis, pousadas, e, principalmente, qualificação de mão-de-obra que possa dispensar aos visitantes a assistência que todos desejam e que desfrutam em sítios turísticos já organizados.

Lembre-mos de que 11% da força de trabalho empregada no mundo labuta no segmento do turismo, direta ou indiretamente. Depois da construção civil, esse é um dos setores que mais demandam mão-de-obra na economia moderna. Além disso, provoca efeitos positivos em quase todas as demais áreas da vida de uma sociedade, da economia à cultura.

Sr. Presidente, o Brasil do pantanal, das praias ensolaradas, dos lençóis maranhenses, da hiléia amazônica, da Cidade Maravilhosa não pode ser um destino

marginal no fluxo turístico mundial. Menos ainda ser um país apenas para turismo externo. Devemos nos tornar pólo preferencial de destino dos estrangeiros. Mas devemos incrementar, também e muito, o movimento interno de turismo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eliminar as distorções que fazem ser mais barato a um brasileiro ir a destinos estrangeiros do que ir a Fortaleza ou a Natal deve ser um objetivo prioritário do Brasil. Só quando soubermos incentivar também o turismo interno é que estaremos dando o salto para o futuro que desejamos.

O Plano Nacional do Turismo é uma louvável iniciativa do Governo. Quanto mais e melhores resultados produzir, melhor será para o País. Temos, contudo, de resolver os problemas de infra-estrutura que nos entram, pois só assim todo o potencial de geração de emprego e renda do turismo poderá ser aproveitado.

Sr. Presidente, no Dia Nacional do Turismo senti a falta de eventos por todo o Brasil que chamassem a atenção interna e externa para nossos recursos turísticos. É assim que se divulga e se faz crescer esta importante atividade. O exemplo da França, que transformou, em poucos anos, o Dia da Música num evento de repercussão mundial, deveria ser seguido.

Trabalhar sério e duro em turismo pode nos render bons frutos no que ainda parece ser tão-somente uma atividade de lazer no Brasil. E, desta tribuna, parabênizo o excelente trabalho promovido pelo Ministro Mares Guia. Sem dúvida alguma, a melhoria deste setor deve-se a sua competência e visão empreendedora. Parabéns Ministro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 8 de março, representei o Senado Federal no III Fórum Postura Mulher no município de Itumbiara, em Goiás.

O evento, dedicado a comemorar o Dia Internacional da Mulher, reuniu público feminino da Universidade Luterana do Brasil e daquele município.

O tema que me foi proposto para abordar foi A Mulher e a Conquista da Cidadania.

Sabemos que a mulher vem conquistando espaços em todos os setores da sociedade: nas empresas, repartições públicas, na política, nas universidades e até mesmo em números populacionais.

Hoje, o Brasil tem quase 87 milhões de mulheres para pouco mais de 83 milhões de homens.

Essas conquistas, no entanto, ainda são tímidas e muito prejudicadas por outras tantas batalhas que a

mulher tem de enfrentar diariamente, não importando sua condição social.

As pesquisas mostram que as mulheres, apesar de serem maioria no ensino universitário, ainda ocupam posição subalterna na hora de concorrerem a um cargo de chefia.

Igualmente, ao exercerem a mesma função, o salário da mulher é, em média 43% menor do que o do homem.

São desigualdades que precisam ser analisadas e refletidas não apenas num dia tão especial, mas em todos os dias do ano, para que se busquem maneiras de romper esses preconceitos.

Mas nesse momento, gostaria de abordar a conquista feminina do ponto de vista da inserção política, justamente um tema que tem me envolvido muito durante todos os anos de minha atividade legislativa.

Embora ainda seja uma conquista tímida, se comparada com a presença masculina, acredito firmemente que a mulher vem fazendo diferença ao ocupar seu espaço e se fazer presente, seja na esfera do legislativo federal, estadual ou municipal, seja nos três níveis do Executivo.

A maioria das mulheres está mostrando que é possível serem eficientes, propositoras, articuladoras e gerenciadoras, ao mesmo tempo em que se mantêm sensíveis e receptivas aos apelos da sociedade.

Um dos grandes temas que absorveu o Parlamento brasileiro nos dois últimos anos, trazido pela sociedade, foi a questão da violência contra a mulher e contra as crianças e os adolescentes.

A imprensa denunciou fartamente as redes de exploração sexual, o tráfico interno e externo de mulheres, as redes de pedofilia pela Internet, o turismo sexual no Nordeste e a prostituição infantil violentando nossas crianças.

Tão logo as primeiras denúncias surgiram o Congresso Nacional organizou uma das mais importantes Comissões de Inquérito dos últimos anos.

Apesar do reduzido número de mulheres parlamentares – 8 senadoras e 42 deputadas federais, fomos maioria na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e de adolescentes durante 2003 e 2004.

Senadoras e Deputadas, com o apoio de parlamentares homens, enfrentaram quadrilhas organizadas de prostituição infantil e tráfico de menores, que incluíam desde autoridades, políticos e empresários de norte a sul do país.

Muitas vezes sofreram ameaças à sua integridade física, mas não se acovardaram e seu trabalho resultou em profundas alterações no Código Penal Brasileiro,

no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As mudanças vão garantir um rigor maior para os crimes contra a mulher, os menores e os portadores de necessidades especiais.

Um dos pontos do projeto que, a meu ver, merece ser enaltecido foi a eliminação do termo “mulher honesta”, hoje previsto em três artigos do Código Penal.

Este conceito mostrou-se retrógrado e discriminador, despejando sobre as mulheres uma forte carga de preconceito.

Outro ponto bastante meritório do projeto de lei é aquele que determina que os crimes sexuais sejam processados mediante ação penal pública condicionada à representação.

Este ponto do projeto é importante naqueles casos em que a mulher muitas vezes volta atrás no processo pressionada pelo marido ou companheiro e acaba sendo novamente vítima de violência.

Vale também para os casos de estupro ou agressão em que a vítima não quer dar queixa, ou a família é pressionada para silenciar sobre o caso.

Quanto aos crimes sexuais praticados contra menores de dezoito anos e vítimas mentalmente enfermas ou deficientes, a ação será pública incondicionada.

Isso significa que o Ministério Público terá plena legitimidade para promover as ações penais diante das agressões sexuais praticadas contra menores, independentemente da manifestação de seus pais ou representantes legais.

Na mesma linha, o projeto de lei propõe a revogação de dispositivos do Código Penal que extinguem a punibilidade dos crimes sexuais na hipótese de casamento, seja com o agressor, seja com terceiro.

Entendeu-se que o casamento não pode servir de mote à impunidade, não pode ser moeda de troca para que o agente exima-se da responsabilidade penal.

Além disso, o PLS nº 253, a que me referi anteriormente, reconhece o atraso na legislação relativa aos crimes de sedução, corrupção sexual de menores, rapto violento mediante fraude e rapto consensual, criados num contexto social muito diferente dos dias atuais.

No entanto, essas mudanças no Código Penal não teriam valor, se o Código Civil não tivesse também evoluído para assegurar que a mulher tenha seus direitos garantidos.

Embora a realidade diária ainda esteja bem distante daquilo que a legislação preconiza, o certo é que as mulheres têm avançado muito nas últimas décadas para fazer valer o que lutaram tanto para conquistar.

Aprovado em 15 de agosto de 2001, o novo Código Civil Brasileiro está em vigor desde janeiro de 2003.

Dentre as modificações mais importantes realizadas em seu texto estão aquelas que dizem respeito às mulheres e sua igualdade em relação aos homens.

Bom exemplo disso é a substituição da palavra “homem” pelo termo “ser humano”.

Outro ponto importante é aquele em que a lei deixa de considerar a família como sendo apenas a constituída pelo casamento, para abranger as comunidades formadas também pela união estável, ou por qualquer genitor e seus descendentes (por exemplo, mãe solteira), o que ocorreu devido à inovação constitucional de 1988.

Existem, hoje, cerca de trezentas proposições voltadas para os direitos das mulheres em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Essas propostas de lei englobam praticamente todas as reivindicações apresentadas pelas organizações de mulheres e contam com o apoio da bancada feminina no Congresso.

Acredito que estamos no momento de buscar uma nova consciência social não discriminatória no País. Mas esta nova consciência só terá valor se deixar os gabinetes e os meios acadêmicos e for amplamente divulgada, para que as mulheres tomem conhecimento e valorizem o seu significado.

É preciso que a linguagem feminina seja acessível a todas as mulheres, sejam elas universitárias, políticas, empresárias, trabalhadoras assalariadas, domésticas, mães ou mulheres ainda excluídas.

Porque ao iniciarem a falar a mesma linguagem, elas se identificam e irmanam na busca pela construção de uma sociedade onde homens e mulheres podem usufruir dos benefícios da igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi infeliz a declaração do Ministro Humberto Costa a respeito das mortes de

crianças indígenas em Dourados, no Mato Grosso do Sul, Estado que representa o Senador Juvêncio da Fonseca.

O Ministro considerou que as mortes estão dentro do número da normalidade, e completou:

“É claro que uma morte é sempre preocupante e não pode ocorrer. Isso não é justificativa ou explicação, mas não está se caracterizando uma mortandade maior do que nos anos anteriores”.

Infeliz a declaração do Ministro.

Vou passar ao largo, Sr. Presidente, do conceito de normalidade vigente na gestão do Presidente Lula e dessa demonstração de banalização da morte. Creio que não devo me prender à discussão desse conceito, sobretudo destacando essa banalização horrível. Porém, buscarei elementos fornecidos pela minha assessoria, que, acessando dados do Siafi, nos permite comentar causas da morte, por que as mortes ocorrem dessa forma.

No Programa de Saneamento Rural, no qual estão previstas ações, tais como ampliação de ações de saneamento básico em aldeias indígenas e implantação, ampliação ou melhoria dos serviços de saneamento em localidades com população inferior a 2,5 mil habitantes e áreas rurais, de um total autorizado de R\$82.436.404 no Orçamento do ano passado, a porcentagem executada foi de apenas 11,74%.

Portanto, Sr. Presidente, saneamento rural é fundamental para a preservação da saúde, especialmente essas ações nas aldeias indígenas, que têm impacto direto – e aí o Ministro deve refletir – na ocorrência ou não de mortes na população indígena. Contudo, a execução foi de apenas 11,74%. Essa lastimável incapacidade de executar o Orçamento tem, infelizmente, comprometido ações fundamentais do Governo, cuja consequência é muitas vezes trágica.

Na implantação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Piauí, Estado do Senador Heráclito Fortes, de um total autorizado de R\$11 milhões no Orçamento do ano passado, a porcentagem executada foi de 0%. Estou falando em 0% de R\$11 milhões para a implantação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Piauí. Não há discriminação política, pois o governo, no Piauí, é do PT.

No Programa Saneamento Ambiental Urbano, no qual estão previstas ações importantes de apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em Municípios com população superior a 15 mil e 30 mil habitantes, de controle de

qualidade da água para o consumo humano e de apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico em Municípios de até 30 mil habitantes, de um total autorizado de R\$821.118,922 milhões no Orçamento do ano passado, a porcentagem executada foi de apenas 6,53%.

Estamos nos referindo apenas ao fundamental setor de saneamento básico, que é indispensável para a boa qualidade de vida e, sobretudo, para a preservação da saúde da população, partindo da tragédia que significou mortes nas áreas indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Mas, se apenas 6% de execução do que estava previsto no Orçamento nessa área de saneamento ambiental urbano, foi executado, trago outro comparativo.

O Governo gastou mais com o Aerolula, o avião do Presidente Lula, do que investiu em saneamento ambiental urbano durante o ano de 2004.

Segundo dados do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Gastos Federais (Siafi) – são dados oficiais do próprio governo –, foram gastos R\$53,6 milhões com programas de saneamento ambiental urbano em 2004. Já, para o Aerolula, foram desembolsados, só no ano passado – do total todos se lembram, US\$57 milhões –, US\$46,7 milhões. A última cotação do dólar no ano passado, a mais baixa desde junho de 2002, nos permite chegar ao valor correspondente em reais: R\$123,9 milhões. Portanto, 2,3 vezes o total de investimentos em saneamento urbano – mais do que o dobro.

É mais importante o avião, o Aerolula, para o conforto das viagens do Presidente da República, do que a saúde do povo que deveria ser a suprema lei.

Concedo, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, o aparte a V. Ex^a, antes de prosseguir com esses números.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, gostaria de me ater a este ponto que V. Ex^a mencionou, do saneamento nas aldeias indígenas. Na verdade, a política indigenista do País tem sempre priorizado a demarcação de terras. Tanto é que, para uma população de 0,2% de brasileiros que são índios, 12% do território nacional já estão demarcados. Mas, nas aldeias indígenas, o Governo está completamente ausente – diga-se Funai –, e até mesmo terceiriza as ações de saúde para ONGs que, de acordo com a própria Funasa, são verdadeiras maracutaias. Lá, em Rondônia, há dois casos: a Cumpir e a Paca, que desviaram mais de dois milhões cada uma. Então, em vez de o Governo colocar dinheiro na mão dessas ONGs, para elas fazerem farra, melhor seria destinar esses recursos aos Municípios ou aos

Estados para implantação de saneamento básico nas aldeias indígenas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a conhece bem essa situação, pois, além da formação, atua numa região que se defronta com essa questão de maneira contundente.

No Programa “Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue”, de um total autorizado de R\$27 milhões no Orçamento, a porcentagem executada foi de 0% – combate à malária e à dengue, 0% de execução orçamentária. Talvez seja por isso que, nesta reforma ministerial, cogita-se substituir o Ministro da Saúde. Porque não é admissível que esse setor fundamental, essencial mesmo para a vida das pessoas, seja administrado com tamanha incapacidade de gerenciamento. Como se admitir essa lastimável execução orçamentária na área de saúde pública? Creio que isso é da maior gravidade e submete à condenação pública os responsáveis por essa precária gestão.

Saindo da área de saúde...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...e chegando à área do combate à criminalidade, por exemplo, também responsável por muitas mortes neste País, de um total autorizado de R\$205.704.841 no Orçamento do ano passado, a execução foi de 38%.

Num outro programa do Sistema Único de Segurança Pública, a execução foi menos da metade: 48,76%. De R\$250 milhões, R\$121 milhões foram executados.

A mortalidade no trânsito no Brasil supera a do Continente Africano. Contudo, foi 0% a porcentagem executada do Programa “Segurança e Educação de Trânsito” do total de R\$350 mil. Zero por cento de execução.

Saindo dessa área, na área cultural, o Governo executa o Orçamento de forma claudicante. O Programa Livro Aberto, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a me permitiria 15 segundos destes dois minutos?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas concluindo, Senador Mão Santa, porque V. Ex^a ouviu que no Estado do Piauí a execução, numa área fundamental como a de saneamento básico, é zero, e certamente quer se referir a esse fato.

Mas, nesse Programa Livro Aberto, a execução é de 11,4%.

Patrimônio Cultural, outro programa 3,48% é o percentual de execução. Apenas 3,48%!

Agora, surpreende-nos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.Senadores, que, no caso do Programa Nacional de Atividades Nucleares*, de um total de R\$60 milhões autorizados, a execução tenha sido de 57,87%, ou seja, quase 60%. Portanto, em matéria de atividades nucleares, o Governo é mais eficiente do que em matéria de saúde em nosso País. Causa-nos perplexidade o percentual de aplicação de recursos nessa área fundamental que é a saúde.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, gostaria de conceder ao Senador Mão Santa os quinze segundos que solicita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só queria dizer, Senador Tião Viana, que o País o aguarda como Ministro da Saúde. Em 2001, foram gastos em saneamento R\$275 milhões; em 2004, Senador Heráclito Fortes, R\$21 milhões: um décimo! Poderíamos trazer para 2005 as palavras de Afrânio Peixoto, no seu primeiro livro de higiene: “A saúde pública no Brasil é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. É essa a saúde pública e o saneamento que o PT de Lula oferece ao nosso País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluo, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Senador Mão Santa, trazendo a informação da **Folha de S.Paulo** de que a Funasa* gasta com hotelaria e autopeças mais do que com atividade médica e alimentos. Aliás, esse gastos representam apenas 5% do orçamento autorizado.

O Senador Mão Santa tem razão: precisamos de um novo Ministro da saúde.

PETIÇÃO

Autora: Senadora **Heloisa Helena**

Nº 7, de 2003

Ementa: Requer ao Presidente do Senado Federal sejam tomadas as medidas necessárias, tendo em vista a violência física e moral de que foi vítima, no último dia 1º de agosto de 2003, no prédio do INSS, em Brasília–DF.

Despacho Brasília, 12 de fevereiro de 2005
Ref.: Petição nº 7/03 – Senadora Heloisa Helena

O presente expediente faz referência ao requerimento solicitando providências face à violência física e moral de que teria sido vítima a Senadora Heloisa Helena, no dia 1º de agosto de 2003, em prédio do INSS, em Brasília-DF.

A Corregedoria Parlamentar solicitou informações à Direção Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) e foi informada através do ofício nº 628/2004 – DG/DPF e seus anexos.

Do exame das peças referidas constatou-se que os fatos e acontecimentos ocorreram em ambiente tumultuado de uma invasão de prédio público, acontecimento de desdobramentos imprevisíveis e de difícil controle e determinação de possíveis responsabilidades por atos ali praticados. Razão pela qual foi já instaurado Inquérito Policial pelo DPF – IPL 04.350/2003-SR/DPF/DF.

Diante do informado, proponho o arquivamento do presente expediente até que fatos novos impliquem de outra providência. – **Romeu Tuma**, Corregedor.

PETIÇÃO

Autor: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

Nº 1, de 2004.

Ementa: Solicita ao Presidente do Senado Federal a adoção de medidas cabíveis para a defesa de prerrogativas parlamentares e a apuração de fatos que menciona, relacionados ao então Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, Dr. Mário Lúcio de Avelar.

Despacho Brasília, 12 de fevereiro de 2005
Ref.: Petição nº 1/04 – Senador Eduardo Siqueira Campos

O presente expediente, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, versa sobre solicitação de adoção de medidas, para a defesa de prerrogativas parlamentares e apuração de outros ilícitos apontados; todos relacionados à ação do então Procurador da República no Estado do Tocantins, Dr. Mário Lúcio de Avelar.

Peças constantes deste Processado, fls. 38 a 52, positivam que os fatos já se encontram sob o crivo do Judiciário, o que, salvo melhor juízo, torna despicando, pelo menos no momento, a adoção de providências concomitantes por parte da Corregedoria do Senado. Ademais, todas as denúncias encaminhadas à Superintendência da Polícia Federal em Tocantins – relacionadas aos fatos aqui apontados – segundo informação da Superintendência Regional do DPF, não foram levadas em consideração face à carência de materialidade.

Diante dessas considerações, até que fatos novos surjam, proponho o arquivamento do presente expediente. – **Romeu Tuma**, Corregedor.

PETIÇÃO

Autor: Senador **João Capiberibe**

Nº 5, de 2004

Ementa: Requer à Corregedoria Parlamentar as providências necessárias no sentido de investigar a distribuição de material apócrifo nas dependências do Senado Federal.

Despacho Brasília, 12 de fevereiro de 2005.

Ref.: Petição nº 5/04 – Senador João Capiberibe

Versa o presente expediente sobre requerimento formulado pelo Senador João Capiberibe perante a Mesa do Senado, propugnando – providências investigatórias referente à distribuição de “material apócrifo” nas dependências do Senado Federal.

As providências requeridas foram atendidas e, salvo melhor juízo, de forma pronta e efetiva pela Polícia do Senado, conforme nos dá ciência o Relatório de Ocorrência 069/2004, da lavra do Chefe de Serviço, acostado ao presente.

Diante do conteúdo da informação produzida pelo Polícia do Senado, até que fatos novos frutifiquem, proponho o arquivamento do expediente.

PETIÇÃO

Autor: Senador **Romeu Tuma**

Nº 1, de 2005

Ementa: Solicita informações à Polícia federal sobre os fatos divulgados no Jornal **Folha de S. Paulo**, edição do dia 19 de junho de 2004, “que apontou ter a pessoa de Francisco Danúbio Honorato, indiciado em Inquérito Policial na Polícia Federal, por fraude e de ter realizado contatos no Senado Federal visando divulgar um “projeto” denominado “Cesta Básica”.

Despacho Brasília, 12 de fevereiro de 2005

Ref. :OF. nº 4/04-Corregedoria

Diante da informação do Departamento de Polícia Federal (DPF), que esclarece não existir Investigação ou Inquérito Policial sobre supostos contatos de Danúbio Honorato com membros do Senado Federal, Arquivar-se o presente. – **Romeu Tuma**, Corregedor.

Ata da 19ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Shlessarenko,
e dos Srs. Papaléo Paes e Alberto Silva*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

É lida a seguinte:

OF.20/2005/CAE

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, em 8 de março de 2005, o Requerimento nº 07/05-CAE, o qual visa a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito desta Comissão, com a composição de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, que tem o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder local, conforme cópia que segue anexa.

Certo de merecer a atenção de V. Ex^a, agradeço as providências regimentais que determinar a respeito.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005-CAE

Requer a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Requeiro, com base no art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, para opinar sobre matérias de interesse do poder local, tais como:

- i) desenvolvimento econômico-social;
- ii) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais;
- iii) endividamento público;
- iv) política tributária e aplicação de rendas;
- v) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios;
- vi) cooperação técnica e financeira com a União;
- vii) políticas de geração de emprego e renda;
- viii) políticas de ordenamento territorial.

Justificação

Segundo o art. 99 do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Econômicos manifestar-se sobre proposições pertinentes aos aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria, às finanças públicas, às autorizações para operações externas de natureza financeira, aos limites para as dívidas dos entes federativos e às respectivas competências tributárias, entre outros temas.

Pela Constituição Federal (art. 18, § 4º), a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Os critérios que nortearão tais Estudos constituem objeto de lei. Note-se que o texto constitucional não estende essa exigência para os Estados e o Distrito Federal.

Com a superveniência da Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu destaque a definição normativa do que possa ser entendido por viabilidade municipal, particularmente no tocante aos aspectos econômicos e fiscais, de maneira a assegurar uma gestão responsável. Tal demanda exige o acompanhamento contínuo

do contexto econômico e do impacto social das ações a cargo do poder local. Tratando-se de matéria especializada e em contínua evolução, merece a dedicação permanente de uma subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos.

De fato, o Senado Federal consiste na Casa da Federação, em contraponto à Casa do Povo. A criação do Interlegis comprova e reforça esse papel da Câmara Alta. Sendo as esferas político-administrativas brasileiras formadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mostra-se razoável a constituição de uma instância específica, na Casa da Federação, para discutir as matérias atinentes ao poder local. A quantidade de nove membros titulares e de igual número de suplentes para a Subcomissão atende à proporcionalidade de um terço dos integrantes da própria Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesse sentido, as questões de ordem econômico-financeira, vinculadas aos planos e aos programas nacionais, regionais e setoriais previstos pela Constituição, devem ser apreciadas pelo Congresso Nacional e harmonizadas com o plano plurianual. Tais questões permeiam todas as discussões relativas à prestação dos serviços públicos de competência da esfera local, como:

- os programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- os serviços de atendimento à saúde;
- o planejamento e o controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- a proteção do patrimônio histórico-cultural.

Justifica-se, portanto, a instauração da subcomissão permanente, junto à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com a prerrogativa de tratar matérias relacionadas à dimensão econômica e fiscal dos assuntos adstritos à esfera local, no intuito de articulá-los com o planejamento nacional.

Tal iniciativa alinha-se com a preocupação do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, no sentido de prestigiar a posição dos municípios no pacto federativo. O momento é oportuno, dado o recente transcurso das eleições municipais e o início de uma nova legislatura nas municipalidades. Dessa forma, o poder local terá, no Senado Federal, um foro próprio para a discussão e o encaminhamento das suas reivindicações, sem os excessos do localismo ou os arroubos do centralismo.

Assim sendo, conto com o apoio dos Nobres Pares desta Comissão para que se crie o foro especializado e permanente para a discussão dos temas municipais e correlatos.

Sala da Comissão, 14 de março de 2005. – Senador **Luiz Otávio**.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 52ª LEGISLATURA - 2005			
Subcomissão Temporária de Assuntos Municipais			
REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: Titulares e Suplentes - 9			
PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
Bloco Minoria	31	3,49	4
PMDB	22	2,48	2
Bloco Governo	22	2,48	2
PDT	4	0,45	1
P-SOL	1	0,11	
Sem partido	1	0,00	0
TOTAL	80	9	9
Bloco Governo: PT, PSB, PTB, PL e PPS.			
Bloco da Minoria: PFL e PSDB.			
Atualizado em			
09/03/05			

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 96, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio O Povo Ltda., atualmente denominado Empresa Jornalística O Povo S.A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 100, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que a permissão foi originalmente concedida à entidade Rádio O Povo Ltda., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 28, de 1998, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, norma interna disciplinadora do processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 28, de 1998, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Empresa Jornalística O Povo S.A., atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998, a seguinte redação:

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 28, de 1998, a seguinte redação:

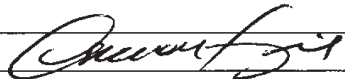
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 22 de junho de 1992, que renova por dez anos, a partir de 8 de junho de 1989, a permissão outorgada à

Empresa Jornalística O Povo S.A., outorgada originalmente à Rádio O Povo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004.

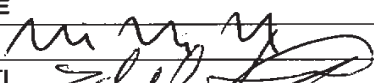
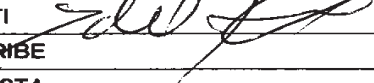
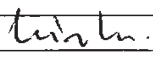
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 028 / 98 NA REUNIÃO DE 30/10/04 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:


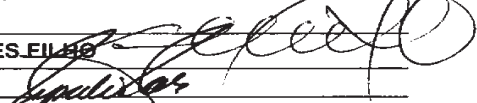





SERV: OSMAR DIAS

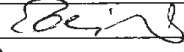
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS 	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI 	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE 	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)

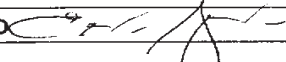
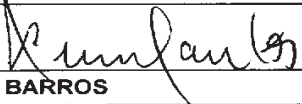
PMDB

HÉLIO COSTA 	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO 
VALDIR RAUPP 	3- PAPALÉO PAES 
GERSON CAMATA 	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO


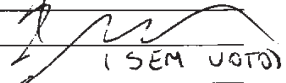
PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO 
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
(VAGO)	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO


PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO 
LUIZ PONTES RELATOR 	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA 	2- JUVÊNCIO DA FONSECA 

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI 	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
--	--------------------------

(SEM VOTO)

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 28/198

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVAITI	X				DELCEÍDIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS					VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE					VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
LUIZ PONTES					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA					JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: SIM: 18 NÃO: 18 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0



SALA DAS REUNIÕES, EM 19/10/2004


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDU AÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - EMENDA AO PDS 28 / 198

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				DEL CIDIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS					VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCÁ				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
LUIZ PONTES	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VANIA				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVENÍCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 03 / 2004

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 28, DE 1998**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 22 de junho de 1992, que renova por dez anos, a partir de 8 de junho de 1989, a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A., outorgada originalmente à Rádio O Povo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004.


Senador Osmar Dias, Presidente


Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
(À Comissão de Educação.)

PARECER Nº 97, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que tem por finalidade, ao alterar o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Uma das maiores faturas geradas pela política econômica implementada nos últimos anos está sendo penosamente paga por imenso contingente da população brasileira. É o aumento do desemprego. De acordo com a pesquisa mensal de emprego do SEADE-DIEESE, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, situando-se em 17,9% da população

economicamente ativa em janeiro de 2002. Comportamento este evidenciado nas demais regiões do Brasil.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que alterou dispositivos da Lei nº 7.998, de 1990, ampliou a concessão do benefício para trabalhadores desempregados por um período máximo variável de três a cinco meses de forma contínua ou alternada.

A Constituição Federal de 1988 determinou que 40% dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP fossem direcionados ao BNDES para financiamento de programas de desenvolvimento econômico (financiamento das Exportações e Geração de Empregos). Os outros sessenta por cento dos recursos daquelas fontes são direcionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os recursos repassados ao Fundo permitem o financiamento de outros programas, quais sejam:

1. pagamento do benefício do seguro-desemprego:
 - a) para atendimento ao trabalhador desempregado;
 - b) para atendimento ao pescador artesanal;
 - c) para atendimento ao trabalhador doméstico.
2. qualificação profissional (SEFOR);
3. intermediação de mão-de-obra (SINE);
4. pagamento do abono salarial PIS-PASEP;
5. programa de geração de emprego e renda (PROGER);
6. programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF); e
7. programa de expansão do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador (PROEMPREGO).

Em 2000, as despesas do FAT foram da ordem de R\$ 10,106 bilhões e R\$ 10,867 bilhões, em 2001 (IGPDI – 31-12-2001, atualizado).

Em 2000, os dispêndios com o Seguro-Desemprego foram da ordem de R\$ 4,090 bilhões e R\$ 4,851 bilhões, em 2001 (atendimento ao trabalhador, bolsa qualificação, pescador artesanal e empregado doméstico). Com o Seguro-Desemprego formal foram

gastos em 2000, R\$ 4,053 bilhões e R\$ 4,053 bilhões, em 2001.

Em 2000, o valor médio do benefício foi de 1,51 salários mínimos, com média de R\$ 951,36 para cada segurado, ou seja, 4,29 parcelas para cada segurado. Em 2001, o valor médio do benefício foi de 1,48 salários mínimos, com média de R\$ 1.008,24 para cada segurado, ou seja, 3,95 parcelas para cada segurado. Assim, na média, a preços atuais, cada nova parcela terá um acréscimo de R\$ 300,00.

Considerando a quantidade de requerentes em 2001, 4.769.000, o acréscimo de mais uma parcela representará à conta do FAT, dispêndio da ordem de R\$119.225.000,00 mensais e R\$1.430.700.000,00 anuais, ou seja, um impacto de 16,24%. Nesse contexto, há que se levar em consideração, também, a possibilidade de aumento do nível de desemprego.

O acréscimo de cinco parcelas implica dispêndio adicional de R\$715.350.000,00 mensais e R\$ 8.584.200.000,00 anual, ou seja, 97,2% a mais, considerando os valores de referência do mês de abril de 2003.

Ademais, se o projeto for aprovado, este ensejaria um acréscimo no número de parcelas diretamente proporcional na concessão da Bolsa Qualificação e no Seguro-Desemprego do empregado doméstico.

Por outro lado, vale lembrar que as despesas do FAT, a partir de 1995, vêm crescendo em uma proporção muito maior do que as receitas e, em consequência, têm ocasionado um déficit primário cada vez maior, além de, a cada ano, apresentar o crescimento devido à correção anual do salário mínimo.

Não vemos, pois, como aumentar o número de parcelas na quantidade proposta, sob a ameaça de comprometer ainda mais o equilíbrio financeiro do FAT, considerando que o Governo Federal, para o exercício de 2003, já tem o grande desafio em relação ao Fundo, qual seja, o de reduzir o seu déficit primário.

Ao mesmo tempo é forçoso reconhecer que o Governo Federal que se instalou em 2003 não tem conseguido levar a bom termo a política do emprego no país e o desemprego vem aumentando em níveis consideráveis.

Assim, após o estudo da matéria entendemos que é necessário haver um acréscimo nas parcelas dentro de um nível que permita ao Codefat administrar o Fundo sem que o trabalhador fique prejudicado. Para tal bastaria a alteração do art. 2º da Lei nº 8.900 de 30

de junho de 1994, passando de “três a cinco meses” para “quatro a seis meses”.

Entretanto o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar Nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal...”, diz:

“IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Ora não é sem razão que o projeto original altera a lei básica que é a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 e assim, para introduzir um período variável de quatro a seis meses nesta Lei, recorreremos ao substitutivo incorporando a ela o texto da Lei nº 8.900 de 30 de novembro de 1994 já citada, que trata das condições em que a concessão do seguro desemprego se dará na variação pretendida.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da proposição na forma do substitutivo que ora apresento:

EMENDA Nº – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002

Altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a à conceder ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja a duração será definida pelo Codefat.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – seis parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o caput poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.” (NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de março de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54 DE 2002- DECISÃO TERMINATIVA

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/07/2004, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA	
RELATORA: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) <i>Ana Júlia Carepa</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
IDELI SALVATTI (PT)	2- FERNANDO BEZERRA (PTB) <i>Fernando Bezerra</i>
FÁTIMA CLEIDE (PT) <i>Fátima Cleide</i>	3- TIÃO VIANA (PT) <i>Tião Viana</i>
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)
A. MON FREITAS (PL) <i>Ammon Freitas</i>	6- VAGO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	7- SERYS SLHESSARENKO (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA	1- GARIBALDI ALVES FILHO
LEOMAR QUINTANILHA	2- HÉLIO COSTA
MAGUITO VILELA	3- VAGO
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
RAMEZ TEBET	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA - LICENCIADO
PFL TITULARES	PFL SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
JOSÉ AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
PAULO OCTÁVIO	4- EFRAIM MORAIS
MARIA DO CARMO ALVES - AFASTADA	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	1- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>	2- LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
TEOTÔNIO VILELA <i>Teotônio Vilela</i>	3- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
ANTERO PAES DE BARROS <i>Antero Paes de Barros</i>	4- ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	5- MARCOS GUERRA <i>Marcos Guerra</i>
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	2- VAGO
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>	1- MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>

Substitutivo ao PLS Nº 22

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

Titulares - PMDB	Titulares - PFL	Titulares - PPSD	Titulares - PT	Titulares - PTB	Titulares - PSB	Titulares - PSDB	Suplentes - PMDB	Suplentes - PFL	Suplentes - PPSD	Suplentes - PT	Suplentes - PTB	Suplentes - PSB	Suplentes - PSDB
ANA JÚLIA CAREPA (PT)			X				1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)						
IDELI SALVAITH (PT)			X				2- FERNANDO BEZERRA (PTB)						
FÁTIMA CLEIDE (PT)			X				3- TIÃO VIANA (PT)				X		
FLÁVIO ARNS (PT)			X				4- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)						
SIBÁ MACHADO (PT)			X				5- DUCIOMAR COSTA (PTB)						
AELTON FREITAS (PL)			X				6- VAGO						
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)			X				7- SERY S SHESSARENKO (PT)						
DELCIDIO AMARAL (PT)			X				8- VAGO						
TITULARES - PMDB	TITULARES - PFL	TITULARES - PPSD	TITULARES - PT	TITULARES - PTB	TITULARES - PSB	TITULARES - PSDB	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PFL	SUPLENTE - PPSD	SUPLENTE - PT	SUPLENTE - PTB	SUPLENTE - PSB	SUPLENTE - PSDB
MÃO SANTA							1- GARIBALDI ALVES FILHO						
LEOMAR QUINTANILHA							2- HÉLIO COSTA						
MAGUITO VILELA							3- VAGO						
SÉRGIO CABRAL							4- JOSÉ MARANHÃO						
NEY SUASSUNA							5- PEDRO SIMON			X			
RAMEZ TEBET							6- ROMERO JUCA						
PAPALÉO PAES							7- GERSON CAMATA - LICENCIADO						
TITULARES - PFL	TITULARES - PPSD	TITULARES - PT	TITULARES - PTB	TITULARES - PSB	TITULARES - PSDB	TITULARES - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PFL	SUPLENTE - PPSD	SUPLENTE - PT	SUPLENTE - PTB	SUPLENTE - PSB	SUPLENTE - PSDB
EDISON LOBÃO							1- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES						
JONAS PINHEIRO							2- CÉSAR BORGES						
JOSÉ AGRIPINO							3- DEMÓSTENES TORRES						
PAULO OCTAVIO							4- EFRAIM MORAIS						
MARIA DO CARMO ALVES - AFASTADA							5- JORGE BORNHAUSEN						
ROSEANA SARNEY							6- JOÃO RIBEIRO						
TITULARES - PPSD	TITULARES - PT	TITULARES - PTB	TITULARES - PSB	TITULARES - PSDB	TITULARES - PMDB	TITULARES - PFL	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PFL	SUPLENTE - PPSD	SUPLENTE - PT	SUPLENTE - PTB	SUPLENTE - PSB	SUPLENTE - PSDB
EDUARDO AZEREDO - RELATOR							1- TASSO JEREISSATI						
LÚCIA VÂNIA - PRESIDENTE							2- LEONEL PAVAN			X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO							3- SÉRGIO GUERRA			X			
ANTERO PAES DE BARROS							4- ARTHUR VIRGÍLIO						
REGINALDO DUARTE							5- MARCOS GUERRA						
TITULARES - PT	TITULARES - PTB	TITULARES - PSB	TITULARES - PSDB	TITULARES - PMDB	TITULARES - PFL	TITULARES - PPSD	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PFL	SUPLENTE - PPSD	SUPLENTE - PT	SUPLENTE - PTB	SUPLENTE - PSB	SUPLENTE - PSDB
AUGUSTO BOTELHO							1- OSMAR DIAS						
JUVÊNCIO DA FONSECA							2- VAGO						
TITULARES - PPS	TITULARES - PSD	TITULARES - PSDB	TITULARES - PT	TITULARES - PTB	TITULARES - PSB	TITULARES - PSDB	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PFL	SUPLENTE - PPSD	SUPLENTE - PT	SUPLENTE - PTB	SUPLENTE - PSB	SUPLENTE - PSDB
PATRICIA SABOYA GOMES - RELATORA							1- MOZARILDO CAVALCANTI						

TOTAL: 15 SIM: 9 NÃO: 5 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 21/7/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Lúcia Vânia
SENADORA LÚCIA VÂNIA
PRESIDENTE

EMENDA APRESENTADA PERANTE A
COMISSÃO, NO TURNO SUPLEMENTAR, AO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 54, DE 2002

Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, deforma a conceder ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

Acrescenta ao art. 4º da Lei nº 7.998/90 o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se os demais parágrafos do art. 1º do substitutivo:

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º A sexta parcela do benefício do seguro-desemprego somente será concedido mediante autorização do Codefat.

Justificação

Devido ao amplo espectro de atribuições relacionadas ao FAT e de sua natureza anti-cíclica, toda proposta de aumento do número de parcelas do benefício do seguro-desemprego deverá ser submetido à autorização do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), tendo em vista o aumento da pressão sobre os recursos do Fundo nos momentos de desaceleração econômica.

Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

PARECER Nº 97, DE 2005

Sobre a Emenda, ao Projeto de Lei do Senado nº 54 apresentada perante a Comissão, no termo suplementar, do substitutivo.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**.

I – Relatório

É submetida ao exame desta Comissão a Emenda, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que, ao acrescentar novo § 1º ao art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, tem por finalidade atribuir ao Codefat a autorização para a percepção da sexta parcela do benefício do seguro-desemprego.

II – Análise

Nos termos expressos no **caput** do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, na forma do substitutivo aprovado por esta Comissão, em primeiro turno, ao Codefat, ao definir a duração do seguro-desemprego, já é atribuída competência para autorizar períodos superiores a quatro meses (inclusive o sexto mês) para a percepção do benefício do seguro-desemprego.

Nesse sentido, atendendo à preocupação da ilustre parlamentar, qual seja, resguardar o equilíbrio financeiro do FAT, a emenda sob análise reforça o **caput** do art. 40 do substitutivo, não deixando dúvidas de que é necessária autorização do Codefat para a sexta parcela.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação parcial da Emenda da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, na forma de Sub-Emenda do Relator que ora apresentamos, para o qual solicitamos o apoio dos ilustres pares desta – Comissão:

SUB-EMENDA DO RELATOR À EMENDA DA SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (OFERECIDA NOTURNO SUPLEMENTAR)

Acrescenta ao art. 4º da Lei nº 7.998/90 o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se os demais parágrafos, e dá nova redação aos incisos II e III do § 3º, já renumerado, do mesmo artigo:

“§ 1º No início de cada semestre do exercício fiscal, o Codefat poderá autorizar a concessão da sexta parcela do benefício naquele semestre, na forma do inciso III do § 3º deste artigo.

.....
§ 3º
.....

II – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses, no período de referência;

III – uma sexta parcela, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência e se a concessão desta parcela for autorizada pelo Codefat para o semestre da concessão.”(NR).

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/11/04 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	
RELATOR: <i>Ed</i> EDUARDO AZEREDO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) <i>Ana Julia Carepa</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE
IDELI SALVATTI	2- FERNANDO BEZERRA (PTB) <i>Fernando Bezerra</i>
FÁTIMA CLEIDE (PT)	3- TIÃO VIANA (PT) <i>Tião Viana</i>
FLÁVIO ARNS (PT)	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	6- VAGO
TON FREITAS (PL)	7- SERYS SHHESSARENKO (PT)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB) <i>Geraldo Mesquita</i>	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA	1- GARIBALDI ALVES FILHO
LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>	2- HÉLIO COSTA
MAGUITO VILELA	3- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON
RAMEZ TEBET	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA
PFL TITULARES	PFL SUPLENTE
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>Antônio Carlos Magalhães</i>
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
JOSÉ AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
LO OCTÁVIO <i>Lo Octávio</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>
RENILDO SANTANA	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	1- ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>
LÚCIA VÂNIA	2- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3- LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
ANTERO PAES DE BARROS	4- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
LUIZ PONTES	5- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- OSMAR DIAS
JUVÊNCIO DA FONSECA	2- (VAGO)
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRÍCIA SABOYA GOMES	1- MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LIÇÃO DE VOTAÇÃO *Sanção à Emenda ao Substitutivo do PLS 54, de 2002*

SENADOR	TIPO DE VOTO	ABSTENÇÃO	TIPO DE VOTO	ABSTENÇÃO
ANA JULIA CAREPA (PT)	X		1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)	
IDELI SALVATTI (PT)			2- FERNANDO BEZERRA (PTB)	
FÁTIMA CLEIDE (PT)			3- TIÃO VIANA (PT)	X
FLÁVIO ARNS (PT)			4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X
SIBA MACHADO (PT)			5- DUCIOMAR COSTA (PTB)	
DELCIDIO AMARAL (PT)			6- VAGO	
AELTON FREITAS (PL)			7- SERYS SLHESARENKO (PT)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	X		8- VAGO	
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SIM
MÃO SANTA			1- GARIBALDI ALVES FILHO	
LEOMAR QUINTANILHA	X		2- HELIO COSTA	
MAGUITO VILELA			3- VAGO	
SÉRGIO CABRAL			4- JOSÉ MARANHÃO	
NEY SUASSUNA			5- PEDRO SIMON	
RAMEZ TEBET			6- ROMERO JUCA	
PAPALÉO PAES			7- GERSON CAMATA	
TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SIM
EDISON LOBAO			1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHAES	X
JONAS PINHEIRO	X		2- CÉSAR BORGES	
JOSÉ AGRIPINO			3- DEMÓSTENES TORRES	
PAULO OCTÁVIO	X		4- EFRAIM MORAIS	X
RENILDO SANTANA			5- JORGE BORNHAUSEN	
ROSEANA SARNEY			6- JOÃO RIBEIRO	
TITULARES - PSD	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SIM
EDUARDO AZEREDO - RELATOR	X		1- ARTHUR VIRGILIO	
LÚCIA VÂNIA - PRESIDENTE			2- TASSO JEREISSATI	X
TEOTÔNIO VILELA FILHO			3- LEONEL PAVAN	X
ANTERO PAES DE BARROS			4- SÉRGIO GUERRA	X
LUIZ PONTES			5- VAGO	
TITULARES - PDT	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SIM
AUGUSTO BOTELHO			1- OSMAR DIAS	
JUVÊNCIO DA FONSECA	X		2- VAGO	
TITULARES - PPS	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SIM
PATRICIA SABOYA GOMES -			1- MOZARILDO CAVALCANTI	X

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - SALA DAS REUNIÕES, EM 24/11/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Lúcia Vânia
 SENADORA LÚCIA VÂNIA
 PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LUTA DE VOTAÇÃO Turno suplementar - substitutivo ao PLS 54, de 2002.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TITULARES - Bloco de Apoio ao G	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANA JULIA CAREPA (PT)	X			1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)			
IDELEI SALVATTI (PT)				2- FERNANDO BEZERRA (PTB)			
FÁTIMA CLEIDE (PT)				3- TIÃO VIANA (PT)	X		
FLÁVIO ARNS (PT)				4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X		
SIBA MACHADO (PT)				5- DUCIONAR COSTA (PTB)			
DELÍCIO AMARAL (PT)				6- VAGO			
AELTON FREITAS (PL)				7-SERYS SLHESARENKO (PT)			
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSB)	X			8- VAGO			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MÃO SANTA				1- GARIBALDI ALVES FILHO			
LEOMAR QUINTANILHA	X			2- HÉLIO COSTA			
MAGUITO VILELA				3- VAGO			
SÉRGIO CABRAL				4- JOSÉ MARANHÃO			
NEY SUASSUNA				5- PEDRO SIMON			
RAMEZ TEBET				6- ROMERO JUCA			
PAPALÉO PAES				7- GERSON CAMATA			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO				1- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		
JONAS PINHEIRO	X			2- CÉSAR BORGES			
JOSÉ AGRIPINO				3- DEMÓSTENES TORRES			
PAULO OCTÁVIO	X			4- EFRAIM MORAIS	X		
RENILDO SANTANA				5- JORGE BORNHAUSEN			
ROSEANA SARNEY				6- JOÃO RIBEIRO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AZEREDO -	X			1- ARTHUR VIRGÍLIO			
LÚCIA VÂNIA - PRESIDENTE				2- TASSO JEREISSATI	X		
TEOTÔNIO VILELA FILHO				3- LEONEL PAVAN	X		
ANTERO PAES DE BARROS				4- SERGIO GUERRA	X		
LUIZ PONTES				5- VAGO			
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO				1- OSMAR DIAS			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X			2- VAGO			
TITULARES - PPS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PATRICIA SABOYA GOMES -				1- MOZARILDO CAVALCANTI	X		

TOTAL: 16 SIM; 15 NÃO; - ABSTENÇÃO; - AUTOR; - SALA DAS REUNIÕES, EM 24/11/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Lúcia Vânia
SENADORA LÚCIA VÂNIA
PRESIDENTE

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002, (SUBSTITUTIVO), APROVADO E ADOTADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM REUNIÕES DOS DIAS 7 DE JULHO DE 2004 E 24 DE NOVEMBRO, RESPECTIVAMENTE

Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a conceder ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º No início de cada semestre do exercício fiscal, o Codefat poderá autorizar a concessão da sexta parcela do benefício naquele semestre, na forma do inciso III do § 3º deste artigo.

§ 2º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 3º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses, no período de referência;

III – uma sexta parcela, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de

no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência e se a concessão desta parcela for autorizada pelo Codefat para o semestre da concessão.” (NR).

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o **caput** poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.” (NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2004.
– Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao – Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 8.352, de 28-12-91)

§ 2º O montante da reserva estabelecida no parágrafo anterior não pode ser inferior ao maior dentre os seguintes valores:

I – a diferença positiva, no exercício financeiro em curso, entre o produto da arrecadação das contribuições de que trata o art. 239 da Constituição Federal e o montante global dos pagamentos efetuados por conta das dotações orçamentárias para atender as despesas com o Programa do Seguro-Desemprego, com o Abono Salarial e com o Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES, custeados pela referida arrecadação;

II – o resultado da adição:

a) dos valores pagos a títulos de benefícios do seguro-desemprego nos seis meses anteriores, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou na sua ausência, pela variação de índice definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), nos termos do inciso IX do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e

b) de cinquenta por cento dos valores pagos a títulos de abono, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos doze meses anteriores, atualizados na forma prevista na alínea anterior.

.....
LEI Nº 8.352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

§ 1º Parcela das disponibilidades financeiras do FAT constitui a reserva mínima de liquidez, destinada a garantir, em tempo hábil, os recursos necessários ao pagamento das despesas referentes ao Programa do Seguro-Desemprego e do Abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

§ 2º O montante da reserva estabelecida no parágrafo anterior não pode ser inferior ao maior dentre os seguintes valores:

I – a diferença positiva, no exercício financeiro em curso, entre o produto da arrecadação das contribui-

ções de que trata o art. 239 da Constituição Federal e o montante global dos pagamentos efetuados por conta das dotações orçamentárias para atender as despesas com o Programa do Seguro-Desemprego, com o Abono Salarial e com o Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do Bndes, custeados pela referida arrecadação;

II – o resultado da adição:

a) dos valores pagos a títulos de benefícios do Seguro-Desemprego nos seis meses anteriores, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou na sua ausência, pela variação de índice definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), nos termos do inciso IX do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e

b) de cinquenta por cento dos valores pagos a títulos de abono, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos doze meses anteriores, atualizados na forma prevista na alínea anterior.

§ 3º Os recursos da reserva mínima de liquidez somente poderão ser aplicados em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil.

§ 4º No exercício de 1991, as aplicações da parcela das disponibilidades financeiras que excederem o valor da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais no Banco do Brasil S.A. serão no montante mínimo de Cr\$220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros).

§ 5º Os depósitos especiais de que trata o *caput* deste artigo serão remunerados, no mínimo pelos mesmos critérios e prazos aplicados aos depósitos das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, ou, da sua ausência, pela remuneração média diária paga pelos títulos do Tesouro Nacional, acrescidos, em ambos os casos, de juros de cinco por cento ao ano calculados **pro rata die**.

§ 6º O resultado da remuneração das disponibilidades financeiras de que trata este artigo constituirá receita do FAT.”

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabe-

lece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que tem por finalidade, ao alterar o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Uma das maiores faturas geradas pela política econômica implementada nos últimos anos está sendo penosamente paga por imenso contingente da população brasileira. É o aumento do desemprego. De acordo com a pesquisa mensal de emprego do Seade-Diese, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, situando-se em 17,9% da população economicamente ativa em janeiro de 2002. Comportamento este evidenciado nas demais regiões do Brasil.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que alterou dispositivos da Lei nº 7.998, de 1990, ampliou a

concessão do benefício para trabalhadores desempregados por um período máximo variável de três a cinco meses de forma contínua ou alternada.

A Constituição Federal de 1988 determinou que 40% dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o Pasep fossem direcionados ao Bendes para financiamento de programas de desenvolvimento econômico (financiamento das Exportações e Geração de Empregos). Os outros sessenta por cento dos recursos daquelas fontes são direcionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os recursos repassados ao Fundo permitem o financiamento de outros programas, quais sejam:

1. pagamento do benefício do seguro-desemprego:

a) para atendimento ao trabalhador desempregado;

b) para atendimento ao pescador artesanal;

c) para atendimento ao trabalhador doméstico.

2. qualificação profissional (Sefor);

3. intermediação de mão-de-obra (Sine);

4. pagamento do abono salarial PIS-Pasep;

5. programa de geração de emprego e renda (Proger);

6. programa de fortalecimento da agricultura familiar – (PRONAF); e

7. programa de expansão do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador (Proemprego).

Em 2000, as despesas do FAT foram da ordem de R\$10,106 bilhões e R\$10,867 bilhões, em 2001 (IGPDI 31-12-2001, atualizado).

Em 2000, os dispêndios com o Seguro-Desemprego foram da ordem de R\$4,090 bilhões e R\$4,851 bilhões, em 2001 (atendimento ao trabalhador, bolsa qualificação, pescador artesanal e empregado doméstico). Com o Seguro-Desemprego formal foram gastos em 2000, R\$4,053 bilhões e R\$4,053 bilhões, em 2001.

Em 2000, o valor médio do benefício foi de 1,51 salários mínimos, com média de R\$951,36 para cada segurado, ou seja, 4,29 parcelas para cada segurado. Em 2001, o valor médio do benefício foi de 1,48 salários mínimos, com média de R\$1.008,24 para cada segurado, ou seja, 3,95 parcelas para cada segurado. Assim, na média, a preços atuais, cada nova parcela terá um acréscimo de R\$300,00.

Considerando a quantidade de requerentes em 2001, 4.769.000, o acréscimo de mais uma parcela representará á conta do FAT, dispêndio da ordem de R\$119.225.000,00 mensais e R\$1.430.700.000,00 anuais, ou seja, um impacto de 16,24%. Nesse contexto, há que se levar em consideração, também, a possibilidade de aumento do nível de desemprego.

O acréscimo de cinco parcelas implica dispêndio adicional de R\$715.350.000,00 mensais e R\$8.584.200.000,00 anual, ou seja, 97,2% a mais, considerando os valores de referência do mês de abril de 2003.

Ademais, se o projeto for aprovado, este ensejaria um acréscimo no número de parcelas diretamente proporcional na concessão da Bolsa Qualificação e no Seguro-Desemprego do empregado doméstico.

Por outro lado, vale lembrar que as despesas do FAT, a partir de 1995, vêm crescendo em uma proporção muito maior do que as receitas e, em consequência, têm ocasionado um déficit primário cada vez maior, além de, a cada ano, apresentar o crescimento devido á correção anual do salário mínimo.

Não vemos, pois, como aumentar o número de parcelas, sob a ameaça de comprometer ainda mais o equilíbrio financeiro do FAT, considerando que o Governo Federal, para o exercício de 2003, já tem o grande desafio em relação ao Fundo, qual seja, o de reduzir o seu déficit primário.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão á publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 91/2004 – PRES./CAS

Brasília, 30 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reuniões nos dias 7 de julho de 2004 e 24 de novembro de 2004, aprovou, em decisão terminativa, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que “altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a conce-

der ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja a duração será definida pelo Codefat”, com uma subemenda – CAS.

Respeitosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente lido vai á publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998**, aprovado pela Comissão de Educação e cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 17, I, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o art. 10 do Regimento Comum, e a Resolução nº 2, de 2000–CN; obedecida a proporcionalidade partidária,

Resolvem

criar Comissão Mista, composta de 11 (onze) Srs. Senadores e 11 (onze) Srs. Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de trinta dias, apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, composta dos seguintes Srs. Congressistas:

Composição

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

Heráclito Fortes-PFL	Lúcia Vânia-PSDB
Sérgio Guerra-PSDB	Rodolpho Tourinho-PFL
Efraim Morais-PFL	Paulo Octávio-PFL
Leonel Pavan-PSDB	Antero Paes de Barros-PSDB

PMDB

Romero Jucá-PMDB Maguito Vilela-PMDB

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PTB/PSB/PPS)Aloizio Mercadante-PT Sibá Machado-PT
Marcelo Crivella-PL
Fernando Bezerra-PTB
Antônio Carlos Valadares-PSB**PDT**

Osmar Dias-PDT

P-SOL()**

Heloisia Helena-P-SOL

(**) Rodízio (Resolução 2/2000-CN)

(*) Republicado para alterar o número de membros

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Paulo Bernardo-PT

PMDB

Pedro Novais-PMDB Wilson Santiago-PMDB

BLOCO PFL/PRONA

Cláudio Cajado-PFL

PSDB

Ronaldo Dimas-PSDB

PP

Ricardo Barros-PP

PTB

Iberê Ferreira-PTB José Chaves-PTB

PL

Milton Monti-PL

PPS

Fernando Coruja-PPS Colbert Martins-PPS

PCdoB ()**

Sérgio Miranda-PCdoB

(**) Rodízio (Resolução 2/2000-CN)

(*) Republicado para alterar o número de membros

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso I, e do artigo 76 do Regimento Interno, seja criada Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de 3 titulares e 3 suplentes, com o intuito de acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor formas de adensar as relações entre os parlamentos do nosso País e do Japão.

Justificação

Em 1907, foi concedida a autorização, pelo governo do Estado de São Paulo, à Cia. Imperial de Imigração do Japão para transportar um determinado número de emigrantes para o Brasil, em parcelas anuais. Em 18 de junho de 1908, aportou em Santos o navio japonês KASATO MARU trazendo, pela primeira vez, 165 famílias, num total de 786 pessoas, que foram encaminhadas às fazendas de café na zona mogiana para trabalharem como “colonos”.

Iniciou-se, dessa forma, a brilhante saga da imigração nipônica no Brasil.

Num primeiro período, entre 1910 e 1914, chegaram do Japão cerca de 14.200 imigrantes. Embora a maioria tivesse vindo para trabalhar nas fazendas de café, uma vez findos os contratos de trabalho boa parte desses migrantes procurou a sua independência econômico-financeira dirigindo-se para o interior do Estado de São Paulo ou para a periferia da capital e formando núcleos de grande dinamismo.

Entre 1925 e 1935, chegou ao auge a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, com o impressionante número de 140.000. Nesse período, consolidam-se os núcleos de imigrantes japoneses, especialmente no Estado de São Paulo, e a imigração nipônica passa a ter grande importância econômica para o País, notadamente na área agrícola.

Ao longo da Segunda Guerra mundial, houve, por motivos óbvios, interrupção do fluxo migratório do Japão para o Brasil. No entanto, a partir de 1959, restabeleceu-se a imigração, mas já em escala bastante reduzida, em virtude da recuperação econômica do Japão. Ao todo, no século passado chegaram ao Brasil cerca de 260.000 migrantes nipônicos.

Atualmente, estima-se que a comunidade nipo-brasileira congregue cerca de 800.000 pessoas. As maiores concentrações se encontram no Estado de São Paulo, estimadas em 73% do total, seguidas pelo Paraná com 20%, Mato Grosso com 2,5% e Pará com 1,2%, o restante estando distribuído nos diversos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País.

Quanto às atividades exercidas pelos japoneses, 50% trabalham na agricultura, 35% no comércio

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

e 15% na indústria. Esta última teve um crescimento acelerado na década de 60 com a transferência das empresas japonesas para o Brasil.

Esses migrantes, que chegaram ao País em condições muito difíceis, estão hoje solidamente integrados à Nação brasileira e deram e continuam a dar contribuição inestimável ao desenvolvimento do Brasil.

Pois bem, neste ano se iniciam os longos preparativos para a comemoração dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, a qual deverá sedimentar a longa amizade entre o nosso País e o Japão. Espera-se uma sucessão de eventos comemorativos que envolverão não apenas os governos de ambas as nações, mas também numerosos segmentos das comunidades do Brasil e do Japão.

No nosso entendimento, o Senado da República Federativa do Brasil, pela sua importância e representatividade, deve participar ativamente desses preparativos, de modo a contribuir para o êxito de um evento tão relevante. Ademais, esses preparativos criam oportunidade única para que o Senado adense as suas relações com o Parlamento nipônico, o que contribuirá positivamente para a estratégica parceria Brasil/Japão.

Em vista do exposto, conclamamos os nobres Pares a que dêem apoio a este importante requerimento.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 6, do Regulamento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 73, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, os seguintes artigos:

“Art. 13–A. A Diretoria do Banco Central do Brasil é composta por um Presidente e oito Diretores, nomeados pelo Presidente da República após aprovação de seus nomes pela maioria absoluta do Senado Federal, em votação secreta, precedida de arguição pública.

Art. 13-B. Os mandatos do Presidente e dos Diretores do Banco Central do Brasil serão de quatro anos, permitida uma única recondução.

Parágrafo único. No caso de recondução, fica dispensada a aprovação pelo Senado Federal referida no art. 13–A.

Art. 13–C. Será destituído e perderá seu mandato o Presidente ou o Diretor que:

I – sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

II – por solicitação devidamente justificada do Presidente da República, em Mensagem enviada ao Senado Federal, tiver sua exoneração aprovada, em votação secreta, por maioria absoluta dos Senadores, após sessão pública na qual se assegurará amplo direito de defesa ao dirigente;

III – solicitar dispensa do cargo.

Parágrafo único. Nos casos em que não houver o cumprimento integral do mandato, o substituto cumprirá o prazo remanescente previsto para o mandato do Presidente ou Diretor substituído.” (NR)

Art. 2º No ato de nomeação ou confirmação da primeira Diretoria do Banco Central sob a vigência desta lei, deverá ser estabelecida a duração do mandato do Presidente e de cada um dos Diretores, sendo que:

I – dois Diretores terão mandato de um ano;

II – dois Diretores terão mandato de dois anos;

III – dois Diretores terão mandato de três anos;

IV – dois Diretores terão mandato de quatro anos; e

V – o Presidente terá mandato de quatro anos.

Parágrafo único. No caso de confirmação no cargo, não será necessária nova aprovação pelo Senado Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas últimas duas décadas, tornou-se consensual a idéia de que políticas monetárias lenientes não são capazes de gerar desenvolvimento econômico sustentado. Políticas monetárias expansivas podem, no máximo, gerar surtos de expansão de curto prazo, que serão fatalmente seguidos de retração da produção e desorganização dos contratos.

Também se entende hoje que o combate à inflação pode ser tão menos custoso em termos de produto – e, portanto, de bem-estar social – quanto mais a sociedade confiar na real disposição das autoridades de manter a inflação em níveis moderados. Ocorre que os ciclos políticos e eleitorais podem ter duração diferente da dos ciclos econômicos. Surge dessa defasagem uma tentação para o Poder Executivo: utilizar políticas monetárias frouxas para obter resultados políticos ou eleitorais imediatos, ainda que gerando a necessidade de ajustes futuros de alto custo.

A convergência entre essas idéias se materializou na criação de bancos centrais autônomos de direito ou na aceitação tácita de um maior grau de autonomia prática, ainda que não formalizada institucionalmente.

No Brasil, vivemos a segunda situação. A despeito dos resultados expressivos que esse arranjo vem obtendo, tanto na forma de índices de inflação baixos, quanto na resposta satisfatória do aumento do PIB – no ano passado o crescimento foi de 5,2% -, não se pode negar que alguma incerteza política quanto à continuidade de políticas monetárias consistentes é uma reação legítima dos agentes econômicos e dos cidadãos. E essa incerteza tem um preço.

É preciso avançar. Se a autonomia tácita de que goza o Banco Central for formalizada no nosso ordenamento jurídico, o Brasil só terá a ganhar. O custo de combater a inflação será reduzido em muito.

Nesse sentido, proponho, através de emenda à Lei nº 4.595, de 1964, que se estabeleça, de direito, a separação entre política fiscal e política monetária. Separação esta que já vem sendo implantada, na prática, com amplo sucesso, tanto em termos de responsabilidade fiscal quanto de controle da inflação.

Quando os agentes econômicos tiverem certeza de que os diretores e o Presidente do Banco Central não precisarão fazer concessões políticas para permanecerem em seus cargos, as metas de inflação ganharão maior credibilidade. E credibilidade é um atributo chave na condução da política monetária: se todos confiam que o Banco Central será capaz de fazer a inflação convergir para a meta estipulada, todos fixarão seus preços dentro das margens previstas pela autoridade monetária. Em consequência, reduz-se o custo da política monetária, sendo possível atingir uma menor inflação com menor taxa de juros.

Também não podemos ignorar que a inexistência de garantia legal de um mandato fixo para os dirigentes do Banco Central estabelece uma permanente guerra de informação entre a autoridade monetária, o mercado e o governo. Quando o Banco Central é criticado, seus

dirigentes podem ser tentados a usar a elevação da taxa de juros como forma de reafirmar sua autonomia “de fato”, enviando ao mercado sinais de que não se deixam amedrontar por críticas. Esse tipo de comportamento aumenta o custo da política monetária. Em um quadro institucional onde a autonomia dos dirigentes é garantida por lei, tal fenômeno não ocorreria.

Considero que a aprovação desta proposição permitirá a redução mais rápida das taxas de juros, ao mesmo tempo que dará ao País um quadro institucional mais sólido e estável, favorecendo o ambiente econômico e estimulando o investimento e o crescimento do produto nacional.

Os mandatos dos diretores não devem ser coincidentes com o do Presidente da República, para que não seja possível a um presidente escolher, de uma só vez, toda a diretoria que irá conduzir a política monetária durante seu mandato. Ainda que não sujeitos a demissão **ad nutum**, o processo de escolha fatalmente teria reflexos na atuação dos diretores, podendo reduzir sua autonomia de fato. De igual modo, é importante que não haja descontinuidade no trabalho das diretorias. A troca de toda a diretoria de uma só vez poderia reduzir a chamada memória organizacional. Por isso, proponho que não haja coincidência dos períodos de mandatos dos diretores também entre si.

Para que haja esse escalonamento, foi necessário instituir uma regra de transição, na qual os mandatos da primeira Diretoria a tomar posse após a aprovação desta proposição terão duração diferenciada. Dois mandatos serão de um ano; dois, de dois anos; dois, de três anos; e os três restantes, incluindo o do Presidente, de quatro anos.

Frente ao exposto, considero de alta relevância a aprovação desta proposição, com vistas a reduzir a taxa de juros, bem como dar impulso adicional ao crescimento da economia.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO I

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 1º O Sistema Nacional, estruturado e regulado pela presente lei, será constituído:

I – do Conselho Monetário Nacional;

II – do Banco Central do Brasil; (Redação dada pela Lei nº 278, de 28-2-67)

III – do Banco do Brasil S/A;

IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

V – das demais instituições financeiras públicas e privadas.

CAPÍTULO II

Do Conselho Monetário Nacional

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

I – Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;

II – Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interno ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

III – Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;

IV – Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;

V – Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;

VI – Zelar pela liquidez e solvências das instituições financeiras;

VII – Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

.....

Art. 12. O Banco Central da República do Brasil operará exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias

de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.

Art. 13. Os encargos e serviços de competência do Banco Central, quando por ele não executados diretamente, serão contratados de preferência com o Banco do Brasil S/A, exceto nos casos especialmente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. (Redação dada pela Lei nº 278, de 28-2-67)

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2005**Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre o financiamento de campanha eleitoral nas eleições municipais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe exclusivamente sobre o financiamento de campanha eleitoral nas eleições municipais, às quais não se aplicam as normas previstas nos arts. 17 a 27 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 2º Fica acrescida à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, secção, compreendida pelos arts. 27-A a 27-G, com a seguinte redação:

DA ARRECADAÇÃO E DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS MUNICIPAIS

Art. 27-A. As despesas das campanhas eleitorais municipais serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos e financiadas na forma desta lei.

§ 1º Em ano que ocorrer eleições municipais, a lei orçamentária respectiva e seus créditos adicionais incluirão dotação, em rubrica própria, destinada ao financiamento de campanhas eleitorais municipais, de valor equivalente ao número de eleitores do País, multiplicado por R\$7,00 (sete reais), tomando-se por referência o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior à elaboração da lei orçamentária.

§ 2º A dotação de que trata este artigo deverá ser consignada ao Tribunal Superior Eleitoral, no anexo da lei orçamentária correspondente ao Poder Judiciário.

§ 3º O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 1º de maio do ano do pleito.

§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição dos recursos aos órgãos de direção nacional dos partidos políticos, dentro de dez dias, contados da data do depósito a que se refere o § 3º, obedecidos os seguintes critérios:

I – um por cento, dividido igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II – quatorze por cento, divididos igualmente entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados;

III – oitenta e cinco por cento, divididos entre os partidos, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram, na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

§ 5º Os recursos destinados a cada partido deverão aplicar-se de acordo com os seguintes critérios:

I – os diretórios nacionais dos partidos políticos reservarão dez por cento dos recursos para sua administração direta e distribuirão os noventa por cento restantes aos diretórios regionais, conforme os seguintes critérios:

a) metade na proporção do número de eleitores de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Território; e

b) metade na proporção das bancadas dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que o partido elegeu para a Câmara dos Deputados.

II – dos recursos recebidos pelos diretórios regionais, dez por cento serão reservados para a sua administração direta e os noventa por cento restantes serão distribuídos aos diretórios municipais, sendo:

a) metade na proporção do número de eleitores do município; e

b) metade na proporção do número de vereadores eleitos pelo partido político, no município, em relação ao total de vereadores eleitos pelo partido político no Estado.

Art. 27-B. Até dez dias após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido ou coligação partidária constituirá comitês financeiros, com a finalidade de administrar os recursos de que trata o art. 27-A.

Art. 27-C. O partido ou coligação partidária fará a administração financeira da campanha, usando unicamente os recursos orçamentários previstos nesta lei, e fará a prestação de contas aos Juizes Eleitorais.

§ 1º Fica vedado, na campanha eleitoral, o uso de recursos em dinheiro, ou estimáveis em dinheiro, provenientes dos partidos e de pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º Os partidos políticos e as coligações partidárias deverão apresentar:

I – quarenta e cinco dias anteriores à data da eleição, a primeira prestação de contas dos recursos usados na campanha até o momento da declaração; e

II – até dez dias após a data de realização do pleito, a prestação de contas complementar, relativa aos recursos despendidos posteriormente à primeira declaração até o fim da campanha.

Art. 27-D. É obrigatório para o partido e coligação partidária abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

Parágrafo único. Os bancos são obrigados a aceitar o pedido de abertura de conta destinada à movimentação financeira de campanha, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo.

Art. 27-E. É vedado a partido, coligação e candidato receber, direta ou indiretamente, recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, além dos previstos nesta Lei.

§ 1º A doação de pessoa física para campanhas eleitorais sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia doada.

§ 2º A pessoa jurídica que descumprir o disposto neste artigo estará sujeita ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia doada e à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos, por determinação da Justiça Eleitoral, em processo no qual seja assegurada ampla defesa.

§ 3º O partido que infringir o disposto neste artigo estará sujeito a multa no valor de três vezes o valor recebido em doação.

§ 4º Nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, o candidato que infringir o disposto neste artigo estará sujeito à cassação do registro ou do diploma, se este já houver sido expedido.

§ 5º Nas eleições para Vereador, observar-se-á o seguinte:

I – comprovada a responsabilidade do candidato, aplicar-se-lhe-á a mesma punição

prevista no § 4º deste artigo, sem prejuízo de sua responsabilização por abuso de poder econômico, conforme as penas cominadas no art. 23, inciso III, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

II – comprovada a responsabilidade do partido, independentemente da aplicação da multa prevista no § 3º, serão cassados o registro ou os diplomas dos candidatos, seja expedidos.

§ 6º Na hipótese de cassação prevista no inciso II do § 5º deste artigo, os votos que lhes foram atribuídos serão nulos, devendo a Justiça Eleitoral proceder a novo cálculo dos quocientes eleito partidário.

Art. 27-F. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta Seção perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiários por abuso do poder econômico.

Art. 27-G. A fiscalização de abuso do poder econômico, no curso da campanha, será exercida por uma comissão instituída pela Justiça Eleitoral, em cada Município.

§ 1º A composição, atribuições e funcionamento da comissão serão disciplinados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Entre os membros da comissão constarão os representantes dos partidos, coligações e outros que a Justiça Eleitoral considerar necessários.

§ 3º Por solicitação da comissão, o órgão competente da Justiça Eleitoral poderá, liminarmente, determinar a suspensão da campanha do candidato ou da lista, nas hipóteses previstas nos §§ 4º e 5º do art. 27-E, pelo prazo máximo de cinco dias, assegurada ampla defesa.”

Art. 3º Fica revogado o § 2º do art. 22 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Justificação

No atual momento, em que a sociedade brasileira discute a necessidade de o dinheiro público ser destinado às campanhas eleitorais, em que pese às carências materiais de grande parcela da população,

procuramos dar a nossa contribuição ao debate mediante a apresentação desta proposição.

Assim, aproveitamos as idéias contidas em projetos com o mesmo objetivo que vêm sendo discutidos nas duas Casas do Congresso Nacional, especialmente nas comissões especiais que têm sido criadas com a finalidade de estudar o aperfeiçoamento na legislação político-partidária e eleitoral.

O nosso objetivo é, portanto, introduzir o financiamento público das campanhas eleitorais na eleição municipal como o passo inicial e experimental para, posteriormente, aperfeiçoar a medida e expandi-la, em caso de sucesso, para as campanhas eleitorais das circunscrições estaduais e nacional.

A eleição municipal constitui disputa eleitoral menos complexa em razão de envolver apenas duas escolhas para o eleitor: o voto para o candidato a Prefeito e do respectivo Vice e o voto para o candidato a Vereador. Tal fato torna mais administrável a implantação do financiamento público.

Portanto, entendemos que restringir inicialmente o financiamento público às campanhas eleitorais municipais constitui conveniência política com vistas à segura implantação integral no processo eleitoral brasileiro dessa tão almejada medida, especialmente para aqueles que dedicam a sua vida à representação popular.

Esperamos conseguir superar a resistência da população à aplicação generalizada da medida, ou seja, também para as eleições nacionais e estaduais, se for comprovada a eficácia do financiamento público das campanhas eleitorais na eleição municipal, mediante a realização de pleito eleitoral com a exclusão ou sensível redução da influência do poder econômico.

Estamos certos que contaremos com a compreensão de todos os Pares para a aprovação deste projeto, inclusive por aqueles que, não obstante serem favoráveis ao financiamento público das campanhas eleitorais, sentem-se constrangidos em apoiar a sua introdução na legislação eleitoral em sua versão mais ampla.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais

Art. 17. As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou de seus candidatos, e financiadas na forma desta Lei.

Art. 18. Juntamente com o pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão à Justiça Eleitoral os valores máximos de gastos que farão por candidatura em cada eleição em que concorrerem.

§ 1º Tratando-se de coligação, cada partido que a integra fixará o valor máximo de gastos de que trata este artigo.

§ 2º Gastar recursos além dos valores declarados nos termos deste artigo sujeita o responsável ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

Art. 19. Até dez dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido constituirá comitês financeiros, com a finalidade de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais.

§ 1º Os comitês devem ser constituídos para cada uma das eleições para as quais o partido apresente candidato próprio, podendo haver reunião, num único comitê, das atribuições relativas às eleições de uma dada circunscrição.

§ 2º Na eleição presidencial é obrigatória a criação de comitê nacional e facultativa a de comitês nos Estados e no Distrito Federal.

§ 3º Os comitês financeiros serão registrados, até cinco dias após sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.

Art. 20. O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha, usando recursos repassados pelo comitê, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, na forma estabelecida nesta lei.

Art. 21. O candidato é o único responsável pela veracidade das – informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo assinar a respectiva prestação de contas sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para essa tarefa.

Art. 22. É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

§ 1º Os bancos são obrigados a acatar o pedido de abertura de conta de qualquer partido ou candidato escolhido em convenção, destinada à movimentação financeira da campanha, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de candidatura para Prefeito e Vereador em Municípios onde não haja agência bancária, bem como aos casos de candidatura para Vereador em Municípios com menos de vinte mil eleitores.

Art. 23. A partir do registro dos comitês financeiros, pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I – no caso de pessoa física, a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição;

II – no caso em que o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, na forma desta lei.

§ 2º Toda doação a candidato específico ou a partido deverá fazer-se mediante recibo, em formulário impresso, segundo modelo constante do Anexo.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 4º Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais.

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta lei, dentre outros:

I – confecção de material impresso de qualquer natureza e tamanho;

II – propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos;

III – aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;

IV – despesas com transporte ou deslocamento de pessoal a serviço das candidaturas;

V – correspondência e despesas postais;

VI – despesas de instalação, organização e funcionamento de Comitês e serviços necessários às eleições;

VII – remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais;

VIII – montagem e operação de canos de som, de propaganda e assemelhados;

IX – produção ou patrocínio de espetáculos ou eventos promocionais de candidatura;

X – produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;

XI – pagamento de cachê de artistas ou animadores de eventos relacionados a campanha eleitoral;

XII – realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;

XIII – confecção, aquisição e distribuição de camisas, chaveiros e outros brindes de campanha;

XIV – aluguel de bens particulares para veiculação, por qualquer meio, de propaganda eleitoral;

XV – custos com a criação e inclusão de sítios na Internet;

XVI – multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral.

Art. 27. Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos a contabilização, desde que não reembolsados.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e despachados às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não estando presente o Líder Ney Suassuna, peço a palavra pela Liderança do PMDB, como Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a tem direito à palavra por ser o único Vice-Líder presente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, pela ordem.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, eu gostaria de solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável, muito embora esteja inscrito regularmente.

No caso de haver a possibilidade de falar como orador no prazo de 10 minutos, eu farei essa opção. Caso contrário, desejo registrar a minha opção para uma comunicação inadiável, de acordo com o critério que V. Ex^a deverá adotar, de intercalar os oradores regularmente inscritos com as comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido dentro do critério já citado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, numa das últimas reuniões, levantamos a hipótese de que em dia como o de hoje, em que não há Ordem do Dia, o tempo dos oradores devidamente inscritos seria de 20 minutos. O Vice-Presidente da Casa, Tião Viana, ficou de defender essa tese de tempo igual ao de pós-Ordem do Dia em sessão deliberativa. Como a sessão não deliberativa, todos os inscritos disporiam, se necessário fosse, de até 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Comunico a V. Ex^a que houve uma alteração quanto à tolerância, que passou de dois para cinco minutos. Assim, no total serão quinze minutos por orador.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa. Em seguida, como orador inscrito, fará uso da palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero voltar a um assunto ao qual me referi há cerca de três semanas, na tribuna do Senado, exatamente em função de uma medida provisória que chegara a esta Casa que tratava do *bio-diesel*, de como o Governo iria tratá-lo e as questões a ele relacionadas.

Fiquei extremamente feliz quando ouvi o Presidente da República se referir ao *bio-diesel* como uma verdadeira

revolução no campo. É exatamente o que está acontecendo na minha região de Minas Gerais, onde estamos implantando a sexta refinaria de *biodiesel* do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, peço a atenção de V. Ex^{as} porque uma nova medida provisória que está chegando ao plenário do Senado vai disciplinar a maneira como os tributos serão cobrados daqueles que estão produzindo o *biodiesel* no País, a partir de julho. Até este momento, não existe ainda qualquer refinaria produzindo *biodiesel*, mas a partir de julho começará a sua comercialização. O que existe neste instante é uma refinaria experimental na cidade de Cássia, no Estado de Minas Gerais. Evidentemente, a própria Biobrás, a detentora da patente do processo de esmagamento das oleaginosas para obtenção de *biodiesel*, já dispõe de uma usina experimental.

Sr. Presidente, deixa-me preocupado o fato de que essa medida provisória traga algumas complicações que a Ministra Dilma Rousseff e o Presidente da República precisam observar antes que ela chegue a esta Casa.

Veja só, Sr. Presidente, o que está acontecendo: a Medida Provisória nº 227, no seu §1º, diz que é vedada a comercialização e a importação do *biodiesel* sem a concessão do registro especial. Para conseguir esse registro especial, aquele que estiver implantando uma refinaria de *biodiesel* deverá procurar imediatamente a Receita Federal, porque ela vai estabelecer se o interessado pode ou não instalá-la.

Agora, vejamos só a situação que foi criada pela Receita Federal no que diz respeito à Instrução Normativa nº 516, que vai normatizar as empresas de *biodiesel* no País. O decreto da medida provisória remetendo a essa instrução normativa, no seu art. 1º, §2º, inciso II, diz que a empresa de *biodiesel* precisa ter um capital integralizado de R\$500 mil.

Sr. Presidente, se eu quiser abrir amanhã uma empresa de exportação, precisarei de R\$10 mil. Com isso, poderei importar ou exportar – principalmente importar aquelas bugigangas da China – até o valor de US\$1 bilhão. No entanto, o produtor do *biodiesel* deve ter um capital integralizado de R\$500 mil. No Brasil, só se exige esse valor dos bancos e das seguradoras.

Feito isso, ainda há um problema: se aquela empresa que está produzindo o biocombustível instalar mais uma única máquina dentro da sua estrutura, ou seja, mais uma centrífuga, ela precisa informar à Receita Federal.

Imagine se uma fábrica de refrigerantes multinacional, ao instalar mais uma envasadora, precisa se reportar à Secretaria da Receita Federal! Não.

Imagine se a Ford ou a Chevrolet, ao colocarem mais uma máquina no seu parque industrial, no ABC,

tenham que comunicar o fato à Receita Federal! É loucura!

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PMDB – AP) – Concederei mais dois minutos a V. Ex^a, para que conclua o seu discurso.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente.

O mais problemático, Sr. Presidente, é que a própria medida provisória insiste em que sejam usados os recursos do Pronaf – Programa de Reforço da Agricultura Familiar. Porém, lamentavelmente, esqueceram-se de que o Pronaf exige que o pequeno agricultor que tira dinheiro no Banco do Brasil, na Caixa Econômica ou no Banco repassador para aplicar na sua pequena lavoura só possa pedir o segundo empréstimo depois de pagar o primeiro.

Ora, como no caso do *biodiesel* o plantio das oleaginosas exige que se faça isso nas entressafas; antes de pagar o primeiro empréstimo o produtor já tem que plantar a segunda safra – porque ele tem que plantar a cada quatro meses. Se ele só puder fazer o segundo empréstimo depois que pagar o primeiro, é evidente que a agricultura familiar não vai poder participar do grande projeto do *biodiesel*.

Essas são apenas algumas coisas que eu considero lamentáveis e que precisam ser rapidamente corrigidas.

Finalmente, Sr. Presidente, para encerrar a minha fala, quero dizer que o *diesel* fóssil, aquele que vem da extração do petróleo, paga um conjunto de 13% de imposto, incluindo aí a Cide, que é o imposto sobre combustíveis – 13% no total. Com todas as vantagens que o Ministério de Minas e Energia conseguiu estabelecer com a Receita Federal, o produtor do *biodiesel* vai pagar 11,37%.

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ele vai utilizar o pequeno produtor; ele vai utilizar os recursos do Pronaf; ele vai ativar a economia no interior; ele vai produzir emprego no campo, milhares de empregos. Em nossa região, são três mil empregos que estão sendo criados por causa dessa refinaria. Agora, o produtor do *biodiesel* vai pagar 11,37% de impostos, entre PIS/Pasep, Cofins etc. Então, o petróleo paga 13%; e o *biodiesel*, 11,37%. Fizeram um favor enorme: estudaram durante um ano e deram um abatimento 1,63% para quem produz o *biodiesel*.

Ora, Sr. Presidente, acho que, quando essa medida provisória chegar aqui, teremos certamente que

fazer um ajuste nessas posições que foram estabelecidas.

Não sei de que maneira o Governo consegue passar essas coisas para o papel sem ter uma pessoa que realmente represente ...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – ...aqueles que estão engajados no processo de mostrar ao País o que é o *biodiesel*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

S. Ex^a terá até dez minutos para o seu pronunciamento, com cinco minutos de tolerância. Em seguida, para uma comunicação inadiável, falará o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, vim a esta tribuna diversas vezes para elogiar a TV Senado pelos brilhantes programas realizados tratando da questão das pessoas com deficiência, e, hoje quero deixar registrado aqui o meu reconhecimento à TV Globo, porque à noite estréia a novela “América”, que trata das pessoas com deficiência, precisamente a visual, a cegueira. Uma menina e um adulto cegos fazem papéis fundamentais da novela.

Acredito, Sr. Presidente, que a escritora Glória Perez, com esse ato, assume a responsabilidade de trazer à tona o problema do preconceito e confrontar esses descaminhos que a sociedade brasileira criou. Diz a autora: “a idéia é abrir espaço para as pessoas falarem de seus problemas, e assim dar voz a quem não tem”.

Sr. Presidente, há pouco tempo, estive em meu gabinete o ator Marcos Frota, que interpretará um deficiente visual na novela. Pude constatar no diálogo com ele a sua sensibilidade para com as pessoas com deficiência. Ele tem inclusive um circo onde as pessoas com deficiência trabalham.

Conversamos sobre a importância da aprovação, nesta Casa, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Concordo, Sr. Presidente, com aqueles que dizem que a mídia tem um alcance fabuloso para introduzir questões como esta, do combate à discriminação, junto à população. A partir dos debates, tenho certeza de que os Parlamentares também ficarão mais sensíveis ao estabelecimento de uma legislação moderna sobre o tema.

Sr. Presidente, segundo dados do IBGE, existem no País cerca de 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência. Desse total, aproximadamente 42% ou 10,2 milhões possuem deficiências severas, tais como

deficiência mental permanente, deficiência física, deficiência de enxergar, como é o caso que cito agora, ou seja, são cegos, deficiência auditiva, e tantas outras que não é possível listar aqui.

O Brasil, sem sombra de dúvida, possui uma legislação ampla sobre o tema. Destaco a própria Constituição Federal, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também a Lei da Corde.

Embora tenhamos essas legislações, Sr. Presidente, entendo que o estatuto reúne o que há de melhor na sociedade, e exige a sua aplicação de imediato. O Relator do Estatuto por nós apresentado aqui, na Casa, é o Senador Flávio Arns.

O Estatuto da Pessoa Deficiência propõe avanços em direitos básicos, como educação, saúde, emprego, trabalho, desporto, lazer, transporte, habitação, cultura e traz um capítulo específico que trata da Previdência Social, no qual asseguramos um salário mínimo a toda pessoa com deficiência, a exemplo do que já fizemos no Estatuto do Idoso.

Tenho convicção, Sr. Presidente, de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um instrumento de real valor para fortalecer a auto-estima e assegurar a cidadania plena às pessoas portadoras de deficiência.

Sr. Presidente, quero também homenagear a CNBB, que definiu para 2006 que a Campanha da Fraternidade será “Fraternidade e as pessoas com deficiência”.

O objetivo, tanto da CNBB quanto dessa novela, é mostrar a realidade das pessoas com deficiência. A Campanha da Fraternidade de 2006 será, com certeza, de grande importância para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, registro também o trabalho desenvolvido pelo Senado Federal de colocar em ação programas específicos para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, inclusive com a publicação de obras adequadas à leitura dos portadores de deficiência visual. Cito, por exemplo, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, todos publicados pelo Senado Federal em braile.

Sr. Presidente, vou mais além. Nos últimos dois anos, tive a honra de conviver na Primeira Vice-Presidência com duas pessoas portadoras de deficiência visual. João Júlio Antunes e Luciano Ambrósio fizeram um trabalho admirável.

Ao mesmo tempo em que cumprimento à iniciativa do ex-Presidente desta Casa, Senador José Sarney, também cumprimento o atual Presidente, Senador Renan Calheiros, bem como o Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia.

Além de promover uma série de iniciativas para pessoas portadoras de deficiência, o Presidente Sena-

dor Renan Calheiros assegurou que esses dois meninos – mesmo que cada um tenha mais de 25 anos, tenho a mania de chamá-los de meninos – continuassem na Casa trabalhando, embora não estivessem mais lotados na Vice-Presidência.

Em nome deles, agradeço ao Presidente Senador Renan Calheiros e ao Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia, pelo movimento que fizeram nesse sentido.

Sr. Presidente, falei aqui sobre o importantíssimo papel social das televisões. Destaquei aqui a novela “América”. Lembro-me também da importância que teve a novela “Mulheres Apaixonadas”, escrita por Manoel Carlos, com atuações brilhantes dos atores gaúchos Carmem Silva e Osvaldo Louzada. Aquele foi um momento magnífico que fortaleceu a aprovação na Casa do Estatuto do Idoso.

O debate em torno das discriminações raciais é outro exemplo que foi abordado na novela “Senhora do Destino”, de Agnaldo Silva, que, sem sombra de dúvida, contribuiu muito para o debate na Câmara e no Senado do Estatuto da Igualdade Racial.

Comentava com o Senador Hélio Costa, há poucos minutos, e também com o Senador Mão Santa que o Estatuto da Igualdade Racial é o primeiro ponto a ser discutido e votado amanhã, na Comissão de Educação, e, com certeza, tem tudo para ser aprovado.

Eu gostaria de destacar ainda, Sr. Presidente, já que estou falando do combate aos preconceitos, que a novela América não trata somente da questão visual, mas também dos preconceitos no campo das religiões. Trata, como dizia, do deficiente, do idoso e também da questão homossexual.

Já que falo tanto em combate a todo tipo de discriminação, quero destacar que hoje, 14 de março, é comemorado o Dia da Poesia, forma de expressão que considero das mais belas, capaz de enlevar a nossa alma, seduzir, com mistério e magia, aqueles que sobre ela pousam seu olhar. É o que exemplifica este trecho da poesia Navio Negreiro, do nosso grande poeta Castro Alves, cujo aniversário de nascimento festejamos hoje.

...Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co' a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! Noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...
Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...

Ele se refere, Sr. Presidente – não lerei toda a poesia – à chaga da escravidão, por isso foi chamado o Poeta dos Escravos.

Castro Alves nasceu na comarca de Cachoeira, na Bahia, em 1847. Declamava, em seus comícios cívicos, os poemas que retratavam suas idéias de liberdade, contrárias ao comércio de escravos.

Reitero minha esperança de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial sejam aprovados este ano.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de participar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vim do Piauí, onde fui patrono de uma turma de jovens da faculdade de odontologia que criei na minha cidade. Eles citaram dois grandes valores no seu Partido: o Líder Aloizio Mercadante e V. Ex^a. Realmente, quando citaram o nome de V. Ex^a, a emoção foi maior do que a de ser patrono deles. Mas quero dizer que V. Ex^a traduz o discurso de Martin Luther King, ou seja, o sonho da igualdade racial, do respeito aos negros, do seu acesso à educação e à saúde. E V. Ex^a traduz todos os sonhos de grandeza do povo do Rio Grande do Sul, o sacrifício da Guerra do Farrapos. O grito que empolgou os farroupilhas, que os motivou, era liberdade, igualdade e fraternidade, algo que V. Ex^a defende com suas ações, voltadas para o idoso, o deficiente e o próprio negro. Continue assim, porque V. Ex^a não é o Paim do PT; o Paim de Caxias do Sul; o Paim do Rio Grande do Sul. V. Ex^a, Senador Paulo Paim, é o nosso Martin Luther King.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela forma generosa e competente com que V. Ex^a fala do trabalho da maioria dos Senadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhando a fala do Senador Mão Santa, gostaria de ler uma frase que é da sempre lembrada Madre Teresa de Calcutá. Disse ela, um dia: “O que conta não é o que fazemos, mas o amor que pomos no que fazemos”. Ou seja, o carinho, a dedicação, o sentimento em cada ato que fazemos contam mais do que os resultados. Poderia, então, lembrar aquela outra frase conhecida: “sempre vale a pena quando a causa não é pequena”.

Homenageio Luciano Ambrósio, no Dia da Poesia. Esse menino cego que o Senado contratou escreveu um poema que faço questão de ler neste minuto e meio que ainda possuo, para que fique registrado nos Anais da Casa.

Visão de mundo

À espera de um novo mundo
 Num velho mundo de espera
 Um mundo que não te espera
 Um mundo que não te vê
 Não te ouve os passos
 Não te dá espaços
 Um mundo onde não tens voz
 Não tens vez
 Abra as portas
 Os olhos e gritos ao vento
 Inventa o mundo
 Produza-o, reproduza-o
 Traduza-o em Braille, ou em libras
 Vibra em teu sucesso
 Neste universo que te renova
 Numa nova visão de mundo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
 Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de expressar junto a meus pares aqui presentes e aos cidadãos brasileiros que nos assistem pelos veículos de comunicação do Senado Federal, meu reconhecimento pela iniciativa da TV Globo de incluir o tema, deficientes físicos, e visuais em particular, na próxima novela das oito “América” que estréia hoje à noite.

Acredito que a estória escrita por Glória Perez tem a responsabilidade de trazer à tona o problema do preconceito e confrontar esses “descaminhos” que a sociedade brasileira criou. Como a autora disse “a idéia é abrir espaço para as pessoas falarem de seus problemas, e assim dar voz a quem não tem”.

Em recente encontro com o ator Marcos Frola, que interpretará um deficiente visual na novela, pude constatar sua sensibilidade para com as pessoas com deficiência. A novela contará também com a atuação da atriz Bruna Marquezine, cuja personagem será uma menina cega de nome Maria Flor.

Conversamos sobre a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Concordamos que a mídia tem um alcance fabuloso para introduzir a discussão junto à população. A partir dos debates, os parlamentares terão a oportunidade de colocar o Brasil entre os países que possuem instrumentos modernos de legislação sobre o tema.

Faço aqui um apelo aos meus colegas para observar com carinho especial o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Segundo dados do IBGE, existem hoje no país cerca de 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência. Desse total, aproximadamente 42% ou 10,2 milhões possuem deficiências severas, tais como deficiência mental permanente, tetraplegia, paraplegia, falta de um membro ou parte dele e incapacidade ou grande dificuldade de caminhar, subir escadas, enxergar e ouvir.

O Brasil possui larga legislação que assegura os direitos do cidadão portador de deficiência: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Lei de Organização da Assistência Social e a Lei da Corde.

Embora tenhamos abrangência, falta-nos um instrumento que garanta sua aplicabilidade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, é fruto de ampla discussão da sociedade. O seu relator é o Senador Flávio Arns.

O Estatuto propõe avanços em direitos básicos, como educação, saúde, trabalho, emprego, desporto, lazer, transporte, habitação, cultura, e um capítulo específico para a Previdência Social, no qual fica assegurado a todo portador de deficiência o direito a um salário mínimo.

Tenho convicção que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um instrumento de real valor para fortalecer a auto-estima e assegurar a cidadania plena aos portadores de deficiência.

Quero congratular-me com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que definiu a “Fraternidade e as pessoas com deficiência” como tema da Campanha da Fraternidade de 2006.

Os objetivos são os de mostrar com dignidade a realidade dos deficientes, defender a igualdade entre as pessoas com deficiência, e identificar os direitos e diminuir as restrições aos deficientes.

A Campanha da Fraternidade de 2006 será de grande importância para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, registro também o trabalho desenvolvido pelo Senado Federal de colocar em ação, programas específicos para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência. Como a publicação de obras adequadas a leituras aos portadores de deficiência visual, cito, Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros.

Nos últimos dois anos tive a honra de trabalhar na primeira vice-presidência com dois portadores de deficiência visual. João Júlio Antunes e Luciano Ambrósio fizeram um trabalho admirável. Em reconhecimento, esses meninos continuam hoje no Senado.

É bastante encorajador constatar que o presidente desta casa, Senador Renan Calheiros, bem como, o Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia, têm dado exemplos de como órgãos públicos do País devem receber e acolher as pessoas portadoras de deficiência.

Sr. Presidente, falei aqui sobre o papel social da novela “América”. Lembro também da importância que foi a novela Mulheres Apaixonadas, escrita por Manoel Carlos, com atuações brilhantes dos atores Carmem Silva e Osvaldo Louzada. Aquele foi um momento magnífico para tornar o Estatuto do Idoso a realidade que é hoje.

O debate em torno das discriminações raciais é outro exemplo que foi abordado na novela Senhora do Destino, de Aguinaldo Silva. Isto tem colaborado em muito para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Quero destacar que hoje, 14 de março, comemoramos o Dia da Poesia, forma de expressão que considero das mais belas, capaz de enlevar nossa alma, seduzir com mistério e magia aqueles que sobre ela pousam seu olhar. Assim como exemplifica este trecho da poesia “O Navio Negro”, do nosso grande poeta abolicionista Antônio de Castro Alves cujo aniversário de nascimento festejamos hoje.

(...) “Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...

Ó mar, por que não apagas
Co’a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...

Existe um povo que a bandeira empresta
P’ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,

Que impudente na gávea tripudia?
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto!...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...” (...)

Castro Alves nasceu na comarca de Cachoeira, na Bahia, em 1847. Ele declamava em seus comícios

cívicos os poemas que retratavam suas idéias de liberdade, contrário ao comércio de escravos.

Reitero aos meus pares que olhem com carinho o Estatuto da Pessoa com Deficiência citando as palavras de uma pessoa, que sem dúvida é a mais admirável protagonista de nosso tempo: “O que conta não é o que fazemos, mas o amor que pomos no que fazemos”, palavras de Madre Teresa da Calcutá.

Finalizo com um poema de Luciano Ambrósio.

Visão de mundo

À espera de um novo mundo
Num velho mundo de espera
Um mundo que não te espera
Um mundo que não te vê
Não te ouve os passos
Não te dá espaços
Um mundo onde não tens voz
Não tens vez
Abra as portas
Os olhos e gritos ao vento
Inventa o mundo
Produza-o, reproduza-o
Traduza-o em Braille, ou em libras
Vibra em teu sucesso
Neste universo que te renova
Numa nova visão de mundo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e Ondas Curtas – que chega à Região Norte deste País e ao meu querido Estado do Tocantins, que tenho a honra de representar –, houve, na semana passada, a Marcha dos Prefeitos, que vieram a Brasília para abordar principalmente a situação de penúria em que vivem os Municípios brasileiros, a fórmula bastante prejudicial ao pacto federativo, que faz com que Estados e Municípios dependam do FPE e do FPM e deixa os administradores municipais numa posição bastante difícil: a de gerir apenas contas de posto de gasolina e folha de pagamento, sem possibilidade fazer nenhum tipo de investimento ou de garantir a manutenção do ensino fundamental, de sua responsabilidade.

É triste, Sr. Presidente, ver que a Constituinte de 1988 procurou redistribuir as receitas oriundas dos impostos entre Estados, Municípios e União e que, hoje, nos Municípios, onde está a população brasileira, não

há recurso para nada, nem mesmo para a saúde e educação.

Enquanto isso, escutamos sempre que a União bate recorde de arrecadação. A raiz desse problema está exatamente no fato de ela ter conseguido, por meio de contribuições como a CPMF e a COFINS, entre outras, aumentar sua arrecadação em mais de duas vezes, em relação aos impostos que são compartilhados, como o IPI e o Imposto de Renda. Ou seja, a União fica com as contribuições, refazendo seu caixa, e deixa para seus sócios, os Estados e Municípios, apenas impostos, para os quais tem dado, inclusive, isenções. Isso provoca uma situação muito difícil.

Mas há a criatividade e a perseverança dos nossos Prefeitos. Quero anunciar, Sr^{as} e Srs. Senadores, um encontro que tivemos em Figueirópolis, cujo Prefeito é José Fontoura Primo e a primeira-dama, a Sr^a Ademildes. Naquela cidade, já numa terceira reunião, foi criada a Associação dos Municípios do Sul do Tocantins, cujo Presidente foi eleito ontem por aclamação: o grande Prefeito do Município de Alvorada, do presidente Prefeito Wached Neto; de Formoso do Araguaia, do grande Prefeito Pedro Rezende Tavares; de Jaú do Tocantins, da grande Prefeita Eurídice Rodrigues de Araújo; do Município de Cariri do Tocantins, do Prefeito José Jeremias de Mendonça; Sandolândia, com o Prefeito Adalberto Lemes de Andrade; Talismã, da Prefeita Livanda Lopes Carlota; Araguaçu, da Prefeita Waltyr Rocha Santos Santana; Sucupira, do Prefeito João Alves da Silva; Peixe, do Prefeito Pedro Paulo Silva Cavalcante; Dueré, do Prefeito José Medeiros Brito; e de Lagoa da Confusão, do Prefeito Jaime Café de Sá.

Sr. Presidente, esses doze Municípios que compõem uma parte da região Sul do Tocantins têm Prefeitos do PT, do PFL, do PMDB, do PL, Prefeitos de diversos Partidos. Nessa reunião, foi criado um consórcio intermunicipal. Nós, da Bancada do Tocantins, tomamos a decisão – e tive a honra de ser coordenador, por dois anos, dessa Bancada para questões de Orçamento e representação junto ao Governo Federal – de criar uma emenda de Bancada para aquisição de patrulhas motomecanizadas. Conseguimos aprovar o valor de R\$9 milhões para este primeiro ano, o que nos permitirá comprar quatro patrulhas completas, integradas na sua composição por caminhões caçambas, tratores de esteira, patrol e outras máquinas que permitirão que os Prefeitos façam a conservação das estradas vicinais e de barragens. Eles poderão atuar em outras modalidades de forma independente, por esse consórcio, dividindo as despesas, barateando a própria manutenção e beneficiando os doze Municípios que congregam essa associação.

Sr. Presidente, esses consórcios podem servir de exemplo para outras ações. Um equipamento caro de Medicina, que, às vezes, fica caro para um prefeito e que não tem tanta utilização, dividido por doze Municípios, atenderá às doze comunidades, ficando mais barato em todos os sentidos e de forma mais racional.

Portanto, Sr. Presidente, manifesto minha alegria em ter participado desse encontro, como membro da Bancada do Tocantins, hoje coordenada pelo grande Senador João Ribeiro, e com todos os demais Deputados Federais que participaram da nossa reunião para confecção das nossas emendas. De maneira criativa, estamos atendendo aos Municípios. Precisamos da liberação dessa emenda de Bancada para, assim, o consórcio servir de exemplo para outros que estão sendo formados no Estado de Tocantins.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes.

Quero crer que essa experiência, que sabemos já existir em outros Estados, poderá servir e está servindo, no Tocantins, para a criação de outros consórcios.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a participação dos Deputados Pastor Amarildo, Darci Martins Coelho, Ronaldo Dimas, Eduardo Gomes, Maurício Rabelo, da Deputada Ana Alencar, enfim, dos Parlamentares que, comigo e com o Senador João Ribeiro, decidiram por essa emenda de Bancada, que permitirá aos Municípios a aquisição das patrulhas motomecanizadas.

É muito importante que o Orçamento não seja apenas uma fantasia e uma forma de iludir os Prefeitos. Temos as emendas parlamentares, mas temos também as emendas de bancadas. Por meio dessa forma de atuar, atenderemos a um número maior de Municípios e também poderemos fazer com que os recursos rendam um pouco mais.

Assim, Sr. Presidente, registro meu agradecimento e minha satisfação em ter participado, juntamente com esses doze Prefeitos, da iniciativa. Outros consórcios estão sendo criados no Estado de Tocantins. Se conseguirmos liberar os recursos para a compra dessas quatro patrulhas motomecanizadas estaremos dando um passo muito grande. Assim, poderemos trabalhar de forma consorciada com o próprio Governo do Estado, que já possui suas máquinas e estaremos atendemos mais prefeitos.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes e na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus estar presente, e se comunicando com o mundo, o Professor Cristovam Buarque. Hoje é segunda-feira, dia 14 de março. A história é feita de muitos momentos. Quinze de março, 13 de março e, hoje, 14 de março. Amanhã, vamos comemorar vinte anos da redemocratização neste País; redemocratização que se deve, Senador Garibaldi Alves, ao nosso MDB de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, da imolação de Tancredo Neves, do altruísmo de Teotônio Vilela, do sacrifício de Juscelino Kubitschek, cassado neste Senado.

Todavia, Professor Cristovam Buarque, a história é grandiosa. E ontem, 13 de março, Senador Paulo Paim – com todo respeito à história do Rio Grande do Sul –, a Guerra da Farroupilha, o primeiro povo a desejar a democracia, a liberdade dos negros, o massacre que os lanceiros negros sofreram pelo exército de Caxias e do Imperador.

A história é grande. Antes, 1792, o enforcamento de Tiradentes, o **liberta quae sera tamen**. Presidente Lula, são esses os fatos. Por que o enforcamento de Tiradentes? Por impostos; era a derrama. De nada valeu.

Senador Eduardo Siqueira Campos, se aquilo era derrama, o que é isso que hoje vivemos no nosso País, o País do PT – o Partido dos tributos?

Atentai bem, Professor Capiberibe. O sonho de Tiradentes continuou e não foi fácil. Teve aquela passagem de pai para filho, a Independência ou Morte, mas os portugueses queriam ficar com o sul. A liberdade do norte somente foi feita por meio de uma luta sangrenta, no Piauí, em 13 de março; há 182 anos, em 1823.

Professor Mozarildo, os baianos costumam dizer que fizeram uma luta também sangrenta, mas eles a fizeram no começo de julho, que é depois de março. Eles seguiram o altruísmo, a coragem e a bravura dos piauienses, que expulsamos os portugueses em batalha sangrenta.

Anteontem, passando pelo cemitério em que estão os mortos da Batalha do Jenipapo, Professor Papaléo, eu ficava a imaginar se valeu o sacrifício da luta pela nossa independência. Para haver independência, tem de haver independência econômica. O povo está a cada

dia mais escravizado do que na derrama portuguesa. Aí estão os impostos.

Faço uma homenagem. Quis Deus que aqui houvesse bravos piauienses, netos daqueles que foram para uma batalha sangrenta expulsar os portugueses e continuar o sonho de Tiradentes: combater a derrama e as explorações. Coincidentemente, aqui há piauienses, como o Prefeito do Município São João da Fronteira, Sr. Antonio Ximenes; de Prata do Piauí, Charles Barbosa; e os Líderes Wilson Aguiar, do Norte; Valdinar Fortes e o executivo da Fundação Deoclécio Mendes de Amaral.

Então, brasileiras e brasileiros, quando olharem o mapa do Brasil, saibam que aquela grandeza se deve aos piauienses. O Brasil ia ser dividido em dois. O sul seria o Brasil, do filho Pedro I, e o norte, o país Maranhão ligado a Portugal. Para isso, veio o afilhado, sobrinho, militar extraordinário, o português Fidié. E nós expulsamos os portugueses, que foram para o Maranhão, aliado de Portugal.

O Hino do Piauí foi feito por um negro, Costa e Silva, que fez concurso do Itamaraty e tirou em primeiro lugar. Mas foi excluído, Cristovam Buarque – olha a luta do Paim –, porque era negro. O Barão do Rio Branco disse que não ia nomear um macaco para representar o Brasil, mas a pujança do Piauí é tão grande que dois filhos deles entraram no Itamaraty.

Quero dizer o seguinte: essa luta toda foi para vivermos melhor, mas não vivemos. O jornalista piauiense Tomaz Teixeira publicou o artigo “Governo precisa repensar. Povo não suporta mais as elevadas tarifas públicas”. Ele diz:

Se os problemas dos empresários estão nas elevadas taxas de juros e estúpida carga tributária, a sociedade não suporta mais as elevadas tarifas públicas que avançam, sem piedade, no bolso do povo.

Sei que a história de impostos é antiga, mas ninguém nunca foi com tanta sede ao poço dos tributos como o PT: dezesseis foram majorados, dois estão a caminho, as famigeradas Medidas Provisórias n^{os} 232 e 226.

Apenas diria ao seguinte: sonha-se em aumentar o salário mínimo em R\$30,00. O aumento do servidor público, que serve ao povo, foi de 0,01%. Foi defasado, segundo os economistas, em 179% o salário dos brasileiros. A classe média não suporta mais os gastos públicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Apresento um exemplo, Senador Papaléo, para mostrar como os

impostos são caros. Hoje, um brasileiro trabalha 5 dos 12 meses do ano para pagar impostos.

Sobre o álcool, Senador Papaléo, o Governo cobra 43,28%.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Serão concedido cinco minutos para V. Ex^a concluir seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O sabão em barra, 40,50% de imposto; o sabão em pó, 42,27%; a esponja de aço, 44,35%; o açúcar, Senador Suassuna, 40,50%; a água mineral – a água! –, 45,11% de imposto, Senador Siqueira Campos; a cachaça, Presidente Lula, a cachaça, 83,07%; papel higiênico, Senador Suassuna, 42%; xampu, para as belas mulheres, 52,33%, e assim vai. A casa popular, 49,02%. Então, essa é a realidade. O caderno universitário custa R\$2,85, sendo que R\$1,40 vão para imposto.

Poderiam dizer que já era sim, mas não era. Aumentou, foi aumentando. Na década de 70, se trabalhava 76 dias por ano, ou seja, 2 meses e 16 dias para pagar os tributos. Senador Ney Suassuna, este homem trabalhou, o Presidente Lula pouco trabalhou. Eu sei que foi um acidente, ele perdeu um dedo. Mas eu trabalhava, e muito, em 1967/8 e os meus companheiros de trabalho anestesistas, como o Dr. Narciso, que foi prefeito, e o Dr. Mário Laje, diziam que trabalhávamos um ano, e um mês ia para o Governo. Agora, de um ano de trabalho, cinco meses vão para o Governo, e isso não é devolvido em segurança, saúde ou educação. Esse Governo está ruim.

Ney Suassuna, eu o apelidei de Shakespeare. Nem Shakespeare conseguiria defender esse Governo. Shakespeare disse: “palavras, palavras e palavras”. Se ele escrevesse hoje diria: “mentira, mentira e mentira”. É só mídia. O povo vai mal.

Vou dar um exemplo, pois governei o Piauí há poucos anos, Senador Siqueira Campos: transporte aéreo. Eu levei a TAM para o Piauí. Não houve comemorações, porque havia a Transbrasil, a Varig e a Vasp. Atentai bem, ó núcleo duro! Eu dividi os recursos pelas empresas, Senador Cristovam Buarque. Agora, só há a TAM.

Lembra-se Suassuna de que Shakespeare disse que havia algo de podre no reino da Dinamarca? Há muita coisa podre nesse Governo. Estão todos falindo.

Vou conceder a palavra ao Senador Siqueira Campos, mas antes digo que donos de hospitais – não vou citar nomes –...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –... altruístas, sonhadores, Mozarildo, entregaram suas ações por-

que não podem mais usar talões de cheque, depois de 50 anos de trabalho. É, Papaléo, entregaram as ações dos hospitais.

E a Previdência massacra as prefeituras. Com essa Previdência, Cristovam Buarque, algumas prefeituras estão comprometidas de 20% a 25%.

Há algo de podre no reino da Dinamarca. Há algo de podre no Brasil. Está tudo falindo.

O pobre está passando fome. Há incompetência.

Está aí o Chávez. Senadora Heloísa Helena, fui com Adalgisinha lá e peguei um carro: “Gasolina! Encha aí o tanque”. Foram R\$55,00, Senador Suassuna! Lá no Piauí, botei ontem: R\$126 de gasolina. O gás de cozinha, no país de Chávez, é R\$10.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai me permitir o espírito da lei.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, o espírito da lei diz que V. Ex^a já esgotou seu tempo normal e a prorrogação e tem mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, Sr. Presidente, levando em consideração a sua profissão – um homem de coração, cardiologista, generoso – e o sofrimento do povo, tenho certeza de que V. Ex^a vai me permitir dizer: há algo de podre neste Governo! Ó, Suassuna, está bom para nós! Ainda há o descaramento de se tentar mutilar a democracia. O Poder Judiciário chega aqui pressionando para que haja o vergonhoso aumento: nove mil este ano e mais para o outro. Isso ocorre quando os pobres, o servidor municipal, ganham...

Senador Paulo Paim, Castro Alves, em “O Navio Negreiro”, dizia: “Ó Deus, onde estás que não vês essa injustiça?”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ó Deus, ó Deus, feche este Congresso se deixar passar a famigerada medida provisória que vem aí aumentando o imposto para os que trabalham.

Congressistas, está aí a resposta: a saída é a primazia do trabalho e do trabalhador. Eles é que fazem a riqueza. Vamos evitar o discurso de Lula no dia 1º de maio, que, diferentemente de Getúlio, que se dirigia aos trabalhadores do Brasil para lhes apresentar um salário mínimo digno, poderá dizer: “Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos! Garanto os vossos lucros!”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Pela ordem, tem a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra imediatamente se quiser.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou inscrito também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Em seguida, concederemos a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, orador inscrito. Posteriormente, pela Liderança da Maioria, falará o Senador Ney Suassuna.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, participei em Lisboa, no dia 10, quinta-feira, do Fórum Empresarial Investimentos Internacionais Brasil e Mercosul, que contou com a presença de empresários portugueses e brasileiros.

Coube-me a missão de falar sobre investimentos sustentáveis na Amazônia, sobre um novo modelo de desenvolvimento que busca o crescimento econômico, que busca reproduzir o capital, promover a equidade social e preservar o patrimônio ambiental de nossa sociedade, do povo brasileiro – alguns insistem em transformá-lo em patrimônio ambiental da humanidade, incluindo algumas incursões ou intromissões, como foi o caso do ex-Comissário da União Européia, Pascal Lamy, cuja manifestação causou inúmeros protestos de brasileiros.

Digo e reafirmo que não bastam os nossos protestos, temos de apresentar uma alternativa concreta de desenvolvimento para a Amazônia. Se continuar o que está aí, haverá o avanço da fronteira agrícola, a conversão de uma floresta biodiversa em cultura de uma só espécie: pastagem para o gado ou soja para exportação.

Atendi o convite da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Portugal e falei sobre investimentos sustentáveis na Amazônia. Agradeço a oportunidade e, particularmente, o generoso e gentil convite feito pelos Srs. José Zetune e José Renato Bóia.

Enumerei as possibilidades de mudança do modelo de desenvolvimento econômico para a nossa região. A nossa floresta é rica em produtos madeireiros e não-madeireiros, e, ao longo desses últimos vinte anos, desenvolvemos tecnologia de manejo florestal para florestas heterogêneas. As nossas universidades, os nossos cursos de Engenharia Florestal reproduziam os pacotes transferidos da Europa para cá e especiali-

zavam nossos engenheiros florestais em florestas industriais, em florestas monoespecíficas. Agora temos como manejar a floresta amazônica, que é heterogênea, sem necessariamente destruí-la: a partir do manejo e da certificação de origem dos produtos madeireiros e, na ponta, com uma poderosa indústria moveleira e o uso dos recursos não-madeireiros, das resinas, das essências, dos cipós. Enfim, a floresta oferece uma variedade enorme de produtos que podem perfeitamente ser utilizados, seja na indústria de cosméticos seja na indústria farmacêutica.

Já fiz palestras e conferências para públicos variados, mas é a primeira vez que vejo um público tão interessado, formado por empresários brasileiros e portugueses que buscam uma alternativa de desenvolvimento econômico. É necessário que a economia cresça, mas isso apenas não é suficiente para resolver os graves problemas que nos afligem, não só a Amazônia mas o País, entre eles a grave concentração de renda.

Precisamos do crescimento econômico, precisamos dos capitais, mas precisamos de uma direção, precisamos de um grande programa que promova o zoneamento econômico, ecológico e social da Amazônia e que defina as áreas para produção. É necessário que o Governo se apresse em enviar um projeto de concessão e uso das florestas da Amazônia. Temos de dar um destino econômico à floresta, sem destruí-la, para que possamos preservá-la, Sr. Presidente.

Tive a satisfação de debater sobre isso com empresários. Ficou acertado que a Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing do Brasil organizará um fórum na cidade de Macapá, para discutirmos as possibilidades de investimentos e o uso adequado, correto e racional de nossas riquezas naturais, evitando que os recursos sejam destinados apenas ao cultivo da soja ou ao pasto.

Não que a soja seja desprezível, Sr. Presidente. A soja é um produto de altíssimo valor alimentar, do qual precisamos. Em nossa região e em nosso Estado, Sr. Presidente, colocou-se um dilema. A soja entrou em Roraima e agora pretende entrar no Amapá. Imagine a soja na Amazônia, se temos quase 30% do território do Maranhão disponível – território em que não nasce absolutamente nada, não há nada plantado. Vamos utilizá-lo, já está desmatado.

Neste momento, fala-se, no Amapá, em avançar com a fronteira agrícola plantando soja. Por isso, a proposta desse seminário é de discutir as amplas alternativas e possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento e de uma nova maneira de aproveitar a floresta, mantendo-a de pé.

Segundo alguns estudos de que dispomos, um hectare de floresta em pé, sendo utilizado, adensando a cadeia produtiva de produtos madeireiros e não-madeireiros, produz muito mais economia, reproduz muito mais o capital do que qualquer outra atividade produtiva.

Por último, Sr. Presidente, esse fórum foi tão importante que o Instituto Politécnico do Porto nos convidou para voltarmos em janeiro para falar sobre Ecoturismo na Amazônia. Todos sabemos que a porta de entrada para todos os países da União Européia é Caiena, na Guiana Francesa. Trata-se de um voo doméstico, cujo preço é a metade dos voos internacionais.

Portanto, voltaremos ao Porto para trazermos o turismo não só ao Amapá, mas aos demais Estados amazônicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

S. Ex^a terá até dez minutos para seu pronunciamento

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, é do Amapá, assim como o Senador João Capiberibe, que me antecedeu nesta tribuna. Vejam como a Amazônia é diferente! As pessoas que moram fora da Amazônia – refiro-me aos brasileiros, não vou nem falar nos estrangeiros – pensam que a Amazônia é só florestas. No entanto, mais ou menos um terço do meu Estado é constituído de campos naturais, que chamamos de lavrados, porque não têm floresta. Aliás, têm menos árvores do que o cerrado do Centro-Oeste.

Justamente por ser tão diferente é que a Amazônia não pode ter somente uma política. A Amazônia não pode ser pensada apenas como sendo uma grande floresta tropical, imagem que aparece na televisão e na maioria das publicações.

Ocupo esta tribuna hoje, Sr. Presidente, para fazer um registro de como é possível consorciar tecnologia com a vida dos índios. Os índios de Roraima, da região do Lavrado, da Raposa/Serra do Sol e, especificamente, da comunidade do Contão, não concordam com o que a Funai quer fazer naquela região, que é criar uma única área e desocupá-la. Para não dizerem que são palavra minhas, lerei matéria publicada no jornal **Brasil Norte**, de hoje:

Índios e arroteiros colhem primeira safra

Enquanto crianças das etnias cinta larga, do Centro-Oeste, e ianomâmi, de Roraima, morrem por desnutrição, os macuxi da comunidade do Contão, localizada no norte do Estado, mostram como é possível reverter esse quadro desfavorável aos povos indígenas. Com uma parceria estabelecida entre a Associação dos Arroteiros de Roraima e aquela comunidade, foi possível plantar um total de 110 hectares.

A colheita da primeira lavoura indígena irrigada de arroz de Roraima teve início na manhã de ontem, com a presença de produtores, índios macuxi das comunidades vizinhas à maloca do Contão, autoridades das esferas estadual, municipais e federais.

Segundo o Presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, Luís Faccio, esse é um momento histórico para Roraima e prova que é possível fazer o progresso da região e das pessoas que ali vivem.

Ele citou o exemplo dos indígenas que vivem na terra de São Marcos [São Marcos é uma reserva indígena colada na pretendida reserva Raposa/Serra do Sol]. “Eles vivem em situação de abandono e não produzem nada. Aqui, temos um exemplo de como promover a paz e prosperidade entre índios e não-índios.”

Sr. Presidente, faço um parêntese para dizer que essa reserva São Marcos, que foi, da mesma forma que a Raposa/Serra do Sol, adredemente pensada por antropólogos, ONGs e adotada pela Funai, desalojou uma série de produtores que moravam naquela região, consorciados com os índios, deixando só a população indígena, que hoje vive basicamente do contrabando de gasolina da Venezuela.

Então, é impossível acreditar que alguém, de maneira sadia, pense que isolar os índios seja o melhor caminho para eles. Citei no início do meu pronunciamento que os índios ianomâmis no meu Estado, que possuem uma reserva de nove milhões de hectares, têm o maior índice de mortalidade – maior do que os cintas largas –, enquanto os índios do norte de Roraima, região onde foi plantado o arroz, vivem outra realidade.

Continua a matéria:

Esse projeto foi elaborado pelos índios e tramitava na Câmara Federal para financiamento e execução. Entretanto, devido ao rigor e aos entraves da burocracia, não houve avanços.

Segundo o tuxaua Genival Silva, os arroteiros decidiram abraçar a causa e financiaram cerca de R\$300 mil para alavancar o projeto. Para ele, é uma satisfação trabalhar e ver os resultados dessa primeira colheita.

Genival disse que a comunidade já vislumbra a possibilidade de ter energia elétrica 24 horas e receber financiamento e pacotes tecnológicos para a segunda safra. “Nossa vontade é ter até duas safras por ano, para isso precisamos das estradas para o escoamento da produção, assim como energia elétrica para baratear os custos, que com óleo *diesel* é muito alto.”

Os macuxi mostraram-se empolgados com a possibilidade de erradicar a pobreza da comunidade e reduzir as diferenças sociais com trabalho, produção e emprego de recursos tecnológicos de produção.

O Governador Ottomar de Sousa Pinto esteve presente no evento. Para ele, a comunidade indígena do Contão está vivendo um momento histórico e sobretudo demonstra que a união entre indígenas e não-indígenas pode acabar com o sofrimento dos índios, que vivem em pobreza permanente.

“Tenho certeza que se essa ação acontecesse quinze anos atrás, a questão indígena não existiria, e preconizo aos pretendentes da demarcação em área contínua: se acontecer, haverá a inexistência de serviços públicos, escolas, postos de saúde, estradas e incentivo à agricultura nas terras que passarão a ser de responsabilidade do Governo Federal”, disse Ottomar.

Nessa primeira experiência foram plantados 110 hectares que, segundo acordo entre as duas partes, após a colheita, subtrai-se o que foi investido em insumos, máquinas, defensivos, tecnologia e infra-estrutura em favor dos financiadores e o excedente é revertido para a comunidade indígena, nesse caso cerca de 200 mil reais.

Sr. Presidente, a mesma matéria é também reproduzida no jornal **Folha de Boa Vista**, e requeiro que seja também parte integrante do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, lerei outra matéria. Nesses últimos dias, na imprensa nacional, tem sido insistentemente repetida a notícia sobre a mortalidade dos índios em Mato Grosso do Sul. Realmente, é lamentável. Inclusive, morrem igualmente não-índios nas cidades de maneira absurda. Aliás, a média da mortalidade nacional ainda é lamentável. No entanto, ao contrário desses fatos, tenho aqui a seguinte matéria:

Cai número de mortes por desnutrição entre os índios que moram no lavrado

A morte de criança por desnutrição no Distrito Sanitário Leste (DSL), que abrange todas as comunidades indígenas de Roraima, exceto os Yanomami, vem caindo nos últimos anos. Em 2002, foram registradas treze mortes, caindo para quatro em 2003, e duas no ano passado.

Vejam que o índice de mortalidade no meu Estado entre as etnias indígenas, excluídos os ianomâmis, que estão isolados, talvez seja o menor do Brasil até em relação aos não-índios. Peço que essa matéria seja transcrita na íntegra.

Portanto, quero demonstrar que é preciso fazer uma política para o índio e não para as ONGs. Quando se elaborar uma política que vise ao índio como pessoa, melhorando a qualidade de vida nas aldeias, oferecendo-lhes saneamento básico, educação, tecnologia para que possam produzir mais, a realidade mudará completamente. O meu Estado é um exemplo disso.

Infelizmente, o comando da política indigenista no País é míope ou tem má fé, porque o que está sendo feito no Brasil todo, em termos de política indigenista, é apenas demarcação de terras indígenas. E as demarcações feitas já são suficientes, porque 12% do território nacional estão destinados a terras indígenas. São áreas já demarcadas. No meu Estado, há 32 reservas demarcadas, a 33ª será julgada pelo Supremo Tribunal Federal porque questionamos a sua legalidade, e há mais duas sendo encaminhadas. Serão, portanto, 35 reservas indígenas só em Roraima.

É curioso, e precisamos pesquisar o porquê, mas o meu Estado tem a terceira população indígena do Brasil e é, disparadamente, o primeiro em tamanho

de reservas indígenas. Por que será? Será que é porque o mapa das reservas indígenas casa exatamente com o mapa das reservas minerais? Não sei, mas é bom pesquisar. Enquanto isso, índios, em suas aldeias – como os ianomâmis, tão decantados há alguns anos –, estão sendo vítimas de oncocercose permanentemente, Senador Papaléo Paes – V. Ex^a, como médico, sabe do que estou falando – desnutridos, morando a poucos metros.

Lá existe uma ONG que recebe cerca de sete milhões por ano para cuidar deles. E garanto que os dirigentes dessas ONGs estão muito bem. Conhecemos em Boa Vista, eles têm carro do ano, dizem até que têm propriedades enormes, são até donos de rede de farmácia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Enquanto isso, os índios de lá estão à míngua.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente – creio que ainda tenho um tempo de prorrogação –, que precisamos tratar deste assunto de maneira desapassionada, sem o viés ideológico, sem fundamentalismos. Temos que tratar dessa questão com nacionalismo, pensando que não podemos passar um atestado de que somos incapazes de cuidar dos nossos índios, que, segundo a Funai, totalizam 320 mil, e, segundo o IBGE, 750 mil.

O IBGE registra 750 mil, porque a maioria dos índios mora nas cidades, já que, nas aldeias, não têm condições de sobreviver, a não ser que fiquem isolados como os ianomâmis. Será que é isso que o Brasil quer?

Poderíamos fazer uma política indigenista em que pudéssemos até dar, para cada família de índios, um salário, uma cesta básica. Mas o que o índio quer não é isso, ele quer ter dignidade, quer participar. Conheço muitos índios doutores. No meu Estado, são mais de 40 professores índios com curso superior. O Marcos Terena, por exemplo, já tem mestrado.

Eles não aceitam mais ser comandados por “ongueiros”, que, na verdade, fazem isso para viver às custas do dinheiro que recebem. Aliás, isso está mais do que comprovado.

Eu, por exemplo, não conheço uma publicação da Funai sobre a questão indígena, mas o ISA – Instituto Socioambiental – todos os anos publica inúmeras obras sobre a questão indígena, inclusive o maior livro

que existe como referência sobre as etnias indígenas no Brasil. Esse Instituto é dirigido ou é de propriedade do Sr. Márcio Santilli, que foi Presidente da Funai. Por que a Funai não publica isso e arrecada dinheiro para investir nos índios? Por que a Funai resolve terceirizar a questão da saúde e da educação nas reservas indígenas? Por que o Governo Federal resolve terceirizar? Se é para terceirizar, se a Funai e a Funasa não são capazes de cuidar disso, então, chamemos as Forças Armadas que estão lá próximas. Mas as forças armadas são demonizadas por alguns “ongueiros”, sob a alegação de que os soldados violentam as índias – como se eles também não o fizessem –, e que levam doenças aos índios. E, infelizmente, os índios vivem nas cidades e muitas índias se prostituem na periferia das cidades.

Eu, como médico, amazônida e cidadão de Roraima, não quero isso para os nossos índios. No meu Estado, a grande maioria dos índios pensa de forma diferente. Infelizmente, pinçam apenas uma entidade indígena de Roraima, o Conselho Indígena de Roraima, e definem que ela fala pelos índios de Roraima. Mas não fala. Há pelo menos mais três entidades importantes que não aceitam ser comandadas dessa maneira talibânica e fundamentalista em relação à questão indígena.

Deixo mais esse desafio, Senador Ney Suassuna, porque tem sido uma constante da minha parte defender a Amazônia, Roraima e o Brasil, neste Senado, principalmente em relação a passar a limpo essa questão das ONGs. Não podemos admitir que, em 2003, R\$1,3 bilhão tenha sido repassado para essas ONGs, só dos Ministérios, sem contar as fundações e as autarquias federais.

Enquanto isso, as nossas “prefeiturinhas”, que têm dificuldades imensas, são obrigadas a ficar com o pires na mão e tendo de apresentar uma série de documentos para receber uma migalha. E não vejo a CGU apontar essas irregularidades das ONGs, mas a Funasa e a CPI das ONGs já apontaram.

Finalizo o meu pronunciamento, dizendo que aqui está dado o exemplo de como é possível trabalhar juntos – índios e não-índios – em benefício dos próprios índios.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

CONTÃO **Primeira safra de arroz irrigado** **e colhido por índios e arroteiros**

Os índios da tribo Macuxi da comunidade do Contão, localizada no norte do Estado em parceria com a Associação dos Arroteiros de Roraima colheram a primeira safra de um total de 110 hectares de arroz irrigado, plantados por eles naquela região. A colheita teve início no último sábado, dia 12 de março, e contou com a presença de produtores rurais da região, índios e autoridades das esferas estadual, municipal e federal.

O presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, Luís Faccio, destacou a colheita como um momento histórico para o Estado, afirmando ser possível o progresso daquela região com o cultivo do arroz. Ele comentou que esse exemplo deveria ser seguido por outras comunidades existentes no Estado. "Infelizmente ainda existem localidades em que se encontram completamente abandonadas, um exemplo que podemos citar são os índios que vivem na reserva de São Marcos. Lá eles vivem em uma situação de completo abandono e não produzem nada. Já aqui além das parcerias encontradas, promovemos a paz e a prosperidade entre índios e não-índios", ressaltou.

O presidente informou que o projeto para a irrigação foi elaborado pelos indígenas da região e tramitava na Câmara Federal para financiamento e execução, entretanto devido ao rigor e entraves da burocracia, não houve avanços.

Conforme o tuxaua Genival Silva, os arroteiros decidiram abraçar a causa, onde fizeram o financiamento de aproximadamente R\$ 300 mil para iniciar o projeto da lavoura de arroz irrigado.

"É satisfatório trabalhar e ver os resultados positivos que tivemos nesta primeira colheita. Para a colheita da segunda safra, estamos vendo a possibilidade de contar com energia elétrica 24 horas para baratear os custos na produção, pois temos muitos gastos com combustível. Esperamos contar futuramente com estradas que dêem segurança ao escoamento de nossos produtos", informou, o indígena, afirmando que a comunidade tem a pretensão de colher duas safras de arroz por ano.

GOVERNO - O governador Ottomar de Souza Pinto disse que a primeira safra colhida de arroz na comunidade indígena do Contão demonstra além, do progresso, a união entre índios e não-índios. "Acredito que, se essa ação acontecesse há quinze anos atrás, a questão indígena não existiria e preconizo aos pretendentes da demarcação em área contínua: se acontecer, haverá a inexistência de serviços públicos, escolas, postos de saúde, estradas e incentivo à agricultura nas terras que passarão a ser de responsabilidade do Governo Federal", avisou Ottomar.

GASTOS - Para essa primeira etapa foram plantados 110 hectares. Segundo o acordo entre as duas partes, após a colheita, subtrai-se o que foi investido em insumos, máquinas, defensivos, tecnologia e infra-estrutura em favor dos financiadores e o excedente é revertido para comunidade indígena, nesse caso cerca de 200 mil reais. (J.T.)

Cai número de mortes por desnutrição entre os índios que moram no lavrado

A morte de crianças por desnutrição no Distrito Sanitário Leste (DSL), que abrange todas as comunidades indígenas de Roraima, exceto os Yanomami, vem caindo nos últimos anos. Em 2002, foram registradas 13 mortes, caindo para quatro em 2003 e duas no ano passado.

Esse resultado, segundo o coordenador médico do DSL, Paulo Daniel Moraes, é um dos melhores entre as comunidades indígenas no Brasil. Para se ter uma idéia, de 2003 para 2004, a mortalidade entre crianças indígenas aumentou em 13 dos 34 Distritos Sanitários do país.

A taxa de mortalidade infantil por causas gerais na região é de 35,8 em cada grupo de mil nascidos vivos, enquanto que a média nos demais distritos é de 44,4 por mil. Em Roraima, essa taxa é de 36,6, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), um pouco acima do registrado no DSL, apesar de o serviço médico das áreas não indígenas dispor de mais recursos tecnológicos para cuidar da saúde dos menores.

Em todo o ano de 2004, morreram 52 crianças de zero a quatro anos no DSL. As doenças do aparelho respiratório, principalmente a pneumonia, foram responsáveis pelo maior número de vítimas, 19 no total. Paulo Daniel ressaltou que essas enfermidades são as maiores causas de morte em todo o mundo, não só na área indígena. Ao todo, 126 índios morreram por doença no ano passado, sendo um idoso por desnutrição.

O atendimento médico das áreas indígenas é feito pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), através de um convênio com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), no valor de R\$ 7 milhões ao ano.

Segundo Paulo Daniel, que é pediatra e médico sanitário, o trabalho é focado na prevenção. Para isso, 450 agentes de saúde indígena foram capacitados para atuar diretamente em suas comunidades, em conjunto com médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos e outros profissionais de saúde que fazem visitas nas aldeias.

Como ainda não há um padrão definido de peso e altura para os indígenas do lavrado roraimense, diz que não dispõe de estatísticas sobre o baixo peso nas diversas etnias que integram o DSL. Destaca, no entanto, que as equipes médicas fazem o controle da desnutrição, pedindo e medindo as crianças todos os meses.

O DSL atende uma população de 35.065 pessoas, sendo 4.780 menores de cinco anos. Entre adultos e crianças, 121 sofreram de desnutrição. O baixo peso, segundo o médico, decorre de uma associação de fatores como o abandono de crianças e idosos com a morte de seus familiares próximos, doenças graves como a diarreia e carência alimentar em algumas regiões que já não apresentam condições de caça e pesca, para suprir as necessidades por proteína.

A doença é combatida com acompanhamento médico, suplementação alimentar com a doação de leite e farinhas para as crianças e cestas básicas para os idosos e conscientização das comunidades de que é preciso ajudar quem perdeu os parentes.

No caso das doenças respiratórias, os agentes de saúde são treinados para identificar com rapidez os casos e encaminhar os mais graves para Boa Vista, por meio de remoção. Toda a população é vacinada, anualmente, contra a gripe.

Também recebem doses para imunizá-los contra a tuberculose, que também é muito comum na região e contra a catapora. Além disso, os menores de cinco anos são vacinados quatro vezes por ano, cumprindo todo o plano do Cartão de Vacina usado em nossas crianças.

O DSL atende 258 comunidades indígenas. Em 218 há postos médicos, cuja construção, na maioria dos casos, segue o padrão das casas da região e 72 laboratórios habilitados para a realização de exames que identificam a malária, tuberculose e verminoses.

O número de médicos, no entanto, é insuficiente para atender toda a demanda. São quatro profissionais contratados pelo CIR e nove pelas prefeituras que também são conveniadas com a Funasa. Paulo Daniel afirma que além da falta de recursos financeiros para novas contratações, os médicos não se interessam em prestar serviços nas comunidades indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Farei um esclarecimento ao Plenário. O uso da palavra pelo Líder e por delegação se dará, no máximo, duas vezes por sessão: uma pelo Líder, outra pelo delegado.

Faço esse esclarecimento porque o Senador Hélio Costa falou hoje pela Liderança do PMDB por delegação e o Senador Ney Suassuna falará agora como Líder do PMDB, de acordo com o Regimento.

V. Ex^a tem direito de usar a palavra como Líder, Senador Ney Suassuna. Estou fazendo o esclarecimento aos demais Senadores e Senadoras.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o homem é um ser social. Ele se organiza com os recursos que existem no meio ambiente, sempre para buscar a satisfação das suas necessidades. Quando o meio ambiente é rico, com muitos recursos, fauna e flora, ele consegue até viver um pouco mais largamente. Mas, quando o meio ambiente é hostil e duro, como é o caso do nosso Nordeste, ficamos a pensar: “Será que é correto fazer o que estamos fazendo com nossos conterrâneos?”

Passei esse final de semana na Paraíba, visitando o Cariri, Curimataú e o sertão. Sr. Presidente, há secas e secas. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão passando pela seca, mas é uma situação bem diferenciada. A nossa seca é a da miséria completa. Não estou dizendo que o outro não esteja sofrendo, não esteja em desespero ou não esteja precisando de ajuda. É claro que sim, mas, no caso da seca no Nordeste, há séculos a miséria é total.

Não choveu este ano na maioria dos Estados da região. A safra plantada definhou. O milho chegou a meio metro, bonecou, não brotou um grão e servirá para o pasto do gado. Assim, neste ano, mesmo que volte a chover, já não haverá safra. As sementes que estavam no pasto brotaram, mas, como faltou chuva, morreram, e não temos sementes. Talvez tenhamos um pouco de alfazema, mata-pasto, que são vegetais mais resistentes. Pode ser que essa babugenzinha ainda sobreviva.

Eu gostaria de ver alguém que está acostumado com o conforto, ar-condicionado, água translúcida, inodora e incolor, viver no Nordeste, onde vi, ontem, pessoas tomando resto de açude. Na porta da igreja aonde fui para assistir a missa, não havia outra conversa que não fosse: “Senador, e a chuva? Senador, e a ajuda? Vamos receber ajuda?” É deprimente vermos pessoas clamando por uma migalha, porque, há séculos e séculos, não tomamos as providências devidas.

A região é inclemente? É, mas não é pior do que Israel. A região é dura? É, mas se tivéssemos anexado à região tecnologia – e já poderíamos tê-lo feito – não estaríamos nessa situação.

Ontem, saí deprimido. E talvez mais deprimido ainda porque estava muito quente e, de tanto entrar e sair de lugares com ar-condicionado, acabei contraindo uma gripe. Eu pensava: meu Deus, isso não é meio de vida. Não se pode viver de uma agricultura em que se investe o pouco que se tem, mas não se consegue receber de volta! Vem todo aquele ramerrão novamente, Senadora Heloísa Helena, sobre as contas bancárias. Temos que ir atrás para conseguir empurrar para o próximo ano o pagamento, que, quando chega, já foi consumido e o produtor entrega tudo: o gado, a terra, seus últimos bens. É muito duro!

Sei que, por ser um assunto recorrente, quando falamos, entra por um ouvido e sai pelo outro. Para nós, nordestinos, isso já é usual. O resto da Nação já está brutalizada por tanta informação e as coisas não funcionam.

Ontem, em Sousa, a esperança era uma reunião para discutir a questão do São Francisco. Era a única esperança que tinham.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não quero saber do São Francisco no curto prazo. Quero saber da cesta básica, do carro-pipa. Ninguém poderá esperar até que sejam tomadas providências de médio e longo prazos. Precisamos de mobilização. E o pior é que o Ministério não tem nem mesmo as verbas. Então, temos que nos mobilizar.

Não consigo entender como é que 150 Parlamentares, 27 Senadores, não fincam pé e pedem medidas mais definitivas para livrar o nosso povo dessa miséria incomensurável, que humilha todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, como orador inscrito.

S. Ex^a terá até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de quinta-feira, vim à tribuna para dar uma contribuição sobre o debate em torno das medidas provisórias.

Eu disse, naquela oportunidade, que a discussão é essencial para se resgatar a imagem do Congresso, pois o processo legislativo, como pude expor, é constantemente sobrestado pelo uso excessivo desse ins-

trumento, impossibilitando-nos, assim, de dar maior celeridade à apreciação das iniciativas parlamentares.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, a sessão é não-deliberativa, mas amanhã ela estará sobrestada com relação às decisões da Ordem do Dia. Mas não pude concluir o meu pronunciamento e vou fazê-lo hoje, porque tenho – e sei que todos os Parlamentares que estão aqui também têm – sugestões no sentido de se limitar o poder de editar medidas provisórias, o que vem causando transtorno e vexame ao processo legislativo.

A primeira sugestão diz respeito ao elenco de matérias sobre as quais é vedada a edição de medida provisória. Na Constituição Federal, já há esse elenco no art. 62, § 1º.

São matérias relevantes, é certo, mas geralmente de escassa frequência na produção legislativa ordinária. Excluindo-se as leis orçamentárias, quase nada de uso mais ou menos cotidiano na Administração entrou nesse elenco da Emenda nº 32. Então, o que está proibido pela referida emenda quase não entra na nossa pauta. Desse modo, é uma proibição inócua. Não está limitando nada, não está vedando absolutamente nada. Basta ver o rol das mais recentes e numerosas medidas provisórias. Tratam desde a regulamentação de regras constitucionais até variada gama de questões fiscais e tributárias, instituição de programas de Governo e ações administrativas diversas, políticas de crédito, mineração, normas de produção econômica, criação de cargos públicos e vencimentos e vantagens de servidores, chegando mesmo à abertura de crédito extraordinário. Quase nada, Sr. Presidente, está vedado!

Creio que o Congresso, se optar por maior restrição quanto às matérias sujeitas a disciplinamento por medida provisória, deve considerar que já há uma comissão mista de Deputados e Senadores, cujo Relator é o Deputado Sigmaringa Seixas, que vai emitir parecer a respeito disso. O que é certo é que todas as matérias poderiam ser identificadas e editadas com fulcro na Emenda nº 32, para se verificar pelo menos quais as matérias são dela recorrentes com maior frequência, no sentido de se impedir o abuso da edição das medidas provisórias.

Uma outra opção, Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, seria o inverso: em vez da disciplina negativa, o Texto Constitucional poderia tratar do tema positivamente, ou seja, elegeria quais as matérias que poderiam ser objeto de medida provisória, sendo a exclusão do rol a indicação da proibição.

Esse aspecto positivo do trato da questão parece adequado ao método de trabalho acima indicado, pois o Congresso faria aquele levantamento a partir

da Emenda nº 32 da Constituição e verificaria quais as matérias, genericamente consideradas no rol histórico das medidas editadas, que efetivamente se revestiam de urgência e relevância, podendo, portanto, ser excepcionalmente tratadas por meio de medida provisória daqui para frente.

É possível ainda – vejam bem como fazer quando se quer encontrar uma saída – optar por outra solução, já que não se vão extinguir as medidas provisórias. Cabe-se limitar o número de medidas provisórias que o Presidente da República pode editar em um determinado período ou ainda estabelecer quantas medidas podem tramitar no Congresso, ficando impedido o Presidente de editar outras medidas se atingido aquele número. Esta última solução creio que tem o caráter de maior inovação no trato constitucional da matéria.

De fato, sempre se vai imputar ao Congresso – até que ele realmente possa modificar o exame desse assunto – a responsabilidade pelas dificuldades surgidas quando se está tratando com medidas provisórias e a demora em sua conversão em lei. Mas nunca se pensou em efetivamente se limitar o poder do Presidente da República para editá-las, especialmente quando lança mão em excesso desse instrumento que deveria ser absolutamente excepcional.

A conjugação de critérios seria o ideal, restringindo-se ora pela via positiva as matérias passíveis de disciplina por medida provisória, e também limitando-se o número delas, que podem estar tramitando no Congresso.

Na outra ponta da cadeia legislativa, porém, é preciso também algum aperfeiçoamento. Poderíamos agilizar a tramitação no âmbito do Congresso, com parecer de Comissão Mista Permanente e poder terminativo em tema dos requisitos constitucionais, e votação em sessão conjunta do Congresso Nacional, com votação separada de Deputados e Senadores, como no caso do veto.

Srª Presidente, à alegação de que esse mecanismo atropela a possibilidade de reflexão no Congresso, pode-se ponderar que a medida provisória precisa voltar às suas origens inspiradoras. Não se trata de meio legal para regular toda e qualquer matéria, nem a todo e qualquer tempo. Só mudando o modo de vê-la, tanto no Congresso quanto na Presidência, será possível encontrar aquele ponto de equilíbrio a que me referi.

De tal forma, já a limitação positiva das matérias darão a exata medida do que pode ser disciplinado por medida provisória, pois serão indicados só assuntos realmente de grande relevância e que possam ensejar urgência em determinado momento da vida administrativa do País.

Assim também será possível ao Presidente da República, já positivamente limitado em suas opções, igualmente se conter, por força da restrição quantitativa das medidas que pode editar, realmente prevenindo-se, com saudável planejamento e previdência, para só lançar mão desses instrumentos em caso de excepcional necessidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o atual art. 62 da Constituição, com a redação dada pela Emenda nº 32, não se tem revelado adequado, porque a limitação ainda frouxa do poder do Presidente da República não tem contido o Poder Executivo, que freqüentemente transborda as exigências constitucionais de urgência e relevância, de resto critério subjetivo de difícil precisão. Nem a regras sobre a tramitação no Congresso, igualmente inscritas no art. 62, têm dado ao Parlamento, face às suas características de confluência de ideologias e justos interesses políticos conflitantes, a agilidade desejada, pois nunca poderá acompanhar, em presteza, a deliberação isolada e pessoal do Presidente da República.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr^a Presidente, aproveito o tempo que me resta para fazer um apelo a todos os Parlamentares: não deixemos fenecer esse debate! Precisamos realmente pôr cobro e terminar com esse verdadeiro cerceamento das prerrogativas do Parlamento.

Por último, desejo dizer que concordo – e já havia ocupado a tribuna, na sexta-feira, para falar sobre a seca do Nordeste – com o pronunciamento do Senador Ney Suassuna, que ouvi há pouco. Sei que a Senadora Heloísa Helena tem um depoimento a dar, depois de uma visita que fez, juntamente com o Senador Teotônio Vilela e o Presidente da Casa, Renan Calheiros, ao interior alagoano.

A situação vem se agravando – e o impressionante é que há um ditado que diz que o brasileiro só fecha a porta depois de roubado – e não há providências adequadas para se verificar o que será feito depois. A situação está praticamente instalada e a realidade do nosso interior já tem, a esta altura, todas as características, infelizmente, de uma seca. Todos os sinais de que a seca está presente já são vistos facilmente em nosso interior, bem como a pobreza do nosso povo, a fragilidade econômica e social da nossa gente e dos Municípios.

Os Prefeitos são os primeiros a serem procurados; em seguida, o Governo do Estado. Porém, está na Constituição que as calamidades, estas sim, ficam

a cargo do Governo Federal e da Presidência da República.

Sr^a Presidente, a Senadora Heloísa Helena tinha razão quando disse que comissões são necessárias para prestar solidariedade, esta absolutamente indispensável, mas comissões para tratar de providências, de sugestões, essas nós temos.

A seca, infelizmente, é igual na sua perversidade, na sua dramaticidade. Não há seca menor nem maior. É seca. Quando se fala na seca, fala-se em falta d'água, de comida, de safra de feijão, de safra de milho; fala-se, infelizmente, em falta de tudo na casa daquele que, ainda quando não há seca, já tem pouca coisa, tanto menos quando ela ocorre.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é chegada a hora de se tomarem providências. O Dia de São José vem aí e a crença do nosso sertanejo é muito grande. Enquanto essa data não chegar, ele ainda vai acreditar e é bom que possa ter essa crença para não haver o desespero, mas precisamos de providências. Não esperemos, apenas, pelas chuvas: vamos agir.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Papaléo Paes, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 1º Suíplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o fim de semana, tivemos a oportunidade de acompanhar um largo noticiário sobre as despesas do Governo Federal.

Todos sabemos que um dos principais problemas que ocorrem em qualquer governo reside em saber como equilibrar uma receita de impostos que a população possa pagar e que garanta um processo de desenvolvimento para o País, bem como, ao mesmo tempo, saber fazer o melhor uso desses recursos. Isso não é fácil! O uso claro e tecnicamente correto de recursos, realmente, pouco acontece nos governos, e parece que neste Governo está acontecendo menos ainda.

A principal notícia é que as despesas orçamentárias com pessoal e encargos sociais, que eram de R\$75 bilhões, em 2002, estão previstas para R\$98,1 bilhões, em 2005. Portanto, haverá um aumento de 30,8%, o que, em termos reais e financeiros, repre-

senta um aumento de R\$23,1 bilhões nos gastos com pessoal.

Poderíamos dizer que isso está beneficiando um aumento de salário para os funcionários. Na realidade, o aumento previsto para os funcionários públicos neste ano, ao contrário do que o Presidente Lula dizia na sua campanha, é de 0,1%. Não é sequer de 1%, Senadora Heloísa Helena, mas de 0,1%. Acredito até que quando escolheram esse número o fizeram por pura maldade, porque poucos vão saber o que é 0,1%. As pessoas sabem o que é 1%, mas 0,1% é um valor tão pequeno que apenas um professor de Matemática ou de Aritmética poderá avaliá-lo claramente.

Na realidade, gastaram-se R\$23,1 bilhões, mas qual deveria ser a prioridade do Governo? Educação, saúde, saneamento básico – com o que não se gasta nada – e programas sociais como o Bolsa-Escola ou o Fome Zero. Enquanto esses programas gastam recursos muitas vezes inferiores aos do passado, o custo com pessoal aumentou em cerca de 30% em três anos e representa, hoje, R\$23 bilhões a mais.

Isso aconteceu porque o Governo contratou 45.580 funcionários civis. Assim, a folha de pessoal crescerá 44% em relação ao último ano de FHC.

Em 2002, eram 456.741 funcionários civis; em novembro de 2004, já eram 499.655. Houve um aumento de 9,4%.

Os cargos de DAS (Direção de Assessoramento Superior), que são de confiança, subiram de 17.559, em 2003, para 19.828, em 2004. Portanto, um aumento de 13% e mais de dois mil cargos de confiança criados em toda a estrutura do Governo Federal.

O que representa isso? Representa, além de um grande aumento de despesa, um péssimo exemplo para os governos estaduais e municipais, que têm de manter suas finanças equilibradas. Então, enquanto a população brasileira faz um grande esforço para pagar esses impostos que aumentam a cada dia e o Ministro Palocci faz um esforço para pagar os juros, para manter a dívida com um percentual decrescente do PIB, ao mesmo tempo, o Governo, por intermédio do Palácio do Planalto, principalmente, e dos Ministérios setoriais, aumenta a cada dia mais sua despesa com pessoal e com setores meio. Na realidade, o que há é uma despesa maior. E o próprio Ministro José Dirceu, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, anunciou que realmente o Governo tinha aumentado a despesa e que esses aumentos de despesas não foram em investimentos

nem no setor social nem no de infra-estrutura, e sim nos setores meio.

Temos visto, por exemplo, que todos os dias surgem denúncias de que determinado órgão do Governo gastou mais em diárias e em passagens do que em setores fins e em investimento.

A Presidência da República também aumentou o seu quadro em 834 novos funcionários.

As despesas de manutenção da máquina administrativa do Gabinete Presidencial cresceram 186,7%, entre 2002 e 2004 – R\$287,5 milhões, em 2004. Esse valor é maior do que o gasto mensal para o Programa Bolsa Família, que tem um custo de R\$264 milhões. Portanto, do próprio Gabinete Presidencial, que é de onde deve vir o exemplo maior, já que o Governo falou, durante a campanha, que queria fazer com que o País crescesse e que manteria as finanças equilibradas. Então, de lá deve vir o exemplo de despesas mínimas, para que o restante do Governo Federal e também os governos estaduais e municipais possam cumprir isso.

Lembramos que o maior investimento do ano passado foi a compra de um avião de luxo para o Presidente. E não ficou só nisso. Aumentaram também as despesas/mês. Os gastos do Gabinete Presidencial com passagens, diárias e locomoções cresceram 51% no Governo Lula, atingindo R\$17 milhões, em 2004. E vão crescer ainda mais agora com o avião novo.

Os gastos com serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas cresceram 257% entre 2002 e 2004. E esses gastos foram da ordem de R\$258 milhões, em 2004.

Em relação aos cargos em confiança, foi publicada uma matéria sobre o assunto em um jornal de domingo – **O Globo**, se não me engano –, que fez um levantamento detalhado de todos os cargos de confiança e cargos em comissão no Brasil inteiro e chegou à conclusão de que o PT ocupa 65% desses cargos. Quer dizer, na verdade, há uma politização da máquina pública: só estão recebendo cargo em comissão aqueles que são filiados ao Partido do Presidente. Os partidos aliados, que têm ajudado o Presidente a governar – e fala-se que seria um governo participativo, uma coalizão de diversos partidos –, na verdade, têm uma minoria desses cargos, que estão concentrados em torno do PT.

Vemos agora, Senador Tasso Jereisatti, a dificuldade do Presidente em fazer a reforma ministerial. O Senador Aloizio Mercadante disse, na semana pas-

sada, algo muito interessante: que a dificuldade da reforma ministerial é que tem muita gente querendo entrar e não tem ninguém querendo sair. Aparentemente, isso é verdade. O Presidente precisa dar um ministério ao PP e outro ao PMDB, inclusive ao nosso companheiro e amigo Senador Romero Jucá – que estava presente, mas já saiu; está esperando há tanto tempo que saiu.

Então, na realidade, ele não consegue demitir. Por quê? Porque não há critério. Qual seria o critério para a demissão? Tirar os piores ministros. Todos sabem quais são os ministros que não estão dando certo. A revista **Veja**, inclusive, contratou 12 cientistas políticos para analisar os Ministérios e citar quais os ministros que deveriam ser mandados para casa. Dois foram escolhidos por unanimidade como ministros que deveriam ser mandados para casa, e não o serão aparentemente; dos outros, foram escolhidos mais 11, que também não serão demitidos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, Srª Presidente, necessitamos que o Presidente Lula tome uma decisão. Inclusive consultei agora o Senador Bornhausen sobre a viabilidade de abirmos uma página no *site* do PFL...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, V. Exª tem cinco minutos ainda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Vamos abrir no *site* do PFL uma página para que a população opine sobre quais ministros devem sair. Creio que, com isso, Senadora Heloísa Helena, resolveremos um problema do Presidente Lula. Já que Sua Excelência não tem coragem de tirá-los, que, pelo menos, ouça a população. Os cientistas políticos já deram a sua opinião. Vamos abrir essa página no *site* do PFL para que as pessoas possam opinar sobre os ministros que não estão se saindo bem. Há muitos.

Penso que, se o Presidente tomasse como critério básico demitir aqueles que não estão dando certo, haveria vaga, Senador Tasso Jereissati, para colocar todos aqueles que querem entrar no Governo, como foi dito pelo Senador Aloizio Mercadante, e, assim mesmo, ainda precisaria de mais alguns.

Concedo o aparte a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Srª Presidente, Senador José Jorge, gostaria de juntar os dois temas de seu discurso, porque um é interligado ao outro. V. Exª levanta a questão do aumento de despesas, ao mesmo tempo em que faz uma ampla e precisa divagação sobre o aumento de despesas que fatalmente levarão ao aumento e à manutenção desses juros e, o pior, ao menor nível de investimento da nossa história, e explica a visão que o Governo petista tem sobre a administração pública. V. Exª observou uma coisa que já há algum tempo me chama a atenção também. Não vi, em nenhum momento em que se discutiu essa questão da reforma ministerial, o critério de vocação de determinada pessoa para o ministério, da formação da pessoa que vai ocupar o futuro ministério, do preparo que o próximo ministro precisa para ocupar a pasta. Não existe nada, nada, nada. Toda questão da escolha dos novos ministros, da saída dos novos ministros gira em torno de satisfazer alguém, como fazer com que fulano fique feliz ou infeliz, sem que o bem-estar público, o potencial de fornecer um serviço de qualidade para a população seja sequer levantado. Deu-me saudade do tempo recente em que alguns presidentes, até de história não tão felizes, diziam que queriam doze Jatenes e que davam a idéia da qualidade de seus ministérios por causa disso. Ninguém espera um melhor ministério, porque esse não é o critério. Espera-se um ministério que possa contentar todo mundo dentro de um quadro de fisiologismo. Não há nem do próprio Presidente da República, nem do próprio Governo a idéia de fazer uma reforma ministerial para melhorar o ministério, o serviço público, para dar maior eficiência ao Governo. Não! Não foi sequer tentado fazer um disfarce desse *show* de fisiologismo que estamos vendo aí. É esse o aparte que queria fazer a V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço-lhe, Senador Tasso Jereissati. V. Exª tem absoluta razão: isso não faz parte dos critérios.

Eu gostaria, Srª Presidente, para concluir, de pedir três coisas basicamente. Em primeiro lugar, acho que o Tribunal de Contas da União deveria fazer um exame apurado das contas da Presidência da República, para dar um exemplo. As contas da Presidência da República devem ser as mais conhecidas e servir de exemplo para o restante do País.

Em segundo lugar, apelo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador

Antonio Carlos Magalhães, e aos Líderes, para que o PLS nº 384, de 2003, de minha autoria, que proíbe que o PT ou qualquer outro Partido cobrem dos salários dos cargos comissionados, seja votado naquela Comissão. Enquanto o PT ou qualquer outro Partido no poder puder fazer esse tipo de cobrança para aumentar as próprias finanças, cada dia mais haverá cargos comissionados no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Em terceiro lugar, Sr^a Presidente, deveríamos aumentar, ainda, a mobilização contra a MP nº 232, que é, na verdade, uma nova tentativa de aumento de impostos. Esse aumento será utilizado não para as prioridades governamentais, que não existem – os projetos de infra-estrutura e os programas sociais –, mas para o aumento da folha política do Governo, no sentido de criar cargos em comissão, de nomear pessoas não-habilitadas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr^a Presidente, solicito a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PL.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a deseja falar neste momento ou posteriormente?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Se for possível, neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PL, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, anunciou que é propósito do Governo diminuir a relação dívida/PIB para 40%. Pelos seus cálculos, isso definitivamente recuperaria a credibilidade do Brasil diante dos investidores.

É claro que ter crédito diante dos investidores, para o Sr. Secretário do Tesouro, é mais importante do que os objetivos da Nação. Ficam para depois a saúde,

a educação, as estradas, os projetos de crédito para a agricultura, que não lhe fazem sentido nenhum. Para S. S^a, o importante é que o Brasil tenha essa relação dívida/PIB de 40%.

A esmagadora maioria da população brasileira e também dos políticos talvez não saiba o que isso vai significar para a nossa economia, pois não está muito familiarizada com conceitos econômicos, mas está familiarizada, sim, com assalto, com o filho que não tem escola, com a fila de hospital, com o desemprego do marido envergonhado, que já não tem mais desculpa para dar à mulher, por não conseguir sequer colocar comida na mesa. Mas quero alertar o Plenário e o Brasil, porque reduzir a relação dívida/PIB para o índice de 40% significará um arrocho de mais ou menos R\$200 bilhões nos próximos anos.

Examinem-se, inicialmente, os fundamentos técnicos da proposta do Secretário, que não faz segredo a ninguém quando afirma tê-los aprendido na condição de empregado do FMI por oito anos. Na sua visão monetarista, a dívida pública é uma entidade isolada da economia, que pode ser reduzida à vontade, sem maiores conseqüências. O custo da dívida, nessa concepção, não é uma taxa de juros discricionária, determinada pelo Banco Central, mas o preço que os investidores exigem para financiar o Estado.

O secretário se esquece do fato óbvio, conhecido por qualquer vendedor de pipoca: que a dívida pública é a contrapartida da riqueza líquida privada.

Simplemente, os investidores não vão querer desaplicar o dinheiro que investiram em títulos públicos, enquanto estes estiverem remunerados às maiores taxas do mundo. As taxas de juros no Brasil são indecentes, imorais. Portanto, ninguém quer vender seus ativos da dívida pública, porque não encontrará, neste País, nenhum negócio mais seguro e rentável.

Alguém dirá: mas, Senador Crivella, é normal o sujeito tirar o dinheiro do banco, do *over*, e comprar uma casa, uma fazenda, uma loja! É verdade, mas aquela pessoa que vende vai pegar esse dinheiro e aplicar na dívida pública, porque os juros são altíssimos. Assim, o nosso estoque de dívida tende a crescer.

Na verdade, diminuimos nossa dívida/PIB no ano passado, exatamente porque o PIB cresceu alguma coisa. Trata-se de um crescimento que, com 0% do primeiro ano do nosso Governo, cai na taxa medíocre de 2,5% ao ano, a mesma do Governo Fernando

Henrique, do neoliberalismo que levou este País ao maior desemprego e subemprego da sua história. Hoje são mais de 22 milhões de brasileiros no desemprego aberto ou no subemprego.

Portanto, continuamos com o índice medíocre de 2,5%, que temos conseguido até agora. O pior, Senadora Heloísa Helena, é que essa herança vem do Ministro Pedro Malan, que dizia que o Brasil não precisava mais crescer aos níveis de 7% ou 8% – o que realmente reduziria o estoque da nossa imensa parcela de desempregados –, porque a nossa taxa de crescimento estava caindo. A taxa de crescimento da população está caindo, então não precisamos mais crescer aos níveis da década de 70.

Sr^a Presidente, quero deixar aqui um alerta, porque venho do Rio de Janeiro, onde a saúde virou um caos. No Rio de Janeiro, o Governo Federal não podia investir, porque tinha que pagar juros, e o Prefeito, porque queria ganhar juros. Agora, viu-se que 30 milhões do dinheiro da saúde estavam aplicados no *over*. Até os Prefeitos estão contagiados com essa ciranda indecente de aplicações financeiras, quando há pessoas morrendo nas filas dos hospitais.

Olhem V. Ex^{as} a que ponto chegamos: não há dinheiro federal para investir, porque temos uma dívida anual de US\$150 bilhões e um superávit de US\$70 bilhões a atingir!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sim, Sr^a Presidente, já vou concluir.

A verba federal não é repassada, porque é preciso pagar juros, e o Prefeito municipal não aplica os recursos, para ganhar juros. Quer dizer: um não aplica os recursos, porque tem que pagar juros, e o outro não aplica o dinheiro na saúde porque tem receber juros. Esse é o Brasil da agiotagem, que agora ameaça a população brasileira, para reduzir a dívida/PIB a 40%.

Sr^a Presidente, fica aqui o meu alerta e o meu clamor. Clamo aos céus, mas também aos homens de boa vontade: é preciso fazer alguma coisa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso da trans-

parência certamente rendeu pontos importantíssimos na trajetória que conduziu o PT ao poder neste País; da mesma forma, a ausência da transparência é uma das razões fundamentais para a sua condenação no Governo.

A revista **Veja** publica matéria que não pode cair no esquecimento. A omissão não é boa conselheira diante de um fato estarrecedor como o que foi revelado. A revista **Veja** dá conta de que dormem, nas gavetas da Abin, documentos, relatórios, gravações que revelam uma suposta doação de US\$5 milhões das Farc à campanha do Presidente Lula no ano de 2002.

O Deputado Alberto Fraga, já naquela oportunidade, denunciava a existência desses documentos e pretendia, inclusive, colher assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Policarpo Júnior é um jornalista sério, ético e competente e não agiria irresponsavelmente ao revelar fatos de tamanha importância e gravidade. Revela o jornalista – e eu trago o documento que é cópia de documento oficial:

Dia 13/Abr/2002 – Reunião [e não foi a única], na chácara Coração Vermelho (Lago Sul) com a presença de Francisco Antonio Cadena Colazzos (codinome: Padre Oliveira Medina) – representante da Farc no Brasil.

Foram discutidos:

1 – Naquela data inauguração de vários comitês da FARC em sustentação à campanha de Lula, em Pernambuco, Porto Alegre, Cascavel (PR), Londrina (PR), Curitiba (PR), Florianópolis e Amazonas, estando previstas futuramente também no Rio de Janeiro, Goiânia e Belo Horizonte.

2 – As doações das FARC-EP serão repassadas para os comitês nos estados e logo após repassadas a empresas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, onde serão realizadas uma espécie de doações ao PT.

3 – A fundação do 1º Comitê das FARC-EP em Ribeirão Preto (Gestão do Prefeito Palocci, atual Ministro da Fazenda), onde houve críticas da imprensa local e do jornal **Folha de S.Paulo**.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o relatório apresentado pela Agência Brasileira de Inteligência. Trata-se de papel timbrado que é cópia do

documento oficial constante do processo a respeito do assunto existente na Abin.

Uma outra reunião – à qual não se referiu a Revista **Veja** – realizou-se também em Brasília.

Dia 22/Abr/2002 – reunião do Comitê Marulanda em Brasília-DF, onde foi divulgado por Cláudio Lastra (FARC-EP) o repasse de mais de cinco milhões de dólares das Farc aos comitês pró-campanha de Lula.

.....

Cláudio Lastra (FARC-EP): Declara que foi repassado na semana pelas FARC-EP, para a Campanha de Lula, uma quantia superior a cinco milhões de dólares, remetidos como doação aos Comitês Regionais do PT em todo país por meio de empresas simpatizantes, sendo toda a articulação realizada em um encontro na fazenda da FARC-EP no Pantanal do Estado do Mato Grosso.

Portanto, revela-se uma outra reunião, essa também noticiada pela revista **Veja**, numa fazenda, segundo consta nesse relatório da Abin, de propriedade das Farc, no Pantanal de Mato Grosso.

Olivério Medina divulgou que a fazenda do Mato Grosso do Sul, por ser uma área muito vasta, dificultava o acesso dos órgãos de inteligência do governo e que os assuntos tratados na reunião em nenhuma hipótese deveriam ser comentados fora do Comitê Marulanda.

Portanto, Sr^a Presidente, é mais um documento que encaminho à Mesa para registro nos Anais desta Casa por se tratar de cópia de documento oficial da Agência Brasileira de Inteligência.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista destaca que o General Alberto Cardoso, então Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Governo e da Abin, soube da reunião em Brasília com antecedência e até abortou uma operação policial que planejava invadir a chácara e prender todos os participantes. O General preferiu deixar a reunião acontecer e manter o monitoramento por meio do agente infiltrado.

Segundo a revista **Veja**, há uma gravação em uma fita cassete, que também se encontra nos arquivos da Agência, em que o Padre Medina pode ser ouvido fazendo o anúncio da doação financeira aos petistas.

Portanto, Sr^a Presidente, são fatos que implicam indícios fortíssimos de que houve essa contribuição à campanha. De um lado, está a ilegalidade da não prestação de contas de recursos utilizados na campa-

nha eleitoral, indicando a existência de caixa dois na campanha que elegeu Lula Presidente; de outro, está a pior origem possível desses recursos: as Farc. São recursos que vêm do narcotráfico, dos seqüestros e dos roubos de gado. No ano de 2003, o faturamento, em relação a resgate, soma US\$37 milhões. O dinheiro da venda de cem mil cabeças de gado soma US\$31 milhões. E, o mais grave: o dinheiro oriundo da cocaína, o dinheiro do narcotráfico soma entre US\$600 milhões e US\$800 milhões. Essa seria a espúria origem do dinheiro que teria sido repassado ao PT pelas Farc na campanha de 2002.

O que responde o PT é muito pouco para quem está no Governo. Quem está no Governo não pode se omitir e se tornar cúmplice de um fato como esse. Quem está no Governo tem que esclarecer o fato e oferecer à opinião pública do País resposta às indagações que são formuladas em um momento da maior gravidade como este.

O Ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação do Governo, diz que o PT não pode ser responsabilizado pelos atos de todos os seus militantes. Portanto, admite a hipótese de que militantes do PT tenham mantido esse relacionamento espúrio e obtido recursos para a campanha eleitoral da candidatura de Lula. Contudo, afirma que não vê ligação do PT com as Farc e que, se algum indivíduo filiado ao PT tem alguma relação com as Farc, o Partido não tem controle disso.

Essa não é a forma de encarar uma situação como esta. O que se exige é uma postura de rigor do Governo em relação a denúncias como esta. Mas há outros antecedentes e outras conexões importantes que devem ser reveladas.

O Presidente Lula, em reunião com o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em setembro de 2003, ofereceu o Brasil como sede das reuniões entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Farc, desde que a ação fosse pedida pela ONU. É claro que se trata de um gesto de política externa no mínimo questionável, levando-se em conta a natureza dessa organização, já que as ligações das Farc com traficantes brasileiros são notórias. É o caso conhecido de Fernandinho Beira-Mar. Houve, sim, interferência das Farc em diversas ocasiões no Brasil.

Ainda hoje, Senador Demóstenes Torres, recebeu uma ligação do interior de Pernambuco, da cidade de Caruaru, de uma pessoa que pede para não ser identificada. Afirma que houve um reunião na Fazen-

da Normandia, localizada em Pernambuco, no Município de Caruaru, que serviu de base de treinamento de guerrilha para integrantes do MST, em cursos ministrados pelas Farc. Essa é uma informação que tem de ser conferida. Segundo esse informante, há vídeos também sobre esse treinamento realizado na Fazenda Normandia em Pernambuco.

O Governo deve investigar a veracidade dessa informação. É mais uma informação que chega marcada, evidentemente, pelo receio de quem informa, que se protege no anonimato, mas que deve ser investigada.

O treinamento doutrinário, à época, ficava a cargo de um ex-padre, que se identificava como Bernardo, vindo da Colômbia e que se fixou, primeiramente, na direção do MST no Ceará.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Demóstenes Torres apresentará, desta tribuna, em seguida, propostas de requerimentos subscritos pelo PSDB, exatamente buscando esclarecimentos, convocando a Abin para prestar depoimentos a esta Casa, antes de procedemos à coleta de assinaturas para uma eventual CPMI, se entendermos necessário. É um assunto da maior seriedade, e não desejamos banalizar o instituto da CPI. A cada denúncia uma CPI, isso não é possível e não aprovamos.

O primeiro passo é a convocação daqueles que devem resposta ao País. Na eventualidade de não apresentarem respostas convincentes diante dos fortíssimos indícios apresentados, caberá ao Congresso Nacional buscar a coleta de assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

O Deputado Alberto Fraga já iniciou o trabalho de coleta de assinaturas. No entanto, entendemos que é preciso aguardar essa primeira etapa...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que seria o depoimento dos responsáveis pela Abin nesta Casa, a fim de que o Congresso Nacional possa transferir à Nação as informações que justifiquem o silêncio do Governo relativamente a esse fato. Esse silêncio é temerário sob o ponto de vista ético. Quem pregou transparência não pode admitir o silêncio diante de fatos estardalhosos como esses revelados pela imprensa.

O Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, publica nota da Liderança do Partido que peço fique registrada nos Anais da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Alvaro Dias, um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Certamente não lerei toda a nota, que diz o seguinte:

A denúncia publicada pela revista **Veja** desta semana, edição nº 1.896, sobre doação de cinco milhões de dólares das Farc para a campanha de candidatos petistas nas eleições de 2002, é muito grave e precisa ser seriamente investigada. A confirmar-se a denúncia, que traz informações muito detalhadas, a própria eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria maculada, pois se o dinheiro das Farc beneficiou candidatos petistas, indiretamente beneficiou a campanha presidencial. Não se trataria apenas de dinheiro estrangeiro canalizado para a campanha eleitoral brasileira – o que em si já seria muito grave – mas de dinheiro sujo, criminoso, oriundo da narcoguerrilha, da corrupção e de seqüestros e mortes até de brasileiros, e de uma organização que combate governo legitimamente eleito de um país, a Colômbia, com o qual o Brasil mantém fraternas relações.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Continuando:

A denúncia é mais um fato a desmascarar a pureza com que o PT fazia questão de apresentar-se à sociedade. Vem juntar-se a casos como os de Waldomiro Diniz, Santo André, Banco do Brasil, não devidamente apurados e que envolveriam falta de escrúpulos na busca de financiamento de campanhas eleitorais. O fato denunciado pela revista **Veja**, porém, ultrapassa quais limites e a Nação quer vê-lo totalmente esclarecido.

Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Era esse o pronunciamento, Sr^a Presidente, e peço a V. Ex^a que registre nos Anais os documentos a que fiz referência no pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA EXÉRCITO DO POVO – FARC/EP

DIA 13/Abr/2002 – REUNIÃO NA CHÁCARA CORAÇÃO VERMELHO (LAGO SUL) COM A PRESENÇA DE FRANCISCO ANTONIO CADENA COLAZZOS (CODINOME: Padre OLIVEIRA MEDINA) – REPRESENTANTE DA FARC NO BRASIL.

OBJETIVO: Inauguração do Comitê Pró-eleição de Lula através do Coletivo Marulanda (Brasília)

ASSUNTOS DISCUTIVOS:

1. Naquela data inauguração de vários comitês d FARC em sustentação a campanha de Lula, em Pernambuco, Porto Alegre, Cascavél (PR), Londrina (PR), Curitiba (PR), Florianópolis e Amazonas, estando previstas futuramente também no Rio de Janeiro, Goiânia e Belo Horizonte.

2. **As doações das FARC-EP serão repassadas para os comitês nos estados e logo após repassadas à empresas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, onde serão realizadas uma espécie de doações ao PT.**

3. **A fundação do 1º Comitê das FARC-EP em Ribeirão Preto (Gestão do Prefeito Palocci, atual Ministro da Fazenda), onde houve críticas da imprensa local²⁰ Jornal Folha de São Paulo.**

4. **“OLIVEIRA MEDINA” pediu mais empenho da FASSUBRA/UnB e Sindicato dos Professores de Brasília (SINPRO), para arrecadação de fundos para auxiliar a Campanha Pré-Lula;**

5. A Chácara Coração Vermelho é de propriedade de Antonio, membro do SINDICOF, fone: 9962-3215, onde dispuserem de todos tipos de segurança, **Inclusive VIGILÂNCIA**, para não vazarem os assuntos discutidos. O cumprimento dos presentes era feito **através de um tapa no peito** de cada presente, por OLIVÉRIO MEDINA, para verificar algum tipo de transmissor. Neste evento a mesa diretora do evento foi constituído por:

- FRANCISCO ANTONIO CADENA COLAZZOS (Padre Olivério Medina): representante da FARC-EP no Brasil;
- ANTONIO VIANA – Comitê Coluna Carlos Prestes;
- LEOPOLDO PAULINO – Vereador do PSB/SP em Ribeirão Preto;
- MARISA SAMPAIO – do PT e Coordenadora do Comitê da FARC em Ribeirão Preto.
- AFONSO MAGALHÃES – PT/DF e Presidente do Comitê de Apoio a Revolução Cubana;
- JOSE MARIA, Militante do PCB/DF e Diretor do SINDICOF

6. No evento, “OLIVEIRA MEDINA” forneceu em caráter secreto, para dois militantes de sua confiança, o seu telefone celular de nº 9976-9962

DIA 25/Mai/2002 – LANÇAMENTO DA EMBAIXADA DA FARC-EP EM BRASÍLIA- DF

Foi lançada na SQN 214, Edifício Frei Matheus, Bloco K, Apto 511, fone 272-5937 (residência Adão Prieto). No local funciona a moradia dos membros da FARC.

O **escritório da FARC-EP** é situado no **Edifício Márcia – 12º Andar, sala 1210**, onde funciona como fachada o CELA – Centro de Estudos Latinos Americanos.

Na embaixada foram realizadas reuniões, através do Coletivo Marulanda, para deliberar os seguintes assuntos:

- Campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT);
- Funcionamento da Embaixada na Asa Norte e do CELA;
- Depósito da FARC na Conta de Eliete da Silva Pereira, estudante da PUC de Goiânia, secretária da FARC, na Conta Corrente 5407-0, Agência 1403-6 – Banco do Brasil.

FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA EXÉRCITO DO POVO – FARC/EP

DIA 22/Abr/2002 – REUNIÃO DO COMITÊ MARULANDA EM BRASÍLIA-DF, ONDE FOI DIVULGADO POR CLAUDIO LASTRA (FARC-EP) O REPASSE DE MAIS DE CINCO MILHÕES DE DÓLARES DAS FARC AOS COMITÊS PRÓ-CAMPANHA DE LULA.

1. **LOCAL DO EVENTO:** Sede do Sindicato dos Trabalhadores dos Conselhos de ordem e fiscalização (SINDICOF), no Edifício Venâncio VI, 5º Andar, sala 503 – Brasília/DF;
2. **NÚMERO DE PESSOAS:** 18 (dezoito) pessoas
3. **MESA DIRETORA DO EVENTO:**
 - **FRANCISCO ANTONIO CADENA COLAZZOS** (Codinome: Padre Olivério Medina), representante da FARC no Brasil;
 - X **CLAUDIO LASTRA (FARC-EP)**
 - X **CARLOS LASTRA (FARC-EP):** Irmão de Claudio Lastra e funcionário da Secretaria de Educação do DF;
 - **JOSÉ MARIA:** Do Partido Comunista Brasileiro do DF (PCB/DF), Diretor do SINDICOF (Fone 99623215)
4. **ASSUNTOS DISCUYTIDOS E INFORMAÇÕES DIVULGADAS**
 - Participação do Comitê Marulanda nas manifestações do dia 1º de maio de 2002, em Brasília/DF;
 - **CLAUDIO LASTRA (FARC-EP):** Declara que foi repassado na semana, pelas FARC-EP, para a Campanha de Lula, uma quantia superior a cinco milhões de dólares, remetido como doações aos Comitês Regionais do PT em todo país por meio de empresas simpatizantes, sendo toda a articulação realizada em um encontro na fazenda da FARC-EP, no PANTANAL DO ESTADO DO MATO GROSSO
 - **"OLIVEIRA MEDINA"** Divulgou que a fazenda do Mato Grosso do Sul por ser uma área muito vasta, dificultava o acesso dos órgãos de inteligência do governo e que os assuntos tratados na reunião em nenhuma hipótese deveriam ser comentados fora do Comitê Marulanda;
 - **JOSÉ MARIA (Diretor do SINDCOF)** Declarou que o pessoal do Movimento Guerrilheiro Frente Patriota Manuel Rodrigues do Chile, agradeceu sua pessoa pelo apoio dado durante a permanência e extradição dos guerrilheiros para o Chile, bem como a estadia dos mesmos em Brasília.

FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA EXÉRCITO DO POVO – FARC/EP

DIA 22/Abr/2002 – LEGALIZAÇÃO DO COLETIVO EM BRASÍLIA-DF

Reunião do Coletivo Marxista Marulanda, às 19:30hs do dia 22/Abr/2002, no Sindicato dos Trabalhadores dos Conselhos de Ordem e Fiscalização (SINDICOF), com sede no Edifício Venâncio VI, 5º Andar, sala 503, para tratar da legalização do Coletivo em Brasília e credenciamento dos membros.

NOTA DA LIDERANÇA DO PSDB NO SENADO

A denúncia publicada pela revista VEJA desta semana, edição nº 1.896, sobre doação de cinco milhões de dólares das FARC para a campanha de candidatos petistas nas eleições de 2002, é muito grave e precisa ser seriamente investigada. A confirmar-se a denúncia, que traz informações muito detalhadas, a própria eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria maculada, pois se dinheiro das FARC beneficiou candidatos petistas, indiretamente beneficiou a campanha presidencial. Não se trataria apenas de dinheiro estrangeiro canalizado para campanha eleitoral brasileira – o que em si já seria muito grave – mas de dinheiro sujo, criminoso, oriundo da narcoguerrilha, da corrupção e de seqüestros e mortes até de brasileiros, e de uma organização que combate governo legitimamente eleito de um país, a Colômbia, com o qual o Brasil mantém fraternas relações. A denúncia é mais um fato a desmascarar a pureza com que o PT fazia questão de apresentar-se à sociedade. Vem juntar-se a casos como os de Waldomiro Diniz, Santo André, Banco do Brasil, não devidamente apurados e que envolveriam falta de escrúpulos na busca de financiamento de campanhas eleitorais. O fato denunciado pela revista VEJA, porém, ultrapassa quaisquer limites e a Nação quer vê-lo totalmente esclarecido.

Brasília, 14 de março de 2005

Senador Arthur Virgílio Líder do PSDB

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Deferido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, por permuta com o Senador Pedro Simon.

O SR DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 27 de junho de 2003, formamos uma comissão de Senadores, ao lado do Ministro da Defesa, à época o Embaixador José Viegas, o General Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, e o Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, Comandante da Aeronáutica. Entre os Senadores estivemos eu e a Senadora Serys Shhessarenko. Também se fazia presente a Ministra da Defesa da Colômbia, Sr^a Marta Lucía Ramírez.

Fomos até a tríplice fronteira que separa o Brasil, o Peru e a Colômbia. Lá tivemos a oportunidade de

verificar as condições sucateadas em que se encontravam o Exército nacional e as nossas Forças Armadas. Tivemos uma aula sobre a atuação das Farc no Brasil. Tivemos notícia de que as Farc invadiam as nossas fronteiras e que, evidentemente, já haviam ocorrido enfrentamentos que resultaram na morte alguns soldados brasileiros.

Muito bem: a Ministra da Defesa convidou todo o grupo para ir até Letícia. Lá, pudemos verificar um grande material apreendido, material diversificado, desde metralhadoras até fuzis, passando por material de precisão, pasta de cocaína e alguns livros de esquerda como **Manual do Materialismo Histórico e Dialético**, um regimento interno do Movimento Sem-Terra e até uma propaganda política do Presidente Lula.

O que isso quer dizer? Por si só, nada. A simpatia que alguém nutre por algum grupo, a forma de se

conquistar o poder ou a maneira de encarar a vida, isso é problema de cada pessoa e não nos interessa. Mas, a partir dali, eu me dediquei a estudar as Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, e a EP – Exército do Povo, que era, na realidade, a mesma entidade, Senadora.

O que fizemos então? O que eu fiz, mais especificamente? Passei a ler livros, inclusive Gabriel García Márquez que, no livro **Viver para Contar**, relata como teria começado essa guerra civil na Colômbia, com o assassinato do líder maior Jorge Elécer Gaitán; que mergulhou a Colômbia numa guerra civil de nove anos. Depois, dois grupos de inclinação esquerdista foram fundados, um, inclusive, de inspiração maoísta.

No ano seguinte ao final da guerra, em 1959, Fidel Castro assumiu o poder. E não é novidade para ninguém que, a partir daí, também, grupos de inspirações esquerdistas e guerrilheiras passaram a existir em toda a América Latina.

As Farc, sob essa inspiração, nasceram em 1964. A partir daí, o governo tentou, de diversas formas, combatê-las. Um dos erros do governo colombiano foi, em 1968, admitir que forças de direita se constituíssem em milícias, permitindo a configuração de uma situação em que se tinha uma guerrilha de esquerda e diversos grupos de direita para fazer o combate a essa guerrilha de esquerda, algo realmente aterrador.

A Colômbia, desde então, vive sobressaltada, tanto pela guerrilha de esquerda quanto pelas guerrilhas de direita. São centenas de casos, principalmente nas grandes cidades, de terrorismo explícito, com detonação de carros-bomba e seqüestros – há dois senadores seqüestrados. Tudo isso é um sem-fim que impede que haja paz para o povo colombiano.

O que nós temos com isso? Nada! O PT é um partido de esquerda e, naturalmente, tem de ter simpatizantes de esquerda. Existe uma ala do PT que simpatiza com a guerrilha, e isso é absolutamente natural. Não vejo, a não ser que houvesse repercussões diretas no território nacional, qualquer mácula no fato de um cidadão pensar ou deixar de pensar de determinada forma.

Acontece, porém, que a revista **Veja** traz esta semana uma matéria segundo a qual essa simpatia – e mais que insinuar, afirma – teria se travestido em ações. As Farc, a partir dos anos 80, passaram a ter também um braço armado financiado pelo narcotráfico colombiano. Segundo estimativas internacionais, as Farc podem lucrar até US\$1 bilhão com o dinheiro do narcotráfico – até pelas vestimentas das Farc, percebe-se que ali realmente tem algum dinheiro. Guerrilheiro que conhecemos é Fidel Castro: barbudo, embrenhado na selva, rasgado, tentando o apoio popular, e não

seqüestrando pessoas, cobrando tributo, pedágio para sua sobrevivência.

Em decorrência desse estudo que venho fazendo sobre as Farc, desde 2003 tenho mantido contatos, inclusive, com o Gabinete de Segurança Institucional. No dia 22 de fevereiro deste ano, chegou às minhas mãos um documento que teria sido forjado dentro da própria Abin, ou seja, teria sido fabricado e produzido pela própria Abin. Segundo esse documento, numa reunião no dia 13 de abril de 2002, um padre colombiano, que teria ascensão sobre um grupo do PT de Brasília, teria feito a promessa de que as Farc, por seu intermédio, financiariam a campanha para candidatos do PT no valor de até US\$5 milhões.

A partir daí, fiz um requerimento ao Plenário da Casa solicitando o seguinte:

1 – quantos documentos foram produzidos pelo Gabinete de Segurança Institucional e pela Agência Brasileira de Inteligência – Abin, sobre a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc, no Brasil, no período compreendido entre o ano 2000 e o ano 2004 inclusive;

2 – quais as datas em que foram produzidos e que numeração receberam;

3 – quantos foram produzidos a cada ano;

4 – quantos documentos foram produzidos pelo Departamento de Operações de Inteligência – Doint, sobre a atuação das Farc em abril de 2002 e que número receberam.

Informado de que esse documento poderia existir, a primeira dúvida que me veio foi se ele não havia sido produzido por alguém que tentava denegrir a imagem do Presidente da República, o Presidente Lula. Por isso, em vez de vir aqui a esta tribuna fazer a denúncia, preferi tomar o caminho da legalidade e produzir documento requerendo à Casa que solicitasse essas informações. Ao mesmo tempo, enviei a S. Ex^a, o general Jorge Armando Félix, que é Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, pedido para que me prestasse as mesmas informações.

O general respondeu, mediante um ofício de 4 de março de 2005, dizendo que eu deveria me dirigir – e ele tinha inteira razão; fiz assim para provocar uma resposta – a uma comissão que havia sido criada pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, criando a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin.

Essa é uma comissão de controle externo da atividade de inteligência, e é composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados

e no Senado Federal, e conta, além desses, com os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O nosso presidente desta Comissão é o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Demóstenes, louvo o equilíbrio e a iniciativa que V. Ex^a tomou ao solicitar essas informações. Esse equilíbrio, aliás, é extremamente necessário, é até mesmo indispensável diante da gravidade da denúncia. Sem dúvida alguma, é uma das denúncias mais graves feitas ultimamente por um órgão de imprensa da importância e da credibilidade da revista **Veja**, e exige de todos nós muito equilíbrio e muita serenidade, porque, se vier a ser comprovada, estaremos diante de uma questão institucional gravíssima para este País. Confirmada, teríamos um partido político envolvido com a organização criminosa mais violenta hoje existente neste continente, que lida não somente com política, mas, principalmente – e aí é que é grave –, com o narcotráfico e com a indústria de seqüestro, que hoje, como sabemos, aflige muito a sociedade brasileira. A questão exige a serenidade e o equilíbrio que V. Ex^a demonstra em seu pronunciamento, mas exige também que esclarecimentos sejam feitos com a mesma profundidade, com a mesma seriedade e transparência pelas quais V. Ex^a vem se pautando. É isso o que esta Casa hoje terá a obrigação de exigir. Quero estar ao seu lado e louvar o equilíbrio com que está tratando matéria dessa gravidade e relevância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati. Penso exatamente da mesma forma.

Veio agora a reportagem da revista **Veja**, produzida por um repórter extraordinário, que é Policarpo Júnior. Como disse o Senador Tasso Jereissati, trata-se de revista respeitada, séria, correta, cujas matérias produzidas ao longo dos anos vêm prestando um serviço de extraordinária relevância à Nação brasileira com destacada correção e idoneidade.

Por outros meios, a revista chegou à mesma conclusão a que eu havia chegado ou às mesmas informações que eu havia obtido. Daí por que o PFL hoje, ao lado do PSDB, vem a esta Casa solicitar à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência a convocação do general Jorge Armando Félix e do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Informação – Abin, delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva,

com a simples finalidade de confirmar se esses documentos existem ou não. E mais: se houve promessa de recursos e se esses recursos chegaram aos cofres do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, o que querem o PFL e o PSDB é que a ABIN diga que isso não existe. Seria muito melhor para o Brasil. Se isso não existe, o assunto está encerrado. Foram documentos produzidos e que simplesmente chegaram a público de uma forma consistente, mas que não pôde avançar na sua investigação. Caso contrário, se a documentação existe e se o dinheiro realmente entrou para os cofres do Partido dos Trabalhadores, queremos saber por que o PT tem esse tipo de ligação e como foi o financiamento, feito principalmente por meio de uma guerrilha que controla, de certa forma, o narcotráfico na Colômbia. Isso não podemos admitir. Isso não é bom para a democracia.

O Brasil não pode, de forma alguma, aceitar que esse tipo de financiamento aconteça. Nem se o dinheiro fosse legal, poderíamos aceitá-lo. Mas dinheiro vindo do narcotráfico, da guerrilha, do banditismo não pode aportar em lugar algum.

O que estamos pedindo, Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, é que se faça ou não a confirmação. Se não houver a confirmação, se os órgãos do Governo disserem que isso não aconteceu, o episódio estará sepultado. Caso contrário, tanto o PFL quanto o PSDB – e, tenho certeza, muitos homens e mulheres desta Casa, ainda que pertencentes à base do Governo – pedirão a instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para verificar a origem dos recursos que teriam aportado na campanha do Partido dos Trabalhadores, a quem esses recursos beneficiaram e quais as pessoas que, recebendo o dinheiro, estariam vinculadas e até mesmo subordinadas a essa guerrilha.

Portanto, pedimos a aprovação desse requerimento.

Queira Deus que tudo não tenha passado de uma notícia infeliz!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Senador Demóstenes Torres que o **Requerimento nº 80, de 2005**, foi distribuído no dia 24 de fevereiro de 2005, passando a aguardar designação do Relator. No dia 01 de março, designado Relator o Senador Eduardo Siqueira Campos, S. Ex^a se comprometeu a levá-lo à reunião da Mesa Diretora que se fará realizar na próxima quinta-feira.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, por cinco minutos, pela Liderança da Minoria, e, a seguir, ao Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança da Minoria.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido da Frente Liberal, muito bem representado aqui pelo Senador Demóstenes Torres, que acaba de pronunciar-se muito acertadamente, adentra 2005 portando a marca histórica de 20 anos de existência.

Surgiu de uma facção dissidente do antigo PDS que, em 1985, viabilizou com seus votos a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, no Colégio Eleitoral.

Pois bem, esse momento de suma importância para a democracia e para a libertação da Nação brasileira de um jugo moral e institucional de 21 anos fez-se berço e pilar do nascimento do PFL, fundado em 24 de janeiro daquele ano. Esse marco de vitória no Colégio Eleitoral – alento, entusiasmo e promessa de temperança aos brasileiros – ao mesmo tempo conferiu ao Partido, Sr^a Presidente, uma grande responsabilidade, cunhada na nova era que se iniciava. Nasceu dos ideais de liberdade, de democracia, de profundo respeito aos direitos civis; despontou com vocação libertária e nessa direção vem caminhando ao longo de duas décadas.

A dupla Tancredo Neves e José Sarney – façamos aqui uma rápida retrospectiva – foi eleita pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, com cerca de setenta por cento dos votos. Não havia nas bancadas de oposição número suficiente de delegados e votos que garantissem a eleição desses candidatos. O governo detinha ampla maioria.

A migração de alguns integrantes do PDS para o outro lado do plenário mudou a história do País, dando curso à mais profunda modificação da política brasileira. E, sem dúvida, naquela ambiência, naquele momento, deu-se o início do processo a culminar na Assembléia Geral Constituinte, convocada posteriormente pelo Presidente Sarney – tendo sido este um dos seus primeiros atos na Presidência da República.

No Distrito Federal, o PFL teve como principal defensor e articulador o Deputado Osório Adriano – fundador da legenda e seu presidente por vários anos. Seu trabalho, reconhecidamente pautado em equilíbrio, ordem e inteligência política, resultou num partido que abriga hoje mais de trinta mil filiados em Brasília.

Para seu quadro parlamentar foram eleitos pelo PFL/DF, no último pleito eleitoral, quatro Deputados

Distritais Distritais – Eliana Pedrosa, Izalci Lucas, Jorge Cauhy, Fábio Barcellos, Presidente da Câmara Legislativa, e recentemente o Deputado Leonardo Prudente*, além de dois Deputados Federais, José Roberto Arruda e o próprio Osório Adriano. Esse quadro é que distingue Brasília e o PFL.

Em meio ao clima de satisfação e de certa euforia pelo transcurso dos 20 anos de fundação do PFL, há, contudo, uma constatação importante a ser colocada: a cultura partidária do nosso País não confere aos partidos políticos a importância norteadora dos seus princípios, como perfil de conduta e escolha cidadã dos seus representantes em quaisquer instâncias, quer no âmbito municipal, estadual, quer na esfera federal. Trata-se de uma característica que, provavelmente, com o amadurecimento político da sociedade e também daqueles que fazem política no Brasil modifique-se com tempo e trabalho pertinaz a respeito.

Essas, enfim, são as raízes partidárias das quais se orgulha o PFL, honradas por ele no exercício diário de seus integrantes por todo o País. E é importante que se diga que o PFL jamais desmentiu os princípios que lhes deram causa, entre os quais está o de “estimular e promover permanentemente a reorganização e renovação da sociedade brasileira, tornando-a espontânea e pluralista, ampliando as vias de ascensão social e política para as novas gerações, promovendo a valorização da mulher, de modo que sua participação seja efetiva e integral, sem limitações, discriminações ou preconceitos”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é na abrangência desse princípio, que fala de renovação, de pluralismo, de ampliação constante das vias de ascensão dos brasileiros e brasileiras à cidadania plena, que promove o PFL, atualmente, um grande debate que, sob a ordenação de seu atual Presidente, o Senador Jorge Bornhausen, possa levar o Partido a uma necessária reestruturação e adequação estratégica à modernidade dos novos tempos.

Trata-se de um processo de refundação do Partido, adaptando-lhe as diretrizes, para que façam jus à globalização hodierna, às tecnologias de ponta que grassam no mundo e no cenário nacional, à sociedade que se transmuta e ergue a voz em novos reclamos.

Os partidos, penso, têm o dever – como norteadores de conduta política – de sensibilizar-se com realidade mutante que se impõe, sob pena de perder-se nos remansos do passado.

Feliz a iniciativa do Presidente Jorge Bornhausen. Auspiciosa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a data que comemoramos, isto é, a criação de um Partido que ajudou, decisiva e preponderantemente, a Nação na retomada dos seus mais valiosos bens morais – a liberdade e a

democracia. Enfim, falo aqui do 20º aniversário – Senador José Jorge, nosso Vice-Presidente, fundador do Partido – de criação de um partido que, por vocação e interesse indeclinável, sempre esteve comprometido com a sociedade brasileira, com seus anseios, transformações e necessidades.

Por isso, vim aqui registrar, com muito orgulho, esse momento em que vivemos e, com muita satisfação, como já fiz em artigos publicados em jornais brasileiros, os 20 anos do nosso Partido da Frente Liberal.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço questão de vir à tribuna para responder, sobretudo, às duas últimas intervenções, a do Senador Alvaro Dias e a do Senador Demóstenes Torres.

Em primeiro lugar, gostaria de afirmar que o nosso Partido, o PT, vem de uma longa tradição democrática. É um Partido que, ainda na ditadura militar, optou pela democracia, lutou pela liberdade de expressão e de manifestação e buscou, exatamente por meio das lutas sociais e dos espaços institucionais que foram sendo construídos pela luta democrática do povo brasileiro, construir a sua presença na vida pública nacional. Somos, portanto, um Partido que optou pela democracia como valor fundamental, que reivindica o Estado de direito, o controle do Estado pela sociedade civil, o pluralismo partidário, a alternância de poder, a liberdade de expressão.

Essa tradição de 25 anos do nosso Partido inspirou, inclusive, muitas forças políticas na América Latina. A Frente Sandinista, que chegou ao poder no passado por meio da luta guerrilheira, posteriormente, optou pelo caminho da democracia. Perdeu eleições, ganhou outras, governa uma parte do país, tem uma forte presença no parlamento e pode voltar a governar a Nicarágua. Eu diria que o nosso exemplo ajudou a opções como esta, não apenas na Nicarágua, como em toda a América Latina: a democracia como único caminho de transformação consistente, sustentável e duradoura de uma sociedade.

É exatamente por essa opção – que tem uma longa história – que nos sentimos muito confortáveis para responder ao tema apresentado da tribuna, pelo Senador Demóstenes Torres com certo cuidado e com certa cautela, pelo Senador Alvaro Dias, eu diria, S. Exª incorreu em informações precipitadas, que, tenho certeza, saberá reconsiderar após o debate da matéria.

Em primeiro lugar, por ser matéria de responsabilidade do Congresso Nacional, proponho a convocação imediata da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, para que seja discutida essa matéria. O General Jorge Armando Félix apresentou requerimento solicitando a convocação da referida Comissão para discutir esse assunto, e tenho certeza de que o Presidente o fará o mais brevemente possível. Espero que, no máximo, nas próximas 48 horas essa Comissão possa se reunir.

Por que é fundamental a reunião dessa Comissão? Porque compete a ela controlar as atividades de inteligência e esclarecer esse episódio, sobretudo aquilo que se afirma ser a participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nesse caso.

Anteciparei as informações que recebi do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais. Segundo S. Exª, parte da documentação lida pelo Senador Alvaro Dias – inclusive apresentada por um Parlamentar no Jornal Nacional – não pertence à Abin. Apenas pelas imagens da televisão, eles identificaram, de forma cabal, que aquele documento nunca foi produzido pela Agência Brasileira de Inteligência.

Mais do que ninguém, temos interesse em que essa investigação seja aprofundada e que se chegue à origem da informação, lançada dessa forma neste momento da história do País. É muito grave o que foi feito. É muito grave por nossa tradição....

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço à Presidência, dada a relevância da matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª ainda dispõe de três minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não, eu pediria que tivesse o tempo necessário para responder à matéria de tamanha importância para o País e tendo em vista o tempo concedido aos outros interlocutores.

Pediria a tolerância da Mesa, dispondo-me a conceder o meu tempo, em outros momentos e em outras sessões, para compensar, se for possível. Ou, então, que o Senador Alberto Silva possa me conceder o seu tempo, se for necessário, e eu, depois, poderei retribuir a gentileza a S. Exª.

Peço esse tempo porque pretendo ler a nota do Partido dos Trabalhadores e, depois, reafirmar o que dissemos.

Lembro que essas informações foram produzidas em torno de março e abril de 2002, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Também naquela ocasião, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou a se-

guinte manchete, com grande destaque: “PT organiza Comitê Pró-Farc.”

Naquele mesmo momento, eu fiz o seguinte pronunciamento:

O Deputado Aloizio Mercadante (SP), Secretário de Relações Internacionais do PT, reagiu, ontem, às informações de que seu Partido vai inaugurar um comitê de apoio às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em Ribeirão Preto [na verdade, era Campinas, mas o jornalista se confundiu], no interior paulista, no dia 20.

Embora o Prefeito da cidade, Antônio Palocci Filho, pertença aos quadros do PT, (...) a iniciativa – segundo ele – partiu do Secretário Municipal de Esportes, Leopoldo Paulino, que pertence ao PSB [na realidade, ele era ex-Secretário Municipal de Esportes].

“O êxito político do PT inspirou várias organizações políticas latino-americanas a optarem pela democracia, que, para nós, é um princípio fundamental”, disse Mercadante. A posição do PT com relação à Colômbia é pela retomada do diálogo, a favor da paz e do desarmamento. Ele revelou que o Partido havia enviado, na semana passada, uma carta aos dirigentes da guerrilha colombiana, pedindo a imediata libertação da Senadora e candidata à Presidência Martha Catalina Daniels, seqüestrada e depois assassinada pelas Farc.

“Sobre esse comitê, vocês devem perguntar ao Governador Anthony Garotinho”, sugeriu Mercadante.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Aloizio Mercadante, um instante.

Gostaria de consultar o Plenário sobre a solicitação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que pede um tempo de dez minutos, prazo idêntico ao de inscrição, tendo em vista a relevância dos esclarecimentos que S. Ex^a pretende prestar. (Pausa.)

Não havendo objeção, S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Portanto, o nosso Partido, já naquela ocasião, não patrocinou nenhuma iniciativa de montagem de comitês pró-Farc. Qualquer iniciativa dessa natureza não teve apoio do Partido dos Trabalhadores. Sobre tudo as informações dos seqüestros, particularmente do seqüestro da candidata à Presidência da República, Ingrid Betancourt, do Partido Verde, no então processo eleitoral que a Colômbia vivia, significou, sob o

nosso ponto de vista, uma atitude em relação a qual o nosso Partido não poderia tomar outra decisão. Não cabia qualquer tipo de solidariedade ou manifestação de comitês pró-Farc patrocinada pelo Partido dos Trabalhadores.

Nós tínhamos uma posição clara, nítida, uma carta de protesto e de repúdio ao seqüestro, deixando claro que o Partido, como instituição, não patrocinaria e não participaria de qualquer atividade dessa natureza.

Não apenas isso, o Presidente Lula respeitou a vontade do povo, a soberania de um país vizinho, a autodeterminação de um povo e estabeleceu com o Presidente eleito, Alvaro Uribe, relações bilaterais de alto nível. Recentemente, quando do conflito entre Colômbia e Venezuela, o Brasil foi colocado como mediador e nos dispusemos a mediar os problemas relacionados à disputa militar que existia desde que a ONU solicitasse, como iniciativa de um organismo multilateral, a quem cabe, sim, buscar soluções pacíficas. E houve um momento de diálogo e de tentativa de desarmamento, de busca de uma saída negociada na Colômbia, como se deu em outros países de forma exitosa na América Latina.

Essa era a nossa atitude, esse era o nosso comportamento.

Por tudo isso, a matéria contém, eu diria, afirmações precárias sobre o envolvimento do Partido dos Trabalhadores, que absolutamente não condizem com a nossa história, com o nosso comportamento, com as nossas atitudes.

Quero ler a nota que o Partido dos Trabalhadores publicou, esclarecendo a posição do partido em relação à matéria:

Nota Oficial

1) O Partido dos Trabalhadores vem a público declarar seu repúdio à matéria de capa publicada pela revista **Veja** desta semana, intitulada “Tentáculos das Farc no Brasil”. A referida reportagem, ao arrepio da verdade, trata de estabelecer os supostos vínculos financeiros entre petistas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Essa intenção inescrupulosa está registrada sob título “Espões da Abin gravaram o representante da narcoguerrilha colombiana anunciando doação de US\$5 milhões para candidatos petistas na campanha de 2002”.

2) A matéria tem como única fonte um lote de supostos documentos da Abin. [volto a afirmar que queremos a reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para demonstrar que o que foi apresentado

como documento da Abin não são documentos da Abin; esse material será tecnicamente desmascarado no momento oportuno], eventualmente elaborados por agente infiltrado em uma festa, na qual o padre Olivério Medina, apresentado como “embaixador” das Farc em território brasileiro, teria declarado sua intenção de apoiar financeiramente candidatos petistas nas últimas eleições gerais. Não há, no entanto, reprodução de algum destes documentos: a revista alega, segundo consta do próprio texto, que foi esta a condição para que tivesse acesso às presumidas “informações secretas”.

É interessante notar que a revista não publicou os documentos, mas os documentos circulam nas mãos de Parlamentares da Oposição. Entretanto, poderemos discutir isso, porque, pelas imagens da televisão, sabemos quais são os documentos e vamos demonstrar que eles não são da Abin.

Continua a nota:

Tampouco qualquer das testemunhas presentes à festa citada, das diversas ouvidas por **Veja**, corrobora o fato narrado pela revista, sequer apelando para o sigilo de uma declaração em **off**.

3. Não bastasse a irresponsabilidade no levantamento dos fatos, que são levados ao leitor sem evidências ou provas sustentáveis, a reportagem fica definitivamente desmascarada quando revela, com todas as letras, que a revista “não encontrou indícios suficientemente sólidos de que os 5 milhões de dólares tenham realmente saído das Farc e chegado nos cofres do PT”.

A matéria parte de documentos que são tidos como documentos da Abin, mas que não são da Abin. Vamos demonstrar que não é da Abin aquilo que foi mencionado por dois Parlamentares; um deles, inclusive, falou desta tribuna. Vou reler o que a própria revista afirma, que “não encontrou indícios suficientemente sólidos de que os US\$5 milhões tenham realmente saído das Farc e chegado aos cofres do PT”.

Continua ainda a nota:

Logo a seguir, o artigo assinado por Policarpo Jr. [por sinal, um excelente jornalista; lamento que a edição tenha sido feita dessa forma] esclarece o que entende por “suficientemente sólidos”, ao deixar claro que “a investigação de **Veja** não avançou um milímetro” na comprovação desta suposta movimentação

financeira. Mesmo assim, os editores da publicação não hesitaram em estampar, na capa da revista, como um fato averiguado, que o representante das Farc anunciou a doação milionária para petistas.

4. Vale lembrar que a exploração deste tema, as relações da guerrilha colombiana com o PT, não é uma novidade. Nas eleições presidenciais de 2002, o então candidato do PSDB, José Serra, também foi por este caminho em seu programa de televisão. O Tribunal Superior Eleitoral considerou denúncia vazia sua desesperada tentativa eleitoral, concedendo imediato direito de resposta ao nosso partido. Também não se deve esquecer que os supostos documentos que teriam inspirado a revista **Veja** foram datados em 25 de abril de 2002, quando era Presidente da República o Sr. Fernando Henrique Cardoso e muitos arapongas andavam como serpentes pelo País, em busca de alguma situação que pudesse impedir a livre vontade do povo brasileiro de votar por mudanças.

5. Por fim, em respeito à opinião pública, reiteramos que o Partido dos Trabalhadores não tem e jamais teve relações financeiras com as Farc. Tampouco apóia, no país vizinho, qualquer saída para a longa situação de beligerância [são quase 40 anos] vivida pelos colombianos que não esteja baseada em um acordo democrático, pacífico e constitucional. O PT tem posição histórica contra o terrorismo de Estado ou de grupos armados. No mais, são inumeráveis as provas de que a política do PT é marcada pelo respeito à autodeterminação dos povos e à soberania das nações, a partir de uma política de não ingerência nos assuntos internos de cada país. Em nenhuma hipótese aceitaríamos, portanto, que nossa vida política sofresse a interferência de governos ou grupos estrangeiros de qualquer origem.

6. Consideramos a reportagem da revista **Veja**, pelos motivos apresentados, uma agressão à verdade dos fatos, à honra do Partido dos Trabalhadores e à ética jornalística. Aventuras deste naipe prejudicam a vida democrática de nosso País.

Portanto, volto a solicitar desta tribuna a convocação imediata da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Quero aqui saudar a iniciativa do Senador Demóstenes, que, antes de se precipitar em acusação, ofereceu um requerimento e pediu que fosse apurado.

Adianto que o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais nos informou que os documentos que foram apresentados não pertencem à Abin, e eles vão demonstrar isso, de forma cabal, nessa audiência.

Quero lembrar que essa suposta investigação da Abin data de abril de 2002; foi realizada, portanto, ainda no Governo anterior. Quero lembrar também que, ainda no Governo anterior, esse Padre Olivério foi preso pela Polícia Federal. E há uma reportagem da própria revista **Veja** nesse sentido, chamada “Caça às Bruxas”. O então Governo Fernando Henrique Cardoso saudou a liberação desse senhor, que havia sido preso pela Polícia Federal naquela ocasião.

É verdade que era um momento em que havia um esforço de negociação e de paz na Colômbia. Não sei se foi solicitada a extradição, mas a Polícia prendeu e soltou o mencionado Padre Olivério Medina – que não é propriamente o nome desse senhor.

Por tudo isso, queremos debater esse assunto e queremos que isso seja definitivamente esclarecido.

Ressalto que é só olhar para a história de 25 anos do nosso Partido, de compromisso com a transparência, com a ética, com a luta democrática, com a busca da solução negociada e pacífica de todos os conflitos internacionais. É uma história de não ingerência em assuntos de outras nações, de respeito, de autodeterminação à soberania dos povos. Sempre buscamos uma saída negociada e pacífica para esse conflito e para todo e qualquer conflito dessa natureza.

O Partido não patrocinou qualquer montagem de comitê de solidariedade. Não nos associaremos a organizações que praticam seqüestros como esses que ocorreram na Colômbia. Manifestamo-nos publicamente contrários a seqüestros, particularmente o da então candidata a Presidente, Ingrid. Desautorizamos toda e qualquer iniciativa de montagem de comitê dessa natureza.

A própria revista reconhece que isso não está comprovado. Não há indícios que comprovem que tenha sido feita essa transferência de recursos. Não creio que isso tenha acontecido. Mas não temos qualquer restrição a que isso seja investigado com todo o rigor.

Proponho a convocação imediata da Comissão para ouvirmos a Abin, que é a fonte dessa denúncia, e veremos, nessa audiência, que a Abin vai demonstrar, de forma cabal, técnica e consistente, que esses documentos não lhe pertencem. Inclusive, o General Félix conversou com o General Cardoso sobre esse assunto e reafirmou essa análise apresentada pelo Ministro, que era então o Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais, responsável pela Abin no

Governo anterior. O General Félix reafirmou que, de fato, os fatos são esses.

Portanto, peço a convocação da reunião, para que possamos discutir essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade de ouvir ainda hoje o Senador Ney Sussana, o Senador Garibaldi Alves Filho e o Senador Alberto Silva, que centenas de vezes já ocuparam esta tribuna e apresentaram propostas concretas, ágeis, objetivas e de baixo custo para superar a fome, a miséria, o desemprego e o sofrimento da grande maioria da população e, de forma muito especial, da população nordestina.

Senador Geraldo Mesquita, a Bancada de Senadores de Alagoas – os Senadores Renan Calheiros e Teotônio Vilela Filho e eu, assim como vários Prefeitos e lideranças de movimentos sociais – estive no sertão do Estado. É claro que nenhum de nós foi até lá para descobrir a miserabilidade crescente e o empobrecimento da grande maioria da população, porque, se assim fosse, seria, no mínimo, cinismo da nossa parte fazer de conta que não já se conhece a realidade de dor e sofrimento da grande maioria da população do Nordeste e do sertão, de forma muito especial. A visita dos três Senadores a várias cidades do Estado de Alagoas foi um ato simbólico de unidade da bancada de Senadores para resolver ou tentar resolver os problemas do sertão, foi um ato simbólico para demonstrar a unidade da bancada, foi um ato de solidariedade e, de forma muito especial, um compromisso para que pudéssemos discutir alternativas para minimizar os efeitos da seca no nosso sertão de Alagoas.

O que vimos lá, Senador Geraldo Mesquita, é o mesmo sofrimento; quer dizer, é o mesmo sofrimento o do povo pobre do sertão se olhado pelos nossos olhos, mas é um sofrimento muito maior, acumulado, que aniquila a dignidade humana, quando vivenciado por quem lá está.

Andamos pelo Estado todo e vimos a situação.

Por dezenas ou centenas de vezes, alguns de nós, Parlamentares, já tentamos contribuir com esse debate na Casa, mas o mais grave é que sequer a obrigação primeira do Governo Federal foi feita.

O atual Governo, que imita o que de pior existiu no anterior, usa a burocracia desavergonhada para impedir a liberação de recursos até para as migalhas. Há meses os prefeitos tentam ao menos que se publique, em uma papelada chamada **Diário Oficial**, o estado

de emergência – que sequer é estado de calamidade. Vários prefeitos tentam superar a burocracia desavergonhada assumida pelo atual Governo e copiada do governo anterior, que não permite a publicação no **Diário Oficial**. Isso seria feito hoje, apenas, após meses de perambulação de prefeitos e Parlamentares pelos gabinetes dos Ministros, tentando a publicação, no **Diário Oficial**, do estado de emergência.

Sabe o que significa isso, Senadora Serys Slhessarenko? A publicação no **Diário Oficial** do estado de emergência apenas possibilita que cheguem aos Municípios pobres as migalhas dos caminhões-pipa e as migalhas das cestas básicas, que, embora essenciais para a superação da dor e do sofrimento imediato da população, não resolvem nada, absolutamente nada! Ao contrário, simplesmente continuam possibilitando que os políticos que lá vão fazer o cadastro dos pobres, miseráveis, famintos e sedentos dos sertões tenham essas pessoas, mais uma vez, nas suas mãos. Se a casa é de um aliado, o carro-pipa passa por lá e enche a cacimba ou qualquer outra coisa; se não, ele pode passar muito mais longe do que a vida cotidiana e o sofrimento dessas pessoas.

Estávamos os três Senadores lá no sertão, ouvindo os mesmos apelos para a liberação das migalhas – porque, emergencialmente, o carro-pipa e a cesta básica possibilitam que um pai, uma mãe de família e uma criança não morram de fome e sede – e, de uma forma muito especial, a cobrança pela liberação de recursos para investimento.

Amanhã haverá uma festa na Casa pelos 20 anos de democracia.

Primeiramente, todos sabemos, por honestidade intelectual, que democracia sem justiça social não é democracia. Não é! Não é sequer democracia representativa, que não se consolida porque estamos aqui, bonzinhos, sentados nas cadeiras azuis do Senado. Democracia representativa apodrecida como esta, em que Parlamentares compram os seus mandatos e vendem sua alma para se lambuzar na pocilga do poder? Que democracia representativa?

Claro que é importante que se comemore, até para honrar a memória de mulheres e homens que foram torturados e massacrados na sua dignidade, nos malditos porões da ditadura, mas é fundamental que relembremos uma outra ditadura que existe: a do capital financeiro, dos banqueiros.

Não é à toa, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a sabe, que 40% da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra venham do narcotráfico, do crime organizado. É tão podre essa ditadura do capital, é tão apodrecida, que onde toca sai secreção purulenta.

Por isso, é importante que façamos esse debate. Nada mais constrangedor do que 20 anos de eleições – porque não são 20 anos de democracia coisa nenhuma –, 20 anos de eleições, sem democracia, porque não há justiça social. Lá, no sertão das Alagoas, Senador Cristovam, a única água que existe é a das lágrimas nos olhos das pessoas, que não se cansam de chorar, embora a realidade sentida, o sofrimento seja sempre o mesmo.

E precisa-se de fórmula mágica? Precisa-se de projeto faraônico? Absolutamente, não! É isso que dá raiva! É isso que dá raiva, porque não são necessários grandes projetos. O que existe de tecnologia e de conhecimento produzido para minimizar a dor e o sofrimento do povo sertanejo não é uma coisa pequena, não é uma coisa simplória. Centenas de vezes, nesta Casa, o Senador Alberto Silva tem apresentado cada uma das alternativas.

Espero que, com a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo Senador Tasso, possamos fazer o debate necessário e resgatar o conhecimento produzido, com tantas alternativas concretas e eficazes para minimizar esse sofrimento. Enquanto isso, que o Governo libere os recursos. Que tenha vergonha e libere os recursos para as migalhas e para as obras de infra-estrutura.

Há alguns meses, todo mundo se lembra, alguns Estados tiveram problemas graves de enchente. Por quê? Se chovesse muito e houvesse reservatório de água, poderia haver coisa melhor? No sertão chove, no Nordeste chove, mas não se acumula água porque não há reservatórios. Não é à toa que existe melhoria dos indicadores sociais onde a Cáritas – imaginem só! – fez um tipo de cisterna que acumula água e possibilita o abastecimento humano, animal e de pequenos projetos de irrigação. Qualquer pessoa de bom senso sabe que, para projetos de irrigação, não é necessária muita água. Existe alta tecnologia que, com pouca água, com gotejamento, viabiliza alternativas de dinamização econômica, geração de emprego, renda e produção de alimentos, mas essas coisas são absolutamente insignificantes.

Como não havia reservatórios para acúmulo de água, a chuva simplesmente destróçou as cidades. Aqueles que moravam na beira de um riozinho viram as suas casas serem completamente destróçadas pelas águas, porque os rios assoreados não conseguem mais conter o gigantesco volume de água, já que ninguém faz absolutamente nada pela recuperação dos poucos rios do Nordeste. Foram destróidos os barreiros, as adutoras, os reservatórios, os açudes, e não se recuperou nada, absolutamente nada! Não foi recuperado um barreiro, um açude, uma adutora, uma barragem,

não foi recuperado nada! E o serviço meteorológico sabia, como sabe todo ano, o que ia acontecer.

Aí, ficamos nós visitando, dando a nossa solidariedade, como um ato simbólico, mostrando a unidade da Bancada, assumindo compromissos para que o Governo Federal libere os recursos emergenciais das migalhas – que não fazem cidadãos, mas mendigos, porque quem vive de esmolas é mendigo – e os que são necessários para as obras de infra-estrutura.

Não é preciso inventar, não é preciso criar nada de novo, não é preciso pensar tanto, mas simplesmente viabilizar a ação concreta de Governo e todo o conhecimento, toda a tecnologia apresentada, que, infelizmente, foi apropriada apenas por uma meia dúzia.

Pensemos nisso amanhã, já que haverá festa para a democracia representativa, embora apodrecida, e que possamos, um dia, realmente festejar a democracia com muitos convidados, porque hoje ela se limita a ser uma democracia representativa absolutamente fajuta. Ainda precisamos de muito, porque democracia sem justiça social não é democracia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, estou apresentando um requerimento solicitando que seja incluído na Ordem do Dia o **Projeto de Lei nº 37, de 1999**. Esse projeto é de autoria do Senador Pedro Simon e fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas. Ele já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está na mesa, tem o parecer favorável do Relator Paulo Paim e vai permitir que a minoria possa voltar a criar CPIs na Casa, o que, por enquanto, a maioria está impedindo.

Estamos vendo que caso como o da Farc poderia dar margem a se criar uma CPI. Efetivamente, ficamos sem essa possibilidade se esse projeto não for aprovado. É apenas para isso.

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, as notas taquigráficas de suas ponderações serão encaminhadas ao Presidente, Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi o discurso da Senadora Heloísa Helena e bem poderia fazer um comentário sobre as facilidades que se poderia ter para obter água no semi-árido nordestino. Mas não o farei

neste momento, porque um episódio mais importante, pelo menos para o meu Estado e para o meu País, comemorou, ontem, 182 anos. Claro que, no plenário, hoje – uma segunda-feira –, não há tantos companheiros presentes, mas como a transmissão da TV Senado atinge o Brasil inteiro e até o exterior, este episódio, que tentarei resumir nestes dez minutos que nos são concedidos, é um fato histórico desconhecido do Brasil.

Ninguém pode fazer uma avaliação, por exemplo, de que no dia 7 de setembro de 1822, o Imperador D. Pedro I lançou ao Brasil aquela proclamação: “Independência ou Morte”. É claro que ele estava tornando independente o Brasil inteiro, só que o seu pai, D. João IV, não estava muito de acordo com a declaração do filho. Por que vejamos. Porque no dia do grito de independência existia lá no Maranhão um exército português com infantaria, cavalaria e artilharia e muitos milhares de soldados portugueses, que estavam em quartéis, na cidade de Caxias, no Maranhão. O que fazia o exército português àquela altura e naquele local?

Quando cheguei ao governo, estranhei e procurei nos arquivos, no museu que temos, e descobri lá algo importante para que brasileiros que estão me ouvindo agora e que queiram se dedicar sobre a história da Independência do Brasil reconheçam o seguinte fato: existe uma carta de Dom João IV dirigida ao Major Brigadeiro João José da Cunha Fidié, um cabo de guerra dos mais experimentados de Portugal, que estava ali. Para quê? Na carta de Dom João IV dirigida ao oficial português – a carta é um pouco extensa –, num determinado momento, ele dizia assim: mantenha-se, mantenha-se, mantenha-se. Três vezes. O que quer dizer: mantenha-se? Quer dizer, fique aí e segure esse pedaço de terra brasileira para a Coroa Portuguesa. Essa foi a conclusão a que cheguei, lendo aquela carta, que é um documento histórico e está nos arquivos do monumento que fiz construir.

Olhem bem as datas: a 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamava a independência do Brasil, e, no dia 19 de outubro, pouco mais de um mês, sem conhecimento da proclamação do Imperador, patriotas parnaibanos, da minha cidade natal, entre eles Simplicio Dias, Miranda Osório, João Cândido e outros, proclamaram a província naquele pedaço de terra brasileira independente. Na mesma hora, os estafetas do Brigadeiro Fidié deram a ele a notícia de que havia uma sublevação na cidade de Parnaíba. O que faz ele? Antes, ele já havia colocado na cidade de Oeiras oficiais portugueses. Então, àquela altura, Dom Pedro proclamava independente o Brasil e, no Piauí, tinha o exército português segurando aquele pedaço de terra. Na ex-capital Oeiras, havia oficiais portugueses tomando conta. E o Brigadeiro Fidié marchou com seu

exército sobre a indefesa cidade de Parnaíba e ali não encontrou ninguém, porque os patriotas naturalmente não queriam ser presos e se dirigiram ao Ceará. Procuraram recrutar, entre os cearenses, companheiros para ajudá-los na defesa da independência que eles haviam proclamado.

Fidié estava em Parnaíba, segundo o que conta a História, promovendo exercícios militares, porque não tinha a quem combater, e recebeu a notícia de que em Oeiras depuseram os oficiais portugueses que estavam lá – eram poucos, e o povo já estava com aqueles ideais de liberdade –, e reassumiram o poder.

Os estafetas avisaram a Fidié que já havia outra sublevação no sul do Piauí, no centro do Piauí. Então, Fidié prepara o exército e marcha contra Oeiras e, nesse caminho, nesse percurso dele, já aconteciam verdadeiras guerrilhas. Os cemitérios que existem dentro do Município de Piracuruca, escondidos dentro do mato, são a prova testemunhal de que houve, por parte de brasileiros que queriam a independência do Brasil, um fustigamento do exército português. E aconteceram várias batalhas no meio do caminho, onde morreram portugueses e brasileiras. Os cemitérios estão lá para provar. Até que comandados por intelectuais... É muito pouco tempo para resumirmos aqui o que realmente aconteceu. Mas há um fato belíssimo e histórico. As damas da cidade de Campo Maior, naquele tempo uma vila, venderam suas jóias para comprar armas, a fim de combater o exército português.

Era realmente uma façanha, um exército com artilharia, cavalaria, e infantaria, treinado nas guerras napoleônicas em Portugal, enfrentar os brasileiros que, segundo se conta, estavam armados de paus e facas. Nada disso, as mulheres, as damas de Campo Maior deram as suas jóias para comprar o máximo que podiam de espingardas. Mas essas espingardas eram as armas dos heróis que combateram no Jenipapo o exército português. E se organizaram, teve organização. Tinha um Coronel Filgueiras, que vinha do Ceará; tinha o Capitão Castello Branco, que vivia em Paris e foi educado na França. Eles eram heróis da Independência e organizaram a defesa, senhores, cavaram trincheiras às margens do rio Jenipapo. E Fidié, um cabo de guerra altamente competente, quando viu aquilo sabia que, se enfrentasse os que estavam na trincheira, iria morrer muita gente do exército português. O que ele fez? Mandou a cavalaria dele na frente, e os brasileiros inexperientes saíram das trincheiras e perderam a garantia que tinham, porque na trincheira podiam ter-se defendido. Saíram e avançaram contra a cavalaria portuguesa. E, conta-se, morreram muitos portugueses e brasileiros nesse primeiro embate. Era isto que Fidié queria: que os brasileiros saíssem das

trincheiras e, em campo aberto, não podiam enfrentar o exército português. Resultado: morreram mais de quatrocentos brasileiros e não sei quantos portugueses. Quem declarou isso? O Marechal Castello Branco, quando era o Comandante da Escola Superior de Guerra, levou seus alunos a Campo Maior e, lá chegando, fez a seguinte declaração: aqui, nessas paragens do Piauí, neste cemitério que vêem aqui, há mais brasileiros mortos do que os enterrados em Pistoia, Itália, da Força Expedicionária Brasileira. Ontem, esse feito completou 182 anos.

No meu Governo, construí um belíssimo monumento em memória dos heróis que deram a vida pela independência do Brasil. Gostaria de chamar a atenção para a conclusão da Batalha do Jenipapo. Fidié ganhou aquela batalha, mas não ganhou a guerra. Naquela mesma noite, quando arrumou seu exército para o pernoite e colocou sentinelas nos quatro cantos do acampamento, os brasileiros sobreviventes não se entregaram e, com arma branca, silenciaram os guardas que estavam protegendo o exército português.

Ali, a coices d'armas, tomaram a munição do exército português. Ao amanhecer, Fidié verificou que tinha o exército, mas não tinha munição. Organizou, então, uma retirada que podemos comparar com a retirada de Laguna. Ele conduziu o exército em direção a seu quartel-general em Caxias, e, ao longo desse caminho, em terras piauienses, muitas batalhas ocorreram com as forças que se reagruparam, do nascente Exército brasileiro. Ali existem vários cemitérios; uma das nossas cidades, inclusive, chama-se Batalha. Ali se travou uma grande batalha, fustigando-se o exército português que estava em retirada em direção a Caxias.

Por isso, Srs. Senadores, tendo registrado esse fato, estou encaminhando à Mesa um requerimento, para que se crie, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, um selo comemorativo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a ainda tem quatro minutos, segundo a Mesa. Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só quero dar o testemunho de que V. Ex^a foi o responsável por ter o Brasil conhecido a verdadeira história. Este Brasil é grande, e a unidade foi garantida pelos piauienses na Batalha de Jenipapo. Portugal queria ficar com o norte do Estado, que seria o país Maranhão. Fidié não era qualquer um: era um militar de tanta hombridade, que se retraiu para o Maranhão – lembro que o Governo brasileiro, com Dom Pedro I e Dom Pedro II, era filho de português – e depois voltou a Lisboa, onde ainda foi diretor da academia militar do exército português;

na sua aposentadoria, exigiu os honorários dessa guerra, por meio da qual nós, piauienses, garantimos a unidade do Brasil. V. Ex^a, sem dúvida, foi um extraordinário Governador, que construiu o monumento da Batalha de Jenipapo, imortalizando aqueles que fizeram aquela grandiosa batalha, talvez a mais honrosa do Exército brasileiro.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por essa contribuição ao meu discurso.

Concluo, Sr^a Presidente, dizendo que, na época em que construí o monumento, levei essa história, com todos os documentos, ao então Ministro da Guerra, General Orlando Geisel e pedi que colocasse, entre os feitos militares do Exército brasileiro, a Batalha do Jenipapo como a batalha da unidade nacional, porque, como muito bem lembrou o Senador Mão Santa, se tivéssemos perdido aquela batalha e, seguramente, aquela guerra, o Brasil poderia estar dividido entre o Estado do Maranhão – como ocorre na África, onde há várias colônias portuguesas – e o restante do Brasil.

Queria levar ao conhecimento do Brasil esse feito que completou 182 anos e lembrar que os brasileiros devem conhecer de perto o monumento e o que foi a Batalha do Jenipapo, dos heróis que deram sua vida pela independência, não do Piauí, mas do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT.) – Obrigada, Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Logo após falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo dia 17, quinta-feira, a cidade de Aracaju, capital do meu querido Estado de Sergipe, estará comemorando seus 150 anos.

A festa do sesquicentenário está sendo organizada pela Prefeitura municipal, mas outras instituições se integram às comemorações, como o próprio Governo do Estado.

A capital Aracaju era um simples povoado denominado Santo Antônio de Aracaju, construído sobre areia e manguezais. O então Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Inácio Barbosa, apesar da condição geográfica, à primeira vista, desfavorável para se implantar uma cidade, que praticamente ficaria em cima da água, sobre os mangues e brejos, em um terreno movediço, teve um espírito visionário. Teve a coragem típica do nordestino e, pensando melhor no futuro da então Província de Sergipe, deslocou a capital da vetusta São Cristóvão – que foi a primeira capital

de nosso Estado – para esse povoado e reuniu, num pequeno barraco, modesto, simples, os representantes da Assembléia Legislativa Provincial.

Apesar dos protestos de alguns deles, sua mensagem foi aprovada, e, no dia 17 de março de 1855, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa sancionava aquela resolução, conferindo ao povoado Santo Antônio de Aracaju a condição de capital da Província.

Foi, sem dúvida, Sr. Presidente, um ato político que teria reflexos econômicos e sociais para o futuro, uma vez que, em Aracaju, no estuário do rio Sergipe, já existia um porto de onde eram exportadas as riquezas, notadamente o açúcar oriundo da região do Cotinguiba, fazendo com que a cidade de São Cristóvão se mostrasse menos atraente, do ponto de vista econômico, para o desenvolvimento das atividades administrativas, sociais, do comércio e da indústria, que depois se tornou um dos instrumentos de desenvolvimento do Estado de Sergipe.

O Prefeito Marcelo Déda, que coordena as festas alusivas a esse acontecimento, no jornal Cinform, escreveu um artigo, onde, em certo trecho, diz:

Quando Ignácio Barbosa transferiu a capital do Estado da velha São Cristóvão e fundou a cidade de Aracaju ele não estava apenas refletindo uma nova correlação de forças no seio das classes dominantes de então. Consciente ou inconscientemente, o nosso fundador estava no topo de um movimento que mudaria Sergipe e se constituiria num titânico desafio que iria tencionar a nossa economia, emular a nossa sociedade e criar a mais significativa obra da história de Sergipe. Uma obra urbanística, econômica, humana e social que ainda hoje, 150 anos depois, está em andamento.

A escritora Maria Thetis Nunes, historiadora – nossa querida professora de História –, teve a oportunidade de escrever sobre nossa capital e enaltecer o seu fundador chamando Ignácio Barbosa de “o presidente progressista”. Na sua visão:

O Presidente Ignácio Joaquim Barbosa não ligou seu nome à história de Sergipe apenas pelo gesto, aparentemente ousado, de mudar a capital da vetusta e tradicional cidade São Cristóvão para as areias e apicuns do povoado de Santo Antônio do Aracaju. A ele ainda são creditadas diversas iniciativas progressistas, que contribuíram para o desenvolvimento da província durante o governo que se estendeu de 11 de novembro de 1853 a 6 de outubro de 1855, data do seu falecimento.

O Presidente Ignácio Barbosa era um governante de pouco mais de 30 anos de idade. Infelizmente, governou menos de dois anos, mas deixou esse marco que jamais será esquecido pelos sergipanos, pelos araca-juanos, de ter tomado a frente de iniciar um processo de desenvolvimento novo para o Estado, mudando sua capital. E ainda é a professora Thetis que diz:

Soube o jovem presidente aproveitar as condições internas de Sergipe favoráveis pela valorização do açúcar nos mercados internacionais, e as externas, representadas pela onda de prosperidade e realizações que ia pelo País. Suas qualidades de líder fizeram com que ele se integrasse no momento vivido, de progresso, de transformações, permitindo-lhe realizar esse ato importante, aparentemente ousado e impetuoso, que foi a mudança da capital de Sergipe.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a satisfação de dizer que Aracaju, uma cidade florida, bonita, convidativa, hospitaleira e bem organizada, chegou ao estágio atual em que se encontra devido aos seus governantes, tanto Governadores como Prefeitos Municipais, que se dedicaram, de corpo e alma, a transformar a capital do nosso Estado em uma cidade habitável, que proporcionasse à sua gente todos os direitos que são conferidos à cidadania de um município organizado.

Sr^a Presidente, de fato, Ignácio Barbosa foi um visionário, um homem de atitudes, de uma conduta típica de estadista. O estadista não é aquele que pensa no hoje; é aquele que pensa nas gerações futuras. Foi o que fez Ignácio Barbosa ao conceber um plano urbanístico para ser executado sobre pântanos e areia. Para tanto, contratou um engenheiro chamado Sebastião Basílio Pirro, que elaborou um projeto de alinhamento para nossa capital Aracaju, considerado revolucionário para a época e ainda hoje. Como disse o engenheiro civil Fernando Porto, Aracaju é uma vitória da geografia, porque foi projetada na forma de um tabuleiro de xadrez e cresceu vencendo os desafios da natureza de uma região desabitada.

Segundo detalham Marta Maria Gaspar e Clara Angélica Porto, no artigo “De Sergipe a Aracaju, uma História de Conquistas”, esse plano, à primeira vista simples, deu certo ao longo do tempo:

Dentro de um quadrado de 540 braças, ou seja, 1.188 metros, estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de largura, separados por ruas de 60 palmos. Era a simplicidade e o rigor geométrico. Todas as ruas foram arrumadas geometricamente,

como um tabuleiro de xadrez, para desembo- carem no rio Sergipe.

Portanto, Sr^a Presidente, Aracaju, cidade linda, que todos nós, que lá moramos, amamos. Trata-se de uma cidade projetada artificialmente; teve uma concepção montada em cima de um projeto de engenharia. Não foi um cidadão comum, não foi uma pessoa única do povo que teve essa idéia; foi um engenheiro. E, atrás desse engenheiro, uma equipe contratada exclusivamente para projetar Aracaju, levando-a a se transformar, como se transformou hoje, numa cidade onde podemos dizer que moramos em paz, tranqüilamente, onde há saneamento básico, onde há toda uma infra-estrutura capaz de dar ao sergipano o conforto e a alegria de viver lá. E aos visitantes, a surpresa de encontrar um povo pacato, ordeiro, receptivo a todas as pessoas que aparecem na nossa capital Aracaju.

Portanto, Sr^a Presidente, aproveito o ensejo para requerer o registro nos Anais desta Casa do transcurso do sesquicentenário de fundação do Município de Aracaju, apresentando congratulações às autoridades locais: ao Prefeito Municipal, Marcelo Déda – que faz uma administração primorosa e revolucionária, tanto que foi reeleito com 72% dos votos dos aracajuanos – e ao Presidente da Câmara de Vereadores, Zeca da Silva, cujo evento será comemorado no dia 17 de março. Afinal, Sr^a Presidente, faço esta homenagem a Aracaju, estendendo-a seus prefeitos municipais. Trago o nome de alguns deles para terminar, encerrando as minhas palavras: Marcos Ferreira de Jesus, Jorge Maynard, José Conrado de Araújo, Godofredo Diniz, José Teixeira Machado, Roosevelt Menezes, Cleovansóstenes Pereira de Aguiar, João Alves, Gileno Lima, Heráclito Rollemberg, Valdir Santos Brito, José Carlos Teixeira, Jackson Barreto, Viana de Assis, Almeida Lima, Wellington Paixão, João Augusto Gama e Marcelo Déda.

Sr. Presidente, deixo esta homenagem, marcando a passagem do aniversário da cidade. Dezessete de março é o dia em que Aracaju completa 150 anos de sua criação, com a mudança da nossa capital.

Peço ainda a inscrição, nos Anais da Casa, de alguns trabalhos publicados no jornal **Cinform**, de intelectuais que já mencionei, como também do nosso querido jornalista Luiz Antonio Barreto.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Aracaju, uma vitória da Geografia'

A frase do título é do engenheiro civil Fernando Porto, um dos mais célebres conhecedores da arquitetura de Aracaju e hoje residente em São Paulo. Não se trata de uma opinião meramente emotiva, de alguém apaixonado pela cidade, mas técnica, com base na forma utilizada pela engenharia da época para tocar o desenvolvimento da nova capital da província.

Coube a Inácio Barbosa pensar qual seria o melhor plano urbanístico para Aracaju. Seu grande desafio era construir a cidade em cima de uma região cheia de pântanos e areia. Uma comissão de engenheiros foi contratada, tendo à frente Sebastião Basílio Pirro, que elaborou um plano de alinhamento.

"Dentro de um quadrado de 540 braças, ou seja, 1.188 metros, estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de largura, separados por ruas de 60 palmos. Era a simplicidade e o rigor geométrico. Todas as ruas foram arrumadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez, para desembocarem no rio Sergipe", detalham Marta Maria Gaspar e Clara Angélica Porto, no artigo 'De Sergipe a Aracaju, uma história de conquistas'.

Ao contrário de uma versão propagada, a capital não cresceu da colina do Santo Antônio para a região central. A praça Fausto Cardoso, centro do poder político-administrativo naquela época, foi o ponto de partida.

CRESCIMENTO

O grau de dificuldade para o crescimento econômico da nova capital aumentou com o falecimento de Inácio Barbosa sete meses após a transferência. Sua morte prematura pôde até ter atrasado o desenvolvimento da capital, mas não impediu que ele acontecesse. A sociedade, formada em sua maioria por funcionários públicos, negociantes da comércio e pelos senhores de engenho, estimulou a economia e a vinda de novos investimentos. "A população foi crescendo rapidamente. Em 1856 havia pouco mais de mil habitantes. Na República (1889) já eram 17 mil, um crescimento muito rápido", compara a professora Maria Thetis Nunes.

O avanço populacional deu-se paralelo aos investimentos públicos e privados na capital. De um simples povoado, Aracaju passou a ser sinônimo de vanguarda na nova República. Obras como o serviço de água encanada (1908) e o esgotamento sanitário (1914) eram algo suntuoso para a época. Com essa característica, a cidade foi crescendo e assumiu, definitivamente, seu papel de capital, atraindo as atenções do Estado e do seu povo. Hoje Aracaju é referência nos setores econômico, social e político de Sergipe. É, na prática, a concretização do sonho de Inácio Barbosa.

Inácio Joaquim Barbosa: o presidente progressista

HISTORIADORA REVELA OUTRAS ATITUDES GRANDIOSAS DE INÁCIO BARBOSA, COM DESTAQUE PARA A EDUCAÇÃO

Maria Thetis Nunes*

O presidente Inácio Joaquim Barbosa não ligou seu nome à história de Sergipe apenas pelo gesto, aparentemente ousado, de mudar a capital da vestida e tradicional cidade de São Cristóvão para as areias e apicuns do povoado de Santo Antônio do Aracaju. A ele ainda são creditadas diversas iniciativas progressistas, que contribuíram para o desenvolvimento da província durante o governo que se estendeu de 11 de novembro de 1853 a 6 de outubro de 1855, data do seu falecimento.

Dos 55 presidentes que governaram Sergipe de 1824 a 1889, foi Inácio Joaquim Barbosa, entre os que se destacaram, um dos mais importantes. Culto, poliglota, com boa formação humanística, o jovem governante, de pouco mais de 30 anos, procurou fazer Sergipe viver o momento de progresso e inovações que então dominava o Brasil. As Falas à Assembléia Legislativa Provincial demonstram sua compreensão aos problemas da província que veio governar, e as tentativas feitas para resolvê-las.

No campo econômico, coube-lhe concluir a abertura do canal do Pomonga, ligando o vale do Japarutuba ao vale do Cotinguiba, facilitando o escoamento da produção de uma das mais importantes regiões açucareiras de Sergipe. Procurou resolver o grave problema de acesso às barras de Sergipe, que dificultava o movimento de navios pelo perigo que oferecia, encomendando, na Inglaterra, um rebocador para a barra do Cotinguiba, o qual, porém, só chegaria depois da sua morte.

Em sua administração, Sergipe viveu dias tranquilos, conseguindo ele amortecer as paixões políticas, que tantas perturbações traziam. Cumpre ressaltar a sua preocupação com a situação educacional e as medidas tomadas de significação para a vida sergipana. Dentre elas, destaca-se o Regulamento de 1º de setembro de 1854, no qual procurou uniformidade ao ensino da província, fazendo sentir a presença efetiva do governo no setor da educação.

Também foi disciplinado o funcionamento do ensino particular, fixados os deveres dos professores públicos e determinado o período de férias escolares pra toda a província, bem como o horário de funcionamento do curso secundário. Aboliu o uso das palmatórias nas escolas, repudiando os castigos corporais.

Procurou melhorar a situação das escolas com a compra de móveis e utensílios dentro das limitações orçamentárias, também criando escolas

de Primeiras Letras em povoados mais prósperos.

Em junho de 1854, criou os Internatos de Estância e Laranjeiras, que deveriam funcionar dentro de um sistema misto, 'nem absolutamente particulares, nem absolutamente públicos ou oficiais'. Neles foram localizadas as aulas de Latim, Francês, Geografia e História, permitindo que jovens de outros pontos da província acessem às suas classes.

Preocupou-se com a Biblioteca Pública, criada pelo presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, aprovando seu regulamento e normalizando a administração, além de conseguir a aprovação de verbas para a compra de livros e revistas literárias na Europa. Apoiou as atividades artísticas da Sociedade de Filodramática Sergipana, concedendo-lhe um empréstimo para a construção da sede.

Com a transferência da capital para Aracaju, procurou, pela resolução nº 422, do mês seguinte, dar organização ao ensino público aracajuano, que deveria constar de duas cadeiras primárias, uma já funcionando, e outra criada para meninas, além de uma de Língua Latino ora criada, e outra de Filosofia, transferida de São Cristóvão.

Ao extinguir o Liceu de São Cristóvão que se encontrava em decadência, planejou fundar outro na nova capital, dando início, em junho, à construção do prédio onde funcionaria e que deveria ser entregue dentro de dez meses. Sua morte prematura fez, porém, que as obras fossem paralisadas, e as bases, aproveitadas para a construção de uma cadeia local.

Em sua passagem por Sergipe, foi Inácio Joaquim Barbosa ídimo representante da fase de prosperidade e inovações que o país vivia sob o Ministério da Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná. Não foi ele um aventureiro ou um inconsequente, uma 'manivela do Barão de Maróim', como já tentaram apresentá-lo alguns estudiosos do passado sergipano, partidários do personalismo na História.

Soubes o jovem presidente aproveitar as condições internas de Sergipe favoráveis pela valorização do açúcar nos mercados internacionais, e as externas representadas pela onda de prosperidade e realizações que ia pelo país. Suas qualidades de líder fizeram com que ele se integrasse no momento vivido, de progresso, de transformações, permitindo-lhe realizar esse ato importante, aparentemente ousado e impetuoso, que foi a mudança da capital de Sergipe em 17 de março de 1855.

*Historiadora

Uma mudança movida pelo açúcar

DECISÃO DE INÁCIO BARBOSA FOI MOTIVADA PELO VOLUME DE EXPORTAÇÃO DO PRODUTO ATRAVÉS DO RIO SERGIPE

Imagem de Aracaju no começo dos anos 70

Não há dúvida de que a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, que completa 150 anos na quinta-feira, dia 17, foi, além de uma decisão política, uma questão de visão econômica do futuro, mas com bases em números que, já naquela época, revelavam a pujança de um simples povoado, o Santo Antônio do Aracaju, em relação aos demais municípios de Sergipe.

Outro fator que pesou na decisão do presidente Inácio Barbosa – que governou a província de 11 de novembro de 1853 a 6 de outubro de 1855, quando faleceu – era que o povoado ficava na margem direita do Rio Sergipe, por onde escoava a maior parte da produção de açúcar do Estado. Por volta da metade do século 19, enquanto o porto de São Cristóvão escoava duas mil sacas, pela Barra do Rio Sergipe saíam 25 mil oriundas da região do Vale do Cotinguiba.

“A visão do presidente foi a de procurar onde estava havendo produção, investimento, onde havia maior facilidade. Além disso, a alfândega e a mesa de rendas já funcionavam em Aracaju desde 1830. A opção de Inácio Barbosa foi técnica. Evidentemente que, se a opção fosse meramente geográfica, qualquer cidade do São Francisco poderia ser a capital, porque o rio era mais navegável do que qualquer outro”, observa o jornalista e escritor Luiz Antônio Barreto.

A partir daí a transferência seria só uma questão de tempo. A Assembleia Legislativa da Província foi convocada de surpresa pelo presidente no dia 2 de março de 1855. A sessão aconteceu em uma das poucas casas de praia existentes na época em Aracaju, mais precisamente no bairro Industrial. Na pauta, um único projeto: elevar o povoado Santo Antônio à categoria de cidade e,

conseqüentemente, à de capital da província. Mesmo com alguns parlamentares sem entender como um lugar cheio de areia, brejos e mangues poderia se tornar a futura capital, o projeto foi aprovado. “O presidente foi muito agredido por essa decisão. Chamaram ele de mulato pobre como se esses adjetivos fossem seus maiores defeitos. Também se criou uma idéia de que ele estava a serviço de Barão de Maruim, uma figura na época que tinha interesses no desenvolvimento da região do Cotinguiba”, recorda Luiz Antônio. Mas as reações não foram suficientes para abortar o projeto de Inácio Barbosa, e duas semanas após, no dia 17 de março, a lei foi sancionada por ele.

DESENVOLVIMENTO

A historiadora Maria Thetis Nunes reforça que o projeto do presidente não se resumiu apenas a um ato administrativo, mas a um conjunto de ações que levaram ao desenvolvimento da nova capital. “Coube-lhe concluir a abertura do canal do Pomonga, ligando o Vale do Japarutuba ao do Cotinguiba, facilitando o escoamento da produção de uma das mais importantes regiões açucareiras de Sergipe. Ele procurou resolver também o problema de acesso às barras de Sergipe, que dificultava o movimento de navios pelo perigo que oferecia. Para isso, encomendou, na Inglaterra, um rebocador para a barra do Cotinguiba”, diz. Mas Inácio Barbosa morreu antes mesmo de ver o rebocador chegar à Província e, principalmente, de acompanhar de perto a concretização do seu projeto, hoje algo inquestionável por qualquer especialista. Há 150 anos, o presidente, de pouco mais de 30 anos, havia tomado a decisão correta.

Orgulho do passado e fé no futuro

* Marcelo Déda

Quando Inácio Barbosa transferiu a capital do Estado da velha São Cristóvão e fundou a cidade de Aracaju ele não estava apenas refletindo uma nova correlação de forças no seio das classes dominantes de então. Consciente ou inconscientemente, o nosso fundador estava no topo de um movimento que mudaria Sergipe e se constituiria num titânico desafio que iria tensionar a nossa economia, emular a nossa sociedade e criar a mais significativa obra da história de Sergipe. Uma obra urbanística, econômica, humana e social que ainda hoje, 150 anos depois, está em andamento.

Há um trecho magistral no romance "Os Corumbas", de Amando Fontes, no qual ele descreve o drama das famílias interioranas que deixaram suas cidades no alvorecer do século em busca de dias melhores na nova capital que se industrializava e demandava mão de obra para as fábricas instaladas no Bairro Industrial. O talento do grande escritor registra o nascer do dia com sua luz tibia varando a madrugada para encontrar os rostos cansados e iluminar os olhos ansiosos dos avós da nossa classe operária dirigindo-se às indústrias de chaminés fumegantes. Sempre me emociono quando releio esse texto. E não apenas pela qualidade realista do quadro social mostrado mas, principalmente, pela carga gigantesca de simbolismo que aquela cena termina por revelar.

O que arrancara aqueles camponeses de suas roças, trazendo-os para uma cidade ainda em construção, com seus bairros insalubres, seus barracos de taipa cobertos por palhas e a constante ameaça das febres e epidemias? Só há uma resposta: a esperança. A fé na ascensão social, numa vida de melhor qualidade, num futuro melhor, na libertação do jugo do latifúndio e da opressão da miséria. Essa esperança, nem sempre concretizada, foi o vírus bendito que se instalou na alma de todos os que viram brotar dos areais, pântanos e manguezais da margem ocidental do Rio Sergipe uma cidade que como nenhuma outra encarnou o sonho sergipano.

Ao longo desses 150 anos os sergipanos têm reafirmado essa esperança e os aracajuanos têm cultivado esse sonho de prosperidade, ascensão social e oportunidades. Por um século e meio esta chama tem iluminado a vocação progressista de nossa capital. Como se fosse um farol a referenciar nossos desejos, essa cidade atrai e acolhe homens e mulheres de todas as regiões do estado e de outros rincões do Brasil, com imensa generosidade, despida de preconceitos. Eu mesmo, nascido em Simão Dias, sou um dos beneficiários desse espírito generoso da cidade e do seu povo que me acolheu aos 13 anos e agora reelege-me prefeito neste momento único da nossa história.

É claro que temos sofrimento e dificuldades, até porque aqui estão refletidos os problemas típicos da formação social e econômica do nosso país. Aqui também a desigualdade é o motor da exclusão. Os nossos problemas ainda são muitos, mas as lutas sociais que marcaram a nossa trajetória, das greves operárias do início do século 20 às grandes manifestações contra a ditadura, passando pelo movimento tenentista e chegando ao novo movimento popular e sindical, testemunham a energia do nosso povo, a sua alma rebelde, o seu justo inconformismo, a sua voca-

ção libertária e o seu senso de justiça.

Hoje, quando o novo milênio ensaia os seus primeiros passos, podemos contemplar uma Aracaju sesquicentenária que encara sem medo, o seu futuro. A cidade vive um momento de afirmação da sua auto-estima, dentro de um projeto político e administrativo marcado pela participação cidadã. Não escondemos nossos problemas. Pelo contrário, os enfrentamos com seriedade, sem demagogia. Debateremos a poluição do nosso rio e a destruição dos nossos mangues na perspectiva de superar o modelo injusto e ambientalmente agressivo que orientou grande parte do nosso processo de urbanização.

Não nos conformamos apenas com a denúncia do sofrimento dos mais pobres, invertemos as prioridades e partimos para ações e investimentos que se direcionam principalmente para as populações carentes dos bairros da chamada periferia. Construímos uma nova política de saúde que permitiu elevar o nosso IDH e reduzir em 27,5% a mortalidade infantil. Apostamos na democracia e reafirmamos a nossa cultura, levando ao Brasil inteiro a qualidade dos nossos eventos e a beleza da nossa tradição.

Refletir sobre a nossa história, pensar os nossos desafios, desenhar o roteiro dos nossos sonhos e mirar nos objetivos do nosso futuro é uma das metas da programação do sesquicentenário organizada pela Prefeitura. Se formos capazes de fazer esse exercício, descobriremos que os problemas que existem no presente são menores do que aqueles que já enfrentamos e vencemos no passado.

Isso não diminui o tamanho da tarefa que todos nós temos a cumprir com a nossa cidade, mas afasta o amesquinamento provinciano e o incertável complexo de inferioridade que alguns poucos tentam cultivar, com o objetivo de dobrar a espinha do nosso povo para tentar dominá-lo. A hora é de elevar a nossa auto-estima e cultivar o nosso sadio orgulho de viver numa cidade dividida entre os afagos do rio e os beijos do mar atlântico.

A felicidade de sermos herdeiros e continuadores dos feitos de um povo que com ousadia, talento e competência construiu uma das melhores cidades do Brasil. De termos um município onde a capacidade empreendedora dos nossos empresários só encontra rival na inteligência e disposição da nossa classe trabalhadora. Eles, empresários e trabalhadores, ao lado de uma gestão moderna que busca a eficiência, sem desprezar a ética, colocaram a nossa capital entre as 300 cidades mais dinâmica do Brasil (que possui mais de 5.600 municípios).

Capital da cidadania, berço de cientistas e de poetas, esquina onde se encontram a vanguarda e a tradição, aqui o trabalho é o alicerce da esperança. Território de ritos e religiões, mas também de festas sadias e jovial alegria, Aracaju chega aos 150 anos como a capital de todos os sergipanos e o lar de homens e mulheres livres que exibem na beleza do sorriso e na coragem das atitudes a força de um povo que tem orgulho do seu passado e fé no seu futuro.

* Marcelo Déda é advogado, foi líder estudantil, deputado estadual por um mandato, federal por dois e está prefeito reeleito de Aracaju.

C1 ESPECIAL

CORREIO CULTURA

ARACAJU - 150 anos de história (XVI)

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo 13 e segunda-feira 14 de mar. 2005

O cinquentenário, o centenário, a modernização

Luiz Antonio Barreto*

A história de Aracaju pode ser dividida, pelo menos, em três fases distintas: a da Consolidação da cidade, cobrindo os primeiros 50 anos, a do Crescimento, que atravessa a primeira metade do século XX e a da Modernização, marca das últimas décadas. Essas fases podem coincidir, com alguma margem de erro, com as datas redondas que colocaram Aracaju no centro dos estudos e dos debates: o cinquentenário de 1905, o centenário de 1955, e o sesquicentenário de hoje, cada evento com suas características.

Aracaju tomou forma nas primeiras décadas após suas primeiras construções e cresceu, lentamente, fiel ao plano diretor do engenheiro Pirro. Mais do que consolidar-se como cidade, Aracaju conquistou, na prática, os fóruns de capital, nos moldes de um centro de convergência e de decisão da Província e do Estado. Evidentemente que aquelas pessoas que tinham como referência os modelos das grandes cidades, com majestosas construções, jardins, serviços para a população, deixavam de acreditar no projeto do presidente Inácio Barbosa, que nos primeiros tempos não tinha qualquer visibilidade. Leandro Bezerra Monteiro, político de destaque à época, que tinha sido deputado provincial e privava da amizade do presidente, deixou entre os seus escritos um depoimento sincero sobre Aracaju. Disse ele: "O presiden-

te Barbosa fez uma convocação da Assembleia para o Aracaju - pra lá deserta, mas pra onde pretendia mudar a capital da Província, atendendo a que ali era o porto principal, onde tinha a alfândega, etc, e onde poderia de futuro se estabelecer uma cidade mercantil e não ficar tão somente oficial como em quase meio século era o decreto de São Cristóvão". Por tal causa chegou ao Aracaju no dia 2 de março chegando o Barbosa em uma casinha dentro de uma roça de mandioca, tornando tal habitação o palácio presidencial. Não achou outro pouso senão ali, e os demais colegas estavam espalhados por algumas casas de palha. Ligeiramente foi levantada uma casa para as sessões da Assembleia, e assim foi mudada a capital até o dia de hoje.

Diversos melhoramentos modificaram a vida da nova capital, agitada pelas discussões na segunda metade do século XIX, sob influência de intelectuais sergipanos. O surgimento de jornais, a criação do Athenaeum, em 1870, da Escola Normal, as polémicas de fundo religioso e filosófico, a presença de companhias itinerantes de teatro, a própria ideia de construção de um teatro, a chegada do cinematógrafo e do cinema, o fluxo de passageiros e de cargas pelos navios das companhias pernambucana e baiana, tudo enfim concorria para avolumar a população, ligando-a ao movimento da cidade. O presidente Josino Menezes,

em sua Mensagem à Assembleia, em 7 de setembro de 1905, relata algumas obras com o apoio do Governo estadual, como a construção de um altar e colócação de um sino na Igreja Matriz (Catedral), um cháfariz na praça Mendes de Moraes (Tobias Barreto), o revestimento e outros serviços na praça Benjamin Constant (Olimpio Campos), o depósito de água na praça 24 de Outubro (General Valadão), aquisição e assentamento de uma ponte metálica na praça Benjamin Constant, Josino Menezes dá, também, no seu documento dirigido aos deputados, os números da entrada de embarcações nas barras sergipanas, a saber: Barra do Coituguiba 169 embarcações, sendo 71 vapores, 89 barcas, 8 lates e 1 pechaço; Barra do Rio Real 70 embarcações e a do Vaza-Barris 3. Tais dados pareciam repetir 50 anos depois, os números conhecidos pelo presidente Inácio Barbosa.

Ainda assim, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, nascido em São Cristóvão, conferencista do Cinquentenário, fez críticas ao ato de Inácio Barbosa, reproduzindo o brinde (que parece não ter havido) do major Barroso Botocudo, o que significou exaltar um preconceito, um voto de desconfiança, 50 anos depois da mudança da capital.

O tema dos limites territoriais com a Bahia, ao norte, motivou a pesquisa, os

estudos, os embates, as publicações, deixando Aracaju em segundo plano. A questão dos limites foi, durante muitos anos, questão de honra, luta política, afirmação da sergipanidade. Há uma bibliografia farta, assinada pelos principais intelectuais da época, destacando o próprio Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Elias Montalvão, Ávila Lima, Pereira Barreto, Carvalho Lima, Júnior e o monumental Ivo do Prado, com sua memória sobre os limites - *A Capitania de Sergipe e suas Orizórias*. Aracaju recuperou um pouco sua importância, como pauta de pesquisas e estudos, com Enoch Santiago Monumento a ser construído em homenagem do presidente Inácio Barbosa. José Calassans, Fernando Porto, Mário Cabrese tornaram, nos anos de 1940, os principais estudiosos, com importantes contribuições à história de Aracaju.

O Centenário de 1955 motivou dois programas de comemorações, um do Prefeitura, outro do Governo do Estado revelando as divergências políticas partidárias entre as duas autoridades. Além dos programas oficiais, a Câmara de Vereadores fez uma sessão solene no próprio dia 17 de março, presidida por Jaime Cruz e na qual falaram Pires Wimme, Cláudio Silva e Milton Santos e a Assembleia depois de suspender suas sessões nos dias 17, 18, e 19 cclt

brou a data em sessão especial no dia 22, falando o deputado Ribeiro D Bonfim, que pediu uma emissora de rádio, a Rádio Centenário, Carvalh Déda, que depois de reportar-se à história de Sergipe, pediu a construção de um monumento aos deputados que aprovaram a Resolução da mudança de capital. Falaram ainda os deputados Garcez Dória e Cabral Machado, igualmente enaltecendo a providência de Inácio Barbosa.

O desmonte do Morro do Bonfim, feito pelo governador Leandro Maciel, a partir de 1955, ajudou muito na modernização da cidade, que já ampliara, formidavelmente, suas ruas e bairros, marcados por construções modernas, das quais restam alguns exemplares tornando ainda mais eclética a arquitetura da capital. O progresso, em todas as áreas, restituía a Aracaju os adjetivos conquistados ao longo de sua história - Sultana das Águas, por exemplo. Habitada por uma classe média forte deu início a uma profunda transformação urbana, construindo seus primeiros prédios de apartamentos e para abrigar repartições, consultórios, escritórios, abrindo caminho para os condomínios que ocuparam áreas livres, transformando-as em novos bairros.

Outro aspecto da modernização da cidade foi a busca do caminho para o mar, ampliando os braços desenhados por Pirro. A Atalaia foi conquistada, definitivamente, e levou Aracaju a incorporar áreas antes rurais, pertencentes ao município de São Cristóvão, como o Mosqueiro, a Gamela, a Areia Branca, além do RoBalo, Fazenda Nova, Bacuani, que foram incorporados à vida urbana. A Atalaia ficou no centro da praia, tendo ao norte a orla da Coroa do Meio e ao sul a Passarela dos Caranguejos, Aruama, Rodovia José Sarney, até as margens do rio Poxim, em seu desague no Vaza-Barris. Com a conquista do mar, configurou-se a vocação turística de Aracaju, forte em si mesma, pela presença dos sergipianos nas mesas dos bares e dos restaurantes, antes mesmo dos visitantes de outros lugares.

A trajetória de Aracaju, cidade e capital, é também uma história à parte, tão cheia de importância quanto os atos que criou a cidade e a fez capital, e quanto os esforços da engenharia militar do Império.

"Jornalista e escritor, autor do Dicionário de Nomes e Denominações de Aracaju"

C1 ESPECIAL

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo 13 e segunda-feira 14 de mar.2005

CORREIO CULTURA

ARACAJU - 150 anos de história (XVI)

O cinquentenário, o centenário, a modernização

Luiz Antonio Barreto*

A história de Aracaju pode ser dividida, pelo menos, em três fases distintas: a da Consolidação da cidade, cobrindo os primeiros 50 anos, a do Crescimento, que atravessa a primeira metade do século XX e a da Modernização, marca das últimas décadas. Tais fases podem coincidir, com alguma margem de erro, com as datas redondas que colocaram Aracaju no centro dos estudos e dos debates: o cinquentenário de 1905, o centenário de 1955, e o sesquicentenário de hoje, cada evento com suas características.

Aracaju tomou forma nas primeiras décadas após suas primeiras construções e cresceu, lentamente, fiel ao plano diretor do engenheiro Pirro. Mais do que consolidar-se como cidade, Aracaju conquistou, na prática, os forns de capital, nos moldes de um centro de convergência e de decisão da Província e do Estado. Evidentemente que aquelas pessoas que tinham como referência os modelos das grandes cidades, com majestosas construções, jardins, serviços para a população, deixavam de acreditar no projeto do presidente Inácio Barbosa, que nos primeiros tempos não tinha qualquer visibilidade. Leandro Bezerra Monteiro, político de destaque à época, que tinha sido deputado provincial e privava da amizade do presidente, deixou entre os seus escritos um depoimento sincero sobre Aracaju. Disse ele: "O presiden-

te Barbosa fez uma convocação da Assembleia para o Aracaju - praia deserta, mas para onde pretendia mudar a capital da Província, atendendo a que ali era o porto principal, onde tinha a alfândega, etc, e onde poderia de futuro se estabelecer uma cidade mercantil e não ficar tão somente oficial como em quase meio século era o decrépito São Cristóvão. Por tal causa chegou ao Aracaju no dia 2 de março assinando o Barbosa em uma casinha dentro de uma roça de mandioca, tornando tal habitação o palácio presidencial. Não acheli outro posto senão ali e os demais colegas estavam espalhados por algumas casas de palha. Ligeiramente foi levantada uma casa para as sessões da Assembleia e assim foi mudada a capital. Eu assinei o projeto e não me arrependi até o dia de hoje."

Diversos melhoramentos modificaram a vida da nova capital, agitada pelas ideias circulantes na segunda metade do século XIX, sob influência de intelectuais sergipianos. O surgimento de jornais, a criação do *Athenaeu*, em 1870, da Escola Normal, as polémicas de fundo religioso e filosófico, a presença de companhias itinerantes de teatro, a própria ideia de construção de um teatro, a chegada do cinematógrafo e do cinema, o fluxo de passageiros e de cartas pelos navios das companhias pernambucanas e baianas, tudo em um concorria para a movimentação populacional, ligando-a ao movimento da cidade. O presidente Josino Menezes,

em sua Mensagem à Assembleia, em 7 de setembro de 1905, relata algumas obras com o apoio do Governo estadual, como a construção de um altar e colocação de um sino na Igreja Matriz (Catedral), um chafariz na praça Mendes de Moraes (Nóbias Barreto), o nivelamento e outros serviços na praça Benjamin Constant (Olimpio Campos), o depósito de água na praça 24 de Outubro (General Valadão), aquisição e assentamento de uma ponte metálica na praça Benjamin Constant, Josino Menezes dá, também, no seu documento dirigido aos deputados, os números da entrada de embarcações nas barras sergipanas, a saber: Barra do Cotinguiba 169 embarcações, sendo 71 vapores, 89 barcaças, 8 iates e 1 patacho; a Barra do Rio Real 70 embarcações e a do Vaza-Barris 3. Tais dados pareciam repetir, 50 anos depois, os números conhecidos pelo presidente Inácio Barbosa.

Ainda assim, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, nascido em São Cristóvão, conferencista do Cinquentenário, fez críticas ao ato de Inácio Barbosa, reproduzindo o brinde (que parece não ter havido) do major Barros Botocudo, o que significou exaltar um preconceito, um voto de desconfiança, 50 anos depois da mudança da capital.

O tema dos limites territoriais com a Bahia, ao norte, motivou a pesquisa, os

estudos, os embates, as publicações, deixando Aracaju em segundo plano. A questão dos limites foi, durante muitos anos, questão de honra, luta política, afirmação de sergipianidade. Há uma bibliografia farta, assinada pelos principais intelectuais da época, destacando o próprio Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Elias Montalvão, Ávila Lima, Pereira Barreto, Carvalho Lima Júnior e o monumental Ivó do Prado, com sua memória sobre os limites - *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*. Aracaju recupera um pouco sua importância, como pauta de pesquisas e estudos, com Enoch Santiago em 1915 e em 1917, em torno do Monumento a ser construído em honra do presidente Inácio Barbosa. Jos Calasans, Fernando Porto, Mário Cabrese tornaram, nos anos de 1940, os principais estudiosos, com importantes contribuições à história de Aracaju.

O Centenário de 1955 motivou dois programas de comemorações, um da Prefeitura, outro do Governo do Estado, revelando as divergências políticas partidárias entre as duas autoridades. Além dos programas oficiais, a Câmara de Vereadores fez uma sessão solene no próprio dia 17 de março, presidida por Jaime Cruz e na qual falaram Pire Winne, Cláudio Silva e Milton Santo; e a Assembleia depois de suspender suas sessões nos dias 17, 18, e 19 cele-

brou a data em sessão especial no dia 22, falando o deputado Ribeiro d' Bonfim, que pediu uma emissora de rádio, a Rádio Centenário, Carvalho Déda, que depois de reportar-se à história de Sergipe, pediu a construção de um monumento aos deputados que aprovaram a Resolução da mudança de capital. Falaram ainda os deputados Garcez Dória e Cabral Machado, igualmente enaltecendo a providência de Inácio Barbosa.

O desmonte do Morro do Bonfim, feito pelo governador Leandro Maciel, a partir de 1955, ajudou muito na modernização da cidade, que já ampliara, formidavelmente, suas ruas e bairros, marcados por construções modernas, das quais restam alguns exemplares tornando ainda mais eclética a arquitetura da capital. O progresso, em todas as áreas, restituía a Aracaju os adjetivos conquistados ao longo de sua história - Sultana das Águas, por exemplo. Habitada por uma classe média forte deu início a uma profunda transformação urbana, construindo seus primeiros prédios de apartamentos e para abrigar repartições, consultórios, escritórios, abrindo caminho para os condomínios que ocuparam áreas livres, transformando-as em novos bairros.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Serys Shessarenko, 1ª Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, farei a leitura de dois requerimentos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2005

Senhor Presidente,

Aproveito a oportunidade em que se comemora no Piauí os 182 anos da Batalha do Jenipapo ocorrida 13 de março de 1823, onde morreram em combate mais de 400 brasileiros, tudo em defesa da Independência do Brasil.

No meu governo, em 1973 fiz construir no município de Campo Maior exatamente no local onde se travou sangrenta batalha entre o exército português e combatentes brasileiros, um monumento em memória

Outro aspecto da modernização da cidade foi a busca do caminho para o mar, ampliando os braços desenhados por Pirro. A Atalaia foi conquistada, definitivamente, e levou Aracaju a incorporar áreas antes rurais, pertencentes ao município de São Cristóvão, como o Mosqueiro, a Gamela, a Areia Branca, além do Robalo, Fazenda Nova, Bacupari, que foram incorporados à vida urbana. A Atalaia ficou no centro da praia, tendo ao norte a orla da Coroa do Meio e ao sul a Passarela dos Caranguejos, Aruana, Rodovia José Sarney, até as margens do rio Poxim, em seu desague no Vaza-Barris. Com a conquista do mar, configurou-se a vocação turística de Aracaju, forte em si mesma, pela presença dos sergipanos nas mesas dos bares e dos restaurantes, antes mesmo dos visitantes de outros lugares.

A trajetória de Aracaju, cidade e capital, é também uma história à parte, tão cheia de importância quanto os atos que criou a cidade e a fez capital, e quanto os esforços da engenharia militar do Império.

**Jornalista e escritor, autor do Dicionário de Nomes e Denominações de Aracaju*

dos heróis que ali deram suas vidas pela Independência do Brasil.

Assim, requeremos seja oficiado ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos proceda os estudos com o intento de lançar selo Comemorativo deste notável feito heróico.

Brasília, 13 de março de 2005. – Senador **Alberto Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2005 (Senador Antonio Carlos Valadares)

Requerimento de voto de aplauso em comemoração aos 150 anos de aniversário do Município de Aracaju.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do – Senado Federal, sejam apresentadas congratulações pelo decurso do sesquicentenário aniversário do Município de Aracaju, através de seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Marcelo Déda e Presidente da Câmara de Vereadores, Exm^o Sr. Zeca da Silva, a ser comemorado no próximo dia 17 de março.

Justificação

A resolução do presidente da Província, Ignácio Barbosa, que no dia 17 de março de 1855 elevou o povoado de Santo Antônio de Aracaju à soberba de cidade e capital.

A maravilhosa Cidade de Aracajú teve o seu núcleo primordial – do Alto da Colina de Santo Antônio, deslocado para as margens do rio Sergipe, desenvolvendo-se na área compreendida entre a praça Fausto Cardoso e a praça General Valadão.

Em 1911 e 1920 Aracaju já se impõe como maior centro urbano do Estado e a cidade mais industrializada de Sergipe. É na segunda década do séc. XX que os governantes se preocuparam com o aspecto urbano e isso se configura num ordenamento espacial mais condizente com as novas necessidades. A modernização implica em obras de infra-estrutura para o abastecimento de água, esgotos, energia elétrica, rede telefônica, rede urbana de transporte coletivos, isso tendo que manter o embelezamento das praças e ajardinamentos.

As grandes transformações urbanísticas aconteceram em tomo das comemorações do primeiro Centenário da Independência de Sergipe, quando a Intendência associou-se ao Estado para um melhor tratamento urbanístico de Aracaju, por volta de 1920.

E na década seguinte, entre 1931 e 1940, que o crescimento de Aracaju se desloca para a zona oeste, com o surgimento da ferrovia e o decréscimo dos serviços urbanos (em conseqüência da crise econômica que o Estado então enfrenta). Afora a reforma da Catedral (início em 1936 e término 10 anos depois), a construção de um novo prédio para a Biblioteca Pública do Estado (Art Décor) e a reforma do prédio antigo da Biblioteca, que teve a estrutura mantida mas perdeu seus belos elementos formais e ornamentais, passando a Diretoria de Finanças do Estado (até 1958), esta é urna fase que pouco acrescenta ao perfil já moldado de Aracaju.

Com 150 anos, Aracaju ainda guarda uma boa memória do tempo de formação da capital; sendo fundamental a preservação dos prédios e monumentos que fazem nosso patrimônio público. A atual administração prima pela defesa do patrimônio público.

Aliás, o processo de comemoração do 150º aniversário da capital sergipana, começou no ano passado, quando o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, efetuou mais uma iniciativa democrática: o lançamento oficial de concursos para escolha do hino do município e de logomarca para padronizar todos os documentos emitidos pela administração municipal.

Com certeza, a síntese da celebração dos 150 anos da Cidade de Aracajú é lembrar que a Cidade conta com espaços públicos, qualidade de vida e um ambiente de sociabilidade entre seus habitantes que

fazem uma diferença para uma Cidade que alcança a maturidade com democracia e urbanidade.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. _ Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado
O requerimento lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque por dez minutos, com cinco minutos de prorrogação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero não precisar dos cinco minutos de tolerância, pois quero apenas lembrar aqui uma coincidência. Amanhã, comemoraremos 20 anos da democratização do Brasil e, no dia seguinte, poderemos votar aqui um projeto de reforma da Constituição, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que assegurará creche a todas as crianças brasileiras.

Há uma feliz coincidência, mas há também, Senador Mão Santa, uma estranha demora. Foram necessários 20 anos de democracia para chegar um projeto ao Senado assegurando creche para as crianças brasileiras.

Por que esperamos 20 anos? E ainda há dúvidas se o projeto será aprovado. Nesse ritmo, não vamos comemorar 40 anos de democracia. Não vamos comemorar porque há um limite na paciência do povo. Ele não agüentará mais 20 anos se não perceber que a democracia atende aos interesses do povo brasileiro.

A democracia se sustém em dois pilares: a liberdade política e a justiça social. A democracia não caminha, como nada no mundo, em cima de uma perna só. Por isso, sugiro que o Senado, amanhã, dê um presente ao Brasil, no aniversário da sua democracia: que, na quarta-feira, aproveemos essa proposta de reforma à Constituição.

Alguns dizem, em argumento contrário, que não há recursos para isso. O que estamos fazendo não é, amanhã, instalarmos creches para todos, porque sabemos que a realidade – tanto a financeira como a física, da engenharia – não permitirá. Esse projeto visa a realizar o objetivo da democracia: transformar necessidade em demanda. Tudo que tem demanda, um dia, é atendido; o que é apenas necessidade é excluído.

Uma criança do lado de fora de uma escola apenas necessita. Ninguém contrata professor, compra uma cadeira ou constrói uma escola para ela. Ela é uma necessitada. Ao estabelecer o seu direito de entrar na escola, ela passa a exercer uma demanda. E

quando exerce uma demanda, as pressões surgem. E as pressões são a razão de ser da democracia. Lamentavelmente, nos 20 anos de democracia brasileira, a demanda vem apenas dos grupos organizados. Os sindicatos evoluíram a ponto de fazerem um Presidente da República! Essa é uma maravilha de 20 anos da democracia brasileira.

Os grupos organizados evoluíram, avançaram. Pressionam, ganham grandes conquistas nesta Casa, como, por exemplo, impedir o aumento de salário dos Parlamentares. Mas os pobres, os excluídos, os sem-teto, sem-emprego, sem-escola, esses, por serem desorganizados, não chegam aqui e não se beneficiam da democracia.

Vejam que a reforma da universidade já vai chegar aqui. Por quê? Porque, dentro da universidade, de forma organizada, temos 10, 15 instituições sindicais que pressionam, abrem a porta do Ministro, procuram os Senadores e Deputados, e exercem a pressão da demanda.

Agora, as crianças do Ensino Fundamental não têm sindicatos; nem seus professores têm um sindicato único, nacional. Sua força localiza-se no seu Município. O resultado é que não há demanda por parte das parcelas excluídas da sociedade brasileira.

O papel dos Senadores, o papel dos Deputados, o papel do Congresso é tentar trazer aqueles que necessitam para exercerem demanda. Transformar necessidade em demanda e segurar a democracia por mais alguns anos, porque a democracia vai atender as demandas. No entanto, se não formos capazes de transformar necessidade em demanda, os necessitados e os excluídos, perdendo a esperança, destruirão a democracia.

A Bolívia nos deu um recado 15 dias atrás. A Bolívia que, em vez de 20, já deve estar comemorando 30 anos de redemocratização, nos mostrou que não há possibilidade de continuar sem crise numa democracia sem justiça social. Ao não atender às necessidades do seu povo, dos seus povos indígenas, dos seus mineiros, dos seus pobres, esses deram o seu recado e disseram: essa democracia não continua assim.

Temos apenas 20 anos. Ainda não chegamos à situação da Bolívia. Temos mais recursos inclusive, mas isso não vai bastar, não será suficiente. Se não formos capazes de transformar a necessidade em demanda, não vamos transformar liberdade política em justiça social. Se não fizermos isso, comemoraremos 20 anos amanhã, Senador Mão Santa, mas talvez não comemoremos 30 e, certamente, não chegaremos aos 40 anos de democracia.

Por isso, na quarta-feira, volto a insistir, Sr. Presidente, vamos dar, nós do Senado, um presente pelo

aniversário da democracia brasileira, aprovando o projeto da Senadora Heloísa Helena, que passa a dar o direito de a criança reivindicar creche, o direito de a família reivindicar creche. Não vai dar a creche; vai dar o direito.

Para isso, há 20 anos, começamos essa maravilha da democracia brasileira, uma maravilha incompleta.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa, que pediu o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam Buarque, é muito importante a advertência de V. Ex^a, que é mestre. Mas quero dar o testemunho – fui prefeitinho – de que este País já foi melhor. As creches facilmente funcionavam. Quando fui Prefeito da cidade de Parnaíba, de 1988 a 1992 – em 5 de outubro de 1988, nascia a Constituição –, existia um órgão específico voltado para o trato do assunto: a LBA. O Prefeito fazia o serviço social, a creche, e contava com o apoio de um organismo mantenedor. O que temos agora? O Fundef, que só paga o ensino para crianças de 7 a 14 anos, só aquela fatia de recursos. Os Prefeitos, hoje vítimas da fome de recursos da União – de 54% a que eles tinham direito na Constituinte, passaram para 60%, e acabaram a LBA –, não têm mais recursos para as creches. A situação é muito grave, piorou. As creches funcionavam bem quando saiu a Constituição de 5 de outubro, aquela que Ulysses Guimarães beijou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Mão Santa, estou totalmente de acordo: um projeto como esse não será atendido com recursos apenas dos Prefeitos. Hoje nossas prefeituras padecem de uma escassez grave de recursos. Ou federalizamos a preocupação com as crianças, federalizamos a nossa preocupação com a educação fundamental, ou não vamos ter condições de resolver o problema.

Antes de passar a palavra ao Senador Alberto Silva, quero dizer que, ao não dar o direito de a família reivindicar a creche, permitimos que os Prefeitos se acomodem. Os “prefeitinhos”, como denominou V. Ex^a, pobres de recursos, acomodam-se diante da falta de pressão. É preciso que essa pressão seja exercida sobre a prefeitura, para que os prefeitos venham a Brasília reivindicar também em nome de suas crianças.

Concedo-lhe o aparte, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, o tempo de V. Ex^a é curto, como o de todos nós, mas eu gostaria de me associar ao seu discurso fazendo uma sugestão. Quando Governador em meu Estado, fiz um pré-escolar para crianças de dois a seis anos. Não me preocupei muito propriamente com a creche, mas com o ensino fundamental para crianças de dois a seis anos. Gostaria de com V. Ex^a formar aqui, quem sabe, um grupo para fazer com

que um projeto de lei surja, vindo de lá ou desta Casa, para que o Governo federal estenda o ensino, que hoje começa apenas para as crianças de sete anos. O Ministério da Educação só admite a merenda para quem tem sete anos; as crianças de sete anos para baixo não têm escola, não têm merenda. Precisamos fazer com que, no Brasil, o ensino atendido pelo Governo federal comece para as crianças de dois a seis anos, estenda-se para as de sete anos e continue! Quero que V. Ex^a puxe essa idéia como grande Ministro da Educação que foi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Alberto Silva, conheço a experiência de seu trabalho no Governo do Piauí e sou um admirador do que foi feito. É bom V. Ex^a dizer isso, porque, quando falo em creche, na verdade, falo no sentido genérico. Não precisa ser um prédio, não precisa ser dessa forma, há muitas maneiras. O que não podemos é deixar crianças trancadas em casa para que suas mães trabalhem. O que não podemos é deixar uma criança sem atendimento. Que se faça o seu desenvolvimento desde a primeira idade!

Concluo, Sr. Presidente, com meu tempo esgotado, dizendo: vamos dar um presente ao Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Cristovam Buarque, esta Presidência interrompe V. Ex^a apenas para esclarecer que lhe concede mais cinco minutos para que possa finalizar o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Fico agradecido, mas não considero necessário tanto tempo mais. Quero apenas fechar o meu discurso lembrando: vamos dar de presente ao Brasil, nos vinte anos de sua democracia, o direito a cada família de reivindicar o apoio – não creche necessariamente – dos Governos federal, estadual e municipal às suas crianças. Isso pode ser feito com a aprovação aqui, na quarta-feira, de um projeto da Senadora Heloísa Helena.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a nobre Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, ouviremos o Senador Jorge Bornhausen, obedecendo à lista de inscrição.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de tratar de três assuntos hoje. Tentaremos falar resumidamente sobre cada um deles.

Sr. Presidente, como estamos no mês de março, em que discutimos de forma mais aprofundada a questão da mulher, principalmente de um ponto de vista mais amplo, global, eu gostaria de falar rapidamente sobre a mulher agricultora.

Eu gostaria de registrar que o Presidente Lula acaba de lançar a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais. A campanha, iniciada no assentamento Milagre, em Apodi, próximo a Natal no Rio Grande do Norte, faz parte das comemorações deste mês de março, mês tradicionalmente reservado às homenagens às mulheres e às suas lutas. A intenção do Governo é divulgar os programas já existentes de acesso ao crédito para o público feminino, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Deve-se destacar que o crédito que agora se busca ampliar garante às mulheres a possibilidade de realizar investimentos, estabelecer sociedade e ter sua atividade econômica reconhecida. A linha especial do Pronaf para a mulher tem a finalidade de gerar uma segunda renda na família para investimento na propriedade familiar. O crédito é concedido independentemente de o marido ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio ou do próprio programa. O dinheiro pode ser usado na compra de equipamentos, na montagem de agroindústrias caseiras e atividades artesanais.

Eu queria ainda, falando sobre essa questão, dizer que o Pronaf-Mulher é voltado para agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebra-deiras de coco que possuam renda anual bruta entre R\$2 mil e R\$60 mil. Os recursos podem ser pagos em tempo alongado, em torno de oito anos, a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertençam.

Não podemos deixar, por tudo isso, de destacar a importância do apoio representado por esse investimento para a vida e o trabalho de nossas mulheres, notadamente das mulheres trabalhadoras rurais.

Quero ainda deixar registrado que sempre se soube, Sr. Presidente, que a maior parte das restrições (cerca de 60%) para se ter acesso ao crédito se refere à ausência de registro civil e do documento do CPF. E a mulher responde por dois terços dos trabalhadores rurais que não dispõem desses documentos.

Para superar esse impasse, o Governo Lula, em muito boa hora, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Por meio desse programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com outros órgãos governamentais e não-governamentais, emitem documentos civis e trabalhistas em 23 estados do País. Os dados oficiais apontam que, em 2004, foram expedidos nada menos que 62.482 mil documentos, e, em 2005, a previsão é de ampliar esse número para 70 mil.

Uma outra questão que deve ficar registrada é o grande avanço em relação à formulação de políticas públicas para as mulheres, com a elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, lançado em dezembro de 2004 pela Sr^a Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Nilcéa Freire.

Esse plano prevê a execução de 198 ações por diversos órgãos do Governo federal, em parceria com os Executivos estaduais e municipais, sob a coordenação da Secretaria. O documento está estruturado em torno de cinco áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; gestão e monitoramento.

O documento busca priorizar ações já previstas ou em execução por cada área de governo. Um exemplo é a estipulação da meta de, até 2006, reduzir em 15% a taxa de analfabetismo entre as mulheres, principalmente aquelas acima de 45 anos. Infelizmente, grande número de companheiras da área rural com mais de 45 anos são analfabetas. V

Pela escassez do tempo, peço que o meu discurso seja registrado nos Anais do Senado, na sua íntegra.

Quero agora, rapidamente, falar sobre uma outra questão que vem merecendo destaque e merece ser acompanhada mais de perto. Refiro-me ao projeto do biodiesel, que, em tão boa hora, está sendo levado avante pelo nosso Governo, com a participação do Congresso Nacional, que discutiu, debateu e aprovou o projeto. Com ele, o Brasil terá imensas vantagens econômicas, sociais e ambientais.

Produzido à base de mamona, de soja, de dendê, de girassol, das plantas oleaginosas, de uma maneira geral, o novo combustível poderá ter 2% adicionado ao diesel de petróleo para uso em veículos automotivos. Essa mistura é chamada de B2. Com o biodiesel, o setor de energia no Brasil inicia uma nova fase que nos abre amplas perspectivas.

Já está mais do que certo, a partir dos estudos variados, que o uso do novo combustível trará ganhos sociais, econômicos e ambientais para o País, ao privilegiar a participação da agricultura familiar, gerando

emprego e renda no campo, ao permitir a redução das importações de **diesel** de petróleo e ao melhorar a qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

O biodiesel merece todo o destaque porque é um programa de energia, de diversificação da matriz, de respeito ao meio ambiente e, principalmente, porque leva em conta uma política de inclusão social.

Outra boa notícia é que motoristas e montadoras de automóveis não terão que desembolsar mais recursos com essa mudança, pois o biodiesel não exige qualquer alteração nos motores dos veículos. Essa é uma garantia da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Além disso, o combustível renovável poderá ser usado na geração de energia elétrica em comunidades de difícil acesso, como é o caso de diversas localidades na Região Norte, e também nos mais profundos e distantes rincões do nosso Mato Grosso, em substituição ao óleo diesel, que atualmente consome grandes recursos para sua utilização em usinas termelétricas.

Temos projetos, por exemplo, no Município de Colniza, no nosso Mato Grosso, realizados em convênio com a Universidade Federal e com a Eletronorte, cujas pesquisas estão avançando. O biodiesel está sendo produzido com produtos provenientes do extrativismo, enquanto se aguarda o plantio da mamona, do girassol e da soja naquele meio. Como o *diesel* é transportado em grandes carretas, causando danos às estradas e dificultando o trânsito, esse processo facilita o uso do biodiesel para a geração de energia elétrica. Inclusive, a Rede Cemat, fornecedora de energia no Estado, usará o biodiesel para a geração de energia na região.

Outro ganho virá na redução das importações de diesel. Hoje, o Brasil importa 10% desse combustível. O uso do biodiesel possibilitará ao Brasil uma economia anual de aproximadamente US\$160 milhões na importação do diesel.

O Brasil tem potencial para se transformar em um dos maiores produtores de *biodiesel* do mundo e um grande exportador. Os Estados Unidos e alguns países da Europa já são consumidores do biodiesel. É um mercado imenso que se abre para o Brasil. A União Européia definiu como meta que, até 2005, 2% dos combustíveis utilizados devem ser renováveis, e, em 2010, esse valor deverá ser de 5,75%. Como o continente europeu não tem área de cultivo suficiente e capacidade industrial instalada para atingir esses patamares, surgem as grandes oportunidades de exportação desse combustível pelo nosso País.

O biodiesel ainda vai contribuir para melhorar a qualidade do ar nas grandes cidades, pela redução do uso de combustíveis derivados do petróleo. O uso de fontes energéticas renováveis e que não poluam

o meio ambiente faz parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma das diretrizes do Protocolo de Quioto.

Por tudo isso, pela importância do Programa do Biodiesel, estaremos aqui atentos, no Senado e no Congresso Nacional, acompanhando a evolução desse projeto, que é da maior relevância para o nosso País, não tenho dúvida.

Solicito ao Sr. Presidente o registro na íntegra do meu discurso nos Anais do Senado, por não ter tido o tempo suficiente.

Nos poucos minutos que me restam, registro matéria publicada hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, e assumo, aqui, com certeza, o compromisso de voltar ao assunto, porque acabo de receber essa reportagem, que se reporta à questão agrária: "Investigação aponta inoperância de órgãos federais e violência da PM. Justiça favorece ocupações ilegais em Mato Grosso, diz relatório".

Sr^{as} e Srs. Senadores, ler uma manchete dessa envergadura num jornal com a postura da **Folha de S. Paulo** é da maior gravidade.

É uma matéria longa, e o tempo que me resta não permite que eu faça um relato dela como um todo, mas eu gostaria de frisar alguns aspectos de forma muito breve.

Diz o jornal:

Tribunal de Justiça de Mato Grosso não comenta. Estado diz lutar para assegurar direitos.

O documento enumera decisões da Justiça que favorecem a ocupação ilegal dessas áreas, equivalentes, de acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a 34 mil quilômetros quadrados, mais da metade das terras da União no Estado.

"A confusão fundiária faz com que haja áreas com até 16 títulos de terras sobrepostas", diz o relatório, que atribui a origem do problema à inoperância dos mais variados órgãos federais e seu agravamento à política do Governo estadual de estímulo à expansão agrícola.

O Relatório da Missão a Mato Grosso foi entregue na semana passada a autoridades estaduais e federais e será encaminhado às comissões de direitos humanos da ONU e da OEA. O documento acusa a Polícia Militar do Estado de agir com violência contra quilombolas e sem-terra e denuncia casos em que lideranças desses movimentos são ameaçadas de morte por pistoleiros. Os integrantes da Relatoria percorreram três mil quilômetros no Estado.

Eu diria que esse relatório se concentra principalmente nos índios, quilombolas e pequenos produtores rurais, enfim, aqueles que, dentro da sociedade, nunca tiveram direito à terra, sempre concentrada nas mãos de poucos.

Temos a expectativa de que o Governo Lula, com critérios, resgate as terras públicas que, de forma irregular e ilegal, estão nas mãos daqueles que não são seus verdadeiros donos.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo hoje colocar em destaque o projeto do Biodiesel, que em boa hora está sendo apoiado e incentivado pelo Governo Lula e resulta em imensas vantagens econômicas, sociais e ambientais para o Brasil e todo nosso povo.

Produzido à base de mamona, de soja, de dendê, de girassol, das plantas oleaginosas, de uma maneira geral, o novo combustível poderá ter 2% adicionado ao diesel de petróleo para o uso em veículos automotivos. Essa mistura é chamada de B2. Com o biodiesel o setor de energia no Brasil inicia uma nova fase, que nos abre amplas perspectivas.

Já está mais do que certo, a partir dos estudos mais variados, que o uso do novo combustível trará ganhos sociais, econômicos e ambientais para o país, ao privilegiar a participação da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo, ao permitir a redução das importações de diesel de petróleo e ao melhorar a qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

É um projeto **sui generis**, de combustível limpo, que só honra a todos nós que nos envolvemos na sua viabilização.

Dados do Ministério de Minas e Energia, apontam que o biodiesel muito brevemente deve chegar aos postos de combustíveis da região de Belém (PA), produzido a partir de palma. Para julho deste ano, o combustível renovável feito da mamona deverá estar sendo comercializado no Nordeste e em agosto, nas regiões Centro-Oeste e Sul, produzido a partir de soja e girassol.

O biodiesel merece todo o destaque porque é um programa de energia, de diversificação da matriz, de respeito ao meio ambiente e, principalmente, porque leva em conta uma política de inclusão social.

Outra boa notícia é que motoristas e montadoras de automóveis não terão que desembolsar mais recursos com essa mudança, pois o biodiesel não exige ne-

nhuma alteração nos motores dos veículos. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) assegurou a garantia dos motores para os veículos que utilizarem o biodiesel misturado ao diesel na proporção de 2%, como foi autorizado.

Além disso, o combustível renovável poderá ser usado na geração de energia elétrica em comunidades de difícil acesso, como é o caso de diversas localidades na região Norte, e também nos mais profundos rincões lá do nosso Mato Grosso, em substituição ao óleo diesel que atualmente consome grandes recursos para sua utilização em usinas termelétricas.

É importante aqui destacar que as vantagens sociais do biodiesel estão principalmente na geração de emprego e renda no campo e na indústria nacional. O cultivo da mamona, dendê, girassol, soja e de outras oleaginosas devem se multiplicar pelos quatro cantos do nosso País, e vão gerar emprego e renda, especialmente para os agricultores familiares.

Há quem diga que o Governo Lula está parado. Existem aqueles maledicentes que dizem que o Governo do PT é um governo sem obras, sem inovações. O programa do biodiesel está aí para desmentir esses aves agourentas. O governo Lula, com justo orgulho, está apostando no crescimento gradual da nova cadeia de combustível a partir do incentivo à inclusão social de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, principalmente no Norte e Nordeste. O biodiesel produzido a partir da mamona e dendê fornecidos por agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e do semi-árido terá 100% de redução do PIS/COFINS. Os demais agricultores familiares de todo o país terão diminuição percentual de 89,6%.

Outro ganho virá na redução das importações de diesel. Hoje, o Brasil importa 10% desse combustível. O uso do biodiesel possibilitará ao Brasil uma economia anual de aproximadamente US\$ 160 milhões (R\$ 432 milhões) na importação do diesel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem potencial para se transformar em um dos maiores produtores de biodiesel do mundo e um grande exportador. Os Estados Unidos e alguns países da Europa já são consumidores do biodiesel, é um mercado imenso que se abre para o Brasil. A União Européia definiu como meta de que até 2005, 2% dos combustíveis utilizados devem ser renováveis e em 2010, esse valor deverá ser de 5,75%. Como o continente europeu não tem área de cultivo suficiente e capacidade industrial instalada para atingir esses patamares, surgem as oportunidades de exportação do combustível pelo Brasil.

O biodiesel ainda vai contribuir para melhorar a qualidade do ar nas grandes cidades pela redução do uso de combustíveis derivados de petróleo. O uso

de fontes energéticas renováveis e que não poluam o meio ambiente faz parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma das diretrizes do Protocolo de Kyoto.

Além disso, haverá o incentivo para o aprimoramento da tecnologia nacional pela produção do novo combustível. Para o desenvolvimento de pesquisas e processos de produção foram destinados, pelo Governo Lula, recursos da ordem de R\$16 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Parte destes recursos está sendo aplicada na formação da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), formada por universidades e instituições de pesquisa de 23 estados, e no reforço de infra-estrutura laboratorial para monitorar a qualidade do biodiesel.

Para incentivar a fabricação do biodiesel, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos com o Selo Combustível Social e até 80% dos demais projetos. Os recursos serão destinados a todas as fases de produção, como a agrícola, fabricação do óleo bruto, armazenamento e aquisição de máquinas. A partir do próximo ano, estarão a disposição R\$ 100 milhões para linhas de financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para cultivo da matéria-prima do combustível renovável. Estima-se que 250 mil famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária participem da produção de oleaginosas para atender o mercado de B2. Eis aí uma perspectiva mais do que estimulante para todos nós que entendemos o quanto é importante a reforma agrária para a definitiva modernização de nosso País.

Por tudo isto, pela importância do Programa do Biodiesel, estaremos aqui atentos no Senado e no Congresso Nacional, acompanhando a evolução desse projeto da maior relevância para o nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de registrar é que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva acaba de lançar a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais. A campanha, iniciada no assentamento Milagre, em Apodi (a 353 km de Natal – RN), faz parte das comemorações deste mês de Março, mês tradicionalmente reservado às homenagens às mulheres e às suas lutas. A intenção do governo é divulgar os programas já existentes de acesso ao crédito para o público feminino, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Deve se destacar que o crédito que agora se busca ampliar garante às mulheres a possibilidade de realizar investimentos, estabelecer sociedade e ter sua atividade econômica reconhecida. A linha es-

pecial para a mulher do Pronaf tem a finalidade de gerar uma segunda renda na família pra investimento na propriedade familiar. O crédito é concedido independentemente de o marido ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio ou do próprio programa. O dinheiro pode ser usado na compra de equipamentos, na montagem de agroindústrias caseiras e atividades artesanais.

Vejam, Sr. Presidente, que na safra 2003-2004 foram firmados 227 mil contratos por mulheres, 129,8 mil a mais que os assinados na safra anterior. A previsão de investimento para essa modalidade de crédito é de R\$ 1,2 bilhão para a safra 2004-2005, o que significa mais que o dobro dos recursos aplicados no período anterior (2003-2004), que foi de R\$568 milhões. O Pronaf-Mulher é voltado para agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco que possuam renda anual bruta entre R\$2 mil e R\$60 mil. Os recursos podem ser pagos em até oito anos a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertençam.

Não podemos deixar, por tudo isto, de destacar o apoio e o investimento que estão sendo feitos pelo Governo Lula no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho das nossas mulheres, notadamente das mulheres trabalhadoras rurais.

Sempre se soube que a maior parte das restrições (cerca de 60%) para se ter acesso ao crédito é a ausência de registro civil e do documento de CPF. E a mulher responde por dois terços dos trabalhadores do campo que não dispõem de documentos.

Para superar este impasse, o governo Lula, em muito boa hora, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Através deste programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com outros órgãos governamentais e não governamentais emitem documentos civis e trabalhistas em 23 Estados do país. Os dados oficiais apontam que, em 2004, foram expedidos nada menos que 62.482 documentos e em 2005 a previsão é ampliar esse número para 70 mil.

Não posso também deixar de elogiar a disposição do Governo Lula de diversificar o público atendido pelo programa que até o momento priorizou os projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Este ano, serão incluídas, também, áreas quilombolas e áreas indígenas, onde estão sendo feitos novos assentamentos de população não índia.

Um grande avanço que se deve também colocar em relevo no que diz respeito à formulação de políticas públicas para as mulheres é a elaboração do Plano

Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro do ano passado pela SPM.

O plano prevê a execução de 198 ações por diversos órgãos do governo federal, em parceria com os executivos estaduais e municipais, sob a coordenação da Secretaria. O documento está estruturado em torno de cinco áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; gestão e monitoramento.

O documento busca priorizar ações já previstas ou em execução por cada área de governo. Um exemplo é a estipulação da meta de até 2006 reduzir em 15% a taxa de analfabetismo entre as mulheres, principalmente entre as com 45 anos até 2007. Outra ação é criar serviços especializados de atendimento as mulheres em situação de violência e conceder crédito a 400 mil trabalhadoras rurais até 2006.

Não posso, por isso mesmo, deixar de corroborar as declarações da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, para quem o plano significa “o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações que garantam políticas públicas que alterem as desigualdades sociais existentes e, conseqüentemente, o mundo a nossa volta”.

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) revelou que as mulheres são maioria nos ensinos médio e superior no Brasil. O estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira demonstra que, no período de 1996 a 2003, a população feminina representou 54% das matrículas do ensino médio contra 46% dos homens.

A pesquisa também mostra que a presença feminina no quadro de professores das universidades aumentou em 102,2% no período analisado, enquanto que a dos homens cresceu 67,9%. Para a ministra Nilcéa Freire, o levantamento serve como ponto de partida para a realização de mudanças. “O estudo é o início de uma pesquisa para trabalharmos os dados do Inep, desde a educação infantil até o doutorado, de maneira a intervir na educação, no seu conteúdo e para que a escolaridade obtida pelas mulheres possa rebater em outras dimensões de sua vida”.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Jorge Bornhausen, Presidente na-

cional do PFL e representante do Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi ofício da Chefia do Cerimonial da Presidência da República comunicando que, no dia 16 de março, o Senhor Presidente pretende, a partir da cidade de Chapecó, sobrevoar as áreas de seca nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Antes tarde do que nunca. Demorou tanto a ação do Governo que choveu neste fim de semana e, talvez, aos olhos do Presidente, a seca não seja tão forte. Sua Excelência, que põe o seu Ministro a defender a transposição do rio São Francisco, que custará R\$4 bilhões, ainda não se motivou pelo que vem ocorrendo nos Estados do Sul, especialmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por isso deixo esse aviso aos navegantes, esperando que o Presidente reconheça a perda da safra, que hoje não é mais recuperável, e possa ajudar o meu Estado a sair da situação de calamidade na agricultura.

Devo também fazer referência a outro assunto que tem sido objeto de grande preocupação no meu Estado. Recebi, inclusive, correspondência do Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul sobre a falta do ressarcimento, por parte do Estado, do ICMS nas exportações. Declara aquela entidade que os valores somam R\$450 milhões e que, só na região de São Bento do Sul, que se caracteriza como uma região moveleira e que tem praticamente sua economia voltada à exportação, os ressarcimentos atingem R\$32 milhões.

A responsabilidade é do Estado e do Governo Federal. Estão sendo retirados dos empresários exportadores recursos para seu capital de giro e para investimentos.

Estamos vivendo exatamente a falta de entendimento necessário para que possamos gerar empregos. Aumentar tributos é a única coisa que o Governo sabe. Gerar empregos passa por diminuir gastos públicos e poder diminuir a tributação. Por isso, faço esse alerta também em relação ao meu Estado.

Não posso deixar de tratar, na tribuna do Senado, de outro assunto que veio à tona nesse fim de semana pela revista **Veja**, e que foi aqui comentado por vários oradores. O requerimento já apresentado pelo Senador Demóstenes Torres, numa prova de eficiência, cuidado e fiscalização da Oposição, merece o meu aplauso e uma solução imediata para que possamos realmente conhecer as implicações e a profundidade das denúncias contidas naquela conceituada revista.

Relembro que, em março de 2003, pronunciei discurso desta tribuna sobre o problema de segurança, que vou reproduzir aqui, para lembrar a importância da apuração do episódio apresentado à sociedade nesse fim de semana.

Disse:

Durante a reunião anual de 2002 da IDC – Internacional Democrata de Centro, segmento partidário mundial a que está filiado o PFL – as Farc, movimentos guerrilheiros da Colômbia, foram classificadas e condenadas, com o nosso voto, como terroristas, inimigas da democracia. O Governo brasileiro, ao contrário, alegando agir com cautela, evita enquadrar as Farc como terroristas sob a hipotética alegação de que pode ser mediador do gravíssimo conflito.

Na verdade, foi uma posição fraca e perigosa [a que denunciei desta tribuna em 2003], além de incompatível com o repúdio da sociedade brasileira ao terrorismo [e se alastra em nosso território].

Essa vinculação das Farc com o narcotráfico brasileiro – cuja profundidade total não se conhece, mas que está muito bem estabelecida em termos de produtor/distribuidor de cocaína –, causa grande inquietação. E crescerá se, em algum momento, os bandidos – que já passaram à iniciativa dos ataques, e cujas reservas de recursos não se conhece – realizarem uma ação de maior envergadura.

Esse alerta nada tinha a ver com as denúncias de hoje, mas serve para mostrar a posição do meu Partido em relação ao terrorismo e a esse movimento guerrilheiro.

Espero, portanto, que o assunto seja devida e documentalmente esclarecido, para que, assim, possamos ter conhecimento da verdade, pois, caso contrário, deveremos abrir, no Congresso Nacional, uma comissão parlamentar de inquérito para examinar, em profundidade, a atuação das Farc no Brasil e verificar ligações, existentes ou não, entre Partidos políticos e políticos brasileiros.

Alerto também, desta tribuna, já que falo em CPI, que, em abril do ano passado, as oposições – PFL, PSDB e PDT – ingressaram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra ato da Presidência desta Casa, visando garantir o direito de minorias e conseguir a instalação da CPI dos Bingos. Esse mandado de segurança ainda não foi julgado, e estamos nos aproximando de abril. Agora, tive a in-

formação de que seu julgamento está pautado para o próximo dia 7 de abril.

Deixo, desta tribuna, o alerta de que vamos acompanhar de perto esse julgamento importante para a Nação. Ele significará se casos como o de Waldomiro Diniz e o das Farc podem ou não ser examinados pelo Congresso Nacional, podem ou não ser objetos de uma observação contínua, permanente e profunda por parte das duas Casas do Congresso Nacional.

Passado já um ano, tenho certeza de que todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal têm consciência da relevância e da importância do julgamento que farão. Espero e confio que nenhum dos Ministros do Supremo Tribunal Federal venha a pedir vista do processo, especialmente aqueles nomeados pelo atual Governo, para que não sejam taxados de engavetadores ou mesmo de proteladores de uma decisão tão importante.

O PFL confia no Supremo Tribunal Federal e aguardará o dia 7 de abril para que haja uma manifestação sobre o seu mandado de segurança, na esperança de que o direito das minorias de constituir CPIs, consagrado na Constituição Federal, venha a ser respeitado, e que possamos evitar, mas sobretudo conhecer a profundidade de atos praticados pelo Sr. Waldomiro Diniz e, agora, as ações, descritas numa revista de importância nacional, das Farc no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Jorge Bornhausen, a Mesa não havia esclarecido a V. Ex^a que o seu tempo foi prorrogado em cinco minutos. A campanha automaticamente avisa ao orador quando o tempo está próximo do encerramento. Portanto, V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, mas, sinteticamente, acho que eu disse tudo que o Governo devia ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a pediu para ser inscrito para fazer uma comunicação inadiável, e o período destinado à comunicação inadiável está sendo intercalado com o dos oradores inscritos.

O próximo orador inscrito é o Senador Marcelo Crivella. Logo, se não houver objeção por parte de S. Ex^a, V. Ex^a usará da palavra para fazer uma comunicação inadiável e, em seguida, S. Ex^a, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de honrar o nosso Senador Professor Antonio Carlos Magalhães e pedir à Mesa que o convide para ocupar a tribuna, que, respeitosamente e em silêncio o ouviremos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Diante da cordial solicitação de V. Ex^a, a Presidência anuncia as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que fará uma comunicação inadiável por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu querido amigo Senador Marcelo Crivella, agradeço-lhe a gentileza. Serei o mais breve possível.

Preocupa-me – e acredito que essa preocupação se estenda a toda Casa – a reforma ministerial. Estou convencido, **data venia** de Sua Excelência o Senhor Presidente, que nada vai melhorar com isso. Ao contrário, talvez piore.

Muitos serão os que vão ficar sem participar do jogo; o jogo que se realiza semanalmente ou na Granja do Torno, no Jaburu, ou até mesmo na casa do Presidente do Senado.

Vejam que, nesse jogo, o Presidente, com humildade, se coloca na reserva. Sua Excelência não é o principal. Se não é o principal no jogo que realiza na sua casa, como vai ser o principal para a escolha dos Ministros? Evidentemente, isso é preocupante. Serão os melhores jogadores que vão participar do Ministério ou serão os que estão na reserva, como o Presidente, que vão entrar em campo?

Esse é um ponto que eu queria tratar com mais ênfase nesta sessão. Entretanto, não vou prejudicar, de modo nenhum, o nosso querido Senador Marcelo Crivella. Porém, amanhã, comprarei onze camisas – ou vinte e duas, se for necessário – para entregar ao Senador Mercadante, para evitar, assim, que o Presidente e os seus companheiros façam propaganda da Pepsi-Cola.

Não sei se foi gratuita a grande propaganda da Pepsi-Cola ou se ela patrocinou o jogo. O fato é que alguns da Coca-Cola – e aí vai o meu querido amigo Tasso Jereissati – devem estar enciumadíssimos com o fato de o Presidente vestir a camisa da Pepsi e deixar a Coca-Cola e outros refrigerantes de lado. Ainda bem que foram refrigerantes, porque senão o jogo não teria terminado em paz como terminou.

Seja como for, Sr. Presidente, que o nosso Presidente tenha mais cuidado na escolha daqueles que vão participar do Ministério, porque realmente o jogo do Palácio foi muito fraco.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, eu gostaria de dizer, neste momento, que todos nós tínhamos esperança. Eu tinha esperança, votei no Presidente; o Piauí também. Portanto, Sua Excelência pode ajudar o Piauí. Lá, temos uma cachaça: Mangueira. Esta era a

oportunidade de ela se tornar nacional e internacional. Seria uma ajuda às empresas piauienses.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, esta é uma sugestão para V. Ex^a: assim como vou comprar sem nenhum rótulo, V. Ex^a poderá também comprar uma dúzia de camisas com o rótulo “Mangueira”.

De modo, Sr. Presidente, que todos vão querer agora aparecer no campo de futebol pelo menos com suas camisas ou com as camisas dos seus refrigerantes preferidos.

Que o Senhor Presidente tenha pelo menos cuidado em relação a isso. Sei que o Líder Mercadante também estava lá e pode até se zangar, mas a Senadora Serys bem que está gostando!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Marcelo Crivella.

S. Ex^a dispõe do tempo restante até o encerramento desta sessão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, venho à tribuna do Senado e vejo aqui o Senador Saturnino Braga, meu companheiro de luta no Estado do Rio de Janeiro, insistir, clamar e pedir, pela saúde do meu Estado.

É interessante o que acontece no Brasil! Quando abrimos o Orçamento nacional – quero saudar também os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado –, verificamos que a principal rubrica do nosso Orçamento é a despesa com o INSS, com os nossos aposentados e pensionistas do setor privado e do setor público, que ultrapassa 110 bilhões. Em seguida, o senhor acha que são as estradas, a agricultura, a habitação ou a saúde? Não, o pagamento da dívida pública, o pagamento dos juros, que estavam, no ano retrasado, em 140 bilhões; no ano passado, subiu para 150 bilhões, e a dívida de 800 bilhões foi para 1 trilhão. Cresce a dívida. E o que acontece com a saúde? Vai para o caos.

Culpam os administradores, e uma das formas mais primitivas de defesa é jogar a culpa um no outro. Aliás, na Bíblia já vemos isso: quando Deus desceu ao paraíso, e Adão e Eva haviam comido do fruto, Deus disse a Adão: “que fizestes?” E ele disse: “A mulher que tu me destes me levou a comer da árvore”. Em última análise, a culpa era da mulher e, mais ainda, do próprio Deus.

A verdade é que há uma briga entre o Governo Federal e o Governo Municipal. O Governo Federal não investe na saúde porque tem de pagar juros da dívida pública. O Governo Municipal, do nosso Prefeito César Maia, não investe na saúde porque guarda dinheiro para receber juros. Está no jornal: trinta milhões estavam investidos no *over*.

E o povo? E as pessoas na fila do hospital? E as crianças que não têm nada a ver com os juros ou com a agiotagem do mercado financeiro? Desesperam-se, clamam aos céus. Mas clamam também aos homens de boa vontade, como ao Senador Antonio Carlos, ao Senador Roberto Saturnino, à Senadora Serys, ao Senador Cristovam e a tantos outros que ficam, da tribuna, clamando, como João Batista no deserto, pedindo bom senso, pedindo ao Brasil que dê prioridade ao social.

O pior de tudo é que o Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, anunciou que quer diminuir a dívida pública de 50% para 40% em relação ao PIB. Os Senadores não estão muito familiarizados com a economia. As pessoas também não, mas estão familiarizadas com a violência, com os assaltos, porque todo mundo, no Brasil, já foi assaltado.

Farei uma comparação: para reduzirmos a dívida do PIB dos atuais 51% para 40%, vamos cometer um assalto contra as família brasileiras, ricas e pobres, de US\$200 bilhões – mas, para o Secretário do Tesouro, esse deve ser o principal objetivo do País. Saúde, educação, estradas, desenvolvimento do Nordeste, irrigação, construção de habitações para tantas comunidades carentes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, a Presidência interrompe V. Ex^a para prorrogar a sessão pelo tempo necessário para que V. Ex^a possa concluir seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, sou eternamente grato a V. Ex^a.

A Sr^a Serys Sihessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um breve aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senadora, se for possível, pelo tempo que tenho.

A Sr^a Serys Sihessarenko (Bloco/PT – MT) – Serei bastante breve, peço apenas um minuto. Não posso deixar de comentar essa passagem da árvore do pecado, quando Adão disse que a mulher o levou a pecar. Existe o outro lado da história, Senador, que, principalmente no mês de março, não posso deixar de mostrar. Tratava-se da árvore do conhecimento e

da consciência. A mulher chamou o homem para que absorvesse o conhecimento, a fim de que tivesse consciência, e ele aceitou. Então, a mulher não levou o homem ao pecado, mas o chamou para a consciência. A história tem os seus dois lados. Muito obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – É a primeira vez que ouço isso. (Risos.)

Querem votar, agora, para que as crianças tenham pré-escola e, quiçá, creche. Como, se a principal rubrica do Orçamento são 111% de pagamento de juros? Não há como.

Quero terminar com uma história, já que a Senadora Serys falou sobre a mulher.

Senadora Serys, sobre Adão e Eva há uma história muito curiosa: certo dia, Adão voltou do campo, da caça, viu Eva no paraíso, mas não lhe deu a atenção de sempre. Deitou-se sobre a relva e adormeceu. A mulher, que estava acostumada a todos os paparicos, sendo a única no mundo, a rainha do paraíso, ficou extremamente preocupada e, a partir desse momento, começou a contar em voz alta: “um, dois, três, quatro...”

V. Ex^a sabe o que a nossa mãe Eva estava contando? Não tem idéia? (Pausa.)

Como ela não havia recebido a atenção costumeira quando Adão chegou no paraíso, não a procurando e indo dormir, Eva passou a contar as suas costelas, pois ficou enciumada, acreditando que Deus tivesse feito outra mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo de meu pronunciamento é prestar homenagem a um personagem modesto, singelo, conquanto fundamental para a cultura nacional. Um cidadão deveras diligente, guardião do maior tesouro da humanidade, o conhecimento, comemora o seu dia com muito orgulho: o vendedor de livros, cujo dia é comemorado hoje, dia 14 de março.

Vendedor de livros, não, livreiro, termo correto porque esta é uma profissão de muito mérito e valor. Nem todos reúnem as virtudes que descrevi. Mas cumprem a nobre missão de oferecer um bem de primeira necessidade: o livro; que não é um produto como qual-

quer outro. É mercadoria, mas é cultura, informação, saber. O livro é o registro do pensamento, da criação, da identidade de todos nós.

Thomas Edison, o inventor da lâmpada; Machado de Assis, que dispensa apresentação. Samuel Morse, criador do telégrafo e do código batizado com seu nome; todos têm uma coisa em comum: foram livreiros! Ficaram famosos, é claro, por outros talentos extraordinários. Mas tinham prazer neste ofício tão gratificante que é o de vender livros.

Era uma outra época, quando prevalecia o romantismo e até um certo amadorismo na atividade. Hoje, os livreiros se tornaram profissionais especializados. As grandes livrarias promovem cursos para formação de seus vendedores, de modo a capacitá-los cada vez melhor. Mas a essência do livreiro, presente naqueles gênios da humanidade, continua a mesma: discernimento e bagagem literária são requisitos necessários para quem investe na profissão.

A tarefa não é simples. Os livreiros lutam contra a indiferença e a ignorância de uma população com 15 milhões de adultos analfabetos. Alguns saem de trás do balcão e peregrinam de porta em porta oferecendo conhecimento. Não fornecem drogas ou vícios degradantes. Vendem o registro da história, da inteligência, dos sentimentos do homem.

No trato com gostos e prazeres, o livreiro tem de ter sensibilidade, ser capaz de compreender o que cada leitor quer levar. Virar um pouco psicólogo, professor ou conselheiro. E o mais importante: oferecer alternativas, apresentar algo novo, interessante, que seja exatamente o de que o cliente precisa.

Nos sebos, os livreiros cuidam de autênticas preciosidades. São mentores, educadores que não estão em busca do lucro fácil. Querem vender livros, sim, mas querem espalhar cultura, trocar experiências. Por isso, passamos horas mergulhados em pilhas e pilhas de livros guardados com carinho por esses senhores. Apaixonados pelo saber, uma boa conversa com eles ensina mais do que muitas páginas de leitura.

Esses senhores têm ainda outro dom: o de alimentar essa paixão em um exército de outros aficcionados. Que deleite é freqüentar uma livraria ou um sebo de livros! Cada visita é uma experiência diferente e... mágica. As surpresas do caminho fazem revoluções nas mentes dos leitores. O crescimento das feiras de livros é um exemplo de como essa paixão ganha milhões de adeptos. Outro exemplo são as modernas lojas de livros. Charmosas e aconchegantes, elas respiram arte

e cultura e se tornam pontos de encontro de leitores, intelectuais e curiosos.

A tristeza é que lugares como esses são exceção em nosso País. O Brasil, com mais de 5 mil municípios, tem apenas 1,2 mil livrarias. É muito pouco perante o gigantismo da cultura nacional. E elas estão encolhendo a cada ano, perdendo espaço para outros pontos de venda. Enquanto no início dos anos 90, 61% dos livros eram vendidos em livrarias, hoje são apenas 35%. O leitor está procurando livros em outras freguesias: na Internet, em supermercados ou em encomenda direta das editoras.

Em meio a essas mudanças, a figura do livreiro, tão essencial, começou a ser deixada de lado. É por isso que peço a atenção de todos para a realidade deste profissional. Visitar uma livraria, ler, estudar, é uma viagem fantástica que deve estar disponível a todos. O livreiro é o guia que orienta-nos nessa aventura. Com a dívida educacional que temos a resgatar, o longo caminho que temos de percorrer para formar nosso povo, espalharmos nossa cultura, o livreiro ainda tem muito a ensinar a todos nós. É a ele que, neste dia, presto essas honrosas considerações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o maior e mais importante pré-requisito para que nosso País alcance o desenvolvimento econômico e social é a existência de um sistema de educação eficiente, que priorize, ao mesmo tempo, o acesso de todos à universidade e a qualidade do ensino. Esse foi o modelo adotado, com sucesso, pelos países desenvolvidos; esse é o modelo que, a meu ver, devemos adotar no Brasil.

A educação formal se traduz, acima de tudo, em inclusão social. Numa economia de nível tecnológico crescente, é melhor remunerado quem possui qualificação; e quem possui qualificação, com toda a certeza, passou pela educação formal. Esse é um tema pulsante e atual, especialmente no momento em que Governo e sociedade discutem a reforma da educação superior.

Como grande beneficiária da melhoria do sistema educacional do Brasil, a indústria não poderia deixar de fornecer sua contribuição a esse processo. Dessa forma, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, recentemente, o documento “Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior”, em que estabelece um diagnóstico da situação atual do

ensino superior no País e faz uma série de propostas para sua melhoria.

Para a CNI, a educação superior brasileira possui, hoje, práticas distantes das competências requeridas pela sociedade e conta com um marco regulatório difuso e pouco efetivo. Ademais, é excessivamente concentrada na área de ciências humanas, além de ter pouca capacidade de promover inclusão social.

É necessário adaptar as instituições de educação superior às necessidades e aos anseios de uma nova sociedade, baseada na informação e no conhecimento. Assim, essas instituições se transformarão em alicerces e pilares do desenvolvimento sustentável, tão almejado pela sociedade brasileira.

A educação superior necessária, na visão da CNI e de todos aqueles comprometidos com o desenvolvimento deste País, deve ser universalizada e de qualidade; capaz de interagir com a sociedade e com o setor produtivo; e capaz, ainda, de atender às demandas regionais.

Deve, também, ser plural em seus modelos e moderna em sua gestão; autônoma, porém avaliada pela sociedade; indutora da pesquisa aplicada e da inovação; e, o que é muito importante, financeiramente sustentável.

Todas essas qualidades serão inócuas se a educação superior não possuir conteúdos programáticos adequados às demandas sociais, bem como um corpo docente capaz de se adaptar à nova realidade.

Universalizar o acesso à educação superior, com qualidade, é uma das principais propostas da CNI. O objetivo a ser perseguido é o fixado no Plano Nacional de Educação: aumentar o número de matrículas em educação superior de 9% para 30% da população em idade universitária.

Para atingir esse objetivo, a indústria sugere a criação de cursos nas áreas tecnológicas voltados a profissões emergentes, advindas da constante inovação do setor produtivo. Além disso, é necessário ofertar cursos adequados às necessidades do mercado, mas que sejam flexíveis do ponto de vista de tempo, local e espaço. O maior benefício será, com certeza, a diminuição da evasão de alunos no ensino superior.

De que adiantaria, entretanto, diversificar a oferta de cursos e evitar a evasão, se a qualidade do ensino não for preservada? Por isso, é preciso atrair e reter mestres e doutores no sistema de educação superior, promovendo a valorização e a fixação desses profissio-

nais na academia e nas empresas. Isso se consegue com melhores condições de trabalho e com melhores salários!

A CNI defende, ainda, uma proposta arrojada, merecedora de discussão aprofundada na sociedade brasileira: a criação da Universidade Aberta do Brasil. Modelo de sucesso no Reino Unido, e também na Índia, a Universidade Aberta é um marco na democratização do acesso, pois não conta com a rigidez do vestibular. Ademais, permite ao aluno concluir, interromper ou encerrar seus estudos de maneira flexível, de acordo com suas necessidades.

No momento em que se discute a reforma universitária brasileira, a questão da Universidade Aberta não pode ser posta de lado, muito menos ignorada. É hora de debatermos o assunto, tanto nos meios acadêmicos e governamentais, quanto no Parlamento. A própria CNI já se colocou à disposição do Ministério da Educação para a elaboração conjunta de estudos visando à implantação da Universidade Aberta do Brasil.

Democratizar o acesso à universidade também passa, necessariamente, pela questão regional. É imperioso aumentar o número de vagas disponíveis na educação superior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentam déficit de vagas em relação ao contingente populacional. A verdade é que nunca diminuiremos a desigualdade regional brasileira, se não aumentarmos o acesso da população daquelas regiões ao ensino superior.

A utilização da universidade como instrumento de combate às desigualdades regionais pressupõe um aumento substancial do repasse de recursos às instituições federais de ensino. Além disso, é preciso flexibilizar a obtenção de receitas próprias por parte das universidades, como, por exemplo, as rendas provenientes da oferta de cursos de extensão à comunidade em geral.

Por fim, o relatório da CNI propõe a ampliação do diálogo e das parcerias entre o sistema de educação superior, o Governo e o setor produtivo. Tal ampliação se materializaria no estímulo à implantação de pólos, parques científicos e tecnológicos e incubadoras de empresas.

A interação entre empresas, instituições de ensino e Governo permitiria, ainda, o incentivo à pesquisa aplicada, função primordial das universidades, mas relegada a segundo plano por falta de verbas. Nunca é demais lembrar que a pesquisa representa o embrião da inovação industrial; e é a inovação que traz

lucros, progresso e desenvolvimento para a economia de qualquer país.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal quis ouvir a indústria, e a indústria se fez ouvir. Maior beneficiária do aumento do nível educacional do cidadão brasileiro, a indústria trouxe não só ao Governo, mas também ao País, sua contribuição para o debate sobre a reforma universitária.

São propostas ousadas, merecedoras de todo o crédito e de uma discussão aprofundada em todas as camadas da sociedade brasileira. Como representante dessa sociedade, o Senado Federal terá papel central na discussão sobre a reforma da educação superior. Por isso, apresentei hoje o documento produzido pela CNI.

Tenho absoluta certeza de que a contribuição da indústria será extremamente relevante na consolidação de um projeto de universidade que contemple os anseios de todo o povo brasileiro: uma universidade livre, democrática e voltada para os interesses do País!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 15 horas, destinada a comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil, de acordo com o **Requerimento nº 105, de 2005**, do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

Ata da 20ª Sessão Especial, em 15 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Renan Calheiros: Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Aldo Rebelo, Ministro da Coordenação Política, e o Senador Tião Viana, 1º

Vice-Presidente do Senado Federal; à sua esquerda: o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais e os Senadores João Albetto Souza, 2º Secretário, e Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO ESPECIAL - 15 HORAS

Período : 15/3/2005 07:52:53 até 15/3/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUÁRQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	MG	HELIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PDT	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
Bloco-PTB	RR	MÓZARILDO CÁVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PÉDRO SIMON	X						
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X						

Compareceram: 65 Senadores

João Albetto Souza
L. Quintanilha
Edmundo Siqueira Campos
Valdir Raupp
Jorge Bornhausen
Heráclito Fortes

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil, nos termos do Requerimento nº 105, de 2005, do Senador Renan Calheiros e de outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. (Palmas.)

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador Aécio Neves, que, nesta oportunidade, representa a família do Presidente Tancredo Neves. (Palmas.)

Convido o Plenário e as galerias a ouvir, de pé, a execução do Hino Nacional brasileiro.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ex.mo Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, Ex.mo Sr. Governador Aécio Neves, Exmºs Srs. Governadores de Estado, Exmºs Srs. Ministros de Estado, Exmºs Srs. Presidentes e Ministros de Tribunais Superiores, Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Exmºs Srs. Membros do Corpo Diplomático, Exmºs Srs. Prefeitos, Exmºs Srs. ex-Ministros de Estado, Exmºs Srs. e Srs. Senadores, Exmºs Srs. e Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, este não é só um momento de celebração, mas é também um convite à reflexão. No dia 15 de março de 1985, o Congresso Nacional se reuniu para encerrar uma etapa crucial na história política do País.

Com a posse do primeiro presidente civil, depois de 1961, demos início ao longo e vital processo de restauração da democracia, ceifada por conflitos e crises de natureza político-militar que, lamentavelmente, entristeceram toda a América Latina.

Não era a primeira vez que, no século passado, vivíamos o transe de superar um período de excepcionalidade política, para tentarmos a reconstrução daquelas que nunca deixaram de ser as aspirações dos brasileiros de todas as gerações: a convivência pacífica, a estabilidade institucional e a busca da prosperidade econômica, com o fortalecimento das instituições democráticas.

Assim foi com o fim do Estado Novo, em 1945. Assim haveria de ser com a Nova República, em 1985.

Quarenta anos separaram esses dois momentos de renascimento de expectativas e de renovação de esperanças.

Por isso, a primeira constatação ao celebrarmos 1985 é lembrarmos que o processo pacífico da transição para a democracia foi produto de dois fatores sem os quais a política não sobrevive nem prospera.

O primeiro, a persistência e a confiança do povo brasileiro, que inviabilizou a continuação do regime militar. O segundo, a capacidade das lideranças políticas que, acima de conveniências pessoais, sobrelevando diferenças partidárias e superando divergências ideológicas, foram capazes de amenizar, pela conciliação, a árdua caminhada em busca da legitimidade perdida em 1964.

A convergência se materializou por meio do documento “Compromisso com a Nação”, subscrito no dia 7 de agosto de 1984, entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, representado por seu presidente – o inesquecível, o timoneiro de todos nós –, Deputado Ulysses Guimarães, que comandou a Oposição nos dias de trevas. E o então Governador Tancredo Neves, que liderou a Bancada Opositorista na Câmara, em momentos decisivos da vida política brasileira.

É imperioso que frisemos a destacada atuação do nosso Senador Pedro Simon, inquestionavelmente um dos melhores quadros do nosso bravo PMDB. Essa luta, que nasceu nos gritos pela redemocratização, passou pela anistia e teve a participação de vários partidos e inúmeros companheiros. Não podemos, portanto, deixar de citar a ativa participação do saudoso Leonel Brizola, do Presidente Lula, de Teotônio Vilela e tantos outros que entraram de corpo e alma pela reconquista da democracia.

Pela Frente Liberal, na época ainda não constituída em partido, firmaram o documento o então vice-Presidente da República, ex-Deputado e ex-Governador mineiro Aureliano Chaves de Mendonça e nosso atual colega, hoje como naquela época, Senador por Pernambuco, Marco Maciel. Não podemos deixar de mencionar o papel assumido também pelo nosso Senador baiano Antonio Carlos Magalhães.

Rememoro esses fatos, não somente por um dever de justiça, mas, sobretudo, para lembrar que nenhuma conquista política de envergadura e significado histórico, como nesse caso, se alcança sem sacrifícios, sem obstinação e sem renúncias.

Quinze de março de 1985 não existiria sem a esmagadora vitória de 15 de janeiro. Quinze de janeiro não se consumaria sem o amplo entendimento político entre os contrários, concluído em 7 de agosto.

Nem todos viveram a intensidade dessa sucessão vertiginosa de fatos que tiveram a virtude de sepultar, em poucos meses, as lembranças e as tristes heranças de 21 anos de desacertos e desenganos.

Mesmo os que não tiveram a oportunidade de vivê-los, não podem esquecer-los. É por isso que estamos aqui. São fatos que devem se manter vivos na memória coletiva da Nação para que não voltemos a pagar o preço de nossos próprios erros.

Frustração e sofrimento marcaram a lenta e a longa jornada em busca da liberdade pela qual todos ansiavam. A rejeição da emenda das Diretas gerou – depois dos monumentais espetáculos populares que marcaram a mais vibrante das jornadas de entusiasmo e vibração cívica a que o País tinha assistido – um sentimento de desencanto.

Mas nada disso abateu o ânimo, a esperança e a perseverança dos brasileiros. A morte inesperada e o martírio da longa e sofrida agonia de Tancredo ungiram a fé de toda a Nação, compungida, solidária e confiante no gigantesco passo sem volta que o Brasil tinha dado para restaurar a democracia em nosso País.

Podemos imaginar como devem ter sido os momentos de angústia e preocupação por que passou aquele que, ante o inelutável destino, se viu obrigado a assumir o papel de principal ator da cena política brasileira. Foi um roteiro histórico de que ele participou como co-autor, para que outro, e não ele, representasse, tendo como platéia toda a Nação e, como expectador, o sofrido povo brasileiro.

A serenidade, a coragem, o equilíbrio e a experiência do Presidente José Sarney fizeram dele o principal protagonista das cenas que aqui rememoramos para que nunca nos esqueçamos o quanto lhe deve o País. Os percalços, as incertezas, o desconhecido e o inusitado ele venceu com os dotes de seu espírito de homem público. As dificuldades, superou com as virtudes de cidadão.

Os fatos históricos são únicos, por sua singularidade. E, como singulares, não se repetem. Nem por serem singulares, porém, são necessariamente inéditos.

Quando tomou posse, em 15 de novembro de 1894, o primeiro presidente civil a ocupar a Presidência da República, houve um ato de assunção, mas não de transmissão do poder, pela ausência de seu sucessor. A posse do Presidente Sarney repetiu a de Prudente de Moraes, sem que lhe tirassem a singularidade. Tal como na de Prudente, não foi um detalhe de um ato cerimonial o que marcou a vida pública do Presidente Sarney, mas sim o seu Governo, que, como o de Prudente, garantiu a continuação, a estabilidade e a legitimidade do regime republicano. Um regime que nasceu militar e, pelas virtudes cívicas do povo e das lideranças políticas brasileiras, tornou-se civil, para que civil e democrático sobreviva, permaneça e se perpetue para a felicidade geral de toda a Nação.

Essa é a aspiração do povo brasileiro. E foi para lembrá-la que aqui nos reunimos neste ato de celebração e de reflexão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eminente Presidente Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex^a me permite uma interrupção, eu gostaria de convidar para compor a Mesa, representando todos os Ministros aqui presentes e ex-Ministros também, o Deputado Aldo Rebelo, Ministro da Coordenação Política. (Palmas.)

Com a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Presidente Renan Calheiros; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Nelson Jobim; querido amigo, Governador Aécio Neves, protagonista há vinte anos, mais do que qualquer outro, desses episódios que vivemos juntos; Ministro Aldo Rebelo, Srs. Membros da Mesa, Ministros de Estado do Governo Sarney, Ministros aqui presentes, Senadores, Deputados, minhas senhoras, meus senhores, hoje é um dia singular na democracia brasileira.

Costumo repetir que todos os movimentos, desde trinta para cá, até mesmo antes da República e até mesmo da Independência, todos esses movimentos, civis ou militares, foram feitos com o apoio da opinião pública nacional. Sem o apoio da opinião pública nacional, jamais teriam acontecido! Sem o apoio da opinião pública nacional, Tancredo Neves não teria sido Presidente da República!

Hoje, aqui, homenageamos dois grandes brasileiros de uma só vez: Tancredo Neves e o Presidente José Sarney. O Presidente José Sarney, de quem tive a honra, por indicação de Tancredo, de ser Ministro por cinco anos, soube, como ninguém, portar-se em momentos difíceis, talvez o mais difícil da República. Sempre o tratei com o respeito indispensável que se deve tratar o Presidente da República. E até me lembro, neste instante – porque sempre o chamei Presidente Sarney –, que vários companheiros meus de Ministério o chamavam de Sarney. Nunca o chamei de Sarney! Tinha sempre em mente que, quando Lacerda se elegeu Governador do Estado do Rio de Janeiro, um seu amigo, com certa intimidade, lhe perguntou: “E agora, Carlos, como vou chamá-lo?”. Ele respondeu: “O senhor poderá me chamar como quiser!”.

Assim, durante esse período, o hoje amigo de mais de 5 décadas – naquele tempo de 3 décadas –, eu sempre tratava com a reverência que o cargo de Presidente da República exigia, como hoje ainda exige.

Com ele discutíamos os problemas nacionais, sobretudo aqueles que antecederam a morte de Tancredo. A sua reação, em determinado momento, no nosso Partido na época, o PDS, foi a mais corajosa possível num dia ou numa manhã em que tudo poderia acontecer. Mas, com sua coragem e seus amigos, resistimos, e daí se forçou, dentro de pouco tempo, a fundação do Partido da Frente Liberal, como V. Ex^a ainda há pouco citou.

De modo que eu entendo que a candidatura Tancredo era aquela que o povo brasileiro queria. Não sei, se a eleição fosse direta, se ele seria Presidente ou não. O fato é que Tancredo era o homem que a sociedade brasileira queria para presidir a República pelo seu vasto conhecimento. Fora promotor em Minas, fora deputado estadual, deputado federal, senador, governador, diretor do Banco do Brasil. Enfim, conhecia tudo. Muito mais ainda: possuía uma inteligência notável, que só os estadistas da sua categoria possuíam.

A vida de Tancredo pode se transformar hoje na vida de um dos brasileiros contemporâneos mais eminentes. Juntamente com seu conterrâneo Juscelino Kubitschek, de quem fora amigo, acredito que, por mais que queiramos, não encontraremos figuras maiores.

Trabalhamos juntos, antes mesmo, e aí vai um pouco de história, da sua eleição na convenção do PMDB. Vários encontros tivemos no seu apartamento na Avenida Atlântica, e ele, sempre com lucidez, via os caminhos que o Brasil deveria percorrer. Assim, Tancredo se tornou insubstituível como candidato.

Em 11 de agosto de 1984, nós participávamos do PDS e estávamos com a candidatura de Mário Andreazza, que foi fragorosamente derrotado por Paulo Maluf, candidato da situação em vez de Andreazza. Por outro lado, grandes líderes queriam a permanência do Presidente de então, mas o povo não queria. O povo queria Diretas Já e, na falta de Diretas Já, aquele que as representava, e quem as representava, além de Ulysses Guimarães, era Tancredo Neves.

No dia 12, houve a convenção do PMDB. Havia dúvidas muito claras no ambiente político se José Sarney seria bem recebido na convenção do PMDB, ele que antes fora Presidente do PDS. Foi muito bem recebido, e, com Tancredo, consagrado Presidente e Vice-Presidente da República. Neste dia, ousou confessar, Tancredo esteve na minha residência e me convocou para trabalhar com ele no Ministério – 12 de agosto de 1984. Não me disse qual, mas assegurou-me que trabalharia com ele. Daí tivemos lutas sérias. Relembro o comício de Goiânia organizado por Iris Rezende; foi um dos comícios mais vibrantes da campanha. Como havia muita bandeira vermelha, o Exército ficou um

pouco aborrecido e fez traduzir para Tancredo que isso não deveria ocorrer com tanta frequência.

Mas Tancredo também tinha – como ainda há pouco li em uma entrevista de Aécio Neves – ligações com vários militares importantes da República; Tancredo dava-se e compreendia todos e, por isso, facilmente conquistava aqueles que com ele dialogavam.

Passaram-se os dias e houve um célebre 04 de setembro. Era meu aniversário; daí por que, eu sei, o Presidente Renan Calheiros citou meu nome. Aqui tem o depoimento do Ministro – até presente – da Aeronáutica de então, **O Estado de S. Paulo**, em que diz – perdoe-me, eu não quero ser imodesto; também devo dizer o que penso: “A crise entre ACM e Délio foi uma virada na campanha de Tancredo Neves. Ali selou-se a sorte de Paulo Maluf. Até então nenhum político havia enfrentado um ministro militar”. Palavras do Brigadeiro Moreira Lima.

Daí vieram muitos acontecimento. Falaram que eu iria para Fernando de Noronha, que iria ser preso etc. Procurei munir-me de bons advogados. Fui em busca da grande figura, entre Ministros do Supremo, de Vitor Nunes Leal. Tivemos uma reunião, no Rio de Janeiro, com Pedro Gordilho, Vitor Nunes Leal e com uma pessoa que, a cada dia, agiganta-se no Supremo e na República: o Ministro Sepúlveda Pertence. S. Ex^a fazia parte do escritório de Vitor Nunes. Traçamos uma política de defesa da minha pessoa. Vitor Nunes, com a ética que lhe era própria, não quis subscrever porque fora advogado de Luftalla; não se sentia bem, mas iria dar-me toda a assistência, todo o apoio jurídico, por intermédio dessas figuras notáveis que acabei de citar.

Veio a eleição de 15 de janeiro. A vitória esmagadora de Tancredo Neves traduziu a vontade do povo brasileiro. Em seguida, como sempre acontece – agora está acontecendo, mas com Tancredo era bem diferente, digamos a verdade –, veio a formação de ministério. Tancredo tinha na cabeça todos os ministros que iria nomear; embora conversasse com várias pessoas, ele já tinha formado o ministério.

Tancredo passava a ser a esperança nacional quando adoeceu. E adoeceu com muita coragem porque não teve a vontade de curar-se talvez na hora própria; ele achava que o momento da Nação era mais importante do que a sua própria saúde. Até que no dia 14, ao final da missa na Igreja Dom Bosco, ele passara, batera no meu peito e dissera: “Antonio Carlos, me acontece cada coisa!” E estava meio pálido. Realmente não deduzi coisa alguma, até que às nove horas fui informado do seu internamento, e da luta na ocasião porque o Presidente da República achava que o Vice-Presidente José Sarney não deveria tomar posse. Puro capricho

de derrotado. O Dr. Leitão de Abreu também se fixou nessa tese. Outros juristas importantes, como Afonso Arinos, pensavam de modo totalmente diferente. Mas manda a verdade que se diga que tudo se esclareceu quando um jovem jurista militar, aqui presente e hoje tão jovem quanto ontem, o General Leônidas Pires Gonçalves, chegou no meio da reunião e disse: “A Constituição está aqui. Quem vai tomar posse é José Sarney, como Vice-Presidente da República”. E José Sarney tomou posse.

Vou relembrar um pouco o nosso querido Aécio Neves, que sofria como ninguém naquela noite: admitimos até que Tancredo tomasse posse no hospital. Mas isso não ocorreu, inclusive pela própria vontade de Tancredo. E aí vivemos aquela agonia que não foi só a agonia de Tancredo; foi a agonia da Nação inteira com a sua doença, tanto aqui quanto em São Paulo. Até aquele dia 21 de abril – todo o povo brasileiro se recorda – quando um avião decolou com o corpo de Tancredo. Isso ficou na memória de todos. Passamos aqui, fomos para Barbacena e de lá para São João Del Rei. Todos estavam sofrendo muito, o Brasil sofrendo mais ainda; e, com o Brasil, sofria o Presidente José Sarney.

O Presidente José Sarney, com a dignidade que lhe é própria e que tem provado em vários momentos da sua vida, procedera como estadista, mas temeroso pela responsabilidade de substituir aquele que era popularmente no Brasil, talvez, a maior figura. Deu-se a posse. Devemos dizer a verdade: não esperávamos o desenlace; esperávamos todos os dias por aqueles boletins do InCor, geralmente anunciados por Antônio Britto e com os quais todo o Brasil sofria, até quando ocorreu o inevitável. Mas Sarney, honrando as tradições de seu Estado e criando uma tradição para todos nós que fazemos vida pública, soube proceder não só como estadista, mas como o amigo, mantendo todo o ministério para o qual Tancredo já havia assinado os decretos.

Devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que até o fim do mandato Sarney procurou ser fiel e seguir Tancredo. Nós tínhamos encontros praticamente diários e podíamos ver como ele se interessava em não fazer nada que Tancredo não desejasse, se vivo fosse. Daí por que hoje ele é muito responsável pela democracia, que comemoramos vinte anos.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós temos o dever de honrar a memória de Tancredo Neves e continuar o trabalho democrático, que não se esgota nessas vinte anos.

Li hoje algumas frases e uma me ficou bem na cabeça, a de Claude Pepper, que dizia: “A democracia é a melhor de todas, porque todos têm o direito de

errar”. Na democracia, mesmo errando se acerta. O povo pode corrigir, de quatro em quatro anos, os erros que nós cometemos. Eu digo, neste instante, que Tancredo provavelmente poderia repetir as palavras do Visconde de Rio Branco: “Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens”. Ele pode confirmar, onde quer que esteja, que foi um homem que só pensou no Brasil, lutou pelo Brasil e pelo Brasil morreu, deixando um nome que hoje tem que ser reverenciado pela Nação brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, distintas autoridades que compõem a Mesa – Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Ministro Aldo Rebelo; jovem amigo Governador de Minas Gerais, companheiro Aécio Neves; –, Ministros, ex-Ministros, Governadores, Senadoras, Senadores, senhoras e senhores, estamos aqui, vinte anos depois. Quero crer que, ao lembrar o que ocorreu no dia 15 de março, devemos lembrar a história toda, que começou com a derrubada do Sr. João Goulart, em 1964. Após longos anos de dor, de luta, de sacrifício do heróico povo brasileiro, muitos anônimos e muitos conhecidos, chegamos àquele dia 15 de março.

Foi uma luta de um povo contra o regime militar. Foi uma luta brava e corajosa, que, no início, parecia sem razão, sem expectativa de chegar a um objetivo. Aquele Governo era tão forte, tão firme, que parecia o Estado Romano. Parecia que aqueles que contra ele se levantavam não tinham significado maior. Na verdade, a luta era quase anárquica: cada um fazia o que achava certo e não havia um objetivo.

Lembro-me bem de que as oposições, sob o comando do seu extraordinário chefe, Dr. Ulysses Guimarães, reuniram-se e disseram: “Nós temos que ter uma estratégia para levar a nossa caminhada”.

E o esquema foi traçado. Foi lançada a chamada Carta de Porto Alegre. Decidimos que podiam fazer oposição como bem quisessem, mas o MDB entraria na luta com quatro objetivos: diretas já, anistia, assembleia nacional constituinte e fim da tortura. Nós entraríamos na luta com essas quatro bandeiras. Fora disso, quem quisesse campanha de guerrilha, de luta armada, de renúncia coletiva, de dissolução de partido, podia ir nesse sentido. Nós não estaríamos naquela caminhada.

De saída, colocamos na rua a primeira das bandeiras: Diretas Já, proposta na Emenda do nosso querido companheiro que aqui está, Dante de Oliveira.

No momento em que a Oposição se harmonizou e deu um sentido ao seu trabalho, ela se multiplicou. O povo passou a compreendê-la, e ela passou a avançar. A campanha das Diretas foi, talvez, uma das mais extraordinárias que o Brasil já conheceu. Foi uma campanha que levaria à vitória absoluta a Emenda Dante de Oliveira. Ela teria sido aprovada se não tivessem os militares, nas suas últimas chances de fazer algo, cercado o Congresso Nacional e lançado nota assustando os parlamentares, dizendo que tudo poderia acontecer se a Emenda fosse aprovada. Houve ampla maioria, mas não foi obtido o **quorum** necessário porque mais de cem parlamentares ficaram com receio de chegar ao Congresso, que estava cercado. Faltaram oito votos para atingir o **quorum** necessário para aprovar a Emenda Constitucional. Ela foi derrotada. Parecia que o caminho seria o de sempre: uma anticandidatura, já que o MDB e os outros partidos não aceitavam o Colégio Eleitoral. Também nós não concordávamos com o Colégio Eleitoral porque ele tinha dado garantia à posse de cinco generais ditadores.

Desde o início, defendíamos a tese de que, se as diretas já fossem aprovadas, o candidato seria o Dr. Ulysses, mas se o Colégio Eleitoral fosse o caminho, o candidato seria o Dr. Tancredo. Então se levantou a tese de que não podíamos deixar assumir, ainda mais naquela ocasião. Teríamos de ir para o Colégio Eleitoral e derrotar o candidato do regime Paulo Maluf, o que foi feito. Para isso, muito importante foi o trabalho de José Sarney, então Presidente do PDS. Sarney rompeu com o PDS e assumiu o comando de alguns companheiros seus e, tendo à frente Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, o grupo discordou da candidatura de Maluf. E passaram a integrar o movimento a favor da campanha de Tancredo Neves.

E aquilo que parecia impossível deu certo.

E, apesar do medo, da campanha e da pressão no sentido de que não poderiam votar, de que o voto de arenistas em Tancredo não deveria valer, poderia acontecer isso ou aquilo, a verdade é que houve a vitória. Tancredo e Sarney foram eleitos.

Memorável dia, extraordinário dia daquela vitória, em que se sentiu realmente que aquela luta popular, aquele sentimento, aquela alma do povo que vinha angustiada pelas injustiças, buscando a democracia e buscando a liberdade sem sangue, sem violência, era vitoriosa. E o Dr. Tancredo Neves passou a organizar o seu governo. Um homem de coragem, com a sua história. Jovem Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, na hora em que, às vésperas em que Getúlio foi levado ao suicídio, traído pelo seu Ministro da Guerra, ele, Tancredo, tinha dito ao Dr. Getúlio: “Me nomeie Ministro que eu termino com essa luta e Vossa Excelência

ficará na Presidência.” Mais tarde, primeiro-ministro no regime parlamentarista imposto a João Goulart, iniciou um governo extraordinário. Mas, já estava em andamento a luta entre Juscelino e Lacerda para a sucessão presidencial, derrubaram o Parlamentarismo e Tancredo não pôde continuar.

Governador de Minas, o seu preparo era imenso. E tenho certeza de que se preparou para fazer um excepcional governo.

Cheguemos no dia 14 de março de 1985. No Brasil, dezenas de delegações, reis, presidentes da república, primeiros-ministros, delegações dos mais variados países vinham, com alegria, ao Brasil para ver o grande país abrir as portas para a democracia. Naquela noite, todos nós, inclusive os ministros futuros, estávamos cada um com a responsabilidade de ir a uma embaixada, porque todas elas estavam fazendo recepções, homenagens, à vitória de Tancredo e Sarney.

Eram aproximadamente 22 horas e eu estava na Embaixada da Argentina, quando o Dr. Ulysses me telefonou, dizendo: “Venha já para o Hospital de Base!” Ele desligou o telefone, e fui sem saber o que iria encontrar. Quando cheguei lá, no último quarto antes da ala fechada, lá estava o Dr. Ulysses. Depois, chegou Marco Maciel; o então Presidente do Senado; o Sarney; e em seguida, o General Leônidas. E um grupo de pessoas estavam ali debatendo e discutindo o destino do Dr. Tancredo. Aí é que soube que os médicos de Tancredo queriam operá-lo, mas ele dizia que não seria possível, pois, até as 10 horas do dia seguinte, tinha a obrigação de ficar firme e assumir a Presidência, uma vez que havia recebido informações de que, se não assumisse, o General Figueiredo não passaria a Presidência ao Sr. José Sarney.

Houve essa discussão durante determinado tempo. Estávamos ali, e o Ministro da Fazenda, Sr. Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, fazia a ligação, era o único que entrava no quarto, falava com os médicos e vinha conversar conosco para ouvir o pensamento. Era ele que nos dizia: “Tancredo não quer a cirurgia. Acha que não pode, que ele tem que assumir”. Depois, voltou dizendo: “Mas os médicos acham que ele tem que ser operado, e ele vai ser operado”.

E vimos quando passou a maca, levando Tancredo para a mesa de cirurgia. Ficamos nós no quarto, e aí se perguntou: e quem assume? Assume o Dr. Sarney, Vice-Presidente da República, no impedimento do Presidente. Mas o Presidente ainda não assumiu, ainda não é Presidente. Assume o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara? Esta era a tese do jurista Sr. Leitão de Abreu: defendia que deveria assumir o Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara, porque o Dr. Sar-

ney ainda não era Vice-Presidente. Se Tancredo não era Presidente, Sarney não poderia assumir.

Em meio a essa discussão entrou o General jurista Leônidas, que pegou a Constituição e disse: “Assume o Dr. Sarney.” Eu estava preparado para responder que divergia, quando o Dr. Ulysses disse: “Eu concordo com o General, assume o Dr. Sarney”. Realmente, assumiu o Dr. Sarney.

Mais tarde, falei com o Dr. Ulysses: mas por que isso? Ele disse: “Se o General Leônidas, Ministro do Exército, que está coordenando todo o nosso trabalho, inclusive evitando as dúvidas que tem com relação aos focos de resistência militar, acha que esse é o caminho, eu vou ser contra? Vou criar uma crise? É esse o caminho”. E o dr. Sarney, justiça seja feita, por ele assumiria também o Dr. Ulysses. Foi um gesto bonito que vi ali, onde os dois candidatos, despreocupados com a sua posição pessoal, buscavam a melhor saída para o País.

E fomos para a posse. Assumiu o Presidente Sarney, e fez um governo com o maior respeito e com muita dignidade.

O Dr. Sarney, é claro, teve que enfrentar o drama. Ele não tinha se preparado, ele não tinha organizado ministérios, não tinha planos de governo, a sua expectativa era ser um bom Vice-Presidente, colaborando com o Presidente da República da melhor maneira possível. E, de repente, cai a presidência na cabeça dele. E ele agiu com grande dignidade, com grande capacidade, fez o que podia. É claro que não podia fazer o que o Tancredo faria porque não era o Dr. Tancredo, não tinha nem o passado, nem a biografia do Dr. Tancredo. Mas sou obrigado a reconhecer que o Dr. Sarney convocou a Assembléia Nacional Constituinte, abriu os partidos políticos, fez um governo democrático, tentou de todas as formas acertar e chegou ao Plano Cruzado – eu reconheço. Mas sinto que pagamos um preço alto com a morte do Dr. Tancredo, que era o homem que estava preparado, na história e no destino, para desempenhar o mandato mas, lamentavelmente, assim não aconteceu.

Que história fantástica que nós não podemos deixar de esquecer! Dia 21 de abril é o dia de Tiradentes, é o dia que, esquartejado, Tiradentes foi morto por defender a independência do Brasil. Dia 21 de abril foi a data que, esquartejado por sete cirurgias, morreu o Dr. Tancredo e deixava a dor, a luta e o sofrimento no povo brasileiro.

Nesse cenário de lembranças dolorosas lembro, com profunda saudade, um homem extraordinário, um mártir, o grande Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que percorreu o país, empolgando e arrastando as multidões numa verdadeira pregação idealista e

democrática. Ele foi nosso irmão e nos encorajou com seu exemplo. Saudades imensas!

Mas, hoje é um dia de festejar, sim. Vinte anos atrás, tínhamos um duplo sentimento. A nossa alma, a alma do povo brasileiro vivia a alegria, a felicidade do fim da ditadura, do início da democracia, mas vivia a dor e o sentimento da doença do Presidente.

Vinte anos depois, olhando para trás, creio que a nossa geração fez a sua parte. A nossa geração, que lutou contra o regime militar, que terminou com o regime militar, que assumiu com o Dr. Sarney, teve um papel importante na história do Brasil.

Hoje, tanto tempo passado, podemos dizer: a democracia está consolidada, sim. Vivemos um regime de plenitude democrática, sim. Mas somos obrigados a reconhecer que nós, da nossa geração, cumprimos a missão de entregar o Brasil livre, democrático, sem derramamento de sangue em sua plenitude, mas até hoje temos a dívida do social. Até hoje, a nossa geração e o Brasil que aí está, e os homens que estão no Governo continuam com essa mesma dívida: a miséria, a fome, a dívida, as incompreensões, os graves equívocos que existem na sociedade brasileira.

Que hoje seja o dia em que possamos dizer, daqui para o futuro, os jovens que estão aí, tão apaixonados com a vitória retumbante que tiveram, e tão preocupados em acertar a escolha dos Ministros para os cargos – cada vez mais numerosos – espero que eles consigam realmente, como prometeram, levar ao povo brasileiro, que já tem liberdade, mas que não tem pão e que não tem justiça, aquilo de que ele precisa. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exm^o Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, na pessoa de quem quero saudar os demais Ministros do Supremo e de Tribunais Superiores aqui presentes; Exm^o Sr. Governador Aécio Neves, que nesta cerimônia representa a família do ex-Presidente Tancredo Neves; Ministro Aldo Rebelo; Srs. Membros da Mesa; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados; Ministros de Estado do Governo José Sarney; autoridades; minhas senhoras e meus senhores, buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que nos pode unir parece constituir o grande objetivo da Política, porque se queremos viver juntos na divergência, princípio vital da democracia, estamos fadados a nos entender.

Impõe-se assim acreditar na força das idéias, compreender que a política não pode ser o meio da conservação, mas de transformação, e que a firmeza das convicções não deve ser empecilho para o entendimento capaz de transformar o poder em instrumento de justiça, igualdade e paz social.

Faço tais observações por considerar que episódios significativos incorporados à história brotaram de provisão da capacidade de homens públicos de anteciparem-se às crises e, de modo sintônico, resolvê-las em consonância com as aspirações nacionais. Fazer memória desses fatos que se transformaram em datas paradigmáticas serve de pedagogia cívica e ajuda a iluminar o futuro, que se nutre daquilo que passou. Os vinte anos da Nova República permitem lembrar que o Evangelho da conciliação começou a ser escrito nas Gerais, berço de Tancredo Neves, cuja vida e morte nos torna coetâneos do mais amplo e denso movimento de redemocratização de toda a vida republicana.

É oportuno recordar a inclinação do homem das alterosas ao bom senso, como afirmou Alceu Amoroso Lima, “...o mineiro não é, nem da razão pura, nem da paixão pura... A ordem, para ele é uma manifestação da própria vida... em seu equilíbrio profundo, em sua compensação das partes, em sua oscilação entre extremos”.

Nessa direção, acrescentou Mestre Gilberto Freyre: “No assunto todo mineiro típico é vigário... a quem nenhum outro brasileiro deve ter a pretensão de ensinar o padre nosso da relatividade. Relatividade política. Relatividade social. Mineiridade”.

Vale anotar a coincidência de refletirmos sobre as duas décadas da Nova República idealizada por Tancredo Neves e efetivada por José Sarney, no mesmo instante em que transcorrem os 150 anos do Gabinete de Conciliação, articulado e presidido por notável pró-homem das Minas Gerais, estadista que o Presidente Tancredo Neves muito admirava e revelara, se tempo houvesse, a intenção de biografar-lhe.

Pena que a obra do Marquês de Paraná, cujo Gabinete tanto contribuiu para a estabilidade política do Segundo Reinado, por meio de pacto entre os partidos do Império, não se concluísse, interrompida em virtude de seu súbito desaparecimento nos idos de 1856.

Conquanto sejam obviamente distintos a moldura das circunstâncias e o tempo histórico, o “Gabinete de Conciliação” e a “Nova República” são movimentos que se parecem teleologicamente: congregar a Nação em torno de idéias, sem exigir das agremiações partidárias renúncia a seus princípios, visando a aperfeiçoar as instituições e construir uma sociedade compatível com as exigências do desenvolvimento e da justiça social.

A Nova República foi fruto de amplo acordo aberto aos partidos políticos e à sociedade civil, tendo como núcleo o PMDB e a Frente Liberal, assim cognominada

a dissidência do PDS. O documento constitutivo desse pacto intitulado “Compromisso com a Nação” estabelecia, ao lado de preceitos doutrinários, objetivos programáticos essenciais para que o Brasil se reinserisse no Estado Democrático de Direito, promovesse o encontro entre o governo e a sociedade, através de adoção de medidas também no campo social, cultural e econômico.

Estava igualmente presente a convicção de que “só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social”.

Para tal era indispensável concluir, sem ressentimento, o processo de transição para a democracia, com o término do regime militar.

O percurso, é oportuno recordar, havia sido encurtado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, de 1978, resultado da chamada “Missão Petrônio Portella”, que autorizara a revogação dos Atos Institucionais e Complementares, garantira a anistia, restabeleceu as condições para a pluralidade partidária e assegurava o livre funcionamento dos sindicatos, entre outros dispositivos contendo inequívocos avanços político-institucionais.

É tempo de relembrar o destemor, a lucidez e, como diria Machado de Assis, o “instinto de nacionalidade”, que caracterizou os integrantes da Aliança Democrática e o apoio recebido, através de lídimas instituições – a ABI, a CNBB, a OAB, a SBPC, a Imprensa, as universidades, os sindicatos, entre outras organizações da sociedade civil.

A Frente Liberal, assim batizada pela Imprensa, foi um movimento desencadeado pelos que divergiram da direção do PDS para evitar a imposição de candidatura à Presidência da República, que não resultasse de consulta prévia às bases do Partido e fosse representativa do sentimento de abertura política que pervadira o País. Assim, nasceu o Partido da Frente Liberal, cujo Presidente de Honra foi Aureliano Chaves, então Vice-Presidente da República.

Bem se vê, que o PFL, hoje competentemente presidido pelo Senador Jorge Bornhausen, brotou de um movimento histórico que tornou possível, no Colégio Eleitoral, reunido pela última vez em 15 de janeiro de 1985, a vitória da Aliança Democrática com a chapa Tancredo Neves e José Sarney. No Manifesto de criação do Partido, que comemora também 20 anos, seus signatários proclamavam:

A hora da reconstrução da democracia deve ser a hora do reencontro e da conciliação indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem. Não há por que reviver antagonismos que as novas realidades se incumbiram de superar.

O que é preciso, agora, é corresponder à confiança e à poderosa corrente de esperança que a abertura política reacendeu neste País.

Esta sessão resgata a memória de evento inaugural de uma nova era em nosso País e que tem como referencial a eleição de Tancredo Neves para conduzir as mudanças que o povo brasileiro desesperançado reclamava. A brusca enfermidade que vitimou o Presidente Tancredo Neves e o impossibilitou de assumir a Presidência da República traumatizou a Nação e parecia toldar os horizontes do País.

A morte, contudo, ensinou Rui Barbosa, *“não divorcia: aproxima”*. Se é verdade que o falecimento de Tancredo Neves causou enorme comoção, deixou, todavia, um exemplo a nos inspirar e um programa a cumprir.

É de realçar, por dever de justiça, a exemplaridade de gestos e ações de seu companheiro de jornada Senador José Sarney.

Investido na suprema Magistratura do País, o então Vice-Presidente transformou o *“Compromisso com a Nação”* na bíblia do Governo, adaptando o texto às mudanças do contexto e enfrentando, sem pompa, as circunstâncias.

Empossado no cargo pelo Congresso Nacional, sua primeira atitude foi referendar o Ministério que Tancredo escolhera e recomendar-lhe o pleno cumprimento de todas as diretrizes que Tancredo deixara fixadas, sem que, *“nem uma só letra ou vírgula sejam tiradas sem que tudo se cumpra”*, segundo prescreve o evangelista Mateus.

Cito, pela sua relevância, parágrafos do ideário legado por Tancredo, transformado em ação do governo Sarney:

Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar um povo que é digno e austero.

E mais adiante:

Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta-compromisso da Aliança Democrática.

E dizia finalmente Tancredo:

Conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nos fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. ...Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para os seus filhos o futuro deste País.

Dentre os objetivos fundamentais impõe-se sobrelevar a convocação da Constituinte, através de Mensagem do Presidente José Sarney ao Congresso Nacional, de que resultou a Carta de outubro de 1988, que Ulysses Guimarães chamou de *“Constituição Cidadã”*. Com ela, encerramos um longo, todavia exitoso, processo que assegurou ao País viver sob um autêntico Estado Democrático de Direito, restaurando ou – perdoem-me a hipérbole instaurando, sob os auspícios da Sexta República, uma verdadeira democracia em nosso País.

A nossa transição para a democracia – ousou afirmar sem receio de contestação – foi, na segunda metade do século XX, tanto em extensão quanto em densidade, a mais bem-sucedida, mesmo se comparada com a da Espanha, cujos cânones foram fixados nos *“Pactos de Moncloa”*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades, minhas senhoras e meus senhores, ensina a filosofia, não desacompanhada da sociologia e da história, que ao desatar o nó da democracia novas demandas emergem com intensidade e não há outra resposta senão aprofundar, em sua essencialidade, o exercício da democracia. Enfim, os problemas da democracia exigem mais democracia.

Daí insistir na necessidade de conferir, na semântica dos novos tempos, urgência às reformas institucionais, cuja inadiabilidade está cada vez mais visível.

Seus enunciados, aliás, estão presentes no pacto fundador da Aliança Democrática, ao preconizar:

– É urgente a necessidade de proceder-se à reorganização institucional do País.

– É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Para esse fim, entre outros de seus objetivos, explicitava o pacto fundador da Aliança Democrática:

– Fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios;

– Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda;

– Desconcentração do Poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização.

Precisamos, depois de consolidada entre nós a democracia, enquanto processo, fertilizá-la substancialmente com os instrumentos da governabilidade. É indispensável mudar o sistema eleitoral para que o voto deixe de ser “fulanizado”; vertebrar verdadeiros partidos enquanto canais de interlocução entre a sociedade e o Estado; aperfeiçoar o sistema de governo para melhorar o desempenho dos Poderes e seu relacionamento no modelo presidencialista que praticamos; redesenhar o Estado Federal para compatibilizá-lo com as exigências de descentralização, e, finalmente, revigorar as instituições republicanas, isto é, “*republicanizar a República*”, para eliminar a incerteza jurídica e assegurar a todos plena cidadania.

Tais medidas teriam enorme efeito não só no sistema político, mas igualmente na vida cultural, social e econômica do País e sua plena inserção na comunidade internacional.

MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL QUE INTEGRARAM A FRENTE LIBERAL

Aécio Cunha, Deputado; Alcení Guerra, Deputado; Álvaro Valle, Deputado; Antônio Dias, Deputado; Augusto Trein, Deputado; Carlos Eloy, Deputado; Cristovam Chiaradia, Deputado; Emílio Gallo, Deputado; Evaldo Amaral, Deputado; Fabiano Braga Cortes, Deputado; Fernando Bastos, Deputado; Francisco Benjamin, Deputado; Francisco Erse, Deputado; Guilherme Palmeira, Senador; Herbert Levy, Deputado; Humberto Souto, Deputado; Inocêncio Oliveira, Deputado; Israel Pinheiro Filho, Deputado; Jairo Magalhães, Deputado; Jayme Santana, Deputado; João Alberto de Souza, Deputado; João Calmon, Senador; Jorge Bornhausen, Senador; José Carlos Fagundes, Deputado; José Jorge, Deputado; José Lourenço, Deputado; José Machado, Deputado; José Moura, Deputado; José Sarney, Senador; José Thomaz Nonô, Deputado; Luiz Cavalcante, Senador; Marco Maciel, Senador; Mário Assad, Deputado; Maurício Campos, Deputado; Navarro Vieira Filho, Deputado; Norton Macedo, Deputado; Oscar Dias Corrêa Júnior, Deputado; Paulino Cícero de Vasconcelos, Deputado; Paulo Lustosa, Deputado; Paulo Melro, Deputado; Pedro Colin, Deputado; Reynold Stephanes, Deputado; Rui Bacelar, Deputado; Sarney Filho, Deputado; Saulo Queiroz, Deputado; Stélio Dias, Deputado; Tarcísio Burity, Deputado; Wolney Siqueira, Deputado.

Essa deve ser, como anunciou o Presidente Renan Calheiros, a nossa prioridade.

Há, malgrado continuados e expressivos avanços, ainda um largo território a percorrer. A esfinge nos acicata: agora ou quando? Se não nós, quem?

Sr. Presidente, a memória serve para cultivar o passado que continua a se mover, ajuda a sinalizar o futuro e nos leva a refletir sobre os valores em que se assentam os fundamentos da nacionalidade: a paz, a igualdade, a justiça, a solidariedade, a democracia e, sobretudo, a liberdade.

Pois, “a liberdade é – como dizia Dom Quixote a Sancho Pança – um dos dons mais preciosos que aos homens deram os céus”.

Solicito, Sr. Presidente, a anexação a este pronunciamento da relação nominal de membros do Congresso Nacional que integram a Frente Liberal.

Muito obrigado. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Membros do Congresso Nacional que integraram a Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder da Bancada do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente; Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Ministro Aldo Rebelo, digno, extremamente digno representante do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Administração e nesta hora; Governador Aécio Neves, que tem toda uma trajetória pessoal, todo um futuro pela frente e é neto da liberdade e da democracia; Senador Tião Viana; Senador João Alberto; prezado amigo, Senador Renan Calheiros; Sr^{as} e Srs. Parlamentares; Sr^{as} e Srs. ex-Ministros e Ministros; senhoras e senhores que entendem, até pelo comparecimento físico, esta hora tão significativa e, por todos os títulos, tocante para todos nós.

Dizia há pouco ao Líder Custódio Mattos que, não importando quantos discursos eu tenha feito ao longo da minha vida, este eu o encarava de maneira diferente: um certo frio na mão, um certo frio na espinha, uma lembrança boa da luta e da capacidade de resistir, uma lembrança dura de momentos obscuros, de momentos obscurantistas da história recente do País. Eu olhava para o Senador Pedro Simon, via em S. Ex^a a figura do resistente que me estimulava em minha trincheira, que era a luta estudantil, a fazer o mesmo. Eu olhava o Senador Antonio Carlos Magalhães e seus gestos tão relevantes de golpe de morte no esgar do autoritarismo, representado àquela época pelo Ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Mattos. Eu ouvia o Senador Marco Maciel, figura essencial na rotura no interior do PDS, viabilizando que a Emenda Dante de Oliveira não tivesse perecido por ela mesma, até porque havia respaldo claro para, indo ao Colégio Eleitoral, obter-se o desmanche do próprio colégio eleitoral e já não o gesto simbólico de uma anticandidatura que prepararia a vitória para um futuro que não se sabe quando viria.

Sou de uma geração que, durante anos, se enganava tentando analisar, e analisava de maneira canhestra a economia mundial, imaginando que viria uma crise, e que essa crise repercutiria no Brasil de tal forma que a ditadura militar se desmancharia nos próximos momentos. E o tempo passava, a crise internacional não vinha... Ao contrário, até houve o fenômeno do milagre brasileiro, que era milagre para alguns potentados e era a tortura, o opróbrio para milhões e milhões de brasileiros deserdados. A frustração crescia, e crescia também o nosso desejo de enfrentar uma ordem que não servia para o Brasil.

Sou da geração que abriu seus olhos para a vida pública com a ditadura instalada e chegou ao ápice de seu inconformismo com os eventos de 1968; que varreram o mundo, respeitando as características de cada País. Na França, lá se queria mais; lá se tinha democracia. No Brasil, se queria o fim da tortura; no Brasil, se queria a anistia, a liberdade, o direito mínimo e básico de construir uma ordem que pudesse, a partir de seus fundamentos jurídicos, tentar estabelecer um regime de justiça social para os brasileiros.

Aqui disse muito bem o Senador Marco Maciel que não há regime melhor do que a democracia mesmo. Se há corrupção na democracia, a ditadura é a própria cara da corrupção. A ditadura é feita para mascarar a corrupção. Se há desmando administrativo na democracia, é muito mais fácil apontá-lo e corrigi-lo, porque a ditadura é feita exatamente para propiciar desmandos administrativos. Se há infelicidade, e muita infelicidade social na democracia, a ditadura é responsável pelo agravamento de todas as mazelas deste País.

Sou daquela geração que foi abrindo os olhos para a vida pública sob o comando de Ulysses Guimarães. Tenho uma admiração imensa, que perdurou pelos tempos, por esta figura absolutamente singular do promotor público, vereador, Deputado Federal, Senador, Governador de Minas e Presidente eleito, e não empossado, Tancredo Neves. O Presidente Tancredo Neves é o retrato da lealdade e da coragem serena. Afinal de contas, é dele a caneta da carta que seria de renúncia e virou a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Tancredo Neves foi figura fundamental na luta pela posse e estabilidade dentro do Governo Juscelino Kubitschek. Tancredo Neves foi figura essencial para se garantir a posse de João Goulart e foi ele quem minutou e redigiu a carta de resistência de João Goulart, quando se deslocou de Brasília ao Rio Grande do Sul para tentar, ao lado de Leonel Brizola, encontrar forças para impedir que se implantasse aquela coisa hedionda: o Golpe Militar de 64.

Tancredo Neves, para mim, era exemplo do homem que não tinha arroubos, mas tinha coragem e, tendo coragem, tinha, ao mesmo tempo, muita lucidez. Essa junção de coragem e lucidez fez dele – após não o malogro, mas a insuficiência de votos, que não era insuficiência de gente nas praças públicas em relação à Emenda Dante de Oliveira – o candidato natural dentro do Colégio Eleitoral, na eleição que não seria a anticandidatura de Ulysses, brilhante, com Barbosa Lima Sobrinho, nem anti-candidatura de Euler Bentes Monteiro, valente, destemida, mas sim uma candidatura de verdade, que se reuniria no Colégio Eleitoral para que o Colégio Eleitoral nunca mais se reunisse ele próprio para ditar descaminhos para o Brasil.

Quando vimos na Frente Liberal a possibilidade, que nasceu do patriotismo de um Jorge Bornhausen, de um Marco Maciel, de um Antonio Carlos, de um José Sarney, vimos ali a possibilidade muito clara de, pela pressão da opinião pública e pela contagem de votos, chegarmos ao processo de transição democrática pela via que não era a ideal, que não era a desejável, mas, ainda assim, a via necessária e, não há dúvida, a via bonita da eleição indireta para, por fim, a eleição direta neste País.

Devo dizer que a morte do Dr. Tancredo Neves me chocou profundamente. Chocou o Brasil profundamente. E o Presidente José Sarney se portou, durante todo o período da implantação de seu governo, com uma discrição e uma lealdade a Tancredo que significava, àquela altura, a lealdade à Nação, porque Tancredo significava basicamente, ele próprio, a Nação e suas aspirações.

E aquele Governo já me pega como Deputado Federal. Saído eu do enfrentamento, na condição de Deputado, ao regime militar, de repente me pilhei Deputado da base do Governo do Presidente Sarney e me pilhei no começo me sentindo estranho, mas sentindo que era meu dever, sim, defender aquela transição com unhas e dentes, até porque tudo o que não se queria era que se retornasse aos quadros de uma ditadura ou aos quadros de uma instabilidade política, que não teria vez no Brasil, a menos que se desse vez também à eternização dos problemas graves que seriam maiores com a ditadura, e são graves mas são menores com a democracia.

Numa hora em que venho dar este depoimento, que é o meu depoimento, dizia que cada um aqui dá a sua visão da história tal como a viveu, tal como a viu. Falo de uma figura, Sr. Presidente, que por mim condenável pelos seus métodos, deplorável pelos seus gestos, mas para mim essencial até ela, para que tivesse dado certo o processo de transição democrática. Refiro-me ao Sr. Paulo Salim Maluf. Se o Sr. Paulo Salim Maluf tivesse ele próprio desistido da eleição indireta, tão assim se sentisse ele derrotado na eleição indireta, não sei se não teria havido ali algum pretexto para algo que atrasasse um pouco mais a eclosão daquele movimento bonito, que era a transição democrática. Até ele colaborou. E devo dizer que talvez tenha sido esse – não sei se o último, espero que quem sabe o último – o primeiro elogio público que faço ao Sr. Paulo Salim Maluf, que foi importante, sim, naquele momento.

Foi importante Andreazza enfrentá-lo. Foi importante ele não ter desistido. Foi importante tudo aquilo que significou. A praça pública pressionando o Congresso. A praça pública emulada pelo desejo da eleição direta. A praça pública querendo, no lugar da eleição

direta, aquilo que era possível, e era possível Tancredo. Era possível, sim, termos a garantia da Constituinte. Era possível ampliarmos os limites da anistia. Era possível resgatarmos, por inteiro e de uma vez por todas, os valores democráticos que nunca se haviam antes consolidado para valer neste País.

Sociedade de raiz escravocrata, sociedade injusta, sociedade autoritária. O Brasil, sem perder todos os seus defeitos, pôde realçar suas qualidades. O Brasil, hoje com 180 milhões de habitantes, é inegavelmente uma democracia grande. Mas o Brasil, pela solidez de suas instituições, Ministro Sepúlveda Pertence, é uma grande democracia, sem dúvida alguma.

O Brasil é uma democracia grande. É uma grande democracia. O Brasil é um País que tem hoje uma história muito bonita a contar. É o terceiro país do mundo quando se pensa no funcionamento contínuo de seu Poder Legislativo, cerceado na ditadura, duas vezes fechado por pouco tempo, hoje pujante, como funciona de maneira pujante e equilibrada a sua Justiça, como funciona de maneira, sem dúvida alguma, dentro da lei, o seu Executivo.

Posso dizer que, se não vi resolvidos os problemas essenciais do meu povo, da minha gente, tenho certeza absoluta de que escolhemos todos, em conjunto, o melhor caminho para equacionar esses problemas, para vencê-los, no momento em que as condições históricas nacionais e de fora para dentro nos propiciem dar mais passos. Mas o opróbrio da ditadura já não existe. A tortura, que precisa ser banida completamente das delegacias policiais, deixou de existir como padrão de diálogo político – a tortura, a violência, o cerceamento à atividade parlamentar.

Hoje, Ministro Aldo Rebelo, posso dizer que tenho orgulho de ser adversário de V. Ex^a. Fui, com muita honra para mim, seu companheiro de jornada nas lutas por democracia.

Hoje, Senador Renan Calheiros, posso dizer ao Ministro Aldo Rebelo que é a coisa mais normal do mundo, para mim e para ele, sermos adversários; é a coisa mais normal, mais natural e mais honrosa para mim poder ser adversário de S. Ex^a, pela frente, de maneira frontal, clara. O combate tem que ser trabalhado sem artimanha, sem subterfúgio, de maneira frontal.

Tempos atrás, éramos obrigados a estar juntos. Tínhamos que ficar juntos, ainda que tendo visões econômicas diferentes do mundo. A ditadura nos obrigava a estar juntos.

Presidente Sarney, na minha terra, no Amazonas, existem duas etnias indígenas inimigas entre si: os waimiris e atroaris. A história marca uma luta brutal entre eles no passado. A hidrelétrica de Balbina foi uma violência da ditadura militar e seus tecnocratas contra

aquela gente, no modo como foi feita. Os waimiris hoje são conhecidos por quem não é do Amazonas como uma etnia só. A luta os uniu, a opressão os uniu, e eles viraram, Ministro Fernando Lyra, os waimiris-atroaris. Poucos sabem que os waimiris eram tradicionais e seculares adversários dos atroaris.

A ditadura uniu a nós todos; uniu todos que não queriam ceder mais espaço a ela e suas conseqüências. Estávamos juntos. Momentos bonitos. Momentos que significavam ter que encontrar os pontos que nos aproximavam. E, agora, na democracia, podemos muito bem divergir em pontos que são os pontos da nossa divergência. O Brasil, portanto, não andou para trás.

Presidente José Sarney, emocionei-me muito, quando V. Ex^a recebeu Giocondo Dias e João Amazonas no Palácio do Planalto: achava que não veria aquilo com tanta facilidade. Fui Líder e Ministro do Governo passado, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e me emocionou muito, emocionou-me sobremaneira perceber que era possível alargar ainda mais os limites da anistia e ver a anistia **post mortem** a duas figuras das quais eu discordava pelos métodos com que queriam enfrentar a ditadura – eu o queria pela mobilização popular, e eles, pelo apego às armas. Refiro-me a Carlos Marighella e a Carlos Lamarca. E nunca pensei, General Leônidas Pires, que fosse possível anistiar Carlos Lamarca neste País, sem nenhum pronunciamento militar. O Brasil estava tão maduro para a democracia, que dava para se mexer numa ferida tão recente, tão aguda, sem nenhum abalo institucional no País.

Foi sem abalo que se colocou fora do Palácio do Planalto um governante, um Presidente da República eleito pelo voto popular. É sem abalo que vamos fazendo as transformações. Foi sem abalo que vimos o Ministro da Defesa poder ser militar, mas poder ser civil novamente, sem nenhum queixume por parte das Forças Armadas, elas próprias integradas a essa democracia que haverá de ser – ela, sim – o instrumento único, melhor e verdadeiro para encontrarmos as saídas para as dificuldades sociais e econômicas da nossa gente.

Sr. Presidente, quando nos deparávamos com aquela opção entre eleição direta e eleição indireta – eleição direta e não-eleição direta –, a maioria ficou a favor da emenda do ilustre Deputado Dante de Oliveira. Faltaram oito votos, Senador Pedro Simon. Não sei se a emenda foi derrotada. Formalmente, sim, mas deixou um rescaldo tão forte na opinião pública, que, sinceramente, creio que a idéia do jovem Deputado de então foi tão feliz, que deu a todos nós o instrumento de que precisávamos para levar o povo às ruas, para desfecharmos o golpe de morte na ditadura militar.

Logo em seguida, houve uma luta interna dentro do meu Partido de então, que era o PMDB, a frente que tradicionalmente congregava todos aqueles – todos aqueles, não; já havia o PT, Partido honrado e valoroso, e o PDT – que não se conformavam com a ditadura que se implantara e que não queriam deixar este País. E, logo após a não-aprovação da Emenda Dante de Oliveira, surgiu uma dúvida. Companheiros valorosos, valiosos, corretos diziam: vamos fundar o grupo Só-Diretas e exigir que se faça a transformação apenas pela via das eleições diretas.

Eu, àquela altura, já dizia para mim mesmo: vou fazer o que estiver ao meu alcance. Era eleição direta, porque podia ser, mas meu coração, meu íntimo, o que eu tivesse de sensibilidade me dizia: é preciso agora irmos pela eleição direta mesmo; é preciso agora irmos para o colégio eleitoral. E, um dia, num debate na Câmara, um companheiro, querido amigo, que já nos deixou, Deputado Amaral Neto, dizia-me: mas seus companheiros de luta, todos, Deputado Arthur Virgílio, estão com a eleição direta, estão no grupo Só-Diretas; seus companheiros todos não estão aceitando essa ida ao colégio eleitoral. O que houve com V. Ex^a? E eu disse: Deputado Amaral Neto, tenho por V. Ex^a um carinho que se repete em relação a poucas pessoas na Casa, mas, se eu tinha alguma dúvida, V. Ex^a acabou de tirá-la completamente, hoje; tenho absoluta convicção de que devo ir ao colégio eleitoral sim, para dissolver a ditadura, o regime de forças e dar oportunidade aos brasileiros de encontrar o seu caminho pela via mais justa e adequada, que é a da consulta ao povo e da punição que se possa infligir a quem se afaste do rumo por ele traçado.

Democracia se aprende, votando. O voto politiza e ensina. E o povo brasileiro vota cada vez melhor e votará de maneira cada vez mais perfeita. O povo brasileiro será cada vez mais inflexível e mais justo – ele, que é tão intuitivo e que construiu uma Nação com tanto valor e com tanta coragem.

Não quero, não desejo e não vou disfarçar o estado de absoluta emoção que me toma conta neste momento, porque, afinal de contas, não se trata de um gesto formal. Trata-se, Presidente Renan Calheiros – parabênzo V. Ex^a pela iniciativa tão brilhante –, trata-se, Governador Aécio Neves, de estarmos aqui, neste momento, compreendendo algo que é próprio das democracias maduras. Estamos aqui aprendendo a respeitar as nossas datas.

Esta é uma data sagrada, solene, que está acima de qualquer outro compromisso, porque mostra ao Brasil – mais do que a lembrança da ditadura que sofremos e da democracia que conquistamos – que temos o direi-

to e o dever de nunca mais permitirmos que a sombra ditatorial se abata sobre nossas cabeças.

Jamais a dificuldade e o autoritarismo! Ao contrário, a democracia, como solução, como meio, como instrumento fundamental e como único exercício que poderá levar-nos a conquistar uma sociedade justa para todos os brasileiros!

Por isso, a mão fria num orador tão calejado de falar todos os dias as suas mesmices; por isso o coração tão aquecido; por isso o friozinho na coluna; por isso a lembrança de cassações que sofreram – meu pai entre eles –, de prisões que sofremos – eu entre eles –, da desesperança que todos, em algum momento, padecemos – e todos nós entre eles –, da doença que fazia do torturador um doente torturado, porque torturava e do torturado um doente violentado, porque era torturado.

Este País hoje mostra maturidade, e o Congresso Nacional, pelo seu Senado, também. Hoje, temos absoluta certeza de que alguns valores devem ser resguardados, e, entre eles, Ministro Pimenta da Veiga, meu Presidente Eduardo Azeredo, está, sem dúvida, a definição clara de que, pelo seu Congresso, pelo seu Governo, pelo seu povo, pela sua gente, o Brasil é inapelavelmente democrático e fará da sua democracia o melhor caminho para construir uma sociedade justa, que honre um povo que lutou por liberdade e não pode abrir mão, em nenhum momento, de ter justiça social para ele, para os seus, para o seu futuro, porque, afinal de contas, o futuro que queremos é o futuro justo que a ditadura nos negava e que a democracia saberá ofertar ao nosso povo com a luta da nossa gente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Sr. Ministro Aldo Rebelo, Srs. Ministros de Estado e ex-Ministros; eminente Presidente, hoje homenageado, merecidamente, pela sua conduta impecável na condução do País à democracia, Senador José Sarney; Senadoras e Senadores, senhoras e senhores, vinte anos é pouco para quem acha efêmero tudo o que não tem a idade das pirâmides. Mas, às vezes, a realidade cria situações incontornáveis e obriga, até a esses cétricos, a celebrar décadas como se fossem milênios.

Eu os relembro muito bem. Os homens de pouca fé de 1984, que nos viraram as costas quando, homens de boa vontade, apostamos na experiência e vocação política de Tancredo Neves e o adotamos como profeta e guia, líder e evangelista e o tornamos Presidente eleito de fato, plebiscitariamente, de um País em que era negado ao povo, constitucionalmente, a eleição direta para Presidente da República.

Não houve mágica nem ilusionismo, mas sim um prodígio popular. O povo brasileiro fundou a sua democracia na contramão do formalismo e da liturgia que lhe são inerentes. Poucas vezes no mundo a adesão autêntica da população substituiu a indispensável manifestação eleitoral e ungiu um Presidente da República como se tivesse ocorrido sufrágio universal.

O voto indireto que elegeu Tancredo teve a força de uma votação direta.

Vencemos.

Perderam os que não acreditavam que fosse possível fundar o regime democrático sem sangue, ódio e vingança.

Em 1985, este País realizou a mais fecunda e profunda virada na sua história. Antecipou em quinze anos a sua entrada para o século XXI e nos entregou ao futuro, onde hoje estamos, prontos para crescer, modernizar e implantar a plena cidadania, desarmar a valentia covarde dos totalitários, a insanidade dos revolucionários, tornando-nos, finalmente, o que merecemos ser: uma civilização.

Orgulho-me de ter sido um dos conspiradores pioneiros que, em 1984, acreditaram na Nova República e a viveram intensamente nestes 20 anos. Valeu a pena. Na verdade, ninguém percebeu o prodígio que se operava, já que é uma maldição que marca os profetas. Desde a Bíblia, eles semeiam o futuro, mas não conseguem perceber quando esse futuro se materializa. Faz parte da estrutura dramática do Velho Testamento essa maldição incompreensível. Os profetas não percebem o alcance dos prodígios de que são precursores.

Ninguém percebeu no dia 15 de março de 1985 a virada radical do tempo brasileiro, muito mais que o assinalado pelo calendário gregoriano. O século XXI para o Brasil e os brasileiros começou naquele dia. Foi um momento raro de ruptura, como o 7 de setembro de 1822, com a Independência; como o 15 de novembro de 1989, com a República; como o 29 de outubro de 1945, com a queda do Estado Novo.

O 15 de março de 1985 tornou-se uma das quatro datas fundamentais da nossa história – e Deus queira que seja a última –, assinalando a nossa entrada definitiva e irreversível no rumo da vocação do nosso País. O dia em que o Estado democrático foi irrever-

sivelmente estabelecido, assentando-se os alicerces sólidos da plena liberdade.

A vontade do povo brasileiro pôde experimentar, sem susto ou medo, quaisquer propostas e idéias políticas, partidos e líderes, sem os riscos das fragmentações e da irreversibilidade, do totalitarismo e da intolerância. Inoculou-se também o princípio sagrado da renovação periódica dos mandatos e nunca, nem ninguém, nem grupos, partidos ou pessoas se proclamaram tutor ou senhor, protetor paternal ou dominador violento do povo brasileiro. Nem fascistas, nem elitistas ou anarquistas, nem utopias ou ceticismos, não adianta o apelo das marcas de fantasia, este País não cederá às tentações totalitárias.

Tudo isso, porém, essa construção política de que hoje desfrutamos não passava de uma semente – uma esperança – jogada ao chão, adubada, irrigada, protegida dos predadores à esquerda e à direita, que agiam com a brutalidade e a grosseria de que somente são capazes os radicais.

A Nova República, que nem tinha esse nome nas conspirações que a desenvolveram, foi uma semente plantada com senso de oportunidade, astúcia política, competência, visão estratégica e uma associação humilde, dedicada, fraternal, verdadeiramente digna da condição humana, por cidadãos tão diferentes entre si como os dedos da mão e os rostos na multidão.

Teria que ser naquele momento. Antes teria sido abortado; depois teria degenerado. Teria de ser com Tancredo, maduro, experiente, cumulado de sabedoria, treinado pela história, desde a vereança em São João Del Rei, da constituinte estadual mineira de 1947, do choque federal de 1954, aos anos de ostracismo honrado sob o regime de 1964, até que finalmente, quando foi a hora, assumiu seu papel de principal protagonista. Primeiro, como Governador de Minas, quando desarmou temores, confirmou sua capacidade de conciliador, inspirou a confiança geral e mostrou coragem. Sim, porque o ingrediente essencial de 15 de março de 1985 foi a coragem. Não nos esqueçamos do arremetimento desvairado do atentado do Riocentro, nem da tentativa de assalto popular ao Palácio dos Bandeirantes. Naquele momento, a grande federação das oposições que conseguira galvanizar eleitoralmente o País a partir de 1974, tendo à frente Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro, Franco Montoro, Governador de São Paulo, Pedro Simon, Senador, Afonso Camargo, Deputado, e o próprio Tancredo, tinha que escolher entre dois caminhos: o de promover um confronto com um desfecho imprevisível ou procurar uma saída pacífica, mas que implicava em reserva de paciência, firmeza, coragem e principalmente humildade.

Fizeram a segunda opção. Graças a Deus. A Campanha das Diretas Já! – a um só tempo com inspiração de bastidores e movimento de rua – tornou-se o estuário de todas as águas. Afluentes à esquerda e à direita foram-se jogando, confiantes e esperançosos. Nem a derrota arrefeceu o projeto ou desestimulou a conspiração.

Naquele 25 de abril de 1984, fiz minha declaração de voto a favor das Diretas Já. Mas não foi a Câmara que deu a possibilidade de votarmos no Senado. A redemocratização, naquele momento, ainda era um projeto pirandelliano: uma aspiração nacional à procura de um líder.

Não precisei esperar muito. Menos de dois meses depois, no dia 11 de junho de 1984, tive a oportunidade de praticar um gesto pessoal decisivo. Seguindo um *script* de rebeldia e denúncia, e acompanhando igual comportamento do Senador e eminente amigo José Sarney, renunciei à presidência do PDS, que havia recebido de suas mãos poucos dias antes.

Não estava só.

Nosso grupo, liderado por Marco Maciel, extraordinário estrategista; Aureliano Chaves Vice-Presidente da República; Guilherme Palmeira, Senador; José Sarney, Senador, e eu, foi o núcleo da Frente Liberal que se transformou no valoroso e atual PFL.

O certo é que, naquele mesmo 11 de junho, horas depois, o Deputado Ulysses Guimarães me procurou e entrei de corpo e alma na conspiração da qual não me apartei nunca mais, porque a Nova República não foi um momento fugidio.

É um compromisso com a democracia que jamais se esgotará, que nos ungiu a todos e nos desafia a cada dia a testemunhá-lo, pelos que já morreram e pelas gerações que virão.

O destino colocou em nossas mãos, no grupo que formou a Frente Liberal, a oportunidade de fornecer o complemento que evitaria a ocorrência, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, da falta dos votos que impediram a aprovação das Diretas Já em abril de 1984.

Começaram então seis meses frenéticos, inesquecíveis, indormidos, da montagem da grande estrutura política da Nova República, que implicava não apenas amearhar adesões, mas construir um modelo político que fosse realmente democrático, nem revanchista nem revolucionário, capaz de abrigar e reconhecer todas as ideologias.

Pedra sobre pedra, construímos a maioria no Colégio Eleitoral; pedra sobre pedra, agregamos os grupos mais rebeldes e ariscos, muitos vindos das guerrilhas e vinculados a organizações internacionais; pedra sobre pedra, montamos as regras que permitiram

aos militares voltarem-se às suas tarefas de defesa e segurança nacionais, esquecendo-se definitivamente de que haviam atravessado o Rubicão.

Digo nós, porque Tancredo – que, ao se tornar candidato à Presidência tornou-se o fiador do projeto e seu negociador final – fez questão de partilhar com todos os grupos que lhe davam suporte as intenções e significados dos acordos e as composições que fazia.

A arquitetura da Nova República seguiu linhas de profunda sabedoria. Regra nº 1. Não excluiu ninguém.

Nunca, neste País, um movimento político assumiu tão claramente tal abrangência e de forma tão leal e sincera. Tancredo ouviu a todos e deu-lhes garantia. Nunca, neste País – e desconfio que em poucas conserações políticas no mundo – houve tanta tolerância sincera, tanta confiança na democracia, tanta disponibilidade, tanta honestidade de propósitos, tanta coragem para discordar e compor, como naqueles dias que antecederam a eleição de Tancredo para Presidente da República.

O mesmo clima permaneceu até a data da posse que não houve e em que foi substituído dignamente pelo Vice-Presidente José Sarney, que honrou o espírito e os compromissos da Nova República com inteligência, paciência e obstinação.

A data que hoje celebramos, 20 anos depois, é o marco zero do vigente regime democrático brasileiro. Democracia é civilidade. Democracia não é opção, é destino dos povos que evoluem.

Creemos na cordialidade, na liberdade, na força da Justiça, na representação popular, no voto livre, na teoria econômica, no avanço da ciência, na força renovadora e criativa das artes e não sei em que outro regime político, a não ser na democracia, assim como ela está estabelecida no Brasil, tais valores humanos tenham mais e melhores condições de otimizar-se.

Sei que nos ameaçam inimigos terríveis: a corrupção, o carreirismo, o messianismo populista, o terrorismo internacional, a violência urbana, a demagogia, a incompetência e a inapetência administrativa. Para combatê-los contamos com antídotos e remédios da lei, como a alternância do poder, a capacidade de resistência popular e medidas extremas como o *impeachment*.

O PFL foi formado em 1985 pelas mesmas pessoas que, naqueles seis meses decisivos de 1984, foram parceiros da grande aventura de Tancredo Neves. Pois bem, é com a emoção de quem recorda, mas com a disposição de quem combate que evoco o espírito de 1985 como inspiração para o processo de refundação que ora desenvolvemos em nosso Partido.

Que a democracia, a liberdade, o avanço civilizatório, o espírito e a visão profética dos companheiros protagonistas de 1984 e 1985 não abandonem jamais este País.

Amém. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB — AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, Líder do PT no Senado Federal.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, desde já parabenizando-o pela iniciativa, cumprimento todas as autoridades da Mesa, Ministro Nelson Jobim, Governador Aécio Neves, meu caro Ministro Aldo Rebelo, demais companheiros, Senadoras, Senadores, demais autoridades, meus companheiros de democracia, o 15 de março de 1985 estará gravado para sempre na história do Brasil. Encerrou-se naquele dia o ciclo dos generais que se sucediam no poder desde abril de 1964.

Tivemos uma curta interinidade quando Aureliano Chaves ocupou o cargo devido a um enfarte que levou o então Presidente João Figueiredo a operar-se nos Estados Unidos.

Mas foi só.

No dia 15 de março de 1985, pela primeira vez em 20 anos, um civil, o Senador José Sarney, chegava à Presidência da República.

As circunstâncias que levaram José Sarney ao poder foram dramáticas, todos sabemos. S. Ex^ª teve pela frente desafios que assombrariam qualquer ser humano. O primeiro desafio: encerrar definitivamente o regime militar. E o segundo, e maior desafio, substituir um mito.

Tancredo Neves, candidato da Oposição, tornara-se Presidente da República pelo voto do Colégio Eleitoral. Foi o resultado de uma obra de engenharia política jamais realizada na história brasileira. Era também uma resposta do povo brasileiro à frustração provocada pela derrota, no Congresso Nacional, da campanha das Diretas Já, sem dúvida a maior mobilização política ocorrida no País em todos os tempos.

A notícia de que o Presidente recém-eleito estava doente – com apendicite, diziam – foi dramatizada pelas circunstâncias.

O País foi informado exatamente no dia 15 de março. A longa agonia do Presidente, prolongando-se por mais de um mês, lavou o Brasil num banho de lágrimas. Contribuiu, sem dúvida, para transformar Tancredo na esperança do nosso povo de conquistar, finalmente, a democracia, a liberdade e a justiça social. Enfim, tudo o que de melhor se espera de um bom governante.

O desafio maior de José Sarney não foi apenas substituir o mito, mas a expectativa criada em torno

do mito. E, diga-se, o Presidente Sarney cumpriu esse papel com rara coragem e competência. Assumir a Presidência, em si, já foi um desafio, dadas as circunstâncias. O fantasma do chamado retrocesso continuava rondando, dando voltas em torno do Poder.

Assim, o objetivo maior, aquele que José Sarney procurou com obstinação, em todos os momentos do seu governo, foi a consolidação da democracia. Para essa consolidação, o Presidente tinha que destampar a panela das pressões políticas.

Com ousadia, num gesto que muitos definiram como temerário, legalizou partidos políticos de esquerda, abriu as comportas para a liberdade sindical, introduziu o hábito da negociação patrão com empregados. Enfim, retirou o que podia ser retirado do chamado entulho autoritário.

Muitos se esquecem de que a “Constituição Cidadã”, a maior realização do Doutor Ulysses Guimarães, foi promulgada no Governo Sarney. E foi no Governo Sarney que um líder sindical, saído do chão da fábrica, Luiz Inácio da Silva – na época ainda não usava o “Lula da Silva” –, encontrou espaço e abertura política para disputar a Presidência da República.

É importante, no entanto, lembrar que o sol da liberdade não despontou no horizonte como um milagre no dia 15 de março de 1985. A volta aos hábitos democráticos exigiu uma longa caminhada, foi uma empreitada lenta e repleta de obstáculos e dificuldades.

Tivemos a luta armada e com ela a repugnante introdução da tortura como elemento de ação política. Tivemos vítimas fatais, assassinatos até hoje não explicados. Muitos brasileiros foram obrigados a exílios prolongados, como se não fôssemos cidadãos da mesma pátria. Tivemos as lutas no campo sindical, as memoráveis jornadas do estádio de Vila Euclides, no ABC Paulista, onde um novo partido de esquerda ganhava força e agregava substância. As aflições e as dores provocadas pela opressão e pela falta de liberdade atingiam a todos, indiscriminadamente, os que partiram para o exílio e nós, que aqui permanecemos.

Gostaria de terminar, senhoras e senhores, prestando uma homenagem aos que lutaram e acreditaram sem esmorecer, sem desanimar, na volta da tão desejada democracia.

Aqui mesmo, nesta Casa, devemos lembrar o trabalho de vários Senadores. Entre eles, teríamos obrigação de citar Teotônio Vilela, Paulo Brossard e outros da mesma estirpe.

(Palmas.)

Uma coincidência, Sr. Presidente. O Presidente do Senado, no dia 15 de março de 1985, era o meu conterrâneo, o corumbaense José Fragelli. Ainda no início do seu mandato, em 1983, o Senador José Fra-

gelli reuniu um grupo de catorze Senadores do partido oficial e foi a Belo Horizonte comunicar que o candidato a Presidente do grupo era o então Governador de Minas, Tancredo Neves, pela Oposição.

Peço licença – e sei que não me será negada – para reunir o que significou o trabalho desses Senadores e demais representantes da classe política numa única e singela referência ao Senador e depois Ministro da Justiça Petrônio Portella.

Como José Sarney, ele foi presidente do Senado entre 1977 e 1978. Ocupou, a partir de 1979, o Ministério da Justiça. Teria sido, talvez, não fosse a morte prematura no ano seguinte, a saída civil para o regime militar que se exauria a olhos vistos. Foi, de qualquer forma, o responsável pela anistia, um momento crucial no nosso processo. Sob o seu comando – um civil num governo povoado por generais –, a anistia foi aprovada em votação dramática por 206 votos a 201.

Uma outra coincidência, essa sim importante, mostra que, apesar de alguns congressistas votarem contra a anistia, havia, na classe política, vocações democráticas dispostas a sacrificar a própria vida por suas convicções.

Petrônio Portella morreu porque não podia faltar a um compromisso e viajou com um princípio de enfarte. Tancredo Neves escondeu talvez da própria família – e do Vice, José Sarney – as dores constantes que sinalizavam algo bem mais grave do que uma simples apendicite. Ele queria chegar até o dia da posse. Uma vez assegurada a posse, com todo o seu significado, o futuro estava ganho.

Infelizmente, Sr. Presidente, ainda não podemos comemorar a vitória da democracia com o entusiasmo que esse acontecimento merece. Avançamos muito. As dívidas com o passado estão pagas. Precisamos agora olhar o presente e trabalhar no resgate da nossa imensa dívida social. Milhões de brasileiros ainda aguardam a redemocratização.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecendo a inversão consentida pelos Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho e João Capiberibe, concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, que, a exemplo de Tancredo Neves, é grande homenageado nesta sessão solene. (Palmas.)

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Sr. Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; Sr. Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo; Sr. Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana; Sr. Senador João Alberto; Sr. Senador representante da Paraíba, Efraim Morais;

Sr^{as} e Srs. Senadores; Srs. Ministros de Estado; ilustres Ministros do meu governo que tiveram a bondade de aqui comparecer; auxiliares que, comigo, àquele tempo, trabalharam pelo nosso País; minhas senhoras e meus senhores – e, se a Casa me permite fazer uma reminiscência e matar saudades, já que estamos falando ao Brasil inteiro –, brasileiras e brasileiros, as datas redondas nos seduzem sempre a tentar marcar o tempo. É isso o que ocorre hoje, quando estamos aqui procurando marcar esse tempo de vinte anos da restauração democrática brasileira.

Ninguém governa o tempo em que governa. Há tempos em que a gente administra realidades simples; há tempos em que se administra escassez, ou fartura, a rotina do dia-a-dia, as crises que permanentemente têm os governos. Porém, há instantes em que a História se contorce juntamente com a tarefa de governar. Contorce-se de tal maneira que as decisões dos governantes podem se transformar em mudanças de rumo, podem se transformar em retrocessos.

Correspondeu justamente ao tempo em que exerci a Presidência da República um desses momentos da História, em que ela, poderosamente, se movimenta, exigindo dos homens públicos assumir posições que em geral não são chamados a assumir quanto administram tempos tranquilos.

Àquele tempo reproduzíamos no Brasil a velha tradição brasileira, em momentos em que a História se movia, de sabermos encontrar um terreno comum para que o País pudesse prosseguir na marcha em direção ao seu destino.

Não é fácil falar quando se é, de certo modo, um participante da própria História. Mas a História do Brasil é marcada justamente por aquele mesmo sentimento que nos uniu naquele momento difícil.

Recordo que, na Independência, não nos matamos entre portugueses que aqui estavam e brasileiros. Foram José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, José Bonifácio que começaram a conversar com o Imperador, de modo a que ele depois dissesse o “Fico”, comandasse a Independência, convocasse a Constituinte. Dessa forma, o Brasil se inaugurava não como os países de língua espanhola, separados por lutas sangrentas, formados em campos de batalha, que dividiram-se desde o tempo em que Bolívar pensou na Grã-Colômbia, mas como uma construção do poder político, síntese de todos os poderes.

No Brasil, conseguimos construir nossa História com um espírito de conciliação que nos une sempre nos momentos de dificuldades.

Enfrentamos a abdicação do Imperador, a maioria, o Ato Adicional, a questão da escravatura. Chegamos, finalmente, à República. Republicanos e

monarquistas unem-se para encontrar a saída para o País. Foi assim sempre, e isso explica a unidade nacional. O Brasil só é esse continente, só se manteve unido, porque os homens públicos brasileiros – essa construção política do Brasil – souberam manter o País na sua integridade.

Esse espírito é sempre encarnado por um homem. Naquele momento, a História tinha preparado para colocar todo esse peso da tradição brasileira num homem que se chamava Tancredo Neves. Tancredo mesmo dizia: “Eu sou um conciliador.” Essa era a sua essência. É por isso que ele falava muito em Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que tinha sido do Ministério da Conciliação. E, até para fazer uma pequena restrição, dizia: “Só não transijo com os princípios.” Era quase aquilo que Ghandi dizia, quando falava dos pecados do mundo: não há penitência sem dor e não há política sem princípios.

O centro da ação política de Tancredo Neves, sua característica maior, residiu no espírito de conciliação. Conciliar é admitir que não somos donos da verdade, e que nossas idéias podem conviver com outras idéias. É o campo da pluralidade, ideal democrático, muito difícil de se alcançar na política, onde muitas vezes se toma como inaceitável a convivência. A visão do político menor limita suas obrigações às suas verdades e dogmas e aos interesses dos partidos e facções. Outro terreno é o espaço dos estadistas quando, acima da política, está o interesse de todos. Todos. Nessa palavra-chave está a chave do homem de estado. Quem melhor o definiu foi Tiradentes, que se dava como missão trabalhar para todos. Tancredo tem esta marca de pensar em *todos* e toda sua vida é marcada pela palavra conciliação, que é a busca de servir a *todos*.

Tancredo dizia que a conciliação não podia ser confundida com um mero oportunismo, mas como uma opção pragmática e circunstancial. É uma negociação sempre desejável na sociedade pluralista e aberta, para evitar barganha política indesejável, substituindo-a por um meio “legítimo de resolução de conflitos vividos pela sociedade”.

A História tinha preparado Tancredo para essa tarefa, pois ele era um homem que conhecia o Brasil, os homens, a arte política. E só foi possível que se construísse a transição graças a esse conjunto de qualidades que ele encarnava.

Tancredo tinha o trabalho do passado, das crises que vivera. Ele chorara diante do túmulo de Getúlio, falara, comovido, naquela compulsão nacional que foi a morte do Presidente. Tancredo fez um discurso de conciliação, pediu que o Brasil não se dividisse no sangue e no gesto de Vargas. Assim se comportou naquele momento.

Com Juscelino Kubitschek e a crise da maioria absoluta, é Tancredo quem costura, com a sua capacidade, aquilo que depois se tornou a posse de Juscelino Kubitschek. O Presidente assumiu marcado para ser deposto, porque havia uma reação das Forças Armadas, uma reação política muito grande. Por isso, ele saiu do Rio de Janeiro em busca de Brasília, como D. João VI saiu de Portugal para o Brasil por causa das tropas napoleônicas.

Na crise de 61, com a renúncia de Jânio, a solução é construída pela conciliação. Só há um homem para essa tarefa, aceito por todos. E quando se diz que Jango Goulart foi empossado e se criam várias teses para analisar aquela crise, meu testemunho de quem viveu os fatos é o de que foi o penhor do equilíbrio de Tancredo Neves à frente do governo parlamentarista a chave da solução. Ele inspirava confiança. E como ele soube exercer sua capacidade tática de negociar! Como formou um gabinete que, na heterogeneidade, tinha a unidade de objetivos. Quais eram eles? Manter Jango no poder? Uma questão pessoal? Não. Era atravessar uma etapa. E ele fez admiravelmente bem: baixou a temperatura política, impessoalizou sua tarefa, dissolveu as nuvens da discórdia.

Em março de 1978, Tancredo torna-se líder da Bancada do MDB na Câmara. Em novembro, mês em que acaba o bipartidarismo, elege-se senador. Articula, então, a criação do Partido Popular-PP, de centro, que reúne dissidentes do MDB e da Arena, inclusive seu histórico rival Magalhães Pinto. Solução mineira: Tancredo é o presidente e Magalhães o presidente de honra. É a tentativa de criar uma opção de poder de centro, democrática, diferenciada da esquerda e da direita radical. No final de 1981, o governo Figueiredo passa o voto vinculado e abate o PP que, então, reage e se funde com o PMDB. No final de 1978, caíra o AI-5, com a Emenda Constitucional de que fui Relator.

Eleito governador de Minas em 82, Tancredo assume, em março de 83, e prossegue a luta pela redemocratização. “*O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.*” “*Liberdade é o outro nome de Minas.*” Então, age no Congresso, na imprensa, na prática permanente do diálogo e da conciliação. No governo de Minas, acerta com Aureliano Chaves o Acordo de Minas – Aureliano, outro patriota, grande brasileiro, a quem a Nação muito deve. Se um dos dois saísse candidato a presidente, o outro apoiaria. Participa da campanha por eleições “Diretas-Já” para presidente no início de 84. Prega a união nacional. Trabalha exageradamente e diz com ironia: “*Para descansar, tenho a eternidade.*”

Com apoio de amplo espectro ideológico, compõe, costura e aglutina as forças de oposição e dissidentes

do governo como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, eu próprio e muitos outros e sai candidato à Presidência no Colégio Eleitoral. Tece engenhosa articulação dentro do PMDB. Une os diversos grupos e correntes, rompe resistências no seu partido, recebe a adesão do grupo autêntico, atrai o apoio de Ulysses. Dialoga com setores do governo, vai à sociedade civil, dialoga com lideranças militares, quebra resistências, vence manobras políticas. Faz vibrante campanha por todo o País, recebendo a aprovação direta do povo nas ruas e praças, sempre com a bandeira da conciliação nacional, sem revanchismo, como saída para o impasse e a crise.

Transige e negocia. Transforma a energia política da campanha das “*Diretas Já*” em combustível da vitória no Colégio Eleitoral. Faz impensável engenharia política. Coerente, é sempre o moderado fiel à liberdade. Prega mudanças, promete a convocação de assembleia nacional constituinte, pede união e condena o sentimento de represália. O projeto é a democracia. Tranqüiliza todos, militares e civis. Faz o que adora fazer: política. A grande política.

Muitos presidentes, na História do Brasil, assumiram com a vocação de serem depostos. Como Deodoro, Bernardes, Getúlio em 1950, Juscelino, Jango, também posso dizer que fui um Presidente que assumiu com todas as condições para não terminar o seu mandato: não tinha um grande partido, não fora a pessoa que compusera o Ministério, não conhecia os programas de governo. Sempre dizia a Tancredo Neves que eu me preparava para ser o Vice-Presidente fraco de um Presidente forte.

De repente, naquela noite – aqui lembrada e que não quero relembrar para não repetir as amarguras e as emoções que vivi naqueles instantes de tristeza e de comoção –, às 3 horas, o General Leônidas Pires me telefonou dizendo: às 10 horas, o senhor vai assumir a Presidência da República.

Pensem o que é, para uma pessoa de responsabilidade, assumir a Presidência da República, com todas aquelas fragilidades! Meus olhos estavam voltados para o futuro e eu perguntava: o que vai acontecer? O que vamos ter? O que vai acontecer comigo? O que o destino quer fazer comigo? Por que me trouxe de tão longe para, neste momento, desafiar a minha capacidade?

Fui quase que levitando jurar a Constituição. Foi um momento que jamais esquecerei na minha vida e que me marca profundamente. Mas, hoje, 20 anos depois, estou aqui, não com aqueles olhos no futuro, procurando o que ia saber, mas com os olhos no pas-

sado, sabendo que todos fizemos uma grande transição democrática neste País. (Palmas.)

Foi obra de todos nós, foi obra de Ulysses, foi obra de Tancredo, porque Tancredo dava o exemplo. Ele dizia ao Dr. Dornelles que só aceitava ser operado se o Presidente Figueiredo me transmitisse o poder, porque ele lutara por aquilo. Seus olhos estavam sempre voltados para o objetivo de sairmos daquela situação naquele instante. E o Dr. Dornelles, de certo modo, forçando os acontecimentos, disse a Tancredo: “Você pode se operar, porque o Figueiredo vai dar posse ao Sarney.” E ele disse aos médicos: “Então, me operem.”

Esse homem jogava a sua vida pelos interesses do País. Ele não estava pensando simplesmente em tomar posse pela posse; ele estava pensando em tomar posse pelo País. É por isso que acho que a frase de Afonso Arinos é a mais perfeita de todas. Diz: “Na História do Brasil, muitos deram a sua vida pelo País, mas Tancredo é o único que deu a sua morte pelo Brasil.” (Palmas.)

Eu seria injusto se, na lista dessas evocações, não incluísse a figura de Aureliano Chaves. (Palmas.)

E o faço até por um dever pessoal, até por um dever de consciência, porque, quando eu dizia que não aceitava ser Vice-Presidente, que não queria ser Vice-Presidente, ele me chamava e pressionava: “Não se exclua! Se você não for o Vice-Presidente, eu não farei a Aliança Democrática!” Com isso, ele me impunha. E é com a evocação da minha gratidão eterna por ele ter acreditado em mim naquele instante, que tenho a obrigação de lembrar, perante esta Casa, o que foi a presença de Aureliano na junção daquelas nossas forças.

Muitos dos que participaram daquele momento estão aqui. No início, éramos Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira e eu, dentro do PDS. Depois, se agregaram a nós Antonio Carlos, Aureliano, Marco Maciel, e começamos a ampliar de tal maneira esse conjunto, que foi possível chegarmos à decisão que tivemos que tomar.

Mas Tancredo era um homem experiente, sabia que eu não podia ser Vice-Presidente apenas por ser indicado pela Frente Liberal, eu precisava também ter a legitimidade da sua escolha. Ele, então, chamou-me, uma noite, a Minas Gerais, à casa de Murilo Mendes. Dona Risoleta jantava com a senhora Murilo Mendes em uma mesa separada. E disse-me – sabendo que isto não era tudo, mas me legitimando naquele momento: “Sarney, se você não aceitar ser Vice-Presidente, eu talvez não possa sair do Governo de Minas.” Talvez essa fosse uma maneira de falar. E argumentei: “Tancredo, você tem tantos candidatos e pode escolher qualquer

um deles.” Ele respondeu: “Mas você conhece o mapa da mina do PDS.”

Ele julgava que, por eu ser Presidente do Partido, eu conhecia todos os delegados. E ele, então, grande articulador político, legitimava-me na escolha que a Frente Liberal fazia e entregava-me uma missão ainda mais dura, que era a de procurar a maioria dentro do nosso Partido.

Vejo aqui Aecinho – chamo-o assim. Quando ele assumiu interinamente a Presidência da República, como Presidente da Câmara dos Deputados, eu, que passei a me considerar um herdeiro dos compromissos de Tancredo Neves, fui visitá-lo. Quando entrei na sala, ele estava sentado como Presidente da República. E eu disse: “Vim aqui trazer-lhe um presente que você não esperava que existisse, algo que certamente você iria receber. Eu vim trazer um beijo do seu avô Tancredo Neves!” (Palmas.)

Foi o que fiz. Eu o conhecia e via o amor que ele tinha por Aécio Neves. Eu via sempre o carinho. Como ele estaria feliz, hoje, nesta sessão, vendo seu neto como Governador de Minas Gerais, ouvindo que o seu exemplo ficará na História do Brasil, não no seu nome, mas na pedra, no bronze e na eternidade!

Devo prosseguir, mas não poderei ser tão breve como desejava e como todos esperavam que eu fosse.

Quais foram as minhas dificuldades? Devo este depoimento ao Brasil, neste dia. Sempre pensei que eu precisava me legitimar e, muitas vezes, conversei sobre isso com Antonio Carlos. Ninguém pode ser Presidente da República sem ser legítimo. E tracei um plano estratégico de como devia conseguir essa legitimidade. Não fui no escuro. Ninguém pense que eu estava no meio dos acontecimentos como se fosse levado por eles! Não!

Em primeiro lugar, eu tinha de abrir totalmente o País, fazer um pacote político no qual todos os espaços nacionais fossem abertos às forças que emergiam da clandestinidade, dos partidos políticos que estavam banidos. Acabei com as eleições indiretas imediatamente, convoquei a Constituinte e eleições para novembro. Pensaram: “Que coisa mais absurda começar um governo com essas dificuldades e convocar eleições para novembro!” Mas eu pensava que deveríamos abrir espaços para, em vez de violência e gente procurando se afirmar pela força, termos a liberdade florescendo, e para que o País pudesse, respirando esses ventos da liberdade, encontrar-se com seu destino e sua construção. Assim, começamos a fazer essa parte.

O Brasil não era mais uma ditadura, porém estava longe de garantir o pleno exercício da democracia. O

mundo estava cheio de exemplos de transições políticas traumáticas, como em Portugal e na Grécia, para não me referir aos sucessivos abortos institucionais na América Latina. Os próprios processos argentino, chileno e uruguaio preocupavam. Não era possível resolver tudo ao mesmo tempo. O Tancredo tinha um projeto cauteloso de transição. Mas ele chegava ao poder com um cacife político extraordinário, uma verdadeira federação de apoios populares. Podia, portanto, estabelecer prioridades tanto na política como na economia. Eu, não. Eu chegava desamparado à Presidência, numa verdadeira armadilha do destino.

Para legitimar o meu governo, eu tinha de buscar um caminho próprio que me levasse diretamente à opinião pública. Mostrar que eu tinha intenção e estrutura para comandar a transição. Eu resolvi, então, abrir todas as portas à liberdade. Correr o risco de ampliar espaços e estabelecer uma sociedade em condições de retomar a prática da liberdade em todas as dimensões de seu cotidiano. É claro que essa decisão tinha seus custos: 12 mil greves, imprensa com total independência e sequiosa de testar seus limites que, como se viu, eram ilimitados. Legalizei logo o Partido Comunista e convoquei a Constituinte unicameral. O objetivo era claro: romper os bolsões de pressão, criar espaços onde a energia para a contestação fosse liberada. Era o caminho da minha legitimação. Quem melhor compreendeu essa estratégia foi o PT, que aproveitou esses espaços para se consolidar, enquanto os partidos de talhe tradicional disputavam posições de governo em vez de apoiá-lo em um programa e pacto para a transição.

O primeiro dever do Presidente é permanecer no poder e legitimar-se. Esta tarefa era difícil. Alguns ministros nem no olhar me poupavam de saber que não me aceitavam nem por mim tinham simpatia. Foi uma tarefa árdua avançar pouco a pouco, inculcar-lhes a certeza de que não estavam lidando com quem não sabia nem previa o que estava acontecendo e o que seriam agora suas responsabilidades.

As Forças Armadas eram a única instituição capaz de exibir uma posição de força. Só elas têm planos estruturados para uma emergência de crise. As Forças Armadas sempre têm programas para evitar o caos. Naquele momento, elas ainda eram as fiadoras do processo político. Essa foi outra área na qual tivemos o mais absoluto êxito. O que ocorria? Os militares ainda tinham grandes reservas, estávamos saindo de um regime difícil. Então, tive a oportunidade de chamá-los e de estabelecer com eles duas regras, com as quais conseguimos governar. Eles voltaram aos quartéis, profissionalizaram-se e mantiveram as Forças Armadas baseadas na Constituição e na lei, como estão até

hoje, integradas na vida nacional. Foram as seguintes as regras, das quais o General Leônidas, que está aí, foi um dos principais interlocutores: primeiro, seguimos a orientação de Tancredo, que não deseja revanchismo – “a abertura tem que ser feita com as Forças Armadas, e não contra as Forças Armadas.” (Palmas.) – e, com isso, evitamos a luta que podia ser desencadeada. Em segundo lugar, chamei todos os comandantes e disse: “Se sou o Comandante-em-Chefe, o dever de todo comandante é zelar pelos seus subordinados. A partir de hoje, os senhores não precisam mais fazer notas em ordem do dia, falando indiretamente, sobre qualquer assunto”, como sistematicamente se fazia. “Quem fala em nome das Forças Armadas sou eu e serei o seu maior defensor.”

Com isso, atravessamos um período em que não tivemos uma prontidão militar sequer; não tivemos qualquer insubordinação. Assim, foi possível que as Forças voltassem aos quartéis. Demos recursos para que pudessem trabalhar, modernizaram-se e hoje estão integradas à vida nacional, integradas ao poder político, que é a síntese de todos os poderes. (Palmas.)

Um terreno estava à margem da disputa política: a política externa. Concentrei-me nela. Iniciei a prática da diplomacia presidencial amparada por um projeto coerente: o da afirmação de nossa soberania e de nossa inserção na América Latina. Avançamos muito. Firmamos a adesão do Brasil ao Convênio contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes – o Pacto de San José. Criamos, por iniciativa do Brasil nas Nações Unidas, a zona de paz do Atlântico Sul. Iniciamos, no mês de agosto, junto com o Presidente Alfonsín, o Mercado Comum latino-americano com o programa de integração com a Argentina e o Uruguai, e aberto a todo o continente. Promovemos iniciativas bilaterais com os países amazônicos para defesa do meio ambiente. Reatei relações com Cuba. Visitei os EUA, mas também a Rússia e a China. Por três vezes falei na abertura da Assembléia das Nações Unidas. Realizei duas grandes e importantes reuniões históricas neste País, com presidentes do mundo inteiro. Lembro da reunião realizada em São Luís, de oito presidentes dos povos de língua portuguesa. Lembro a reunião que realizamos em Manaus, de sete presidentes de todos os países da Bacia Amazônica. Tivemos participação ativa no Grupo dos Oito, que também ajudamos a fundar. Lutamos nos organismos internacionais por um tratamento político da dívida. E tudo fizemos para que o País pudesse caminhar num tempo de grandes dificuldades, que não foi um tempo somente nosso, mas de todo o mundo que assiste neste instante a grandes transformações.

E, na busca de legitimidade econômica – aqui estão Calabi, que foi da equipe, e Maílson, que foi depois meu Ministro da Fazenda, que sabem disto –, fomos ver o que se tornaria o Plano Cruzado. Mandamos Pérsio Arida a Israel para procurar saber o que estava sendo feito lá, na busca de um plano econômico não ortodoxo, mas heterodoxo. Eu sabia que não poderia fazer um plano ortodoxo, nem seguir nenhuma norma de conduta de cartilha internacional. Se o fizesse, iria optar pela recessão, pelo desemprego, pelo atraso. Recusei-me a fazer isso. (Palmas.)

Partimos para o Plano Cruzado, sabendo de todas as dificuldades. Não iniciei o Plano Cruzado sem saber os riscos que correríamos. Lembro-me – e Calabi está aqui – da noite em que nos reunimos, quando eu disse: “Sei, perante todos os senhores, que estou colocando a minha cabeça na guilhotina, mas temos de ter ousadia. Vamos ousar! Vamos tentar romper essa barreira para tentar dominar a inflação!”

A inflação não foi uma invenção minha, nem do meu governo. O Figueiredo já deixou a desvalorização da moeda perto dos 300% ao ano. No final de meu governo a economia sofreu como nos meses que antecederam o governo do Presidente Lula. A inflação subiu de 5%, em março de 1989, quando começou a campanha eleitoral, para 82%, em março de 1990. Essa inflação não foi minha. Era fruto da expectativa do futuro governo.

Posto muitas vezes diante da alternativa da recessão, minha opção pessoal foi de indexar os salários, corrigindo-os mensalmente. A correção mensal porque era o colchão no qual se apoiavam os assalariados para diminuir o impacto da inflação. Fala-se em inflação com correção monetária e em inflação sem correção, como se fossem a mesma coisa. São coisas impossíveis de comparar. Eu digo que uma inflação de 6% ao ano sem correção monetária, como vinha ocorrendo com o salário do funcionalismo, é mais corrosiva do que a de 80% ao mês daquele tempo, corrigida mensalmente. Pergunte a qualquer trabalhador, com mais de 35 anos, o que ele acha das duas situações. O desemprego caiu de 8% para 2,36%, o menor de nossa História. E qual foi a inflação real em meu governo? O dado é da consultoria Tendências: a inflação em dólares foi de 17,3%.

Cometemos erros e acertos. Reconheço muitos erros que cometi. Foram muitos, muitos erros. Não vou relatá-los, porque levaria muito tempo. Mas, na verdade, em alguns momentos, também tivemos muitos acertos.

Hoje, posso dizer da tribuna do Senado que aqueles não foram anos em que o Brasil recuou, atrasou-se. Ouço, muitas vezes, dizerem que foram anos perdidos.

A década de 80 não foi perdida. Se separarmos os períodos de 1980 a 1985 e de 1985 a 1990, verificaremos que, de 1985 a 1990, obtivemos números na economia que até hoje não foram superados no Brasil. Naqueles cinco anos, crescemos 99% no nosso PIB; chegamos a ter o terceiro saldo exportador internacional, depois do Japão e da Alemanha. A renda **per capita** – tratando sempre de desempenho econômico, para não atrapalhar –, em 1984, era de US\$1,468 e, em 1989, chegou a US\$2,923. Hoje, está em US\$2,789. Isso demonstra que aquele não foi um período de paralisação. Ao contrário, o Brasil avançou, e muito, durante aquele período.

Enfim, saí do governo consciente de que ninguém, naquelas circunstâncias, teria mais desejo de acertar do que eu tive. Por exemplo: o déficit primário do Tesouro, em 1984, foi de 2,58% do PIB e, quando saí, deixei um superávit primário de 0,8%. Buscávamos o equilíbrio.

Vejamos outros dados:

A dívida externa passou de 123 para 99 bilhões de dólares; de 37,5% para 24,8% PIB.

Na energia elétrica, a produção cresceu 24,1%; o número de consumidores cresceu 22,3%; os investimentos foram da ordem de 29 bilhões de dólares.

Passamos do oitavo para o sétimo lugar em economia industrial no mundo.

No petróleo, passamos de 2,7 bilhões de barris para 8 bilhões.

Tivemos três safras agrícolas recordes, passamos de 50 para 70 milhões de toneladas de grãos.

Em estanho, com 400 mil toneladas, passamos a ser o maior produtor do mundo.

Em manganês, multiplicamos por 4 nossa produção, chegando a 810 mil toneladas.

A Siderbrás passou de quinto para segundo maior grupo siderúrgico do mundo.

Passamos de oitavo para sexto produtor maior produtor mundial de aço.

Nosso desafio passava por uma modernização da administração pública. Melhorei a eficiência do serviço público, dando aumentos reais ao funcionalismo, além do 13º salário. Criei a ENAP, a Escola Nacional de Administração Pública, seguindo o modelo francês, na tentativa de criar uma carreira geral do serviço público, e começamos a implantar a isonomia salarial.

Extingui a conta de movimento do Banco Central no Banco do Brasil, unificamos totalmente o Orçamento Geral da União, com a inclusão de todas as despesas de natureza fiscal, inclusive as realizadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, como as operações de crédito rural, criamos a Secretaria do Tesouro Na-

cional. Criei o SIAFI, abrindo as informações sobre o Orçamento.

Abrimos o País para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo. Demos mais de 113 mil bolsas de ensino superior, mais que o total dos 33 anos de existência anterior do CNPq.

Reformulamos a política nuclear, redimensionando-a, adequando-a às reais necessidades e possibilidades do País. Lançamos as bases para uma política de química fina e biotecnologia.

Na área dos transportes, foram restaurados 11 mil e 700 quilômetros de rodovias, pavimentados 4 mil e 508 quilômetros de estradas vicinais, e executados mais de 7 mil e 100 quilômetros de revestimento primário. Passamos de 7 para 12 mil o número de postos de correio.

Houve um aumento de mais de um milhão de hectares da área irrigada, o que significa a ampliação de 56% do que se fizera até então.

Começamos a reforma agrária. Transformamos o programa em ministério no meu Governo. O nome sugerido era Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Eu disse: “Não. Vamos chamar de Ministério da Reforma Agrária, porque essa palavra é maldita; temos de colocá-lo na ordem do dia do Brasil” – peço o depoimento do Nelson Ribeiro, que está aqui presente, e que sabe que foi isso que ocorreu. Desapropriamos 4 milhões e 500 mil hectares, além da regularização fundiária de 4 milhões e 300 mil hectares, 10 vezes mais do que havia sido feito nos últimos 21 anos, desde a criação do Estatuto da Terra. Foram mais de 200 mil famílias beneficiadas.

O meio ambiente, o futuro do homem na face da Terra, a proteção da natureza passaram a ser prioridade e um tema dominante em nossas preocupações. Criamos o programa “Nossa Natureza” e o IBAMA. Criamos 6 milhões de hectares de reservas ambientais.

Até nosso governo, desde Rondon, haviam sido demarcados 12 milhões de hectares de reservas indígenas; nós demarcamos 32 milhões de hectares.

Com o Programa Calha Norte, livramos a Amazônia do narcotráfico, do contrabando, do refúgio das guerrilhas, protegemos as populações e transformamos fronteiras mortas em fronteiras vivas.

Até então, no Brasil, administrar era sempre tratar de infra-estrutura, dos grandes problemas de constru-

ção. A partir dali, colocamos a área social em evidência, e daí o nosso lema “Tudo pelo social”.

Transformei a Presidência numa grande gerência de programas especiais de combate à pobreza. Mandei pesquisar e identificar, município por município, quais as dificuldades mais prementes sofridas pela população. Foram definidos 16 projetos de ajuda direta às comunidades carentes, dirigidos por agentes das próprias comunidades, como as pastorais, escolas, entidades assistenciais, etc. A mais radical diminuição da pobreza, no Brasil, ocorreu durante o meu governo. Por causa, evidentemente, dos programas de ação comunitária de ação direta, sem intermediação política ou administrativa. 26 milhões de pessoas foram beneficiadas com o vale-transporte; 18 milhões de beneficiados, diariamente, com o vale-refeição; 7,6 milhões de famílias atendidas diariamente pelo programa do leite; 11 milhões de crianças, gestantes e nutrízes no programa de alimentação suplementar; 2 milhões de crianças nas creches casulos; 50 milhões de estudantes e 8 milhões de irmãos de estudantes atendidos pela merenda escolar, que passou de 140 para 260 dias; e assim por diante. A farmácia básica da CEME atingiu 50 milhões de pessoas com seus 44 medicamentos. A mortalidade infantil foi reduzida em 41% graças ao programa de saúde na comunidade. (Aliás, fiquei satisfeito de, em entrevista recente, Maria da Conceição Tavares atribuir a diminuição da mortalidade infantil nos últimos anos ao meu Programa do Leite.) 230 mil voluntários foram mobilizados nesses programas...

Criamos a universalização da saúde. Antes, no Brasil, o excluído – essa é a palavra que designava o trabalhador que não tinha carteira – não podia tomar uma injeção. Só podia recorrer às Santas Casas. A partir daquele tempo, criamos o direito de universalização da saúde, o direito à saúde e o direito à assistência médica.

Nós, por um sistema de liberdade e de capilaridade, conseguimos que a sociedade brasileira como um todo se tornasse democrática. Abriam-se os sindicatos, abriam-se as universidades, abriu-se a imprensa, abriam-se todos os clubes de associações de bairros. Ninguém tinha medo, e o Brasil tornou-se uma sociedade democrática.

Esse é o grande legado daqueles cinco anos que Tancredo nos deixou, dos quais fui o executor. Foi o legado de não somente restituirmos instituições democráticas ao Brasil – não voltou somente o Congresso a funcionar plenamente, não voltou somente a funcionar a imprensa em sua absoluta liberdade –, mas de começarmos a ser uma sociedade democrática.

Muitos países que fizeram a abertura democrática naqueles anos não construíram sociedades democráticas. Vamos citar o exemplo do Chile: até hoje, o país tem hipotecas militares e luta para sair delas. Há o exemplo da Espanha, que todos dizem que teve êxito. A Espanha até hoje vive no sangue das divisões, sem conseguir unir-se em um país. Nós, aqui, mantivemos, com forças as mais divergentes, um País unido em uma transição que, como já se disse hoje, foi a mais bem-sucedida de todas.

Portanto, olhar para esses vinte anos que passaram é perceber que as forças políticas brasileiras foram capazes de atravessar um período histórico dos mais difíceis para que o País começasse uma nova vida e um novo momento. De tal modo que, já em 1989, tínhamos um candidato à Presidência da República que era operário e que quase ganha a eleição. Chegou muito perto do primeiro colocado. Por quê? Porque a sociedade havia mudado. Se a sociedade não tivesse mudado, isso não existiria; sem a conquista da liberdade, isso não ocorreria; sem a conquista do social, isso não seria possível. E, quando se fala em construção das elites, vamos verificar que as elites, em especial as políticas, participaram juntas na construção dessa sociedade democrática.

Não devo me alongar mais. Tomei umas notas, mas não posso fazer um balanço de governo aqui, no Senado, em uma sessão como a de hoje. Quero apenas fazer alguns agradecimentos.

O primeiro agradecimento é a Ulysses Guimarães. Ulysses, que, como eu ressalvava, ontem, no programa Roda Viva, foi meu conselheiro de todas as horas. Ele liderara a oposição durante os difíceis anos do regime militar. Fora a grande força durante as *“Diretas Já”*. Era o fiador da Aliança Democrática, obra, também, de sua capacidade de articular.

Mas devo dar aqui meu testemunho sobre o seu desprendimento naquela noite terrível de 14 para 15 de março de 1985. Em nenhum momento ele colocou os interesses pessoais ou partidários acima dos interesses da transição. Ele podia, com legitimidade, avocar para si a Presidência da República. Em torno a ele, muitas eram as vozes que propunham essa solução. Convencido de que a Constituição e o processo indicavam meu nome, foi o primeiro a insistir comigo, a me dizer que era o meu dever tomar posse.

Depois, durante os anos de meu governo, sempre teve um papel central. Conduziu a Assembléia Constituinte e foi um apoio decisivo na construção da sociedade democrática.

Quero finalmente pedir licença para citar os nomes dos meus Ministros que aqui estão.

Quero agradecer ao Célio Borja; quero agradecer ao Pertence, que foi Procurador-Geral da República. Foi quando começou todo o processo que transformou o Ministério Público, com a ação civil pública. Quero também saudar o Fernando Lyra. Quero saudar o General Leônidas Pires Gonçalves, que eu conhecia desde o tempo de major – agora é que ele está sendo promovido a coronel –, e que foi um grande auxiliar também durante o meu Governo, com os outros Ministros militares.

Quero me dirigir ao Dr. Francisco Dornelles, também pessoa muito ligada a Tancredo, seu sobrinho querido, que muito me ajudou não só naquele tempo como depois, tendo sempre uma compreensão muito grande das minhas dificuldades e dos meus deveres. A Vicente Fialho; Aníbal Teixeira; a Antonio Carlos Magalhães, a quem devo uma palavra especial pela velha amizade que durante tanto tempo nos une e que, mais do que Ministro, era sempre um conselheiro que eu tinha ao lado. Certa vez, eu o ouvi dizer que tinha um grande respeito pelo Presidente da República. Sempre teve e passou a ser muito formal. Isso, aliás, é também atitude dos militares. O Leônidas sempre me chamava de Zé. A partir do dia em que me tornei Presidente, ele dizia: “O Senhor Presidente.” Nunca mais me chamou de Zé. O Antonio Carlos, um dia, me disse: “Tenho o meu temperamento” – e acrescentou, modesto –, “mas o seu deve ser melhor do que o meu, porque você já foi Presidente da República!”

Quero lembrar também a Marco Maciel, que aqui está presente; a João Alves; a Paulo de Tarso Flecha de Lima; a Paulo Lustosa; a Jorge Bornhausen, com quem criamos 150 escolas técnicas no Brasil inteiro; a Prisco Viana; a Maílson da Nóbrega; a Waldir Pires; a Pedro Simon; a Flávio Peixoto; a Dante de Oliveira; a Seigo Susuki, admirável colaborador.

Também devo lembrar Leopoldo Bessone; Pimenta da Veiga, que foi Líder do meu Governo; Marcos Vilaça, um grande colaborador; Arthur Virgílio, que também foi Líder naquele tempo; General Bayma Denys, a quem devo grande gratidão pelo apoio que me deu e com quem formulei uma nova política nacional de segurança, na qual colocamos a inversão das prioridades brasileiras, o que possibilitou a ausência de problemas no Sul do Brasil para voltarmos os olhos para a fronteira dos nortes, onde começava a nova ordem mundial.

Quero também agradecer a presença de Celina Ferro Costa, esposa do Ferro Costa; quero também citar, como colaborador e amigo daquele tempo, Mauro Santayanna; Mauro Salles; Dona Antônia Gonçalves, uma secretária muito dedicada a Tancredo, que também aqui está; Joaquim Itapary; Brigadeiro Morei-

ra Lima; o nosso Raphael de Almeida Magalhães, o nosso grande Raphael, que sempre foi um homem de idéias; Iris Rezende.

Também quero lembrar, com muito pesar – V. Ex^{as} me desculpem, porque é da minha obrigação, embora o tempo realmente esteja longo –, aqueles que morreram, que desapareceram, mas que deram uma grande contribuição ao meu Governo e que trabalharam comigo.

Recordo, em primeiro lugar, Dilson Funaro. (Palmas.)

Recordo José Hugo Castelo Branco. (Palmas.)

Chamo Marcos Freire. Recordo Roberto Cardoso Alves, Roberto de Abreu Sodré, Renato Archer, Carlos Sant'Anna, Celso Furtado. (Palmas.)

Há dois dias, perdemos um dos homens mais importantes que o Brasil já teve, um grande colaborador, o Almirante Henrique Sabóia, um grande patriota. (Palmas.)

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me despedir desta tribuna e dizer que conseguimos deixar para o País, por herança de Tancredo Neves, um grande legado democrático. Esse legado aí está consolidado, e eu, que assumi o Governo pensando que a democracia podia morrer em minhas mãos, saio desta tribuna dizendo que, graças a Deus, nas minhas mãos a democracia não morreu nem retrocedeu no Brasil. Ela floresceu para torná-lo o grande País democrático que é e para nos transformar na grande sociedade democrática que somos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe, Valmir Amaral, Ney Suassuna e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa alusivos às comunicações, que serão publicadas na forma do art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre tantos oradores da sessão especial de hoje – alguns dos quais foram testemunhas e artífices da redemocratização do País –, cabe-me agora a honra de também participar da celebração do acontecimento político mais importante da vida brasileira, nas últimas quatro décadas.

Prestar esta homenagem à reconquista de democracia, à memória de seu líder mais insigne, Tancredo de Almeida Neves, e a todos os que lutaram pela redenção política do Brasil, significa para mim – um representante de Minas Gerais nesta nobre Casa – recordar essa árdua e memorável caminhada.

Do mesmo modo que para a maioria dos brasileiros, 15 de março de 1985 marcou minha lembrança como o dia da vitória do movimento.

A par de inúmeros outros episódios decisivos da vida nacional, a participação de Minas Gerais na redemocratização foi especialmente relevante, porque a catalisou!

Catalisar, porque a verdadeira política mineira participa e estimula as mudanças e reações da política brasileira, sem alterar a sua substância. Coloca seus melhores homens a serviço do Brasil, sem lhe cobrar glórias nem contrapartidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a razão pela qual friso que o significado da presente sessão é o da valorização da política e dos políticos como expressão legítima de uma sociedade livre e democrática.

Foi a Política, com “p” maiúsculo, que levou milhões de brasileiros a ir para as ruas e praças deste País exigir o retorno do Estado Democrático de Direito; uma luta grandiosa porque foi pacífica; e pacífica porque foi grandiosa!

O longo e duro caminho culminou no dia 15 de março de 1985, quando José Sarney assumiu o mais alto cargo da República, como primeiro Presidente civil eleito pelo Congresso e representantes das Assembleias Legislativas. Vinte anos de tenaz resistência haviam passado desde que o Arbítrio assumiu o Poder em 1964.

Assim, é forçoso reconhecer que a redemocratização teve longas e profundas raízes no solo da História.

Formaram as raízes a paciente, experiente e perseverante resistência agrupada no legendário MDB, bem como a paixão dos que se entregaram à contestação e até à equivocada opção pelo confronto.

Pelo caminho da resistência pacífica e pelo da reação temerária, muitos dedicaram suas vidas e alguns chegaram a sacrificá-las para que, afinal, a democracia voltasse a vigorar plenamente no Brasil.

Porém, é preciso destacar que, a opção pela via pacífica e parlamentar viabilizou tal reconquista, a partir da resistência perseverante de políticos, líderes, militantes, religiosos, Imprensa, estudantes, sindicatos e entidades sociais.

Não prevalecesse essa opção, seguramente o 15 de março de 1985 poderia ter sido o dia que não existiu! E o calendário da história do Brasil, apesar do que já vinha mudando no cenário político, possivelmente teria se datado por acontecimentos erráticos, se não funestos.

Os mudancistas achavam-se em situação tão sensível que, na madrugada daquele dia inesquecível, não tinham ainda certeza do que aconteceria ao País.

Poucas horas antes da posse, havia irrompido a trágica notícia de que Tancredo Neves, o Presidente eleito, não podia assumir o poder porque acabara de ser submetido a uma inesperada e melindrosa cirurgia.

E a certeza da redemocratização transformou-se subitamente no vácuo da insegurança e do medo de que o sonho, que ainda se iniciava, poderia terminar.

Embora Tancredo Neves estivesse nessa terrível situação, o seu espírito pautava, sem o saber, as decisões políticas que se tomavam durante a angustiante e triste emergência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta política contra o regime autoritário, mesmo nas condições adversas que este impôs, com a extinção dos partidos, as brutais e seguidas cassações de mandatos e direitos, e com as restrições às liberdades públicas e individuais, foi aceita.

A oposição avançou, passo a passo, e fortaleceu-se em disputas notáveis, tanto para o Congresso e Assembléias Estaduais, quanto para os governos dos Estados e até para a Presidência da República.

Destaque-se a eleição de 14 senadores opositores, em 1974, e vários governadores também da oposição, em 1982. Antes, já havia o aumento substancial e progressivo da representação na Câmara dos Deputados. Por um lado, comprovou tese da resistência pela via parlamentar, e por outro terminou por amedrontar o governo militar e levá-lo a editar o Pacote de Abril, fechando o Congresso.

Nunca esmoreceu a luta pelo retorno ao Estado Democrático de Direito! A oposição lançou anticandidatos a Presidente da República, com Ulysses Guimarães concorrendo com o general Ernesto Geisel e o general Euler Bentes disputando com o general João Figueiredo.

A campanha das Diretas Já, simbolizada pela emocionante personalidade do senador Teotônio Vilela, teve a participação de líderes nacionais – entre eles, o ex-Presidente Fernando Henrique, o Presidente Lula, o Deputado Pimenta da Veiga, o hoje prefeito José Serra e o ex-governador Miguel Arraes.

Essa foi uma das mais fortes e impressionantes manifestações já realizadas no Brasil republicano.

Como pode testemunhar aqui, nesta sessão, o ilustre neto e então secretário-particular de Tancredo, Aécio Neves – hoje talentoso Governador do Estado de Minas Gerais – o grande líder mineiro, a exemplo de seus companheiros de oposição, empenhou-se para que fosse vitoriosa a emenda Dante de Oliveira,

destinada a restituir o direito do brasileiro escolher livremente seu presidente.

Entretanto, parlamentar que conhecia a exata correlação de forças no Congresso, Tancredo previa a possibilidade de derrota da emenda. Para que não se perdesse o impulso popular das Diretas Já, havia percebido a necessidade da alternativa da eleição de um opositorista pelo Colégio Eleitoral.

Essa alternativa começou pela eleição do Senador Tancredo Neves para o governo de Minas, em 1982, que empolgou o Estado.

Tão logo Tancredo assumiu, Belo Horizonte se tornou o destino de políticos dos mais diversos partidos, já reorganizados ou legalizados após a anistia. Pacientemente e com o suporte quase integral de todos os líderes partidários de Minas, iniciou a articulação de apoios nacionais à candidatura ao Colégio Eleitoral.

Antes mesmo de se desincompatibilizar do governo do Estado, Tancredo Neves contou com o trabalho persistente de seu vice-governador Hélio Garcia, prefeito de Belo Horizonte, que saiu pelo País a angariar o apoio de governadores e lideranças estaduais, que tinham representantes no Colégio Eleitoral.

Outros grandes líderes se perfilaram na resistência desde o primeiro momento: os ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart na formação da Frente Ampla! Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas, Thales Ramalho, José Richa, Humberto Lucena, Freitas Nobre, Henrique Santillo.

Citem-se também os mineiros Renato Azeredo – de quem tenho orgulho de ser filho –, Sebastião Paes de Almeida, Edgar da Mata Machado, Jorge Ferraz, Camilo Nogueira da Gama. E mais, ISr^{el} Pinheiro, José Maria de Alckmin e Pedro Aleixo – que ficaram na Arena, mas não se submeteram aos excessos do regime militar!

Outras opções de resistência foram Leonel Brizola, Darci Ribeiro, Luís Carlos Prestes, Rubem Paiva, Carlos Lacerda – que se uniu à Frente Ampla – e tantos mais.

A sessão especial de hoje deve um preito de admiração e gratidão pelo que os resistentes de todos os matizes fizeram em favor da redemocratização.

Mas igualmente se deve – e muito – a ilustres brasileiros que aqui estão presentes: os nobres Senadores Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Pedro Simon, que foram Ministros de Tancredo Neves e José Sarney.

Ilustres nomes gravaram-se na História, como Petrônio Portela – que no Congresso foi, ao lado do opositorista Thales Ramalho, o principal articulador governista da abertura – e João Calmon, Nelson Marchezan, Aureliano Chaves.

A Aureliano cumpre-me, como Senador por Minas, homenageá-lo de forma especial. Íntegro e corajoso, arrostou a situação da época e, embora vice-Presidente da República, liderou a criação da Aliança Democrática, que possibilitou a fundação do Partido da Frente Liberal e o apoio de diversos dissidentes a Tancredo.

Ainda quando era Governador de meu Estado, Aureliano Chaves assumiu a linha de frente para defender Ernesto Geisel das tentativas de setores radicais do regime em golpear a abertura em andamento!

Com o avanço da redemocratização, apesar da derrota da campanha das Diretas Já, o nobre e saudoso líder mineiro ajudou a articular a composição do PFL com o PMDB.

Daí resultou na escolha do hábil e competente José Sarney como candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985.

Uma homenagem especial deve ser feita igualmente ao Deputado Ulysses Guimarães, que ilustra a galeria dos mais importantes vultos da história republicana brasileira, certamente como o mais tenaz e desprendido condestável político.

Ulysses e Tancredo Neves interpretaram um dueto inesquecível sobre a sabedoria, a habilidade e perseverança políticas.

Para viabilizar a redemocratização, Tancredo costurou artesanalmente a ampla aliança que ajuntou até ex-adversários, inclusive gerais abertos ao entendimento, como Leônidas Pires Gonçalves e Reynaldo Mello de Almeida.

Assim eram Tancredo, na retaguarda da persuasão e das articulações, e Ulysses, na vanguarda das frentes de luta junto ao Congresso e à opinião pública: um não existiria sem o outro, e o Brasil, sem nenhum dos dois!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ulysses, embora fosse dirigente do maior partido da oposição, abriu mão de ser o candidato da transição; depois, aceitou não disputar o Colégio Eleitoral; e, por fim, não levantou objeção a que José Sarney, o vice-Presidente eleito, tomasse posse do mais alto cargo da República, durante o impedimento de Tancredo Neves – que muitos ainda esperavam ser temporário.

A serenidade e prudência com que Sarney conduziu os passos iniciais e efetivos da redemocratização, rumo à Constituinte de 1988 e logo depois à primeira eleição direta para a Presidência da República, comprovaram que se tratava de um resgate político-institucional consolidado e já inscrito na História.

A História não é, portanto, obra de um só, por mais importante que este seja! Nem obra que começa

do zero, como alguns narcisos da política pretendem, hoje, fazer crer!

Esses têm a pretensão de reformar o País e até o mundo, ignorando e menosprezando os alicerces e as paredes levantadas no passado, com trabalho duro e sacrifícios, dos quais os pretensiosos sequer quiseram participar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, homenagear o retorno à democracia em nossa pátria e a memória dos que lutaram por ela é a ocasião de celebrarmos a verdadeira política!

Sem a livre manifestação de opinião e de organização, sem o respeito às garantias e liberdades públicas e individuais e sem o pleno Estado de Direito, não há política digna deste nome!

Um marco irreversível foi alcançado pela redemocratização de 1985. Agora é necessário o aperfeiçoamento da representação e organização partidárias e que se assegurem maior estabilidade, previsibilidade e modernidade na atuação dos três Poderes da República.

Esse é um excelente começo e plataforma para o Brasil lançar-se a projetos de maior porte, como o desafio de proporcionar a todos os cidadãos acesso à educação, à saúde e saneamento, à habitação, ao transporte, à segurança e à justiça.

A democracia só se dará com o desenvolvimento e o bem-estar de toda a Nação!

Muito Obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é dia de comemorar e celebrar.

Há vinte anos tomava posse, perante o Congresso Nacional, o primeiro Presidente da República civil depois de mais de vinte anos de ditadura militar.

Encerrava-se um ciclo histórico, e, mais que isso, terminava um processo que amadureceu com a adesão consciente de todo o povo brasileiro.

São fatos históricos recentes, arraigados ainda na crônica política contemporânea e na memória de todos os brasileiros.

O dia 15 de março de 1985 marcou a inversão de um processo de temor cívico, na medida em que a ditadura já conseguira, quase que de forma definitiva, inocular o medo na consciência e no coração dos brasileiros, e este dia significou a reversão desse processo de terror, negação e antítese de todos os postulados republicanos.

Por isso, Sr. Presidente, embora tributando todas as homenagens aos brasileiros ilustres que emprestaram destemor pessoal e abnegação patriótica à construção desse dia, entre eles, e nomeadamente, os Presidentes Tancredo Neves e José Sarney e o Depu-

tado Federal e ícone do PMDB, Ulysses Guimarães, embora tributando a todos a expressão de nossas homenagens, creio que o dia de hoje deve ser mais pensado que festejado, deve ser menos louvado para ser mais refletido, com a prudente ponderação dos que dele queremos tirar lições para a vida política do nosso País de hoje, e para as gerações do amanhã.

Todos temos ainda bem presentes os fatos, episódios que marcaram os anais políticos daqueles tempos.

A Nação reagia contra a intolerância, o cerceamento das liberdades públicas levava a abusos inomináveis, o amordaçamento da imprensa, a tutela sobre o Judiciário e o processo eleitoral artificial despertaram a convicção de que se exaurira o mínimo respeito que se deve tributar às instituições, as quais, por isso, não mais serviam ao País. As instituições se tornavam, em vertiginoso processo de aceleração, instrumento de dominação, perpetuação de poder, e manutenção de estratificação política e social a mais anacrônica e perversa.

O resultado de tudo foi percebido por quantos ainda tinham a boa vontade de pensar o País com consciência patriótica. E logo essa percepção tomou as ruas e as praças, empolgando as multidões na memorável campanha das eleições diretas, atestado de óbito do medo que ameaçava os brasileiros.

A partir daí, da reversão do medo, a opção pela reconquista democrática se tornou avassaladora, tendo sido usado o Colégio Eleitoral, último instrumento da intolerância, como sepultura do arbítrio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando afirmo que esta data deve ser, não tanto festejada, mas especialmente ponderada, pensada e refletida, observo que a opção democrática seguida naqueles tempos de vinte anos atrás teve de pronto um objetivo, qual seja, a convocação e realização de uma soberana Assembléia Nacional Constituinte.

Isso se fez, mas aquela sombra do medo ainda escurecia os horizontes políticos. Saíra o País há muito pouco tempo de práticas de pavor, de liberdade sufocada, tortura e sangue de brasileiros, prisões arbitrárias, exílios. A ditadura deixara marcas profundas, inclusive na proteção de privilégios de alguns poucos, obviamente os já mais ricos, em detrimento da submissão de milhões, naturalmente os mais fracos, desafortunados e excluídos da riqueza nacional.

Hoje podemos ler a Constituição, que saiu daquela Assembléia com os traços profundos ainda desse

medo. Pretendeu-se, com a Carta, evitar, banir, renegar o passado, mas não se fitou com precisão para o futuro. As já mais de 40 emendas que o Congresso aprovou nesses menos de vinte anos de sua vigência são testemunho de que a Constituição se fez para o ontem daqueles dias, e não para o amanhã do Brasil.

Não é possível, Sr. Presidente, atribuir culpas e responsabilidades aos constituintes, pois a Carta foi redigida, repito, ainda sob a visão fantástica da intolerância, afastada, mas não definitivamente domada e eliminada da vida política brasileira, mesmo que de anseios mais retrógrados.

Nem é de se atribuírem culpas, nem responsabilidades, porque o grande resultado desses vinte anos, que deve mesmo ser comemorado e festejado, é a consolidação das instituições democráticas, ou, mais precisamente, o peremptório fim do ciclo do medo, posto que a opção autoritária nem sequer é cogitada com um mínimo de seriedade no Brasil de hoje.

Mas a reflexão que se impõe, depois de feito o registro laudatório desse enorme feito político, a reflexão que hoje nos deve ocupar não se circunscreve à celebração da posse do primeiro Presidente civil do Brasil redemocratizado.

É preciso, Sr. Presidente, reabrir o amplo debate nacional, de que foi instrumento eficaz a Assembléia Nacional Constituinte, reabrir o debate, desta vez acerca de um projeto nacional bem definido, com começo, meio e fim, o qual reescreva o pacto de convivência social entre todos os brasileiros, sem exceção alguma, com as conseqüências econômicas que disso necessariamente advêm.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reconhecemos, até com alguma afoiteza e ousadia, por estarmos procurando haurir das comemorações de hoje o ensejo de proclamar a ingente necessidade de mais essa ampla, livre e soberana discussão nacional, que, como naqueles tempos, o Brasil vive dias de intensa e sôfrega busca.

Há vinte anos, o tema político dominava o debate, porque as instituições estavam destroçadas e era preciso recompô-las, até para que se instaurasse o espaço político do diálogo legítimo, do embate e da discussão fecunda e fértil.

Isso se fez, embora ainda clamem por aperfeiçoamentos os mecanismos eleitorais, para que surja, transparente, a legitimidade e a autenticidade da representação popular.

O que se tem convencionado chamar reforma política é questão que precisa vir urgentemente para o centro de todas as atenções nacionais. Há vinte anos exigiu o Brasil que a prática política não exibisse mais as marcas do sangue das torturas e das prisões. Hoje o Brasil exige também que as mãos dos que se investem na direção da República, em todos os níveis, possam igualmente exhibir mãos isentas do azinhave da corrupção e da fraude.

Para isso, Sr. Presidente, a discussão deve envolver aquele projeto de redefinição social e econômica do pacto de convivência coletiva, para que não haja brasileiros mais brasileiros que outros, na medida em que alguns, economicamente prósperos, são livres politicamente, enquanto outros, indigentes e servos da pobreza, não podem ser livres para participar efetiva, legítima e autenticamente das deliberações nacionais.

Com tais reflexões, Sr^{as} e Srs. Senadores, associo-me aos tantos que celebram este 15 de março, esperando que não seja apenas marco de calendário para comemoração de feitos do passado, mas incentivo e estímulo para que, a partir da celebração que revive esforço, destemor e abnegação dos líderes e de todos os brasileiros que construíram aquelas vitórias, possamos hoje olhar para o futuro, aproximando-nos do dia em que a paz social, desenvolvimento e justiça sejam patrimônio inalienável de cada e de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço parte de uma geração que conheceu durante a sua juventude a primeira experiência democrática que o Brasil conheceu, entre 1945 e 1964.

Assistíamos, durante esse período histórico, à emergência de novas formas de democracia, que não mais se expressavam apenas como fenômeno político, mas também como um fenômeno cultural.

Essa expressão cultural da democracia era um fenômeno que permeava os países desenvolvidos da época, cujos reflexos chegavam até nós. As idéias que a embasavam eram resultantes dos trágicos conflitos que marcaram a primeira metade do Século XX – duas grandes guerras mundiais.

A nova visão de democracia tinha suas raízes mais assentadas na sociedade organizada, incorporando antes as reivindicações dos mais diversos seg-

mentos da sociedade, muitos deles emergentes, do que uma forte presença do Estado.

A visão de democracia embrionária dos fecundos anos 50 e 60 darão origem a movimentos contestatórios que se afirmarão posteriormente, nos anos 80 e 90, em todo o mundo: movimentos feministas, ecologistas, pacifistas, autonomistas, minorias regionais – índios, ribeirinhos, seringueiros – e étnicas, liberdade de preferência sexual, direito à diferença, direitos humanos, ao alojamento, à escola, à saúde, à terra, à humanização dos hospitais, inclusive psiquiátricos.

Essas microrrevoluções culturais detestam as hierarquias, têm uma exigência de liberdade, de afirmação dos indivíduos e de identidade de grupos.

Pois é durante essa fase de afirmação, ainda que embrionária, de novas formas de expressão democrática, que o Brasil sofre o golpe de 1964.

Os jovens, que na época viviam o período democrático de 1945–1964, repudiavam o caráter arcaico e injusto de nossa sociedade. Tinham expectativas de mudar as estruturas opressoras de nossa sociedade, alcançar a independência da nação, em face dos países dominantes.

De um momento para outro, o regime militar instalado no Brasil, com apoio de largos segmentos da sociedade brasileira que pretendiam manter o **status quo**, os seus privilégios, cala a boca de todos e, particularmente, a boca dos jovens, que haviam aprendido a falar, a exprimir-se democraticamente.

Silenciam a ferro e a fogo todos aqueles que traziam em suas ações os novos ventos de liberdade, de equidade e de justiça, bem como cercearam o espaço de segmentos sociais que surgiram durante a evolução social e econômica do País, desde que, a partir de meados do século XIX, deixava de se compor apenas de senhores e escravos.

Atravessamos, portanto, 21 anos de ditadura. E ela finalmente veio abaixo. Até chegarmos lá, passamos por um longo processo, de que participaram os mais diversos atores sociais e políticos, desde os que preferiram enfrentar os agentes do arbítrio na luta armada e os que o fizeram das tribunas até os que contribuíram para a evolução do processo político.

É necessário salientar que a conquista da redemocratização não decorreu do gesto de um demiurgo, mas da participação de todos esses segmentos, de todos esses cidadãos.

Hoje, sem dúvida, vivemos todos bem melhor do que sob os anos de chumbo. Temos uma democracia

formal, com voto livre e direto, com representação política, com liberdade de imprensa e de expressão.

O processo a que aludi, porém, permanece. Está claro para os brasileiros que a verdadeira democracia não se esgota em uma concepção de Estado, mas se refere a uma concepção de sociedade.

É o que explica o sentimento de frustração que se pode perceber hoje entre os brasileiros, especialmente entre os mais jovens. Acreditou-se que o processo de redemocratização estaria completo quando elegêssemos novamente um presidente pelo voto direto. Não foi o que ocorreu, infelizmente. Afirmou-se que a abertura econômica seria um passo significativo. Não foi. Apostou-se em uma mudança de modelo, a ser conquistado na última eleição presidencial. Isso não se confirmou.

A verdadeira democracia precisa de algo mais.

Tivemos a experiência dos países do leste, com economia estatizada. Sua erosão e queda mostraram que também esse não seria o caminho a seguir. Evoluímos para outra direção, um fundamentalismo de mercado que se revelou, da mesma forma, uma fonte de frustração. Precisamos nos afastar desse tipo de concepção.

Precisamos de nosso próprio projeto de sociedade, que deve ter um desenho democrático que corresponda à liberdade, à diversidade, à solidariedade e à equidade. Temos como buscar esse novo modelo de autonomia. O Brasil conta com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e com 180 milhões de habitantes. Um dos maiores territórios do mundo, com uma grande população, mas sem densidade demográfica elevada. Temos recursos naturais, uma biodiversidade que constitui patrimônio inigualável, base para evoluir na pesquisa científica, capacidade de trabalho.

Podemos assim caminhar para a verdadeira democracia, com controle da ação do Estado e com a mais ampla participação de todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o escritor inglês George Orwell, autor do clássico livro intitulado **1984** – um libelo contra toda forma de arbítrio –, mostra-nos a estreita conexão entre liberdade e linguagem. Em um momento em que se apresentam consolidados a ordem constitucional e o Estado de Direito, vão ficando distantes aqueles tempos sombrios em que o autoritarismo solapava os direitos

civis e políticos mais básicos. Em conseqüência, hoje em dia, já não se fala mais tanto na importância do processo de redemocratização. É preciso, assim, Sr. Presidente, relembrar. E relembrar para não esquecer! É por esse motivo que saúdo a iniciativa desta Casa em instituir Sessão Especial para comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil.

Os manuais de história recente do Brasil são confluentes ao dividi-la em duas fases. A primeira corresponderia ao processo de superação do chamado entulho autoritário, ou seja, dos traços antidemocráticos do regime militar. São marcos dessa fase, principalmente, a elaboração da Constituição Cidadã de 1988 e a eleição presidencial de 1989. A segunda fase é marcada pelos esforços em restaurar a cidadania, moralizar a vida pública e consolidar as instituições democráticas. Os principais marcos seriam a CPI sobre a atuação do Sr. Paulo César Farias, o PC, o *impeachment* de um ex-Presidente, e a CPI do Orçamento.

Quero destacar, contudo, neste curto espaço de tempo, o papel de três personagens que já se inscreveram na História Pátria.

Primeiro, falarei do mineiro Tancredo Neves, personagem que se notabilizou pela incrível capacidade de articulação política, que o levou a exercer três mandatos de Deputado Federal e um de Senador da República, entre vários outros cargos. Essa capacidade foi especialmente exigida durante a crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Naquele ponto anguloso da trajetória nacional, Tancredo viajou ao encontro de João Goulart em Montevidéu e o convenceu a aceitar a Presidência sob o regime parlamentarista. Em 1982, foi eleito Governador de Minas Gerais pelo PMDB. Famoso pelo espírito conciliador e por trafegar bem entre a oposição e os políticos governistas, candidatou-se à Presidência pelo Colégio Eleitoral quando a campanha pelas Diretas Já ainda estava nas ruas. Uma vez derrotada a emenda Dante de Oliveira, surgiu como alternativa viável, tanto para as oposições como para a dissidência do PDS, a chamada Frente Liberal. Escolhido Presidente em 15 de janeiro de 1985, não chegou a tomar posse.

O nome do paulista Ulysses Guimarães ficou para sempre associado à moralidade na vida pública e à inflexível dedicação aos princípios da democracia e do estado de direito. Participou praticamente de todos os momentos importantes da história do País a partir da década de cinquenta. Opositor ferrenho do Regime Militar e Presidente do então MDB, tornou-se,

em 1974, antecandidato à Presidência da República, na sucessão do General Médici. Uma década depois, já em 1984, constituiu-se em uma das principais lideranças da campanha pelas eleições livres e diretas, fazendo jus à alcunha de “Senhor Diretas”. Com a derrocada da causa das diretas, transformou-se em um dos principais articuladores da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Considerado um dos políticos mais hábeis e um dos mais respeitados de nossa tradição política, Ulysses Guimarães dirigiu com maestria os trabalhos do Congresso Constituinte. Em 1989, lançou-se candidato à Presidência da República pelo PMDB, mas sua campanha infelizmente não deslanchou.

Esses dois gigantes da política brasileira desapareceram tragicamente, e só nos restou imaginar o que seria a continuidade de suas carreiras. Um terceiro, porém, continua participante ativo da arena política de nossos dias, e não cessa de contribuir, com sua experiência e ânimo incansável, para a estabilidade política, o aperfeiçoamento da vida democrática e a melhoria das condições materiais de vida da população brasileira. Estou falando, como alguns já adivinharam, do ex-Presidente da República e ex-Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Sarney.

Em mais de 50 anos de vida pública, José Sarney ocupou todos os cargos de relevância nos cenários regional e nacional da política brasileira, de modo que se torna impossível sintetizar sua carreira em um breve pronunciamento. Focarei, portanto, de maneira muito acanhada, sua atuação brilhante no processo de transição democrática.

De José Sarney é possível dizer que aprendeu com Tancredo e Ulysses sem nunca ter sido discípulo. Nem deles, nem de ninguém, diga-se de passagem. É certo, porém, que de seus exemplos hauriu um aprendizado que soube somar a suas características inatas. Trata-se de um homem que teve descortino, coragem e habilidade em um momento crucial de nossa história recente. Seu perfil confiável e sereno, ao lado da figura também conciliadora de Tancredo Neves, e sob inspiração de Ulysses Guimarães, foi capaz de assegurar a estabilidade e conter os temores de parcelas do Governo que hesitavam em transferir o poder para mãos civis. Poder-se-ia dizer, Sr. Presidente, que José Sarney foi o homem certo no momento certo – como raras vezes a História brinda os seus protagonistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, o processo de abertura política e de redemocratização deveu muito aos três personagens que ora homenageamos. Hoje,

não resta dúvida de que Tancredo Neves e Ulysses Guimarães pontificaram entre os grandes da política brasileira no século que passou. Um terceiro, de estatura similar à daqueles dois, pôde vencer o pórtico do século XXI. E ele, incansável, continua a exercer o papel para o qual sempre esteve vocacionado: o de um líder sereno e conciliador, capaz de suportar as mais diversas pressões de momento, sempre com o olhar no horizonte, à procura de um futuro que soe como um desdobramento natural do trabalho operoso e da boa escolha que se faz no presente.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NEY SUASSUNA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **DEMOCRACIA.**

Talvez não exista termo, em nossa Língua Portuguesa, mais usado e abusado do que essa palavrinha que os atenienses cunharam para dar nome ao sistema político que desenvolveram e praticaram cinco séculos antes de Cristo.

Na presente sessão especial, tenho certeza de que essa palavra será repetida inúmeras vezes, como seria de esperar.

Afinal, estamos aqui reunidos para celebrar o vigésimo aniversário da vitória dos princípios democráticos sobre o autoritarismo, da liberdade sobre a repressão, do Estado de Direito sobre o despotismo.

O termo “democracia”, todos sabemos, quer dizer “governo do povo”. Politicamente, esse tem sido o ideal almejado por inúmeras sociedades ao longo da história.

É a meta que perseguimos hoje no País e que fundamenta todo o nosso ordenamento jurídico – a começar pela própria Constituição Federal, que, além de definir o Brasil como um Estado Democrático de Direito, não deixa dúvidas quanto à nossa natureza democrática quando diz, no parágrafo único do artigo 1º:

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Em outras palavras, todo o nosso sistema político se constrói a partir dessas palavras que acabo de mencionar. “Somos uma democracia” é o que a Constituição Federal nos diz, usando outros termos.

“O poder é do povo, e só do povo” é o que a Carta Magna nos lembra constantemente, logo em seu primeiro artigo.

Nos vinte e um anos anteriores a 1985, o Brasil foi o cenário de um regime em que essas reflexões e esses princípios não tinham lugar nem vez.

Falar de redemocratização, senhoras e senhores, é falar de todo um processo que culminou no dia 15 de março de 1985, mas cujas origens estão entranhadas num dos períodos mais conturbados da história brasileira.

Foi um tempo – particularmente a partir do nefasto 13 de dezembro de 1968 – em que a palavra “democracia”, entre as demais expressões usadas inadequadamente para mascarar o regime então em vigor, sofreu violências das quais até hoje ela tenta recuperar-se.

Uma frase que vem sendo dita ultimamente, até por professor universitário, é que “democracia é uma palavra desgastada”. Dizem o mesmo do amor, de Deus, da amizade.

Mas – assim como o amor, Deus e a amizade não dão a mínima pra quem neles não acredita – também a democracia sobrevive na alma daqueles que nela acreditam e que por ela lutam, mesmo em meio às maiores adversidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, orgulhamente profundamente de ser membro de um Partido que tem uma história de amor com a democracia. E estou neste partido há 35 anos. Logo, é uma longa e verdadeira história de amor e de provação...

“Adversidades” é uma palavra muito amena pra descrever o que os militantes do PMDB e do antigo MDB enfrentaram em nome da liberdade e da justiça durante a ditadura militar.

E menciono o Movimento Democrático Brasileiro e o PMDB por um motivo muito simples: é impossível falar de redemocratização no Brasil sem falar da história do PMDB, dos vultos históricos que compuseram os quadros do Partido, da importância do PMDB para a redemocratização do País, e da profunda identificação que existe entre o PMDB e a defesa da democracia.

Convido V. Ex^{as}, neste momento, a fazer um passeio pela história. Voltemos ao dia 24 de março de 1966, quase 40 anos no passado.

A ditadura militar, no ano em que completava dois anos, já dera todos os sinais de que não seria apenas uma solução temporária.

O sistema de bipartidarismo implantado pelo governo ensejou, então, naquela data, a criação do Movimento Democrático Brasileiro, que abrigou todos os Partidos de oposição, tornando-se o epicentro a

partir do qual se originariam, nos anos vindouros, os mais legítimos esforços pelo retorno da liberdade e da cidadania.

Sob a Presidência do Senador Oscar Passos, o MDB iniciava sua luta pela restauração da democracia. Ocupando a Vice-Presidência do Partido, encontrava-se um Deputado Federal paulista, já próximo dos 50 anos de idade, cuja história viria a se confundir profundamente com a história recente deste País: Ulysses Silveira Guimarães.

A identificação de Ulysses Guimarães com a luta pela democracia no Brasil e com os ideais do MDB e do PMDB é nada menos que assombrosa.

Mais de 20 anos após seu falecimento, ainda não surgiu, neste País, um brasileiro que melhor encarne o espírito de cidadania, a peleja pelos direitos fundamentais, a guerra pelas eleições diretas e por uma Constituição democrática.

Ulysses, o velho Doutor Ulysses, que tão enorme morreu no mar, ou melhor, ficou encantado para sempre num leito de azul e de infinito, eternizado como seu sonho, magistralmente realizado pela resistência brasileira.

O Ato Institucional nº 5, de triste memória, teve o solitário efeito positivo de injetar, em Ulysses Guimarães e nos demais membros da oposição, um ânimo renovado.

Os protestos contra a ditadura se intensificaram na virada dos anos 60 para os 70, e alcançaram um de seus ápices simbólicos com o lançamento, em 1974, da anticandidatura de Ulysses para a Presidência da República, com Barbosa Lima Sobrinho como seu vice.

Dessa época datam, também, alguns dos discursos mais contundentes de Pedroso Horta, líder da oposição na Câmara nos duros anos de 71 e 72 e um dos políticos mais hábeis que já passaram pelos quadros do MDB. O recado de que a situação estava insustentável estava sendo dado com cada vez mais veemência pelo MDB, sem embargo das represálias e retaliações dos situacionistas.

Em 1974, as eleições para o Senado ofereceram uma demonstração de que a sociedade brasileira começava a se organizar em torno do ideal da redemocratização. A oposição elegeu 16 senadores, e as exigências de uma constituinte se tornaram freqüentes.

A resposta do governo militar veio em 1977, com o famoso Pacote de Abril.

Reconhecendo a ameaça representada pelo MDB, foram criados os senadores biônicos, como forma artifi-

cial de garantir ao governo uma maioria no Senado que ele estava na iminência de perder definitivamente.

Mas o movimento pelo fim do arbítrio, no fim dos anos 70, já era inexorável. A Lei da Anistia, aprovada em 1979, libertou os presos políticos e permitiu o retorno dos exilados.

O Governo militar, na tentativa de fragmentar a oposição, decretou o fim do bipartidarismo, mas os oposicionistas não acusaram o golpe, e o PMDB, nova denominação do MDB, elegeu, nas eleições de 1982, os Governadores de nove Estados, entre eles os de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Franco Montoro ficou com o Governo paulista; José Richa foi eleito para o Governo do Paraná; e, em Minas Gerais, elegeu-se um mineiro, um emedebista histórico que ainda viria a participar de uma das páginas mais importantes de nossa história: Tancredo de Almeida Neves.

Estava pronto o cenário para a entrada em cena de uma das mobilizações mais empolgantes de que se tem notícia no Brasil: a campanha pelas Diretas Já.

À frente do movimento, como não poderia deixar de ser, estavam Ulysses Guimarães, o “Senhor Diretas”, Franco Montoro e outros vultos peemedebistas, liderando o PMDB e a oposição nessa que foi, sem sombra de dúvida, a maior manifestação política jamais registrada no País, que chegou a reunir, em seu último comício em São Paulo, cerca de um milhão e meio de pessoas.

As eleições diretas acabaram não acontecendo, mas a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney colocou o Brasil de volta nos trilhos da democracia, há exatos vinte anos. Era o fim de outras duas décadas de arbítrio e despotismo.

De lá para cá, o povo brasileiro só tem confirmado que a democracia – essa palavra desgastada para alguns, mas que soa como música aos meus e aos ouvidos de alguns milhões de brasileiros – a democracia, repito, é, sim, o sistema político que queremos praticar, no qual acreditamos, e que adotamos como princípio organizador de nossa sociedade.

O eterno Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, com a verve que lhe era peculiar, disse que a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as outras que já foram experimentadas.

É uma forma de dizer – por “arrudeio”, como diria meu primo e grande expressão de alma nordestina Ariano Suassuna – que a democracia é a forma mais

justa e igualitária de organização política concebida pela humanidade.

Consolidar a democracia no Brasil: essa, Sr. Presidente, é a bandeira histórica do PMDB e de todos os brasileiros de bem.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, nesta sessão solene, em que o Senado Federal homenageia os 20 anos do processo de redemocratização do Brasil, quero unir-me aos demais Parlamentares aqui presentes para expressar minha emoção ao relembrar os fatos que marcaram tanto a história de nosso País.

A eleição de Tancredo Neves viria coroar a mobilização popular que fora iniciada com o Movimento pelas Diretas Já. Foi a pressão da sociedade que deu à classe política o aval necessário para enfrentar o regime militar e os 20 anos de ditadura, iniciando um processo que não teria mais volta.

Por esse motivo, hoje, relembramos, com orgulho, dos grandes nomes que fizeram História, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Teotônio Vilela.

E também dividimos com emoção as lembranças desses fatos com os Senadores que fazem parte desta Casa e que participaram diretamente daquele período, como Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Marco Maciel.

Faço questão de destacar a figura de nosso ex-Presidente do Senado e ex-Presidente da República, José Sarney. Com o impedimento do Presidente Tancredo Neves, foi graças ao Presidente Sarney que o Brasil pôde consolidar a democracia.

Se ele tivesse, por algum momento, hesitado em assumir o comando do país, com certeza outras seriam as páginas escritas na História política do Brasil.

Mas creio, Sr. Presidente, que as homenagens de hoje também devem contemplar aquele que é o maior responsável pelo fato de hoje estarmos todos aqui reunidos.

Falo, Sr^{as.} e Srs. Senadores, do povo brasileiro, que proporcionou à classe política a coragem para transpor os limites que separavam o Brasil da ditadura para a democracia.

O nosso povo soube ir às ruas exigir os seus direitos de forma pacífica e tranqüila, dando as mais belas lições de democracia da História do País.

A transição democrática não teria sido possível se, por trás de todo o esforço de nossos líderes, não estivesse a confiança e a força da sociedade brasileira, que aguardava aquele momento com tanta ansiedade e certeza da vitória.

Por isso, hoje, quando comemoramos os 20 anos da democracia, devemos voltar nossos olhos para esta população que, a par das liberdades políticas, ainda aguarda pelo atendimento de muitos de seus direitos fundamentais ainda não resgatados.

O direito à educação, à saúde, ao saneamento básico, ao emprego e à estabilidade econômica capaz de gerar mais certeza e esperança no futuro do País.

Essas são condições básicas para que a redemocratização se efetive plenamente, da forma como seus artífices certamente a imaginaram há 20 anos, quando a articularam e construíram em nome da sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2005

Senhor Presidente,

A figura de Luís Eduardo merece todas as homenagens do Poder Legislativo, levando-se em conta que, tendo vivido apenas 43 anos, foi Presidente da Câmara dos Deputados e um dos maiores políticos contemporâneos.

Nessas condições, requeremos, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que a Hora do Expediente da sessão de amanhã, dia 16 de março, seja destinada a homenagear a memória do Deputado Luís Eduardo, que, se vivo estivesse, completaria, nessa data, cinqüenta anos de idade.

Que desta homenagem seja dado conhecimento ao Governo do Estado da Bahia, à Assembléia Legislativa e à família.

Sala das Sessões, 15 de março de 2005.

U:\6\GM\Luis Eduardo 15.03.05.doc

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência fixa a Hora do Expediente da sessão de amanhã para homenagear o Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 153 , DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais desta Casa, um Voto de Saudade ao eminente brasileiro Luís Eduardo Magalhães, que exer-

ceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Líder do Governo na Câmara dos Deputados e Presidente daquela Casa do Congresso Nacional e, no próximo dia 16 de março, se vivo estivesse, completaria 50 anos de vida.

Requeremos também que esta manifestação seja encaminhada sua família, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa da Bahia e ao Governo daquele Estado.

Sala das Sessões, 15 de março de 2005. – **César Borges.**

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005

Senador CÉSAR BORGES

[Handwritten signatures and scribbles covering the page, including names like Calheiros, Borges, and others.]

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador César Borges encaminhou à Mesa o seguinte discurso:

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para lembrar o Brasil da perda, no dia 21 de abril de 1998, há quase 7 anos, do grande líder político, meu saudoso amigo Deputado Luís Eduardo Magalhães. Amanhã ele estaria completando 50 anos se o destino não tivesse retirado sua vida tão precocemente.

Eu gostaria de aproveitar este momento para, além de homenagear a memória de Luís Eduardo, através do requerimento que apresentei à Mesa do Senado, lembrar sua personalidade, do seu exemplo pessoal, do diálogo que mantinha com os opositores, do valor que possuía a sua palavra e da confiança que cativava nos colegas e amigos que desfrutavam da sua convivência.

Em suas ações, constituiu-se como um líder de visão, um líder capaz de ter idéias à frente de seu tempo, realizando diagnósticos precisos e válidos até hoje, passada quase uma década sem a sua presença. Ao mesmo tempo, Luís Eduardo foi também aquele líder com poder de articulação para trazer essas idéias para o seu tempo, o que alimentou novas perspectivas de toda uma geração de políticos brasileiros.

São líderes como Luís Eduardo que deixam na história a sua marca própria, assumem posturas firmes e lutam por seus ideais, mesmo quando incompreendidos. Luís Eduardo sempre agiu com coragem, nunca com timidez, na defesa de suas convicções.

Luís Eduardo era portador de uma admirável capacidade para superação de impasses ou para a correção de rumos estratégicos. Líder nato, por vocação, ascendência genética e brilho próprio, Luís Eduardo exibiu a capacidade de se fazer confiar pelo exemplo de coerência, pelos acertos políticos sempre honrados, pela solidariedade com os adversários e pelo respeito às opiniões divergentes das suas. O legado de Luís Eduardo foi deixado para a Bahia e para todo o Brasil: a política exercida com tolerância, no intuito de fazer do diálogo forma de redução dos impasses tão comuns ao exercício da democracia.

Além disso, a credibilidade do empenho da sua palavra, a sua capacidade para ouvir aqueles que iam de encontro ao seu entendimento, da mesma forma que ouvia os coadunados, e a sua facilidade para somar forças, a exemplo do amplamente destacado nesta tribuna em homenagens anteriores, justificam o voto de saudade que encaminhei por requerimento a esta Mesa, para que possamos homenagear, de forma póstuma, mas sincera e pertinente, esse grande homem público brasileiro, que enche de saudades os corações de

todos nós, brasileiros, e, em especial, do seu afetuosos pai, nosso Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa encaminhará o voto de saudade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência informa ao Plenário que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 16 de março, nos termos dos **Requerimentos nºs 152 e 153, de 2005**, será destinada a homenagear o Deputado Luís Eduardo Magalhães, grande brasileiro que foi Deputado Estadual, Federal, Líder do Governo e Presidente da Câmara dos Deputados, e que, amanhã, se vivo estivesse, comemoraria 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprida a finalidade da sessão, vou encerrar os trabalhos, agradecendo às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 02 minutos.)

Ata da 21ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Tião Viana, e da Sra. Maria do Carmos Alves

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS

Período : 16/3/2005 07:28:49 até 16/3/2005 19:53:22

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PSFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PSFL	BA	CÉSAR BORGES		X	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO		X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PSFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PMDB	DF	VALMIR AMARAL		X
PSFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PSFL	PB	EFRAIM MORAIS		X					
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA		X					
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X					
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
MDB	ES	GERSON CAMATA		X					
FL	AM	GILBERTO MIRANDA		X					
MDB	MG	HÉLIO COSTA		X					
-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
FL	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
DT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
MDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X					
MDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X					
FL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
FL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
FL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
FL	PE	JOSÉ JORGÉ		X					
MDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
MDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
MDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
MDB	GO	MAGUITO VILELA		X					
MDB	PI	MÃO SANTA		X					
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
FL	PE	MARCO MACIEL		X					
FL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
MDB	RO	MÁRIO CALIXTO		X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
MDB	PB	NEY SUASSÚNA		X					
DT	PR	OSMAR DIAS		X					
MDB	AP	PAPALÉO PAÉS		X					
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X					
FL	DF	PAULO OCTÁVIO		X					
Bloco-PTB	RS	PAULO PAIM		X					

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 106, DE 2005

(Nº 137/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 8º do Anexo I ao Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Noboru Ofugi para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 10 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS**

- Nome: NOBORU OFUGI
- Carteira de Identidade: 260.391 INI/DPF/MJ
- CPF: 029.122.281-15
- Domicílio: SQS 309, Bloco E, apto. 303, Brasília-DF
- Telefone: 61-443.4513
- Data de Nascimento: 28-12-1948
- Naturalidade: Goiânia-Goiás
- Filiação: Yoshio Ofugi e Suzue Ofugi

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Engenheiro Civil – Universidade de Brasília – UnB – Brasília – 1975
- Mestrado em Engenharia de Transportes – Instituto Militar de Engenharia – IME – Rio de Janeiro – 1981
- Curso de Privatização e Regulação de Transportes – Banco Mundial e Universidade de Las Palmas – Las Palmas/Espanha – abril/99
- Curso de Especialização – Estatística para o Planejamento – Icat/UDF – Brasília – 1977.

FUNÇÕES EXERCIDAS:

- A partir de fevereiro/2002 – Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
- Junho/94 a fevereiro/2002 – Diretor Técnico da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT
- Janeiro/94 a junho/94 – Secretário Adjunto da Secretaria de Produção do Ministério dos Transportes
- Abril/93 a Janeiro/94 – Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Ministério dos Transportes
- Maio/92 a Abril/93 – Diretor Técnico da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT
- Janeiro/76 a Dezembro/2001 – Funcionário da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, admitido por meio de concurso público, realizado em 1975. Nesse período exerceu vários cargos dentro da empresa e no Ministério dos Transportes.

OUTRAS FUNÇÕES:

- A partir de março/2002 – Coordenador Nacional do Sub-Grupo 5 (SGT-5) Transportes do Mercosul
 - A partir de fevereiro/2002 – Coordenador, em nome da ANTT, das reuniões bilaterais com os países do Cone Sul
 - Junho/2000 a abril/2002 – Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
 - Maio/94 a maio/2002 – Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará – CDP
 - 1995 a 1998 – Representante do Ministério dos Transportes no Grupo Executivo para Modernização dos Portos – GEMPO.
- Brasília, 10 de fevereiro de 2005. – **Noboru Ofugi**.
- Aviso nº 233 – C. Civil

Em 10 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Noboru Ofugi para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.

Mensagem de Veto nº 516

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

.....
Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor–Geral e quatro Diretores e a Diretoria da Antaq será composta por um Diretor–Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 2º O Diretor–Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

Art. 54. Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, admitida uma recondução.

Parágrafo único. Em caso de vacância no curso do mandato, este será completado pelo sucessor investido na forma prevista no § 1º do art. 53.

.....

DECRETO Nº 4.130,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e dá outras providências.

.....

ANEXO I
Regulamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – Antt

CAPÍTULO I
Da Natureza, Sede, Finalidade e Competência

.....

CAPÍTULO III
Da Direção e Nomeação

Art. 8º A ANTT será dirigida por um Diretor–Geral e quatro Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, nos termos da alínea f do inciso III do art. 5º da Constituição Federal, admitida uma recondução.

§ 2º O Diretor–Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

.....

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

MENSAGEM Nº 107, DE 2005
(nº 138/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art.52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art.11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 11 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome : José Fantine

Nascimento: 04 de Setembro de 1938

Dados Gerais:

Brasileiro

Natural de Sabará no Estado de Minas Gerais-

Estado civil – Divorciado

Filiação – Pai – Dilson Fantine; Mãe – Etelvina Guimarães Fantine

RG – 09859900-4 IFP/RJ de 29/07/92

CPF – 002715356-87

End. – Rua Timóteo da Costa, 1003, apto 401, bloco 01, Leblon, Rio de Janeiro/RJ

Tel. – Serviço (21)2562 -8804; residência (21)2512-4257

Posição atual:

Consultor em Energia, Parcerias e formação de Centros de Excelência, atuando em parceria com a COPPE/UFRJ e com o IUPERJ/Cândido Mendes/RJ.

ESCOLARIDADE

Curso Superior

Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais –Engenharia Química- 1959 a 1963.

Prêmio “Medalha de Ouro” por classificação em 1º lugar dentre todos os formandos de 1963 da EEUFMG.

Curso Secundário

Ginásio Santa Rita – Sabará-MG de 1950 a 1953.

Colégio Municipal de Belo Horizonte – MG de 1954 a 1956.

Curso Primário

Grupo Escolar Virgílio Machado – Sabará – MG de 1946 a 1949.

OUTROS CURSOS

- Curso de Engenharia de Refinação – CENAP/PETROBRAS – 1964;
- Curso de formação de instrutores, Técnica de Chefia, Liderança, Reuniões – UNA – 1967 (40 hs);
- Curso de Supervisão – PETROBRAS – 1968 (40 hs);
- Curso de Administração Geral – PETROBRAS – 1974 (40 hs);
- Curso de Administração Sistêmica – SENAI – 1975 (20 hs);
- Técnica de Entrevistas – PETROBRAS – 1975 (12 hs);
- Curso Básico de Gerência – PETROBRAS – 1976 (30 d);
- Curso de criatividade – PETROBRAS – 1977 (24 hs);
- Curso Avançado de Gerência – PETROBRAS – 1981 (48 hs).

ESTÁGIOS E OUTROS

- Rhodia – Santo André – Jan/Fev – 1961;
- Dupont – Barra Mansa – Jan/Fev – 1962/1963;
- Instituto de Pesquisas Radioativas: UFMG – JAN/DEZ – 1963;
- Monitor de Operações Unitárias: EEUFMG – 1962/1963.

VIAGENS TÉCNICAS AO EXTERIOR

Angola, Paraguai, Áustria, Holanda, França, Espanha, Argentina e Bolívia.

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS E SEMELHANTES

- Além da participação como ouvinte em vários seminários fui o Palestrante em mais de 300 eventos, discursando sobre temas relacionados com : Empresas de Refino; Modelo Energético Brasileiro; Programas de Fundo de Barril; Gás Natural; Petróleo; Qualidade; Monopólio Estatal do Petróleo; Tecnologia e Desenvolvimento Nacional; Criatividade e Centros de Excelência.

CARREIRA NA PETROBRAS

Nov/96 – Aposentadoria;

01/02/96 a Nov/96 – Consultor do Presidente da PETROBRAS;

14/05/92 a 01/02/96 – Superintendente do Serviço de Planejamento Corporativo da PETROBRAS;

Set/91 a Abr/92 – Diretor da PETROBRAS, responsável pelas áreas Industrial e Refino e de Transporte e, ao mesmo tempo, Presidente da BR – Distribuidora;

Dez/88 a Set/91 – Diretor de Marketing da BR – Distribuidora;

Nov/1988 a Dez/88 – Chefe da Divisão de Segurança e Meio Ambiente da PETROBRAS (DESEMA);

Ago/85 a Nov/88 – Assistente de Diretoria da PETROBRAS;

Set/81 a Ago/85 – Chefe Divisão de Refinação de Petróleo e Petroquímica do Departamento Industrial da PETROBRAS;

Abr/80 a Set/81 – Superintendente – Refinaria de Manaus (REMAN);

Nov/77 a Abr/80 – Superintendente Adjunto – Refinaria de Manaus (REMAN);

Fev/76 a Nov/77 – Chefe da Divisão de Planejamento – Refinaria Gabriel Passos (REGAP);

Jan/72 a Fev/76 – Chefe do Setor de Destilação de Petróleo e Tratamento de Derivados – Refinaria Gabriel Passos (REGAP);

Mar/68 a Jan/72 – Chefe do Setor de Transferência e Estocagem de Petróleo e Derivados – Refinaria Gabriel Passos (REGAP);

Set/66 a Mar/68 – Engenheiro de Processo (área operacional) – Refinaria Gabriel Passos (REGAP), equipe de pré-operação;

1965 a Set/66 – Engenheiro de Processo (área operacional) – Refinaria Duque de Caxias (REDUC);

1964 –Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Refinação da PETROBRAS - CENAP

ALGUNS TRABALHOS ESPECIAIS

- Por indicação do Governo Federal, participei como “Técnico de Renomado Saber” da Comissão Nacional de Energia – de 1986 a 1988;
- Por indicação do Governo Federal, participei de Grupo de Trabalho que analisou o modelo energético do Projeto Grande Carajás;
- Por indicação do Governo Federal, participei de Grupos de Trabalho sobre:
 - Operação e Construção de Termoelétricas no País;
 - Plano Nacional do Gás;
 - Planejamento Energético do País.
- No Departamento Industrial da PETROBRAS fui responsável pela implantação e condução do “Programa Fundo de Barril”, visando a adequação do esquema de refino ao mercado e sua maior rentabilidade em dólares, para fazer frente à crise pós Choque do Petróleo de 1980. O Programa Fundo de Barril se desdobrou em seis sub-Programas: o Programas de Craqueamento de Cargas Pesadas, o de Minimização da Produção de Resíduo de Vácuo, o de Queima de Óleos Ultra viscosos, o de Lubrificantes, o de Qualidade, o de Construção de Novas Unidades;
- Na Diretoria e Presidência da BR coordenei a implantação do modelo de Planejamento Estratégico, de formulação e implantação da Reorganização Geral da Empresa e do seu novo modelo de Gestão;
- Na diretoria da PETROBRAS participei da implantação do projeto de Gás Brasil-Bolívia, da reorganização dos Departamentos de Transporte e Industrial, dos trabalhos de Planejamento Estratégico e dos projetos de Reorganização Geral da Empresa;
- No Serviço de Planejamento coordenei a revisão do Planejamento Estratégico da Empresa, a implantação do Contrato de Gestão da PETROBRAS, a implantação do Programa de Parcerias, a implantação dos Centros de Excelência, a

elaboração dos Orçamentos anuais e plurianuais da Empresa e a reformulação do Sistema de Informação Gerencial e Estratégica da PETROBRAS.

Neste período coordenei grupos de informação da PETROBRAS contando com a colaboração de dezenas de técnicos, elaborando dezenas de publicações para serem amplamente distribuídas e escrevendo artigos para revistas e jornais, bem como participando de entrevistas e debates na televisão e no rádio, sendo também conferencista de dezenas de encontros voltados para o debate da questão petróleo, atendendo determinação da presidência da Petrobras e do Ministério MME.

Iniciei o Programa de entrevistas coletivas regulares para jornalistas em sala do Serviço de Planejamento e através de salas de vídeo-conferências para transmissão para todo o Brasil, aberto ao público e jornalistas.

Formulei e implantei publicações especializadas com os títulos: DEBATES, FUNDAMENTOS, OPINIÃO abrangendo mais de duas dezenas de assuntos que estavam em debate na sociedade e, também, publicações especiais com títulos tratando de Parcerias, de Produção de Petróleo, de Planejamento de Refino; de Tecnologia; de Diagnóstico e Perspectivas da Petrobras.

- Ainda no Serviço de Planejamento, e depois como Consultor do Presidente da PETROBRAS, coordenei até 1996 todo o projeto de Parcerias da PETROBRAS na área “downstream”, destacando-se os Projetos do Brasil-Bolívia, do Polo Gás-Químico do Rio de Janeiro, das Termoelétricas, dos Polidutos e do coque.
- Em 1992 idealizei o Projeto Centros de Excelência, um Novo Paradigma de Desenvolvimento Nacional, o qual foi definido como um Projeto Estratégico da PETROBRAS. Coordenei todo o desenvolvimento e implantação desse Projeto na PETROBRAS e, hoje, coordeno as atividades, como consultor, referentes ao desenvolvimento de 12 Projetos de Centros de Excelência.

TRABALHO ATUAL

Sou contratado como Consultor da COPPE/UFRJ, desde 1996 para a área de Centros de Excelência e assessoramento em questões energéticas. Sou Coordenador Executivo do seu Espaço Centros de Excelência, tendo desenvolvido metodologia para formação de amplas e complexas redes de excelência em quaisquer campos, da

energia, da gestão, do ambiente social. . Lá tenho também participado de grupos de trabalho e de cursos, como por exemplo no recente detalhamento do Centro de Excelência do Gás da UFRJ.

Nesse trabalho coordeno diretamente a formação/implantação/operação de Centros de Excelência (são redes complexas entre órgãos de governo, empresas privadas e estatais, universidades e centros de pesquisas do País e do exterior) nas áreas de energia, de planejamento, ambiental, petroquímica, de gás, de tecnologias variadas, em um total de 12 empreendimentos, para a Petrobras e várias entidades do mercado nacional.

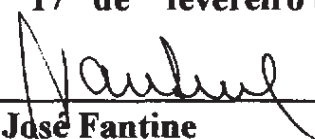
Sou membro da Academia Nacional de Engenharia – Membro eleito em 1994. Junto com o Comitê de Energia elaborei, voluntariamente, em 1999, amplo trabalho para ser encaminhado às autoridades, na ocasião da revisão da legislação do setor petróleo e gás, versando sobre o setor petróleo e gás nacional e mundial e sobre os cuidados a serem considerados na revisão;

Presto consultoria na área de Energia e Parcerias exclusivamente a empresas estatais, órgãos de governo e entidades sem finalidade lucrativa, . Nesse caso, por exemplo, elaborei amplo trabalho para o Grupo de Transição no campo da energia, considerando o cenário mundial e nacional, os pontos importantes conquistados e que deveriam ser mantidos e os pontos que deveriam receber atenções especiais no momento da recente mudança de governo.

Sou membro do Grupo de Inteligência em Energia, Política e Economia na América do Sul da IUPERJ/Candido Mendes/RJ, que assessora empresas estatais nesses temas.

Sou diretor da ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré que implanta na comunidade da Maré o Centro de Excelência Sócio Desportivo vila Olímpica da Maré.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2005



José Fantine

Aviso nº 240 – C. Civil.

Em 11 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Fantine para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, José Dirceu de Oliveira e Silva,
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma diretoria composta de um diretor-geral e quatro diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta lei.

DECRETO Nº 2.455. DE 14 DE JANEIRO DE 1998.

Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança e dá outras providências.

ANEXO I

Estrutura Regimental da Agência Nacional de Petróleo

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 6º A ANP será dirigida por um diretor-geral e quatro diretores.

§ 1º Os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 75 da Lei nº 9.478, de 1997, sendo permitida a recondução.

§ 2º Na hipótese de vacância de membro da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir o período remanescente do respectivo mandato.

§ 3º Durante o período de vacância do cargo de Diretor-Geral, na hipótese prevista no art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da República designará um dos diretores como substituto eventual. (Parágrafo incluído pelo Decreto nº 3.968 de 15-10-2001)

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

MENSAGEM, Nº 108 DE 2005

(Nº 139/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 2.455 de 14 de janeiro de 1998, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Victor de Souza Martins para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 11 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

VICTOR DE SOUZA MARTINS

DADOS PESSOAIS

Nome: Victor de Souza Martins
 Filiação: Mario de Souza Martins e Dinah Almeida de Souza Martins
 Data de nascimento: 01/09/1953
 Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ
 Estado civil: divorciado
 CPF: 282.995.667/20
 Identidade: 12.271 - Conselho Federal de Técnicos de Administração - 7ª Região: RJ-ES
 Endereço: R. Odete Oliveira Lacourt 15, apto 103, Jardim da Penha, Vitória—ES CEP 29.060-050

ATIVIDADES ATUAIS

- Sócio-Gerente da empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento Ltda, atuando na estruturação de políticas de desenvolvimento municipal e regional, na articulação de investimentos públicos e privados, na implantação de mecanismos de controle de recursos de royalties de petróleo e gás natural, e na elaboração de estudos e projetos de desenvolvimento econômico.
- Superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP – no Espírito Santo.
- Representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural – IBP – no Espírito Santo.

FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

- 1974. Diploma de Administrador de Empresas (Universidade Federal do Espírito Santo).
- 1975. Diploma de Língua e Civilização Francesa (Universidade de Paris, Jussieu).
- 1975/1976. Pós-Graduação em Nutrição e Saúde Pública no Processo do Desenvolvimento Econômico (Universidade de Paris V).
- 1979. Curso de Comunicação Social (Universidade Federal do Espírito Santo, 1979 - incompleto)
- 2000. Pós-Graduação Executiva em Petróleo - MBP (COPPE/UFRJ).

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Um dos fundadores do PMDB do Estado do Espírito Santo;
 Um dos fundadores da Associação Capixaba de Proteção ao Meio-Ambiente;
 Membro do Comitê Regional ES do PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;
 Membro do Conselho de Energia, do Conselho de Petróleo e Gás e do Comitê de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES;
 Membro do Comitê de Petróleo, Gás, Energia e Química do Movimento Espírito Santo em Ação;

VM

Membro do Comitê Organizador do Congresso Vitória Oil & Gas 2005;
Ex-representante do Estado do Espírito Santo nos Comitês de Assuntos Tributários e de Competitividade Industrial da ONIP;
Ex-membro do Conselho da Autoridade Portuária do Porto de Vitória-ES;
Ex-secretário executivo da Câmara Estadual de Logística e Comércio Exterior;
Ex-membro do Conselho Consultivo da ONIP.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado do Espírito Santo S/A – ADERES** Assessor Especial (1998-2001) e Diretor Técnico (2001-2002) atuando nos setores de turismo, logística, desenvolvimento regional e industrial, com ênfase nas áreas de petróleo e gás natural. Coordenador dos estudos visando ao recálculo da parcela capixaba do Campo de Roncador e à implantação dos mecanismos regulatórios envolvendo a distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo.
- **Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A – BANDES** – (1995 – 1998) Assessor da Presidência e Secretário Executivo da Câmara Estadual do Corredor Centro-Leste, participando da realização de diversos estudos visando à expansão da movimentação de cargas no complexo portuário do Estado do Espírito Santo.
- **Secretaria de Comunicação Social do Estado do Espírito Santo - SECOM** – (1994) – Coordenador de Divulgação e Promoção.
- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Espírito Santo – SEDES** – Assessor de Imprensa – (1991-1993).
- **Empresa Capixaba de Turismo S/A - EMCATUR** – Diretor-Presidente (1987-1989).
- **Comissão de Turismo Integrado da Região Sudeste** – Presidente (1988-1989)
- **Banco do Estado do Espírito Santo S/A – BANESTES** – Diretor Vice-Presidente (1985-1986).
- **Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo S/A – PRODEST** -Diretor-Presidente (1983-1985).
- **Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados** – Diretor (1984-1985)

- **Prefeitura Municipal de Vitória – PMV – Prefeito Interino nomeado (março/1983).**
- **Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST – Adjunto Administrativo na Assessoria de Comunicação (1981-1983).**
- **TV Gazeta do Espírito Santo – Chefe de Reportagem e Editor (1978-1981).**
- **Jornal do Brasil S/A no Espírito Santo – Correspondente (1978-1981).**
- **Revista Espírito Santo Agora – Diretor (1977-1978).**
- **A Gazeta S/A – Redator (1973-1974).**
- **Meta Propaganda Ltda – Redator (1972).**
- **O Diário – Repórter (1971).**

PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS

- **Marsanto Imóveis Ltda – sócio-quotista e diretor.**
- **Guaxindiba Empreendimentos Ltda – sócio-quotista e diretor.**

Vitória (ES), 04 de março de 2005.



VICTOR DE SOUZA MARTINS

Aviso nº 241-C.Civil

Em 11 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Victor de Souza Martins para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

.....
Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta Lei.

.....
DECRETO Nº 2.455, DE 14 DE JANEIRO DE 1998

Implanta a Agência Nacional do Petróleo ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.

.....
ANEXO I
Estrutura Regimental da Agência Nacional do Petróleo

CAPÍTULO I
Da Natureza e Finalidade

.....
Seção III
Da Diretoria

Art. 6º A ANP será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 75 da Lei nº 9.478, de 1997, sendo permitida a recondução.

§ 2º Na hipótese de vacância de membro da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir o período remanescente do respectivo mandato.

§ 3º Durante o período de vacância do cargo de Diretor-Geral, na hipótese prevista no art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da República designará um dos Diretores como substituto eventual. (Parágrafo incluído pelo Decreto nº 3.968, de 15-10-2001)

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 154, DE 2005.

A Comissão Externa, criada mediante Ato nº 8, de 2005–SF, do Presidente do Senado Federal, “como

o objetivo de acompanhar, como observadores, as investigações que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal Polícia Civil do Estado do Pará e apresentar ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, relatório circunstanciado sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang, requer nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, a prorrogação dos seus trabalhos por mais dez dias, para tão somente a conclusão e deliberação do seu Relatório Final, que vem em atendimento aos anseios da sociedade brasileira quanto o acompanhamento das investigações acerca do assassinato da missionária Dorothy Stang, fato determinado a que se destina esta Comissão, conforme Ato nº 8, de 2005–SF, aprovado em 16-2-2005.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Ana Julia Carepa – Serys Shessarenko – Demóstenes Torres – Eduardo Suplicy – Luiz Otávio.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2005

Requerem Voto de Lembrança, pela passagem da data natalícia do Deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança, pelo transcurso da data aniversária do Deputado Luís Eduardo Magalhães, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, que, se vivo ainda estivesse, completaria hoje 50 anos de idade.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Lembrança sejam cientificados os familiares de Luiz Eduardo Magalhães, em especial, seu pai, o Senador Antônio Carlos Magalhães, o Prefeito da cidade de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Justificação

O Deputado Luís Eduardo Magalhães, que faleceu prematuramente aos 43 anos de idade, foi uma das mais gratas e significantes revelações do meio político brasileiro. Pelo seu talento e dedicação ao mandato de Deputado Federal, ascendeu à Presidência da Câmara dos Deputados, e certamente mais longe iria se o infortúnio não o tivesse retirado do convívio com o povo da Bahia e do Brasil, que tão

bem e com dignidade soube representar no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **Sérgio Guerra**, Líder da Minoria – **Tasso Jereissati**, **Jorge Bornhausen** – **Marco Maciel** – **José Agripino**, Líder do PFL – **Osmar Dias** – **Eduardo Azeredo** – **Heráclito Fortes** – **José Jorge**.

REQUERIMENTO Nº 156, DE 2005

Requerem Voto de Lembrança pelo transcurso do 30º aniversário de instalação do mandato do Dr. Tarcísio Maia no Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso Dr. Tarcísio Maia, pelo transcurso, ontem, dia 15 de março de 2005, do 30º aniversário de instalação do seu mandato como Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Aplauso sejam cientificados os familiares do homenageado, especialmente seu filho, o ilustre Líder do PFL, Senador José Agripino Maia; o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputado Robinson Faria, e o Coordenador da Comissão Organizadora das comemorações do evento, o ex-Vice-Governador Genivaldo Barros.

Justificação

A homenagem que ora requeremos é justa, pelo que significou para o Rio Grande do Norte o Governo Tarcísio Maia, de tradicional família potiguar e que, em vida, foi uma das mais brilhantes figuras da política do Nordeste e do País.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio** – **Sérgio Guerra** – **Jorge Bornhausen** – **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos de lembrança solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2005

Nos termos do disposto no artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Tramitação em Conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005 – (De iniciativa do Senador Leomar Quintanilha – PMDB/TO) que “Modifica os arts. 275 e 585

do Código de Processo Civil, a fim de conferir à cota condominial a característica de título executivo extrajudicial.”, aos Projetos de Lei da Câmara nº 81/2002 (na origem PL nº 3131-2000 – De iniciativa do Deputado Aldir Cabral – PFL/RJ), que “Dá nova redação ao inciso IV do artigo 585 e suprime a alínea b do inciso II do artigo 275, ambos do Código de Processo Civil.”, e Projeto de Lei da Câmara nº 90/2004, (na origem PL nº 2.477-2003 – De iniciativa do Deputado Arnaldo Farias de Sá, PTB/SP), que “Dá nova redação ao inciso IV do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, dispondo sobre títulos executivos extrajudiciais.”, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala de Sessões, 16 de março de 2005. – **Leomar Quintanilha**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos do programa Atenção à Saúde Indígena, da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos do programa Atenção à Saúde Indígena, da Fundação Nacional de Saúde – Funasa:

1) Quais são os objetivos do programa “Atenção à Saúde Indígena”, da Funasa?

2) Que ações estão sendo desenvolvidas pelo programa para alcançar tais objetivos?

3) Qual foi o orçamento destinado ao referido programa, em 2004, e qual é o orçamento previsto para 2005?

4) Quais foram os principais gastos do programa, em 2004?

5) Quais foram os gastos efetuados pelo programa, em 2004, com diárias, passagens, combustíveis, manutenção de veículos e locação de meios de transporte?

6) Qual o percentual destes gastos em relação ao orçamento destinado ao programa?

7) Que providências estão sendo tomadas no âmbito do programa para que sejam solucionados os problemas de desnutrição e morte de crianças indígenas?

Justificação

Matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** no dia 10 de março do corrente intitulada “Funasa gasta R\$87,9 mil em churrascaria”, mostra que os gastos com atividade médica e alimentação representaram apenas 5% do programa de saúde da entidade em 2004. Por outro lado, a matéria mostra, também, que os gastos com passagens e diárias, por exemplo, estão muito acima dos gastos com compra de remédios e fornecimento de alimentos. As viagens incluem participação em conselhos e até avaliação de imóveis para aluguel em substituição de postos em reforma.

Por outro lado, o mesmo jornal publicou, em sua edição on-line do dia 23 de fevereiro do corrente, que o presidente Lula teria pedido ao ministro da Saúde mais atenção do ministério às aldeias dos índios das etnias guarani e caiuá, em Mato Grosso do Sul, onde crianças estão morrendo de fome.

No entanto, segundo matéria do **Jornal do Brasil** de 9 de março, o ministro da Saúde afirmou que as mortes de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul estão dentro do normal e considerou que a desnutrição dessas crianças estaria ligada a problemas culturais.

Assim, o objetivo deste requerimento é esclarecer se o orçamento destinado ao programa “Atenção à Saúde Indígena” está tendo a devida destinação e de que forma o ministério da saúde está atuando para evitar que os casos de desnutrição e morte de crianças indígenas continuem ocorrendo sem a devida assistência daquela Pasta.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 159, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a atuação do Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do regimento interno, requiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a atuação do Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos:

- 1) O Presidente do Bacen recebeu recomendações ou relatórios de alguma de suas diretorias sobre a situação patrimonial do Banco Santos antes de decretar a liquidação da instituição?
- 2) Qual a data e o conteúdo destas recomendações/relatórios?
- 3) Que providências foram tomadas após cada uma destas recomendações/relatórios?
- 4) Em que momento o Bacen identificou a necessidade de intervenção no Banco Santos?
- 5) Quanto tempo após identificar essa necessidade o Bacen levou para tomar a decisão de intervenção?

Jutificação

O jornalista Ricardo Boechat, em sua coluna do **Jornal do Brasil** do último dia 7 de março, publicou nota na qual informa que o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, recebeu um relatório da área de fiscalização do Banco informando que o patrimônio líquido do banco santos não chegava a 1% do que fora declarado, dois meses antes, no balanço da instituição.

Por outro lado, o jornal **O Estado de São Paulo**, em sua edição **on line** do mesmo dia, publicou declaração do presidente do Bacen que teria dito que “Antes da intervenção não houve nenhuma recomendação de intervenção ou em nenhum momento foi indicado que o patrimônio do banco estava num nível aceitável”.

A fim de esclarecer as dúvidas sobre o fato acima citado, e no cumprimento das atribuições constitucionais, é que apresento este requerimento da informações.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio**, líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2005.**

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolvem prorrogar para o dia 28 de abril de 2005 o prazo da Comissão Mista criada por meio do **Ato Conjunto nº 2**, de 6 de dezembro de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias.

É o seguinte o Ato:

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2005

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolvem prorrogar, para o dia 28 de abril de 2005, o prazo da Comissão Mista criada por meio do Ato Conjunto nº 2, de 6 de dezembro de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias.

Congresso Nacional, 10 de março de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2005

Altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 7º. A eficácia dos atos de que trata este artigo fica condicionada à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização. (NR)

§ 8º. Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º poderão ser prorrogados justificadamente por igual período, uma única vez, e ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE. (NR)”

Justificação

A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transformou o Cade em autarquia estabelece em seu art. 1º seus seguintes princípios:

“Art. 1º Esta lei dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Parágrafo único. A coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta lei.”

Mais adiante, seu art. 54 dispõe sobre as formas de controle:

Art 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Cade.

§ 1º O Cade poderá autorizar os atos a que se refere o **caput**, desde que atendam as seguintes condições:

I – tenham por objetivo, cumulada ou alternativamente:

- a) aumentar a produtividade;
- b) melhorar a qualidade de bens ou serviço; ou
- c) propiciar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico ou econômico;

II – os benefícios decorrentes sejam distribuídos eqüitativamente entre os seus participantes, de um lado, e os consumidores ou usuários finais, de outro;

III – não impliquem eliminação da concorrência de parte substancial de mercado relevante de bens e serviços;

IV – sejam observados os limites estritamente necessários para atingir os objetivos visados.

§ 2º Também poderão ser considerados legítimos os atos previstos neste artigo, desde que atendidas pelo menos três das condições previstas nos incisos do parágrafo anterior, quando necessários por motivo preponderantes da economia nacional e do bem comum, e desde que não impliquem prejuízo ao consumidor ou usuário final.

§ 3º Incluem-se nos atos de que trata o **caput** aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja por meio de

fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresas resultante em trinta por cento ou mais de mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a 100.000.000 (cem milhões) de Ufir, ou unidade de valor superveniente.

§ 4º Os atos de que trata o **caput** deverão ser apresentados para exame, previamente ou no prazo máximo de quinze dias úteis de sua realização, mediante encaminhamento da respectiva documentação em três vias à SDE, que imediatamente enviará uma via ao Cade e outra à SPE.

§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a 60.000 (sessenta mil) Ufir nem superior a 6000.000 (seis milhões) de Ufir a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 32.

§ 6º Após receber o parecer técnico da SPE, que será emitido em até trinta dias, a SDE manifestar-se á em igual prazo, e em seguida encaminhará o processo devidamente instruído ao Plenário do CADE, que deliberará no prazo de trinta dias.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata este artigo condiciona-se à sua aprovação caso em que retroagirá à data de sua realização, não tendo sido apreciados pelo Cadê no prazo de trinta dias estabelecido no parágrafo anterior, serão automaticamente considerados aprovados. (Grifo nosso)

§ 8º Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE.

§ 9º Se os atos especificados neste artigo não forem realizados sob condição suspensiva ou deles tiverem decorrido efeitos perante terceiros, inclusive de natureza fiscal, o Plenário do Cade, se concluir pela sua não aprovação, determinará as providências cabíveis no sentido de que sejam desconstituídos, total ou parcialmente, seja por meio de distrato, cisão de sociedade, venda de ativos, cessação parcial de atividades ou qualquer outro ato ou providência que elimi-

ne os efeitos nocivos à ordem econômica, independentemente da responsabilidade civil perdas e danos eventualmente causados a terceiros.

§ 10. As mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas devem ser comunicados à SDE, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Departamento Nacional de Registro Comercial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (DNRC/MICT), respectivamente, no prazo de cinco dias úteis para, se for o caso, serem examinados.

Observa-se que esta norma – gerada em 1994, época em não eram comuns esses processos acelerados de criação de conglomerados econômicos – permitia a utilização do instrumento da aprovação, por decurso de prazo, dos atos de concentração econômica não apreciados a tempo – trinta dias – pelo Cade.

Hodiernamente, os fenômenos de concentração econômica são mais frequentes. Há uma explícita tendência de fusões e incorporações de diversos setores do mercado, no Brasil e no mundo. Recentemente, deparamos com o não pouco polêmico processo de fusão de grandes indústrias cervejarias.

Em face de tais circunstâncias, considero oportuno adequar a legislação vigente de forma a não permitir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, como é o caso da SDE, SPE e do Cade, se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação destes atos. Para tanto, com esta proposição, faculto às instituições a possibilidade de ampliação de seus prazos para instrução de seus processos, e, ao mesmo tempo, e por precaução, retiro a questionável aprovação destes mesmos atos por decurso de prazo, instrumento este que, quando de sua utilização em outras circunstâncias, nos é de desagradável lembrança.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Pedro Simon**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras proviências.

Do Controle de Atos e Contratos

Art. 54. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Cade.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata este artigo condiciona-se à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização; não tendo sido apreciados pelo Cade no prazo de trinta dias estabelecido no parágrafo anterior, serão automaticamente considerados aprovados.

§ 8º Os prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou SPE.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2005

Altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 1º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 476-A Mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta consolidação, o contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses:

I – para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual;

II – quando o empregador, em razão de crise econômico-financeira, comprovadamente não puder manter o nível da produção ou o fornecimento de serviços.

§ 4º Durante o período de suspensão contratual a que se referem os incisos I e II

deste artigo, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

.....
 § 7º O prazo limite fixado no **caput** poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, devendo o empregador, quando se tratar de curso ou programa de qualificação profissional, arcar com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional no respectivo período. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Justificação

A possibilidade de suspensão do contrato de trabalho para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, é novidade estabelecida por intermédio da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

O mesmo instrumento legal instituiu a bolsa de qualificação profissional, custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, à qual faz jus o trabalhador com o contrato de trabalho suspenso em virtude de sua participação no curso ou programa de qualificação.

Assim, o empregador pode, por um período que varia de dois a cinco meses, manter seu empregado com o contrato de trabalho suspenso e oferecer-lhe, no mesmo período, curso de qualificação profissional.

Nessa situação, o empregado passa a receber parcelas da bolsa de qualificação, de valores similares àqueles que faria jus a título de seguro-desemprego, conservando a condição de segurado da Previdência Social. O empregador, por seu turno, deixa de pagar o salário do empregado e de recolher os respectivos encargos sociais, embora possa conceder-lhe ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, e outros benefícios voluntários.

O projeto de lei ora proposto busca flexibilizar essa modalidade de suspensão contratual não-remunerada, de forma a também abarcar a suspensão do contrato de trabalho em virtude de crise econômico-financeira enfrentada pela empresa.

A idéia é que, nos casos de efetiva dificuldade econômica, a empresa conte com mais uma opção à imediata demissão de mão-de-obra. Tal opção pode ser interessante para as duas partes da relação contratual. Para o empregador, porque passa a dispor de um período para verificar se a situação de crise é conjuntural

ou estrutural. Ou seja, se pode ou não ser contornada. No primeiro caso, reintegrará os trabalhadores cujos contratos foram suspensos. No segundo, demiti-los-á. Para o empregado, porque terá maior chance de não ser demitido.

Ressalte-se que o interesse do empregador em manter parte de sua mão-de-obra com contrato de trabalho suspenso justifica-se pelo fato de que, muitas vezes, o custo de perdê-la é elevado. Isso ocorre com aqueles trabalhadores especializados, treinados pela empresa e realmente eficientes que estariam na eminência de serem demitidos unicamente em função de efetiva dificuldade econômica.

Também vale explicitar que a proposta é que as condições de suspensão sejam as mesmas hoje existentes para a participação em curso de qualificação profissional. Ou seja, o empregador deixa de pagar os salários e encargos sociais relativos ao empregado com contrato suspenso, podendo, todavia, conceder-lhe ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, e outros benefícios de caráter voluntário. A diferença em relação à situação hoje existente é que o empregador não terá que oferecer a esse empregado qualquer curso de qualificação, bem como este não receberá bolsa custeada pelo Programa de Seguro Desemprego.

Do exposto, fica clara a oportunidade da proposição, principalmente nestes tempos de elevadíssimas taxas de desemprego, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Jefferson Péres.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República. – **GETÚLIO VARGAS**
 – **Alexandre Marcondes Filho.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 9-8-1943.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CAPÍTULO IV

Da Suspensão e da Interrupção

Art. 476-A (Vide Medida Provisória nº 2.164-41)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Acrescentem-se os seguintes arts. 58-A, 130-A, 476-A e 627-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 12 de maio de 1943):

“Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta consolidação.

§ 4º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

§ 7º O prazo limite fixado no **caput** poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ânus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período.” (NR)

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 77, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As operações de câmbio serão realizadas exclusivamente por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional que detenham autorização do Banco Central do Brasil para atuarem nessa modalidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto destina-se a evitar a evasão de divisas praticada por parte de empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, que tenham recebido autorizações do Banco Central do Brasil para realizarem operações de câmbio.

No decorrer dos últimos anos, o próprio Banco Central do Brasil foi obrigado a cassar centenas das autorizações que havia concedido, em virtude de abusos e desvio de finalidade das concessões, que transformaram vários estabelecimentos de turismo em casas de câmbio clandestinas, controladas por doleiros.

Sob o manto da autorização oficial e da precariedade da atividade de fiscalização pelo poder público, boa parte das empresas de turismo converteram-se em abrigo para a camuflagem de operações ilegais por parte de doleiros, que vem operando para pessoas que precisam ocultar a origem e o destino de recursos amealhados em atividades ilícitas e na sonegação fiscal.

Ao tornar as operações de câmbio privativas das instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o projeto elimina a possibilidade do doleiro cercar de uma capa de legalidade o estabelecimento comercial em que exerce suas atividades ilícitas.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 78, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 33 da Lei Complementar nº 35, de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. São prerrogativas do magistrado:

.....
V – portar arma de defesa pessoal, somente quando estiver sofrendo ameaça a sua integridade física. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O exercício da Magistratura necessita realmente de prerrogativas especiais que lhe garantam condições para a plena liberdade de decisão dos juízes. Entretanto, em uma sociedade moderna e civilizada não existe sentido em se garantir determinadas exceções aos juizes que não estejam de acordo com os princípios de igualdade democrática. Uma destas exceções que não se coadunam com a atual filosofia de desarmamento pregada por toda a sociedade brasileira diz respeito à garantia de portar arma sem uma motivação aparente. Ora, o juiz é o intérprete maior da lei, porém não pode diferenciar-se de todo e qualquer cidadão simplesmente por este fato. Assim, o objetivo da presente proposição legislativa é restringir aos juizes o acesso a arma de fogo, a não ser quando em situação de risco e, portanto, plenamente justificada. Não podemos esquecer que quanto menos armas existirem na rua, menor o número de crimes, como o exemplo recente do assassinato no Ceará tanto nos indignou.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 35,
DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Presidente da República: Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....
Art. 33 – São prerrogativas do magistrado:

I – ser ouvido como testemunha em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade ou Juiz de instância igual ou inferior;

II – não ser preso senão por ordem escrita do Tribunal ou do órgão especial competente para o jul-

gamento, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do magistrado ao Presidente do Tribunal a que esteja vinculado (vetado);

III – ser recolhido a prisão especial, ou a sala especial de Estado-Maior, por ordem e à disposição do Tribunal ou do órgão especial competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

IV – não estar sujeito a notificação ou a intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial;

V – portar arma de defesa pessoal.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2005

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Emitir, oferecer, subscrever, endossar ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários:

I – falsos ou falsificados;

II – sem registro prévio de emissão junto à autoridade competente, em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados;

III – sem lastro, saldo, numerário, crédito ou garantia suficientes;

IV – sem autorização prévia da autoridade competente, quando legalmente exigida.

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição objetiva delimitar e especificar, com maior clareza, os crimes em que títulos ou valores mobiliários são expostos e trocados no mercado sem que tenham a correspondente garantia monetária, também definida como lastro em dinheiro. Acredito que esta brecha para a impunidade estará fechada ao significarmos, específica e restritivamente, o que significam estes lastros e garantias.

Apesar destes conceitos nos parecerem óbvios, a redação em vigor da lei remete a uma legislação subsidiária para definir seus conceitos – que, por sinal, não existe – e, em nosso entendimento, seria supérflua e desnecessária, face à nova redação proposta, para a qual solicito o apoio de meus ilustres pares.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986.

Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

Art. 7º Emitir, oferecer ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários:

I – falsos ou falsificados;

II – sem registro prévio de emissão junto à autoridade competente, em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados;

III – sem lastro ou garantia suficientes, nos termos da legislação;

IV – sem autorização prévia da autoridade competente, quando legalmente exigida:

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80 DE 2005

Dispõe sobre o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação no âmbito do Mercosul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os diplomas de cursos de pós-graduações de Mestrado e Doutorado expedidos por universidades ou instituições de ensino superior tradicionais, sediadas nos países integrantes do Mercosul, serão admitidos automaticamente no Brasil, mediante averbação na Secretária do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único – Entende-se por universidades ou instituições de ensino superior tradicionais, aquelas autorizadas pelo Governo do respectivo país integrante do Mercosul e que estejam em funcionamento há mais de 30 anos.

Art. 2º Para serem averbados, os diplomas a que se refere o art. 1º desta lei devem ser autenticados

pelos órgãos públicos responsáveis pela Educação e Cultura e pelas Relações Diplomáticas do país em que está sediada a instituição de ensino e pelo órgão diplomático do Brasil naquele país.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição, que ora submeto a meus ilustres pares, me foi sugerida pelo cidadão, meu conterrâneo, Sr. Ederson Dias da Silva, que com muita propriedade ponderou sobre a necessidade de dotar a nossa legislação pátria de instrumento agregador de relações educacionais e culturais no bloco do Mercosul.

Após exame a *prima facie*, considerei que o projeto merece prosperar na análise do Poder Legislativo. Segue-se seu arrazoado:

“É notória a escassez de cursos de pós-graduação de Mestrado e Doutorado no Brasil, o que acarreta dificuldades na qualificação dos professores de cursos universitários de graduação e mesmo na área profissional, quando os currículos são analisados no exterior.

A grande maioria dos professores do ensino superior no Brasil são apenas graduados ou especialistas, sendo a minoria mestres e muito menos doutores.

A tradição universitária no Brasil se iniciou muito tardiamente, sendo de notar que a universidade mais antiga é de 1919, a Universidade Federal do Paraná, embora alguns atribuam a maior antiguidade à Universidade Federal do Amazonas, que seria de 1913 e mesmo à Universidade do Brasil, de 1920, sendo que a Universidade de Córdoba, na Argentina, é de 1628 (por bula do Papa Gregório XV), só para efeito de comparação. A Universidade de Buenos Aires (UBA), criada em 1821, também precedeu em quase um século a Universidade Federal do Paraná.

A demora da implantação do ensino superior no Brasil se deveu, principalmente, ao espírito corporativo daqueles que possuíam as prerrogativas de cursos superiores não quererem facilitar a obtenção do mesmo título a outros conterrâneos.

Situação semelhante ocorreu recentemente em Portugal, quando foi proibido o exercício da profissão aos diplomados em Odontologia no Brasil. Após muitas discussões, veiculadas inclusive nos principais programas de televisão e jornais, ficou constatada que a formação dos brasileiros era mais específica

e atualizada do que a formação ministrada em Portugal e, ao final, foram aceitos todos aqueles profissionais e seus diplomas.

Há que considerar, ainda, o fato de vários países do Mercosul manterem convênio de reconhecimento automático com a Espanha, inclusive anteriores ao Mercado Comum Europeu, do que resulta a seguinte situação:

Com a criação do Mercado Comum Europeu, todos os convênios mantidos com qualquer um dos integrantes foram estendidos aos demais, v. g. um título de doutorado expedido na Argentina é automaticamente aceito na Espanha, França, Alemanha, Inglaterra etc, todos países mais desenvolvidos culturalmente que o Brasil, e que, há muito, abandonaram o reconhecimento simplesmente documental, sendo o título (diploma), um pressuposto que terá que ser confirmado pelo desempenho.

É de notar, ainda, que os cursos de Mestrado e Doutorado, até recentemente e na sua maioria, apresentavam um número muito reduzido de vagas (6 a 8 por ano) e a seleção sofria acentuado influxo subjetivo, favorecendo os candidatos das próprias universidades ou a elas vinculados, com critérios muito corporativos.

A tradição acadêmica brasileira, até hoje, não obteve nenhum Prêmio Nobel, enquanto na Argentina existem três.

A aceitação automática dos diplomas de cursos de pós-graduação obtidos nos países do Mercosul não trará nenhuma desvantagem para o ensino ou o exercício profissional. Os cursos de pós-graduação têm valor apenas acadêmico, não implicando no exercício profissional.

Considerando-se que a grande maioria dos professores não possui estas titulações, o reconhecimento automático só trará vantagens à qualificação do ensino.

Observe-se que os professores são admitidos por concurso, inclusive para o último nível da carreira – professor titular – o que permitirá a avaliação comparativa dos candidatos.

É importante lembrar que todo professor admitido, mesmo por concurso público, está sujeito a um período de três anos de estágio probatório durante o qual sofre avaliação de seu desempenho e, portanto, se não for efetivamente capaz, deve ser dispensado. O estágio probatório deve ser, de fato, a avaliação das condições que o professor deve apresentar

para ser mantido em uma Instituição de nível superior.

Seria importante, ainda, que o Ministério de Educação e Cultura do Brasil informasse qual o número e percentual de professores que não foram aprovados no estágio probatório nos últimos dez anos. E lógico que este dado mostrará a eficiência da avaliação, pois num universo de milhares sempre haverá algum que não corresponda.

Outro aspecto importante é o custo que terão as pessoas interessadas em realizar cursos de pós-graduações de Mestrado e Doutorado, pois nos países da Europa, Estados Unidos e Canadá o custo será muito mais elevado, em razão da média de preços para bens e serviços naqueles países, além dos maiores gastos com viagens.

Para que as universidades brasileiras montem cursos de pós-graduações de Mestrado e Doutorado, na quantidade e diversidade necessárias, demandaria muitos anos, o que iria ocasionar um atraso na qualificação exigida para os cursos de graduação.

Sob o aspecto histórico, cumpre lembrar que o “Doutorado”, até 1950, se constituía numa prova a ser realizada perante uma banca e uma defesa de tese, situação essa conservada em muitos países da Europa com larga tradição acadêmica.

Posteriormente, até 1974, foram atribuídos títulos de doutor àqueles que se submetiam a concursos para “professor livre-docente”, “professor catedrático” ou “professor titular”, sendo exigida a realização de provas escritas, orais, didática e uma defesa de tese. Ainda hoje, existem professores exercendo o magistério com a titulação de doutor obtida na forma acima descrita, com ótimo proveito para o ensino.

O Decreto Legislativo nº 62 de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, em seu art. 1º, aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudo de Pós-Graduação nas Universidades nos Estados partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília em 5 de dezembro de 2002, não demarcando o período de realização dos cursos.

Em nossa proposta, o art. 2º dá ênfase ao amparo devido aos diplomas concedidos a alunos que iniciaram seu curso antes de 31 de dezembro de 2003. No art. 3º sugerimos quais

organismos brasileiros e dos países onde foi realizado o curso, devem averbar e/ou autenticar os diplomas concedidos.”

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Pedro Simon.**

(À Comissão Conjunta Parlamentar do MERCOSUL.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6 DE 2005

Altera os arts. 52, XI, e 164 da CF para instituir mecanismos de nomeação e destituição do presidente e diretores do Bacen.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 52 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 52.
.....

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República e do presidente e diretores do Banco Central antes do término de seus mandatos;

Art. 2º O art. 164 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 164.
.....

§ 4º O presidente e os diretores do Banco Central serão nomeados pelo Presidente da República, mediante a aprovação de seus nomes pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal e por voto secreto, após sabatina pela comissão competente, para mandatos cuja duração será fixada em lei complementar, permitida uma única recondução. (NR)”

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas últimas duas décadas, tomou-se consensual a idéia de que políticas monetárias lenientes não são capazes de gerar desenvolvimento econômico sustentado. Elas podem, no máximo, gerar surtos de expansão de curto prazo, que serão fatalmente seguidos de retração da produção e desorganização dos contratos.

Também se entende hoje que o combate à inflação pode ser tão menos custoso em termos de produto – e, portanto, de bem-estar social – quanto mais a sociedade confiar na real disposição das autoridades de manter a inflação em níveis moderados. Ocorre que os ciclos políticos e eleitorais podem ter duração diferente da dos ciclos econômicos. Surge dessa defasagem uma tentação para o Poder Executivo: utilizar políticas monetárias frouxas para obter resultados políticos ou eleitorais imediatos, jogando o custo do ajuste para o futuro.

A convergência entre essas idéias se materializou na criação de bancos centrais autônomos de direito ou na aceitação tácita de um maior grau de autonomia prática, ainda que não formalizada institucionalmente.

No Brasil, vivemos a segunda situação. Não obstante os resultados expressivos que esse arranjo vem obtendo, tanto na forma de índices de inflação baixos, quanto na resposta satisfatória do aumento do PIB – no ano passado o crescimento foi de 5,2% -, não se pode negar que alguma incerteza política quanto à continuidade de políticas monetárias consistentes é uma reação legítima dos agentes econômicos e dos cidadãos. E essa incerteza tem um preço.

É preciso avançar. Se a autonomia tácita de que goza o Banco Central for formalizada no nosso ordenamento jurídico, o Brasil só terá a ganhar. O custo de combater a inflação será reduzido em muito.

Quando os agentes econômicos tiverem certeza de que os diretores e o presidente do Banco Central não precisarão fazer concessões políticas para permanecerem em seus cargos, as metas de inflação ganharão maior credibilidade. E credibilidade é um atributo chave na condução da política monetária: se todos confiam que o Banco Central será capaz de fazer a inflação convergir para a meta estipulada, todos fixarão seus preços dentro das margens previstas pela autoridade monetária. Em consequência, reduz-se o custo da política monetária, sendo possível atingir uma menor inflação com menor taxa de juros.

Também não podemos ignorar que a inexistência de garantia legal de um mandato fixo para os dirigentes do Banco Central estabelece uma permanente guerra de informação entre a autoridade monetária, o mercado e o Governo. Quando o Banco Central é criticado, seus dirigentes podem ser tentados a usar a eleva-

ção da taxa de juros como forma de reafirmar sua autonomia "de fato", enviando ao mercado sinais de que não se deixam amedrontar por críticas. Esse tipo de comportamento aumenta o custo da política monetária. Em um quadro institucional onde a autonomia dos dirigentes fosse garantida por lei, tal fenômeno não ocorreria.

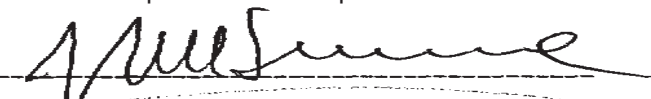
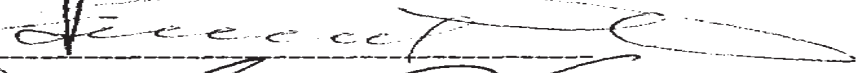

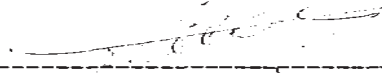
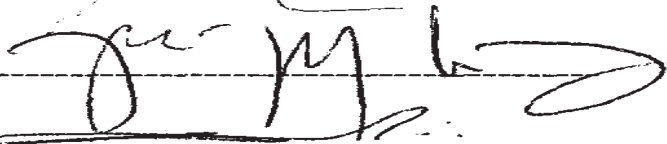



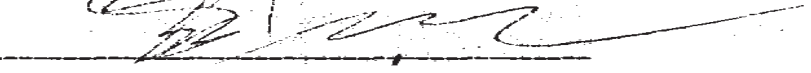


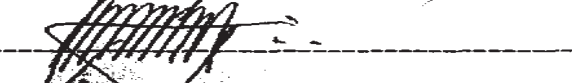



Nesse sentido, proponho que sejam inseridos na Carta Magna os requisitos necessários para que lei complementar regulamente a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.

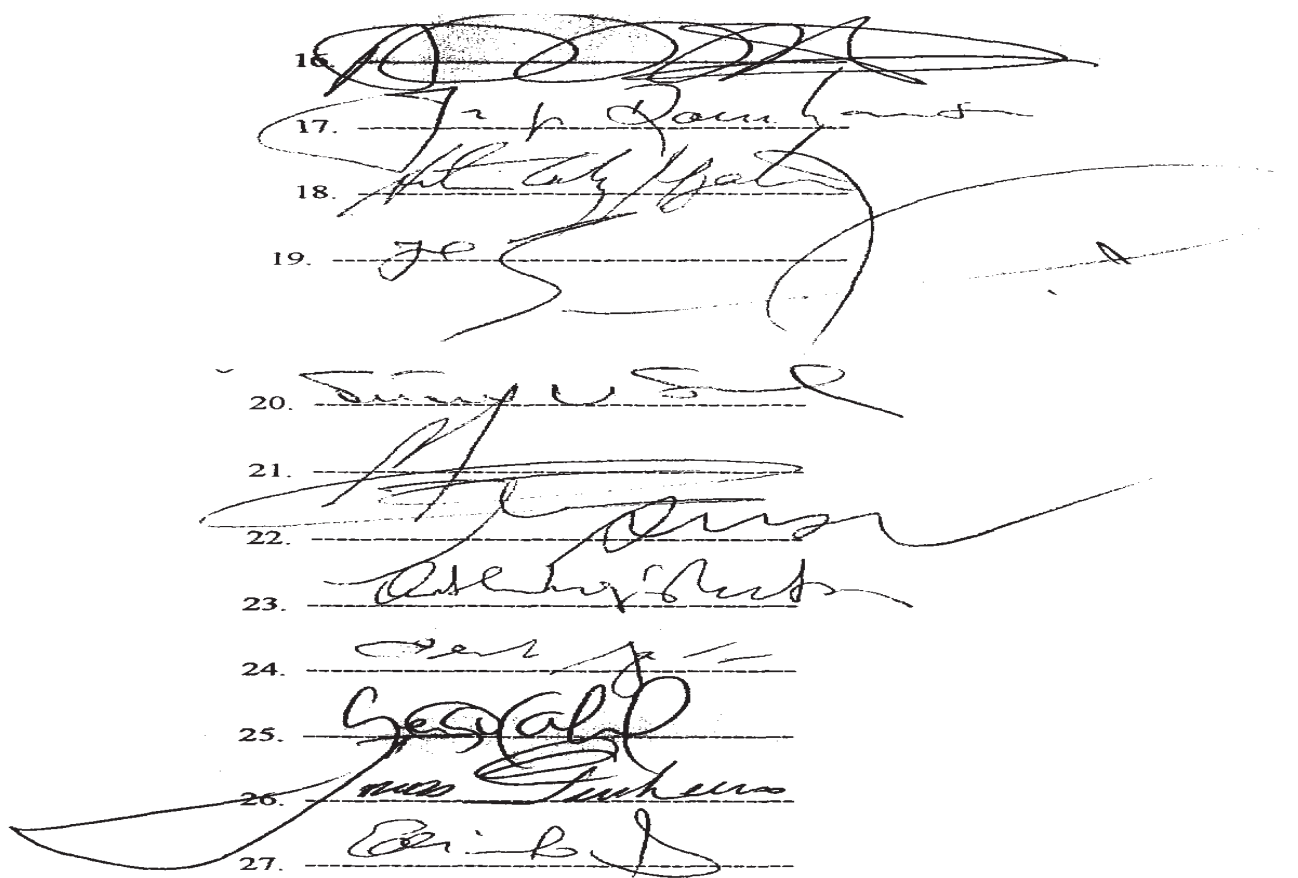
Em síntese, esta proposição dá mandatos fixos ao presidente e diretores do Banco Central, prevendo que sua demissão só poderá ocorrer por

iniciativa do Presidente da República e aprovação por maioria absoluta dos senadores, por voto secreto. Ao mesmo tempo, prevê que lei complementar irá disciplinar a autonomia operacional daquela instituição.

Considero que a aprovação desta proposição permitirá a redução mais rápida das taxas de juros, ao mesmo tempo que dará ao País um quadro institucional mais sólido e estável, favorecendo o ambiente econômico e estimulando o investimento, a redução da taxa de juros e o crescimento do produto nacional.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005.

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6. 
7. 
8. 
9. 
10. 
11. 
12. 
13. 
14. 
15. 



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 52 .Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99)

II – processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministro do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de território;

d) Presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determi-

nar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

§ 1º É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 128/05-BLP

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que o saúdo respeitosa-mente, venho solicitar especial deferência de V. Ex^a no sentido de designar o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), como titular, e o Deputado Carlos Rodrigues (PL/RJ), em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 240, de 10-3-2005, que “dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7 e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. GLPMDB nº 95/2005

Brasília, 14 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Hélio Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Ney Suassuna, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 227, de 6-12-2004, que “dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 262/2005 – GLDBAG

Brasília, 14 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Mozarildo Cavalcanti para compor, na qualidade de Suplente, a vaga número 5 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Senador **Delcídio Amaral** – Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti como suplente para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 262/2005 – GLDBAG

Brasília, 14 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em conformidade com o Ato Conjunto nº 1, de 2005, comunico que o Senador Antonio Carlos Valadares passará a compor, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista criada para apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, deixando a titularidade da referida comissão.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Senador **Delcídio Amaral** – Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Antonio Carlos Valadares como suplente para compor a Comissão Mista, em conformidade com o Ato Conjunto nº 1, de 2005, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 263/2005 – GLDBAG

Brasília, 15 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aelton Freitas, para compor, na qualidade de suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em substituição ao Senador Francisco Pereira.

Na oportunidade renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Delcídio Amaral, Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto**

de Lei do Senado nº 21, de 2005, do Senador Gilberto Miranda, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a legislar sobre jogos de bingo, passa a tramitar como matéria complementar, em virtude de ter como fundamento o disposto no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Em virtude disso, Presidência determina a republicação dos avulsos da matéria, retifica o despacho apostado ao Projeto para retirar o caráter terminativo atribuído e a encaminha, além das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos; à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/10**, de 2005 (nº 30/2005, na origem), de 8 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 253906, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93, do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (apuração do valor adicionado para efeito de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos Municípios).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

É o seguinte o Ofício recebido:

Of. nº 30 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2005

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 253906

Recorrente: Estado de Minas Gerais

Recorrido: Município de Ibiraci

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93 do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Seguem, também, cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão, cuja publicação ocorreu no **Diário da Justiça** de 18 de fevereiro de 2005.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 98 DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 98, de 2005, (nº 109/2005, na origem do Presidente da República que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.”

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 15 de março de 2005 apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Aelton Freitas, sobre a Mensagem nº 98, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por 14 votos favoráveis, 00 contrário(s) e 1 abstenção(ões).

Sala das Comissões, 15 de março de 2005.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
MENSAGEM (SF) Nº 98 DE 2005**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: AELTON FREITAS	
BLOCO DA MINORIA	
HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JOÃO RIBEIRO	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MÁRIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7.EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
DELCLÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
FRANCISCO PEREIRA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIASI	4-FÁTIMA CLEIDE
SÉRY S LHESSARENKO	5-VAGO
SIBÁ MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
AELTON FREITAS	7- VAGO
PMDB	
GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VALMIR AMARAL	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5-MÁRIO CALIXTO
MÃO SANTA	6- ROMERO JUCÁ
PDT	
JUVÊNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Aelton Freitas**

O Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor no Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes (DNIT).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para aprovar a escolha do diretor do Dnit, entre brasileiros, com idoneidade moral, reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do Dnit e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Acompanham a mensagem o **Curriculum Vitae** do indicado e o Aviso nº 19/C. Civil, de 25 de fevereiro de 2005, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Conforme o referido currículo, o Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos é engenheiro, consultor de portos e vias navegáveis da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

Desde 1976 vem exercendo cargos de chefia e direção em diversas empresas e órgãos públicos, sempre relacionados com infra-estrutura ou transportes.

Entre os cargos que exerceu destacam-se:

- Presidente do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Belém, Vila do Conde e Santarém, no Estado do Pará;
- Presidente da Comissão de Obras para a Implantação das Eclusas de Tucuruí;
- Coordenador-Geral de Convênios do Departamento do Fundo Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes, do Ministério dos Transportes.

As informações sobre as funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do indicado, que estão de acordo com os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes.

Encontra-se, assim, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Dnit, para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Sala da Comissão, 15 de março de 2005. – **Aelton Freitas**, Relator.

PARECER Nº 99, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 99, de 2005,

(nº 113/2005, na origem), do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.”

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 15 de março de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 99, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por 14 votos favoráveis, 00 contrário e 1 abstenção.

Sala das Comissões, 15 de março de 2005. – Presidente, **Heráclito Fortes** – Relator, **Sérgio Guerra**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

Por meio da Mensagem (SF) nº 99, de 2005 (nº 113, de 2005, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza para exercer o cargo de Diretor no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências”.

Nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros “que a lei determinar”. A Mensagem em causa cumpre, assim, o requisito imposto pelo parágrafo único do art. 88 da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, que, ao alterar a Lei nº 10.233, de 2001, fez depender de aprovação desta Casa “as nomeações dos Diretores do DNIT”.

De outra parte, o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, determina que os diretores do órgão “deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades”, condições que o Senhor Luziel Reginaldo de Souza satisfaz plenamente, considerado o currículo apensado aos autos.

Nascido em 23 de dezembro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, o engenheiro civil Luziel Reginaldo de Souza obteve seu título de graduação, em 1978, na Associação Educacional Veiga de Almeida. Adiante, em 1982, especializou-se em Engenharia Econômica

na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo da vida profissional, exerceu destacadas atividades, tanto na área pública quanto no setor privado.

Na iniciativa privada, trabalhou no Banco Real S/A e nas empresas Transplan S/A – Planejamento e Projetos de Transportes, Copal – Construções e Pavimentações S/A e PACS – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda. Na área pública, ainda estudante, estagiou no Setor de Engenharia Civil da Refinaria Duque de Caxias da Petrobrás S/A, tendo ingressado, como engenheiro, em 1982, nos quadros técnicos do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), transformado no DNIT, onde permanece até a presente data.

Nessa autarquia, para a qual tem seu nome agora indicado para cargo de direção, fez longa e densa carreira profissional. Trabalhou no Serviço de Orientação Técnica da Divisão de Melhoramentos e Restaurações, até 1982, e na Unidade Assessorial de Acompanhamento dos Programas de Obras e de Manutenção da

Diretoria Geral, até 1986; junto à Diretoria Executiva, foi Coordenador do Sistema de Arrecadação, até 1988, e assistente, até 1992; até 1999, foi assessor da Diretoria Geral, cargo que voltou a exercer em 2003, depois de haver sido lotado na Diretoria de Administração e Finanças e na Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

As características e a importância dos vários cargos e funções exercidos pelo Senhor Luziel Reginaldo de Souza demonstram sobejamente a pertinência de suas atividades profissionais com as atribuições de Diretor do DNIT. Dessa forma, considerando o indicado amplamente credenciado para o exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo.

Senhor Presidente da República, submetemos sua escolha, constante da Mensagem (SE) nº 99, de 2005 (nº 113, de 2005, na origem), à apreciação e julgamento desta Comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 2005. – **Sérgio Guerra**, Relator.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
MENSAGEM (SF) Nº 99 DE 2005**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SÉRGIO GUERRA	
BLOCO DA MINORIA	
HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JOÃO RIBEIRO	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7-EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
DELCÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
FRANCISCO PEREIRA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIASI	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SLHESSARENKO	5-VAGO
SIBÁ MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
A TON FREITAS	7- VAGO
PMDB	
GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VALMIR AMARAL	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5-MÁRIO CALIXTO
MÃO SANTA	6- ROMERO JUCÁ
PDT	
JUVÊNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 88. Os Diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades, e serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeados pelo Presidente da República. (*Vide* Medida Provisória nº 2.217-3, de 4-9-2001)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.217-3,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 88.

Parágrafo único. As nomeações dos Diretores do DNIT serão precedidas, individualmente, de aprovação

pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição.” (NR)

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, concedo a palavra aos Senadores Hélio Costa, Jefferson Péres e Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por delegação do Líder, já encaminhada à Mesa, peço para falar pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia, depois do primeiro ou do segundo orador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Supplicity.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– A Senadora Maria do Carmo Alves primeiro, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pela ordem.) – Solicito à Mesa minha inscrição para falar pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa aguarda a delegação da Liderança para V. Ex^a fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Eduardo Supplicity.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se houver possibilidade de uso da palavra para uma comunicação inadiável no momento adequado da sessão, peço minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a estará inscrito, de conformidade com o art. 151, § 2º, do Regimento Interno, na prorrogação da hora do Expediente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Em segundo lugar, está inscrita a Senadora Lúcia Vânia, para uma breve comunicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Logo após, farão uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio Costa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. S e Srs. Senadores, trago, neste tempo destinado à Liderança do PSDB, dois assuntos que julgo de relevância para o País.

O primeiro é a decisão do Líder do meu Partido na Câmara, Alberto Goldman, e minha, como Líder da Bancada de Senadores do PSDB, de não participar de reunião que se formaliza no gabinete da Liderança do PMDB, com o General Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, e com o dirigente maior da Agência Brasileira de Informações, Dr. Mauro Marcelo.

Entendemos que essa reunião deveria ser pública, aberta para a imprensa, aberta para os brasileiros que queiram participar dela e, evidentemente, aberta para todos os Parlamentares. Havendo algo secreto a ser dito pelos dois dirigentes, Senador Jefferson Péres, então se tornaria secreta a reunião, mas isso numa das salas das comissões.

Digo isso sem qualquer despreço ao PMDB, Partido que estimo, ou ao Líder Ney Suassuna, que também estimo sobremaneira. Mas essa é a nossa decisão. Daqui a pouco, encaminharemos à imprensa uma nota nossa – do Líder Alberto Goldman e minha –, demonstrando que o assunto, a denúncia de eventual envolvimento de dinheiro das Farc em campanha de candidatos do PT não pode ser tratada em gabinete fechado; tem que ser tratada abertamente e aos olhos da opinião pública. Esta é a nossa posição.

Sr. Presidente, hoje encaminho à Mesa, com trinta assinaturas, os pedidos de constituição de duas comissões parlamentares de inquérito, conforme me dispus a fazer, dias atrás, desta tribuna. Propus aos Senadores todos, aos 80 Senadores que assinassem comigo esses requerimentos. Um se destina a investigar nada mais, nada menos do que o Governo do qual fui Líder e do qual fui Ministro, investigar a privatização como um todo. Quando falo das privatizações como um todo, Senador Jefferson Péres, falo da privatização do setor elétrico, da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, de tudo junto.

O segundo requerimento, sem dúvida alguma, é para instalação da inadiável comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso Waldomiro Diniz, cadáver insepulto que, por ser insepulto, tem de ser debatido aos olhos da Nação e neste ambiente do Senado Federal.

São trinta assinaturas convictas. Não procurei praticamente ninguém para apor seu nome ao documento. Foram assinaturas espontâneas, acredito que

irrecusáveis, inarredáveis, assinaturas de convicção. Senador Paulo Paim, na Câmara uma comissão instalada funciona normalmente. O que aguardo da Casa, da Mesa e dos Líderes é que não haja delonga, que cumpramos algo que é nosso dever. O dever diz que, quando se tem a assinatura de pelo menos um terço dos membros de uma Casa Legislativa, deve se instalar a comissão parlamentar de inquérito. Lá dentro, então, trava-se a luta para se provar as verdades, para se desmentir as inverdades. Faço questão absoluta de passar a limpo de uma vez essa pendência toda em torno das privatizações. Não há como o Governo se recusar a ver apreciado o caso Waldomiro Diniz. Se alguém me pergunta, Senador Jefferson Péres, se acredito ser possível encontrar alguma irregularidade no processo das privatizações, respondo que é muito provável que se encontre sim. Afinal de contas, com o envolvimento de valores tão significativos, acredito que sim.

Com relação à outra, tenho convicção absoluta. Pois houve um réu na televisão, em horário nobre, afirmando-se propineiro. Se esse réu, que trabalhava no quarto andar do Palácio do Planalto, resolvesse tomar aulas de sapateado na hora do expediente – e seria melhor estudar sapateado do que ter feito o que fez, envolvendo a coisa pública –, ele teria perturbado o descanso do Presidente da República, teria causado dor de cabeça em Sua Excelência, e, quem sabe, sua sala não seria em cima da do Presidente. Não há como negarmos que esse cidadão prevaricou antes, durante e depois de sua instalação no quarto andar do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. As duas Comissões Parlamentares de Inquérito são, a meu ver, irrecusáveis. Não sei como o Governo vai se recusar a realizá-las. Haverá novamente aquele constrangimento de pedir para o companheiro retirar assinatura, o velho jogo de pedir para não instalar, o Líder não indica...

Agora mesmo, terá início na Câmara dos Deputados uma CPI que investigará parte do sistema de privatizações. Proponho que se investigue aqui o todo, proponho algo mais duro até do que o que lá foi realizado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se seria possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, o orador não dispõe de tempo, Senador Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho apenas um minuto para concluir, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, imagino que teremos, imediatamente, os nomes do PSDB; certamente, os do PFL; certamente, os do PDT. Não tenho por que duvidar que a base do Governo (também ela) entre, imediatamente, com os dois nomes: um, para se passar a limpo, de uma vez por todas, o episódio das privatizações no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; outro, para se passar a limpo, sem dúvida alguma, dando toda chance de defesa a quem tenha que se defender, o episódio Waldomiro Diniz, que não ficará como um cadáver insepulto, assombrando a dignidade da sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Arthur Virgílio a colaboração. A Mesa se sente no dever de dar um esclarecimento ao Plenário a respeito de uma circular emitida a todos os Srs. Senadores, por decisão dos Líderes e da Presidência da Casa. Quando houver um Líder inscrito por delegação e chegar um Líder efetivo, há precedência deste àquele. Isso para que não paire dúvida de que haveria algum direcionamento. Trata-se de um esclarecimento justo aos Srs. Senadores. Por delegação, falará, naturalmente, após o acordo de intervalo.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como orador regular.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

Em seguida, os nobres Senadores Hélio Costa e Jefferson Péres, como Líder delegado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, falarei antes das 15 horas?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se for a escolha de V. Ex^a, logo após o próximo orador, aquele que der seqüência ao Senador Hélio Costa.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, soube que não haveria inscri-

ções para falas neste plenário, nem pela Liderança nem para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A sessão transcorre normalmente. Quando chegarem os Senadores vinculados à sessão em homenagem ao aniversário de cinqüenta anos do Líder Luís Eduardo Magalhães, a sessão será interrompida para tal finalidade. Enquanto isso, transcorre normalmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, inscrevo-me para falar pela Minoria, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda a delegação da Liderança para V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação, por haver colaborado ontem a fim de que o Estatuto da Igualdade Racial fosse aprovado naquela Comissão – a meu ver, uma das mais importantes –, que debateu sobre a possibilidade de a comunidade negra ter acesso à universidade. Na pessoa do Senador Hélio Costa, além de cumprimentar o PMDB, cumprimento todos os líderes e partidos. Também cumprimento o sempre Líder Jefferson Péres, do PDT, e o sempre Líder Arthur Virgílio, do PSDB, pelas belas exposições apoiando o Estatuto da Igualdade Racial. Agradeço ao Líder Aloizio Mercadante, por ter pedido à Assessoria do Governo que desse parecer favorável ao Estatuto da Igualdade Racial, e ao Líder Delcídio Amaral, que orientou a Bancada a se posicionar a favor da matéria neste Ano da Igualdade Racial. Cumprimento também a Ministra Matilde Ribeiro, que lutou para que o Estatuto fosse aprovado.

Sr. Presidente, dia 21, segunda-feira, é o Dia Internacional da Luta contra o Preconceito e o Racismo. Vem em boa hora a aprovação do Estatuto, que, como digo sempre e sintetizo nesta frase, desmascara a tal liberdade concedida à comunidade negra em 13 de maio de 1888. Somente agora, com o Estatuto, a comunidade negra terá seus direitos civis assegurados no País.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados está discutindo e votando a PEC paralela. Tenho dito, Senador Tião Viana, que se forem firmados acordos naquela Casa, envolvendo, como dizem, governadores, Governo Federal e Deputados, tanto que um dos destaques polêmicos obteve 313 votos contra 12 ou 13, se houver um amplo acordo, não seremos nós, no Senado Federal, que criaremos obstáculos. A fim de evitar o pingue-pongue, gostaria que concordássemos,

todos os Senadores, com o que for acordado lá. Não é possível outras categorias virem para cá, emendarmos novamente, e a matéria voltar para a Câmara dos Deputados. Aquela Casa recebe outra demanda e envia novamente para cá. Torço para que haja um amplo entendimento com governadores, prefeitos, União, todos os partidos, da situação e da oposição, e que a PEC paralela venha pronta para esta Casa. Fizemos nossa parte, e V. Ex^a principalmente, como Relator, quando foi aqui votada, em dois turnos. Se houver um grande entendimento, a matéria vem a esta Casa, é votada, e termina. O que não pode é receber pressão lá e, em seguida aqui, como fui informado, dos chamados Policiais Militares.

Senador Tião Viana, envio um recado para a construção do acordo: que seja aprovada na Câmara dos Deputados e retorne ao Senado Federal. Se assim ocorrer, não criaremos obstáculos. Assim sendo, espero que a PEC paralela seja votada e promulgada ainda neste semestre.

Além disso, Senador Tião Viana, tenho recebido telegramas, e-mails e cartas de todo o País perguntando-me como ficará o aumento dos aposentados e pensionistas no dia 1º de maio. Estive ontem com o Ministro do Planejamento em uma reunião da Bancada, e S. Ex^a disse que devemos conversar sobre o assunto.

Percebo, Sr. Presidente, pelos documentos que recebo, que há um verdadeiro desespero por parte de aposentados e pensionistas com relação à projeção que fazem, mediante os documentos que tenho em mãos e que apontam que, se a mesma política utilizada nos últimos dez anos for também utilizada nos próximos dez, a tendência é todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência, Senador Jefferson Péres, sei que V. Ex^a é sensível à situação dos aposentados, passarem a receber somente um salário mínimo.

Eu não quero aqui demagogicamente dizer que eles têm de receber a perda acumulada, em torno de 70%, pois eu teria de dizer também que os servidores públicos, que receberão somente 0,1%, teriam de receber, de uma hora para outra, em torno de 70% a 80%, segundo a perda demonstrada nos gráficos. Mas entendo, Sr. Presidente, que devemos estabelecer um diálogo sobre o salário dos servidores e o dos aposentados e pensionistas, não só os do Regime Geral de Previdência, mas também os do serviço público. Temos que construir uma política de recuperação a médio ou mesmo a longo prazo.

Em um dos documentos que recebo, diz o aposentado que me escreve:

Pensem por um minuto apenas: se cada um de nós, ao se aposentar, fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuir gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento vai tomando conta de todos nós? No mínimo, o desespero.

Sr. Presidente, com essas ponderações, quero dizer que é importante dialogar, construir alguma alternativa para esse povo que está em uma situação mais do que precária.

Eu vou participar, no próximo dia 14 de abril, de uma teleconferência do Senado com os vinte e quatro Estados até então confirmados. Debateremos a situação dos trabalhadores, a Previdência e os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Em 1993, desvinculou-se dos benefícios o reajuste do salário mínimo. Sei também que, nesses últimos dez anos, ao reajustar-se o benefício do aposentado e pensionista foi usado um índice para o mínimo e outro para os aposentados. Isso fez com que o Supremo Tribunal Federal, entre 1994 e 1997, decidisse a favor dos aposentados. Há um outro caso, entre 1997 e 1998, que, em última instância, aquela Corte deu ganho de causa aos aposentados.

Agora, recomendo aos aposentados que recorram ao Supremo sempre que o benefício não tiver como correção o mesmo índice usado para a correção do salário mínimo. Por exemplo, se o salário mínimo foi corrigido pelo INPC, baseado na inflação, o benefício deveria ter usado, no mínimo, como referência o INPC. Se foi o IRSM, Índice de Reajuste do Salário Mínimo, a base de cálculo do reajuste precisa ser o mesmo índice. O mesmo ocorre para o IPCA. Enfim, quando o mesmo índice não for usado para o cálculo de benefícios – eu estou referindo aos últimos dez anos –, o Supremo Tribunal Federal tem dando ganho de causa aos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, podemos fazer um bom debate sobre esse assunto.

Entre os documentos que recebi, há o de um aposentado que reconhece que o Presidente Lula assegurou que o pagamento dos nossos benefícios, que antes se dava até o 17º dia, 18º dia, agora se dá entre do 1º ao 5º dia útil. O que, sem sombra de dúvida, reconhece ele, é um benefício. Mas seria preciso também que o Governo se debruçasse, juntamente com os Parlamentares, sobre esse debate, a fim de permitir, como estabelece os arts. 201 e 202 da nossa Constituição, que o valor real das aposentadorias efetivamente seja mantido.

E relata o mesmo aposentado – estou aqui recapitulando uma dessas cartas – que, no Rio Grande do Sul, há o piso salarial e que, a partir de maio, ele não será menos...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... que R\$400,00 para quem está na atividade. O benefício do aposentado e pensionista chegará, pela expectativa projetada do debate da Comissão de Orçamento, a R\$300,00. Tem lógica a argumentação econômica do aposentado, pois, se há elevação de toda a massa salarial dos trabalhadores do Rio Grande – que, esperamos, se repita em outros Estados –, conseqüentemente a Previdência arrecadará muito mais. Esse aumento de arrecadação sustentaria o projeto por nós apresentado à época, propondo que o piso dos aposentados e pensionistas, nos Estados em que este seja maior do que o salário mínimo, seja também assegurado aos aposentados. Por quê? Quando ele vai ao boteco, à farmácia, vai pagar o mesmo preço que aquele que tem como salário mínimo exatamente os R\$300,00, piso salarial projetado para 1º de maio. Portanto, ele, R\$300,00, e o outro, que está na atividade, o piso é mais do que R\$400,00.

Sr. Presidente, baseado nessa reflexão, que entendo positiva e que os aposentados, de forma sábia, estão fazendo, é que estou insistindo muito para que construamos uma alternativa que atenda aos interesses também dos aposentados e pensionistas.

Como tenho dois segundos, ainda dá para falar sobre a polêmica que a reforma sindical causou hoje na Câmara dos Deputados, com o Ministro Ricardo Berzoini. Por isso, insisto, é preciso muito diálogo para construirmos esse entendimento; senão, essa matéria não será votada neste ano nem no ano que vem.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna falar de uma causa que sempre defendi ao longo da minha vida pública, o resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas.

Em 1989, cumprindo preceito constitucional, o INSS revisou todos os benefícios de prestação continuada mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, a fim de que fosse restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários-mínimos, que tinham na data de sua concessão.

Em 1993 houve a desvinculação, iniciando-se o calvário dos aposentados e pensionistas com a devastadora defasagem salarial.

Nas viagens que faço, nas centenas de cartas e e-mails que recebo diariamente no meu gabinete, fica registrado o mesmo clamor dessa classe tão injustiçada: “a defasagem salarial está corroendo o valor da minha aposentadoria. Vou acabar recebendo um salário-mínimo”.

A política para quem ganha mais de um salário mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário-mínimo. Acrescento ainda, a falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo 01 salário-mínimo.

Em todos os projetos que apresentei sempre vinculei o salário-mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo.

Apresentei um projeto de lei, o PLS nº 58/03, que garante a vinculação definitiva e tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela previdência social e às pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

Proponho a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários-mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Com a aprovação desse projeto, estaremos devolvendo aos milhares de aposentados e pensionistas sua dignidade e estaremos implementando justiça social.

Os brasileiros estão apavorados com a perspectiva de se aposentarem. Além da monstruosidade do fator previdenciário (sobre o qual falei nesta semana), eles sabem que a defasagem salarial vai impedi-los de viver com tranqüilidade esse momento que deveria ser de sonho, não de pesadelo.

No encontro nacional dos aposentados e pensionistas ocorrido na cidade de Aparecida/SP no dia 30 de janeiro, foi acordado que haverá uma marcha para Brasília no dia 14 de abril. Eles irão reivindicar que esta Casa aprove imediatamente o PLS 58. Será a caminhada da cidadania e da dignidade humana.

Eles vêm exigir seus direitos, cientes do muito que fizeram pelo país, mas cientes também de que há anos estão sendo desrespeitados e estão perdendo seus direitos. As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 50%. Depen-

dendo dos próximos reajustes, essas perdas poderão atingir 60%.

A partir do encontro de Aparecida, a COBAP iniciou uma campanha de coletas de assinaturas em apoio a este projeto. Eles pretendem atingir 01 milhão de assinaturas. O que muito me alegra é que essa mobilização alcançou o País inteiro, seja nas capitais ou nos mais distantes municípios.

Para encerrar este pronunciamento sou forçado a ratificar certas reflexões que espero sinceramente fiquem gravadas nos nossos corações, nas nossas mentes e produzam atitudes justas e concretas.

Por mais difícil que fosse para o País, conceder aos aposentados os seus direitos, estejam certos de que sempre seria mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma, que não restam perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas: se cada um de nós, ao se aposentar fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

Os aposentados não estão pedindo favores, eles querem a garantia de poder contar com aquilo que lhes é de direito. E não só porque lhes é de direito, mas porque precisam desse dinheiro.

Nosso Presidente Lula proporcionou benefícios aguardados há muito tempo pelos nossos aposentados e pensionistas, tais como: pagamento do 1º ao 5º dia, mesma data de reajuste (1º de maio), resgate da aposentadoria por idade as tinham sido afastados do sistema previdenciário – Lei 10.666/03.

Aprovação do Estatuto do Idoso após 7 anos de tramitação, Decreto regulamentando o Conselho Nacional de Direitos do Idoso, com a incumbência de regulamentar o Estatuto do Idoso, acordo para pagar perdas originadas de governos anteriores, e assim por diante.

Tenho certeza de que assim como o nosso Governo foi sensível a essas causas sociais tão relevantes, ele sabe da importância da aprovação deste projeto para os nossos aposentados.

Vou ler parte de uma oração que simboliza o muito que está ao alcance de nossas mãos fazer:

DO CRISTO

Nós rezamos, e vemos muitas pessoas rezarem o Pai Nosso de mãos dadas.

Gostaríamos que refletissem sobre o profundo mistério que envolve essas mãos que se unem:

A mão Jovem se une à mão velha e, entre elas, se cruza a mão eterna do Cristo.

A mão débil se une à mão robusta e, entre elas, se cruza a mão firme do Cristo.

A mão branca se une à mão negra e, entre elas, se cruza a mão santa do Cristo.

A mão trêmula se une à mão segura e, entre elas, se cruza a mão sustentáculo do Cristo.

A mão do empregado se une à mão do patrão e, entre elas, se cruza a mão de mestre do Cristo.

Lamentavelmente, somente mãos fechadas não se unem a outras mãos fechadas.

Mas, mesmo assim, entre elas se põe, e entre elas se cruza, a mão aberta de Cristo!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, em conformidade com o art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, estou encaminhando hoje ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, em meu nome, com minha assinatura, e em nome do Deputado João Magno, do PT do Vale do Aço, um requerimento para a constituição de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar os emigrantes ilegais, quais sejam, os brasileiros que vão para os Estados Unidos, para o Japão, para a Europa e entram nesses países ilegalmente.

O fato é que essa comissão parlamentar mista de inquérito se faz necessária porque são inúmeros os crimes cometidos contra jovens, principalmente de meu Estado, Minas Gerais, aliciados por verdadeiros profissionais e levados para o México, com a promessa de colocá-los em território americano – jovens, moços e moças, que, na realidade, acabam perdendo tudo não só deles, mas também de suas famílias.

As informações que nós temos – e são informações fidedignas – é de que, na realidade, pagam em torno de R\$30 mil, ou US\$12 mil, para esses coiotes, para esses profissionais do tráfico de pessoas, organizarem essa viagem, que é uma verdadeira aventura,

que, muitas vezes, acaba trazendo a morte a essas pessoas. Há quatro meses, uma senhora de 54 anos morreu ao tentar atravessar a fronteira dos Estados Unidos com o México. Na semana passada, dois mineiros da região de Poços de Caldas perderam a vida ao tentar ultrapassar a fronteira entre os Estados Unidos e o México, pelo rio Grande.

Hoje, nós sabemos da falsificação de documentos importantes que vão desde a certidão de nascimento de uma pessoa até os passaportes brasileiros e vistos consulares falsificados, aliciamento para prostituição de jovens moças nesses países. Tudo isso tem que ser investigado a fundo para que se encontrem os responsáveis por essa verdadeira criminalidade organizada em torno do envio de jovens brasileiros para os Estados Unidos e outros países como imigrantes ilegais. Esses brasileiros residentes no exterior, hoje em torno de 2 milhões na América e na Europa, enviam anualmente para o Brasil cerca de US\$5 bilhões; são investimentos superiores aos que fazem a maioria das empresas multinacionais do País. Portanto, esses brasileiros, que contribuem com US\$5 bilhões para a economia nacional todos os anos, têm que ser respeitados, ouvidos e atendidos pelos nossos consulados.

Estivemos nos Estados Unidos em janeiro do ano passado, acompanhados do Deputado João Magno e do Senador Marcelo Crivella. Lá encontramos algumas situações curiosas, muito embora o Consulado do Brasil em Houston seja um dos mais produtivos, com uma renda mensal de cerca de US\$350 mil a US\$400 mil só na produção de vistos para os americanos que vêm ao Brasil. Havia apenas uma pessoa para atender aos brasileiros que estão presos nas inúmeras penitenciárias do Estado do Texas. Então, é preciso que esses brasileiros tenham também atendimento adequado por parte do Itamaraty e das missões consulares do Brasil.

Esta comissão parlamentar mista de inquérito, certamente, vai poder apurar os fatos. Vamos trazer aqui representantes da Polícia Federal, representantes de outros países, inclusive mexicanos que fazem esse tráfico de pessoas, que incriminam algumas pessoas, como sabemos, simplesmente porque estas não conhecem muito bem a maneira como vão fazer essa ultrapassagem; são responsáveis pela morte de muitos brasileiros, na sua maioria mineiros, que tentam cruzar essa fronteira.

Sr. Presidente, hoje entregaremos esse documento ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, esperando que, na próxima reunião do Congresso Nacional, marcada, ao que me consta, para a próxima semana, possamos organizar, então, essa comissão mista parlamentar de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos pedir aos Srs. Líderes partidários, principalmente aos Líderes dos principais partidos com assento no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, notadamente o PT, que é o partido do Governo, ao PMDB, que faz parte hoje do apoio decisivo ao Governo do Presidente Lula, ao PSDB, ao PFL, ao PDT, a todos os partidos com grande bancada na Câmara dos Deputados e no Senado que indiquem, por intermédio de seus líderes, os seus representantes nesta comissão parlamentar mista de inquérito que vai apurar as inúmeras irregularidades relacionadas ao tráfico de jovens mineiros e brasileiros de vários Estados do Brasil para os Estados Unidos e outros países. Temos que entender que há, sim, uma grande preocupação, principalmente da família mineira, com relação aos jovens que estão deixando o nosso País com uma esperança que não se realiza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Esses jovens submetem-se a uma verdadeira aventura, que quase sempre lhes traz o dissabor de, ao cruzar a fronteira, serem recebidos pela polícia de fronteira americana e levados para uma cela em uma penitenciária local.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o meu pedido para que os Líderes dos partidos indiquem, a partir da próxima semana, com o encaminhamento deste documento para o Presidente do Congresso Nacional, os seus representantes para essa comissão mista parlamentar de inquérito solicitada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge pelo prazo de dez minutos. A seguir, fará uso da palavra, como Líder, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, na última segunda-feira, o Ministério da Educação e Cultura, alegando não ter sido avisado com antecedência, suspendeu uma solenidade de divulgação de pesquisa que reforça uma tese contrária às cotas nas universidades. Na realidade, essa solenidade foi marcada há bastante tempo, e muitas pessoas foram convidadas. Eu mesmo recebi o convite uma semana antes.

Na hora do evento, apesar de todos estarem lá, o Ministério, por intermédio do Sr. Ministro e do Se-

cretário Executivo, suspendeu a solenidade por uma razão aparentemente simples, mas preocupante: não ter concordado com os resultados daquela pesquisa financiada pelo Ministério e realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, de 47 Universidades Federais de todo o Brasil. A pesquisa em questão denomina-se “Segundo Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior”. Tais dados, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, colocam em dúvida, pelos resultados que já têm das universidades, esse sistema de cotas. É evidente que não é só porque uma pesquisa coloca uma dúvida que se vai suspender uma política governamental em relação a determinado sentido em que se está indo, mas não se deve impedir que a pesquisa seja divulgada, mesmo porque ela precisa ser discutida, exatamente para permitir a verificação de seus resultados.

Há pouco tempo, já lembramos dois fatos relacionados com esse. Primeiro, foi quando o Governo, por meio do Ministério do Planejamento, baixou uma portaria para que o IBGE, antes de divulgar suas pesquisas, mandasse os resultados 48 horas antes para que o Governo pudesse examiná-los. Ora, há uma tendência internacional de que os órgãos de pesquisa sejam autônomos em relação ao Governo, para que seus resultados tenham a credibilidade de toda a sociedade e não apenas a do Governo. Se o Governo coloca sob suspeição a pesquisa, querendo examiná-la com 48 horas de antecedência, pode sugerir que esteja querendo mudar o resultado da pesquisa. Penso que não seja isso. O Governo não vai querer mudar o resultado da pesquisa; é mais grave ainda: ele quer preparar notícias para colocar na mídia e mostrar que aquela pesquisa não é bem como se previa. É uma maneira diferente de apresentar os resultados, de forma a deixar o Governo em uma situação melhor.

Exemplo típico disso foi quando fizemos uma pesquisa sobre a alimentação no Brasil. Quando o Governo assumiu, todos se lembram de que o programa mais importante do Presidente Lula era o Fome Zero, **marketing** bolado e montado pelo publicitário Duda Mendonça. Acontece que esse programa foi feito sem nenhum instrumental técnico no sentido de se verificar se realmente deveria ser o principal programa brasileiro naquele momento. O que se verificou na pesquisa? Verificou-se que há muito mais obesos na população brasileira do que pessoas passando fome; o índice dos que estavam passando fome era próximo de 4%, e, entre os obesos, havia algumas categorias que chegavam próximo de 30%. E o Governo tentou controlar a mídia pelo Conselho Nacional de Jornalismo, tentou controlar os artistas que fazem filmes, documentários, etc., por

meio da Ancinave. E agora tenta controlar também as pesquisas. Isso é bastante preocupante.

Ontem, na Comissão de Educação do Senado, denunciemos esse fato e fizemos um requerimento, que foi aprovado pela Comissão, convocando a Professora Thérèse Hoffman, coordenadora da pesquisa e que é Decana de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília, para que use a Comissão de Educação do Senado para expor sua pesquisa. Depois discutiremos os resultados, errados ou não, mas não podemos impedir a apresentação da pesquisa para a sociedade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita-me um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte a V. Ex.^a, Senador Paulo Paim e ainda lhe dou os parabéns pelo seu aniversário, ocorrido ontem.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, cumprimento V. Ex.^a por dois motivos. Primeiro, por ter levantado essa discussão sobre as pesquisas e chamar as partes para fazermos um bom debate na Comissão de Educação, onde o requerimento foi aprovado por unanimidade. Faço este aparte como homenagem a V. Ex.^a e à Senadora Roseana Sarney. V. Ex.^a, embora questionando as quotas no que tange às pesquisas, teve a grandeza e a generosidade política de relatar o projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que garante as quotas nas universidades, aprovado por unanimidade graças à defesa que V. Ex.^a fez. Agradeço a V. Ex.^a. Tenho certeza de que a Senadora Roseana Sarney, que não estava presente, escolheu um Relator, V. Ex.^a, que fez belíssima defesa do trabalho que ela havia esculpido durante meses. Sobre a pesquisa, faremos o debate no momento adequado. Esse é um quadro em que não se tem como errar. Se chegarmos aos presídios, veremos que a cor predominante é esta aqui: preta. Se chegarmos às favelas, a cor predominante é esta: preta. Mas se chegarmos às universidades, em qualquer sala de aula – faço muitas palestras em universidades – com cinquenta alunos, com certeza, veremos que no máximo dois ou três são negros. Essa é uma realidade, mas em nenhum momento desautoriza o requerimento de V. Ex.^a; pelo contrário, o requerimento vem para esclarecer os fatos e dizer se efetivamente a pesquisa está certa ou não. Quero cumprimentar V. Ex.^a e dizer-lhe muito obrigado pelo seu relatório, que permitiu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Na realidade, o mérito maior desse projeto, o Estatuto da Igualdade Racial, é de V. Ex.^a, como autor e como grande defensor dessas teses que existem no Senado e vêm desde o tempo em que fomos colegas, como Parlamentares, na Câmara dos Deputados.

Na realidade, o que a pesquisa mostra, Sr. Presidente, é exatamente o que o Senador Paim disse: que, segundo o estudo, a maioria dos universitários se declarou branca, 59,4%; outros, 28,3%, disseram ser pardos, e 5,9%, quase 6%, se disseram negros. Os dados da pesquisa mostram que esses percentuais são parecidos com os percentuais da população brasileira.

Ainda mostrou uma pesquisa segundo a qual 65% dos estudantes são de famílias com renda média mensal entre R\$207,00 e R\$1.600,00, sendo que 42,8% têm renda familiar até R\$927,00; 46,2% dos estudantes entrevistados chegaram à universidade depois de fazer o ensino médio na rede pública.

Então, Sr. Presidente, existe aí uma série de informações. Eu, por exemplo, particularmente, não sou contra o sistema de cotas nas universidades públicas. Só acho que caberia ao Governo Federal dar orientação às universidades. Inclusive apresentei um projeto ao Senado dizendo simplesmente que as universidades deverão colocar em seus exames de seleção critérios de natureza de inclusão social, etc., que permitam que cada universidade, dependendo do contexto em que estiver, dependendo da forma de liderança que ela tenha naquele momento, diga qual o sistema que vai utilizar. O que não acho correto é inventar um sistema de cota que seja uma espécie de pijama e querer vestir o mesmo pijama em todas as universidades, seja ela magra, seja gorda.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Todas duas vão ter o mesmo pijama, o que acho errado. A pesquisa feita pelas universidades serve para esclarecer a sociedade brasileira; não serve para acabar com o sistema de cotas, porque isso depende de decisão do Governo, decisão do Congresso. Porém, não se pode impedir que o sistema de cotas seja discutido e que as universidades que fizeram a pesquisa tenham oportunidade de apresentá-la. Hoje mesmo, o Governo apresenta nos jornais outra pesquisa que mostra resultado contrário. Tudo bem, vamos examinar as duas pesquisas, vamos discuti-las e garantir a autonomia das universidades, porque no momento em que se tira das universidades, públicas ou privadas, a autonomia por conta de cotas, a autonomia delas acaba. Depois de tirar a autonomia por conta das cotas, vai-se tirá-la por outras razões.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, temos de manter a autonomia da universidade e estabelecer que cada universidade deve definir sua forma de fazer essa inclusão social e não querer fazer um sistema só para todas as universidades, pois, aí sim, elas deixam de ser autônomas, exigindo que obedeçam essa norma, ou seja, vistam o mesmo pijama. Achei isso muito grave. Já tinha falado na Comissão de Educação sobre esse problema, mas achei que deveria fazer o mesmo aqui no plenário. Por outro lado, já por essa crítica do Senador Cristovam Buarque, o Ministério anunciou uma série de programas que vai lançar para o ensino básico. São programas sem o devido estudo e suporte técnico, o que faz com que fiquemos muito preocupados com a forma como esse Ministério vem sendo conduzido.

Esperamos que, por exemplo, o Fundeb, programa apresentado aqui há muitos anos pelos próprios Parlamentares do PT...

Já estamos no terceiro mês do terceiro ano do mandato do Governo, e o projeto do Fundeb ainda chegou ao Congresso. O Ministro anunciou ontem que está mandando o projeto para a Casa Civil. Ora, quem quer saber disso? Que me interessa se um programa está na Casa Civil ou no Ministério da Educação? Quero que esteja no Congresso para que possamos aprová-lo, porque senão vamos aprová-lo no último ano do Governo Lula. Então, na verdade, esse não é um projeto para o Governo Lula, mas para o próximo Governo. É preciso tratar o ensino fundamental com a seriedade devida e com a prioridade que se quer dar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a V. Ex^a e pede à Taquigrafia que registre as últimas palavras de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ... ao ensino superior, a meu ver, de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres, que dispõe de cinco minutos, pela Liderança do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, assumo a esta tribuna para manifestar a minha preocupação – certamente também a de muitos milhões de brasileiros, pelo menos os mais bem informados, – com a reportagem de capa da revista Veja desta semana.

Não quero dar nenhuma conotação partidária a este meu pronunciamento. Não atacarei o Governo nem o PT. Tenho certeza de que a direção do PT, Senador Tião Viana, como V. Ex^a, José Genoíno, José Dirceu e o Presidente da República não aceitariam nem admitiriam a hipótese de aceitar dinheiro das FARC's ou

de qualquer outra organização. V. Ex^{as} não podem responder pelo que fazem alguns militantes do seu Partido. Mas, Sr. Presidente, não podemos ficar tranquilos com a desenvoltura com que as FARC agem no Brasil. Há três razões para nós nos preocuparmos com essa organização.

Em primeiro lugar, pelo fato de ser estrangeira, obviamente não tem nada a que ver conosco. Segundo lugar, Sr. Presidente, é uma organização que mantém uma luta armada não contra uma ditadura, mas contra uma das melhores e mais antigas democracias da América do Sul, que é a Colômbia. Esse país tem instituições tão sólidas, Senador Tião Viana, que, em quarenta anos de luta armada no país não foi interrompido o processo democrático. As FARC não querem se constituir em um partido e teimam em manter um movimento armado contra o Governo legitimamente eleito da Colômbia. Terceiro e pior, Sr. Presidente, as Farc, há muito, deixaram de ser um movimento político. As Farc são uma organização criminosa, vivem do narcotráfico.

Boato? Difamação de adversário?

Sr. Presidente, há dois anos, Fernando Beira-Mar, foragido da Justiça brasileira, homiziou-se na Colômbia, foi abrigar-se sob o manto protetor das Farc, porque com elas ele mantinha um intercâmbio de troca de armas e de drogas. As Farc não apenas negociam e traficam com drogas, Senador Romeu Tuma, como V. Ex^a bem sabe. Elas matam, praticam terrorismo e seqüestram.

Sr. Presidente, há três anos, uma colega nossa da Colômbia, Senadora Ingrid Betancourt, está sob prisão das Farc. E nunca vi ninguém – desculpe-me a franqueza, Senadora Heloísa Helena –, uma Senadora qualquer, assomar a esta tribuna para pedir a intercessão do Governo brasileiro, de organizações de esquerda amigas, para que essa senhora fosse liberta. Estão lá o marido e os filhos em desespero há três anos. Não sei qual é o estado emocional e psicológico dessa senhora respeitabilíssima, ilustre candidata à Presidência da República por um partido ambientalista. Ela está seqüestrada há três anos, e ninguém protesta nem se solidariza, Senador Romeu Tuma. E essa organização criminosa – repito – deixou de ser política.

Há um representante delas aqui no Brasil, Sr. Presidente, que age com a maior desenvoltura. Um Líder do Governo afirmou – veja a gravidade do que vou dizer – que os documentos são falsos, Senador Romeu Tuma, e que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) não investigou as Farc. Então, eu pergunto: O que faz a Abin? O representante de uma organização criminosa estrangeira, aqui sediado, reúne-se com políticos brasileiros para oferecer ou não dinheiro, e a

Abin não acompanha, não toma conhecimento? Para que serve a Abin?

Estou muito preocupado. Na capital da República, nas barbas, a dois quilômetros do Palácio do Planalto, a Abin não sabe? É mais grave ainda, Senador Antero de Barros. E isso aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso. Não estou condenando o Governo, mas a Abin, como instituição. Quero saber por que as Farc têm um representante no Brasil e por que esses representantes não são monitorados religiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu temo. O Amazonas tem uma fronteira de mais de mil quilômetros com a Colômbia, Sr. Presidente, vasta fronteira semi-abandonada, a não ser pela presença das Forças Armadas. Uma população paupérrima, miserável, que está exposta aos narcotraficantes. Imagino se as Farc começam a subornar, financiar candidatos à prefeitura, à Câmara Municipal ou ao governo do Estado do Amazonas, o que é que vai acontecer com o meu Estado?

Senador Romeu Tuma, só disponho de um minuto, mas lhe cedo com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Jefferson Peres, eu não deveria nem interromper o discurso de V. Ex^a, que está perfeito. Mas as Farc apenas estão praticando o crime como meio de sobrevivência hoje, porque o auxílio que recebiam está morto. Então, praticam crimes, tráfico de drogas e trocam proteção por drogas. E o que aconteceu quando a Abin recebeu a informação? Pode ter deixado de investigar, mas a informação deve ter chegado. Agora, receber o informe e dizer que é falso é um risco que, realmente, a Comissão Especial tem que esclarecer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O General Presidente da Abin tem que vir ao Senado Federal, não para se reunir no gabinete, mas no seio de uma Comissão, em sessão secreta, mas ele deve explicações à Nação.

Estou preocupado com a ação das Farc no Brasil, Sr. Presidente, e milhões de brasileiros também estão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Em seguida, haverá sessão especial em homenagem aos 50 anos do Líder Luís Eduardo Magalhães.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, farei um esforço para não usar o tempo

todo, para possibilitar que se realize a sessão especial de homenagem, como a Casa decidiu.

Eu queria fazer apenas uma brevíssima consideração, não sobre o balcão de negócios montado pelo Governo em relação à troca dos Ministérios. Não me cabe interferir nesse debate, porque não sou da base de bajulação do Governo, da base de sustentação. Então, não me cabe definir quem fica ou quem entra no Governo Lula.

Sei que esse debate está sendo feito à base de muita ova de esturção, ou, melhor dizendo, de caviar, naqueles almoços e jantares com cardápios sofisticadíssimos, pagos com o dinheiro público. Depois, saem ostentados nas colunas sociais, como se isso fosse algo interessante, expressão, símbolo, sinal de cargos, prestígio e poder.

Mas, Sr Presidente, Senador Tião Viana, sabe V. Ex^a que sou uma militante da área de saúde. Estou no Senado provisoriamente, pela vontade das mulheres e homens de bem e de paz da minha querida Alagoas, mas nunca me afastei do debate sobre a saúde. Sempre fiz um esforço gigantesco para continuar aprofundando-me nesse debate.

Sei inclusive, e reconheço, do compromisso de V. Ex^a em relação ao tema. Mesmo cumprindo o seu mandato de Senador com eficiência – é lógico que defendendo posições muitas vezes completamente antagônicas e distintas das minhas –, fez o doutorado e continua militando na área de saúde. Está presente também o Senador Mão Santa, que também é um militante da área de saúde.

Eu não tenho absolutamente nada contra o Ministro Ciro Gomes. Não o conheço pessoalmente. Então, não tenho absolutamente nada contra ele, pessoalmente, porque não o conheço. Não quero dizer que, ao conhecê-lo, tenha uma avaliação distinta dele. Não é isso.

Entretanto, como militante da área de saúde, acompanho o tema há muito tempo, mesmo antes de entrar na universidade. Nós que éramos apaixonados por esse tema acompanhávamos todo o debate da reforma sanitária no mundo. Foram gerações e gerações que se dedicaram dia após dia para viabilizar um projeto de reforma sanitária; foram lutas e mais lutas para se conseguir a garantia na Constituição do País e depois a Lei Orgânica do Serviço Único de Saúde, o SUS. Sabemos que ainda há um abismo entre o que foi conquistado na lei, por força da sociedade e por gerações e gerações que dedicaram suas vidas para defender a reforma sanitária, e a realidade objetiva da vida de milhões de pessoas deste País. Não há apenas o caos do Rio de Janeiro. Em Alagoas, no Rio Grande

do Sul, na Bahia e em vários outros lugares, também existem problemas gravíssimos na área de saúde.

Embora eu seja uma apaixonada também pela área de educação, Sr. Presidente, a área de saúde não pode esperar. O que fica em jogo é a estrutura anatomofisiológica das pessoas. Não se pode esperar a revolução, o socialismo, a democracia e a justiça social. É preciso haver ações concretas, objetivas e ágeis para fazer um bom sistema de saúde funcionar, tanto na porta de entrada do sistema, que é o postinho de saúde, o centro de saúde, quanto na unidade intermediária, na alta tecnologia, nos hospitais de referência. Enfim, o perfil epidemiológico da saúde no Brasil exige eficácia, ações concretas e objetivas e agilização.

Fico impressionada, Senador Tião Viana, absolutamente impressionada com o fato de, havendo tantos quadros, tantos técnicos extremamente qualificados na área de saúde, inclusive vinculados ao Partido do Presidente da República, se escolher, para Ministro da Saúde, o Ministro Ciro Gomes. Eu acho isso um desrespeito às gerações e mais gerações que dedicaram as suas vidas ao projeto de reforma sanitária e a garantir eficácia do serviço de saúde.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador José Jorge, eu vou permitir. Somente quero deixar claro que não tenho nada contra o Ministro, não me cabe interferir no balcão de negócios sujos montado pelo Governo para definir quem vai ou quem fica em alguma Pasta, mas sou uma militante da Saúde no Brasil. Como militante do setor Saúde, como alguém que dedicou a vida ao setor Saúde, tenho o direito de fazer as críticas que são necessárias, de fazer as cobranças que são necessárias, porque o Ministério da Saúde não pertence a Senhor Lula ou a quem quer que seja, por mais que a caneta seja dele e ele tenha o direito, garantido por esta democracia “fajuta”, para fazer as indicações que quer.

Senador José Jorge, eu concedo o aparte a V. Ex^a, para eu terminar bem rápido e não atrapalhar a Hora do Expediente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Heloísa Helena, serei bastante rápido. Em primeiro lugar, quero dizer que também estranho que uma pessoa que não tenha nenhuma ligação com a Saúde seja Ministro, em uma área tão rica de pessoas. E há um detalhe que V. Ex^a não quis mencionar, talvez porque não seja tão importante: é um Ministro da Saúde fumante. Todo mundo sabe que há anos o Ministério da Saúde faz campanhas para pessoas não fumarem. E agora nós vamos inovar: teremos um Ministro da Saúde fuman-

te. Possivelmente, quem sabe, a Souza Cruz vai ficar muito feliz com a sua nomeação. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e concluo, Sr. Presidente, para que o requerimento de homenagem, aprovado na Casa, possa ser concluído.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora Heloísa Helena. Tem a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, recorro ao art. 14. Embora com todo o brilho, eu fui citado. Conto com sua generosidade, para rapidamente ...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem dois minutos para sua manifestação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, um instante! Nós somos irmãos da área de Saúde: médico e enfermeira. A mais humana das Ciências são as Ciências da Saúde, e benfeitores são os que a seguem.

Mas quero dizer que está clara a indicação. A Psiquiatria, a Psicologia, a Neurolingüística, a Ciência da Comunicação falam da existência de uma modelagem. E o Presidente Lula V. Ex^a o conhece há mais tempo do que eu. Eu fui envolvido por uma esperança que não chegou. Então, existe a modelagem, que é reconhecida na ciência moderna da Neurolingüística. E ele escolheu o modelo dele. Está claro, óbvio ululante. O modelo é Fernando Henrique Cardoso. Daí agüentarmos o neoliberalismo, o reino dos banqueiros, Henrique Meirelles. E Fernando Henrique Cardoso não escolheu um estranho na área da Saúde, José Serra? Pois Lula já adotou o modelo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, pela ordem

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, eu estava inscrito para falar pela Liderança da Minoria, mas, em função de uma sessão em homenagem ao nosso querido e saudoso Luís Eduardo Magalhães, a ser realizada agora, quero deixar apenas registrado nos Anais desta Casa um agradecimento ao Governo Lula, justamente na área da Saúde.

Muitas e muitas vezes eu venho à tribuna fazer críticas. Agora, deixo registrado um agradecimento, porque o Lula e o Ministério da Saúde nos atenderam. Nós pedimos um aparelho para o setor de radioterapia do Hospital São José, em Criciúma, e fomos atendidos.

E, em nome do Deputado Clésio Salvaro, de Santa Catarina, e da comunidade de Criciúma, que tanto pediu esse aparelho, deixo meus agradecimentos registrados nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso.

Agradeço, Sr. Presidente, pela atenção.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, com apoio de Pavan SUS Credencia setor de radioterapia do Hospital São José em Criciúma.

A partir de hoje (15/3), de acordo com a portaria 140 do Ministério da Saúde, o setor de radioterapia do Hospital São José em Criciúma, passa a ser credenciado pelo SUS, Sistema Único de Saúde. Com isso o hospital pode atender a população do sul do Estado. Hoje cerca de 100 pacientes da região são obrigados a viajar 240 quilômetros até Florianópolis ou 290 quilômetros até Porto Alegre, para fazer o tratamento contra o câncer. Com o credenciamento junto ao Ministério da Saúde, esses pacientes passam a ser atendidos na região o que, evitará não só o desconforto da viagem, para quem já sofre com a doença, mas também acaba com o custo da passagem, alimentação e hospedagem. O hospital São José cumpriu todas as exigências do INCA, Instituto Nacional do Câncer, que já havia concedido ao hospital o título de Centro de Alta Complexidade em Oncologia.

Desde 1995, a direção do Hospital São José investiu mais de R\$2 milhões em novas instalações e equipamentos para o tratamento de combate ao câncer. Só o equipamento de radioterapia custou US\$600 mil. Hoje 420 pessoas já fazem quimioterapia no hospital e com o credenciamento, continuarão o tratamento em Criciúma agora no setor de radioterapia do Hospital São José.

O processo de credenciamento do hospital foi acompanhado de perto pelo vice-Presidente Nacional do PSDB, Senador Leonel Pavan, (SC), e pelo deputado estadual Clésio Salvaro, líder do PSDB na Assembléia de Santa Catarina. Os tucanos falaram pessoalmente com o secretário de Atenção à Saúde do Ministério, Dr. Jorge Sola, e mostraram a importância do setor de radioterapia para a população da região. “O credenciamento junto ao SUS, beneficia uma população de mais de 800 mil pessoas. Todo o sul do Estado de Santa Catarina. “O que fizemos, eu e o deputado Salvaro, foi fazer com que o Dr Jorge Sola, se colocasse no lugar de quem luta contra o câncer, que depois de passar por um tratamento violento como é a quimioterapia, é

obrigado a ficar longe da família para fazer a radioterapia e completar o tratamento, sendo obrigado ainda a pagar as custas da viagem e hospedagem para a capital. O credenciamento aliviará o sofrimento de quem luta para vencer o câncer”, declarou Pavan.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido.

De acordo com a decisão tomada ontem, vamos dar início, neste momento, à homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães – que, se vivo estivesse, completaria hoje 50 anos de idade –, nos termos do Requerimento nº 152, de 2005, dos Senadores Renan Calheiros, César Borges e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, meu caro amigo Senador Antonio Carlos Magalhães, pai do nosso querido amigo Deputado Luís Eduardo Magalhães, primeiramente, eu gostaria de dizer da emoção de ser o primeiro orador desta solenidade em homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Quero dizer que conheci o Deputado Luís Eduardo Magalhães como meu colega, Deputado Federal do mesmo Partido, o PFL; como meu Líder, já que exerceu a Liderança do PFL na época em que eu era Deputado; e como Presidente da Câmara dos Deputados. Durante o período em que tivemos essa convivência, uma convivência bastante próxima, pude ser testemunha das suas grandes virtudes como pessoa humana e como homem público.

O Deputado Luís Eduardo era uma pessoa que se dedicava integralmente ao seu mandato. Estava sempre aqui em Brasília, participando de todas as reuniões formais do plenário da Câmara e das Comissões, e também das informais, quando nos reuníamos para discutir aquilo que deveria ser posteriormente votado ou discutido no plenário da Câmara dos Deputados. E devo dizer que o Deputado Luís Eduardo Magalhães era um Parlamentar que não se limitava a conversar somente com os companheiros do seu Partido. Convivia na Casa e socialmente com Parlamentares de todos os Partidos. Tinha grandes amigos em todos os Partidos: PDT, PT, PSDB, PMDB.

Lembro-me de que, muitas vezes, íamos jantar no restaurante Piantella, por exemplo, nas noites de

terça-feira ou quarta-feira, e a mesa do Deputado Luís Eduardo era sempre a mais suprapartidária. Em sua volta, havia Deputados de todos os Partidos, e ali se discutiam e se debatiam muitos temas que, no outro dia ou na próxima semana, seriam votados na Câmara dos Deputados.

Também acredito que o Deputado Luís Eduardo foi o grande nome que permitiu que se fizessem as modificações na Constituição Federal, as chamadas reformas econômicas, realizadas no início do Governo Fernando Henrique Cardoso. Todos nos lembramos de que foi sob sua Liderança que tivemos que enfrentar, à época, os que hoje estão no Governo e que eram contrários às modificações e à modernização da economia brasileira. Tivemos a emenda das telecomunicações, a emenda do petróleo, a emenda da pesquisa mineral, e havia uma série de questões incluídas na Constituinte e que estava na hora de modificarmos. E o Deputado Luís Eduardo Magalhães foi o grande Líder que conduziu todo esse processo. Tenho dúvidas, grandes dúvidas de que, se não fosse a presença do Deputado Luís Eduardo Magalhães, teríamos conseguido aprovar essas reformas tão difíceis.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador José Jorge, peço desculpas a V. Ex^a por interrompê-lo, mas, como V. Ex^a conhece profundamente a história e o perfil de Luís Eduardo Magalhães, eu me permiti solicitar o aparte para falar sobre aquilo de que tomei conhecimento da vida dele, porque, à época, eu não era Parlamentar. Realmente, ele demonstrou as qualidades de um grande Líder político e de um grande brasileiro. Havia uma expectativa geral, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma expectativa da Nação, de que ele seria o homem mais indicado para assumir a Presidência da República. Algumas vezes estive com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele não cansava de elogiar o comportamento ético e moral e a visão política do Líder Luís Eduardo Magalhães. Sabe V. Ex^a que o Deputado Robson Tuma talvez tenha encontrado várias vezes, à mesa do Piantella, Luís Eduardo Magalhães, a quem ele admirava e cujo exemplo tentava seguir, para que fosse um bom Deputado Federal. Desse modo, nesta hora, peço a V. Ex^a que me permita, numa lembrança, mandar a Deus uma mensagem, esperando que Ele esteja está lá em cima nos olhando, feliz pelo comportamento daqueles que têm amor ao povo brasileiro, que era o seu grande exemplo. Expresso as minhas homenagens ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que soube orientar o filho, e hoje, provavelmente, com o coração tão triste quanto o nosso, lembra-se com saudade, assim como

todos os brasileiros, do seu querido filho, um grande homem que nos deixou.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, tenho satisfação de também apartear V. Ex^a neste justo momento de homenagem do Senado Federal à memória do líder político nacional Luís Eduardo Magalhães, que deixou a vida em 21 de abril de 1998, colocando uma marca na história política brasileira e estabelecendo um novo momento. Ele havia construído um cenário político, tendo sido figura muito importante, pois vislumbrava todo um desenho de relação com o poder e com a construção de um modelo de sociedade. Foi uma interrupção efetiva do momento histórico que estávamos vivendo. Eu ainda não era parlamentar à época, mas posso dizer que, na convivência de militante partidário, em todos os instantes em que nos referíamos a Luís Eduardo Magalhães, nunca ouvi uma manifestação depreciativa ou negativa quanto à sua conduta política e às suas responsabilidades de homem público. É justo que eu, mesmo na condição de adversário político-partidário, faça esta afirmação e este reconhecimento, que é sincero e verdadeiro. Mesmo não tendo convivido com Luís Eduardo Magalhães, uma frase sua faz parte dos meus sentimentos de homem público. Quando chegava o momento do debate político, do entendimento político e do confronto político, ele afirmava: “O jogo está jogado”. O jogo jogado era um acordo definitivo que tinha um ponto, e dali todos que estavam em torno daquele debate e das divergências do entendimento tinham a certeza de que os compromissos estavam mantidos diante do que tinha sido estabelecido pelas partes. É uma manifestação política que deve servir como referência a todo debate nacional que norteia Oposição e Governo, partidos de Oposição e partidos que apóiam o Governo. O que hoje nós, do Governo, mais reivindicamos da Oposição é o debate de conteúdo, de mérito, a investida em compromissos com o interesse nacional. Tenho certeza de que Luís Eduardo Magalhães representava muito bem essa responsabilidade de homem público elevado. Por essa razão, tenho muita satisfação de apartear V. Ex^a, que é um conhecedor da memória dele e de trazer meu abraço ao pai, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Sem dúvida, se tivéssemos hoje o Deputado Luís Eduardo Magalhães, nossa Oposição seria melhor, mais competente do que está sendo até agora, disso não tenho dúvida.

Sr. Presidente, tive uma grande convivência com o Deputado Luís Eduardo Magalhães e gostaria de contar dois fatos, um bem humorado. O Deputado Luís Eduardo Magalhães, apesar de estar sempre ocupado como Líder e como Presidente, nunca perdia o bom humor. Vou contar essa história em homenagem ao Deputado Heráclito Fortes, que era um dos seus melhores amigos.

Eu era Presidente do PFL – na época, o Senador Jorge Bornhausen estava em Portugal como Embaixador –, e chegou a hora de fazer o programa nacional do PFL. Então, tentei gravar com o Deputado Luís Eduardo, mas ele não teve tempo de gravar. O programa foi apresentado e, no outro dia, pela manhã, ele ligou para mim, dizendo, com um tom de bravo: “José Jorge, venha cá, quem foi que autorizou colocar o Heráclito Fortes no Programa Nacional do PFL?” Eu disse: “Coloquei o Heráclito Fortes porque você não gravou, e o Heráclito é o primeiro Vice-Presidente da Câmara. Por isso eu o coloquei”. Ele: “Acho que isso foi muito errado”. Perguntei: “Errado, por quê?” Aí ele disse: “Porque Heráclito Fortes só cabe em televisão de 29 polegadas, e o povo só tem televisão de 20. Foi tempo perdido”. E eu, pensando que ele estava falando sério, queria me explicar.

Outra questão também a que dei grande importância foi com relação à educação. O Deputado Luís Eduardo teve grande importância do ponto de vista da legislação. Um parlamentar tem importância em diversos segmentos, como presidente, como líder, mas, em termos de legislação, a participação mais importante do Deputado Luís Eduardo foi em relação às reformas econômicas, pois foi exatamente naquele momento quando era Líder e depois Presidente. Uma vez, quando Presidente, ele me chamou ao gabinete e me disse: “José Jorge, a lei de Diretrizes e Bases da Educação está aqui no Plenário há mais de dez anos e não conseguimos aprová-la. Estou querendo que você seja o Relator para aprovar essa lei em um prazo inferior a noventa dias”. Era como se fosse hoje a reforma do Judiciário. Era complicado, porque existiam dois projetos, um da Câmara e um do Senado, que tinham que ser transformados num só. Eu disse: “Vamos enfrentar.”

Então, com o apoio e a liderança dele, como Presidente da Casa, num prazo de 90 dias, conseguimos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação fosse aprovada. É uma lei que vai completar 10 anos e foi muito pouco modificada.

O Deputado Luís Eduardo, além de grande companheiro, de grande Presidente, de grande Líder, foi também uma pessoa que deixou escrita, na história da sua vida, toda essa participação que teve no projeto da

educação, que é um dos mais importantes para que o Brasil consiga melhorar a sua relação social.

Neste momento, também gostaria de dar a minha palavra de solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães, seu pai, seu grande incentivador e mentor, ao seu filho, que também está presente conosco, e a toda a família do Deputado Luís Eduardo Magalhães, que respeitamos hoje e vamos respeitar a vida inteira como um grande líder que o nosso Partido teve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro, nesta sessão, a honrosa presença do ex-Senador e sempre Senador Albano Franco, ex-Governador de Sergipe.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pai do homenageado, que deveria ser o último orador, mas que, em função de compromisso na Bahia em homenagem a Luís Eduardo, precisa se ausentar agora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, bem podem avaliar V. Ex^{as} as emoções que sinto neste instante. Eu deveria aguardar todo este expediente para agradecer, no final, aos meus queridos colegas as homenagens que estão prestando, quando Luís Eduardo completaria 50 anos de idade.

Entretanto, na Bahia, deverá se realizar, às 18h30, uma missa, seguida de um concerto com as músicas que Luís Eduardo admirava, o que me obriga a ficar com os meus conterrâneos e a abraçá-los no dia de hoje.

Já participei de uma sessão na Câmara dos Deputados e agora estou aqui, e V. Ex^a, Sr. Presidente, pode bem sentir as emoções que tomam conta do meu coração.

Tinha em Luís Eduardo, eu diria, juntamente com a Bahia, a razão da minha vida. Entendíamos numa perfeição total. Falávamos, mesmo que no estrangeiro ele estivesse, pelo menos duas vezes por dia. Essa identidade, eu diria, era completa. Entre pai e filho há sempre uma área de respeito mútuo, que sempre houve entre nós, mas isso não abalava de modo algum a íntima, filial e fraterna amizade. Por isso, sofri mais do que qualquer pai poderia sofrer.

Em 1989, tive um infarto e passei 40 dias no Incor. Luís Eduardo não se afastou um minuto do meu leito, até que eu saísse de lá em condições melhores. E, pelo destino, que nos marca com esse 21 de abril – foi Tiradentes, no passado, Tancredo e Luís Eduardo, mais recentemente –, naquele dia, só pude estar na porta da sala de operações quatro horas, quando ele ficara comigo 40 dias. Foi algo fulminante, talvez leva-

do pelas emoções que ele viveu na Casa que presidiu de modo exemplar.

Ajudou as reformas políticas divergentes. Muitos divergiam, mas ele foi o braço direito do Presidente Fernando Henrique Cardoso para realizá-las. Realizou essas reformas e serviu ao seu Partido, ao nosso Partido, como Líder, por muito tempo, sempre, sempre, com desvelo e correção absolutos. Mas algo que considero maior em Luís Eduardo como legislador era o amor ao Legislativo e à Casa que ele presidia. Luís Eduardo enfrentava tudo, mas prestigiava o Legislativo. Obrigava, muitas vezes, porque ele era um cumpridor da palavra, o Presidente a cumprir a palavra empenhada com seus companheiros. Essa foi uma característica que marcou a vida de Luís Eduardo: defender o Legislativo a qualquer custo. E tenho certeza de que V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, também o fará. Mesmo sendo da base aliada, V. Ex^a terá esta Casa acima de qualquer compromisso político. Assim procedi quando fui Presidente: coloquei os interesses do País acima das ideologias. Por isso, também convivi muito bem com as oposições de então.

Luís Eduardo foi um transformador, foi um conciliador e, ao mesmo tempo, alguém extremamente elegante no porte e no trato. Para todos os companheiros ele tinha uma palavra de carinho. Aqui há tantos amigos dele, que não desejo citá-los. Citarei apenas o Senador Albano Franco, que nos visita hoje. Ao citá-lo, menciono a todos. Luís Eduardo fez amigos porque defendeu o Legislativo. Fez amigos porque soube, em todos os momentos, defender a Casa que presidia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou-o para ser Ministro. E ele disse: “Não desejo, Presidente, ser Ministro. Só desejo ver meu pai Presidente do Senado.” Daí por que também devo a ele esse posto que alcancei.

Luís Eduardo chegou ao Senado – Mário Covas disse isso muito bem em um discurso, em São Paulo – como o filho de Antonio Carlos. Com o tempo, o Senador Antonio Carlos Magalhães era o pai de Luís Eduardo. As coisas mudaram totalmente, tal a atuação e a grandeza de seus procedimentos.

Fez uma vida pública, no seu Estado, exemplar. Foi Presidente da Assembléia Legislativa bem moço. Foi Presidente da Câmara dos Deputados também ainda bem moço. E com 43 anos faleceu.

Meu sofrimento, nessa época, muitos dos colegas aqui viam. Desse lugar em que V. Ex^a se encontra hoje, Senador Renan Calheiros, quase todos os dias, tinha de me ausentar por causa das emoções. E não tenho acanhamento em dizer que chorava copiosamente. O Carreiro e a Cláudia, que estão aqui, viram bem esse momentos tão difíceis.

Encontrei no Senado, a verdade é essa, o grande lenitivo, o bálsamo para a minha dor. Por isso tenho tanto amor a esta Casa. Amo esta Casa. Se procedo de uma forma ou de outra, tudo é passageiro diante do amor que tenho pelo Legislativo, pelo Senado Federal. Se pecados cometi, todos já foram absolvidos, na medida do meu amor e da defesa que faço de todos os Srs. Senadores, sejam eles meus amigos ou não. Existem, nesta Casa, as personalidades mais diferentes, mas prezo a todas, principalmente quando vejo que elas se unem para homenagear o filho querido que foi um homem público exemplar. Seria Governador da Bahia – as pesquisas o colocavam em ponto maravilhoso – e talvez disputasse, quem sabe, a presidência da República. O destino não quis.

O Cardeal Eugênio Sales deslocou-se do Rio para a Bahia para me dar uma palavra de consolo. E ele me disse: “Você não pode estar assim. Quantos viveram quase cem anos e fizeram tão pouco. Luís Eduardo viveu 43 e fez tanto pelo País e pela Bahia.” Realmente foram palavras que ficaram em minha memória e que acalentaram bastante o meu sofrimento.

Certamente, neste instante, falarão muitos dos seus amigos até bem queridos, aqueles que lutaram com ele. Hoje mesmo, devo dizer, recebi uma carta do Senador Tasso Jereissati que me emocionou muito. E por tudo isso, eu não poderia sair daqui hoje sem dar uma palavra de agradecimento a todos. Todos, sem exceção, mas principalmente a V. Ex^a, Sr. Presidente, de quem muito espero e de quem o Brasil tanto espera imparcialidade de procedimento, na certeza de que V. Ex^a, como Luís Eduardo, honrará o Legislativo brasileiro.

Portanto, neste instante, em que eu poderia falar sobre tantas realizações, tantas reformas que Luís Eduardo fez, prefiro não falar. Prefiro apenas dizer: muito obrigado a vocês. Que Deus os ajude como vocês têm me ajudado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro entre nós a presença do filho do homenageado, Luís Eduardo Magalhães Filho. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros, meus prezados Pares, SRA.s e Srs. Senadores, meu prezado e querido amigo Senador Antonio Carlos Magalhães, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Luís Eduardo, filho daquele brasileiro que hoje homenageamos com muita saudade, meus cumprimentos.

Certo seria, depois das palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, que nenhum de nós proferisse qualquer discurso. Certo também seria que, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, diversos outros Parlamentares, talvez de forma mais apropriada do que eu, pudessem estar nesta tribuna para prestar esta homenagem a Luís Eduardo Magalhães.

Também é verdade, Sr. Presidente, que o povo da Bahia se reúne hoje não para lamentar, mas, sem dúvida, para festejar, para comemorar a vida, ainda que breve, daquele que marcou profundamente a história do Brasil e da Bahia. É por essa razão que vários dos nossos colegas, dentre eles o Senador Antonio Carlos Magalhães, estão se dirigindo para Salvador, para estarem no devido local, na terra que projetou Luís Eduardo para o Brasil, a Bahia, onde serão realizadas as homenagens devidas àquele grande Líder.

Pude encontrar-me algumas vezes, no caminho da vida pública, com Luís Eduardo Magalhães. Quando me elegi Deputado Federal pela primeira vez, já o encontrei devendo algo. Encontrei-o para agradecê-lo pelo trabalho e pelo apoio que deu à criação do Estado do Tocantins, na Assembléia Nacional Constituinte.

Logo em seguida, fomos colegas por dois mandatos. Fomos Líderes de Partidos, integrando um jovem Colégio de Líderes. E nos acostumamos, no final das tardes, a nos dirigirmos sempre ao Gabinete do Líder Luís Eduardo Magalhães, onde discutíamos o que seria aprovado, as reformas do País, os problemas nacionais. Impressionante, Sr. Presidente, a vibração, o entusiasmo, a firmeza com a qual o Deputado Luís Eduardo Magalhães tratava os seus colegas, os seus amigos e os assuntos sob sua responsabilidade. Tive, portanto, essa oportunidade histórica.

Há algo mais, Sr. Presidente, que me leva a vir a esta tribuna hoje, porque marcou a minha vida pública e partidária de uma forma inesquecível. Em uma manhã, na cidade de Palmas, no espaço cultural que consegui erguer ainda quando prefeito, com a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, tive a minha ficha de filiação partidária abonada pelo então Deputado Luís Eduardo Magalhães. Isso selou definitivamente a nossa amizade e marcou a minha história política. E qual não era, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a emoção e a vibração da população de Palmas, uma capital ainda muito jovem, mas que via em Luís Eduardo Magalhães o que viam os demais brasileiros: a esperança de ter encontrado um líder que certamente chegaria à Presidência da República.

Somos de uma mesma geração. Hoje está no Governo do Estado de Minas Gerais o jovem Líder Aécio Neves; hoje está na Presidência do Senado Federal o jovem Líder de então Renan Calheiros; Colégio de Lí-

deres integrado por Luís Eduardo Magalhães; Colégio de Líderes em que, de forma muito modesta, mas tão modesta quanto importante para meu Estado, estive eu. São essas, Sr. Presidente, as marcas que trago, e foi essa a formatação que tive dos meus primeiros dias de Parlamento, convivendo com figuras como o então Deputado Paulo Hartung, hoje Governador do Espírito Santo, e vários outros, que tomaram destinos diferentes.

Recordo-me de meu último encontro com Luís Eduardo Magalhães, em que S. Ex^a disse: “Meu craque” – como costumava me chamar – “você está marchando para o Senado da República, local pelo qual tenho profunda admiração e que espero um dia integrar como membro, mas estou agora em direção a uma responsabilidade maior, de disputar o Governo do Estado da Bahia”. Conversamos, e foi esse nosso último encontro.

A outra parte da história o Brasil inteiro conhece. Luís Eduardo Magalhães deixou uma campanha para a qual não tinha adversários. Seria Governador da Bahia, como seria Presidente da República. E eu vim representar o Tocantins nesta Casa.

Sr. Presidente, estávamos em plena construção de uma usina hidrelétrica em nosso Estado. E quero dizer que, não apenas pelo meu reconhecimento, mas por reconhecimento do meu pai, o então Governador Siqueira Campos, o cidadão José Wilson Siqueira Campos, assim que tomamos conhecimento do ocorrido com o jovem Deputado Luís Eduardo – até pelo fato de o pai de S. Ex^a ter estado no Tocantins para dinamitar as primeiras rochas –, aquela seria a usina que a História acabaria por denominar, em uma homenagem que prestou o povo tocantinense, de Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.

Quero apenas registrar a minha saudade, o meu reconhecimento, os fatos marcantes que pude viver com o Deputado Luís Eduardo Magalhães e repetir aqui uma homenagem que lhe foi feita no dia da inauguração da Usina. Disse meu pai, socorrido por Augusto dos Anjos em um dos seus mais belos poemas, “O Lamento das Coisas”, algo que marcou muito a história do nosso jovem Tocantins e a grande história de Luís Eduardo Magalhães. Dizia o poeta:

É a dor da Força desaproveitada,
O cantochão dos dínamos profundos,
Que, podendo mover milhões de mundos,
Jazem ainda na estática profunda do
Nada!

Este é “O Lamento das Coisas”, de Augusto dos Anjos.

Sr. Presidente, quero dizer que lá no Tocantins já não estamos na estática do nada e nossos dínamos não estão parados. São movidos pelas águas fortes do rio Tocantins, gerando a energia que hoje tem nome: Luís Eduardo Magalhães.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ontem ocupamos, juntamente com vários oradores, a tribuna desta Casa para salientar e recordar o dia 15 de março de 1985, data histórica da eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Hoje, 16 de março, ocupamos a mesma tribuna para lembrar a data de aniversário de um político que, embora tenha desaparecido prematuramente, deixou marcas profundas da sua atividade pública na história do Brasil.

Como Presidente Nacional do PFL, como companheiro e amigo querido de Luís Eduardo Magalhães, eu não poderia deixar de registrar este momento em que aquele jovem homem público completaria 50 anos. Conheci Luís Eduardo cedo, bem jovem, Presidente da Assembléia do seu Estado, a Bahia, e tive a oportunidade de revê-lo já como Deputado Federal, a partir do seu primeiro mandato, quando, com muita humildade, mostrando que queria construir o seu próprio caminho, respeitando muito a sabedoria do seu pai, nosso eminente colega Senador Antonio Carlos Magalhães, procurava os líderes mais experientes, mais antigos, para conversar, para dialogar, para apresentar também suas idéias. Foi, assim, que fomos construindo uma sólida e profunda amizade.

Luís Eduardo Magalhães tinha o dom de saber que era um político que teria que viver pelas suas próprias idéias e pelas suas ações. Era uma figura inteligente, um liberal, conforme demonstrou nos seus discursos e nos seus votos. Viveu o momento da Assembléia Nacional Constituinte. Ali sua presença começou a ser marcante. Não estava ali o filho de um político brilhante, talentoso e vencedor; estava ali um jovem que, pela sua própria ação, estabelecia o caminho para uma grande atuação parlamentar.

Luís Eduardo Magalhães, repito, era um verdadeiro liberal. Chegou à frente das reformas que foram realizadas, lutou por posições com que poucos concordavam naquela lembrada Assembléia Nacional Constituinte. Ele procurava sempre o conselho de Roberto

Campos e de Delfim Netto. Eu também merecia as suas visitas para a troca de idéias.

Muitas vezes saímos do salão da Câmara dos Deputados tristes por vermos que o País caminhava para ter uma Carta Magna que prejudicaria o nosso desenvolvimento. A época não foi favorável à promulgação de uma nova Constituição. A busca natural da liberdade completa levava a maioria a entender que o Estado era todo-poderoso e tudo poderia fazer. Com isso não se conformava Luís Eduardo. Se formos computar seus votos naquela Assembléia, verificaremos que as mudanças ocorridas nesta Carta correspondeu exatamente aos tópicos que Luís Eduardo não concordava, tendo votado contrariamente: sobre a questão dos monopólios, as reservas de mercado, o tamanho do Estado. Essas matérias eram contrárias às suas idéias e às idéias daqueles que não tiveram triunfo, especialmente no setor econômico da Carta Magna.

Mas Luís Eduardo teria um papel importante dentro da sua agremiação partidária e da Câmara dos Deputados. Ele se tornaria Líder do PFL na Câmara, assim como foi Marco Maciel no Senado. Saberá lutar com coerência por tudo aquilo que, com convicção, defendeu por seu Partido e, sobretudo, por seu País. Viveu dias difíceis como Líder no momento do *impeachment* do Presidente Collor. Mas foi coerente, resistiu, sabia dos erros, mas sabia que tinha ainda que lutar por suas idéias para torná-las realidade no amanhã.

Vivemos juntos a sucessão presidencial de 1994. S. Ex^a era o candidato de todos nós do PFL a Vice-Presidente da República. Havia, com Marco Maciel e com o Presidente do Partido, construído aliança com Fernando Henrique Cardoso e com o PSDB. Ninguém contestava o seu nome, a não ser ele próprio. Resistiu a todos, inclusive a seu pai, o Governador Antonio Carlos Magalhães.

O Brasil perdeu a oportunidade de ver Luís Eduardo Vice-Presidente da República na eleição de 1994, mas teve a felicidade de vê-lo Presidente da Câmara dos Deputados a partir de 1995. Daquela Casa, como homem público jovem, mas já estadista, conduziu com firmeza e dignidade as reformas constitucionais indispensáveis para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso pudesse realizar com êxito a sua grande tarefa de presidir este País.

Foi extraordinário na ação parlamentar. De Líder a Presidente da Câmara, consagrou-se líder das reformas no Parlamento. Esse mérito está consagrado na nossa recente história. Luís Eduardo era um Parlamentar por excelência. Não desejava ainda ser o candidato a Governador do seu Estado. Lembro-me de que, visitando-me como Embaixador em Portugal, disse que gostaria que Paulo Souto continuasse a ser

Governador, pois se tratava de um cidadão baiano, de um brasileiro exemplar, e que não desejava de forma alguma retirá-lo da chapa principal. Mas os companheiros de Partido da Bahia, de forma unânime, foram buscá-lo para torná-lo candidato a Governador.

Fomos nós do PFL à Bahia no último aniversário que comemorou. O clima era de festa. Os Partidos políticos se congregavam. Uma grande coligação se formava. A vitória tinha uma expectativa altamente favorável. Era o caminho daquele jovem de retorno ao seu Estado, para lá brilhar administrativamente! Nós, seus companheiros e amigos do PFL, aguardávamos aquele triunfo político e depois administrativo para vê-lo sucessor do Presidente da República na eleição de 2002.

Essa expectativa foi frustrada. A morte o levou cedo, com pouca agonia, mas com tristeza profunda para seus familiares e amigos. Deus levou Luís Eduardo, mas suas idéias ficaram. E o Brasil a ele deve dizer, ainda hoje: muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, primeiramente, parabeno o Sr. Presidente pela iniciativa de fazer esta homenagem àquele que, sem dúvida, foi, na nossa geração, um dos parlamentares mais brilhantes, mais importantes e uma referência para todos nós.

Nenhum político que teve o privilégio de conviver com Luís Eduardo Magalhães pode deixar passar em branco o relacionamento e esta data.

Eu ainda não tinha amizade ou contato maior com o Deputado Luís Eduardo Magalhães quando, sentado nas galerias da Câmara dos Deputados, como Presidente do PSDB, assisti à votação do **impeachment** do Presidente Collor. À medida que a votação ia desenrolando-se, chamava-me a atenção a facilidade com que defensores, até a véspera, do então Presidente Collor mudavam o seu voto, sendo aplaudidos. Alguns, além de proferir o seu voto, faziam-no com grande entusiasmo, proferindo às vezes até palavras de ordem. Ao mesmo tempo em que sentia uma certa satisfação – afinal de contas, como Presidente do PSDB, estava lutando para que aquilo ocorresse –, sentia também uma enorme decepção ao constatar a fraqueza da natureza humana daqueles que daquela maneira agiam. Defensores ardentes, aliados fanáticos até do Presidente Collor, naquele momento, votavam contra ele com o mesmo entusiasmo e com o mesmo vigor, e o aplauso era geral.

Chamou-me a atenção, então, um Deputado que se levantou e proferiu o voto pela manutenção do Presidente Collor. E o fez não apenas falando “sim” ou “não”, mas dizendo que votava pela coerência, pela coragem, pela sua história e pelo que ele tinha defendido no passado. Provavelmente, ele foi vaiado.

Apesar de não concordar com o seu voto naquele dia, vi que a dignidade estava com aquele Deputado, que era Luís Eduardo Magalhães. Depois, como Presidente do PSDB, comecei a conviver com ele mais assiduamente, até que se foi cristalizando uma amizade e uma confiança mútua muito grande.

Ainda como Presidente do PSDB, tive oportunidade de discutir principalmente com ele, junto com outras Lideranças do PSDB e do PFL, todos os pontos que formaram a aliança entre PSDB e PFL e que levaram o Presidente Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Comecei, então, a reconhecer o porquê daquele gesto do Deputado Luís Eduardo Magalhães naquele dia histórico do **impeachment**.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, posso dizer, sem medo de estar exagerando e com a certeza de que todos aqueles que conheceram Luís Eduardo estão de acordo comigo, que tive a oportunidade de conhecer um dos políticos mais corretos, no sentido de ser coerente, de cumprir seus acordos. Mesmo estando em desvantagem, ele os cumpria com coragem e determinação.

Luís Eduardo seria hoje, com certeza, uma raridade. Quando assistimos aqui neste Congresso, principalmente na Câmara dos Deputados, a um verdadeiro espetáculo de fisiologismo, em que os interesses imediatos permanecem acima de qualquer sentimento partidário, programático, ideológico ou, até mesmo, de lealdade, o mínimo necessário entre as pessoas, entre amigos e entre parceiros, sentimos que Luís Eduardo seria uma raridade nos dias atuais. Mas seria uma referência que, com certeza, serviria de exemplo até para se contrapor ao que assistimos atualmente.

A confiabilidade, a credibilidade e o caráter são fundamentais na política. Não se pode fazer política – política com “pê” maiúsculo – e mesmo não poderiam existir Partidos Políticos sem o mínimo de lealdade, respeito e credibilidade entre os homens. Se tais valores forem varridos de nossa convivência, estaremos condenados a caminhar para uma anarquia, em que a organização política não prevalecerá, refletindo-se na organização da própria sociedade.

Neste dia em que amigos, companheiros ou simplesmente aqueles que conviveram com Luís Eduardo relembramos sua pessoa e falamos da saudade e da falta que faz, refiro-me principalmente à característica que é fundamental em todo ser humano, principal-

mente no político: a força do caráter, a lealdade e o compromisso com seus princípios, acima de qualquer interesse pessoal ou de momento.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, finalizo minhas palavras, lembrando, em Luís Eduardo, das características de que todos nós deveríamos ser portadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, SRA.s e Srs. Senadores, familiares de Luís Eduardo Magalhães, esta é uma sessão que bem podia não existir. Poderíamos ser poupados de estar aqui nesta tarde, e o Brasil estaria ganhando muito se Luís Eduardo ainda estivesse entre nós. O destino, no entanto, traça planos para os homens. E aqui estamos, sete anos depois, para homenagear talvez a maior figura política surgida no País após a redemocratização.

Tive a felicidade e o privilégio de conviver com Luís Eduardo Magalhães desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Gozei de sua amizade e intimidade. E a melhor das imagens que guardo, Sr. Presidente Renan Calheiros, é que, durante todo esse período de estreita convivência, nunca o vi defender algo que não fosse o interesse público.

Ao ver aqui, até minutos atrás, o Senador Antonio Carlos Magalhães prantear sua ausência, como tem feito ao longo desse tempo, transporto-me para o último dia de vida de Luís Eduardo. Por volta de meia-noite e meia do dia 20 de abril, ele me liga, comunicando-me o falecimento do então Ministro Sérgio Motta, e recomenda que eu me desloque para São Paulo, a fim de acompanhar o enterro.

Encontramo-nos na capital paulista, e observei a tensão e o desconforto de Luís Eduardo por comparecer à despedida de um Ministro que com ele teve participação importantíssima na costura e na votação das reformas comandadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Recordo-me de que ele me chamou a um canto. E fui testemunha, Senador Marco Antônio Maciel, de um comentário dele a respeito de V. Ex^a. Luís Eduardo me chamou, juntamente com o pai e o Professor João Carlos Di Gênio, que estavam no cemitério, e disse: “Não se fazem mais no Brasil homens públicos como Marco Maciel”. E nos contou uma aventura que o então Vice-Presidente da República tinha vivido para chegar até São Paulo. O avião da FAB que o transportaria so-

freu uma pane, e o hoje Senador, à época Vice-Presidente da República, deslocou-se usando um avião próprio para serviço de meteorologia, tendo de fazer escala em Salvador.

E me dizia Luís Eduardo Magalhães que, em Recife, há uma companhia de táxi aéreo, e a Presidência da República pode alugar um avião. Marco Maciel preferiu fazer uma viagem desconfortável, mas zelando pelo patrimônio da Nação.

À noite, Luís Eduardo seguiu para Brasília, e eu fiquei em São Paulo. E ele me telefonava, curioso em saber o que eu fazia na capital paulista. No dia seguinte, Sr Presidente, ainda nos falamos pela manhã, quando ele me disse que faria sua caminhada – rotineira, mas a última.

O choque, ao tomar conhecimento da internação, para mim foi brutal. Então, dirigi-me ao Hospital Santa Lúcia, chegando ali juntamente com seu pai. Horas depois, chega o hoje Senador e ex-Presidente da República José Sarney.

O Presidente Sarney me impressionou, naquele dia, pela intimidade com os procedimentos médicos que se realizavam naquele hospital. Lembro-me muito bem, Presidente Sarney, que estávamos juntos, V. Ex^a em uma cadeira e eu ao seu lado, quando ouvimos umas pancadas estranhas. E V. Ex^a me disse, carregado de emoção: “Estão tentando reviver o Luís Eduardo”. Daí o Brasil todo sabe. O médico se aproximou de todos nós, e ouvimos o grito desesperado do pai.

A comoção tomou conta do Brasil. Poucas vezes vi o País atônico, perguntando por que se tirar tão precipitadamente do nosso convívio aquele homem que para muitos representava uma esperança.

Quis o destino que, pela ausência do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, eu, como Vice-Presidente da Casa, assumisse as honras de comandar o processo de despedida e os procedimentos para o velório do grande amigo. Testemunhei a dor sofrida e até hoje não reparada, não recuperada do pai. Pai e filho, de temperamentos tão diferentes, se completavam, se respeitavam, sabiam de seus limites e tinham grande adoração um pelo outro!

Senador Arthur Virgílio, estou certo de que, se tivéssemos aqui o convívio de Luís Eduardo Magalhães, o Brasil seria um pouco diferente hoje. O crescimento e o entusiasmo, principalmente da juventude brasileira, com sua arrancada política, o respeito por sua determinação, eu, que o acompanhei em várias viagens pelo Brasil afora, posso dar o testemunho, a maneira como presidiu a Câmara dos Deputados. O pai, muito modestamente, Presidente Renan Calheiros, disse que Luís Eduardo Magalhães ajudou as reformas. De minha parte, entendo que ele foi a própria reforma. Sem

a paciência, sem a determinação, sem a ousadia, em alguns casos até a valentia, nós não teríamos avançado tanto nas reformas que o Brasil tanto pedia.

É a este brasileiro, pois, que hoje o Senado da República presta homenagem. Como brasileiro, mas também como amigo, eu me associo a ela, enviando aos familiares, enviando a Dona Arlete, a Michelle e aos filhos, na pessoa do Duquinho, que esteve aqui até há pouco, o meu abraço fraterno e acima de tudo o regozijo por terem tido o privilégio de conviver com esse brasileiro ilustre.

Deixo aqui o meu registro de admiração, de saudade e, acima de tudo, de certeza de que tudo aquilo que foi plantado por Luís Eduardo o Brasil começa a colher em parte, o Brasil começa a usufruir dos frutos da reforma daquele período, em que poucas vezes na história o Congresso esteve tão acreditado e o político brasileiro gozando de tanto prestígio.

Sr. Presidente Renan Calheiros, parabênizo V. Ex^a pelo gesto de comandar esta sessão de homenagem a Luís Eduardo Magalhães, que o Brasil, tão pobre de exemplos de homens públicos que nos deixaram, não podia perder, na plena juventude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, hoje, 16 de março de 2005, a Câmara Federal prestou uma homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, em sessão presidida pelo Deputado Severino Cavalcanti. E o Senado da República, nesta tarde, Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, da mesma forma, homenageia também o Presidente daquela Casa, que deixou na história do Brasil a sua marca de baiano, de brasileiro, filho de Arlete e Antonio Carlos Magalhães.

A contribuição deixada por ele atinge não só os jovens, mas também homens públicos experientes que alcançaram cargos importantes, como o Presidente da República, Senador José Sarney, que prestaram a ele homenagem em nome do povo brasileiro e, principalmente, de seus Estados.

Senador Renan Calheiros, faço o mesmo em nome do povo do meu Estado, o Pará, em nome da Bancada paraense, representada aqui no Senado pela Senadora Ana Júlia Carepa, pelo Senador Fernando Flexa Ribeiro; em nome do Governador do Estado, Simão Jatene, e do Prefeito de Belém, ex-Senador Duciomar Costa. Em nome de todos ele, deixo registrado

nos Anais do Senado da República, a homenagem do Estado do Pará, do povo paraense, ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, do PFL da Bahia, que muito honrou o seu Estado e o nosso País.

SRA.s e Srs. Senadores, com certeza é a demonstração da galhardia, da confiança, da determinação, do entusiasmo daqueles jovens que viram e têm, até hoje, a imagem do Deputado Luís Eduardo Magalhães como um vencedor, lutador, leal e amigo dos seus amigos. Por isso, nesta tarde, em nome do meu povo do Pará, faço o registro das nossas homenagens, do nosso respeito ao povo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, todo homem público, todo cidadão de bem que se despede deste mundo, desta vida e vai para outra deixa, no seio da família, no seio da sociedade em que vive, um vazio impreenchível, notadamente quando se trata de uma pessoa admirada por todos, uma pessoa digna que respeitava os seus semelhantes.

Conheci pessoalmente o Deputado Luís Eduardo Magalhães e posso dar o meu testemunho de que se tratava de um homem afável, cordial, dedicado ao seu povo, especialmente ao povo da Bahia. Homem de conhecimento atualizado, sintonizado com a realidade do Brasil, que defendeu, como poucos, uma estrutura política, econômica e social capaz de resolver os magnos problemas com que nos defrontamos: a pobreza reinante em nosso País, a exclusão social, o fortalecimento da empresa, o respeito ao cidadão. Ele honrou, como poucos, o seu mandato de Deputado Federal e trouxe, com a sua participação no Congresso Nacional, o exemplo de como deve se comportar um Parlamentar no uso da tribuna, na articulação política e no trato com o adversário, com o correligionário e com o companheiro.

Luís Eduardo Magalhães tinha pelo adversário um respeito muito grande. Pude atestar isso, Sr. Presidente, quando reclamávamos – o que fizemos muitas vezes e ainda o fazemos hoje – da demora na liberação das verbas orçamentárias e da utilização do Orçamento como um instrumento de barganha e de pressão sobre o Deputado e o Senador. Procurei aquele Deputado baiano, Líder do Governo à época, em seu gabinete na Câmara dos Deputados, para dizer que não me conformava que o setor de saúde do meu Estado de Sergipe estivesse sendo prejudicado única e exclusivamente pela operação político-partidária

desencadeada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso para não liberar as verbas parlamentares. S. Ex^a, do alto de sua autoridade, de sua solidariedade para com seu vizinho da Bahia, de imediato, de forma peremptória, rápida e eficiente, ligou para a Casa Civil e disse que não admitia de forma alguma esse tipo de represália, de perseguição e de discriminação contra um Parlamentar que usava seu mandato para defender os interesses do seu Estado. E não é, Sr. Presidente, que aquele problema foi resolvido?

Isso, possivelmente, nunca veio a público; pouca gente no Estado de Sergipe sabia disso. Sergipe inteiro agora fica sabendo que entre os amigos que conseguimos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados está aquele que hoje nós homenageamos: Luís Eduardo Magalhães, que desapareceu tão cedo, mas que, apesar de jovem, transmitiu, com a sua personalidade marcante, com a sua inteligência, com a sua competência e com o seu equilíbrio na condução de todas as questões que lhe chegavam, esse exemplo; um padrão que deve ser seguido pelos mais jovens.

Por isso, Sr. Presidente, tenho a honra e o privilégio de dizer que fui amigo de Luís Eduardo Magalhães e continuo a admirá-lo. Quiçá os baianos que nascem todos os dias e que amanhã estarão dirigindo o destino daquele grande Estado e, quem sabe, da Nação possam seguir o seu exemplo, a sua trilha de trabalho e de honradez em defesa do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, último orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, parece que, quando a morte se abate sobre as pessoas mais velhas, ela é recebida e entendida como a conseqüência natural de uma vida inteira. É inevitável. A única coisa certa da vida é a morte. Mas quando ela vem extemporaneamente e leva um jovem, para nós todos ela chega de uma forma tão brutal, tão inconseqüente, tão inadmissível, tão inaceitável que os dias vão passando e se somando em meses, em anos, e não conseguimos esquecer aquele momento de tamanha dor.

É evidente que sentimos a dor pela perda das pessoas mais íntimas, das pessoas da família, mas também sentimos a perda das pessoas amigas e, sobretudo, daquelas que representam uma grande esperança. E foi exatamente o que sentimos, não só eu, mas também os contemporâneos, os companhei-

ros, os amigos, os admiradores, os seguidores de Luís Eduardo Magalhães, no instante em que houve uma série de notícias controvertidas sobre um possível infarto no jovem Deputado e, horas mais tarde, na confirmação da sua morte. Quarenta e três anos! No auge, no ponto mais bonito da sua vida, no momento em que desfrutava a sua vida, o seu prestígio político, a sua carreira de sucesso e quando todos já o colocávamos como uma grande esperança para este País pelas suas qualidades de homem público, pela sua capacidade administrativa provada na Presidência da Câmara dos Deputados, pela maneira cordial com que tratava os seus companheiros, os seus amigos, os seus colegas, pela simplicidade dos seus atos, pela objetividade das suas ações! Foi tudo isso que nos levou, a mim, aos Deputados, aos Senadores, aos que estavam ao lado de Luís Eduardo Magalhães no momento do seu passamento, a sentir um tamanho vazio com a sua partida.

Vejo que, sete anos depois, todos ainda temos esse sentimento de perda muito forte em cada um de nós, porque, na verdade, a juventude dinâmica de Luís Eduardo Magalhães, a esperança de sua qualidade de homem público, essa lacuna ficou, não só para a Bahia, mas para o Brasil inteiro.

Nós mineiros, que temos tanto carinho e afeto pelos baianos, que sabemos apreciar a história do povo baiano, que somos recebidos de forma tão carinhosa pela Bahia, sentimos muito a falta de Luís Eduardo. Para nós, fica a certeza de que a maneira como viveu e projetou a sua carreira e a forma como encaminhou as suas ações políticas em benefício de seu Estado e de todo o País servem de exemplo para todos nós – os mais novos e os mais velhos.

E serve de exemplo saber que entre nós esteve uma pessoa tão querida como ele e que faz uma falta enorme por se tratar de uma daquelas figuras ímpares, moldadas para a vida pública, certamente seguindo os passos do pai, seguindo uma tradição de liderança – e não é fácil ser líder. Liderança não se impõe; liderança não se coloca à frente de um povo. A liderança se faz naturalmente; ela surge quase que espontaneamente. De repente, as pessoas se vêem líderes. Líder não se faz, não se impõe. Ele acontece, porque vira o consenso de seus pares. E foi o que aconteceu com o nosso querido Luís Eduardo.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento em que lembramos a data do aniversário de Luís Eduardo, quando completaria cinqüenta anos, tendo partido tão moço, tão jovem – aos quarenta e três anos, trinta e seis dias depois de ter cumprido o seu quadragésimo terceiro aniversário –, em nome do povo mineiro, que represento nesta Casa, quero deixar aqui o mais pro-

fundo pesar pelo passamento do nosso companheiro e ilustre Deputado e a lembrança do dia de seu aniversário como um dia que certamente vamos sempre lembrar, porque ele foi importante para a vida pública da Bahia e para a vida pública nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais. Em seguida, darei a palavra aos Senadores Marco Maciel e Arthur Virgílio.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, 16 de março, se vivo hoje, o meu ex-Líder na Câmara dos Deputados, o meu ex-Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Luís Eduardo Magalhães, de quem tive a honra de ser companheiro naquela Casa como liderado, na condição de Vice-Líder que fui do PFL... Quando Luís Eduardo era Líder do nosso Partido naquela Casa, tive a honra de ser um de seus Vice-Líderes.

Construí, ao lado daquele jovem, uma amizade estreita. Foi alguém que aprendi a admirar, com quem aprendi a entender o que era a política do Parlamento. Quando cheguei ao Congresso Nacional, em 1991, no meu primeiro mandato, representando a minha querida Paraíba, eu me aproximei muito daquele que, sem dúvida, foi um grande mestre, pela sua palavra, a palavra que o Parlamento respeitava e em que acreditava. A palavra de um Líder, na época no governo, assumindo e cumprindo, marcou, Sr. Presidente, essas posições firmes, essas posições de que tanto precisa o Parlamento brasileiro: ter de volta a palavra do Líder que assume o compromisso com o Governo e com a Oposição, e a cumpre. Esta, sem dúvida, no meu entendimento, foi a maior posição que assumiu Luís Eduardo: a palavra assumida, o compromisso realizado.

Claro que todos nós, brasileiros, todos os jovens que haviam ingressado na vida pública, viam exatamente na pessoa de Luís Eduardo o futuro de uma geração, preparado, pronto, para assumir qualquer missão pública e política em nosso País.

Com menos de 40 anos de idade, Luís Eduardo Magalhães era Presidente da Câmara dos Deputados. Jovem, com muita vontade de servir ao seu País, e como aqui colocou muito bem o Senador Heráclito Fortes, que, sem dúvida, tinha uma aproximação bem maior com Luís Eduardo quando disse que ele não iniciou, não fez as reformas, Luís foi a própria reforma, porque todos nós, que acreditávamos na competência, na lealdade, na firmeza da palavra e do compromisso dele, o seguimos e ajudamos a mudar este País.

E veio, lamentavelmente, no dia 21 de abril de 1998, o prematuro falecimento desta liderança maior

do meu partido: o falecimento de Luís Eduardo Magalhães, que parou o País, que calou os brasileiros, porque, na pessoa e na juventude dele, na competência, na lealdade, na seriedade, existia a esperança de uma nova geração sob o comando de um jovem político que já estava maduro, preparado, pronto para inclusive governar o nosso País.

Era, não há a menor dúvida, pelo testemunho de todos nós, os homens públicos deste País, de sua e de outras gerações, o político mais jovem e promissor da nossa época para assumir missões maiores.

Mas, Sr. Presidente, resta-nos – a nós, companheiros que tivemos a alegria de conviver com ele – a esperança de ver o Brasil que pensou Luís Eduardo, um homem que amava o País e que se entregou às causas melhores deste.

Hoje, seriam 50 anos de vida de um jovem que se foi há sete anos e de quem todos guardamos, repito, uma grande e boa lembrança, mas, acima de tudo, a esperança. O Brasil sente a falta de Luís, o articulador, o Parlamentar e o homem público que sempre quis o melhor não só para a sua Bahia, mas para o Brasil, para todos os brasileiros. Que Deus o tenha em bom lugar!

Como eu, muitos outros companheiros, como os Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Siqueira Campos, muitos outros Parlamentares que ainda se encontram no Congresso Nacional, além de companheiros e amigos, tiveram a felicidade de serem seus liderados. Acreditamos e temos esperança naquilo que Luís Eduardo desejava: um Brasil mais justo, uma sociedade mais justa.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui, nas palavras não do Senador Efraim Morais ou de um representante da Paraíba, mas de um amigo, de um companheiro, o agradecimento pela ajuda na carreira política. Luís Eduardo, como Líder, ajudou-me, quando cheguei ao Congresso Nacional. De coração, digo: devo muito da minha carreira política ao Líder, ao Deputado, ao Presidente Luís Eduardo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a Hora do Expediente da sessão de hoje, por proposta do ilustre Senador e ex-Governador César Borges, enseja que esta Casa tribute uma homenagem ao ex-Presidente da Câmara e colega de Partido Luís Eduardo Magalhães, no momento em que celebramos a passagem do sétimo ano

de sua morte e que, se vivo estivesse, completaria 50 anos de existência.

Luís Eduardo, político por hereditariedade, visto que filho de Antonio Carlos Magalhães, nosso colega no Congresso Nacional, que, como ninguém pode deixar de reconhecer, é um político na plena acepção do termo. Até aqueles que de S. Ex^a divergem reconhecem em Antonio Carlos grandes qualidades, não só como político e administrador, mas também como uma pessoa que tem o senso de nacionalidade. Luís Eduardo, portanto, nasceu vocacionado para a política. Conseguia aliar pensamento à ação, desassombro à serenidade; era, sobretudo, uma pessoa competente.

Ademais, sabia conviver na controvérsia, pois esta constitui o núcleo, a matéria-prima da própria ação política. E a marca que deixou nos sucessivos mandatos que exercitou, quer como Deputado Estadual, quer como Deputado Federal, foi a de um político capaz de dialogar, de construir soluções e de buscar sempre o melhor caminho para seu Estado e para o País.

Luís Eduardo era, por excelência, um liberal. O liberalismo – pode parecer ousado na minha opinião –, não é uma ideologia: talvez seja uma doutrina ou um ideário. O liberalismo que marcava Luís Eduardo Magalhães se caracterizava, sobretudo, por um conjunto de idéias que, executadas, seriam úteis ao País. Nesse sentido ele se empenhou de forma muito consistente e articulada, quer como Líder do Partido na Câmara dos Deputados, quer como seu Presidente, na luta pela aprovação das emendas constitucionais modernizadoras do Governo do ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem tive a honra de ser Vice-Presidente da República.

O êxito que tivemos na aprovação dessas proposições, de alguma forma, reflete o empenho de Luís Eduardo Magalhães. O liberalismo é também e sobretudo uma atitude de vida, isto é, a capacidade de ter convicções, mas, ao mesmo tempo, de conviver com as convicções alheias. O verdadeiro liberal não se considera dono da verdade; pelo contrário, entende que o melhor caminho haverá de surgir do amplo debate, ouvido todo o espectro político, doutrinário ou ideológico.

Não teria dificuldade em classificar Luís Eduardo como liberal, não apenas pelas convicções que esposava, mas por sua conduta, por seu estilo. O estilo define o homem.

Hoje estamos, com tristeza, registrando o 16 de março, data em que Luís Eduardo Magalhães completaria meio século de existência. E não podemos deixar, portanto, de registrar o seu passamento. Se ele morreu jovem não quer dizer que não deixou uma funda presença na história do Congresso Nacional, na

vida do seu Estado e, por que não dizer, na própria vida do nosso País.

A vida não se mede pela sua extensão, mas, sobretudo, pela sua densidade. Não se pode julgar alguém pela quantidade dos anos que efetivamente viveu, mas como viveu. Enfim, mais importante do que quanto tempo viveu uma pessoa é saber como essa pessoa viveu. Podemos facilmente concluir que Luís Eduardo Magalhães viveu no momento fértil da vida nacional e contribuiu – e muito – para que o País conhecesse novos tempos marcados pela consolidação da democracia, pela estabilidade econômica, pelo progresso no campo social e sobretudo pela inserção do País no mundo globalizado em que vivemos.

A verdade, Sr. Presidente, parece, muitas vezes, residir no paradoxo. É algo que se extrai conseqüentemente da contradição. Luís Eduardo era jovem e – trata-se de um paradoxo –, ao mesmo tempo, uma pessoa extremamente experiente. Parece-me algo paradoxal que alguém possa ser jovem e, ao mesmo tempo, experiente.

Há na Bíblia, no Antigo Testamento, o Livro de Daniel, que fala, em certo momento, diante de uma dificuldade, os anciãos procuram Daniel e dizem: “*Vem, assenta-te no meio de nós, e instrui-nos: porque Deus te deu a honra da velhice*”. Com isso, certamente, atribuía-se a Daniel, embora jovem, a habilidade para dilucidar problema de grande complexidade.

Poderia aplicar a Luís Eduardo Magalhães aquilo que consigo extrair da lição bíblica, que é possível um jovem experiente, um jovem que já tenha inserida na sua personalidade a componente da experiência, da ancianidade, traduzindo numa palavra mais concisa, a sabedoria.

Luís Eduardo Magalhães tinha esse dom da sabedoria. E não foi por outra razão que ele se alçou, jovem, a tão altas e significativas funções, quer no seu Estado, quer na República.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a homenagem que hoje prestamos a Luís Eduardo Magalhães é aquela que a República deve a um dos seus mais ilustres e competentes filhos.

Sabemos que a morte não encerra a vida. Para nós, cristãos, a cidadania terrena se completa, como lembra São Paulo, com a cidadania celeste. Sabemos que Luís Eduardo vive hoje, portanto, uma nova vida. Mas, nós que aqui ficamos, não podemos deixar de registrar que, embora ausente do mundo, ele continua presente pelo exemplo que nos deixou.

Como prova do que afirmo será a realização, sexta-feira, em Fortaleza, do 7º Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Esse prêmio, criado pelo Instituto Tancredo Neves, dirigido pelo Deputado Vilmar Rocha, tem

um objetivo, o de cultivar a memória de Luís Eduardo Magalhães; fazê-lo presente nos nossos dias. E, de alguma forma, por esse caminho, lembrar que o futuro se nutre daquilo que passou e que a contribuição de Luís Eduardo, conseqüentemente, continua a pervadir as nossas ações, a iluminar o futuro.

Apresentamos nossa solidariedade aos representantes da Bahia, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Rodolpho Tourinho, temporariamente licenciado, e o Senador César Borges, autor do requerimento, no momento em que reverenciamos o passamento de Luís Eduardo e tributamos o reconhecimento pelo que ele fez pelo País e pelas suas instituições.

A sensação, enfim, que temos é a de que, quanto mais longe vai ficando a sua morte, mais perto ele está de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da fala do Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de comunicar à Casa que, logo após a homenagem ao saudoso Luís Eduardo Magalhães, a Comissão de Assuntos Sociais realizará mais uma reunião em caráter extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, conheci Luís Eduardo Magalhães quando era Deputado Estadual ele e Deputado Federal, eu. Ele presidia, com muito brilho e segurança, a Assembléia Legislativa da Bahia.

Estive lá em missão presidida por um dos maiores brasileiros que já conheci, o ex-Deputado Fernando Santana, baiano, como Luís Eduardo, e figura de imenso valor. Fomos à Assembléia e participamos de ato público pelas eleições diretas em 1984, logo no alvorecer da luta provocada pela apresentação da emenda Dante de Oliveira ao Congresso.

Luís Eduardo mostrou-me, naquele momento – e a partir dali isto não foi desmentido –, todo o brilho da sua perspectiva política, toda a determinação que o movia e toda a seriedade pública de que era dotado. A partir daí, ele passou a ser, para mim, uma bela referência. E não o encontrei com freqüência desde então, até o momento em que retornei ao Congresso Nacional, em

1995, eleito que fui em 1994. Tive a honra, portanto, de ser presidido por Luís Eduardo Magalhães.

Conheci o Líder vibrante do Partido da Frente Liberal — inteligente, bem articulado, competente, correto, corajoso. E conheci o Presidente enérgico, ao qual muito deve o Brasil quando tivermos de falar e historiar sobre reformas estruturais. Luís Eduardo traçava objetivos e buscava cumpri-los. Era um homem de metas, de sonhos, de realidade e de realizações.

No Parlamento, pude estabelecer com ele uma relação bastante fraternal, uma relação de confiança, até porque era alguém visivelmente merecedor de confiança. Tornei-me seu admirador. Ele se tornou meu amigo. Divergências, algumas poucas; convergências, muitas, quase todas.

Em minha cabeça pairava — não obstante toda a tendência de o PSDB brigar para lançar um candidato à sucessão do Presidente Fernando Henrique, em seu segundo mandato — a possibilidade de fornecermos o vice-presidente de uma chapa eventualmente encabeçada por Luís Eduardo Magalhães. Afinal, ele encarnava como ninguém o projeto de reformas estruturais; encarnava como poucos a idéia de um Brasil moderno e justo, de um Brasil avançado tecnologicamente e socialmente sensível, um Brasil com perspectivas de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de necessária distribuição da riqueza.

Não fosse sua morte tão prematura, cruel e injusta — se é que posso intrometer-me nos desígnios traçados pelo destino —, Luís Eduardo Magalhães poderia muito bem ser hoje Presidente da República. Seria um candidato muito forte, talvez o mais forte de todos, e quem sabe o Brasil pudesse estar singrando águas muito tranqüilas a partir do seu comando, do seu talento e da sua sensibilidade.

Eu estava no Rio de Janeiro quando, no aeroporto, Líder Ney Suassuna, disseram-me que Luís Eduardo tinha sofrido um enfarte de proporções graves. Quando cheguei ao aeroporto de Brasília e religuei o telefone celular, falei com a jornalista Christiane Samarco, do jornal **O Estado de S. Paulo**, que me disse, bastante sentida, sem que eu perguntasse — ela sabia o que eu queria saber: “Não tem mais jeito, Arthur. Luís Eduardo faleceu”.

Corri para o hospital, participei da dor de sua família, velei seu corpo no Congresso Nacional, fui a Salvador e permaneci em meio àquela multidão imensa até o final de seus funerais, até o momento supremo de seus funerais, que foi seu sepultamento.

Luís Eduardo Magalhães, com 43 anos de idade, alguns mandatos, uma tradição de luta familiar muito grande, significativa, deixou uma herança. Hoje, na Bahia, comemora-se o cinquentenário de Luís Edu-

ardo Magalhães. No Congresso, estamos também celebrando, sim, e não lamentando, o cinquentenário desse grande brasileiro. Luís Eduardo ficou para sempre; imortalizou-se. Luís Eduardo passa a ser um patrimônio da nossa vida pública e do nosso exemplo de ética, de seriedade e de crença no Brasil.

SRA. Presidente, o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, ex-Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, ex-candidato a Governador da Bahia, que, pelas pesquisas, seria amplamente vitorioso, ex-possível candidato a Presidente da República, com amplíssimas chances de vitória, era um homem simples, um jovem de bem, que tinha apego a sua palavra. Se algo marcava na relação de Luís Eduardo com seus liderados, adversários e amigos, era precisamente o fato de que, se ele empenhava a palavra, ninguém tinha de se preocupar com o cumprimento dessa palavra empenhada, porque ele a cumpria.

Portanto, Luís Eduardo deixou muitas saudades. Na Bahia, eu senti a grandiosidade do alcance do seu nome. Percebi duas coisas, uma delas na própria pele. O carro que servia a mim e aos Parlamentares que estavam comigo desapareceu no meio da multidão. Nós ficamos perdidos e fomos quase pisoteados pela multidão.

Ao mesmo tempo, Luís Eduardo Magalhães, no seu último momento, no seu caixão, recebeu a visita de adversários figadais de seu pai, o bravo Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele recebeu a visita de adversários e até de inimigos do Senador Antonio Carlos Magalhães — todos admiradores e nenhum inimigo de Luís Eduardo.

Já concedo um aparte ao Presidente do meu Partido, Senador Eduardo Azeredo.

Certa vez, o Senador Antonio Carlos Magalhães a mim me disse: “Arthur, o Luís Eduardo consegue ter todos os meus amigos e nenhum dos meus inimigos!” E acrescentei que o mais bonito nisso era ele conseguir ter nenhum de seus inimigos, todos os seus amigos e não ser nem um pouco desprovido de combatividade. Se havia alguém combativo, era o Luís Eduardo; se havia alguém corajoso, era o Luís Eduardo; se havia alguém opinioso, era o Luís Eduardo; se havia alguém que não recuava diante de ameaças, era o Luís Eduardo; se havia alguém que ia às lutas, assumindo a sua própria face, correndo seus próprios riscos com muita coragem, com muito destemor, era precisamente Luís Eduardo Magalhães.

Então, vejam que belo espécime de homem público perdeu o Brasil e que bela figura ganhou a nossa história! Ele conseguia ser combativo e opinioso. Conseguia entrar em todas as bolas divididas de uma

vida pública, que é cheia de homens que fazem falso sucesso, simplesmente não entrando em bola dividida alguma. Ele conseguia ter todos os amigos de seu pai, nenhum dos inimigos de seu pai e trafegar pela vida pública com o brilho que faz dele o alvo desta homenagem, que – percebo – vai durar pela vida inteira do nosso Parlamento. Tornou-se um dos nossos grandes vultos. Homenageamos o Barão do Rio Branco. Homenageamos Afonso Arinos. Homenageamos Carlos Lacerda. Homenageamos e homenagearemos Luís Eduardo Magalhães.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a enumera muito bem as qualidades de Luís Eduardo Magalhães, ex-Deputado e ex-Presidente da Câmara. Como Líder do nosso Partido, o PSDB, V. Ex^a presta esta devida homenagem, à qual me somo. Luís Eduardo foi, sem dúvida alguma, um Parlamentar de grande talento. No período em que esteve dirigindo a Câmara, o fez com muito brilhantismo, e tinha exatamente esta característica da facilidade do diálogo — com seus opositores, companheiros e aliados. É o testemunho que posso trazer da convivência que tive com ele. Foi exatamente esse testemunho, de quem sempre esteve atento aos interesses maiores do País. Associo-me, portanto, à sua homenagem, a homenagem a que todos nós, do nosso Partido, prestamos à memória de Luís Eduardo Magalhães.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. É precisamente esse o sentimento que tenho sobre Luís Eduardo.

Digo a V. Ex^a que – aliás, eu o faço repetindo passagem anterior desta fala – todas as vezes que me defrontei com a palavra dele empenhada em algum assunto, pura e simplesmente tirava da cabeça aquele assunto. Digo: isso vai ser cumprido de qualquer jeito. Era do seu caráter, era do seu senso de responsabilidade.

Alguém pode ter caráter e pode não ter senso de responsabilidade. Alguém pode ter senso de responsabilidade e não ter caráter.

Alguém poder ter senso de responsabilidade e caráter ao mesmo tempo. Isso faz do homem público uma figura quase ideal. Esse homem público passa a ser quase uma figura ideal.

Sempre cito uma passagem de São Tomás de Aquino, que serve muito bem para certas figuras da nossa vida pública e serve de alerta para quem nela entra. São Tomás de Aquino diz que certas qualidades, Senador Luiz Otávio, quando postas a serviço de vícios, tornam-se defeitos hiperbolizados. As qua-

lidades postas a serviço de virtudes tornam-se qualidades imbatíveis.

Cito exemplos corriqueiros. São Tomás de Aquino não desceu aos exemplos corriqueiros e prosaicos que aqui transmito aos meus Colegas.

Acordar cedo é uma grande qualidade. Acordar cedo para planejar um assalto a um banco é um defeito hiperbólico; trabalhar muito, trabalhar com afinco, em si, é um momento de qualidade, Senador Flexa Ribeiro, mas trabalhar muito para planejar assalto a cofre público é um defeito terrível; acordar cedo para espancar por mais tempo a mulher é um defeito horrível; acordar cedo para brigar nos bares é um defeito horroroso. Ou seja, a qualidade de acordar cedo deve ser posta a favor da virtude, a favor de se fazer coisas corretas em benefício do País, da nossa comunidade, das pessoas próximas de nós. Enfim, acordar cedo, trabalhar, perseverar, isso tudo, se posto a serviço de boas intenções, resume a qualidade verdadeira, Senadora Patrícia Saboya. A qualidade não deve ser posta a serviço de vícios.

Vejo Luís Eduardo como alguém, Presidente Sarney, que colocava a qualidade a serviço da virtude. Era honrado, íntegro, inteiro, honesto, efetivamente uma boa pessoa, efetivamente uma figura que tinha trânsito em todo o plenário da Câmara dos Deputados e era queridíssimo também pelos senadores do País.

Nem por isso, Luís Eduardo deixava, em cada momento, de pontuar com clareza a sua posição, ele não pecava por se omitir, ele expressava claramente a sua opinião, concordassem ou não com ela. Além disso, estava pronto para, na melhor dialética, aprender com as outras pessoas e chegar a conclusões. Ele não fazia o jogo do “simplicidade” profissional, o jogo do falso hábil, daquele que pensa ser hábil porque simplesmente concorda com todo mundo e termina desacreditado perante todos. Ele colocava claramente a sua opinião, e aqueles que dele discordavam o respeitavam, gostavam da figura humana, admiravam a figura pública que ele era.

Concedo um aparte ao Presidente José Sarney com muita honra.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, peço licença a V. Ex^a para inserir no seu discurso...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A honra é toda minha, Presidente.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – ...o meu testemunho sobre a grande perda que foi para o Brasil a morte de Luís Eduardo. O Senado faz muito bem em lembrá-lo hoje, quando ele completaria 50 anos. Luís Eduardo era um homem de princípios, um homem de convicções, um homem extremamente correto e uma

grande esperança – se já não uma certeza na política brasileira. Os romanos representavam a perda de jovens que tinham grande talento e que morriam em pleno brio com uma coluna partida. Quando me lembro de Luís Eduardo, lembro-me que ele foi essa coluna partida, que até hoje miramos sabendo que seria, sem dúvida, uma coluna das mais grandiosas da política brasileira. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Presidente José Sarney, é uma honra muito grande tê-lo neste modesto discurso que profiro em homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Falando em Roma, chego a Grécia e vejo Aquiles em Luís Eduardo: morreu jovem e coberto de muita glória. O Brasil começa, finalmente, a aprender a cultuar os seus valores verdadeiros. Luís Eduardo paira hoje acima de partidos, de ideologias, ele simplesmente morreu e viveu respeitado por todas as correntes legítimas deste País.

Ontem o Líder Aloizio Mercadante me procurou, na tentativa habilidosa de Líder competente que é, de fazer um acordo com a oposição para que fosse votada hoje determinada medida provisória – medida que ainda não está madura para ser apreciada hoje. Eu dizia: “Aloizio, não percamos tempo com isso, porque a sessão de amanhã será sessão do Luís Eduardo Magalhães”. Ele, então, disse-me que uma parte da sessão apenas seria destinada à homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Eu disse: “Não, Aloizio, só se a gente não conhecesse a admiração dos nossos colegas por Luís Eduardo Magalhães. Amanhã, quando o primeiro pedir a palavra, os outros senadores todos a pedirão”. Significa dizer que, se a sessão começar às 15h, não terminará antes de não sei que horas da tarde ou do início da noite, porque todos se animarão a dar a sua opinião a respeito de uma figura tão insigne, tão correta e tão preparada para vãos que o destino não lhe permitiu alçar.

Com muita honra e alegria, ouço essa figura pública notável que é o Senador Pedro Simon.

O Sr Pedro Simon (PMDB – RS) – Nada mais justo que V. Ex^a, como de resto toda a Casa, prestemos nossas homenagens à figura desse homem público que, ainda jovem, tornou-se figura singular na política brasileira. Era impressionante acompanhar o trabalho dele, a sua capacidade de agregar, de unir os extremos, a sua capacidade de fazer amigos. O seu notável pai tem muitas qualidades, mas o que não seria dele se tivesse também as qualidades do filho! Luís Eduardo era realmente aquele jovem que tinha tudo para crescer, menos a vaidade; tinha tudo para crescer, menos a ambição. O crescimento dele era algo natural. Confesso que tinha um profundo carinho e respeito pela sua figura dele, pela sua forma de ser, pela maneira

como tratava os desiguais, pela maneira como tratava o Deputado Valdir Pires – o Deputado Valdir Pires era fã incondicional de Luís Eduardo, tinha admiração por ele. Uma vez perguntei a ele: “Mas, vem cá, como é que ele e o teu pai são desse jeito e você não?” Ele me respondeu: “Meu pai é meu pai, mas eu gosto muito do Deputado Valdir”. Ele era assim. Infelizmente, nós o perdemos muito antes do que imaginávamos. Ele era um homem que, talvez, tivesse mudado os destinos de nossa história. Se o seu nome viesse crescendo e lá pelas tantas ele fosse o homem que unisse PSDB e PFL, talvez o Lula não estivesse aí. Mas Deus escreve o destino de cada um, e estamos nós aqui a prestar uma homenagem muito carinhosa a uma figura carismática como, aliás, é V. Ex^a, do mesmo estilo, da mesma capacidade e da mesma competência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Toca-me muito sua palavra tão sentida, tão amiga.

V. Ex^a tem razão. Ainda há pouco havia mencionado algo parecido. Talvez o Presidente da República hoje fosse Luís Eduardo Magalhães, por sua capacidade de agregar, por representar, sem dúvida alguma, a perspectiva da democracia e por ser alguém que transitava com muita facilidade pelos meios políticos, pelos formadores de opinião e que dificilmente não chegaria às camadas populares com chances de êxito.

Sobre filho e pai, a figura polêmica do Senador Antonio Carlos Magalhães, dura e doce; às vezes, ferina; às vezes, meiga. Surpreendi-me com Antonio Carlos algumas vezes. Fui à Bahia para o lançamento do Partido Comunista Brasileiro quando ele veio à legalidade; fui acompanhando os deputados Roberto Freire* e Alberto Goldman*, e lá fizemos um ato público que, na verdade, visava a homenagear Fernando Santana*.

Na época, eu julgava que Fernando Santana fosse um inimigo figadal de Antonio Carlos Magalhães, mas chega um telegrama de Antonio Carlos para Fernando Santana em que se dirige a um “querido amigo”, e Fernando Santana faz uma menção afetuosa a Antonio Carlos, naquele momento. Ou seja, Antonio Carlos, com os seus momentos de arroubo e com os seus momentos de ternura – a imprensa tanto fala dessa dicotomia –, desaguava em Luís Eduardo, que conseguia ter muita dureza quando combatia alguém, mas não tinha inimigo nas hostes dos que ele combatia. Ele agregava o Fernando Santana, que era amigo do seu pai; ele agregava o Valdir Pires, que era inimigo do seu pai; ele agregava figuras como, por exemplo, Domingos Leonelli, que dizia assim: “Sou adversário irretratável do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas sou amigo pessoal do Luís Eduardo” – entendiam-se

muito bem, e Luís Eduardo tinha nele um bom interlocutor dentro da esquerda do Parlamento. Isso fazia dele alguém que marcava pela facilidade de transitar no meio político. A diferença era essa, ou seja, alguém com tanto trânsito, e esse trânsito nascia precisamente da tolerância, do carisma a que se refere V. Ex^a, do seu preparo e da sua generosidade, da sua figura de ser humano.

Senador Pedro Simon, é uma boa hora para dizer que, na medida em que vejo o Senado de dentro, sendo Senador há dois anos, passo a ter algumas referências aqui, e V. Ex^a é alguém que me marca, por algumas definições básicas. Por exemplo: se a questão for ideológica, não sei se votarei automaticamente com V. Ex^a; mas se a questão for de justiça e de ética, de olhos fechados, se eu chegar atrasado, pergunto a V. Ex^a se é sim ou não e me arrisco a errar ou acertar com V. Ex^a, porque tenho absoluta confiança na sua boa-fé. A sua figura me entenece muito, e essa convivência nos aproxima, porque a vida pública é feita de momentos e de pessoas que não podem ser desperdiçadas. Se há pessoas que não quero mais desperdiçar, daqui para frente, na minha vida, uma delas é V. Ex^a. Da mesma forma gostaria muito de ter Luiz Eduardo ao nosso lado, com a sua capacidade imensa de agregar, com a sua capacidade supina e suprema de formar consenso.

Em outras palavras, é difícil admitirmos que não seja perda não termos Luiz Eduardo conosco. É forçoso reconhecermos, porém, que o Brasil ganha um vulto para sua história, e não meramente para constar dos livros escolares; alguém para servir de exemplo, mostrar que a renovação correta e saudável é possível, que pragmatismo pode se casar com ética, que espírito prático pode se casar com decência, que decência não significa necessariamente imobilismo, que não existe essa coisa do rouba mas faz. É fundamental não roubar e se fazer, ter o sentido da ética, da decência e da competência. E eu via essas qualidades todas presentes numa figura só, no Deputado Luís Eduardo Magalhães. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Concedo um aparte, com muita alegria e com muita honra, à Senadora Patrícia Saboya.

A Sra. Patrícia Saboya Gomes (Bloco/PPS – CE) – Senador Arthur Virgílio, da mesma forma, peço licença para apartear o pronunciamento de V. Ex^a, feito de forma tão emocionada e certamente com uma saudade muito grande daqueles que foram colegas. Não tive o privilégio e a honra de conviver com Luís Eduardo, mas tive o privilégio, como tantos brasileiros, de admirá-lo por ter a certeza de que aquele homem possuía tantas qualidades. Como V. Ex^a acabou de citar, ele conseguiu unir em uma só pessoa a determinação, a

paixão pela política, a habilidade de conviver com o contraditório e de agregar pessoas com opiniões diferentes. Ele conseguiu, com a sua alegria, unificar os projetos principais, a nossa vontade, os sonhos dos brasileiros de ver um político com tantas qualidades reunidas numa só pessoa. Portanto, quero também unir a minha palavra a de tantos outros que o conheceram nesta Casa, que tiveram a oportunidade, a honra e o privilégio de conviver com uma pessoa tão querida por todos os brasileiros. V. Ex^a faz do seu pronunciamento a voz de tantos homens e mulheres que depositaram nele suas esperanças e que certamente lamentaram a perda de um político que conseguia se destacar de tantos outros pela forma de ser e pela determinação. Aproveito a oportunidade para mandar um abraço muito carinhoso ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pois, assim como todos os brasileiros, presenciei a sua dor e o seu desespero por ter perdido um filho tão querido, que tanto o orgulhava e orgulhava a todos nós, brasileiros. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Certamente, onde quer que esteja, Luís Eduardo está vendo as nossas homenagens e a saudade que todos os brasileiros sentem dele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora Patrícia Saboya, V. Ex^a não é de calibre diferente do de Luís Eduardo. V. Ex^a chegou a Casa e a todos encantou, sobretudo pelo que tem de beleza interior, pela forma correta de lidar com os problemas e com os seus companheiros. Luís Eduardo perdeu também por não a ter conhecido pessoalmente. Digo ainda que V. Ex^a, ao se colocar na vida pública como se coloca, é precisamente a renovação dessa esperança que ele tanto significava para todos nós. V. Ex^a é uma figura leal como adversária, absolutamente perfeita como amiga pessoal, uma Parlamentar que marca, pela sua sensibilidade de mulher, de mãe, de brasileira, de cidadã, um dos mandatos mais notáveis que possam estar sendo arrolados pela análise do povo nesta Casa. Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

É com emoção que me refiro a uma figura tão querida e, ao mesmo tempo, tão relevante para os destinos do País, que não pôde cumprir o inteiro de sua destinação, mas, no que pôde, cumpriu uma destinação muito bonita.

Ouço o aparte do Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, o do Senador Eduardo Suplicy, para encerrar meu pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, o pronunciamento de V. Ex^a é vibrante, como todos os demais. Como disse a Senadora Patrícia Saboya, não tive a honra de conviver com o Deputado Luís Eduardo Magalhães, mas, devido a minha militância sindical, partilhamos alguns mo-

mentos juntos, nos quais pude comprovar tudo aquilo que o nobre Senador expôs aqui: sua competência, sua forma de fazer política com honradez, obstinação e determinação. Tenho absoluta certeza de que o destino reservava um lugar bastante destacado à vida política do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Não tenho dúvida de que ele seria o futuro Presidente da República, de que ele participaria, como disse V. Ex^a, de uma chapa em aliança com o PSDB. Quero fazer minhas as palavras elogiosas de V. Ex^a ao Deputado Luís Eduardo Magalhães e lamentar a perda prematura de um líder daquela envergadura. Como disse o ex-Presidente José Sarney, é realmente uma pilastra partida que a política brasileira tem a lamentar. Deixo um abraço fraterno ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Onde quer que esteja, o Deputado Luís Eduardo estará sempre junto a nós, orientando-nos para que todos nós, Congressistas, possamos fazer o melhor para o nosso País, para que os brasileiros tenham dias melhores pela frente, para que a sociedade brasileira tenha condições de ter uma vida mais justa e mais digna. E a sua liderança, Senador Arthur Virgílio, engrandece-nos. Que o seu discurso vibrante em homenagem ao Deputado Luís Eduardo Magalhães seja aceito como de todos do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Lembro-me também do bom humor com que Luís Eduardo encarava a vida. Acabava a jornada de trabalho dura, ele se reunia com os amigos e vivia a sua juventude, a sua alegria, que era imensa.

E na Presidência da Câmara, tinha passagens absolutamente monumentais do ponto de vista do bom humor. Por exemplo, o bravo e respeitado Deputado do Partido Verde, Fernando Gabeira, que foi para o PT e depois retornou para o Partido Verde, diante de uma confusão danada, em que se estava votando uma daquelas reformas, os líderes orientando a sua Bancada – e o Gabeira era líder dele próprio, um brilhante líder de um partido que só tinha infelizmente um Deputado, que era ele e que já valia, pela sua competência, por uma Bancada inteira –, e o Luís Eduardo então perguntou: Deputado Michel Temer, como vota o PMDB? Deputado fulano de tal, como vota o PSDB? Deputado tal, como vota o PFL? Deputado Fernando Gabeira, V. Ex^a está pronto para dar orientação a sua Bancada?” E a Bancada era apenas o Gabeira. Era um bom humor muito grande. Depois ele me dizia assim: “Olha, Arthur, o Gabeira sozinho vale uma Bancada. Ou seja, eu estava brincando, mas estava também homenageando uma figura que tem valor e respeitabilidade pública.”

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

E, agora, Senador Eduardo Suplicy, com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, quero também, em nome do Partido dos Trabalhadores, juntar-me à homenagem que V. Ex^a e muitos Senadores prestam hoje ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, que foi Presidente da Câmara dos Deputados. Registro aqui o respeito com que ele sempre dialogou com pessoas de todos os Partidos. Inclusive, nós, da Oposição, tínhamos com ele uma relação de respeito e amizade. Algumas vezes, visitei-o em seu gabinete. E ele também esteve aqui. Lembrome de termos dialogado sobre proposições como a de autoria de seu pai, do Fundo de Combate à Pobreza. Naquela ocasião, por volta do ano 2000, funcionava a Comissão de Combate à Pobreza, que era presidida pelo Senador Maguito Vilela e cuja Relatora era a então Senadora Marina Silva. Tive oportunidade de trocar idéias com ele sobre as proposições, quando, inclusive, deu-me muito força para que eu pudesse levar adiante o que depois o Congresso Nacional veio a aprovar. O depoimento que V. Ex^a dá, sobre a história de Luís Eduardo, é bastante significativo. A minha homenagem é dirigida também ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que soube, com tanta altivez, até hoje, usar de toda a energia para mostrar o exemplo de dedicação à vida pública que foi a de Luís Eduardo Magalhães. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Não tenho nenhuma dúvida de que Luís Eduardo deveria admirar

V. Ex^a, porque V. Ex^a é de fato um homem público admirável, com a sua seriedade, a sua persistência, o seu vigor cívico, a sua boa-fé, a sua integridade pessoal. Tudo isso faz de V. Ex^a um homem público de escol, de estirpe a melhor possível.

E a marca de Luís Eduardo era precisamente esta: S. Ex^a dialogava com o Partido dos Trabalhadores, quando era empedernida Oposição; e dialogava de maneira construtiva e lograva êxitos fantásticos, porque era pura e simplesmente alguém capaz de fazer avançar em pontos de divergência. S. Ex^a sabia buscar os pontos de convergência, deixando para depois aqueles que eram de divergência mais aguda, e ainda assim estes eram reduzidas ao mínimo que fosse intransponível.

Era esta a sua marca: cheio de amigos por todos os quadrantes, cheio de amigos por todos os lugares, cheio de amigos por todos os Estados, cheios de amigos em todas as Bancadas.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. É uma honra muito grande para mim tê-lo nesse discurso.

Concedo um aparte ao Senador João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Senador Arthur Virgílio, cumprimento V. Ex^a pela brilhante homenagem que presta a um dos melhores homens públicos da nossa história. Pessoalmente, tive um excelente relacionamento com o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Tinha-o como uma figura de homem sério, do político que cumpria a palavra dada, daquele homem da época do “fio de bigode”, como se costumava dizer. Toda vez em que procurava Luís Eduardo Magalhães e fazíamos um trato, comigo ou com a nossa Bancada, S. Ex^a sempre o honrava. Sempre retornava as ligações telefônicas. Não bastasse isso, o meu Estado, o Tocantins, prestou a ele uma homenagem, colocando seu nome em uma usina hidrelétrica, depois do seu falecimento. Essa foi uma homenagem que prestamos ao Brasil. Realmente, Luís Eduardo Magalhães, como foi aqui dito por todos os oradores e por V. Ex^a, tinha trânsito em todos os Partidos políticos, na Esquerda, na Direita, no Centro. Era, enfim, um homem de qualidades invejáveis. Portanto, sem querer tomar muito o seu tempo, cumprimento V. Ex^a, deixando registrado que eu tinha muito carinho, respeito e admiração pelo nosso querido Luís Eduardo Magalhães, que estaria completando hoje 50 anos de idade. Que Deus o tenha num bom lugar! Parabéns pelo discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Ribeiro, pelo aparte e digo-lhe da honra que tive em acompanhar o Presidente Fernando Henrique e o Governador Siqueira Campos em inspeção de obras da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – homenagem mais do que justa e uma obra pujante, que muda a face econômica no futuro de médio prazo do Estado portentosamente viável do Tocantins.

Tive ocasião de ver isso de perto e lembro-me de tempos de trabalho, de construção, de muita dedicação e, portanto, mais essa lembrança que V. Ex^a me traz só acrescenta neste discurso.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita alegria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, já fiz hoje um aparte a um membro do meu Partido, Senador José Jorge, para participar desta homenagem. Mas quero também cumprimentar V. Ex^a. A suavidade com que, hoje, V. Ex^a se manifesta dessa tribuna – e concentrou praticamente a manifestação da grande maioria deste Plenário – dá-nos uma impressão espiritual diferente de V. Ex^a. Quando está na tribuna em momentos de discussão, de agressividade nos debates, V. Ex^a se exalta, cresce na sua fala. Hoje, a suavidade e o equilíbrio são permanentes. Então, essa espiritualidade que toma conta de V. Ex^a me faz sentir que o espírito de Luís Eduardo está entre nós. Gostaria que V. Ex^a sentisse de perto todo esse carinho

e essa expectativa, porque não sairei daqui enquanto V. Ex^a não deixar a tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, querido e antigo amigo, com serviços de enorme monta prestados a este País. E dou uma explicação, do amigo e do companheiro: alguns momentos sugerem mesmo a exaltação, a indignação, pois é impossível se perceber o malbaratamento de recursos públicos e não ficar indignado. Ao mesmo tempo, não caberia abordar este tema, que é tão tocante a todos nós, tão lamentável pela perda e tão grandioso pelo exemplo, pela figura histórica que se firma, no mesmo tom. Talvez tivesse que ser mesmo este.

Fico feliz de saber da sua ternura por ele e por mim – aliás, por mim já demonstrada em momento duro em uma determinada época da minha vida pública, quando V. Ex^a pôde mostrar a mim toda a sua coragem e determinação.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e digo que é com muita ternura que me refiro ao falecido e saudoso Luiz Eduardo Magalhães.

Sr. Presidente, encerro, referindo-me a Castro Alves, que morreu aos 24 anos de idade e que fez da sua poesia um exemplo eletrizante e sofrido de uma vida que ia do brilhante ao trágico e do trágico ao brilhante, com uma separação muito tênue entre uns momentos e outros.

Luiz Eduardo também fez da sua curta existência – deixou-nos aos 43 anos de idade – um exemplo de poesia, sim, porque ali temos o romântico, a figura do jovem abrindo caminhos em busca de um País mais justo; temos o drama, a tragédia, a morte prematura de alguém tão saudável, alguém com expectativa de ir tão longe na sua carreira tão vitoriosa; temos, sem dúvida alguma, na poesia, as horas de júbilo, as horas em que sua vida colecionava vitórias.

Mas me dá a impressão muito clara de que, se um viveu uma tragédia, o outro também viveu uma tragédia; se um viveu pouco tempo, mas com muita intensidade, o outro viveu pouco tempo, mas com muita intensidade; se um fez da sua poesia um caminho para uma vida entre trágica e bonita, o outro fez da sua vida pública uma poesia igualmente trágica no fim, mas bonita e brilhante pelos exemplos que nos deixou.

Portanto, é com muito sentimento que, em nome do meu Partido, o PSDB – depois de ouvirmos o Senador Tasso Jereissati, antes de ouvirmos o Senador Sérgio Guerra, antes de ouvirmos tantos Senadores nossos; depois dos apartes do Senador Flecha Ribeiro e do Senador Eduardo Azeredo –, e falando oficialmente como Líder do Partido, digo que, sem dúvida alguma, temos saudade por um lado e, por outro, o dever de acompanhar e seguir exemplos como o de Luís Eduardo Magalhães, que não passou por esta

vida em vão. Ele passou por esta vida para que nós, na esteira do seu sonho, aprendêssemos também construir a realidade de um País justo socialmente, pujante economicamente, avançado tecnologicamente e sensível, como sensível era a alma bonita daquele baiano tão querido, Deputado e Presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Maria do Carmo Alves.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Maria do Carmo Alves, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

Em seguida, falarão a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Mão Santa, último orador inscrito.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, este é um dia importante para o Senado, em virtude da homenagem a Luís Eduardo Magalhães. Não falarei muito, porque muito já foi dito hoje sobre Luís Eduardo.

Eu o conheci ainda quase menino. No meu primeiro mandato como Líder do PMDB na Assembléia Legislativa de Pernambuco, reencontrei-o como Deputado Estadual da Assembléia Legislativa da Bahia, da qual, depois, foi Presidente. Ao longo da minha vida, encontrei-o várias vezes, pois tínhamos alguns bons amigos em comum. Finalmente, elegi-me Deputado Federal e estabeleci, logo de início, uma relação mais próxima com a pessoa que, durante o meu mandato como Deputado Estadual e como Secretário de Governo, em Pernambuco, aprendi a respeitar como político, como homem público.

Luís Eduardo era uma pessoa especial. Extremamente lúcido, tinha uma grande capacidade de discernimento e era dono de uma rara habilidade: a capacidade de conviver com os contrários. Era um político muito especial.

A seu favor, de maneira bastante forte, a força política que ele representava no grupo liderado por seu pai. Mas não é fácil ser filho de um político da importância de Antonio Carlos Magalhães e ganhar identidade, expressão, força e personalidade. E Luís Eduardo, sem deixar de ser absolutamente solidário com seu pai, era um político diferente dele. A sua atitude e a sua forma de conviver politicamente eram próprias.

Eu estava no PSB, Partido do Governador Miguel Arraes, quando Luís foi indicado para Presidente da

Câmara dos Deputados. Fui um dos primeiros a apoiá-lo no campo da oposição, da esquerda. Disse-lhe, na oportunidade, que meu apoio não tinha relação com a proporcionalidade, com nenhuma das regras que eram consideradas relevantes para se apoiar um candidato, mas com o fato de considerá-lo, naquele momento, a pessoa mais indicada para presidir a Câmara dos Deputados. Participei de uma reunião da nossa Bancada, o PSB, na qual se discutiu o apoio a ele. Alguns o apoiaram com o argumento do respeito à proporcionalidade; eu o apoiei com o argumento do mérito. Eu votaria nele para Presidente e defendi o apoio do meu Partido à sua candidatura por entender que ninguém mais, naquele momento, estava qualificado para ser Presidente da Câmara.

Fiz a sua campanha, e ele ganhou. Foi um Presidente notável. Estabeleceu logo um padrão de imagem extremamente positivo para a Câmara. Tinha grande capacidade de relacionamento com a imprensa. Era capaz de afirmar seus pontos de vista sempre de forma positiva. Nunca foi discípulo do litígio, do confronto, embora, como já disse o Senador Arthur Virgílio, fosse pessoa de personalidade forte e bastante incisivo. Foi um Deputado Federal e um Presidente da Câmara dos melhores que a Casa conheceu.

A lembrança de Luís Eduardo agora é conveniente. Primeiro, porque foi sempre partidário, sempre leal, sempre correto. Nunca vacilou, nunca participou dessa leviana troca de partidos, dessa freqüente transposição ideológica, que é muito visível nos últimos anos. Gente que pensava de um jeito e se comprometia com certas idéias passa a adotar novas idéias e a se comprometer com outros programas. Luís Eduardo, não. Era firme, incisivo. Estava longe de ser um político conservador, mas era um político comprometido com a idéia liberal. Moderno na atitude, na forma de convivência, foi um dos bons políticos que o Brasil produziu nesses últimos trinta anos.

Penso que a sua atitude e a sua forma de atuar são instrutivas neste momento da vida parlamentar, em especial, em que partidos se desagregam, lideranças não são efetivas, compromissos não se cumprem e a palavra vale cada vez menos. Há situações em que já parece visível uma certa desagregação. Não se tem mais confiança no resultado das votações, não porque as votações não são livres, mas porque as votações não têm mais lógica; e não têm mais lógica porque os partidos não estão valendo; e os partidos não estão valendo porque houve uma ação deliberada para se desestruturarem os partidos, o que terminou se voltando contra o Governo atual, que a produziu de maneira sistemática. O reflexo dessa desagregação e dessa desautorização foi, de maneira bastante visível, o resultado da última eleição na Câmara dos Deputados.

Hoje é dia de homenagem a Luís, não é um dia para se fazerem críticas. Mas, na hora em que falamos de homens como Luís Eduardo, de certa maneira, deixamos muito clara a nossa crítica a outros personagens da vida pública brasileira que não estão colaborando com a democracia que o povo espera que o Brasil organize e faça funcionar.

Fui seu amigo, embora não convivesse muito com ele. Certa vez, fui citado numa comissão parlamentar de inquérito. Fiz a minha defesa, justifiquei-me e fui afastado da investigação por falta de prova ou de evidências de prova. Um ano e meio depois, o Congresso precisava reestruturar seu sistema de Orçamento, e Luís Eduardo Magalhães me chamou e disse: “Você vai ser o Relator de uma Comissão que vai mudar o sistema de Orçamento”. Eu lhe respondi que não desejava essa tarefa, que queria outra, em uma Comissão que estava sendo formada para o Mercosul. A sua resposta foi: “Você seria bom no Mercosul, mas será melhor nessa Comissão.” Eu disse: “Mas o meu Partido tem uma dezena de Deputados, há a tem a questão da proporcionalidade”. Ele disse: “Desconhecerei essa questão. Você vai relatar essa matéria porque tem condições de fazê-lo e porque é preciso que você se afirme nisso”. Foi uma demonstração de solidariedade, amizade e espírito público que jamais esquecerei.

Certa vez, neguei-lhe um voto importante. Eu era de um Partido de Oposição. Num primeiro momento, ele não gostou. Não sei se Luís Eduardo gostava das discordâncias. Talvez não gostasse muito delas. Ele estranhou a minha negativa ao voto que me pediu. Não lhe dei o voto e, durante três ou quatro meses, ele não foi comigo tão afetivo como era antes, mas, cinco ou seis meses depois, conversamos outra vez e lhe expliquei porque eu não podia ter votado como me pedira que fizesse. Ele me disse que eu fiz muito bem em não ter votado.

Luís era uma pessoa positiva, de coragem, um político coerente.

Foi muito ruim para o Brasil ele ter indo embora, não ter ficado entre nós. Ele fez e faz muita falta à democracia brasileira. Fez falta ao Presidente Fernando Henrique e ao seu Governo.

É bom que hoje, mais uma vez, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, lhe prestemos homenagem, porque, fazendo isso, prestamos homenagem ao melhor da vida pública e da democracia entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^ª.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ao fazer esta singela homenagem a Luís Eduardo Magalhães, eu não po-

deria deixar de transmitir a emoção que senti ao ouvir o seu pai hoje, nesta tribuna, Senador Antonio Carlos Magalhães, expressar toda a dor e até mesmo o desespero diante da sua morte prematura. Como mãe, pude sentir e me colocar no seu lugar ao perder aquele que era o filho, o amigo, o companheiro, o conselheiro e, acima de tudo, o jovem promissor político que, sem dúvida nenhuma, acompanharia e projetar-se-ia no futuro político deste País.

Ao redigir esta breve homenagem, buscando encontrar as palavras certas para registrar esta data, veio-me à lembrança o jovem parlamentar constituinte, de quem fui colega na Câmara dos Deputados.

Firme, justo, solidário e cumpridor da palavra, muito cedo revelou-se um hábil negociador. Sua atuação foi marcada pela facilidade com que transitava junto aos parlamentares de todos os Partidos, buscando o consenso e sendo capaz de aceitar as diferenças de opinião.

Nosso Líder Arthur Virgílio disse, com muita propriedade, que ele era o homem do consenso, mas também o homem combativo, vigoroso ao defender suas idéias e seus amigos, tendo a lealdade, sem dúvida nenhuma, como uma das mais importantes características da sua personalidade.

Foi uma revelação na Bahia, elegendo-se como o Deputado Federal mais votado em 1987. Isso se repetiu por mais dois mandatos, tendo ele assumido a Presidência da Câmara aos 39 anos.

Sob sua Presidência, a Câmara viveu um dos momentos mais ricos da sua história. Sob a sua liderança, houve a reforma administrativa, as mudanças da Previdência, enfim, grandes mudanças que propiciaram ao Presidente Fernando Henrique uma gestão moderna e muito ativa junto aos seus companheiros, com a colaboração, principalmente, da Câmara dos Deputados.

Fui testemunha da admiração que o ex-presidente Fernando Henrique dedicava ao jovem parlamentar, revelando, sempre que se referia a ele, a sua gratidão por tudo que tinha feito naquele Parlamento para desembaraçar o que era necessário para o bom andamento do Governo.

Luís Eduardo era também um apaixonado pela vida parlamentar. Seguiu os passos do pai, a quem aprendeu a admirar ainda menino e de quem herdou a mesma vocação para a atividade política.

Foi sempre um intransigente defensor da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, e várias vezes assumiu com veemência a defesa deste Parlamento.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, hoje, Luís Eduardo completaria 50 anos de idade.

O Brasil perdeu um de seus brasileiros mais ilustres. Relembrar, ainda que de forma tão singela, a importância que ele teve para dignificar a Bahia, o

Congresso Nacional e o nosso País é a maneira que temos para registrar nosso sentimento em relação à sua ausência.

Ao Senador Antonio Carlos Magalhães eu gostaria de deixar a minha sincera homenagem: seu filho, Senador, pertence a essa galeria de políticos que se destacam pelo inegável espírito público, a grande habilidade política e o fácil relacionamento, qualidades que o tornaram um dos mais brilhantes parlamentares de sua geração.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Querida amiga, Senadora Lúcia Vânia, primeiramente, quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e fazer minhas as suas palavras. Fui Deputado Federal por dois anos, saí daquela Casa por ter sido eleito Prefeito de Balneário Camboriú. Nos dois anos em que permaneci na Câmara Federal, sempre recebi o carinho e a atenção de Luís Eduardo Magalhães. Fazíamos algumas caminhadas juntos, pela manhã, quando ele me dava muitos conselhos, porque tinha um conhecimento maior a respeito de Brasília e mostrava-me alguns caminhos que devíamos seguir. A sua forma transparente de atuar na vida pública, o seu dinamismo e a sua coerência serviram de exemplo também em minha caminhada política. Luís Eduardo Magalhães não era apenas um Deputado da Bahia, do Nordeste, mas de todos os brasileiros. O Sul o admirava muito e, na época, lá se falava numa possível candidatura de Luís Eduardo Magalhães para Presidente ou Vice-Presidente. Ele era um jovem aguerrido, exemplo para todos os homens públicos. Trago a homenagem do PSDB de Santa Catarina a esse homem que fez muito pelo nosso País e de quem o País sente falta hoje, com toda certeza. Também deixo registrado no pronunciamento de V. Ex^a o carinho que tínhamos por esse grande homem e a saudade que dele estamos sentindo. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Senador Leonel Pavan. As palavras de V. Ex^a enriquecem o pronunciamento que faço nessa tarde. Tenho a certeza de que o exemplo deixado por Luís Eduardo serviu de referência não só para V. Ex^a como para todos nós. V. Ex^a é o exemplo dignificante dessa trajetória, principalmente defendendo com ardor, com lealdade, com companheirismo o seu Estado, Santa Catarina. É orgulho para todos nós tê-lo como companheiro. Tenho a certeza de que essa referência, expressada por V. Ex^a a respeito de Luís Eduardo, serve também de exemplo para toda a Casa.

Muito obrigada.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Farei um rapidíssimo aparte, porque – creio – não conseguirei falar mais do que já foi dito sobre Luís Eduardo. Apenas darei um testemunho. Fui Constituinte juntamente com ele e participei de um grupo denominado Movimento de Unidade Progressista – MUP. Fizemos várias negociações com Luís Eduardo. E o fato que mais me impressionou na vida política do Luís Eduardo é que, mesmo discordando, se havia feito o entendimento, se havia feito o acordo, ele o honrava integralmente, honrava a sua palavra. Isso fez com que ele realmente fosse o líder respeitado que foi no Congresso Nacional. Evidentemente fica difícil falar do sentimento do Senador Antonio Carlos Magalhães porque, claro, não é a trajetória natural da vida o filho ir antes do pai. Mas Luís Eduardo se foi e deixou, sem dúvida, o importante exemplo de que é preciso fazer política honrando os compromissos; de que é possível estabelecer no Parlamento uma convivência em que a palavra empenhada não precisa de absolutamente mais nada para ser, na seqüência, cumprida. Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a. O Congresso Nacional faz com justiça – a Câmara já fez hoje, o Senado faz agora – uma homenagem, e das mais justas, a um dos seus mais brilhantes parlamentares dessa nossa geração. Era o que tinha a dizer.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço o Senador Antero Paes de Barros pelas palavras. Senador Antero, V. Ex^a se referiu a um traço da personalidade do Deputado Luís Eduardo muito importante, que é o cumprimento da palavra. E V. Ex^a é o exemplo disso. Eu o admiro e tenho um profundo respeito por V. Ex^a, porque, na curta convivência nesta Casa, pude sentir o quanto V. Ex^a é amigo, companheiro, leal e, acima de tudo, cumpridor da palavra. É claro que as pessoas que têm como característica a lealdade e o cumprimento da palavra evidenciam na personalidade do outro aquilo que mais admira. E V. Ex^a o fez com muita propriedade nesta tarde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Senadoras e Senadores presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem por meio do Sistema de Comunicação do Senado Federal.

Senador Renan Calheiros, muito já foi dito e tudo verdade.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a pode ouvir Roberto Carlos em uma de suas músicas dizer “meu irmão

camarada”. Heráclito foi “irmão camarada” de Luís Eduardo. Várias vezes nos encontramos. Mas, o que me chama a atenção e a do Brasil, atentai bem, Senador Pedro Simon, é a história. Pedro Simon, cristão; Cristo, a Última Ceia, o Sermão da Montanha, deserto, transformação do vinho para alegrar as bodas, casamento, felicidade. Mas, na hora do pega, Senadora Maria do Carmo, todos negaram, todos falharam, principalmente nós, homens! Anás, Caifás, Pedro, o pai dele, José, os Apóstolos, todos, todos os homens. As mulheres ainda...A mulherzinha de Pilatos, Verônica, as três Marias...Mas os homens, lá na cruz, aquele negócio de ladrão, bom ladrão... Os homens, só um: Pilatos, que nos orgulha.

Senador Luiz Otávio, esse é o quadro que quero buscar de Luís Eduardo. Senador Francisco Pereira, Napoleão, o francês – Senador Eduardo Suplicy –, o general, na ilha, no final de sua vida, já chegada a morte, dizia: “Eu não fui bom; eu não fui bom; mas fui firme, fui firme, fui firme”. E aí está a história do general, o francês, que deixou o primeiro código civil da Europa na França. E quero lhe dizer que essa é a característica: firmeza, solidariedade na dificuldade. Cirineu e a firmeza do estadista Napoleão Bonaparte. Atentai bem, Senador Luiz Otávio, 30 de setembro de 1992! Que data é esta? O que é isso para o Congresso? O que é isso para a Câmara? Senador Heráclito, éramos prefeitos. Eu gosto de política. Ela nos atrai. Eu acho que a política é para buscar o poder, mas o poder – como disse Cristo, não o poder pelo poder, que não nos encanta – para ser um instrumento de servir. Disse Cristo: “Vim ao mundo – aprenda Lula! – para servir, e não para ser servido.”

Trinta de setembro de 1992. Cassação do Presidente Collor. Atentai bem! Eu não sei onde V. Ex^{as} estavam. Eu sei, Senador Francisco Pereira, que eu era prefeitinho de Parnaíba. E, atraído por aquele fato histórico, Senador Pedro Simon, eu não saí de casa. Disse: “Vou ficar aqui, no quarto.” E não saí. Coloquei no chão umas almofadas e assisti a toda a sessão. Estamos aqui; mas, às vezes, não estamos. Nos distraímos, vamos ao café. Naquela, não. Eu a assisti, Senador Pedro Simon! Ontem, por exemplo, houve dezenas de discursos. Eu assisti ao de V. Ex^a integralmente. Aquela sessão do Collor – o Senador Heráclito era Prefeito de Teresina – eu a assisti toda, como se assiste a uma novela, a um teatro, e atento. Dentre os 503 Parlamentares, um mereceu respeito e dignidade, por ser firme e solidário. É essa a grandeza!

Tivemos muitos momentos de felicidades, até em mesas de bares, com o Senador Heráclito, tomando vinho do Porto, porque ele era alegre. Mas eu fiquei. E passaram todos, uns envergonhados. A imprensa dizia que tinham ido ao Alvorada, onde hoje está o Lula, tirar retratos, e na hora negaram. Choraram: “Presidente, é

injusto...” Quantos? Atentai bem, Senador Pedro Simon. Eu gravei. Um Deputado de Itumbiara, lá em Goiás, não conheço, mas a gente grava. Eu, povo do Brasil – era prefeito, mas povo –, atento. Um Deputado de Goiás, José Gomes, na hora de votar – e um filho de Itumbiara jamais trai um amigo –, votou contra o *impeachment*. Senador Pedro Simon, atentai bem, quando ele chegou, toda Itumbiara foi recebê-lo, pela coerência, pela firmeza, pela solidariedade e pela amizade na dificuldade. Ainda hoje ele é Deputado Federal.

A cada ataque que votava, a cada um, Luís Eduardo se levantava e, como Líder, tombou ali ao lado, como é comum, Senador Pedro Simon, prestar homenagem ao sol que nasce. Ele estava ali, com solidariedade e firmeza, no cumprimento de sua missão, advertindo-os. Ele se tornou ali o meu herói, Senadora Maria do Carmo. E o espetáculo foi longo. Foram cerca de seis horas de espetáculo.

Foi isso que ele passou. Não foi por ser filho do nosso amigo, o homem que fez da Bahia um país, o Senador Antonio Carlos Magalhães. A minha admiração se deu naquele momento de dificuldade. Esse é o exemplo. Quero, então, dizer o seguinte: atentai bem: cinquenta anos faria hoje. Isso que relato aconteceu há treze anos. Tenho a imagem daquela época. E é isto que tem o povo: o respeito àquele democrata, que cumpriu o seu papel de líder nas horas de maior dificuldade, que, com solidariedade e firmeza somados, mostra a dignidade que se deve ter neste Congresso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que está aqui um baiano, Rui Barbosa, trinta e um anos neste Senado. Também ele não chegou à Presidência, como não chegou o nosso Luís Eduardo. O retrato de Rui Barbosa está ali debaixo do de Cristo, que também mostrou a fraqueza dos homens que o abandonaram. Ele foi um dos que mostrou solidariedade e firmeza; o baiano que está aqui: Rui Barbosa.

O Senador Heráclito Fortes deu o maior presente ao Senador Antonio Carlos: um busto de Luís Eduardo, pelas mãos artísticas do Piauí. Então, por que não nasce aqui a idéia de se colocar um busto de Luís Eduardo lá, no plenário da Câmara, onde serviu com grandeza, fazendo nascer leis boas e justas, dando o maior exemplo de solidariedade, firmeza e dignidade, outro baiano que se igualou em dignidade a Rui Barbosa? Estas são as nossas palavras.

Senador Heráclito Fortes, busque o mesmo artista plástico piauiense que confeccionou o busto de Luís Eduardo com que V. Ex^a presenteou o Senador Antonio Carlos Magalhães, para que confeccione um busto e, assim, lá no plenário da Câmara seja colocado o busto de mais um baiano ilustre.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte só para esclarecer?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Daqui a pouco, porque, em primeiro lugar, vou conceder o aparte ao nosso Líder maior do PMDB do Nordeste, talvez do Brasil, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa, estou ouvindo o depoimento de V. Ex^a, como hoje ouvi vários testemunhos. Na verdade, não tive a oportunidade de conviver com o Deputado Luís Eduardo Magalhães porque não passei pela Câmara dos Deputados, não fui Deputado Federal. Mas, por meio desses depoimentos, estamos sentindo a imensa perda que todo o Brasil teve com o desaparecimento do Deputado Luís Eduardo, que era um homem com vocação para o Parlamento. Mas, quem sabe, aqueles que são vocacionados para o Parlamento terminam sendo convocados para o Executivo, e já se falava de um vôo mais alto que o Deputado Luís Eduardo poderia empreender. Ele, sabemos, tinha todas as qualidades do seu pai, o Senador Antonio Carlos Magalhães, a par de ser um político moderno, novo. Então, quero apresentar também a minha solidariedade, a minha participação diante dessa homenagem – a ele que estaria completando cinquenta anos de vida se fosse vivo hoje – e dizer que realmente foi uma pena que ele desaparecesse tão cedo. Contudo, ficou o seu legado, a sua memória, o seu exemplo, os seus ideais. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Senador Garibaldi Alves Filho e peço que seja incorporada ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador do nosso Piauí, irmão camarada de Luís Eduardo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, agradeço as palavras generosas de V. Ex^a. Quero apenas fazer um registro. O busto do Luís Eduardo já foi confeccionado pelo mesmo artesão que fez esse busto a que V. Ex^a se refere, e já se encontra na Ala Luís Eduardo Magalhães, em frente à Biblioteca da Câmara dos Deputados. Houve uma solenidade muito bonita, em que foi inaugurado com a presença de toda a família.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação de V. Ex^a, mas reafirmo a solicitação, ou seja, para que V. Ex^a consiga outro busto confeccionado pelo artista piauiense e o entregue ao Presidente Severino Cavalcanti, do Nordeste, para que S. Ex^a promova ações para colocar o nordestino num patamar tão alto, no plenário da Câmara, como está, aqui no Senado, outro baiano: Rui Barbosa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Plenário da Câmara dos Deputados se chama Plenário Deputado Ulysses Guimarães, que é uma homenagem que aquela Casa presta a outro grande brasileiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, lá está agora

postado. Então, ao seu lado, figuraria o nordestino, o baiano, Luís Eduardo Magalhães.

Nossas últimas palavras aos céus, a Deus, simbolizado por Cristo, por Pedro Simon, cristão franciscano: que, com a ajuda de Deus, com o exemplo de Luís Eduardo Magalhães e a nossa vontade de acertar, possamos juntos fazer leis boas e justas para beneficiar o povo brasileiro, que ainda sofre muito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

SRA.s e Srs. Senadores, Victor Hugo afirmou, certa vez, existir “um espetáculo mais grandioso que o mar e o céu, que é o interior da alma”. O Senador Arthur Virgílio, há pouco, em brilhante pronunciamento, fez esse mesmíssimo raciocínio.

Somente quando conhecemos personalidade como a do saudoso Deputado Luís Eduardo Magalhães, que nos deixou, prematuramente, em 21 de abril de 1998, aos 43 anos de idade, é que podemos avaliar a dimensão exata do significado dessa frase.

Luís Eduardo era a pessoa que todos gostariam de ter sempre ao lado; alguém que, ainda na primeira hora, qualquer que fosse a dificuldade, chegaria disposto a ajudar.

Liderança respeitada, teve influência na formação de outros Líderes, tanto em seu Estado, a Bahia, quanto no País.

De personalidade compreensiva, dava orgulho, como disse, tê-lo por perto. Sabedoria política o levou naturalmente a exercer importantes cargos na vida pública.

Luís Eduardo Magalhães nasceu em 16 de março de 1955, em Salvador, e hoje completaria 50 anos. Iniciou a carreira política como Deputado Estadual. Logo cedo, deixou clara sua vocação para a atividade política.

Com o tempo, mostrou-se um especialista em ouvir a todos com atenção, relacionar-se bem mesmo com os adversários, sempre com posições firmes, bom humor e presença de espírito. Essas foram as suas marcas na política brasileira.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal, com 138 mil votos, a maior votação da Bahia naquele pleito. Foi o primeiro de três mandatos de Luís Eduardo na Câmara dos Deputados, onde se sobressaiu como personagem do primeiro plano da política nacional.

Em fevereiro de 1995, assumia a Presidência da Câmara dos Deputados aos 39 anos de idade. Desejava contribuir – e efetivamente contribuiu muito – para o desafio de transformar o Brasil.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães nos deixou no momento mais importante da sua carreira política, quando iniciava a campanha para o Governo da Bahia e era considerado um nome muito forte para a sucessão presidencial.

Seu prematuro desaparecimento comoveu o País e deixou mais pobre a vida política brasileira. Ficou o exemplo de espírito público, de pessoa afável e de fácil relacionamento, de um político hábil, honesto e competente.

Infelizmente, a vida também nos submete a muitas tristezas. E já o disse aqui com todas as letras e lágrimas o Senador Antonio Carlos Magalhães. E, por isso, estamos aqui hoje para celebrar a memória de um grande brasileiro, por seu notável saber e sua consciência de homem lúcido, hábil e tolerante.

Seja onde estiver, Senador Luís Eduardo Magalhães, aceite nossas sinceras homenagens, as sinceras homenagens. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 160, de 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos:

1º) o envolvimento do Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção relacionado com jogos clandestinos;

2º) a extensão do envolvimento do Subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares em fatos relacionados com tráfico de influência e corrupção ativa no uso de seu cargo público, com o possível envolvimento de outras pessoas.

As despesas dos trabalhos da presente comissão parlamentar de inquérito ficam orçadas em R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Justificação

A imprensa brasileira tem estampado insistentemente desde junho do ano de 2003, o envolvimento do Subchefe da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção ativa e tráfico de influência relacionada à defesa do jogo clandestino no Brasil, principalmente as chamadas máquinas caça-níqueis. Agora, ficou demonstrado que realmente o supracitado servidor participou intensamente de um esquema

para beneficiar o jogo clandestino, tradicional aliado do crime organizado no Brasil.

A gravidade dos fatos é chocante. Desde a CPI do PC Farias não ocorria um fato político de tamanha relevância. Dado o envolvimento direto de funcionário da Presidência da República, somente uma CPI terá capacidade de investigar a fundo o esquema de corrupção. Além do mais, para a própria preservação das instituições, o Congresso Nacional, mais especificamente o Senado Federal não poderá furtar-se a sua missão institucional de preservação das instituições republicanas. As denúncias, agora comprovadas, apontam para o desvio de milhões de reais, elencando uma diversidade de crimes como: fraude a licitação, tráfico de influência, improbidade administrativa, corrupção ativa, advocacia administrativa. Muitos outros tipos legais deverão surgir no decorrer das investigações.

Dada a complexidade da ação do servidor Waldomiro Diniz, com certeza, novos personagens serão adicionados ao processo na medida em que a CPI desenvolva os seus trabalhos.

A imprensa já tinha apresentado a interferência que o supracitado servidor buscava ter em várias áreas do Governo Federal:

A renovação do contrato de US\$130 milhões entre a Caixa e a **Gtech**, multinacional que controla as loterias, teria sido acertada na reunião secreta de 13 de fevereiro, no Hotel Blue Tree Park, em Brasília, entre o presidente da empresa, Marcelo Roval e, Waldomiro Diniz, homem de confiança do Ministro José Dirceu. As relações entre Diniz e a **Gtech** ganharam dimensão de escândalo.

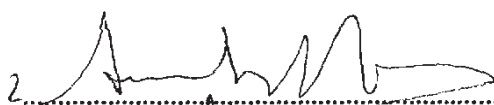
Destaca-se também o forte relacionamento entre Waldomiro Diniz e o Chefe da Casa Civil:

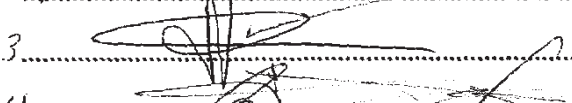
O Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu, negou envolvimento de seu assessor parlamentar, Waldomiro Diniz, em denúncias de desvio de recursos da Loterj e envolvimento com a máfia do jogo clandestino, segundo reportagem publicada pela revista **Isto É** em edição do início do ano passado.

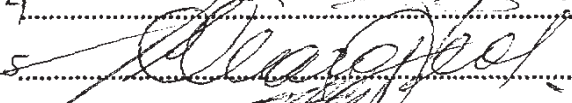
“Da nossa parte do Governo, nós somos os motores interessados na investigação, porque na matéria não há nada que comprove nenhuma irregularidade, nenhum ilícito. São acusações afirmou Dirceu, acrescentando já ter conversado com o Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, sobre o assunto.

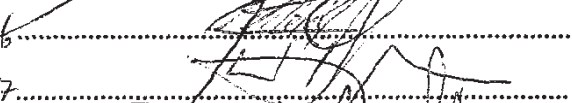
Por tudo isto, torna-se indispensável à instalação imediata de uma CPI.

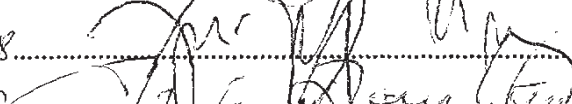
Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Artur Virgílio.**

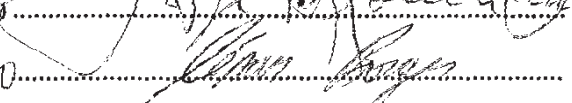
2 

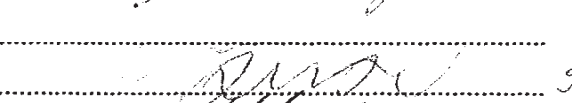
3 

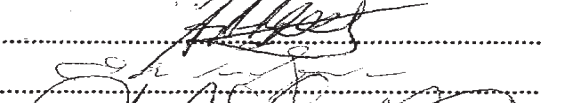
4 

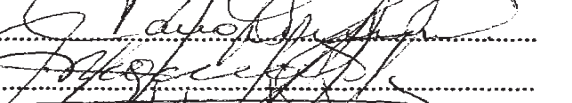
5 

6 

7 

8 

9 

10 

SEN. SERGIO GULARON

SEN. ALMOGIDA LIMA

SEN. JEFFERSON PEROS

SEN. ALVANO DIAS

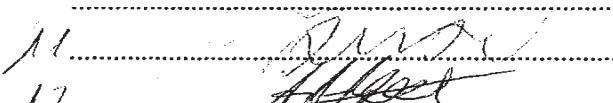
ALMOGIDA LIMA

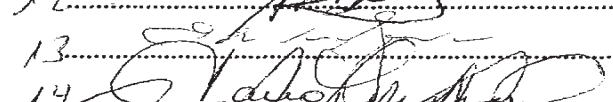
SEN. JOSÉ PERIPINO

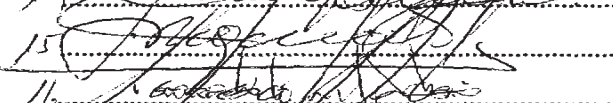
SEN. WILF SOROC

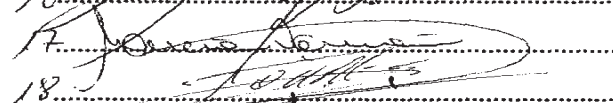
SEN. SOROC BORMANSEN

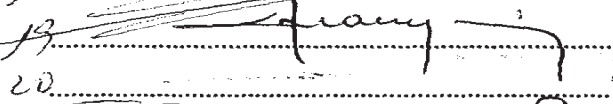
SEN. CESAR BORGES

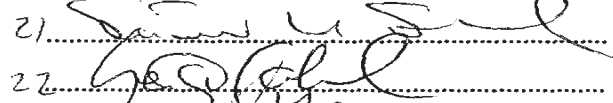
11 

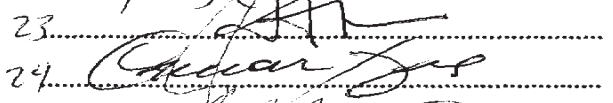
12 

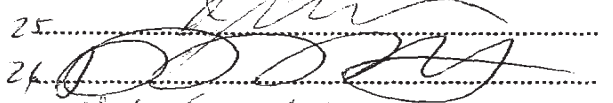
13 

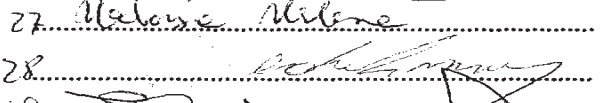
14 

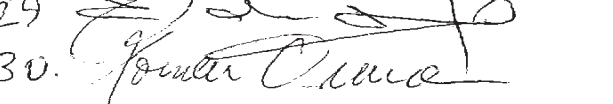
15 


16 


17 

18 

19 

20 

21 

22 

23

24

25

26

27

28

29

30

SEN. LEONIL PAVAN

SEN. ANGELO P. BARCEL

SEN. CARVALHO AZEVEDO

SEN. TASSO FERREISSAST

SEN. REGINALDO DEWARTE

FERNANDO ALVES ALVES

JOSÉ JOSÉ

RENOSTENES TEIXEIRA

SEN. GLEZIN

LEONIL PAVAN

TEODORO SILBERT

SERGIO CABRAL

GERALDO MEQUITA JR.

OSMAR DIAS

JULIANO PEREIRA

ALYSSA BOTTE

HELENA

EDMUNDO SIMON

B. S. C.

SEN. ROMAN TUMA

REQUERIMENTO Nº 161, DE 2005

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todas as privatizações realizadas no Brasil, no Período de 1990 a 2004, instituído pelo Programa Nacional de Desestatização – PND (MP nº 115 e Lei nº 8.031/90) e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) senadores titulares e 6 (seis) suplentes, para investigar, no prazo de 180 dias, a questão das privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização.

As despesas relativas ao funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito ficam orçadas em R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Justificação

Em discurso proferido no dia 24 de fevereiro do corrente, em Jaguaré, no Espírito Santo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que omitiu informações

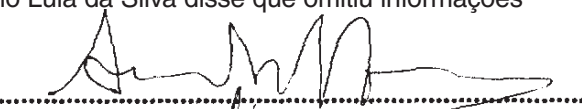
sobre suposta ocorrência de corrupção em alguns processos de privatização. Segundo dados divulgados pela imprensa, as informações sobre a corrupção teriam sido passadas pelo ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, que também não poupou críticas ao modelo adotado de privatizações. Desde então, integrantes do Governo Lula têm divulgado amplamente acusações e críticas dirigidas aos responsáveis pelas privatizações.

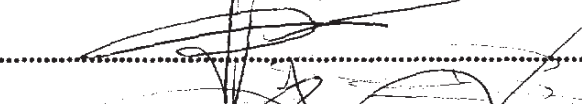
A bem da verdade, desde a época das privatizações os deputados federais do PT, agora integrantes do alto escalão do atual Governo, teciam acusações diversas, pedindo, inclusive, a instalação de uma CPI, encabeçada pelo então Deputado José Dirceu, para investigar os procedimentos do BNDES no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (Conforme o Requerimento de CPI nº 22/2000).

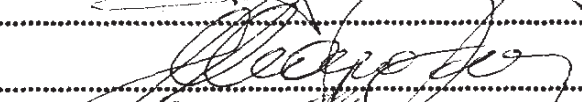
Alguns processos de privatização, por serem frequentemente citados, merecem uma apuração mais detalhada, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, a Vale do Rio Doce, o Sistema de Telecomunicações Brasileiro e a privatização do setor elétrico.


Entende-se, portanto, que há muito tempo estas acusações são proferidas sem que houvesse uma apuração dos verdadeiros fatos. Isto confunde a população, que não pode ter dúvidas sobre a correta utilização dos recursos públicos e sobre a manutenção da moralidade administrativa. Impõe-se, assim, que o Senado Federal promova uma completa investigação dos fatos que por si só justificam a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

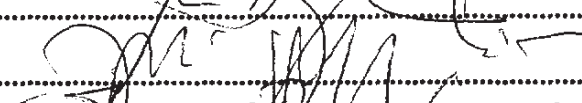
Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Arthur Virgílio.**


2 

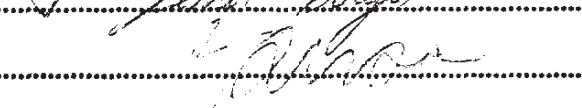
3 

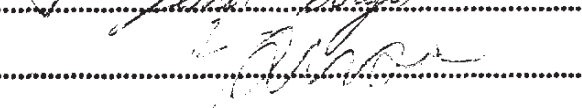
4 

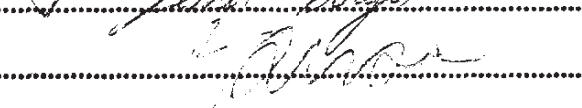
5 

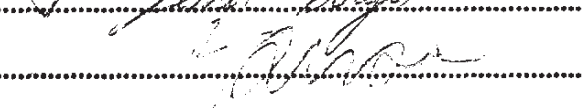
6 

7 

8 

9 

10 

11 

SEN. SERGIO GUERAS

SEN. ALMIRÃO LIMA

SEN. JEFFERSON PERES

SEN. ALVARO DIAS

SEN. MARCELO CRIVELARI

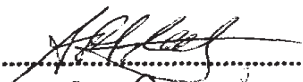
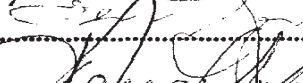
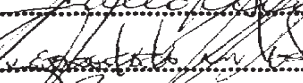
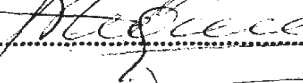
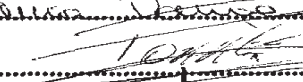

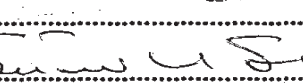


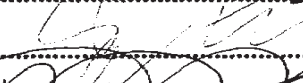
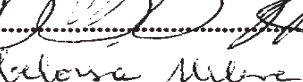
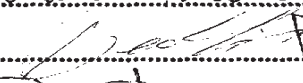
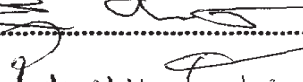

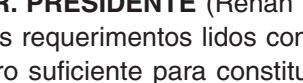
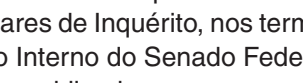
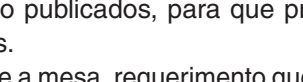
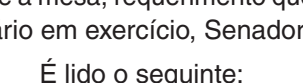
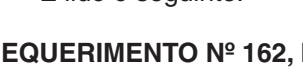
SEN. JOSÉ DIRCEU

SEN. JOSÉ GREGO

SEN. GORGE BORNHANSSEN

SEN. CESAR BRAGA

SEN. ZÉ DO CARVALHO

12. 
 13. 
 14. 
 15. 
 16. 
 17. 
 18. 
 19. 
 20. 
 21. 
 22. 
 23. 
 24. 
 25. 
 26. 
 27. 
 28. 
 29. 
 30. 

SEN. ROBERTO P. BARRO
 EDUARDO RORON
 TASSO FERREIRA
 FERNANDO RIBEIRO
 Requirimento do Senador
 Renan Calheiros
 TEOTÔNIO VILELA
 SERGIO CABRAL
 GERALDO MESQUITA JR
 OSMAR DIAS
 JUDENIR ROBERTO
 Augusto Botelho
 HENRIQUE
 PEDRO SIMONI
 E.S.C.
 SEN. ROMULO JACOB

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos lidos contêm subscritores em número suficiente para constituir as Comissões Parlamentares de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal.

Serão publicados, para que produzam os devidos efeitos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 162, DE 2005

Requeiro seja aplicado o disposto no art. 412, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para declarar a nulidade da decisão que resultou no arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996, em razão de

não se aplicar, ao caso, o disposto no § 1º do art. 332 do mesmo regimento, tendo em vista que:

a) o PLC nº 91, de 1996, cuja tramitação se iniciou no Senado em 1996, durante a 50ª Legislatura, só poderia ser arquivado após o término da 52ª Legislatura, ou seja, a partir do dia 1º de fevereiro de 2007, data prevista para o início da 53ª Legislatura com a posse dos eleitos em outubro do ano anterior, pois na contagem das legislaturas seria excluída a inicial ou do começo – a 50ª (1995/1999) –, e contar-se-ia a 51ª (1999/2003), como a primeira Legislatura de tramitação, e a 52ª (2003/2007), como a segunda;

b) o Ato do Presidente nº 97, de 2002, que aprova as instruções da Secretaria-Geral da Mesa com vistas à aplicação da mencio-

nada Resolução nº 17, de 2002, que altera o RISF no que se refere ao arquivamento de proposições, dispõe, em seu anexo:

CONTINUARÃO TRAMITANDO:

3. (Art. 332, IV) a proposição que, mesmo tendo sido enviada a mais de uma comissão, tiver, na presente legislatura, o parecer de pelo menos uma delas, mesmo que não seja de mérito o pronunciamento. Ou seja, por uma questão de economia processual, interpretar-se-á que o exame por pelo menos uma comissão será suficiente para que a proposição continue tramitando.

c) o PLC nº 91, de 1996, já dispunha – na 51ª Legislatura, quando foi arquivado –, dos pareceres de duas Comissões (CCJ e CAE), o que atendia ao disposto no item 3 do citado Anexo ao Ato do Presidente nº 97, de 2002.

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996 (nº 4.652, de 1994, na Câmara dos Deputados), começou a tramitar nesta Casa em 6 de dezembro de 1996. Foi despachado, inicialmente, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Posteriormente, mediante os Requerimentos nº 252 e 316, ambos de 1998, foi também despachado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em 4 de março de 1998 a matéria, relatada pelo Senador Edison Lobão, foi aprovada na CCJ na sua forma original, não obstante terem sido oferecidas vinte e quatro emendas ao projeto.

Em 5 de maio de 1998 foi aprovado na CAE o Voto em Separado sobre a matéria, de autoria do então Senador Gilberto Miranda, que passou a constituir parecer da referida comissão.

Em seguida, a matéria foi à CAS, mas não chegou a ser apreciada a minuta de parecer apresentada em 18 de dezembro de 2002 pelo Relator Senador Romero Jucá que concluía pela aprovação do projeto.

Finalmente, em 16 de janeiro de 2003, a Presidência da Casa comunicou ao Plenário e, posteriormente, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, o arquivamento da matéria, à vista do disposto no § 1º do art. 322 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e conforme instruções constantes do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, publicado no DSF de 21 de dezembro de 2002.

Mas, em 12 de dezembro de 2003 o processo relativo ao PLC nº 91, de 1996, foi emprestado à Conleg desta Casa e devolvido em 22 de janeiro.

Recentemente, em 11 de novembro do corrente ano, retornou o processo à Conleg, acompanhado de cópia do Requerimento s/nº, cujo objetivo é o desarquivamento da proposição em exame, em que constam as assinaturas de vinte e cinco senhores senadores, com data de recebimento do dia 10 do referido mês, mas sem identificação de quem o recebeu.

O RISF trata do arquivamento de proposições no art. 332, que constitui o Capítulo XVII – Das Proposições de Legislaturas Anteriores –, o qual integra o seu Título VII – Das Sessões. Já o arquivamento do PLC nº 91, de 1996, está fundamentado especificamente no § 1º do referido art. 332, **verbis**:

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do **caput**, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

Já o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) trata o mesmo assunto de modo semelhante, conforme dispõe o seu art. 105, parágrafo único, **verbis**:

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles salvo as:

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, ou autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

No entanto, tendo em vista o disposto no art. 412, VI, do RISF, pode-se argüir que o arquivamento auto-

mático de proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, a que se refere o retrocitado § 1º do art. 332 da RISF, deve observar a contagem de prazo prevista no **caput** do art. 182 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 5.925, de 10 de outubro de 1973, que retifica dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil, **verbis**:

Art. 184. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

No mesmo sentido, pode-se adotar, por analogia, o disposto no art. 280, § 1º e 2º do RICD, **verbis**:

Art. 280. Salvo disposição em contrário, os prazos assinalados em dias ou sessões neste regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Câmara efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º Considera-se sessão inicial a do dia em que ocorrer o fato ou se praticar o ato.

Desse modo, não se aplicaria ao PLC nº 91, de 1996, o disposto no § 1º do art. 332 do RISF, tendo em vista que o projeto, cuja tramitação se iniciou no Senado em 1996, durante a 50ª Legislatura, só poderia ser arquivado avós o término da 52ª Legislatura, ou seja, a partir do dia 1º de fevereiro de 2007, data prevista para o início da 53ª Legislatura com a posse dos eleitos em outubro do ano anterior, pois na contagem das legislaturas seria excluída a inicial ou do começo – a 50ª (1995/1999) –, e contar-se-ia a 51ª (1999/2003), como a primeira Legislatura de tramitação, e a 52ª (2003/2007), como a segunda.

Todavia, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal (SGM), que orienta a Presidência quanto à aplicação das normas regimentais, não tem adotado esse entendimento, tendo em vista considerar a Legislatura em que se inicia a tramitação da proposição como sendo a primeira das duas mencionadas no § 1º do art. 332 do RISF.

De outro lado, o Ato do Presidente nº 97, de 2002, que aprova as instruções da Secretaria-Geral da Mesa com vistas à aplicação da mencionada Resolução nº 17, de 2002, ao dispor, em seu anexo:

CONTINUARÃO TRAMITANDO:

3. (Art. 332, IV) a proposição que, mesmo tendo sido enviada a mais de uma comissão, tiver, na presente legislatura, o **parecer de pelo menos uma delas, mesmo que não seja de mérito o pronunciamento**. Ou seja, por uma questão de economia processual, interpretar-se-á que o exame por pelo menos uma comissão será suficiente para que a proposição continue tramitando.

.....(negritos originais)

Ademais, o referido Anexo ainda acrescenta:

Quanto à aplicação do § 1º do art. 332, que determinam o arquivamento das proposições que tramitam há duas legislaturas (no Senado Federal), merecem atenção – antes do puro e simples arquivamento – as peculiaridades abaixo descritas.

(...)

Também quanto às propostas de emenda à Constituição e aos projetos de lei da Câmara que já estejam em segunda legislatura, poder-se-ia estabelecer um critério para a continuidade: salvo melhor juízo, **deveriam continuar tramitando se, nesta legislatura, tiverem recebido parecer de alguma Comissão do Senado**. (negritos originais)

À vista do que foi transcrito, verifica-se que o PLC nº 91, de 1996, já dispunha – na 51ª Legislatura, quando foi arquivado –, dos pareceres de duas Comissões (CCJ e CAE), o que atendia ao disposto no item 3 do citado Anexo ao Ato do Presidente nº 97, de 2002.

Também aplica-se ao PLC nº 91, de 1996, a regra que consta da parte final do mesmo anexo, acima reproduzida, em razão de o referido projeto – que estava em segunda legislatura, conforme entende a SGM –, ter recebido parecer de Comissão do Senado.

Esperamos, desse modo, restaurar a tramitação do PLC nº 91, de 1996, que foi interrompida, mediante arquivamento cuja fundamentação não observou a norma regimental, em especial o Ato do Presidente nº 97, de 2002, que aprova as instruções da Secretaria-Geral da Mesa com vistas à aplicação da mencionada Resolução nº 17, de 2002, que altera o RISF no que se refere ao arquivamento de proposições.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – **Edison Lobão**

1. *Edinvaldo*

2. *João*

3. *Pinheiro*

4. *Quintana*

5. *Luiz*

6. *Alvaro*

7. *João*

8. *Walter*

9. *Raimundo*

11. *João*

12. *Manoel*

13. *Henrique*

14. *Amador*

15. *João*

16. *João*

17. *Heráclito*

18. *João*

19. *Luiz*

20. *Helio*

Senador

Senador Cabral

Manoel

Gen. do Exército

ALTON FREITAS

JOÃO CAPIBERIBE

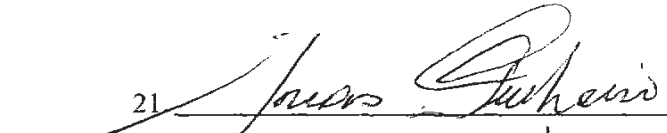
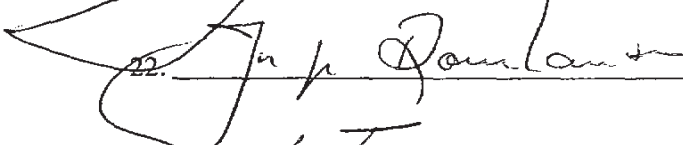
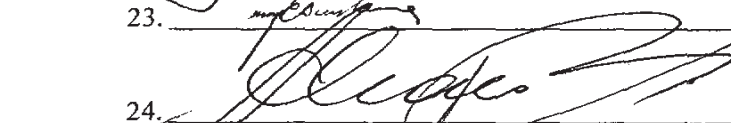

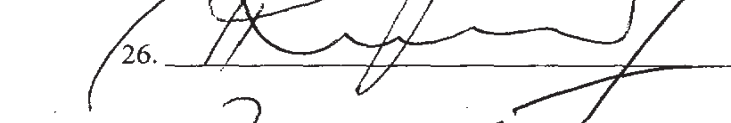
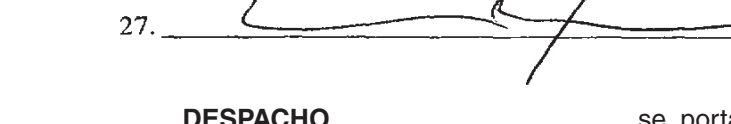
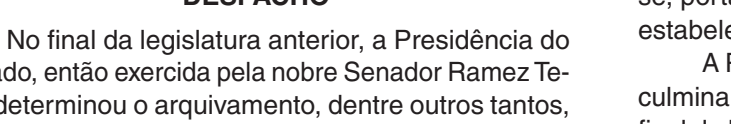
JOSÉ JORGE

HERÁCLITO TORRES

LUZIA VIEIRA

Rodolfo Mourão

HELIO JORGE

21.		JONAS PINHEIRO.
22.		JORGE BENÍCIO.
23.		RENALDO MARANHÃO.
24.		ALVARO FERES.
25.		JOSÉ AGUIAR.
26.		ROMERO JOSÉ.
27.		MANOEL.

DESPACHO

No final da legislatura anterior, a Presidência do Senado, então exercida pelo nobre Senador Ramez Tebet, determinou o arquivamento, dentre outros tantos, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996 (nº 4.652, de 1994, na origem), que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno, dispositivo esse que determina o arquivamento quando a proposição já se encontrar em tramitação há duas legislaturas.

Prevê ainda o mencionado dispositivo (§ 1º do art. 332) que a proposição arquivada poderá continuar sua tramitação se houver, nesse sentido, requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos Senadores, nos primeiros 60 (sessenta) dias da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, desde que aprovado o requerimento pelo Plenário do Senado.

No dia 10 de novembro do ano passado, foi encaminhado à Mesa requerimento subscrito por um terço da composição do Senado Federal, primeiro signatário o nobre Senador Edison Lobão, solicitando o desarquivamento do referido PLC nº 91, de 1996.

Na justificativa do requerimento, o principal argumento diz respeito ao entendimento da Mesa para a contagem das duas legislaturas estabelecidas no Regimento.

Argumenta-se, em tese, que, na contagem, não deveria ser computada a legislatura inicial, utilizando-

se, portanto, a mesma lógica de contagem de prazos estabelecida no Código de Processo Civil.

A Presidência entende que os procedimentos que culminaram com o arquivamento das proposições ao final da legislatura seguiram rigorosamente o disposto no art. 332 do Regimento Interno e o Ato do Presidente do Senado nº 97, de 2002, e que, de acordo com a regra regimental mencionada, os requerimentos desta natureza devem ser apresentados nos primeiros sessenta dias da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento. Ou seja, neste caso concreto, o prazo final para a apresentação do requerimento foi o dia 15 de abril de 2003.

Todavia, como o requerimento contém um questionamento relevante sobre a contagem de prazos, esta Presidência, com base na prerrogativa que lhe faculta o inciso I do art. 101 do Regimento Interno, submeterá o requerimento ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em atendimento à solicitação dos Srs. Líderes, o Item 1 da pauta da presente sessão fica transferido para Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

É o seguinte o item transferido para a sessão deliberativa ordinária de amanhã:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

Está encerrada a Ordem do Dia. Nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, ficam sobrestadas as demais deliberações legislativas.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é sobrestada:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constitui-

ção nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.* (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.*

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº*

3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

16

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.

17

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

18

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

19

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

20

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

21

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

22

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regulararem a mesma matéria.

23

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para uma comunicação inadiável, mas também gostaria de torná-la uma questão de ordem.

No dia 7 de março, *a imprensa noticiou que o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, solicitou a V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, pressa na aprovação dos nomes que irão integrar o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão que, de acordo com a Emenda à Constituição nº 45, que trata da reforma do Poder Judiciário, deverá realisar o controle externo do Judiciário.

Cabe ao Superior Tribunal de Justiça indicar três magistrados para compor o colegiado de 15 membros. O Ministro Edson Vidigal informou que, desde o ano

passado, os membros do Tribunal indicaram os magistrados que devem ser sabatinados pelo Senado.

O apelo do Ministro prende-se ao fato de que, se, até o dia 8 de maio, os membros do Conselho Nacional de Justiça não forem indicados, caberá ao Presidente do Supremo Tribunal Federal fazê-lo. O Supremo Tribunal Federal, que também deve indicar três nomes, até o momento, só indicou o nome do Ministro Nelson Jobim.

O Ministro Edson Vidigal disse o seguinte:

(...) Nós queremos deixar um registro público, para que o país inteiro fique sabendo que o Superior Tribunal de Justiça já indicou os magistrados e defende que eles sejam sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e os nomes aprovados sejam encaminhados ao Presidente da República.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que nos dê um esclarecimento sobre os esforços que, como Presidente, está realizando, para que o Senado cumpra suas funções constitucionais, como a de sabatar os indicados, e para que façamos as indicações que nos são devidas. Entendo que há indicações a serem feitas pelo próprio Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Senado.

Informou-me hoje o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, ter solicitado ao Relator da matéria, Senador Jefferson Péres, que apressasse a elaboração dos critérios para a designação dos que serão indicados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá tomar as providências necessárias, para que, em tempo hábil, possamos cumprir nosso dever constitucional de sabatar os indicados, bem como o objetivo do Senado, ao aprovar uma reforma tão significativa e importante. Falta, ainda, a indicação dos próprios Senadores, que precisa ser feita no tempo adequado.

Finalmente, Sr. Presidente, quero concluir com uma observação que sei que é do interesse de V. Ex^a. Hoje, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor, irão se unir na campanha pelo desarmamento, pedindo à população que vote pela proibição da comercialização das armas de fogo no referendo marcado para o dia 2 de outubro, o que tem muito a ver com os esforços de V. Ex^a. Trata-se de uma iniciativa positiva de ambos os Presidentes, o atual e o que o precedeu.

Mas lhe agradeço se V. Ex^a esclarecer a respeito de sua resposta quanto ao apelo do Ministro Presidente do STJ, Edson Vidigal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, como o Senador Antonio Carlos Magalhães não está presente, eu gostaria de ajudar a esclarecer o que foi exposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Na realidade, desde a semana passada, estamos discutindo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma decisão daquela Comissão, para exatamente definir as regras de como serão feitas todas as indicações, tanto as dos Tribunais Superiores quanto as do próprio Senado.

O Senador Antonio Carlos, na semana passada, pediu para que examinássemos a decisão – não me lembro muito bem se seria uma portaria –, para, a partir de hoje, discutirmos novamente. O Senador Antonio Carlos Magalhães decidiu criar uma subcomissão formada pelo Senador Jefferson Péres, por mim e por outro Senador, que não me lembro agora quem é. Então, nós três vamos nos reunir e apresentar até a próxima quarta-feira, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, essa decisão, para que efetivamente possa ser aprovada. Com isso, esperamos atender o Senador Eduardo Suplicy, não só aprovando os nomes já indicados pelo Superior Tribunal de Justiça, como também os demais nomes, inclusive aqueles que serão indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, esse era o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esclareço ao Senador Eduardo Suplicy que o art. 5º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, determina que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de 180 dias a contar da promulgação dessa emenda, devendo a indicação ou a escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final. Portanto, o termo final para a instalação do Conselho será o dia 6 de junho próximo, e as indicações e escolhas deverão ser efetuadas até o dia 7 de maio. Caso, nesse prazo, não sejam realizadas as indicações e escolhas, caberá ao Supremo Tribunal Federal fazê-las.

Informo ainda a V. Ex^a que já foram protocoladas na Secretaria-Geral da Mesa as indicações do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Portanto, Sr. Presidente, é importante que nos posamos empenhar para, até o dia 7 de maio, definirmos os critérios de como serão feitas as indicações, que serão analisados pela comissão formada pelo Senador José Jorge, pelo Senador Jefferson Péres e por outro Senador. São critérios que, por exemplo, vedarão a possibilidade de nós, Senadores, indicarmos parentes para o Conselho Nacional de Justiça e outros. São critérios, portanto, os mais adequados, de notório saber e assim por diante. Mas é importante que isso esteja pronto, para que possamos fazer a arguição e votação dos indicados até o dia 7 de maio. Portanto, tudo isso precisa ser bem planejado, Sr. Presidente. Este é o empenho de todos nós, Senadores, e que avalio seja importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Com relação ao referendo contido no Estatuto do Desarmamento, convém destacar que o Senado Federal já aprovou o Decreto Legislativo nº 950, de 2003, que marca para o dia 2 de outubro deste ano a sua realização. O Estatuto proíbe a comercialização da venda de armas, mas a concretude, a eficácia dessa proibição depende do referendo popular. Precisamos que o referido Decreto Legislativo seja aprovado na Câmara dos Deputados, para que possamos realizar o referendo no dia 2 de outubro.

Durante a semana, tivemos a oportunidade de conversar com o novo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, que, coincidentemente, foi o Relator da regulamentação do plebiscito sobre sistema de governo e que está disposto, tão logo a Câmara aprove o Decreto Legislativo, já aprovado no Senado Federal, a proceder à devida, necessária e insubstituível regulamentação.

Hoje mesmo, tive a oportunidade de participar, em nome do Senado Federal, de um seminário internacional no Rio de Janeiro sobre controle de armas. Li hoje, com muita satisfação, notícias divulgadas pela imprensa segundo as quais o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique Cardoso vão-se unir pelo desarmamento no Brasil. Trata-se de uma notícia importante, alvissareira, que vem ao encontro daquilo que V. Ex^a diz.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Simon. Prorrogo a sessão por mais dez minutos, a fim de, em seguida, conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, também considero da maior importância

a questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Esta Casa tem uma responsabilidade muito grande com relação à formação desse Conselho, e não devemos deixar a nossa parte para a última hora. Há uma expectativa muito grande com relação à atuação desse Conselho, e nós, Senadores, temos a obrigação de fazer a nossa parte, que é a de ver quem são as pessoas e analisá-las, de modo muito especial aquele que vai representar o Senado Federal.

Levo por brincadeira o que disse o Senador Eduardo Suplicy. Não me passa pela cabeça que alguém pense em nomear parente, ou coisa parecida, mas é que não é só não nomear parente, mas há uma importância tão grande de escolher a pessoa, ele terá uma responsabilidade tão fantástica, tão extraordinária, que acho que não poderíamos deixar para a última hora.

Não será uma daquelas questões, Sr. Presidente, em que o Presidente do Senado, os Líderes ou quem quer que seja deixe para, na hora, escolher A, B ou C. Deve ser uma escolha aberta, pública e do conhecimento de todo o Senado, de toda a sociedade, para que a indicação seja feita, realmente, com transparência total, deixando-nos tranquilos no cumprimento da nossa parte.

Se para escolher um Ministro isso é preciso, a escolha dos representantes desse Conselho, que é uma inovação com uma interrogação enorme sobre ele, nós, no Senado, temos de cumprir a nossa parte.

Por isso, confio em que V. Ex^a, atendendo o levantamento da questão de ordem feita pelo Senador Suplicy, haverá de compreender que temos de agir com a maior responsabilidade num assunto como esse. Confio em V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão, Senador Pedro Simon, e o seu pensamento coincide com o desta Presidência e com o da Casa.

Ouçõ V. Ex^a, Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, vou falar sobre outro assunto.

Soube agora de uma notícia que considero muito importante. O Supremo Tribunal Federal acabou de rejeitar a chamada Adin a favor do retorno do monopólio do petróleo. Por oito votos a dois, o Supremo Tribunal Federal decidiu que empresas privadas, públicas e outras, e não só a Petrobrás, poderão continuar trabalhando na área de exploração de petróleo.

Essa foi uma decisão importante que o Congresso tomou há pouco anos, e acredito que temos de comemorar essa decisão do Supremo, que faz com que o Brasil evolua, dê um passo à frente, e com que, inclusive, a Petrobras cresça. Depois que o monopólio

foi quebrado, a Petrobras só cresceu, como dizíamos na época.

Considero que essa foi uma grande vitória, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Repito: o resultado foi o de oito votos a dois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, preliminarmente, agradeço V. Ex^a pela elegância com que tem tratado os Parlamentares, e por prorrogar a sessão para que eu tenha a oportunidade de me referir ao Dia do Bibliotecário, que transcorreu no dia 12 de março último.

Como dedicamos quase toda a sessão de hoje para homenagear Luís Eduardo Magalhães, fiquei na expectativa de poder fazer este pequeno pronunciamento a respeito dos bibliotecários, que são tão importantes.

Começaria dizendo como Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros”. Sua célebre frase revela a importância destes amigos silenciosos, os livros, para o desenvolvimento nacional. Uma das mais antigas fontes de informação de que se tem notícia, eles representam um volume incomensurável de conhecimento, armazenado nas principais bibliotecas do mundo. Entretanto, esse valioso saber seria de difícil aproveitamento não fosse a existência de profissionais que fizessem a sua catalogação, organizando-o de modo científico.

Refiro-me, aqui, aos bibliotecários, homens e mulheres que, por amor aos livros e ao conhecimento, a eles devotam suas vidas.

A fim de relembrar sua importância para todos nós, ocupo esta tribuna para saudar o Dia do Bibliotecário, transcorrido em 12 de março último, que foi instituído para marcar a data de nascimento do poeta Manoel Bastos Tigres, o decano dos bibliotecários brasileiros.

Engenheiro civil por formação, Bastos Tigres exerceu por 50 anos o seu ofício no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde se aposentou como Diretor-Geral, tendo atuado também na imprensa carioca como comentarista e humorista. De seu pioneirismo surgiu, naquela cidade, o primeiro curso de biblioteconomia do Brasil, em 1911. Hoje, são cerca de 37 instituições de ensino superior que oferecem o curso no nível de graduação.

Muitos de nós, Sr. Presidente, certamente ainda guardamos na memória a imagem do bibliotecário a desempoeirar livros em uma estante! Mas essa impressão não corresponde mais à realidade. De acordo com o Professor Waldomiro Vergueiro, Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da

Universidade de São Paulo – USP, “a biblioteconomia talvez seja a profissão que mais tenha se beneficiado das novas mídias”.

E isso é um fato! Afinal, quem poderia duvidar do significado da televisão, do rádio e da Internet, por exemplo, como importantes fontes de informação para a sociedade moderna?

Por esse motivo, chamo a atenção de V. Ex^{as} para o crescente rol de atividade desses profissionais e sua relevância para as nossas vidas: atualmente, eles não ocupam apenas os espaços das bibliotecas, mas também se dedicam a organizar imagens, arquivos de som e a documentação de diversas instituições, bem como a catalogar registros de pacientes em hospitais. Seu campo de atuação é tão vasto que, ousado dizer, podem ser contratados por qualquer empresa que necessite de informação sistematizada. E qual organização empresarial, nos dias de hoje, poderia prescindir da informação sem comprometer sua lucratividade, ou mesmo, sua própria sobrevivência? Eis um fato de suma importância.

Ao homenagearmos o bibliotecário, não poderíamos, Sr. Presidente, SRA.s e Srs Senadores, deixar de mencionar os relevantes serviços prestados pela Biblioteca do Senado Federal, atualmente denominada Acadêmico Luiz Viana Filho, como órgão essencial ao apoio dos trabalhos legislativos, biblioteca cuja origem remonta à época do Império.

Falando um pouco de sua história, quero aqui ressaltar que, desde sua fundação, ela não viveu apenas dias de tranquilidade e segurança. As conturbações políticas do passado não a deixaram imune aos seus efeitos. Em 1937, por exemplo, com o golpe militar do Estado Novo, o Ministério da Justiça ocupou o Palácio Monroe, e várias obras raras e valiosas desapareceram do acervo da biblioteca.

Mais adiante, com a transferência da Capital Federal para Brasília, inaugurou-se um período de grandes transformações, e, em 1968, pela primeira vez, após 142 anos de existência, uma mulher assumia a direção da Biblioteca do Senado Federal: a bibliotecária Adélia Leite Coelho.

Entretanto, Sr. Presidente, foi na gestão do insigne Senador Petrônio Portella, na presidência desta Casa, que assistimos a uma verdadeira revolução naquele órgão, adotando-se as medidas iniciais para informatizá-lo e criando uma rede que uniria as bibliotecas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário: Rede Sabi – Subsistema de Administração de Bibliotecas. Essa gigantesca tarefa contou com o pioneirismo e a inestimável contribuição de duas grandes bibliotecárias e ex-diretoras da Biblioteca do Senado Federal: Maria Elisa Nogueira Loddo e Maria Lúcia Vilar de Lemos, às quais presto minhas homenagens neste momento.

Essa modernização foi fundamental para que, em outro momento histórico, durante a Assembléia Nacional Constituinte, nossa Biblioteca pudesse realizar um esforço inédito para atender à demanda de informações dos parlamentares, a fim de que estivessem adequadamente preparados para discutir os altos interesses da Nação. Certamente, SRA.s e Srs. Senadores, alguns dos capítulos de nossa Carta Magna foram redigidos no recinto de nossa Biblioteca!

Mas, se no passado da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho é de glórias e realizações, a certeza de um futuro ainda mais promissor fez com que seus servidores encarassem destemidamente os desafios do porvir: a chegada de um novo século, a rapidez do fluxo de dados, as mudanças políticas, sociais e tecnológicas exigem que as instituições se adaptem a essa realidade.

Nesse sentido, o projeto de democratização de informações do Senado Federal, idealizado pelo Senador José Sarney, em sua primeira gestão à frente desta Casa, e iniciado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, trouxe-nos o desafio da Internet: a partir de 1997, passamos a disponibilizar a *homepage* da Biblioteca à comunidade virtual.

Como desdobramento desse processo, em 14 de fevereiro de 2004, tive a satisfação de participar, na qualidade de Primeiro-Secretário do Senado Federal, sob a administração do Presidente José Sarney, da criação da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, a qual veio a substituir a antiga rede Sabi, criada em 1972. Naquela data, foi assinado o Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre as bibliotecas participantes da RVBI, formalizando, definitivamente, o intercâmbio de informações bibliográficas entre os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Outra atividade, Sr. Presidente e nobres Senadores, que propiciei em minha gestão à frente da Primeira-Secretaria, e da qual muito me orgulho, foi o Projeto de Restauração de Obras Raras da Biblioteca. Assinamos, em 4 de setembro de 2003, contrato com a Fundação Universidade de Brasília para “restaurar e conservar preventivamente o acervo de 4.000 volumes de obras raras da Biblioteca do Senado Federal, bem como treinar pessoal técnico para procedimento de manutenção”. Durante todo o tempo de restauração dos livros, até meados de 2008, serão investidos cerca de R\$2 milhões.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que essa era uma reivindicação antiga da grande diretora da Biblioteca, Senhora Simone Bastos Vieira, que hoje continua, para nossa alegria, como Diretora da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Gostaria de frisar, ainda, que, durante o período em que estive à frente da Primeira-Secretaria, a nossa

Biblioteca expandiu suas atividades e serviços: foram atendidos 98 mil 286 usuários; realizaram-se 136 mil 390 empréstimos e devoluções; foram incorporados ao acervo cerca de 14 mil 948 novos livros; ocorreram 1.295 reuniões em suas dependências, e ali foram realizados 45 lançamentos de livros.

Nada disso teria sido possível sem a incansável dedicação e o inestimável espírito público de todos os servidores da Biblioteca do Senado Federal, em especial, dos bibliotecários, a quem saúdo e manifesto minha sincera gratidão, principalmente à Dr^a Simone.

Nessas breves palavras que acabo de proferir, procurei fazer uma síntese da importância dos bibliotecários para a conservação e difusão do conhecimento, evidenciando sua relevância para o bom andamento dos trabalhos legislativos.

A todos vocês, bibliotecários, parabéns pelo seu dia!

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de fazer minhas as palavras de Rogério Lima Vianna, bibliotecário da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Uma biblioteca, para mim, é um ser vivo, sempre em mutação. Não importa o seu tamanho, ela sempre cresce em mistério, em delicioso suspense, dentro de um caos necessário. Porque biblioteca não é só ordem e silêncio. É também caos. E sem caos, não há música, não há leitura, não há movimento, não há vida. Biblioteca é vida.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por esta oportunidade e deixo aqui, do fundo da alma, a certeza de que V. Ex^a continuará a dar à Biblioteca do Senado Federal, uma das melhores do País, todo apoio, inclusive para a realização do concurso, para que se possa nomear novos bibliotecários e fazer frente ao crescimento natural dessa importante área do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. A Presidência se associa às homenagens prestadas pelo Senador Romeu Tuma.

Os Srs. Senadores Artur Virgílio, João Ribeiro, Valmir Amaral, Antero Paes de Barros, Augusto Botelho, Papaléo Paes, Gerson Camata, Romero Jucá, Flávio Arns, Francisco Pereira e Maguito Vilela enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 combinado com o Inciso I do § 2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o Presidente Lula vestiu a fantasia de Demônio e até se auto-intitulou de Demônio de Garanhuns, no mínimo uma falta de respeito aos pernambucanos.

Foi por aí e disse mais uma de suas gracinhas sem graça:

No ano eleitoral (2006) não haverá farra do boi.

Está na hora de o Presidente dar nomes aos bois.

Por enquanto, a julgar pelo que houve na recente eleição municipal, a Nação passa a confiar que essa boiada é toda petista.

A propósito, na edição de domingo último de **O Estado de S. Paulo**, encontro notícia com o seguinte título:

“Governo Lula já contratou 45,5 mil.” É a “farra do boi”

Leio o que diz a chamada da notícia, na primeira página do **Estadão**:

O Governo Lula já contratou 45.580 funcionários civis e elevou em 44% a folha de pessoal em atividade, comparada com o final do Governo FHC, que reduziu o quadro federal em 180 mil, relata Suely Caldas. Passados mais de dois anos, o Governo ainda não explicou as razões das contratações nem por que os investimentos foram tão pífios até agora.”

Aí está. Se alguém tinha dúvida, já não é preciso pesquisar. O dono da farra do boi é o próprio Presidente Lula.

No último dia 12, a coluna da jornalista Suely Caldas publica artigo, que também estou anexando a este pronunciamento, mostrando que, a despeito dos ventos externos favoráveis ao Brasil, cresce a percepção, internamente, de descontrole nas contas públicas.

Sobre o mesmo assunto, o editorial de **O Estado de S. Paulo**, edição de 15 de março, mostrando que os dois anos de governo de Lula foram de aumento de custo e de nomeações sem concurso, a autêntica farra do boi.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gostaria também de dizer que há pouco li artigo do jornalista Augusto Nunes, mostrando que o PT é a maior fábrica de empregos do País. Para os petistas, naturalmente.

E mais: está nos jornais, e estou anexando nota do **Estadão**, a respeito do procedimento da então Prefeita de São Paulo, a petista Marta Suplicy. Quem a denuncia é o também petista Ministro Antonio Palocci, da Fazenda.

Segundo informação do Ministro, em ofício enviado ao Senado a ex-prefeita realizou operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), sem autorização do Ministério da Fazenda.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e §2º, do Regimento Interno.)

A farra do boi

A "farra do boi", que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu que não se realizaria em ano eleitoral, na verdade já começou. A esbômia de gastos públicos, na montagem de uma máquina que apóie as pretensões eleitorais do partido no governo – a "farra do boi" –, pode ser comprovada tanto pelos dados do Boletim Estatístico de Pessoal, uma publicação técnica do Ministério do Planejamento, como pelos números do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que reproduzem os efetivos dispêndios públicos.

Em dois anos, como demonstrou a jornalista Sueli Caldas na edição de domingo do Estado, usando informações oficiais do Ministério do Planejamento, o governo federal contratou 45.580 novos funcionários civis. As despesas com pessoal cresceram R\$ 23,1 bilhões no governo Lula, podendo chegar a R\$ 28,6 bilhões no final de 2005, segundo os valores previstos no orçamento.

Houve, em dois anos, uma completa reversão da política de pessoal da União. Durante os dois governos do presidente Fernando Henrique, a meta era reduzir o número de funcionários e contemplar as carreiras ditas do Estado com aumentos diferenciados, para criar condições para a melhoria dos serviços prestados pela burocracia federal com um mínimo de impacto fiscal. Agora, contrata-se em massa e os aumentos, embora diferenciados, passaram a ser mais generosos, com os reajustes indo de 6,25% a mais de 100%.

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, reconhece que o governo aumentou os gastos com pessoal, mas faz a ressalva: "Era uma de-

manda da modernização e do crescimento do País e não porque estamos desperdiçando gastos isci." Não é bem assim. Como qualquer usuário dos serviços públicos pode perceber, o inchaço do funcionalismo e da folha de pagamento não resultou na melhor correspondência do atendimento. Em compensação, pelo menos duas metas do PT foram atingidas, à custa do bolso do contribuinte.

Em primeiro lugar, foram criados ministérios e secretarias, com suas estruturas de apoio administrativo, no âmbito da Presidência da República. Ninguém sabe o

DOIS ANOS DE AUMENTO DE CUSTEIO E DE NOMEAÇÕES SEM CONCURSOS

que fazem, por exemplo, os Ministérios da Pesca e da Mulher, mas também não se desconhece que essas e outras estruturas que passaram a fazer parte do gabinete presidencial deram empregos a filiados e aliados do PT, demitidos nas duas últimas eleições. Por conta dessa "modernização", as despesas com a manutenção do gabinete presidencial cresceram 186,7% entre 2002 e 2004, com um aumento de 46,5% das despesas com pessoal. Onde se gastava, no final do governo Fernando Henrique, R\$ 1,062 bilhão, gastaram-se R\$ 2,573 bilhões em 2004, um aumento médio – custeio e pessoal – de 137,8%.

A outra meta atingida pelo PT foi a do "aparelhamento" da administração pública. Do total de mais de 45 mil novos servidores contratados desde 2002, 38.811 eram concursados. Os demais não

tiveram sua competência comprovada por concurso público, sendo escolhidos por critérios político-partidários. Cargos comissionados, os mais bem pagos do serviço público, foram criados em profusão. Só entre outubro e dezembro do ano passado foram criados 793 desses cargos, geralmente sob medida para acomodar apadrinhados e perdeman as eleições. Se se fosse apenas de um tipo de cargo de emprego, o "aparelhamento" já seria moralmente condenável. Mas o que o burocrata com isso – além de ter dado boia a seus militantes e aliados – é estranhar na burocracia, que deveria ser técnica, politicamente neutra, um instrumento ideológico que contaminar futuras administrações.

O aumento de gastos e custeio e pessoal não é, no entanto, do que muitos pensam, descontrolado. Ele obedece uma lógica de perpetuação do PT no poder. O corolário de política, contudo, é fiscal e estrutural. Ela virtualmente impede que o ajuste das contas públicas seja feito por intermédio do corte das despesas correntes. Para atender aos gastos crescentes com o custeio da máquina, o aumento da folha de pagamento, o governo eleva a carga tributária, como acaba de fazer com a MP 232. E só lhe resta para formar superávits práticos, cortar investimentos contra-senso é evidente: o governo que contrata pessoal gasta generosamente com custeio – despesas rigorosamente desnecessárias – e arvora os gastos que melhorariam a infra-estrutura de produção e gerariam riquezas e empregos no setor privado.

Marta descumpriu lei fiscal, diz Palocci

Em ~~o~~ **ofício** encaminhado ao Senado em ~~de~~ **dezembro**, ministro afirma que a então prefeita realizou uma operação de crédito irregular

Ribamar Oliveira

BRASÍLIA - A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal e a resolução 43/2001 do Senado, **que** fixa limite de endividamento para Estados e municípios, **segundo** informação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em ofício enviado ao Senado. No ofício, Palocci esclarece que a ex-prefeita realizou operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), sem autorização do Ministério da Fazenda.

O ofício, de número 561, de 27 de dezembro de 2004, foi endereçado ao então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e, embora seja uma imposição legal, a informação ficou desconhecida até 16 de fevereiro, quando o ofício foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela Mesa do Senado.

Esta é a primeira vez que o ministério informa o Senado de que um município fez operação de crédito sem autorização prévia, desde a publicação da resolução 43/2001 e da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Quando detecta uma irregularidade na contratação de uma operação de crédito, Palocci é obrigado a informar o Senado. Agora, o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), designará um relator para dar um parecer.

O ofício diz que o município fez uma operação de crédito relativa ao Reluz, por meio de contrato com a Eletropaulo em 2 de outubro de 2002. A resolução 19/2003 do Senado estabeleceu que as operações do Reluz são dispensadas de regularização, desde que anteriores a 5 de novembro de 2003 (publicação da resolução).

As operações do Reluz feitas após publicação da resolução 19 estão sujeitas à prévia autorização do ministério. O problema é que São Paulo fez, em 5 de fevereiro de 2004, um aditivo contratual à operação, segundo o ofício de Palocci. "(...) o aditivo contratual celebrado em 5.2.2004 sem prévia autorização deste Ministério da Fazenda foi realizado em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001", diz Palocci no ofício.

O ministro não informa o valor do empréstimo nem em que condições foi realizado. Ao contrário de todos os outros ofícios encaminhados pelo ministério, este não possui parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). É com base nesse parecer que o relator do processo costuma formar sua opinião sobre o caso.

Consultado ontem pelo Estado, o secretário-adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Jorge Khalil Miski, admitiu que a operação "carece de regularização", mas não quis dizer se ela fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele disse que a operação poderá ser regularizada agora, nos termos da resolução 19/2003. Segundo Khalil, bastaria que a Prefeitura pedisse ao ministério que seja dada uma autorização para o crédito contratado em 2004.

Khalil disse que a irregularidade não pode ser enquadrada na Lei 10.028/2000, que prevê punições para crimes contra as finanças públicas. "Esse é o entendimento que nós estamos tendo", afirmou. Segundo ele, outros municípios estão na mesma situação, mas não soube dizer quantos são. "Estamos fazendo a devida verificação", afirmou. Khalil disse que o ministro enviou ofícios à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores,

DISCURSO DO SENADOR JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) PRONUNCIADO NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho a essa Tribuna registrar a reunião que ocorrerá hoje entre o Fórum Nacional da Pecuária de Corte e entidades que representam os pecuaristas no País.

Esta grande reunião, coordenada pelo dinâmico Presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte, Dr. Antenor Nogueira – sob os cuidados da confederação Nacional da Agricultura, CNA – e da entidades que representam os pecuaristas, tem um duplo significado: Primeiro, registrar com grande alegria e satisfação a grandeza e a força da pecuária brasileira, por meio de suas instituições e da sua capacidade de rápida mobilização, que permitiram concentrar, neste momento, uma parcela considerável da produção brasileira. Não resta dúvida de que é um feito histórico!

O segundo aspecto é a promessa da tão sonhada integração de produtores rurais e das indústrias frigoríficas brasileiras.

Nesse sentido não posso deixar de destacar a atuação da Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRÁFRIGO.

A Abrafrigo foi criada em 22 de março de 2004 reunindo 11 (onze) Sindicatos Estaduais das Indústrias Frigoríficas de todo o Brasil, além de 11 (onze) frigoríficos de que fazem parte da diretoria.

Hoje ela é brilhantemente presidida pelo meu amigo, e também meu suplente, José João Stival e não poderia deixar de citar, nesse momento, o que aumenta ainda mais o meu respeito por essa instituição que realiza trabalho sério e de grande importância para o setor no País.

A Abrafrigo nasceu de uma necessidade específica, pois não havia até aquele momento uma representação nacional no setor da carne bovina que o credenciasse como interlocutor do Governo para os assuntos do mercado interno e, por que não dizer, também para o mercado externo.

Por outro lado, há muito tempo, uma outra entidade, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, ABIEC – uma entidade voltada especificamente para promover exportações de carnes – tem lutado para conquistar o mercado mundial e para tornar o Brasil um dos grandes fornecedores da carne bovina no cenário internacional.

Todavia, alguns esforços em busca desta conquista por parte da Abiec nem sempre alcançaram os avanços para o produtor rural e para a grande maioria das indústrias frigoríficas, que absorve cerca de 80% da produção brasileira e que enfrentam juntos enormes desafios a serem superados.

Tanto para uma grande parcela dos produtores rurais quanto para a maioria das indústrias frigoríficas, a contribuição decorrente das exportações dos últimos anos em

pouco colaborou. Isto porque as exportações se concentraram em poucas indústrias frigoríficas, que por sua vez detém quase 90% das exportações brasileiras de carnes bovinas, causando enormes dificuldades e muitas incertezas para a grande maioria que compõe a cadeia produtiva da carne pela falta de perspectivas para o futuro.

Definitivamente, a concentração excessiva de apenas alguns grandes frigoríficos no mercado interno e externo não é desejável para o País e nem mesmo para os demais segmentos de produção da carne. O que tem sido bom para o Brasil na geração de divisas, infelizmente não tem sido assim para os produtores rurais e também para a maioria das indústrias frigoríficas.

Por isso, ressalto o meu apoio a Abrafrigo que tem a plena consciência de seu papel, no sentido definir os rumos da política nacional de desenvolvimento nesse setor. Seu trabalho concentra-se em não permitir que interesses de poucos venham sobrepor aos da maioria.

Essa associação atua no sentido de não fazer conchavos ou reservas de mercado. Ela permeia sua atuação na lei da oferta e da procura, onde cada um busca sobreviver pelo seu trabalho e pela sua capacidade de gestão.

Entretanto, na prática as coisas não tem sido tratadas assim, pois, tanto para o mercado externo como para o mercado interno, os poucos tem ditado as regras. Só para exemplificar : apenas poucas grandes redes de supermercados concentram quase 70% do mercado de carne bovina no varejo no Brasil.

Portanto, a própria atividade da Abrafrigo sugere para que todos os setores envolvidos na produção rural, os frigoríficos e as redes de supermercados abram suas planilhas de custo e de margem, a fim de que seja conduzida uma forma mais clara e justa de estabelecer as regras do mercado, para que todos possam ter as mesmas oportunidades e as mesmas condições de comercialização de seus produtos.

Estes são os objetivos da Abrafrigo e foi exatamente por estas razões que ela foi criada pelos Sindicatos Estaduais das Indústrias Frigoríficas de todo o Brasil. A Abrafrigo tem lutado arduamente em prol da democratização das oportunidades de exportação por tentar buscar para os seus associados o acesso ao mercado externo sem parcialidade.

Entendo que, com essa linha de atuação, mais indústrias frigoríficas terão condições de participar nas exportações brasileiras e conseqüentemente poderão beneficiar os produtores rurais.

Convoco portanto todos os produtores rurais brasileiros e todas as suas entidades representativas para um amplo e profundo diagnóstico sobre a produção carne bovina. Somente encontradas soluções para atuais problemas que emperram o crescimento e o desenvolvimento do progresso e da prosperidade.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Ao comemorarmos, no dia 12 de março, o Dia do Bibliotecário, veio em minha mente o belíssimo conto de Jorge Luís Borges denominado a “Biblioteca de Babel”. Com o talento que o consagrou como o maior escritor argentino de todos os tempos, Borges faz de sua biblioteca uma metáfora para as infinitas possibilidades da especulação e do conhecimento humanos.

Pode-se dizer que, na visão borgeana, não nos resta outra possibilidade senão a de conhecermos – cada vez mais e melhor – a nós mesmos e ao mundo a nosso redor. A biblioteca é o espaço que simboliza, por excelência, a necessidade, que tem o gênero humano, de armazenar e de catalogar suas experiências, sejam elas bem-sucedidas ou fracassadas. É nesse quadro que atua o profissional de biblioteconomia. São os bibliotecários os responsáveis por separar, catalogar e organizar o cabedal de conhecimento que servirá de ferramenta aos que na biblioteca buscarem refúgio. Por outras palavras, são os bibliotecários que colocam a ordem na desordem.

Em uma época em que muitos denominam como a “era do conhecimento”, a biblioteconomia é uma profissão cada vez mais importante em nossos dias. Afinal, Senhor Presidente, informação não nos falta; muitas vezes, inclusive, a temos em excesso. O que nos falta, com maior freqüência, é a capacidade de separar o joio do trigo, de distinguir o que é relevante do que pode ser desprezado em determinado contexto.

Nesse sentido, bibliotecários competentes têm a possibilidade de fazer de seu local de trabalho uma referência para os usuários e para toda a comunidade, fazendo da biblioteca um espaço de formação de cidadãos e profissionais.

Infelizmente, não podemos negar que, na prática, a teoria é bastante diferente. No senso escolar do ano 2000, por exemplo, verificou-se que apenas 25% das escolas brasileiras contavam com bibliotecas. Entre aquelas que possuem biblioteca, não são poucas as que sofrem com falta de verba, com acervo desatualizado, com obras em mau estado de conservação.

Temos de lutar, Senhoras e Senhores Senadores, para fazer de nossa realidade justamente o oposto disso. Para um País que busca o desenvolvimento econômico e social pleno, como é o caso do Brasil, poder contar com cidadãos bem instruídos é essencial. Sob essa ética a biblioteca tem de ser o coração da escola, o centro catalisador de interesses, de cérebros, de processamento crítico da informação.

O aprimoramento da sociedade – e de nós mesmos – só acontece mediante o diálogo e a troca de experiências. O conhecimento que se adquire pela leitura é manancial inesgotável para o aperfeiçoamento tanto individual quanto coletivo.

Não é por outra razão que o ex-presidente dos Estados Unidos James Madison afirmou, nos idos de 1822, que “um povo que se pretende governar a si mesmo deverá se armar com o poder que só o conhecimento oferece”.

A dinâmica da vida contemporânea, cuja complexidade se vê refletida, por exemplo, nos debates desta Casa, exige de nós, mandatários do povo, a um só tempo legisladores e fiscais do interesse público, credibilidade e eficácia na tomada de decisões. Sem uma biblioteca bem equipada, com profissionais bem treinados, isso seria impossível.

Nesse sentido, afirmou com muita propriedade a pesquisadora norte-americana Mary Bryant que “a importância de um parlamento bem informado para o bom funcionamento de um governo democrático não é novidade. Novos são o alcance e a complexidade das matérias com as quais o legislador deve lidar e a urgência e quantidade de informações disponíveis e solicitadas. A medida que esta evolução da complexidade das informações progride, serviços de informações parlamentares capazes e sólidos tornam-se cada vez mais importantes”.

Felizmente, sabemos que podemos contar com os excelentes serviços da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, aqui, no Senado Federal. Nossa biblioteca é referência nacional, pela qualidade do acervo, pela presteza e dedicação de seus funcionários, pela preocupação por parte da direção da Casa em mantê-la sempre atualizada. Tão importante quanto adquirir maior número de obras é saber armazenar e manter o que já temos. É louvável, pois, que a Biblioteca do Senado tenha celebrado convênio com a Fundação Universidade de Brasília, no intuito de melhor preservar cerca de 4 mil itens raros que fazem parte de nosso acervo. Conhecermos e valorizarmos documentos que retratam a história brasileira e nosso patrimônio cultural é o primeiro passo rumo à construção de um futuro em bases sólidas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

É por meio do reconhecimento do trabalho dos bibliotecários do Senado Federal que rendo minhas homenagens a todos as bibliotecárias e bibliotecários brasileiros. Estou convencido de que priorizar a educação, tarefa ingente neste País, passa – necessariamente pelo reconhecimento e valorização da biblioteca e de seus profissionais especializados.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente
Muito obrigado. – **Valmir Amaral.**

Senhores Senadores,

Requeiro a transcrição da matéria “Lei 9.099: uma lei que está matando as mulheres” do Jornal **Vida Mulher** – Ano 3 – número 4 – março de 2005 – págs. 6 e 7, no Diário do Senado Federal, para que conste dos Anais. – **Valmir Amaral.**

- Centro de Valorização da Mulher - Consuelo Nasser - Março/2005

Lei 9.099/95: uma lei que está matando as mulheres

Aprovada em setembro de 1995 como forma de agilizar o cumprimento das penas alternativas, a lei n.º 9.099 prejudicou milhares de mulheres vítimas da violência doméstica

Por Oloares Ferreira

Todos os dias pelo menos quinze mulheres procuram a Delegacia de Defesa da Mulher de Goiânia para denunciar os companheiros. Elas alegam que foram espancadas, esturpadas e principalmente ameaçadas de morte. Foi o que fez a garí Joselina Afonso Gomes, de 35 anos, que viu a vida dela se transformar num inferno depois que decidiu se separar do marido, o aposentado Sebastião Moreira, de 40 anos. Camarada de tanto sofrimento ela decidiu por fim nos quase dezesseis anos de espancamentos, torturas humilhantes e, no dia 21 de junho do ano passado registrou queixa na polícia contra o ex-marido que havia tentado matá-la.

Sebastião foi chamado na presença do juiz, mas ignorou o convite e nada aconteceu com ele. Um mês depois Joselina Gomes voltou a pedir

ajuda na Delegacia de Defesa da Mulher, onde foi registrada uma nova ocorrência contra Sebastião Machado. Só que a confiança de Joselina na justiça acabou custando a vida dela. Minutos depois de sair da delegacia a garí foi abordada pelo ex-marido nas proximidades do Lago da Rosas, onde foi morta com vários golpes de faca no pescoço. Os policiais chegaram a sair para procurar o marido de Joselina, mas já era tarde demais: ela havia sido degolada. "Angústia daquela mulher ainda parecia presente entre nós, e, mas ainda na delegacia que atendeu aquela pobre mulher", disse a delegada Gildeci Marinho, que não conteve as lágrimas quando soube do crime.

Joselina é uma das milhares de vítimas da impunidade, provocada pela lei nº 9.099, aprovada em setembro de 1995, como forma de a-

gilizar o cumprimento das penas alternativas. Só que o que seria uma alternativa acabou prejudicando as mulheres vítimas da violência doméstica. Pela lei os crimes que são punidos com penas de até 1 ano de reclusão, como ameaça, danos morais, maus-tratos e lesão corporal, devem ser registrados nas delegacias através de TCO's - Termo Circunstanciado de Ocorrência e encaminhado para os juizados especiais. As penas são convertidas em prestação de serviços à comunidade ou a apenas doação de cesta básica para entidades assistenciais.

Com isso os agressores, protegidos por essa lei, não podem ser presos e muito menos algemados pela polícia: um absurdo, segundo a presidente do Cevam, jornalista Consuelo Nasser. Foi por

causa dessa lei que a dona de casa Andréa Fernandes Rodrigues, de 23 anos, virou pivô de uma tragédia que resultou na morte do ex-assistente técnico da polícia Civil, Ademilton Ferreira de Souza, de 44 anos; e do tio dela, o pedreiro Adelson Rodrigues Pacheco, de 37 anos. A confusão aconteceu na casa de Adelson, no Jardim Planalto

*Consuelo
Nasser,
fundadora do
Cevam, dizia
"é um
abuso as
vítimas
ficarem
escondidas
enquanto os
agressores
continuam
em liberdade"*

em Goiânia, para onde Andréa fugiu para não ser morta pelo ex-companheiro.

Depois de 4 anos convivendo com ameaças e espancamentos, Andréa decidiu denunciar Ademilton, que era bate-pau da polícia (pessoa que age como se fosse policial). "Várias ocorrências foram registradas em várias delegacias, mas ninguém não fez nada", disse um familiar de Andréa, que foi ferido a tiros pelo ex-companheiro. Inconformado com o rompimento do relacionamento Ademilton sacou de uma pistola 380 e deu dois tiros em Andréa. Ao ouvir os tiros o tio dela, Adelson, pegou um revólver e deu um tiro em Ademilton, que revidou com um disparo na cabeça de Adelson, que morreu na hora.

Apesar de ferida Andréa conseguiu pegar a arma de Ademilton, descarregando-a no ex-companheiro, que morreu logo em seguida. Gildeci Marinho disse que Andréa já havia denunciado o ex-marido várias vezes, sendo a última denúncia dois dias antes da tragédia. "O maior problema é que a lei 9.099/95 impede que os agressores sejam presos, desde que

compareçam às audiências no Juizado Especial", afirma Gildeci Marinho, lembrando a semelhança entre as histórias de Joselina e Andréa.

Nos dois casos, mesmo se quisessem, os policiais não poderiam evitar os crimes, já que se prendessem os agressores não tinham como mantê-los presos. "Sebastião seria detido, mas não podia ficar preso. Mesmo se ele tivesse sido localizado eu creio que a morte da Joselina seria apenas adia-da", disse à época a Delegada Maria Elnora, que atendeu Joselina, minutos antes dela ser assassinada. Sebastião, o homem que matou a gari com golpes de faca, foi mais um criminoso protegido pela lei nº 9.099/95.

Para a delegada Gildeci Marinho essa lei é um atraso na vida das mulheres. "Ela contribui para a reincidência. O cidadão só teme quando lhe tiram o direito de ir e vir colocando-o numa cela. Se ele tivesse a certeza da punição, não voltaria a praticar atos violentos contra a mulher", afirma a delegada.

Sua mensagem foi seu trabalho

Por: Ray Braga

Através das palavras de Consuelo Nasser, "cada mulher considero minha irmã e cada criança meu filho". vejo um sentimento claro e tão verdadeiro de alguém que pode mudar o "clima".

Ela conseguiu entrar no ambiente desconhecido reconhecendo valores esquecidos pela sociedade e teve a grandeza da sabedoria divina de promover idéias para reverter a dor alheia em refúgio e amparo. Devolveu a cada ser humano o respeito por si mesmo, para que pudessem criar e recriar novos caminhos na estrada da vida, sendo donos de seus direitos.

Consuelo Nasser não ficou na sala de espera; viu o mundo como realmente é. Não viu as causas carentes da desigualdade feminina através de uma cortina de fumaça.

A magia de seus sentimentos nobres fez com que ela pudesse remover cada mancha do sofrimento da desigualdade social indo ao encontro das vãs aflições dos desconhecidos, dando prioridade às mulheres e às crianças. Sua sede de justiça era insaciável.

O amor não é o sentimento mais fácil de ser dedicado a quem não conhecemos; o único sentimento que podemos trazer é aquele que não podemos deixar pra trás, "dignidade".

Consuelo Nasser nunca dirá a Deus, sua generosidade e heroísmo de amor pelo próximo a fazem imortal. Escreveu para Deus em forma de atitudes pedindo paz na terra. Soltou as palavras presas em sua garganta ao criar condições de igualdade e justiça.

Tudo que ela criou,

Tudo que ela fez,

Tudo que ela amou, é a materialização de sua ideologia de vida, refletida em uma mulher de bondade e coragem que não fez seu tempo vazio: dedicou sua vida em uma forma divina de total concretização humana na criação do CEVAM, "Centro de Valorização da Mulher", que se tornou um marco na sociedade goiana.

Sua mensagem e seu trabalho continuam representados por sua sucessora, Dolly Soares.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna para comentar assunto de estrema tristeza para o povo indígena e, sobretudo, para todos nós brasileiros. Sr. Presidente, crianças indígenas estão morrendo pela desnutrição e o Governo do Presidente Lula fica a comemorar o lucro dos grandes bancos. Um total descaso com a vida humana.

A crise do macho

A cada dez minutos uma mulher é vítima de violência na Grande Goiânia, só que o Cevam estima que apenas quarenta por cento delas tem coragem de procurar uma delegacia de polícia para denunciar os agressores. As mulheres têm medo da reação dos companheiros.

Apesar de menos da metade dos casos de agressões chegarem ao conhecimento das autoridades, a Delegacia de Defesa da Mulher da Capital registra, em média, seiscentas ocorrências por mês. Isso significa que a cada meia hora uma mulher pede ajuda na delegacia, que foi criada em 1.985, depois de muita pressão do Centro de Valorização da Mulher.

Em Goiânia, o índice de violência contra a mulher é de quase 50% superior à média mundial, que segundo a Organização das Nações Unidas, é de 33%. Foram quase sete mil ocorrências registradas na Delegacia de Defesa da Mulher no ano passado, a maioria por lesões corporais e ameaças.

Tanta violência, segundo a presidente do Cevam, jornalista Consuelo Nasser, demonstra o medo que os homens estão sentindo da mulher moderna, que sai para trabalhar, muitas vezes ganham mais que os maridos e nem de longe lembram aquelas mulheres que eles conviveram. Ou seja, as mães, irmãs, tias e avós desses homens que eram submissas e obrigadas a ficar em casa e disponível para os companheiros. "Estamos vivendo um momento de transição entre esse período de submissão para uma completa mudança de comportamento", lembra Consuelo Nasser.

É sobre esse assunto, Sr. Presidente, que tive oportunidade de escrever artigo no jornal **Diário de Cuiabá**, sob o título "O PIB e as crianças indígenas", em 06 de março de 2005. Por ser oportuno, peço que fique registrado nos anais dessa casa.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para destacar a atuação do PSDB à frente da prefeitura de Cuiabá. Faço aqui um paralelo entre Wilson Santos, atual gestor da minha cidade Cuiabá, e o ex-prefeito. A vontade política que Roberto França nunca teve, so-

bretudo, com os servidores municipais; e que o prefeito Wilson Santos demonstra ter. Em sessenta dias no cargo, Wilson deu uma aula prática de vontade política, quando colocou os salários do funcionalismo em dia.

Esse foi o tema de artigo que tratei na mídia mato-grossense, sob o título "Vontade Política", publicado no jornal **A Gazeta**, em 4 de março de 2005. Peça, também, que esse material faça parte desse

pronunciamento, sendo incluído nos anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e §2º, do Regimento Interno.)

DIÁRIO DE CUIABÁ CAPA
Segunda Feira, 07 de Março de 2005

Artigos

Edição nº 11159 06/03/2005

ANTERO PAES DE BARROS

Anterior | Índice | Próxima

O PIB e as crianças indígenas

O Governo divulgou, como grande feito da administração petista, o crescimento de 5,25% da economia brasileira em 2004, segundo dados do IBGE.

Essa é a maior expansão desde 1994, ano do início do Plano Real, quando o PIB (Produto Interno Bruto) acumulou alta de 5,9%, trazendo reflexos positivos na vida das empresas.

Os grandes bancos tiveram lucratividade recorde. O lucro do Bradesco e do Itaú passou dos três bilhões de reais. No setor industrial, a performance foi notável. O grupo Gerdau encheu de alegria seus acionistas. A Vale do Rio Doce, por conta de seus excelentes resultados, viu seu valor de mercado alcançar a casa dos 100 bilhões de reais.

O mercado financeiro está em festa com esses números da economia brasileira. O governo Lula faz a alegria do grande capital. É festa no andar de cima.

Enquanto isso, no andar de baixo, a coisa está ruim. Ou péssima.

Foi enterrada esta semana, em Campinápolis, a quinta criança xavante que morreu por desnutrição. Em Dourados, no vizinho estado de Mato Grosso do Sul, já morreram outras cinco crianças indígenas, das tribos guarani e caiua, também por causa da desnutrição.

A imprensa destaca, já são dez crianças mortas nas aldeias do Centro-Oeste. É também um recorde, como o aumento do PIB. Mas o governo não divulga, nem toca no assunto. Finge não ver.

Cadê o programa Fome Zero, a prioridade n.º 1 do governo do PT? Por que o Ministério da Saúde, a Funai e o Ministério do Desenvolvimento Social não tomam nenhuma providência a respeito? Por que o Fome Zero não chega aos índios? Aliás, a quem atende o Fome Zero, além da mídia?

Nem o Duda Mendonça foi chamado para armar uma estratégia de marketing com os índios para o programa Bolsa Escola ou para o Fome Zero.

O governo Lula revela total insensibilidade com a questão social. O PT, que sempre criticou os governos anteriores pelos baixos investimentos na área social, está fazendo pior. Os mesmos petistas que ontem criticavam a responsabilidade fiscal e a abertura da economia brasileira, agora se orgulham do superávit primário que garante notas altas da banca examinadora do FMI. Sobre as crianças indígenas, o PT não diz nada.

Quando assumiu, Lula prometia dobrar o salário mínimo e criar um país em que nenhuma criança iria dormir sem um prato de comida. Chegou à metade do mandato e não resgatou as promessas de campanha.

É claro que nenhum governo pode resolver todos os problemas do país e nem agradar a todos os setores. Governar é fazer escolhas e estabelecer prioridades.

Lula e o PT fizeram sua escolha pelo grande capital. Problemas dos trabalhadores, dos pobres e das crianças, principalmente as crianças indígenas, podem esperar.

Errata: Na semana passada, por problema de correção do meu computador, parte do texto da coluna saiu prejudicado. Restabeleço o meu pensamento e a verdade. "Ao dizer no Espírito Santo que mandou um alto companheiro

calar a boca e não revelar a corrupção que teria ocorrido, o presidente Lula deu um péssimo exemplo de deseducação política. Desde Moisés, Deus mandou gravar nas tábuas da Lei o sétimo mandamento: Não roubar. Ao informar que não mandou apurar, o presidente Lula deseduca. Fica mal com Deus. Se não apura o que os adversários fizeram, imaginem a ação contra os companheiros. Ou seja, o presidente permite o entendimento de que liberou geral."

* ANTERO PAES DE BARROS é jornalista, radialista e senador pelo PSDB de Mato Grosso



[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Comentários Deixe aqui sua opinião sobre esse assunto

Vontade política

Antero Paes de Barros

Durante a campanha eleitoral, o então candidato Wilson Santos atribuiu a um modelo antigo de gestão os problemas vividos pela Prefeitura de Cuiabá e à falta de vontade política o atraso de salários. Exibiu números consistentes, mas sempre foi contestado. Está provado que tinha razão. Bastaram apenas 60 dias de governo austero, para restar demonstrado que os argumentos de França nunca foram consistentes e Cuiabá não tinha um gerente. Os salários em 60 dias com Wilson Santos ficaram em dia, enquanto Roberto França alegava que oito anos não haviam sido suficientes.

Quem acompanhou a transmissão de cargo percebeu que o ex-prefeito insistiu com esses argumentos. Chegou até a reclamar que o ano só tinha 12 meses e ele tinha que pagar 13 salários. Por pouco, não antecipa a reforma trabalhista de Lula e propõe a extinção do 13º. Foi um discurso que tropeçou na verdade, a ponto de esconder que quando ele, França, disputou a reeleição, o fez com os salários em dia. O Estado após a venda da Cemat ajudou a prefeitura a pagar. Mas como a lembrança popular não consegue buscar muito atrás, aproveitou da memória curta para dizer que não atualizou os salários, porque era impossível. Hoje, vivendo na mesma cidade que Wilson Santos, deve estar arrependido. Sem dúvida é o primeiro a perceber que mentira tem perna curta.

O ruim para o França nessa história toda é que a sua popularidade tem origem na defesa que fazia, enquanto parlamentar, dos funcionários públicos. Os barnabés sempre o elegeram como "a voz que não se cala". Foi dele a emenda constitucional que obrigava o Estado a pagar juros e correção monetária quando atrasasse os salários. No parlamento exigia que os outros cumprissem. No Executivo sempre torceu para que os servidores não mais se lembrassem dessas promessas. Do França defensor dos funcionários, após apenas 60 dias de Wilson Santos não restou mais nada. Estive na semana passada na Prefeitura para abraçar Wilson e dizer-lhe do orgulho tucano pelo início de gestão. Ouvi de muitos funcionários comentários indignados, buscando entender o porquê França teria feito isso com eles.

Na conversa que mantive com o prefeito Wilson deixei claro que não precisava criticar a gestão anterior. O pagamento dos salários com 60 dias de gestão era autodidático, auto-explicativo. Durante a campanha eleitoral não foram poucos os que advertiram Wilson para que tomasse cuidado com a promessa feita de que em 90 dias os salários estariam atualizados. Wilson errou. Era muito tempo. Sessenta dias foram suficientes para demonstrar que foram longos os oito anos de mentiras ao servidor.

Esta foi a melhor aula prática sobre vontade política. Quando se quer, quando se prioriza, o resultado é alcançado. Wilson quis. França não. Só isso.

Antero Paes de Barros é jornalista, radialista e senador pelo PSDB/MT. E-mail: anteropb@uol.com.br



Envie por e-mail




Imprima a Notícia

« Anterior

Próxima »

VEJA AINDA NESTE CADERNO:

- Turismo sexual na mira 
- Olho neles
- Aposentados: proposta indecente
- Bilhetagem eletrônica
- Frases
- Planejamento e gestão democrática
- Karl Marx, atualizado como nunca

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e srs. Senadores, muito mais do que as injunções políticas, as disputas partidárias ou as oscilações da economia, o uso indiscriminado das medidas provisórias, como faz o chefe do Poder Executivo – e como, antes dele, também o fizeram seus antecessores naquele cargo –, vem prejudicando a tão sonhada governabilidade, além de usurpar as funções do Congresso Nacional e de comprometer a independência dos Poderes.

A fúria legiferante do Poder Executivo é de tal ordem que no ano passado, dos 523 projetos aprovados pelo Congresso Nacional, apenas 17 deles, ou seja, 6,7% do total, tiveram como autores os Deputados Federais ou Senadores da República. Essa distorção não se explica por incapacidade ou desídia dos parlamentares, senão pela absoluta impossibilidade de elaborar as normas legais e, ao mesmo tempo, examinar e votar a avalanche de Medidas Provisórias que abarrotam a pauta das Casas Legislativas.

Sr. Presidente, com a promulgação da PEC nº 32, em 2001, julgava-se que o Parlamento brasileiro teria algum alento para retomar suas atividades e reassumir suas prerrogativas, mas o curto tempo decorrido desde então foi suficiente para sepultar as mais modestas expectativas.

Ao inserirem esse instrumento na Carta de 1988, pretenderam os constituintes preservar a prerrogativa de o Poder Executivo legislar em caráter excepcional. O uso das Medidas Provisórias, tal como então se imaginava, não usurparia a autoridade do Parlamento nem viria a ferir o princípio da separação dos Poderes preconizado por diversos teóricos e sistematizado por Montesquieu.

Com efeito, a teoria da tripartição dos Poderes propunha uma divisão de tarefas que contemplava a criação de normas para a vida em sociedade, a administração da comunidade consoante o atendimento dessas normas e a resolução de eventuais conflitos na interpretação ou no cumprimento desses princípios.

Com essa tripartição, pretendia-se impor limites à atuação de cada esfera do poder, evitando-se eventuais abusos, de forma a manter a equidade e a preservar as instituições. Em última análise, não existem, no Estado Democrático de Direito, três Poderes distintos, senão três esferas de poder que se complementam e que, sendo autônomas no exercício de suas competências, ao mesmo tempo dependem umas das outras.

No Brasil, o fortalecimento do Poder Executivo em detrimento dos demais Poderes tem uma longa história que remonta à dissolução da Assembléia Constituinte por Dom Pedro I e que passa pela Constituição de 37 e

a instauração do Estado Novo, e pelos Atos Institucionais do regime militar, entre outras exorbitâncias.

Com a redemocratização do País, os constituintes de 87/88 devolveram ao Poder Legislativo suas legítimas prerrogativas, embora reservando ao Poder Executivo a faculdade de legislar excepcionalmente, em casos de relevância e urgência, conforme disposto no art. 62 da Carta Magna.

Sob a égide da redemocratização e em meio a discussões sobre o melhor sistema de governo para o País, os constituintes introduziram na nova Carta o instrumento da Medida Provisória, importado ao parlamentarismo italiano. Esta não se confundia com o decreto-lei, que teve origem na Constituição de 1937 e que, anos mais tarde, no governo militar, seria introduzido na Constituição então vigente, de 1946, pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, e mantido ainda na Constituição de 1967.

Diferentemente do decreto-lei, que se convertia em lei se não fosse apreciado no decurso de 60 dias, a Medida Provisória pode ser definida como um projeto de lei com força de lei e vigência imediata, mas que, não sendo apreciada em tempo hábil, perde sua eficácia. Esse instrumento, portanto, representava uma categoria normativa até então inédita em nosso País. Embora não tivesse o viés autoritário do decreto-lei, é importante ressaltar que este último mecanismo, conquanto servisse aos governos autoritários, só se aplicava a questões de segurança nacional e finanças públicas, e, mais tarde, também à criação de cargos públicos e à fixação dos vencimentos.

O que se observa, portanto, é que, tendo embora uma inspiração nitidamente democrática, ao contrário do decreto-lei, a Medida Provisória passou a ser empregada de forma distorcida. Por não se terem estabelecido limites ao Poder Executivo quanto à matéria sobre a qual este instrumento pode dispor, desde sua instituição ele vem sendo utilizado de forma abusiva por aquele Poder, que tem ignorado até mesmo os requisitos constitucionais de urgência e relevância.

A partir do momento em que foi instituída, a Medida Provisória tem sido empregada de forma indiscriminada por sucessivos governos. Em artigo sobre esse tema, o professor de Direito Constitucional Fernando Machado Lima lembrava que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando Senador da República, criticava severamente o então Presidente Fernando Collor pelo abuso na edição de Medidas Provisórias: “Ou o Congresso põe ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou então é melhor reconhecer que no País só existe um Poder de verdade, o do Presidente. E daí por diante, esqueçamos também de falar em democracia”, dizia Fernando Henrique.

Alguns anos mais tarde, o então Senador se tornaria vidraça, ao editar, em seu Governo, a média mensal de 3,24 Medidas Provisórias no período anterior a outubro de 2001; e de 6,8 MPs mensais no período posterior a outubro de 2001, quando entraram em vigor as novas regras, que deveriam reduzir a frequência de utilização desse mecanismo.

A fúria legiferante do Poder Executivo era de tal monta que as discussões sobre as mais diversas matérias se restringiam às lideranças partidárias, e os parlamentares se sentiam marginalizados no processo legislativo. O próprio Presidente Lula, quando Deputado Federal, alguns anos antes, já se mostrara desiludido com o processo legislativo, segundo relata o jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 9 de fevereiro último.

Eis que Lula chega ao Planalto, e o que ocorre? Passa a governar com base nas Medidas Provisórias, para decepção, entre outros, do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. Citado na revista *Consultor Jurídico*, ele lembra o compromisso do hoje Presidente e então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, assumido na sede daquela entidade, de que evitaria o uso de Medidas Provisórias em seu governo.

O abuso na edição das medidas provisórias tem suscitado veementes protestos e manifesta insatisfação. A Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que se julgava um mecanismo eficaz para reduzir as MPs, não surtiu, como vimos, os efeitos desejados. A situação, a continuar se agravando, como parece, pode levar a uma situação de efetiva ingovernabilidade. No âmbito do Parlamento, o predomínio absoluto das matérias encaminhadas pelo Executivo tem gerado uma situação de grave descontentamento, conforme afirma o jornal **Correio Braziliense**, já citado:

“A cada ano, aumenta o poder do Executivo sobre o Legislativo. A pauta de votações é praticamente toda definida pelo governo. Não são raros os deputados que vêm passar o mandato inteiro sem assistir à aprovação de um projeto que tenha apresentado. A prioridade dada às propostas emanadas do Executivo traduz-se no número de Medidas Provisórias que, em diversas ocasiões, trancou a pauta de votações da Câmara e do Senado, jogando para segundo plano a apreciação de matérias de interesse direto dos parlamentares”.

O periódico cita um ex-parlamentar, Evilásio Farias, que após atuar na Câmara por dez anos, tendo conseguido aprovar um único projeto de lei, trocou a atividade legislativa pela Prefeitura de seu Município, Taboão da Serra. “A percepção dessas limitações impostas ao Congresso – destaca o periódico – vem

fomentando uma crise de identidade entre os parlamentares”.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não é por outro motivo que uma comissão mista vem apreciando as medidas que podem ser tomadas para coibir o abuso na edição das MPs; não é por outro motivo, também, que tramitam nesta Casa e na Câmara dos Deputados numerosas Propostas de Emenda Constitucional que alteram – mais uma vez – as regras das Medidas Provisórias ou mesmo suprimem esse mecanismo. O estrangulamento da atividade legislativa não se define apenas pelo sentimento pessoal de frustração dos parlamentares, mas pode ser facilmente medida. Em 80% das sessões deliberativas da Câmara dos Deputados e em 56% das sessões desta Casa, no ano passado, as pautas estiveram trancadas por medidas provisórias que não haviam sido votadas em tempo hábil.

Tal como os políticos, os juristas têm se manifestado, de forma veemente, contra o abuso das MPs. Para o constitucionalista Sacha Calmon, “a interpretação histórica e teleológica da Constituição prima em mostrar a excepcionalidade da medida, e não sua vulgarização”.

Sr. Presidente, essa vulgarização ocorre principalmente porque o chefe do Governo não vem atentando para os requisitos de urgência e relevância estabelecidos na Carta Magna. Comentando esse comportamento, o Dr. José Anselmo de Oliveira, professor da Universidade Tiradentes e Juiz da 3ª Vara Criminal de Aracaju, foi categórico: “A edição de MP somente para implementar políticas de governo é antidemocrática, ditatorial e causa insegurança jurídica com prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação. (...) A falta de um dos requisitos torna a Medida Provisória inválida e ilegítima, passando a ser instrumento de arbítrio e de força contrária à democracia e ao Estado de direito”.

Diz ainda: “Analisando as centenas de Medidas já editadas, não encontramos os requisitos exigidos na maioria delas, pois a gama de temas que foram alcançados por esse meio de legislar supreendentemente não passava de situações normais, onde o processo legislativo atenderia satisfatoriamente. (...) De tudo se tratou. Medidas econômicas, impostos, direito processual, direito material, trem da alegria, direito administrativo, enfim, uma verdadeira panacéia para atender os fins do governo, nem sempre claros e nem sempre de interesse do povo brasileiro”.

É preciso ressaltar que essa pretendida facilidade de governar por meio de MPs, ao longo do tempo, pode prejudicar até mesmo o próprio Executivo, como explica o presidente nacional da OAB, Roberto Busato. “O Governo lança – exemplifica Busato – um projeto

de lei a respeito de um assunto de seu interesse, que passa a tramitar no Congresso Nacional. No entanto, esse mesmo Governo entra com uma Medida Provisória em assunto não relevante e seu projeto de lei, que estava tramitando, acaba ficando retido devido à edição de MPs que o próprio Governo apresentou”. “Isso mostra claramente o cipoal que o Governo monta contra si próprio”, conclui.

É importante lembrar que o próprio Presidente Lula já reconheceu que tem exagerado na edição de medidas provisórias. A alguns meios de comunicação, ponderou que “a demora nas votações obriga o Poder Executivo a utilizar esse tipo de instrumento para que não haja uma paralisação nas atividades do Governo”. O que ele não esclareceu foi o círculo vicioso que se cria com esse comportamento, porquanto as MPs têm sido utilizadas indistintamente para trazer à apreciação do Parlamento todo e qualquer tipo de matéria. Além disso, o Poder Executivo tem outros meios para acelerar as votações nos assuntos que requeiram maior celeridade, pois a Constituição Federal prevê, em seu art. 64, parágrafo 1º, que “o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa”.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ao concluir essas considerações quero encarecer a necessidade de nos empenharmos na busca de uma medida urgente e eficaz para reduzir a verdadeira avalanche que hoje ocorre, na edição das Medidas Provisórias; e apelar ao chefe do Poder Executivo para que, ele próprio, lance mão de outros instrumentos, como o pedido de urgência, quando a matéria encaminhada à apreciação do Congresso Nacional assim o requerer.

Finalmente, quero reafirmar minha convicção de que o uso parcimonioso das Medidas Provisórias não apenas devolve ao Parlamento suas legítimas prerrogativas, mas também restabelece o respeito e o equilíbrio entre os Poderes e contribui para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado!

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a cada dia, 820 pessoas morrem, no Brasil, em decorrência de doenças cardiovasculares. Essas doenças – da qual a mais comum é o infarto – são responsáveis por 38% das mortes de homens e 29% das mortes de mulheres em nosso País.

Dos mortos, a maioria se acha na meia-idade, dispondo, ainda, de muitos anos de vida produtiva. Sua morte, além de lançar em dificuldade suas famílias, roubando um pai, mãe ou cônjuge de seus entes queridos, também acarreta uma grande despesa para o País, antecipando em muitos anos o pagamento de

pensões e privando o País de profissionais que atingiram o ápice de sua competência e produtividade.

A mais preocupante informação acerca dos problemas cardíacos e coronarianos é a de que, mais e mais, grupos que anteriormente eram considerados de menor risco passam a representar percentuais significativos das vítimas desses problemas.

Notavelmente as mulheres e as pessoas pertencentes às classes mais baixas vêm apresentando grande presença nas estatísticas sobre as doenças do coração e vasos sanguíneos. A feminização e pauperização dessas enfermidades são tendências diretamente vinculadas à alteração dos hábitos sociais.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, aliada à difusão do fumo, mais fortemente sentida nas classes baixas e, também, entre as mulheres, atuam como verdadeiras ameaças à integridade física das pessoas pertencentes a essas categorias e aumentam, como um todo, o custo pessoal e social dos males do coração.

A alteração dos hábitos alimentares da população, com o advento da *fast food* e suas generosas porções de calorias e gorduras, também contribuiu para ampliar a incidência de males cardíacos, afetando, principalmente, os trabalhadores, forçados a se alimentarem rapidamente e, de forma crescente, também as crianças e adolescentes, que passaram a ser objeto de preocupação dos cardiologistas.

A obesidade infantil e juvenil já desperta a atenção de estudiosos de todo o mundo, uma vez que é clara a relação entre altos níveis de gordura e colesterol na adolescência e a ocorrência de diversas moléstias graves, tanto coronarianas quanto de outros tipos, como o diabetes.

O estilo de vida dos dias de hoje conspira contra as artérias, as veias e o coração. O brasileiro, em geral, é ansioso demais, é sedentário demais, come demais e de forma errada, fuma demais e negligencia os sinais que o coração envia, preferindo manter os hábitos negativos a buscar uma condição de vida mais saudável.

Mesmo pessoas que poderíamos considerar fora de risco podem sofrer o golpe fatal das doenças do coração. O lamentável caso do jogador de futebol Serginho, do São Caetano, demonstrou cabalmente o risco a que mesmo os atletas podem estar expostos, em razão das pressões derivadas da vida moderna. Os compromissos comerciais assumidos por sua agremiação, ao que tudo indica, foram um dos fatores que adiaram sua aposentadoria do esporte e conduziram ao trágico desenlace que presenciamos.

Diante de um quadro como esse, é justo e ao mesmo tempo reconfortante notarmos que a cardio-

logia brasileira é capaz de oferecer as mais modernas tecnologias para a preservação da vida dos seus pacientes.

Efetivamente, a despeito das dificuldades da medicina em nosso País e das carências que podemos vislumbrar em diversos pontos do território nacional, a cardiologia brasileira logrou construir centros de excelência reconhecidos internacionalmente.

O trabalho de pioneiros como o Dr. Dante Pazzanese, criador da Sociedade Brasileira de Cardiologia e consolidador do Instituto que hoje leva seu nome, sediado na capital do Estado de São Paulo, e o Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, realizador do primeiro transplante do coração da América Latina, estabeleceram uma tradição que se mantém até hoje, de extraordinária competência médica combinada com um elevado humanismo.

Sucessor do Dr. Zerbini como figura de proa do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, o Dr. Adib Jatene dá seguimento a essa dupla vereda de proficiência no trato dos pacientes e de integridade pessoal, por todos reconhecida.

Hoje, diversos centros hospitalares possuem capacidade de realizar os mais complexos procedimentos cirúrgicos, tais como transplantes de coração, cujos pacientes, beneficiados por modernas drogas imunossupressoras, dispõem de uma sobrevivência longa e feliz.

Não obstante a elevada capacidade da cardiologia brasileira, devemos sempre recordar que melhor que um coração curado é um coração que nunca precisou de cura. Dessa forma, incentivo a todos, independentemente de idade, sexo ou classe social, para que cuidem de seu coração, o primeiro e maior amigo do peito.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, Vou falar hoje a respeito de um construtor de sonhos, um empreendedor capixaba que está recebendo merecida homenagem em Londres. Trata-se do empresário Jônice Tristão, a quem a Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra confere nesta quarta-feira o título de Personalidade do Ano 2005, numa solenidade que conta com a presença do nosso ministro da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, da sua colega inglesa, Patricia Hewitt, e do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, além do embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Maurício Bustani.

É a primeira vez que alguém nascido no Espírito Santo recebe tal homenagem, e creio que poucos em meu Estado são tão merecedores dela como Jônice Tristão. Seu nome está ligado de maneira indissolúvel

ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo, pois durante muitos anos a sua visão empresarial orientou os rumos do Grupo Tristão, hoje um conglomerado de empresas com atuação que se expandiu até muito além das fronteiras do Estado e do país.

As Empresas Tristão, que completaram 70 anos de existência no último dia 23 de fevereiro, tiveram um começo modesto, na cidade de Afonso Cláudio, no Interior do Estado, onde o pai de Jônice, José Ribeiro Tristão, abriu um armazém, a Casa Misael, em 1935. José percebeu que o café poderia funcionar como moeda, pagando as mercadorias vendidas por sua loja, e apostou no produto como instrumento para a ampliação das suas atividades.

Foi assim que o café acabou se convertendo no foco dos negócios da Tristão, na década de 50. Nos anos 60, quando Jônice, à frente das empresas, dava prosseguimento à obra iniciada pelo pai, a Tristão passou a exportar o produto — e também deu início à construção de uma fábrica de café solúvel que utilizaria como matéria-prima o café Conilon capixaba. Assim nasceu, em 1971, na cidade de Viana, a Realcafé Solúvel do Brasil, um empreendimento arrojado que incentivou a extensão do plantio de café Conilon no Norte do Espírito Santo.

Nos anos 70, época em que ninguém falava em globalização, a Tristão se internacionalizou, abrindo uma filial em Londres em 1977. Um ano depois, o grupo alcançou a primeira posição entre os exportadores brasileiros de café e, em 1981, abriu nova filial no Exterior, em Nova York. Atualmente as empresas do grupo são reconhecidas nos mercados mais exigentes do mundo como sinônimo de excelência em café. A Realcafé Solúvel exporta para nada menos que 40 países, destinando 80 por cento de sua produção ao mercado internacional. Dimensionada em 1971 para processar cem mil sacas de café verde em grãos, ela transforma hoje 400 mil sacas de café em nove mil toneladas de café solúvel, extrato de café, óleo de café e café torrado e moído. São cifras que fazem dela uma das principais indústrias do setor no Brasil.

As dimensões alcançadas pela Tristão — e sua consolidação como um dos mais importantes grupos empresariais do Espírito Santo e do País — são o resultado de décadas de esforço intenso e também de fé inabalável nas possibilidades oferecidas pela economia capixaba. Pois é graças à atuação dinâmica de empresários como Jônice que a economia do Espírito Santo vem crescendo ininterruptamente há quatro décadas, o que faz com que, embora tenha um dos menores territórios entre as unidades da federação, o Estado seja uma das economias mais desenvolvidas do País.

O empresário que hoje está sendo homenageado em Londres já percorreu em lombo de burro as precárias estradas do Interior do Espírito Santo, na primeira metade do século passado, quando ajudava o pai a construir as fundações de um grupo cuja história se confunde com a da evolução da indústria cafeeira do Brasil. Simples e modesto, avesso à notoriedade, Jônice – que também incentiva as artes e a cultura do Estado, por meio da Fundação Jônice Tristão – é dono de uma trajetória de vida que encerra lições preciosas.

A principal delas é a de que todo trabalho feito com paixão rende frutos capazes de beneficiar muita gente, por várias gerações. Durante o tempo em que esteve à frente das empresas Tristão, hoje entregues à gestão de seus filhos, Ronaldo, Ricardo e Sérgio, Jônice foi um semeador de progresso no Espírito Santo. Sua vocação empreendedora gerou empregos e divisas, garantiu projeção ao Estado e contribuiu de inúmeras formas para enriquecer vidas. Porque assim são os construtores de sonhos: ao realizarem seus objetivos, eles também proporcionam a muitas outras pessoas, direta ou indiretamente, a oportunidade de concretizarem suas metas.

O Espírito Santo e o Brasil precisam de empresários com o dinamismo, a força empreendedora, a visão estratégica e o equilíbrio na tomada de decisões demonstrados ao longo dos anos por Jônice Tristão. Necessitamos de pessoas como ele, que não se deixam vencer por dificuldades e não desanimam diante de obstáculos, por maiores que sejam.

São eles que resgatam a valorização das atividades produtivas, ajudando a construir um país mais competitivo, com uma economia mais eficiente, e a superar nossos problemas crônicos, como as desigualdades sociais. Parabéns a Jônice Tristão, um empresário que orgulha o Espírito Santo, pela justa e oportuna homenagem que recebe hoje em Londres.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não há identidade nacional sem fomento à cultura. Por isso, gostaria de enaltecer o esforço da Fundação Nacional de Artes (Funarte), no sentido de resgatar o Projeto Pixinguinha, uma das mais respeitáveis iniciativas de fomento cultural já realizadas por uma instituição pública no Brasil.

De todas as formas de expressão artística deste nosso país-continente, a música, sem dúvida, figura como uma das mais importantes, tanto pela sua diversidade quanto pela qualidade dos nossos compositores, instrumentistas, intérpretes e arranjadores. Por sua qualidade, a música brasileira conta com reconhecimento internacional, apresentando um padrão de excelência admirável, raro e cativante.

Por essas e outras razões, as composições brasileiras são apreciadas em países como França, Japão, Estados Unidos e Argentina, entre tantos outros, muito embora a divulgação de música de qualidade, em nosso País, enfrente dificuldades em razão da escolha de alguns produtores e distribuidores voltada para o gênero descartável de música-produto, de apelo exclusivamente comercial.

Diante desse quadro, o que pretende o Projeto Pixinguinha? Quais as razões do seu sucesso, ao longo de mais de duas décadas? Por que sua manutenção é percebida como útil e importante pelo público e também pela crítica?

A partir de 1977, o Projeto Pixinguinha ocupou-se de divulgar novos valores da música brasileira, tendo resgatado a carreira de importantes artistas nacionais que estavam afastados do convívio com o público.

Na década de 20, Alfredo Vianna da Rocha Júnior, o Pixinguinha, virtuoso flautista, compositor, maestro e arranjador, trabalhou na divulgação da música brasileira na Europa, juntamente com o grupo “Os Oito Batutas”. O artista, considerado o criador das bases da música brasileira, foi homenageado ao ser escolhido para dar nome ao Projeto Pixinguinha, que durou de 1977 a 1997, paradoxalmente, este último, o ano em que Pixinguinha completaria 100 anos, se vivo estivesse.

A finalidade do projeto é divulgar, em todo o imenso território nacional, o trabalho de artistas representativos da inigualável qualidade da música brasileira. Muitos entre esses músicos, a despeito de sua relevância para a cultura nacional, não encontram canais para divulgar sua produção junto ao grande público, fato que lhes impõe dificuldades para a sobrevivência artística e material.

Graças ao projeto, ressurgido com vigor em 2004, novos e antigos valores da música brasileira passaram a excursionar pelo País, apresentando-se a públicos entusiasmados, que puderam assistir a espetáculos de alto nível a preços acessíveis. Nada menos que 12 caravanas de músicos cruzaram o Brasil, apresentando-se em 38 cidades de 26 Estados, em um total de noventa e uma apresentações, para um público total estimado de 57 mil pessoas.

A iniciativa governamental contou com o resolutivo apoio das Secretarias de Cultura dos Estados e de empresas como a Varig e a Petrobras, tradicional patrocinadora do Projeto, que o bem demonstra a viabilidade de ações em que o Governo Federal atua junto aos poderes locais, com o indispensável auxílio de empresas públicas e da iniciativa privada.

Vale lembrar que projetos da qualidade de um Pixinguinha, para muito além da divulgação de ar-

tistas, contribuem para a geração de empregos na área cultural. Nesse sentido, os números do Projeto são eloqüentes: na edição do ano passado, a Funarte recebeu nada menos que 1.557 inscrições para postos de trabalho e selecionou 131 candidatos – 87 por concurso e 44 indicados pelas Secretarias de Cultura estaduais.

SRA.s e Srs. Senadores, gostaria de lhes dar o meu testemunho – na condição de Senador por Roraima e de pernambucano de origem – da importância de iniciativas como o Projeto Pixinguinha, sobretudo para os brasileiros que vivem longe dos principais eixos econômicos e culturais do nosso País.

Digo-lhes isso porque, nos dias 29 de setembro, 29 de outubro e 1º de dezembro de 2004, as caravanas de artistas, excursionando pela Região Norte, estiveram em Boa Vista, capital do Estado que represento nesta Casa, brindando a audiência do Palácio da Cultura com apresentações inesquecíveis.

Em 2005, o Projeto Pixinguinha será estendido a mais cidades no Brasil e, também, a cidades do Mercosul, com espetáculos envolvendo músicos da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, em todos os países do bloco econômico. A iniciativa é muito bem-vinda e contribui para estimular o intercâmbio cultural, ainda incipiente, na América do Sul.

SRA.s e Srs. Senadores, longa vida ao Projeto Pixinguinha é o que deseja o Senado Federal, que deve abrir espaço em seu canal de TV para divulgar os espetáculos e entrevistar os artistas. O Projeto Pixinguinha, com todo o mérito, já faz parte do patrimônio cultural brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, nesta quinta-feira, dia 17 de março, terei a honra de participar de um evento pioneiro no Brasil, a instalação da primeira Vara Federal do Idoso no país, em Maringá, querido município do meu Estado. Com esta iniciativa, fruto do empenho do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região e da Justiça Federal do Paraná, os idosos da região de Maringá terão atendimento mais ágil.

A Vara Federal do Idoso atenderá causas propostas por pessoas com mais de 60 anos, abrangendo as causas de competência da Justiça Federal de Maringá e também as causas relativas ao Sistema Financeiro de Habitação.

Segundo as estimativas da Justiça Federal, em Maringá, existem cerca de 1,7 ações propostas por idosos, relacionadas, principalmente, a solicitações de concessão e revisão de aposentadoria junto ao INSS.

É uma conquista muito importante para o Paraná e que, certamente, será exemplo para as demais regiões do Brasil, tornando o atendimento ao idoso mais adequado.

A Vara Federal do Idoso contará com servidores que estão recebendo treinamento para oferecer atenção diferenciada aos idosos, o que facilitará o contato com o público durante o atendimento.

Gostaria de parabenizar a Justiça Federal do Paraná e o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região pela iniciativa e, em especial, a Justiça Federal em Maringá pelo empenho em transformar este projeto em realidade. A Vara Federal do Idoso é um exemplo importante do acesso à cidadania que demonstra o compromisso da Justiça brasileira com a inclusão social.

Outra iniciativa que diferencia a Vara Federal do Idoso é o atendimento a ações referentes ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Em Maringá, são 1000 ações relacionadas ao SFH, que são propostas por pessoas que financiam suas casas próprias na Caixa Econômica Federal, mas acabam perdendo o imóvel por não conseguirem pagar as prestações.

O atendimento especializado é uma solução inteligente para agilizar a tramitação das ações, pois as Varas especializadas reúnem processos semelhantes, padronizam os procedimentos e contam com servidores especialistas no assunto tratado.

Que todos conheçam estas iniciativas e se espelhem em exemplos como estes, fundamentais para a transformação da realidade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores,

DO SENADOR FRANCISCO PEREIRA (PL – ES)

Senhor Presidente, Senhores Senadores,
Senhoras Senadoras,

O Espírito Santo, nestas últimas semanas, sofreu as conseqüências das chuvas fortes que cobriram o Estado, em uma verdadeira e dolorosa situação de calamidade pública.

Trinta, Sr. Presidente, foi o número de municípios que decretam situação de emergência em função dos estragos causados pela chuva: centenas de desabrigados.

Nos últimos dias, pelo menos 5 mil quilômetros de estradas já foram danificadas.

7 estradas foram obstruídas pelas quedas de barreiras em vários pontos, além de problemas em dezenas de pontes.

Os pecuaristas encontram dificuldades para escoar a produção.

Nos últimos dias, mais de 500 mil litros de leite deixaram de ser entregues.

Já se calcula o prejuízo de 4,5 milhões de reais ao Espírito Santo.

Muitas famílias ficaram desabrigadas em municípios do Estado. Eles sofreram sérias dificuldades. Só em Fundão, por exemplo, aproximadamente 30 pessoas ficaram em abrigos improvisados montados com varais, lençóis e lona no ginásio de esportes, de acordo com os noticiários locais.

Em Vila Velha grandes transtornos foram causados com alagamentos e buracos em muitos bairros. Imaginem o desespero e a dor de várias famílias capixabas que viram seus móveis levados, que viram suas casas sendo destruídas. Quantos desabrigados estão se somando a cada dia com as chuvas fortes?

E as estradas? Em Cariacica crateras tomaram conta de ruas, dificultando a passagem de pedestres e impossibilitando o trânsito de automóveis.! O esgoto transbordou e alagou as ruas, muitas pessoas ainda enfrentaram o mau-cheiro.

A cheia do rio Itapemirim deixou centenas de famílias ilhadas no interior de Itapemirim, no Sul do Estado. Todas as ruas de acesso à região ficaram alagadas e para chegar ao local, só era possível por meio de barcos. A igreja da região serviu de abrigo para algumas famílias que resolveram abandonar suas casas. As aulas na escola foram suspensas. Um caminhão que transportava dez trabalhadores para uma lavoura de cana no interior da cidade/ passava no instante em que a água rompeu o asfalto/e por pouco o veículo não mergulhou na cratera./

Por causa deste triste cenário,/ venho hoje,/ nesta tribuna, Sr. Presidente,/ pedir atenção às Prefeituras./

O Governo Federal e o Governo Estadual têm de trabalhar no sentido de socorrer/ todos aqueles que estão enfrentando os males das enchentes./

Além dos males da destruição e acidentes,/ ainda enfrentamos as várias doenças que as águas pluviais podem trazer como conseqüências à população,/ como: a leptospirose, a Hepatite A, a Febre tifóide, o tétano, entre outras.

Clamo aos Governos Federal e Estadual/ para que,/ com ações de emergências,/ possam diminuir a destruição causada no estado./ Famílias perderam tudo o que tinham./ Durante os temporais, a fiação elétrica também foi atingida, com a queda de árvores./

Os alimentos cedidos pelas prefeituras estão racionados,/ além de faltar energia elétrica, gás de cozinha, colchões e segurança./

Peço, também,/ a atenção ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte/ para as estradas que cortam o Estado e que enfrentam problemas de

queda de barreiras, obstrução da pista, alagamentos e buracos./ Em pontos importantes, como na rodovia estadual que liga Itapemirim a BR 101 Sul,/ a estrada cedeu e ficou interditada./ Por isso, aqui nesta tribuna,/ chamo a atenção para a questão da infra-estrutura que está sendo abalada, e que precisa ser recuperada e tratada com urgência./

Um ponto considerado de risco na BR 101 Sul/ é o quilômetro 463 da rodovia, onde há um registro de início de deslizamento, que provocou um ressalto de cinco centímetros na pista./ A Polícia Rodoviária Federal afirmou que os problemas na Rodovia se estendem desde o quilômetro 411,/ na altura do município de Itapemirim,/ até a divisa com o Rio de Janeiro.

No sul do Estado,/ a chuva já afetou a maior cooperativa de leite do Espírito Santo./ Solicito que a Secretaria de Agricultura nos apóie no auxílio aos municípios na recuperação das estradas municipais./

Outra situação que precisa ser trabalhada emergencialmente, Sr. Presidente,/ é a questão da Leptospirose que já afeta várias municípios./ Peço atenção especial, para o combate da doença, à Secretaria Estadual de Saúde,/ que já registrou, em todo o Estado, Sr. Presidente,/ de janeiro até agora,/ 78 casos da doença,/ com 13 confirmações. Os municípios com maior número de notificações são/ Santa Teresa,/ com 16 casos; Vitória e Cariacica/ com oito registros cada um; Vila Velha/ com seis/ e agora o sexto caso de suspeita de leptospirose aparece em João Neiva./ Peço atenção desta Secretaria.

Precisamos colocar em ação, urgentemente, ações de prevenção da doença e a distribuição de medicamentos para tratar os residentes dos municípios afetados pela chuva.

Ações da secretaria de Saúde do Estado como a distribuição de comprimidos divididos entre antibióticos, antiinflamatórios, analgésicos, antitérmicos, antiparasitários, anti-hipertensivos, antiasmáticos, soros para hidratação e para o tratamento da água são fundamentais para o combate à doença.

Finalizo aqui o meu discurso Sr. Presidente, pedindo o apoio dos Sr. Governos, Federal e Estadual, das Secretarias de Saúde e do Departamento de Transportes emergenciais dos problemas, que hoje meu Estado, vem sofrendo com as tempestades.

Solidarizo-me com todas as famílias que estão sofrendo as conseqüências das chuvas fortes. Hoje, no cargo de Senador da República, no papel de portavoze do povo capixaba, espero ter contribuído ao interceder por aqueles que bradam por socorro em uma triste situação causada por este acidente natural.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e

Srs. Senadores, nas últimas semanas o Brasil inteiro ouviu falar da desocupação de uma área urbana em Goiânia, na área chamada Parque Oeste Industrial. Uma ação que acabou em pelo menos duas mortes e mais de 40 feridos, alguns muito graves, que ficarão com seqüelas físicas para o resto da vida.

Semana passada estive em Goiânia junto com membros da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito de Reforma Agrária e Urbana, a CPI da Terra, participando de audiências públicas com representantes do Governo goiano, dos sem teto e de organizações não governamentais.

Os depoimentos que ouvimos foram dramáticos. A impressão que tiramos das audiências é que os desdobramentos da operação foram muito mais graves do que o divulgado pela imprensa. Ex-ocupantes da área denunciaram tortura, espancamentos e até outras mortes, ainda não confirmadas.

A primeira providência da CPI foi atender a uma reivindicação da Igreja Católica para federalizar as investigações sobre a desocupação, que estão paradas, como se nada tivesse ocorrido. Nem as armas usadas pelos policiais no dia da desocupação, que causaram as mortes, foram periciadas.

A federalização das investigações será colocada em pauta na próxima reunião da CPI da Terra, quinta-feira. Se aprovada, as investigações passarão à responsabilidade da Polícia Federal.

O relator da CPI, Deputado João Alfredo, saiu de Goiânia convencido de que houve violação de direitos humanos, antes e durante a desocupação. Ele criticou com veemência o secretário de segurança de Goiás, que considera um sucesso a operação que resultou em duas mortes.

O problema dos sem teto em Goiânia continua grave. Centenas de pessoas tiradas da área estão amontoadas em ginásios de esporte, num cenário que lembra acampamentos em países vítimas de catástrofes ou de guerra civil. Essas pessoas estão há mais de 15 dias vivendo sem condições ideais de alimentação, de descanso e higiene.

A situação que vivem hoje esses sem teto, assim como a tragédia da desocupação, é resultado de uma ação demagógica do Governo de Goiás que, durante a campanha eleitoral do ano passado, estimulou os invasores a continuarem na área, investindo todas as suas economias em casas que agora foram derrubadas.

Nas audiências da semana passada representantes dos sem teto mostraram gravações onde autoridades do Estado, inclusive o governador, garantiam a desapropriação da área, estimulando os invasores a construir ali suas casas. O Governo de Goiás, além de não tomar as medidas necessárias para acabar com

a invasão no início, levando as famílias para outras áreas, ainda estimulou uma ação que era irregular e que, desde setembro, estava com ordem de despejo autorizada pela Justiça.

Foi um ato irresponsável definido pela revista **Veja**, há duas semanas, como “a demagogia que mata”. Hoje, os sem teto, que acreditaram no Governo, estão sem as casas, sem suas economias, vivendo de favor em ginásios de esporte como se fossem sobreviventes de guerra.

É preciso sim que essa investigação seja federalizada para que os culpados por essa tragédia sejam não somente identificados, como punidos pelos prejuízos, pelas mortes e pelas seqüelas trágicas de moradores, alguns que irão amargar paralisia para o resto de suas vidas.

O caso do Parque Oeste Industrial é também o retrato da falta de uma política habitacional em Goiás. Há seis anos que não se tem notícia de investimentos nessa área no Estado. A demanda aumenta, o Estado não age, e vai se criando situações graves como a do Parque Oeste Industrial.

Já passa da hora de Goiás e o Brasil voltarem seus olhos para os problemas da habitação. De acordo com o Ministério das Cidades, o déficit habitacional no Brasil hoje chega a cerca de 8 milhões de moradias. O Presidente Lula já disse que 2005 será o ano da habitação, mas é preciso que os estados também invistam nesse setor.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem colhido uma supersafra de boas notícias para o País nos últimos dias. Indicadores nos mais variados setores demonstram com clareza que o Brasil está no rumo certo. Se foi necessário no início do Governo fazer ajustes e reformas tantas vezes adiadas, a hora da colheita agora chegou, com o País retomando o ritmo de crescimento.

Primeiro foi do anúncio do crescimento recorde da indústria, de 8,3% em 2004. O melhor resultado conquistado desde 1986, no auge da euforia gerada pelo Plano Cruzado. A diferença é que agora este crescimento é sólido, fruto do aumento da produção das fábricas instaladas no Brasil.

Em 2004, a indústria automobilística cresceu 27,6%. A fabricação de celulares aumentou mais de 30%. Os fabricantes de eletrodomésticos produziram quase 20% a mais.

Esta semana, outra bela notícia: a confirmação do crescimento do PIB de 5,2%, o melhor resultado desde 1994, conquistado, à época, sob a euforia do Plano Real. Também neste caso, diferentemente de

1994, trata-se agora de um crescimento sólido, obtido num ambiente de superávit comercial, de inflação sob controle, com crescimento da oferta de empregos, sem “euforias”, com os pés no chão.

As exportações também bateram um recorde histórico. Mais de 100 bilhões de dólares nos últimos 12 meses. E com previsão de 105 bilhões para o ano de 2005. A inflação, de acordo com dados da Fipe divulgados ontem, se mostra, mais do que nunca, sob controle.

Na agricultura, o Ministro Roberto Rodrigues acaba de anunciar um pacote de medidas que vai amenizar essa questão a crise do setor.

Anteontem, num encontro ocorrido em Rio Verde, no sudoeste de Goiás, com mais de sete mil produtores, o ministro anunciou a liberação de 3 bilhões de reais para comercialização da safra e para financiamentos de estocagem de algodão, milho, soja, arroz e trigo.

Nesse mesmo dia, anunciou a prorrogação do prazo para pagamentos de dívidas, deixando muito clara a disposição do Governo Lula de atender ao setor produtivo agrícola.

Nesse setor, é preciso avançar mais. Fazer valer a política de garantia de preços mínimos para evitar o que aconteceu este ano, com os custos de produção ficando acima do valor de comercialização. E ainda regulamentar o seguro rural.

Mas não tenho dúvidas de que, com os sinais dados pelo presidente e com o empenho do Ministro Roberto Rodrigues, chegaremos a um ponto muito próximo do ideal.

Na verdade é um conjunto de boas notícias que, analisadas em conjunto, mostram um novo momento no Brasil. Um momento de estabilidade, mas de crescimento e geração de empregos.

Talvez seja por isso que setores da oposição, equivocadamente mais preocupados com a eleição de 2006 do que com o País, tentam desviar o foco das discussões, inventando problemas e polêmicas onde não existem. Tentando criar um clima de instabilidade e de animosidade que o povo brasileiro dá mostras sucessivas de repudiar.

Deixando essas questões menores de lado, o Governo segue seu rumo, trilhando o caminho de suas metas e de seus objetivos, que é de construir um País estável, mas com justiça social.

Antes de encerrar, gostaria de cumprimentar o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pela decisão de não referendar o aumento salarial para o Congresso Nacional, que está sendo gerenciado por um grupo de parlamentares.

Essa discussão, além de prejudicar a imagem do Congresso, não interessa ao País. A nossa prioridade, o foco do Governo e do Congresso, deve ser o de consolidar as mudanças que estão em curso, para que o Brasil se firme no caminho do crescimento sustentado, estável e justo com todos os brasileiros.

Gostaria também de cumprimentar a agradecer ao Presidente Lula, que ontem autorizou a liberação de 257 milhões de reais para que a Infraero construa o novo aeroporto de Goiânia. Uma obra federal há muito tempo esperada, que irá ampliar e muito o turismo de negócios em Goiânia e em Goiás, aumentando a circulação de divisas e a geração de empregos.

Muito obrigado.

Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às SRA.s. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às dez horas, as matérias constantes da pauta de hoje e, adicionalmente, os Requerimentos nºs 74, 75, 103 e 104, de 2005.

ORDEM DO DIA Às 11:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(*Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004*)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe

sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Ideli Salvatti

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.* (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*, tendo

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000,

na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*.

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

Parecer favorável sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.3371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil*.

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o artigo 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores*.

Parecer favorável sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

16

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

17

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

18

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos

de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

19

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

20

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

21

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Silhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

22

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

23

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 74, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desa-

pensamento do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, a fim de que tenham tramitação autônoma.

24

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 34 e 49, de 2004, por regularem a mesma matéria.

25

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

26

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 103, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 227 e 312, de 2004, por regularem a mesma matéria.

27

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 104, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005 – Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres (aguardando indicação)	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
Defesa do aumento de 1% no índice de repasse do Fundo de Participação dos Municípios.	214	Registro de artigo publicado no jornal Correio Braziliense, edição de 06 de março de 2005, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Correa, intitulado “Quem fala demais dá bom dia a cavalo”.	349
Parecer Nº 98, de 2005, da Comissão e Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 98, de 2005, (nº 109/2005, na origem do Presidente da República) que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Martinho Cândido Velloso dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	506	ALOIZIO MERCADANTE	
ALBERTO SILVA			
Apresenta soluções para minorar as consequências da seca no Nordeste.	44	Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	66
Sugestões para o combate à seca no Nordeste e no Rio Grande do Sul.	342	Pedido de acatamento do parecer quanto à questão do contrabando de diamantes.	67
Justificativas a requerimento que solicita à Agência de Correios e Telégrafos a criação de selo comemorativo pelo transcurso dos 182 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida no Piauí entre as tropas portuguesas e brasileiras.	418	Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	76
Requerimento Nº 150, de 2005, que requer seja oficiado ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos proceda os estudos com o intento de lançar selo Comemorativo deste notável feito heróico.	427	Requerimento Nº 133, de 2005, que requer nos termos do artigo 233 do Regimento Interno que seja apresentado Voto de Censura ao Sr. Pascal Lamy, ex- Comissário Europeu para o Comércio e atual candidato à direção-geral da OMC, por suas declarações no sentido de que as florestas tropicais sejam consideradas “bens públicos mundiais”.	87
ALMEIDA LIMA			
Cita a leitura de um artigo para debate do tema do rombo orçamentário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	206	Destaca a questão do microcrédito na discussão das medidas provisórias.	88
Defesa da reestruturação do Poder Legislativo Federal, estadual e municipal, com redução numérica do número de representantes.	235	Considerações sobre a tramitação de medidas provisórias.	89
		Registro da visita, ao Senado Federal, de representantes do Governo Chinês.	160
		Requerimento Nº 149, de 2005, que requer, nos termos do artigo 74, inciso I, e do artigo 76 do Regimento Interno, seja criada Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de 3 titulares e 3 suplentes, com o intuito de acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor formas	

II

	Pág.		Pág.
de adensar as relações entre os parlamentos do nosso País e do Japão.	376	que vem em atendimento aos anseios da sociedade brasileira quanto ao acompanhamento das investigações acerca do assassinato da missionária Dorothy Stang, fato determinado a que se destina esta Comissão, conforme Ato nº 8, de 2005- SF, aprovado em 16-2-2005.	490
Considerações sobre os pronunciamentos dos Senadores Álvaro Dias e Demóstenes Torres, solicitando esclarecimentos sobre matéria da revista Veja, que denuncia doação de dinheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ao Partido dos Trabalhadores.	413	ANTERO PAES DE BARROS	
ALVARO DIAS		Comentários à matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, em 20 de janeiro de 2005, intitulada "Ordens são ordens".	215
Requerimento Nº 138, de 2005, que requer nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar por ocasião do falecimento, na data de ontem, do físico paranaense César Lattes, e a apresentação de condolências à família desse notável cientista.	118	Projeto de Lei do Senado Nº 77, de 2005 (Complementar), que proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo e outras não integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	497
Projeto de Lei do Senado Nº 63, de 2005, que altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, no fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.	122	Projeto de Lei do Senado Nº 78, de 2005 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	497
Projeto de Lei do Senado Nº 64, de 2005, que altera o art. 928 do Código de Processo Civil, de modo a tornar obrigatória a inspeção por parte do juiz de reintegração de posse a visitar a propriedade esbulhada sempre que envolver imóvel rural. .	124	Considerações finais sobre a homenagem prestada ao Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	541
Discute a aprovação da matéria sobre a questão dos Municípios e a reforma tributária como um todo. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho.	183	Registro de matéria publicada pelo jornal Diário de Cuiabá, intitulada "O PIB e as crianças indígenas".	566
Considerações sobre a importância da Região Metropolitana de Londrina.	212	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Considerações sobre a Marcha dos Prefeitos a Brasília.	285	Comenta a tramitação de medida provisória. ...	89
Considerações sobre prejuízos causados pela estiagem no Estado do Paraná.	312	Registra a preocupação quanto à urgência de resolução para votação das medidas provisórias. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	92
Críticas acerca da falta de saneamento básico no governo Lula.	353	Projeto de Resolução Nº 7, de 2005, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para permitir que o suplente vote se o autor da proposição for titular da comissão.	122
Críticas ao Governo Federal pela falta de recursos destinados à área da saúde.	353	Parecer Nº 93, de 2005, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 3, de 2005, nº 961/2004, na origem, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Eduardo Flores Vieira para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato da Excelentíssima Doutora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira".	131
Solicita esclarecimentos sobre matéria da revista Veja, que denuncia doações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) à campanha do Presidente Lula em 2002.	404	Considerações a respeito da questão do desvio de recursos pelo Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	193
ANA JÚLIA CAREPA		Considerações acerca do rombo financeiro que envolve a Petrobrás. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.	208
Requerimento Nº 154, de 2005, requer nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, a prorrogação dos seus trabalhos por mais dez dias, para tão somente a conclusão e deliberação do seu Relatório Final,		Comenta sobre a urgência na aprovação da reforma ministerial.	211

	Pág.		Pág.
		III	
Preocupação com a reforma ministerial.	436	Elogia o Senador José Serra pelas suas realizações enquanto Ministro da Saúde.	60
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	443	Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	65
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	523	Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	65
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
Projeto de Lei do Senado Nº 54, de 2005, que institui o Juizado Especial Cível da Mulher.	6	Critica a questão levantada pelo Senador Aloizio Mercadante sobre a medida provisória para defender os índios.	67
Comparecimento à abertura dos trabalhos da oitava Marcha dos Prefeitos em que se debateu o aumento da alíquota do fundo de participação dos municípios.	147	Considerações acerca do Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	74
Considerações sobre as arrecadações do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho.	183	Discute a relevância de medidas provisórias. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	91
Comenta acerca da questão do déficit relativo à Petrobrás. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	205	Requerimento Nº 134, de 2005, que solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasileira para seu deslocamento à cidade de S. Carlos, onde participou de encontro partidário promovido pelo PT.	116
Comemoração dos 150 anos de fundação da cidade de Aracaju.	420	Requerimento Nº 135, de 2005, que solicita Informações ao Ministro da Defesa, sobre suposto uso de aeronave da Força Aérea Brasileira para a participação do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de encontro partidário em São Carlos (SP).	116
Requerimento Nº 151, de 2005, que requer voto de aplauso em comemoração aos 150 anos de aniversário do Município de Aracaju.	427	Requerimento Nº 136, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do cientista brasileiro César Lattes.	117
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	529	Requerimento Nº 137, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao jornal Correio Braziliense, pelos três prêmios concedidos pela Society for News Design.	117
ARTHUR VIRGÍLIO			
Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres.	32	Comentários a editorial do jornal O Estado de S.Paulo, que estabelece paralelo entre o Governo Federal de Lula e o Governo Estadual do Governador Geraldo Alckmin.	152
Requerimento Nº 123, de 2005, que requer Voto de Aplauso à mulher brasileira, aqui representada pela servidora do Senado Federal, Sarah Abrahão.	35	Considerações sobre a discriminação contra a mulher.	189
Críticas à reforma ministerial anunciada pelo governo.	37	Comenta a questão do desequilíbrio dos fundos de pensão das estatais.	189
Registro de encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro da Defesa e ao Chefe da Casa Civil.	49	Registra a crítica ao governo pelo rombo orçamentário.	189
Requerimento Nº 128, de 2005, que requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da convocação de atirador do Exército para ministrar-lhe aulas de tiro ao alvo.	60	Critica o governo pela irregularidade dos fundos de pensão. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	201
Requerimento Nº 129, de 2005, que requer informações, ao Ministro da Defesa, acerca de negociações para a compra de cinco submarinos para a Marinha do Brasil.	60		

IV

Pág.	Pág.
<p>Discute sobre a responsabilidade da administração da Petrobrás. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. 210</p> <p>Requerimento Nº 147, de 2005, que requer voto de pesar ao Sr. Walmor Giavarina, ex-Deputado federal. 252</p> <p>Requerimento Nº 148, de 2005, que solicita, em aditamento ao Requerimento nº 128, de 8 de março de 2005, informações ao Sr. Ministro-chefe da Casa Civil sobre a convocação de atirador do exército para aulas de tiro ao alvo. 252</p> <p>Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, advogado Valmor Giavarina. 256</p> <p>Justificativa a requerimento de informação ao Ministro-Chefe da Casa Civil. 260</p> <p>Crítica a postura do Governo. Aparte ao Senador José Agripino. 260</p> <p>Celebra os vinte anos da redemocratização do Brasil. 451</p> <p>Requerimento Nº 155, de 2005, que requer Voto de Lembrança, pela passagem da data natalícia do Deputado Luiz Eduardo Magalhães. 491</p> <p>Requerimento Nº 156, de 2005, que requer Voto de Lembrança pelo transcurso do 30º aniversário de instalação do mandato do Dr. Tarcísio Maia no Governo do Estado do Rio Grande do Norte. .. 491</p> <p>Requerimento Nº 158, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre os gastos do programa Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde - Funasa. 492</p> <p>Requerimento Nº 159, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a atuação do Banco Central no processo de liquidação do Banco Santos. 492</p> <p>Encaminhamento à Mesa de dois requerimentos para criação de CPI. 510</p> <p>Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário. 532</p> <p>Requerimento Nº 160, de 2005, que requer nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente</p>	<p>público lotado na Casa Civil da Presidência da República. 544</p> <p>Requerimento Nº 161, de 2005, que requer nos termos do artigo 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o artigo 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todas as privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, instituído pelo Programa Nacional de Desestatização - PND (M.P. nº 115 e Lei nº 8.031/90) e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização. 546</p> <p>Transcrição de matéria publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo a respeito de realização, pela então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, de operação de crédito irregular para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente. 559</p> <p>AUGUSTO BOTELHO</p> <p>Projeto de Lei do Senado Nº 58, de 2005, que altera a redação do art. 1.211-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual aos deficientes em que a causa seja conexa com a deficiência, e para ajustar o benefício ao Estatuto do Idoso. 17</p> <p>Elogia a mulher e salienta seus direitos no dia Internacional da Mulher. 108</p> <p>Registro da visita, este ano, ao Brasil do Príncipe de Astúrias, Felipe de Borbón, e da princesa Letizia Ortiz. 277</p> <p>Ressalta comentários sobre a lei das parcerias público-privadas. 277</p> <p>Críticas à utilização excessiva de medidas provisórias pelo Poder Executivo. 570</p> <p>CÉSAR BORGES</p> <p>Projeto de Lei do Senado Nº 66, de 2005, que dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes. 173</p> <p>Questionamentos sobre a destinação de recursos federais para a área de saneamento básico, com base em dados de matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense, em 6 de março de 2005. 184</p> <p>Crítica as empresas estaduais no tratamento da questão do saneamento básico. 184</p> <p>Considerações sobre o referendo para o Estatuto do Desarmamento. 227</p>

	Pág.	V	Pág.
Registra apoio à aprovação da “PEC Paralela” citada por outros senadores. Aparte ao Senador Paulo Paim.	233	Considerações sobre o rombo da Petrobrás. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.	210
Requerimento Nº 153, de 2005, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais desta Casa, um Voto de Saudade ao eminente brasileiro Luís Eduardo Magalhães, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País.	475	Anuncia que o PFL convidará o ministro da Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix e o diretor da Abin, Mauro Marcelo Silva, para prestarem esclarecimentos sobre matéria da revista Veja, que denuncia doação de dinheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ao Partido dos Trabalhadores.	409
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	476	EDISON LOBÃO	
CRISTOVAM BUARQUE		Considerações sobre a reforma da Previdência.	258
Considerações sobre a crise política e social na Bolívia.	48	Requerimento Nº 162, de 2005, que requer seja aplicado o disposto no artigo 412, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para declarar a nulidade da decisão que resultou no arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1996, em razão de não se aplicar, no caso, o disposto no § 1º do artigo 332 do mesmo Regimento.	547
Posicionamento favorável à aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.	428	EDUARDO AZEREDO	
DELCÍDIO AMARAL		Requerimento Nº 126, de 2005, que requer nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1604, de 2004, que solicita o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004. ..	59
Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	69	Consternação pela queda do Brasil no ranking das Nações Unidas sobre o uso das tecnologias de informações.	231
Considerações sobre o déficit do fundo de pensão da Petrobrás.	201	Homenagem de pesar pelo falecimento do jurista mineiro Raul Machado Horta.	231
Discute a questão do déficit que envolve a fundação Petros.	202	Comenta sobre a votação da “PEC Paralela” na Câmara. Aparte ao Senador Paulo Paim.	234
Comenta a reputação da Petrobrás e cita a construção de plataformas. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.	209	Requerimento Nº 142, de 2005, que requer nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Raul Machado Horta, membro da Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou a Constituição Federal de 1988, falecido em 2 de março de 2005.	245
Registro das ações de política pública de gênero no Estado do Mato Grosso do Sul, por ocasião do transcurso da sessão, hoje, de homenagem do Dia Internacional da Mulher.	269	Parecer Nº 97, de 2005, sobre a Emenda, ao Projeto de Lei do Senado nº 54 apresentada perante a Comissão, no termo suplementar, do substitutivo.	363
Defesa da atuação do Ministro José Dirceu sobre irregularidades na utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira.	271	Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil.	465
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	456	Considerações sobre a homenagem prestada ao deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	534
DEMÓSTENES TORRES			
Critica a posição do Governo diante da situação precária do saneamento básico nacional. Aparte ao Senador César Borges.	185		

VI

	Pág.		Pág.
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS			
Análise das reivindicações dos prefeitos reunidos em marcha à Brasília.	155	Projeto de Lei do Senado Nº 68, de 2005, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar. .	175
Considerações sobre a reunião dos Prefeitos acerca do Fundo de Participação dos Municípios.	157		
Considerações acerca da marcha dos Prefeitos à Brasília.	388	FLÁVIO ARNS	
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	524	Parabeniza as mulheres pelo dia internacional das mulheres.	106
EDUARDO SUPLICY			
Regozijo pela eleição, no Uruguai, do Sr. Tabaré Vasquez.	160	Participação de S.Exa, no dia 17 de março próximo, em evento de instalação da primeira Vara Federal do Idoso no país, em Maringá, no Estado do Paraná.	575
Considerações sobre o episódio de pedido de renúncia do Presidente da Bolívia.	161	FLEXA RIBEIRO	
Sucessão feminina para a presidência da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	190	Elogia a postura do Ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	536
Comenta o estágio em que se encontra a reforma agrária no País.	264	FRANCISCO PEREIRA	
Considerações sobre o seqüestro no Iraque do brasileiro João José Vasconcelos Júnior.	264	Requerimento Nº 131, de 2005, que requer, nos termos do disposto do art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda os devidos pedidos de informações.	86
Registra o respeito aos senadores que prestam homenagem ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	537	Requerimento Nº 132, de 2005, que requer nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto nos Atos Declaratórios nº 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, da lavra do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de agosto de 2002 e, ainda que, a Caixa Econômica Federal é empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, as respectivas informações.	87
Solicita à Mesa, esclarecimentos sobre providências adotadas para que o Senado cumpra suas funções constitucionais, como de sabatinar os indicados para integrar o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e para que faça as indicações devidas, atendendo a pedido do Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal.	555	Condena falta de políticas urbanas e de segurança pública por parte dos governos federal e estadual.	239
EFRAIM MORAIS			
Considerações sobre o pronunciamento do presidente Lula acerca da Marcha dos Prefeitos. Aparte ao Senador João Ribeiro.	151	Repudia violência, após ser vítima de assalto. .	239
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	530	Situação de emergência no Estado do Espírito Santo em conseqüência das fortes chuvas que atingiram a região.	575
FERNANDO BEZERRA			
Projeto de Lei do Senado Nº 67, de 2005, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar.	174	GARIBALDI ALVES FILHO	
		Considerações sobre a utilização de medidas provisórias pelo Governo Federal.	272

	Pág.		Pág.
		VII	
			Pág.
Registra avanços no combate à seca no Nordeste. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	346	HELOÍSA HELENA	
Necessidade da limitação do poder do presidente da República na edição de Medidas Provisórias.	398	Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto os pressupostos de Relevância e Urgência.	70
Considerações sobre a fragilidade econômica e social dos Municípios e a seca no Nordeste.	400	Registra relatos do sofrimento de crianças indígenas.	78
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil.	467	Preocupações com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em Alagoas.	161
Lamenta a perda do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Mão Santa.	543	Comenta a posição do presidente Lula com relação às mulheres. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	190
GERSON CAMATA		Defesa da liberação de recursos destinados ao combate à seca no Nordeste, especialmente em Alagoas.	344
Homenagem ao empresário Jônice Tristão pelo recebimento de título de Personalidade do Ano 2005, pela Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra.	573	Cobra liberação de recursos para vítimas das secas.	416
GILBERTO MIRANDA		Críticas à escolha do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde. ..	518
Considerações acerca da legislação sobre os jogos de bingo.	103	HERÁCLITO FORTES	
HÉLIO COSTA		Parecer Nº 95, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 6, de 2005 (nº 24/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Bruno Pagnoccheschi, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas.	138
Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	77	Considerações sobre a questão dos municípios brasileiros. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	189
Ressalta a igualdade entre homens e mulheres no dia Internacional das Mulheres.	109	Comenta o rombo do dinheiro público. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	194
Comenta a questão das cidades que dependem diretamente do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador João Ribeiro.	151	Comenta o rombo orçamentário relativo à Petrobrás. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ...	202
Cobrança de recursos federais para manutenção das rodovias federais do Estado de Minas Gerais.	226	Questiona o destino das ações da Petros. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	203
Requerimento Nº 145, de 2005, que requer nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005 que, “Insera inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	251	Esclarece a diferença entre déficit atuarial e rombo orçamentário.	207
Críticas à Medida Provisória do Biodiesel. ..	383	Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	527
Encaminhamento de requerimento propondo uma comissão parlamentar mista de inquérito para promover investigações sobre a situação dos emigrantes ilegais brasileiros nos Estados Unidos, Japão e Europa.	514	IDELI SALVATTI	
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	529	Projeto de Lei de Conversão Nº 1, de 2005, (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004) que se encontra sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.	253

VIII

	Pág.		Pág.
Comenta o Projeto de Lei de Conversão Nº 1, de 2005, (Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.	253	Homenagem à lembrança do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	525
JEFFERSON PÉRES		JOSÉ AGRIPINO	
Projeto de Lei do Senado Nº 76, de 2005, que altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.	495	Divulga dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) sobre a mortalidade infantil entre crianças índias.	46
Preocupação com a reportagem de capa da revista Veja que faz denúncias sobre o dinheiro enviado pelas FARC's - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em doação a campanha do Partido dos Trabalhadores.	517	Críticas à redução de investimentos da Fundação Nacional de Saúde nos anos 2003 e 2004.	46
JOÃO CAPIBERIBE		Encaminha para votação o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	68
Comunica participação como palestrante, em fórum sobre preservação ambiental e desenvolvimento, no Fórum Empresarial de Investimento Brasil-Mercosul, realizado em Portugal.	392	Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	75
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil.	469	Considerações sobre o cumprimento do acordo entre os Senadores sobre as medidas provisórias em tramitação. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	93
JOÃO RIBEIRO		Considerações sobre a destinação dos fundos de pensão monitorados pelo Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	192
Posicionamento favorável à elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios e ao aumento da participação na receita tributária total da União.	150	Analisa a situação da Petrobrás sobre o rombo financeiro. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. .	207
Parabeniza o Senador Arthur Virgílio pelo seu discurso em homenagem à memória do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	538	Reflexões sobre as mortes de crianças indígenas no país.	259
Registro de reunião entre o Fórum Nacional da Pecuária de Corte e entidades que representam os pecuaristas no País.	562	Registra indignação com as mortes da população indígena diante das estatísticas.	260
JORGE BORNHAUSEN		Considerações sobre a falta de apoio à população carente pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.	263
Cobrança de esclarecimentos ao Governo Federal sobre reportagem publicada pela revista Veja sobre denúncia de doação de recursos pelas Farc's colombianas ao Partido dos Trabalhadores.	435	JOSÉ JORGE	
Cobrança de ações governamentais destinadas a minorar os problemas da seca no estado de Santa Catarina.	435	Projeto de Lei do Senado Nº 59, de 2005, que altera a Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965, para disciplinar a eleição de vereadores.	18
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	454	Considerações acerca da reforma ministerial anunciada pelo governo Lula.	29
		Críticas às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em atos públicos recentes. ...	154
		Discute o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho.	182
		Questionamentos a respeito do desempenho da Petrobrás.	332

	Pág.		Pág.
			IX
Cita a presença do presidente da Petrobrás o Sr. José Eduardo Dutra.	347		
Projeto de Lei do Senado Nº 74, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre o financiamento de campanha eleitoral nas eleições municipais. ..	379	Requerimento Nº 157, de 2005, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 81, de 2002 e 90, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005, por regularem a mesma matéria.	491
Considerações sobre os gastos com pessoal, do Governo Federal.	400	LEONEL PAVAN	
Solicita inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução 37, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon que fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas.	418	Solicitação de apoio à agricultura familiar, responsável pela quase totalidade da produção de Santa Catarina.	50
Estranheza com a suspensão, pelo Ministério da Educação da pesquisa sobre a participação de negros e pardos nas universidades federais brasileiras.	515	Considerações sobre matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense sobre os gastos do Governo Federal.	158
Manifesta protesto contra a nomeação para ministro da saúde do Ministro Ciro Gomes por ser fumante. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	519	Apoio às reivindicações dos participantes da oitava Marcha dos Prefeitos.	158
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	521	Comemoração do centésimo quinquagésimo quarto aniversário do município de Joinville, em Santa Catarina, no dia 9 de março de 2005.	277
Elogia a atuação do Deputado Luís Eduardo Magalhães quando liderava na área de educação.	521	Comentários ao artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 07 de 2005, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, intitulado "O discurso atravessado".	347
Esclarece ao Senador Eduardo Suplicy que já se está discutindo na Comissão de Constituição e Cidadania as regras a respeito de como serão feitas as indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tanto as dos Tribunais Superiores quanto as do próprio Senado.	556	Agradecimento ao Governo Federal, em nome da comunidade de Criciúma, por aparelho destinado ao setor de radioterapia do Hospital São José.	520
Saúda a decisão do Supremo Tribunal Federal que rejeitou a chamada ADIN a favor do retorno do monopólio do petróleo.	557	Registra homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	541
JOSÉ SARNEY		LÚCIA VÂNIA	
Considerações sobre os vinte anos da redemocratização do Brasil.	457	Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	473
Elogia a postura do ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	534	Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	540
JUVÊNCIO DA FONSECA		LUIZ PONTES	
Comenta resultado de pesquisa de opinião que revela a perda de confiança da população no desarmamento como fator de combate à violência no país. ..	236	Parecer Nº 96, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio O Povo Ltda., atualmente denominado Empresa Jornalística O Povo S. A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	359
LEOMAR QUINTANILHA		LUIZ OTÁVIO	
Projeto de Lei do Senado Nº 60, de 2005, que permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior.	20	Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	528

X

	Pág.		Pág.
MAGUITO VILELA			
Homenagem de pesar pelo assassinato da estudante Maria Cláudia Del'Isola. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	26	Elogia o Senador Paulo Paim comparando à figura de Martin Luther King. Aparte ao Senador Paulo Paim.	386
Requerimento Nº 124, de 2005, que requer nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Luciana de Sousa Vilela e Érica de Sousa Vilela, apresentando condolências à família.	35	Considerações sobre a democratização do país numa crítica aos impostos determinados pelo Governo.	390
Contesta a votação do projeto de Fundo de Participação dos Municípios.	52	Críticas às elevadas tarifas públicas impostas pelo Governo Federal.	391
Considerações sobre projeto de lei de autoria de S.Exa. que criminaliza a atividade dos bingos.	158	Considerações sobre a Batalha de Jenipapo entre Portugal e Brasil. Aparte ao Senador Alberto Silva.	419
Registra elogio ao presidente da Petrobrás.	212	Reinvidica recursos para amparar crianças carentes. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	429
Considerações em favor do Projeto de Lei de Conversão 1, de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMP-PO.	242	Comentário ao discurso da Senadora Heloísa Helena sobre a escolha do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde. ...	520
Exaltação ao crescimento da economia brasileira.	576	Comenta a atuação do ex-deputado Luís Eduardo Magalhães.	541
Defesa de federalização das investigações sobre a desocupação da área chamada Parque Oeste Industrial, em Goiânia.	576	MARCELO CRIVELLA	
MÃO SANTA			
Esclarece quanto ao tratamento da doença da psoríase e defende a colocação do Senador Romeu Tuma. Aparte ao Senador Romeu Tuma. .	28	Projeto de Lei do Senado Nº 55, de 2005, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.	13
Comentários sobre matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense sobre os gastos do Governo Federal.	145	Projeto de Lei do Senado Nº 56, de 2005, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências. ...	14
Crítica o Governo pela falta de controle adequado dos impostos quanto à questão dos municípios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	188	Homenagem à bancada feminina no Senado pelo Dia Internacional da Mulher.	34
Considerações quanto à Petrobrás e quanto ao papel da mulher. Aparte ao Senador Sérgio Guerra.	208	Projeto de Lei do Senado Nº 69, de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)".	246
Crítica o Governo quanto à questão da segurança pública. Aparte ao Senador Francisco Pereira.	240	Situação da saúde pública no Rio de Janeiro. .	261
Considerações sobre a crise das empresas aéreas no Brasil. Aparte ao Senador Sibá Machado.	269	Reivindicação de recursos orçamentários para a área de saúde do estado do Rio de Janeiro.	437
Elogia a atuação do Senador Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	270	Crítica a declaração do Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, de que o governo pretende reduzir a relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB).	403
Ausência de investimentos do Governo Lula para o setor de saneamento básico.	273	MARCO MACIEL	
Comenta a condição precária da saúde pública no Brasil. Aparte ao Senador Álvaro Dias. ...	355	Requerimento Nº 140, de 2005, que requer na Hora do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain, dentre as comemorações que tiveram início este ano.	177
		Celebra os vinte anos da redemocratização do Brasil.	447

	Pág.		Pág.
Homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	531	de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.	377
MOZARILDO CAVALCANTI		Pede maior atenção do governo para a população vítima da seca no nordeste.	398
Requerimento Nº 127, de 2005, que requer nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 127 e nº 192, ambos de 2004, por tratarem da mesma matéria.	59	Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	471
Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	73	Proposta de Emenda à Constituição Nº 6, de 2005, que altera os arts. 52, XI, e 164 da Constituição Federal para instituir mecanismos de nomeação e destituição do Presidente e diretores do BACEN.	501
Homenagem às mulheres, especialmente as da Amazônia, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.	94	OSMAR DIAS	
Registra a reivindicação dos prefeitos pela liberação de recursos para os Municípios.	187	Defesa do reajuste do índice no Fundo de Participação dos Municípios.	148
Critica a competência de legislação pelo Tribunal Superior Eleitoral quanto aos gastos com as Câmaras Municipais. Aparte ao Senador Almeida Lima.	236	PAPALÉO PAES	
Protesto contra sugestões do ambientalista Pascal Lamy, para o controle a exploração de riquezas da Amazônia.	257	Requerimento Nº 125, de 2005, que requer nos termos do artigo 50, Parágrafo 2º da Constituição Federal e do Artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários em favor dos servidores dos ex-Territórios, visando promover a equivalência salarial entre os servidores dos ex-Territórios e o Serviço Público Federal.	35
Comenta os efeitos da falta de saneamento básico em populações indígenas. Aparte ao Senador Mão Santa.	275	Comenta a imagem histórica da mulher pelo combate à discriminação.	105
Prejuízos causados pela exigência de apresentação do atestado de vacinação contra a febre amarela na fronteira entre a cidade venezuelana de Santa Helena de Uiarén e a cidade de Pacaraima/RR.	340	Preocupação com as mortes decorrentes de doenças cardiovasculares no Brasil, apesar da excelente atuação dos centros de tratamento.	572
Comenta a implantação de saneamento básico para aldeias indígenas. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	354	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Defesa do desenvolvimento de Roraima com a preservação das terras indígenas.	393	Elogia o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães pelas suas qualidades. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	536
NEY SUASSUNA		PAULO OCTÁVIO	
Solicitação de providências ao governo para amenizar os efeitos da seca na Paraíba.	31	Homenagem de pesar pelo assassinato da estudante Maria Cláudia Del'Isola.	25
Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	70	Solicitação de apoio para campanha de combate à violência contra a mulher.	25
Projeto de Lei do Senado Nº 73, de 2005 – Complementar, que altera a Lei nº 4.595, de 31		Registra os 20 anos de fundação do Partido da Frente Liberal.	412
		PAULO PAIM	
		Homenagem a todas as mulheres que sofrem de violência doméstica.	55

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado Nº 62, de 2005, que altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.	119	Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	76
Projeto de Resolução Nº 6, de 2005, que cria a Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público do Senado Federal.	120	Projeto de Lei do Senado Nº 61, de 2005, que altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, modificando a redação do § 1º do art. 55, que trata sigilo das denúncias formuladas ao TCU.	118
Recebimento de visita de prefeitos do Rio Grande do Sul para reivindicar intercessão de S.Exa. junto ao Governo Federal por recursos destinados a socorrer os municípios atingidos pela seca.	142	Projeto de Lei do Senado Nº 71, de 2005, que acrescenta o art. 541- A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial.	321
Homenagem à bancada feminina do Plenário pelo Dia Internacional da Mulher.	144	Projeto de Lei do Senado Nº 72, de 2005, que fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública.	322
Considerações sobre o discurso do Senador Mão Santa em homenagem às mulheres. Aparte ao Senador Mão Santa.	146	Propostas do Governo do Rio Grande do Sul para minimizar os prejuízos causados pela estiagem naquele Estado.	324
Questionamentos sobre a votação, pela Câmara dos Deputados, da “PEC Paralela” à Reforma da Previdência.	232	Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	445
Requerimento Nº 144, de 2005, que requer nos termos do art. 255, II, “C”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal que, após tramitação no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seja o PDS nº 602/2004 remetido à Comissão de Assuntos Sociais por tratar, concorrentemente, de assunto pertinente à competência daquela Comissão.	251	Projeto de Lei do Senado Nº 79, de 2005, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.	498
Solicita transcrição do artigo do articulista Luís Nassif, sobre a necessidade de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.	335	Projeto de Lei do Senado Nº 80, de 2005, que dispõe sobre o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação no âmbito do Mercosul.	499
Considerações sobre a política salarial do Brasil.	336	Considerações sobre a pessoa política e de carisma que era o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	535
Visita do Presidente Lula às regiões atingidas pela seca nos estados do sul.	336	Comenta a importância da questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Suplicy sobre grande responsabilidade do Senado com relação a formação do Conselho Nacional de Justiça.	556
Comenta a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.	385		
Homenagem ao Dia da Poesia.	385	RAMEZ TEBET	
Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, na Comissão de Educação.	511	Discute a relevância de medidas provisórias. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	91
Defesa do acordo para a votação de PEC Paralela da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados.	511	Apelo ao Governo Federal para adoção de medidas de apoio aos produtores rurais do Estado do Mato Grosso do Sul.	162
Reajuste dos aposentados e pensionistas. .	511	Comenta a situação das crianças indígenas. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.	264
Comenta acerca da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Aparte ao Senador José Jorge.	516	Considerações sobre a posição da mulher na sociedade. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ..	270
PEDRO SIMON		Considerações sobre a questão das medidas provisórias. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	273
Projeto de Lei do Senado Nº 57, de 2005, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências. ...	15		

	Pág.		Pág.
		XIII	
Analisa a situação da sociedade carente e os gastos na cidade do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Tião Viana.	316	Comenta sobre o desarmamento e a segurança dos cidadãos. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	238
Reivindicações da oitava Marcha dos Prefeitos em Brasília.	319	Cobrança de esclarecimentos quanto à questão dos crimes praticados pelas Farcs. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	518
REGINALDO DUARTE		Elogia o comportamento ético e moral e a visão política do líder Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador José Jorge.	521
Registro do recebimento de correspondência do Professor Marcelo Gurgel, titular e coordenador do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Ceará - UECE, intitulada "Universidade Federal do Cariri, digo, de Caruaru".	216	Elogia a postura do Senador Arthur Virgílio ao homenagear o ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	538
Defesa da adoção de medidas destinadas a minorar os problemas decorrentes da seca na região Nordeste do Brasil.	229	Homenagem pelo transcurso do Dia do Bibliotecário.	557
RENAN CALHEIROS		ROMERO JUCÁ	
Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	442	Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005, quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	74
Requerimento Nº 152, de 2005, que requer nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que a Hora do Expediente da sessão de amanhã, dia 16 de março, seja destinada a homenagear a memória do Deputado Luís Eduardo, que, se vivo estivesse, completaria, nessa data, cinqüenta anos de idade.	474	Considerações sobre o crescimento do comércio exterior no Brasil.	106
ROMEU TUMA		Considerações sobre compêndio, publicado pela Ação Empresarial, intitulado "Crescimento e Reforma Tributária: Ação para o Crescimento Sustentado".	213
Defesa do acesso da população aos novos remédios de combate à Psoríase.	27	Requerimento Nº 143, de 2005, que requer nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 1999, que "Acrescenta parágrafo único ao artigo 882 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452/43".	251
Discute o Requerimento Nº 130, de 2005, que, nos termos do art. 294 do Regimento Interno, requer votação nominal para o Parecer nº 90, de 2005 quanto aos pressupostos de Relevância e Urgência.	74	Comentários ao informativo "SELIC 25 Anos", publicado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA).	281
Comenta o desvio de verbas pelas Prefeituras. Aparte ao Senador João Ribeiro.	150	Necessidade de reforma da Educação Superior no Brasil.	439
Requerimento Nº 141, de 2005, que requer nos termos do § 1º e do art. 2º da Resolução 84, de 1996, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Severo Gomes na coleção intitulada "Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil", fazendo constar da obra, como adendo, seus trabalhos parlamentares publicados nos Diários do Senado e do Congresso, quais sejam: discursos, apartes e proposições legislativas.	178	Regozijo pelo resgate do Projeto Pixinguinha pela Fundação Nacional de Artes.	574
Considerações sobre a aprovação da "PEC Paralela" pelo Governo. Aparte ao Senador Paulo Paim.	233	SÉRGIO CABRAL	
		Projeto de Resolução Nº 5, de 2005, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre a autoria de Projetos de Lei aos quais tenham sido oferecidas Substitutivas.	21
		SÉRGIO GUERRA	
		Protesto contra a ausência do Governo Federal no combate aos efeitos da seca que atinge os estados do Nordeste.	49

XIV

	Pág.		Pág.
Requerimento Nº 139, de 2005, que solicita sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.	173	por suas declarações no sentido de que as florestas tropicais sejam consideradas "bens públicos".	88
Critica a má administração dos recursos públicos no Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	192	Considerações sobre a infra-estrutura de Estados carentes. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	193
Cobranças de esclarecimentos sobre os déficits nos fundos de pensão.	207	Considerações sobre o problema do fundo de pensão. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ..	205
Comenta quanto à fiscalização do problema que envolve o fundo de pensão da Petrobrás.	208	Registra indignação quanto à questão do rombo financeiro. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. .	208
Analisa a situação que demanda recursos para solucionar a questão do fundo de pensão da Petrobrás.	209	Considerações sobre a reforma ministerial. Aparte ao Senador José Jorge.	402
Registro da matéria intitulada "A revolta do Zé da Mobilete", publicada pelo jornal Correio Braziliense, em 4 de março de 2005, de autoria da jornalista Lílian Tahan.	282	Comenta sobre o artigo da Veja e sobre o tratamento da questão do narcotráfico e do seqüestro. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	411
Parecer Nº 99, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 99, de 2005, (nº 113/2005, na origem), do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luziel Reginaldo de Souza para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT".	507	Homenagem à lembrança do Deputado Luís Eduardo Magalhães, na data de seu quinquagésimo aniversário.	526
SERYS SLHESSARENKO		TEOTÔNIO VILELA FILHO	
Lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Crédito para Igualdade das Mulheres Trabalhadoras Rurais.	430	Parecer Nº 92, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 7, de 2005 (nº 25/2005, na origem) que "submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Dalvino Trocoli Franca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Ivo Brasil".	129
Registro de matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, intitulada "Investigação aponta inoperância de órgãos públicos".	430	Considerações acerca da oitava Marcha dos Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios. ...	182
SIBÁ MACHADO		Comenta a matéria publicada pelo jornal Correio Brasiliense, em 06 de março de 2005, intitulada "Democracia e terrorismo".	284
Projeto de Lei do Senado Nº 65, de 2005, que altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação.	125	TIÃO VIANA	
Justificativas a requerimento de informações aos responsáveis pelas empresas de aviação civil no Brasil sobre a crise econômica do setor.	267	Parecer Nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de Origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 (que dispõe a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).	132
TASSO JEREISSATI		Discute a relevância da questão do fundo de pensão da Fundação Petros. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	204
Comenta o Requerimento Nº 133, de 2005, que requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura ao Sr. Pascal Lamy, ex-Comissário Europeu para o Comércio e atual candidato à direção-geral da OMC,		Decretação de estado de calamidade no Rio de Janeiro em razão da saúde pública.	314
		Homenagem a Luís Eduardo Magalhães pela construção de um modelo político e social exemplar. Aparte ao Senador José Jorge.	522
		VALDIR RAUPP	
		Profere Parecer oral Nº 90, de 2005, do Plenário, sobre a Medida Provisória nº 225, de 2004,	

	Pág.		Pág.
que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cinta-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.	61	da Coordenação Geral de Acompanhamento de Extinção e Liquidação (COGEL), objeto da Portaria nº 685/93-MBES.	251
Parecer Nº 90, de 2005, do Plenário, sobre a Medida Provisória nº 225, de 2004, que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cinta-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.	63	VALMIR AMARAL	
Parecer Nº 91, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 96, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Oliva Marcilio de Sousa, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Eli Loria.	84	Registra a preocupação com a discriminação às mulheres.	104
Elogia a mulher e seu papel na sociedade no dia Internacional da Mulher.	110	Comemoração, em 16 de fevereiro passado, do Dia do Repórter.	217
Liberação do uso da marca cupuaçu pelo Brasil.....	243	Projeto de Lei do Senado Nº 70, de 2005, que acrescenta o art. 799-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor que, no seguro de vida, é lícita a exigência de prévia avaliação médica do segurado, vedada a recusa do pagamento do capital segurado com base em informações contidas em questionário preenchido pelo segurado sobre seu estado de saúde.	248
Requerimento Nº 146, de 2005, que requer sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópias autenticadas dos documentos listados a seguir, relativas ao Processo nº 28000.004550/93-53 do extinto Ministério do Bem Estar Social (MBES), hoje a cargo		Homenagem aos meteorologistas pela comemoração do seu dia, celebrado em 3 de março. ...	279
		Comemoração, no último dia 2 de março, do Dia Nacional do Turismo.	350
		Homenagem ao vendedor de livros, cujo dia é comemorado 14 de março.	438
		Comemoração dos vinte anos da redemocratização do Brasil.	470
		Comemoração do Dia do Bibliotecário. Transcrição da matéria “Lei 9.099: uma lei que está matando as mulheres” do jornal Vida Mulher, edição do mês de março de 2005.	562